CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS
XUNTA DE GALICIA

INSTITUTO DE ESTUDIOS GALLEGOS
PADRE SARMIENTO

A NOBREZA GALEGO-PORTUGUESA DA DIOCESE DE TUI (915-1381)

João Paulo Martins Ferreira

ANEJOS DE
CUADERNOS DE ESTUDIOS GALLEGOS
XLVIII

SANTIAGO DE COMPOSTELA
MMXIX

A NOBREZA GALEGO-PORTUGUESA DA DIOCESE DE TUI (915-1381)

INSTITUTO DE ESTUDIOS GALLEGOS
PADRE SARMIENTO

ANEJOS DE
CUADERNOS DE ESTUDIOS GALLEGOS

Director
Isidro García Tato
Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, CSIC-Xunta de Galicia

Secretario
Pablo S. Otero Piñeyro Maseda
Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, CSIC-Xunta de Galicia

Comité Editorial
Ana María Carballeira Debasa, Escuela de Estudios Árabes, CSIC
José María Cardesín Díaz, Universidade da Coruña
Marta Cendón Fernández, Universidade de Santiago de Compostela
Maria Helena da Cruz Coelho, Universidade de Coimbra
Paula Pinto Costa, Universidade do Porto y Centro de Estudos da População, Economía e Sociedade
Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, CSIC-Xunta de Galicia
Antón M. Pazos Rodríguez, Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, CSIC-Xunta de Galicia
Jose Augusto de Sottomayor-Pizarro, Universidade do Porto y Centro de Estudos da População, Economía e Sociedade

Consejo Asesor
Martín Almagro Gorbea, Real Academia de la Historia
Alfredo Alvar Ezquerra, Instituto de Historia, CSIC
Mário Jorge Barroca, Universidade do Porto
Isabel Beceiro Pita, Instituto de Historia, CSIC
Tom Buchanan, Kellogg College
Enrique Cantera Montenegro, Universidad Nacional de Educación a Distancia
Mafalda Soares da Cunha, Universidade de Évora
Luís Adão da Fonseca, Universidade do Porto
Fernando García Sanz, Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma, CSIC
Miguel Ángel Ladero Quesada, Real Academia de la Historia
Elvira Lindoso Tato, Universidade da Coruña
Fernando López Alsina, Universidade de Santiago de Compostela
Christine Meek, Trinity College
Nuno Gonçalo Monteiro, Universidade de Lisboa
Isabel Montes Romero-Camacho, Universidad de Sevilla
Consuelo Naranjo Orovio, Instituto de Historia, CSIC
César Olivera Serrano, Instituto de Historia, CSIC
Segundo L. Pérez López, Instituto Teológico Compostelano
Cristina de la Puente González, Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo, CSIC
Adeline Rucquoi, Centre de Recherches Historiques, EHESS-CNRS
Rafael Sánchez Saus, Universidad de Cádiz
Maria José Azevedo Santos, Universidade de Coimbra
José Ramón Urquijo Goitia, Instituto de Historia, CSIC
Leontina Domingos Ventura, Universidade de Coimbra
Ramón Yzquierdo Perrín, Universidade da Coruña

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS
XUNTA DE GALICIA

INSTITUTO DE ESTUDIOS GALLEGOS
PADRE SARMIENTO

A NOBREZA GALEGO-PORTUGUESA DA DIOCESE DE TUI (915-1381)

João Paulo Martins Ferreira

ANEJOS DE
CUADERNOS DE ESTUDIOS GALLEGOS
XLVIII

SANTIAGO DE COMPOSTELA
MMXIX

La versión electrónica de este libro está disponible en acceso abierto en editorial.csic.es y se distribuye bajo los términos de la licencia Creative Commons Atribución-Non Comercial-No Derivadas 4.0. La información completa sobre dicha licencia puede ser consultada en https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/. Esta licencia afecta solo al material original del libro. El uso del material proveniente de otras fuentes (indicadas en las referencias), como diagramas, ilustraciones, fotografías o fragmentos de textos, requerirá permiso de los titulares del *copyright.*

Las noticias, los asertos y las opiniones contenidos en esta obra son de la exclusiva responsabilidad del autor o autores. La editorial, por su parte, sólo se hace responsable del interés científico de sus publicaciones.

Catálogo de Publicaciones de la Administración General del Estado: https://cpage.mpr.gob.es

Editorial CSIC:
https://editorial.csic.es (correo: *editorialcsic@csic.es*)

GOBIERNO DE ESPAÑA
MINISTERIO DE CIENCIA, INNOVACIÓN Y UNIVERSIDADES
CSIC
Consejo Superior de Investigaciones Científicas

XUNTA DE GALICIA

© CSIC
© João Paulo Martins Ferreira

ISBN: 978-84-00-10570-9
e-ISBN: 978-84-00-10571-6
NIPO: 694-19-200-0
e-NIPO: 694-19-201-6
Depósito Legal: M-36441-2019

Imprime: Lugami Artes Gráficas
Impreso en España. *Printed in Spain*

En esta edición se ha utilizado papel ecológico sometido a un proceso de blanqueado ECF, cuya fibra procede de bosques gestionados de forma sostenible.

Em memória do meu avô Dâmaso

Aos Meus Pais

Índice

Apresentação de José Augusto de Sottomayor-Pizarro 15
Agradecimentos 23
Abreviaturas e siglas 27
Introdução 31

I. A antiga diocese de Tui: território, igreja, política e sociedade

1.1. O território 50
O cenário geográfico 50
A expressão territorial da diocese de Tui 54
Toronho (e Límia) 60
O Alto Minho 69
1.2. A igreja 79
Do nascimento da diocese à sua primeira restauração (915) 80
As incursões normandas e muçulmanas e o falhanço da primeira restauração 86
Da restauração de 1071 à cisão de 1381 91
Tui e Braga 107
1.3. Tui e a evolução política do ocidente peninsular 116
Afonso Betotes e os condes de Portucale 116
O projecto político galego: de Garcia da Galiza a Afonso Henriques 124
Quezílias e atritos fronteiriços posteriores a 1169 150
Entre a guerra civil castelhana e as guerras fernandinas: entre a convivência e a fractura 160
1.4. A convivência social entre as duas margens do Minho 172

A convivência entre instituições laicas e eclesiásticas..... 172
Migrações..... 178
Uma porta de acesso da aristocracia portuguesa.....,..... 189

II. AS LINHAGENS GALEGO-PORTUGUESAS

2.1. De aristocracia condal a infanções e ricos-homens (séculos IX a XI)..... 209
Os descendentes de Ero Fernandes..... 224
Os descendentes de Afonso Betotes..... 310
2.2. A segmentação das linhagens (séculos XII a XIV)..... 332
Velho-Bravo-Redondo-Zote-Vasquinho-Gato-Mourão-Barreto-Cerveira..... 376
Celanova-Barbosa-Lima-Nóvoa-Vilalobos-Valadares-Sarraça-Pias-Penela-Gravel-Gabere..... 488
Trava-Trastâmara-Palmeira-Tougues-Pereira-Homem-Froião..... 617
Silva-Soverosa..... 644
Toronho-Montor..... 704
2.3. O desenvolvimento de novas linhagens com o patrocínio da Coroa..... 735
Soutomaior..... 744
Nóbrega-Aboim /Portel..... 778

CONCLUSÕES..... 811
FONTES..... 831
BIBLIOGRAFIA..... 837
ANEXOS CARTOGRÁFICOS..... 850

Apresentação

A renovação da Historiografia portuguesa, a partir das décadas de 1960 e 1970, teve um desenvolvimento notável, afectando embora de forma diferenciada as distintas épocas ou áreas temáticas específicas. Talvez a afirmação de que os estudos sobre a Idade Média foram dos que mais se desenvolveram possa ser suspeita, vinda de um medievalista, mas não creio que seja difícil demonstrá-lo, olhando para o número de dissertações de mestrado e de doutoramento dedicadas a essa época, ou à criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, em 1985. Em boa verdade, uma trajectória que creio também comum à realidade espanhola.

Por outro lado, e agora através de um enfoque mais detalhado sobre as matérias com maior enfoque, é inegável o interesse que por aqueles anos despertou a História Económica e Social e, dentro desta última, os grupos eclesiástico e aristocrático, tendo em conta, por um lado, o facto de partilharem muitas vezes a mesma origem familiar e, por outro, a íntima relação entre o mundo monástico e o mundo da nobreza. De resto, foi o estudo renovado das instituições monásticas que conduziu muitas vezes ao estudo do grupo aristocrático, inseridos ambos como elemento primordial nos estudos de carácter regional ou local, que também por aqueles anos se começaram a desenvolver.

Mas, do meu ponto de vista, a alteração mais significativa que se verificou a partir de meados da década de 1970, e sobretudo dos anos de 1980, foi o da aproximação das historiografias portuguesa e espanhola, durante décadas marcadas por uma olímpica desconfiança, ou mesmo ignorância mútua. E, todavia, existiam alguns exemplos de uma prática de proximidade, visível nos historiadores do Direito, como o atesta as relações de Manuel Paulo Merêa com Claudio Sánchez Albornoz ou Luis García de Valdeavellano, e num ou noutro exemplo entre historiadores, como Virgínia Rau com Emilio Sáez e Luis Suárez Fernández. Todavia, estas relações circunscreviam-se à proximidade intelectual e pessoal, sem espelhar um relacionamento institu-

cional entre os Centros de Investigação ou as Universidades portuguesas e espanholas.

A minha geração teve a sorte de testemunhar o processo de aproximação entre as duas historiografias, e no meu caso concreto acabei por ser um interveniente directo, por integrar o grupo de medievalistas que prepararam a criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, com o apoio da sua congénere espanhola. Os contactos que então encetei, com o incentivo dos meus dois Mestres, José Mattoso e Luís Adão da Fonseca, abriram-me as portas do meio académico espanhol e criaram as pontes para o estreitar de laços de amizade com muitos colegas de várias universidades.

Um dos primeiros testemunhos materiais daquela aproximação foi o da realização de várias jornadas de estudos medievais que se prolongaram ao longo das últimas quatro décadas, quer de âmbito geral como mais local, e que favoreceram muito o contacto pessoal e institucional entre académicos. Por outro lado, o crescente ritmo de mobilidade discente e docente também permitiu que vários estudantes de doutoramento dos dois países cruzassem as fronteiras recíprocas, para receberem uma orientação científica compartida, ou mesmo a concretização de bolsas de pós-graduação no país vizinho.

Por isso, já hoje não causa qualquer surpresa o estabelecimento de protocolos de cooperação ao abrigo dos programas Erasmus+ entre várias universidades portuguesas e espanholas, processo que tenderá a intensificar-se. A minha bem conhecida e assumida postura de aproximação à historiografia espanhola e a Espanha de uma maneira geral, de que talvez seja a marca mais evidente o facto de ter criado a única cadeira de História Medieval Peninsular que se ministra em universidades portuguesas, desde 1999, sempre me animou a conduzir os meus orientandos para centros ou universidades desse país.

A proximidade com a Galiza, e as excelentes relações que sempre mantive com os colegas de Santiago de Compostela, fosse do Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento ou do Departamento de Historia da Faculdade de Geografia e História, facilitaram muito o intercâmbio de estudantes, e recordarei sempre a fructuosa passagem dos Doutores Pablo S. Otero Piñeyro Maseda e Carlos Andrés González Paz pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como as de Sofia Gomes da Costa e de João Paulo Martins Ferreira por Santiago de Compostela, beneficiando da amizade e do apoio do CSIC e da USC.

Como é óbvio, estes intercâmbios não seriam compreensíveis sem uma profunda ligação pessoal, de estreitíssima amizade, com os Professores Eduar-

do Pardo de Guevara y Valdés, Director do Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, e Ermelindo Portela Silva, Catedrático de História Medieval da Universidade de Santiago de Compostela. Amizade e contactos reforçados ao longo dos anos pela participação em congressos, por visitas recíprocas e pela discussão amiga e interessada pelos temas que nos apaixonam. De resto, o Instituto de Estudios Gallegos é de há muitos anos uma referência no panorama hispânico, quer no âmbito dos estudos sobre a Idade Média em geral, mas muito em particular quanto ao grupo nobiliárquico, como facilmente se pode verificar pelas dezenas de congressos e publicações sobre essa temática.

Não é por acaso, assim, que a dissertação de doutoramento que agora se publica, defendida publicamente em 2016 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e que obteve a máxima classificação do júri, também seja resultado de uma fecunda relação com o Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, onde o Doutor João Paulo Martins Ferreira beneficiou de uma estância de dois anos, entre Outubro de 2011 e Novembro de 2013. Durante esse período, de intenso trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, o autor desta monografia beneficiou da amabilidade dos responsáveis de diversos organismos, desde os Arquivo Catedralício de Tuy e da Universidade de Santiago de Compostela até à biblioteca do Padre Sarmiento, onde encontrou, neste último, uma segunda casa e um ambiente de elevada cultura científica e humana, que o Doutor Martins Ferreira por certo nunca esquecerá e que eu, como seu responsável científico, jamais poderei retribuir.

*

O tema e a execução desta dissertação, que nasceu por minha sugestão, depois de o Autor ter elaborado uma dissertação de mestrado que já punha em evidência a importância das relações transfronteiriças —e permita-se-me que aqui refira também o nome da Doutora Inés Calderón Medina, hoje professora de História Medieval na Universidade das Ilhas Baleares, com quem tenho o gosto de trabalhar há vários anos, e que também esteve no Porto durante um biénio sob a minha orientação, no quadro de uma bolsa de pós-doutoramento, por recomendação do seu Mestre e meu ilustre Colega e Amigo, o Prof. Pascual Martínez Sopena, pois também ela é uma das maiores especialistas sobre aquelas referidas relações entre Portugal e a Coroa de Castela, em particular os reinos da Galiza e de Leão—, pelo desconhecimento que havia sobre as relações sociais, e em particular do grupo aristocrático, entre o Alto Minho e a Galiza meridional.

Esse desconhecimento, decorrente da exiguidade de documentação medieval para aquela região, e que muito me penalizara quando preparava a minha dissertação de doutoramento sobre a nobreza portuguesa do período dionisino, era um dos exemplos mais acabados desse distanciamento entre as historiografias dos dois países vizinhos, tanto mais de estranhar quanto as relações entre a Galiza e o Norte de Portugal sempre foram de grande proximidade e afabilidade. O facto, porém, de a grande maioria da documentação sobre o Alto Minho se encontrar nos acervos monásticos galegos, fez com fossem desconhecidos dos historiadores portugueses e pouco valorizados pelos colegas espanhóis, pois diziam respeito a um território situado para lá da sua fronteira.

Creio, assim, que para lá dos muitos méritos deste profundo trabalho de investigação, um dos que eu mais valorizo foi o romper de barreiras que pouco, ou nenhum significado terão tido para os homens que viveram num tempo e num espaço diocesano que abrangia as duas margens do rio Minho, ou seja, que assentava em dois espaços políticos diferentes.

Desta forma, a opção metodológica de uma perspectiva de longa duração, alicerçada num amplo conjunto de fontes, muitas das quais inéditas, permitiu ir bastante mais longe no conhecimento do grupo aristocrático galego-português, objectivo principal do trabalho, como é óbvio, mas também perceber os mecanismos que permitiram manter um contacto tão prolongado entre as duas regiões, para além dos marcos políticos e fronteiriços que em teoria as deveriam ter separado, numa análise articulada entre a evolução da diocese tudense e a configuração do grupo aristocrático que também foi um dos seus eixos fundamentais.

Por outro lado, e do estricto ponto de vista da história da nobreza medieval portuguesa, cuja referência máxima continuará por muito tempo a ser a obra de José Mattoso, este trabalho de João Paulo Martins Ferreira vem reforçar, com argumentos de grande solidez, a impressão que já tínhamos, mas sem muitos fundamentos empíricos, de que a nobreza que se impõe na segunda metade do século XI, isto é, a dos Infanções, tinha muito mais ligações de sangue com a desaparecida nobreza condal do que habitualmente se suponha. Em boa verdade, houve muito mais continuidade genética entre ambas, com as consequências políticas e sociais dali decorrentes. Assim sendo, talvez não fosse por acaso que, nos finais do século XIII, o autor do *Livro Velho de Linhagens,* soubesse perfeitamente o porquê do destaque dado às linhagens dos de Sousa, Bragançones, da Maia, de Baião e de Riba Douro sobre as demais; pergunto-me se, para aquele monge do mosteiro de Santo Tirso, não seria

evidente que elas descendiam da velha nobreza condal, e que por isso mesmo se distinguiam?

*

Resta-me agradecer, enquanto responsável científico da dissertação que sustenta a monografia que agora chega às mãos dos estudiosos, e como colega, a generosa abertura da colecção de *Anejos de Cuadernos de Estudios Gallegos,* ligados e uma revista prestigiada no meio académico e chancela de rigor e qualidade científicos e que, para além do mais, se insere no quadro dos projectos de investigação «La casa señorial en Galicia (siglos XIII-XVI). Materiales para su estudio» —HAR2017-82480-P, IP Dr. Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, financiado pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, a Agencia Estatal de Investigación (AEI) e o Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) (Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia. Subprograma Estatal de Generación de Conocimiento— e «Da Memória Escrita à Leitura do Espaço: Pedro de Barcelos e a identidade cultural do Norte de Portugal» —MELE (Ref.ª POCI-01-0145-FEDER-032673), IP Dr.ª Maria do Rosário Ferreira, financiado pela FCT e União Europeia, através do programa Compete 2020 e do Fundo de Desenvolvimento Regional—.

Finalmente, espero que esta publicação anime os investigadores mais jovens, para que se dediquem com empenho no estudo e investigação sobre matérias que possam aproximar mais os investigadores hispânicos. Desde logo, e para além de toda a sua valia científica e historiográfica, esse seria um dos seus maiores méritos.

José Augusto de Sottomayor-Pizarro

Faculdade de Letras / U. Porto - CEPESE
Academia das Ciências de Lisboa
Real Academia de la Historia

Agradecimentos

Homem de inúmeras virtudes morais, de enorme dedicação ao trabalho e de extremo bom humor, o meu avô Dâmaso nunca teve a oportunidade de me ver vestir capa e batina, de me ver iniciar a longa caminhada que me trouxe até esta dissertação. Todavia, estou certo de que, se estivesse vivo, me teria acompanhado nesta bela viagem, tal como sempre me amparou durante a minha infância.

Todos os dias agradeço o amor incondicional que os meus pais nutrem por mim, toda a paciência e atenção que me dedicam, toda a felicidade que me dão por serem, simplesmente, como são.

Esta dissertação nunca teria sido realizada sem o apoio de muitas pessoas que merecem ser recordadas neste texto. Em primeiro lugar, agradeço à minha restante família, que também contribuiu para ser aquilo que sou hoje. Agradeço também a todos os meus amigos que me ajudaram a trilhar os caminhos da vida.

Continuo eternamente e especialmente agradecido ao meu Mestre, o senhor Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro, pela sua dedicação ao meu desenvolvimento enquanto académico, por toda a sua generosidade e pelos bons momentos que passámos juntos. Agradeço ao senhor Professor Doutor Luís Miguel Duarte todas as palavras e gestos de incentivo. Agradeço também ao grupo de história medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela excepcional formação que me deram. Agradeço aos meus professores, que, desde a escola primária até à nobre Faculdade de Letras da Universidade do Porto, alimentaram a minha sede de conhecimento. Agradeço ao grupo de História Medieval e do Renascimento do CEPESE todas as oportunidades que me proporcionaram. Agradeço à FCT o apoio financeiro e investimento económico no meu trabalho científico.

Agradeço à minha boa amiga Inés Calderón Medina a sua disponibilidade e companheirismo ao longo destes anos. Agradeço também à senho-

ra Professora Doutora Leontina Ventura os conselhos que me endereçou e a oportunidade que nos deu de trazer a público um dos nossos melhores artigos conjuntos. Estou também extremamente agradecido aos meus amigos da minha segunda casa académica, o Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», principalmente ao seu director, o senhor Professor Doutor Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, e aos meus companheiros do gabinete «Vasco de Aponte», Pablo Otero Piñeyro Maseda, María Gloria de Antonio Rubio e Amparo Rubio Martínez, por toda a sua colaboração e disponibilidade durante a minha estadia em Santiago. Aproveito para agradecer também a simpatia e disponibilidade dos responsáveis do Arquivo Catedralício de Tui, na figura do seu director, o cónego D. Avelino Bouzón Gallego, e do seu axiliar, Roberto Fernández Díaz. Endereço também uma profunda palavra de agradecimento ao senhor Professor Doutor José António Souto Cabo, pela sua generosidade académica e bons conselhos. Por fim, envio um agradecimento ao senhor Professor Doutor Ermelindo Portela Silva, pela forma como me recebeu na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela. Agradeço também a colaboração do Dr. Miguel Nogueira e da Oficina do Mapa (FLUP) no desenvolvimento da cartografia que apresentamos em anexo.

A todos endereço o meu mais sincero agradecimento.

Abreviaturas e siglas

ACHDT – Arquivo Catedralício e Histórico Diocesano de Tui
AHN – Arquivo Histórico Nacional
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Carp. – Carpeta
Carps. – Carpetas
Conf. – Conforme
Coord. – Coordenação
Dir. – Direcção
Doc. – Documento
Docs. – Documentos
Ed. – Editor
Eds. – Editores
Fasc. – Fascículo
Facs. – Fascículos
Inq. – Inquirições
L. – Livro
LD – *Livro do Deão*
LL – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*
Ls. – Livros
LV – *Livro Velho de Linhagens*
N.º – Número
p. – página
Perg. – Pergaminho
Pergs. – Pergaminhos

PMH – *Portugaliae Monumenta Historica*
pp. – páginas
Sep. – Separata
T. – Tomo
Ts. – Tomos
Vol. – Volume
Vols. – Volumes

Introdução

Qualquer que fosse, portanto, a falta de governo, a confusão era superficial; o fundo sobre o qual assentava a neo-sociedade era antigo: a parte superior do edifício arruinara-se, mas as fundações resistiam, ligadas pelo forte cimento romano.

Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos,* Vol. I: «As Vilas do Norte de Portugal», Lisboa, Editorial Vega, 1979, p. 122.

Nos finais do século III, o Imperador Diocleciano levou a cabo uma profunda reorganização do sistema provincial romano, que, no caso do ocidente peninsular, daria origem à Galécia. Orientando-se por critérios eminentemente étnicos e sócio-culturais, as autoridades romanas optaram por integrar, numa única jurisdição, um vasto território composto pelo convento bracarense —que, por essa altura, se estendia desde o Douro até ao rio Lérez, na Galiza—, astorgano, lucense e pela vertente ocidental do cluniense. No coração deste domínio estaria Braga, urbe que, com a conversão do Império ao Cristianismo, viria a agregar às suas competências civis a dignidade metropolitana. Esta dupla centralidade levaria à sobreposição simétrica dos poderes civis e eclesiásticos dentro da província, onde a influência política exercida pelos poderes bracarenses passaria a coincidir com a rede de sufragâneas adjudicada ao seu bispo.

Neste contexto, não é de todo improvável que tenham nascido atritos e rivalidades com as gentes da Lusitânia, província que se encontrava separada da Galécia apenas pela frágil fronteira traçada pelo curso do Douro e que se articulara em torno da esfera de influência de Mérida. Com o crescente desgaste e corrosão das estruturas imperiais, todas estas divergências sócio-

políticas ter-se-ão agravado, criando assim dois pólos identitários muito distintos.

A própria natureza do reino suevo, que, ao longo de boa parte do século V, foi desferindo violentos golpes contra os hispano-romanos lusitanos, assentou a sua política interna numa consolidação da organização social e eclesiástica da velha Galécia, que passaria necessariamente pela aculturação das comunidades galaico-romanas por via da sua cristianização. Apesar da convivência entre bispos arianos e católicos e das vicissitudes geradas pela assimilação dos territórios suevos pelos godos, não podemos vislumbrar qualquer corte radical neste processo de transformação da vivência social do norte galécio, sendo que devemos assinalar várias sinergias criadas entre a Galécia e a Lusitânia. A expansão da soberania visigótica a todo o espaço peninsular gerara processos de integração e aproximação de espaços regionais, que foram sendo abruptamente embargados pelas crises internas da monarquia goda e completamente interrompidos pelas invasões muçulmanas.

Durante o período muçulmano, as principais cidades da velha Lusitânia transformaram-se em pontos nevrálgicos de uma vasta rede comercial, que, pouco a pouco, se foi integrando nas rotas comerciais de médio e longo curso que ligavam todo o mundo islâmico. Por outro lado, a introdução de novas tecnologias agrícolas permitiu um enorme aumento demográfico, que se plasmou na densificação desta malha urbana, onde se enraizaram inúmeras comunidades moçárabes, praticantes dos ritos hispânicos da época visigoda.

Entretanto, a maioria da Galécia convertera-se num espaço de fronteira, despovoado (ou desorganizado) pela migração massiva dos seus magnates laicos e eclesiásticos para as terras de Iria-Flávia e Lugo (onde contaram com a hospitalidade dos bispos locais), e que aguardava o impulso dinâmico da monarquia astur-leonesa e das sucessivas presúrias da sua aristocracia laica e eclesiástica. Nas primeiras décadas da reconquista do espaço galego-português, os presores depararam-se com um povoamento disperso e rural, ainda assente numa economia agrária de carácter familiar ou comunitária, e ligado pela rede viária romana e, no caso do interior, pelos circuitos de transumância agro-pastoris. Neste novo cenário, a autoridade dos presores de Tui, Chaves, Portucale e Coimbra começara a articular-se com um conjunto de elites territoriais locais, que, nos alvores do século XI, viria a encetar um processo de suplantação e substituição das velhas estirpes condais, tomando a sua posição enquanto representantes da autoridade régia.

Apesar das inúmeras sinergias mantidas entre Coimbra e o norte senhorial, visíveis nos múltiplos enlaces da família condal coimbrã com as estirpes

condais de Portucale, Tui e Lugo, não verificámos qualquer tentativa de fusão da autoridade política portucalense e coimbrã até à recuperação da urbe do Mondego pelos muçulmanos, mantendo-se a velha articulação bipolar entre Galécia e Lusitânia, agora encarnada em Portucale e Coimbra.

No entanto, este sinal de divergência identitária não impediria a crescente osmose sócio-familiar vivida em toda a região galego-portuguesa. A própria reconquista do território coimbrão exigiu uma convergência alargada de forças, representativa de uma nova ordem pública favorável à construção de uma nova soberania integrada.

Estamos certos de que, durante as suas campanhas no futuro território português, Fernando Magno terá concebido um projecto político para toda a Galiza, que passaria pela reconstrução dos arquétipos da velha rede administrativa romana e suevo-visigoda, devolvendo a Braga a sua centralidade política e eclesiástica e reconstituindo a sua rede de influência por via da restauração das suas sufragâneas, e pela substituição da velha aristocracia condal por uma nova nobreza territorial, que, como veremos, se tornara numa mescla entre linhagens infancionais e ramos secundários das estirpes condais. Com a morte de Fernando Magno, seu filho Garcia II tomaria as rédeas deste programa político, acelerando o processo de restauração de várias dioceses e extinguindo a linhagem condal portucalense no campo de batalha de Pedroso.

Atendendo a este contexto, podemos presumir que Garcia II terá instigado a formação de laços entre os seus apoiantes nas duas margens do Minho, que terá instilado nesta nova nobreza territorial hábitos de auto-governo e que planeara reconstituir a velha província eclesiástica bracarense, semeando assim entre as elites galego-portuguesas a aspiração à constituição de um reino galego-português soberano e independente.

Os fracassos políticos e militares de D. Raimundo abririam caminho ao retomar deste processo de emancipação política, através da acção do conde D. Henrique, novo senhor de Portucale, sendo que, a partir da sua chegada, passariam a afluir à corte portucalense inúmeras linhagens galegas, como os Trava-Trastâmara ou os Celanova-Pombeiro. Graças a este fluxo de gentes, estabeleceram-se as bases de um conjunto de relações familiares e sociais transfronteiriças que, devido à ausência de fronteiras políticas e administrativas claras, se foram adensando ao longo de inúmeras gerações.

A nosso ver, a enorme proximidade destas linhagens em relação à família condal e aos seus principais magnates terá acentuado o tom geral das reivindicações autonomistas de D. Henrique, que por altura da assinatura do

«Pacto Sucessório» já deveriam incluir o governo de partes substanciais da Galiza, ou até de todo o reino. Nos últimos anos da sua vida, o conde de Portucale tentou usar a instabilidade política gerada pela morte do seu sogro para dar forma a um partido sucessório encabeçado pela sua família, ora apoiando, ora hostilizando D. Urraca.

Todavia, a morte de D. Henrique e a chegada ao poder de D. Teresa desencadeariam uma reformulação deste projecto, dando lugar a vários ciclos de ocupação dos territórios de Toronho e Límia. Neste novo cenário, o sucesso não dependia apenas de uma pugna pelo reconhecimento da condição de D. Teresa e de D. Afonso Henriques como herdeiros naturais dos territórios prometidos a D. Henrique, ou de uma parte do Império de Afonso VI, mas também de uma instrumentalização das mais-valias sociais, políticas e patrimoniais transfronteiriças das estirpes galego-portuguesas que os apoiavam.

No fundo, o choque entre D. Teresa e D. Afonso Henriques terá nascido de uma visão distinta da metodologia de prossecução de uma agenda política única: a construção de uma soberania galego-portuguesa. Enquanto o Infante almejava a construção de um novo reino da Galiza, liderado a partir de Portugal por si, pela sua nobreza e subordinado à igreja bracarense, D. Teresa buscava a sua identidade política na afirmação da autoridade dos Trava e da diocese compostelana.

Apesar do sucesso do movimento de D. Afonso Henriques, o crescente envolvimento dos Trava nos mecanismos de consolidação da autoridade política de Afonso VII cercearia profundamente a abrangência do projecto português, limitando-o apenas a Portucale e ao sul da Galiza, território de onde provinham vários dos magnates que, como Gomes Nunes de Pombeiro ou Rodrigo Peres Veloso, participaram activamente nas suas surtidas galegas da década de 1130.

Aproveitando a morte do seu primo em 1157, Afonso Henriques empreendeu um último ciclo de investidas em Toronho e Límia, conquistando quase toda a província de Pontevedra e uma parte substancial dos territórios orensanos. Porém, o desastre de Badajoz de 1169 e as condições impostas por Fernando II colocariam um ponto final às aspirações portuguesas de domínio sobre todo o antigo reino da Galiza.

Esta convivência plurissecular de Portugal e da Galiza dentro do mesmo espaço político, bem como a adopção do legado soberanista de Garcia pelos poderes portucalenses, deixaram marcas profundas nas estruturas sociais do nosso reino, que, em muitas circunstâncias, serviram de bloqueio à afirmação da sua própria coesão interna. A matriz identitária galego-portuguesa e his-

pânica da nobreza portuguesa, geradora de redes sócio-familiares e patrimoniais transfronteiriças, a sobrevivência de entidades senhoriais e eclesiásticas transfronteiriças, a natureza aberta das fronteiras políticas e os hábitos de convivência e de recepção de gentes dos espaços vizinhos, dificultaram a afirmação do centralismo régio português e de uma identidade verdadeiramente nacional. Neste contexto, a diocese de Tui constitui um caso verdadeiramente paradigmático, na medida em que conseguiu manter a sua natureza transfronteiriça até aos finais do século XIV.

Nascida de uma divisão dos territórios mais nortenhos da diocese bracarense, ocorrida entre o I.º e o II.º concílio de Braga, a diocese de Tui ocupou até 1381 uma faixa territorial transfronteiriça delimitada pela ria de Vigo e pelo curso português do Lima, assumindo, por isso, uma posição de charneira no contexto da Galécia suevo-visigoda. Este primeiro ciclo da história diocesana de Tui seria interrompido pelas invasões muçulmanas, que destruíram completamente toda a sua região. Até 915, altura em que o bispo D. Hermígio se estabelece novamente na cidade de Tui, vários prelados tudenses foram recebidos na diocese de Iria. Somos da opinião que esta primeira restauração da igreja tudense terá sido um dos efeitos positivos da presúria de Tui e do eficiente regime de repovoamento imposto por Afonso Betotes e pelos seus descendentes. No entanto, a destruição causada pelas constantes surtidas normandas acabaria por ditar a sua incorporação na igreja compostelana, por volta de 1024-1025.

Em 1069, o assassinato do bispo Godesteu de Iria-Santiago permitiria a Garcia II colocar em marcha os seus planos de recuperação do panorama eclesiástico da antiga Galécia. Nesse mesmo ano chegaria a Tui D. Jorge (1069-1072), prelado que, para além de ter impulsionado o culto catedralício e de ter lançado as bases da construção de Santa Maria de Tui, foi destinatário dos primeiros actos de dotação da sua igreja, em 1071.

Aparentemente, nenhum dos seus sucessores renegou a sua condição de sufragânea de Braga, participando em vários juramentos de fidelidade e iniciativas ecuménicas. Esta vinculação histórica à província eclesiástica de Braga terá sido um dos elementos legitimadores das iniciativas de ocupação do sul da Galiza e da manutenção da sua integridade territorial até 1381. Nesta altura, a guerra civil castelhana e as guerras fernandinas deram forma a um conjunto de antagonismos sociais, que tiveram expressão na adopção de posições antagónicas pelo clero castelhano e português em torno do Grande Cisma do Ocidente, resultantes na secessão dos cónegos portugueses do cabido de Tui e na formação da colegiada de Valença do Minho.

Esta situação aparentemente anacrónica terá permitido a manutenção de um sistema de alianças familiares transnacional, que, à revelia de todas as fronteiras políticas e institucionais construídas por ambas as monarquias, foi gerando redes patrimoniais transfronteiriças e cimentando várias relações de interdependência política e feudo-vassálica, baseadas na identidade social comum que emergira até ao século XII.

Com efeito, tentaremos analisar ao longo desta dissertação o percurso da nobreza originária da diocese de Tui e daquela que exerceu influência sobre a sua região, desde 915 até 1381, ou seja, desde a sua primeira restauração até à secessão dos cónegos e paróquias portuguesas, avaliando o peso e influência da sua identidade galego-portuguesa nos processos políticos que, na longa duração, resultariam na consolidação de uma fronteira nacional. Assim sendo, pensamos que, ao analisar a nobreza da unidade eclesiástica que durante mais tempo permaneceu fiel à sua essência transnacional galego-portuguesa, poderemos aferir a continuidade dos processos sociais que germinaram até ao século XII e lançar luz sobre algumas das estratégias de legitimação da soberania portucalense/portuguesa, que, na verdade, constituem um reflexo das forças de atracção e aglutinação presentes na esfera galego-portuguesa desde os alvores da Reconquista.

No fundo, tentaremos caracterizar a evolução administrativa e territorial da diocese de Tui, enaltecendo as suas relações privilegiadas com o clero e a coroa portuguesa; aferir o papel da sociabilidade transfronteiriça na evolução do projecto político português; actualizar os dados relativos à alta nobreza galego-portuguesa estabelecida na corte e na fronteira; analisar a rede sócio-familiar transfronteiriça das linhagens deste território, bem como a sua estrutura e estratégias matrimoniais e patrimoniais; dissecar a sua rede patrimonial, aferindo as origens, situação geográfica e legal dos principais núcleos senhoriais transfronteiriços; identificar as suas relações com as principais casas monásticas da diocese; discernir a evolução do seu posicionamento social, político e militar; traçar o percurso dos principais senhores da região; analisar as causas e consequências da sua implantação transfronteiriça; indicar as causas e consequências dos principais fluxos migratórios e a sua importância na fusão sócio-familiar desta nobreza; relacionar as vicissitudes políticas com as permutas de fidelidade de algumas linhagens; e justapor o falhanço dos projectos de anexação do sul da Galiza ao sucesso da osmose sócio-familiar da nobreza galego-portuguesa.

Todos estes propósitos serão explorados ao longo das duas partes deste trabalho. Na primeira dedicar-nos-emos ao estudo das características do te-

rritório da antiga diocese de Tui, da evolução das suas estruturas eclesiásticas, do seu papel nos principais momentos da evolução política do ocidente peninsular, dos principais contactos estabelecidos entre os poderes laicos portugueses e a autoridade eclesiástica tudense, e dos processos migratórios que trouxeram ao seu território vários magnates portugueses.

Na primeira secção, das quatro que constituem esta primeira parte, procederemos à apresentação do cenário geográfico, à leitura da arquitectura do território eclesiástico tudense, à análise das características da terra de Toronho e da sua relação umbilical com Límia e produziremos um breve retrato do Alto Minho senhorial.

Na segunda secção analisaremos o nascimento da diocese de Tui e o seu percurso até à primeira restauração de 915, dissecaremos o papel das incursões normandas e muçulmanas no falhanço da primeira restauração, analisaremos o seu percurso desde a restauração de 1071 até à cisão de 1381 e estabeleceremos uma relação directa entre a autoridade transfronteiriça de Braga e Tui e os processos políticos que levaram à autonomização de Portugal.

Na terceira secção explicaremos de que forma a transferência da autoridade condal portucalense promoveu uma integração de Tui na esfera de influência de Portucale. De seguida, apresentaremos a continuidade histórica existente entre o programa político de Garcia II e os projectos de ocupação do sul da Galiza de D. Afonso Henriques. Também analisaremos as principais quezílias fronteiriças ocorridas depois de 1169. E, por fim, explicaremos as repercussões da guerra civil castelhana e das guerras fernandinas, evidenciando as fracturas causadas no tecido social da região.

Na quarta e última secção desta primeira parte analisaremos a evolução das relações do clero tudense com a coroa portuguesa e os ciclos migratórios que desencadearam a integração de vários aristocratas portugueses no espaço galego.

Por sua vez, a segunda parte da dissertação será dedicada inteiramente às linhagens galego-portuguesas que exerceram maior influência sobre a região tudense, partindo da análise da vasta lista de descendentes dos condes Ero Fernandes e Afonso Betotes. Logo depois, seguiremos com as linhagens-chave que se segmentaram, por via masculina e feminina, desta velha aristocracia condal (os Velhos e seus ramos secundários, os Celanova e todos os seus ramos galegos e portugueses, a linha dos Trava-Trastâmara que viria a dar origem aos Homem-Froião) e as famílias que com elas se aparentaram mais precocemente (os Silva-Soverosa e os Toronho-Montor). Por fim, introduziremos duas linhagens (Soutomaior e Nóbrega-Aboim-Portel) que, alheias a esta rede familiar

construída em torno do sangue condal, se afirmaram através de uma cultura de serviço à coroa em cargos curiais, territoriais e, até, eclesiásticos.

No texto genealógico optámos por seguir uma leitura horizontal, por geração, e não por linhas sucessórias. Esta opção prende-se, acima de tudo, com o elevado número de gerações e linhas, que acabariam por isolar cada uma do seu complexo contexto familiar. Assim sendo, apresentaremos sequencialmente os pais e filhos, pertencentes a uma mesma geração, identificando a sua geração com um número romano e a sua posição dentro desta com um número árabe. Aconselhamos também uma leitura acompanhada pela observação das árvores genealógicas que apresentamos em anexo, sendo que a numeração destas coincide inteiramente com aquela apresentada no nosso texto. Por dificuldades de representação gráfica, optámos também por segmentar as famílias maiores (Velho e Celanova), representando-as pela sua ordem natural com toda a numeração apresentada nas suas secções.

De forma a não deixar de lado muitas das linhagens que com elas se aparentaram, utilizaremos os vários casamentos destas famílias para introduzir várias notas onde descreveremos, de uma forma geral, o percurso destes grupos secundários, privilegiando famílias como os Fornelos, Novais, Churrichão e Bravães, entre outras.

A nossa investigação assentou fundamentalmente no estudo das seguintes fontes: os *Livros de Linhagens;*[1] as *Inquirições Gerais*, editadas e inéditas;[2]

---

[1] *Livros Velhos de Linhagens*, [inclui o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro de Linhagens do Deão*], edição crítica de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (*Portugaliae Monumenta Historica: a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Nova Série, vol. 1). (= LV e LD).

CONDE D. PEDRO, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica de José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, 2 vols (*Portugaliae Monumenta Historica: a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Nova Série, vols. 2/1 e 2/2). (= LL).

A partir deste momento apresentaremos cada passagem dos livros de linhagens através da sua respectiva abreviatura (LL = Livro de Linhagens, LV = Livro Velho e LD = Livro do Deão), seguida do respectivo capítulo e da sua lição ou parágrafo (utilizando o sistema alfabético e de numeração desta edição crítica).

[2] *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (= ANTT): *Inquirições de D. Dinis*, Livros I, III, IV, VI e VII; *Inquirições de Afonso IV*, Livros I e II; e *Leitura Nova*: Livro III (Inquirições da Beira e Além Douro).

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: *Inquisitiones*, Vol. I, Parte I e II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. (= PMH-Inq. 1220 e 1258).

os fundos medievais do *Archivo Catedralicio e Histórico Diocesano de Tuy* (ACHDT);[3] todos os fundos monásticos da secção *Clero Secular-Regular* do *Archivo Histórico Nacional* (AHN) pertencentes à província de Pontevedra e o fundo de Melón, pertencente à província de Ourense;[4] a *História Compostelana;*[5] de alguma documentação monástica editada, como o *Tombo de Celanova*, os *Tombos de Sobrado dos Monges* ou o *Tombo de Fiães;*[6] e de textos genealógicos, como a *Historia Genealogica de la Casa de Silva.*[7]

Até hoje, não se produziu qualquer retrato global da sociabilidade e senhorialismo nobiliárquico transfronteiriço galego-minhoto. Todavia, pudemos recolher informações e contributos de vários títulos e artigos sobre a nobreza, a organização social do espaço, a história rural, eclesiástica, política, institucional e, até, sobre o universo trovadoresco.

Entre os vários estudos de carácter sócio-político podemos invocar, a título de exemplo, o ciclo de biografias régias recentemente editado pelo Cír-

---

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: *Inquisitiones*, Nova Série, Vol. IV/1: *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, edição de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2012. (= PMH-Inq. 1288).

[3] *Archivo Catedralicio e Histórico Diocesano de Tuy* (= ACHDT): *Pergaminhos*, *Livro Becerro* e *Protocolos Notariais*.

[4] *Archivo Histórico Nacional* (= AHN): *Clero Regular-Secular* (Província de Pontevedra) —onde se encontram fundos tão importantes como os de Franqueira, Lérez, Oia, Armenteira, Carboeiro, S. Domingos de Tui, S. Domingos de Pontevedra, Santa Clara de Pontevedra ou de S. Juan de Poyo— e Melón (Província de Ourense).

[5] Emma Falque Rey (ed.), *Historia Compostelana*, Madrid, Ed. Akal, 1994.

[6] Pilar Loscertales de Valdeavellano (ed.), *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, 2 vols., Madrid, Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural – Archivo Histórico Nacional, 1976; José Manuel Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, 2 vols., Santiago de Compostela, Conselho de Cultura Galega, 1995; e Xesús Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, Ourense, Museo Arqueolóxico Provincial, 1995 (Anexo 20 de *Boletín Auriense*).

Apesar de termos tido conhecimento da preparação de uma edição bastante melhorada do Tombo de Fiães, por parte de José Marques, os prazos impostos à nossa investigação impediram-nos de a poder utilizar plenamente. Contudo, a nossa consulta comparativa do próprio Tombo de Fiães, permitiu-nos constatar que, apesar das suas truncagens e pequenos erros de datação, a edição de Ferro Couselo preserva os dados fundamentais de cada documento. Assim sendo, optámos por utilizar esta edição, plenamente cientes de todas as suas virtudes e limitações.

[7] Luis de Salazar y Castro, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, Madrid, Imprenta Real: Melchor Álvarez e Mateo de Llanos, 1685.

culo de Leitores,[8] a biografia de Garcia II elaborada por Ermelindo Portela Silva,[9] ou os trabalhos de Bernard F. Reilly sobre Afonso VI, D. Urraca e Afonso VII.[10]

No que concerne à evolução das estruturas sociais da Galiza medieval, chamamos a atenção para *Galicia Feudal*, de Victoria Armesto, e *Galicia en la Baja Edad Media. Iglesia, Señorío y Nobleza*, de José García Oro.[11]

Entre a vasta produção científica de José Mattoso sobre a sociedade e estamento nobiliárquico português podemos realçar os paradigmáticos *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*; *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII* e *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325).*[12] Devido ao contexto específico da nossa temática, podemos apontar também os seus artigos sobre as relações transfronteiriças da nobreza portuguesa: *A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular*; *Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade* e *A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença.*[13] Entre os trabalhos mais recentes sobre fluxos migratórios en-

[8] Pela sua centralidade nas problemáticas em torno das questões sobre a soberania portuguesa, devemos realçar os seguintes volumes: José MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; e Luís Carlos AMARAL e Mário Jorge BARROCA, *A Condessa-Rainha: Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

[9] Ermelindo PORTELA SILVA, *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)*, Burgos, La Olmeda, 2001.

[10] Bernard F. REILLY, *The Kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, Princeton, Princeton University Press, 1982; *Idem*, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI (1065-1109)*, Princeton, Princeton University Press, 1988; e *Idem*, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII (1126-1157)*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1998.

[11] Victoria ARMESTO, *Galicia Feudal*, Vigo, Galaxia, 1971 [1969]. José GARCÍA ORO, *Galicia en la Baja Edad Media. Iglesia, Señorío y Nobleza*, Noia, Ed. Toxosoutos, 1999.

[12] José MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001 [1981]; *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1998 [1982]; *Idem*, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols. (*Oposição – Composição*), 5ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1995 [1985].

[13] José MATTOSO, «A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular», in *Obras Completas*, Vol. I: *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 319-339; *Idem*, «Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade», in *Obras Completas*, Vol. VII: *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de

tre os dois reinos podemos mencionar *De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)*, de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, e *Beyond the Border: The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230).*[14] Ainda dentro do espectro dos estudos sobre a nobreza, também buscámos contributos em *A Nobreza de Corte de Afonso III*, de Leontina Ventura, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, ou *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, de Luís Krus.[15]

No que concerne a trabalhos dedicados à nobreza galega devemos invocar *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales*, de José García Oro, *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*, de José Luis López Sangil, e *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, de Eduardo Pardo de Guevara y Valdés.[16] Em 2012, este último autor viria a editar *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder. Aportaciones a la Historia Social de la Noble-*

Leitores, 2001, pp. 259-271; e *Idem*, «A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença», in *Obras Completas*, Vol. VIII: *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, pp. 129-147.

[14] José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV) », *Anuario de Estudios Medievales*, 40/2 (2010), pp. 889-924; e Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira, «Beyond the Border: The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», *e-Journal of Portuguese History* [revista electrónica], 12 - N.º 1 (2014), pp. 1-48, disponível em <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/pdf/v12n1a01.pdf> [consultado em 12/12/2014].

[15] Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento), 1992; José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1997; e L. Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

[16] José García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales*, Santiago de Compostela, Ed. Bibliófilos Gallegos, 1981; José Luis López Sangil, *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2002; e Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, 2 vols., A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2000.

za Bajomedieval Gallega,[17] volume onde se compilam alguns dos principais artigos e textos da sua carreira científica, sendo de realçar *De las Viejas Estirpes a las Nuevas Hidalguías. El Entramado Nobiliario Gallego al Fin de la Edad Media* ou *Parentesco y Nepotismo. Los Arzobispos Compostelanos y sus Relaciones Familiares en la Baja Edad Media*. De entre os vários artigos sobre a aristocracia galega dos séculos centrais da Idade Média importa salientar *Aristocracia y Sistema de Parentesco en los Siglos Centrales de la Edad Media. El Grupo de los Traba*, de Ermelindo Portela Silva e María del Carmen Pallares Méndez.[18]

Entre os diversos artigos publicados sobre estirpes com origens galego-portuguesas podemos invocar, a título de exemplo, *Los Descendientes del Conde Ero Fernández, Fundador del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pallares*, de Jaime de Salazar y Acha, *A Estirpe Vianense dos Velhos (Origens e Inícios)*, de A. de Almeida Fernandes, *Fernando Pais de Tamalhancos: Trovador e Cavaleiro*, de José António Souto Cabo, *Los Arias de Galicia y sus Relaciones Familiares con Fernando II de León y Alfonso I de Portugal*, de M. Rubén García Álvarez, *A Família Lima entre a Galiza e Portugal (Séculos XII a XVI)*, de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, ou *Sobre el Conde Rodrigo Pérez «el Velloso»*, de Simon Barton, entre outros.[19]

---

[17] Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder. Aportaciones a la Historia Social de la Nobleza Bajomedieval Gallega*, Madrid, Fundación Cultural de la Nobleza Española, 2012

[18] Ermelindo PORTELA SILVA e María del Carmen PALLARES MÉNDEZ, «Aristocracia y Sistema de Parentesco en los Siglos Centrales de la Edad Media. El Grupo de los Traba», in *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1993, pp. 277-294.

[19] M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Los Arias de Galicia y sus Relaciones Familiares con Fernando II de León y Alfonso I de Portugal», *Bracara Augusta*, XX - N.º 43-44 (1966), pp. 25-41; A. de Almeida FERNANDES, «A Estirpe Vianense dos Velhos (Origens e Inícios) », *Arquivo do Alto Minho*, 2ª Série – IX - T. I e II (1972-1973), pp. 47-83 e 121-146; Simon BARTON, «Sobre el Conde Rodrigo Pérez «el Velloso»», *Estudios Mindonienses*, 5 (1989), pp. 653-661; Jaime de SALAZAR Y ACHA, «Los Descendientes del Conde Ero Fernández, Fundador del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pallares», Sep. de *Galicia en la Edad Media. Actas del Coloquio de Santiago Compostela de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1990, pp. 67-86; José António SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos: Trovador e Cavaleiro», *Revista de Literatura Medieval*, XXIV (2012), pp. 231-267; José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima entre a Galiza e Portugal (Séculos XII a XVI) », in José Augusto de Sottomayor-Pizarro e Mário Jorge

Quanto a trabalhos monográficos dedicados a linhagens específicas podemos invocar o caso de *A Casa de Soutomaior (1147-1532)*, de Suso Vila.[20]

De entre a inúmera produção sobre a evolução e composição da nobreza pertencente à esfera castelhano-leonesa podemos referir: *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, de Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León; *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*, de Simon Barton; *La Casa del Rey de Castilla y León en la Edad Media*, de Jaime de Salazar y Acha; ou *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*, de Inés Calderón Medina.[21]

Dentro do espectro dos estudos sobre a literatura galego-portuguesa conseguimos encontrar informações valiosas em *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, de António Resende de Oliveira; em *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*, de José Carlos Miranda; e em *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas. Aproximação às Origens Socioculturais da Lírica Galego-Portuguesa*, de José António Souto Cabo.[22]

Na área do património fortificado, podemos referir o levantamento de Jaime Garrido Rodríguez, tratado monograficamente em *Fortalezas de la An-*

Barroca (eds.), *Paço de Giela. História de um Monumento*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15-65.

[20] Suso Vila, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2010.

[21] Simon Barton, *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997; Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1999; Jaime de Salazar y Acha, *La Casa del Rey de Castilla y León en la Edad Media*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000; e Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*, Madrid, CSIC, 2011.

[22] António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento), 1992; José Carlos Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*, Porto, Edições Guarecer, 2004; e José António Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas. Aproximação às Origens Socioculturais da Lírica Galego-Portuguesa*, Niterói/Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2012.

tigua Provincia de Tuy.[23] Dada a escassez de estudos sobre a heráldica das famílias do sul da Galiza, apenas podemos invocar *Las Armas de los Límia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV)* e, numa perspectiva mais geral, *Palos, Fajas y Jaqueles. La Fusión de Armerías en Galicia durante los Siglos XIII al XVI*, de Eduardo Pardo de Guevara y Valdés.[24]

Sobre a organização territorial e social do Alto Minho podemos referir *O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII*, artigo escrito a várias mãos e coordenado por Iria Gonçalves, *Entre Braga e Tui: Uma Fronteira Diocesana de Duzentos (o Testemunho das Inquirições)*, de Maria Filomena Andrade, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, de Amélia Aguiar Andrade, e *Organização Militar Medieval no Alto-Minho. Terras de Froião, Pena da Rainha e Valadares*, de Teresa Dulce da Cunha Gomes.[25]

Atravessando a fronteira, encontramos um bom retrato da terra de Toronho em *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval*, de Manuel Fernández Rodríguez.[26] O espaço galego da diocese de Tui também seria alvo de um denso estudo sobre a sua organização social, levado a cabo por Ermelindo Portela Silva e intitulado *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos XII a XV. Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis.*[27] No que con-

---

[23] Jaime GARRIDO RODRÍGUEZ, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, Pontevedra, Diputación Provincial, 1987.

[24] Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *Palos, Fajas y Jaqueles. La Fusión de Armerías en la Galicia durante los Siglos XIII al XVI*, Lugo, Diputación Provincial de Lugo, 1996; e Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, «Las Armas de los Límia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV)», *e-Spania* [revista electrónica], 11 (2011), disponível em <http://e-spania.revues.org/20540>, [consultado em 6/12/2011].

[25] Iria GONÇALVES (coord.), «O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV Série - 2 (1978), pp. 399-440; Teresa Dulce da Cunha GOMES, *Organização Militar Medieval no Alto-Minho. Terras de Froião, Pena da Rainha e Valadares*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado policopiada), 1997; Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1994; e Maria Filomena ANDRADE, «Entre Braga e Tui: Uma Fronteira Diocesana de Duzentos (o Testemunho das Inquirições) », *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série - XV (1998), pp. 77-98.

[26] Manuel FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento» - Xu-Ga-CSIC, 2004 (Anexos de *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XX).

cerne ao estudo da própria cidade de Tui, podemos citar *Tuy en la Baja Edad Media. Siglos xii a xv*, de Pascual Galindo Romeo, e *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, de Suso Vila.[28]

De entre a bibliografia sobre a diocese de Tui e a evolução das suas estruturas eclesiásticas devemos realçar dois dos artigos presentes no volume XIV da *Historia de las Diócesis Españolas*: *La Diocésis de Tuy hasta 1100*, de Manuel Cecílio Díaz y Díaz e Daría Vilariño Pintos, e *La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media (1070-1500). La Frontera y la Guerra*, de José García Oro.[29] Em 2008, Ernesto Iglesias Almeida levou a cabo um pequeno estudo sobre a influência e relações do clero tudense em Portugal, denominado *O Antigo Bispado de Tui en Portugal.*[30]

A natureza transfronteiriça da diocese de Tui também levou à redacção de vários artigos, sendo de destacar os trabalhos de José Marques: *A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média*; *O Entre Minho e Lima: Da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta*, *O Censual do Cabido de Tui para o Arcediagado da Terra da Vinha (1321)* e *O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos xiv-xv.*[31] A estes textos devemos acrescentar os artigos *A Comarca Eclesiástica de*

---

[27] Ermelindo Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos xii a xv. Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis*, Santiago de Compostela, Imp. El Eco Franciscano, 1976.

[28] Pascual Galindo Romeo, *Tuy en la Baja Edad Media. Siglos xii a xv*, Suplemento ao Tomo XXII de *España Sagrada*, Madrid, Instituto Enrique Flórez – CSIC, 1950; Suso Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2009.

[29] Manuel Cecílio Díaz e Daría Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», in José García Oro (coord.), *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XIV: *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, pp. 537-548; José García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media (1070-1500). La Frontera y la Guerra», in José García Oro (coord.), *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XIV: *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, pp. 549-570.

[30] Ernesto Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2008.

[31] José Marques, «O Censual do Cabido de Tui para o Arcediagado da Terra da Vinha (1321) », Sep. de *Bracara Augusta*, XXXIV – Fasc. 78 (91) (1980), pp. 447-483; *Idem*, «O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos xiv-xv», *Revista de História*, VI (1985), pp. 97-120; *Idem*, «A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média», in *Estudos em Homenagem a Luís António*

Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo, de Avelino de Jesus da Costa, e *Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media*, de Paz Romero Portilla, e a monografia *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho.*[32] Entre os numerosos trabalhos sobre as origens e desenvolvimento da diocese bracarense podemos citar, por exemplo, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*, de Luís Carlos Amaral, e *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, de Avelino de Jesus da Costa.[33]

Olhando para esta breve lista de títulos, podemos constatar a existência de um número muito restrito de estudos bilaterais sobre a nobreza galego-portuguesa, sendo que nunca foi produzido qualquer trabalho dedicado especificamente à fronteira minhota. Uma fronteira que, graças à natureza da diocese de Tui, se manteve completamente aberta a contactos transfronteiriços até finais do século XIV. Um espaço permeável a uma interpenetração que tentaremos analisar ao longo das próximas páginas e ilustrar graficamente em árvores genealógicas e em cartografia dedicada à implantação patrimonial das estirpes galego-portuguesas estabelecidas numa faixa territorial que vai desde o norte tudense até ao vale do Cávado.

---

de Oliveira Ramos, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 697-712; e *Idem*, «O Entre Minho e Lima: Da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta», *Estudos Regionais: Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série - 1 (2007), pp. 11-29.

[32] Avelino de Jesus da COSTA, «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo», in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol. I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp. 68-240; Teresa de Jesus RODRIGUES, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002; Paz ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 247-259.

[33] Avelino de Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento), 1959; e Luís Carlos AMARAL, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 2007.

I
A antiga diocese de Tui: território, igreja, política e sociedade

Nesta primeira parte do nosso trabalho, temos por objectivo delinear as características gerais e os processos evolutivos relativos à antiga diocese de Tui, até à sua fractura em 1381.

Nesse sentido, levaremos a cabo uma análise que, em vez de seguir uma mera leitura cronológica dos vários fenómenos que moldaram a diocese e a sua região, dará a primazia a uma leitura sectorial dividida em quatro esferas temáticas: o território (características da geografia física e da matriz territorial dos poderes laicos e eclesiásticos que o definem), a Igreja (evolução da diocese, tendo sempre em vista a análise das relações de poder transfronteiriças que manteve até 1381), a evolução política (desde a presúria de Afonso Betotes às guerras fernandinas, estabelecendo paralelos entre os projectos soberanistas de Garcia II e de D. Afonso Henriques e passando por todos os movimentos expansionistas portugueses, que visaram a anexação do sul da Galiza) e a sociedade (abordando, principalmente, os sinais de convívio e colaboração entre os poderes das duas margens do Minho e as migrações, explorando os diferentes ciclos, causas e contextos, e apresentando exemplos que ilustrem, em cronologias distintas, a permeabilidade da diocese de Tui, enquanto espaço de fronteira).

No fundo, tentaremos estabelecer o cenário geográfico, histórico e institucional no qual se moveram as famílias que analisaremos na segunda parte deste trabalho, para que, no final, se possa delinear um paralelo entre o comportamento da aristocracia galego-portuguesa oriunda da fronteira e a própria história social da região.

1.1. O território

Na sua essência, o ofício do historiador exige sempre uma leitura de todo e qualquer fenómeno humano segundo dois vectores primordiais: o tempo e o espaço.[34] Porém, em estudos como o nosso, onde impera uma visão na longa duração (915-1381), a leitura do papel do espaço acaba por recair, fundamentalmente, numa análise da forma como este foi repartido ou dividido, através do esforço organizador e colonizador dos homens.

Assim sendo, acabamos por encontrar aqui um fio condutor entre o ponto de partida material, a geografia física, e os poderes abstractos criados pelo homem, ou seja, entre o espaço e as várias redes de poder, eclesiásticas e laicas, que regem as vidas daqueles que o ocupam. Por isso, avançaremos gradualmente nesta hierarquia, começando por uma apresentação sintética das características da geografia física da diocese, passando depois à análise das divisões estabelecidas pelos poderes laicos e eclesiásticos.

Neste último aspecto, a diocese de Tui assume uma dimensão verdadeiramente *sui generis*, já que não se encaixa nas fronteiras de um único reino e, em boa verdade, nem sequer nas fronteiras internas que separavam artificialmente os velhos distritos medievais de Toronho e Límia.

Nestas circunstâncias, tentaremos primeiramente dar seguimento à análise do contexto geográfico, com uma nova secção que aborde a dimensão territorial da diocese e a forma como esta se exprimiu a norte e a sul do Minho, através da criação de circunscrições próprias; depois, serão apresentados os seus contrapontos laicos, Toronho e a parte ocidental da terra de Límia, na Galiza, e a miríade de terras do Alto Minho.

Comecemos então pela geografia física da velha diocese de Tui.

O cenário geográfico

Apesar de ser quase impossível criar uma categorização uniforme para as condições naturais existentes entre os séculos x e xiv, pensamos que não terão existido mudanças assinaláveis entre o perfil da geografia física existente no século xiii e aquele que existe hoje.[35]

[34] Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy*…, p. 29. Na nossa análise das principais características da geografia física deste território iremos seguir os dados magistralmente avançados por este autor na sua dissertação sobre a região do bispado de Tui.

Na verdade, a mão humana não conseguiu deformar os acidentes físicos (cursos hidrográficos e massas montanhosas) que davam uma homogeneidade natural às duas metades da antiga diocese de Tui.

De uma forma geral, a Dorsal Galaica, que se estende desde os contrafortes das serras de Cando, Suido e das terras de Avión,[36] até aos maciços fronteiriços de Laboreiro, Peneda-Gerês, Soajo e da serra Amarela, acabaria por encapsular a diocese por leste.

Contudo, pensamos que, na sua extensão máxima, a diocese terá chegado a entrar um pouco mais no interior, graças às avultadas dimensões do antigo arciprestado de Ribadavia[37], que permaneceu na jurisdição de Tui até à época moderna. Por outro lado, também acreditamos que a igreja tudense terá procurado alargar a sua tutela às comunidades serranas de Avión.

Neste cenário, o relevo vai-se esbatendo até ao litoral, sendo que o curso dos rios maiores, como o Minho, o Lima ou o Oitavén, por exemplo, ajudaram a prolongar algumas cristas até ao mar.

A norte, este fenómeno é especialmente visível no braço montanhoso que, saindo da serra de Cando, chega a atingir a península do Morrazo,[38] onde, à revelia dos seus direitos naturais, alguns prelados tentaram aglutinar aos seus domínios as igrejas de Cangas e de Moaña.

Já a sul, bem junto à fronteira, este fenómeno levou à criação de uma crista que divide o vale do Louro do vale de Tea e de um segundo complexo que, pela margem esquerda do Minho, se abre em vários vales provenientes das serras da Gavieira e de Arga.[39]

No fundo, esta orografia acabou por desenhar nas duas metades da diocese uma sucessão de vales (de altimetria variável), que, ao aconchegarem pequenos e grandes cursos de água, criaram as condições ideais para a constituição de uma colmeia de comunidades, nascida nos primeiros tempos da colonização romana e ligada pela sua rede de comunicações, que, durante toda a Idade Média, ainda fazia convergir na passagem entre Tui e Valença os caminhos que ligavam Braga a Lugo e a Iria.

---

[35] Para um bom retrato sobre as características físicas da região tudense veja-se Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy…*, p. 31 e seguintes.

[36] *Idem*, *ibidem*, p. 31.

[37] Acreditamos que o território do antigo arciprestado de Ribadavia incluiria, pelo menos parcialmente, as terras de Límia e Arnoia.

[38] Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy…*, p. 31.

[39] *Idem*, *ibidem*, p. 32.

Na verdade, as zonas mais desabitadas desta região transfronteiriça seriam os espaços serranos, que em cotas superiores a 400 metros apresentam um povoamento verdadeiramente residual.[40]

Resta referir que, apesar da importância do relevo na definição do espaço povoado, as restantes fronteiras da diocese (norte e sul) são traçadas por dois dos três grandes cursos de água da região, ou seja, pelos rios que, como o Oitavén, convergem na ria de Vigo e pelo curso inferior (e português) do rio Lima.

Com efeito, estas duas fronteiras naturais possuíam pontos-chave, ou de charneira, que articulavam a relação da região com espaços externos. A norte, Vigo foi ganhando a dimensão de entreposto comercial e de porta de saída dos excedentes produtivos, enquanto Soutomaior se tornou o pivô defensivo do norte da diocese, com a tarefa de proteger as terras de Santiago de qualquer incursão hostil vinda do sul.

Por seu lado, a linha do Lima era marcada, na sua foz, pela rica terra da Vinha, onde Viana do Castelo (Atrium) fazia as vezes de Vigo, como um dos pontos de ligação do *hinterland* minhoto com o resto do ocidente peninsular, e mais no interior por Ponte de Lima, principal ponto de passagem do Lima, e pelo castelo da Nóbrega, que, para além de controlar os fluxos humanos que atravessavam o Lima, teria a função de defender o segmento português do vale de qualquer incursão que chegasse de Límia, quer pelos caminhos de montanha, quer pelo curso do próprio rio.[41]

Contudo, o esforço de demarcação da fronteira acabaria por esvaziar esta periferia de muitas das suas competências (principalmente militares), com o propósito de reforçar as funções sociais e militares das urbes da linha do Minho.[42] Aqui, quatro duplas de pequenas urbes fortificadas contrapunham-se num frente a frente simétrico: A Guarda opunha-se a Caminha, Tui a Valença, Salvaterra a Monção e Fornelos (em Crecente) a Melgaço.

---

[40] No que refere ao povoamento em altitude, o Entre-Minho-e-Lima difere da Galiza num único aspecto: no Alto Minho existem vários cenóbios e centros espirituais que, como Longosvales ou S. João de Arga, por exemplo, foram estabelecidos em zonas serranas; esta situação *sui generis* acabou por permitir a constituição de alguns punhados de pequenas comunidades que se assumem como verdadeiras excepções a esta norma de povoamento.

[41] Sobre o perfil do castelo e terra da Nóbrega veja-se Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 147.

[42] Para mais detalhes sobre o processo de delimitação da fronteira através do reforço dos poderes e competências das vilas do Entre-Lima-e-Minho veja-se Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*.

O relevo suave da esmagadora maioria dos vales galaico-minhotos e, até, de partes substanciais da linha costeira, criava boas condições quer para o povoamento quer para uma agricultura multifacetada. Porém, algumas vicissitudes do seu clima temperado e oceânico acabariam por diminuir a produtividade da terra, visto que a temperatura média anual de 14 graus e a pluviosidade diminuta durante os meses de Verão colocariam em causa o sucesso das culturas de sequeiro, ou seja, da produção cerealífera, base da dieta alimentar.

Atendendo a estas circunstâncias, a abundância das chuvas entre Outubro e Abril deixa perceber também uma certa aposta em culturas de regadio, para consumo humano. Porém, a composição arenosa do solo e a tendência para o povoamento em zonas pendentes provocariam uma lavagem constante dos solos e, portanto, um aumento da sua acidez, o que acarretaria constantes esforços de enriquecimento e adubamento das terras durante a estação seca.[43]

Na nossa opinião, esta menor fertilidade do litoral galaico-minhoto terá inscrito na nobreza da região uma voracidade fundiária verdadeiramente incomparável, visível no constante esforço de concentração de propriedade na sua zona de origem, na busca de novas oportunidades de enriquecimento na margem oposta do Minho, na forma como encetavam políticas matrimoniais num círculo regional bastante fechado, nas tentativas de alcançarem sucesso na corte e, até, no uso constante de mecanismos de apropriação abusiva da terra.

Na verdade, tanto senhores (fossem eles laicos ou eclesiásticos) como camponeses viram-se obrigados a colaborar num difícil processo de transformação do seu cenário natural, com o propósito de minorar os efeitos negativos que os factores anteriormente enunciados tinham nas suas vidas. Este longo e difícil processo de adaptação às especificidades do seu espaço natal terá levado a que a esmagadora maioria da sua aristocracia não perspectivasse a aquisição de terras a sul, através da Reconquista, como uma opção apetecível, sendo que as suas condicionantes naturais não se encaixariam no seu modelo tradicional de exploração territorial.

Vejamos agora de que forma o perfil territorial das diferentes parcelas da própria diocese de Tui acaba por corresponder, ao mesmo tempo, a uma ra-

[43] Para mais detalhes sobre este regime climatológico veja-se Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy…*, pp. 35-38.

cionalização do tecido humano deste espaço e a um projecto de organização do seu povoamento.

A expressão territorial da diocese de Tui

Nos seus primórdios, os primeiros prelados de Tui ter-se-ão enfrentado com um espaço muito mais arborizado e com um conjunto de comunidades mais pequeno e isolado do que nos séculos mais tardios da Idade Média.

O primeiro retrato da diocese, nascida entre o primeiro e segundo concílio de Braga (entre 561 e 572), encontra-se no famoso *Paroquial Suevo*, documento onde se identificam as *pagi* e paróquias das 13 dioceses do antigo reino suevo.[44]

Segundo esta fonte, gravitavam em torno do velho *Castellum Tudae*[45] romano as paróquias de *Turedo*, *Tabulela*, *Lucoparre*, *Aureas*, *Langetude*, *Carisiano*, *Marciliana*, *Turonio*, *Celesantes*, *Toruca*, *Aunone*, *Sacria*, *Erbilone*, *Cauda*, *Ovinia* e *Cartese.*[46]

Aparentemente, cada um destes lugares seria o centro da vida religiosa, civil e económica de pequenas comunidades, dispersas por uma área ainda densamente florestada e fracturada pela sua suave orografia.

Segundo Ávila y La Cueva, *Aunone* poderá ter sido Ribadavia, *Cuada* seria A Guarda e *Ovinia* corresponderia à terra da Vinha, ou seja, à frente marítima do actual concelho de Viana do Castelo até Vila Praia de Âncora. Autores mais recentes, como Manuel Fernández Rodríguez, identificaram *Turedo* com Toureda (A Cañiza), *Tabulela* com Taboexa (As Neves), *Lucoparre* com Longosvales (Monção) ou Lougares (Mondariz), *Aureas* com Areas (Pontevedra), *Langetude* com Languda (Ponteareas), *Marciliana* com Marcillá (As Neves), *Turonio* com Torroño ou Toroña (antiga comarca com sede na zona de Oia, que acabaria por dar nome a toda a vertente ocidental galega da velha diocese de Tui), *Celesantes* com Cesantes (Redondela). Quanto às *pagi* arianas, sabemos apenas que *Herbilione* seria Herbille (Mos) e que *Cauda* poderá ter sido Oia (Vigo).[47]

---

[44] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 19.

[45] *Idem*, *ibidem*, p. 14.

[46] *Idem*, *ibidem*, p. 20; Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», pp. 539-540.

Graças ao seu estudo sobre os limites da diocese de Braga no tempo de S. Frutuoso, Almeida Fernandes[48] colocou *Ovinia*, *Annove*, *Toraca* e *Calapacios* bem perto das margens do Lima (em Portugal), sendo que estas comunidades marcariam o segmento médio do território eclesiástico bracarense, pois, segundo este autor, este estender-se-ia desde as margens do Douro até ao rio Lérez[49], chegando a abranger todo o bispado de Ourense até Puebla de Sanabria.[50]

Como veremos mais à frente, deste vasto espaço desagregaram-se as dioceses do Porto, a sul, de Tui, a norte, e de Ourense, a nordeste, não sendo por isso de estranhar que Tui e Ourense tivessem mantido uma forte relação umbilical com os seus metropolitas, ou que tivessem sido alvo da cobiça de D. Teresa e de D. Afonso Henriques.

Ainda segundo Almeida Fernandes, *Cartase*, *Corelo*, *Toraca*, *Annove* e *Ovinia* situar-se-iam no centro do Entre-Minho-e-Lima e *Erbilione*, *Lomcoparre* e *Canda*, na margem sul do Minho.[51] Também Avelino de Jesus da Costa se dedicaria a este tema, propondo uma localização bastante específica para várias das paróquias referidas no *Paroquial Suevo*: *Ovinia* (Vinha, Viana do Castelo), *Canda* (Alvaredo, Melgaço), *Loncopare* (Longosvales, Monção), *Erbilione* (Cristelo Covo, Valença), *Cartase* (Mentrestido, Valença), *Torelo* (Vascões, Paredes de Coura), *Toraca* (Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez) e *Annove* (Calheiros, Ponte de Lima).[52]

As dificuldades de identificação de muitos destes topónimos prendem-se com o facto de muitos deles corresponderem a pequenas comunidades agrárias que, como a esmagadora maioria das *pagi*, se acabariam por extinguir.

---

[47] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 20.

[48] A. de Almeida Fernandes, «Os Limites da Arquidiocese Bracarense até ao Tempo de S. Frutuoso», *Bracara Augusta*, XXI (1967), pp. 277-288 (*Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso*, Vol. I).

[49] Estas fronteiras ultrapassavam em muito os futuros limites da diocese de Tui, já que o Lérez desagua na ria de Pontevedra, vários quilómetros a norte daquele que viria a ser o limite natural desta igreja: a ria de Vigo.

[50] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 21.

[51] As principais propostas de Almeida Fernandes sobre este mapa diocesano primitivo encontram-se esboçadas em Fernandes, «Os Limites da Arquidiocese Bracarense…», pp. 277-288; e *Idem*, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, 1997 [1968]. Sobre este assunto veja-se também Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, pp. 21-22.

[52] A evolução da comarca eclesiástica de Valença do Minho foi plenamente esboçada em Costa, «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho…», pp. 68-240.

Por outro lado, a anarquia causada pelo colapso do reino visigodo e pelas invasões muçulmanas, terá levado a uma dispersão da população pelo território ou a um recuo em direcção a norte. Lembremo-nos que, graças à solidariedade dos bispos de Iria, os prelados tudenses estiveram instalados, até 915, nas comarcas de Faro, Bergantiños, Nendos e Soneira.[53]

Na verdade, pensamos que será impossível avaliar plenamente o estado de organização ou desorganização da vida social da diocese nos tempos posteriores à sua primeira restauração.

Contudo, existem indícios suficientes que permitem sustentar a ideia de que a chegada do bispo D. Hermígio a Tui, em 915, poderá ter sido uma consequência directa do sucesso da presúria de Tui (854) e do processo de repovoamento encetado pelos descendentes de Afonso Betotes.

Assim sendo, poderá ser possível que tanto os condes presores como D. Hermígio se tenham deparado com uma malha populacional ainda mais dispersa, mas que terá mantido algumas das suas paróquias chave. Um destes centros nevrálgicos terá sido a paróquia/terra de Toronho, já que, logo em 915, o bispo Recaredo de Lugo foi agraciado com uma doação régia, onde se referem bens nas vilas e igrejas de Bembivre e Parada, em Toronho, e que em 942, na dotação de Celanova por S. Rosendo, se alude directamente à igreja de Santa Eulália, também em Toronho.[54]

Na nossa opinião, este desfasamento entre a data da presúria e a restauração da diocese poderá prender-se com a enorme frequência das incursões muçulmanas e normandas no vale do Minho, já que apenas quatro anos depois da reconquista de Tui começaram a surgir os primeiros ataques à linha costeira galega.

Por outro lado, o próprio sucessor de D. Hermígio, Naustio (926-932), acabaria por se retirar para o mosteiro de Labrugia (Labruja, Ponte de Lima), onde se protegeu das incursões normandas.[55]

Nos finais do século, o mesmo cenário voltaria a repetir-se, visto que D. Paio também se retirou com os seus para o mosteiro de Ribas de Sil, devido à sua incapacidade em defender Tui das persistentes investidas das gentes do norte.[56]

---

[53] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 544.

[54] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 27.

[55] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 544.

[56] *Idem*, *ibidem*, p. 545.

Ainda na ressaca da surtida de Almançor contra a Galiza (997), Tui voltou a ser atacada pelos normandos, que, liderados pelo futuro rei-santo norueguês Olaf Haraldsson, saquearam e destruíram a cidade, fazendo vários escravos e reféns.[57] Um destes prisioneiros terá sido o próprio bispo, D. Afonso (1020), que, após o pagamento de um resgate, também buscou refúgio no cenóbio de Ribas de Sil.[58]

Confrontado com a sua quase absoluta destruição, causada pelas incursões normandas e pela incapacidade (ou desinteresse) da nobreza condal em defender esta franja do litoral galego, Afonso V decidiu cortar o mal pela raiz e, em 1024, confiou Tui à igreja compostelana.[59]

Apesar desta subordinação a Santiago, a redução do número de incursões muçulmanas e normandas e o avanço da Reconquista, principalmente no reinado de Fernando Magno, acabaram por trazer alguma paz à região, que, estimulada pela restauração da diocese em 1071, acabou por entrar num longo ciclo de repovoamento e reorganização territorial.

Segundo Ermelindo Portela, surgem na metade galega da diocese um total de 164 topónimos, 70 igrejas e 4 paróquias ao longo do século XII; 90 topónimos, 30 igrejas e 12 paróquias, na primeira metade do XIII; e 74 topónimos, 42 igrejas e 31 paróquias, na segunda metade do XIII.[60]

Em Portugal o processo terá sido em tudo similar, na medida em que, quando chegamos às inquirições de 1258, existiam já, no Entre-Minho-e-Cávado, um total de 21 julgados e 415 freguesias.[61]

No caso da metade portuguesa da diocese, ou seja, somente na zona do Entre-Minho-e-Lima, existiam já sete julgados (Caminha, Cerveira, Froião, Pena da Rainha, Valadares, S. Martinho/Ponte de Lima e Valdevez), que perfaziam um total de 189 freguesias.

Atendendo à maior massa territorial e à localização da cabeça desta igreja, na cidade de Tui, não é de estranhar que a malha administrativa da metade galega da diocese tenha sido um pouco mais apertada do que a portuguesa.

Com efeito, no litoral formaram-se os arciprestados de A Guarda, Miñor, Fragoso e Redondela. A norte, encontrava-se o enorme arciprestado de Sou-

[57] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 28.

[58] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 545.

[59] *Idem*, *ibidem*, pp. 545-546.

[60] Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy*..., p. 51.

[61] Gonçalves (coord.), «O Entre Cávado e Minho…», p. 400.

tomaior, que servia de limite sul às terras de Santiago e que terá chegado a atingir as terras altas de Avión. A sul, nas margens do Minho, estavam os arciprestados de Tebra, Entienza, Salvaterra do Minho e S. Martinho (de Ladrones). A norte destes e a sul dos anteriores, situavam-se os arciprestados da Louriña, de Riba de Tea e de Montes (Fornelos de Montes). A leste da terra de S. Martinho e de Montes estava o arciprestado de Ribadavia, que, em alguns momentos da sua história, terá chegado a penetrar na terra de Arnoia, já dentro da antiga comarca da terra de Límia. Atendendo às inúmeras referências documentais a igrejas na zona de Moaña e de Cangas de Morrazo, podemos pensar também que estas pequenas comunidades poderão ter estado em disputa entre Santiago e Tui.

De uma forma geral, cada uma destas circunscrições parece coincidir com a zona de influência de um centro urbano ou de uma praça militar. Estas circunstâncias verificam-se no caso de A Guarda, de Baiona e do castelo de Santa Elena (em Miñor), de Redondela, do castelo de Soutomaior, do castelo de Tebra (em Tomiño), do castelo de Entienza (Salceda de Caselas), de Salvaterra do Minho, da torre de Fornelos (em S. Martinho-Crecente) e de Ribadavia.

Infelizmente, em terras galegas não se produziram quaisquer inquirições ou levantamentos que permitam especificar exaustivamente a distribuição das paróquias desta região por cada arciprestado.

No entanto, o mesmo não se passa em Portugal, visto que as inquirições de 1258 e 1288, a lista das igrejas de Tui no território de Entre-Lima-e-Minho (1258-1259), a lista das igrejas de Tui que deviam entregar os seus benefícios eclesiásticos a D. Dinis (1320) e o censual para o arcediagado da Vinha (1321), permitem-nos criar um retrato bastante detalhado das paróquias que dependiam directamente da igreja tudense:[62]

Arcediagado de Cerveira: Santa Maria de Valdevez, Santiago de Boibão (Valença), S. Pedro de Castanheira, Santo Estêvão de Valença, S. Martinho de Coura (Paredes de Coura), S. Pedro de Rubiães, Santiago de Romarigães, S. Paio de Rubiães, S. Salvador de Vilar de Lamas, Santa Maria de Linhares, Santa Eulália de Cerveira, Sanfins de Parada, Santa Maria de *Exaudi* (Insalde), Sanfins de Moreira, Santa Maria de Troporiz, Santa Eulália de Lara, Santa Maria de Taião, S. Lourenço de Lapela, S. Mamede de Friestas, Sanfins de Friestas, S. Cipriano de Pinheiro, Santa Maria de Verdoejo (Santa Marinha de

[62] Seguiremos a lista de paróquias proposta por Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*..., p. 53 e seguintes.

Verdoejo), S. Pedro de Vascões, S. Miguel de Crastelo (Castrelo), Santa Maria de Padornelo, S. Miguel de Sago, S. Salvador de Resende, S. Miguel de Rabel, Santa Maria de Paredes, S. João de Bico, S. Paio de Mozelos, S. João de Toro, Santa Maria de Valbom, S. Veríssimo de Luzio, S. João de Portela, S. Miguel de Barroso, Santa Maria de *Astães*, Santo André da Torre (ou S. Salvador), Santa Eugénia de Barbeita, mosteiro de S. João de Longosvales, S. Mamede de Troviscoso, S. Julião da Silva, Santa Maria de Moreira, Santiago de Souto, mosteiro de Santa Marinha de Loivo, Santa Eulália de Gondar, Santa Eulália de Trute, Santa Maria de *Aiude*, S. João de Revoredo, S. Pedro de Mangoeiro (em Gondarém), Santo André de *Astãaes* (actual Santo André de Taias), S. Pedro de Seixas, S. Martinho de Lanhães (Lanhelas), S. Cipriano da Póvoa, Santa Maria de Lobelhe, S. Salvador de Covas, S. João de Arga, S. Cristóvão de Gondomil, Santa Eulália de Vilar de Mouros, Santiago de Pias, S. Miguel de Fontoura, Santa Maria de Cossourado, Santa Maria do Castelo, S. Pedro de Formariz, S. Pedro da Torre, Santa Maria da Silva, S. Miguel de Sapardos, S. Mamede de Ferreira, S. Paio de Vila Meã, Santa Maria de Valença, o mosteiro de Ganfei, S. Salvador de Macedo, S. Pedro Pantaleão de Cornes, Santiago de Nogueira, Santa Maria da Cunha, Santiago das Vinhas, Santa Cristina de Mentrastido, e mosteiro de S. Pedro de Merufe, S. Salvador de Cambeses, S. Martinho de Pena, S. Salvador de Bravães, Santiago de Infesta e Santa Maria de Monção.

Arcediagado de Labruja: Santiago de Brandara, Santa Maria de Labrujó, Santa Eufémia de Calheiros, S. Miguel de *Barro*, Santa Marinha de Arcozelo, mosteiro de Refóios de Lima, Santa Eulália de Refóios, Santa Maria de Sá, S. Pedro de *Arcobus*, Santiago de Bertiandos, S. Julião de Moreira, S. Salvador de *Asturãos* (Estorãos), Santiago de Fontão, Santa Comba de Riba Lima e Rio Frio.

Arcediagado de Távara (Távora): S. Martinho de Monte Redondo, S. Pedro de Souto, Santa Cristina de Távora, S. Salvador de Padreiro, S. Vicente de Távora e Santa Maria de Távora.

Arcediagado de Valdevez: S. Paio de Arcos, S. Salvador de Sabadim (Badim), S. Martinho de *Mei*, Santa Eulália de Rio de Moinhos, S. João de Vilar do Monte, Santo André de Portela, S. Cosme de *Girei*, Santa Maria de *Ulveira* (Oliveira?), S. Cipriano de Senhorim, S. Jorge, Santa Maria de Vilela, Santo Estêvão de *Avoim* (Aboim), Santa Comba de Eiras, S. Martinho de Cabana Maior, Santa Eulália de Gondoriz, Santa Maria de Grade, S. Salvador de *Cebreiros*, S. Vicente de *Huela* (Onda?), Santa Maria de Alba, S. Paio de Jolda, S. Pedro de *Arcubus*, S. Lourenço de *Rodalio*, S. Tomé de *Gueey*, S. Martinho de Moimenta, Santa Comba de *Guelhistes*, o mosteiro de Miranda, o mosteiro de Ermelo, S. Miguel de Louredo, S. Pedro de Sá, Santa Marinha

de Valdevez de Prozelo, S. Pedro de Gandra, S. Martinho de Soajo, Santiago de Cendufe, S. Cosme de Ázere, Santa Maria de Paço, S. João de Monte, Santo André de Guilhadeses e Santa Maria de Lordelo.

Terra da Vinha: S. Salvador de Bolhente, S. Miguel de Perre, S. Martinho de Outeiro, S. Salvador de Viana, Santa Maria da Vinha, S. Paio de Moledo, S. Pedro de Soutelo, Santiago do Castelo, Santa Maria de Vilar de Âncora, Santa Maria de Caminha, Santa Marina, S. Pedro de *Varas*, Santa Eulália de Veade, S. Miguel de Mortedo, Santa Marinha de Argela, Santa Marinha de Gontinhães, S. Paio de Meixedo, Santa Cristina de Meadela, Santa Marinha de Vila Mou, Santa Maria de Carreço, S. João de Nogueira, Santa Eulália de Orbacém, S. Salvador de Gondar, o mosteiro de Cabanas, Santa Cristina de Afife, Santiago de Cardielos, S. Martinho de Freixieiro, S. Pedro de Senharei, S. Eulália de Lanheses, Santa Maria de Âncora, S. Salvador da Torre e o mosteiro de S. Cláudio.

Arcediagado de Valadares: Mosteiro de Paderne, Santa Maria de Paços, S. Salvador de Riba de Mouro, Melgaço, S. João de Sá, S. Paio de Paderne, Santiago de Penso, S. Lourenço de Prado, Santa Maria da Porta, Santa Maria de Campo, S. Salvador de Tagilde, S. Paio de *Sesgude*, S. Cosme de *Podami*, S. Julião de Badim de Susão, S. Miguel de Messegães, Santa Maria de Roussas, Santa Maria de Castro Laboreiro, *S. Segoinghe*, S. Martinho de Alvaredo, S. Pedro de *Moo* e o mosteiro de Fiães.

A partir destas informações, podemos constatar que, apesar de estar dividido através de um número menor de arcediagados, o território do Entre Minho e Lima apresenta uma densidade de ocupação verdadeiramente impressionante, que se intensificava ainda mais a sul do Cávado.

O nascimento e renascimento da rede paroquial tudense acaba por ser um espelho das vicissitudes históricas que condicionaram o povoamento desta região transfronteiriça. Todavia, as circunscrições e poderes laicos não foram alheios a este processo, sendo que existe uma admirável coincidência entre os limites da comarca de Toronho e a metade galega da antiga diocese de Tui.

Toronho (e Límia)

Nascida durante o período suevo, a comarca de Toronho foi uma das unidades administrativas mais antigas e duradouras de todo o espaço galego, ocupando um território relativamente vasto e coincidente com a quase totalidade da metade galega da diocese de Tui.

Com efeito, pensamos que apenas existiria uma pequena divergência na fronteira oriental das duas entidades, já que a terra de Toronho teria como limite o Avia,[63] enquanto a diocese entraria um pouco mais no interior, devido à enorme dimensão da jurisdição eclesiástica de Ribadavia. Tendo em conta esta realidade, podemos presumir que Ribadavia tivesse sido um eixo articulador das relações sociais existentes entre Toronho e Límia, a oriente.

Apesar de os investigadores serem unânimes na identificação das origens de Toronho numa das paróquias primitivas do período suevo-visigodo, ainda não se chegou a um consenso sobre a sua localização exacta ou sobre as razões que levaram ao alargamento dessa designação à globalidade do território.

Segundo Enrique Flórez, o topónimo Toronho terá resultado de uma corrupção de Torroña, lugar da paróquia de S. Pedro de Burgueira, junto a Oia.[64] Por sua vez, Ávila y La Cueva optou por seguir as mesmas pistas que Enrique Flórez, colocando neste lugar o poderoso castelo de Santa Elena, sendo que, na verdade, estaria localizado em Monte Galiñeiro, na paróquia de Zamanes.[65]

Já Manuel Murguía define Toronho como uma comarca vizinha de Tui, que terá sido resultado da transferência da corte de Witiza para esta cidade.[66]

Com base no itinerário de Antonino, Marcelo Macías indica que esta praça poderá ter sido a *Turoqua*, que seria a quarta mansão da via romana entre Braga e Astorga e que terá dado origem aos restos arqueológicos existentes em Tourón, perto de Ponte Caldelas. Porém, esta paróquia fica claramente fora dos limites medievais desta terra.[67]

No fundo, esta questão viria a ser relativizada apenas com Galindo Romeo, que defendeu claramente a ideia de que Toronho não seria uma praça específica, mas, pura e simplesmente, a denominação medieval da terra, que, em contraposição ao senhorio episcopal de Tui, não estava sob o domínio directo do bispo.

Tal como hoje, este autor não foi capaz de traçar os limites desta terra com uma precisão absoluta, utilizando o limite dos domínios do castelo de S. Paio de Lutos como a sua fronteira setentrional.[68]

---

[63] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 17.

[64] *Idem*, *ibidem*, p. 21.

[65] *Idem*, *ibidem*, pp. 21-22.

[66] *Idem*, *ibidem*, p. 22.

[67] *Idem*, *ibidem*, pp. 22-23.

[68] *Idem*, *ibidem*, pp. 23-24.

Apesar de todas estas informações, que convergem na ideia de que o nome da paróquia primitiva de Torroña se terá generalizado à região, sem que, necessariamente, se tenha transformado no centro administrativo deste espaço, Garrido Rodríguez conseguiu encontrar indícios arqueológicos que apontam para a existência de uma fortificação muralhada, no lugar de Monte Castelo, nesta mesma freguesia.[69]

Assim sendo, podemos presumir que aqui se localizaria o centro nevrálgico da rede paroquial rural do período romano e suevo-visigodo, que, mesmo após o seu abandono, terá servido de designação para a parcela ocidental do sul da Galiza.

No fundo, Toronho seria a designação civil primitiva do corpo de 11 paróquias e 6 *pagi,*[70] que se viriam a desdobrar, até aos finais do século XI, na miríade de freguesias da diocese tudense.

Tal como já referimos, somos da opinião que o recuo dos bispos tudenses para terras de Iria terá acarretado uma deslocação da população desta região para norte, facto que terá levado ao abandono de alguns destes centros de poder primitivos, sendo que Toronho terá sido o mais afectado.

Todavia, a natureza superficial da ocupação muçulmana nos territórios a norte do Douro terá permitido o rápido avanço da Reconquista na esfera galego-portuguesa. Segundo a crónica de Afonso III, ficamos a saber que as forças da monarquia asturiana terão apontado primeiramente para Lugo e, seguindo o percurso do rio Minho, acercaram-se de Tui. A partir daqui, o remanescente da rede viária romana permitir-lhes-ia um avanço rápido em direcção a Braga, Chaves, Viseu e Porto.

Graças ao labor repovoador de Afonso Betotes e dos seus descendentes, toda a região de Toronho voltou a dar sinais de revitalização.

No mesmo ano em que se processou a primeira restauração da diocese (915), Ordonho II fez uma doação a Recaredo, bispo de Lugo, onde se alude claramente às igrejas e vilas de Bembivre e Parada, em Toronho, e, em 942, surge numa vasta doação de S. Rosendo a Celanova a referência à paróquia de Santa Eulália, em Toronho.[71]

Contudo, a ausência quase total de documentação referente a esta região ou à sua diocese, leva-nos a crer que, durante o século X, as incursões da pira-

[69] Estes indícios foram tratados por Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, pp. 163-171.

[70] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 26.

[71] *Idem*, *ibidem*, p. 27.

taria normanda e muçulmana terão impedido uma consolidação do repovoamento do vale do Minho.

A surtida de Almançor de 997 e o saque da cidade de Tui pelos normandos, em 1014 ou 1016, terão encerrado um longo ciclo de destruição, que culminou na captura do bispo tudense e do grosso da população desta urbe pelo caudilho normando Olaf Haraldsson, personagem que, ao converter-se ao cristianismo, viria a tornar-se no santo patrono da Noruega.[72]

Colocada sob a tutela de Santiago desde 1024, a região usufruiu de uma certa paz, provocada pelo avanço da Reconquista, pelo abrandamento das surtidas normandas e pela restauração da diocese, em 1071.

Assim, pensamos ser natural que, chegados aos tempos de D. Raimundo, a terra de Toronho tenha voltado a surgir na documentação, novamente como comarca delimitadora do espaço tutelado pelos castelos galegos que se situavam na diocese de Tui. Para todos os efeitos, o primeiro tenente desta comarca terá sido o próprio D. Raimundo, que é descrito num pleito entre os vizinhos de Vigo e Canadelo, datado de 1095, como conde de Toronho.[73]

Todavia, a chegada do conde D. Henrique a Portucale terá obrigado D. Raimundo a estabelecer uma fronteira jurisdicional, através da nomeação de um vicário seu para a terra de Toronho. O escolhido foi D. João Ramires, pai de Fernão Anes de Montor.[74]

As marcas deixadas pelas incursões normandas e a necessidade de delimitação de uma fronteira entre Portucale e a Galiza *«lucense»* terão incentivado um processo de encastelamento da região, que perduraria até ao terceiro quartel do século XIII, altura em que esta estratégia começou a dar lugar a um programa de criação de vilas e póvoas urbanas, que passariam a demarcar a fronteira.[75]

Em 1211, o novo foral de Tui foi confirmado por João Fernandes de Lima I, na qualidade de tenente dos castelos de Toronho[76], Sobroso, Tebra e

[72] *Idem*, *ibidem*, p. 28.

[73] *Idem*, *ibidem*, p. 29.

[74] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 240.

[75] O sistema castelar do Alto Minho (e a transição para um sistema baseado em vilas urbanas fortificadas) encontra-se analisado em Teresa Dulce da Cunha Gomes, *Organização Militar Medieval no Alto-Minho. Terras de Froião, Pena da Rainha e Valadares*, vols. I e II.

[76] Este documento poderá estar a aludir ao pequeno castro fortificado, localizado em Torroña (Oia) – Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, pp. 163-171.

Santa Elena. Dentro desta circunscrição estavam também os quatro castelos que, em 1217, transitaram de D. Teresa, antiga esposa de Afonso IX, para as suas filhas Sancha e Dulce —Entienza[77], Sobroso[78], Santa Elena[79] e Tebra[80]—. Assim sendo, podemos presumir que Entienza terá passado da posse do bispo para a rainha e, depois, para as suas filhas, sendo que os restantes já fariam parte do património régio.[81]

Dentro desta circunscrição também estariam os castelos e fortificações de S. Martinho de Ladrones (Arbo), da Nóvoa (Carballeda de Avia),[82] de Monte Aloia (Tui),[83] de Monte Galinheiro (Gondomar),[84] de Soutomaior,[85] de Fornelos (Crecente),[86] de Morgadanes (Gondomar),[87] de Mirabel (Cans, Porriño),[88] de Teis e Penzo (Vigo),[89] de Castrizán (A Peneda, em Soutomaior)[90] e de A Picaraña (Ponteareas).[91]

Na nossa opinião, esta atitude revela a postura defensiva que D. Raimundo e os monarcas leoneses subsequentes tiveram de tomar em relação aos impulsos expansionistas portugueses, desde os tempos do conde D. Henrique.

No fundo, esta fricção constante em torno da posse da terra de Toronho advinha da aspiração dos poderes portugueses a devolverem à diocese de Tui a unidade administrativa dos séculos anteriores, atitude que terá sido contrária

---

[77] Fortaleza localizada em Salceda de Casales – *Idem*, *ibidem*, pp. 173-175.

[78] Sobre este castelo de Mondariz veja-se Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, pp. 87-115.

[79] Castelo de Nigrán analisado em Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, pp. 147-155.

[80] Castelo de Tomiño tratado em Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, pp. 129-143.

[81] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, pp. 29-30.

[82] *Idem*, *ibidem*, pp. 30-31.

[83] Tratada por Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, pp. 15-27.

[84] *Idem*, *ibidem*, pp. 29-37.

[85] *Idem*, *ibidem*, pp. 43-85.

[86] *Idem*, *ibidem*, pp. 117-125.

[87] *Idem*, *ibidem*, pp. 157-159.

[88] *Idem*, *ibidem*, pp. 177-182.

[89] *Idem*, *ibidem*, pp. 183-185.

[90] *Idem*, *ibidem*, pp. 187-189.

[91] *Idem*, *ibidem*, pp. 191-194.

a possíveis pactos estabelecidos entre D. Raimundo e D. Henrique sobre os limites dos seus domínios.[92]

A exemplo do Alto Minho, onde se encontram várias terras e julgados, Toronho não apresentava um governo único, visto que o tenente da comarca conviveria com vários tenentes menores, que, em muitos casos, estavam na sua dependência directa. Muitas vezes, estas tenências menores acabavam por representar apenas a tutela de um castelo, uma localidade, um vale ou, até, de um lugar. Eram estes os casos dos tenentes de Tebra, do vale da Louriña, de Sobroso, de S. Martinho ou da Nóvoa.[93]

Todavia, a documentação permite identificar claramente um leque alargado de unidades de povoamento que diziam ser pertencentes a esta unidade mais vasta: Camposancos (A Guarda), Sá (Camposancos), Salcidos (A Guarda), Cividanes (Salcidos), Sanján (O Rosal), Portecelo (O Rosal), Villadesuso (Oia), Mougás (Oia), Sandián (O Rosal), Marzán (O Rosal), Taraes (O Rosal), Fornelos (O Rosal), Lourenzá (Oia), Mavia (Lourenzá), Burgueira (Oia), Tavagón (O Rosal), Pias (Tavagón), Eiras (O Rosal), Goián (Tomiño), Figueiró e Estás (Tomiño), Brandariz e Romariz (no couto de Tomiño), Tebra (Tomiño), Outeiro (Tebra), Frianes (Tebra), Souto (Frianes), Fafiaes (Tebra), Currás (Tomiño), Sobrada (Tomiño), Pesegueiro (Tui), Castro (Pesegueiro), Vilapouca (Pesegueiro), Malvas (Tui), Anta (Areas, Tui), Rio de Moinhos (entre Tui, Randufe e Areas), Souto (Randufe), Baredo (Baiona), S. Cosme e S. Damião (Bahiña, Baiona), Baiona, Burvedra (Borreiros, Gondomar), Burgo (Baiona), Vilariño (Ramullosa, Nigrán), Nigrán, Panxón (Nigrán), Viño (Morgadanes, Gondomar), Zamanes (Vigo), Vigo, Coia (Vigo), Condomiñas (entre Vigo e Coia), Canadelo (Vigo), Teis (Vigo), Sárdoma (Vigo), Caldelas (Tui), Cans (Porriño), Domicoes (Louriña), Sanguiñedo (Mos), Pereiras (Mos), Fontelo (Atios, Porriño), Budiño (Salceda), Entienza (Salceda), Freixendo (Salvaterra), Bouza de Vigo (Salvaterra), Ferreiros (Salvaterra), Martín (Fornelos, Salvaterra), Corzans (Salvaterra), Tortoreos (As Neves), Requeixo (Vide, As Neves), Casal e Souto (Vide, As Neves), Sequeiros (Ribarteme, As Neves), Setados (As Neves), Campos (Rubiós, As Neves), Viso (Batalláns, As Neves), Guillade (Ponteareas), Celeiros (Ponteareas), Angoares (Ponteareas), Pias (Ponteareas), Portela (Villasobroso, Mondariz), Varcea (Mondariz), Lougares (Mondariz), Vilanova (Barciademera), Framir (Barciademera), Lourido (Cas-

[92] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 33.

[93] *Idem*, *ibidem*.

teláns, Covelo), Aldir (Covelo), Aldir (Covelo), Deva (Petán, A Cañiza), Gundian (Petán), Parada de Achas (A Cañiza), Taín (Valeixe, A Cañiza), Sendelle (Crecente), Ribadavia, Forno Telleiro, Regodeigón (Ribadavia) e Villaverde (Abelenda, Carballeda de Avia).[94]

No extremo leste de Toronho estava a terra da Nóvoa, tenência menor que era encabeçada pela urbe de Ribadavia e que era protegida pela praça de S. João da Nóvoa. A esta tenência menor pertenciam os lugares de Regodeigón (Ribadavia), Ameixeira (Crecente), Edreira (Melón), Tourón (Melón), Leiro, Sá (Serantes, Leiro), Lebosende (Leiro), Orega (Leiro), Vieite (Leiro) e Beade.[95]

Segundo estes dados, podemos perceber que os limites físicos da terra de Toronho seriam o rio Minho, a sul, o Avia e o Minho, a leste, e o Avia e a terra de Penacorneira, a norte. Esta fronteira coincide, de uma forma geral, com os limites dos arciprestados de Fragoso, Louriña, Ribadetea, Montes, Redondela e Soutomaior.[96]

Na fronteira setentrional de Toronho encontrava-se já a terra de Maniola, regida pelo tenente do castelo de S. Paio de Lutos (ou Lodo), espaço que, atendendo a informações de Ávila y La Cueva, poderá ter feito parte do antigo arciprestado de Redondela. Este castelo era governado pelo bispo e pertigueiro de Santiago.[97]

No extremo oriental (já no interior da província de Ourense), Toronho encontrava-se com as terras de Avión, Penacorneira, Orcellón e Castela (de Búval). A sul, a fronteira entre Toronho e Límia era marcada pelo Minho.[98]

Somos da opinião que a diocese de Tui terá ultrapassado os limites de Toronho em apenas três pontos: no arciprestado de Redondela, que, atendendo às origens da terra de Maniola, poderá ter chegado a tocar, pelo menos, Moaña e Cangas, na península do Morrazo; na terra de Avión, onde os arciprestados de Soutomaior e de Montes terão exercido alguma influência; e, justamente, na terra de Límia, onde Arnoia e alguns povoamentos vizinhos poderão ter feito parte do antigo arciprestado de Ribadavia.

Esta relação umbilical entre Tui, Ribadavia e Límia justifica claramente a constante associação das duas terras (Toronho e Límia), em torno das mesmas

[94] *Idem*, *ibidem*, pp. 33-44.

[95] *Idem*, *ibidem*, pp. 44-45.

[96] *Idem*, *ibidem*, pp. 45-46.

[97] *Idem*, *ibidem*, pp. 45-47.

[98] *Idem*, *ibidem*, pp. 47-51.

famílias e, possivelmente, de uma única circunscrição eclesiástica. Porém, também é possível que, no seu contexto primitivo (romano), a fronteira entre o convento lucense e bracarense tenha acompanhado os percursos do Minho e do Sil, ou seja, os limites naturais de Toronho.[99]

Portanto, será lícito afirmar que os projectos portugueses de anexação de Toronho e Límia correspondem a um programa de unificação de todo o convento bracarense,[100] que incluía já as «deformações» medievais desse cenário administrativo primitivo, ou seja, as parcelas desta última terra que estavam adjudicadas ao arciprestado de Ribadavia.

Assim sendo, seria a estrutura orgânica da diocese de Tui o principal elemento justificador da expansão do reino português e não as dimensões das circunscrições laicas que visavam ocupar.

Devido a este contexto, existem autores que chegam a aventar que o próprio surgimento da terra de Límia terá sido fruto da invasão portuguesa no limite oriental das dioceses de Tui e Ourense, visto que esta parecia dar um formato de comarca territorial às terras ourensanas conquistadas pelos portugueses, onde tenentes de D. Afonso Henriques, como Vasco Sanches de Barbosa, seu sobrinho, exerceram o seu poder a partir das praças de Celmes e Berredo.[101]

Só assim se podem justificar as dimensões avultadas do território do arciprestado de Ribadavia, que, apesar da sua transferência para a diocese de Ourense, subsistem até hoje.

Resta referir que, para além da Nóvoa, existiam mais algumas tenências menores na terra de Toronho. Uma delas seria Fragoso, que abrangia as seguintes localidades: Lavadores, Beade, Comesaña, Bembivre, Teis, Santiago, Santa Maria, Cabral (Vigo) e Castiñeira. Todas estas paróquias estavam integradas no arciprestado de Fragoso.[102]

Por sua vez, existem referências à terra de Miñor em Nigrán, Vilameán, Parada, Panxón (Nigrán), Nandín (Parada), Gondomar, Morgadanes, Mañufe, Vilaza, Filgueira, Faianes, Borreiros e Couso (Gondomar). Esta terra, que pa-

[99] *Idem*, *ibidem*, p. 51.

[100] *Idem*, *ibidem*, p. 52.

[101] Carlos Andrés González Paz, César Olivera Serrano e Rosario Valdés Blanco-Rajoy, «As Fortalezas de Fronteira (Senhorial/Régia) na Galiza e em Portugal», in Luís Adão da Fonseca (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica*, Porto, CEPESE-Fronteira do Caos Editores, 2014, p. 286.

[102] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 53.

rece ter coincidido com os limites do arciprestado de Miñor, terá tido a força condutora do castelo de Santa Helena e, depois, da urbe de Baiona.[103]

Anexos à terra de Tebra encontravam-se os seguintes lugares: Salcidos (A Guarda), Cividanes (Salcidos), Taraes, Sandián, Marzán (O Rosal), *Aqua Lada* (Tomiño), Lama Má (entre Figueiró e Estás), Gandara, Cela (Estás, Tomiño), Outeiro (Tebra, Tomiño) e Vilapouca (Pesegueiro, Tui). Esta tenência agruparia o território dos arciprestados de Tebra e A Guarda e era encabeçada pelo castelo de Tebra.[104]

Na terra da Louriña estavam: Guizán, Sanguiñedo, Pereiras (Mos), Cans (Porriño), Castro (Atios, Porriño) e Donicones. Esta tenência coincidia, em parte, com o arciprestado da Louriña e era governada a partir do castelo de Mirabel (em Cans).[105]

Sob a jurisdição do castelo de Sobroso estavam: Bugarín, Prado, Pias, Oliveira, Guillade (Ponteareas), Mondariz, Paraños, Baldomar (Covelo), Barciademera e Mera (Barciademera). Esta tenência corresponderia aos arciprestados de Ribadetea, Ponteareas e Montes.[106]

Ao castelo de S. Martinho de Ladrones corresponderiam os lugares de Casteláns (Covelo), Deva, Gundián, Senande (Petán, A Cañiza), Parada (A Cañiza), Candán (Luneda, A Cañiza), Folgoso (Parada, A Cañiza), Insua (O Couto, A Cañiza), Setados (As Neves), Arbo, Barcia (Mourentán, Arbo), Vilar, Sendelle, Portela, Chagianes (Crecente) e Mandelos (Vilar).[107]

Por fim, e como já vimos, à terra da Nóvoa correspondiam todas as dependências do arciprestado de Ribadavia.

A convivência destas pequenas tenências com um governador único de toda a terra de Toronho deixa perceber que esta última se terá assumido como uma super-estrutura administrativa, política e militar, que terá conduzido a defesa e garantido a coesão de todo o espaço contra as incursões portuguesas, num modelo muito similar àquele utilizado nas marcas francas, onde se agrupavam vários estados senhoriais com o propósito de criar um tampão a forças invasoras.[108]

---

[103] *Idem*, *ibidem*, p. 54.

[104] *Idem*, *ibidem*, pp. 56-57.

[105] *Idem*, *ibidem*, pp. 57-58.

[106] *Idem*, *ibidem*, pp. 58-59.

[107] *Idem*, *ibidem*, pp. 59-61.

[108] *Idem*, *ibidem*, p. 61.

Com a entrada no século XIV, e a imposição do sistema de meirindades, todo este complexo sistema administrativo seria contraído em apenas três meirindades: S. Martinho, Nóvoa e Toroño.[109]

Atendendo à nossa vasta cronologia, seria muito difícil estabelecer um quadro completo de tenentes de todas estas pequenas terras, mas o mesmo não acontece com os tenentes de Toronho. Portanto, os principais tenentes de Toronho terão sido: o célebre Gomes Nunes de Pombeiro; o seu genro Fernão Anes de Montor; Paio Curvo de Toronho, filho do anterior; Pero Pais da Maia, irmão de Ximena Pais da Maia, esposa de Gonçalo Pais Curvo, filho do anterior; o conde Armengol de Urgel, figura de confiança da monarquia leonesa; D. Vasco (Sanches de Barbosa?); Fernando Ponce, filho do conde catalão Ponce de Cabrera; Rodrigo Fernandes de Castro; Gomes Gonçalves de Trava; João Fernandes de Lima I, filho de Fernão Aires de Lima, magnates das cortes de Portugal e Leão; Fernando Guterres de Castro, filho de Guterre Fernandes de Castro; Gonçalo Nunes de Lara; D. Martim Sanches, bastardo de D. Sancho I; Fernão Anes de Lima I, filho de João Fernandes de Lima I; Martim Gil de Soverosa, meio-irmão de D. Martim Sanches; Rodrigo Froilaz de Trava, filho de Froila Bermudes de Trastâmara; João Fernandes de Lima II e João Fernandes de Lima III.[110]

Tendo em conta que a maioria destas figuras acabarão por ser mencionadas e analisadas na segunda parte da nossa tese, relativa às linhagens oriundas desta região, abster-nos-emos, neste momento, de apresentar uma síntese biográfica de cada uma delas.

Atravessemos então a fronteira do Minho e continuemos com a análise da estrutura sócio-administrativa do Alto Minho.

O Alto Minho

Atendendo ao seu contexto social, podemos definir o Alto Minho como sendo a zona delimitada pelos rios Minho e Cávado, ou seja, o território abrangido pela primeira alçada das inquirições de 1258.

Contudo, esta uniformidade social não encaixava completamente nas velhas fronteiras eclesiásticas, visto que o segmento inferior do Lima separava a

[109] *Idem*, *ibidem*, p. 62.

[110] As biografias dos principais tenentes e meirinhos de Toronho foram analisadas em Fernández Rodríguez, *Toronium*..., pp. 63-135, 143-186 e 187-194.

diocese bracarense da tudense.[111] Uma fronteira que, do ponto de vista físico, estava longe de ser inultrapassável, devido à convergência das velhas vias romanas na passagem de Ponte de Lima.

O primeiro sinal desta separação, ocorrida entre o primeiro e o segundo concílio de Braga, verifica-se pela primeira vez em 569, com o *Paroquial Suevo*, que acaba por apontar a Tui um limite territorial ligeiramente superior à sua versão posterior à restauração, dado que o limite norte da diocese bracarense, desagregado nessa altura, se estendia do Lima ao Lérez,[112] já dentro dos limites da futura diocese de Iria-Santiago – mas ainda dentro da província de Pontevedra.

Com efeito, das 17 paróquias e *pagi* atribuídas a Tui, 8 poderiam estar localizadas no Entre-Minho-e-Lima.[113]

De uma forma geral, pensamos que estes núcleos populacionais terão passado pelas mesmas vicissitudes que os seus vizinhos da margem direita do Minho, sofrendo o mesmo tipo de desgaste e desorganização causado pelo avanço muçulmano e, principalmente, pelos ataques normandos dos finais do século x e inícios do século xi. Por outro lado, julgamos também que terão usufruído dos efeitos positivos do afastamento da linha de fronteira, da redução do número de incursões muçulmanas e normandas e da restauração da diocese de Tui, em 1071.

Por isso, podemos presumir que, apesar da instabilidade criada pelos conflitos fronteiriços do século xii, a dinâmica de repovoamento da região terá acelerado desde 1071 até finais do século xiii, a um ritmo absolutamente simétrico ao da metade galega da diocese, sendo que as inquirições nos permitem ter uma imagem muito mais clara das estruturas sócio-populacionais desta região. Um retrato que apresenta, em detalhe, os resultados finais deste longo processo.

Assim sendo, verificamos que, à altura das inquirições de 1258, as paróquias primitivas da metade sul da diocese tudense se tinham transformado

---

[111] Sobre a configuração dos poderes eclesiásticos presentes no Entre-Cávado-e-Lima veja-se Andrade, «Entre Braga e Tui…», pp. 77-98.

[112] Marques, «A Fronteira do Minho…», pp. 699-700.

[113] *Idem*, *ibidem*, pp. 699-700, nota 1. Segundo Avelino de Jesus da Costa, estas seriam Ovinia (Vinha-Viana do Castelo), Canda (Canda-Alvaredo-Melgaço), Loncopare (Longosvales, Monção), Erbilione (Ervelho-Cristelo Covo, Valença), Cartase (Cartas-Mentrestido, Valença), Torelo (Corelo-Vascões, Paredes de Coura), Toraca (Taranta-Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez), Annove (Anova, Anova-Calheiros, Ponte de Lima).

numa miríade de comunidades, correspondente a um total de 189 freguesias distribuídas por 7 julgados. Estes julgados eram Caminha, Cerveira, Froião, Pena da Rainha, Valadares, S. Martinho-Ponte de Lima e Valdevez.

Todavia, os números tornam-se ainda mais impressionantes quando os analisamos no conjunto orgânico do Entre-Cávado-e-Minho, que compreendia um total de 21 julgados (Prado, Neiva, Aguiar, Geraz, Ponte de Lima, Correlhã, Santo Estêvão, Souto e Rebordãos, Caminha, Cerveira, Froião, Pena da Rainha, Valadares, Valdevez, Penela, Nóbrega, Bouro, Entre Homem e Cávado, Regalados, Lalim e Vila Chã), agregadores de 415 freguesias.[114]

Importa enaltecer que nos 14 julgados a sul do Lima encontravam-se 226 freguesias, claro sinal de maior densidade demográfica.

Acreditamos que a maior proximidade desta última zona à diocese de Braga e aos domínios da velha aristocracia condal terá tido um importante papel na manutenção e consolidação precoce da sua estrutura de povoamento. Por outro lado, as populações deste espaço encontravam-se protegidas de qualquer ameaça que viesse do mar, já que o Cávado não possui o mesmo nível de navegabilidade que o Lima ou o Minho e que se encontravam muito afastadas da devastação causada pelas guerras fronteiriças.

A densificação desta rede populacional acarretou, necessariamente, uma multiplicação das entidades senhoriais que conduziam a sociedade de fronteira, facto que, devido às características morfológicas do terreno a que já aludimos, exponenciou certas práticas de abuso contra os direitos régios.

A repartição cognática das heranças dentro da nobreza, e uma certa infertilidade dos solos (no que toca a culturas de sequeiro), tornava esta aristocracia propensa à usurpação de bens e direitos régios e eclesiásticos.

O primeiro monarca a enfrentar este problema terá sido D. Afonso II, que, no rescaldo dos conflitos de 1211, levou a cabo inúmeras confirmações das mercês e privilégios que os seus antecessores tinham conferido a senhores nobres e eclesiásticos, enfatizando assim a natureza e origem destes benefícios. Porém, este processo acabaria por se enfrentar com uma barreira de inoperância, causada pela simples recusa da aristocracia em reconhecer ao rei o direito de revogar as dádivas que lhe tinham sido concedidas, que apenas seria ultrapassada pelo aprimoramento do sistema de inquirições, iniciado em 1220, continuado em 1258 e repetido em várias levas durante os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV.[115]

---

[114] Gonçalves (coord.), «O Entre Cávado e Minho…», p. 400.

[115] *Idem*, *ibidem*, pp. 402-403.

Em 1258, os inquiridores da primeira alçada depararam-se com um cenário físico em tudo similar ao dos dias de hoje e, até, ao dos primórdios da colonização da região.

Como vimos, a crista galaica entra no Alto Minho através das serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, produzindo um maciço que, pela margem esquerda do Minho, segue até ao litoral, culminando na serra de Arga. Apesar da sua altimetria, que, tal como na Galiza, ronda os 200 a 400 metros, os vales cavados pelo Minho, Lima, Vez e Cávado caracterizam-se pela sua inclinação pouco acentuada. As serras da Peneda e Arga separavam o vale do Minho do Lima, enquanto a Amarela e do Gerês separava o vale do Lima do Cávado.[116] Quanto ao perfil da costa, este não difere muito da sua vizinha galega, apresentando-se como pouco escarpada, recheada de pequenas baías e de algumas zonas de areal.[117]

No que toca às tipologias de propriedade encontradas, estas podem dividir-se em quatro categorias gerais: reguengos, alódios, coutos e honras.[118]

Como seria de esperar, a propriedade reguenga concentrava-se nas zonas de maior densidade populacional, ou seja, na foz do Cávado, na zona de Monção e na confluência do Homem com o Cávado. No oposto deste cenário estava o julgado de Entre Homem e Cávado, onde toda a propriedade estava distribuída por senhores laicos e eclesiásticos e por vilãos, e no segmento norte de Froião, onde a maioria dos bens estavam coutados. Apesar de todas as usurpações, o rei manteve bens em 204 das 415 freguesias do Alto Minho.[119] Quanto aos alódios, podemos constatar que, devido à repartição cognática das heranças, a usurpações de senhores locais, a encomendações dos camponeses ou a vendas e escambos, geradas pela sua insolvência, a propriedade alodial foi-se tornando cada vez mais rara entre os séculos XI e XIII. Porém, em 282 das freguesias inquiridas na primeira alçada encontravam-se propriedades alodiais, um fenómeno que chega a atingir mais de 80% das freguesias dos julgados do Prado e de Caminha. Se a estas propriedades acrescermos os bens isentos dos moradores dos coutos concelhios, como Valença e Melgaço,[120] podemos concluir facilmente que um dos mecanismos de

[116] *Idem*, *ibidem*, pp. 403-404.

[117] *Idem*, *ibidem*, pp. 405-406.

[118] *Idem*, *ibidem*, p. 406.

[119] *Idem*, *ibidem*, p. 408.

[120] *Idem*, *ibidem*, pp. 409-411.

atracção de camponeses a este espaço de fronteira terá sido a promessa de, em determinados lugares, poderem formar a sua própria propriedade «honrada».

Observando transversalmente as inquirições de 1288, verificamos que a formação de novas póvoas, como a de Caminha, terá levado a uma utilização abusiva, por parte dos camponeses, destes direitos de isenção, que, em muitos casos, eram transmitidos a descendentes ou parentes próximos.

No que toca à propriedade honrada e coutada, podemos verificar que, no caso da nobreza, esta levara a cabo uma interpretação abusiva das premissas através das quais se formava.

Lentamente, a propriedade honrada «por pendão», «por padrões», «por carta» e «por divisões», deu lugar a práticas baseadas na ideia de que a simples pertença a um nobre justificava a isenção dos seus bens, enquanto estes estivessem na sua posse.[121] Assim sendo, o termo «couto» passaria a identificar vulgarmente a terra honrada estabelecida e delimitada pelo próprio rei,[122] enquanto o termo «honra» passou a identificar genericamente toda a propriedade isenta de pagamento de foros ao rei.

Normalmente, esta capacidade de «honrar» os bens adquiridos aplicou-se abusivamente a quase todos os mecanismos de aquisição da terra (a compra, o escambo, o aforamento, o préstamo, etc), sendo que apenas um número muito diminuto de métodos se podiam considerar verdadeiramente legais; falamos do amádigo e da criação de pousas do rei (ou do tenente).[123]

No caso do amádigo, a propriedade era honrada pelo facto de se criar nela o filho de um nobre, que à morte do seu aio tomava posse, parcial ou integral, da herdade. Este método de senhorialização acabaria por dar origem a variantes, assentes na colaçia ou na adopção dos fidalgos.

Aparentemente, os coutos pululavam na linha da fronteira e entre o Lima e o Cávado, onde coexistiam com um elevado número de honras. Por sua vez, as honras predominavam nesta região, principalmente no julgado de Regalados, sendo que, na fronteira, encontramos uma verdadeira cintura delas nos julgados de Valadares e de Cerveira, espaço onde também se situavam os coutos concelhios de Melgaço e Valença.[124]

---

[121] *Idem*, *ibidem*, p. 412.

[122] *Idem*, *ibidem*.

[123] *Idem*, *ibidem*.

[124] *Idem*, *ibidem*, p. 413.

No que toca a direitos de padroado, podemos verificar que o padroado régio era verdadeiramente residual e localizado apenas nos julgados de Neiva e de Ponte de Lima.[125]

Contudo, a incapacidade régia em afirmar a sua autoridade plasmava-se, principalmente, no desvio de direitos régios, como a anúduva, a ramada, a voz ou a coima, existindo julgados, como Entre Homem e Cávado, Bouro, Nóbrega, Ponte de Lima, Cerveira, Lalim, Souto e Rebordãos, onde esta prática atingiu 100% das freguesias inquiridas.[126]

Por outro lado, a fraude em torno da apropriação dos direitos régios também estava amplamente difundida, chegando a enormes picos nos julgados a sul do Lima, como Regalados, Lalim, Santo Estêvão e Souto e Rebordãos, onde este fenómeno se verificava em 80 a 90% das freguesias.[127]

Tal como já referimos, no topo da lista dos mecanismos de apropriação dos direitos régios estava o amádigo, fenómeno que viria a ser profundamente cerceado através das inquirições dionisinas.[128]

O amádigo consistia na criação, voluntária ou forçada, de uma criança nobre, que acarretaria a isenção de tributos régios e a passagem, total ou parcial, da herdade em questão para as mãos do fidalgo, chegando mesmo a verificar-se uma circulação dos menores, que, após curtas estadias, conseguiam honrar várias propriedades. Em muitos casos, estes amádigos eram fruto de violências, denunciadas pelos inquiridos.[129]

No caso da nobreza, também a compra e escambo eram usados como mecanismos de senhorialização, pois, ao tomarem posse dos bens adquiridos, transformavam-nos automaticamente em propriedade honrada.[130]

No caso do clero, encontramos um fenómeno paralelo, praticado com as doações e legados feitos a igrejas e mosteiros, que também acabavam por honrar e defender os foreiros das herdades em questão.[131] Na verdade, eram bastante comuns os casos em que a propriedade continuava honrada, mesmo após a sua passagem por vários proprietários.

---

[125] *Idem*, *ibidem*, pp. 415-416.

[126] *Idem*, *ibidem*, p. 421.

[127] *Idem*, *ibidem*, p. 422.

[128] *Idem*, *ibidem*.

[129] *Idem*, *ibidem*, pp. 422-423.

[130] *Idem*, *ibidem*, p. 423.

[131] *Idem*, *ibidem*, pp. 423-424.

Em muitos casos, verificamos simplesmente a ocupação forçada das terras por parte dos fidalgos, que, usando ameaças e violências contra vilãos e oficiais régios, mantinham os seus bens usurpados isentos de qualquer fisco.[132]

O último destes processos ilegais referidos pelas inquirições seria a isenção abusiva gerada por casos de incomuniação, ou seja, a isenção que advinha do facto de um ou vários camponeses, tributários do rei, se entregarem à protecção de um senhor laico ou eclesiástico, que os defendia do fisco régio e de outros senhores locais.[133]

Os números das inquirições de 1258 ilustram bem a voracidade desta nobreza e a forma como a região permanecera quase completamente afastada da alçada reguladora da autoridade régia.

Quanto aos casos de amádigo, os valores reportados são os seguintes: 8 em Prado, 66 em Neiva, 72 em Aguiar de Neiva, 52 em Ponte de Lima, 1 em Santo Estêvão, 11 em Souto e Rebordãos, 2 em Caminha, 40 em Cerveira, 77 em Froião, 36 em Pena da Rainha, 37 em Valadares, 87 em Valdevez, 80 em Penela, 66 na Nóbrega, 1 em Bouro, 53 no Entre Homem e Cávado, 41 em Regalados e 16 em Vila Chã.

Por sua vez, os casos de propriedade honrada por compra e escambo são os seguintes: 13 em Prado, 48 em Neiva, 10 em Aguiar de Neiva, 3 em Geraz do Lima, 44 em Ponte de Lima, 3 em Souto e Rebordãos, 11 em Caminha, 21 em Cerveira, 11 em Froião, 4 em Pena da Rainha, 6 em Valadares, 15 em Valdevez, 15 em Penela, 5 na Nóbrega, 5 em Bouro, 7 no Entre Homem e Cávado, 17 em Regalados, 3 em Lalim e 4 em Vila Chã.

Quanto às usurpações, verificam-se: 7 em Prado, 26 em Neiva, 1 em Aguiar de Neiva, 1 em Geraz do Lima, 5 em Ponte de Lima, 1 em S. Estêvão, 12 em Souto e Rebordãos, 1 em Caminha, 6 em Cerveira, 18 em Froião, 3 em Pena da Rainha, 2 em Valadares, 10 em Valdevez, 10 em Penela, 7 na Nóbrega, 16 em Bouro, 10 no Entre Homem e Cávado, 19 em Regalados, 12 em Lalim e 1 em Vila Chã.

Os casos de incomuniação abusiva são muito menores: 1 em Prado, 1 em Neiva, 2 em Aguiar, 17 em Ponte de Lima, 1 em Souto e Rebordãos, 18 em Cerveira, 54 em Froião, 10 em Valadares, 22 em Valdevez, 7 em Penela, 2 na Nóbrega, 5 em Bouro, 5 no Entre Homem e Cávado e 3 em Vila Chã.

---

[132] *Idem*, *ibidem*, pp. 423-425.

[133] *Idem*, *ibidem*, p. 425.

A estes dados podemos acrescentar 67 casos por doação a instituições eclesiásticas e 176 de usurpações não identificadas.[134]

Tendo em conta estes números, podemos constatar que, segundo as inquirições de 1258, 48,4% dos direitos régios desviados até então foram alvo de amádigo, podendo chegar a atingir 80% das freguesias de julgados como Aguiar de Neiva e da Nóbrega.[135]

Este primeiro grande ciclo de inquirições gerais diz-nos que, até essa altura, o rei tinha sido desapossado dos seus direitos em 1540 unidades agrícolas,[136] que acabaram por beneficiar directamente mais de 400 pessoas e entidades.[137] No que toca às primeiras, cerca de 370 seriam senhores laicos, presentes em 1317 referências (85,5%), e cerca de 50 seriam eclesiásticos, identificados em 223 casos (14,5%).[138]

A conjugação destes dados permite afirmar que, até 1258, estes senhores beneficiaram de 70% das apropriações de direitos, valor que poderá ter chegado aos 80% ou 90% em certos julgados.[139]

Com efeito, as inquirições de 1258 oferecem-nos um retrato de um território intocado pelo centralismo régio, ou seja, na sua verdadeira essência, enquanto resultado evolutivo do regime senhorial nascido nos finais do século XI. Assim sendo, podemos concluir que estamos perante uma comunidade de senhores verdadeiramente voraz e indiferente ao poder e às autoridades régias e que, enfrentada com a falta de espaço arável, criada pela orografia local e pela improdutividade das terras, se viu obrigada a utilizar todos os mecanismos possíveis de expansão da sua propriedade – mesmo que isso implicasse abdicar da vida de corte ou ultrapassar a fronteira do Minho.

Apesar da inexistência de qualquer inquirição geral para o espaço galego, podemos presumir que, devido às similitudes de morfologia do território, de configuração dos poderes e de regime de apropriação e organização da propriedade, o cenário seria em tudo igual – até nos mecanismos de apropriação de direitos.[140]

---

[134] Todos estes dados encontram-se em Gonçalves (coord.), «O Entre Cávado e Minho…», p. 426.

[135] *Idem*, *ibidem*, pp. 427-428.

[136] *Idem*, *ibidem*, p. 428.

[137] *Idem*, *ibidem*, pp. 429-430.

[138] *Idem*, *ibidem*, p. 431.

[139] *Idem*, *ibidem*, p. 432.

***

O nosso principal propósito nesta secção foi definir a matriz territorial da nossa região, identificar a evolução territorial das suas circunscrições laicas e eclesiásticas e analisar de que forma a própria evolução destas circunscrições acaba por espelhar o processo de crescimento da sua rede populacional e senhorial.

Com efeito, os dados apresentados não deixam grandes dúvidas sobre as similitudes existentes entre as duas metades da diocese, sendo que devemos salvaguardar as diferenças orgânicas geradas pela relação umbilical existente entre Toronho e Límia e entre as terras do Entre-Minho-e-Cávado.

No que toca ao espaço, reparamos que a velha diocese de Tui era aconchegada pela vertente sul da crista galaica, que, até ao vale do Cávado, diferenciava o litoral galego e minhoto dos seus vizinhos do interior. Por outro lado, os cursos de grandes e pequenos rios acompanhavam uma sucessão de erupções montanhosas que se estendiam até ao mar, formando vales relativamente planos e férteis, onde as gentes conseguiram construir redes de povoamento detentoras de uma enorme individualidade.

Quanto a diferenças, podemos verificar que a natureza mais escarpada de alguns segmentos da costa galega terá tornado a ocupação do litoral um pouco mais difícil e que, na Galiza, o povoamento em secções superiores a 400 metros de altitude é bem mais raro do quem em Portugal, onde algumas zonas serranas concentravam pequenos núcleos populacionais e, até, lugares de culto.

Ficámos a saber também que a conjugação da orografia, da composição dos solos e da climatologia local gerava algumas dificuldades na manutenção

---

[140] Acreditamos que o amádigo, por exemplo, seria uma prática comum ao espaço galego e ao Entre-Minho-e-Cávado. Este mecanismo específico de apropriação de direitos deverá ter partido de uma mimetização de processos de perfilhação praticados entre nobres de menor condição social e membros da alta aristocracia ou da própria família real.

Através de um punhado de documentos dos séculos x-xi, podemos verificar que, na busca de protecção política e social, vários fidalgos optaram por perfilhar figuras chave da aristocracia condal e da família real, estabelecendo as premissas desses acordos em cartas de *agnitio*.

Um dos exemplos mais famosos desta forma de actuação advém de Garcia II da Galiza, que, ainda Infante, entrou em disputa com o bispo de Mondonhedo por um conjunto de bens que lhe tinham sido deixados por uma senhora que o tinha perfilhado, a condessa D. Elvira, neta de Guterre Osores, filho de Osório Guterres, fundador do mosteiro de Lourenzá, cenóbio ao qual se tinha vinculado o património em disputa – sobre este assunto veja-se Portela Silva, *García II de Galicia…*, pp. 57-59.

dos níveis de produtividade das culturas de sequeiro, e que estas circunstâncias levaram a uma enorme especialização de processos e à criação de uma nobreza bastante dinâmica, em termos de conquista e ocupação de espaços e de apropriação de direitos e privilégios.

Pudemos constatar também as circunstâncias que permitiram avanços e recuos no povoamento da região, que acabaram por se plasmar nos próprios avanços e recuos da consolidação das estruturas de poder laicas e eclesiásticas, já que, até 1071, os efeitos nefastos das incursões normandas tinham impedido um assentamento definitivo da rede populacional e, ao mesmo tempo, a sedimentação de uma rede de poderes laicos e eclesiásticos que representasse e coordenasse adequadamente este espaço.

Não é por isso de estranhar que o crescimento exponencial do número de topónimos e de unidades eclesiásticas, nas duas margens do Minho, tenha sido acompanhado pelo renascimento de Toronho, e das suas sub-divisões, pelo nascimento das várias terras e julgados portugueses, e pela multiplicação das paróquias anexas aos diferentes arciprestados e arcediagados da diocese de Tui.

Na verdade, parece existir uma simetria enorme entre a expressão territorial máxima da diocese de Tui e as terras conquistadas pelos portugueses no sul da Galiza, já que, em nossa opinião, D. Teresa e D. Afonso Henriques terão aspirado a tomar todos os territórios que tinham pertencido ao antigo convento bracarense, incluindo neles aquelas terras que, na Idade Média, começaram a alimentar laços de dependência em relação aos senhores laicos e eclesiásticos de Ribadavia, ou seja, a nova comarca territorial de Límia.

Neste sentido, podemos observar que, ao contrário do Alto Minho, Toronho agrupava, na figura de um único tenente, a jurisdição sobre várias terras menores, que na maioria dos casos correspondiam a um vale dominado por uma fortificação local. Esta estrutura de «marca» seria um reflexo das guerras fronteiriças dessa era e de um povoamento mais denso e individualizado, em torno de alguns vales específicos, como a Louriña ou Tebra, por exemplo.

Em Portugal, a dependência da rede castelar era muito menos óbvia, sendo que a transição para um modelo assente em pequenas vilas e urbes foi muito mais precoce, dado que os impulsos dados por D. Afonso III e D. Dinis à constituição de novas póvoas pareciam prenunciar uma mudança de paradigma.[141]

[141] Sobre o caso específico da constituição da póvoa de Caminha, em 1284, veja-se José Marques, «A Póvoa Dionisina de Caminha – 1284», Sep. de *Estudos Regionais: Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série - 6 (2012), pp. 13-47.

A existência de castelos em S. Martinho, Cerveira, Froião, Pena da Rainha e Melgaço, no Entre-Minho-e-Lima, e em Neiva, Santo Estêvão, Aboim e Bouro, já no Entre-Lima-e-Cávado,[142] estava longe de atribuir ao Alto Minho a mesma densidade defensiva da terra de Toronho.

Por fim, a nossa incursão no mundo senhorial representado pelas inquirições de 1258 permitiu-nos vislumbrar o produto final da construção deste cenário, um universo onde a competitividade pela terra, provocada pela densidade demográfica, pela divisão cognática das heranças, pela natureza de minifúndio das parcelas de propriedade e por uma certa infertilidade dos solos, no que toca a culturas cerealíferas, transformou a aristocracia local, de maior ou menor condição social, numa força verdadeiramente voraz, que, em inúmeros julgados, era verdadeiramente hostil à autoridade régia, visto que não se dispensavam de recorrer à violência e aos mais diversos abusos para tomarem posse dos seus direitos.

Feito o retrato das terras, dos poderes e das suas gentes, chegou a hora de analisar a história eclesiástica da diocese, aferindo de que forma esta fundamentou o movimento de integração de Toronho e Límia em Portugal.

1.2. A igreja

Nesta secção apresentaremos os antecedentes e origens da diocese de Tui, até à sua primeira restauração em 915, expondo a sua relação primordial com a diocese e convento bracarense. De seguida, explicaremos de que forma as incursões muçulmanas e normandas levaram ao falhanço deste primeiro período de restauração e à sua passagem para a tutela de Santiago. Logo depois, tentaremos explicar de que forma a natureza transfronteiriça da diocese de Tui acabaria por justificar as incursões portuguesas nas terras de Toronho e Límia, durante o século xii, e em que medida se manteve uma relação muito próxima entre as autoridades eclesiásticas tudenses e os poderes a sul do Minho, até 1381. Por fim, apresentaremos um conjunto de dados que evidenciam a manutenção de laços formais de proximidade entre Tui e o seu bispo metropolita.

[142] O posicionamento geográfico destas fortificações encontra-se ilustrado em Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. II, pp. 228-229.

Todos estes caminhos serão trilhados com o propósito de evidenciar a natureza orgânica dos laços eclesiásticos que uniam as duas margens do Minho.

Do nascimento da diocese à sua primeira restauração (915)

Segundo Plínio, Tui seria o principal povoamento da tribo dos Grovios, tendo sido fundada por Diomedes, filho do rei Tideo, que lhe deu o nome de *Tyde* ou *Tude*. Este mito da origem grega da cidade acabaria por perdurar na historiografia da Baixa Idade Média e do Renascimento. Por sua vez, no século x surge um texto fantástico onde a fundação da cidade é atribuída a um Teodorico, filho de Octaviano, fundador de Toledo.[143]

Todavia, estas narrativas não possuem qualquer coincidência com a realidade, pois são completamente antagónicas em relação ao labor conquistador de Décimo Júnio Bruto, no sudoeste do espaço galego.

A conquista da região apenas terminou em 58 a.C., altura em que a *Galécia* passa a ser parte da *Hispania Citerior*, sendo depois agregada à *Tarraconensis*. Neste momento, as comunidades dos confins do mundo romanizado ainda prestavam culto a várias divindades indígenas,[144] de carácter naturalista.

Com a reforma administrativa de Diocleciano, Tui passou a ser parte da *Galécia*, integrando-se no enorme convento bracarense.

Iludidos pelas fronteiras artificiais constituídas em cronologias posteriores, vários investigadores procuraram estabelecer a fronteira do convento bracarense e lucense na linha do Minho, quando, na verdade, o limite estaria localizado bem mais a norte,[145] no rio Lérez. Assim sendo, podemos presumir que o território bracarense primitivo abarcaria a totalidade do bispado de Tui e o bispado de Ourense, até Puebla de Sanabria.[146] Esta suposição pode ser justificada facilmente através dos indícios arqueológicos pontevedrenses, que apontam para a existência de uma cohorte, composta por homens bracarenses, acampada em Tui desde os finais do século i d.C.[147]

---

[143] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 537.

[144] *Idem*, *ibidem*.

[145] *Idem*, *ibidem*.

[146] Tal como defendeu Almeida Fernandes – Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 21.

Apesar de todo o desenvolvimento trazido pelo processo de romanização do território, só voltamos a ter notícias sobre Tui em meados do século v, altura em que, segundo dados que remontam a 446, se identifica uma primeira surtida de piratas germânicos (vândalos) em terras de Toronho. Este acontecimento terá levado a um processo de reconstrução da cidade e de reorganização da região, que terá perdurado até 550.[148]

Este contexto apresenta inúmeras similitudes em relação ao panorama do século x, pois, nessa altura, a falência do projecto de restauração da diocese de Tui e de repovoamento do vale do Minho deveu-se totalmente aos efeitos destrutivos das sucessivas incursões normandas, que se estenderiam até aos inícios da centúria seguinte.

Curiosamente, a criação da diocese de Tui, entre o primeiro e o segundo concílio de Braga, parece corresponder a um momento de revitalização da vida social nas duas margens do Minho, após os ataques da pirataria germânica. Por sua vez, a primeira restauração da diocese, em 915, seria um sinal do sucesso do processo de presúria desta zona, após décadas de abandono provocadas pelas invasões muçulmanas. E a sua restauração definitiva, em 1071, deverá corresponder a uma recuperação absoluta da região em relação às surtidas normandas dos inícios do século.

Do ponto de vista político-militar, Tui terá tido alguma importância estratégica para a monarquia visigoda, dado que Recaredo (586-601) terá utilizado esta zona para estabelecer uma poderosa guarnição, com o intuito de controlar as relações entre as duas metades da velha Galécia. Contudo, esta milícia acabaria por se juntar à revolta de Sunna contra a autoridade régia, tendo sido vencida nos arredores de Tui.[149]

Tudo indica que, devido à sua posição de charneira, Tui terá visto a sua influência aumentar até aos finais do período visigodo, na medida em que chegou a ser a capital da sua região, na altura em que Witiza, sob a autoridade do seu pai, passou a governar toda a Galécia entre 698 e 700.[150]

Com as invasões islâmicas, a cidade episcopal terá sido reduzida a ruínas, deixando a região desprovida de qualquer força condutora. Por volta de 750, Afonso I das Astúrias iria levar a cabo várias expedições na Galiza, que,

[147] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 537.

[148] *Idem*, *ibidem*, p. 538.

[149] *Idem*, *ibidem*.

[150] *Idem*, *ibidem*.

apesar de terem sido vitoriosas, acabaram por não provocar grandes mudanças em Tui e no vale do Minho.[151]

A ocupação superficial dos muçulmanos numa vasta faixa entre o Douro e o Minho terá permitido que a monarquia asturiana levasse a cabo um esforço concertado de conquista e repovoamento de Tui, Astorga e Leão, em 854. Na Galiza, os efeitos positivos da presúria de Afonso Betotes despoletaram uma rápida sucessão de conquistas, que se plasmaram na presúria do Porto (868), de Chaves (872) e de Coimbra (878).

Com a expansão das fronteiras do espaço galego, veio a necessidade de construção de uma rede de poderes que sustentasse a vida social dos territórios recém-conquistados. Com efeito, o regresso do bispo de Tui à sua urbe, em 915, constitui o corolário lógico de todo este processo.

Contudo, os ataques constantes dos normandos, durante o século X e inícios do XI, provocaram uma total desorganização destas estruturas sociais, que levou à passagem da diocese para a tutela de Santiago.[152]

No que toca às raízes da diocese, enquanto entidade agregadora de uma comunidade de fé, podemos perceber que as suas origens remontam aos séculos V e VI, altura em que o vale do Minho terá sido plenamente cristianizado, sendo que a primeira referência à igreja de Tui remonta ao *Paroquial Suevo.*[153]

Neste catálogo descritivo da rede paroquial das dioceses do antigo reino suevo, redigido em Braga na década de 570, Tui apresenta-se como a igreja que melhor desenvolvera as suas estruturas territoriais, encontrando-se profundamente irmanada com o Porto e Braga, já que as três se distinguem pela sua divisão entre paróquias/igrejas e *pagi.*[154]

Esta situação permite supor que as igrejas do Porto e de Tui terão surgido de uma desagregação da arquidiocese metropolitana de Braga, ocorrida em torno de 570, entre o primeiro concílio de Braga (561) e o segundo concílio de Braga (572).[155]

---

[151] *Idem*, *ibidem*.

[152] Aparentemente, a própria situação geográfica primitiva da cidade de Tui parece ter favorecido constantes ciclos de incursões militares. Talvez por isso Fernando II tenha promovido a sua reconstrução numa posição mais elevada, junto ao seu castro primordial, e a atribuição de um novo foral aos locais – *Idem*, *ibidem*, p. 538.

[153] *Idem*, *ibidem*, pp. 538-539.

[154] *Idem*, *ibidem*, p. 539.

[155] *Idem*, *ibidem*.

O *Paroquial Suevo* identifica um total de 17 paróquias e *pagi*, sendo que 8 estariam a sul do Lima. Segundo Avelino de Jesus da Costa, a sua distribuição seria a seguinte: *Ovinia* (Vinha-Viana do Castelo), *Canda* (Canda-Alvaredo-Melgaço), *Loncopare* (Longosvales, Monção), *Erbilione* (Ervelho-Cristelo Novo, Valença), *Cartase* (Cartas-Mentrestido, Valença), *Torelo* (Corelo-Vascões, Paredes de Coura), *Toraca* (Taranta-Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez) e *Annove* (Anova, Anova-Calheiros, Ponte de Lima).[156]

Segundo Fernández Rodríguez, as paróquias que gravitavam em torno de Tui distribuir-se-iam da seguinte forma: *Turedo* (Touredo, A Cañiza), *Tabulela* (Taboexa, As Neves), *Lucoparre* (Longosvales, Monção ou Lougares, Mondariz), *Aureas* (estaria junto a Ponteareas), *Langetude* (Languda, Ponteareas), *Carisiano*, *Marciliana* (Marcillá, As Neves), *Turonio* (Toroño, em Oia), *Celesantes* (Cesantes) e *Torucca.*[157]

As *pagi* seriam *Aunone (Annove), Sacria*, *Erbilione*, *Cauda (Canda), Ovinia* e *Cartase (Cartasse),*[158] sendo que estes territórios mais pequenos e rurais se agruparam principalmente a sul do Minho e que poderão corresponder a comunidades de fé ariana, que se aglutinaram à rede administrativa católica.

Avaliando o paroquial na sua globalidade, percebemos uma maior densidade na organização das dioceses de Braga, Porto e Tui, situação que terá sido fruto do labor evangelizador de S. Martinho de Dume, que terá chegado à região poucos anos antes (por volta de 550).[159]

Com a conquista do reino suevo por Leovigildo, em 584, várias cidades episcopais tornaram-se casa de guarnições godas. No caso de Tui, terá levado a que nesta diocese tenham convivido dois bispos, um ariano e um católico, em 589.[160] Mas a conversão da monarquia goda ao catolicismo acabaria por ditar a assimilação desta comunidade de fé. Tal como no período suevo, a administração eclesiástica seria um importante elemento de coesão política e social, pelo que a lenta destruição (interna e externa) da monarquia vigente levaria também a uma desestruturação do mapa diocesano. Com as invasões muçulmanas, a sé de Tui permaneceria vacante até 825.[161] Até essa altura, Tui

[156] Marques, «A Fronteira do Minho…», pp. 699-700, nota 1.

[157] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 539.

[158] *Idem*, *ibidem*, p. 540.

[159] *Idem*, *ibidem*.

[160] *Idem*, *ibidem*.

[161] *Idem*, *ibidem*.

foi dirigida por vários bispos, com prelaturas muito curtas e de quem pouco se sabe.

O primeiro prelado tudense terá sido Anila (568-576), que participou no célebre «concílio» de Lugo de 569, onde Teodomiro levou a cabo a reorganização administrativa das dioceses do reino suevo. Nesta altura, por razões eminentemente políticas, Lugo ganhou a categoria de sé metropolitana, tendo Iria, Tui, Ourense, Astorga e Britonia como suas sufragâneas.[162]

Não sabemos que razões terão levado a esta metamorfose na estrutura da província eclesiástica, mas é certo que o bispo de Tui surge no segundo concílio de Braga, de 572, agrupado às restantes igrejas a norte do Minho. Uma das hipóteses pode prender-se com os limites do antigo convento lucense, que poderia ir até ao Minho.[163] Mas tal é impossível, dado que a arquidiocese de Braga primitiva iria até ao Lérez e as similitudes entre as estruturas sociais das dioceses de Braga, Porto e Tui denunciam claramente a pertença desta última à diocese bracarense. Tudo indica que Anila terá sido uma das principais figuras deste segundo concílio de Braga.[164]

Com a conquista do reino suevo, em 585, Leovigildo decide recuperar a antiga amplitude da metrópole bracarense, acrescentando-lhe algumas dioceses que estiveram na tutela de Mérida, a capital da Lusitânia.[165]

Este cenário teria um certo paralelo naquele que seria construído pela reconquista portuguesa, na medida em que essas mesmas dioceses portuguesas, que deveriam estar sob a tutela de Mérida, acabaram por se tornar parte da província eclesiástica bracarense.

Por outro lado, a conquista dos godos implicou uma difusão do arianismo nas antigas dioceses suevas, razão pela qual Neufila, bispo de Tui entre 576 e 589, surge no terceiro concílio de Toledo, de 589, conjuntamente com o bispo ariano Gardingo.[166]

Acreditamos que as tensões entre arianos e católicos se terão avolumado nos anos seguintes, sendo que Anastasio, o novo bispo tudense, apenas surge em 633 e em 638, no quarto e no sexto concílio de Toledo.[167]

---

[162] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 31.

[163] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 541.

[164] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 31.

[165] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», pp. 541-542.

[166] *Idem*, *ibidem*, p. 542; Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 31.

[167] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 542.

A Anastasio sucedeu Adimiro, bispo que participou no sétimo concílio de Toledo, em 646. Por sua vez, no oitavo concílio de Toledo de 653 surge já Beato, que foi representado pelo seu presbítero Victoriano. Por esta altura (653-654), S. Frutuoso terá fundado um mosteiro em Toronho, tal como viria a fazer em Montélios, junto a Braga, no ano seguinte.[168]

O próximo prelado tudense seria Genitivo, que participou no terceiro concílio de Braga, em 675, e no décimo segundo concílio de Toledo, de 681.[169]

Em 683, surge já o bispo Oppas, que assistiu ao décimo terceiro concílio de Toledo.[170]

Segundo a documentação do décimo quinto e do décimo sexto concílio de Toledo (688-693), o bispo de Tui seria Adelfio, figura que terá presenciado e colaborado com o estabelecimento da corte de Witiza em Tui, que, com o consentimento do seu pai, governou toda a Galiza.[171] Com a conquista muçulmana, Adelfio terá buscado refúgio em Iria Flávia, conjuntamente com Anserico de Viseu, Savarigo de Dume, Fromarigo de Coimbra e o bispo de Lamego.[172]

Apesar de não existirem testemunhos coevos dos efeitos das invasões muçulmanas na diocese, perdurou a ideia de que Tui e os seus arredores foram arrasados pelos muçulmanos. As próprias crónicas asturianas (Rotense e Albeldense) dão notícia do despovoamento do vale do Minho, de forma a enfatizar o labor povoador de Ordonho I.[173]

Todavia, a fuga dos bispos tudenses não terá terminado esta série episcopal, sendo que nenhuma das comunidades rurais, estabelecidas no interior montanhoso, tinha densidade social suficiente para se tornar na nova residência episcopal.[174]

Até 915, data em que o bispo D. Ermígio (Hermoixio ou Hermógio) se instalou novamente em Tui, os prelados tudenses estabeleceram-se na diocese

---

[168] *Idem*, *ibidem*. Sobre a acção de S. Frutuoso na zona de Tui veja-se José Casal Aboy, «Estancia de S. Fructuoso en Tuy», *Bracara Augusta*, XXI (1967), pp. 27-31 *(Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso*, Vol. I).

[169] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», pp. 542-543; Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 32.

[170] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 543.

[171] *Idem*, *ibidem*.

[172] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 32.

[173] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 543.

[174] *Idem*, *ibidem*.

de Iria, nas comarcas de Faro, Bergantiños, Nendos e Soneira, onde tinham a companhia de vários bispos e gentes desterradas.[175]

Durante este período de exílio, a mitra tudense terá sido ostentada por D. Diogo, personagem convocada para a consagração, em 899, da basílica construída por Afonso III em Santiago.[176] Entre 912 e 914 surge também um D. Branderico, antecessor de D. Ermígio, primeiro bispo a estabelecer-se em Tui após as invasões muçulmanas.[177]

As incursões normandas e muçulmanas e o falhanço da primeira restauração

A nosso ver, a primeira restauração da diocese, em 915, constitui um reflexo dos efeitos positivos da presúria de Tui, um sinal claro de que Afonso Betotes e os seus descendentes foram capazes de revitalizar as comunidades estabelecidas nas duas margens do Minho.

A figura escolhida por Ordonho II foi D. Ermígio (Hermoixio ou Hermógio), prelado que, atendendo a uma escritura de 912 de S. Martinho Pinário, terá sido bispo do Porto até 915, altura em que se estabelece na urbe tudense. O primeiro indício do seu envolvimento na vida eclesiástica da diocese encontra-se num diploma, datado desse mesmo ano, onde aquele monarca doa ao bispo de Lugo o mosteiro de S. Cristóvão de Labruja, em Arcos de Valdevez, que fora fundado por este prelado numa herdade pertencente ao rei e que fora colocada sob a sua protecção.[178]

Apesar de desconhecermos as suas origens, cremos ser relevante o facto de ter sido bispo de um território de colonização mais recente e, por outro lado, o seu rápido envolvimento na vida monástica local, indícios que podem deixar perceber uma possível ascendência na nobreza local.

D. Ermígio ficou conhecido pela sua participação na batalha de Junqueras, de 921, onde foi feito prisioneiro e levado para Córdoba como cativo. Após várias negociações, ambas as partes acordaram uma troca de reféns, onde o seu sobrinho, S. Paio, viria a ser entregue ao líder muçulmano. Segundo

[175] *Idem*, *ibidem*, p. 544.

[176] *Idem*, *ibidem*.

[177] *Idem*, *ibidem*.

[178] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 32.

o relato do seu martírio, este jovem mancebo, na casa dos 10 anos, terá despertado alguns impulsos pedófilos em Abdalrahmán III que, ao ser rejeitado o decapitou em 925. Agastado pelo ocorrido, D. Ermígio acabou por se retirar para um mosteiro, onde viria a morrer. Por seu lado, S. Paio transformou-se num mártir da pureza e num objecto de adoração em inúmeras paróquias do ocidente peninsular, especialmente na Galiza. Os seus restos mortais foram trasladados para Leão em 950, tendo recebido um acolhimento fervoroso, especialmente por parte das comunidades femininas.[179]

Entre 926 e 932 a diocese foi dirigida por Naustio, que se retirou para o mosteiro de Labruja, de forma a escapar às incursões dos normandos. Sabemos também que levou a cabo um escambo com Afonso IV, de quem recebeu uma vila entre os rios Lima e Âncora em troco da sua vila na Vinha, junto ao rio Nelón.[180] Naustio viria a ser substituído por Oveco, que ainda se encontrava vivo em 937.[181]

Desta última data até 949, a mitra tudense recaiu em Vímara, que, segundo Ávila y La Cueva, seria descendente de uma família nobre da zona de Tui.[182] Este retirou-se para o mosteiro de Santo Estêvão de Ribas de Sil, em Ourense.[183]

Em 949 surge um novo bispo, de nome Baltário, mas de quem nada se sabe.[184]

Pouco tempo depois ascenderia à mitra tudense Viliulfo, que permaneceu nesta diocese entre 952 e 990. Sabemos que esteve presente na consagração de Cesário, abade de Santa Cecília de Montserrat, como metropolita da província eclesiástica tarraconense, que teve lugar em Santiago em 959. Com a intensificação dos ataques normandos, as estruturas sócio-políticas de Iria e Tui foram profundamente abaladas, sendo que Viliulfo se haveria de juntar a Sisnando de Iria na luta contra os invasores, o que acabou por ditar a morte do segundo. Desgastado por longos anos de combate, o bispo de Tui retirou-se para o mosteiro de S. Estêvão de Ribas de Sil, onde fez vida de penitente.

---

[179] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 544.

[180] *Idem*, *ibidem*; Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 32.

[181] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 544.

[182] À falta de dados, podemos aventar que poderá ter sido descendente da família de Afonso Betotes.

[183] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 545.

[184] *Idem*, *ibidem*.

Aqui, foi enterrado junto a oito varões santos, que poderão ter sido bispos tudenses.[185]

Julgamos que todos estes supostos prelados terão sido bispos que, refugiando-se constantemente das incursões normandas, decidiram dirigir a sua diocese a partir de S. Estêvão de Ribas de Sil, ou seja, do coração de um interior mais montanhoso e protegido.

Nos finais do século, Tui teve um novo bispo, de nome Pelágio, que também se deverá ter retirado para Ribas de Sil, durante as invasões normandas.[186]

Do seu sucessor, D. Afonso, sabemos que era bispo em 1020 e que foi aprisionado durante o saque normando de Tui, em 1014 ou 1016, sendo depois libertado, a troco de um resgate, e deslocado para Ribas de Sil, onde terá morrido.[187] Este bispo poderá ter sido responsável pela entrega da vila da Vinha, em regime de préstamo, a um parente ou dependente seu, de nome Nuno Soares.[188]

Neste período de profunda instabilidade, D. Soeiro, bispo de Dume-Mondonhedo, terá sido encarregado de reger Tui, Ourense e Lugo, surgindo numa escritura régia de 1022 com todos estes títulos. D. Soeiro terá falecido em Dume, provavelmente no ano de 1025, altura em que a mitra tudense terá voltado a ficar novamente vacante[189] e a região totalmente desprovida da sua principal força condutora.

Por volta deste ano (1024 ou 1025), Afonso V decidiu aplicar uma solução drástica ao problema, agregando Tui a Iria-Santiago. Segundo as palavras do próprio monarca, o grau de devastação provocada pelos normandos fora elevadíssimo e nada resistira à sua acção destrutiva. O soberano enfatiza também o facto de estar a outorgar a Santiago todas as terras e bens da diocese, especificando que as igrejas de S. Pedro de Bembibre, de Santiago de Pontellas e de S. Salvador de Rial, todas nos arredores de Vigo, eram isentas, pelo que poderão ter ficado na tutela directa do rei.

---

[185] *Idem*, *ibidem*.

[186] *Idem*, *ibidem*.

[187] *Idem*, *ibidem*; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., p. 28.

[188] IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 32. Importa assinalar que neste aspecto, o autor citado poderá estar a trocar D. Afonso com o segundo bispo D. Afonso, que, de facto, poderá ter confiado a vila da Vinha a Nuno Soares Velho I – assunto que abordaremos na secção dedicada ao grupo familiar dos Velhos, na segunda parte da nossa tese.

[189] DÍAZ e VILARIÑO PINTOS, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 545.

A partir desta doação solene, a diocese de Tui passou a ser governada pelos bispos de Iria, os quais, curiosamente, nunca utilizaram o título de bispos desta igreja. Com efeito, a única explicação para esta situação poderá prender-se com o facto de estarmos perante uma supressão da diocese tudense e não de uma mera transmissão de tutela administrativa.[190]

A reversão deste processo apenas teria início em 1069, com o assassinato do bispo iriense D. Godesteu, pelo conde Froila Bermudes (de Trava), seu tio. Este acontecimento terá incentivado Garcia II a implementar uma reorganização do mapa diocesano galego, com o propósito de lhe devolver o seu perfil primitivo, aumentando assim a sua coesão interna, e de multiplicar o número de magnates eclesiásticos que o apoiariam.[191]

Assim, chegaria a Tui o bispo D. Jorge, personagem profundamente dinâmico que restaurou o mosteiro de S. Bartolomeu, para que assegurasse o culto catedralício, que ele próprio consagrou a Santa Maria. Em 1071, Garcia II selou este processo de restabelecimento da diocese tudense com a sua dotação, concedendo-lhe o couto de Vilar de Mouros, que foi imediatamente seguida por uma doação da Infanta D. Urraca.[192]

A nosso ver, a restauração de Tui constituiu um regresso à sua matriz primordial, à sua essência de corpo articulador das duas metades da velha Galécia, plasmada num novo reino da Galiza, e de território orgânico da província eclesiástica bracarense.

Por outro lado, este processo faz-nos olhar para o próprio nascimento e primeira restauração da diocese sob uma nova perspectiva, na medida em que estes três momentos de destruição e renascimento da igreja tudense surgem dos efeitos negativos de três momentos de invasão por forças externas.

Com efeito, em 446, piratas vândalos assolaram as costas da Galécia, criando um ciclo de reorganização da região, que perduraria até 550 e que, algumas décadas depois, levaria à criação da própria diocese de Tui.

---

[190] *Idem*, *ibidem*, pp. 545-546.

[191] Tal como Luís Carlos Amaral enfatizou, a política de restauração diocesana de Garcia II visaria um rápido fortalecimento da coroa galega – sobre este assunto veja-se Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, pp. 235-238.

[192] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 33. A data exacta da restauração de Tui foi alvo de alguma discussão historiográfica, principalmente devido à natureza e cronologia da doação refundadora de D. Urraca. Portanto, podemos recomendar que sobre este assunto se veja M. Rubén García Álvarez, «El Diploma de Restauración de la Sede de Tuy por la Infanta Urraca», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XVII (1962), pp. 275-292.

Por sua vez, também vimos que as invasões muçulmanas tinham levado a uma desorganização quase absoluta da região, que propiciou a presúria de Tui, em 854, e a restauração da diocese, em 915.

Acreditamos que este desfasamento cronológico entre a presúria e a primeira restauração se poderá dever à segunda surtida normanda na zona galego-portuguesa, que, em 857, se saldou numa campanha da aristocracia local contra uma armada de 62 barcos. Tudo indica que a primeira terá ocorrido em 844, sendo que esta terá tido efeitos mais devastadores no sul muçulmano.[193]

A partir de 915, verificamos que vários bispos tudenses se abrigaram nos mosteiros de Labruja e de Santo Estêvão de Ribas de Sil, onde, devido ao seu afastamento dos principais cursos de água e à difícil orografia dos seus domínios, se encontravam protegidos de qualquer incursão dos povos do mar.

Atendendo à dimensão costeira de boa parte dos domínios dos descendentes de Afonso Betotes, podemos pressupor que estes tivessem sido profundamente afectados por estas surtidas, que terão destruído muitas das relações senhoriais e de poder que estabeleceram nos vales do Minho, Lima e Cávado.

De facto, as invasões normandas aumentaram o clima de crise social existente no século X e a hostilidade generalizada que a aristocracia galego-portuguesa nutria em relação à monarquia leonesa. A intensificação das suas surtidas, entre 961 e 971, obrigariam os senhores eclesiásticos e laicos galego-portugueses a fortificarem as suas posições, aumentando os seus contingentes militares, que viriam a ser utilizados em guerras internas, criadas pelas disputas sucessórias entre diferentes pretendentes ao trono ou por inimizades pessoais existentes entre figuras chave da aristocracia condal portucalense e conimbricense – como Gonçalo Mendes e Gonçalo Moniz.[194]

Estas circunstâncias foram aproveitadas por Almançor que, a partir de 978, devastou algumas das principais cidades dos territórios cristãos. No ocidente peninsular, estas iniciativas saldaram-se na perda de Coimbra (987), devido à apatia e consentimento dos seus aliados cristãos, e na sua grande surtida contra Santiago (997).[195]

---

[193] A. H. de Oliveira MARQUES, «O «Portugal» Islâmico», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. II: *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»* (coord. A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 125.

[194] José MATTOSO, «Portugal no Reino Asturiano-Leonês», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. I: *Antes de Portugal* (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 502.

[195] *Idem*, *ibidem*, p. 503.

Tudo indica que no itinerário de Almançor terá estado Tui, que, tal como a restante região, foi devastada.[196] Por esta altura, D. Pelágio ainda estaria enclaustrado em Ribas de Sil, onde se tinha refugiado dos normandos, sem qualquer hipótese de exercer a sua autoridade sobre a região.

Todavia, o último golpe contra a autoridade episcopal de Tui viria, novamente, dos normandos, que, liderados pelo rei-santo Olaf Haraldsson da Noruega, saquearam o vale do Minho, em 1014 ou 1016, e destruíram completamente Tui, chegando a aprisionar o seu bispo,[197] D. Afonso, que depois de ter sido libertado também se terá refugiado em Ribas de Sil.

Verifica-se, assim, que a diocese de Tui viveu, até 1071, entre ciclos de destruição/desorganização e posterior restauração, sendo que esta última etapa respeitou sempre a matriz territorial primitiva da diocese. Na verdade, estamos a falar de cerca de quinhentos anos de sobrevivência da mesma entidade institucional, pautada pela adversidade e por destruições de carácter cíclico. E, como veremos, o nascimento da fronteira política portuguesa também não irá contrariar esta história de unidade.

Da restauração de 1071 à cisão de 1381

Como já dissemos, Garcia II terá aproveitado o assassinato de Godesteu de Iria-Santiago para restaurar várias dioceses do seu reino, sendo que Tui passou a estar sob a tutela de D. Jorge desde 1069.

Com o propósito de reactivar a vida religiosa da cidade, o novo Bispo tudense restaurou o mosteiro de S. Bartolomeu, que passou a assegurar o culto catedralício. Durante este período D. Jorge terá lançado as bases da construção da catedral tudense, que viria a ser dedicada a Santa Maria.[198]

---

[196] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 28.

[197] *Idem*, *ibidem*.

[198] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 546. A natureza transfronteiriça da diocese de Tui suscitou a atenção de vários investigadores portugueses, que se debruçaram intensivamente sobre inúmeros aspectos do seu desenvolvimento. Entre estes diferentes trabalhos importa referir: Marques, «O Censual do Cabido de Tui…», pp. 447-483; Costa, «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho…», pp. 68-240; Marques, «O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva…», pp. 97-120; Teresa de Jesus Rodrigues, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*; Marques, «A Fronteira do Minho…», pp. 697-712; *Idem*, «O Entre Minho e Lima…», pp. 11-29.

A dotação régia da catedral viria apenas em 1071, altura em que o monarca galego lhe outorgou o couto de Vilar de Mouros. Nesse mesmo ano, e pouco tempo depois de Garcia ter sido destronado, a Infanta D. Urraca concedeu-lhe metade do mosteiro de *Elvenos*, situado na margem direita do Minho, na terra de S. Martín de Ladróns, a terceira parte do mosteiro de Veiga do Lima, nas margens do Sorga, metade do mosteiro de S. Paio de Paderne, conjuntamente com a vila de Prado, nas margens do Minho, e metade do mosteiro *Palatino*, estabelecido junto ao Cávado, na zona de Braga. Apesar de surgir com um nome distinto, este último cenóbio poderá ser Tibães.[199] D. Jorge terá falecido nos finais de 1072, tendo lançado as bases da restauração definitiva da diocese de Tui.[200]

Nesta conjuntura, torna-se curioso verificar que na doação de D. Urraca de 1071, marco definitivo da restauração da diocese, ainda se realça a desolação da igreja tudense e o falhanço da «reconquista cristã», colocando D. Jorge no centro dos acontecimentos, como alma do projecto de restauração. Por essa altura, S. Bartolomeu fazia as vezes da catedral, mas já se prenunciava uma rápida construção de Santa Maria de Tui. Esta ideia da construção da nova catedral, como desígnio final do bispo tudense, encontra-se enunciada quer no referido diploma de D. Urraca quer numa doação de Ermesenda Mendes ao seu sucessor, datada de 1074, sem que se apresentem indícios sólidos sobre o início das obras.[201]

Entre 1072 e 1099 o titular da mitra foi D. Aderico, homem de letras que conseguiu obter o senhorio da cidade de Tui. Esteve presente no concílio de Husillos (1088), convocado pelo legado papal Ricardo e vigiado atentamente por Afonso VI. Durante esta prelatura, emergiu em S. Bartolomeu um jovem abade, de nome Crescónio, que, em 1092, seria nomeado bispo de Coimbra. Neste mesmo cenóbio também foi formado o famoso S. Teotónio, sobrinho do anterior.[202]

A devolução do senhorio da cidade e o estabelecimento do seu couto por D. Raimundo e D. Urraca, em 1095, acabaram por cimentar a estabilidade da diocese.

---

[199] IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 33. Para mais detalhes sobre a dotação da igreja de Tui pela Infanta D. Urraca veja-se GARCÍA ÁLVAREZ, «El Diploma de Restauración de la Sede de Tuy…», pp. 275-292.

[200] DÍAZ e VILARIÑO PINTOS, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 546.

[201] GARCÍA ORO, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 550.

[202] DÍAZ e VILARIÑO PINTOS, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 546.

Curiosamente, os condes da Galiza atribuem a D. Aderico imunidade do fisco real e o controlo sobre as penas e multas aplicadas no seu território,[203] reivindicando claramente poderes do próprio rei. Porém, tal não é de estranhar, já que D. Raimundo terá percepcionado a sua autoridade como uma extensão daquela que Garcia II tivera anteriormente.

No entanto, a natureza fronteiriça da igreja tudense levaria a que fosse cobiçada tanto por portugueses como pela coroa castelhano-leonesa, sem que em alguma destas fases se tivesse colocado em questão os seus direitos e privilégios. Em 1112, recebeu um privilégio de D. Urraca, referente a Arenas e *Spenitello*; em 1125, D. Teresa doou-lhe várias igrejas na sua jurisdição, visando devolver a Tui as condições que tivera no período suevo-visigodo e referindo explicitamente que dotava esta sé com igrejas e herdades que faziam parte do legado de Teodomiro —importa assinalar que nesta última dotação se indicam as várias igrejas doadas e os privilégios e isenções fiscais que possuíam em Portugal—; em 1138, seria a vez de Afonso VII; em 1169, recebeu uma doação de D. Afonso Henriques, que, para além de confirmar os privilégios de D. Teresa, outorgou o couto de Bembibre, com o serviço dos barcos e marinheiros que tinha em Vigo.[204]

No fundo, o senhorio episcopal viu-se reforçado por doações e mercês que apenas visavam compensar as inclinações dos prelados para um dos dois partidos. Através delas, o senhorio da igreja tudense ganhou forma em torno da cidade de Tui, de um leque alargado de igrejas, mosteiros e vilas, a norte e a sul do Minho, e de direitos portuários e fluviais.[205]

Em 1142, Afonso VII fixaria definitivamente a natureza e características do senhorio episcopal. Neste documento são estabelecidos os limites dos coutos episcopais, que já vinham desde os tempos do seu pai; regulamentam-se os direitos de trânsito e portagem, desde Tui até à vila de Lazoiro, explicitando a protecção dada aos mercadores que atravessavam o Minho; atribui-se à catedral o controlo das fortificações militares da cidade; cede-se à dita igreja o controlo absoluto sobre a justiça e fiscalidade régia; e outorgam-se doações significativas, como a do castelo de Santa Helena ou do reguengo de Bembibre.[206]

---

[203] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», pp. 550-551.

[204] *Idem*, *ibidem*, p. 551.

[205] *Idem*, *ibidem*.

[206] *Idem*, *ibidem*, pp. 551-552.

No essencial, o monarca leonês deu corpo e ordem a todos os privilégios que Tui foi acumulando nos tempos de D. Jorge, de D. Afonso (II) e de D. Paio Mendes.

Apesar de desconhecermos as origens familiares e fidelidades pessoais de D. Afonso (1099-1130), podemos discernir na sua carreira uma enorme proximidade em relação à sé bracarense e a D. Teresa. Em 1102, D. Afonso prestou obediência a S. Geraldo, seu metropolita. Anos mais tarde, em 1125, foi beneficiário de duas vastas doações de D. Teresa, que, por essa altura, disputava a suserania do sul da Galiza a D. Urraca. Na primeira, D. Afonso recebeu a vila de S. Pedro da Torre (Valença) e um conjunto vasto de igrejas, que, tal como já referimos, terão sido parte do património que Teodomiro atribuíra à diocese primitiva de Tui. Estas foram Santa Marinha de Arcozelo, nas margens do Lima, S. Cristóvão, na zona de Labruja, a quarta parte de Santa Marinha de Vilar de Âncora, a igreja de Santa Olaia de Vilar de Mouros, metade de Santa Maria da Colina de Coura, a igreja de Santa Maria de Palácios (Paços?), em Valdevez, a igreja de S. Salvador da Gândara e a igreja de S. Vicente, ambas junto ao Minho. Nesse documento a rainha de Portugal também concede a Tui isenção de portagem em Portugal, o monopólio dos benefícios das pescas no Minho, desde Lazoira até Salvaterra do Minho, e da navegação no rio. Na segunda doação, D. Teresa oferece o mosteiro de S. Cosme e S. Damião, em Valdevez, a igreja de S. Miguel de Ourega, junto ao Lima, e cinco casais em Truite, em Valença.[207]

Pensamos que a concessão deste vasto conjunto de bens pode ser perspectivada como um verdadeiro acto de soberania, na medida em que D. Teresa invoca a memória de Teodomiro como elemento justificador da sua autoridade em relação a Tui. Ou seja, D. Teresa decidiu comparar-se a um dos monarcas mais reformistas do velho reino suevo, a uma referência histórica incontornável no percurso unitário do espaço galego.

D. Afonso também recebeu de Onega Fernandes a quarta parte do mosteiro de S. Paio de Paderne.[208]

Depois de D. Afonso, tomou posse da mitra tudense D. Paio Mendes (1130-1156), prelado que terá pendido para o partido de Afonso VII, visto que recorreu ao soberano para pôr travão às violências cometidas pelos senhores locais contra os seus senhorios. Entre estes magnates estaria Gomes Nunes de

[207] IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 33.

[208] *Idem*, *ibidem*, p. 34.

Pombeiro, que, a partir do castelo de Entienza, cometia vários abusos contra as igrejas da região.[209]

Na verdade, este prelado viria a adquirir algum protagonismo neste período turbulento, dado que em 1138 (ou seja, pouco tempo depois do tratado de Tui) liderou uma reunião com os magnates locais, com o propósito de organizar a mesa canónica.

Este programa reformista teve o apoio do soberano, que tinha encetado um esforço de concentração dos poderes eclesiásticos da zona, sobretudo de Oia e de Melón, de forma a melhorar o desempenho das fortificações fronteiriças.[210]

Por estes anos, a fidelidade de Tui a Braga continuava inalterada; logo em 1130, Paio Mendes jurou fidelidade ao arcebispo bracarense, o seu homónimo Paio Mendes.

Em 1131 consagrou o mosteiro de Paderne, que fora restaurado com o conselho da condessa D. Paterna, que abraçara a regra de Santo Agostinho conjuntamente com quatro filhas suas.

Em 1137, D. Afonso Henriques doou-lhe a vila da Vinha, com o propósito de o ressarcir dos danos que a guerra tinha causado à catedral.

Depois da sua mudança para Coimbra, S. Teotónio, clérigo natural de Ganfei (Valença) e sobrinho do bispo de Coimbra, D. Crescónio, antigo abade do mosteiro de S. Bartolomeu de Rebordáns (Tui), tornou-se prior de Santa Cruz de Coimbra.[211]

Esta relação privilegiada do clero tudense com Coimbra parece seguir o mesmo padrão que alguns magnates locais, na medida em que, tal como os Celanova, estas figuras terão tomado a decisão de se acercarem do universo cortesão português, que, desde 1131, assentara arraiais na urbe do Mondego.

Assim sendo, este contexto de adesão de uma parte da igreja de Tui aos projectos portugueses terá levado a que D. Isidoro ocupasse a mitra tudense entre 1156 e 1168, anos especialmente problemáticos devido à morte de Afonso VII e ao reacendimento dos conflitos fronteiriços, que levaram à ocupação de Toronho e Límia até 1169.

D. Isidoro nascera em Portugal e fizera a sua formação em Santa Cruz de Coimbra, onde fora cónego regrante. Em 1158 jurou obediência a D. João Peculiar, que o consagrou em Coimbra.

---

[209] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 552.

[210] *Idem*, *ibidem*.

[211] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, pp. 34-35.

O seu entendimento com D. Afonso Henriques era tão grande que, em 1160, hospedou o próprio rei durante o seu encontro com Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona, onde acertou o casamento do seu herdeiro com a Infanta D. Mafalda de Portugal.

Em 1166, D. Isidoro confirmou uma doação da condessa Fronilde Fernandes, esposa de Rodrigo Peres Veloso, da quintã de Cavaleiros ao abade de Fiães.[212] Lembremo-nos que Rodrigo Peres Veloso colaborara activamente na ocupação de Toronho e Límia entre 1137 e 1141.

A nomeação de D. Isidoro seria um claro sinal dos tempos que corriam, já que tanto D. Afonso Henriques como D. João Peculiar terão tentado usar a igreja tudense como um mecanismo de consolidação da sua influência na região.

Esta atitude dos prelados tudenses não terá mudado muito até 1169, facto que terá danificado irremediavelmente a relação entre D. João (1168-1172) e Fernando II. Na verdade, para além de ter jurado fidelidade ao arcebispo de Braga, logo em 1168, D. João também foi absolutamente complacente com a ocupação portuguesa, que, por esta altura, já avançara a fronteira para lá da ria de Pontevedra, até à zona do antigo castelo de Cedofeita,[213] que acabaria por ser tomado e destruído pelas forças de Fernando II.

Por outro lado, a conduta do próprio monarca português em relação ao prelado constitui uma espécie de exercício de soberania, pois, para além de ressarcir o bispo dos danos causados pela guerra, através da doação do seu reguengo de Bembibre (Vigo), da igreja de Santiago de Vigo, com 17 casais e 5 barcos que tinha no seu porto, confirma as doações que lhe fizera D. Teresa, e até as doações e privilégios outorgados por Afonso VII.[214]

Aparentemente, este documento deixa perceber que D. Afonso Henriques atingira os limites primitivos da diocese e convento bracarense, demarcados pelo Leréz, a norte, e pelo Lima, a oriente. A estes, acrescentara a terra de Límia, zona de onde provinham alguns dos seus principais apoiantes, como os Celanova, e que ainda sofria uma forte influência do arciprestado tudense de Ribadavia. Assim sendo, podemos concluir que a influência da malha eclesiástica de Tui terá justificado plenamente a integração do sul da Galiza em Portugal.

[212] *Idem*, *ibidem*, p. 35.

[213] *Idem*, *ibidem*, p. 36.

[214] *Idem*, *ibidem*.

Após 1169, altura em que, como consequência do desastre de Badajoz, D. Afonso Henriques perdeu o controlo dos seus territórios galegos, Fernando II acabaria por ser inclemente em relação a D. João, a quem subtrairia o senhorio da cidade de Tui, com o propósito de a restabelecer como *Bonaventura*, uma espécie de república concelhia. Projecto que viria a ser abandonado, renovando-se o regime de senhorio constituído por D. Raimundo e Afonso VII e que haveria de ser reforçado e fortalecido nos reinados de Afonso IX e Fernando III.[215]

Apesar de D. Beltrán (1173-1187) ter sido alvo de muitas destas confirmações de privilégios, as suas origens ainda denunciam uma relação umbilical com os poderes portugueses, visto que também fora cónego regrante em Santa Cruz de Coimbra e que iniciou o seu episcopado com um juramento de fidelidade ao arcebispo bracarense, em 1174.[216]

Durante a sua prelatura, D. Beltrán sentiria os efeitos da última grande tentativa de ocupação do sul da Galiza, que, na verdade, se saldou num ganho territorial absolutamente nulo. Com efeito, D. Sancho I conquistou novamente Tui em 1186, vendo-se por isso obrigado a ressarcir o seu bispo através da doação das igrejas de S. Salvador de Macedo, de S. Pedro de Gândara, de S. Nicolau de Cantos, do próprio castelo de Lanhoso e de 60 maravedis.[217]

Este documento permite-nos observar que, apesar da mudança de gerações, a preocupação da monarquia portuguesa em manter a amizade dos bispos tudenses mantinha-se igual: D. Teresa, D. Afonso Henriques e D. Sancho I acarinharam a diocese com as suas doações, de forma a manterem o seu apoio e a sua identidade transfronteiriça como elementos legitimadores da sua acção.

Por sua vez, D. Pedro (1188-1205) terá sido mais vítima do que beneficiário das acções de D. Sancho I, já que o falhanço do tratado luso-leonês de 1194, que acertou a dissolução definitiva dos laços matrimoniais entre a Infanta D. Teresa Sanches e Afonso IX, acarretou um avolumar de tensões até 1196 e uma violenta surtida do monarca português contra a região de Tui e Pontevedra em 1197. Entre 1198 e 1199, Afonso IX retaliou contra a Beira Alta e Trás-os-Montes, onde conseguiu uma vitória esmagadora em Ervas Tenras, junto a Pinhel; como resposta, D. Sancho I viria a atacar Cidade Rodrigo.

[215] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 552.

[216] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 36.

[217] *Idem*, *ibidem*.

As pesadas baixas causadas por estas surtidas fronteiriças terão levado a um armistício, que consolidaria as premissas dos tratados anteriores.[218]

Estabelecida a paz, D. Pedro terá podido voltar a sua atenção novamente para o território português, onde consagrou as igrejas de S. Cláudio de Ribeiras do Lima (Nogueira), em 1201, e de S. Martinho de Pena da Rainha, em 1204.[219]

Com a entrada no século XIII, o estreitar de relações com a monarquia leonesa e, posteriormente, castelhana tornou-se mais óbvio, fruto da consolidação dos limites fronteiriços entre Portugal e a Galiza.

Esta nova atitude terá tido reflexo na nomeação de D. Soeiro (1206-1215), antigo deão de Tui que, sem qualquer interferência externa, foi apresentado ao arcebispo de Braga pelo seu cabido. A partir das confirmações de Afonso IX da posse dos coutos de Paramos e de Soutelo e da igreja de Setados, recebida das condessas D. Maria e D. Urraca Fernandes, podemos perceber um certo nível de confiança do monarca neste prelado. Este episcopado também seria marcado por um pleito que envolveu a igreja tudense, Oseira e o Hospital, por um conjunto de rendas eclesiásticas em Ribadavia, referentes às igrejas de S. Ginés, A Magdalena e Santa Maria da Oliveira.[220]

A D. Soeiro sucedeu uma nova figura de confiança de Afonso IX, D. João Peres (1215-1217), antigo prebendário de Tui e membro da corte desse monarca. Logo em 1215 foi alvo de uma doação régia, onde lhe foi outorgada Santa Maria de Salceda.[221]

Revertendo um pouco esta tendência geral, surgiria depois D. Estêvão Viegas (1218-1239), antigo prebendário tudense de origem portuguesa que, certamente, terá sido uma figura próxima de D. Afonso II, de quem recebeu importantes privilégios e rendas reais na metade portuguesa da diocese,[222] sem que isso tivesse implicado uma quebra de consideração por parte de Afonso

[218] José MATTOSO, «1096-1325», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. II: *A Monarquia Feudal* (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 98.

[219] IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 36.

[220] GARCÍA ORO, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 553.

[221] *Idem*, *ibidem*, p. 554.

[222] Em 1218 estava em Santarém, junto a D. Afonso II, que, conjuntamente com a sua família, lhe concedeu a décima parte de todas as rendas e direitos régios que o monarca possuía na metade portuguesa da diocese – IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 37.

IX, que lhe confirmou vários privilégios em 1218 e 1228. Os nobres locais também terão nutrido alguma consideração pela sua figura, já que Maria Fernandes lhe doou o couto de Nigrán. A sua grandeza e equilíbrio também se iriam manifestar nas suas intervenções na vida eclesiástica da província bracarense, sendo que, em 1221-1222, foi nomeado pelo Papa para uma comissão que analisaria as reclamações do clero português contra os oficiais régios.[223] Esta sua faceta de árbitro ou de executor da justiça papal não era nova, pois em 1218 já tinha levado a cabo a sentença de excomunhão proferida pelo arcebispo de Braga contra o abade de Castanheira.[224] Um dos últimos diplomas em que surge referido como bispo de Tui encontra-se justamente numa escritura de Fiães, datada de 1239.[225] Segundo D. Lucas de Tui, D. Estêvão também foi responsável pelo remate da construção da catedral de Santa Maria de Tui.[226]

O seu sucessor seria D. Lucas de Tui (1240-1249), célebre historiador e figura de inegável erudição, que ascendeu de Mestre-Escola da catedral a Bispo pela mão de Fernando III. Durante o seu episcopado, D. Lucas terá procurado estabelecer acordos pacíficos em torno do exercício do direito de padroado, que, em muitos casos, vinha a ser administrado de forma abusiva quer por leigos quer por eclesiásticos, salvaguardando os direitos da mitra sobre as parcelas do património em questão. As igrejas foram as de Setados, Santa Baía de Gondariz, Rumpecilla, S. João de Longosvales, A Ramallosa e S. Pedro de Beiro. Por outro lado, conseguiu engrandecer o património capitular com os bens do antiquíssimo mosteiro de S. Cristóvão de Labruja.[227]

Contudo, o tacto de D. Lucas não devolveu a paz à cidade episcopal, visto que os homens-bons do concelho tinham plena noção da amplitude dos

---

[223] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 554. Para um retrato de cada um dos conflitos sociais e religiosos que abalaram o Portugal medieval veja-se José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, «Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão», Sep. da *Revista de História das Ideias*, VI (1984), pp. 25-160.

[224] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 36.

[225] *Idem*, *ibidem*, p. 37.

[226] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 554. Sobre a catedral de Tui veja-se Marta Cendón Fernández, *La Catedral de Tuy en Época Medieval*, Pontevedra, Fundación Cultural Rutas del Románico, 2000.

[227] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 554. O que conseguiu apenas no final do seu episcopado, em 1250 – Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 38.

poderes e privilégios que lhes foram conferidos pelo foral de Fernando II,[228] um foral que, como vimos, possuía uma dimensão retaliatória em relação à colaboração dos prelados tudenses com os invasores portugueses.

D. Lucas foi especialmente sensível aos movimentos mendicantes, permitindo a fundação de um cenóbio dominicano na sua cidade.[229]

Em 1250 chegaria à mitra tudense D. Gil Pires de Cerveira (1250-1274), sob o estandarte do nepotismo aristocrático dos Cerveira, família que, como veremos, era um ramo fronteiriço dos antigos Velhos, descendentes dos Baião e, por via feminina, do presor de Tui.

Aparentemente, este antigo arcediago de Tui (até 1243)[230] não se deixou toldar pelas suas origens portuguesas, buscando soluções municipalistas para os problemas inerentes ao senhorio de Tui, que seriam negociadas e sancionadas pelo monarca castelhano, através de um acordo alcançado logo em 1250. Com D. Afonso III, realizou alguns acordos de cariz patrimonial, que incluíram a permuta da igreja de Santa Maria da Vinha pelo padroado régio de metade das igrejas de Afife e Sá.[231]

D. Gil Pires também teve de lidar com os problemas causados pelo choque entre o clero local e as novas fundações mendicantes, principalmente dominicanas. Se em Ribadavia a instalação dos dominicanos, em 1271, recebeu o apoio do clero e dos homens-bons locais, em Tui, o prelado e o seu cabido sentiram-se vexados pelo apoio que o concelho lhes dera, contrapondo que os dominicanos careciam de licença da sua parte. Esta disputa apenas seria resolvida em 1273-1274, com recurso a um colégio arbitral de nomeação papal.[232]

Em 1264, D. Gil reconstruiu a igreja do mosteiro de S. Salvador de Paderne (Melgaço). Em 1266, encontrando-se em Vilar de Mouros, criou uma comissão arbitral para julgar um pleito entre Tomiño e Oia sobre o direito de padroado da igreja de Santa Marinha do Rosal.[233]

---

[228] GARCÍA ORO, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 554.

[229] *Idem*, *ibidem*.

[230] Altura em que confirma um acordo celebrado entre D. Lucas de Tui e o mosteiro de Longosvales – IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 39.

[231] GARCÍA ORO, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», pp. 554-555. Este acordo foi celebrado em Ponte de Lima, em 1262 – IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 40.

[232] GARCÍA ORO, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 555.

[233] IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 40.

Depois de D. Gil, foi alçado à mitra tudense D. Nuno Peres (1274-1277), prelado de origem portuguesa que assumiu a sua dignidade por via de uma eleição capitular, reconhecida pelo Arcebispo de Braga.[234] Sabemos que fundou uma capela funerária e um aniversário na sua igreja e que dotou copiosamene o seu sobrinho Estêvão Peres com recursos da catedral.[235]

O seu sucessor foi Fernando Aires (1276-1285), figura muito próxima de D. Beatriz e do seu filho, D. Dinis. Esta proximidade expressou-se numa doação do padroado da igreja de Aurega (ou Ourega), outorgada em Coimbra em 1279.[236] Por outro lado, Fernando Aires também soube conquistar a confiança de Afonso X, que lhe concedeu a isenção de dar pousada nas casas da mitra e do cabido e confirmou a divisão dos bens episcopais e capitulares (já efectuada em 1156), em 1279. Em 1282 passou para o partido de D. Sancho, que acompanhou até ao final da sua vida.[237]

Entre 1286 e 1323 encontramos um novo exemplo de flagrante nepotismo aristocrático e político na mitra tudense. Falamos de D. João Fernandes de Soutomaior, prelado que apresentou nas cortes de Sancho IV e Fernando IV uma enorme equidistância em relação aos diferentes grupos nobiliárquicos, permanecendo sempre fiel a D. Maria de Molina. Foi notário-mor da Andaluzia (1287), chanceler da rainha (1295) e notário-mor de Leão (1301). Estas circunstâncias terão ajudado a engrandecer as suas competências senhoriais: ganhou a faculdade de nomear meirinhos com jurisdição na igreja de Tui, especificamente em Salceda e Villaza (1288); viu serem confirmados os privilégios relativos aos castelos de Santella, Cemans e Toronho e metade das rendas reais no bispado (1296).[238]

Esta conjuntura afigura-se como verdadeiramente extraordinária, a todos os títulos, visto que a constelação de meirinhos, adiantados e pertigueiros colocava uma enorme pressão senhorial sobre as diferentes jurisdições eclesiásticas. Um fenómeno que se viria a agravar no século XIV, com o estabelecimento do Infante D. Felipe e da sua corte na Galiza. Poucos fidalgos reconheceram

[234] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 555. Sabemos que este antigo deão de Tui também prestou juramento ao Arcebispo de Braga – Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 40.

[235] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 555.

[236] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 41.

[237] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 555.

[238] *Idem*, *ibidem*, pp. 555-556.

as malfeitorias cometidas contra as dioceses e outras entidades eclesiásticas. Neste período, podemos destacar apenas uma doação de D. Fernando de Castro, pertigueiro maior de Santiago, que, em 1301, se reconciliou com Tui através da doação dos bens que tinha no couto de Caldelas.[239]

Alguns indícios sugerem que poderá ter participado, em nome de Maria de Molina, nas negociações do casamento de Fernando IV com a Infanta D. Constança de Portugal. Contudo, as suas relações com D. Dinis complicaram-se, visto que, com o propósito de fazer voltar a metade portuguesa da diocese à jurisdição integral da autoridade episcopal, deu instruções para que todos os actos públicos fossem realizados pelos notários tudenses. A reacção de D. Dinis não se fez esperar, tendo proibido, em 1307, o recurso a estes notários. Nesse mesmo ano, o monarca português e o prelado tudense acabariam por se entender, estabelecendo um acordo de permuta de algumas igrejas locais: D. João cedia as igrejas de Santa Maria de Monção e de Castro Laboreiro e recebia Viana, Meadela, Moimenta de Valdevez, Lara, a ermida de Pena da Rainha, metade de Parada de Valdevez, Moreira, Portela, Silva, Mentrestido e S. Veríssimo de Lúzio.[240]

Em 1310, participou, conjuntamente com o arcebispo de Braga, no concílio provincial de Compostela, tendo falecido apenas em 1323, altura em que elaborou um interessante testamento,[241] sobre o qual nos debruçaremos mais à frente.

Chegados ao século XIV, notamos claramente uma crescente desvinculação dos prelados tudenses dos poderes portugueses, com quem mantinham relações profundas e amigáveis, mas completamente divergentes do nível de dependência que mantiveram até 1169 ou, sequer, até aos inícios do reinado de Fernando III.

Em 1323-1324 a sé de Tui foi regida pelo dominicano francês Bernardo de Guy, nomeação que se prendeu, acima de tudo, com o apoio prestado por Avinhão aos projectos do arcebispo compostelano Berenguel de Landoira.[242]

O seu sucessor seria Frei Simão (1324-1327), franciscano de origem portuguesa (Coimbra ou Lisboa), que fora bispo de Badajoz e capelão de D.

[239] *Idem*, *ibidem*, p. 556.

[240] *Idem*, *ibidem*, pp. 556-557; IGLESIAS ALMEIDA, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 41.

[241] GARCÍA ORO, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 557.

[242] *Idem*, *ibidem*, p. 559.

Dinis. O seu curto episcopado foi marcado pela constituição de alguns vicariados e pela costumeira confirmação dos privilégios e senhorios tudenses.[243] Desconhecemos até que ponto D. Dinis terá exercido alguma influência na sua nomeação ou na sua conduta enquanto bispo.

Em 1328 chegou a Tui D. Rodrigo Ibáñez (1328-1335), antigo bispo de Lugo entre 1319 e 1326, que ostentava um currículo de bom governo e fácil resolução dos pleitos que apoquentavam a cidade episcopal. Sabemos que viveu em Tui apenas durante parte da sua prelatura, tendo conferido algumas provisões beneficiais e delegado boa parte dos seus actos administrativos ao cabido. Durante as suas presenças na corte de Afonso XI, entre 1331 e 1333, conseguiu algumas confirmações e privilégios, como a isenção de pagamento de jantar ao rei e aos seus oficiais, facto que impedia abusos por parte de alguns tenentes de Toronho. Morreu nos inícios de 1335, em Tui, onde deixou o seu testamento.[244]

Em 1328 encontrava-se em S. Paio de Paderne, altura em que aprovou uma compra dos dominicanos de Tui. Em 1330, o abade do mosteiro de Ázere confirmou que devia ao prelado dois jantares anuais. Em 1331 trocou com o mosteiro de Oia as igrejas de Estás e Forcadela pelas de S. João de Campo e de Mozelos, em Portugal. Em 1334 outorgou, no seu palácio de Santa Maria da Oliveira (Tui), um diploma relativo a Ázere.[245]

Entre 1335 e 1351 o prelado tudense foi Garcia Prego (Montaos), figura que, no seu caminho ascensional, ostentou vários cargos e benefícios em diferentes igrejas, tendo sido cónego de Santiago e Tui ainda antes de ser ordenado presbítero. O nepotismo[246] que envolveu a sua eleição desencadeou vários conflitos internos no cabido tudense, chegando o cónego Pedro Anes, seu rival, a impugnar o processo. Assim, a nomeação de Garcia Prego seria validada apenas em 1336, através de uma sentença de um tribunal pontifício.[247]

Apesar de ostentar a mitra tudense, Garcia Prego não abdicou da sua vinculação a Compostela, entidade profundamente alinhada com os interesses

---

[243] *Idem*, *ibidem*; Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 41.

[244] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 559.

[245] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 41.

[246] Sobre o nepotismo aristocrático na cúpula do clero galego veja-se *Parentesco y Nepotismo. Los Arzobispos Compostelanos y sus Relaciones Familiares en la Baja Edad Media*, de Eduardo Pardo de Guevara y Valdés – *in* Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, pp. 363-403.

[247] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», pp. 559-560.

dos Montaos. Com efeito, sendo nomeado provisor do arcebispo Martim de Grés, em 1342.[248]

Quanto à sua intervenção na vida episcopal tudense, sabemos que teve como propósito uma reorganização económica das rendas e benefícios diocesanos, conseguindo a incorporação das rendas de uma série de pequenos mosteiros, como o de Barrantes, na mesa capitular.[249]

Garcia Prego seria substituído por D. João Fernandes de Soutomaior (1351-1383), prelado que, segundo as episcopologias mais tradicionais, foi sempre identificado como um Castro. No entanto, e como veremos na segunda parte deste nosso trabalho, estudos mais recentes sobre os Soutomaior acabaram por desmentir esta hipótese.

Durante o seu episcopado, D. João teve o múnus de conduzir a sua igreja (e a sua família) num clima de convulsão social generalizada, tendo sido obrigado a escolher entre os partidos de Pedro e de Henrique de Trastâmara.

Numa primeira fase, D. João terá seguido a via legitimista, já que D. Pedro lhe confirmou, logo em 1351, vários privilégios da sua igreja. Por outro lado, também soube demonstrar uma postura apaziguadora em relação aos poderes portugueses, já que, em 1357, D. Pedro I de Portugal colocou fim a um pleito em torno dos direitos de padroado da igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho, através de uma doação generosa a si e à catedral.[250]

Todavia, D. João viria a mudar a sua atitude política, passando a militar fielmente no partido do vencedor da contenda dinástica, Henrique II, de quem recebeu algumas doações importantes, como os bens locais dos templários (a bailia de Coia), a Vila Velha de Redondela e A Guarda, em 1371. Esta postura seria continuada durante o reinado de João I de Castela, que, em 1379, lhe confirmou vários privilégios anteriores.[251]

No que se refere à gestão interna, D. João foi bastante activo na organização da dinâmica administrativa da sua igreja: colocou em acção os seus oficiais Lopo Rodrigues e Pedro Fernandes; encarregou o seu vigário João Gonçalves de proceder à execução das disposições testamentárias; e, em 1360, ordenou a João Peres, juiz da audiência episcopal, que determinasse os impostos episcopais a lançar sobre os barqueiros de Tui.[252]

---

[248] *Idem*, *ibidem*, p. 560.

[249] *Idem*, *ibidem*.

[250] *Idem*, *ibidem*.

[251] *Idem*, *ibidem*.

Apesar da cisão da diocese em 1381, a influência de D. João também se fez sentir na sua metade portuguesa, já que, em 1354, confirmou a atribuição da igreja de S. Martinho de Verdoejo a João Peres, clérigo, e, em 1362, concedeu a Fiães os direitos da igreja de S. Cristóvão, em Valença do Minho.[253]

A escassez das suas aparições públicas entre 1379 e 1383 deu origem à notícia de um hipotético retiro eremítico na serra de Osa, onde poderá ter terminado a sua vida.[254] Suposição que não terá qualquer fundamento.

Na verdade, a secessão das paróquias portuguesas de Tui poderá ter sido propiciada pela avançada idade do prelado, que o limitava na tomada de acções mais radicais, e não pelo seu afastamento da vida pública.

As guerras fernandinas e a intervenção dos poderes portugueses na litigiosa transição dinástica castelhana acabaram por cavar um fosso entre o clero português e o castelhano, que se espelhou na própria divisão interna do cabido tudense.

O Grande Cisma causado pela morte de Gregório XI, em 1378, seria apenas um pretexto para a cisão e não a sua causa. Assim, o apoio prestado pela monarquia portuguesa a Urbano VI e pela coroa castelhana a Clemente VII justificavam uma dissolução plena dos laços transfronteiriços de Tui e Badajoz,[255] ou seja, a conformação definitiva das dioceses transfronteiriças às fronteiras do seu reino.

Aproveitando esta disposição, os cónegos portugueses de Tui decidiram abandonar a tutela da sé, criando uma colegiada própria em Santo Estêvão de Valença do Minho, no ano de 1381, onde Afonso Anes de Troviscoso, Álvaro Gonçalves de Riba de Mouro e Martim Barreiros, entre outros, organizaram o culto religioso segundo o modelo da sua catedral, que ficaria na alçada de um vigário geral nomeado entre eles.[256]

Com o apoio e consentimento das autoridades portuguesas, os membros da colegiada de Valença apoderaram-se de todas as igrejas, abadias, mosteiros e rendimentos eclesiásticos provenientes do Entre-Minho-e-Lima, que nessa altura já se encontrava dividido em 230 freguesias.[257]

---

[252] *Idem*, *ibidem*.

[253] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 42.

[254] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 560.

[255] Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, p. 103.

[256] *Idem*, *ibidem*.

[257] *Idem*, *ibidem*, p. 104.

O primeiro destes vigários/bispos da colegiada de Valença foi Toribio (1382-1398), prelado que recebeu a confirmação papal de Urbano IV e que passaria os seus últimos anos de vida na cúria romana.[258]

O seu sucessor foi o arcebispo compostelano João Garcia Manrique (1398-1406), figura controversa que, devido à sua fidelidade a Roma e às suas tendências legitimistas, entrou em choque com o rei de Castela e com o arcebispo de Toledo. De uma forma algo incaracterística, o antigo arcebispo compostelano aproveitou a transição de Diego de Anaia para a diocese de Ourense para se estabelecer em Tui, onde recebeu a homenagem dos homens-bons do concelho e, como veremos na secção sobre os Soutomaior, de alguns nobres locais. Com a chegada do bispo João Ramires de Gusmão, em 1391, D. João Garcia refugiou-se em Valença, onde passou a gerir a metade portuguesa da diocese tudense. Em 1398, surgem já notícias relativas a um vigário seu em Valença, de nome João Nunes. Curiosamente, D. João Garcia autodenominar-se-ia, em 1402, arcebispo de Santiago e administrador perpétuo dos bispados de Coimbra e Tui.[259]

Em Valença, D. João Garcia levou a cabo um programa de organização da estrutura administrativa dos territórios sob a sua jurisdição, anexando-lhes os arcediagados de Cerveira e de Labruja e distribuindo prebendas e benefícios pelos cónegos revoltosos.

Tudo indica que João Garcia desenvolveu este labor até à sua morte, em 1416, altura em que ainda ostentava os títulos enunciados anteriormente.[260] Estavam lançadas as bases de um combate pela tutela do Entre-Minho-e-Lima, que, até à sua integração na arquidiocese de Braga, teve mais contornos políticos do que religiosos.[261]

Olhando para trás, podemos verificar que, apesar dos sinais de reverência em relação a Braga ou das demonstrações de amizade dos monarcas portugueses, Tui apenas nutriu uma relação de dependência para com as autoridades lusas durante os últimos anos de ocupação portuguesa de Toronho e Límia, ou seja,

[258] *Idem*, *ibidem*.

[259] *Idem*, *ibidem*.

[260] *Idem*, *ibidem*, p. 105.

[261] Este processo de desvinculação da metade portuguesa da diocese de Tui encontra-se perfeitamente estudado por vários autores: Costa, «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho…», pp. 68-240; Teresa de Jesus Rodrigues, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*; e Marques, «O Entre Minho e Lima…», pp. 11-29.

até 1169. A aparição de cónegos regrantes à frente desta igreja denuncia um enorme nível de subordinação directa relativamente aos círculos de poder de D. Afonso Henriques, fenómeno que nunca mais se voltaria a repetir.

Na verdade, a subsistência desta entidade transfronteiriça ficou a dever-se, em grande medida, à vontade da monarquia portuguesa em manter uma porta aberta a um possível retorno ao mapa administrativo clássico, que sobrepunha os limites laicos e eclesiásticos da velha Galécia bracarense. Ou seja, a um projecto de construção de Portugal, segundo as premissas administrativas do período romano, suevo-visigodo e Alto Medieval.

Tui e Braga

Durante todo o Baixo-Império e período suevo-visigodo, Braga foi capital administrativa e religiosa da sua diocese, do seu convento e de toda a Galécia. Esta dimensão temporal e espiritual da sua autoridade assumiu especial importância no reino suevo, que, nos anos finais da sua existência, fez assentar muita da sua coesão interna na identidade sócio-religiosa que irradiava de Braga.[262]

Contudo, as invasões muçulmanas e o exílio dos prelados bracarenses em Lugo retiraram à velha província eclesiástica bracarense a força condutora que esta entidade sempre possuíra.[263] Assim, a reorganização de um vasto território, que ia da ria de Vigo até aos vales do Douro e do Mondego, recaiu na velha aristocracia condal, sustentada por uma delegação de poderes públicos por parte da monarquia astur-leonesa.

Somos de opinião que este desinteresse pela restauração da diocese de Braga e, por consequência, do seu mapa administrativo primitivo, se manifestou, principalmente, na forma como os diferentes soberanos das primeiras

[262] João Paulo Martins Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui e a Génese de Portugal», *in* Luís Adão da Fonseca (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica*, Porto, CEPESE-Fronteira do Caos Editores, 2014, p. 189.

[263] Graças ao exílio lucense dos bispos bracarenses, os prelados de Lugo foram agregando à sua dignidade vários dos seus privilégios e prerrogativas, como a de metropolita da Galiza – Costa, *O Bispo D. Pedro…*, Vol. I, pp. 12-13. As complexas relações entre Braga e Lugo foram analisadas por Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Lisboa-Paris, Institut Français au Portugal, 1947, pp. 119-184.

centúrias da Reconquista procuraram controlar os seus territórios através desses seus magnates laicos e na maneira como utilizaram o engrandecimento de Iria-Santiago como uma espécie de paliativo para o risco latente de revolta das elites galegas.[264] No fundo, uma restauração de uma uma Braga plenipotenciária implicaria a recuperação de um dos principais símbolos da soberania regional galega,[265] pelo que, até meados do século XI, se verificou um enraizamento do cenário delineado a partir de Afonso III.[266]

Por outro lado, as experiências de restauração diocesana iniciadas nos séculos IX e X não apresentaram os resultados desejados, e o estado de indigência e desorganização de Ourense e Tui levou a que fossem confiadas a Lugo e a Iria-Santiago.[267] A natureza disruptiva e destruidora das investidas normandas e muçulmanas e o crescimento da autoridade destas entidades levaram ao esvaziamento de muitas das propriedades e características daquilo que fora outrora uma vasta rede eclesiástica e administrativa, detentora de uma identidade social e religiosa comum.[268]

A inversão desta conjuntura terá tido início com a intervenção directa de Fernando Magno na reconquista galego-portuguesa,[269] a qual, para além de ter permitido um estreitar de laços entre a monarquia e uma nova aristocracia local, os infanções, e de ter revertido a sensação de desamparo criada pela ausência de participação dos soberanos anteriores na defesa da região contra normandos e muçulmanos, terá permitido que se vislumbrasse alguma validade e viabilidade na edificação de um novo reino galego.[270]

---

[264] Segundo Luís Carlos Amaral, este desinteresse pela restauração de Braga é extensivo à velha aristocracia condal portucalense, já que esta sediou o seu poder em Guimarães, e não em Braga, e canalizou o seu poder e influência para o desenvolvimento do mosteiro de Guimarães – Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, p. 231.

[265] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 189.

[266] Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, p. 228.

[267] *Idem*, *ibidem*, p. 232.

[268] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 190.

[269] Sobre este assunto veja-se Pilar Blanco Lozano, «La Intervención de Fernando I en la Zona Galaico-Portuguesa», in *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional*, Vol. I: *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia de Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 335-356.

[270] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 190.

Através da sua instrução em Santiago, Garcia II terá recebido os princípios fundamentais de uma política gizada por Fernando Magno para a região:[271] o fortalecimento da soberania galega através do reforço das suas estruturas territoriais e eclesiásticas, o controlo de oligarquias hostis e a celebração de alianças com poderes emergentes.[272]

Em 1069, o assassinato do bispo D. Godesteu de Iria-Santiago daria o mote à germinação de um novo panorama eclesiástico. Até 1071 seriam restauradas Tui, Ourense e Braga, o que viria a quase duplicar o número de igrejas existentes no reino da Galiza. O apoio prestado por Garcia II à restauração de Braga e das suas sufragâneas também teria permitido ao monarca galego suplantar a volatilidade da nobreza local, através da ascensão de um novo leque de bispos, que, devido às suas funções territoriais, se assumiriam como seus verdadeiros lugar-tenentes, e de uma mudança de eixo regional de poder, por via da sua associação à entidade eclesiástica que poderia atribuir maior coesão ao seu espaço.[273]

Apesar da destituição de Garcia II, Sancho II terá dado o remate necessário a este processo, reconhecendo a autoridade de D. Pedro enquanto bispo de Braga[274]. Assim se terá semeado, inadvertidamente, um dos gérmenes da futura

---

[271] Os principais traços do reinado de Garcia II encontram-se analisados em E. Portela Silva, *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)* – sobre a etapa formativa de Garcia II veja-se especificamente pp. 15-44.

[272] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 190. Na verdade, Fernando I não terá tido interesse em ficar refém da aristocracia condal, na medida em que a sua volatilidade, inépcia na defesa da região contra Almançor e hostilidade em relação à dinastia navarra, desaconselhavam a sua inclusão nos seus projectos. Por outro lado, a morte de Mendo Nunes e a tutela do condado por Ildoara Mendes (e por um triunvirato de infanções) provavam a existência de uma passagem de poder para esta classe. A própria ausência de Nuno Mendes da reconquista de Coimbra atesta a sua irrelevância no novo sistema de poderes, acabando por ser derrotado em Pedroso – sobre o impulso dado por Fernando Magno e Garcia II à ascensão dos infanções veja-se Maria João Violante Branco Marques da Silva, «Portugal no Reino de León. Etapas de uma Relação (866-1179)», in *El Reino de León en la Alta Edad Media*, Vol. IV: *La Monarquía (1109-1230)*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, p. 563 e seguintes.

[273] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 190. A relação directa entre o rápido ritmo de restauração do mapa diocesano galego-português e as necessidades de afirmação política de Garcia II foi devidamente enfatizada por Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, pp. 235-238.

[274] Sobre o episcopado de D. Pedro e a restauração de Braga veja-se principalmente: David, *Études Historiques…*, pp. 119-184; Atilano González Ruiz-Zorrilla, «Sobre la Res-

soberania portuguesa, que se via legitimada pelo elo histórico existente entre o coração do seu clero diocesano e o passado de uma monarquia galega.[275]

Todavia, a indiferença de Afonso VI, a primazia de Toledo, a falta de contactos com Roma e o crescente protagonismo de Santiago continuavam a colocar Braga num patamar de marginalidade, impeditivo da recuperação da dignidade metropolitana, que vinha sendo cobiçada pelos bispos lucenses.[276]

Por estes anos, os propósitos unificadores da sua refundação pareciam estar a adaptar-se à crescente individualização do território portucalense. A doação lígia do condado portucalense a D. Henrique acabaria por converter Portugal e a Galiza nas duas faces de uma mesma moeda, que aspiraria a um projecto comum, o de reclamar uma soberania própria.[277]

Tudo indica que D. Henrique soube tirar pleno proveito desta mudança conjuntural, dando seguimento à política de Garcia II através do reforço das estruturas laicas e eclesiásticas que articulavam o condado.

Nesse sentido, a chegada de S. Geraldo à mitra bracarense transcendeu, em grande medida, a mera reactivação de um instrumento político e territorial, na medida em que colocou o clero português em rota de convergência com a reforma gregoriana, estabelecendo novas vias de comunicação com o papado, que resultaram no retorno da dignidade metropolitana a Braga.[278]

Nos inícios do século XII, D. Henrique e S. Geraldo actuaram em perfeita sintonia: enquanto o primeiro procurou utilizar a sua influência junto da cúria papal para apressar o regresso da dignidade metropolitana a Braga, o segundo colocou a sua autoridade eclesiástica ao serviço da legitimação de uma acção política de carácter autonomista.[279] Esta acção conjunta terá introduzido em

---

tauración de la Diócesis de Braga en 1070», *Hispania Sacra*, X - N.º 20 (1957), pp. 431-442; Costa, *O Bispo D. Pedro…*, Vol. I, pp. 25-38 e 360-383; e Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, pp. 216-240.

[275] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 190.

[276] *Idem*, *ibidem*, pp. 190-191. Sobre a pugna entre Braga e Lugo pela dignidade metropolitana e pelo património que esta última detinha em terras bracarenses veja-se Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, pp. 228-231.

[277] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 191.

[278] Carl Erdmann soube enfatizar devidamente esta transição de um certo isolamento, característico do episcopado de D. Pedro, para um acentuado contacto com a cúria romana, durante o governo de S. Geraldo – Carl Erdmann, «O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa», Sep. de *Boletim do Instituto Alemão*, V, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935, pp. 13-18.

Portucale um modelo de organização política e eclesiástica que se manifestava na articulação entre fronteiras civis e fronteiras eclesiásticas, que, devido à natureza metropolitana de Braga, se estenderiam facilmente a todo o espaço da sua província eclesiástica[280]. Por isso, não é de todo improvável que a influência transfronteiriça de Braga se tivesse convertido num elemento legitimador da expansão das fronteiras naturais do condado.[281]

Entre 1108 e 1109, as mortes de S. Geraldo e de Afonso VI marcaram uma mudança profunda na acção de D. Henrique e D. Teresa. A fragilidade da autoridade de D. Urraca permitiu que os condes portucalenses consolidassem a sua autoridade interna e alimentassem algumas ambições sobre o espaço galego. A autoridade transfronteiriça de Braga proporcionava a estes projectos, mais ou menos inclusivos, uma preciosa ligação a um passado histórico unitário. Na verdade, a natureza da autoridade metropolitana bracarense convertia-a no centro nevrálgico de uma vasta província eclesiástica e atribuía a Portugal um potencial agregador que apenas poderia ser contrariado pela força das armas régias, pela vontade de certos sectores da nobreza galego-portuguesa —mais favoráveis a uma restauração do reino galego através de Afonso Raimundes ou à manutenção de uma relação estreita com Leão— e pelos entraves impostos pela sé compostelana.[282]

No entanto, o desenrolar dos acontecimentos durante o episcopado de Maurício Burdino não foi favorável à projecção de um plano de soberania portucalense mais abrangente,[283] visto que a aproximação do novo arcebispo bracarense a Santiago foi rapidamente interpretada por Diego Gelmires como um sinal de fraqueza. Graças a uma interpretação sagaz dos acontecimentos, o arcebispo compostelano percebeu rapidamente que o enfraquecimento da autoridade de Braga passaria, necessariamente, por uma aliança estratégica com os interesses do primaz toledano, pela limitação das prerrogativas conquistadas por Braga e por um enfraquecimento das relações que vinha

[279] Segundo Luís Carlos Amaral, o primeiro arcebispo bracarense transpôs para o borgonhês todo o apoio que habitualmente prestaria directamente à própria coroa – Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga*..., p. 404.

[280] As dimensões da província eclesiástica metropolitana ultrapassavam em muito as fronteiras do reino – *Idem*, *ibidem*, p. 410.

[281] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 191.

[282] *Idem*, *ibidem*, p. 192.

[283] Sobre a acção de Maurício Burdino veja-se, por exemplo, Erdmann, «O Papado e Portugal…», pp. 20-34.

mantendo com o papado e com as suas sufragâneas. Os efeitos negativos da pressão compostelana acabariam por ser agravados pelo envolvimento temerário de Burdino na política da cúria papal, onde se tornou no antipapa Gregório VIII. Devido a esta conjuntura, Santiago conseguiria atingir uma situação de igualdade simbólica e temporal com Braga.[284]

Em 1118, a ascensão de Paio Mendes à mitra bracarense deu início a um novo período de consolidação interna e externa[285] —tendo sido um dos principais responsáveis por uma derradeira convergência entre a aristocracia portucalense, a sua igreja e os novos soberanos— e de restauração das boas relações que a sua igreja vinha mantendo com Roma, instrumento fundamental das mudanças políticas que viriam a acontecer.

Na nossa opinião, os planos de anexação do sul da Galiza, por parte de D. Teresa e de D. Afonso Henriques, revelam um desejo de construção de uma monarquia verdadeiramente galego-portuguesa, que se via legitimada pela centralidade histórica de Braga. Mas, a forma de prossecução deste projecto seria completamente distinta, visto que D. Teresa contava com o apoio dos Trava e com as sinergias que estes mantinham com Santiago, uma entidade eclesiástica com um poder agregador similar ao de Braga, enquanto Afonso Henriques tinha como principais apoiantes a sua nobreza galego-portuguesa, onde se destacavam, por exemplo, grandes casas condais como a dos Celanova-Pombeiro e a arquidiocese de Braga de Paio Mendes. Nesta conjuntura, a rivalidade latente entre as igrejas metropolitanas de Braga e Santiago e a sua disputa pelas mesmas prerrogativas transfronteiriças, ou seja, pela tutela de todas as dioceses galego-portuguesas, mimetizavam a essência dos conflitos políticos desta era.[286]

Assim sendo, S. Mamede acabou por colocar frente a frente duas visões sobre um mesmo projecto: a Galiza ganhava individualidade nas sinergias entre D. Teresa, os Trava e Santiago; enquanto Portucale (ou a visão portucalense da soberania galega) buscava o seu sentido na dialética entre D. Afonso Henriques, a igreja de Braga e uma nobreza galego-portuguesa, de carácter eclético, que hostilizava os Trava. À cabeça deste grupo estavam os herdei-

[284] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 192.

[285] Sobre a vida de Paio Mendes e a sua relação com os processos políticos que levaram à independência de Portugal veja-se, por exemplo, Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga*..., pp. 447-462.

[286] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», pp. 192-193.

ros dos infanções portucalenses[287], alguns ramos dos Trava estabelecidos em Portugal e algumas das principais casas condais e territoriais do sul da Galiza, como a dos Celanova-Barbosa.

Nos anos seguintes, tanto Paio Mendes como D. João Peculiar[288] tornar-se-iam os principais interlocutores de um diálogo constante entre a monarquia portuguesa e Roma e fundamentais elementos legitimadores da orgânica interna do novo reino português. Neste contexto, a situação territorial da diocese de Tui espelha as profundas ambiguidades herdadas deste período de disputa pela primazia sobre o espaço galego-português.

A constante interpenetração da agenda de Braga com a dos primeiros soberanos portugueses terá feito despertar a ideia de que o sucesso do seu projecto soberanista teria de passar, necessariamente, pela aglutinação de toda a província eclesiástica bracarense sob uma única autoridade laica. Assim sendo, não é de estranhar que uma parte substancial da nobreza fronteiriça galego-portuguesa tenha aderido a esta causa, visto que essa matriz institucional retratava perfeitamente a sua realidade de convivência pluri-secular. Ou seja, representava a verdadeira natureza das gentes que, desde os tempos dos primeiros condes presores, se misturaram e mesclaram, formando os diferentes estratos da aristocracia fronteiriça dos séculos seguintes.[289]

A estreita relação dos poderes de Toronho e Límia com D. Afonso Henriques mimetizava, profundamente, a estreita relação existente entre Braga e a igreja tudense, sua sufragânea.

Assim, muitas das doações de D. Teresa e de D. Afonso Henriques (referidas anteriormente) assemelham-se a «subornos», que visavam garantir a estabilidade da fronteira ou a colaboração das autoridades locais na conquista do território.[290] A deserção de Gomes Nunes de Pombeiro para o partido português encontrava paralelo nos laços existentes entre Santa Cruz de Coimbra e a catedral tudense, por via das origens familiares de S. Teotónio.

Até 1169, altura em que, no rescaldo da derrota de Badajoz, D. Afonso Henriques perdeu a tutela sobre Toronho e Límia, a ocupação terá sido perce-

---

[287] Que, como veremos na segunda parte deste nosso trabalho, já se encontravam muito mesclados com ramos secundários da velha aristocracia condal.

[288] Sobre a acção política de D. João Peculiar vejam-se as clássicas palavras de Erdmann, «O Papado e Portugal…», pp. 35-78.

[289] Estes mecanismos sócio-familiares de evolução da nobreza fronteiriça serão analisados na segunda parte da nossa tese.

[290] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 193.

bida como irreversível por algumas elites locais, que continuaram a investir na constituição de uma rede familiar transfronteiriça.

No fundamental, o abandono dos projectos de assimilação deste território não resultou numa reconfiguração dos limites da diocese de Tui, que permaneceu um espaço social aberto, propiciador da mobilidade geográfica e da implantação transnacional dos poderes aristocráticos e eclesiásticos.

Uma prova clara da intercepção dos interesses aristocráticos com a política integradora do clero tudense foi a nomeação de D. Gil Pires de Cerveira para a mitra de Tui, que governou entre 1250 e 1274.[291]

Por outro lado, o próprio esforço da diocese tudense em relação à manutenção da integralidade dos seus direitos senhoriais na metade portuguesa do seu território, visível em constantes permutas e acordos com os monarcas portugueses e na criação de instrumentos administrativos de controlo de rendas, como o célebre censual do cabido de Tui para o arcediagado da terra da Vinha de 1321[292], também ajudou a cimentar a sua dimensão transfronteiriça.

Mais do que um resquício anacrónico de um passado de unidade galego-portuguesa, a natureza da antiga diocese de Tui constituiu uma verdadeira janela de oportunidades para qualquer possível reconstrução do antigo reino da Galiza, que se manifestava em cada guerra fronteiriça ou em cada crise dinástica.

Na verdade, a própria cisão de 1381 resultou, principalmente, dos antagonismos políticos gerados pela guerra civil castelhana e pelas guerras fernandinas e, só depois, pela sua manifestação na oposição interna do clero, criada pelo Grande Cisma do Ocidente.

Em resumo, podemos afirmar que a essência transfronteiriça da jurisdição provincial de Braga, elemento legitimador da soberania sueva e, até, de Garcia II, converteu-se num garante da unidade interna e da legitimidade do projecto português, que, devido à existência de uma identidade social comum e às naturais aspirações à anexação de terras a norte do Minho, convivia facilmente com entidades galego-portuguesas como a diocese de Tui. Só as mudanças sociológicas desencadeadas pelo amadurecimento do poder régio, castelhano e português, e o acumular de conflitos políticos, eclesiásticos e bélicos conseguiram criar uma verdadeira fronteira imaterial.[293]

***

[291] *Idem*, *ibidem*.

[292] Exemplarmente estudado e editado por Marques, «O Censual do Cabido de Tui…», pp. 447-483.

A nossa visão diacrónica da evolução da diocese de Tui demonstra a extraordinária perenidade dos limites territoriais da diocese e do seu papel dentro da província eclesiástica de Braga, que se encontram atestados através da existência de três ciclos de nascimento/renascimento das suas estruturas materiais.

Durante a Alta Idade Média, o vale do Minho foi assolado pela pirataria vândala, que deu lugar a um ciclo de reconstrução culminado pela criação da própria diocese; pelas invasões muçulmanas, que, após a presúria de Tui, deram origem à primeira restauração da diocese, em 915; e pelas surtidas normandas, que, após um longo interregno entre 1024 e 1071, resultaram na segunda restauração da diocese.

Tal como tivemos oportunidade de destacar, em nenhum destes três períodos se promoveu uma desarticulação da sua matriz territorial, em nenhum momento se colocou em causa a natureza da realidade social que representava.

Julgamos que esta situação se ficou a dever a três factores fundamentais: à convergência de interesses entre a política eclesiástica bracarense e, em certos períodos, tudense, e os projectos de soberania galegos e portugueses; à necessidade de manutenção de um espaço charneira, onde ambas as monarquias pudessem projectar os seus planos de assimilação dos territórios vizinhos (como aconteceu com Toronho e Límia); e ao esforço de preservação das sinergias sociais e senhoriais transfronteiriças, estabelecidas pelos poderes laicos e eclesiásticos da diocese.

No que concerne ao primeiro aspecto, constatamos facilmente que a restauração de Tui fazia parte de um plano de reconstituição da província eclesiástica bracarense, que, devido ao alinhamento dos seus prelados com a causa soberanista portuguesa, se transformara num elemento legitimador da sua autoridade e dos seus planos de expansão territorial.

Enquanto a intensidade das relações privilegiadas mantidas entre D. Teresa e D. Afonso Henriques e Tui dava corpo à faceta laica desta relação, os múltiplos juramentos de fidelidade a Braga, a participação em actividades conciliares e, até, o pendor portucalense de algumas eleições episcopais, demonstram a grande proximidade existente entre os prelados tudenses e os seus metropolitas.

Importa relembrar que as próprias origens minhotas de S. Teotónio e a sua formação tudense ajudaram a criar eixos de comunicação privilegiados entre

[293] Ferreira, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui…», p. 194.

D. Afonso Henriques e a sé tudense, que terão ajudado a promover a ascensão de D. Isidoro, um crúzio de origem portuguesa, nas fileiras do clero local.

Nos anos posteriores à retirada dos portugueses de Toronho e Límia, a diocese de Tui conservou as suas características de espaço charneira, mantendo os seus laços com as duas monarquias, mesmo em períodos de crise e conflito.

Por outro lado, notamos claramente que, tal como os restantes senhores laicos e eclesiásticos da região, os bispos de Tui sempre se esforçaram por manter intactas as suas prerrogativas senhoriais em Portugal, recorrendo a instrumentos muito similares em ambos os lados da fronteira.

De facto, só os recorrentes conflitos bélicos do século XIV desencadeariam um processo de antagonismo político e eclesiástico, que se plasmou na separação das duas metades da diocese.

1.3. Tui e a evolução política do ocidente peninsular

Nesta secção, analisaremos a interferência dos poderes laicos no desenvolvimento da região da antiga diocese de Tui. Em primeiro lugar, tentaremos definir o papel da família de Afonso Betotes no conjunto da velha aristocracia condal galego-portuguesa, identificando de que forma influenciou as sinergias sociais das duas metades do vale do Minho nos inícios do seu repovoamento. Depois, faremos uma leitura sobre a importância deste espaço transfronteiriço na evolução dos projectos soberanistas galegos, desde Garcia II até 1169, altura em que D. Afonso Henriques abandonou as suas possessões em Toronho e Límia. No seguimento desta análise vamos contextualizar cada um dos conflitos fronteiriços posteriores, clarificando a conjuntura que os envolveu. Por fim, avaliaremos o peso da guerra civil castelhana e das guerras fernandinas na fractura definitiva da diocese tudense.

Afonso Betotes e os condes de Portucale

Impulsionadas pela ideologia da reconquista neogótica, as forças de Afonso III das Astúrias levaram a cabo um esforço concertado de recuperação de vastos territórios à influência muçulmana, que, devido à escassez de povoa-

mento ou à sua patente dispersão e desorganização, exigiam a promoção de novos agentes organizadores do espaço.

Inúmeras terras, localizadas ao longo do vale do Douro, no caso leonês, e entre os vales do Minho e do Mondego, no caso galego, foram sendo distribuídas por magnates laicos e eclesiásticos da confiança do monarca.

Assim, a célere conquista do ocidente peninsular levou a uma rápida sucessão de presúrias: em 854, Afonso Betotes tomou posse de Tui; em 868, Vímara Peres passou a reger Portucale; em 872, Odoário tornou-se presor de Chaves; e, em 878, Hermenegildo Guterres chegou a Coimbra.

Esta alta aristocracia condal acabaria por dominar a região durante dois séculos, período durante o qual desenvolveu uma identidade bastante vincada que, em muitos casos, se plasmou em alguma rebeldia em relação ao poder régio e no desenvolvimento de hábitos de gestão e exploração autónoma das suas terras.[294]

Neste período, urbes como Tui, Porto ou Coimbra, tornaram-se novamente pólos de atracção das populações, que, seguindo o avanço da Reconquista, desciam do norte cristão devido a um provável excesso demográfico.[295]

Nas zonas mais distantes ou abandonadas, os condes e seus parentes procederam à criação de mosteiros e igrejas, que fomentavam a sua colonização e expressavam o prestígio e autoridade dos seus patronos e fundadores.[296]

Em Portucale, a linha sucessória de Vímara Peres passou pelo seu filho Lucídio Vimaranes,[297] presor de Negrelos, tenente de parte do território de Lugo, detentor de vários direitos sobre igrejas da região de Sarria, figura que assistiu à delimitação dos termos de Dume e que doou a igreja de Fremoselhe a Santiago.[298] Apesar de ter tido descendência, em Alvito Lucides e Nuno Alvites (seu filho e neto), o governo do condado portucalense recairia no conde Hermenegildo Gonçalves (926-943), filho do conde Gonçalo Betotes e neto de Afonso Betotes, conde de Deza e presor de Tui.[299]

Uma das razões mais plausíveis para este desvio na linha sucessória dos condes de Portucale deverá prender-se com o sucesso da família de Afonso

[294] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 545-546.

[295] *Idem*, *ibidem*, p. 546.

[296] *Idem*, *ibidem*.

[297] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

[298] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 547.

[299] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

Betotes, como governantes e povoadores do vale do Minho, e com o elevado nível da sua política matrimonial.

Durante as poucas décadas que mediaram a presúria do vale do Minho e a ascensão de Hermenegildo à primazia dentro da família condal portucalense (por volta de 926), Afonso Betotes e Gonçalo Betotes foram capazes de devolver a Tui e à sua região a vitalidade necessária para que, em 915, fosse restaurada a diocese local.

Neste contexto, podemos presumir facilmente que os presores de Tui terão dotado ricamente esta igreja e que os seus sucessos e insucessos tivessem espelhado perfeitamente a vitalidade desta família.

Por isso, não é de todo estranho que Gonçalo Betotes tenha conseguido casamento com Teresa Eriz, filha de Ero Fernandes, conde de Lugo, de quem teve Paio Gonçalves de Deza, esposo de Ermesenda Guterres (filha do conde Guterre Mendes e neta do conde Hermenegildo Guterres de Coimbra), o já referido Hermenegildo Gonçalves de Portucale, esposo de Mumadona Dias, Ibéria Gonçalves, esposa do seu primo paterno Paio Tedão (filho de Tedão Betotes, irmão do seu pai), Gontrode Gonçalves e Aragonta Gonçalves, esposa de Ordonho II. Como podemos constatar, quatro dos cinco filhos de Gonçalo Betotes casaram no topo da cúpula nobiliárquica do seu tempo.[300]

Na verdade, o condado Portucalense seria governado ao longo de todo o século x pela linha principal de descendentes de Afonso Betotes e não pelos descendentes masculinos de Vímara Peres, já que a Hermenegildo Gonçalves sucederam os condes Gonçalo Mendes (950-997) e Mendo Gonçalves (999-1008).[301]

Por isso, admitimos como hipótese que os territórios entre a ria de Vigo e o vale do Lima tenham sido aglutinados a Portucale numa única jurisdição política, que seria transmitida entre todos os sucessores de Hermenegildo Gonçalves até Nuno Mendes, ou, até, ao próprio conde D. Henrique.

Se esta nossa hipótese for verdadeira, podemos radicar neste esquema administrativo uma razão mais para o esforço de assimilação do sul da Galiza encetado nos tempos de D. Teresa e de D. Afonso Henriques.

Esta unificação dos territórios de Portucale e Tui em torno dos descendentes de Afonso Betotes terá sido plenamente apadrinhada pela coroa, visto que Ordonho II se casou com Aragonta Gonçalves, o que o tornava cunhado do conde Hermenegildo Gonçalves.[302]

---

[300] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 547-548.

[301] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

Do casamento entre o conde Mendo Gonçalves e D. Tutadona (ou Toda) nasceram vários filhos: Gonçalo Mendes, o conde Rodrigo Mendes, o conde Ramiro Mendes, Egas Mendes, Monio Mendes, a rainha Elvira Mendes, esposa de Afonso V, Aldonça Mendes, Paio Mendes e a condessa Ildoara Mendes.[303]

Porém, a morte precoce de muitas destas figuras e as constantes demonstrações de volatilidade política fariam reverter o governo do condado novamente para os descendentes de Vímara Peres, através do conde Alvito Nunes (1008-1015/6), personagem que viria a partilhar estas funções com a viúva de Mendo Gonçalves, sendo que as duas linhas, provenientes de Afonso Betotes e de Vímara Peres, se iriam fundir através da união entre o conde Nuno Alvites (1017-1025) e Ildoara Mendes, pais do conde Mendo Nunes (1028-1050) e avós do conde Nuno Mendes (1059-1071).[304]

Assim sendo, pensamos que a autoridade sobre o vale do Minho terá passado de Afonso Betotes a Gonçalo Betotes, a quem viria a suceder o seu primogénito, o conde portucalense Hermenegildo Gonçalves (926-943), o filho deste, Gonçalo Mendes (950-997), e o seu neto Mendo Gonçalves (999-1008), a viúva deste último, a condessa D. Tutadona, que a partilhou com Alvito Nunes (1008-1015/6), a sua filha Ildoara Mendes e o seu marido Nuno Alvites (1017-1028), filho do anterior, e depois pelos condes Mendo Nunes (1028-1050) e Nuno Mendes (1059-1071). Após a batalha de Pedroso, esta jurisdição terá sido transmitida a D. Raimundo e, talvez, ao novo conde de Portucale, D. Henrique.

Atendendo à antiguidade da agregação dos dois espaços (Tui e Portucale), é compreensível que nenhuma fonte posterior a ateste plenamente, visto que ela corresponderia à composição natural da jurisdição dos condes portucalenses. Por outro lado, a devastação das incursões normandas no vale do Minho e o vazio documental que estas criaram também terão encoberto essa realidade dos investigadores. E, se acrescermos a estas circunstâncias a transição da tutela da diocese tudense para Santiago ou a ausência de qualquer indício que nos permita clarificar plenamente o acordo de delimitação de fronteiras estabelecido entre D. Raimundo e D. Henrique, podemos perceber ainda mais facilmente esse processo de ocultamento.

---

[302] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 552 e 554.

[303] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 296-297. Magnates que analisaremos na secção dedicada aos descendentes de Ero Fernandes e Afonso Betotes.

[304] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 20-21.

No entanto, não podemos excluir a ideia de que, a partir do período de D. Raimundo, se tenha operado uma assimilação deste espaço pelo conde da Galiza, que acabaria por ser alvo de disputa pelos herdeiros de D. Henrique, ou seja, por D. Teresa e D. Afonso Henriques, através das suas iniciativas de expansão em Toronho e Límia.

Essa sinergia galego-portuguesa seria mimetizada por alguns dos descendentes de Hermenegildo Guterres, que, como Guterre Mendes, buscaram casamento entre os descendentes de Ero Fernandes, conde de Lugo, e que, devido à sua vinculação aos condes de Coimbra, participaram activamente na reorganização de vastas zonas entre o Douro e o Mondego, através do seu envolvimento na fundação de mosteiros como Azevedo, Santa Marinha, Sanguedo ou, até, de Arouca.[305] Assunto a que voltaremos na segunda parte deste nosso trabalho.

Durante a vigência dos governos dos condes portucalenses descendentes de Afonso Betotes —Hermenegildo Gonçalves, Gonçalo Mendes e Mendo Gonçalves— encontramos vários indícios da manutenção de uma relação privilegiada com a coroa e de um envolvimento quase constante nos seus problemas e disputas internas.

Gonçalo Mendes, sobrinho por afinidade de Ordonho II (devido ao seu casamento com Aragonta Gonçalves, filha de Gonçalo Betotes), chegaria à alferesia de Bermudo II, monarca que terá chegado ao poder graças a uma vasta coligação aristocrática, integrada pelo próprio Gonçalo Mendes e pelo conde coimbrão Gonçalo Moniz.[306]

Por sua vez, Mendo Gonçalves foi tutor e vicário de Afonso V, de quem se tornaria sogro, através do casamento do monarca com a sua filha Elvira Mendes. A sua carreira foi pautada por um envolvimento constante nos conflitos dinásticos do seu tempo, na luta contra o avanço muçulmano impulsionado por Almançor e nas guerras internas que mantinha com a aristocracia coimbrã,[307] sendo que esta acabaria por estabelecer alianças com os muçulmanos de forma a suplantar os seus rivais nortenhos[308].

Apesar deste prestigioso percurso e de ter tido vasta descendência, onde se incluíam, pelo menos, dois varões de enorme peso social[309], a transição de

[305] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 548-550.

[306] *Idem*, *ibidem*, p. 557.

[307] *Idem*, *ibidem*.

[308] Estratégia que acabaria por resultar na perda de Coimbra para os muçulmanos.

poderes para Nuno Alvites, através de um período de governo partilhado entre a viúva de Mendo Gonçalves, D. Tutadona, e Alvito Nunes, terá enfraquecido grandemente a autoridade condal,[310] que viria a ser transmitida a Mendo Nunes e Nuno Mendes, figuras relativamente próximas da corte, mas que, devido à revolta do segundo contra Garcia II e à sua morte em Pedroso, deram um fim trágico ao primeiro período condal portucalense.[311]

Os bens de Nuno Mendes passariam a Sisnando Davides, alvazil de Coimbra desde a reconquista de 1064 e genro do último conde portucalense.[312]

As tendências endogâmicas da aristocracia condal, geradoras de alguns acidentes biológicos inultrapassáveis, as lutas intestinas entre os condes portucalenses e coimbrãos, o seu envolvimento nas quezílias dinásticas da monarquia leonesa e a sua incapacidade para defender adequadamente o seu território contra as surtidas de Almançor e dos normandos, terão sido as principais causas do paulatino declínio da nobreza condal ao longo dos séculos x e xi.

No que concerne ao vale do Minho, uma região relativamente periférica à autoridade condal portucalense e, por isso, mais vulnerável a qualquer incursão destrutiva, o enfraquecimento da autoridade condal plasmou-se num constante desinteresse pela defesa da região contra as sucessivas surtidas normandas, que, como vimos, resultariam na destruição da cidade de Tui e na desarticulação total da vida social do seu território.

Segundo o que pudemos apurar, algumas destas zonas mais periféricas ao coração dos domínios condais foram alvo de «presúrias» por parte de alguns ramos colaterais da família de Afonso Betotes. Portanto, dos irmãos de Gonçalo Betotes[313], Tedão Betotes e um varão de nome desconhecido, nas-

[309] Falamos de Gonçalo Mendes e de Ramiro Mendes – Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 21.

[310] *Idem*, *ibidem*, pp. 21-22.

[311] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 557-558.

[312] *Idem*, *ibidem*, p. 558; e Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 14.

[313] De Gonçalo Betotes e Teresa Eriz nasceram Paio Gonçalves de Deza, esposo de Ermesenda Guterres, o conde portucalense Hermenegildo Gonçalves, esposo de Mumadona Dias, Ibéria Gonçalves, esposa do seu primo paterno Paio Tedão, Gontrode Gonçalves e a rainha Aragonta Gonçalves, esposa de Ordonho II.

Por sua vez, da união entre Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias nasceram Aires Mendes, Diogo Mendes, esposo de D. Aldonça e pai de uma nova Mumadona Dias, monja e patrona de Guimarães, Onega Mendes, esposa de Guterre Rodrigues, Ramiro Mendes, marido de Adosinda Guterres, Nuno Mendes e o conde portucalense Gonçalo Mendes, marido de Ildoara Pais, sua prima paterna e filha de Paio Gonçalves de Deza.

ceram dois ramos que se envolveram no repovoamento do vale do Ave e do Entre-Minho-e-Lima.

Tedão Betotes deverá ter sido herdeiro ou fundador de Vila do Conde e pai de Paio Tedão, marido da sua prima paterna Ibéria Gonçalves e pai de Châmoa Pais, senhora que deixou esta vila ao mosteiro de Guimarães, em 968.[314]

Por sua vez, o filho anónimo de Afonso Betotes terá sido pai ou avô de Bermudo Pepes, proprietário da vila de Fão e pai de Paio Bermudes, repovoador do Alto Minho que terá fundado o mosteiro de S. Salvador da Torre[315]. Este último terá tido uma filha, de nome Godo Pais, avó paterna de Goina Pais, senhora que acabaria por casar com Soeiro Galindes da Várzea, poderoso patrono do mosteiro da Várzea e grande senhor de Riba Cávado, em meados do século XI.[316] Deste último casal nasceriam Ouroana Soares da Várzea, Maria Soares da Várzea, Leogúndia Soares da Várzea e Nuno Soares Velho I, patriarca de todos os ramos dos Velhos[317].

Aparentemente, o carácter regional destes ramos secundários e a sua disponibilidade em se alinharem com famílias de condição mais baixa ou similar à sua, como os infanções ou outras linhas colaterais da aristocracia condal, terão permitido que escapassem ao colapso colectivo das grandes casas condais.

Assim sendo, esta perda de condição social terá levado a que estes conjuntos familiares assimilassem hábitos sociais e mecanismos de crescimento muito similares aos dos infanções. Se observarmos o exemplo de Paio Bermudes, rapidamente percebemos que a sua «presúria» de Riba Lima acompanhou um

---

Deste último casal nasceram Ramiro Gonçalves, Rosendo Gonçalves, Diogo Gonçalves, Mumadona Gonçalves e o conde portucalense Mendo Gonçalves, esposo de D. Tutadona.

Deste último casal nasceram Gonçalo Mendes, Rodrigo Mendes, Ramiro Mendes, Egas Mendes, Monio Mendes, Elvira Mendes, esposa de Afonso V, Ildoara Mendes, esposa do conde portucalense Nuno Alvites, Aldonça Mendes e Paio Mendes, personagens que, apesar da sua proximidade à autoridade real, não sucederam a Mendo Gonçalves à frente do condado portucalense.

[314] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[315] Sobre os antecedentes da fundação de S. Salvador da Torre veja-se Ruy de Azevedo, «A Presúria e Repovoamento entre Minho e Lima no Séc. X (Origens do Mosteiro de S. Salvador da Torre)», *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947), pp. 257-270.

[316] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116. Mattoso aponta também um outro filho mais obscuro a Paio Bermudes, de nome Balteiro Pais.

[317] Que analisaremos na segunda parte deste nosso trabalho.

ciclo de presúrias feitas por infanções, anterior a 1037[318]. Acreditamos que a sua natureza meramente «regional» os terá feito perceber a verdadeira transição de poderes que se viria a operar.

A morte precoce do conde Mendo Nunes e a partilha de poderes, autorizada pela coroa, entre Ildoara Mendes e um triunvirato de infanções deixavam perceber a natureza anacrónica e irrelevante da autoridade condal. Não é por acaso que Fernando I tenha sido ladeado pela nova aristocracia infancional durante a conquista de Coimbra, e não pelo novo conde portucalense, Nuno Mendes, que vislumbrou na morte do *Magno* a oportunidade ideal para, na boa tradição da nobreza portucalense, se revoltar contra um monarca que não o favorecia, falecendo depois na célebre batalha de Pedroso.[319]

Curiosamente, a sua herança acabaria por ser revertida por Afonso VI a favor de Sisnando Davides e da sua esposa Loba Nunes, filha do malogrado conde e mãe de Elvira Sisnandes, mulher de Martim Moniz de Ribadouro, célebre linhagem com a qual Garcia II manteve uma relação quase familiar, documentada através de três diplomas, outorgados entre 1066 e 1070, relativos a Garcia Moniz e a Afonso Ramires.[320]

Apesar de terem passado a ocupar cargos administrativos e judiciais de grande importância, os infanções ainda não se encontravam na posição de influenciar ou de demonstrar sinais de rebeldia em relação à dinastia navarra.[321]

Acreditamos que, nesse momento, a postura de fidelidade absoluta desta nova aristocracia se terá plasmado no sucesso das primeiras iniciativas políticas de Garcia II, como a de restauração do velho mapa diocesano galego, e na transmissão de um modelo político autonomista/soberanista, que redundaria na atribuição ou apropriação de novos poderes públicos por esta classe.

No fundo, pensamos que no reinado de Garcia II se terá iniciado um programa sócio-político gizado por Fernando Magno e pelas novas elites galego-portuguesas, que o acompanharam nas suas campanhas no ocidente peninsular. Um plano que passaria pela substituição da aristocracia condal por uma nobreza territorial de menor condição social, por uma reforma administrativa

---

[318] Fromarigo Cendones toma posse da vila de Neiva, Gonçalo Trastemires da Maia ocupou, por sua conta e risco, Montemor, e os Ribadouro colonizaram o vale do Paiva, ainda antes do nascimento da dinastia navarra – Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 563, nota 82.

[319] *Idem*, *ibidem*, pp. 563-564.

[320] *Idem*, *ibidem*, p. 564.

[321] *Idem*, *ibidem*.

assente na restauração de Braga e da sua rede de sufragâneas, e na criação de laços próximos entre a monarquia e as diferentes famílias infancionais, começando pelos prestigiados Ribadouro.

No entanto, a deposição de Garcia II viria a interromper este processo, sendo que, com Afonso VI, reverter-se-iam algumas das tendências desta proposta, começando pela recuperação de alguns cargos que centralizavam o poder delegado pelo monarca. Neste contexto, veja-se, como exemplo, a nomeação de Paio Guterres da Silva para o cargo de vicário régio em Portucale, que lhe permitiu tornar-se no governante e representante da vontade real num vasto território que era delimitado pelo Minho e Cávado.[322] Acreditamos que esta nomeação terá sido uma espécie de ensaio ou experiência, que antecedeu a atribuição da Galiza a D. Raimundo.

No fundo, Afonso VI voltaria a repor, lentamente, o patamar de poder intermédio que separava a monarquia dos escalões mais baixos da nobreza, sem que isso encurtasse a distância existente entre a monarquia leonesa e a gestão efectiva dos seus territórios.

Resta referir que, como veremos nas primeiras secções da segunda parte da nossa tese, alguns ramos secundários da aristocracia condal, como os Baião e os seus diversos ramos secundários, descendentes varonis de Ero Fernandes, os Velhos, descendentes femininos de Afonso Betotes, ou os Celanova-Barbosa, descendentes varonis dos condes de Coimbra e femininos dos condes de Portucale, por exemplo, acabaram por se mesclar com a aristocracia infancional, criando novas linhagens que, devido à sua enorme capacidade de segmentação, disseminaram o velho sangue condal por um leque alargado de famílias.

Passemos então à análise da evolução do projecto soberanista galego entre os reinados de Garcia II e de D. Afonso Henriques.

O projecto político galego: de Garcia da Galiza a Afonso Henriques

Recentemente, Ermelindo Portela Silva levou a cabo um estudo exaustivo sobre as poucas notícias existentes sobre o percurso do monarca galego[323], que veio aportar várias informações indispensáveis para a interpretação

[322] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 142-144.

do programa político de Garcia II e das origens do projecto soberanista português[324].

O primeiro dado relevante em todo este caminho prende-se com a estadia de Garcia em Santiago durante os anos que antecederam a partilha dos territórios de Fernando Magno, sob a tutela do bispo D. Crescónio.

Tal como os seus irmãos, que também seriam educados nos reinos que mais tarde governariam, Garcia terá recebido uma instrução política perfeitamente condicionada pelas problemáticas que viria a enfrentar. No entanto, não sabemos se esta opção de Fernando I corresponderá a uma das etapas de um plano prévio de repartição dos seus territórios ou se esta repartição acabou por ser uma consequência da familiarização dos seus filhos com as especificidades de cada um dos reinos. Todavia, e atendendo ao legado político de Sancho Garcês, podemos presumir que o desejo de dividir o seu império estivesse já firmemente estabelecido na mente de Fernando Magno.[325]

A partir da sua viagem de Leão para Compostela, em 1053, Garcia II manteve uma relação estável e frequente com o espaço galego, sendo que o amadurecimento político promovido pela instrução de D. Crescónio o levou a tornar-se num dos confirmantes de vários diplomas régios das décadas de 1050 e 1060[326]. Este acompanhamento mais próximo da vida cortesã poderá indiciar que, após o anúncio da divisão do império em 1063, tenha assumido imediatamente funções políticas na Galiza.[327]

Nessa cúria magna de 1063, convocada por ocasião da trasladação dos restos mortais de S. Isidoro para Leão, Fernando Magno terá estabelecido perfeitamente os limites naturais de cada um dos territórios atribuídos aos seus filhos. Porém, as crónicas são discordantes quanto à natureza geo-política da

[323] E. Portela Silva, *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)*.

[324] Entre os trabalhos mais recentes sobre a evolução política do projecto político português encontra-se António Resende de Oliveira, «Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)», *Revista de História das Ideias*, 28 (2007), pp. 17-37.

[325] Portela Silva, *García II de Galicia…*, p. 23.

[326] Em 1056, confirma a doação de um couto régio a Celanova; dois anos depois, confirmou a doação de duas vilas na ribeira de Pisuerga, a Godesteu Dias; em 1061, confirmou nova doação a Celanova; em 1063, assistiu em Leão à dedicação da igreja de S. João Baptista a Santo Isidoro; esteve em Compostela, em 1065, por ocasião de uma visita para orações; e, em 1065, confirmou, em Valdevez, a outorga de carta de couto às vilas de Paradela, Ponte e Mazarefes – *Idem*, *ibidem*, pp. 24-25.

[327] *Idem*, *ibidem*, p. 25.

divisão. Enquanto o *Chronicon Compostellanum* refere que o seu reino era composto pela Galiza, Portugal, a província *Ispalensem* e pela taifa de Badajoz, a *Crónica Silense* é bem mais taxativa na definição do seu território constituído por toda a Galiza, una com todo o Portugal. Esta ênfase na unidade das duas partes da velha Galécia romana seria projectada em todas as crónicas portuguesas, galegas e castelhanas posteriores, já que se trata de uma projecção no passado da natureza divergente das fronteiras que reconheciam nos seus tempos.[328]

No fundamental, o reino da Galiza de Garcia compreenderia toda a velha Galécia (Portucale e a Galiza) e todos os territórios conquistados por Fernando Magno na zona centro (incluindo Coimbra), ou seja, todo o espaço reconquistado no período de Afonso III.[329]

Quanto à repartição dos reinos, podemos interpretá-la como um reflexo da sobrevivência na monarquia leonesa de um paradigma germânico de transmissão do poder, que ainda estava longe de seguir uma via estritamente agnática, sendo que o próprio modelo de transmissão da herança utilizado pelos círculos aristocráticos estava longe de seguir critérios estritamente linhagísticos, repartindo a sua herança por todos os filhos e filhas. Por outro lado, devemos ter em conta que a monarquia navarra terá sofrido inúmeras influências do universo franco.[330]

Segundo a *Crónica Silense*, este monarca terá recebido o assentimento dos principais magnates, que viam na repartição dos reinos uma maneira de manterem uma relação pacífica entre eles e uma forma de instrumentalizarem melhor a sua participação nos benefícios do poder político.[331]

Com a morte do seu pai em 1065, Garcia tornou-se rei da Galiza, tendo sido coroado ou aclamado em Santiago, em 1066.[332]

Aparentemente, o reinado de Garcia II sofreu um feroz processo de apagamento da memória, ao qual apenas escaparam seis documentos. Em Fevereiro de 1066 surge o seu primeiro diploma, onde Garcia estabelece um acordo com o bispo de Lugo e com os condes Mido e Sancho, confirmando os títulos e posses destes personagens. Acto régio que pode ser lido como uma afirmação das bases do seu poder, perante alguns dos seus clérigos e nobres.[333]

---

[328] *Idem*, *ibidem*, pp. 47-49.

[329] *Idem*, *ibidem*, p. 49.

[330] *Idem*, *ibidem*, pp. 51-52.

[331] *Idem*, *ibidem*, p. 52.

[332] *Idem*, *ibidem*, p. 60.

Em Março desse mesmo ano, surge já nos arredores do Porto, onde recebeu todos os bens de Garcia Moniz de Ribadouro e da sua esposa Elvira, que se manteriam na posse do casal até à sua morte. Neste documento são referidas 30 vilas e o mosteiro de S. Pedro. A sua situação geográfica aponta para uma mancha em torno do Porto, onde se podem identificar: no extremo norte litoral, Macieira da Maia; Oliveira, nas margens do Ave; os seus bens na terra da Baião; e, mais a sul, já junto ao Douro, estavam aqueles pertencentes à terra de Arouca. Este grande círculo fecha-se pelo litoral e a sul com a vila de Cortegaça, já junto ao mar. As zonas de maior densidade de património encontram-se no vale do Ave, Penafiel, Baião e, sobretudo, na confluência do Tâmega com o Douro.[334]

Através deste documento percebemos claramente que Garcia procurou seguir a política de Fernando Magno, que privilegiou os infanções, com o propósito de conseguir um maior controlo político das diferentes terras. Garcia Moniz, segundo filho de Monio Viegas, foi um destacado membro deste grupo social e um claro exemplo das suas características. No período de Fernando Magno, governou Anegia entre 1047 e 1061, chegando a usar abusivamente o poder que lhe fora conferido, visto que se apoderou, em 1059, de certos bens do mosteiro de Soalhães.[335]

Entre os confirmantes e testemunhas deste documento encontravam-se o bispo do Porto, Sisnando, e Pedro Viegas, sobrinho de Garcia Moniz – o que prova que, no início do seu reinado, Garcia optou por dar continuidade à tradição política iniciada pelo seu pai.[336] O terceiro documento do seu reinado seria uma doação a Santo Antoninho de Toques.[337]

Em 1068, Garcia voltaria ao cenário português para fazer uma doação a Monio Viegas, que se preservou no fundo do mosteiro de Pendorada. Nela, o monarca galego atribui a Monio Viegas uma parte dos bens que recebera de Garcia Moniz.

Monio Viegas seria sobrinho e herdeiro de Garcia Moniz, que não terá tido filhos. Por sua vez, Pedro Viegas, irmão de Monio, também usufruiria de uma doação similar, com base no mesmo lote de bens.[338]

---

[333] *Idem*, *ibidem*, pp. 62-64.

[334] *Idem*, *ibidem*, p. 66.

[335] *Idem*, *ibidem*, p. 67.

[336] *Idem*, *ibidem*, p. 68.

[337] *Idem*, *ibidem*, p. 68 e seguintes.

[338] *Idem*, *ibidem*, pp. 73-74.

Entre 1068 e 1078, Monio Viegas foi governador da terra de Anegia e Arouca, impondo naquela região a nova ordem que o rei legitimava.[339]

A redistribuição dos bens de Garcia Moniz seria rematada em 1070, altura em que Afonso Ramires recebeu um lote de 14 vilas pertencentes ao seu extenso património. Entre os confirmantes deste diploma estavam Soeiro Segueredes, alferes real, o próprio conde portucalense, Nuno Mendes, o bispo do Porto, Sisnando, o bispo de Tui, D. Jorge, o abade Pedro de Guimarães e alguns Ribadouro. Sinal de que, por esta altura, todos os estratos da sociedade galego-portuguesa estariam com o rei e de que os equilíbrios construídos estavam em pleno funcionamento.[340]

O último documento conhecido de Garcia II data de Fevereiro de 1071 e é relativo a uma doação ao bispo D. Jorge de Tui. O património em questão é a vila de Vilar de Mouros, na linha do Minho, os casais reguengos que o rei tinha em Seixas, a igreja de Santa Eulália e algumas salinas da região.[341]

Neste documento podemos vislumbrar o propósito de rematar um projecto querido do monarca galego e de dar provimento material a um dos seus principais apoiantes eclesiásticos.

Tal como temos vindo a enfatizar, a restauração das diferentes sés episcopais teve especial importância na sua política governativa, visto que alterou o equilíbrio das relações existentes entre o monarca e as forças sociais que sustentavam o seu poder. As eleições dos bispos D. Godesteu de Iria e D. Jorge de Tui não foram as únicas decisões tomadas por Garcia neste campo, visto que foram apenas parte de um projecto mais global.[342]

Na carta de dotação de Tui, outorgada em 1071 pela Infanta D. Urraca, surge uma vasta lista de confirmantes eclesiásticos, onde se incluíam os bispos D. Jorge de Tui, D. Gonçalo de Mondonhedo, D. Diogo de Iria, D. Pedro de Braga, D. Pedro de Lamego e D. Ederónio de Ourense. Mas, no final do reinado de Fernando Magno, quatro destas sés estavam vacantes, sinal de que foi imposta uma mudança radical na organização eclesiástica do reino. À cabeça deste processo estaria a restauração da diocese de Braga, cujo atraso não se poderá explicar pelo despovoamento ou sequer pela desorganização do território[343]. Em boa verdade, seria a influência de Lugo e Santiago o principal

[339] *Idem*, *ibidem*, p. 75.

[340] *Idem*, *ibidem*, p. 77.

[341] *Idem*, *ibidem*, pp. 77-79.

[342] *Idem*, *ibidem*, p. 81.

obstáculo ao seu renascimento; Lugo aspirava a manter um controlo próximo sobre Ourense e Mondonhedo, enquanto Iria-Santiago tutelava Tui.[344]

No entanto, a reconquista de Coimbra, e a inerente expansão territorial a sul, exigia uma reforma administrativa, promotora de um controlo mais eficaz sobre todos os territórios do reino. Decisão que deverá ter ditado uma mudança de «centro de gravidade» social favorável a Portucale. Assim sendo, a decisão da restauração de Braga surge como um complemento coerente à sua estratégia de aproximação à aristocracia infancional. Ou seja, Garcia II terá optado por atribuir um maior peso sócio-político aos nobres e clérigos portucalenses, que, por esta altura, se consideravam a força mais influente na articulação do conjunto galego, retirando assim alguma preponderância à poderosa aristocracia laica e eclesiástica do norte do reino.[345]

No que toca a esta «política eclesiástica», Garcia terá sido extremamente bem-sucedido. A julgar pelas informações da célebre *«Crónica de Braga»*[346], os acontecimentos que levaram à restauração de Braga desenrolam-se da seguinte forma: os bispos de Lugo e Santiago, acompanhados por um grande número de nobres e clérigos, decidiram solicitar a Garcia a restauração da diocese e a nomeação do seu novo bispo; depois de aceitar o repto, o monarca propôs à poderosa aristocracia (laica e eclesiástica) da terra de Santiago que trocasse os seus bens e direitos em Braga pela posse de um mosteiro local, a fim de dotar a nova igreja bracarense; dando mostras de boa vontade, os magnates galegos aceitaram e deu-se início à construção da sé de Braga; pouco tempo depois, desencadeou-se a guerra entre Garcia e o seu irmão Sancho, que o enviou para o exílio, tomando posse de todo o seu reino; aproveitando a instabilidade deste período, os magnates galegos recuperaram os seus bens em Braga e tomaram posse do mosteiro permutado; apesar de toda a conjuntura negativa, Sancho II rematou este processo, com a nomeação do bispo D. Pedro. Numa bula de Pascoal II, este episódio é utilizado como prólogo a uma severa censura ao primeiro arcebispo compostelano, que também misturava recorrentemente os direitos de propriedade com direitos ju-

[343] Esta teoria sobre o despovoamento do território da diocese de Braga foi complemente desmentida em inúmeros trabalhos, como Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., ou Luís Carlos Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*.

[344] Portela Silva, *García II de Galicia*…, pp. 82-84.

[345] *Idem*, *ibidem*, pp. 84-85.

[346] Denominação atribuída por Erdmann, «O Papado e Portugal…», p. 8.

risdicionais, de forma a validar alguns dos abusos cometidos contra os bens de Braga. Neste diploma papal, os magnates galegos são substituídos pelo próprio bispo de Santiago e pelos seus clérigos.[347]

A educação de Garcia em Santiago, sob a tutela de D. Crescónio, e o pacto de amizade celebrado no início do seu reinado com Vistruário de Lugo, terão facilitado os acordos que levaram ao processo de restauração de Braga e das suas sufragâneas. No caso específico de Tui, por exemplo, é impossível que não tenha acontecido um acordo deste carácter, já que a diocese estava sob a tutela de Santiago.[348]

Independentemente da natureza (ou, até, da veracidade) do impulso súbito dado por Sancho II e pela Infanta D. Urraca a todo este processo, estamos certos de que a restauração de Braga e das suas sufragâneas terá correspondido a um projecto gizado por Fernando Magno, durante as suas conquistas no ocidente peninsular, e abraçado por Garcia II.

Na realidade, a imagem criada sobre Garcia II, de um rei inapto e incapaz, não corresponderá à verdade dos factos. Apesar de ter sido interrompido pela derrota e pelo fracasso militar, o seu projecto político possuía características bem definidas.

Logo no início do reinado, demonstrou, perante os bispos de Mondonhedo e Lugo, que estava pronto para defender os seus direitos, através de acordos e pactos moderados, e para respeitar os privilégios dos seus magnates eclesiásticos. Pouco tempo depois, aceitou a ideia da restauração da sé de Braga e da sua província eclesiástica. O bispo Crescónio, seu tutor, percebera as novas exigências de um território independente notavelmente mais vasto e complexo, devido ao ritmo acelerado da reconquista de Fernando Magno. Por sua vez, o bispo Sisnando do Porto também esteve bastante próximo do rei, tal como os infanções portucalenses. A estreita aliança com este grupo foi um dos principais suportes da sua política, que, a este respeito, não fez mais do que seguir o caminho traçado pelo seu pai.

Este novo clero e nobreza estavam dispostos a colaborar com o monarca, na sua tarefa de submeter todos os escalões da sociedade à nova ordem e hierarquia impostas pelo seu programa político.

Garcia soube, desde cedo, que a única forma de assegurar a colaboração da nobreza laica passaria pela sua participação nos benefícios que a nova

[347] Portela Silva, *García II de Galicia*..., pp. 85-87.

[348] *Idem*, *ibidem*, pp. 87-88.

monarquia gerava. Nesse sentido, Monio Viegas e os restantes Ribadouro provaram ser fiéis apoiantes de Garcia, colaborando na sua tarefa de manter ordem no reino, através do seu governo nas terras de Anegia e Arouca. Esta atitude terá culminado numa redução da pressão social sobre a nova monarquia galega.

No fundo, o soberano galego conseguiu estabelecer as bases de um processo que, a partir do território nuclear da antiga Galécia —espaço que já tinha dado origem ao reino suevo—, deu lugar ao nascimento de uma verdadeira monarquia feudal.[349]

Na Primavera de 1071, o ponto mais alto do seu reinado e do seu projecto de poder, a grande vitória de Pedroso e consequente aniquilação da autoridade condal, foi imediatamente seguido pelo início do caminho que levou à sua rápida destruição.

À conquista da Galiza por Sancho II, e posterior tomada de poder por Afonso VI, correspondeu o desterro e cárcere de Garcia, que teve como morada final o castelo de Luna, aonde chegou em 1072 ou nos inícios de 1073.[350]

Alguns autores, como Reilly, quiseram ver na revolta de Nuno Mendes, nas doações aos Ribadouro e na intervenção de Sancho II, sinais de antagonismo da nobreza em relação a Garcia, na medida em que a restauração das várias sés episcopais terá cerceado a liberdade de acção e a capacidade económica dos magnates galegos e portugueses, que se terão exilado em Castela e em Leão, com o propósito de incitar a intervenção de Sancho e Afonso contra o seu irmão.[351]

Mas, atendendo a tudo o que dissemos até agora, tal hipótese não deverá ser verdadeira, pois a relação de proximidade existente entre os Ribadouro e o monarca e o facto de terem sido chamados a cargos de governo territorial deixam bem clara a adesão dos infanções ao seu programa político.[352]

O próprio assassinato de D. Godesteu de Iria-Santiago, sobrinho de D. Crescónio e figura eleita pelo próprio Garcia, foi perspectivado como um acto de desafio da aristocracia galega em relação à nova monarquia.[353] Um desafio bastante «conveniente», já que criou um vazio de poder propício à restaura-

[349] *Idem*, *ibidem*, pp. 93-94.

[350] *Idem*, *ibidem*, pp. 135-136.

[351] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 571.

[352] *Idem*, *ibidem*.

[353] *Idem*, *ibidem*, pp. 571-572.

ção do antigo panorama diocesano, pois deu azo a que Tui, por exemplo, se libertasse da tutela compostelana.

A nosso ver, não existem indícios suficientes que comprovem uma oposição colectiva da nobreza galega e portuguesa contra Garcia, sendo que a única verdadeira excepção seria justamente o conde portucalense Nuno Mendes.

Na verdade, acreditamos que o ideário político de Garcia II terá sido transmitido pela aristocracia laica e eclesiástica que com ele colaborou, quer a D. Raimundo, quer a D. Henrique. Com a evidente diferença de que, no caso galego, a convergência terá envolvido uma síntese entre os interesses da família de D. Raimundo e de Santiago, enquanto, em Portugal, se operou um alinhamento entre Braga e a família de D. Henrique.

No caso português, a principal via de transmissão desta agenda terá sido a nobreza infancional encabeçada pelos Ribadouro, que, ao tomarem as rédeas da educação de D. Afonso Henriques, terão incutido no Infante todas as virtudes do governo de Garcia. As virtudes da construção de uma relação sólida com os interesses da nobreza territorial, da domesticação da grande aristocracia, da afirmação da sua autoridade através da densificação da rede diocesana e do seu estabelecimento mediante as premissas transfronteiriças do mapa político-eclesiástico clássico.

Durante o período que mediou a queda em desgraça de Garcia e a chegada de D. Raimundo e D. Henrique, a nobreza infancional, galega e portuguesa, foi seguindo autonomamente o seu labor povoador, segundo as mesmas premissas e estratégias que tinham sido testadas nas décadas anteriores. Imitando a velha aristocracia condal, foram criando os seus próprios mosteiros e igrejas, entidades que viriam a dar forma e ordem às terras por eles apropriadas.

Todavia, importa assinalar que, entre 1078 e 1081, Afonso VI[354] levou a cabo um ensaio de reimplantação de um delegado régio no coração de um dos territórios mais densamente senhorializados dessa época, o Entre-Minho-e-Cávado. Falamos de D. Paio Guterres da Silva, célebre vicário régio que terá sido incumbido de governar o condado portucalense, depois da morte de Nuno Mendes.[355]

Atendendo às origens dos Silva, perfeitamente espelhadas nas suas icónicas armas falantes, onde se representa um leão, podemos pensar que Afonso VI terá procurado estabelecer na fronteira galego-portuguesa uma família da

[354] Para mais detalhes sobre o reinado de Afonso VI veja-se Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI (1065-1109)*.

[355] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 142-143.

confiança da monarquia leonesa, que, devido às suas origens externas, poderia mediar adequadamente a nova reconfiguração de poderes. A própria situação geográfica da torre da Silva, na terra de Froião, denuncia a posição de charneira e de articulação deste novo representante da autoridade régia. Acreditamos que esta experiência terá aberto caminho a uma reinstalação de um novo poder condal na Galiza.

Apesar de ter acarretado um cerceamento de algumas aspirações da grande nobreza galega, a chegada de D. Raimundo não terá implicado grandes mudanças nas relações de poder mantidas entre a aristocracia infancional de Garcia II e Afonso VI. O silêncio das fontes portuguesas deixa perceber a manutenção da harmonia cultivada nos períodos anteriores. As poucas notícias existentes transmitem um certo nível de colaboração entre o conde da Galiza e os infanções portugueses, sendo que Mem Viegas de Sousa surge por várias vezes na sua corte e que Soeiro Mendes da Maia aparece como governador de Sintra, em 1093, aquando da entrega dos castelos de Lisboa e Santarém pelo rei da taifa de Badajoz.[356]

Entre 1093 e 1095, o conde de toda a Galiza assumiu-se como um verdadeiro soberano, utilizando desde o início títulos como «príncipe e senhor de toda a Galiza», ou de «reinante na Galiza», apesar de ser possível, e provável, que esta concessão tivesse sido concebida como uma espécie de tenência ou cargo de governo amovível.[357]

Tradicionalmente, a historiografia aponta a fraca prestação militar de D. Raimundo na defesa da fronteira como causa da divisão do seu feudo. No entanto, importa matizar esta teoria. Segundo Reilly, que situa o pacto sucessório logo em 1094-1095[358], terá existido em Afonso VI a vontade de provocar uma rivalidade entre os dois parentes, que os impediria de encetarem uma acção concertada, destruindo assim qualquer aspiração ao trono por parte do partido franco.[359]

---

[356] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 577-578.

[357] A. H. de Oliveira Marques, «A Constituição de um Condado», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 16.

[358] A data mais provável de assinatura do pacto sucessório será, porém, a de 1104-1105, proposta por Charles Julian Bishko, «Count Henrique of Portugal, Cluny and the Antecedents of the Pacto Sucessório», *Revista Portuguesa de História*, 13 (1971), 1971, pp. 155-188.

[359] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 580-581.

De facto, poderá ter existido uma certa vontade de subtrair a Raimundo alguma preponderância política e militar, mas esta não pode ser desarticulada da falta de eficiência das suas acções, que se plasmava na perda das praças recém-adquiridas a sul e na sua incapacidade em acalmar o estado de ebulição da nobreza da terra de Santiago.[360]

A própria deslocação de Afonso VI ao sul de Portugal, em 1095, atesta este mal-estar existente entre o conde da Galiza e o Imperador. Nessa região, concedeu o foral de Santarém e o seu governo a Soeiro Mendes da Maia, chegando a outorgar alguns diplomas a partir de Coimbra.[361]

Importa também evidenciar os méritos de D. Henrique, que, devido aos seus feitos militares e às suas relações privilegiadas com Cluny, provou ser merecedor da concessão lígia do condado e da mão de D. Teresa, bem como a figura ideal para reger a defesa da linha do Tejo.[362]

Toda a conduta do conde D. Henrique deixa perceber a natureza feudal da concessão: uma propriedade integral, um exercício de autoridade plenipotenciária e de carácter hereditário.

Salvaguardando as devidas diferenças, o poder atribuído por Afonso VI a D. Raimundo e ao conde D. Henrique não diferia muito daquele concedido à velha aristocracia condal: nele se aliava a proximidade dinástica à monarquia com a concessão de vastos territórios, que necessitavam de um controlo mais próximo por parte de delegados do poder real.[363]

Apesar de nunca ter abdicado das suas aspirações em relação ao trono leonês, D. Henrique sempre se preocupou em dar unidade e coerência interna aos dois condados que recebera e em defender e povoar adequadamente os seus territórios. A ele também se deve a criação de uma corte, onde a cúpula da nobreza rural poderia ocupar ofícios palatinos e levar a cabo um processo de ascensão social, assente no desempenho dos mais diversos cargos territoriais e na sua responsabilização pelos sucessos ou insucessos na gestão das regiões onde detinham poder e influência.[364]

---

[360] *Idem*, *ibidem*, pp. 581-582. Recentemente, Mário Barroca e Luís Carlos Amaral procuraram entrelaçar as diversas causas da concessão do condado a D. Henrique, relacionando o crescimento sócio-populacional do espaço portucalense com os falhanços político-militares de Raimundo e com a sua rivalidade com Afonso VI, nascida da sua intromissão na linha sucessória – AMARAL e BARROCA, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 111-123.

[361] SILVA, «Portugal no Reino de León…», p. 582.

[362] *Idem*, *ibidem*, pp. 582-583.

[363] *Idem*, *ibidem*, p. 583.

As diversas cartas de honra e de imunidade distribuídas por esta nova aristocracia permitiriam a recolha do apoio destes nobres, detentores de poderes territoriais e judiciais bastante amplos, e o acelerar do processo de senhorialização do norte portucalense. A proximidade destas famílias em relação à autoridade condal despoletaria a sua ascensão à cúpula da hierarquia nobiliárquica, chegando a ocupar diversos cargos de uma forma hereditária.[365]

Neste período, os Sousa, Maia, Ribadouro, Baião e Bragança, misturaram-se com os Bravães, Silva, Soverosa, Trava-Trastâmara e Celanova-Barbosa, entre outras famílias, a fim de constituirem um corpo coeso de servidores curiais e territoriais da nova família condal portucalense.

Um grupo que, como veremos na segunda parte deste trabalho, se soube mesclar com alguns dos principais herdeiros da velha aristocracia condal – principalmente de origem galega[366].

As relações de dependência estabelecidas entre esta nova aristocracia e o poder condal eram absolutamente simétricas àquelas mantidas entre a velha nobreza condal e a corte régia, ao longo do século X. Mas, a sua ligação às terras que dominavam era bem mais forte e presente do que no período anterior, visto que as velhas famílias condais se limitaram apenas à administração de vastos domínios e à definição de linhas gerais de acção para a sua ocupação e repovoamento. Para os infanções, o governo das terras, que também implicava o exercício de funções judiciais, baseava-se na conquista e apropriação de direitos fiscais, como senhores dos solos e de quem neles trabalhava.[367]

No fundo, a apropriação física e social do espaço pela nobreza infancional catapultou-os, em finais do século XI, para cargos de governação, que dependiam, em grande medida, da eficácia das suas estratégias de conservação e acréscimo do seu património. Processo que ajudou a cimentar, entre eles, uma forte ideia de propriedade e de posse dos seus espaços. Todavia, também estariam plenamente cientes da fragilidade deste seu novo poder, visto que estas

[364] *Idem*, *ibidem*, p. 583. Um dos primeiros magnates a ser favorecido por esta política de reforço da autoridade territorial da aristocracia infancional foi Soeiro Mendes da Maia, a quem D. Henrique e D. Teresa coutaram diversos territórios a sul do Ave – sobre as primeiras medidas de D. Henrique veja-se Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 124-127.

[365] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 584-585.

[366] Os efeitos desta mescla no regime de propriedade aristocrática portuguesa podem ser avaliados através dos dois últimos mapas apresentados no nosso anexo cartográfico.

[367] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 585.

condições poderiam mudar, caso o governo sobre o condado passasse de D. Henrique para uma qualquer figura mais próxima da monarquia reinante.[368]

Para além de ter apoiado vários cenóbios (como Santo Tirso, Tibães, Lorvão ou a Vacariça), D. Henrique preocupou-se em dar continuidade à política eclesiástica iniciada por Garcia II, apoiando as eleições de S. Geraldo e Maurício Burdino, antigos monges de Cluny que levaram a cabo uma campanha pelo reconhecimento da autoridade metropolitana de Braga sobre as suas sufragâneas.[369]

Esta convergência de interesses de D. Henrique e de S. Geraldo em torno da criação de um clero próprio, livre de influências externas, contrapunha-se claramente ao programa político de D. Raimundo e, até mesmo, aos planos de Gelmires, em torno da sucessão daquele através do seu filho.

As constantes atribuições de territórios às diversas sés reflectem as ambições de Braga e Santiago, que, para além de tentarem alargar o mais possível a sua área de influência, procuraram dar coesão ao quadro político onde estavam inseridas, sendo que, no caso de Braga, esta jurisdição eclesiástica deveria corresponder ao território do condado.[370]

Neste conflito, podemos verificar os primeiros sinais de uma verdadeira oposição entre as duas metades da velha Galécia: enquanto Santiago sempre apoiou os projectos de D. Raimundo, de D. Urraca, do partido de Afonso Raimundes e, até, dos Trava e da nobreza que apoiou D. Teresa, Braga manteve-se alinhada com o conde D. Henrique e com D. Afonso Henriques.[371]

Utilizando como mote a autoridade que a condição de metropolita de Mérida atribuía ao arcebispo compostelano, Diego Gelmires conseguiu expandir a sua influência ao território português, destituindo Braga de muitas

---

[368] *Idem*, *ibidem*, p. 586.

[369] *Idem*, *ibidem*, p. 587. O papel de D. Henrique na construção de uma igreja portucalense encontra-se analisado em Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 127 e 149.

[370] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 588. Sobre a relação simétrica entre o desenvolvimento territorial e político do Condado e da Sé de Braga veja-se Luís Carlos Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*.

[371] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 588. O alinhamento político de Braga com D. Henrique e D. Afonso Henriques foi magistralmente estudado por Carl Erdmann, «O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa». Quanto aos conturbados meandros da política eclesiástica no tempo de D. Teresa veja-se Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 195-210.

das suas prerrogativas. Contudo, a acção conjunta de Afonso Henriques e dos arcebispos bracarenses conseguiu devolver a Braga o perfil dos tempos de S. Geraldo.[372]

Tendo consolidado as estruturas internas da sua autoridade, D. Henrique envolver-se-ia mais directamente na política da corte de Afonso VI a partir de 1103. Ali terá encetado várias tentativas de se aliar à facção que mais facilmente chegaria ao trono, com o propósito de partilhar algum do seu poder.[373]

As suas presenças prolongadas em Zamora e Salamanca[374] terão criado na nobreza portuguesa hábitos de auto-gestão, favoráveis à sedimentação do sistema político-social criado nas décadas anteriores, e permitido a constituição de um vasto património que D. Teresa iria fazer questão de reclamar e, em certos casos, de associar à sua soberania. Falamos de senhorios em Tineo, Astorga, Zamora e Toronho.[375] Atendendo a estes factos, podemos perguntar-nos: será que existia algum precedente político que daria coesão à relação entre Portucale e estas diferentes zonas?

Apesar da evolução das estruturas políticas e eclesiásticas até aos inícios do século XII, estamos certos de que todos os agentes de poder dessa época teriam plena noção de que a vertente ocidental do reino de Leão (ocidente das Astúrias, Astorga, Bierzo e parte de Zamora) fazia parte da velha Galécia romana. No caso de Toronho, a relação é ainda mais óbvia, já que, para além de ter feito parte do convento bracarense, pertencia ainda à diocese de Tui, uma das sufragâneas de Braga, urbe que fora o centro nevrálgico de toda a província.

Na nossa opinião, não é de todo improvável que, no célebre pacto sucessório celebrado entre Raimundo e Henrique (em 1105?), se tenham acordado os verdadeiros limites desta soberania portucalense alargada. Portanto, podemos presumir que, caso este pacto tivesse sido efectivado, Henrique se teria tornado senhor de todo o noroeste peninsular e destas suas dependências mais próximas da meseta, sendo que o assentimento a este projecto viria do clero cluniacense por ele instalado em Portucale.[376] Por sua vez, a Raimundo

[372] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 589.

[373] *Idem*, *ibidem*, p. 590. Os principais dados sobre a intervenção de D. Henrique na política leonesa encontram-se resumidos em Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 150-168.

[374] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 591.

[375] Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 69.

[376] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 591.

caberia a coroa imperial e, consequentemente, a autoridade suprema sobre Leão, Castela e esta nova Galiza «portucalense».

A possibilidade de se reproduzir o sistema de alianças aristocráticas implantado em Portucale desde os tempos de Garcia terá despertado a atenção de muita da nobreza estabelecida a norte do Minho, especialmente daquela que, desde meados do século X, se encontrava afincada na fronteira galego-portuguesa, como os condes de Celanova.

A sua ascendência na nobreza condal e a sua pertença ao espaço de influência bracarense, através das igrejas de Tui e Ourense, reforçavam as aspirações mútuas à afirmação deste projecto portucalense de soberania galega.

Por outro lado, esta proposta também terá permitido a atracção dos Bragançones ao partido português, visto que esta linhagem legitimaria a sua autoridade sobre vastas zonas da região de Zamora, que se encontravam fortemente vinculadas e articuladas com a realidade transmontana.

No entanto, as mortes sucessivas de Raimundo (1107), do bastardo régio D. Sancho (1108) e de Afonso VI (1109) anulariam as premissas fundamentais deste acordo.

Aproveitando a anarquia dos primeiros anos do reinado de D. Urraca[377], D. Henrique continuou a encetar esforços em prol da repartição do império e da secessão da Galiza ou de Portucale. Estes esforços viriam a ser especialmente intensos em 1110-1112.[378]

Em 1110, D. Henrique deixou o condado aos cuidados de D. Teresa e dos seus nobres, deslocando-se para o oriente da Península onde, ao lado do *Batalhador*, participou na pugna dinástica e luta contra os muçulmanos.[379]

Nos finais de 1111, o conde de Portucale passou para o partido de D. Urraca, que lhe atribuiu o senhorio de Zamora e Ceia (Sahagún) e uma posição de comando no reino, que iria ser dominado a partir de Castela.[380]

De facto, a rainha parece ter estado bastante atenta e interessada nos movimentos de D. Henrique, que, para além de aliado, se poderia converter rapidamente num rival. Mas, a maioria da sua actividade diplomática estava

---

[377] Para mais detalhes sobre o conturbado reinado de D. Urraca veja-se Bernard F. REILLY, *The Kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*.

[378] SILVA, «Portugal no Reino de León…», p. 591. O percurso de D. Henrique durante estes anos encontra-se descrito em AMARAL e BARROCA, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 164-168.

[379] MARQUES, «A Constituição de um Condado», p. 20.

[380] SILVA, «Portugal no Reino de León…», p. 592.

orientada para a captação de apoios entre o clero e a nobreza galega, colocando-o sempre num patamar secundário.[381] A morte de Henrique viria a acontecer em 1112, durante uma campanha na região de Astorga.[382]

No fundamental, D. Henrique seguira os aspectos basilares do programa político de Garcia II: reforçara os laços com a nobreza territorial infancional, dotando-os com uma corte própria, onde podiam buscar o reconhecimento do seu labor na forma de cargos políticos e de benesses do poder condal; dera continuidade ao reforço das prerrogativas de Braga, especialmente no que toca à afirmação da sua autoridade metropolitana; levara a cabo actividades políticas e diplomáticas com o propósito de restaurar uma soberania integrada do espaço galego; e dera luta aos principais poderes que funcionaram como travão à prossecução desta agenda, ou seja, a Santiago e a D. Raimundo. Aproveitamos para relembrar também que, tal como D. Henrique, Garcia II mantivera uma relação muito estreita com os interesses eclesiásticos de Braga e com a nobreza rural portucalense, alimentada por uma política de benefício, bem visível na documentação que o liga aos Ribadouro.

Por isso, não é de estranhar que D. Henrique tenha confiado a educação de D. Afonso Henriques aos Ribadouro, casa que mais de perto acompanhara todos estes sucessos.

Com a morte de D. Henrique em 1112, deu-se início a um ciclo de intervenção política de D. Teresa, que, no fundamental, deu seguimento à política soberanista do seu marido, que lhe granjeou, até 1117, um enorme incremento na sua autoridade política, visível na forma como a partir desse ano se autointitulou rainha.[383]

Por esta altura, a rainha portucalense era já senhora de um vasto território que, a norte, englobava Tui e Ourense, a leste, Salamanca e Zamora, e, a sul, a zona coimbrã.[384]

---

[381] *Idem*, *ibidem*, p. 593.

[382] Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, p. 166.

[383] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 594. Importa assinalar que este período charneira na governação de D. Teresa (1112-1117) foi marcado por uma enorme turbulência política, devido à hostilidade que vários sectores da aristocracia laica e eclesiástica galega nutriam contra D. Urraca e, por outro lado, à afirmação de um movimento sucessório em torno de Afonso Raimundes/Afonso VII, que colocava sérios entraves à prossecução das premissas do Pacto Sucessório – para mais detalhes sobre este ciclo governativo de D. Teresa veja-se Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 169-194.

[384] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 594.

Na verdade, D. Teresa e D. Urraca terão celebrado um acordo, algures entre 1112 e 1126, onde a segunda jura amizade à primeira, concedendo-lhe terras em Zamora, Salamanca, Ávila, etc, e comprometendo-se a rainha portucalense a defendê-las como «honra».[385] Uma atitude em tudo similar àquela que mantivera com o seu marido, na medida em que terá conseguido, através deste privilégio, contentar temporariamente D. Teresa. Contudo, D. Teresa aspirava a um papel maior no xadrez da política peninsular, mesmo que isso lhe custasse a fidelidade dos magnates portucalenses.

Assim sendo, a política externa da rainha resvalou numa miríade de acordos e aproximações a D. Urraca, Diego Gelmires, Pedro Froilaz e aos Trava, aos clérigos compostelanos e, até, ao seu sobrinho Afonso Raimundes[386] – atitude que viria a enfraquecer a sua posição perante a aristocracia portucalense.

Até 1121, D. Teresa transformou-se num dos sustentáculos dos projectos dos Trava, aliados naturais do seu sobrinho e, quase sempre, opositores naturais de D. Urraca. A primeira notícia da sua aliança com esta linhagem data de 1116, altura em que ladeou Pedro Froilaz, no castelo de Sobroso, numa escaramuça contra D. Urraca. Pouco tempo depois viriam os privilégios ao bispo do Porto, aliado declarado de Diego Gelmires, alianças com Pedro Froilaz e Gelmires e a promoção de Fernão Peres de Trava a conde, *de facto*, de Portucale e Coimbra.[387]

Apesar do patente insucesso destas suas escolhas, D. Teresa terá tido um plano lógico e sistemático, que resultou numa permuta dos actores políticos do programa autonomista/soberanista que vinha sendo construído desde os tempos de Garcia. Neste novo esquema, a centralidade de Braga seria substituída pela de Santiago e a nobreza galego-portuguesa de Garcia e Henrique daria lugar aos Trava e aos seus apaniguados, sendo que a legitimidade deste projecto advinha

[385] MARQUES, «A Fronteira do Minho…», p. 701.

[386] SILVA, «Portugal no Reino de León…», p. 594. Este período de crescente desarticulação das relações de poder mantidas entre D. Teresa e a sua nobreza, ocorrido entre 1117-1128, encontra-se magistralmente analisado em AMARAL e BARROCA, *A Condessa-Rainha: Teresa*, pp. 210-233.

[387] SILVA, «Portugal no Reino de León…», p. 595. Olhando diacronicamente para todo este processo, podemos perceber facilmente que o projecto de D. Teresa de restauração da soberania galega germinara num contexto político completamente distinto daquele que envolvera D. Henrique e que apoiaria D. Afonso Henriques, ou seja, nascera apenas a partir do momento em que estabeleceu contactos directos com Pedro Froilaz de Trava, por volta de 1117 – sobre as etapas do seu alinhamento com os Trava veja-se AMARAL e BARROCA, *A Condessa-Rainha: Teresa*, p. 221 e seguintes.

da sua ascendência em Afonso VI. No fundo, Portugal perderia o controlo do legado de Garcia, que passaria a ser liderado exclusivamente por D. Teresa e pelos poderes laicos e aristocráticos que gravitavam em torno de Santiago.

O carácter deliberado desta lenta reversão da agenda política da senhora de Portucale pode ser vislumbrado na forma como, em primeiro lugar, se aliou aos interesses de D. Pedro Froilaz e, depois, se acercou «carnalmente» dos seus filhos Bermudo e Fernão Peres de Trava, com o propósito último de exercer, indirectamente, a sua influência sobre Afonso Raimundes.[388]

Nesta nova conjuntura, várias famílias de origem galega ou fronteiriça afluíram à corte portuguesa, onde se misturaram com as famílias infancionais, criando laços que se estenderiam por várias gerações. Entre elas estavam os diversos ramos dos Trava (Trava-Trastâmara, Tougues, Palmeira e Pereira), os Celanova (ascendentes dos Barbosa), os Soverosa, Valadares e alguns dos membros dos Toronho-Montor, entre outros. Linhagens onde D. Afonso Henriques viria a recrutar alguns dos seus mais fiéis apoiantes.

Esta primeira leva de imigração galega teve efeitos imediatos na recomposição do sistema de alianças estabelecido entre o conde portucalense e a sua nobreza, visto que, a partir de 1116-1117, se foram integrando nas estruturas políticas, governativas e militares da região, que, devido às constantes intervenções externas e ao sistema de alianças de D. Teresa, se viram relativamente desguarnecidas.[389]

Entre 1115 e 1117, D. Teresa tinha permanecido pouco tempo em Portucale, ocupando-se com intrigas em Astorga contra D. Urraca, em quezílias fronteiriças na Galiza, em participações nas investidas de Pedro Froilaz contra a rainha e a assistir ao pacto de 1116 entre D. Urraca e Afonso Raimundes.[390] Na verdade, só o avanço dos Almorávidas a fez voltar, tendo-se refugiado em 1120 no castelo de Lanhoso, onde viria a ser cercada por D. Urraca e pelos partidários de Afonso Raimundes.[391] Entretanto, cristalizara-se, entre 1118 e 1120, uma osmose entre a aristocracia infancional e as estirpes galegas que foram afluindo ao território português,[392] com destaque para aquelas que, co-

[388] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 595.

[389] *Idem*, *ibidem*, pp. 596-597.

[390] *Idem*, *ibidem*, p. 597.

[391] *Idem*, *ibidem*, p. 601; Marques, «A Constituição de um Condado», p. 21.

[392] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 600. Sobre este processo de imigração de segmentos importantes da aristocracia galega para o espaço português veja-se Mattoso, «A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa…», pp. 129-147.

mo os Celanova-Barbosa, eram oriundas dos territórios fronteiriços que estavam, por aquela altura, em contenda entre D. Teresa e D. Urraca.

O claro desinteresse da rainha pelos assuntos internos do condado, a sua obsessão pela conquista de espaço político externo e o mal-estar criado pela primazia dos Trava e do clero galego sobre os magnates portugueses, criaram um clima de hostilidade em relação a D. Teresa, que se viria a agravar constantemente entre 1121 e 1128 e que teria expressão no visível e paulatino abandono dos Maia, Sousa, Ribadouro e Celanova do círculo cortesão.[393]

Assim, a intervenção de Afonso VII em 1127 terá resultado do estado de desarticulação social criado pelo constante investimento de D. Teresa na sua agenda política pró-galega. Por isso, não é de estranhar que os magnates portucalenses tenham optado por seguir D. Afonso Henriques, quer no seu juramento de fidelidade ao Imperador, quer na revolta contra a sua mãe[394]. A ascensão ao trono de Afonso VII[395] e a sua vitória sobre o seu padrasto não deixavam prever qualquer futuro às pretensões de D. Teresa, excepto o risco de Portucale se ver integrado na Galiza e da absorção dos particularismos portucalenses pelos grandes nobres galegos.[396] Aparentemente, estes anos (1121-1128) acabaram por provar, aos olhos da nobreza portuguesa, a validade da versão portucalense do projecto soberanista/autonomista galego, já que o investimento na política externa de D. Teresa se saldara apenas na desestruturação dos laços de coesão interna de Portucale, na subordinação da sua nobreza a um grupo, cujos interesses não eram verdadeiramente os seus, e no reforço da autoridade imperial, através da ascensão de Afonso VII.

---

[393] Silva, «Portugal no Reino de León…», pp. 602-603. Depois de 1125, os Silva, Lanhoso, Palmeira (Trava), Azevedo, Marnel, Guedões, Ramirões e Velhos abandonaram paulatinamente a corte de D. Teresa, sendo que, até 1127, apenas permaneceram com a rainha D. Gomes Nunes de Pombeiro e os senhores de Baião – Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa*, p. 223.

[394] Recentemente José Augusto de Sottomayor-Pizarro avançou a possibilidade de que, durante o cerco de 1127, Afonso VII e D. Afonso Henriques tenham atingido um acordo que determinaria uma aceitação da transmissão do poder condal ao Infante, sendo, por isso, justificável a sua imediata acção governativa, ainda antes de S. Mamede, ou a falta de apoio do monarca leonês ao partido da sua tia – José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «O Nascimento do Reino de Portugal. Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300)», *Revista Portuguesa de História*, 44 (2013), pp. 40-42.

[395] Sobre o reinado de Afonso VII veja-se Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII (1126-1157)*.

[396] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 603.

Portanto, podemos entender S. Mamede como uma reacção natural ao falhanço da proposta política de D. Teresa e dos Trava.[397]

Todavia, a acção de D. Teresa no sul da Galiza iria abrir, de facto, um precedente, que foi constantemente explorado por D. Afonso Henriques até 1169.

A fim de atingir uma melhor articulação entre as duas metades da Galiza e, provavelmente, de satisfazer as necessidades de uma parte substancial da sua nobreza galego-portuguesa, D. Teresa avançou temerariamente para a conquista militar das terras das dioceses de Tui e Ourense.

Aparentemente, os instrumentos de legitimação desta ocupação estariam nestas mesmas origens galego-portuguesas da sua nobreza, na pertença destas dioceses ao espaço político e eclesiástico da antiga província bracarense, nas directrizes impostas pelo pacto sucessório e, possivelmente, pelo acordo de amizade que estabelecera com D. Urraca.

O primeiro choque fronteiriço operou-se em 1121, sendo que D. Urraca se viu obrigada a recorrer à ajuda de Diego Gelmires, a fim de travar o avanço de D. Teresa. Tendo tomado conhecimento da resposta da sua irmã, D. Teresa decidiu reunir as suas forças na margem esquerda do Minho, onde aguardou a surtida do arcebispo e de D. Urraca. Após terem entrado em território português, as tropas galegas levaram a cabo vários saques e roubos, talvez com o propósito de pagar o auxílio das forças compostelanas.[398]

Apesar do desfecho negativo deste primeiro embate, podemos presumir que as tentativas subsequentes de tomada de posse das terras de Toronho e Límia foram bem-sucedidas, visto que, logo em 1122, outorgou a sua protecção aos moradores de Ourense, concedendo o privilégio de celebrar feira e outorgando vários bens à catedral.[399] Neste documento surge ainda uma referência singular, esclarecedora da esfera de influência territorial que D. Teresa detinha por estes anos: aqui, a soberana portucalense dizia reinar até ao rio Bibei,[400] ou seja, até ao limite oriental do espaço galego.

---

[397] Sobre S. Mamede veja-se José Mattoso, «A Primeira Tarde Portuguesa», *Revista de Guimarães*, 88 (1978), pp. 159-186.

[398] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 30.

[399] Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 701.

[400] Francisco Javier Pérez Rodríguez, «La Diócesis de Orense: De la Reforma Gregoriana al Concilio de Trento (Siglos xii-xvii)», in José García Oro (coord.), *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XV: *Iglesias de Lugo, Mondoñedo-Ferrol y Orense*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, p. 404.

Assim sendo, podemos presumir que, com o auxílio dos Trava e de alguns nobres locais (como os Celanova-Barbosa), tenha ocupado todo o território das dioceses de Tui e Ourense, reafirmando a sua autoridade sobre um espaço que deverá ter feito parte do feudo de D. Henrique, mesmo contra a vontade de D. Urraca.

Em 1125 surgem indícios efectivos de que Toronho também tinha passado para a tutela portucalense. Nesse ano, D. Teresa ofereceu ao bispo de Tui o mosteiro de Ázere, em Arcos de Valdevez, com o seu respectivo couto e com alguns bens mais, onde se destacam cinco casais, em Trute (Monção).[401]

Ainda nesse ano, D. Teresa doou à sé de Tui várias igrejas, situadas no Entre-Minho-e-Lima. Entre elas encontravam-se Santa Maria de Arcozelo, S. Cristóvão de Labruja, Santa Maria de Vilar de Âncora, Santa Eulália de Vilar de Mouros, Santa Maria de Colina, em Coura, S. Salvador da Gandra, S. Paio de Paderne, S. Pedro da Torre e algumas mais, identificando a proveniência histórica destas igrejas no legado de Teodomiro,[402] ou seja, comparando-se a um dos mais importantes monarcas suevos e demonstrando uma clara continuidade no projecto unificador que abraçara.

Tudo indica que as convulsões de 1127-28 e o juramento de fidelidade de Afonso Henriques a Afonso VII terão posto travão a este processo.[403] Nessa altura, as vicissitudes criadas pela conflitualidade interna impediam a consolidação da expansão territorial do condado.

Por esta altura, a adesão da nobreza a D. Afonso Henriques exprimia apenas uma consciência de classe bem definida e uma vontade férrea em mudar a orientação do projecto social portucalense, colocando-o de novo ao serviço dos interesses da cabeça do clero portucalense, Braga, e da jovem aristocracia que servira Garcia II e D. Henrique.

Em 1128, ainda estaria longe de planear uma secessão do reino de Leão, sendo que as tentativas de domínio militar de Afonso VII, o crescimento interno das estruturas sociais do condado, as constantes querelas de Braga com San-

[401] Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 701.

[402] García Oro, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media…», p. 551; Marques, «A Fronteira do Minho…», pp. 701-702.

[403] Sottomayor-Pizarro, «O Nascimento do Reino de Portugal…», pp. 40-42. Segundo este autor, do cerco de Guimarães de 1127 terá resultado um pacto entre D. Afonso Henriques e Afonso VII, através do qual se terá acordado uma transição do poder condal de D. Teresa para D. Afonso Henriques, que culminaria na não intervenção do poder leonês em S. Mamede ou no seu rescaldo.

tiago e Toledo e os efeitos da luta contra os muçulmanos, viriam a configurar nos anos subsequentes as novas bases do processo soberanista português.[404] Apesar dos constantes indícios de desafio à autoridade formal do monarca leonês, D. Afonso Henriques só viria a auto-intitular-se «rei» em 1139.[405]

Na verdade, a crescente dissolução dos laços entre D. Afonso Henriques e Afonso VII teve capítulos fundamentais neste período de 1128-1139: em 1135, o infante português não compareceu na aclamação do seu primo como imperador, sinal de que já recusava as superestruturas nas quais assentava a sua autoridade; levou a cabo novas alianças com os condes de Toronho e Límia, Gomes Nunes de Pombeiro e Rodrigo Peres Veloso, que redundaram em novas incursões no sul da Galiza, bloqueadas temporariamente pelo tratado de Tui de 1137, onde os dois primos estabelecem um pacto de amizade e fidelidade completamente inoperante;[406] e, em 1141, levou a cabo uma nova ocupação de Toronho e Límia.

O interesse territorial de D. Afonso Henriques passaria pela aglutinação de Toronho (Tui), Límia (Allariz e Xinzo de Límia) e Baroncelle (a bacia superior do Tâmega, junto a Verín) numa marca fronteiriça,[407] que, no futuro, pudesse servir de base à expansão da sua influência a toda a Galiza, cumprindo assim o desígnio unificador de Garcia II e as premissas políticas do Pacto Sucessório.

Esta constante postura de desafio seria impossível sem uma verdadeira política de captação de apoios entre os magnates laicos e eclesiásticos da região. Por isso, não é de estranhar que tenha endereçado ao bispo tudense doações extremamente relevantes, sendo que, em 1137, utilizou a terra da Vinha para ressarcir a igreja dos danos que causara durante a ocupação da cidade, ainda antes do tratado de Tui.[408]

A história das incursões portuguesas em Toronho e Límia terá começado logo em 1130-31, altura em que D. Afonso Henriques terá ordenado a construção do castelo de Celmes, acontecimento que terá coincidido com a aparição do Infante em Celanova, em 1130. Esta fortificação viria a ser destruída em 1134, pela mão do próprio Afonso VII.[409]

---

[404] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 605.

[405] *Idem*, *ibidem*, pp. 606-607.

[406] *Idem*, *ibidem*, pp. 608-609.

[407] González Paz, Olivera Serrano e Valdés Blanco-Rajoy, «As Fortalezas de Fronteira…», p. 285.

[408] Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 702.

[409] Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 99.

Pouco tempo depois da aclamação do seu primo, D. Afonso Henriques voltaria a investir contra Toronho e Límia, por volta de 1136-1137, altura em que já contaria com o apoio firme dos condes Gomes Nunes de Pombeiro e Rodrigo Peres Veloso.[410]

Após o recontro de Cerneja, o soberano português ver-se-ia obrigado a assinar o tratado de Tui, em 1137, para que pudesse dedicar os seus esforços à defesa de Leiria e da cintura de Coimbra.[411]

A nível interno, D. Afonso Henriques decidiu mudar a sua capital de Guimarães para Coimbra, com o propósito de ganhar maior liberdade de acção em relação aos poderes senhoriais do Entre-Douro-e-Minho. A sua presença na urbe do Mondego também o colocava mais próximo do palco das acções militares que constituíam as bases da afirmação do seu reino.[412]

Até 1139, o jovem infante conseguiu reunir todos os atributos e argumentos necessários para a consolidação da sua soberania e independência: com o apoio de Braga, criou uma igreja; graças às suas alianças com a aristocracia constituíra um corpo bélico bem preparado e eficaz; dera seguimento a uma organização territorial estabelecida em bases sólidas; e, por fim, ele próprio era dotado de um espírito guerreiro talhado para a prossecução de uma guerra santa.[413]

Por seu lado, Afonso VII sofreu os primeiros reveses na sua política hegemónica: a sua aliança com os aragoneses numa guerra contra Garcia Ramires de Navarra deixara o campo aberto a dissensões internas e ao avanço dos almorávidas, em 1139.[414]

Aproveitando esta conjuntura desfavorável, D. Afonso Henriques empreendeu uma nova surtida contra o sul da Galiza, em 1140, com a cumplicidade dos tenentes locais que, através de importantes praças, como Entienza,[415] desferiam ataques coordenados na região.

Liberto de pressões, o Imperador acorreu à fronteira, onde defrontou as tropas portuguesas no célebre bafordo de Valdevez, de 1141. Apesar da vitória dos partidários de D. Afonso Henriques, ambas as partes acertaram uma trégua, que terá redundado numa paz definitiva.[416]

---

[410] *Idem*, *ibidem*, p. 100.

[411] *Idem*, *ibidem*, pp. 101-102.

[412] SILVA, «Portugal no Reino de León…», pp. 610-611.

[413] *Idem*, *ibidem*, p. 613.

[414] *Idem*, *ibidem*, p. 614.

[415] VILA, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 32.

Entre esta última data e 1143, o monarca português reforçou a sua política junto à Santa Sé, visando um enfeudamento a um senhor superior a qualquer senhor terreno. Só assim poderia proclamar a sua independência perante o Imperador, sem que este pudesse fazer algo para o impedir. João Peculiar faria chegar à Santa Sé uma carta, onde, para além de se reiterar o compromisso proposto, se estabelece o pagamento de um censo anual de quatro onças de ouro.[417]

Ainda nesse ano, viria a confirmação da dignidade real de D. Afonso Henriques por parte de Afonso VII, no célebre Tratado de Zamora, reconhecimento que se estenderia à acção da própria chancelaria imperial, que desde então passou a tratá-lo como rei.[418]

De 1128 a 1143, podemos verificar que D. Afonso Henriques manteve muitas das características do programa soberanista que vinha a ser formulado desde os tempos de Garcia II. Se, por um lado, se manteve a aliança permanente com a política eclesiástica agregadora de Braga, através do reforço dos seus poderes metropolitanos; se se levaram a cabo iniciativas militares, agregadoras de parcelas do espaço galego que estariam no raio de influência do velho convento bracarense e cujo senhorio teria sido consignado a D. Henrique, através do Pacto Sucessório; e se se mantiveram as sinergias que promoviam a aristocracia fundacional; por outro lado, o pendor portucalense do projecto viu-se reforçado pelos falhanços estratégicos de D. Teresa e dos seus magnates; D. Afonso Henriques estimulou uma conduta mais independente em relação à velha aristocracia territorial, mudando a sua capital para Coimbra; deu maior importância à Reconquista, como elemento legitimador da sua autoridade; e conferiu especial relevo às relações diplomáticas com Roma, em vez de buscar legitimidade nos velhos jogos de facções dentro do ocidente peninsular.

No essencial, os eixos fundamentais do que fora a política de Garcia não se alteraram, tendo sido apenas enriquecidos e adaptados a novas circunstâncias, por D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques, sendo que a mudança de eixo de poder de D. Teresa acabou por atribuir um maior pendor «nacional» à versão portucalense deste projecto.

O equilíbrio de poderes proposto no tratado de Zamora apenas voltaria a ser interrompido com a morte de Afonso VII, em 1157, e pela subsequente di-

[416] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 614.

[417] *Idem*, *ibidem*, p. 615.

[418] *Idem*, *ibidem*, p. 616.

visão do seu reino entre Fernando II e Sancho III. Através do tratado de Sahagún, os dois herdeiros do Imperador acertaram uma repartição das conquistas, que incluía o espaço português e a sua zona de reconquista. Mas a morte precoce de Sancho impediria a prossecução deste projecto. Mesmo assim, Fernando II decidiu atacar o espaço português em Setembro de 1158, na sequência da conquista de Alcácer do Sal.[419]

Entretanto, D. Afonso Henriques, acicatado pela nova aliança castelhano-leonesa e pela conduta de Fernando II, atacou novamente Toronho e Límia. A existência de uma vasta revolta popular na região de Zamora prenunciava uma vitória nos combates na fronteira galega, que perduraram até Novembro de 1158.

Enfrentados com um impasse, D. Afonso e D. Fernando decidiram encontrar-se em Cabrera, na zona de Sanabria, a fim de assinar um acordo de paz, celebrado em 14 de Novembro de 1158. No entanto, o soberano português não abandonaria o território. Pelo Natal de 1159, os dois monarcas voltaram a encontrar-se em Santa Maria del Palo, junto a Tui, e, em Janeiro de 1160, D. Afonso Henriques chegou a receber nesta cidade Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona, com quem negociou o casamento da Infanta D. Mafalda com o seu filho e herdeiro, o futuro Afonso II de Aragão.[420] Com eles estiveram os bispos de Braga, de Barcelona e o bispo tudense D. Isidoro,[421] um crúzio coimbrão nascido no Alto Minho, que viria a ser acarinhado pelo monarca português.

Sem se esquecer dos seus problemas na fronteira castelhana, Fernando II procurou levar a cabo uma guerra profundamente episódica e guerrilheira contra os avanços portugueses entre 1160-1162, que se saldou num novo acordo de paz em 1165, no qual se acertou o casamento do monarca leonês com a Infanta D. Urraca Afonso.[422] Tal como em 1137 e 1158, D. Afonso Henriques não respeitaria este tratado, mantendo as suas posições na Galiza.

Apoiado por sectores importantes da nobreza local, enfrentou-se com a resistência de algumas fortificações régias, que tinham sido entregues ao mosteiro de Celanova. Sabemos que o monarca português cercou Sande, que não se rendeu, e que o conde Vasco Sanches de Celanova tomou os castelos de

[419] *Idem*, *ibidem*, p. 619.

[420] MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, pp. 208-209.

[421] VILA, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 34.

[422] SILVA, «Portugal no Reino de León…», p. 619.

Monte Laboreiro e de Santa Cruz, bem como muitas outras fortalezas de Toronho e Límia.

Esta ocupação levou a uma transformação no sistema de circunscrições territoriais no sul da Galiza, surgindo então a terra de Límia, que aglutinava numa primeira fase, em torno dos castelos de Celmes e Berredo, os territórios ourensanos que tinham sido tomados pelos portugueses. À frente desta última fortificação estaria um meirinho régio de nome Afonso Bos, que estaria na dependência directa de D. Vasco.[423]

A fim de garantir a segurança dos territórios incorporados pelos portugueses, D. Afonso Henriques também atacou as circunscrições de Cabreira e Lobarzana, no curso superior do Tâmega, cedendo temporariamente o castro de Lobarzana e a terra de Cabreira à administração da sé de Braga, sendo que à cabeça de Cabreira ficou Pedro Fernandes e em Lobarzana Mendo Vasques.[424]

A partir de 1166, atestam-se vários episódios bélicos, que permitiram a D. Afonso Henriques tomar Tui e chegar à linha de Pontevedra,[425] onde terá construído o castelo de Cedofeita.

A natureza quase definitiva desta ocupação encontra-se atestada numa doação do soberano português à sé de Tui, datada de 28 de Março de 1169, onde D. Afonso Henriques lhe outorga o seu reguengo de Bembibre, que incluía a igreja local, dezassete casais e cinco barcos que tinha em Santa Maria de Vigo, a igreja de Vilar de Mouros e cinco casais em Trute, com o propósito de reparar os danos causados durante a ocupação da cidade. Também confirmou todos os privilégios dos seus pais e que os reis de Leão tinham atribuído a esta igreja.[426]

Um verdadeiro acto de soberania que não prenunciava os efeitos negativos do desastre de Badajoz. Esta derrota implicou um fracasso duplo, na medida em que gorou a hipótese de uma aglutinação à província bracarense do património simbólico de Mérida, através da conquista deste pequeno reino muçulmano,[427] e uma perda de todas as suas jurisdições na Galiza.

---

[423] González Paz, Olivera Serrano e Valdés Blanco-Rajoy, «As Fortalezas de Fronteira…», p. 286.

[424] *Idem*, *ibidem*.

[425] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 34.

[426] Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 702; Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 34.

[427] Silva, «Portugal no Reino de León…», p. 619.

Após a retirada extemporânea dos portugueses, causada pela conjugação de esforços entre Fernando II e os Almóadas, D. Afonso Henriques acabou por ser vítima de um ferimento grave, que permitiu a sua captura pelos leoneses, que, a troco da sua libertação, o obrigaram a abdicar de todos os territórios conquistados a norte do Minho e para lá do Guadiana. Até 1185, o primeiro soberano português não mais participaria em qualquer empreitada militar, deixando essas funções ao seu herdeiro, D. Sancho I.[428]

Goravam-se todos os projectos de expansão da autoridade portuguesa e bracarense à sua matriz primitiva, mas mantinha-se a integridade da soberania portuguesa, revigorada pelo capital humano galego-português que, desde os finais do século XI, tinha aderido ao programa político de D. Henrique, talvez o principal herdeiro do legado político de Garcia II.

Quezílias e atritos fronteiriços posteriores a 1169

A partir de 1169 os conflitos da fronteira galego-portuguesa perderam todo o carácter soberanista, constituindo apenas meros reflexos dos antagonismos políticos e sociais criados entre a monarquia portuguesa e castelhano-leonesa.

Poucos meses depois da morte de D. Afonso Henriques, D. Sancho I terá encetado uma tentativa de recuperação de Toronho e Límia, que redundou apenas em novas doações e privilégios endereçados à igreja tudense. Em 1186, D. Sancho I doaria a Tui as igrejas de S. Salvador de Macedo, de S. Pedro de Gândara, de S. Nicolau de Cortos e os reguengos entre o rio Minho e o Castelo de Lanhoso. Por volta da mesma altura, outorgou-lhe também sessenta maravedis, para que os investissem em vinhas. Ambas as doações tinham como propósito expiar os abusos e violências cometidas contra esta igreja durante uma nova ocupação da cidade.[429]

Apesar de não estarmos certos da validade da datação deste primeiro documento, que, por um equívoco notarial, poderá remontar a 1196 e não a 1186, conseguimos vislumbrar alguma veracidade no contexto desta possível incursão, na medida em que poderá ter correspondido a uma espécie de «prova de valor», que visaria o reforço da autoridade interna e externa do novo monarca.

---

[428] *Idem*, *ibidem*, p. 620.

[429] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, pp. 42-43.

Importa admitir também que este acto de expiação pudesse corresponder a desmandos cometidos ainda antes de 1169; porém, não podemos acompanhar esta hipótese, visto que, se assim fosse, D. Sancho estaria a remediar erros cometidos há, pelo menos, dezassete anos.

Nos anos seguintes, as relações luso-leonesas terão melhorado substancialmente, principalmente após a ascensão de Afonso IX ao trono leonês, em 1188. Este novo soberano era filho de Fernando II e de Urraca Afonso, facto que o tornava sobrinho de D. Sancho I, monarca que lhe terá prestado apoio na sua pugna interna contra os partidários do Infante D. Fernando, filho do segundo casamento do seu pai com Teresa Fernandes de Trava. Este ciclo de reaproximação entre os dois reinos culminaria no casamento do monarca leonês com a sua prima-direita, a Infanta D. Teresa Sanches, celebrado em Guimarães em 15 de Fevereiro de 1191.[430]

Por seu lado, o casamento de D. Sancho I com Dulce de Aragão permitiu a construção de uma frente tripartida contra Afonso VIII de Castela, que ganhou forma no tratado de Huesca de 1191.

Enfrentado com esta conjuntura altamente desfavorável, Afonso VIII encetou uma campanha na cúria papal pela dissolução dos laços matrimoniais de Afonso IX, com o propósito de minar a aliança luso-leonesa. A ordem de dissolução do casamento terá sido emitida em 1194, altura em que surgem, no tratado de Tordehumos, as primeiras cláusulas sobre os castelos dados em arras a D. Teresa, que viriam a ser meticulosamente acertadas pouco tempo depois entre D. Sancho I e Afonso IX, num acordo celebrado em Zamora nesse mesmo ano.[431]

Entre 1195 e 1196 ambas as partes foram alimentando um clima de tensão, que culminou numa série de incidentes bélicos fronteiriços. Em 1197, o desprestígio de Afonso IX em Roma era tão grande que D. Sancho I conseguiu uma bula papal onde, neste conflito contra Leão, lhe eram atribuídas as mesmas indulgências de uma Guerra Santa.[432]

Num primeiro momento, D. Sancho I saiu vitorioso na fronteira galego-portuguesa, tomando Tui e Pontevedra, mas a resposta leonesa viria logo em

[430] Mattoso, «1096-1325», p. 97.

[431] *Idem*, *ibidem*. Aproveitamos para lembrar que estes castelos se situavam justamente na fronteira galaico-minhota e que, por isso, eram tutelados por personagens de fidelidade ambígua, como Gonçalo Pais de Toronho – figura que biografaremos na segunda parte deste nosso trabalho.

[432] *Idem*, *ibidem*, p. 98.

1198, altura em que levou a cabo uma violenta incursão contra a Beira Alta, que se saldou na sangrenta batalha de Ervas Tenras, junto a Pinhel.

No ano seguinte, Afonso IX atacaria Bragança, enquanto D. Sancho I assediava Cidade Rodrigo. Durante estas escaramuças morreram várias figuras destacadas da aristocracia portuguesa, como Nuno Fafes de Lanhoso e o mestre templário Lopo Fernandes.[433]

Não se sabe como terminou este conflito, mas tudo indica que, em 1199, Tui e Pontevedra passaram novamente à posse do rei de Leão, não se registando qualquer hostilidade posterior a esta data.[434] As pesadas baixas causadas entre a alta nobreza portuguesa e leonesa terão estado na origem do fim desta guerra.

Na década seguinte, o nascimento de vários conflitos internos com o clero e a nobreza senhorial evitaram o recrudescimento dos antagonismos entre Portugal e Leão,[435] mas tudo mudaria com a morte de D. Sancho I, em 1211.

No seu testamento de 1209, D. Afonso II foi declarado seu herdeiro, deixando inúmeros bens aos restantes infantes e infantas. Precavendo a indisposição do seu sucessor em fazer cumprir estas cláusulas, o enfermo monarca obrigou D. Afonso a fazer um juramento, onde prometia cumprir as suas vontades. Para além disso, deu instruções a Gonçalo Mendes de Sousa II, Lourenço Viegas de Ribadouro e Gomes Soares para que se recusassem a entregar os seus castelos até que o príncipe cumprisse o seu testamento.[436]

Em torno do monarca juntaram-se os sectores da sociedade adversos à partilha hereditária do poder e à proliferação de direitos senhoriais. Nesta conjuntura, podemos presumir que os principais apoiantes desta ideologia centralista estariam concentrados na chancelaria[437] e no círculo mais restrito de conselheiros de D. Afonso II.

No campo oposto estariam os partidários das Infantas e dos Infantes D. Pedro Sanches e D. Fernando Sanches. Este último optou por se afastar deste clima de conflitualidade, juntando-se à sua tia Teresa (ou Matilde) na Flandres, senhora que conseguiu, mediante o pagamento de uma avultada soma a

---

[433] *Idem*, *ibidem*.

[434] *Idem*, *ibidem*.

[435] Para um breve resumo sobre os conflitos eclesiásticos que se iniciaram no reinado de D. Sancho II veja-se Mattoso, «1096-1325», pp. 104-106.

[436] *Idem*, *ibidem*, p. 107.

[437] *Idem*, *ibidem*.

Filipe Augusto, que este aprovasse o casamento de D. Joana, herdeira deste condado, com o infante português. Este casamento consumar-se-ia em Janeiro de 1212, altura em que prestou homenagem ao rei de França. Pouco tempo depois, acabaria por se enfrentar com o seu senhor na famosa batalha de Bouvines (1214), onde foi aprisionado pelos franceses e libertado apenas em 1226, após o pagamento de um enorme resgate.[438]

Por sua vez, D. Pedro optou por se exilar na corte de Afonso IX, onde encabeçou um grupo coeso de exilados portugueses, devotos da causa das Infantas, ou seja, dos princípios da divisão senhorial do poder, dentro da própria família real e entre a coroa e a aristocracia.

Este conflito terá começado ainda no Inverno de 1211, altura em que D. Afonso II se terá recusado a reconhecer o senhorio das Infantas, suas irmãs, sobre os castelos que lhes foram legados no testamento do seu pai, e em que terá começado a substituir os alcaides dos territórios governados pelos seus executores[439]. Esta atitude terá gerado um pleito diplomático, que, pouco tempo depois, se converteu numa guerra patrocinada pelos leoneses.

Na primeira fase desta guerra as forças de Afonso IX e do Infante Fernando Afonso, que incluíam já o Infante D. Pedro e Pedro Fernandes de Castro, capturaram rapidamente várias vilas na fronteira do Minho e de Trás-os-Montes[440]. Entretanto, os exércitos de D. Afonso II puseram cerco às principais praças das Infantas, que, lideradas por D. Teresa (ex-mulher de Afonso IX), se acantonaram em Montemor-o-Velho e Alenquer. Enfrentado com a derrota iminente dos contingentes «senhoriais», Gonçalo Mendes de Sousa II decidiu partir de Castrotoraf e juntar-se aos sitiados de Montemor. Do outro lado estava Martim Fernandes de Riba de Vizela, fidalgo muito próximo do mando régio que, devido à acção do Sousão, acabou por sofrer uma pesada derrota às mãos dos leoneses.

A partir daí, a rápida dispersão das forças leonesas resultou num ataque brutal a Coimbra e numa derrota bastante pesada na Portela de Valdevez. Durante este período, todas as províncias do centro e norte de Portugal foram saqueadas pelos exércitos leoneses. Só a pressão diplomática castelhana evi-

---

[438] *Idem*, *ibidem*.

[439] Importa referir também que D. Mafalda, precavendo a hostilidade de D. Afonso II, pusera várias das suas vilas sob a protecção dos hospitalários, que levaram a cabo protestos na cúria romana contra o rei, que os expulsara delas – *Idem*, *ibidem*, p. 114.

[440] Como Melgaço, Freixo, Urros, Mós, entre outras – *Idem*, *ibidem*, p. 118.

taria perdas irreversíveis, resultando num acordo de paz celebrado em Coimbra em Novembro de 1212.

Antes de partir para Marrocos, o Infante D. Pedro viu o seu esforço compensado, através da doação de um dos castelos que foram conquistados pelos leoneses.[441]

No campo diplomático, podemos verificar que as Infantas tomaram, desde cedo, a primazia sobre o seu irmão. Inocêncio III chegou a expedir sete bulas, urgindo o cumprimento do testamento de D. Sancho I, talvez em reacção à pressão do arcebispo bracarense D. Estêvão Soares da Silva, prelado que tinha origem numa das mais antigas e destacadas famílias aristocráticas da fronteira portuguesa e que se encontrava há muito desavindo com os projectos de centralização de poderes na autoridade régia. Do lado das Infantas estavam também os Infantes D. Pedro[442] e D. Fernando, os bastardos régios nascidos de Maria Pais da Ribeira e de Maria Aires de Fornelos e os Sousa, encabeçados por Gonçalo Mendes de Sousa II[443], fidalgo que, logo após a sua chegada a Leão (em 1211), se tornou tenente de Transerra e da Extremadura.[444]

Pouco tempo depois, os juízes pontifícios encarregados de fazer cumprir o testamento de D. Sancho I excomungaram D. Afonso II e lançaram interdito sobre o reino. Estes prelados foram Estêvão Soares da Silva e dois bispos leoneses. Contudo, o papado iria tomar uma postura mais contemporizadora em relação a este problema, procurando alcançar acordos entre as partes desde 1212, pelo que, em 1213, D. Afonso II viria a ser absolvido da sua pena de excomunhão. Nos anos seguintes, os inimigos do monarca não desarmaram, conseguindo a nomeação de um novo juiz apostólico, o bispo de Lugo, facto que causou novas queixas por parte do soberano português nos inícios de 1218.

A partir deste momento, a questão iria sofrer um exaustivo exame na cúria papal, onde os procuradores de ambas as partes dirimiram os seus argumentos até ao acordo final, celebrado entre as Infantas e o seu sobrinho, D. Sancho II, logo depois da morte de D. Afonso II.[445]

---

[441] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 23-24.

[442] Para mais dados sobre o exílio do Infante D. Pedro veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 23-28.

[443] Sobre os exílios de Gonçalo e Garcia Mendes de Sousa veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 28-32.

[444] MATTOSO, «1096-1325», p. 114. O ciclo de exílios despoletado por esta crise encontra-se ostensivamente analisado em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 23 e seguintes.

A resistência de Estêvão Soares da Silva, o único membro do «partido senhorial» que permanecera em Portugal, levaria a várias represálias do rei e dos seus oficiais contra os bens do arcebispo e da diocese. No Minho, homens do concelho de Guimarães exerceram exacções abusivas em diversos coutos bracarenses. Um dos alvos destas usurpações foi o couto galego de Ervededo, na terra de Límia, acontecimento que funcionou como pretexto para que o bastardo régio português Martim Sanches exercesse uma violenta retaliação contra o Alto Minho.[446]

Tendo escolhido o caminho do exílio, Martim Sanches usou todo o prestígio da sua ascendência materna e paterna para se afincar profundamente na fronteira galego-portuguesa. Este magnate de Afonso IX nascera da relação entre D. Sancho I e Maria Aires de Fornelos, senhora que pertenceria aos senhores da torre de Fornelos, em Crecente[447]. Apesar de ter tido como ama Maria Soares, uma vilã de Gémeos (Guimarães), Martim Sanches foi criado, em regime de amádigo, na paróquia de Cardielos, no julgado de Ponte de Lima, lugar onde terá tido oportunidade de consolidar os laços sociais e familiares que mantinha com as estirpes do Alto Minho e do sul da Galiza. Sabemos também que foi detentor de alguns casais em S. Romão de Aguiar e que, conjuntamente com a sua irmã Urraca Sanches, foi senhor da freguesia e igreja de Santa Maria de Vila Nova das Infantas e da paróquia de Golães, junto a Guimarães.

Tudo indica que Martim Sanches terá nascido por volta de 1198, pelo que teria cerca de vinte anos na altura em que chegou a Leão, em 1218. O clima político nascido da crise de 1211-12 e o seu casamento com Eulália Pires de Castro, filha de Pedro Fernandes de Castro, antigo companheiro de armas do Infante D. Pedro Sanches, terão levado a que optasse por uma vida de exílio.

Em Leão, foi alferes entre 1218 e 1227, tenente de Límia, da Nóvoa, do Bierzo, de Buyeza, de Sarria, de Toronho, de Montenegro, de Monterrosso, de Ledesma, de Cervantes, de S. Martinho, de Ribadavia, de Santa Cruz, de Baroncelle e de Valadares e terá sido também adiantado de Leão, tendo desaparecido da documentação leonesa pelo ano de 1228. Entre os seus vassalos encontravam-se Pedro Fernandes de Tiedra, Fernando Sanches e D. Morán, figuras que o substituíram em alguns dos seus cargos.

---

[445] Mattoso, «1096-1325», pp. 114-115.

[446] *Idem*, *ibidem*, p. 115.

[447] Na segunda parte deste nosso trabalho teremos oportunidade de esboçar, numa série de notas, a relação de Martim Sanches com os senhores de Fornelos e os principais traços da implantação destes na fronteira galego-portuguesa.

O controlo directo dos inúmeros castelos que organizavam os seus vastos domínios e a sua prolongada presença na alferesia deixam perceber uma certa especialização de Martim Sanches nas tarefas militares, sendo que a cúpula do corpo administrativo do reino estaria reservada ao seu meio-irmão, o Infante D. Pedro.

Tendo isto em conta, conseguimos perceber mais facilmente as causas da vitória de Martim Sanches na sua incursão contra terras portuguesas[448]. A julgar pela dimensão político-militar do seu governo, o bastardo régio terá recorrido aos homens de Toronho e Límia e das suas restantes tenências galegas, às forças que lhe foram confiadas na qualidade de alferes e adiantado, aos soldados que guarneciam cada uma das praças desta região e a algumas linhagens do norte de Portugal que se encontravam desavindas com a política centralista de D. Afonso II. Após ter entrado em Portugal, atravessou o Lima em Ponte de Lima, derrotando depois os partidários da causa régia perto do mosteiro da Várzea e nas imediações de Braga e Guimarães. Após ter devastado a região, Martim urgiu gentilmente o seu padrasto, Gil Vasques de Soverosa, a abandonar o combate, retirando-se depois para a Galiza com um grande butim.

Se, por um lado, esta narrativa tenta representar Martim Sanches como o único guerreiro capaz de defender a Galiza, por outro, deixa bem clara a superioridade moral do partido senhorial, que se plasmava na forma como se recusou a combater directamente D. Afonso II, um dos seus senhores naturais.[449]

Encorajado pelo auxílio externo que Martim Sanches lhe prestara, Estêvão Soares da Silva continuou as suas iniciativas, desaparecendo da lista de confirmantes régios durante um longo período, entre 1221 e 1222.[450] Iniciativas que dariam origem a um acordo entre as autoridades laicas e eclesiásticas, negociado entre o Verão de 1222 e a morte de D. Afonso II, em 1223.[451] A este acordo, altamente desvantajoso para a coroa, seguir-se-ia um outro, relativo aos direitos das tias de D. Sancho II, que viria a fragilizar ainda mais os primeiros anos de governo do jovem soberano português.

Apesar do custo humano e institucional dos conflitos luso-leoneses deste período ter sido imenso para a coroa portuguesa, as guerras entre Portugal e

[448] Descrita em LL25G3.

[449] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 32-35.

[450] Mattoso, «1096-1325», p. 115.

[451] *Idem*, *ibidem*, p. 116.

Castela-Leão tornaram-se praticamente inexistentes desde a morte de Afonso IX. A partir da unificação operada por Fernando III, os monarcas castelhanos orientaram a sua actividade militar para a expansão do seu território através de conquistas no espaço muçulmano, fenómeno que viria a mobilizar forças oriundas de todo o ocidente peninsular[452]. Só depois do fim deste ciclo de conquistas é que se reacenderia o antagonismo entre Portugal e o reino vizinho.[453]

No que concerne especificamente à fronteira galego-portuguesa, podemos constatar que, mesmo durante a pugna luso-castelanha pelo reino do Algarve ou durante as curtas guerras do período dionisino, a região manteve-se relativamente incólume. Não duvidamos que tenham tido influência no desenrolar da sua vida sócio-económica, afectando temporariamente as relações entre as gentes das duas margens do Minho, mas não lhes podemos atribuir os mesmos efeitos destrutivos daquelas que temos descrito até agora, principalmente devido a uma clara mudança de cenário. As principais vítimas dos antagonismos políticos eram agora as gentes das beiras e da raia alentejana, que sofriam com o vaivém dos exércitos régios.

Todavia, o mesmo não se verificou na guerra de 1336-1339, já que D. Afonso IV enfrentou as hostes castelhanas em três frentes distintas: no Algarve/Andaluzia, no Alentejo/Extremadura e no espaço galaico-minhoto[454].

Na verdade, estamos perante uma guerra de contornos claramente feudais, assente em laços de solidariedade transfronteiriços estabelecidos pela própria família real[455].

---

[452] Sobre a intervenção dos portugueses na reconquista castelhana veja-se Henrique David, «Os Portugueses nos Livros de Repartimiento da Andaluzia (Século XIII) », *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série - III (1986), pp. 51-75; Henrique David e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século xiii) », *Revista de História*, VII (1987), pp. 135-150; e Henrique David, «Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do Século xiii», in *Actas das Segundas Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. III, Porto, INIC, 1989, pp. 1029-1041.

[453] Mattoso, «1096-1325», p. 119.

[454] Sobre este assunto veja-se o mapa apresentado em A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos xiv e xv*, Volume IV de *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 499.

[455] Para um bom retrato desta intrincada rede de relações estabelecidas no tempo de D. Afonso IV com a casa de Afonso XI e do Infante D. João Manuel veja-se Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 231 e seguintes.

Com efeito, o casamento entre a Infanta D. Maria e Afonso XI pautou-se por um enorme distanciamento entre os cônjuges, causador de várias queixas por parte da Infanta a D. Afonso IV.[456] O favoritismo e protecção do monarca castelhano em relação a Leonor de Gusmão e aos seus filhos tornaram a situação verdadeiramente insustentável.

Despeitado pela humilhação da sua filha, o soberano português decidiu então aliar-se à facção de clérigos e nobres castelhanos que antagonizavam a autoridade de Afonso XI e que apoiavam as aspirações do Infante D. João Manuel. Este alinhamento de interesses seria consagrado através do casamento do Infante D. Pedro, futuro soberano de Portugal, com D. Constança Manuel. Curiosamente, esta última senhora tinha sido repudiada por Afonso XI, que a trocou justamente pela Infanta D. Maria, que agora carpia as suas mágoas de mal-amada nos escritos que enviava ao seu pai.[457]

Neste período, os conflitos pessoais e emocionais e as aspirações à dilatação do espaço nacional confundiam-se num único movimento, que seria catalisado pela oposição do monarca castelhano à vinda de D. Constança Manuel para Portugal.[458] A guerra estalou e, uma vez mais, Portugal caiu em três anos de profunda destruição. A Galiza, o Entre-Douro-e-Minho, o Alentejo, Badajoz e as terras de Huelva, o Algarve oriental e a costa andaluza, foram cenários de um sangrento vendaval que se estendeu aos mares, desde Gibraleón a Lisboa e do Porto a Vigo. No entanto, com a paz de Sevilha, de 1339, tudo ficou igual, mantendo-se as mesmas fronteiras e as mesmas alianças matrimoniais.[459]

Esta guerra terá começado justamente pela violação da fronteira galego-portuguesa pela hoste do conde D. Pedro de Barcelos, que cercou o castelo de Entienza, onde se acolhera o arcebispo de Santiago de Compostela. Depois de algumas semanas de saques e violências, os portugueses voltaram ao seu ponto de partida. Pouco tempo depois, seria a vez de D. Afonso IV atravessar a raia

---

[456] MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 498. Durante o período que antecedeu a guerra verificaram-se várias queixas e acusações mútuas, sendo que o monarca castelhano apontava a D. Afonso IV vários erros na sua conduta em relação ao projecto de casamento do Infante D. Pedro com Constança Manuel, enquanto o português exprimia o seu repúdio em relação à situação de D. Maria – SOUSA, *D. Afonso IV (1291-1357)*, pp. 240-243.

[457] Armindo de SOUSA, «1325-1480», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. II: *A Monarquia Feudal* (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 485.

[458] SOUSA, *D. Afonso IV (1291-1357)*, p. 243.

[459] SOUSA, «1325-1480», p. 486.

alentejana, pondo cerco a Badajoz e devastando os seus espaços limítrofes. Após um combate favorável aos castelhanos (em Villanueva del Fresno), D. Afonso IV regressaria a Portugal. Ainda em 1336, uma frota liderada por Gonçalo Camelo assolou a costa andaluza.[460]

Em 1337, Afonso XI devastaria Elvas, Arronches, Assumar, Veiros, Vila Viçosa e Olivença, retirando depois por questões de saúde. A norte, o exército de D. Fernando de Castro e de D. João de Castro correu toda a linha litoral até ao Porto. Estas hostes seriam travadas pela união de esforços do bispo do Porto, do arcebispo de Braga e do mestre da Ordem de Cristo, que forçaram a retirada dos galegos, depois de terem matado D. João numa refrega junto a Braga. Por volta desse ano, o almirante Manuel Pessanha rumou a norte, efectuando surtidas até à costa de Baiona, mas, durante o regresso, sofreria uma pesada derrota junto ao cabo de S. Vicente.

Em 1338, Afonso XI atravessou a fronteira do Guadiana e devastou o Algarve ocidental, enviando pela costa uma armada que chegou a Lisboa. Mais a norte, o próprio D. Afonso IV invadiu novamente a Galiza, onde atacou As Neves e Salvaterra do Minho. Nos finais desse ano, os beligerantes negociaram uma trégua, que, graças à intervenção de Bento XII, redundou no tratado de paz de Sevilha, de 1339, segundo o qual se mantiveram as fronteiras, se acertou a vinda da Infanta D. Constança para Portugal, o regresso de D. Branca a Castela e se manteve o matrimónio de D. Maria com Afonso XI.[461]

Devido à destruição causada pelas galés de Manuel Pessanha, os moradores dos reguengos de Toronho ficaram obrigados a contribuir com um canteiro por casa e com as suas rendas reais para a reconstrução da vila de Baiona.[462]

Durante as escaramuças de 1337, Tui foi defendida por Paio Sorredea de Soutomaior, que se tinha estabelecido no paço episcopal da Oliveira. Do outro lado do Minho estava o fronteiro de D. Afonso IV e seu meio-irmão, o conde D. Pedro de Barcelos, que, a partir de Ganfei, desferiu ataques contra o castelo de Entienza, em 1336, e As Neves e Salvaterra do Minho, em 1338.[463]

Com o tratado de 1339, a paz regressaria aos dois reinos e à fronteira, mas a ameaça de novos conflitos pairava no ar, o que exprimia perfeitamente a instabilidade do posicionamento político das elites desta região.

---

[460] Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 498.

[461] *Idem*, *ibidem*, pp. 498-500.

[462] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 68.

[463] *Idem*, *ibidem*, p. 69.

Entre a guerra civil castelhana e as guerras fernandinas: entre a convivência e a fractura

Com a ascensão de Pedro ao trono de Castela, em 1350, encetou-se um violento projecto de centralização de poderes em torno da autoridade régia, que acabou por diminuir as prerrogativas de algumas das principais casas aristocráticas do seu reino.

Estas elites desavindas com a conduta do novo soberano reuniram-se em torno do meio-irmão bastardo de Pedro, Henrique de Trastâmara (futuro Henrique II), que se havia exilado em França.

O assassinato da sua mãe, Leonor de Gusmão, seria um catalisador poderoso da inimizade pessoal que Henrique nutria quer pelo seu meio-irmão quer pela sua mãe, D. Maria, filha de D. Afonso IV.

Com a ajuda de um corpo expedicionário patrocinado pelo rei de França, Henrique levaria a cabo uma longa e dura guerra civil, que apenas terminaria em 1369 com o assassinato de Pedro em Montiel.

Na verdade, a guerra civil castelhana fez-se de vários avanços e recuos, sendo de assinalar o rápido avanço das forças de Henrique, que, em 1366, já tinham tomado quase todo o território castelhano-leonês, constituindo-se assim na Galiza uma verdadeira bolsa de resistência de incondicionais legitimistas. Mas este cenário reverter-se-ia em 1367, altura em que, devido ao auxílio prestado pelos ingleses a Pedro, os petristas conseguiram uma enorme vitória na batalha de Nájera. Mesmo mediante uma conjuntura favorável, a recusa de Pedro em cumprir algumas das premissas do seu acordo com o *Príncipe Negro* levou a uma retirada das hostes inglesas, facilitando assim o regresso vitorioso de Henrique e dos seus aliados franceses, liderados pelo famoso marechal francês Bertrand du Guesclin. Entre 1368 e 1369, os trastamaristas viriam a recuperar todas as suas posições, culminando na dramática derrota de Montiel e no assassinato do *Cruel*.[464]

Até então, os soberanos portugueses permaneceram relativamente neutros em relação a estes acontecimentos, mesmo quando a instabilidade criada pela turbulenta forma de governo de Pedro de Castela se verteu em alguns dos problemas internos do reino de Portugal – veja-se, por exemplo, o conflito criado entre D. Afonso IV e D. Pedro, devido ao assassinato de Inês de Castro.[465]

[464] *Idem*, *ibidem*, p. 75.

No entanto, a morte de Pedro obrigaria D. Fernando a intervir, por várias razões: o monarca deposto era um parente próximo seu, já que a rainha D. Maria, mãe do castelhano, era irmã do seu pai; por outro lado, o direito sucessório dava alguma legitimidade às reivindicações do português ao trono, visto que era bisneto de Sancho IV;[466] e o próprio acto de sucessão violenta, através de uma linha bastarda, deitava por terra algumas das bases do próprio sistema sucessório, levantando na monarquia portuguesa velhos fantasmas de lutas intestinas entre pais e filhos e entre filhos legítimos e ilegítimos.

O apoio declarado dos Teles de Meneses, Castro, Vilhena e de outros apaniguados de Pedro, deixava prenunciar uma conquista rápida em vastas zonas da Galiza, de Leão, de Zamora, de Salamanca, de Cáceres e da Andaluzia.[467]

No caso específico da Galiza, um bastião indefectível do movimento petrista, vários dos magnates chave da região aclamaram D. Fernando como rei de Castela, que, durante um curto período de tempo, fez um périplo pelos seus «novos domínios», chegando a cunhar moeda em alguns deles.[468]

Entre os diversos petristas galegos que apoiavam esta solução sucessória estava o poderoso D. Fernando Ruiz de Castro, figura que, na prática, liderava os destinos da Galiza por estes anos e que, por isso, fora capaz de criar uma onda de antagonismo generalizado contra a nova dinastia.

No sul da Galiza sobressaíam claramente vários petristas, que se juntaram ao partido português. Entre estes contavam-se Afonso Gomes Churruchao e o seu irmão Fernão Peres, figura que, por ordem do monarca deposto, colaborou com Fernando Ruiz de Castro no assassinato do arcebispo compostelano D. Soeiro Gomes de Toledo. Quanto a Afonso Gomes, sabemos que foi um dos nobres que, logo em 1369, aclamou D. Fernando, tendo depois passado ao reino de Portugal. Todavia, seria incluído com o seu irmão na lista de fidalgos a expulsar do reino (de 1373), sendo que este último voltaria a ser beneficiado em 1379 por D. Fernando. Fernão Peres terá voltado a sair do reino pouco tempo depois, seguindo João Fernandes Andeiro no seu exílio na corte de Cambridge. Nos finais de 1379, terá regressado com Andeiro a Portugal. Em 1382 foi beneficiado com algumas rendas do cabido de Tui em Portugal, perdendo o senhorio do castelo de Melgaço, que passou a Vasco Gomes de

[465] Sousa, «1325-1480», p. 491.

[466] *Idem*, *ibidem*.

[467] *Idem*, *ibidem*.

[468] Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 511.

Abreu. Com a morte de D. Fernando e de Andeiro, Fernão Peres alinhou-se com o partido castelhano, o que lhe custaria o confisco dos seus bens em 1385, por ordem do Mestre de Avis. Tudo indica que Fernão Peres teve um filho: Álvaro Fernandes, cavaleiro de Santiago e Comendador de Montemor-o-Novo, personagem que, na qualidade de criado de D. João I, foi investido nos bens do seu pai, nos inícios de 1385.[469]

Outro dos exilados oriundos do sul da Galiza seria Fernão Caminha, fidalgo que, com os seus filhos, deu voz por D. Fernando e que se encontra ausente da lista de 1373. Nesse ano foi beneficiado com os bens de um traidor de Leiria, que terá apoiado a penetração dos castelhanos em Portugal durante a segunda guerra fernandina. Em 1383 foi reinvestido num préstamo na cidade do Porto e permutou os seus bens nas terras da Maia e Gouveia pela posse do castelo de Valença, com o propósito de formar a «contia» do conde Gonçalo Teles. Existem indícios de que terá passado para o lado dos castelhanos em 1384, visto que lhe foram confiscados bens na terra de Lima. Esta acção voltar-se-ia a repetir aquando da captura de Ponte de Lima, em 1385. Fernão Caminha terá sido vassalo de Lopo Gomes de Lira, já que o confisco dos seus bens ocorreu justamente quando este tomou a dita vila, em nome dos castelhanos.[470]

Entre os cavaleiros do sul da Galiza mais estreitamente vinculados aos Castro estaria Gonçalo Fernandes de Valadares, cavaleiro de acostamento desta casa que deu voz por D. Fernando depois de 1369, sem que por isso tenha sido incluído na lista de 1373.[471]

Por sua vez, João Pires da Nóvoa também deu voz por D. Fernando (após 1369), participando, ao lado de D. Fernando Ruiz de Castro, no cerco a Monterrei. Até ao tratado de Alcoutim de 1371, altura em que é entregue como parte do dote cedido pela Infanta castelhana a D. Fernando, Monterrei ficou na posse de Álvaro Pires de Castro. Apesar de sabermos que as tropas envolvidas no cerco a Monterrei voltaram a Portugal, João Pires da Nóvoa não se encontra entre os condenados a ordem de expulsão do reino no tratado de Santarém de 1373. A sua ausência de qualquer documento português deste período deixa perceber que João Pires terá morrido ainda antes de 1373 ou permanecido na Galiza ou em Castela.[472]

---

[469] Fátima Regina Fernandes, *O Reinado de D. Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1996, pp. 330-332.

[470] *Idem*, *ibidem*, pp. 348-349.

[471] *Idem*, *ibidem*, p. 351.

Curiosamente, Fernando Ruiz de Castro e D. Fernando iriam encontrar alguns dos seus principais apoiantes justamente na cidade de Tui, onde contavam com o apoio dos Lira. Afonso Gomes de Lira, alcaide desta urbe, e seu filho Lopo Gomes de Lira chegaram a receber D. Fernando na cidade, pouco tempo depois do assassinato de Montiel. Por essa altura, Lopo Gomes seria enviado à zona da Corunha, com o propósito de angariar apoios para a causa dos portugueses. Ali, contou com a recepção amistosa de João Fernandes Andeiro. No Verão de 1369, imediatamente após o regresso de D. Fernando a Portugal, Afonso Gomes dedicou-se à defesa da fronteira, na qualidade de fronteiro do rei português em Tui. Entretanto, Lopo Gomes acompanhou o monarca na sua viagem de regresso, tendo-lhe prestado auxílio na defesa de Braga contra um forte ataque castelhano e servido de seu emissário na busca de reforços em Coimbra. Com a queda da praça, D. Fernando decidiu acusar vários dos seus cidadãos de traição, transferindo os seus bens para Lopo Gomes de Lira. Em 1371, seria a vez do seu pai ser favorecido pelos seus serviços. Em 1372, Lopo Gomes recebeu a terra de Froião (tal como acontecera com seu pai no ano anterior), sendo que, por isso, podemos presumir então que Afonso Gomes terá falecido por volta desta data. Apesar de ter participado na segunda guerra fernandina, Lopo não foi incluído na ordem de expulsão de 1373. Entre 1374 e 1383 exerceu as funções de meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho, tendo recebido algumas casas em Ponte de Lima e os bens de um morador do Porto. Em 1382, conseguiu que D. Fernando lhe alargasse a jurisdição do seu julgado de Valdevez. Na qualidade de meirinho-mor deu sentença num pleito entre o arcebispo de Braga e o bispo de Silves, obrigando o primeiro a seguir o caminho do degredo por vinte dias e executando o confisco dos seus bens, em 1383. Esta mão pesada sobre Braga prende-se principalmente com as simpatias de Lopo Gomes pelo posicionamento de Santiago em relação à questão do Cisma, que, no fundo, se plasmou numa penalização daqueles que seguiam Roma e num favorecimento daqueles que mantiveram a sua fidelidade a Avinhão. Com a morte de D. Fernando, esta atitude de defesa dos interesses de Santiago e do partido castelhano viria a acentuar-se, chegando a ver a sua autoridade reconhecida por João I de Castela. Nessa nova condição, obrigou o cabido bracarense a submeter-se à autoridade de Compostela e os moradores de Braga a jurarem fidelidade ao monarca Trastâmara, abrindo as portas da vila ao próprio arcebispo e a forças galegas, justamente, no mes-

[472] *Idem*, *ibidem*, pp. 361-362.

mo território que ajudara a defender em 1369 da ocupação castelhana. Durante 1384, acompanharia estas mesmas forças nas suas correrias por toda a comarca de Entre-Douro-e-Minho. A sua mudança política terá sido tão profunda que, por essa altura, chegou a aconselhar o arcebispo compostelano a colocar cerco à cidade do Porto. Após o fim do cerco de Lisboa, João I de Castela deixaria Lopo Gomes como seu alcaide em Ponte de Lima e um genro seu como alcaide de Neiva, fidalgo que acabaria por morrer às mãos do Condestável durante a recuperação da cidade. Já Vasco Lourenço de Lira, seu irmão e alcaide de Viana em nome dos castelhanos, cederia o seu castelo a D. Nuno Álvares Pereira, a troco da sua vida. Com a reorientação das forças de D. João I para norte, Lopo Gomes viu-se cercado pelo próprio monarca na sua vila de Ponte de Lima, em 1385. Após a conquista da vila, Lopo e sua esposa foram enviados para o Porto e Coimbra, onde se mantiveram aprisionados. Entre 1385-1386, viu os seus bens serem-lhe confiscados e transferidos para terceiros. Também seu filho, Afonso Gomes de Lira II, sofrerá o confisco de bens, em 1386, e, em 1389, encontrava-se já em Castela.[473]

Por fim, resta referir que um dos petristas mais destacados da região foi Soeiro Anes de Parada, fidalgo que, como veremos na segunda parte da nossa tese, foi completamente despojado dos seus bens, que reverteram directamente para o bispo de Tui, aludindo-se claramente à sua participação nas campanhas portuguesas contra as forças trastamaristas.

Sabemos que terá pertencido ao círculo íntimo dos Castro e que, à morte de Pedro de Castela, era já adiantado da Galiza. Em finais de 1369, deu voz por D. Fernando e acompanhou Fernando Ruiz de Castro no seu exílio português. Durante este seu exílio transformou-se numa figura bastante próxima de D. Fernando, recebendo deste várias doações. Atendendo a este contexto, podemos presumir que terá participado intensivamente nas guerras fernandinas. Apesar de ter sido um dos nobres contemplados na lista de fidalgos a expulsar de Portugal, em 1373, Soeiro Anes acabou por permanecer no reino com a autorização do próprio monarca castelhano. Em 1371 recebeu a vila de Cerveira, em 1372 tornou-se senhor de Vagos, em 1373 foi beneficiado com os bens de um morador de Tomar, em 1376 recebeu S. Martinho de Pontel, no almoxarifado de Ponte de Lima, as terras de Entre-Ave-e-Selho e Figueiredo, no almoxarifado de Guimarães, ainda em 1376 recebeu os bens de Lourenço Gomes de Vagos, em 1382 foram-lhe desembargados alguns bens no Porto e

[473] *Idem*, *ibidem*, pp. 363-369.

em Guimarães e recebeu do rei as terras de Labruja e Santo Estêvão de Geraz do Lima. A partir de 1382, Soeiro Anes eclipsa-se da corte, sem que exista alguma referência a qualquer oposição ao rei ou de transmissão dos seus bens a terceiros.[474]

Apesar das mudanças de fidelidade política de algumas destas figuras, podemos presumir que o movimento petrista terá tido alguma força na zona da fronteira, sendo que esta adesão à proposta política portuguesa causou uma clara interpenetração entre os intervenientes nas guerras fernandinas e nos conflitos emanados da crise sucessória portuguesa.

Por isso, não será de estranhar que, em 1369-1370, ainda se encontrem referências a acções navais de petristas no sul da Galiza, referindo-se às mesmas galeras de Pedro que, partindo da Corunha, capturaram uma embarcação genovesa, em 1369. Aparentemente, esta surtida terá constituído uma resposta à adesão de João Fernandes de Soutomaior, bispo de Tui, ao partido trastamarista.[475]

Por essa altura, D. Fernando investiu massivamente contra as terras galegas, conquistando Tui, Salvaterra do Minho, Baiona, Ourense, Milmanda, Allariz, Araújo, Ribadavia, Lugo e Rocha, Santiago, A Corunha e Padrón. Na sua entrada triunfal na Galiza, o soberano português terá sido acompanhado de perto por Fernando Ruiz de Castro e Álvaro Peres de Castro e por João Fernandes Andeiro. Na sua marcha em direcção à Corunha, deixara na retaguarda um enorme cerco a Monterrei, que, devido à liderança dos Castro, viria a ser bem-sucedido.[476]

A confiança de D. Fernando no sucesso da ocupação seria de tal ordem que colocou em Tui oficiais e moedeiros seus, com o propósito de integrar rapidamente toda a Galiza no sistema monetário português. Entretanto, foi distribuindo privilégios pelos diversos corpos concelhios das cidades ocupadas, dando ouvidos a vários pedidos de confisco de bens aos partidários de Henrique de Trastâmara.

Na terra de Toronho, que por esta altura seria composta maioritariamente por património régio, foi colocado Rui de Meira, freire da Ordem de S. João e figura de confiança do monarca português.

---

[474] *Idem*, *ibidem*, pp. 376-377. O percurso dos principais exilados estabelecidos em Portugal também se encontra analisado em Fátima Regina Fernandes, «Os Exilados Castelhanos no Reinado de Fernando I de Portugal», *En la España Medieval*, 23 (2000), pp. 101-115.

[475] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, pp. 76-77.

[476] Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 511.

De forma a reforçar a legitimidade da ocupação, Fernão Lopes evidencia a ideia de que a expedição tivera início no momento em que, como reacção à morte de D. Pedro, as oligarquias de várias terras da Galiza juraram fidelidade ao monarca português, secundarizando assim todos os argumentos em torno da sua origem num exercício retaliatório ou numa aspiração sucessória legítima, oriunda da sua ascendência em Sancho IV.

Atendendo às informações deste mesmo cronista, o percurso de D. Fernando foi feito por terra e acompanhado no mar por uma armada de oito galeras, liderada por Nuno Martins de Góis.

Na sua passagem por Tui foi aclamado pelo já referido Afonso Gomes de Lira, que enviou Lopo Gomes de Lira, seu filho, ao norte da Galiza, de forma a averiguar a adesão dos magnates corunheses ao movimento português.[477]

Confrontado com os problemas de abastecimento criados pelo estado de guerra prolongada em que vivia a Galiza, D. Fernando decidiu enviar uma nau cheia de mantimentos, que, ao chegar à Corunha, foi queimada por galeras trastamaristas. Enfrentado com esta situação, o monarca português decidiu dedicar alguns barcos da sua armada ao corso, tendo apresado alguns navios na costa galega e um barco de maior calado em Pontevedra. Prenunciando uma reacção violenta de Henrique II, D. Fernando deu instruções para que se melhorassem os muros de Tui e de Baiona.[478]

Depois de ter colocado cerco a Zamora, Henrique II atacou a Galiza, entrando em Portugal por um percurso a oriente de Valença, sendo secundado pelo contingente francês de Du Guesclin. Devido a uma clara desvantagem numérica, D. Fernando optou por embarcar na Corunha rumo ao Porto, seguindo depois para sul, onde reuniria um exército de maior monta.

Entretanto, Henrique II cercou e tomou Braga e, depois, sitiou Guimarães. A partir do Porto, o conde de Barcelos iria tentar dar início a negociações de paz, que falharam redondamente. A resistência aguerrida de Guimarães e o avanço das forças de D. Fernando na Andaluzia obrigariam o monarca castelhano a regressar ao seu reino, tendo atacado pelo caminho Vinhais, Bragança, Outeiro de Miranda e Cedovim.

Este clima bélico prolongar-se-ia até Janeiro de 1371, sem que Henrique II fosse capaz de submeter a maioria das províncias revoltosas, especialmente na Galiza. Depois de ter sido instado pelos seus conselheiros mais idosos a

[477] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, p. 77.

[478] *Idem*, *ibidem*, p. 78.

não continuar a guerra, D. Fernando decidiu renunciar ao seu pacto com os navarros e aragoneses e iniciar negociações de paz com os castelhanos, que, devido à hábil mediação do papado e da coroa francesa, dariam origem ao tratado de Alcoutim de 1371. Em troca do reconhecimento da autoridade de Henrique II e do abandono dos seus projectos de assimilação da coroa castelhana, o monarca recebeu a mão da Infanta D. Leonor e um rico dote, onde se incluíam as praças de Cidade Rodrigo, Valência de Alcântara, Monterrei e Allariz.

Durante a sua estadia no Entre-Douro-e-Minho, Henrique II levara a cabo um saque constante da região, sendo que, depois da sua retirada, deixara Tui cercada pelo seu valido Pero Rodrigues Sarmento. A devastação causada pelo senhor de Ribadavia foi ampla, deixando a cidade completamente destruída até aos inícios de 1370. Através destes dados podemos constatar a fraca eficiência dos fronteiros colocados por D. Fernando na região, Afonso Gomes de Lira e Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo. Apesar da derrota, o monarca português optaria por manter Afonso Gomes na sua posição, encetando um esforço de reconstrução da rede de vilas e lugares que lhe juraram obediência. Outra das grandes figuras do braço tudense das guerras fernandinas terá sido Soeiro Anes de Parada, meirinho-mor da Galiza.[479]

Segundo o que se pode apurar, a adesão de muitas das cidades galegas à causa de D. Fernando terá sido realmente verdadeira. No caso de Tui, esta pode ser reconhecida na forma como os notários da cidade invocam explicitamente a autoridade de Afonso Gomes e de D. Fernando. Apesar dos esforços de Pero Manrique, adiantado-mor de Castela, e de Pero Rodrigues Sarmento, adiantado-mor da Galiza, Tui não se renderia ao movimento trastamarista, permanecendo bolsas petristas em toda a região até 1371. Nesse mesmo ano, e já depois da assinatura do tratado de Alcoutim, Henrique II premiaria a fidelidade do bispo de Tui, através da doação dos bens que foram confiscados a Soeiro Anes de Parada.[480]

Após a assinatura do tratado de Alcoutim (1371), viria o tratado de Tui, de 1372, onde se devolveram mutuamente as terras, vilas e castelos, que ainda se encontravam senhoreados na sequência da primeira guerra fernandina, e se anularam os esponsais de D. Fernando com a Infanta D. Leonor, de forma a que se pudesse casar com Leonor Teles. No entanto, o soberano português ne-

[479] *Idem*, *ibidem*, pp. 78-79.

[480] *Idem*, *ibidem*, pp. 80-81.

gociava na sombra com os ingleses, assinando o tratado de Tagilde de 1372. Depois de algumas atitudes conciliatórias, Henrique II viu-se obrigado a atacar Portugal.[481]

Entretanto, vários grupos petristas já tinham tomado a dianteira na Galiza. Em Tui, Afonso Gomes de Lira, Pero Dias Palomeque, Comendador de Santiago, e Mem Rodrigues de Seabra atacaram a cidade em 1372. Nessa altura, Henrique II deslocara-se pessoalmente de Burgos a Tui, com o propósito de devolver a ordem pública à cidade, tendo sido celebrado, pouco tempo depois, o já referido tratado de Tui.[482]

Estamos certos de que estes acontecimentos e a má-fé dos portugueses terão acicatado a sanha de Henrique II, que se viu obrigado a atacar novamente Portugal.

Por outro lado, a guerra fernandina começou com um acto verdadeiramente provocatório por parte dos portugueses, que aprisionaram uma série de navios mercantes em Lisboa e no Porto. Logo depois, Viana (Lugo) e Oimbra (Ourense) foram tomadas pelos exilados galegos.

Em Dezembro de 1372, Henrique II atravessou a fronteira zamorana, conquistando Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico da Beira e Viseu. No mês seguinte, os castelhanos fustigaram os arredores de Coimbra, seguindo depois para Torres Novas e Santarém. Em Fevereiro de 1373 chegou a Lisboa, cercando a urbe e devastando o perímetro exterior aos muros da cidade. O enfraquecimento da cidade e as copiosas derrotas das forças portuguesas obrigaram D. Fernando a assinar o tratado de Santarém, em 24 de Março de 1373. Neste tratado estabeleceu-se uma lista de exilados a expulsar do reino, responsabilizando-os assim pelas duas guerras vividas até então; reverteu-se o sistema português de alianças, que passava a estar alinhado com os interesses de Castela e França; e acertou-se o casamento do Infante D. Sancho com a Infanta D. Beatriz. No Minho, os castelhanos tinham violado a fronteira em Valença e cercado o castelo de Faria, causando a morte do seu alcaide.[483]

Até 1379-1380, D. Fernando terá encetado um esforço de recomposição da vida social e económica do reino, corrigindo muitos dos excessos sociais e económicos cometidos durante as duas primeiras guerras luso-castelhanas. Porém, a ausência de um herdeiro varão deixava a monarquia portuguesa nu-

[481] MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, pp. 514-515.

[482] VILA, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, pp. 82-83.

[483] MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, pp. 515-516.

ma situação profundamente delicada, que só se viria a agravar com a última campanha hegemónica de D. Fernando.

Em 1380, o soberano português encetou novas negociações com os ingleses, através de João Fernandes Andeiro, que se encontrava em Inglaterra desde 1373. O acordo foi firmado em Estremoz, em Julho desse ano. Através deste tratado, Portugal comprometia-se a fazer guerra a Castela, mal desembarcasse na Península um contingente de dois mil homens, liderados pelo duque de Lencaster, marido da Infanta D. Constança, filha de Pedro de Castela. Reafirmariam também as premissas do tratado de Tagilde, definindo-se que todos os territórios conquistados seriam integrados em Portugal. No fim da guerra, D. Beatriz casaria com o filho do conde de Cambridge, sobrinho do duque de Lencaster.

Em Maio de 1381, os castelhanos atravessaram a raia alentejana e, em Julho-Agosto, apoderaram-se de Miranda do Douro, Mogadouro, Almeida e cercaram Elvas. Em Setembro, acabaram por retirar de todas as frentes. Em Junho, na desembocadura do Guadiana, deu-se a batalha de Saltes, que se saldou na destruição ou aprisionamento da maioria da frota portuguesa. Em Julho de 1381, chegou a Lisboa o corpo inglês, que, após alguns meses de inactividade, rumou ao Alentejo. Na Primavera e Verão de 1382, aconteceram algumas escaramuças em território castelhano e uma grande incursão marítima castelhana na foz do Tejo. Depois de se terem mostrado completamente inoperantes e de temperamento desordeiro, os ingleses partiram de Lisboa em Setembro de 1382, em navios castelhanos, tal como ficara acordado no tratado de paz de Elvas, do mês anterior. Através deste acordo, renovaram-se os termos da aliança de 1373, sendo que a mão de D. Beatriz seria confiada ao Infante D. Fernando de Castela. Mas a morte da rainha de Castela, no Verão de 1382, viria a alterar estes planos, sendo que o seu enlace com João I de Castela veio a ser acordado no tratado de Salvaterra de Magos, de 1383. Enfraquecido fisica e emocionalmente, D. Fernando faleceu em Lisboa, em 22 de Outubro de 1383.[484]

Os reflexos desta terceira guerra fernandina no espaço fronteiriço galego-português limitaram-se apenas ao movimento de cisão dentro da diocese de Tui, operado em 1381. Os antagonismos criados durante as guerras fernandinas e o fracasso das tentativas de assimilação do espaço galego pela coroa portuguesa e pelos exilados petristas saldaram-se numa crescente aspiração à

[484] *Idem*, *ibidem*, pp. 520-523.

«nacionalização» do mapa eclesiástico estabelecido em Portugal, que teria de passar necessariamente pelo desmembramento das dioceses de Tui e de Badajoz. No caso específico de Tui, a adesão do bispo ao partido trastamarista poderia propiciar uma inclusão do Entre-Minho-e-Lima na esfera de influência castelhana ou, pelo menos, facilitar o acesso das tropas régias ao território português.

Com o Grande Cisma do Ocidente, o clero castelhano decidiu seguir Avinhão, enquanto o português jurou obediência a Roma. Na sequência desta cisão, operou-se uma divisão interna no cabido tudense. Em 1381, ou seja, nos inícios da terceira guerra fernandina, os cónegos portugueses de Tui decidiram seguir a obediência do restante clero português, formando uma colegiada em Valença do Minho, liderada por Frei Toribio, que passaria a intitular-se administrador do bispado de Tui no Entre-Minho-e-Lima e a governar as 230 paróquias e cenóbios da região.[485]

Em retrospectiva, podemos verificar que este cenário correspondia a uma visão completamente antagónica do papel político atribuído à diocese de Tui durante a sua restauração definitiva, ou seja, a natureza transfronteiriça da igreja tudense tornara-se um risco para a harmonia interna do reino português e não um elemento justificador da expansão da sua influência ao espaço galego. Os constantes embates bélicos durante o reinado de D. Fernando e o rigor na punição daqueles que se desnaturalizavam ou atraiçoavam o seu rei ajudaram a criar uma fronteira mental, moldada pelo carácter retaliatório da dinastia Trastâmara contra os últimos representantes do legitimismo petrista. Mais do que rivais, os portugueses e os seus aliados galegos converteram-se em inimigos da coroa castelhana e em agentes instigadores de insegurança e destruição na Galiza. Uma mácula que se estenderia facilmente a todo o reino a sul do Minho.

***

Como podemos constatar, a aproximação da região de Tui ao espaço portucalense operou-se logo no período de Hermenegildo Gonçalves, neto de Afonso Betotes, que, ao assumir a liderança do condado portucalense, ajudou a fundir as jurisdições políticas dos descendentes dos presores de Portucale e do Baixo Minho, criando assim um movimento de osmose entre os dois espa-

[485] Vila, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, pp. 82-83.

ços, que viria a ser interrompido pelas invasões normandas e reatado através da restauração da diocese.

Com efeito, a restauração de Tui fez parte de um projecto político maior, congeminado por Fernando Magno e legado a Garcia II, que assentava em quatro aspectos fundamentais: na domesticação da velha aristocracia condal, tradicionalmente hostil à autoridade régia (desde os inícios do século XI); na criação de sinergias com poderes nobiliárquicos emergentes, de carácter territorial, como os infanções; na construção de uma nova rede diocesana, assente na velha autoridade provincial de Braga, que garantiria uma elevada coesão interna a um reino galego soberano; e numa mudança de eixo político para o território portucalense, salvaguardando o seu espaço de expansão natural.

Nesta conjuntura, a diocese de Tui funcionaria como um eixo articulador entre as duas metades da Galiza, função que decorria da natureza transfronteiriça do seu território e do legado histórico que a ligava à metrópole e convento bracarense.

Tal como pudemos verificar, os vectores fundamentais deste programa político foram adoptados por D. Henrique e D. Afonso Henriques, talvez por influência dos Ribadouro, família de confiança de Garcia II.

Na verdade, a raiz da oposição entre D. Teresa e D. Afonso Henriques advinha de uma mudança drástica, e desestabilizadora, nos intérpretes deste processo. Ou seja, à proposta de primazia do espaço portucalense no processo soberanista galego, assente na promoção do papel central de Braga e na dinâmica de apropriação territorial da nobreza galego-portuguesa de D. Afonso Henriques, opunha-se a centralidade de Santiago e autoridade dos Trava, que, no período de D. Teresa, se alargou ao território portucalense.

Após a vitória de S. Mamede, o jovem monarca recorreu à colaboração de alguns dos seus partidários galegos, Gomes Nunes de Pombeiro e Rodrigo Peres Veloso, para expandir a sua influência em Toronho e Límia, zona que correspondia, grosso modo, à diocese de Tui e às terras adjacentes na vertente ocidental da diocese de Ourense, espaço que, segundo o pacto sucessório e o tratado estabelecido entre D. Teresa e D. Urraca, faria parte dos domínios senhoriais da família condal portucalense.

Até 1169, esta ocupação sedimentou-se, criando laços cada vez mais estreitos entre a aristocracia das duas margens do Minho. Porém, a derrota de Badajoz acabaria por ditar o fim deste processo.

A partir daí, os conflitos fronteiriços perderam todo o seu carácter soberanista, sendo que nunca mais se voltariam a inscrever num processo estrutural de apropriação do reino da Galiza pelos monarcas portugueses. No fundo,

espelharam apenas antagonismos políticos e sociais existentes entre as duas monarquias ou entre as estirpes aristocráticas dos dois reinos.

Assim, a cisão da diocese tudense operar-se-ia justamente depois da última grande iniciativa portuguesa de apropriação da soberania galega, que, no essencial, resultava de uma oposição conjuntural dos principais magnates galegos à afirmação da dinastia Trastâmara, uma das dinastias mais centralistas da história de Castela.

1.4. A CONVIVÊNCIA SOCIAL ENTRE AS DUAS MARGENS DO MINHO

NESTA secção tentaremos estabelecer, em primeiro lugar, o quadro de relações sociais existente entre os poderes laicos e eclesiásticos das duas margens do Minho. Depois, analisaremos as migrações ocorridas na região, enaltecendo as suas causas, condicionantes e enquadramento em grandes ciclos migratórios. Por fim, analisaremos o percurso das figuras que levaram a cabo estas movimentações transfronteiriças.

A CONVIVÊNCIA ENTRE INSTITUIÇÕES LAICAS E ECLESIÁSTICAS

APESAR de ser o coração de uma fronteira política, Tui e a sua igreja possuíam a singularidade de constituírem um espaço aberto, instigador de contactos entre as duas margens do Minho. Este cenário de convergência colidia muitas vezes com períodos de crispação política e bélica entre os dois reinos.

A fronteira política galego-portuguesa, que se foi fixando entre o tratado de Tui de 1137 e o tratado de Chaves de 1252, acabou por não afectar os limites diocesanos e criou uma fronteira comercial, jurídica e social, verdadeiramente singular.[486]

A nível comercial, Tui esforçou-se por manter o monopólio do comércio do vinho produzido na fronteira, através de um controlo apertado sobre todo o trânsito fluvial e de um fomento da actividade do seu porto, que, durante os

[486] ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 248.

séculos XIV e XV, se transformou num ponto de ligação importante entre Portugal e a Galiza.[487]

A pedido dos concelhos locais, os monarcas portugueses e castelhano-leoneses atribuíram vários privilégios que estimulavam as relações comerciais das comunidades das duas margens do Minho, sendo que os vizinhos de Tui visitavam regularmente as feiras de Valença e de Caminha, onde formavam com os portugueses um único bloco de carácter mercantil.[488]

Em grande medida, estas circunstâncias *sui generis* advinham das próprias premissas dos diversos privilégios outorgados pelos monarcas portugueses à sé tudense. Tal como já referimos, D. Teresa outorgou à igreja de Tui duas grandes doações, datadas de 1125, onde lhe oferece o mosteiro de S. Cosme e S. Damião de Ázere (Arcos de Valdevez), com cinco casais em Trute (Monção), e inúmeras igrejas situadas a sul do Minho (Arcozelo, Labruja, Vilar de Âncora, Vilar de Mouros, Colina, em Coura, Gandra, Paderne, Torre, etc)[489]. Em 1128, doou também a esta mesma igreja metade da terra de Fonte Arcada, em Arcos de Valdevez.[490]

Por sua vez, D. Afonso Henriques seguiria a mesma conduta de aproximação a Tui, outorgando-lhe a terra da Vinha em 1137, como uma espécie de indemnização pelos desmandos cometidos contra os bens da igreja, ocorridos durante a fase de ocupação de Toronho e Límia, anterior ao tratado de Tui desse mesmo ano. Em 1169, durante o pico de um novo ciclo de ocupação deste espaço galego, D. Afonso Henriques voltou a privilegiar Tui com uma nova doação, que incluía o reguengo de Bembibre, com os seus dezassete casais, a igreja local e cinco barcos, que tinha em Santa Maria de Vigo.[491]

Anos mais tarde, em 1183, o monarca português iria ceder aos interesses transfronteiriços das comunidades locais, atribuindo a Melgaço um ordenamento foralengo similar ao do burgo de Ribadavia. Esta opção terá surgido da livre convivência existente entre os munícipes das duas vilas, que, apesar da fronteira política, faziam parte da mesma comunidade sócio-religiosa, a diocese de Tui.[492]

---

[487] *Idem*, *ibidem*.

[488] *Idem*, *ibidem*, p. 249.

[489] Para mais detalhes sobre estas doações veja-se MARQUES, «A Fronteira do Minho…», pp. 701-702, e ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 249.

[490] ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 249.

[491] *Idem*, *ibidem*; MARQUES, «A Fronteira do Minho…», pp. 702-703.

[492] MARQUES, «A Fronteira do Minho…», p. 703.

Por esta altura, surgem também indícios de relações sócio-económicas estabelecidas directamente entre a igreja e gentes da margem esquerda do Minho. Veja-se, por exemplo, a venda de um casal e de 1/14 da igreja da Lage, junto ao rio Âncora, na terra da Vinha, efectuada por Maria Nunes ao cabido de Tui, em 1184.[493]

Em 1186, D. Sancho I procurou reforçar estas relações privilegiadas, confirmando a doação das igrejas de Macedo, de S. Pedro da Gândara e de S. Nicolau de Cortes.[494]

Devido ao ciclo de guerras intermitentes entre Portugal e Leão, que se estendeu até 1211-1212, os contactos institucionais e sócio-económicos com a igreja tudense sofreram um abrandamento considerável. Em 1241, D. Lucas de Tui emprazou um casal em Alcouço, perto da igreja de Vilar de Mouros, em Caminha. Por sua vez, o cabido de Tui emprazou a quarta parte do casal de Vilar de Coytios, com a obrigação de aí plantarem vinha.[495]

Durante os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis voltariam a acentuar-se as permutas entre a monarquia portuguesa e o clero tudense, seguindo uma política de concentração do padroado das igrejas portuguesas da diocese na esfera do poder régio. Assim, em 1262, D. Afonso III propôs ao bispo D. Gil Pires de Cerveira e ao seu cabido a permuta do padroado da terra da Vinha por um conjunto de bens e direitos, que incluía metade do padroado das igrejas de Afife e Sá, herdades em Afife e Vila Meã, um casal em Moledo e dois em Santa Maria de Caminha, declarando ainda que lhe coutava todo este património.[496] Em 1284, D. Dinis levaria a cabo várias permutas com o propósito de criar a póvoa de Caminha, entre os vários titulares do património cedido ao soberano português encontrava-se também a sé de Tui.[497] Já em 1308, D. Dinis permutou com Tui o padroado das igrejas de Santa Maria de Monção, em Riba Minho, e de Santa Maria de Castro Laboreiro pelo de S. Salvador de Viana e metade da igreja de S. Cristina de Meadelo, entre outras.[498]

Devido ao avultado património que foi reunindo em Portugal, a sé tudense via-se obrigada a pagar impostos aos monarcas portugueses, que também re-

[493] *Idem*, *ibidem*.

[494] ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 249.

[495] MARQUES, «A Fronteira do Minho…», p. 703.

[496] *Idem*, *ibidem*; e ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 249.

[497] Para mais detalhes sobre a constituição da póvoa de Caminha veja-se MARQUES, «A Póvoa Dionisina de Caminha…», pp. 13-47.

[498] ROMERO PORTILLA, «Un Observatorio Privilegiado…», pp. 249-250.

servavam para si o direito de dirimir os pleitos jurisdicionais que envolviam as igrejas e mosteiros na dependência da diocese. Um dos múltiplos exemplos deste fenómeno data de 1335, altura em que D. Afonso IV deu sentença num processo relativo ao mosteiro de Santa Maria de Miranda, que pertencia a esta sé.[499]

O carácter fiscal e judicial desta relação de poder entre a coroa e a igreja tudense ficara bem estabelecido nos primórdios do processo centralista português, já que D. Afonso III e D. Dinis não hesitaram em exigir o pagamento de um terço dos seus rendimentos eclesiásticos, produzindo-se um rol de igrejas taxadas em 1320.[500]

Impulsionados por esta necessidade de clarificação do conjunto de receitas geradas pelos tributos senhoriais e eclesiásticos da metade portuguesa da diocese, o bispo e cabido decidiram produzir um censual sobre a terra da Vinha (1321), que, por essa altura, se estendia pelos actuais concelhos de Viana e Caminha. Através deste documento podemos perceber a estrutura eclesiástica desta parte do Entre-Minho-e-Lima, a divisão de rendas entre a mitra e o cabido e todo o sistema de exploração agrária praticado na região.[501]

Este esforço teria continuidade nas décadas seguintes, exprimindo-se claramente no códice de «Confirmações de Tui», onde se transcreve um vasto rol de cartas de confirmação dos clérigos nos diversos benefícios da diocese, entre 1352 e 1366. Aqui, encontram-se transcritos, datados e sumariados, 248 documentos que aportam indistintamente informações sobre as paróquias galegas e portuguesas da diocese. Também ali se apresentam algumas quintãs e pousas dos bispos tudenses no Alto Minho, como as de Fontoura, Labruja, S. Paio de Melgaço, Curujeiras (Rouças-Melgaço), Redondela, entre outras.[502]

Nesta fase, que corresponde, grosso modo, aos últimos anos de reinado de D. Afonso IV e primeiros de D. Pedro I, desenvolveu-se um assinalável número de contactos entre a monarquia portuguesa e Tui.

Logo em 1357, D. Pedro I renunciou ao padroado de Santo Estêvão de Valença. Mas, pouco tempo depois, este soberano daria início a um movimento de intromissão da coroa nas nomeações das igrejas e mosteiros locais. Em

[499] *Idem*, *ibidem*, p. 250.

[500] *Idem*, *ibidem*; e Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 705.

[501] Sobre o censual da terra da Vinha veja-se Marques, «O Censual do Cabido de Tui…», pp. 447-483, e Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 705.

[502] Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 706.

1361, outorgou a eleição do abade de S. Salvador da Torre e do mosteiro de Ermelo. No ano seguinte, procedeu à apresentação dos párocos de S. Martinho do Soajo e de S. Paio de Jolda. Em 1364, apresentou um clérigo da Guarda à igreja de Santa Maria de Monção. Em 1367, apresentou Rui Tenreiro à igreja de S. Salvador de Bulhente.[503]

Estes acontecimentos denunciam o crescimento de algumas tensões entre a coroa e os poderes eclesiásticos galegos com influência em Portugal. Uma das principais vítimas desta crescente intromissão foi o mosteiro de Oia, que, entre 1340 e 1434, foi alvo de constantes apropriações indevidas e de ordens de devolução, nem sempre atempadas.

Por exemplo, D. Afonso IV chega a emanar, em 1340, uma ordem de devolução dos bens portugueses de Oia, que tinham sido confiscados durante a guerra luso-castelhana de 1338-1340. Em 1342, o mesmo monarca deu ordem de devolução dos bens móveis. Alguns anos depois, em 1361, o subcolector das dízimas apostólicas levantou o sequestro dos bens da Granja da Silva, que tinha sido imposto pelo Abade de Facha. Em 1363 e 1365, D. Pedro viria a isentar Oia do cumprimento da lei de desamortização e do pagamento de talhas e fintas. Porém, em 1390, fizeram-se sentir os efeitos negativos da guerra luso-castelhana, vendo-se obrigado a celebrar um acordo com os moradores de Fontoura, na Granja da Silva, que se opunham ao pagamento dos direitos que lhe eram devidos. Entre 1389 e 1402, D. João I libertou novamente os bens confiscados ao mosteiro, prestando-lhe a sua protecção e livre-trânsito.[504]

Este exemplo prova claramente a escala do carácter disruptor da oposição luso-castelhana do século XIV, que afectava quer as relações das grandes casas monásticas galegas com a monarquia portuguesa, quer a sua própria relação com os seus dependentes portugueses.

Todavia, o movimento de cisão mais paradigmático pode ser encontrado no cerne do próprio clero tudense: falamos do já mencionado «Cisma de Valença».

O cisma interno de Tui constitui o ponto mais alto deste processo de lenta dissolução das solidariedades sociais, políticas e, até, senhoriais, promovido pelos constantes conflitos bélicos que assolaram a região. Em 1381, a adesão dos cónegos portugueses ao partido de Urbano VI e, necessariamente, às op-

[503] Romero Portilla, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 250.

[504] Marques, «A Fronteira do Minho…», p. 707. Para mais detalhes sobre as problemáticas em torno da exploração da granja da Silva veja-se Marques, «O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva…», pp. 97-120.

ções políticas do clero e coroa portuguesa, levaram à formação de uma colegiada em Santo Estêvão de Valença do Minho, que, para além de ter passado a gerir autonomamente o Entre-Minho-e-Lima, conseguiu colher o apoio do arcebispo legitimista João Garcia Manrique. Até 1474, a colegiada geriu os destinos da comarca eclesiástica de Valença.[505]

Em Tui, os problemas eclesiásticos entrelaçavam-se facilmente com qualquer conflito político e senhorial, já que a própria cidade era a cabeça de um vasto senhorio, onde os interesses comerciais das vilas a norte do Minho colidiam muitas vezes com aqueles dos seus vizinhos portugueses. Devido a esse contexto, a cintura de cidades fronteiriças (de ambos os lados) teve que se fortificar precocemente, sendo que Tui foi alvo de vários ataques e violações por parte de poderosos galegos e portugueses. Apenas a título de exemplo, podemos invocar o caso da guerra civil entre D. Afonso IV e o seu filho D. Pedro, que deu carta-branca aos Castro para saquearem as terras do norte de Portugal, antes de regressarem à Galiza.[506]

No entanto, a maior fase de destruição das relações sociais transfronteiriças viria do encadeamento da guerra civil castelhana com a invasão portuguesa durante a primeira guerra fernandina e com a guerra luso-castelhana gerada pela crise de 1383-1385. Durante a guerra civil castelhana, a maioria das cidades da fronteira galego-portuguesa mantiveram-se fiéis ao partido petrista, fruto do impulso mobilizador de D. Fernando Ruiz de Castro, que instilou na nobreza galega um espírito legitimista que sobreviveria à própria morte do rei. Em 1369, Tui foi uma das primeiras cidades a aclamar D. Fernando como monarca de Castela. Seria um apoio verdadeiramente inconveniente, já que, no final da guerra, o bispo João Fernandes foi beneficiado algumas vezes por Henrique II. Apesar da surtida triunfante de D. Fernando na Galiza, perfeitamente secundada pelos Castro, Henrique II seria capaz de repor a ordem. Nesta nova conjuntura, Tui seria uma das últimas cidades a cair, obrigando o monarca castelhano a expulsar pessoalmente os cavaleiros legitimistas que ali se tinham instalado em 1372.[507]

---

[505] Romero Portilla, «Un Observatorio Privilegiado…», pp. 252-254. Sobre este assunto veja-se também Costa, «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho…», pp. 68-240; Teresa de Jesus Rodrigues, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*; e Marques, «O Entre Minho e Lima…», pp. 11-29.

[506] Romero Portilla, «Un Observatorio Privilegiado…», p. 254.

[507] *Idem*, *ibidem*, p. 255.

Apesar dos numerosos ataques e contra-ataques provocados pelas guerras dos finais do século XIV e inícios do século XV, e do processo de conformação do clero tudense ao mapa eclesiástico nacional de Castela e Portugal, os laços de convivência entre as comunidades das duas margens do Minho acabaram por sobreviver.

Como veremos na segunda parte deste trabalho, os constantes casamentos entre estirpes portuguesas e galegas criavam laços verdadeiramente indissolúveis, até na longa duração. Por outro lado, a complementaridade social e económica alimentou permutas comerciais constantes, centradas nas grandes praças desta região. A solidariedade humana entre estas gentes terá superado as fracturas criadas pelo processo histórico. Assim sendo, nenhum monarca pôde ignorar esta realidade, plasmando as aspirações das suas comunidades em legislação e privilégios fiscais e de livre circulação, que favoreciam os contactos.

Nos séculos XIV e XV, estes contactos mantiveram-se completamente à margem das fronteiras políticas. Estamos certos de que os enfrentamentos bélicos terão dificultado estas relações, mas pensamos estarem longe de uma ruptura total. O comércio de produtos, como pão, carne, pescado, vinho e gado, era indispensável à vida das comunidades das duas margens. Tui e Valença do Minho, por exemplo, tinham direitos de vizinhança mútuos, que implicavam várias isenções fiscais. Enquanto os valencianos levavam o seu sal até Tui, os galegos enviavam no sentido contrário o vinho que se concentrava nas adegas dessa cidade. D. Afonso V, por exemplo, foi especialmente liberal na distribuição de benesses deste tipo, visto que, em 1462, confirmou ao concelho de Tui a liberdade de circulação de bens e pessoas em território português e outorgou vários privilégios aos mercadores galegos.[508]

No fundo, acreditamos que, apesar do reforço da fronteira política e eclesiástica, as relações humanas e económicas permaneceram intactas, sem que, contudo, se tivesse verificado a manutenção de uma forte política de privilégio directo às autoridades eclesiásticas de Tui.

MIGRAÇÕES

FEITO o retrato das relações políticas e senhoriais estabelecidas entre a monarquia portuguesa e a igreja tudense, chegou a altura de abortar a circulação dos contingentes aristocráticos, tema que, por força de uma longa

[508] *Idem*, *ibidem*, pp. 257-259.

série de trabalhos académicos desenvolvidos nas últimas décadas, se encontra profundamente explorado.

Um dos primeiros autores a debruçar-se sobre este tema foi José Mattoso, insigne investigador que, centrando-se especialmente na movimentação da nobreza portuguesa durante os séculos XII e XIII, foi esboçando numa série de três artigos a base metodológica da análise das relações transfronteiriças da nobreza portuguesa. Estes foram: *«Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade»,*[509] onde se analisam as migrações à luz de um sistema linhagístico, que empurrava várias figuras para uma vida de aventura e busca de oportunidades no exterior; *«A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular»,*[510] onde se analisa o desenvolvimento da nobreza portuguesa no contexto da evolução geral da nobreza peninsular; e *«A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença»,*[511] onde o autor enquadra as relações estabelecidas entre a nobreza portuguesa e as estirpes galegas que, como os Celanova-Pombeiro, Valadares, Lima-Nóvoa, Toronho-Montor, Trava-Trastâmara-Tougues-Palmeira-Pereira, por exemplo, marcaram presença em Portugal.

Pouco tempo depois, seria a vez de Henrique David se dedicar a este tema, produzindo dois artigos sobre a presença de nobres portugueses nas conquistas da Andaluzia, Múrcia e Valência.[512] Seguindo esta tendência, David juntar-se-ia a Sottomayor-Pizarro para produzir um retrato mais abrangente das migrações entre Portugal e Castela durante o século XIII, analisando o percurso dos portugueses estabelecidos em Leão e Castela, antes e depois da guerra civil entre D. Sancho II e D. Afonso III, bem como a rede de solidariedades familiares que estes mantiveram na corte de Afonso X.[513]

Recentemente, Sottomayor-Pizarro voltaria a este tema, apresentando, no seu *«De e Para Portugal»,*[514] uma síntese interpretativa sobre a mobilidade da nobreza entre os séculos XII e XV.

---

[509] Mattoso, «Cavaleiros Andantes…», pp. 259-271.

[510] *Idem*, «A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular», pp. 319-339.

[511] *Idem*, «A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa…», pp. 129-147.

[512] David, «Os Portugueses nos Livros de Repartimiento…», pp. 51-75; *Idem*, «Os Portugueses e a Reconquista…», pp. 1029-1041.

[513] David e Sottomayor-Pizarro, «Nobres Portugueses em Leão e Castela…», pp. 135-150.

[514] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», pp. 889-924.

Por outro lado, a natureza fluida das vivências transfronteiriças de vários trovadores galego-portugueses levou a que vários estudiosos da literatura medieval produzissem trabalhos com aportes relevantes sobre este tema. Nesta área podemos destacar o papel de Resende de Oliveira[515], de Miranda[516] e de Souto Cabo[517].

Do lado galaico-leonês, podemos mencionar o importante trabalho de Calderón Medina, onde se estudam os laços sociais da aristocracia portuguesa estabelecida nas cortes de Fernando II e Afonso IX.[518] Também nós escrevemos algumas linhas sobre este tema, debruçando-nos especificamente sobre os diferentes ciclos de emigração da nobreza portuguesa para terras galego-leonesas, analisando o percurso de vários dos migrantes e as principais causas e condicionantes da sua movimentação.[519] Em 2014, estes dois últimos autores juntaram esforços, produzindo uma síntese geral sobre a movimentação da nobreza portuguesa, que abarcava a fase de soberania do reino de Leão, durante os reinados de Fernando II e Afonso IX.[520]

De uma forma geral, os ciclos de migração podem ser divididos segundo dois grandes períodos: o primeiro estendeu-se desde o reinado de Afonso VI até ao fim dos reinados de Afonso XI e de D. Afonso IV; e o segundo arrancaria com os reinados de Pedro de Castela e D. Pedro I de Portugal e prolongar-se-ia até à morte de D. João II.[521]

Os critérios políticos que presidem a esta divisão prendem-se, acima de tudo, com o carácter unificador da monarquia de Afonso VI e com o encerrar de um ciclo de centralização régia, encetado durante o reinado de D. Afonso

---

[515] Veja-se, por exemplo, as várias sínteses biográficas presentes em António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*.

[516] José Carlos Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*.

[517] José António Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas. Aproximação às Origens Socioculturais da Lírica Galego-Portuguesa*.

[518] Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*.

[519] João Paulo Martins Ferreira, *Entre a Consanguinidade e a Naturalidade. A Movimentação da Nobreza Portuguesa entre os Reinos de Portugal e Leão (1157-1230)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado policopiada), 2009.

[520] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 1-48.

[521] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», pp. 899-900.

II e continuado e consolidado nos de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, bem como pelo início de um período de reforço da autoridade régia em Castela. Quanto ao segundo período, este teve como ponto de partida o início do processo que desembocou numa mudança dinástica em Portugal e Castela, sendo que as duas dinastias (Avis e Trastâmara) desencadearam os mecanismos de transformação que aproximaram ambos os reinos da modernidade administrativa e política.[522]

De forma a produzir-se uma leitura ainda mais fina, podemos dividir aquele primeiro ciclo em duas partes: uma anterior a 1211, altura em que, após um intenso ciclo de imigração de famílias galegas, como os Celanova-Barbosa, os Soverosa, os Valadares, ou os Trava e seus ramos secundários, por exemplo, se sucederam várias saídas do reino português para o espaço galego-leonês; e uma posterior a 1211, momento em que se formou um partido senhorial (em torno da causa das Infantas) que se estabeleceu em Leão, desferindo golpes contra a autoridade de D. Afonso II. Esta última fase pode ser dividida em ciclos menores, já que se arrastou até aos últimos anos do reinado de Afonso X e, por isso, se encadeou com as conquistas andaluzas de Fernando III, com o exílio de D. Sancho II e com o estado de guerra civil dos finais do seu reinado.[523]

Tal como acentuou J. A. de Sottomayor-Pizarro, o único grande caso de imigração prende-se com a aparição dos Lima-Nóvoa em Portugal, sendo que esta constitui uma consequência do processo de imigração dos inícios do século XII.[524]

O crescente poder económico, social e político das famílias portucalenses, a existência de uma sociedade permeável aos contactos transfronteiriços, a própria natureza gregária do projecto político soberanista português e a oportunidade de expansão dos seus domínios às custas do território muçulmano foram alguns dos factores que levaram à atracção dos Trava, Celanova, Soverosa, Valadares, Nóvoa, Lima e de muitos outros, ao território português. Este grupo foi bem-sucedido no estabelecimento de relações com famílias portuguesas e galegas que, tal como elas, dividiram a sua vida entre os dois reinos. Por outro lado, os seus ramos portugueses foram capazes de capitalizar plenamente os laços sociais transfronteiriços que herdaram, estabelecendo

[522] *Idem*, *ibidem*, pp. 899-901.

[523] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 5.

[524] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», p. 902.

uma base patrimonial no espaço galego, onde mantinham relações com as instituições eclesiásticas locais.[525]

No fundamental, todos os períodos de emigração para o espaço galego e leonês são um reflexo da política de captação de apoios levada a cabo por D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques, durante a transição do século XI para o XII.

Por sua vez, as migrações anteriores a 1211 resultaram de conflitos feudo-vassálicos entre os soberanos portugueses e alguns dos seus principais vassalos, que, ao perderem a confiança pessoal do monarca, optavam por se desnaturalizarem temporariamente. No entanto, o processo de centralização de poderes por parte da autoridade real desencadeou um crescimento exponencial do número de opositores ao mando régio, que buscaram na adesão ao partido das Infantas uma expressão colectiva do seu descontentamento em relação ao rumo político encetado, que vincara as suas premissas de enfraquecimento da autoridade senhorial. Após a morte de D. Sancho I, este partido buscou apoio na corte leonesa, onde se estabeleceu durante a maior parte do reinado de D. Afonso II. A onda de desentendimentos pessoais, anteriores a 1211, dera lugar a migrações colectivas moldadas ideologicamente pela crescente oposição ao programa centralista régio.[526]

Apenas durante o reinado de D. Afonso II, saíram de Portugal o Infante D. Pedro Sanches, para Leão e depois para Aragão, o Infante D. Fernando Sanches, para a Flandres, o bastardo régio Martim Sanches, Gonçalo Mendes de Sousa II e Garcia Mendes de Eixo,[527] Martim Gil de Soverosa e Rui Gomes de Briteiros, entre outros.

Com o exílio toledano de D. Sancho II, chegaram a Castela vários fidalgos portugueses, que participaram na reconquista castelhana e aragonesa, tendo sido beneficiados nos seus respectivos *repartimientos*. Apesar de a maioria ter regressado, algumas linhagens, como os Barroso, Portocarreiro ou Vinhal, acabaram por deixar ramos em Castela.[528]

Durante o reinado de D. Afonso III, chegaram a Portugal alguns Castro e alguns dos Lima, sendo que em Castela continuaram alguns Soverosa e Riba de Vizela.[529]

---

[525] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 4-5.

[526] *Idem*, *ibidem*, p. 5.

[527] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», p. 902.

[528] *Idem*, *ibidem*, p. 903.

Até 1284, verificou-se ainda uma migração da rainha viúva (D. Beatriz) e do seu séquito para a corte de Afonso X, onde acompanhou de perto os últimos e difíceis anos do seu reinado.[530]

A guerra civil entre o conde de Bolonha e D. Sancho II despoletara uma mudança de destino nos exilados portugueses, já que as cortes do sul da Galiza ou do espaço leonês foram rapidamente substituídas pela esfera castelhana.

Apesar das aparições esporádicas de grandes famílias no espaço cortesão português, Portugal só voltaria a ser um verdadeiro ponto de imigração após a morte de Pedro de Castela, em 1369. A partir daí, o partido legitimista, liderado por Fernando Ruiz de Castro, transformou a corte portuguesa no centro da sua acção política.[531] Tal como já tivemos oportunidade de referir, entre este corpo de petristas galegos encontravam-se algumas figuras de relevo nos círculos aristocráticos do sul da Galiza: Afonso Gomes Churrichão e Fernão Peres Churrichão, Fernão Caminha, Gonçalo Fernandes de Valadares, João Pires da Nóvoa e Soeiro Anes de Parada.

Como podemos constatar, os movimentos migratórios da nobreza possuem um contexto político claro, que, na maioria dos casos, se configura como uma das suas causas naturais. Mas, devemos colocar estas circunstâncias em relação com a natureza dos laços feudo-vassálicos que uniam a nobreza aos seus monarcas. Portanto, uma das causas mais recorrentes para as migrações, e, até, de uma hostilidade generalizada em relação à coroa, prende-se com conflitos pessoais e feudo-vassálicos com a aristocracia. Ao longo da Idade Média, os laços de vassalagem existentes entre os reis e os seus magnates com cargos curiais ultrapassavam em grande medida a esfera institucional, pois assentavam, dos dois lados, numa confiança mútua na sua lealdade e capacidades. Tanto os monarcas como os seus vassalos tinham a prerrogativa de avaliar constantemente a qualidade do serviço prestado e a natureza dos benefícios e recompensas recebidas, de forma a que, unilateralmente ou mutuamente, pudessem dissolver os seus laços, caso sentissem que uma das partes não estava a cumprir correctamente com as suas obrigações. Tal como os vassalos individuais, também a classe aristocrática tinha a possibilidade de dissolver colectivamente os seus laços e de se desnaturalizar do seu reino, se

[529] *Idem*, *ibidem*.

[530] *Idem*, *ibidem*.

[531] *Idem*, *ibidem*, p. 908.

achassem que a acção régia a estaria a despojar dos seus direitos naturais e dos seus privilégios. No caso específico da guerra de 1211-1212, a maioria da nobreza portuguesa percebeu até que ponto a determinação de D. Afonso II em preservar a integridade dos seus territórios podia causar um desrespeito ilegal pelo legado que D. Sancho I deixara às suas irmãs e como esta atitude acabaria por corromper o tradicional sistema cognático de repartição da herança. Neste momento, perceberam até que ponto os monarcas portugueses estavam dispostos a ir, na senda de transformação das regras de governo que tutelavam as suas relações sociais com a aristocracia, a fim de reforçarem a sua própria autoridade.[532]

Esta revolta colectiva dos sectores conservadores da nobreza também teria a sua expressão na coroa castelhano-leonesa, já que a própria ascensão de Henrique II seria igualmente uma subversão do sistema sucessório praticado pela nobreza de então. Até ao século XIV, nunca se tinha verificado uma deriva dinástica que promovesse um bastardo régio, nem sequer nos momentos em que se operaram cisões nos territórios que os soberanos castelhano-leoneses davam a herdar aos seus filhos. Cremos que esta situação terá chocado profundamente vários sectores da nobreza, na medida em que contradizia todo o processo de aproximação a um modelo de agnatismo político.

Os casamentos, que envolviam negociações prolongadas e verdadeiras embaixadas matrimoniais, os grandes tratados e iniciativas diplomáticas, que reuniam inúmeros magnates peninsulares, a fuga da lei ou de vinganças pessoais, a busca de novas oportunidades de ascensão social, a gestão de património e privilégios transfronteiriços, o estilo de vida das gentes da fronteira (baseado na livre circulação), as peregrinações e devoções pessoais e as campanhas militares de interesse comum ou que encerravam a promessa de distribuição de património, através do sistema de *repartimientos*, também foram causas de mobilidade transfronteiriça, que se baseava em costumes imemoriais de recepção a nobres estrangeiros.[533]

De uma forma geral, os movimentos migratórios transformaram-se num elemento fundamental da estratégia social de muitas linhagens e, até, de sectores específicos da nobreza. No entanto, a sua frequência no ocidente peninsular deveu-se, acima de tudo, à conjugação de um conjunto de factores favoráveis. O primeiro destes factores prende-se com a matriz geográfica do território, visto

[532] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 6.

[533] *Idem*, *ibidem*.

que entre Portugal e o espaço galego-leonês não existia qualquer barreira física inultrapassável. No caso específico de Portugal, as erupções da crista galaica ou o maciço central bloqueavam mais a comunicação interna do que a sua relação com o exterior. Por outro lado, a sobrevivência da matriz viária romana, que ligava as principais cidades da velha Galécia, garantia a manutenção de uma continuidade natural entre a Galiza e o Entre-Douro-e-Minho e entre Trás-os-Montes e o planalto leonês.[534]

Com o avançar dos séculos, os dois territórios acabaram por desenvolver fórmulas sociais bastante similares. A hierarquia social, a natureza das relações feudo-vassálicas, os costumes sociais e a lei consuetudinária, a matriz comportamental, os modelos de organização do trabalho e de apropriação da terra, entre outros elementos, não seguiram um caminho divergente. Até a língua aproximava vastas franjas do espaço português, galego e leonês, dado que nesta última região surgiram dialectos híbridos que, apesar das suas origens astur-leonesas, estavam extremamente próximos do galego medieval.[535]

O próprio sentimento de pertença e de identidade dos povos da esfera galego-portuguesa, moldado por vários séculos de unidade política e pela manutenção de entidades senhoriais de carácter transfronteiriço (como a própria diocese de Tui), facilitava a integração nos dois espaços. Situação que, como vimos, foi perfeitamente explorada pelos primeiros monarcas portugueses, ao gizarem um projecto de soberania alargada, que se plasmou nas iniciativas de ocupação de Toronho e Límia. Até ao século XIV, os portugueses e os galegos sentiam-se parte de uma comunidade galaica e hispânica e não apenas membros da sua terra ou do seu reino.[536]

As centúrias de unidade política e a sobrevivência de algumas aspirações portuguesas à ocupação do sul da Galiza, ou seja, à assimilação dos limites nortenhos do velho convento bracarense, propiciaram a sobrevivência de várias entidades senhoriais transfronteiriças. A natureza transfronteiriça da jurisdição senhorial e eclesiástica de Braga, Santiago ou da própria diocese de Tui, testemunha esta realidade. Cenóbios como Melón, Oia ou Fiães, por exemplo, e famílias fronteiriças, como os Velho, Silva, Cerveira, Valadares, Lima e Nóvoa, por exemplo, ou as linhagens de origem híbrida, como os Trava-Palmeira-Pereira-Tougues, Soverosa e Celanova-Barbosa, entre outras,

[534] *Idem*, *ibidem*, pp. 6-7.

[535] *Idem*, *ibidem*, p. 7.

[536] *Idem*, *ibidem*.

usaram esta liberdade de circulação e clima de osmose social para criar os seus próprios laços transfronteiriços.[537]

Também podemos considerar a existência de práticas sociais comuns como um dos factores que favoreceu a mobilidade destes capitais humanos; entre elas estaria o amádigo, que, como vimos, teve especial força numa zona compreendida entre o Minho e o Cávado, ou a hospitalidade que era prestada por reis e familiares a nobres estrangeiros, que buscavam refúgio no reino por questões pessoais ou políticas. Segundo Luís Krus, esta hospitalidade fazia parte de um conjunto de hábitos pacíficos característicos da Península Ibérica, que passavam pela negociação das disputas territoriais ou pela recepção de exilados e nobres, que buscavam casamento ou conselho feudal.[538] A própria promessa de ascensão social, seja pelo serviço militar ou cortesão, também serviu de estímulo à criação de laços transfronteiriços.[539]

O despovoamento de algumas zonas da fronteira, bem como a sua importância estratégica, permitiu que várias famílias dos dois reinos se tornassem os principais agentes da reorganização de vastas parcelas de terra; muitas delas, como os Lima e Nóvoa, tentaram manter um equilíbrio entre a sua dupla fidelidade e os períodos de rivalidade entre as duas coroas, que levavam a cabo políticas deliberadas de atracção de certos grupos aristocráticos.[540]

Um último factor favorável seria a existência de laços familiares ou pessoais/institucionais com o próprio monarca vizinho, bem como a adesão aos seus projectos políticos. Neste aspecto, podemos apresentar dois exemplos específicos e, até certo ponto, similares: o «partido senhorial» português que se estabeleceu na corte de Afonso IX, onde alimentou uma relação simbiótica profunda com os interesses leoneses e que foi usado como um grupo de apoio a todos aqueles que eram hostis ao processo de centralização de poderes da monarquia portuguesa;[541] e o caso dos petristas que, seguindo o exemplo de D. Fernando Ruiz de Castro, instigaram D. Fernando a reclamar a coroa castelhana e a invadir a Galiza.

Em resumo, podemos dizer que a mobilidade transfronteiriça da nobreza assentou nos seguintes factores favoráveis: na existência de uma forte rede

---

[537] *Idem*, *ibidem*.

[538] KRUS, *A Concepção Nobiliárquica…*, pp. 196-197.

[539] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 7-8.

[540] *Idem*, *ibidem*, p. 8. MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 139-140.

[541] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 8.

transfronteiriça de relações sócio-familiares, nascida do clima de osmose social verificado durante as fases de unidade política do ocidente peninsular e de fluxos migratórios dos finais do século XI e inícios do XII; na existência de núcleos patrimoniais/senhoriais e de privilégios transfronteiriços, herdados, adquiridos ou doados pelos monarcas vizinhos; na existência de relações privilegiadas com entidades eclesiásticas do reino vizinho, como a diocese de Tui; e nas relações de parentesco que muitos aristocratas mantinham com linhagens da esfera galego-portuguesa ou com magnates que aí se exilaram.[542]

Numa fase inicial, o fluxo migratório de linhagens galegas em direcção ao território português prendeu-se, acima de tudo, com uma adesão de sectores significativos da nobreza galega aos projectos soberanistas de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques e, como veremos na segunda parte deste trabalho, na sua ascendência ou parentesco com algumas das linhas saídas da velha aristocracia condal galego-portuguesa.

Por isso, não é de estranhar que a chegada dos Trava a Portugal tenha levado à criação de ramos autóctones galego-portugueses, como os Tougues, os da Palmeira, os Pereira e os Homem-Froião, ou que o estabelecimento dos filhos do conde Nuno Vasques de Celanova tenha dado origem a uma linhagem de elevada importância, os Barbosa.[543] Por outro lado, somos da opinião de que os Celanova levaram a cabo um processo de segmentação ainda mais acentuado, dando origem a célebres linhagens fronteiriças como os Lima, Nóvoa e, até, os Valadares. Estes últimos atingiram a rico-homia nos finais do século XII, beneficiando da sua relação com a monarquia leonesa e da posição estratégica dos seus domínios em Riba Minho.[544]

Outra das estirpes de origem galego-portuguesa a estabelecer-se em Portugal foi a dos Soverosa, descendentes do enigmático magnate Fernão Peres Cativo, uma das principais figuras da corte de D. Afonso Henriques.[545]

Tal como enfatizou José Mattoso, o fluxo de imigração galega reduzir-se-ia bastante nos inícios do século XIII, sendo de assinalar apenas a aparição de algumas famílias de carácter local, como os Novais ou os Fornelos, por exem-

---

[542] *Idem*, *ibidem*.

[543] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», p. 915.

[544] *Idem*, *ibidem*, p. 916.

[545] *Idem*, *ibidem*. Contrariamente ao que defende Sottomayor-Pizarro, seguindo uma proposta de Salazar y Acha, estamos certos de que os Soverosa serão um ramo dos Silva e não uma linha secundária dos Trava ou um ramo bastardo da relação estabelecida entre a rainha D. Urraca e Pedro Gonçalves de Lara.

plo, e dos principais representantes dos Lima e Nóvoa, como João Fernandes de Lima I ou Pero Anes da Nóvoa I, célebre mordomo de D. Afonso II. A estes juntar-se-ia André Fernandes de Castro, figura que surgiria esporadicamente na corte de D. Afonso III.[546]

Durante os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, chegaria a Portugal uma nova leva de exilados, de entre os quais se destacava D. Pedro Fernandes de Castro, que chegou a estar aos cuidados de D. Martim Gil de Riba de Vizela, tendo sido criado por Lourenço Soares de Valadares II, senhor da casa onde viria a conhecer a mãe de D. Álvaro de Castro e de D. Inês de Castro.[547]

Com a morte de Pedro de Castela, em 1369, dar-se-ia início a um novo ciclo de imigração galega, que, seguindo Fernando Ruiz de Castro, arrastaria para Portugal uma miríade de pequenas e grandes linhagens galegas, que iam desde o poderoso Nuno Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo, a pequenas linhagens como os Lira, Camões, Queiroz, Pinheiro ou Seabra, passando pela maior figura política desta fase, João Fernandes Andeiro.[548]

No que toca a processos de emigração, temos de evidenciar que, antes de 1211, estes cingiram-se a um conjunto de saídas desarticuladas de magnates que, na sua maioria, entraram em choque directo com os seus monarcas. Esta tendência teve início com Mem Fernandes de Bragança, alferes de Leão entre 1156 e 1159,[549] que foi seguida por figuras como Pero Pais da Maia, Soeiro Mendes Facha (Tougues), Vasco Sanches de Barbosa (Celanova) ou Vasco Fernandes de Soverosa.

Com a crise de 1211 (e formação de um verdadeiro partido senhorial na corte de Afonso IX), afluíram à Galiza e a Leão importantes figuras como o Infante D. Pedro Sanches, o seu meio-irmão e bastardo régio Martim Sanches, os irmãos Gonçalo Mendes de Sousa II e Garcia Mendes de Eixo, Lourenço Soares de Valadares I, Rui Gomes de Briteiros, Martim Gil de Soverosa e João Fernandes de Lima I, entre outras.

Com o exílio toledano de D. Sancho II, a Galiza e Leão deixariam de ser o destino primordial dos exilados portugueses das gerações posteriores, sendo que, por isso, apresentaremos apenas um retrato daqueles que, vinculados ao sul da Galiza, fizeram do antigo reino de Leão a sua casa provisória.

---

[546] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», p. 916.

[547] *Idem*, *ibidem*, p. 916.

[548] *Idem*, *ibidem*, p. 917.

[549] *Idem*, *ibidem*, p. 910.

Uma porta de acesso da aristocracia portuguesa

Tendo em conta que na segunda parte do nosso trabalho apresentaremos um retrato bastante exaustivo das principais linhagens galego-portuguesas oriundas da região da antiga diocese de Tui ou que aí mantiveram uma enorme influência, optámos por desenvolver nesta última secção da primeira parte um breve retrato dos principais migrantes portugueses que, até à fase de exílios da década de 1240, orientaram a sua acção para uma vivência transfronteiriça no espaço galego-português.

A nosso ver, a mudança de destino da migração portuguesa para Castela não justifica um olhar mais atento, já que diverge profundamente do contexto desta dissertação. Por outro lado, o facto de já termos apresentado o percurso dos principais agentes do partido legitimista na zona fronteiriça isenta-nos de voltar a analisar a convergência de interesses existente entre D. Fernando e este segmento do petrismo galego.

Assim sendo, podemos dizer que o primeiro emigrante português a se estabelecer no sul da Galiza terá sido Pedro Arteiro, figura que, logo após a sua desnaturalização, marcou presença na documentação de Fernando II, confirmando um privilégio real dado aos vizinhos e igreja de Ourense, em 24 de Novembro de 1157.[550]

A narrativa sobre a implantação desta linhagem na zona de Ourense encontra-se representada no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, onde assume uma posição de destaque no segmento inicial do título dedicado aos Churrichão[551]. Ali se diz que Pedro Arteiro, um jovem fidalgo oriundo do vale do Sousa, foi recrutado pelo bispo e cabido de Ourense, com o propósito de defender alguns dos seus bens das iniciativas usurpadoras de dois cavaleiros locais. O bom serviço prestado convenceu as autoridades eclesiásticas a atribuírem-lhe uma renda e parte dos bens que se encontravam em litígio. É também possível que tenham acertado o seu casamento com uma senhora local, de quem teve Fernão Pires Churrichão, primeira figura desta prolífica linhagem.[552]

Poucos anos depois, em 1162, surgiria na corte de Leão o conde D. Vasco de Portugal, figura que se pode identificar como sendo o conde Vasco San-

[550] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 9.

[551] LL74A1.

[552] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 9-10.

ches de Barbosa. Neste documento, Fernando II doa a vila de Coria à igreja compostelana. Algum tempo depois, Vasco Sanches também viria a surgir em Castela, em Março de 1173.[553]

Vasco Sanches era neto do conde Nuno Vasques de Celanova e de Sancha Gomes de Sousa e filho de Sancho Nunes de Celanova e da Infanta D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques. Estas presenças em Leão e Castela poderão prender-se com a gestão de assuntos pessoais ou patrimoniais ou com o desempenho de tarefas diplomáticas, como aquelas que o levaram a participar no acordo celebrado entre D. Afonso Henriques e Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona, realizado em Tui em 1160.[554] Em meados dessa mesma década, Vasco Sanches participou na ocupação de Toronho e Límia, tomando posse dos castelos de Santa Cruz e de Monte Laboreiro. O facto de se encontrar referido num dos primeiros documentos de Melón, em 1165, revela o seu enorme interesse pela região de onde provinham os seus antepassados.[555]

Entre 1165 e 1166 surge na corte leonesa Soeiro Mendes Facha (Tougues), parente do anterior que nasceu da união de Châmoa Gomes de Pombeiro, filha do célebre conde Gomes Nunes de Pombeiro[556] e de Elvira Peres de Trava[557], com Mem Rodrigues de Tougues, filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I e de Gontinha Gonçalves da Maia[558]. Devido a este contexto familiar, Soeiro Mendes foi capaz de reunir património no vale do Ave e, até, na terra de Santiago. Conhecido como *Mãos de Águia*, fez parte da corte afonsina entre 1156-1157 e 1176, onde serviu como tenente de Seia, em 1169. Em 1176 fez uma vasta doação ao mosteiro de Santo Tirso, cenóbio do qual seria patrono e onde viria a ser enterrado. Em 1159, na qualidade de patrono do mosteiro de Aranga (Galiza), entregou este ao mosteiro de Sobrado.[559]

---

[553] *Idem*, *ibidem*, p. 10.

[554] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 155.

[555] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium…*, p. 108; CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 10.

[556] Tenente de Toronho que colaborou com D. Afonso Henriques na ocupação de Toronho e Límia, até 1141, altura em que é deserdado por Afonso VII.

[557] Filha do conde Pedro Froilaz e irmã de Bermudo e Fernão Peres de Trava.

[558] Rodrigo Froilaz era irmão de Pedro Froilaz de Trava, o que tornava Mem Rodrigues primo de Fernão e Bermudo Peres de Trava e de Elvira Peres de Trava, mãe de Châmoa Gomes de Pombeiro.

[559] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 161-162.

Talvez por força da relação entre este cenóbio e os Trava, decidiu atribuir-lhe também uma parte dos bens que detinha na Galiza, em 1165. Através do seu casamento com Elvira Gonçalves de Sousa, os Tougues viriam a ser titulares de vários bens na esfera de influência dos Sousãos.[560]

Durante a sua presença na corte leonesa (entre 1165 e 1166) chegou à alferesia, voltando a surgir apenas em 1175, sem qualquer título ou cargo político. A coincidência entre a data da sua doação a Sobrado e a sua primeira aparição na corte leonesa leva a pensar que se terá dirigido até à Galiza e a Leão com o propósito de aumentar o seu estatuto social e de consolidar o seu património galego. Por outro lado, a sua aparição de 1175 poderá ter resultado de um certo estado de debilidade física, que, deixando prenunciar a sua morte, terá desencadeado uma última viagem, onde acertaria as questões pendentes que mantinha no espaço galego-leonês.[561]

Do primeiro casamento de Châmoa Gomes de Pombeiro nasceu Pero Pais da Maia, célebre magnate que, depois da derrota de Badajoz, foi obrigado a exilar-se na zona de Toronho e Límia. Graças ao seu casamento com Elvira Viegas de Ribadouro, filha de Egas Moniz de Ribadouro, Pero Pais foi capaz de criar um eixo de comunicação com a monarquia, que trouxe novamente os Maias à cúspide da corte portuguesa.[562] Entre 1147 e 1169 ocupou o cargo de alferes real[563], participando em vários dos maiores avanços territoriais da reconquista portuguesa.

Apesar das dúvidas existentes sobre a sua possível responsabilidade na derrota de Badajoz, sabemos que o *Alferes* escolheu exilar-se na zona de Toronho e relançar a sua carreira na corte de Leão, onde o seu avô materno, Gomes Nunes de Pombeiro, tinha assumido um importante papel. Nesta fase, a sua instalação em Toronho terá sido patrocinada pela sua irmã Ximena Pais da Maia, esposa de Gonçalo Pais de Toronho, filho de Paio Curvo de Toronho.[564]

Apesar de apenas ter voltado a Portugal em 1186, após a morte de D. Afonso Henriques, Pero Pais participou num corpo expedicionário leonês que, em 1184, se deslocou ao reino com o propósito de fazer frente ao cerco

[560] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 10-11.

[561] *Idem*, *ibidem*, p. 11.

[562] *Idem*, *ibidem*.

[563] A sua carreira como tenente da Maia e alferes real encontra-se referida em Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 991 e 1002.

[564] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 11-12.

almóada a Santarém, tendo participado num acto público do monarca leonês, celebrado em Coimbra em 31 de Julho desse ano.[565]

No que concerne à sua estadia na Galiza e em Leão, sabemos que ocorreu entre 1170 e 1188, tendo assumido a alferesia apenas entre 1171 e 1172.[566] Sabemos também que foi tenente de Toronho, terra que fora governada pelo seu avô materno Gomes Nunes de Pombeiro e onde ainda tinha património. Nesta região foi também governador de Tui e do castelo de Entienza.[567] Em 1184, Fernando II premiou o seu serviço com a doação das vilas de Guillarey e Sareia, em Toronho. Segundo um documento de S. Esteban de Nogales, datado de 1170, foi também detentor de um conjunto de propriedades perto de Villalpando, em Leão. Depois da sua estadia em Toronho e do seu regresso a Portugal, Pero Pais voltaria à corte leonesa em 1188, talvez com o propósito de prestar homenagem ao novo monarca, Afonso IX.[568]

Entre as várias figuras que poderão ter seguido no seu séquito poderá ter estado João Soares de Paiva I[569]. A sua primeira aparição documental data de 1169, altura em que confirma uma doação do seu pai. Em 1170, doou uma herdade em Pedorido ao mosteiro de Paço de Sousa. Sabemos também que doou uma leira em Sobrado à igreja local e que comprou uma herdade em Lavariz, que deixou a Paço de Sousa, conjuntamente com alguns bens em Santiago de Vilela. No coração da sua rede patrimonial estaria a quintã de Sobrado, no julgado de Paiva.[570]

Tudo indica que João Soares terá abandonado o reino em meados da década de 1170, surgindo em 1182 na documentação de Sobrado dos Monges, na Galiza.[571] Portanto, é possível que tenha seguido Pero Pais da Maia no seu exílio em Toronho, terra onde Mem Pais Bofinho, primo do seu pai, se tinha casado com Sancha Pais de Toronho, filha de Paio Curvo de Toronho e irmã de Gonçalo Pais de Toronho, cunhado do *Alferes*. Nas cortes do sul da Galiza terá conhecido Rodrigo Dias de los Cameros, filho de Guiomar Fernandes de

---

[565] Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 269.

[566] Salazar y Acha, *La Casa del Rey de Castilla y León…*, p. 220.

[567] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, pp. 130-131.

[568] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 12.

[569] Os seus principais dados biográficos encontram-se resumidos em Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 502-503.

[570] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 12-13.

[571] Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen…*, pp. 19-20.

Trava que se transformou no seu senhor e principal patrono. Durante a sua estadia na Rioja bebeu influências da lírica occitânica, que o inspiraram a escrever a famosa trova *Ora faz Ost' O Senhor de Navarra* (1195-1196).

Graças a estes contactos, as cortes de Toronho e Límia converteram-se em centros de difusão da cultura trovadoresca galego-portuguesa. Situação que se pode atestar através das influências occitânicas na trova de Garcia Mendes de Eixo, que se exilou nas terras da família da sua esposa, Elvira Gonçalves de Toronho.[572]

Em 1186, surgiria na corte leonesa Vasco Fernandes de Soverosa, filho de Fernão Peres Cativo, magnate galego-português que se tornou num dos principais oficiais régios de D. Afonso Henriques, desde os finais da década de 1120. Vasco Fernandes manteve um enorme prestígio e poder na corte portuguesa, tendo sido mordomo de D. Sancho em Maio de 1176 e mordomo do rei em Maio de 1179. Devido ao seu casamento com Teresa Gonçalves de Sousa, filha de Gonçalo Mendes de Sousa I, tornou-se tenente de Basto, entre 1167 e 1186, e conseguiu vários bens na região de Aguiar de Sousa, que gravitavam em torno da honra de Soverosa. A estes bens devemos acrescentar aqueles que possuía junto a Antuã e Rabaçal.[573]

Devido à sua substituição na mordomia e na tenência de Basto pelos Sousas, Vasco Fernandes entrou em choque com a autoridade régia, buscando exílio na corte de Leão entre 1186 e 1194. Durante este período foi tenente do Bierzo, Zamora, Beriz, Astorga e Límia. Em 1187, os seus serviços foram recompensados com duas doações, tendo recebido uma casa em Astorga e a vila de Santo Estêvão de Valdeorras, em Ourense, como compensação pelos bens que tinha perdido em Portugal. Sabemos também que herdou alguns bens na terra de Sobrado, que acabaram por reverter a favor do mosteiro local, após algumas disputas jurisdicionais.[574] Vasco Fernandes regressou brevemente à corte portuguesa em 1194, desaparecendo da vida pública pouco tempo depois. Do seu casamento com Teresa Gonçalves de Sousa nasceram Martim Vasques de Soverosa I, Gil Vasques de Soverosa, Elvira Vasques de Soverosa I, Alda Vasques de Soverosa e Urraca Vasques de Soverosa.[575]

---

[572] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 13. Para mais detalhes sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses veja-se J. C. Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*.

[573] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 14.

[574] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 174-175.

[575] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 14-15.

Durante a década de 1190, surgiria na corte de Afonso IX um novo rico-homem com origens galego-portuguesas. Falamos de Lourenço Soares de Valadares I, magnate que foi filho de Soeiro Aires de Valadares e de Elvira Nunes Velho e neto dos galegos Aires Nunes e Ximena Nunes. Depois do seu casamento com Elvira Nunes, Soeiro Aires acabou por casar com Maria Afonso de Leão, filha bastarda de Afonso IX com Teresa Gil de Soverosa, filha de Gil Vasques de Soverosa e neta de Vasco Fernandes de Soverosa. Na corte leonesa, Lourenço Soares foi alferes (1195-1196 e 1203-1205), mordomo (1205 e 1219), tenente de Babia (1204), da Extremadura (1219) e do Bierzo (1224). Em Portugal, ostentou as tenências de Valadares (1219, 1221, 1222 e 1223) e Valdevez (1222).[576]

Apesar de não podermos atribuir uma causa específica à mobilidade de Lourenço Soares, acreditamos que esta poderá ter estado associada a necessidades de promoção social, já que o acréscimo de prestígio inerente à sua presença na corte o deverá ter ajudado a expandir os seus domínios a norte do Minho.[577]

A geração de Lourenço Soares foi especialmente bem-sucedida no estreitamento de laços com famílias galego-portuguesas próximas: Paio Soares de Valadares I casou com Elvira Vasques de Soverosa, filha de Vasco Fernandes de Soverosa, irmã de Gil Vasques de Soverosa e tia de Teresa Gil de Soverosa, barregã de Afonso IX e mãe de Maria Afonso de Leão, segunda esposa de Soeiro Aires de Valadares, pai de Paio e Lourenço. Por outro lado, Martim Gil de Soverosa I foi senhor de João Soares de Valadares, o famoso *Somesso*. Este fidalgo surge na Galiza em 1230, num documento do priorado de Vilar de Donas.[578]

Um dos principais herdeiros do capital político de Lourenço Soares terá sido o seu sobrinho Soeiro Pais de Valadares, filho de Paio Soares e de Elvira Vasques, fidalgo que foi feito cavaleiro por Gonçalo Anes da Nóvoa I, irmão de Pero Anes da Nóvoa I.[579] Tendo permanecido em Portugal até 1222, Soeiro Pais decidiu partir para Leão, onde se juntou ao séquito do Infante D. Pedro, a quem substituiu na mordomia leonesa em 9 de Abril de 1225. No

[576] *Idem*, *ibidem*, p. 15.

[577] *Idem*, *ibidem*.

[578] *Idem*, *ibidem*, p. 16. Os principais dados biográficos sobre João Soares de Valadares encontram-se resumidos em OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 503-504.

[579] LL13C3.

ano seguinte, voltaria à corte de D. Sancho II, tendo assumido novamente a tenência de Riba Minho, em 1229. No ano seguinte voltou a desaparecer do território português, voltando a reaparecer apenas entre 1248 e 1250.[580]

Outra das grandes figuras da fronteira galego-portuguesa a encetar uma destacada carreira transfronteiriça foi João Fernandes de Lima I. Seu avô, Aires Calvo, fez parte da corte de Afonso VII entre 1125 e 1151, surgindo como tenente de Límia, em 1147, e de Búval, em 1151.[581] O seu primogénito, João Aires, esteve na corte de Fernando II entre 1157 e 1187, onde foi alferes, tenente de Castrelo de Veiga, de Búval e de Toronho, e também parece ter governado momentaneamente toda a Galiza. Como prémio pelo seu serviço, recebeu do monarca Pozuelo, no distrito de Castroverde. Graças ao seu casamento com Urraca Fernandes de Trava, filha de Fernão Peres de Trava e irmã da segunda esposa de Fernando II, tornou-se tutor de Afonso IX. João Aires morreu antes de 29 de Março de 1191.[582]

Por sua vez, Fernão Aires Batissela, pai de João Fernandes, casou com Teresa Bermudes de Trava, filha de Bermudo Peres de Trava e da Infanta D. Urraca Henriques, facto que a tornava prima de Teresa e Urraca Fernandes de Trava e sobrinha de D. Afonso Henriques. Fernão Aires confirmou vários diplomas régios entre 1153 e 1204, tendo assumido várias tenências no espaço galego. Devido aos seus bons serviços, recebeu várias doações de Fernando II, como uma terça parte de Porqueira (Ourense), em 1181, o reguengo de Seaya (Bergantiños), em 1176, e Sabacedo e Morrazo e algumas herdades, em 1184. Também foi detentor de várias propriedades em Gomariz e Sanín e em algumas outras vilas e lugares perto de Ribadavia e Ourense.[583] Fernão Aires também marcou presença em Portugal entre 1186 e 1193, onde se tornou tenente de Trancoso, em 1193.[584]

Tal como o seu irmão Rui Fernandes de Lima I, que foi alcaide de Lisboa durante o reinado de D. Sancho I,[585] João Fernandes passou boa parte da sua

[580] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 16.

[581] García Álvarez, «Los Arias de Galicia…», pp. 26-28.

[582] *Idem*, *ibidem*, pp. 28-35; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 16-17.

[583] García Álvarez, «Los Arias de Galicia…», pp. 36-41.

[584] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, p. 1023. Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[585] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 129.

carreira no espaço português, sendo que a sua homonímia com João Fernandes de Riba de Vizela dificulta bastante a identificação das suas aparições entre 1186 e 1208. Contudo, em 1197 surgem os dois, lado a lado. Segundo Leontina Ventura[586], João Fernandes de Riba de Vizela terá sido o alferes durante esses anos, enquanto João Fernandes de Lima terá ocupado a mordomia entre 1225 e 1226. Entretanto, João Fernandes encetou uma carreira de prestígio em Leão, tendo sido alferes (1188-1191 e 1219-1220), mordomo (1192-1193, 1194 e 1204) e tenente de Límia (1189-1194, 1204 e 1215), de Lemos (1193-1194 e 1204), de Zamora (1194), de Trastâmara (1203-1204 e 1211-1220), de Monterrosso (1202-1204, 1211-1215 e 1219-1220), de Toronho e das praças de Sobroso, Tebra e Santa Helena (1211, 1219 e 1220), de Salamanca (1219 e 1220), de Allariz, Milmanda e Rueda (1215) e de Monterrosso e Trastâmara (1226). Este percurso dá a entender que, enquanto Fernão Aires investiu no espaço português entre 1186 e 1193, João Fernandes terá liderado os destinos da família em Leão e na Galiza, entre 1188 e 1194. Assim sendo, é possível que João Fernandes tenha passado algum tempo em Portugal entre 1186 e 1188.[587]

Devido à instabilidade criada pelos conflitos de 1211-1212, João Fernandes terá acompanhado o partido senhorial português no seu exílio, tomando posse de várias tenências chave, quer na fronteira leonesa, quer no espaço galego: Salamanca, Límia, Trastâmara, Monterrosso, Toronho, Allariz, Milmanda, Rueda, Sobroso, Tebra e Santa Helena. Apesar desta conjuntura hostil, conseguiu manter as tenências de Neiva (1211-1223), de Faria (1219-1226), de Valadares (1198, 1205, 1217 e 1222-1225), de Pena da Rainha (1224-1225) e de Riba Minho (1225). Com a morte de D. Afonso II e a assinatura de acordos entre D. Sancho II, o clero e as suas tias, João Fernandes decidiu voltar a Portugal, tornando-se alferes, em 1224, e mordomo, entre 1225 e 1226.[588]

João Fernandes casou duas vezes: a primeira com Berengária Afonso de Baião e a segunda com Maria Pais da Ribeira, antiga barregã de D. Sancho I. Este segundo matrimónio tornava-o padrasto de alguns dos filhos ilegítimos do monarca português, estreitando assim os laços familiares que já mantinha com a família real portuguesa, já que, devido à ascendência da sua mãe, era sobrinho-neto de D. Afonso Henriques. A famosa *Ribeirinha* era descendente de Monio Osores de Cabreira e Ribeira, um dos filhos do conde leonês Osório

[586] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, p. 989.

[587] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 17-18.

[588] *Idem*, *ibidem*, p. 19.

Martins, e de Boa Nunes de Grijó, rica herdeira de Nuno Soares de Grijó. Deste casamento nasceram Martim, Maria e Paio Moniz, pai de Maria Pais. Este último surgiu na corte portuguesa por volta de 1187, altura em que Fernão Aires também começou a aparecer nesse espaço. Foi alferes de D. Sancho I, entre 1199 e 1202, e tenente de Lanhoso, entre 1200 e 1202. Em 1188 recebeu dois casais do rei em Cadima (Cantanhede) e, em 1200, um casal na vila da Caniça, em Penafiel da Ribeira de Soaz. Paio Moniz foi pai de Martim Pais da Ribeira, rico-homem de D. Afonso II e D. Sancho II, de uma filha anónima e de Maria Pais, que, para além das duas relações já enunciadas, foi raptada violentamente por Gomes Lourenço de Alvarenga e levada para Leão, imediatamente depois da morte de D. Sancho I.[589]

João Fernandes terá lançado um precedente no que concerne à manutenção de carreiras transfronteiriças por parte dos Lima, visto que, algumas décadas depois da sua morte, surgiria na corte de D. Dinis um novo João Fernandes de Lima, personagem que se casaria com uma filha do poderoso João Pires de Aboim, mas que viria a acabar os seus dias ao serviço de Fernando IV de Castela. Esta tradição seria seguida por Fernão Anes de Lima, partidário de D. João I que, graças a generosas doações deste monarca, se afincou firmemente na terra de Valdevez, onde deteve a torre de Giela, bastião da sua autoridade na região. Este último seria pai de D. Leonel de Lima, primeiro visconde de Cerveira.[590]

Contrariamente à postura de João Fernandes, Pero Anes da Nóvoa I, filho do seu tio João Aires, manteve uma atitude de absoluta fidelidade a D. Afonso II e D. Sancho II, a quem serviu como mordomo (1213-1223 e 1228-1229) e como tenente da Estremadura (1235).[591] Seu irmão, Gonçalo Anes, tornou cavaleiro Soeiro Pais de Valadares, fidalgo que, como vimos, chegaria à mordomia de Afonso IX, em substituição do Infante D. Pedro Sanches. Curiosamente, Pero Anes viria a casar com Urraca Pires da Maia, filha de Pero Pais da Maia, célebre exilado português que, depois de 1169, se abrigara na terra de Toronho.[592]

Com a crise de 1211-1212, várias figuras chave da corte portuguesa, lideradas pelo Infante D. Pedro Sanches[593], buscaram exílio em Leão, onde alia-

[589] *Idem*, *ibidem*, pp. 19-20.

[590] Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», pp. 918-919.

[591] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 989, 990 e 1038.

[592] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 19.

[593] Para mais detalhes sobre a carreira de D. Pedro veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 23-28.

ram os seus interesses pessoais, enquanto defensores de um modelo senhorial de sociedade, com as causas da Infanta D. Teresa, antiga esposa de Afonso IX, e da coroa leonesa.

Entre elas estavam os irmãos Gonçalo Mendes de Sousa II e Garcia Mendes de Eixo (Garcia Mendes de Sousa II), poderosos magnates que se viram obrigados a capitalizar todos os laços transfronteiriços que os Sousa foram estabelecendo ao longo de várias gerações. Assim, o seu avô Gonçalo Mendes de Sousa I casou por três vezes, sendo que o primeiro matrimónio foi celebrado com Urraca Sanches de Celanova, filha de Sancho Nunes de Celanova e da Infanta D. Sancha Henriques e irmã do conde Vasco Sanches de Celanova, e que o terceiro foi com Sancha Álvares das Astúrias. Por sua vez, o pai de ambos, Mem Gonçalves de Sousa I, casou com Maria Rodrigues Veloso, filha do conde Rodrigo Peres Veloso, magnate que, conjuntamente com Gomes Nunes de Pombeiro, irmão de Sancho Nunes de Celanova, participou na ocupação de Toronho e Límia pelos portugueses, durante a década de 1130. O próprio Garcia Mendes de Eixo seguiria esta tradição, que ligava os Sousa à zona de Toronho, casando com Elvira Gonçalves de Toronho, filha de Gonçalo Pais de Toronho e neta de Paio Curvo de Toronho. Já Urraca Mendes de Sousa II casou com Nuno Pires de Gusmão e Mem Gonçalves de Sousa II com Teresa Afonso de Meneses. Por seu lado, Mem Garcia de Sousa integrar-se-ia no mesmo contexto social que seu pai, Garcia Mendes de Eixo, pois foi marido de Teresa Anes de Lima.[594]

Até 1211, Gonçalo Mendes de Sousa II foi mordomo real (1192-1211) e tenente de Basto (1195-1211) e de Celorico da Beira (1196),[595] mas as inúmeras mudanças políticas criadas pela ascensão de D. Afonso II acabaram por afectar profundamente os Sousa. Tendo-se juntado à causa das Infantas, Gonçalo Mendes foi imediatamente integrado na corte de Afonso IX, ocupando as suas tenências da Extremadura e Transierra. Enfrentado com notícias de que D. Teresa se encontrava cercada no castelo de Montemor pelas tropas régias de Martim Anes de Riba de Vizela, partiu imediatamente em seu auxílio com um contingente de 25 cavaleiros e alguns peões oriundos da sua praça de Castrotoraf. Graças ao seu auxílio, as forças régias sofreram uma copiosa derrota.

A partir desse momento a presença de Gonçalo Mendes no reino vizinho foi relativamente discreta, tendo marcado presença apenas no já referido

[594] *Idem*, *ibidem*, pp. 28-29.

[595] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 988, 1000 e 1036.

documento de 1211, no acordo de 1217 sobre o dote das Infantas D. Sancha e D. Dulce, filhas de Afonso IX e de D. Teresa, e num documento de 1215, onde surge como tenente de Caura e Alcantara. No tratado de Boronal de 1219 já estaria do lado português.[596]

A partir de 1219, Gonçalo Mendes voltou à vida cortesã portuguesa, sem nunca abdicar da relação umbilical que criou com a fronteira: foi tenente de Trancoso (1219-1225) e de Valadares (1219), recuperou a mordomia (1224), foi tenente de Lamego (1221-1222 e 1234-1236), de Pinhel (1223), de Viseu (1235) e de Riba Minho e Valadares (1226). Apesar do elevado valor económico da maioria das suas tenências, importa realçar o seu governo de Valadares e Riba Minho, bem junto às terras dos seus parentes galegos, onde terá passado grande parte do seu exílio. Gonçalo Mendes viria a morrer em 1243, tendo sido sepultado em Alcobaça.[597]

Tal como o seu irmão, Garcia Mendes de Eixo[598] encontrava-se extremamente vinculado às terras fronteiriças, quer pela sua ascendência, quer pelo seu casamento com Elvira Gonçalves de Toronho, filha de Gonçalo Pais de Toronho e de Ximena Pais da Maia, o que a tornava neta de Paio Curvo de Toronho e sobrinha de Pero Pais da Maia.

Até 1211, Garcia Mendes surgira na corte entre 1188 e 1197 e confirmara vários documentos até 1210. Solidário com a causa política do seu irmão e da sua linhagem, abandonou o reino após a morte de D. Sancho I, permanecendo na Galiza até cerca de 1217. Durante este exílio, os seus filhos Gonçalo e Pero Garcia passaram a integrar o séquito do Infante D. Pedro, seguindo-o durante parte da sua presença no reino de Aragão. Depois do seu regresso a Portugal, Garcia Mendes confirmou vários diplomas régios até 1224, tendo sido tenente de Castelo Branco (1223) e de Gouveia (1223-1224). Porém, o crescente enfraquecimento da autoridade régia tê-lo-á afastado da corte, comparecendo ao longo da década de 1230 apenas num conjunto de doações ao mosteiro de Salzedas. Apesar de ter tido bastantes bens, dispersos por todo o Entre-Douro-e-Minho e Beiras, o coração dos seus domínios estaria localizado em torno da honra de Eixo e dos seus senhorios em Óis e Aveiro. Garcia Mendes viria a falecer apenas em 1239, altura em que foi sepultado em Alcobaça.[599]

---

[596] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 29.

[597] *Idem*, *ibidem*, pp. 29-30.

[598] A sua faceta de trovador levou a que fosse biografado por Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 477-478.

[599] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 31-32.

No seu cantar de exílio *Alá u Nazq la Torona*, Garcia Mendes coloca lado a lado as qualidades das terras de Sousa, de onde procede a sua linhagem, e de Toronho, onde se instalou junto aos parentes da sua esposa. Através deste texto, enaltece as qualidades naturais dos dois territórios e das suas gentes, que, no fundo, encarnavam as virtudes de Portugal e da Galiza. Contudo, a forma como atribui características verdadeiramente reparadoras à terra de Sousa deixa perceber uma certa invocação das dificuldades criadas pela competição interna existente nos círculos aristocráticos que o receberam. Devido a esta constante luta pelo espaço e pela influência social, Garcia ter-se-á enfrentado com dificuldades de afirmação dos seus próprios projectos, situação com a qual nunca se terá deparado em Portugal, devido ao enorme poder e prestígio da sua família. Por outro lado, esta trova também terá servido para divulgar entre o estamento aristocrático as virtudes da manutenção de um património político e fundiário em ambos os reinos. O facto de esta cantiga ter sido dedicada a Rodrigo Dias de los Cameros deixa perceber também que Garcia terá entrado em contacto com as influências deixadas por João Soares de Paiva I nas cortes de Toronho.[600]

Alguns anos mais tarde, estabelecer-se-ia na esfera galego-portuguesa o poderoso bastardo régio Martim Sanches, que, por força da sua ascendência materna, optou por exercer uma autoridade verdadeiramente indisputada sobre todo o território fronteiriço. Este magnate de Afonso IX nasceu de uma relação ilegítima entre D. Sancho I e Maria Aires de Fornelos, que terá acontecido durante os últimos anos de casamento do monarca ou nos primeiros tempos da sua viuvez. Maria Aires era filha de Aires Nunes de Fornelos e de Mor Peres de Bravães, senhores da Torre de Fornelos, na zona de Crecente (Galiza). Martim Sanches teve como ama uma vilã de Gémeos (Guimarães), de nome Maria Soares, que recebeu alguns bens da parte do rei. Segundo as inquirições, também terá sido criado, em regime de amádigo, na freguesia de Cardielos, no julgado de Ponte de Lima. Sabemos também que foi proprietário de alguns casais na freguesia de S. Romão de Aguiar, no julgado de Aguiar, e, conjuntamente com a sua irmã Urraca Sanches, foi senhor da freguesia e igreja de Santa Maria de Vila Nova das Infantas e da freguesia de Golães, perto de Guimarães.[601]

---

[600] *Idem*, *ibidem*, p. 32. Este ponto de contacto entre as duas primeiras gerações de trovadores galego-portugueses foi devidamente explorado em José Carlos Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*.

[601] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 32.

Na nossa opinião, as suas origens familiares galego-portuguesas e a sua criação em pleno Alto Minho condicionaram decisivamente a sua futura carreira transfronteiriça. Ou seja, Martim Sanches cresceu num meio onde, com o beneplácito das duas monarquias, os principais magnates procuravam, livremente, contactos transfronteiriços. Por outro lado, a própria proximidade da família de Maria Aires às duas esferas de poder facilitou o envolvimento do jovem bastardo nesta realidade. Veja-se o caso de Pero Aires de Fornelos, que, em 1201, ostentava a tenência do castelo de S. Martinho, sob a autoridade de Afonso IX.[602]

A hostilidade revelada por D. Afonso II em relação aos seus irmãos e o seu casamento com Eulália Pires de Castro, filha de D. Pedro Fernandes de Castro, antigo companheiro de armas e de exílio do Infante D. Pedro, terão levado Martim Sanches a optar pela saída do reino, tendo chegado à corte leonesa em 1218.

Ali, foi alferes entre 1218 e 1227, tenente de Límia e Nóvoa entre 1218 e 1228, do Bierzo e Buyeza em 1218, de Sarria entre 1219 e 1227, de Toronho entre 1222 e 1227, de Montenegro entre 1220 e 1222, de Monterrosso entre 1223 e 1225, de Ledesma entre 1219 e 1220, de Cervantes em 1220, de S. Martinho em 1223, de Santa Cruz em 1224 e 1228, de Baroncelle e de Valadares entre 1225 e 1226. Em vários documentos encontra-se referido como vassalo do rei e nos livros de linhagens é definido também como adiantado de Leão. Durante a sua estadia na Galiza e em Leão (1218-1228), Martim Sanches foi substituído várias vezes nos seus cargos, por Pedro Fernandes de Tiedra, por Fernando Sanches e por D. Morán.[603] Entre estes dependentes também estariam os vários tenentes e alcaides das pequenas circunscrições que compunham os seus vastos domínios territoriais.

Tendo crescido no coração do Alto Minho, Martim Sanches terá tido a oportunidade de tomar conhecimento das especificidades da complexa rede castelar que compunha as terras de Toronho e Límia, sendo que a própria designação de adiantado parece apontar para um controlo directo destas praças. Julgamos que estas tarefas de governo militar de praças-chave da fronteira também terão ajudado a alavancar a carreira dos senhores de Fornelos. Assim sendo, não é de estranhar que Martim Sanches se tenha especializado no cum-

[602] *Idem*, *ibidem*, p. 33. Na próxima secção apresentaremos inúmeros dados sobre os Fornelos/Castro de Fornelos, ao longo de várias notas que dedicaremos a membros chave desta linhagem.

[603] *Idem*, *ibidem*.

primento do ofício de alferes e na consolidação da rede defensiva de Toronho e Límia, já que a mordomia estaria completamente fora do seu alcance, devido à chegada do seu meio-irmão legítimo, o Infante D. Pedro Sanches.[604]

Esta tarefa de defensor do espaço galego viria a ser difundida e eternizada pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que conserva uma narrativa relativa à sua invasão do Alto Minho, em 1220[605]. Após ter instigado Afonso IX a oferecer o couto de Ervededo ao arcebispo bracarense Estêvão Soares da Silva, Martim Sanches recebeu a notícia de que vários homens do concelho de Guimarães tinham usurpado alguns bens deste senhorio eclesiástico. Com o propósito de desferir um violento golpe contra o seu irmão, D. Afonso II, que nessa altura se encontrava em Ponte de Lima, reuniu as suas forças de Toronho e Límia (bem como as das suas restantes tenências galegas) e do vale de Baroncelle, as hostes que lhe tinham sido confiadas como alferes e adiantado, todas as gentes que defendiam as praças fronteiriças e, provavelmente, algumas famílias portuguesas que, descontentes com o rumo político encetado pelo soberano português, se tinham alinhado com os interesses leoneses. Depois do recuo do monarca português, Martim Sanches avançou contra Ponte de Lima e depois venceu as hostes régias em Barcelos, perto do mosteiro da Várzea e entre Braga e Guimarães. Antes de se retirar para a Galiza, o bastardo régio incitou (de uma forma bastante cavaleiresca) D. Gil Vasques de Soverosa, seu padrasto, a abandonar pacificamente a liça. No fundo, esta narrativa procura enfatizar as suas qualidades enquanto defensor da Galiza e a superioridade do ideário senhorial, fazendo sobressair a própria fraqueza de D. Afonso II, que, tal como em 1211-12, se mostrara incapaz de defender o seu reino.[606]

O seu compromisso com o «partido senhorial» encontra-se bem patente na forma como foi apresentado como um dos magnates galegos que avalizavam o acordo de 1223 entre D. Sancho II e as suas tias. Com ele estavam Fernão Pires Tinhoso e Afonso Pires Gato, dois fidalgos procedentes dos Velhos que terão seguido Martim Sanches no seu exílio.[607]

Entre 1225 e 1226, Martim Sanches participou em várias iniciativas militares a sul, das quais se pode destacar a sua acção na lide de Tejada e no cerco a Badajoz. Entre 1227 e 1228, o bastardo régio terá entrado num pro-

[604] *Idem*, *ibidem*, p. 34.

[605] LL25G3.

[606] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 34-35.

[607] *Idem*, *ibidem*, p. 35.

cesso de declínio físico que terá ditado a sua morte, tendo sido enterrado em Cerecinos, na terra de Campos.[608]

Apesar de os livros de linhagens indicarem o contrário, sabemos que Martim Sanches e Eulália Pires de Castro tiveram um filho, Rodrigo Martins, fidalgo que se encontra referido como sobrinho do Infante D. Pedro no tratado que pôs fim à revolta do primogénito de Jaime I de Aragão.[609]

A forte influência de Martim Sanches junto do poder leonês terá permitido uma reaproximação dos Soverosa à fronteira galego-portuguesa, através dos seus meios-irmãos nascidos do casamento de Maria Aires de Fornelos com Gil Vasques de Soverosa.

Se, por um lado, Teresa Gil se tornou na última amante do próprio Afonso IX, Martim Gil de Soverosa I transformou-se num dos seus principais magnates. Este último surge como tenente de Toronho em 1225, talvez em substituição de Martim Sanches. Em 1229 volta a reaparecer como senhor do castelo de S. Martinho e como tenente de Baiona e Toronho. Em 1232 ainda ostentava a tenência de Toronho e, no ano seguinte, era já tenente de A Guarda. Entre 1235 e 1236 surge apenas como tenente de Ribadavia e de Toronho.[610] A sua influência na metade galega da diocese de Tui advém claramente da sua ascendência nos senhores de Fornelos, do poder público de Martim Sanches e do seu desejo em expandir a autoridade que detinha em Riba Minho, terra que governou entre 1230 e 1247; entre 1240 e 1247 foi também tenente da terra de Sousa. Durante a guerra civil militou nas hostes de D. Sancho II, tendo sido um dos principais actores dos episódios de Moreira e de Trancoso. Durante o seu exílio em Castela, confirmou vários diplomas régios entre 1252 e 1259. Martim Gil de Soverosa casou com Inês Fernandes de Castro, filha de Fernando Guterres de Castro (um dos vários tenentes de Toronho desse período), de quem teve descendência.[611]

Outro dos grandes exemplos de mobilidade desta era provém dos Cerveira, ramo mais nortenho dos Velhos, que analisaremos mais à frente no conjunto global desta família.

A origem dos Cerveira advém do casamento de Nuno Soares Velho II com Gontrode Fernandes de Montor, filha de Fernão Anes de Montor e de

[608] *Idem*, *ibidem*. Krus, *A Concepção Nobiliárquica*..., p. 249.

[609] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 35.

[610] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., pp. 173-175.

[611] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 36.

Urraca Gomes de Pombeiro, filha de Gomes Nunes de Pombeiro, célebre magnate que abandonou o serviço de Afonso VII, de quem era tenente de Toronho, para servir D. Afonso Henriques, colaborando com a sua ocupação do sul da Galiza. Gontrode era também irmã de Paio Curvo, pai de Gonçalo Pais de Toronho, esposo de Ximena Pais da Maia, cunhado de Pero Pais da Maia e pai de Elvira Gonçalves de Toronho, esposa de Garcia Mendes de Eixo.

Do matrimónio entre Nuno Soares e Gontrode Fernandes nasceu João Nunes de Cerveira, magnate que, após um acercamento aos círculos cortesãos coimbrãos (entre 1183 e 1192), onde adquiriu bens junto a Coimbra, Ourém, Besteiros e Viseu, virou a sua atenção para o Alto Minho, após ter recebido de D. Sancho I um préstamo em Cerveira, em 1188. Segundo as inquirições de 1258, foi senhor do castelo de Cerveira e, provavelmente, de Riba Minho. Sabemos também que comprou parte da igreja de S. Paio de Moledo. Segundo os livros de linhagens, João Nunes casou com Sancha Anes de Moeiro, filha de João Soares e neta de Soeiro Anes da Nóvoa, irmão do poderoso Pero Anes da Nóvoa I. Deste casal nasceram Pero, Gonçalo, Lourenço, Soeiro e Sancha Anes de Cerveira.[612]

Aparentemente, João Nunes terá nutrido alguma proximidade em relação ao «partido senhorial português», já que marcou presença no acordo de 1217 sobre o dote das Infantas D. Sancha e D. Dulce, filhas de D. Teresa e de Afonso IX. Em 1229, Gonçalo e Pero Anes de Cerveira surgem num acordo de Afonso IX com a Ordem de Santiago sobre Cáceres.[613]

Apesar dos seus contactos com a corte leonesa e portuguesa, os Cerveira empenharam-se a fundo na constituição de senhorios transfronteiriços, seja por via de casamentos com várias famílias galegas ou, até, através da usurpação de direitos de instituições como o mosteiro de Oia, não sendo por isso de estranhar que o *Livro do Deão* aluda claramente ao poder de Álvaro Rodrigues de Cerveira: *«que emmentes el morou em Tebia* [Tebra] *e em Pessegueiros, nom cantou i outro galo senom o que el mandou»*[614].

***

[612] *Idem*, *ibidem*, pp. 37-38.

[613] *Idem*, *ibidem*, p. 38.

[614] LD14Z8. Para mais detalhes sobre João Nunes de Cerveira e sua linhagem veja-se Leontina Ventura, «O Alcaide Cerveira (1158-1207). Identificação, Trajectória e Património», in *Olhares Sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 673-690.

A natureza específica da diocese de Tui ofereceu um estímulo constante à formação de laços transfronteiriços, visíveis na forma como manteve relações privilegiadas com a coroa portuguesa até 1381 e na maneira como grandes casas monásticas do sul da Galiza, como Oia, tentaram afirmar a sua autoridade senhorial nos seus domínios portugueses.

Contudo, os crescentes atritos políticos entre Portugal e Castela acabariam por influenciar negativamente esta relação simbiótica, verificando-se um avolumar de tensões entre os reinados de D. Dinis e de D. Fernando. A imposição de taxas e de direitos régios ao património tudense ou as constantes tentativas de subtracção das igrejas portuguesas do Entre-Minho-e-Lima ao padroado tudense, por exemplo, criaram um caminho de cisão que atingiu o seu pico no «Cisma de Valença», que, na sua essência, apenas espelha os antagonismos criados pela adesão do partido «legitimista» às aspirações de D. Fernando, que envolviam a assimilação da coroa castelhana, ou, pelo menos, de todo o território galego.

Assim sendo, a própria adesão a este movimento de várias figuras-chave da aristocracia do sul da Galiza não encontrou paralelo na postura do clero tudense, que, ao contrário do português, manteve o seu posicionamento em relação ao Grande Cisma do Ocidente. Apesar dos seus gestos indemnizatórios em relação ao clero secular e regular local, os monarcas portugueses não esqueceriam o apoio prestado pelos bispos de Tui aos monarcas castelhanos em período de guerra, factor que terá contribuído para o crescimento de uma consciência favorável à criação de uma divisão nacional neste território eclesiástico. Contrariamente ao que acontecera no reinado de D. Afonso Henriques, a condição transfronteiriça da diocese de Tui passou a ser perspectivada como um risco em relação à afirmação da soberania portuguesa, como uma força senhorial aliada aos interesses castelhanos, e não como um elemento legitimador do seu processo de expansão.

Todavia, os conflitos entre os interesses políticos e eclesiásticos não se verteram na vida quotidiana das gentes do vale do Minho, que continuavam a buscar uma política de privilégio, de forma a manterem a articulação económica criada ao longo das centúrias anteriores.

A sobreposição da fronteira eclesiástica e da fronteira política não conseguiu travar os ciclos de migrações e os fluxos humanos da nobreza galego-portuguesa, visto que, na sequência da guerra civil entre Pedro e Henrique II, das guerras fernandinas e das guerras luso-castelhanas nascidas da crise dinástica portuguesa, vários aristocratas portugueses e galegos permutaram de reino. Veja-se o exemplo de Fernão Anes de Lima, pai de D. Leonel de

Lima, que, devido ao seu apoio ao Mestre de Avis, se afincou nas terras de Arcos de Valdevez.

No entanto, estes fluxos de finais do século XIV eram apenas um reflexo tardio de um conjunto de movimentos migratórios iniciais, que, até ao final do reinado de D. Sancho II, privilegiaram as permutas entre Portugal e o espaço galego e leonês.

À imigração dos Trava, Celanova, Soverosa, Lima e Nóvoa, entre outros, sucederam dois períodos de emigração portuguesa, que, em boa parte dos casos, usaram as terras de Toronho e Límia como porto de abrigo.

Aos atritos e quezílias pessoais de D. Afonso Henriques e D. Sancho I com alguns dos seus magnates, seguiu-se um êxodo colectivo de várias figuras em direcção ao sul da Galiza e à corte de Leão, onde formaram um grupo de apoio à política interna e externa de Afonso IX, disruptiva do processo centralista implementado pela coroa portuguesa.

A partir do exílio toledano de D. Sancho II, o número de permutas entre Portugal e Castela tornou-se imensamente superior aos circuitos que aproximavam a alta aristocracia portuguesa e galega. As únicas e verdadeiras excepções cingiram-se aos Castro e a alguns ramos específicos dos Lima.

Só com o fim da guerra civil castelhana, em 1369, se voltaria a verificar uma entrada massiva de galegos em Portugal, na sua maioria dependentes de D. Fernando Ruiz de Castro, o grande responsável pela manutenção do espírito «petrista» na Galiza.

Na verdade, estes movimentos são apenas reflexos e consequências de um cruzamento mais profundo de famílias e elites, de um processo evolutivo que atingiu uma enorme visibilidade no conjunto de linhagens que, estimuladas pelas dinâmicas sociais e políticas que permitiram a manutenção de uma fronteira aberta na região da antiga diocese de Tui, se procuraram mesclar profundamente em ambos os lados da fronteira.[615]

Chegou a hora de analisar a grande nobreza galego-portuguesa que exerceu a sua influência nos territórios da velha diocese de Tui.

[615] Sugerimos ao leitor que avalie as consequências da interpenetração destas linhagens através dos mapas III e IV que apresentamos no nosso anexo cartográfico, sendo que devemos realçar o tremendo sucesso da implantação das famílias galegas em Portugal, tanto na zona de fronteira como em espaços altamente senhorializados, como os vales do Douro e do Sousa, por exemplo.

II
As linhagens galego-portuguesas

2.1. De aristocracia condal a infanções e ricos-homens (séculos IX a XI)

Com o acelerar do processo de reconquista do espaço galego-português a partir da segunda metade do século IX, através das sucessivas presúrias de Tui (854), do Porto (868), de Chaves (872) e de Coimbra (878), vastos espaços foram confiados à velha aristocracia condal galaico-portucalense.

À intrincada teia de relações sociais e políticas urdida pelos descendentes de Ero Fernandes, conde e senhor de Lugo desde os tempos de Ordonho II, de Afonso Betotes, conde de Tui e Deza, de Vímara Peres, conde de Portucale, do conde Odoário de Chaves e de Hermenegildo Guterres, conde de Coimbra, coube a tarefa de reorganização do tecido social de um vasto território que se estendia das margens do Minho e do Lima (na Galiza) até à instável e volúvel fronteira do Mondego.[616]

---

[616] A historiografia portuguesa cedo se dedicou à problemática do repovoamento e organização dos territórios tomados pelos condes presores. A quase permanente efervescência deste tema deveu-se em grande medida à problemática lançada por Herculano sobre a existência, ou não, de uma política de ermamento nos territórios de fronteira entre cristãos e muçulmanos. Sobre esta problemática do povoamento, ou repovoamento, do espaço português poderíamos referir bastantes trabalhos, mas, a título de exemplo, citaremos os seguintes: Torquato de Sousa Soares, «O Repovoamento do Norte de Portugal, no Séc. IX», *Biblos*, 18 (1942), pp. 187-208; Paulo Merêa, «Algumas Palavras sobre Portugal no Século IX», Sep. da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1930; *Idem*, «Mais Algumas Palavras sobre «Portucale» », *Portucale: Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística*, X - N.º 55-56 (1937), pp. 12-16; *Idem*, «Voltando à Carga», *Portucale: Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística*, XII - N.º 70-71 (1939), pp. 121-124;

Neste mesmo período (finais do século IX e inícios do X), várias linhas de descendentes de Ero Fernandes[617] encetaram um processo de expansão dos seus interesses senhoriais a sul. Neste contexto, três exemplos afiguram-se como paradigmáticos: Ildoara Eriz, filha do primeiro matrimónio de Ero Fernandes com Adosinda, desposou o conde Guterre Mendes, filho de Hermenegildo Guterres e um dos seus principais herdeiros políticos e patrimoniais;[618] fenómeno que se viria a repetir com o seu irmão Gondesendo

Idem, «De «Portucale» (Civitas) ao Portugal de D. Henrique», *Biblos*, XIX (1943), Sep. (1944), Porto, Portucalense Editora, 1944; e *Idem*, «Ainda Sobre «Portugal» no Século X», *Revista Portuguesa de História*, XI - vol. I (1965), pp. 144-150; numa vertente de reorganização das estruturas diocesanas, Avelino de Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*; Sérgio da Silva PINTO, *Breves Notas sobre as Presúrias do Século IX na Terra Portugalense. A Respeito de Vímara Peres*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1968; sobre a temática do povoamento segundo um padrão de encastelamento veja-se Mário Jorge BARROCA, «Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)», *Portugalia*, XXV (2004), pp. 181-203; ou, mais recentemente, Luís Carlos AMARAL, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*.

[617] Figura que empreendeu uma longa e decisiva vida pública até 926. O seu papel predominante na reorganização da *Galécia Lucense* transformou-o em objecto de estudo de vários autores, através de trabalhos clássicos como: Emilio SÁEZ, «Los Ascendientes de San Rosendo. Notas para el Estudio de la Monarquía Astur-Leonesa durante los Siglos IX y X», Sep. de *Hispania*, XXX (1948), pp. 5-133 (dedicado especificamente aos ascendentes de S. Rosendo); SALAZAR Y ACHA, «Los Descendientes del Conde Ero Fernández…», pp. 67-86 (dedicado aos seus descendentes, patronos do mosteiro de Santa Maria de Ferreira de Pallares, na Galiza); MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 95-103, e *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 23-24 (onde Mattoso sintetiza alguns dos principais aspectos da integração dos descendentes de Ero Fernandes no cerne da velha aristocracia condal portuguesa); A. de Almeida FERNANDES, «Portugal no Período Vimaranense (868-1128) », Sep. da *Revista de Guimarães* (1970-1972) (onde Almeida Fernandes introduz, de uma forma dispersa por quase todo o texto, várias referências às relações familiares de Ero Fernandes com a aristocracia condal de Coimbra e, indirectamente, de Portucale, através de Gonçalo Betotes); ou TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 282 e seguintes (onde a autora resume, com base em muita da informação dos autores anteriormente referidos e em alguns documentos mais, a evolução das estirpes condais saídas de Ero Fernandes e, principalmente, a sua osmose com a família condal de Coimbra).

[618] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 284 e 306. Esta autora enfatiza o facto de Guterre Mendes ter sido senhor de, pelo menos, seis condados galegos, que, em alguns casos, partilhou com o seu irmão Aires Mendes. Antes desta autora, José Mattoso já tinha enfatizado o peso do património galego de Guterre e Ildoara, bem como o papel de Ildoara Eriz na articulação da herança política e territorial de Guterre Mendes e de Aires Mendes, seu irmão, através da delegação de uma das suas *conmissas* (MATTOSO, *Ricos-Ho-*

Eriz[619], provável filho primogénito de Ero Fernandes, que se casou com Enderquina Mendes *Pala*, também ela filha de Hermenegildo Guterres; por sua vez, Teresa Eriz[620] viria a casar com o conde Gonçalo Betotes, filho do repovoador do vale do Minho, Afonso Betotes.[621]

---

mens, Infanções e Cavaleiros…, p. 22). Toda a expressão do património do casal concentra-se fundamentalmente na documentação de Celanova, mosteiro do qual eram patronos através da figura do seu fundador, S. Rosendo, seu filho (Guterre e Ildoara são referidos em Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 1, 2, 4, 7, 75, 172, 179, 213, 218, 229, 256, 348, 357, 419, 453, 478, 493, 500, 505, 508, 509, 510, 518, 568, 570 e 578). Do vasto património do casal, enumerado principalmente na partilha dos seus bens, conseguimos localizar património em Ponte Caldelas, Celanova, Bueu, O Grove, Carnota, Cangas, Porto do Son, O Saviñao, A Pobra de Trives, Melgaço (Portugal), A Bola, Toén, Matosinhos (Portugal), A Arnoia, Padrenda, Nogueira de Ramuín, Portomarín e Ourenso. Atendendo aos bens dos seus filhos, também tiveram património em As Neves, na Figueira da Foz (Portugal), Bragança (Portugal), Viveiro, O Parámo, Cartelle, Xinzo de Límia, Taboada, Malpica de Bergantiños, Muxía, Viana do Castelo (Portugal), Lobios, Caminha (Portugal), Baños de Molgas, Cambados, Porqueira, Esgos, Monterrosso, Montemor-o-Velho (Portugal), Anadia (Portugal), Tomiño, Trasmiras, Punxín, Navia Suarna, Guntín, Rubiá, Lourenzá, Sandiás, Sarria, Ortigueira, Ordes, Vilalba, A Merca, Barbadás e Quiroga. Aparentemente, o peso dos bens galegos de Ildoara seria determinante na orientação do grupo familiar; mas, os bens na Figueira da Foz, Anadia e Montemor-o-Velho parecem apontar claramente para a sua vinculação à aristocracia condal de Coimbra. Assim, agremiaram bens na Galiza lucense, em Portugal e em Coimbra. Resta referir que para mais detalhes sobre Ildoara Eriz se pode consultar, por exemplo, María del Carmen Pallares Méndez, «Mujeres de la Alta Edad Media: Ilduara Eriz», *Historiar: Revista Trimestral de Historia*, 2 (1999), pp. 102-117.

[619] Sobre esta figura e sua esposa, *vide* Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 283 e 305. Apesar de não ter alcançado a dignidade condal, esta autora procurou articular a sua discreta participação na vida pública (através da sua aparição em alguns documentos de Ordonho II e do Infante Sancho Ordonhes) com a sua condição secundária na família e com as suas iniciativas de povoamento no espaço português, pois, para além de ter fundado o mosteiro de Dides na Galiza, fundou em Portugal os de Azevedo, Sanguedo e Santa Marinha. Esta sua forte presença em Portugal (principalmente no vale do Vouga e, talvez, devida ao seu matrimónio) já tinha sido devidamente enfatizada por José Mattoso (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 23, 28-29, 61 e 76), que, para além disso, descreve a lenta degradação do nível social dos seus descendentes (chegando até aos Baião e Marnel) devido ao sistema de partilha cognática das heranças.

[620] Sobre esta senhora, *vide* Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291. Apesar de não existir qualquer informação sobre o nome da sua mãe, acreditamos que, atendendo ao seu casamento e projecção social, esta terá sido filha do primeiro casamento de Ero Fernandes com Adosinda.

[621] Tal como indica José Mattoso (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20), o poder condal portucalense foi transmitido a Hermenegildo Gonçalves (c. 926-943), es-

Julgamos que cada um destes casais terá centrado os seus interesses em zonas específicas do espaço galego-português.

Apesar da sua posição dentro da família condal de Coimbra e do seu vasto e disperso património[622], os descendentes de Ildoara Eriz e de Guterre Mendes assumiram a primazia na reorganização do antigo condado de Límia —mais especificamente na importante e estratégica terra de Búval— através do poderoso mosteiro de Celanova, que foi fundado por S. Rosendo, filho deste casal, e beneficiado repetidas vezes por vários membros da sua família mais próxima.

Acreditamos que, de entre os vários filhos deste casal —o conde Monio Guterres (911-955),[623] marido de Elvira Aires, figura destacada da aristocracia condal conimbricense e pai do turbulento conde de Coimbra Gonçalo Moniz (que terá morrido por volta de 982, ou seja, durante os primeiros anos da guerra civil entre Ramiro III e Bermudo II, enquanto apoiante do segundo)[624]; o bispo S. Rosendo (desaparecido em 977)[625]; Adosinda Guterres, esposa do

---

poso da célebre Mumadona Dias, filho de Teresa Eriz e do conde Gonçalo Betotes, principal herdeiro do repovoador do vale do Minho, o conde Afonso Betotes, que, tal como enalteceu Almeida Fernandes, foi um dos principais validos de Afonso III (Fernandes, «Portugal no Período Vimaranense (868-1128) », pp. 23-24).

[622] Tal como já tivemos oportunidade de referir, o melhor retrato da dispersão e vastidão dos bens herdados pelos filhos do conde Guterre Mendes e da sua esposa Ildoara Eriz encontra-se na carta de partilhas efectuada entre S. Rosendo e seus irmãos em 934 (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478), onde se enunciam claramente vários bens nas províncias de Lugo e da Corunha (alguns deles herdados directamente de Ero Fernandes), vários dispersos por Toronho, Búval, Arnoia, Caldelas e muitas outras terras das províncias de Pontevedra e Ourense, alguns na fronteira portuguesa do Minho e na zona de influência da terra de Refojos de Leça (mais especificamente no actual concelho de Matosinhos), que Guterre Mendes governou conjuntamente com o seu irmão Aires Mendes (Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 306), e ainda em pleno condado de Coimbra (mais especificamente, nos actuais concelhos da Figueira da Foz, Anadia e Montemor-o-Velho).

[623] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 309.

[624] *Idem*, *ibidem*, p. 311.

[625] É absolutamente indiscutível que S. Rosendo foi a figura mais bem estudada da sua geração, graças à abundância de documentação referente à sua vida, ao seu labor enquanto bispo de Mondonhedo e dinamizador da vida monástica galega. Entre os inúmeros trabalhos sobre ele e sua família invocamos, apenas a título de exemplo, os seguintes: Sáez, «Los Ascendientes de San Rosendo…», pp. 5-133; José Miguel Andrade Cernadas e José García Oro, «Rosendo y Celanova. A la Hora de la Despedida», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 389-501; Manuel Carriedo Tejedo, «La Familia de San Rosendo», *Estudios Mindonien-*

conde Ximeno Dias e do conde Ramiro Mendes (de quem já tinha enviuvado em 980)[626]; e Ermesenda Guterres, que se casou com o seu primo materno Paio Gonçalves, conde de Deza e filho do conde Gonçalo Betotes (e, por isso, neto do conde Afonso Betotes) e de Teresa Eriz (irmã de Ildoara Eriz e filha de Ero Fernandes)[627]—, o principal continuador desta presença no sul da Galiza terá sido o conde Froila Guterres,[628] esposo de Sarracina e principal herdeiro do património político do seu tio paterno Aires Mendes e do seu pai Guterre Mendes (ambos filhos de Hermenegildo Guterres, conde presor de Coimbra) e, acima de tudo, da sua mãe Ildoara Eriz, já que se depreende da documentação que terá *«herdado»* desta o governo da terra de Caldelas,[629] junto à terra de Búval (Límia) e ao seu mosteiro familiar de Celanova.

Fruto de uma aparente escassez de documentação para os finais do século x, possivelmente gerada pelas destrutivas invasões de Almançor (que chegou a alcançar Santiago no Verão de 997) e pelo saque normando do vale do Minho,[630] as três gerações seguintes de descendentes de Froila Guterres assumem uma dimensão algo lacunar. Se atentarmos apenas ao início do título XXXVII do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[631], dedicado aos descendentes do Conde D. Nuno de Celanova (D. Nuno Vasques de Celanova), esposo de D. Sancha Gomes de Sousa e patriarca dos Celanova/Pombeiro-Barbosa (uma das

ses, 23 (2007), pp. 103-123; F. Carvalho Correia, «Algumas Notas sobre S. Rosendo», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 13-47; Miguel Ángel González García, «San Rosendo de Mondoñedo y Celanova», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 229-344; José Méndez Pérez, «La Familia de San Rosendo en la Fundación del Monasterio de Chantada», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 125-182; Segundo L. Pérez López, «San Rosendo: Monje y Reformador del Monacato», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 201-227, entre outros.

[626] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 310-311.

[627] *Idem*, *ibidem*, p. 310.

[628] *Idem*, *ibidem*.

[629] *Idem*, *ibidem*.

[630] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 28. No caso do vale do Minho, estamos em crer que as permanentes incursões normandas terão tido um efeito muito mais destrutivo do que a surtida de Almançor de 997. Na verdade, a incursão de 1014 (ou 1016) do caudilho normando Olaf Haraldsson (o futuro rei-santo Olavo da Noruega, devido à sua conversão fervorosa ao cristianismo) terá sido também muito mais disruptiva, já que, para além de ter saqueado e destruído a cidade de Tui, aprisionou uma parte substancial dos seus habitantes, incluindo o próprio bispo. Este acontecimento levou à interrupção do primeiro ciclo de restauração da diocese de Tui, pois, poucos anos depois, esta passou para a jurisdição de Iria-Santiago.

[631] LL37A1.

linhagens mais destacadas das cortes do Conde D. Henrique, D. Teresa e de D. Afonso Henriques), reparamos que esta passagem o identifica como irmão de D. Afonso de Celanova (uma figura completamente desconhecida de qualquer outra fonte) e de S. Rosendo. Portanto, como será possível que uma importante figura de finais do século XI (o conde D. Nuno) seja irmão de outra que terá morrido nos finais da centúria anterior (S. Rosendo)?

Atendendo aos interesses de Froila Guterres em Búval e Caldelas, pensamos que D. Nuno será descendente deste irmão de S. Rosendo e não seu irmão. Assim sendo, acreditamos que este não será seu descendente por via de Mumadona (ou Tutadona) Froilaz, esposa do conde coimbrão Gonçalo Moniz (seu primo por via paterna através do anteriormente referido Monio Guterres),[632] já que a sua descendência é bem conhecida e tradicionalmente apontada como origem dos Trava-Trastâmara[633]. Porém, o mesmo não se pode dizer da descendência do seu filho anónimo.[634]

O presumível poder político e patrimonial desta figura, a ausência de documentação relativa à sua vida e à sua descendência, fazem-nos crer que este terá vivido justamente entre o sul da Galiza (Toronho e Límia) e o Alto Minho, dado que existe uma escassez de documentação nesta zona justamente durante a sua cronologia vital (finais do século X e inícios do XI).

Hoje, sabemos que a sua filha Tutadona (homónima da sua tia Mumadona/Tutadona Froilaz) casou com o conde de Portucale Mendo Gonçalves[635] e que,

---

[632] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 310, nota 1570.

[633] Tal como sugere Margarita Torres Sevilla (*Idem*, *ibidem*, pp. 320 e 329 – Esquema Genealógico Casa de Traba (III)), acreditamos que o conde Froila Gonçalves, filho do conde Gonçalo Moniz e de Mumadona/Tutadona Froilaz, foi pai do conde Rodrigo Froilaz (c. 1035), trisavô (por via masculina) de Pedro Froilaz de Trava. Esta teoria é perfeitamente concordante com o conteúdo do famoso *«Memorial de Sobrado»*, já que este aponta os condes Froila Guterres e Sarracina (irmão e cunhada de S. Rosendo) como patriarcas dos Trava, pois estes seriam pais de Mumadona/Tutadona Froilaz.

[634] Apesar de termos procurado exaustivamente, cedo reparámos que nenhum autor (seja ele A. de Almeida Fernandes, José Mattoso ou Margarita Torres Sevilla, entre outros) aponta a paternidade da condessa D. Tutadona, esposa do conde portucalense Mendo Gonçalves (999-1008). Mas, alguns aventam que este possível varão seria filho do conde Froila Guterres e de Sarracina. Esta hipótese lançada por Mattoso foi plenamente adoptada e validada por Margarita Torres Sevilla (*Idem*, *ibidem*, p. 310). Apesar de estranha, esta situação parece não ter afectado a própria condessa D. Tutadona, pois o seu papel na governação do condado, após a morte de Mendo Gonçalves, e na transição da autoridade deste para Alvito Nunes (1008-1015/6) encontra-se plenamente documentada (MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 20-21).

entre os seus vários filhos[636], se encontrava a rainha Elvira Mendes, esposa de Afonso V,[637] e a condessa Ildoara Mendes, esposa de Nuno Alvites e mãe do penúltimo conde de Portucale, Mendo Nunes, e de Gontrode Nunes, esposa do Conde Vasco de Celanova e mãe do já referido Conde Nuno de Celanova, o patriarca dos Celanova-Barbosa, que, por isso, era primo direito do último conde de Portucale, Nuno Mendes.[638]

Este traçado genealógico desde Froila Guterres até ao Conde D. Vasco de Celanova e à sua esposa Gontrode Nunes, por intermédio do Conde Mendo Gonçalves de Portucale, da sua esposa Tutadona e da sua filha Ildoara Mendes, seria justificação suficiente para que o Conde D. Pedro registe o

[635] A sua vida pública, quer como governante de Portucale, quer como magnate da corte leonesa, transformou o conde Mendo Gonçalves numa das figuras centrais da aristocracia peninsular na transição do século x para o xi. Apesar da sua vasta descendência, a sua morte em 1008 sem herdeiros masculinos levou a um regresso do poder condal à linha de Vímara Peres, através de Alvito Nunes, que o terá partilhado com a sua viúva (*vide* a nota anterior).

Para além de ter assumido o governo directo de várias terras (como as da Maia e Braga), foi figura de relevo da corte de Bermudo II, tendo assumido desde 999 a tutoria de Afonso V, soberano que acabaria por encetar matrimónio com a sua filha Elvira Mendes. Tanto em documentação cristã como em muçulmana, Mendo Gonçalves chega a ser identificado como *dux* da Galiza. Para além de ter sido um dos principais defensores do espaço galego-portucalense contra as incursões de Almançor e seu filho, também terá participado na paz celebrada em 1003. No entanto, terá morrido em 1008 enquanto defendia a sua região dos ataques normandos (Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 296-297). Tal como os restantes condes galegos, Mendo Gonçalves não foi capaz de obter grandes vitórias militares de carácter ofensivo contra os invasores muçulmanos ou sequer de impedir que os condes conimbricenses fossem coagidos ou seduzidos por estes (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 32-33).

[636] Gonçalo Mendes, Ramiro Mendes, Rodrigo Mendes, Egas Mendes, Monio Mendes, Elvira Mendes, Ildoara Mendes, Paio Mendes e Aldonça Mendes.

[637] Atendendo ao evidente desfasamento de três gerações na passagem inicial do conde D. Pedro sobre o conde Nuno Vasques de Celanova (LL37A1), é possível que o seu «Conde Afonso de Celanova» (irmão do anterior) seja fruto de uma referência equivocada a Afonso V, já que este, devido ao seu matrimónio com Elvira Mendes, foi tio de Gontrode Nunes (filha do conde Nuno Alvites e de Ildoara Mendes), esposa do conde Vasco de Celanova, pai do conde Nuno Vasques de Celanova, patrono do mosteiro de Calvelo, e de Elvira Vasques (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 118; *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152). No entanto, acreditamos que este Afonso será uma outra figura da qual não temos qualquer documentação, mas que exploraremos mais à frente.

[638] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 118.

perentesco de Nuno Vasques com os fundadores de Celanova (através de S. Rosendo, irmão do seu tetra-avô Froila Guterres). Todavia, não pensamos que esta via (predominantemente feminina) seja razão suficiente para que se tenha aplicado o apelido Celanova a Nuno Vasques num nobiliário do século XIV, já dominado pelos princípios de uma mentalidade linhagística, que, na esmagadora maioria dos casos, delineava a transmissão dos apelidos familiares através das linhas masculinas. Assim, achamos altamente provável que tenha existido uma linha masculina saída do anónimo pai de D. Tutadona (esposa do conde Mendo Gonçalves de Portucale), que desembocou no conde Vasco de Celanova. Esta hipótese ganha ainda maior plausibilidade se pensarmos na forma como a aristocracia condal galego-portuguesa entrou numa profunda espiral endogâmica durante os séculos X e XI[639].

Esta nossa teoria pode ser enunciada da seguinte forma: deste filho anónimo de Froila Guterres terá nascido, para além da já referida Tutadona, um filho de nome desconhecido. Este filho poderá ser o conde Afonso de Celanova, referido de uma forma errónea pelo livro de linhagens como irmão do conde Nuno Vasques de Celanova. Atendendo à onomástica dos Celanova, é de todo provável que o nome de um dos filhos do Conde Nuno Vasques de Celanova, Afonso Nunes de Celanova, seja uma invocação deste conde Afonso de Celanova, possível pai (ou avô) do conde Vasco de Celanova. Assim sendo, o matrimónio do Conde Vasco de Celanova com Gontrode Nunes (irmã do conde Mendo Nunes e tia do conde Nuno Mendes de Portucale) seria apenas uma iniciativa de concentração de parte do património original de Froila Guterres (e do seu filho) numa linhagem próxima da família condal portucalense.[640]

A riqueza patrimonial dos Celanova, a natureza estratégica dos seus domínios, o seu parentesco com o último conde de Portucale e, acima de tudo, a sua ascendência em Ero Fernandes, Hermenegildo Guterres, Afonso Betotes e Vímara Peres, transformavam Nuno Vasques de Celanova e seus filhos em figuras predominantes nas cortes dos alvores da nacionalidade. O casamento de Nuno Vasques com Sancha Gomes de Sousa dava legitimidade política e

[639] Segundo José Mattoso, esta situação visava satisfazer as necessidades do sistema cognático tradicional da velha aristocracia condal, mas, na realidade, acabou por a deixar mais vulnerável a acidentes biológicos, principalmente numa fase mais tardia em que se aproximaram mais a um modelo agnático (*Idem*, *ibidem*, p. 30 e seguintes).

[640] A estrutura da família Celanova-Barbosa pode ser encontrada no título XXXVII do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

antiguidade a uma das principais famílias infancionais portucalenses. Este mesmo fenómeno e processo repetir-se-ia na geração seguinte entre os Celanova e a própria família real, devido ao casamento entre Sancho Nunes de Celanova (filho de Nuno Vasques) e a Infanta D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques.

Pensamos que dos Celanova procedem também Aires Calvo da Galiza e o enigmático patriarca dos Valadares (Aires Nunes). Uma ideia que exploraremos ao longo do texto genealógico sobre estas famílias.

Esta evolução de algumas linhas da velha aristocracia condal na forma de famílias que, a todos os títulos, podemos apelidar de fundacionais e infancionais, expressa-se de uma maneira mais clara na ascendência dos Baião e, consequentemente, de todas as linhagens que deles surgiram.[641] Por razões óbvias, centrar-nos-emos apenas na procedência e descendência dos senhores da Várzea e dos Velhos, bem como de todos os seus ramos.[642]

O primeiro matrimónio de Ero Fernandes com Adosinda deu origem a dois filhos que celebraram um casamento duplo com membros da aristocracia condal de Coimbra. A já referida Ildoara Eriz celebrou matrimónio com Guterre Mendes e o seu irmão Gondesendo Eriz com Enderquina Mendes *Pala*, ambos filhos de Hermenegildo Guterres[643]. Tudo indica que, apesar do seu prestigioso casamento, Gondesendo Eriz teve uma carreira pública de pouca expressão, quando comparada com os seus poderosos cunhados Gonçalo Betotes (conde de Tui e Deza, esposo de Teresa Eriz e progenitor do conde

[641] Pouco a pouco, vários estudos têm enfatizado este fenómeno de segmentação de algumas linhas da aristocracia condal em famílias de infanções. Tal como José Augusto de Sottomayor-Pizarro enfatizou (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 735), os senhores de Lanhoso são uma das famílias que entronca, por via masculina, em Vímara Peres. O mesmo autor chega a aceitar também que os Cunha sejam descendentes de Ero Fernandes (*Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 973). Numa zona geográfica bem mais afastada, José Mattoso discerniu que os Marnel, através de Egas Eriz *Iala*, se entroncavam numa das linhas provenientes de Ero Fernandes que se fundiu com a velha aristocracia condal coimbrã e que, apesar de ter sofrido com as vicissitudes da expansão de Almançor e com a colaboração que lhe foi prestada pelo conde Froila Gonçalves, seu parente, conseguiu demarcar o seu espaço a sul do Douro (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 23-24).

[642] Sobre os Baião e seus ramos, seguiremos a linha de reconstituição e análise proposta por Sottomayor-Pizarro (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 281-444 e Vol. III, todas as Genealogias 4.5.).

[643] Sobre estes dois casais, leiam-se, por exemplo, as sínteses de dados propostas por Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 283-284 e 305-306.

portucalense Hermenegildo Gonçalves, esposo de Mumadona Dias)[644] e o, já referido, conde Guterre Mendes. Porém, sabemos que, segundo um documento de 947, foi fundador dos mosteiros de Azevedo, Sanguedo, Santa Marinha (todos em Portugal) e de Dides (na Galiza).[645] Como veremos, este intenso envolvimento na reorganização do território português condicionará algumas das escolhas dos seus descendentes.

Foram seus filhos os condes Froila Gondesendes e Ero Gondesendes, figuras vinculadas quer aos seus tios e primos patronos de Celanova, quer aos seus parentes da aristocracia condal de Coimbra.[646] Esta vinculação aos seus parentes de Coimbra parece ter paralelo no casamento da sua irmã Ermesenda Gondesendes com o conde Aires Mendes,[647] seu tio materno. Por sua vez, a sua irmã Adosinda Gondesendes celebrou casamento, contra a vontade do seu pai, com o modesto infanção Ansur Benfrogia.[648] Apesar de tudo isto, a linha desta família que durante mais tempo permaneceu em Portugal procede de

[644] Apesar de não esclarecer os acidentes biológicos ou condicionantes sucessórias que terão feito recair o poder condal portucalense na filha de Onega Lucides e de Diogo Fernandes, ou seja, em Mumadona Dias, José Mattoso é muito claro quanto à hipótese do seu marido Hermenegildo Gonçalves ter governado o condado portucalense num período entre 926 e 943 e assume sem reticências a sua filiação em Gonçalo Betotes e, por consequência, a sua ascendência em Afonso Betotes (MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20). Somos da opinião que este acontecimento terá sido decisivo para uma osmose política entre os domínios dos condes portucalenses e dos condes de Tui (que se estendiam entre o Lima e a ria de Pontevedra). Assim sendo, acreditamos que Hermenegildo Gonçalves terá transmitido aos seus sucessores um espaço que ultrapassava claramente as fronteiras que tradicionalmente se atribuem ao condado portucalense.

[645] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 283.

[646] *Idem*, *ibidem*, p. 291. Importa assinalar que a identidade de Froila Gondesendes pode ser discutida devido a uma curiosa contradição documental: enquanto Froila surge junto aos patronos de Celanova, ostentando os títulos de conde e *dux*, num diploma datado de 942 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 2), no documento de 947 de Gondesendo Eriz, onde dota os mosteiros de Azevedo, Sanguedo, Santa Marinha, Dides (Galiza) e de Lavra, alude-se claramente a uma senhora (Froilo), nascida em pecado e que, devido à sua enfermidade, foi confiada à abadessa de Lavra, a troco de alguns bens (MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 98). Independentemente de possíveis erros na transcrição de ambos os documentos (mais visíveis no equívoco de datação do diploma português dos *Diplomata et Chartae*) ou no próprio género desta personagem, pensamos que o percurso vital descrito em ambos se aplica a uma única figura, provavelmente de género masculino.

[647] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[648] *Idem*, *ibidem*, pp. 283 e 292.

Soeiro Gondesendes, patrono e fundador do mosteiro de Sever e proprietário de um vasto património na região do Vouga.[649]

Fruto da ocupação do vale do Vouga por Froila Gonçalves, talvez com a protecção e encorajamento de Almançor, a descendência do seu filho Sandino Soares e da sua esposa (D. Ximena) acabou por perder muita da influência que detinha na região centro.[650] Foram seus filhos o conde Fernando Sandines, esposo de D. Elvira, Soeiro Sandines e Goldegrodo Sandines, esposa de Vímara Ermiariz. As primeiras consequências das disputas familiares que desencadearam esta situação verificaram-se apenas na geração dos filhos de Fernando Sandines. Estes eram Nuno Fernandes, Sandino Fernandes, Sarracina Fernandes, a condessa Ermesenda Fernandes, esposa do conde Gonçalo Froilaz, e a poderosa condessa Ximena Fernandes, esposa de Paio Nunes[651].

Por sua vez, os descendentes de Gondesendo Soares, provável primogénito de Soeiro Gondesendes, acabaram por frutificar num contexto geográfico diferente. Este terá sido pai de Honorigo Gondesendes e, tal como sugere A. de Almeida Fernandes, de Arualdo Gondesendes de Baião.[652] A deslocalização de Arualdo para zonas mais nortenhas terá permitido que se mantivesse à margem das lutas fratricidas dos seus primos na zona do Vouga e, ao mesmo tempo, que escapasse aos efeitos da reconquista muçulmana.

Arualdo Gondesendes de Baião terá tido de Dona Ufo, sua esposa, dois filhos: Gondesendo Arualdes de Baião e Galindo Arualdes de Baião. É também extremamente provável que tenha sido pai (ou avô) de Cresconho Arualdes, o primeiro dos Urgeses[653].

---

[649] *Idem*, *ibidem*, p. 291. Sobre a sua implantação na zona do Vouga e efeitos para os seus descendentes da aliança entre o conde Froila Gonçalves e Almançor, veja-se Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 23.

[650] *Vide* nota anterior. Sobre o seu grupo familiar veja-se Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 100 e seguintes.

[651] A estrutura genealógica deste grupo familiar pode ser encontrada em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 285 – Esquema Genealógico Eriz (I).

[652] No esquema que citámos na nota anterior, a autora apenas cita Honorigo Gondesendes. Porém, quer Mattoso quer Sottomayor-Pizarro validam a hipótese de Almeida Fernandes sobre Arualdo Gondesendes (*vide* Fernandes, «Portugal no Período Vimaranense (868-1128) », pp. 88-89; Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 61-62; *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 168-170; e Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285).

[653] Apesar dos problemas de convergência cronológica entre os descendentes de Cresconho Arualdes e de Arualdo Gondesendes, já enunciados por José Augusto de Sottomayor-

Do casamento de Gondesendo Arualdes com uma senhora desconhecida nasceu Egas Gondesendes de Baião I, de onde procede a linha principal dos Baião, bem como os Azevedo, Veiga, Poiares e Resende, todos ramos secundários desta família[654].

Segundo Almeida Fernandes, Galindo Arualdes de Baião terá casado com Emiso Froiaz, padroeira do mosteiro de Santo Antonino de Barbudo[655]. Deste casal nasceram três filhos: Adosinda Galindes, de quem se desconhece descendência;[656] Troitesendo Galindes de Paiva, esposo de Anímia e patriarca dos Paiva, bem como dos seus ramos secundários (Taveira e Rebotim);[657] e Soeiro Galindes da Várzea, esposo de Goina Pais e de Eilo Pais[658].

Do primeiro matrimónio do fundador do mosteiro da Várzea nasceram: Nuno Soares Velho I, esposo de Adosinda e ponto de origem dos Velho, Vasquinho, Mourão, Gato, Barreto e Cerveira, algumas das principais linhagens do Alto Minho; Leogúndia Soares da Várzea, esposa de Mem Gonçalves da Maia; Maria Soares da Várzea, que casou com o seu primo afastado Godinho

-Pizarro, autor desta hipótese (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285), achamos extremamente provável que Cresconho Arualdes seja, pelo menos, descendente de Arualdo Gondesendes. Tais problemas cronológicos não se levantariam se Arualdo Gondesendes fosse avô e não pai de Cresconho Arualdes.

[654] De entre todas as linhagens medievais portuguesas, os Baião foram os que se segmentaram em mais ramos. Este fenómeno encontra-se bem ilustrado no esquema de segmentação da linhagem produzido por José Augusto de Sottomayor-Pizarro, bem como pela genealogia que dedicou a ela (*Idem*, *ibidem*, Vol. III, segmentação da linhagem mãe e genealogia 4.5.).

[655] Teoria apresentada por Almeida Fernandes e aceite, anos mais tarde, por José Augusto de Sottomayor-Pizarro (*Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 285).

[656] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.

[657] A pertença de Troitesendo Galindes aos Paiva e, por sua vez, aos Baião nem sempre gerou consenso entre diferentes autores (especialmente entre Almeida Fernandes e José Mattoso); porém, e tal como José Mattoso, José Augusto de Sottomayor-Pizarro acabou por aceitar o nexo entre Troitesendo Galindes, os Baião e os Paiva (*Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 285-286). Hipótese que, atendendo aos factos, aceitaremos sem reservas. Vale a pena recordar que, curiosamente, os Paiva acabaram por regressar à Galiza, antiga casa de Ero Fernandes, antepassado mais distante de todos os Baião, já que João Soares de Paiva I terá partido de Portugal, possivelmente, como parte do séquito de D. Pero Pais da Maia, *o Alferes* (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 12-13).

[658] Estes dois casamentos são propostos por Almeida Fernandes (FERNANDES, «A Estirpe Vianense dos Velhos…», pp. 65-71) e aceites, com algumas reticências, por Mattoso (MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24) e por Sottomayor-Pizarro (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285).

Viegas de Azevedo; e Ouroana Soares da Várzea, esposa de Ero Mendes de Molnes. Do seu segundo matrimónio com Eilo Pais nasceram Elvira Soares e Soeiro Soares, que, aparentemente, não tiveram descendência.[659]

Atendendo a tudo o que dissemos até agora, perece-nos óbvio que muito do prestígio social inicial dos Baião, Azevedo, Paiva, senhores da Várzea e Velhos, advinha do facto de serem descendentes directos, por via masculina, de Ero Fernandes e, por via feminina, de Hermenegildo Guterres. Assim sendo, tal como no caso dos Celanova, achamos útil reequacionar a natureza infancional ou secundária da sua situação social, na medida em que sempre foram parte de um dos estratos da complexa rede familiar da velha aristocracia condal galego-portuguesa.

Acreditamos que esta consciência de classe ainda estivesse bem viva em finais do século xi. Tomemos como exemplo a geração dos filhos de Nuno Soares Velho I; foram seus filhos Soeiro Nunes Velho I, Gontinha Nunes Velho, Elvira Nunes Velho I e *Pala* Nunes Velho.[660] A onomástica desta última senhora, que terá vivido em finais do século xi e inícios do século xii, aponta claramente para a sua avó paterna, em sexto grau, Enderquina Mendes *Pala*, esposa de Gondesendo Eriz (filho de Ero Fernandes) e filha de Hermenegildo Guterres. Não é por isso de estranhar que os Velhos tenham escolhido viver no *«limes»* de Portucale, bem junto ao ponto de partida dos seus antepassados.

Esta idiossincrasia devia ter um peso especial na identidade familiar dos Velhos, já que Soeiro Galindes da Várzea procurou imitar o casamento de Teresa Eriz —irmã do seu tetravô Gondesendo Eriz, esposa de Gonçalo Betotes (filho de Afonso Betotes, conde de Tui e Deza) e mãe do conde de Portucale Hermenegildo Gonçalves (926-943), esposo de Mumadona Dias[661]—, pois tomou como primeira esposa Goina Pais, senhora que, segundo Almeida Fernandes, descendia directamente de Afonso Betotes.[662]

Apesar de ser uma hipótese baseada em figuras escassamente documentadas[663], achamos que esta afigura-se como altamente provável, na medida

[659] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.

[660] *Idem*, *ibidem*.

[661] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

[662] *Idem*, *ibidem*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116.

[663] Vale a pena recordar que, apesar das reticências de José Mattoso, criadas pela escassa documentação apresentada por Almeida Fernandes sobre as figuras que ligam Goina Pais à família de Afonso Betotes, este vazio coincide perfeitamente com o contexto de devastação

em que, para além de se assemelhar a uma tentativa de concentração endogâmica do património primitivo de uma linha da antiga nobreza condal, justifica plenamente a reimplantação de Nuno Soares Velho I no Entre-Minho-e-Lima.[664]

Afonso Betotes, conde de Tui e Deza e presor do Minho inferior[665], foi pai de Gonçalo Betotes, esposo de Teresa Eriz e pai dos seguintes filhos: o conde Paio Gonçalves, esposo da sua prima Ermesenda Guterres (filha do conde Guterre Mendes e de Ildoara Eriz, os pais de S. Rosendo) e pai de Ildoara Pais de Deza (esposa do seu primo Gonçalo Mendes, conde de Portucale e filho do já referido Hermenegildo Gonçalves e de Mumadona Dias); o Conde Hermenegildo Gonçalves de Portucale, esposo de Mumadona Dias e pai do já referido conde Gonçalo Mendes (continuador da linhagem condal de Portucale), de Nuno Mendes, de Ramiro Mendes (que também se casou com uma prima afastada, Adosinda Guterres, também ela filha do Conde Guterre Mendes e de Ildoara Eriz), de Onega Mendes (esposa de Guterre Rodrigues), de Diogo Mendes (esposo de D. Aldonça e pai de uma segunda Mumadona Dias, ou seja, homónima da fundadora do mosteiro de Guimarães, sua avó paterna) e de Aires Mendes; Ibéria Gonçalves, esposa do seu primo paterno Paio Tedão (mais que provável filho de Tedão Betotes, irmão de Gonçalo Betotes); Gontrodo Gonçalves; e da rainha Aragonta Gonçalves, esposa de Ordonho II, rei da Galiza e Leão (devido à morte de Garcia I).[666]

---

e desaparecimento da esmagadora maioria dos resquícios documentais provenientes do vale do Minho e do Lima para os finais do século X e inícios do XI.

[664] Tendo em conta que, segundo a carta de partilhas de 934 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478), os pais de S. Rosendo (os condes Guterres Mendes e Ildoara Eriz) tinham bens na zona de Toronho e Límia, achamos altamente provável que Teresa Eriz (irmã de Ildoara) também os tivesse. Assim sendo, o casamento de Teresa Eriz com Gonçalo Betotes, filho de presor de Tui (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 291), assemelha-se a uma iniciativa de consolidação em torno da fronteira galego-minhota. Por isso, não é de estranhar que Soeiro Galindes de Várzea, como descendente do grupo familiar de Ero Fernandes, tenha casado com Goina Pais, para que se ensaiasse uma iniciativa de concentração de propriedade nesta região, em tudo semelhante à de Teresa Eriz.

[665] Figura bem conhecida e estudada em múltiplos trabalhos de Mattoso ou Almeida Fernandes (veja-se, por exemplo, MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 20, 21, 24 e 46).

[666] O esquema genealógico III sobre os Eriz sintetiza bem a estrutura da descendência de Teresa Eriz e de Gonçalo Betotes, que temos vindo a apresentar (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 287 – Esquema Genealógico Eriz (III)).

Gonçalo Betotes terá tido ainda mais dois irmãos de relevante descendência: o já referido Tedão Betotes, esposo da sua prima paterna Ibéria Gonçalves e pai de Châmoa Pais, figura que deixou ao mosteiro de Guimarães a vila de Vila do Conde, em 968, e um outro varão de nome desconhecido, que seria pai (ou avô) de Bermudo Pepes. Este Bermudo Pepes seria pai de Paio Bermudes e, por sua vez, avô de Godo Pais, avó paterna de Goina Pais, esposa de Soeiro Galindes da Várzea e mãe de Nuno Soares Velho I.[667]

A escassez de documentação sobre estas figuras pode ser explicada através da primazia política e territorial que a linha de Gonçalo Betotes e de Hermenegildo Gonçalves detinha, quer em Portucale, quer no Alto Minho, dado que este tinha concentrado em si o governo das duas jurisdições territoriais. Por outro lado, também não cremos que estes ramos secundários tenham ficado imunes à decadência biológica causada pelo registo endogâmico da velha aristocracia condal e ao lento esboroar da sua autoridade. Todos estes mecanismos terão sido acelerados pelos efeitos dos ataques normandos no vale do Minho, pois nada indica que as famílias dos irmãos de Gonçalo Betotes se tenham afastado do Alto Minho e da fronteira galaico-minhota. Ou seja, a devastação normanda terá assolado os seus domínios tradicionais e, provavelmente, destruído a maioria dos testemunhos materiais das suas vidas.

Em resumo, podemos afirmar que, chegados a finais do século XI e inícios do século XII, tanto os Celanova-Barbosa como os Velhos e, como iremos ver, os Limas e Valadares, eram descendentes da velha aristocracia condal, principalmente através de Ero Fernandes e de Afonso Betotes. Não é por isso de estranhar que tenham escolhido a fronteira galaico-minhota como casa; o património, as origens e a influência territorial dos seus antepassados mais distantes justificavam esta opção.

Os pressupostos que temos vindo a enunciar neste texto introdutório servirão de base para o texto genealógico que apresentaremos a seguir. Este debruçar-se-á sobre o conjunto de descendentes de Ero Fernandes e de Afonso Betotes, tomando estes condes como a primeira geração, e procurará fazer a ponte biológica entre as décadas posteriores às presúrias do século IX e as grandes famílias fronteiriças nascidas em finais do século XI. Posteriormente, procuraremos dar corpo a estes seus ramos até ao século XIV, apresentando também pequenos textos introdutórios que expliquem e consolidem o seu encadeamento nestes grupos familiares anteriores.

---

[667] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116.

Devido ao elevado número de gerações e de ramos colaterais existentes em cada uma das famílias que analisaremos, decidimos apresentar um modelo de texto genealógico que dá primazia a uma leitura segundo gerações (ou seja, horizontal) e não por ramos individuais (ou seja, vertical).

Assim sendo, enunciaremos em cabeçalho o número de gerações que iremos tratar (podendo ir até às três no início); depois apresentaremos o progenitor ou o casal progenitor de cada segmento da geração; e, por fim, biografaremos todos os filhos desse casal. Este processo repetir-se-á em todas as famílias, em todos os ramos e em todas as gerações, excepto no caso dos descendentes de Afonso Betotes que, devido ao escasso número de gerações, de ramos e de informações existentes, permite uma reconstituição mais flexível.

Se o leitor necessitar de uma análise ascendente, por exemplo, basta seguir o casal progenitor na geração anterior. Caso seja necessária uma leitura descendente, basta seguir os progenitores ou a descendência enunciada na presente geração.

A numeração romana indicará a geração de cada indivíduo e o número seguinte a sua posição dentro da geração.

Dadas estas explicações, podemos avançar para a análise da longa lista de descendentes de Ero Fernandes.

OS DESCENDENTES DE ERO FERNANDES

A primeira, segunda e terceira geração

I-1 Do casamento de ERO FERNANDES,[668] conde de Lugo e figura destacada da aristocracia galaico-leonesa até 926, com Adosinda, nasceram:[669]

II-1 GONDESENDO ERIZ[670]

---

[668] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 95. Entre as mais recentes sínteses sobre o percurso vital desta figura, sobejamente conhecida, podemos recomendar: TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 282-283.

[669] As principais informações genealógicas sobre a sua família encontram-se em TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 285 – Esquema Genealógico Eriz (I).

[670] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 95 e 97-98. Os seus principais dados foram recentemente reunidos em TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*...,

II-2 e ILDOARA ERIZ[671]

Do seu segundo matrimónio com Elvira nasceram:

II-3 DIOGO ERIZ[672]

II-4 e GODESTEU ERIZ[673]

Apesar de as fontes não explicitarem de qual matrimónio nasceram, sabemos também que foi pai de:

II-5 TERESA ERIZ[674] (que julgamos ter nascido do seu primeiro matrimónio).

---

p. 283. Devido à profunda ligação da sua família a Portugal, esta figura suscitou a atenção de Almeida Fernandes e de Mattoso (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 28-29 e 61), que identificaram a implantação da sua linhagem no vale do Vouga e em zonas a norte do Douro, como Braga e Baião. Anos depois, Sottomayor-Pizarro viria a resumir e validar a proposta destes autores que o tornava no ascendente mais antigo dos Baiões (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 285 e Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões).

[671] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 88 e 95. Sobre ela veja-se também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 284. Graças à influência de S. Rosendo, seu filho, participou activamente com o seu marido, o conde Guterre Mendes, e família, nos primeiros anos do mosteiro de Celanova, onde se encontra abundantemente documentada (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 1, 2, 4, 7, 75, 172, 179, 213, 218, 229, 256, 348, 357, 419, 453, 478, 493, 500, 505, 508, 509, 510, 518, 568, 570 e 578). Tal como já referimos, a extraordinária expressão dos bens deste casal prende-se com o facto de terem reunido património dos condes Ero Fernandes e Hermenegildo Guterres e de terem senhorializado grande parte do sul da Galiza, tendo partido da antiga terra Búval (em Límia). Estes bens estendiam-se desde Bergantiños até ao vale do Mondego. Esta senhora e sua família também foram contempladas em outros trabalhos como: Sáez, «Los Ascendientes de San Rosendo…», pp. 5-133, ou Salazar y Acha, «Los Descendientes del Conde Ero Fernández…», pp. 67-86.

[672] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 96. *Vide* também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 284.

[673] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 284 e 291. Referido equivocadamente como Godesteu Fernandes em Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 95.

[674] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 96. *Vide* também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 291.

II-6 e GOTO ERIZ.[675]

Tanto quanto é possível averiguar, GONDESENDO ERIZ (II-1) não conseguiu alcançar a dignidade condal; mas marcou presença em alguns documentos de Ordonho II e de Sancho Ordonhes. Esta presença discreta entre a elite aristocrática contrapõe-se ao seu esforço de reorganização territorial, principalmente no espaço português, através dos seus mosteiros de Azevedo, Sanguedo, Santa Marinha e de Dides (este último já na Galiza). Sabemos também que, tal como a sua irmã Ildoara Eriz (II-2), casou dentro da casa condal de Coimbra, com Enderquina Mendes *Pala*, filha do próprio presor Hermenegildo Guterres. Deste casamento nasceram:[676]

III-1 FROILA GONDESENDES, figura que alcançou o título condal e de *dux*, tendo marcado presença, como muitos dos seus parentes, na documentação do mosteiro de Celanova.[677]

III-2 ADOSINDA GONDESENDES, de quem sabemos apenas que se casou, contra a vontade do seu pai, com o modesto nobre Ansur Benfrogia.[678]

---

[675] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. *Vide* também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[676] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 283 e 285. *Vide* também Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 23, 28-29 e 61. Nesta mesma obra, Mattoso avança que Gondesendo Eriz também poderá ter sido pai de um João Gondesendes (*Idem*, *ibidem*, p. 76). No entanto, não encontrámos qualquer informação que confirme esta hipótese. Por isso, optámos por apresentar a descendência que lhe é apontada de uma forma mais consensual, sendo que também não o podemos associar a João Gondesendes (1083-1116) – sobre este último veja-se Leontina Ventura, «O Cavaleiro João Gondesendes. Sua Trajectória Político-Social e Económica (1083-1116)», *Revista de História Económica-Social*, 15 (1985), pp. 31-67.

[677] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291. Confirma a carta de dotação do mosteiro de Celanova de 942 (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 2).

Tal como já tivemos oportunidade de referir, a identidade de Froila Gondesendes levanta alguns problemas de identificação, já que num diploma de Celanova surge com o seu género masculino bem definido, enquanto no documento de 947 de Gondesendo Eriz, onde dota os mosteiros de Azevedo, Sanguedo, Santa Marinha, Dides (Galiza) e de Lavra, menciona-se uma homónima de género feminino (Froilo), nascida em pecado e que foi confiada à abadessa de Lavra, a troco de alguns bens (Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 98). Independentemente de possíveis erros na transcrição de ambos os documentos, pensamos que o percurso vital descrito em ambos se aplica a uma única figura, provavelmente de género masculino.

III-3 ERMESENDA GONDESENDES, esposa do conde Aires Mendes (seu tio), irmão de Guterre Mendes, seu tio carnal e por afinidade, dado que este casou com a sua tia Ildoara Eriz (II-2), e membro da aristocracia condal de Coimbra.[679]

III-4 SOEIRO GONDESENDES, esposo de Goldegrodo e fundador do mosteiro de Sever do Vouga, que teve uma descendência extremamente vinculada a esta região e que estudaremos mais à frente.[680]

III-5 e ERO GONDESENDES, conde e *dux* muito vinculado tanto aos seus parentes de Coimbra como aos «Eriz» de Celanova.[681]

Quanto à sua irmã uterina ILDOARA ERIZ (II-2),[682] sabemos que casou com o conde Guterre Mendes, um dos principais herdeiros do conde Hermenegildo Guterres, e que, por influência do seu filho S. Rosendo, se envolveu activamente na fundação e vida quotidiana de Celanova, onde se encontra vastamente documentada. Como já tivemos oportunidade de referir, as suas múltiplas doações a Celanova e, especialmente, a carta de partilhas dos bens do casal de 934 exprimem a dispersão gigantesca do património deste grupo familiar, que conjugava em si pequenos núcleos no espaço portucalense e conimbricense, avultados bens no sul da Galiza e muitos outros mais nortenhos que terão vindo directamente de Ero Fernandes (I-1), aglutinando assim o le-

[678] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 98. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[679] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 98. *Vide* também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 292 e 306. Elvira Aires, filha deste casal, também se encontra entre os benfeitores de Celanova, tendo feito uma vasta doação a este cenóbio em 962 (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 8).

[680] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 99. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291. Esta implantação no vale do Vouga foi assinalada diversas vezes por Mattoso e colocada em relação com as usurpações cometidas pelo conde coimbrão Froila Gonçalves, aliado de Almançor (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 23). Por outro lado, também verificou a presença da sua família junto a Braga (*Idem*, *ibidem*, p. 61). A sua posição na árvore genealógica dos Baiões pode ser encontrada em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[681] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[682] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 88.

gado da aristocracia condal lucense e conimbricense[683]. A dimensão do poder territorial de Guterre Mendes também se exprime através do seu governo sobre seis condados galegos, que, em certos casos, partilhou com o conde Aires Mendes, seu irmão e esposo da sua sobrinha Ermesenda Gondesendes (III-3).[684] Deste casal nasceram:

III-6 MONIO GUTERRES,[685] conde e principal herdeiro de Guterre Mendes e do seu tio e sogro Aires Mendes, de quem recebeu a maioria dos seus cargos de governo, que poderiam incluir o próprio condado de Coimbra. Partilhou também com Lucídio Vimares o governo de Ambas Mahias, em Portucale. Apoiou Afonso IV na sua sublevação contra Ramiro II, o que lhe custou o favor régio e que acarretou um paulatino apagamento até à sua morte (por volta de 960). Do casamento com a sua prima paterna Elvira Aires (filha do conde Aires Mendes) teve uma vasta descendência, sobre a qual nos debruçaremos mais à frente.[686]

III-7 ROSENDO GUTERRES,[687] famoso bispo de Mondoñedo e fundador de Celanova, gestor da diocese de Iria-Santiago e um dos principais impulsionadores do monaquismo galego e da reorganização deste espaço. Figura

[683] Assunto que já abordámos em notas anteriores.

[684] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 306.

[685] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 90.

[686] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 306 e 309. MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 22 e 28. Tendo em conta a carta de partilhas dos bens de seus pais de 934 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478), sabemos que foi proprietário de uma vila e metade de outra em Portugal, de bens em Santo Estevo de Sandiás (Sandiás, Galiza), em San Paio de Abeleda (Castro Caldelas, Galiza), em San Nicolao de Portomarín (Portomarín, Galiza), em Sarria (Sarria, Galiza), em San Xoán de Alba (Vilalba, Galiza), em San Xulián de Malpica de Bergantiños (Malpica de Bergantiños, Galiza), em San Xulián de Céltigos (Ortigueira, Galiza), em S. Salvador de Vila de Rei (Trasmiras, Galiza), no termo de Coimbra, em Quiaios (Figueira da Foz), em Pereira (Montemor-o-Velho), em Avelãs de Caminho (Anadia), em S. Cristóvo de Goián (Tomiño, Galiza), em Santo Estevo de Vilamoure (Punxín, Galiza), em S. Salvador de Sabadelle (Portomarín, Galiza), em S. Miguel de Vilarmao (Guntín, Galiza), em Santa María de Ordes (Ordes, Galiza), em Santa Mariña de Rubiá (Rubiá, Galiza), Zamora, nas Astúrias, em Búval (zona de Ribadavia, Galiza), e em mais alguns lugares que não conseguimos identificar. Quanto à transmissão do condado de Coimbra, Mattoso aventa que este poderá ter vindo do seu tio/sogro, o conde Aires Mendes, e transmitido posteriormente ao seu filho, o conde Gonçalo Moniz (928-981).

extensamente documentada (principalmente em Celanova) e alvo de múltiplos estudos, sendo que já tivemos oportunidade de citar alguns deles.[688]

[687] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 88.

[688] Um dos aspectos que temos de destacar no percurso de S. Rosendo é o facto de, ao contrário dos seus irmãos, ter orientado os seus interesses quase exclusivamente para a Galiza (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 22), onde, para além de ter promovido o repovoamento da fronteira galaico-minhota, levou a cabo um labor bélico na defesa contra normandos e muçulmanos. Apesar de ter deixado bastante documentação, analisaremos apenas alguns documentos-chave relativos ao seu património pessoal e familiar. Assim sendo, na carta de dotação de Celanova de 942 identificámos bens seus nos seguintes lugares: em Búval (zona de Ribadavia, Galiza), em S. Miguel de Canedo (Ourense, Galiza), em Santa María de Reza (Ourense, Galiza), em San Xoán de Camba (Castro Caldelas, Galiza), em Santa Eulalia de Batalláns (As Neves, Galiza), em San Mamede de Carnota (Carnota, Galiza), em Quiaios (Figueira da Foz), em Quintela de Lampaças (Bragança), em San Xiao de Faro (Viveiro, Galiza), em Santiago de Ribas de Miño (O Páramo, Galiza), em San Pedro de Sabucedo de Montes (Cartelle, Galiza), em San Salvador de Foramontaos (Xinzo de Límia, Galiza), em Santa Eulalia de Vila de Cabalos (Taboada), em San Xulián de Malpica de Bergantiños (Malpica de Bergantiños, Galiza), em San Pedro de Leis de Nemancos (Muxía, Galiza), em Vila Punhe (Viana do Castelo) e em alguns outros lugares que não conseguimos identificar (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 2). Em 955, recebeu de Ordonho III os bens que seu pai tinha por delegação régia até Santa María de Río Caldo (Lobios, Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 54). Em 935, recebeu igrejas de Ramiro II (*Idem*, *ibidem*, doc. 62). Em 916, recebeu de alguns parentes seus bens na terra de Valadares (Portugal) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 71). Em 944, recebeu do monarca uma pesqueira em Valadares (Portugal) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 116). Um documento de 943 indica-nos que teve bens em Caldelas, Sallarem, Búval (Galiza) e em Leça (Portugal) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 172). Em 949, escambou com Ximeno Dias e com a sua irmã Adosinda Guterres alguns bens situados em Santa Baia de Berredo (A Bola, Galiza), em Santo Estevo de Ambía (Baños de Molgas, Galiza) e em Santa Cruz de Castrelo (Cambados, Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 357). Em 1007, dão notícia que partilhou com o seu irmão Froila os bens que seu pai obteve por presúria em Barrantes (Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 3). Segundo a carta de partilhas dos seus pais de 934, Rosendo recebeu bens em Lavra (Matosinhos), Leça da Palmeira (Matosinhos), Santa María de Reza (Ourense, Galiza), Castro Laboreiro (Melgaço), Santo André de O Castro de Beiro (Ourense, Galiza), San Pedro de O Burgo (Castro Caldelas, Galiza), San Salvador de Valboa (Monterrosso, Galiza), Lugo (Galiza), Toroño (Galiza), Saliense (Galiza), Santa Comba de Carnota (Carnota, Galiza), Botão (Coimbra), Quiaios (Figueira da Foz), Pereira (Montemor-o-Velho), Avelãs de Caminho (Anadia), San Cristovo de Goián (Tomiño, Galiza), Salvador de Vila de Rei (Trasmiras, Galiza), Santo Estevo de Vilamoure (Punxín, Galiza), A Pobra de Navia (Navia, Galiza), Sabadelle (Portomarín, Galiza), Vilarmao (Guntín, Galiza), Rubiá (Rubiá, Galiza), Zamora (Leão), Astúrias, Búval (zona de Ribadavia, Galiza), Lourenzá (Lourenzá, Galiza) e em alguns outros lugares que não conseguimos identificar – (*Idem*, *ibidem*, doc. 478). Segundo um documento de 932, teve bens em S. Salvador de Couzadoiro (Ortigueira,

III-8 FROILA GUTERRES,[689] conde que, tal como o seu irmão Monio Guterres (III-6), acabou por herdar o governo de alguns dos condados do seu pai e do seu tio. Tal como já tivemos oportunidade de referir, a sua zona de interesse centrar-se-ia principalmente no sul da Galiza, dado que recebeu, por intermédio da sua mãe Ildoara Eriz (II-2), a terra de Caldelas. Devido ao seu firme apoio a Ramiro II surge em 941 como conde de Astorga, desaparecendo poucos anos depois da documentação (por volta de 943). Casou com Sarracina e dela teve relevante descendência, que abordaremos mais à frente.[690]

III-9 ERMESENDA GUTERRES,[691] figura que terá morrido depois de 934, casou-se com o seu primo materno, o conde Paio Gonçalves, de quem teve oito filhos e de entre os quais se destaca Ildoara Pais, esposa do conde Gonçalo Mendes de Portucale e sua parente (dado que Gonçalo Mendes era filho de Hermenegildo Gonçalves, irmão de Paio Gonçalves e filho de Gonçalo Betotes, figura esta que se tinha casado com Teresa Eriz (II-5), tia por via materna de Ermesenda).[692] Deixaremos uma abordagem mais profunda desta linha familiar para o texto seguinte sobre os descendentes de Afonso Betotes.

Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 501). Segundo um documento de 957, teve também bens em Malpica de Bergantiños (Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 514). A sua posição dentro do seu grupo familiar pode ser identificada em TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 299 e 310.

[689] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 88-89.

[690] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 310. Segundo um documento de 936, foi detentor de bens em Búval (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 256). Um documento de 1007 indica que partilhou com S. Rosendo os bens que seu pai tinha tomado em presúria na zona de Barrantes (Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 3). Um documento de 996 também indica que foi detentor do mosteiro de S. Pedro de Rocas (Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 266). Segundo o documento de partilha dos bens dos seus pais de 934 (*Idem*, *ibidem*, doc. 478), teve bens em Portugal, Bouro, Búval, Caldelas, Trives, Lugo, Vilalba, Bergantiños, Céltigos, Carnota, Coimbra (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Anadia e termo de Coimbra), Vilela, Tomiño, Portomarín, Guntín, Bierzo, Ordes, Rubiá, Zamora, Astúrias e em alguns outros lugares. Um documento de 942 identifica todos os territórios que recebeu do seu pai e tio, destacando-se a *conmissa* de Caldelas, lugares em Queiroga, Búval (actual comarca de Ribadavia), Sorga e, até, em Leça, já no espaço portucalense (*Idem*, *ibidem*, doc. 499). Em 935, surgem identificados alguns dos seus bens na própria terra de Celanova (*Idem*, *ibidem*, doc. 505).

[691] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 89-90.

[692] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 310. Segundo a carta de partilhas dos bens de seus pais de 934 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478), re-

III-10 e ADOSINDA GUTERRES,[693] que se casou por duas vezes, uma primeira com o conde Ximeno Dias, filho de Diogo Fernandes e de Onega e figura cimeira da revolta de 955 contra Ordonho III, e uma segunda com o conde Ramiro Mendes, filho do conde Hermenegildo Gonçalves e da célebre Mumadona Dias. Sabemos que apenas teve descendência do primeiro casamento.[694]

---

cebeu uma vila em Portugal e vários quinhões na zona de San Xes de Faramontaos (A Merca, Galiza), fruto de uma partilha com a sua irmã Adosinda Guterres.

[693] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 89.

[694] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 310-311. Em 950, Ximeno Dias e Adosinda Guterres fizeram uma vasta doação ao mosteiro de Celanova (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 7). Nela, doam todos os seus bens na terra de Límia (centrando-se principalmente em Santa María de Beade, na Galiza), metade da vila de Ançã (Cantanhede, que pertencia ao termo de Coimbra), com o seu moinho, uma vila no campo do Mondego (excepto algumas parcelas que pertenciam ao mosteiro da Vacariça), currais, casas e vinhas que tinham nos arredores de Coimbra, parte de uma azenha junto ao Mondego, com os seus servos, uma vila na terra de Faro (Galiza), Vila Seca (Bierzo, Leão), alguns bens em Quiaios (Figueira da Foz), metade da vila de Abzequines (no termo de Coimbra), alguns bens em Santa Cruz de Castrelo (Cambados, Galiza), metade da vila régia de Salienes (Vila de Rei, na Galiza?), uma vila em Trives (Galiza), a vila de Castrello (em Castro Caldelas, Galiza), as vilas de Salienes e Trives (Galiza), os seus direitos jurisdicionais e servis em Parada (terra de Búval, Galiza) e em Vilar e Codesseta (no Baixo Lima), duas vilas em Anegia (?), Vilaplana (ou Vilarchão, já perto do Douro), vilas em Velaria (que pertenciam a Diogo Fernandes, seu pai) e o lugar de Pereira. Em 927, ela e seu marido dotam a basílica de S. Pedro de Sorga (em A Bola, Galiza), que entregam a S. Rosendo (*Idem*, *ibidem*, doc. 247). Em 957, Adosinda fez doação de bens que tinha em Sabucedo (Porqueira, Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 423). Em 1032, recordavam ainda a sua posse da vila de S. Mamede de Sorga (A Bola, Galiza) – (*Idem, ibidem*, doc. 419). Na carta de partilhas dos bens de seus pais de 934 recebeu inúmeras propriedades em Lavra (Matosinhos), Bouro, Búval, Caldelas, Ferreira (?), Riba-Ul, Faramontaos, Bergantiños, Céltigos, Saliense, Trasmira (Galiza), no termo de Coimbra (em Quiaios, Pereira, Avelãs de Caminho, entre outros lugares), em Vilela (Galiza), em Goián (Tomiño, Galiza), Lampazas, Baroncelle, Lemos, Portomarín e Guntín (Galiza), no Bierzo (Leão), na terra de Faro (Galiza), em Zamora (Leão), nas Astúrias e em Trives (Galiza) – (*Idem*, *ibidem*, doc. 478). Segundo Mattoso (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 21 e 23), o conde Diogo Fernandes (909-926), pai do conde Ximeno Dias (923-961), seu primeiro esposo, e da célebre Mumadona Dias, mãe do seu segundo marido, poderá ter sido filho de um dos repovoadores da Castela Oriental e também irmão do conde Ero Fernandes (895-926). Apesar da sua cercania ao poder condal portucalense e do seu avultado património (atestado pela sua vinculação a Lorvão), esta família apenas conseguiu transmitir o seu prestígio através da condessa Mumadona Dias, já que, nos inícios do século xi, os filhos de Ximeno e de Adosinda foram caindo na obscuridade.

Voltando aos filhos de Ero Fernandes (I-1), sabemos que do seu segundo casamento com Elvira nasceu DIOGO ERIZ (II-3), personagem que terá morrido ainda antes de 917, mas a quem Almeida Fernandes aponta dois filhos, Nepociano Dias e Gondesenda Dias, indivíduos que, tanto quanto sabemos, não conseguem reunir o consenso de mais nenhum autor.[695]

Deste mesmo casamento nasceu também GODESTEU ERIZ (II-4), esposo de Gontinha, de quem teve Afonso Godesteis, Ansur Godesteis (esposo de Eileuva), Lucídia Godesteis, Ordonho Godesteis, Fernando Godesteis e Mansuara Godesteis. A memória do mosteiro de Ferreira de Pallares indica ainda que a sua viúva fez uma doação a este mosteiro pela alma do seu marido.[696]

De GOTO ERIZ (II-6) sabemos apenas que casou com um Monio e que foi mãe de Ero Moniz.[697]

Deixámos para o fim, TERESA ERIZ (II-5),[698] senhora que, atendendo ao seu casamento com o conde Gonçalo Betotes, filho de Afonso Betotes, poderá ter sido filha de Adosinda, já que, tal como Ildoara Eriz (II-2) e Gondesendo Eriz (II-1), que casaram dentro da casa condal de Coimbra, TERESA desposou dentro de uma família que, desde os tempos da presúria de Tui, tinha vindo a expandir a sua influência em Portucale, ao ponto de dar origem a um dos seus condes, Hermenegildo Gonçalves. Assim sendo, sabemos que foram

---

[695] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 284. Esta autora acaba por transmitir as mesmas dúvidas que Mattoso já tinha apresentado sobre esta hipótese de relação familiar.

[696] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 284 e 291. Actualmente, existem duas possíveis identificações para o casal Godesteu Eriz e Gogina/Gotina (Gontinha), sendo que uma delas remonta a Sáez (veja-se, por exemplo, Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 95-96) e a mais recente a Salazar y Acha (que, por sua vez, inspirou Margarita Torres Sevilla). Segundo a primeira perspectiva, Gogina/Gotina (Gontinha) seria filha de Ero Fernandes e esposa de Godesteu Fernandes, irmão deste e, portanto, seu tio. No entanto, a memória genealógica dos patronos do mosteiro de Ferreira de Pallares aponta claramente para que Godesteu tenha nascido do casamento entre o conde de Lugo e D. Elvira (Salazar y Acha, «Los Descendientes del Conde Ero Fernández…», p. 69 e seguintes). Na raiz deste erro estaria a homonímia de Godesteu com um tio seu (Godesteu Fernandes) e de Gogina/Gotina (Gontinha) com Godo/Goto Eriz, filha de Ero Fernandes também identificada por Sáez. Atendendo ao conteúdo da referida memória genealógica, optámos por seguir a segunda possibilidade exposta.

[697] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 96-97. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[698] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

pais dos já referidos condes Paio Gonçalves (esposo de Ermesenda Guterres – (III-9)[699] e Hermenegildo Gonçalves, conde de Portucale entre 926 e 943 e esposo de Mumadona Dias,[700] de Ibéria Gonçalves (esposa do seu primo paterno Paio Tedão, filho Tedão Betotes, irmão de Gonçalo Betotes),[701] de Gontrode Gonçalves[702] e da rainha Aragonta Gonçalves, esposa de Ordonho II.[703] Figuras que desenvolveremos na parte dedicada aos descendentes de Afonso Betotes.

A terceira geração dos descendentes de Ero Fernandes (I-1) continua com os filhos de Godesteu Eriz (II-4) e de Gontinha:[704]

III-11 AFONSO GODESTEIS,

III-12 ANSUR GODESTEIS,

III-13 LUCÍDIA GODESTEIS,

III-14 ORDONHO GODESTEIS,

III-15 FERNANDO GODESTEIS,

III-16 e MANSUARA GODESTEIS[705].

Desde já fica também enumerada a descendência de Teresa Eriz (II-5) com o conde Gonçalo Betotes:

---

[699] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[700] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291. Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

[701] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291; Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[702] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[703] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[704] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 284, 291 e 292.

[705] Todos estes filhos são atribuídos equivocadamente por Mattoso a Godesteu Fernandes (Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 95-96).

III-17 O conde PAIO GONÇALVES DE DEZA, esposo de Ermesenda Guterres (III-9), de quem teve oito filhos, dos quais se salienta a condessa Ildoara Pais, esposa do seu primo paterno, o conde Gonçalo Mendes de Portucale (950-997).[706]

III-18 O conde HERMENEGILDO GONÇALVES DE PORTUCALE (926-943), esposo de D. Mumadona Dias.[707]

III-19 IBÉRIA GONÇALVES, também ela esposa de um primo paterno, Paio Tedão (filho de Tedão Betotes).[708]

III-20 GONTRODE GONÇALVES.[709]

III-21 e ARAGONTA GONÇALVES, rainha e esposa de Ordonho II.[710]

Por fim, sabemos que Goto Eriz (II-6) foi casada com um Monio e que dele teve:

III-22 ERO MONIZ, magnate de finais do reinado de Ramiro II e que teve descendência.[711]

A quarta geração

Ao entrarmos na quarta geração, comecemos pelos filhos de Soeiro Gondesendes (III-4) com a sua esposa Goldegrodo:[712]

---

[706] *Idem*, *ibidem*, pp. 89-90. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 292 e 310. MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

[707] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 106-107. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 292, 295 e 310. MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20.

[708] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 117. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291; MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[709] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[710] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[711] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 96-97; e TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

IV-1 SANDINO SOARES,[713] que terá assumido a chefia da casa, gerindo os avultados bens que tinham na região do Vouga, e alimentado a relação familiar com a velha aristocracia condal coimbrã. Dado que, tal como já tivemos oportunidade de referir, a sua descendência se foi eclipsando à medida que a expansão da influência de Almançor foi criando litígios e cisões entre a nobreza local.[714] Sabemos que esta sua decendência provém do seu casamento com uma D. Ximena, senhora falecida ainda antes de 981.[715] Voltaremos a esta linha quando iniciarmos o estudo da quinta geração de descendentes.

IV-2 e GONDESENDO SOARES,[716] figura que, apesar de estar escassamente documentada, é reconhecida, por Almeida Fernandes, Mattoso e, mais recentemente, por Sottomayor-Pizarro, como o patriarca dos senhores de Baião.[717] Ramo familiar sobre o qual nos debruçaremos mais à frente.

Passemos agora aos netos de Ildoara Eriz (II-2) e de Guterre Mendes, começando pelos filhos de Monio Guterres (III-6) e da sua esposa/prima Elvira Aires[718]:

---

[712] Podemos seguir o contexto genealógico destas figuras em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões e em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 285 e 291. Antepassados dos Baiões que, segundo Mattoso (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 23 e 61), constituíram património familiar na zona de Braga e do Vouga. O encadeamento da sua linha familiar com os Baiões foi proposta por Almeida Fernandes e aceite quer por Mattoso quer por Sottomayor-Pizarro (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285).

[713] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 100.

[714] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 23. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

[715] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 100.

[716] *Idem*, *ibidem*, pp. 99-100.

[717] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 61. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285.

[718] Casal sobejamente conhecido e abundantemente estudado por vários autores, entre os quais Mattoso, que conseguiu identificar os mecanismos de transmissão sucessória do condado de Coimbra a Gonçalo Moniz, através do conde Aires Mendes, seu avô materno e tio/sogro do conde Monio Guterres, seu pai (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 22 e 28). Sobre este casal e sua descendência veja-se também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 309.

IV-3 GUTERRE MONIZ,[719] conde que se tornou numa das personagens mais proeminentes dos reinados de Ramiro II, Ordonho III e Ramiro III, terá sido nomeado conde de Burgos por Afonso IV em 931 e confirmou vários diplomas em Portugal entre 974 e 999. Esta discrepância cronológica levou Margarita Torres Sevilla a deduzir que este magnate terá vivido cerca de 90 anos.[720]

IV-4 AIRES MONIZ, bispo de Dume.[721]

IV-5 GOTO MONIZ, esposa do monarca galego Sancho Ordonhes.[722]

IV-6 ERMESENDA MONIZ.[723]

IV-7 ELVIRA MONIZ.[724]

IV-8 EGAS MONIZ[725]

IV-9 e GONÇALO MONIZ,[726] conflituoso conde de Coimbra que ficou famoso pelo assassinato de Sancho I em Viseu, no ano de 965, e que combateu o conde portucalense Gonçalo Mendes, chegando a ameaçar o mosteiro de Guimarães. Para além disso, sabemos que manteve relações próximas com os muçulmanos e que, durante o reinado de Ramiro III, apoiou o futuro Bermudo II. É altamente provável que tenha morrido nos primeiros anos desta

[719] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 90-91.

[720] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 22. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 309.

[721] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 91. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 309.

[722] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 91. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 309.

[723] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 91. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 309.

[724] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 91. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 309.

[725] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 91. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 309.

[726] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 91-92.

guerra civil, já que desaparece da documentação por volta de 982. Sabemos que casou com uma prima paterna de nome Mumadona/Tutadona Froilaz (IV-10), filha do conde Froila Guterres (III-8), e de quem teve, entre outros, os condes Vela Gonçalves e Froila Gonçalves, uma das figuras mais proeminentes do século XI e um dos principais responsáveis pela expansão muçulmana na zona centro, devido à sua aliança com Almançor.[727]

Assim, aproveitamos para passar aos descendentes do conde Froila Guterres (III-8) e da sua esposa Sarracina:

IV-10 MUMADONA (ou TUTADONA) FROILAZ,[728] condessa e esposa do seu primo Gonçalo Moniz (IV-9), de quem teve vasta descendência, mas que abordaremos mais à frente.[729]

IV-11 e, tal como cremos, um varão de nome desconhecido[730] que terá tomado conta dos interesses nortenhos da família e que estará na origem dos Celanova-Barbosa.

Do primeiro casamento da sua tia Adosinda Guterres (III-10) com o conde Ximeno Dias[731] nasceram:

---

[727] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 22-23. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 311.

[728] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 89 e 91-93.

[729] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 310.

[730] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 88-89 e 112. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 310.

[731] Aproveitamos para relembrar a natureza endogâmica deste casamento, já que, segundo Mattoso (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 21 e 23), Ximeno Dias foi filho do conde Diogo Fernandes (909-926), filho de um dos condes repovoadores da Castela Oriental e irmão do conde Ero Fernandes (895-926). Por outro lado, o mesmo autor aventa também que Diogo Fernandes seria pai da condessa Mumadona Dias, esposa do conde portucalense Hermenegildo Gonçalves, filho do conde Gonçalo Betotes e de Teresa Eriz e, por isso, neto de Ero Fernandes. Portanto, Ximeno Dias acabou por casar com uma neta do seu tio Ero Fernandes, visto que Adosinda era filha de Ildoara Eriz, e Mumadona Dias também acabou por casar com outro dos netos deste seu tio, pois Hermenegildo Gonçalves era filho de Teresa Eriz. Sobre Ximeno Dias e Adosinda Guterres e sua descendência leia-se também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 310-311.

IV-12 GONÇALO XIMENES,[732] magnate que, tal como seu pai, participou na revolta aristocrática galega de 955 contra Ordonho III.[733]

IV-13 XIMENO XIMENES,[734] que, segundo Margarita Torres Sevilla (que, por sua vez, segue indicações de José Mattoso), terá abandonado o território portucalense (porventura, devido à sua participação na revolta de 955) e entrado no círculo da aristocracia asturiana.[735]

IV-14 FROILA XIMENES.[736]

IV-15 VASCO XIMENES.[737]

IV-16 BERMUDO XIMENES,[738] aristocrata que também terá sido afectado profundamente pelos efeitos da revolta de 955, já que Ordonho III lhe confiscou todos os seus territórios.[739]

IV-17 e GONTINHA XIMENES,[740] esposa do conde Soeiro Gondemariz, um dos nobres que se revoltaram contra Bermudo II.[741]

---

[732] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 105.

[733] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 310.

[734] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 105.

[735] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 310-311. Invocando informações recolhidas por Emilio Sáez, esta autora defende também que este terá sido pai de um Íñigo e Piniolo Ximenes. Atendendo ao facto de que não podemos confirmar ou desmentir esta informação, apresentamos estes dados com algumas reservas e, por isso, decidimos não os colocar no nosso traçado genealógico. Para além disso, a própria onomástica destes dois nobres não parece coincidir com aquela que se verificava entre a aristocracia condal do ocidente peninsular nos séculos X e XI.

[736] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 105. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 310.

[737] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 105-106. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 310.

[738] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 106.

[739] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 311.

[740] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 106.

[741] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 311.

Passemos aos netos de Godesteu Eriz (II-4) e da sua esposa Gontinha, através dos seus filhos Afonso Godesteis (III-11) e Ordonho Godesteis (III-14).

No primeiro caso, a existência do próprio Afonso Godesteis apenas pode ser deduzida através de uma referência a um neto de Godesteu de nome BERMUDO AFONSO (IV-18).[742] Quanto ao segundo, sabemos que Ordonho Godesteis foi pai de dois filhos:

IV-19 ERO ORDONHES, conde e marido de Adosinda Moniz, filha do magnate Monio Sandines, e pai do conde Paio Eriz, de quem teve, pelo menos, uma neta.[743]

IV-20 e GODESTEU ORDONHES, esposo de Leodegundia Rodrigues e, provavelmente, pai da condessa Odrocia Godesteis, esposa do conde Rodrigo Guterres, membro da família de fundadores e patronos do mosteiro galego de Lourenzá. Dele teve descendência, que, como veremos, figuraria entre as elites aristocráticas galegas do século XI.[744]

Chegou a vez de analisar os netos de Teresa Eriz (II-5) e do seu marido Gonçalo Betotes.[745] Julgamos que a continuação do património material e imaterial desta linhagem fez-se, acima de tudo, através do conde Paio Gonçalves de Deza (III-17) e da sua prima/esposa Ermesenda Guterres (III-9),[746] do conde portucalense Hermenegildo Gonçalves (III-18), seu irmão, e da sua esposa, a condessa Mumadona Dias,[747] e de Ibéria Gonçalves (III-19), sua irmã, e do seu primo/marido Paio Tedão.[748] Mas, importa assinalar a for-

[742] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 95. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[743] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 292-293.

[744] *Idem*, *ibidem*, p. 293.

[745] *Idem*, *ibidem*, p. 292. Veja-se também Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20, para se perceber a forma como Gonçalo Betotes conseguiu entroncar a sua descendência na linha principal dos condes de Portucale.

[746] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 310.

[747] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 20-21. Sobre a posição deste casal na estrutura genealógica da sua família veja-se Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios...*, pp. 292 e 295.

[748] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios...*, p. 292. Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

te tendência endogâmica deste núcleo familiar, já que o primeiro casal se assume como uma aliança entre duas linhas de descendência feminina de Ero Fernandes e que aglutinava a influência dos herdeiros de Afonso Betotes à família dos fundadores de Celanova (eles próprios uma linha masculina da aristocracia condal de Coimbra). No caso de Hermenegildo Gonçalves, encontramos uma aposta na vinculação à aristocracia portucalense, através de uma união a uma bisneta (por via feminina) do próprio Vímara Peres, pois a mãe de Mumadona Dias, Onega Lucídes, era filha do conde Lucídio Vimaranes[749]. Por sua vez, Ibéria Gonçalves encabeçou um casamento estritamente endogâmico entre descendentes de Afonso Betotes, visto que Ibéria era filha de Gonçalo Betotes e que Paio Tedão era filho de Tedão Betotes, irmão deste último.

Do conde Paio Gonçalves de Deza (III-17) e de Ermesenda Guterres (III-9) nasceram oito filhos, mas apenas é conhecida a descendência de ILDOARA PAIS (IV-21), esposa/prima do conde portucalense Gonçalo Mendes – 950-997 – (IV-22), filho do seu tio paterno Hermenegildo Gonçalves (III-18).[750]

Neste contexto de intrincadas relações familiares, não podemos descurar o peso efectivo e crucial do enlace entre Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias, dado que estamos perante uma união entre os dois principais herdeiros do poder e prestígio dos presores do Porto e de Tui. Pensamos que, mais do que aglutinar a espantosa riqueza da fundadora do mosteiro de Guimarães à vasta herança do principal conde da fronteira galego-portuguesa ou resolver o acidente biológico que trouxe Mumadona à chefia da sua família, este matrimónio acarretou uma reorganização da influência espacial da velha aristocracia condal no noroeste peninsular, na medida em que esta aliança terá levado a uma fusão duradoura dos espaços governados pelas duas famílias, ou seja, a uma união política entre Portucale e a região transfronteiriça que correspondia à antiga diocese de Tui. Na verdade, não sabemos até que ponto esta situação terá tido expressão para lá da vigência da linha masculina de Her-

[749] Segundo Mattoso, Lucídio Vimaranes não foi sucedido quer pelo seu filho, Alvito Lucides, quer pelo seu neto, Nuno Alvites, que permaneceram na sombra da família de Mumadona Dias até ao final da sua vida, por volta de 973. A descendência masculina de Vímara Peres só regressaria à liderança do condado com Alvito Nunes (1008-1016), que o governou conjuntamente com a condessa Tutadona, viúva do conde Mendo Gonçalves, neto de Hermenegildo Gonçalves e de Mumadona Dias – MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 20-21 e 30.

[750] *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 89-90. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 295-296 e 310.

menegildo no governo de Portucale, que terminou com a chegada ao poder do conde Alvito Nunes (1008-1015), descendente, por via masculina, de Vímara Peres[751]. Todavia, a perenidade das relações entre as duas margens do Minho sugere que, mesmo com a devastação normanda, este cenário se tenha prolongado no tempo, estendendo-se por todo o século XI e, possivelmente, até depois da chegada do conde D. Henrique.

Voltando à família de Hermenegildo Gonçalves e de Mumadona Dias, sabemos que foram pais dos seguintes filhos:

IV-22 GONÇALO MENDES,[752] conde portucalense (950-997)[753] que terá dedicado grande parte da sua vida à defesa dos seus territórios contra as surtidas normandas e muçulmanas, facto que terá condicionado decisivamente a sua distante relação com Ramiro III. GONÇALO também encetou um violento conflito contra inimigos «internos», na medida em que levou a cabo uma autêntica guerra contra o *dux* galego Rodrigo Vasques entre 970 e 974, chegando a enfrentar-se pessoalmente com este magnate na batalha de Aguioncha, que venceu. Parece-nos altamente provável que GONÇALO tenha tido experiências similares a esta em períodos anteriores, pois terá presenciado a revolta aristocrática galega de 955 contra Ordonho III. Assim sendo, não é de todo estranho que tenha tentado navegar os ciclos de turbulência da aristocracia galega do século X. A sua mais que provável antipatia pessoal por Ramiro III terá levado a que se tornasse num dos principais apoiantes de Bermudo II, pois passou a ser seu confirmante frequente deste 985. Mas este apoio seria verdadeiramente efémero, dado que Bermudo II aprisionou o seu filho Rosendo Gonçalves durante este conturbado período de revolta. Apenas voltaria à fidelidade de Bermudo II em 991, tendo sido seu alferes entre 993 e 994. Sabemos também que governou a partir de Braga e que terá morrido em 997, tentando travar a surtida de Almançor contra Santiago. Apesar de ter casado duas vezes —com Ermesenda e com Ildoara Pais (IV-21)—, sabemos que apenas teve filhos do matrimónio com a sua prima[754], sobre os quais nos debruçaremos quando chegarmos à quinta geração.

---

[751] Assunto que já tivemos oportunidade de analisar em notas anteriores.

[752] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 109-110.

[753] Sobre ele veja-se também Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 20, 30 e 33, e Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 295-296.

[754] Informações genealógicas que se podem encontrar em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 287 e 296.

IV-23 NUNO MENDES,[755] personagem que terá morrido jovem (ainda antes de 959).[756]

IV-24 RAMIRO MENDES,[757] conde e esposo de Adosinda Guterres (III-10), irmã da esposa do seu tio Paio Gonçalves (III-17). Apesar de sabermos que a descendência de Adosinda advém do seu primeiro casamento, é também possível que deste casamento tenha nascido a rainha D. Velasquita, esposa de Bermudo II. Porém, consideramos esta hipótese algo improvável, dado que Ramiro também terá morrido jovem (ainda antes de 961).[758]

IV-25 ONEGA MENDES,[759] esposa do conde Guterre Rodrigues, partidário galego de Ordonho IV na sua guerra contra Sancho I.[760]

IV-26 DIOGO MENDES,[761] esposo de D. Aldonça e pai de Mumadona Dias, monja do mosteiro de Guimarães, que terá morrido por volta de 1025.[762]

IV-27 e, provavelmente, de AIRES MENDES.[763]

Do casamento da sua tia Ibéria Gonçalves (III-19) com Paio Tedão (primo paterno de Ibéria e Hermenegildo Gonçalves) nasceu:[764]

IV-28 CHÂMOA PAIS,[765] senhora que, em 968, deixou ao mosteiro de Guimarães a vila de Vila do Conde.[766]

---

[755] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 109.

[756] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[757] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 107-108.

[758] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[759] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 108-109.

[760] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[761] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 107.

[762] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[763] *Idem*, *ibidem*. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 109.

[764] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 292.

[765] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 117.

[766] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 24. Tudo indica que Châmoa Pais terá tido uma irmã, Velasquita Pais, com quem viveu no mosteiro de Guimarães e que terá tido bens perto de Compostela (*Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 117).

Para rematar esta quarta geração de descendentes de Ero Fernandes falta analisar os netos de Goto Eriz (II-6), filhos do seu filho Ero Moniz (III-22). Assim sendo, sabemos que Ero teve de uma senhora desconhecida os seguintes filhos:

IV-29 AFONSO ERIZ,[767] tenente de Coronado no reinado de Bermudo II.[768]

IV-30 SOEIRO ERIZ,[769]

IV-31 GONÇALO ERIZ,[770]

IV-32 LEODEGÚNDIA ERIZ,[771]

IV-33 ADOSINDA ERIZ,[772] senhora que, tal como os seus restantes irmãos, terá vivido no espaço portucalense.[773]

IV-34 e EGAS ERIZ,[774] magnate que, tendo em conta a sua cronologia (finais do século x - inícios do xi) e contexto familiar, poderá ser EGAS ERIZ *IALA.*[775] Atendendo às constantes alianças que os descendentes de Ero Fernandes mantiveram com a aristocracia condal de Coimbra, não é de estranhar que EGAS ERIZ tenha escolhido instalar-se numa zona entre o Douro e Vouga, região onde, apesar dos ataques de Almançor e do conde coimbrão Froila Gonçalves, seu parente afastado, conseguiu dar origem aos senhores de Marnel. Esta situação geográfica pode indiciar que o seu avô paterno, Monio, esposo de Goto Eriz e pai de Ero Moniz, terá sido também um membro da velha aristocracia condal de Coimbra, repetindo assim um padrão que se verificou em dois dos mais poderosos irmãos desta senhora.

---

[767] *Idem*, *ibidem*, p. 96.

[768] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[769] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96.

[770] *Idem*, *ibidem*.

[771] *Idem*, *ibidem*, pp. 96-97.

[772] *Idem*, *ibidem*, p. 97.

[773] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[774] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 97.

[775] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 23-24.

Senão vejamos: Ildoara Eriz e Gondesendo Eriz, irmãos de Goto Eriz e filhos de Ero Fernandes, casaram com o conde Guterre Mendes e com a sua irmã Enderquina Mendes *Pala* (ambos filhos do conde Hermenegildo Guterres, presor de Coimbra); por isso, não é de estranhar que, tendo em conta a orientação geográfica da sua descendência, D. Monio fosse, pelo menos, parente destas duas figuras.

Atendendo ao facto de que os Marnel não tiveram qualquer interacção familiar com os seus parentes nortenhos que descendiam de Ero Fernandes (sejam eles os Baião/Várzea/Velho ou Celanova-Barbosa, por exemplo), não seguiremos esta linha familiar, na medida em que tal exigiria um estudo aturado das estirpes infancionais de um espaço que em nada está relacionado com a nossa região.

A quinta geração

No entanto, entraremos na quinta geração (e nos conturbados alvores do século XI) justamente através da região centro, com a descendência de Sandino Soares (IV-1), filho de Soeiro Gondesendes (III-4) e de Goldegrodo, neto de Gondesendo Eriz e de Enderquina Mendes *Pala.*[776] Assim sendo, sabemos que do seu casamento com D. Ximena nasceram:[777]

V-1 FERNANDO SANDINES,[778] conde que terá mantido controlo sobre os bens do seu pai na zona do Vouga, mesmo durante a expansão de Froila Gonçalves nesta região. Foi casado com Elvira, de quem teve descendência. As circunstâncias criadas pelas acções de Almançor e dos seus aliados cristãos levariam à atomização da aristocracia condal coimbrã e a um paulatino declínio social de muitos dos seus ramos. Neste caso, quer pelos seus conflitos com Froila (aliado de Almançor), quer pela situação geográfica apetecível dos seus

[776] Mattoso procurou enfatizar a forte implantação da família de Sandino Soares na zona do Vouga, esclarecendo os contornos da sua decadência através da sua usurpação pelo conde coimbrão Froila Gonçalves, aliado de Almançor (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 23). Veja-se também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 291.

[777] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 100-101.

[778] *Idem*, *ibidem*, pp. 101-102.

domínios, a linha de FERNANDO SANDINES entraria numa decadência, geradora do seu ocaso em meados do século XI.[779]

V-2 SOEIRO SANDINES,[780] aristocrata que terá morrido ainda antes de 982.[781]

V-3 e GOLDEGRODO SANDINES,[782] esposa de Vímara Ermiariz, um possível membro da família condal portucalense. Assinale-se também a sua homonímia com a sua avó paterna, a esposa de Soeiro Gondesendes.

Do seu tio Gondesendo Soares (IV-2), irmão de Sandino Soares (IV-1), nasceram dois varões que, tal como os seus primos do Vouga, acabaram por decair na escala social, chegando ao nível de infanções. Esta situação pode dever-se quer aos efeitos nocivos das surtidas muçulmanas, quer à sua deslocalização e reimplantação num espaço a norte do Douro, ou seja, em Baião[783]. Estes dois filhos foram:

V-4 HONORIGO GONDESENDES,[784] esposo de Adosinda Eriz,[785] senhora que poderá ser Adosinda Eriz (IV-33), uma das filhas de Ero Moniz (III-22), de quem teve descendência feminina.

V-5 e ARUALDO GONDESENDES,[786] o primeiro dos senhores de Baião. Esta hipótese de reconstituição genealógica foi avançada primeiramente por

---

[779] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 23.

[780] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 100-101.

[781] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 285 (Esquema genealógico Eriz I).

[782] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 101. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 285 (Esquema genealógico Eriz I).

[783] A ligação de Gondesendo Soares aos Baiões foi avançada pela primeira vez por Almeida Fernandes e, depois, aceite por Mattoso (veja-se, por exemplo, Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 61). Sottomayor-Pizarro viria a sintetizar as opiniões dos dois autores e a validar esta pertença aos Baiões (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 285 e Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões). Veja-se também Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 285 e 291.

[784] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 99.

[785] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 285.

[786] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 99.

Almeida Fernandes e aceite, com certas reservas, por Mattoso e, mais recentemente, por Sottomayor-Pizarro. Segundo o livro de linhagens (LL40A1), D. Arualdo casou com D. Ufo, uma senhora desconhecida, mas que poderá fazer parte de uma das castas infancionais, talvez dos Sousa. Ainda segundo a mesma passagem, tiveram dois varões (Gondesendo e Galindo Arualdes), de onde procedem os Baião e todos os seus ramos colaterais. Também é provável que tenham sido pais de Cresconho Arualdes, patriarca dos Urgeses.[787]

Continuaremos esta quinta geração com os descendentes do conde coimbrão Gonçalo Moniz (IV-9), filho do conde Monio Guterres (III-6) e de Elvira Aires, e da sua esposa/prima Mumadona /Tutadona Froilaz (IV-10), filha do conde Froila Guterres (III-8) e da sua esposa Sarracina. Deste casal nasceram:[788]

V-6 FROILA GONÇALVES,[789] conde e famoso aliado de Almançor, que, à revelia daquelas que deveriam ser as suas fidelidades naturais, investiu contra alguns dos seus familiares, tomando as suas terras na zona do Vouga, e participou na surtida contra Compostela em 997. Apesar destas circunstâncias, podemos presumir que um dos seus rivais terá sido o conde portucalense Mendo Gonçalves, já que este foi um dos principais bloqueios à expansão muçulmana desta fase. Por outro lado, a confiança que este granjeou junto à coroa, visível nas suas funções de aio de Afonso V e no casamento da sua filha Elvira Mendes com este soberano, terá acicatado a hostilidade deste contra FROILA GONÇALVES. Este processo resultou na sua expulsão do espaço cristão, por ordem régia de 1017.[790] No entanto, é altamente provável que tenha permanecido na península, justamente no território conimbricense, que, na altura, ficou sob ocupação muçulmana, assumindo funções de caudilho regional. Apesar de tudo, o conde Gonçalo Froilaz, seu filho, permaneceu no partido cristão, tornando-se num dos magnates de Bermudo III e casando com

[787] Veja-se a nota 783.

[788] Sobre Gonçalo Moniz e sua descendência leia-se TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 311-312. Sobre a situação deste na linha sucessória dos condes de Coimbra veja-se MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 22.

[789] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 94.

[790] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 22-23 e 32-33. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 311-312.

Ermesenda Fernandes, filha de Fernando Sandines (V-1), o patriarca da família que mais tinha sido prejudicada pela ocupação do vale do Vouga preconizada por FROILA GONÇALVES.[791] A descendência de FROILA terá prosseguido através do seu outro filho, o conde Rodrigo Froilaz, antepassado mais distante dos Trava-Trastâmara.[792]

V-7 VELA GONÇALVES,[793] conde conimbricense que tentou retirar o castelo e terra da Maia à tutela do conde portucalense Mendo Gonçalves.[794] Acreditamos que esta situação estará directamente relacionada com o ambíguo posicionamento do seu pai e do seu irmão, que, em nome de estratégias e interesses pessoais, revelaram sempre grande volatilidade, chegando até, no caso do segundo, a aliar-se aos muçulmanos e a colaborar activamente na fase inicial da sua conquista da região de Coimbra. Poderá ter sido pai da condessa Toda Vela, esposa do conde portucalense Ramiro Mendes, alferes real em 1005.[795]

V-8 MONIO GONÇALVES.[796]

V-9 GODINHA GONÇALVES, esposa de Oveco Garcia.[797]

V-10 e ERO GONÇALVES.[798]

Tal como já referimos, sabemos que Mumadona/Tutadona Froilaz (IV-10) teve um irmão de quem desconhecemos o nome (IV-11). A sua quase absoluta ausência da documentação leva-nos a presumir que este terá vivido

---

[791] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 23. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 311-312.

[792] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 312.

[793] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 94.

[794] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 23 e 33.

[795] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 297.

[796] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 93. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 311.

[797] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 311. Segundo Mattoso, este casal poderá ter dado origem a Osório Oveques, confirmante de um dos documentos do conde Gonçalo Moniz, seu hipotético avô (Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 93).

[798] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 93-94. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 311.

numa zona especialmente afectada pelas incursões muçulmanas e normandas; assim sendo, podemos aventar que este terá vivido entre o Alto Minho e Toronho e Límia, visto que a diocese de Tui —um dos repositórios onde poderia ser encontrado— foi completamente saqueada quer por muçulmanos, na sua passagem em direcção a Santiago, quer pelo caudilho normando Olaf Haraldsson.[799] Esta clara falta de informação pode justificar a falha cometida pelo conde D. Pedro, ao identificar o conde Nuno de Celanova como irmão de Afonso de Celanova e de S. Rosendo, ignorando assim um espaço intergeracional que equivale a cerca de um século (finais do séc. X – finais do séc. XI).[800] Neste contexto, este fenómeno indicia que, neste caso, D. Pedro de Barcelos teve apenas acesso a fontes anteriores aos conflitos que imergiram a região em obscuridade até ao período de restauração da diocese, em 1071. Por isso, parece-nos altamente provável que esta coincidência entre a falta de informação sobre esta linha de descendentes de Froila Guterres, irmão de S. Rosendo, e a ausência de dados para a sequência que liga este ao conde Nuno Vasques de Celanova, signifique que estas sejam uma única linha familiar muito mal documentada.[801] Por outro lado, achamos que, atendendo à mentalidade linhagística do nobiliário do conde de Barcelos, o conde Nuno de Celanova terá de advir deste irmão de S. Rosendo por uma via masculina. Assim sendo, o filho anónimo de Froila Guterres (ou seja, o indivíduo IV-11) terá sido pai de uma figura que, atendendo à onomástica dos Celanova, poderá ser o conde AFONSO DE CELANOVA, já que o nome de Afonso Nunes de Celanova pode corresponder a uma homenagem ao avô paterno do seu pai, o conde Nuno de Celanova (Nuno Vasques de Celanova).[802] Portanto, acreditamos que a sequência seria a seguinte: de IV-11 nasceu AFONSO DE CELANOVA, pai (ou avô) do conde Vasco de Celanova, esposo de Gontrode Nunes (filha de Ildoara Mendes e do conde portucalense Nuno Alvites,

[799] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*…, p. 28.

[800] LL37A1.

[801] Sugerimos ao leitor que, para além de seguir as informações presentes na passagem citada na nota anterior, observem TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 302 – Esquema Genealógico Mendes IV, de forma a que se compreenda melhor a maneira como entroncamos estas duas linhas.

[802] A estrutura genealógica dos Celanova-Barbosa encontra-se em SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa. Sobre Afonso Nunes veja-se também SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 529, e MATTOSO, *Identificação de um País*…, Vol. I, p. 152.

irmã do conde Mendo Nunes e tia do malogrado Nuno Mendes)[803] e pai do conde Nuno Vasques de Celanova, marido de Sancha Gomes de Sousa e primeiro dos Celanova-Barbosa.[804] Esta teoria ganha ainda maior força quando percebemos que, se assim for, o conde Vasco de Celanova encetou um casamento endogâmico com Gontrode Nunes, com o propósito de concentrar nos Celanova uma parte da herança de Froila Guterres, que, devido ao casamento de D. Tutadona (esposa do conde de Portucale Mendo Gonçalves, provável irmã do conde AFONSO DE CELANOVA e filha de IV-11), tinha revertido para a família condal portucalense. Com efeito, entre os vários filhos de Tutadona e de Mendo Gonçalves encontra-se Ildoara Mendes. Do seu casamento com o conde Nuno Alvites (1017-1028), filho do conde Alvito Nunes (1008-1016), sucessor do seu sogro Mendo Gonçalves (através da sua sogra Tutadona) e descendente directo de Vímara Peres, nasceram os condes Mendo Nunes e Gontrode Nunes.[805] Portanto, esta última acabou por casar com um primo afastado, pois do conde AFONSO DE CELANOVA, provável filho de IV-11 e irmão de Tutadona, terá nascido o conde Vasco de Celanova, seu esposo e sobrinho da sua avó materna. Esta situação é plenamente concordante com os circuitos endogâmicos criados pela velha aristocracia condal, com o intuito de superar as vicissitudes de um sistema de heranças tendencialmente cognático[806]. Dos descendentes deste casal (o conde Nuno Vasques de Celanova e seus descendentes) falaremos mais à frente, numa secção própria dedicada aos Celanova-Barbosa.[807]

---

[803] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 35.

[804] *Idem*, *ibidem*, p. 15. LL37A1.

[805] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 61.

[806] Apesar de José Mattoso ter pressuposto uma tendência para a transmissão agnática do poder dentro da nobreza condal portucalense, também reconhece a existência de múltiplos acidentes biológicos que produziram várias derivas na sua linha sucessória. Mas, o crescente enfraquecimento patrimonial indicia uma propensão para o cognatismo. Assim sendo, podemos presumir que levavam a cabo um modelo de transmissão agnática do poder político, que seria alterado por múltiplos acidentes biológicos, e uma partilha cognática das heranças (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 30-31). A aplicação generalizada e recorrente deste agnatismo político e cognatismo patrimonial, até ao século xiv, viria a ser plenamente comprovada por José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*.

[807] Esta descendência encontra-se ilustrada em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

Em síntese, do desconhecido IV-11, filho de Froila Guterres e de D. Sarracina e irmão da condessa Mumadona/Tutadona Froilaz (IV-10), esposa do conde Gonçalo Moniz (IV-9), nasceram:[808]

V-11 AFONSO DE CELANOVA, conde apenas referido, de uma forma errónea, pelo *Livro de Linhagens* e que, tal como temos vindo a indicar, terá sido pai (ou avô) do conde Vasco de Celanova, esposo de Gontrode Nunes.

V-12 e TUTADONA (ou TODA),[809] condessa e esposa do conde portucalense Mendo Gonçalves (999-1008), de quem teve vasta descendência e que será abordada e enquadrada dentro da sexta geração.

Por agora, daremos seguimento a esta quinta geração através dos descendentes do conde Ero Ordonhes (IV-19), esposo de Adosinda Moniz e filho de Ordonho Godesteis (III-14). Desta união nasceu:

V-13 PAIO ERIZ, conde e pai da condessa Onega Pais, esposa do conde Nuno Moniz e mãe de Ermesenda Nunes e, provavelmente, de Odrócia Nunes, esposa de Ordonho Romaniz e mãe de Nuno Ordonhes. Os escassos testemunhos documentais que delas existem sugerem que estas senhoras terão vivido nos inícios do reinado de Afonso VI.[810]

Por sua vez, o único irmão do conde Ero Ordonhes (IV-19), Godesteu Ordonhes (IV-20), também teve descendência da sua esposa Leodegúndia Rodrigues:

V-14 ODRÓCIA GODESTEIS, que acabou por casar dentro da casa dos patronos do mosteiro de Lourenzá (Lugo) com o conde Rodrigo Guterres, de quem teve Elvira Rodrigues, esposa do conde Rodrigo Romaniz, irmão de Ordonho Romaniz, o esposo de Odrocia Nunes (uma das filhas de Onega Pais, filha de Paio Eriz, primo direito de ODRÓCIA GODESTEIS).[811] Sendo por

[808] Este núcleo familiar encontra-se parcialmente representado em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…,* p. 302 – esquema genealógico Mendes (IV).

[809] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 112.

[810] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 292-293.

[811] *Idem*, *ibidem*, p. 293.

isso de assinalar a dupla aliança que os descendentes de Ordonho Godesteis, filho de Godesteu Eriz (um dos filhos de Ero Fernandes), celebraram com os patronos de Lourenzá, pois tal indica que este ramo familiar não se terá afastado muito das terras de Lugo, mesmo em meados do século XI. Sabemos que em 1034 ODRÓCIA GODESTEIS ainda estava viva, altura em que os seus netos Aldonça Rodrigues, Monio Rodrigues e Aragonta Rodrigues, todos filhos de Elvira Rodrigues e do conde Rodrigo Romaniz, recordaram esta sua prestigiosa ascendência.[812] Sobre eles debruçar-nos-emos mais à frente.

Para rematar esta quinta geração de descendentes de Ero Fernandes temos de abordar ainda alguns membros da aristocracia condal portucalense, principalmente as linhas que se misturaram com descendentes do conde Afonso Betotes. Senão vejamos: do casamento do conde Paio Gonçalves de Deza (III-17), filho de Gonçalo Betotes e de Teresa Eriz (II-5), com Ermesenda Guterres (III-9), filha de Ildoara Eriz (II-2) e do conde Guterre Mendes, nasceram oito filhos, mas de entre estes oito filhos é apenas conhecida a descendência de Ildoara Pais (IV-21), esposa e prima paterna do conde Gonçalo Mendes de Portucale (IV-22), filho do seu tio paterno, o conde Hermenegildo Gonçalves (III-18), e da sua esposa Mumadona Dias.[813] Devemos relembrar que os condes Paio e Hermenegildo foram os principais herdeiros de Gonçalo Betotes e de Teresa Eriz (II-5) e que, no caso do segundo, conseguiu acrescentar aos seus territórios naturais o governo do condado portucalense.[814] Podemos presumir então que estes irmãos acertaram este matrimónio para que se concentrasse o seu património, influência e prestígio, na figura do conde Gonçalo Mendes, governante de Portucale entre 950 e 997,[815] desencadeando assim uma fusão entre os antigos domínios de Vímara Peres e de Afonso Betotes. Da união entre Gonçalo Mendes (IV-22) e Ildoara Pais (IV-21) nasceram:[816]

V-15 RAMIRO GONÇALVES;[817]

---

[812] *Idem*, *ibidem*.

[813] *Idem*, *ibidem*, pp. 285 e 287.

[814] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 20.

[815] *Idem*, *ibidem*.

[816] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 295-296.

[817] *Idem*, *ibidem*, p. 296. Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 110.

V-16 ROSENDO GONÇALVES,[818] conde que, tal como o seu irmão Mendo, terá voltado a sua atenção exclusivamente para a esfera portucalense, onde se encontra documentado. Sabemos também que, ao contrário do seu pai, ROSENDO foi opositor de Bermudo II e que foi aprisionado por este durante um dos tumultos que lhe abriram caminho até à coroa leonesa;[819]

V-17 DIOGO GONÇALVES;[820]

V-18 MUMADONA GONÇALVES,[821] homónima da sua avó paterna Mumadona Dias;

V-19 MENDO GONÇALVES,[822] conde portucalense (999-1008) e esposo de D. Tutadona (V-12), senhora de quem teve 9 filhos e que, já na condição de sua viúva, garantiu a passagem de poder em Portucale para o conde Alvito Nunes (1008-1016) e para o seu filho, o conde Nuno Alvites (1017-1028), descendentes varonis de Vímara Peres. Esta situação terá implicado uma governação bicéfala até 1022 (ou 1025), altura em que a condessa terá morrido. Tal como seu pai, MENDO GONÇALVES exerceu um domínio directo sobre várias terras, entre as quais se destacam as de Braga e da Maia. Muito do seu prestígio político poderá advir do facto de ter sido um dos confirmantes e apoiantes mais regulares de Bermudo II. Esta confiança e influência pessoal sobre o monarca viriam a plasmar-se na sua nomeação, em 999, para o cargo de aio de Afonso V e no casamento deste com a sua filha Elvira Mendes. A centralidade deste magnate plasma-se também na forma como é recordado em várias fontes, e até pelo próprio Afonso V (em 1012), como *dux* da Galiza. A exemplo do seu pai, teve de suster as destrutivas incursões muçulmanas. Em 1002, teve de entrar em guerra aberta com o filho e herdeiro de Almançor, que, apesar dos seus esforços, conseguiu atacar Coimbra. Atendendo à sua posição social e diligência na defesa das terras galego-portuguesas, pensamos

[818] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 110.

[819] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 296.

[820] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 110. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 296.

[821] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 110-111. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 296.

[822] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 111-112.

que poderá ter participado no acordo de paz celebrado com o jovem *hajib* em 1003. O retomar das relações diplomáticas com os muçulmanos fez com que o *hajib* se tornasse árbitro na luta entre MENDO GONÇALVES e o conde Sancho Garcia de Castela pela tutoria de Afonso V e que dirimisse o litígio a favor do portucalense. Estas circunstâncias terão renovado a legitimidade e influência política da sua família, já que, em 1005, o seu filho Ramiro Mendes foi alçado à alferesia. Sempre empenhado na defesa dos seus domínios contra qualquer invasor, MENDO GONÇALVES terá morrido em 1008 num confronto com os normandos. Dos seus 9 filhos trataremos na sexta geração.[823]

Ao que sabemos, Mendo Gonçalves e os seus irmãos apenas terão tido uma prima do lado paterno. Referimo-nos a:

V-20 MUMADONA DIAS,[824] filha de Diogo Mendes (IV-26) —irmão do conde Gonçalo Mendes de Portucale— e de Aldonça; esta senhora foi monja do mosteiro de Guimarães e terá morrido por volta de 1025.[825] É de destacar também a sua perfeita homonímia com a sua avó paterna, a condessa Mumadona Dias (esposa do conde Hermenegildo Gonçalves e mãe do seu pai, Diogo Mendes), e o facto de ter professado na grande casa monástica que por ela fora fundada.

A sexta geração

O crescente estreitamento das linhas de descendentes de Ero Fernandes, fruto do apertado regime endogâmico da aristocracia condal e dos efeitos da implosão precoce dos magnates conimbricenses (estimulada por Almançor e pelos seus sucessores), levou a que a nossa sexta geração se limitasse apenas a um conjunto de 8 ramos familiares que, na maioria dos casos, sofreram uma acentuada perda de prestígio social. Por isso, achamos por bem começar por uma das famílias que mais sofreu com este processo, ou seja, a de Fernando Sandines (V-1) e da sua descendência.

---

[823] Estes dados sobre a vida do conde Mendo Gonçalves encontram-se em Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 18, 20-21 e 33; e Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 296-297.

[824] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 107.

[825] Identificação avançada por Almeida Fernandes e recolhida por Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 295.

Basta relembrar que o conde Fernando Sandines, aristocrata que terá morrido ainda antes de 1019, manteve o controlo sobre os bens do seu pai no vale do Vouga e a mesma proximidade com as decadentes elites de Coimbra e que se terá enfrentado, principalmente, com o conde Froila Gonçalves, um dos principais aliados cristãos de Almançor nesta região. Assim, não é de estranhar que o brilho da sua família se tenha estendido apenas até à geração seguinte e que, tal como a maioria da aristocracia coimbrã, tenha sucumbido perante o sucesso da expansão muçulmana na região centro.[826]

O conde Fernando Sandines (V-1) casou com Elvira e dela teve:[827]

VI-1 NUNO FERNANDES;[828]

VI-2 SANDINO FERNANDES;[829]

VI-3 SARRACINA FERNANDES;[830]

VI-4 ERMESENDA FERNANDES,[831] condessa que, ironicamente, acabou por casar com o conde Gonçalo Froilaz, filho do conde coimbrão Froila Gonçalves, magnate que, com o auxílio dos muçulmanos, tinha ocupado os domínios da sua família no vale do Vouga.[832] Ao contrário do seu pai, que desapareceu da documentação cristã em 1017,[833] Gonçalo permaneceu nesta esfera, o que pode indicar que este encetou esforços visando a correcção de alguns dos seus desmandos. Assim se deve compreender o seu casamento, pois legitimava a sua presença nas terras usurpadas no vale do Vouga e, ao mesmo tempo, reconciliava estes ramos familiares desavindos.

---

[826] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 23. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 291.

[827] Esta descendência encontra-se representada em TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 285 – Esquema Genealógico Eriz (I).

[828] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 102.

[829] *Idem*, *ibidem*.

[830] *Idem*, *ibidem*.

[831] *Idem*, *ibidem*.

[832] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 23. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 311.

[833] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 311.

VI-5 e XIMENA FERNANDES,[834] esposa do conde Paio Nunes, que terá morrido por volta de 1078.[835] Várias fontes indicam que este casal terá tido descendência.

Apesar deste patente declínio social, os Baião conseguiram atingir uma extraordinária longevidade biológica e um sucesso material completamente distinto das famílias de Fernando, Soeiro e Goldregodo Sandines. No aconchego de uma das mais ricas terras a norte do Douro, os infanções de Baião conseguiram dar origem a várias famílias que, no espaço de poucas gerações, se alçariam até à restrita cúpula da aristocracia portucalense.

Portanto, do tio de Fernando Sandines, Gondesendo Soares (IV-2 – irmão de Sandino Soares, IV-1), nasceram os seus primos Honorigo Gondesendes (V-4) e Arualdo Gondesendes de Baião (V-5). Do casamento deste segundo com Ufo (LL40A1) nasceram:[836]

VI-6 GONDESENDO ARUALDES DE BAIÃO, patriarca da linha principal dos Baião, de onde procedem também os Azevedo, Veiga, Poiares e Resende.[837] Famílias que não serão desenvolvidas, devido à sua situação geográfica e natural distanciamento em relação à antiga diocese de Tui.

VI-7 GALINDO ARUALDES DE BAIÃO, fidalgo que, segundo Almeida Fernandes, terá casado com Emiso Froiaz, patrona do mosteiro de Santo Antonino de Barbudo (no actual concelho de Vila Verde, perto Braga).[838] Desta união nasceram dois varões e uma senhora: Soeiro Galindes da Várzea, figura de onde procedem os Velhos e todos os seus ramos secundários (Cerveira, Barreto, Gato, Mourão, Bravo, Redondo, Zote e Vasquinho); Adosinda Galindes, dona que não terá tido descendência; e Troitesendo Galindes de Paiva,

[834] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 102-103.

[835] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 23. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 291.

[836] Os dados genealógicos que temos para esta família colocam em relação dois autores distintos e complementares: Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões; e Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 285 – Esquema Genealógico Eriz (I).

[837] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[838] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 285.

possível fundador do mosteiro de Paço de Sousa, esposo de Anímia e patriarca dos Paiva, Taveira e Rebotim.[839] Devido ao desfasamento geográfico do vale do Paiva em relação à zona que temos vindo a estudar neste trabalho, escusar-nos-emos de analisar esta linhagem em profundidade. Quanto aos Várzea-Velho, reservaremos uma secção própria para esta família, devido à sua tremenda centralidade na aristocracia do Alto Minho nos próximos séculos.

VI-8 e, possivelmente, CRESCONHO ARUALDES, o primeiro dos Urgeses,[840] linhagem que, devido à sua localização geográfica na zona de Guimarães, também não analisaremos em profundidade.

Na próxima secção, dedicada exclusivamente aos descendentes de Afonso Betotes, teremos oportunidade de explicar melhor de que forma estes se uniram aos senhores da Várzea, dando assim origem aos Velhos, linhagem que, devido a este matrimónio, se implantou na fronteira do Alto Minho, regressando assim ao espaço natural dos seus antepassados mais distantes (Ero Fernandes e Afonso Betotes).

Mas, por agora, continuaremos a analisar a sexta geração de descendentes de Ero Fernandes com a família do conde coimbrão Froila Gonçalves (V-6). Portanto, do seu casamento com uma senhora de nome desconhecido nasceram:

VI-9 GONÇALO FROILAZ,[841] conde de Bermudo III e esposo de Ermesenda Fernandes (VI-4),[842] figuras a quem já dedicámos algumas linhas.

VI-10 e, provavelmente, RODRIGO FROILAZ, conde galego que, segundo a documentação do mosteiro de Sobrado, terá estado na origem dos Trava-Trastâmara.[843] Na verdade, não sabemos que razões terão causado o

[839] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões. Este mesmo autor procura esclarecer os avanços e recuos de Almeida Fernandes e Mattoso sobre a identificação de Troitesendo Galindes e a sua associação ao mosteiro de Paço de Sousa (*Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 285-286).

[840] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 285.

[841] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 94.

[842] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 311-312.

[843] *Idem*, *ibidem*, pp. 312 e 319-320. A argumentação desta autora baseia-se principalmente num documento de Sobrado, onde o mosteiro, de forma a salvaguardar os seus direitos em Aranga, Mariniano, Ventosa, Origueira, Chantada, Meranio, Villa Ousat, Canda-

regresso de D. RODRIGO à Galiza, mas podemos aventar algumas hipóteses: um possível matrimónio com uma senhora desta zona; uma possível divisão de responsabilidades e património entre os dois irmãos, tendo ficado Gonçalo na esfera portucalense/conimbricense e RODRIGO na antiga Galiza lucense; ou até uma possível fuga ao avanço muçulmano na zona centro (onde Froila Gonçalves, seu pai, tinha a maioria dos seus interesses). Torna-se curioso verificar que muitas gerações depois, nos séculos XII e XIII, os Trava também mantiveram um controlo político muito estreito sobre um conjunto de terras na região centro[844]. Tal pode indiciar que, apesar de ter transcorrido mais de uma centúria e de todas as vicissitudes inerentes à perda e reconquista de Coimbra, os Trava foram capazes de conservar parte dos direitos e bens que advinham de Froila Gonçalves, que tinham sido ganhos, em parte, devido à sua aliança com Almançor e seu filho. Ainda teremos oportunidade de voltar novamente aos Trava, devido às suas múltiplas ligações à aristocracia de Toronho e Límia, principalmente a partir do século XII.

Por sua vez, do seu tio Vela Gonçalves (V-7) terá nascido:

VI-11 TODA VELA,[845] esposa do conde portucalense Ramiro Mendes, alferes real em 1005 e filho do conde Mendo Gonçalves (999-1008) e da sua esposa D. Tutadona (ou Toda). Deste casamento nasceram três filhos, que marcaram presença entre a aristocracia de Fernando Magno.[846]

Se a nossa hipótese sobre a origem dos Celanova-Barbosa estiver correcta, esta sexta geração continua com os antepassados mais distantes deste grupo familiar. Tal como os Trava-Trastâmara, os Celanova também eram parentes

rio e Ouces, estabeleceu a ascendência genealógica dos seus patronos primitivos, para que ninguém reclamasse direitos de padroado ilegitimamente (Loscertales de Valdeavellano (ed.), *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, Vol. I, doc. 212). Sobre o percurso dos Trava-Trastâmara veja-se José Luis López Sangil, *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*; e Portela Silva e Pallares Méndez, «Aristocracia y Sistema de Parentesco…», pp. 277-294.

[844] Tomemos como exemplo Soeiro Mendes *Facha* de Tougues, um parente próximo dos Trava, que foi tenente de Seia em 1169, ou o conde Fernão Bermudes, filho de Bermudo Peres de Trava, que assumiu as tenências de Viseu (1173), Guarda (1202) e Celorico da Beira (1209) – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 882.

[845] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 113-114.

[846] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 297-298.

próximos dos condes de Coimbra e, até, desta sua última geração (encabeçada pelo conde Gonçalo Froilaz). Com efeito, o magnate não identificado IV-11, que supomos ser pai de Afonso de Celanova (V-11), era filho de Froila Guterres e, por isso, irmão da condessa Mumadona/Tutadona Froilaz (IV-10), esposa do conde coimbrão Gonçalo Moniz (IV-9) e mãe dos condes Froila Gonçalves (V-6) e Vela Gonçalves (V-7), pai e tio, respectivamente, dos condes GONÇALO FROILAZ (VI-9) e RODRIGO FROILAZ (VI-10). Portanto, Afonso de Celanova seria primo direito do conde Froila Gonçalves e, em segundo grau, dos seus filhos, GONÇALO e RODRIGO FROILAZ, o último conde conimbricense e o primeiro dos Trava-Trastâmara.

Da união do conde Afonso de Celanova (V-11) com uma desconhecida terá nascido:

VI-12 VASCO DE CELANOVA, conde e esposo de Gontrode Nunes, filha do conde portucalense Nuno Alvites (1017-1028), irmã do conde Mendo Nunes (1028-1050) e tia do conde Nuno Mendes (1059-1071), o derradeiro conde portucalense da linha de Vímara Peres e grande derrotado da batalha de Pedroso. Deste casal terão nascido dois filhos (um varão e uma senhora): o conde Nuno Vasques de Celanova, esposo de D. Sancha Gomes de Sousa, patrono dos mosteiros de Calvelo e Celanova (onde se encontra documentado)[847] e primeiro dos Celanova-Barbosa; e, segundo Mattoso, uma D. Elvira Vasques.[848]

Por sua vez, através da condessa Tutadona (ou Toda, V-12), também filha de IV-11 e irmã de Afonso de Celanova (V-11), entramos no grupo familiar que desembocará nos últimos condes de Portucale. Portanto, do seu casamento com o conde Mendo Gonçalves (999-1008) nasceram:[849]

[847] Segundo um documento de 1108 do mosteiro de Celanova, tomou posse dos bens da sua mãe entre o rio Minho e o mar, ou seja, os bens que esta tinha no Alto Minho (provavelmente no actual concelho de Caminha). Ainda segundo o mesmo documento, deteve também algum património na zona de Límia (em Vilamire, junto ao monte Calvo e Larouco e na paróquia de Santa Maria do Monte). Em 1141, recebeu do abade de Celanova a posse de uma terra e é identificado como vigário do rei em Límia (Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 136 e 291). Quanto à sua ligação a Calvelo, esta foi enunciada por Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[848] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[849] Informações genealógicas apresentadas por Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 296-297.

VI-13 GONÇALO MENDES.[850]

VI-14 RODRIGO MENDES, conde que, segundo a documentação do mosteiro de Sobrado, foi trisavô de Urraca Froilaz, esposa do poderoso conde D. Pedro Froilaz de Trava. Segundo esta mesma fonte, foi pai de D. Guterre Rodrigues.[851]

VI-15 RAMIRO MENDES,[852] conde que terá morrido depois de 1014, esposo da sua parente Toda Vela (VI-11), de quem teve Ordonho Ramires, Hermenegildo Ramires e Loba Ramires, esposa de um dos magnates de Fernando Magno, o conde Sancho Vasques. Apesar de ter atingido a alferesia real em 1005, de ser cunhado de Afonso V (devido ao seu casamento com a sua irmã Elvira Mendes) e filho do seu tutor (o conde Mendo Gonçalves),[853] RAMIRO não conseguiu dar continuidade a esta posição privilegiada, podendo ter-se dedicado exclusivamente ao controlo dos seus domínios portucalenses (já que o poder muçulmano continuava às portas do condado).

VI-16 EGAS MENDES.[854]

VI-17 MONIO MENDES.[855]

VI-18 ELVIRA MENDES,[856] esposa de Afonso V,[857] de quem teve descendência.

VI-19 ILDOARA MENDES, esposa do conde de Portucale Nuno Alvites (1017-1028) e mãe do conde Mendo Nunes (1028-1050).[858]

---

[850] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 112-113.

[851] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 316-317.

[852] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 113-114.

[853] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*... pp. 297-298.

[854] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 113.

[855] *Idem*, *ibidem*.

[856] *Idem*, *ibidem*.

[857] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 297.

[858] Para além de ter garantido a transição do poder condal para uma linha varonil de Vímara Peres, através do seu casamento com Nuno Alvites, Ildoara Mendes viu-se obrigada a

VI-20 ALDONÇA MENDES.[859]

VI-21 e PAIO MENDES, também alferes régio entre 1012 e 1014.[860]

Fazem ainda parte desta sexta geração a filha do conde Paio Eriz (V-13), filho do conde Ero Ordonhes (IV-19) e de Adosinda Moniz, neto de Ordonho Godesteis (III-14), bisneto de Godesteu Eriz (II-4) e trineto de Ero Fernandes (I-1). Portanto, de Paio Eriz nasceu:

VI-22 ONEGA PAIS, esposa do conde Nuno Moniz e mãe de Ermesenda Nunes e de Odrócia Nunes, esposa de Ordonho Romaniz e de quem teve um filho, Nuno Ordonhes.[861]

Por sua vez, do casamento da sua prima Odrócia Godesteis (V-14), filha do seu tio Godesteu Ordonhes (IV-20), irmão do seu pai (Ero Ordonhes, IV-19), com o conde Rodrigo Guterres nasceu:

VI-23 ELVIRA RODRIGUES, esposa do conde Rodrigo Romaniz, irmão do marido de Odrócia Nunes (Ordonho Romaniz). Desta união nasceram duas filhas e um filho (Aldonça, Monio e Aragonta Rodrigues).[862]

Para que se remate esta sexta geração, resta dizer que os filhos do conde Mendo Gonçalves de Portucale (V-19) e da sua esposa Tutadona (V-12) também eram descendentes de Ero Fernandes por via paterna, visto que a sua bisavó paterna Teresa Eriz (II-5), esposa do conde Gonçalo Betotes, mãe do conde Hermenegildo Gonçalves (III-18) e avó do conde Gonçalo Mendes (IV-22), seria filha do conde de Lugo. Assim sendo, podemos presumir que, devido ao casamento de Ildoara Mendes com o conde Nuno Alvites, filho do conde Alvito Nunes (seu sucessor à frente do condado), as últimas gerações de condes de Portucale (Mendo Nunes e Nuno Mendes) tenham con-

liderar o condado, como regente, durante parte do governo do seu filho e neto, contribuindo assim para a alienação e fragilização do seu poder público e para a crescente decadência da autoridade condal (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 21, 28 e 31).

[859] *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 113.

[860] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 297.

[861] *Idem*, *ibidem*, pp. 288 e 292-293.

[862] *Idem*, *ibidem*, p. 293.

centrado em si uma parte substancial dos bens e territórios das famílias de Ero Fernandes, Hermenegildo Guterres, Vímara Peres e Afonso Betotes. Nos inícios do século XI, tal poder e prestígio nunca prenunciaria o fim trágico consumado em Pedroso.

A sétima geração

Como temos vindo a enfatizar, o desgaste biológico e social da velha aristocracia condal teve uma espantosa expressão na contracção do número de linhas que lhe deram continuidade e, por outro lado, na polarização da sua herança entre famílias de topo (como os condes de Portucale) e ramos secundários de expressão meramente regional, que, com o passar do tempo, chegaram ao estatuto de infanções (como os Baião). O paulatino afastamento em relação à monarquia leonesa, a sedimentação do domínio muçulmano sobre Coimbra, os conflitos internos criados por esta intensa estratificação da aristocracia territorial (que iria obrigar certas castas de infanções, especialmente próximas do poder condal, a emergirem e, talvez, a utilizarem alguns ascendentes na aristocracia condal como instrumento de legitimação política e social), a deslocalização de alguns grupos para nichos regionais (como a terra de Baião), ou a decadência biológica criada por várias gerações de estratégias endogâmicas (engendradas para que sobrevivessem às vicissitudes de um regime tendencialmente cognático), entre outros factores, contribuíram para a atomização desta antiga aristocracia. Note-se que nesta sétima geração de descendentes de Ero Fernandes encontramos já os Baião, os senhores da Várzea, os Paiva, provavelmente os Urgeses e os Marnel, bem como os antepassados masculinos e femininos dos Trava-Trastâmara (através de Rodrigo Froilaz e de Rodrigo Mendes), os Celanova, ramos secundários da família condal de Portucale (vindos de Ramiro Mendes e Toda Vela), a linha principal dos condes de Portucale e, até, alguns membros da família patronal do mosteiro de Lourenzá. Esta mistura eclética de gentes exemplifica bem esta estratificação social dentro de um mesmo grupo familiar e a perda de prestígio e posição social de alguns em favor de outros. O desaparecimento dos últimos descendentes da aristocracia condal de Coimbra e o enfraquecimento dos condes de Portucale geraram espaço de manobra suficiente para que muitos deles assumissem a liderança da nobreza galego-portuguesa.

Portanto, é fácil de perceber que, apesar do acelerado ritmo de decadência da aristocracia condal portucalense, as primeiras gerações de senhores de Baião ainda foram alavancadas pelas suas relações privilegiadas com os seus

parentes que detinham o poder condal. Da união de Gondesendo Arualdes de Baião (VI-6) com uma desconhecida nasceu EGAS GONDESENDES DE BAIÃO I (VII-1);[863] para além de estar claramente aparentado com o seu tio Galindo Arualdes (VI-7) e com o seu filho Soeiro Galindes de Várzea (VII-2), família de infanções que ostentava vários bens em Subcolina (junto a Braga) e que entrou num profundo litígio com a diocese de Braga em 1070-1080, EGAS GONDESENDES recebeu, em 1072, bens da condessa Gontrode Nunes, filha dos condes portucalenses Nuno Alvites e Ildoara Mendes (VI-19), esposa do conde D. Vasco de Celanova (VI-12), mãe do conde Nuno Vasques de Celanova, irmã do conde Mendo Nunes e tia do conde Nuno Mendes.[864] Por isso, é de presumir que o parentesco próximo da condessa com EGAS GONDESENDES e, possivelmente, o seu casamento e deslocação para o sul da Galiza tê-lo-ão transformado num dos herdeiros naturais do seu património português. Assim sendo, podemos presumir também que, atendendo à data deste documento, se possa tratar de uma transferência de poderes para um ramo infancional da família que terá participado na derrota do seu sobrinho em Pedroso. Neste contexto, é absolutamente lícito afirmar que, por via indirecta, EGAS GONDESENDES acabou por ser um dos herdeiros de parte do património pessoal dos antigos condes portucalenses. Esta situação terá acarretado um enorme incremento no prestígio social dos Baião, já que até o alvazil de Coimbra, Sisnando Davides, o honrou com uma doação de alguns dos seus bens.[865] EGAS GONDESENDES, que viria a confirmar alguns documentos conimbricenses em 1075,[866] casou com Elvira Gonçalves (de Sousa?), de quem teve descendência.[867]

Muito deste prestígio (herdado dos condes de Portucale) também terá sido partilhado pelos seus primos, os filhos de Galindo Arualdes (VI-7). Do seu casamento com Emiso Froiaz, padroeira do mosteiro de Santo Antonino de Barbudo, nasceram:[868]

---

[863] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[864] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 61.

[865] *Idem*, *ibidem*.

[866] *Idem*, *ibidem*.

[867] *Idem*, *ibidem*.

[868] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

VII-2 SOEIRO GALINDES DA VÁRZEA, infanção que, tal como já referimos, foi proprietário de bens em Subcolina (Braga) e que fundou o mosteiro da Várzea (também junto a Braga). Através dele, os seus descendentes (os Velhos) receberam os direitos de padroado do mosteiro de Santo Antonino de Barbudo (no concelho de Vila Verde).[869] Segundo Almeida Fernandes, casou com Goina Pais, neta de Godo Pais, filha de Paio Bermudes, neta de Bermudo Pepes e bisneta (ou trineta) de um filho anónimo de Afonso Betotes.[870] Desta senhora terá ganho vários bens no Alto Minho, que terão sido transmitidos maioritariamente ao seu filho primogénito Nuno Soares Velho I.[871] O mesmo autor identifica-lhe ainda um segundo casamento com Eilo (ou Aurodomna) Pais.[872] Do primeiro casamento teve: Nuno Soares Velho I, Leogúndia Soares da Várzea, Maria Soares de Várzea e Ouroana Soares de Várzea. Do segundo casamento teve: Elvira Soares e Soeiro Soares.[873] Dos filhos de Nuno Soares procedem os Velhos, família que, principalmente através do alferes régio Nuno Soares Velho II (neto do anterior), atingiu os estratos mais altos da aristocracia portuguesa do século XII.[874]

VII-3 ADOSINDA GALINDES.

VII-4 e TROITESENDO GALINDES DE PAIVA, fundador do mosteiro de Paço de Sousa e provável primogénito de Galindo Arualdes. Esta nossa

---

[869] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 61. Segundo Almeida Fernandes, o padroado deste mosteiro viria de Emiso Froilaz, sua mãe (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285). Contudo, este viria a ser alvo de transa-cções pelos Várzea-Velho, visto que o confiariam a Braga e que o conde D. Henrique também lhe tinha dado a sua parte, que provinha de uma doação feita por estes a Afonso VI. Para além disso, esta família também tinha bens em Pitães (junto a Braga), que também acabaram por reverter para o conde D. Henrique. Mais tarde viriam a ganhar bens no Alto Minho (em torno de Viana do Castelo) e, até, nas margens do Ave (Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 141).

[870] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285.

[871] Mattoso documenta a vida de Soeiro Galindes entre 1046 e 1075 – Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144.

[872] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285.

[873] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[874] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 141.

suposição deve-se ao facto de TROITESENDO se encontrar documentado entre 994 e 1014.[875] Segundo Sottomayor-Pizarro, tal situação faz com que as cronologias do seu filho Pedro Troitesendes e dos seus descendentes coincidam perfeitamente com os de Gondesendo Arualdes, seu tio-avô.[876] Pedro Troitesendes foi filho de uma D. Anímia, de quem nada sabemos.[877] Enquanto os descendentes de Soeiro Galindes de Várzea se afincavam perto de Braga e Vila Verde e, mais tarde, nas margens do Lima, Pedro Troitesendes terá passado grande parte do século XI a sedimentar a sua posição no baixo vale do Paiva, o que se pode provar através do seu casamento com Toda Hermiges da Maia, viúva de Egas Moniz de Ribadouro I.[878]

Apesar das informações presentes nos livros de linhagens, que apontam a *«exótica»* Gasconha como ponto de origem de Cresconho Arualdes (VI-8) e do seu filho MEM CRESCONHES (VII-5),[879] acreditamos que os Urgeses também eram descendentes de Arualdo Gondesendes de Baião. Esta hipótese, aventada por Sottomayor-Pizarro, afigura-se-nos como extremamente provável, já que o ponto de partida desta linhagem situa-se na zona de Braga-Guimarães, lugar onde estavam estabelecidos os senhores da Várzea, seus primos. Tal situação ter-se-á mantido até inícios do século XII, pois o seu filho Salvador Mendes recebeu de D. Teresa, em 1120, uma herdade em Palmeira (perto de Braga).[880] Tal como no caso dos Velhos, a sua vida cortesã e dinâmica social permitiu a sua expansão a outros espaços.

Ainda nos alvores do século (mais precisamente por volta de 1035)[881] surge também o conde Rodrigo Froilaz (VI-10), filho do conde coimbrão Froila Gonçalves (V-6) e irmão do conde Gonçalo Froilaz (VI-9), poderoso magnate de Bermudo III. Apesar da primazia de Gonçalo, podemos presumir que Rodrigo também terá usufruído de muito prestígio e poder familiar. No entanto, a colaboração de Froila com os muçulmanos, a sua expulsão da es-

[875] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 62. Sobre o seu contexto genealógico veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[876] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 286.

[877] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[878] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 62.

[879] LL49A1.

[880] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 1019.

[881] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 329.

fera cristã em 1017[882] e a perda da região de Coimbra, terão obrigado os seus filhos a deslocalizarem-se e a enraizarem o seu domínio territorial em espaços mais nortenhos. A sua aparição à cabeça dos primitivos patronos do mosteiro de Sobrado deixa perceber que terá encontrado o seu novo nicho no coração da Galiza.[883] Em nossa opinião, este processo assemelha-se em tudo àquele que arrastou os Baião para a sua zona natal, também muito por força da sua estreita relação familiar com a aristocracia coimbrã.

Segundo a documentação de Sobrado[884], o conde Rodrigo Froilaz teve os seguintes filhos:[885]

VII-6 FROILA RODRIGUES, conde documentado por volta de 1040 e pai de Bermudo Froilaz, avô paterno do conde Pedro Froilaz de Trava;[886]

VII-7 GONÇALO RODRIGUES, aristocrata referido nesta documentação juntamente com os seus filhos;[887]

VII-8 e MENDO RODRIGUES, igualmente referido com o seu filho Soeiro Mendes Sapata (ou Zapata).[888]

Atendendo ao seu sucesso e à proliferação dos Trava-Trastâmara em terras galegas desde as primeiras décadas do século XI e aos seus ascendentes na aristocracia condal conimbricense, não é de estranhar que estes tenham buscado um patamar similar ao dos condes portucalenses. Mas, tal não podia ser alcançado sem uma aliança estreita com os interesses da coroa que, por esta altura, exprimia um crescente afastamento em relação às linhas principais da velha aristocracia condal. No caso de Portugal, ao apogeu do governo de Mendo Gonçalves seguiu-se um ciclo de décadas de declínio. Tal como

[882] *Idem*, *ibidem*, p. 311.

[883] *Idem*, *ibidem*, pp. 319-320.

[884] Loscertales de Valdeavellano (ed.), *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, Vol. I, doc. 212.

[885] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 319-320 e 329 - esquema genealógico casa de Trava (III).

[886] *Idem*, *ibidem*.

[887] *Idem*, *ibidem*.

[888] *Idem*, *ibidem*.

os infanções portucalenses (que, como temos visto, eram em alguns casos seus parentes afastados), os Trava-Trastâmara terão utilizado o seu serviço a Fernando Magno, Garcia II e Afonso VI como alavanca social. Até 1092 (altura em que desaparece da vida pública),[889] o conde Froila Bermudes, filho de Bermudo Froilaz e pai do conde Pedro Froilaz de Trava, soube navegar habilmente na efervescência causada pelas conquistas de Fernando Magno e pelo projecto soberanista de Garcia II, que desencadearia a «decapitação» de certas estruturas tradicionais de poder. Não sabemos se Froila esteve em Pedroso e, a ter estado, a que partido se terá juntado, mas encontramos um incrível paralelo entre a forma como assassinou (em 1069) D. Godesteu, seu sobrinho e bispo de Iria-Santiago,[890] e a morte do conde Nuno Mendes em Janeiro de 1071. Para além de ter permitido uma expansão do seu domínio aristocrático na terra de Santiago, aquele primeiro acontecimento teve o condão de despoletar uma restauração do mapa diocesano galego. Esta reconfiguração das dioceses segundo moldes clássicos e a multiplicação do número de novos bispos terão contribuído para a afirmação da autoridade territorial de Garcia II.[891] Por sua vez, Pedroso ditou o fim de uma aristocracia condal que, devido a séculos de autonomia, poderia colocar em questão a soberania desta monarquia galega. Neste contexto, infanções (fossem eles de origem condal ou não) e linhagens condais de segundo plano, como os próprios Trava e Celanova, assumiram-se como novos agentes de poder, mesclando-se de forma a proporcionar uma partilha do velho sangue condal entre os novos senhores da Galiza e Portucale.

Recuando um pouco e prosseguindo com esta sétima geração de descendentes de Ero Fernandes, deparamo-nos com uma linha paralela e secundária dos condes de Portucale. Estamos a falar da descendência do conde Ramiro Mendes (VI-15), alferes real em 1005 e cunhado do monarca leonês, e da sua esposa Toda Vela (VI-11). Deste casamento nasceram:[892]

---

[889] *Idem*, *ibidem*, p. 320.

[890] Falque Rey (ed.), *Historia Compostelana*, p. 76.

[891] Tal como Amaral enfatizou, este impulso de restauração de diversas dioceses galego-portuguesas, em torno a 1071, permitiu a multiplicação dos «lugar-tenentes» do monarca galego (Amaral, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga…*, p. 237).

[892] Sobre Ramiro Mendes e sua descendência veja-se Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 297-298. Apesar de ter ocupado cargos públicos e de ter tido descendência, Mattoso afirma que tanto Ramiro Mendes como o seu irmão Gonçalo Mendes terão morrido jovens (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 21).

VII-9 ORDONHO RAMIRES;[893]

VII-10 HERMENEGILDO RAMIRES;[894]

VII-11 e LOBA RAMIRES,[895] esposa do conde Sancho Vasques. Apesar de um certo apagamento do seu pai, estes três irmãos fizeram parte da aristocracia de Fernando Magno.[896]

Apesar de estarem mais proximamente aparentados com os condes de Portucale do que os Trava, os condes de Celanova terão assumido um patamar similar, já que ambos conseguiram alçar-se à cúpula da aristocracia galega durante o mesmo período. Como eles, aproveitaram o ocaso da velha nobreza condal para assumirem a dianteira das elites galegas e para se unirem às estirpes emergentes de infanções portucalenses. Os seus ascendentes e influência territorial legitimavam taxativamente a autoridade deste novo círculo de poder saído de Pedroso.

Tendo em conta o facto de que Gontrode Nunes, esposa do conde Vasco de Celanova (VI-12), seria filha do conde Nuno Alvites, irmã do conde Mendo Nunes e, portanto, tia de Nuno Mendes, chegamos facilmente à conclusão de que os seus filhos seriam primos, por via materna, do último conde portucalense. Um chamariz ímpar para as linhagens fundacionais portuguesas que, ao encetarem matrimónio dentro desta casa, misturavam o seu sangue com descendentes directos da velha aristocracia condal e, ao mesmo tempo, com alguns dos herdeiros do último conde de Portucale. Não é por isso de estranhar que os Sousa tenham sido os primeiros a buscar casamento entre os Celanova.[897] Do casamento entre Vasco de Celanova e Gontrode Nunes nasceram:

VII-12 NUNO VASQUES DE CELANOVA, conde que foi patrono dos mosteiros de Calvelo e Celanova[898] e esposo de Sancha Gomes de Sousa, de

[893] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 114.

[894] *Idem*, *ibidem*.

[895] *Idem*, *ibidem*.

[896] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 297-298.

[897] LL37A1. Para uma genealogia mais completa dos Celanova-Barbosa veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[898] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 152.

quem teve prestigiosa descendência. Apesar de ter nascido em meados do século XI (provavelmente durante o terceiro quartel desta centúria), NUNO VASQUES apenas se encontra documentado nos alvores do século XII. Estes documentos são relativos a alguns bens seus na fronteira galego-portuguesa, que herdou da sua mãe Gontrode Nunes,[899] e à sua relação com o mosteiro de Calvelo, junto a Ponte de Lima.[900] Estas informações sugerem que terá vivido a maior parte da sua vida entre as duas margens do Minho. Atendendo às carreiras dos seus filhos, também terá gozado de uma certa cercania em relação à monarquia leonesa e à autoridade condal de D. Henrique. Sabemos também que teve bens em Marco de Canaveses, em Palmeira (Braga) e em Albergaria-a-Velha,[901] possivelmente adquiridos através do casamento.

VII-13 e ELVIRA VASQUES DE CELANOVA.[902]

Apesar de tudo, os Trava também eram descendentes directos dos condes de Portucale, através da ascendência da esposa do conde Pedro Froilaz de Trava. Esta ascendência, algo distante, liga-os a um dos filhos do tutor/sogro de Afonso V, o conde Mendo Gonçalves (V-19). Portanto, dele nasceu o conde Rodrigo Mendes (VI-14), figura que, segundo as genealogias apresentadas na documentação de Sobrado, foi pai de:[903]

VII-14 GUTERRE RODRIGUES, figura que, segundo a mesma fonte, foi esposo de Marina e pai de Rodrigo Guterres e de Diogo Guterres, meirinho régio e pai de Ausenda Dias e de Ardiu Dias, esposa do conde Froila e mãe de Urraca Froilaz, primeira esposa do célebre Pedro Froilaz de Trava e mãe dos poderosos Bermudo e Fernão Peres de Trava.[904] Isto significa que estes, para além de serem descendentes varonis dos antigos condes de Coimbra, eram também descendentes dos antigos condes de Portucale, através de uma linha que entroncava também em Afonso Betotes e Ero Fernandes. Por isso, não

[899] ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 136 e 291.

[900] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[901] *Idem*, *ibidem*, p. 154.

[902] *Idem*, *ibidem*, p. 152.

[903] Esta ligação genealógica encontra-se exposta em TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 316-319 e 328.

[904] *Idem*, *ibidem*.

é de estranhar que o seu prestígio fosse reconhecido quer na Galiza quer em Portugal e que os seus interesses se desdobrassem nas duas regiões.

Por sua vez, do seu irmão Ramiro Mendes (VI-15) e da sua esposa Toda Vela (VI-11) nasceram os já referidos ORDONHO RAMIRES (VII-9), HERMENEGILDO RAMIRES (VII-10) e LOBA RAMIRES (VII-11).[905] Figuras que terão convivido com o seu primo Guterre Rodrigues na corte leonesa das primeiras décadas do século XI.

Ao contrário do que se poderia esperar, estas duas linhas masculinas do conde Mendo Gonçalves de Portucale (V-19), saídas de Rodrigo Mendes (VI-14) e de Ramiro Mendes (VI-15), não governaram o condado portucalense. O casamento de Afonso V com a sua irmã Elvira Mendes tornava-os parentes próximos da família real (cunhados e sobrinhos do monarca, respectivamente); por isso, são difíceis de perceber as causas do seu afastamento da linha sucessória e o seu apagamento dentro do cenário político. Mesmo com a conturbada chegada ao poder da dinastia navarra, não conseguimos vislumbrar qualquer incidente que o justifique, já que Loba Ramires, por exemplo, acabou por casar com uma das personagens mais presentes na corte de Fernando Magno, o conde Sancho Vasques.[906] A única resposta a esta questão pode prender-se com a morte precoce e inesperada de Mendo Gonçalves em 1008, dado que esta poderá ter apanhado os seus filhos varões ainda num período de amadurecimento político e social. Por exemplo, Ramiro Mendes foi alferes real apenas em 1005, cargo que, em certa medida, pode ser visto como um ponto de tirocínio para voos mais altos. Por outro lado, a família de Alvito Nunes, conde de Portucale entre 1008 e 1016, não terá sofrido as mesmas vicissitudes biológicas e, por isso, transformou-se na escolha lógica para assumir o governo do condado. O regresso da linha de Mendo Gonçalves à chefia do condado seria consumado através do casamento da sua filha Ildoara Mendes (VI-19) com o conde Nuno Alvites (1017-1028). Deste casal nasceram:[907]

VII-15 MENDO NUNES (1028-1050),[908] conde portucalense que, devido à sua menoridade, viu a sua mãe, Ildoara Mendes, tomar as rédeas do con-

[905] *Idem*, *ibidem*, pp. 297-298.

[906] *Idem*, *ibidem*, p. 298.

[907] Esta linha de sucessão à frente do condado foi descrita por Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 21.

[908] *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 85-86.

dado entre 1028 e 1040. Este cenário repetir-se-ia após a sua morte, altura em que a condessa se viu obrigada a assumir novamente o controlo da região, mais precisamente entre 1051 e 1058.[909] Durante esta fase, a família condal permitiu que todos (incluindo alguns dos seus parentes) explorassem a sua fragilidade, já que os verdadeiros governantes do condado foram os membros do triunvirato de infanções que serviu diligentemente Fernando Magno[910] e que se envolveu directamente na reconquista de Coimbra. Para estas elites emergentes (fossem elas linhagens condais de segundo plano, ramos secundários da aristocracia condal ou infanções, aparentados ou não com as famílias condais), a autoridade de MENDO NUNES e de Nuno Mendes deveria assumir uma dimensão meramente formal, pois já os tinham substituído como agentes da soberania régia e como companheiros de armas de Fernando Magno, visto que o último conde de Portucale não fez parte das suas campanhas portucalenses.[911] Durante as suas regências, Ildoara Mendes abriu caminho a este cenário, mas não viveu tempo suficiente para vislumbrar o seu trágico desfecho em Pedroso.

VII-16 GONTRODE NUNES,[912] esposa do conde Vasco de Celanova (VI-12) e mãe do conde Nuno Vasques de Celanova (VII-12), patriarca dos Celanova-Barbosa, e de Elvira Vasques (VII-13). Segundo um documento de 1108, oriundo de Celanova, o seu filho herdou os bens que esta senhora possuía no Alto Minho, mais precisamente, entre o rio Minho e a costa.[913] Segundo um documento de 1138, Gomes Nunes de Celanova, seu neto, tinha recebido de Gontrode uma herdade em Bustarenga, junto ao castelo de Sande, em Cartelle (Galiza).[914] Tudo indica que também possuía bens junto a Braga, Vila Real e no vale do Vouga.[915] O seu casamento com Vasco de Celanova terá acarretado a alienação da maioria deles e a sua entrega a nobres oriundos da casta infancional.[916] Só assim se pode explicar que, em vez destes, só os seus

[909] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 28.

[910] *Idem*, *ibidem*, pp. 33-34.

[911] *Idem*, *ibidem*.

[912] *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 85.

[913] ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 291.

[914] *Idem*, *ibidem*, doc. 543.

[915] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 31.

[916] *Idem*, *ibidem*.

bens no vale do Minho tenham chegado íntegros a alguns dos seus descendentes. Este matrimónio prova que, apesar da acelerada decadência da nobreza condal, todos buscavam algum tipo de legitimação social no seu sangue, como forma de aproximação ao topo da aristocracia territorial primordial. Não é por isso de estranhar que Loba Nunes, filha do seu sobrinho Nuno Mendes, tenha desposado o alvazil Sisnando Davides, personagem de confiança de Fernando Magno e cabeça de uma nova aristocracia moçárabe de Coimbra.[917]

VII-17 e MONIO NUNES,[918] que, devido a um crescente depauperamento do património social e material da sua linhagem, apenas surge identificado através da venda de uma herdade sua em Ponte de Lima.[919]

Esta sétima geração estaria incompleta sem uma breve referência às linhas de descendentes que permaneceram na Galiza lucense. Assim, do conde Paio Eriz (V-13), trineto de Ero Fernandes por via masculina e filho do conde Ero Ordonhes (IV-19), nasceu a condessa Onega Pais (VI-22) e do casamento desta com o conde Nuno Moniz nasceram:[920]

VII-18 ERMESENDA NUNES, senhora que, segundo um documento do mosteiro de Chantada (Galiza), deverá ter vivido nos inícios do reinado de Afonso VI.[921]

VII-19 e ODRÓCIA NUNES, esposa de Ordonho Romaniz e mãe de Nuno Ordonhes.[922]

Ainda nesta sétima geração encontramos um novo casamento com esta casa, o de Elvira Rodrigues (VI-23), filha do conde Rodrigo Guterres (um dos patronos de Lourenzá) e de Odrócia Godesteis (V-14), filha de Godesteu Ordonhes (IV-20). Do casamento de D. Elvira com o conde Rodrigo Romaniz, irmão de Ordonho Romaniz, nasceram:[923]

---

[917] *Idem*, *ibidem*, p. 14.

[918] *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 85.

[919] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 31.

[920] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 292-293.

[921] *Idem*, *ibidem*.

[922] *Idem*, *ibidem*, p. 288 – Esquema Genealógico Eriz (IV).

[923] *Idem*, *ibidem*, p. 289 – Esquema Genealógico Eriz (V).

VII-20 ALDONÇA RODRIGUES

VII-21 MONIO RODRIGUES

VII-22 e ARAGONTA RODRIGUES, documentada, tal como os seus irmãos, em 1034, altura em que recordam quer a sua origem paterna quer a sua avó materna, Odrócia Godesteis (V-14), que, por essa altura, ainda estaria viva.[924]

A oitava geração

Encerrado o resumo sobre esta sétima geração, resta-nos analisar os núcleos familiares que chegaram aos tempos de Fernando Magno, Garcia II e Afonso VI, ou seja, a oitava e nona geração de descendentes de Ero Fernandes. Durante estas décadas nevrálgicas do século XI, ocorreu a extinção dos últimos representantes da autoridade condal conimbricense e portucalense e a ascensão de uma aristocracia condal de segundo plano (os Trava e os Celanova, por exemplo) e do grupo dos infanções, onde se incluíam já os Baião, Azevedo, Várzea, Velho, Paiva e Urgeses. Portanto, não é de estranhar que todos eles possam ter apoiado Fernando Magno e Garcia II no esvaziamento do poder condal portucalense e na atomização da sua autoridade territorial, já que, como descendentes destas velhas estirpes, estavam em posição privilegiada para ocupar esse vácuo. Acreditamos hoje que, mais do que aceitar uma suplantação por uma casta de «dependentes», é mais válido pensar numa substituição dos condes de Portucale por um conjunto de parentes afastados. É certo que esta interpretação não se poderá aplicar a todos os infanções e a todas as estirpes condais galegas que participaram neste processo, mas, constatando o elevado número de famílias fundacionais que desembocam nesta complexa rede de descendentes de Ero Fernandes, Hermenegildo Guterres, Vímara Peres e Afonso Betotes, podemos aventar que, mediante um estudo mais aturado em outros contextos territoriais, descobriríamos ainda mais linhagens oriundas da velha aristocracia condal. Tomando apenas o Alto Minho e Toronho e Límia como referência, reparamos que, nesta fase (últimos anos de Fernando Magno e reinados de Garcia II e Afonso VI), três das linhagens centrais nas relações transfronteiriças (os Velho, Trava e Celanova) eram parte deste grupo

[924] *Idem*, *ibidem*, p. 293.

alargado de descendentes dos condes presores. Por isso, não é de estranhar a sua orientação estratégica ambivalente, pois, tal como a região que ocupavam, assumiram constantemente uma posição-charneira entre as duas margens do Minho. No fundo, constituíam uma ponte biológica entre a velha aristocracia condal e as linhagens fundacionais e, ao mesmo tempo, um eixo articulador das relações sociais entre as duas metades da antiga Galécia.

Tendo em conta tudo isto, voltemos ao texto genealógico e comecemos esta oitava geração pela família de Egas Gondesendes de Baião I (VII-1). Dele nasceram:[925]

VIII-1 GONDESENDO VIEGAS DE BAIÃO, indivíduo não documentado que foi identificado hipoteticamente por Almeida Fernandes, de forma a superar o desfasamento existente entre os dois homónimos Egas Gondesendes.[926]

VIII-2 GODINHO VIEGAS DE AZEVEDO, esposo de Maria Soares da Várzea, filha de Soeiro Galindes da Várzea e de Goina Pais.[927] Este parentesco tornava Maria Soares prima em quarto grau do seu marido e seria também irmã da segunda mulher de Paio Guterres da Silva, magnate oriundo do Alto Minho que, ao alcançar o cargo de *vicarius* de Afonso VI,[928] se alçou ao topo da aristocracia portucalense da segunda metade do século xi. O envolvimento de Paio Guterres nos assuntos particulares desta família foi registado pelos livros de linhagens[929]. Segundo eles, GODINHO VIEGAS repudiou a sua esposa após o nascimento de Paio Godins de Azevedo. Esta acção terá causado a ira de Paio Guterres, cunhado de Maria Soares, que matou o ofensor. Contudo, Troitesendo Galindes de Paiva (VII-4), irmão de Soeiro Galindes da Várzea e tio da ofendida, assumiu este assunto como um problema de justiça familiar, já que eram, todos eles, Baiões. Troitesendo acabou por cegar Paio Guterres, como forma de represália contra o Silva por se ter intrometido na sua vida familiar. Segundo Mattoso, esta narrativa deve ser falsa, já que, de forma a fa-

[925] Podemos seguir a estrutura genealógica desta família através de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[926] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 286.

[927] Veja-se a penúltima nota.

[928] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 142.

[929] LD15B1 e LL52A1.

zer coincidir todos os intervenientes, apenas poderia ter acontecido até 1080, mas nesta altura Paio Godins já estava casado com Gontinha Nunes (desde 1076). Mas, o mesmo autor dá como provável a rivalidade entre os Baião-Azevedo-Paiva e os Silva,[930] talvez devido à proximidade geográfica entre os domínios destes e dos Azevedo. GODINHO VIEGAS terá sido o primeiro senhor da honra de Azevedo, na freguesia de Lama (Barcelos), e fundador do mosteiro de Vilar de Frades.[931] Importa também verificar que esta área de influência (ao longo da bacia do Cávado) estava a meio caminho entre os domínios dos senhores da Várzea (mais perto de Braga) e dos Velhos (já no vale do Lima), ocupando assim sectores importantes do território minhoto. Como já vimos, do seu casamento com Maria Soares da Várzea nasceu Paio Godins de Azevedo.[932]

VIII-3 e SANCHA VIEGAS DE BAIÃO, esposa de Mem Fernandes de Bragança I, de quem teve descendência.[933]

No mesmo período, os senhores da Várzea passaram por um processo de expansão geográfica e de aumento do seu prestígio social. Uma cuidada estratégia matrimonial, encetada desde os tempos de Soeiro Galindes da Várzea (VII-2), permitiu que se tornassem herdeiros de algum do património político e social dos descendentes de Afonso Betotes, que consolidassem o seu estatuto (através desta união e de um matrimónio com Mem Gonçalves da Maia) e que conquistassem novos espaços no Minho senhorial (devido a um alinhamento muito próximo com os Azevedo e a uma aliança com os Molnes).[934] Assim, Soeiro Galindes (VII-2), infanção da zona de Braga, patrono dos mosteiros da Várzea e de Santo Antonino de Barbudo, casou, em primeiras núpcias, com Goina Pais, neta de Godo Pais, filha de Paio Bermudes (descendente directo de Afonso Betotes),[935] e dela teve:

---

[930] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144.

[931] *Idem*, *ibidem*.

[932] *Idem*, *ibidem*.

[933] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.3. – Bragança e 4.5. – Baiões.

[934] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões. Falamos do matrimónio de Soeiro Galindes da Várzea com Goina Pais e dos seus filhos. Leogunda Soares da Várzea casou com Mem Gonçalves da Maia. Maria Soares da Várzea casou com o seu parente Godinho Viegas de Azevedo. Por fim, Ouroana Soares da Várzea desposou Ero Mendes de Molnes.

VIII-4 NUNO SOARES VELHO I, aristocrata que, atendendo à localização geográfica dos seus descendentes, terá herdado a maioria dos bens da sua mãe no Alto Minho.[936] Tudo indica que este terá sido o primeiro a usar o nome Velho. Importa também referir que, em 1112, surge um documento onde os herdeiros de um Nuno Soares admitem que a sua linhagem usurpou à diocese de Tui a vila da Vinha, entre o rio Âncora e o Lima, e exprimem a vontade de ressarcir esta igreja deste desmando.[937] Atendendo ao facto de que o seu neto Nuno Soares Velho II ainda era vivo e participante activo da vida pública por essa altura, podemos presumir que os intervenientes estivessem a aludir a acções de NUNO SOARES VELHO I e não a este. O estatuto de principal herdeiro de Goina Pais legitimaria esta usurpação de uma parte substancial do actual concelho de Viana do Castelo, já que esta descendia do conde presor desta região. Não sabemos exactamente quando terá acontecido, mas é possível que tal tenha ocorrido nos primeiros anos do reinado de Afonso VI, talvez aproveitando o novo mapa de poderes saído da queda de Nuno Mendes e de Garcia II. Sabemos que se casou com Adosinda e que dela teve quatro filhos, que deram continuidade aos Velhos.[938]

VIII-5 LEOGÚNDIA SOARES DA VÁRZEA, esposa de Mem Gonçalves da Maia e de quem teve descendência.[939]

VIII-6 MARIA SOARES DA VÁRZEA, esposa do seu parente Godinho Viegas de Azevedo (VIII-2), de quem teve Paio Godins de Azevedo.[940]

---

[935] Identificação avançada por Almeida Fernandes e aceite por Mattoso e Sottomayor-Pizarro (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116; e Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285).

[936] Tal como Almeida Fernandes, julgamos que a implantação dos Velhos na bacia do Lima está intimamente relacionada com a sua ascendência em Goina Pais e Godo Pais, já que Paio Bermudes levara a cabo o repovoamento (e talvez defesa) desta zona no século x, através da fundação do mosteiro de S. Salvador da Torre (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116).

[937] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22.

[938] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[939] *Idem*, *ibidem*.

[940] *Idem*, *ibidem*. Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144.

VIII-7 e OUROANA SOARES DA VÁRZEA, esposa de Ero Mendes de Molnes (ou Odório Mendes) e mãe de Gontinha Eriz (ou Gontinha Odores) de Molnes, fundadora do mosteiro de Manhente (em Barcelos).[941]

Do segundo casamento de Soeiro Galindes da Várzea (VII-2) com Eilo (ou Aurodomna) Pais nasceram:[942]

VIII-8 ELVIRA SOARES DA VÁRZEA

VIII-9 e SOEIRO SOARES DA VÁRZEA, que, tal como sua irmã, não terá tido descendentes.

Apesar do envolvimento dos Paiva nas querelas dos Azevedo e dos senhores da Várzea, toda a sua estratégia matrimonial nestas últimas décadas do século XI centrou-se na consolidação dos seus domínios no vale do Paiva, através de alianças com Maias e Ribadouros.[943] Portanto, de Troitesendo Galindes de Paiva (VII-4), fundador de Paço de Sousa, nasceram:[944]

VIII-10 VIVILI TROITESENDES DE PAIVA, esposa de Hermígio Aboazar da Maia e mãe de Toda Hermiges da Maia.[945]

VIII-11 e PEDRO TROITESENDES DE PAIVA, nobre que, de forma a concentrar em si os bens da sua família, acabou por casar com a sua sobrinha Toda Hermiges da Maia, que, através do seu primeiro casamento com Egas Moniz, o *Gasco*, transmitiu os direitos de padroado da sua mãe sobre o mosteiro de Paço de Sousa aos Ribadouro.[946] Deste seu segundo casamento nasceu Paio Pires Romeu.[947]

---

[941] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144.

[942] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[943] *Idem*, *ibidem*. MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 171.

[944] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[945] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 286.

[946] *Idem*, *ibidem*.

[947] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

A título de nota, podemos, também, avançar um pouco na linha dos Urgeses, pois sabemos que de Mem Cresconhes (VII-5) nasceu SALVADOR MENDES DE URGESES (VIII-12) —*Salvador Dente*—, que, em 1120, recebeu de D. Teresa uma herdade em Palmeira (junto a Braga), que foi proprietário de uma quintã honrada em S. João de Nogueira (no julgado de Braga) e que terá fundado a honra de Urgeses (Guimarães).[948] Dele nasceu Pero Salvadores de Urgeses, continuador da linhagem.[949]

Voltando aos Trava, parentes afastados destas famílias, sabemos que do conde Rodrigo Froilaz (VI-10) nasceram Froila Rodrigues (VII-6), Gonçalo Rodrigues (VII-7) e Mendo Rodrigues (VII-8).[950]

Do conde Froila Rodrigues nasceu BERMUDO FROILAZ (VIII-13), personagem identificado na documentação de Sobrado como *Bermudo Nariz.*[951] Atendendo ao que dele se sabe, terá atingido o pico da sua vida pública por volta de 1060 e terá sido pai do conde Froila Bermudes e de Maior Bermudes.[952] Apesar de ambos terem tido descendência, apenas os filhos do primeiro atingiram o topo da aristocracia galego-portuguesa, devido à preponderância política do conde Pedro Froilaz de Trava durante a transição do século XI para o XII.

De Gonçalo Rodrigues nasceram FERNANDO GONÇALVES (VIII-14), ELVIRA GONÇALVES (VIII-15) e GONÇALO GONÇALVES (VIII-16), figuras quase anónimas e que terão vivido na sombra da família do seu primo Bermudo Froilaz.[953]

De Mendo Rodrigues nasceu SOEIRO MENDES SAPATA ou ZAPATA (VIII-17).[954]

Tal como temos vindo a enfatizar, muito do poder e prestígio dos Trava terá sido granjeado pelo meticuloso posicionamento político do conde Froila Bermudes durante os anos finais de Fernando Magno e nos turbulentos reinados de Garcia II e Afonso VI. Sem ele, o conde Pedro Froilaz nunca teria

---

[948] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 1019.

[949] *Idem*, *ibidem*.

[950] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 329 – Esquema Genealógico Casa de Trava (III).

[951] *Idem*, *ibidem*, p. 319.

[952] *Idem*, *ibidem*, p. 329 – Esquema Genealógico Casa de Trava (III).

[953] *Idem*, *ibidem*.

[954] *Idem*, *ibidem*.

atingido um nível de proximidade tão elevado em relação à coroa e às famílias condais de D. Raimundo e D. Henrique de Borgonha. Esta ambivalência, tão comum entre as linhagens mais destacadas da aristocracia galega, também foi o motor da ascensão dos Celanova, seus parentes afastados.

Ao contrário dos Trava, que se enraizaram na terra de Santiago, os Celanova mantiveram a sua localização nas terras de Toronho e Límia. Partindo deste espaço privilegiado, souberam criar uma zona de influência transfronteiriça, que chegaria até ao actual concelho de Ponte de Lima. Não é por isso de estranhar que o conde Nuno Vasques de Celanova (VII-12) se encontre vinculado quer a Celanova (terra de Búval, na antiga Límia) quer a Calvelo[955] (junto a Ponte de Lima), e que os seus filhos tenham dividido as suas fidelidades entre Leão e o emergente reino de Portugal. Enquanto os filhos de Pedro Froilaz aspiraram a uma sobreposição da autoridade de D. Teresa (e deles próprios) em relação aos interesses das elites portucalenses, os Celanova escolheram entrar em simbiose com estes e imiscuir-se profundamente no processo político que levaria D. Afonso Henriques a uma soberania absoluta. Dentro deste contexto, não podemos vislumbrar esta aliança apenas como uma das múltiplas faces da fractura transversal (e transfronteiriça) causada entre as elites galego-portuguesas pelos projectos antagónicos de D. Teresa e de D. Afonso Henriques, visto que o facto de Nuno Vasques de Celanova ser filho de Gontrode Nunes, e, portanto, primo do conde Nuno Mendes de Portucale, poderia representar, aos olhos das gentes desta altura, uma sanção pública à autoridade do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques por parte de alguns dos principais herdeiros dos velhos condes portucalenses. Apesar da sua ascendência em Afonso VI (que, obviamente, partilhava com o seu filho), D. Teresa não podia reivindicar tal argumento, já que os filhos do conde Nuno Vasques foram dos primeiros a juntar-se a D. Afonso Henriques e que, apesar de tudo, os Trava eram apenas descendentes varonis de uma das linhas de Coimbra, que se tinham imergido em obscuridade pela perda da região para os muçulmanos e, acima de tudo, pela sua colaboração com estes. Não é de todo improvável que, aos olhos das estirpes portucalenses, a memória da colaboração do conde Froila Gonçalves com Almançor (nos finais do século X) ainda beliscasse profundamente a imagem resplandecente dos condes de Trava. Nem a proximidade entre as famílias de Pedro Froilaz e de Afonso VI faria esquecer os desmandos dos seus antepassados, que fizeram perigar a segurança, estabilidade e sobrevivência da região galego-portuguesa.

[955] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

Do casamento entre o conde Nuno Vasques de Celanova (VII-12) e Sancha Gomes de Sousa nasceram os seguintes filhos:[956]

VIII-18 AFONSO NUNES DE CELANOVA, conde documentado em Portugal desde 1106 e um dos principais apoiantes de D. Afonso Henriques nos conturbados anos de 1127-1128. Tudo indica que participou na batalha de S. Mamede ao lado do infante, mas também acompanhou Fernão Peres de Trava no seu regresso a Portugal em 1131. Terá morrido por volta de 1135, altura em que desaparece da vida pública. Acreditamos que terá sido detentor de bens na zona de Riba Lima e que terá herdado do seu pai o padroado do mosteiro de Calvelo (junto a Ponte de Lima). Tal como os seus irmãos, também terá recebido da sua mãe o padroado do mosteiro de Pombeiro (em Felgueiras). Teve de uma desconhecida Pero Afonso de Celanova, ermita fundador de uma comunidade em Riba Arda (concelho de Arouca), Teresa Afonso de Celanova, esposa do poderoso Egas Moniz de Ribadouro, e Fruilhe Afonso de Celanova, esposa de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, filho Rodrigo Froilaz de Trastâmara, um Trava.[957]

VIII-19 SANCHO NUNES DE CELANOVA, magnate documentado em Portugal desde 1109 e que, conjuntamente com o seu irmão Afonso Nunes, teve uma forte presença na cúria portuguesa entre 1127 e 1130. Foi também governador da terra de Ponte de Lima entre 1114 e 1118, seguindo a tradição que vinculava o conde Nuno Vasques ao Alto Minho e, especificamente, ao mosteiro de Calvelo. Tal como os seus irmãos, também terá herdado da sua mãe o padroado de Pombeiro. Atendendo à sua cronologia, coincidente com os seus irmãos (especialmente Afonso Nunes), posição política da família e casamento com a Infanta D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques, podemos presumir que também terá participado em S. Mamede no partido do jovem infante. Ao contrário do que José Mattoso defende e seguindo a hipótese avançada por Sottomayor-Pizarro, acreditamos que o personagem homónimo presente na corte afonsina entre 1151 e 1167, governador de Lafões entre 1152 e 1169, e de Arouca em 1155, seria um neto seu (já Barbosa) e não SANCHO NUNES DE CELANOVA. Do seu casamento com D. Sancha Hen-

[956] Podemos encontrar a estrutura genealógica desta família em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[957] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 152, 155 e 156. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 529 e Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

riques nasceram: o conde Vasco Sanches de Celanova (ou Barbosa), esposo de D. Berengária e, depois, de Urraca Viegas de Ribadouro, Urraca Sanches de Celanova, mulher de Gonçalo Mendes de Sousa I, Fruilhe Sanches de Celanova, esposa de Pero Fernandes de Bragança I, e Nuno Sanches de Celanova, magnate que teve descendência de uma desconhecida. Deste núcleo familiar saíram os Barbosa, uma das principais linhagens portuguesas das centúrias seguintes.[958]

VIII-20 GOMES NUNES DE CELANOVA (ou POMBEIRO)[959], um dos condes galegos mais poderosos dos reinados de Afonso VI, D. Urraca e Afonso VII, que dividiu as suas lealdades entre os interesses dos Trava e de D. Teresa, da monarquia leonesa e de D. Afonso Henriques. Surge pela primeira vez em Portugal em 1104, comprando uma propriedade em Gondim, no concelho de Famalicão.[960] Entre 1110 e 1111 foi governador do castelo de S. Cristóvão, o que corresponderia à tenência de Panóias.[961] Em 1112 foi mordomo do conde D. Henrique, pináculo de uma carreira na cúria condal, onde tinha vindo a confirmar documentação desde 1110.[962] Em 1115 passou a governar a terra de Toronho[963] e a envolver-se directamente na conturbada política leonesa, assumindo um percurso que se encontra parcialmente relatado na *História Compostelana*[964]. Durante estes anos terá seguido o posicionamento estratégico do seu sogro, o conde Pedro Froilaz de Trava, na sua luta contra a

[958] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 152-153 e 155-156. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 529-530 e Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[959] Figura extensamente estudada devido ao seu papel na corte portuguesa de D. Afonso Henriques e na sequência de acontecimentos que alçaram Afonso VII à dignidade imperial. Por isso, escolhemos mesclar na nossa pequena biografia informações oriundas dos seguintes textos e fontes: MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 153-156; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 530, e Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium…*, pp. 71-91; a passagem LL37A2; as suas diversas passagens na História Compostelana (FALQUE REY (ed.), *Historia Compostelana*, pp. 261, 286, 289 e 519); e um documento seu de Celanova (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 543).

[960] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 153.

[961] *Idem*, *ibidem*.

[962] *Idem*, *ibidem*.

[963] *Idem*, *ibidem*.

[964] FALQUE REY (ed.), *Historia Compostelana*, pp. 261, 286, 289 e 519.

rainha D. Urraca.[965] Desde 1118 tornou-se partidário de Afonso VII, tendo seguido o futuro imperador na sua deslocação a Toledo e na sua coroação.[966] Este serviço terá sido reconhecido através de uma doação feita pelo soberano neste mesmo ano, que esteve depositada em Pombeiro. Deste lote de bens fazia parte tudo o que o jovem rei tinha em Toronho da sua avó, Gontinha (ou Gontrode), e do seu tio, o conde Fernando Mendes,[967] terras que, devido a movimentos de D. Teresa, já estariam por esses anos sob domínio português. No seguimento da entrada de Fernão Peres de Trava na corte de D. Teresa, GOMES NUNES decidiu regressar a Portugal, onde se encontra documentado entre 1120 e 1127.[968] Ao que sabemos, terá seguido a mesma tendência que seus irmãos e integrado o grupo de D. Afonso Henriques, ainda antes da batalha de S. Mamede.[969] Pouco tempo depois, em Novembro de 1127, regressou à tenência de Toronho,[970] mas seguiu uma estreita e ambígua colaboração com os portugueses, que, por esses anos, ainda tomavam iniciativas visando a conquista do sul da Galiza. A sua participação em Valdevez ao lado dos portugueses causou uma perda de confiança por parte de Afonso VII, que, segundo várias fontes, o destituiu dos seus bens. Segundo o *«Livro do Deão»* e a *«Crónica de Afonso Imperador»*, ter-se-á feito monge num mosteiro da ordem de Cluny em França, o que não será verdade, já que os livros de linhagens referem várias vezes que foi sepultado em Pombeiro, mosteiro do qual era patrono devido à sua ascendência materna e no qual estaria depositado o seu testamento.[971] Terá morrido ainda antes de 1148 (talvez em 1141), altura em que a sua esposa dispôs dos bens do seu marido, que tinha comprado aos seus filhos.[972] Sabemos que da sua mãe tinha recebido alguns bens na terra de Santa Maria da Feira e que do seu pai, o conde Nuno Vasques, terá herdado património em Marco de Canaveses, Palmeira (junto a Braga) e Albergaria-a-Ve-

[965] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 153.

[966] *Idem*, *ibidem*.

[967] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 78.

[968] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 153.

[969] *Idem*, *ibidem*, p. 154.

[970] *Idem*, *ibidem*, p. 154. Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 83.

[971] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 154; Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 91.

[972] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 154; Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 91.

lha.[973] Atendendo à dispersão destes bens e à sua distância em relação ao ponto de origem dos Celanova (na terra de Límia), podemos pensar que muitos deles tinham uma origem matrimonial e que, se assim for, boa parte corresponderia a património pessoal de Gontrode Nunes, tia paterna do último conde de Portucale. Apesar de ter tido descendência, a maioria do património e prestígio de GOMES NUNES terá sido transmitido a Sancho Nunes, seu irmão, e aos seus descendentes[974] ou, se atendermos aos livros de linhagens, ao seu primo Gonçalo Mendes de Sousa I.[975] A sua actividade como magnate territorial ficou também patente nas suas confirmações de documentação foralenga: em 1096 confirmou o foral de Constantim de Panóias (terra que iria governar anos mais tarde); em 1111 confirmou o foral da Sertã; nesse mesmo ano confirmou também o foral de Coimbra; e em 1125 confirmou o foral de Ponte de Lima.[976] Em 1112 também confirmou a carta de couto dada ao arcebispo de Braga e uma doação de D. Teresa relativa à igreja de S. Leucádia (em Baião).[977] Devemos destacar também que, após a entronização de Afonso VII pelos magnates galegos, GOMES NUNES terá respondido ao chamamento de D. Urraca, que se reuniu com estes aristocratas em Santiago por volta desta altura, de forma a granjear algumas fidelidades.[978] É também possível que, em 1116, este Celanova já fizesse parte do núcleo de nobres galegos que, apesar dos esforços de D. Urraca e dos seus partidários, começava a hostilizar a rainha.[979] O eixo aglutinador deste grupo seria o parentesco com os Trava e a sua crença num projecto de poder alternativo, através de Afonso VII e, mais tarde, de D. Teresa. Esta aliança não seria desinteressada, visto que, em 1122, GOMES NUNES confirmou um dos documentos onde D. Teresa já demonstra estar na posse das terras de Toronho e Límia.[980] Esta colaboração com a ocupação portuguesa do sul da Galiza estender-se-ia ao reinado de D. Afonso Henriques, altura em que, como já vimos, foi deserdado pelo Imperador. Esta articulação entre os interesses expansionistas de Teresa e o domínio de GO-

[973] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 154.

[974] *Idem*, *ibidem*.

[975] LL37A2.

[976] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium…*, p. 73.

[977] *Idem*, *ibidem*.

[978] *Idem*, *ibidem*, p. 76.

[979] *Idem*, *ibidem*, p. 80.

[980] *Idem*, *ibidem*.

MES NUNES sobre Toronho repetiu-se em 1125, numa doação da rainha de um mosteiro e uma igreja (em Valdevez e na Ribeira do Lima, respectivamente) à diocese de Tui, e noutra onde oferece à mesma instituição vários bens na parcela portuguesa desta diocese.[981] No ano seguinte, este doou o mosteiro de Budiño, junto à cidade de Tui, à ordem de Cluny;[982] segundo este documento, GOMES NUNES possuía, com um irmão Fernando, aquele mosteiro —que recebera de seu tio paterno Fernando e da sua mãe— onde estavam seus pais sepultados. Na verdade, não duvidamos que GOMES NUNES possa ter sido patrono de Budiño, porém, não conhecemos qualquer irmão seu de nome Fernando, qualquer tio de nome Fernando e duvidamos que Sancha Gomes de Sousa tenha tido qualquer tipo de direito de padroado neste mosteiro, pelo que aceitamos esta informação com bastantes reservas. Em 1138 doou, também, ao mosteiro de Celanova a sua herdade de Bustarenga, junto ao castelo de Sande (em Cartelle, Galiza), que vinha da sua avó paterna Gontrode Nunes.[983] Apesar de tudo, GOMES NUNES respondeu em 1130 ao chamamento de Afonso VII e Diego Gelmires e fez parte de uma assembleia de magnates galegos, que visava terminar com os múltiplos abusos cometidos por eles durante aquelas décadas.[984] No entanto, todas as garantias dadas durante esta reunião terão sido facilmente esquecidas, pois assistiu passivamente a todas as penetrações portuguesas em terras galegas até ao tratado de Tui de 1137 e, posteriormente, participou activamente nos acontecimentos que, à revelia deste último acordo, desembocaram no bafordo de Valdevez, ocorrido por volta de 1141. Tal como o conde Rodrigo Peres Veloso, filho de Pedro Froilaz de Trava e irmão de Fernão Peres de Trava, GOMES NUNES decidiu substituir uma colaboração passiva com D. Afonso Henriques por uma oposição aberta ao Imperador. Para além de ter participado em Valdevez, acreditamos ser verídica a informação de que, em 1140, GOMES NUNES terá cometido abusos contra a diocese de Tui, causadores de várias queixas a autoridades civis e eclesiásticas.[985] Estamos em crer que, ao contrário dos seus irmãos, que se desnaturalizaram e se integraram completamente no tecido social português, GOMES NUNES procurou garantir a passagem definitiva para a esfera portugue-

[981] *Idem*, *ibidem*, pp. 80-81.

[982] *Idem*, *ibidem*, p. 82.

[983] Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 543.

[984] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 84.

[985] *Idem*, *ibidem*, p. 90.

sa das terras galegas que tutelava. Para o conde D. Henrique, D. Teresa (e os Trava) e D. Afonso Henriques, o reagrupar dos antigos domínios de Vímara Peres e de Afonso Betotes seria útil e lógico, na medida em que já acontecera antes (no tempo do conde Hermenegildo Gonçalves), subsistindo ainda entidades transfronteiriças nascidas nessa fase (a diocese de Tui, por exemplo), e que, tendo em conta os persistentes impulsos de osmose social existentes nas duas margens do Minho, satisfazia as necessidades das elites locais, principalmente daquelas que, como os Trava e Celanova, advinham de uma mescla entre as velhas estirpes da aristocracia condal primitiva. Assim sendo, o casamento entre o conde GOMES NUNES DE CELANOVA e Elvira Peres de Trava, filha de Pedro Froilaz de Trava, irmã do conde Fernão Peres de Trava, de Bermudo Peres de Trava e do conde Rodrigo Peres Veloso, e sobrinha de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, assume uma dimensão profundamente estratégica.[986] A intervenção de todos eles na vida pública galega e portuguesa atribui uma enorme complementaridade a esta aliança Celanova-Trava. Importa também referir que este casamento ocorre entre duas linhagens que, para além de serem descendentes de Ero Fernandes, eram herdeiras, por linha varonil, da antiga aristocracia condal de Coimbra (no caso dos Trava) e, por via feminina, dos condes de Portucale (no caso dos Celanova). Por isso, não é de estranhar que até a família real de Portugal tenha desejado casar-se dentro destas famílias. Do matrimónio entre GOMES NUNES e Elvira Peres nasceram:[987] Fernão Gomes de Celanova; Pero Gomes de Celanova; Maria Gomes de Celanova, esposa de Lourenço Viegas de Ribadouro, filho do *Aio*, Egas Moniz; Urraca Gomes de Celanova, esposa de Fernão Anes de Montor e mãe do célebre Paio Curvo de Toronho, magnate galego muito próximo das elites portuguesas e que, tal como o seu avô, terá tomado o partido de D. Afonso Henriques durante as suas investidas galegas;[988] Loba Gomes de Celanova, esposa de Godinho Viegas de Ribadouro, outro dos filhos de Egas Moniz e irmão do seu cunhado Lourenço Viegas; e Châmoa Gomes de Celanova (ou Pombeiro), esposa de Paio Soares da Maia e mãe do alferes Pero Pais da Maia, nobre que, devido à derrota de Badajoz de 1169, acabou por se exilar no sul da Galiza[989], nos territórios dos seus antepassados maternos, do

[986] Sobre o seu contexto genealógico veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[987] *Idem*, *ibidem*.

[988] Mattoso considera o seu casamento com Sancha Pais de Azevedo como o seu principal factor de atracção para a causa portuguesa (MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 146).

seu primo Paio Curvo e do seu filho Gonçalo Pais Curvo, que se tinha tornado seu cunhado devido ao seu casamento com a sua irmã Ximena Pais da Maia.[990] Châmoa Gomes foi também esposa ou amante de Mem Rodrigues de Tougues, primo da sua mãe (Elvira Peres de Trava), já que este era filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, um irmão de Pedro Froilaz de Trava.[991] Desta segunda união nasceu Soeiro Mendes Facha (de Tougues), um dos mais poderosos magnates da corte afonsina e que, por razões desconhecidas, também passou algum tempo na corte de Fernando II de Leão[992]. Esta senhora também partilhou o seu leito com D. Afonso Henriques, de quem teve o bastardo régio Fernando Afonso, poderoso mestre hospitalário que passou a maior parte da sua vida adulta fora de Portugal, tendo participado nas cruzadas da Terra Santa[993].

VIII-21 ELVIRA NUNES DE CELANOVA, esposa de D. Pero Pais da Silva, o *Escacha*, filho do *vicarius* régio D. Paio Guterres da Silva, um dos principais magnates portucalenses desde o reinado de Afonso VI e senhor da torre da Silva, bastião articulador da vida social e militar do Alto Minho.[994]

VIII-22 PAIO NUNES DE CELANOVA, nobre identificado por Almeida Fernandes.[995]

VIII-23 e DÓRDIA NUNES DE CELANOVA, possível esposa de Soeiro Mendes da Maia, de quem teve descendência. Esta senhora também foi identificada por Almeida Fernandes.[996]

---

[989] Sobre o exílio de Pero Pais da Maia veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 11-12.

[990] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.4. – Maia.

[991] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1 – Trava-Tougues-Palmeira.

[992] Sobre as migrações desta figura leia-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 10-11.

[993] Os seus périplos foram analisados por Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 13-14.

[994] Pero Pais *Escacha* acabou por se destacar na corte devido ao seu papel enquanto mordomo do conde D. Henrique, em 1105 (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 117-118).

[995] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 530.

[996] *Idem*, *ibidem*.

Dado o peso de GOMES NUNES na articulação das relações sociais transfronteiriças, reservaremos mais informações para uma secção dedicada exclusivamente aos Celanova-Barbosa. Por agora, voltaremos aos Trava, de forma a completar esta oitava geração de descendentes de Ero Fernandes.

Tal como temos vindo a provar, os filhos do conde Pedro Froilaz de Trava também tinham ascendência, por via materna, no conde portucalense Mendo Gonçalves (V-19), através do conde Rodrigo Mendes (VI-14) e do seu filho Guterre Rodrigues (VII-14). Assim sendo, do casamento deste último com uma Marina nasceram dois varões:[997]

VIII-24 RODRIGO GUTERRES, nobre que, para além de se encontrar vinculado à sua família nas genealogias presentes na documentação de Sobrado, é documentado através de uma doação feita por ele à sua esposa, Senior Aloítiz, em 1037 e onde se identifica o nome dos seus pais (Guterre e Marina).[998]

VIII-25 e DIOGO GUTERRES, esposo de Ausenda Segueredes e pai de Ausenda Dias e de Ardiu Dias. Para além das escassas vezes em que é referido na documentação de Sobrado, apenas o encontramos pontualmente entre os magnates de Fernando Magno, confirmando apenas três documentos em 1047, 1052 e 1055. Apesar do seu prestígio familiar, sabemos que só chegou ao cargo de meirinho régio. Do casamento de Ardiu com o conde Froila nasceu Urraca Froilaz, esposa de Pedro Froilaz de Trava e mãe de Fernão Peres de Trava e dos seus irmãos.[999]

Entretanto, os últimos condes de Portucale encaminhavam a sua linhagem para um ocaso definitivo. Durante a maior parte do governo de Mendo Nunes (1028-1050), este viu-se obrigado a ser amparado e tutelado pela sua mãe, Ildoara Mendes, que acabou por reger o condado entre 1028 e 1040 e novamente entre 1051 e 1058, já depois da sua morte.[1000] Estes momentos de fragilidade permitiram que um triunvirato de infanções assumisse o governo do território, tornando-se assim nos principais intermediários da vontade de Fernando Magno.[1001] O facto de Nuno Mendes (1059-1071) não ter

[997] Estas informações genealógicas podem ser encontradas em TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 328 – Esquema Genealógico Casa de Trava (II).

[998] *Idem*, *ibidem*, p. 316.

[999] *Idem*, *ibidem*, pp. 316-318 e 328 – Esquema Genealógico Casa de Trava (II).

[1000] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 28.

acompanhado as hostes cristãs na reconquista de Coimbra[1002] prova que a sua autoridade assumia já uma dimensão meramente formal. Portanto, não é de todo improvável que Garcia II, seguindo um plano previamente estruturado pelo seu pai, tomasse esta mesma autoridade como um bloqueio à sua afirmação política e à ascensão de um grupo extremamente dinâmico de vassalos fiéis, que, em grande medida, poderiam ser os seus principais agentes na região e, ao mesmo tempo, os catalisadores de um crescimento interno e externo do reino da Galiza. Esta confiança nos infanções poderá ter sido forjada e mediada por Fernando Magno, quando todos (excepto o conde de Portucale) se juntaram à sua família e aos seus companheiros às portas de Coimbra. Sem o apoio dos infanções, a vitória de Pedroso de 1071 não seria possível, mesmo que tenham selado o destino de Garcia II pouco tempo depois, através da sua mais que provável inactividade perante os avanços dos seus irmãos Sancho e Afonso.[1003]

Assim sendo, de Mendo Nunes (VII-15) nasceu:

VIII-26 NUNO MENDES,[1004] último conde de Portucale, esposo de Gontinha e pai de Loba Nunes, esposa do alvazil de Coimbra Sisnando Davides, de quem teve descendência.[1005] A sua morte na batalha de Pedroso (1071)

[1001] *Idem*, *ibidem*, p. 33.

[1002] *Idem*, *ibidem*, pp. 33-34.

[1003] Entre os silêncios documentais sobre o reinado de Garcia II, Ermelindo Portela Silva discerniu uma possível passividade de Sisnando Davides e das elites de Coimbra mediante os acontecimentos que levaram à derrota de Garcia (Portela Silva, *García II de Galicia…*, pp. 132-134). Na nossa opinião, esta terá sido a atitude geral da aristocracia conimbricense e portucalense, visto que, depois da queda de Nuno Mendes, a derrocada de Garcia levaria a que se transformassem nos únicos agentes de poder na região.

Curiosamente, Portela Silva também chama a atenção para uma inimizade latente entre Paio Gonçalves de Marnel e Sisnando Davides e, para além disso, coloca o primeiro entre os partidários de Garcia em Pedroso (*Idem*, *ibidem*, p. 133). Estamos em crer que esta hipótese também será verdadeira, tendo em conta que ambos disputavam vastos territórios na zona centro. Por outro lado, a participação dos Marnéis em Pedroso pode ser justificada plenamente pela sua ascendência na aristocracia condal, pois, tal como os restantes parentes secundários da nobreza condal, estariam interessados numa deposição do ramo principal, de forma a que pudessem reclamar para si todo o seu poder e prestígio.

[1004] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 86.

[1005] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 14. Elvira Sisnandes viria a casar com Martim Moniz de Ribadouro (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.6. – Ribadouro).

encontra-se descrita de uma forma sucinta e algo impressiva nos *Annales Portucalenses Veteres*: *«Na Era de 1109, no mês de Fevereiro, os portucalenses travaram uma batalha contra o rei D. Garcia, filho do rei D. Fernando. O seu chefe nessa batalha era o conde Nuno Mendes. Morreu nela e todos os seus fugiram. O rei teve vitória sobre eles no lugar chamado Pedroso, entre Braga e o rio Cávado.».*[1006] Esta breve notícia merece algumas considerações: o contexto de governação de Garcia II justifica este confronto, dado que o monarca galego terá seguido a política de isolamento em relação à aristocracia condal já encetada pelo seu pai, que poderá ter partido de uma possível oposição portucalense à afirmação da dinastia navarra; segundo os poucos dados que existem sobre o reinado de Garcia II, podemos depreender que, desde 1069, talvez se tivesse levado a cabo um processo de reforço da autoridade interna deste soberano, pois, para além de ter desencadeado a restauração do antigo mapa diocesano galego, na sequência do assassinato do bispo de Iria nesse mesmo ano, sempre revelou uma enorme proximidade em relação aos infanções, que davam simultaneamente expressão territorial ao seu poder e se afirmavam como os seus principais companheiros de armas[1007]; podemos presumir também que, atendendo à afirmação dos infanções como agentes da autoridade régia desde os tempos de Fernando Magno, as hostes de NUNO MENDES fossem compostas apenas pelos seus fiéis e, talvez, por alguns dos membros da sua família mais próxima[1008]; no outro campo estariam as forças de Garcia II, das principais linhagens de infanções (Maias, Ribadouros, Baiões, entre outros) e de alguns parentes afastados da aristocracia condal que, devido às diversas circunstâncias que temos vindo a descrever, tinham sido relegados para espaços periféricos ou regionais e para patamares secundários da nobreza[1009]; a própria localização da batalha denuncia esta colaboração por parte de linhagens locais, algumas delas com-

[1006] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 13.

[1007] Segundo Portela Silva, a relação próxima de Garcia II com os infanções corresponde a uma continuação da estratégia política que seu pai tinha delineado para eles e exprimiu-se com maior força e visibilidade no início do seu reinado, período em que recebeu todos os bens do infanção Garcia Moniz e da sua esposa D. Elvira, casal que, atendendo à documentação que os relaciona, terá gozado da plena protecção do monarca galego (PORTELA SILVA, *García II de Galicia…*, pp. 66-68).

[1008] Mattoso define este grupo restrito de apoiantes como «os seus», excluindo desde logo os principais líderes das estirpes infancionais (MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 14).

postas por parentes afastados da aristocracia condal, pois a zona de Braga e do vale do Cávado era, por essa altura, a casa dos senhores da Várzea, dos Azevedo, dos Urgeses e um dos territórios onde Gontrode Nunes (esposa do conde Vasco de Celanova) tinha parte do seu património.[1010] Apesar de tudo isto, o sangue condal dos Baiões, Celanovas, Azevedos, Velhos, Travas, entre outros, dava-lhes um prestígio único e seria, ao mesmo tempo, um instrumento de legitimação social relevante para qualquer família que com eles se cruzasse; por isso, não é de estranhar que os Sousa tivessem sido dos primeiros a aceder a esta fonte de prestígio e poder. No fundo, chegara a hora dos infanções e de todas as linhas familiares secundárias saídas de Ero Fernandes, Afonso Betotes, Vímara Peres e Hermenegildo Guterres, e que, devido a várias vicissitudes, acabaram por viver na sombra dos detentores da autoridade condal. O governo efectivo de NUNO MENDES sobre o condado portucalense apenas terá ocorrido entre 1059 e 1071, já que a sua avó Ildoara Mendes terá garantido os nove anos que mediaram a morte do seu pai, em 1050, e a sua chegada à vida adulta.[1011] Nesta fase, o agnatismo político e o regime endogâmico da aristocracia condal tinha-os deixado vulneráveis a acidentes biológicos como este, que, com ou sem o seu consentimento, geraram um vazio de poder propício à privatização dos poderes públicos por parte de nobres de condição inferior, fossem eles infanções, como os que compunham o célebre triunvirato que geriu os destinos do condado com o consentimento implícito da monarquia leonesa,[1012] ou membros de linhas secundárias de sangue condal. Por outro lado, a este agnatismo político contrapunha-se um cognatismo patrimonial que, apesar da espiral endogâmica da nobreza condal, resultou num depauperamento constante do seu património pessoal e familiar. No caso de NUNO MENDES, apenas encontramos bens seus em torno de Braga e Ponte de Lima, algo que contrasta com a dispersão dos bens da sua tia Gontrode Nunes ou com a espantosa concentração dos bens da sua avó Ildoara Mendes.[1013] Assim sendo, não é de estranhar que o último conde de Portucale não tenha sobrevivido ao «estrangulamento» causado pela ex-

[1009] Se assim não fosse, como poderíamos compreender a aliança dos Celanova, através do casamento do conde Nuno Vasques (primo de Nuno Mendes, devido à sua filiação na sua tia Gontrode Nunes), com a casa de Sousa, uma das mais destacadas linhagens infancionais.

[1010] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 31.

[1011] *Idem*, *ibidem*, p. 28.

[1012] *Idem*, *ibidem*, p. 33.

[1013] *Idem*, *ibidem*, p. 31.

pansão territorial e crescente segmentação dos restantes escalões da nobreza. Infelizmente, não temos informações suficientes que nos permitam avaliar o peso absoluto do anátema lançado sobre a memória de NUNO MENDES, ou se a sua família sofreu represálias por parte de Garcia II ou Afonso VI. Todavia, tendemos a concordar com José Mattoso, quando enfatiza um sistemático apagamento ou desvalorização do papel dos condes de Portucale na cronística castelhano-leonesa e, até, nos *Annales Portucalenses Veteres*, que assumem plenamente a liturgia de alguns dos vencedores, os infanções da Maia.[1014] Quanto ao segundo aspecto, sabemos que NUNO MENDES foi alvo de confisco de bens, que foram devolvidos, em parte, à sua filha Loba Nunes e ao seu marido, o alvazil Sisnando Davides.[1015] A deslocalização desta senhora para Coimbra e o domínio exercido pelas castas emergentes sobre os velhos territórios da família condal obrigaram Sisnando a aliená-los a um nobre de categoria inferior, cujos descendentes os doaram à Sé de Braga em 1103.[1016] Este processo terá tido paralelo nas acções da sua tia-avó Gontrode Nunes, já que esta se terá deslocado para o sul da Galiza (onde casou com o conde Vasco de Celanova), preservando os bens que tinha na fronteira e alienando os restantes. Ao que sabemos, a derrota e deposição de Garcia II não ditou um ressurgimento do poder condal, dado que nenhum dos seus parentes mais próximos, fossem eles os Celanova ou o alvazil de Coimbra, deram sinais de aspirarem à recuperação do título condal portucalense ou, até, de oposição a Afonso VI.[1017] Porém, cremos que, na verdade, estes terão feito parte do grupo que derrubou NUNO MENDES, pois também tinham muito a lucrar com o vazio de poder subsequente.

Importa relembrar de que forma os Celanova seriam alguns dos herdeiros mais próximos dos condes de Portucale. Portanto, Gontrodes Nunes (VII-16), filha do conde Nuno Alvites (1017-1028) e de Ildoara Mendes (VI-19), irmã de Mendo Nunes (1028-1050) e tia de Nuno Mendes (1059-1071), casou com o conde Vasco de Celanova (VI-12) e foi mãe do conde Nuno Vasques de Celanova (VII-12) e de Elvira Vasques de Celanova (VII-13). Do casamento do primeiro com Sancha Gomes de Sousa nasceram AFONSO NUNES DE

[1014] *Idem*, *ibidem*, p. 35.

[1015] *Idem*, *ibidem*, p. 14.

[1016] *Idem*, *ibidem*, p. 34.

[1017] *Idem*, *ibidem*, p. 35.

CELANOVA (VIII-18), SANCHO NUNES DE CELANOVA (VIII-19), GOMES NUNES DE CELANOVA ou POMBEIRO (VIII-20), ELVIRA NUNES DE CELANOVA (VIII-21), PAIO NUNES DE CELANOVA (VIII-22) e DÓRDIA NUNES DE CELANOVA (VIII-23), figuras destacadas das cortes do conde D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques.

Para findar esta oitava geração, resta referir que nos inícios do reinado de Afonso VI nasceram as irmãs Ermesenda Nunes (VII-18) e Odrocia Nunes (VII-19), filhas da condessa Onega Pais (VI-22) e do conde galego Nuno Moniz. Devido ao casamento da segunda com Ordonho Romaniz, familiar próximo dos condes de Lourenzá, e ao facto de que a primeira surge na documentação do mosteiro de Chantada, podemos presumir, com uma certa segurança, que este ramo, saído do conde Paio Eriz (V-13), nunca se afastou de terras lucenses até aos finais do século XI. Deste casamento nasceu:[1018]

VIII-27 NUNO ORDONHES.

A nona e décima geração

Antes de partirmos para uma análise dos descendentes de Afonso Betotes, faremos um pequeno périplo pela nona geração de descendentes de Ero Fernandes, para que melhor se compreenda a sua segmentação e a difusão do sangue condal entre as estirpes fundacionais dos alvores do século XII. Posteriormente, apenas desdobraremos aquelas que, como os Celanovas e Velhos, se fixaram na fronteira galego-portuguesa.

Portanto, começaremos pelos Baião. De Gondesendo Viegas de Baião (VIII-1) nasceram:[1019]

IX-1 EGAS GONDESENDES DE BAIÃO II, esposo de Unisco Viegas de Ribadouro, poderoso tenente de Baião, mordomo da rainha D. Teresa e confirmante regular na cúria condal entre 1106 e 1137. Do seu casamento nasceram Hermígio Viegas de Baião (X-1), Pero Viegas *Pai* (X-2), Nuno Viegas de Baião (X-3) e João Viegas *Ranha* (X-4). Todos tiveram descendência, dando assim continuidade à linhagem dos Baião.[1020]

[1018] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 288 e 293.

[1019] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1020] Mattoso, *Identificação de um País*…, Vol. I, p. 169.

IX-2 e MOURÃO GONDESENDES DE BAIÃO, de quem não se conhece qualquer filho ou casamento.[1021]

Mais a norte, no vale do Cávado, encontramos os Azevedo, seus primos, visto que Gondesendo Viegas de Baião (VIII-1) era irmão de Godinho Viegas de Azevedo (VIII-2). Do casamento deste segundo com a sua parente Maria Soares da Várzea (VIII-6), filha do primeiro casamento de Soeiro Galindes da Várzea (VII-2), sobrinho do seu avô Gondesendo Arualdes de Baião (VI-6), nasceu:[1022]

IX-3 PAIO GODINS DE AZEVEDO, esposo de Gontinha Nunes Velho, sua prima materna e filha de Nuno Soares Velho I.[1023] Segundo os livros de linhagens (LD15B1 e LL52A1), terá ficado órfão ainda jovem, visto que D. Paio Guterres da Silva, cunhado da sua mãe, matou Godinho Viegas de Azevedo (VIII-2) por este ter repudiado a sua mãe após o seu nascimento. Como retaliação, Troitesendo Galindes de Paiva, irmão de Soeiro Galindes da Várzea e tio da sua mãe, Maria Soares da Várzea, acabou por cegar Paio Guterres, vingando, assim, quer a morte do seu parente quer a sua intromissão em assuntos familiares. O matrimónio de PAIO GODINS com Gontinha Nunes encontra-se documentado já em 1076 e terá morrido ainda antes de 1108, altura em que os seus filhos procederam à partilha dos bens dos seus pais.[1024] Ao que sabemos, estes foram:[1025] Mem Pais *Bofinho* (X-5), esposo de Sancha Pais de Toronho, filha de D. Paio Curvo de Toronho, um dos magnates galegos que terá colaborado com D. Afonso Henriques na ocupação de Toronho e Límia; Nuno Pais *Vida* (X-6); Dórdia Pais de Azevedo (X-7), primeira mulher do mítico Egas Moniz de Ribadouro II; Onega Pais de Azevedo (X-8); e Mor Pais *Bofinho* (X-9), esposa de Paio Pires e de Gonçalo Ramires. A linha dos Azevedo teve continuidade através de Mem Pais e de Nuno Pais.

Importa também referir que o velho sangue condal dos Baião também enriqueceu os poderosos bragançones, pois Sancha Viegas de Baião (VIII-3)

[1021] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1022] *Idem*, *ibidem*.

[1023] *Idem*, *ibidem*.

[1024] MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 144.

[1025] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

acabou por casar com Mem Fernandes de Bragança I, filho de Fernão Mendes de Bragança I e de uma Infanta leonesa (provavelmente filha de Afonso VI, tal como D. Teresa). Desta união nasceram:[1026]

IX-4 FERNÃO MENDES DE BRAGANÇA II, *o Bravo*, esposo de Teresa Soares da Maia e da Infanta D. Sancha Henriques, magnate e cunhado de D. Afonso Henriques. Do primeiro casamento nasceram Pero Fernandes de Bragança I (X-10), esposo de Fruilhe Sanches de Celanova e progenitor da geração seguinte de Braganções, e Mem Fernandes de Bragança II (X-11), magnate que acabou por seguir uma carreira entre Portugal e Leão, onde podia ostentar o seu parentesco próximo com as duas famílias reais e com a antiga aristocracia condal galego-portuguesa.[1027]

IX-5 RUI MENDES DE BRAGANÇA, magnate que, apesar do seu prestígio e poder, não teve descendência conhecida.[1028]

IX-6 URRACA MENDES DE BRAGANÇA, que casou com Diogo Gonçalves de Cete, de quem teve descendência, Soeiro Dias de Cete (X-12), João Dias de Freitas (X-13), Ximena Dias de Cete (X-14) e Rui Dias de Urrô (X-15), e com Soeiro Pais *Mouro*, de quem teve: Paio Soares *Romeu* (X-16), esposo de Sancha Henriques de Portocarreiro; João Soares de Paiva (X-17), esposo de Maria Anes de Riba de Vizela; Cristina Soares (X-18), esposa de Fernão Ramires Quartela; e Teresa Soares (X-19), mulher de Pero Martins Alcoforado I. Portanto, desta senhora descendem os Cete, Paiva, Quartela e Alcoforado[1029]. Devemos assinalar também que João Soares de Paiva acabou por ter um destino similar ao de seu primo Mem Fernandes de Bragança II, já que seguiu o caminho do exílio depois de 1169 e que frequentou as cortes dos senhores de Cameros e do sul da Galiza, onde levou a cabo as suas primeiras experiências com a lírica trovadoresca.[1030]

[1026] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.3. – Bragança.

[1027] *Idem*, *ibidem*. Sobre a vida e exílio de Mem Fernandes de Bragança II veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 8-9.

[1028] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.3. – Bragança.

[1029] As informações genealógicas sobre o seu primeiro casamento podem ser encontradas em LL44A1-2. Quanto ao seu segundo matrimónio veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1030] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 12-13.

IX-7 e NUNO MENDES DE CARIA, esposo de Dórdia Mendes de Ribadouro, de quem teve Mem Nunes de Bragança (X-20), Sancho Nunes de Bragança (X-21), Teresa Nunes de Bragança (X-22) e Urraca Nunes de Bragança I (X-23), esposa de Paio Moniz de Cabreira e Ribeira e de Fernão Pires de Lumiares, de quem teve descendência.[1031] Entre esta encontra-se a mítica Maria Pais da Ribeira, famosa amante de D. Sancho I e esposa de João Fernandes de Lima I, magnate galego oriundo de Toronho e Límia que marcou presença nas cortes de Leão e Portugal[1032].

Esta atracção pela vivência transfronteiriça, seja através do casamento com linhagens galegas e leonesas, do estabelecimento territorial na fronteira ou de exílios/migrações para o reino vizinho, acabou por se disseminar bastante entre os diferentes ramos dos Baiões, fossem eles masculinos ou femininos. Mas tal não é de estranhar se analisarmos as suas origens na longa duração; habitar na fronteira, ou praticar uma flutuação constante entre reinos, permitia uma capitalização dupla destes seus parentescos e ascendência. Afinal, não eram eles descendentes directos de Gondesendo Eriz e de Enderquina Mendes *Pala*, filho de Ero Fernandes e filha de Hermenegildo Guterres? Não eram eles um produto do clima de simbiose social gerado nos antiquíssimos tempos em que o ocidente peninsular cristão estava despojado de qualquer tipo de fronteiras?

Nenhum dos ramos dos Baiões encarna melhor a sobrevivência deste espírito do que os Velhos. De Nuno Soares Velho I (VIII-4), o primeiro dos Velhos, e da sua esposa Adosinda, nasceram:[1033]

IX-8 SOEIRO NUNES VELHO I, esposo de Aldonça Nunes de Armentares e pai de Nuno Soares Velho II (X-24), Paio Soares de Armentares (X-

[1031] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.3. – Bragança.

[1032] Sobre a vida e carreira transfronteiriça de João Fernandes de Lima I e seu casamento com a *Ribeirinha* leia-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 16-20. Para uma análise mais completa sobre o contexto familiar de D. Maria Pais da Ribeira e sobre a sua implantação em Portugal veja-se também Inés CALDERÓN MEDINA e João Paulo Martins FERREIRA, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos XII-XIV)», *Revista Portuguesa de História*, 44 (2013), pp. 123-152.

[1033] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

25), Mem Soares Velho (X-26), Sancha Soares Velho I (X-27) e Teresa Soares Velho (X-28).[1034]

IX-9 GONTINHA NUNES VELHO, esposa de Paio Godins de Azevedo (IX-3) e, como já vimos, mãe de Mem Pais *Bofinho* (X-5), Nuno Pais *Vida* (X-6), Dórdia Pais de Azevedo (X-7), Onega Pais de Azevedo (X-8) e de Mor Pais *Bofinho* (X-9).[1035]

IX-10 PALA NUNES VELHO, que não teve descendência.[1036]

IX-11 e ELVIRA NUNES VELHO I, que também não teve descendência.[1037]

Do casamento da sua irmã Leogúndia Soares da Várzea (VIII-5) com Mem Gonçalves da Maia nasceram:[1038]

IX-12 GONÇALO MENDES DA MAIA I, esposo de Urraca Teles e pai de Gontinha Gonçalves da Maia (X-29), mulher de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I e mãe de Gonçalo Rodrigues da Palmeira, patriarca dos Palmeira e Pereira, de Mem Rodrigues de Tougues, de Elvira Rodrigues de Trastâmara e de Velasquita Rodrigues de Trastâmara, esposa de Pero Mendes de Azevedo.[1039]

Por sua vez, Maria Soares da Várzea (VIII-6) casou com Godinho Viegas de Azevedo (VIII-2) e teve:[1040]

IX-3 PAIO GODINS DE AZEVEDO, esposo da sua sobrinha Gontinha Nunes Velho (IX-9), filha de Nuno Soares Velho I (VIII-4), e de quem teve Mem Pais *Bofinho* (X-5), Nuno Pais *Vida* (X-6), Dórdia Pais de Azevedo (X-7), Onega Pais de Azevedo (X-8) e Mor Pais *Bofinho* (X-9).[1041]

[1034] *Idem*, *ibidem.*

[1035] *Idem*, *ibidem.*

[1036] *Idem*, *ibidem.*

[1037] *Idem*, *ibidem*.

[1038] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.4. – Maia.

[1039] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.4. – Maia e 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[1040] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1041] *Idem*, *ibidem*.

Por fim, Ouroana Soares da Várzea (VIII-7) casou com Ero Mendes de Molnes e dele teve:[1042]

IX-13 GONÇALO ERIZ DE MOLNES, pai de Mem Gonçalves de Molnes (X-30), esposo de Urraca Ramires e pai de Pero Mendes de Molnes.[1043]

IX-14 e GONTINHA ERIZ DE MOLNES, esposa de Pedro Afonso de Durães, fundador do mosteiro de Manhente (junto a Barcelos), e mãe de Teresa Pires de Durães (X-31), mulher de Ramiro Aires Carpinteiro, patriarca dos Ramirões.[1044]

Tal como os senhores da Várzea e Velhos, os Paiva também procuraram casamentos no seu raio de acção geográfico. Vivili Troitesendes de Paiva (VIII-10) acabou por casar com Hermígio Aboazar da Maia, de quem teve:[1045]

IX-15 TODA HERMIGES DA MAIA, esposa de Pedro Troitesendes de Paiva (VIII-11), seu tio. Deste casal nasceu:[1046]

IX-16 PAIO PIRES ROMEU, que também veio a casar dentro da sua família materna com Godo Soares da Maia. Estes foram pais de Soeiro Pais Mouro (X-32), marido de Urraca Mendes de Bragança (IX-6) e pai de Paio Soares *Romeu* (X-16), João Soares de Paiva (X-17), Cristina Soares de Paiva (X-18) e Teresa Soares de Paiva (X-19). Para além de darem seguimento à linhagem dos Paiva (através da descendência de João Soares), estes filhos também deram origem aos Taveira, Quartela e Alcoforado. PAIO PIRES e Godo Soares foram também pais de Pero Pais *Saído* (X-33), Martim Pais Galego (X-34), Mor Pais de Curveira (X-35), esposa de Egas Bufo, patriarca dos Curveira, e de Gonçalo Pais *Mouro* (X-36).[1047] De entre estas figuras destacam-se Soeiro Pais *Mouro*, magnate documentado entre 1112 e 1171,[1048] Pero

[1042] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.20. – Molnes.

[1043] *Idem*, *ibidem*.

[1044] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 1005 e Vol. III, Genealogia 4.20. – Molnes.

[1045] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.4. – Maia.

[1046] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1047] *Idem*, *ibidem*.

[1048] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 171.

Pais *Saído*, conhecido devido ao seu assassinato em 1133 por Monio Rodrigues,[1049] Gonçalo Pais, bispo de Coimbra entre 1109 e 1128,[1050] Paio Soares *Romeu*, nobre documentado entre 1171 e 1177,[1051] e João Soares de Paiva, o primeiro trovador galego-português.[1052]

Mais a norte, perto da cidade berço, encontramos outra das famílias saídas de Arualdo Gondesendes de Baião, os Urgeses. Por esta altura, os principais representantes desta linhagem seriam Salvador Mendes de Urgeses (VIII-12) e o seu filho PERO SALVADORES DE URGESES (IX-17), mordomo da cúria régia, em 1169 e 1170, e *dapifer*, em 1185. Pela criação do bastardo régio Gil Sanches, recebeu de D. Sancho I a freguesia de S. Miguel de Laúndos, no julgado de Faria. Foi também senhor do couto de Vilar de Frades e teve alguns bens no julgado de Penafiel de Bastuço. Do seu casamento com Sancha Martins de Podentes, dama da zona de Coimbra, nasceram Vicente Pires de Urgeses (X-37), João Pires de Urgeses (X-38), Fernão Pires de Urgeses (X-39) e Estevaínha Pires de Urgeses (X-40).[1053]

Até agora, podemos constatar que, chegados ao século XII, grande parte dos descendentes de Ero Fernandes (e das famílias condais com quem se aparentaram) eram na sua maioria infanções portucalenses (Baião, Azevedo, senhores da Várzea, Bragança, Velho, Maia, Molnes, Paiva e Urgeses). Mas tal não é de estranhar, atendendo à atomização das linhas principais da velha aristocracia condal de Coimbra e Portucale, pois a sobrevivência dos seus ramos secundários dependia de uma dispersão do seu sangue pelos vencedores de Pedroso, como forma de legitimação desta nova aristocracia territorial, que impulsionou os projectos dos condes D. Henrique, D. Teresa e de D. Afonso Henriques. Este fenómeno de osmose acabou por ser mimetizado pelas famílias condais galegas que partilhavam esta origem familiar, ou seja, pelos Celanova e Trava.

Para os segundos, as convulsões políticas das últimas décadas do século XI e inícios do XII garantiram-lhes uma posição cimeira entre a aristocracia ga-

[1049] *Idem*, *ibidem*.

[1050] *Idem*, *ibidem*.

[1051] *Idem*, *ibidem*.

[1052] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 12-13.

[1053] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, pp. 1019-1020 e Vol. III, Genealogia 4.21.1 – Urgezes-Podentes-Leiria.

lega e no panorama português. Portanto, de Bermudo Froilaz (VIII-13) nasceram:[1054]

IX-18 O conde FROILA BERMUDES,[1055] um dos mais destacados magnates galegos dos anos finais do reinado de Fernando Magno e dos tempos de Garcia II e Afonso VI. Tudo indica que terá morrido por volta de 1091 ou 1092. Acreditamos que durante a sua vida terá sido o principal obreiro da afirmação territorial dos Trava no norte da Galiza (principalmente na terra de Santiago) e que terá usado a proximidade familiar à mitra compostelana como um instrumento de poder. Também não podemos descurar a sua afinidade com os interesses da coroa (fosse ela galega ou leonesa) e com a autoridade condal de D. Raimundo. Um bom exemplo da sua voracidade e dedicação aos seus planos políticos é a forma como, em 1069, assassinou o seu próprio sobrinho, o bispo Godesteu de Iria-Santiago.[1056] A sua enorme riqueza patrimonial e prestígio social foram transmitidos integralmente aos seus filhos, tidos com Elvira. Estes foram Hermesenda Froilaz (X-41), Monia Froilaz (X-42), mãe de João Peres de Sás, Rodrigo Froilaz de Trastâmara I (X-43), esposo de Gontinha Gonçalves da Maia e patriarca dos Pereira, Palmeira e Tougues, que também já foi identificado algumas vezes como Rodrigo Froilaz, bispo de Mondonhedo,[1057] e Pedro Froilaz de Trava (X-44), o famoso conde de Trava e tutor de Afonso VII, pai de Rodrigo Peres Veloso, Fernão Peres de Trava e Bermudo Peres de Trava, entre outros.[1058]

IX-19 e MAIOR BERMUDES, esposa de um D. Gonçalo e mãe de Urraca Gonçalves (X-45), esposa de *Testa Fardia.*[1059]

Atendendo ao prestígio e poder atingido nas gerações dos Trava dos séculos XII e XIII, não podemos tomar Pedro Froilaz como um mero ponto de chegada de uma linha dos antigos condes de Coimbra, já que este conseguiu

---

[1054] Optámos por seguir as informações genealógicas apresentadas por Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 329 – Esquema Genealógico Casa de Trava (III).

[1055] *Idem*, *ibidem*, p. 320.

[1056] Falque Rey (ed.), *Historia Compostelana*, p. 76.

[1057] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 320.

[1058] *Idem*, *ibidem*, pp. 329-331 – Esquemas Genealógicos Casa de Trava (III, IV e V).

[1059] *Idem*, *ibidem*, p. 329 – Esquema Genealógico Casa de Trava (III).

capitalizar essa antiguidade e o caminho ascendente trilhado pelo seu pai. A sua ascendência na antiga nobreza condal portuguesa e a sua profunda implantação num território tão simbólico como a vasta terra de Santiago, justificam plenamente o prestígio que lhes era reconhecido a norte e a sul do Minho.

Por outro lado, a carreira meteórica de Pedro Froilaz também deve algo a uma conjugação inesperada de acontecimentos, pois, no momento em que assumiu a posição de tutor de Afonso Raimundes (futuro Afonso VII), poucos esperariam que D. Urraca fosse catapultada para o trono e que Afonso se tornasse herdeiro do império do seu avô.

Na verdade, este patrocínio do partido do jovem infante não é de todo contraditório em relação às aspirações gerais da nobreza galega, que por ele era encabeçada. A morte de Afonso VI terá reacendido as suas esperanças na recuperação de uma Galiza independente, superando assim a mera autonomia vivida no período do conde D. Raimundo. No entanto, os partidos eram muitos (D. Urraca, Afonso Raimundes, D. Henrique e D. Teresa), os seus projectos muito diferentes e a turbulência ainda maior. A *História Compostelana* acabou por registar fielmente todas as acções do conde de Trava, mesmo nos momentos em que, tomando o partido de Afonso VII, se revoltou contra a sua mãe. A predominância de Pedro Froilaz dentro desta elite aristocrática era de tal ordem que, em 1119, surge identificado como conde da Galiza ou como o maior de todos os condes, num dos documentos de D. Urraca. O seu único rival neste papel foi o arcebispo Diego Gelmires, de quem foi ora aliado, ora inimigo.[1060]

Apesar de tudo, a entronização de Afonso VII, promovida pelos seus apoiantes galegos, não teve os resultados esperados, ou seja, a autonomia da Galiza. Estas circunstâncias explicam perfeitamente a adesão dos Trava, e de outros nobres galegos, aos projectos políticos soberanistas de D. Teresa e de D. Afonso Henriques.

Enquanto Pedro Froilaz acompanhou cada vitória de Afonso VII, incluindo a sua entronização em 1126, após a morte de D. Urraca, e os primeiros anos do seu reinado (dado que morreu apenas em 1128)[1061], os seus filhos e sobrinhos preferiram imiscuir-se na esfera política portuguesa, sem que isto

[1060] Os principais dados biográficos sobre Pedro Froilaz encontram-se resumidos em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 320-322.

[1061] *Idem*, *ibidem*, p. 322.

os arredasse da cúpula da corte leonesa. O núcleo duro desta linhagem seria composto pelos seus descendentes e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara, seu irmão e esposo de Gontinha Gonçalves da Maia.[1062] Eram eles Gonçalo Rodrigues de Palmeira, esposo de Fruilhe Afonso de Celanova e de Urraca Viegas de Ribadouro, Mem Rodrigues de Tougues, amante ou marido de Châmoa Gomes de Celanova, Velasquita Rodrigues de Trastâmara, esposa de Pero Mendes de Azevedo, e Elvira Rodrigues.[1063] Do primeiro casamento de Pedro Froilaz com Urraca Froilaz nasceram Froila Peres de Trava, Bermudo Peres de Trava, Fernão Peres de Trava, Loba Peres de Trava e Ximena Peres de Trava. Do seu segundo casamento com Maior Gontrode nasceram Rodrigo Peres Veloso, Garcia Peres de Trava, Vasco Peres de Trava, Elvira Peres de Trava, Urraca Peres de Trava, Sancha Peres de Trava, Toda Peres de Trava, Estevaínha Peres de Trava e Ildoara Peres de Trava.[1064] Se a eles acrescentarmos cunhados e outros parentes colaterais, como os Celanova, que chegaram a casar duas vezes dentro desta família, podemos constatar que os Trava conseguiram estabelecer-se como um dos principais blocos de poder na corte leonesa do século XII.

Voltaremos novamente a muitas destas figuras ao longo do nosso texto, sempre que tal se proporcionar. Por agora, olharemos novamente para a fronteira galego-portuguesa e para os Celanova, seus parentes, dando sequência à descendência dos filhos do conde Nuno Vasques de Celanova.

Portanto, de Afonso Nunes de Celanova (VIII-18) nasceram:[1065]

IX-20 PERO AFONSO DE CELANOVA, que não teve descendência.[1066]

IX-21 TERESA AFONSO DE CELANOVA, esposa do Egas Moniz de Ribadouro IV e mãe de Dórdia Viegas de Ribadouro (X-46), esposa de Gonçalo Mendes de Sousa I, Soeiro Viegas de Ribadouro (X-47), esposo de Sancha Bermudes de Trava, filha de Bermudo Peres de Trava, Elvira Vie-

[1062] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia – 4.16.1. Trava-Tougues-Palmeira.

[1063] *Idem*, *ibidem*.

[1064] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 322-325 e 330-331 - Esquemas Genealógicos Casa de Trava (IV e V).

[1065] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1066] *Idem*, *ibidem*.

gas de Ribadouro (X-48), esposa de Pero Pais da Maia, e Urraca Viegas de Ribadouro I (X-49), esposa de Gonçalo Rodrigues de Palmeira II e do conde Vasco Sanches de Barbosa.[1067] Assim sendo, verificamos que, apesar da sua ligação aos Ribadouro, os filhos de TERESA AFONSO alimentaram o mesmo regime de alianças que os Celanova, dado que se uniram aos Sousa (família de Sancha Gomes de Sousa, esposa de Nuno Vasques de Celanova e, portanto, sua avó paterna), Trava e Palmeira (seus parentes próximos e com quem partilhavam alguns antepassados), Celanova-Barbosa (Vasco Sanches era primo de TERESA AFONSO), e Maia (Pero Pais era filho de Châmoa Gomes de Pombeiro ou Celanova, também ela prima de TERESA AFONSO).

IX-22 e FRUILHE AFONSO DE CELANOVA, que casou com Gonçalo Rodrigues de Palmeira, filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I (X-43) e de quem teve Rui Gonçalves de Pereira (X-50), esposo de Inês Sanches e de Sancha Henriques de Portocarreiro, e Elvira Gonçalves de Palmeira (X-51), esposa de Rui Nunes das Astúrias. O primeiro deu origem aos Pereira, Homem e Froião, famílias que marcaram presença no Alto Minho, seguindo assim o perfil das suas origens Trava e Celanova. Por sua vez, Elvira tornou-se matriarca dos Nomães.[1068]

Por sua vez, do casamento entre Sancho Nunes de Celanova (VIII-19) e a Infanta D. Sancha Henriques nasceram:

IX-23 VASCO SANCHES DE BARBOSA (ou CELANOVA)[1069], conde que confirmou regularmente diplomas régios entre 1153 e 1182 e que foi mordomo de D. Afonso Henriques entre 1169 e 1172. Sabemos também que teve algumas presenças pontuais nas cortes de Leão e Castela, que poderão corresponder a missões diplomáticas, como aquelas que o levaram a estar presente no acordo de 1160 com Ramón Bereguer IV, conde de Barcelona e *príncipe* dos aragoneses. Apesar de ter vivido a maior parte da sua vida em Portugal, podemos presumir que ainda teria interesses patrimoniais na zona de Toronho e Límia, já que participou activamente na sua ocupação pelos por-

[1067] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.6. – Ribadouro.

[1068] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[1069] Os seus principais dados biográficos encontram-se resumidos em Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 155. Sobre os seus périplos pelos reinos do ocidente peninsular leia-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 10.

tugueses até 1169. Casou duas vezes, a primeira com a condessa Berengária, proprietária de alguns bens em Braga,[1070] e a segunda com Urraca Viegas de Ribadouro, viúva de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, antigo marido da sua prima Fruilhe Afonso de Celanova. Desta estratégia matrimonial podemos concluir que VASCO SANCHES terá seguido as mesmas tendências gerais da sua linhagem, ou seja, ligou-se preferencialmente a uma linhagem com origens galego-portuguesas e vinculada aos dois lados da fronteira, que poderia estar a tentar aceder, através de Urraca Viegas, ao património dos Palmeira e da sua prima Fruilhe Afonso, levando a cabo uma concentração de algum do património familiar que se estaria a dispersar através deste ramo feminino. VASCO SANCHES apenas teve filhos do segundo casamento: Rodrigo Vasques de Celanova (X-52), marido de Toda Palazim, e Gonçalo Vasques de Celanova (X-53), que não teve descendência.[1071]

IX-24 URRACA SANCHES DE CELANOVA, que casou com Gonçalo Mendes de Sousa I e de quem teve o poderoso Mendo Gonçalves de Sousa I (X-54), *o Sousão*. Seguindo a linha estratégica da sua família materna, Mendo Gonçalves encetou matrimónio dentro da casa de Trava, com Maria Rodrigues Veloso, filha do conde Rodrigo Peres Veloso, filho de Pedro Froilaz de Trava e irmão de Fernão e Bermudo Peres de Trava.[1072] Apesar de ter marcado presença na corte leonesa, podemos aventar que, atendendo às suas relações familiares e à sua zona de influência territorial (Toronho e Límia), terá sido conivente com os projectos de expansão dos portugueses no sul da Galiza. Curiosamente, deste casamento do *Sousão* nasceram, entre outros, Gonçalo Mendes de Sousa II e Garcia Mendes de Sousa II (ou de Eixo), famosos opositores de D. Afonso II que terão buscado abrigo nas terras dos seus parentes galegos. Esta situação acabou por ficar registada na única trova de Garcia Mendes que chegou até nós. Estes laços com a Galiza foram reforçados na sua geração através do seu casamento com Elvira Gonçalves de Toronho, filha de Gonçalo Pais de Toronho e neta de Paio Curvo de Toronho, outro dos condes fronteiriços que terá colaborado com D. Afonso Henriques.[1073]

[1070] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 155.

[1071] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1072] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.2. – Sousa-Moela.

[1073] Os exílios de Garcia Mendes de Eixo e de Gonçalo Mendes de Sousa II encontram-se analisados em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 29-32.

IX-25 FRUILHE SANCHES DE CELANOVA, esposa de Pero Fernandes de Bragança I (ou de Ledra),[1074] irmão do primeiro português a estabelecer-se na corte leonesa de Afonso VII e Fernando II, Mem Fernandes de Bragança II. Deste casamento nasceram Garcia Pires de Bragança I (X-55), marido de Gontinha Soares de Tougues (uma Trava), Fernão Pires de Bragança (X-56), que casou com uma filha de um conde asturiano, Vasco Pires de Bragança (X-57), esposo de Sancha Pires de Baião (portanto, uma descendente de Ero Fernandes), Nuno Pires de Bragança (X-58), que teve descendência com uma barregã de nome Maria Fogaça, Sancha Pires de Bragança (X-59), mulher de Hermígio Mendes de Ribadouro, e Teresa Pires de Bragança I (X-60), amante do Infante Afonso de Molina e esposa de Afonso Hermiges de Baião (outro descendente de Ero Fernandes). Todos estes casamentos demonstram que o núcleo familiar de FRUILHE SANCHES também seguiu alguns dos paradigmas estratégicos dos Celanova: a união a linhagens com ascendência e vivências transfronteiriças, o alto nível das relações e a permanente aliança com elementos da família Trava.

IX-26 e NUNO SANCHES DE CELANOVA, figura que terá dado origem aos Barbosa, através do seu filho Sancho Nunes de Barbosa (X-61), esposo de Teresa Mendes de Ribadouro. Esta união permitiu que este também se tivesse tornado tenente de Tarouca e Lafões entre 1151 e 1169.[1075]

Do casamento de Gomes Nunes de Celanova (VIII-20) com Elvira Peres de Trava, filha do conde Pedro Froilaz de Trava e irmã de Rodrigo Peres Veloso, Fernão Peres de Trava e de Bermudo Peres de Trava, nasceram:[1076]

IX-27 FERNÃO GOMES DE CELANOVA, abade do mosteiro de Pombeiro, do qual era patrono.[1077]

IX-28 PERO GOMES DE CELANOVA, referido como irmão do anterior num documento alusivo à sua mãe.[1078]

[1074] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.3. – Bragança.

[1075] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 531.

[1076] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1077] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 531 e Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1078] *Idem*, *ibidem*.

IX-29 MARIA GOMES DE CELANOVA, esposa de Lourenço Viegas de Ribadouro, de quem não teve filhos.[1079]

IX-30 URRACA GOMES DE CELANOVA,[1080] mulher de Fernão Anes de Montor, de quem teve o conde Paio Curvo de Toronho (X-62), magnate fronteiriço que terá partilhado fidelidades entre Portugal e Leão, até 1169, altura em que o desastre de Badajoz ditou um desmantelamento da influência portuguesa no sul da Galiza. Para além dele, teve também Gontrode Fernandes de Montor (X-63), esposa de Nuno Soares Velho II, cabeça desta linhagem nos alvores do século XII e figura destacada do período afonsino, que, segundo os livros de linhagens, a terá matado devido a um caso de adultério[1081]. Deste

[1079] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1080] *Idem*, *ibidem*.

[1081] LD14Y5. Após a morte de Mor Pires Perna, Nuno Soares Velho encetou matrimónio com Gontrode Fernandes de Montor e dela teve João Nunes de Cerveira. Porém, devido ao seu adultério com Gonçalo Sapo, figura identificada como primo do conde Vasco Sanches de Celanova (mas que, na verdade, deverá ser o seu filho Gonçalo Vasques), *«matou por ende Gonçalo Sapo e incurcou a molher mui deshonradamente»*. Buscando vingança por tal acto, Simão Nunes de Curutelo chamou Nuno Soares a um duelo. Mas, a idade avançada deste ditou que fosse Pero Nunes Velho, seu filho primogénito, a assumir o seu lugar. *«E foi vençudo Dom Simão de Curutelo, e desdisse-se em campo, e encheu a sela de merda, e por esto chamaram a Dom Simão caga na rua»*. Apesar da proximidade geográfica, cronológica e familiar de todos os intervenientes, esta passagem levanta sérias dúvidas sobre a sua veracidade. Primeiramente, devido ao erro na identificação do dito Gonçalo Sapo e à ausência de dados sobre a relação social que existia entre Simão Nunes e os ofendidos (Gontrode Fernandes e o dito Gonçalo Sapo). Em nossa opinião, parece-nos provável que os Curutelo, linhagem oriunda do litoral do Alto Minho, fossem vassalos dos Celanova-Barbosa ou dos Toronho-Montor e, por isso, fossem utilizados como instrumento de retaliação contra os Velhos. Por outro lado, não duvidamos que Simão Nunes tenha sido contemporâneo de Pero Nunes, mas parece-nos que este seria demasiado jovem em relação a Nuno Soares Velho e Gontrode Nunes, tornando assim a sua participação nestes acontecimentos pouco provável. Mesmo assim, e caso seja real, achamos que este duelo terá acontecido por volta de 1150 ou 1160 (de forma a acomodar correctamente o percurso vital de todas as figuras), no Alto Minho (onde viveria a maioria dos participantes) e que espelha uma certa rivalidade existente entre as principais linhagens que habitavam a velha diocese de Tui, já que este acontecimento coloca os Celanova-Barbosa e Toronho-Montor contra os Velhos, através de uma família secundária como os Curutelo. Como podemos constatar, a sintonia das famílias de Toronho e Límia ultrapassava largamente as fronteiras da vida política, chegando a formar um bloco unitário nos momentos em que se viam obrigados a defender e proteger os seus parentes comuns dos seus desmandos privados.

casal descendem os Cerveira, através de João Nunes de Cerveira. URRACA GOMES e Fernão Anes também foram pais de Varela Fernandes (X-64), patriarca dos Varelas, de Nuno Fernandes de Toronho (X-65) e de Rodrigo Fernandes de Toronho (X-66), que também teve descendência. Devido à importância crucial desta linhagem nas relações transfronteiriças dos séculos XII e XIII, guardaremos mais observações para a secção a eles dedicada.

IX-31 LOBA GOMES DE CELANOVA, esposa de Godinho Viegas Mouro (Penegate) e de quem terá tido descendência.[1082]

IX-32 e CHÂMOA GOMES DE CELANOVA (ou POMBEIRO), senhora que se casou com Paio Soares da Maia, esposa ou amante de Mem Rodrigues de Tougues (parente próximo dos Trava) e amante de D. Afonso Henriques, depois de ter entrado na vida monástica.[1083] Do seu primeiro casamento nasceu Pero Pais da Maia (X-67), o *Alferes*, destacado magnate da corte afonsina até 1169, altura em que, devido à humilhante derrota de Badajoz perante as forças leonesas e muçulmanas, se viu obrigado a buscar exílio em Leão, onde também assumiu a alferesia. Devido à sua ascendência galega (Celanova), estabeleceu-se na fronteira, tendo sido governador de Tui e de toda a terra de Toronho, onde tinha património. Nesta mesma região vivia Ximena Pais da Maia (X-68), sua irmã uterina, pois casou com Gonçalo Pais de Toronho, filho de Paio Curvo de Toronho, que, por sua vez, era filho da sua tia materna Urraca Gomes de Celanova (IX-30). Portanto, podemos afirmar que Pero Pais escolheu exilar-se nos domínios do seu cunhado, que, curiosamente, também era seu parente por via materna.[1084] Apesar de serem Maias, o seu património sanguíneo feminino acabou por ser determinante nas suas escolhas e estratégias familiares, preponderantemente transfronteiriças. O seu terceiro irmão uterino seria Paio Pais Zapata (X-69), poderoso magnate que terá morrido sem filhos.[1085] Da sua segunda relação com Mem Rodrigues de Tougues, CHÂMOA GOMES teve outro poderoso magnate transfronteiriço, Soeiro Mendes de Tougues (X-70),

[1082] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1083] *Idem*, *ibidem*.

[1084] O exílio de Pero Pais da Maia encontra-se analisado em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 11-12.

[1085] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.4. – Maia.

Facha ou *Mãos de Águia*, marido de Elvira Gonçalves de Sousa, filha de Mendo Gonçalves de Sousa I e, por isso, neta de Urraca Sanches de Celanova, prima de CHÂMOA. Apesar de ter tido uma estadia curta na corte leonesa (entre 1165 e 1166), esta justifica uma análise mais aturada do seu percurso vital. As suas origens maternas e paternas permitiram-lhe acumular bens no vale do Ave e na Galiza (em zonas de influência dos Trava). Foi um dos mais regulares confirmantes da corte afonsina entre 1156-1157 e 1176, onde assumiu a tenência de Seia em 1169. Em 1176 fez uma vasta doação ao mosteiro de Santo Tirso, onde viria a ser sepultado. Em 1159 alienou os direitos que detinha sobre o mosteiro de Aranga ao de Sobrado, cenóbio do qual também seria patrono, devido aos seus ascendentes Trava. Em 1165, altura em que esteve na corte leonesa, decidiu também doar parte dos seus bens galegos a esta casa monástica. O seu casamento com uma Sousa permitiu que acedesse a algum do património desta família, que seria transmitido aos seus descendentes. A sua curta estadia em Leão ficaria marcada pela sua chegada à alferesia, cargo que também viria a ser ocupado pelo seu meio-irmão materno Pero Pais da Maia. Em 1175 voltou a Leão, confirmando apenas um dos documentos de Fernando II. Pensamos que estas aparições podem estar associadas à resolução de assuntos particulares, à gestão do seu património no reino vizinho ou a uma tentativa de consolidação do seu prestígio pessoal, visto ser um dos herdeiros de Rodrigo Froilaz de Trastâmara e de Gomes Nunes de Pombeiro.[1086] Da relação de CHÂMOA GOMES com D. Afonso Henriques nasceu Fernando Afonso (X-71), Grão-Mestre Hospitalário e figura destacada do movimento cruzadístico, que acabou por ser assassinado aquando do seu regresso a Portugal.[1087]

Por sua vez, o matrimónio de Elvira Nunes de Celanova (VIII-21) não foi menos prestigiante, pois casou com Pero Pais da Silva, o *Escacha*, filho de Paio Guterres da Silva, *vicarius* de Afonso VI em Portucale. A sua ascendência paterna e o seu matrimónio, que o aparentava com uma das herdeiras do último conde portucalense, transformaram-no num dos principais personagens da corte do conde D. Henrique, onde atingiu a mordomia em 1105.[1088] Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, foram seus filhos[1089]:

[1086] Os principais dados sobre o percurso transfronteiriço do *Mãos de Águia* encontram-se sintetizados em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 10-11.

[1087] *Idem*, *ibidem*, pp. 13-14.

[1088] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 117.

IX-33 SANCHO PIRES DA SILVA, esposo de Fruilhe e pai de Mem Sanches da Silva (X-72).[1090]

IX-34 SOEIRO PIRES TORTA, marido de Fruilhe Viegas de Lanhoso, filha de Egas Fafes de Lanhoso (um dos descendentes dos condes de Portucale) e de Urraca Mendes de Sousa, irmã de Gonçalo Mendes de Sousa I, esposo de Urraca Sanches de Celanova, ou seja, uma prima da sua sogra.[1091] Este elevado nível de alianças corresponderá a um projecto de legitimação da autoridade desta linhagem, visto que, para além de proporcionar um acréscimo de prestígio cortesão, se vinculavam novamente a sangue condal portucalense, pois SOEIRO PIRES já tinha recebido algum da sua mãe, e se alinhavam com a principal família fundacional portuguesa. Também interessa recordar que as alianças entre descendentes dos Celanova e Sousa foram recorrentes ao longo de várias gerações, bastando referir que Nuno Vasques de Celanova, pai de Elvira Nunes e avô de SOEIRO PIRES, casou com Sancha Gomes de Sousa. Portanto, SOEIRO PIRES acabou por casar dentro da família da sua avó materna. Do seu casamento nasceram Estêvão Soares da Silva (X-73), arcebispo de Braga, Teresa Soares da Silva (X-74), esposa de D. Pero Martins de Vasconcelos (ou da Torre), filho de Martim Moniz de Cabreira e Ribeira, uma das mais célebres figuras desta linhagem nortenha de origem leonesa, e Estevaínha Soares da Silva (X-75), mulher de D. Martim Fernandes de Riba de Vizela.[1092]

IX-35 e MOR (ou MAIOR) PIRES PERNA, primeira esposa de Nuno Soares Velho II (X-24),[1093] de quem teve Soeiro Nunes Velho II (X-76), marido de Teresa Anes de Penela e de Aldonça Nunes, Pero Nunes Velho (X-77), esposo de Maria Anes de Baião (uma parente bastante afastada, visto que eram ambos descendentes de Arualdo Gondesendes de Baião) e vencedor de um célebre duelo com Simão Nunes de Curutelo, parente ou vassalo do amante da segunda esposa do seu pai, Gontrode Fernandes de Montor (X-63), Mem Nunes Velho (X-78), patriarca dos Barreto, Elvira Nunes Velho II

[1089] LL58A3.

[1090] LL58A4.

[1091] LL58B4.

[1092] LL58B4.

[1093] LL58D4.

(X-79), mulher do magnate fronteiriço Soeiro Aires de Valadares e amante de Mem de Alaúde, Mor Nunes Velho (X-80) e Urraca Nunes Velho (X-81), que casou com Gomes Pais da Silva, seu tio-avô materno, já que seria irmão de Pero Pais *Escacha*, pai de MOR PIRES PERNA.[1094] A acentuada tendência endogâmica desta família, assente principalmente em famílias da fronteira ou aparentadas com os Velhos, também encaixa perfeitamente nos interesses dos Celanova, sua família materna, e Silva, sua família paterna, pois eram também famílias fronteiriças e que, desde o início das suas linhagens, souberam jogar com a natureza estratégica e ambivalente dos seus domínios.

Atendendo às origens comuns de muitas das famílias fronteiriças, à partilha dos mesmos espaços e à forte endogamia transfronteiriça existente entre elas, pensamos que Aires Calvo da Galiza, patriarca dos Lima, e Aires Nunes, primeiro dos Valadares, são uma mesma pessoa e que este seria um dos filhos do conde Nuno Vasques de Celanova (VII-12), ou seja, um hipotético elemento VIII-24 pertencente à linha Celanova-Barbosa. Contudo, preferimos, para já, seguir uma interpretação tradicional sobre as diferentes linhas desta família, deixando assim a nossa argumentação justificativa desta hipótese para a secção onde desdobraremos os principais ramos desta vasta rede de descendentes da aristocracia condal que se estabeleceram na velha diocese de Tui, ou que aí mantinham senhorios ou bens. Encerrada a listagem dos elementos saídos desta nona geração através da linha Celanova —à qual retomaremos em local próprio—, resta dar continuidade à ascendência feminina de Fernão e Bermudo Peres de Trava e rematar a linha condal portucalense, através da única filha de Nuno Mendes.

Comecemos então pela ascendência de Urraca Froilaz, esposa do conde Pedro Froilaz de Trava. Até agora vimos que do conde Mendo Gonçalves de Portucale (V-19) nasceu o conde Rodrigo Mendes (VI-14), pai de Guterre Rodrigues (VII-14). Do casamento deste último com Marina nasceram dois varões: Rodrigo Guterres (VIII-24) e Diogo Guterres (VIII-25). Do casamento do segundo com Ausenda Segueredes nasceram AUSENDA DIAS (IX-36) e ARDIU DIAS (IX-37), esposa do conde Froila e mãe de Urraca Froilaz (X-82), primeira esposa do conde Pedro Froilaz de Trava (X-44).[1095] Assim sen-

[1094] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1095] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 328 – Esquema Genealógico Casa de Trava (II).

do, podemos concluir que, para além de serem descendentes por via masculina dos últimos condes de Coimbra, Fernão Peres e Bermudo Peres de Trava eram descendentes, por via feminina, dos condes de Portucale – tal como os Celanova, que descendiam de Gontrode Nunes, filha de Nuno Alvites, irmã de Mendo Nunes e tia de Nuno Mendes.

Este nosso périplo pela nona e décima geração de descendentes de Ero Fernandes acaba por ter um fim adequado, já que termina com a filha e neta de Nuno Mendes, as últimas representantes da velha aristocracia condal portucalense. Portanto, do conde Nuno Mendes de Portucale (VIII-26) e da sua esposa Gontinha nasceu:

IX-38 LOBA NUNES,[1096] esposa de Sisnando Davides, famoso alvazil moçárabe de Coimbra e figura de confiança da monarquia leonesa. As boas relações deste com Afonso VI e a sua aparente neutralidade no conflito entre Garcia II e seu sogro, bem como nos acontecimentos que levaram à reunificação do ocidente peninsular, transformavam Sisnando num possível sucessor natural de Nuno Mendes e unificador dos dois condados. Contudo, o alvazil nunca deu sinais de reclamar tal posição.[1097] A vastidão dos seus domínios a sul do Douro, a forte presença no Entre-Douro-e-Minho das famílias infancionais e de outros ramos secundários da aristocracia condal e a antipatia que Afonso VI nutria por uma restauração do condado nas mãos de um magnate local, parecem justificar esta opção política. Segundo um documento de 1103, Garcia II e Afonso VI terão confiscado os bens do último conde de Portucale; no entanto, parte deles foram devolvidos a LOBA NUNES e seu marido que, temendo a pressão territorial das estirpes nortenhas, decidiram aliená-los a um nobre local de condição inferior. Esses bens chegaram às mãos da igreja de Braga, através de uma doação registada nesse mesmo documento de 1103.[1098] O próprio D. Afonso Henriques conhecia o conjunto de bens que lhe tinham chegado por herança do condado, património este que ofereceu ao conde Rodrigo Peres Veloso, um dos descendentes da velha aristocracia condal (devido às suas origens nos Trava).[1099] Deste casamento nasceu Elvira

[1096] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 14. *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 86-87.

[1097] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 14-15.

[1098] *Idem*, *ibidem*, p. 34.

[1099] *Idem*, *ibidem*, p. 14.

Sisnandes (X-83), esposa de Martim Moniz de Ribadouro, filho de Monio Fromarigues e de Elvira Gondesendes, e que não teve descendentes.[1100] Ironicamente, e tal como as restantes famílias que descendiam dos antigos condes presores, Elvira Sisnandes acabou por tentar misturar o seu sangue com um dos descendentes dos vencedores de Pedroso e buscar a sua sorte entre as novas elites portucalenses, legitimando assim a sua autoridade e prestígio social. Todavia, o destino estava traçado e a extinção biológica desta linhagem parecia ser inevitável. Os problemas de infertilidade causados por séculos de um regime endogâmico bastante apertado terão chegado até esta última geração nos alvores do século XII, dando assim um fim pouco luminoso ao ramo troncal dos condes de Portucale.

Os descendentes de Afonso Betotes

Na secção anterior já tivemos oportunidade de abordar alguns dos ramos descendentes de Afonso Betotes, principalmente devido à união entre Gonçalo Betotes, filho do presor de Tui, e Teresa Eriz, filha do conde Ero Fernandes, e ao matrimónio entre Soeiro Galindes da Várzea, pai de Nuno Soares Velho I e neto de Arualdo Gondesendes, trineto do senhor da *conmissa* de Lugo, e Goina Pais.[1101]

Na verdade, as três linhas principais saídas do conde de Tui e Deza espelham bem os interesses sociais que regeram a sua família e as zonas de influência que desejaram criar. Entre os filhos do conde Gonçalo Betotes e Teresa Eriz encontramos duas uniões endogâmicas, uma por via materna e outra por via paterna. Paio Gonçalves de Deza casou com a sua prima materna Ermesenda Guterres, filha de Ildoara Eriz e do conde Guterre Mendes, irmã e cunhado de Teresa Eriz. Por sua vez, Ibéria Gonçalves casou com o seu primo paterno Paio Tedão, filho de Tedão Betotes, irmão de Gonçalo Betotes.[1102]

[1100] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.6. – Ribadouro.

[1101] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 115-116. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 291.

[1102] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 24. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 291.

Assim sendo, conseguiram vincular-se aos patronos de Celanova, figuras que, para além de estarem estabelecidas na vizinha terra de Búval (na antiga Límia), tinham também um parentesco muito próximo com os condes de Coimbra, já que Guterre Mendes era filho e herdeiro do conde Hermenegildo Guterres.[1103] Não é por isso de estranhar que tenham tentado fundir parte das heranças de Teresa e Ildoara Eriz, filhas de Ero Fernandes, de forma a garantir um maior controlo sobre o sul da Galiza por parte de Paio Gonçalves.

Quanto ao segundo casal (Ibéria Gonçalves e Paio Tedão), a intenção seria similar, mas dentro da linhagem dos condes de Tui. Basta relembrar que Gonçalo e Tedão Betotes foram os dois principais herdeiros de Afonso Betotes e que, por isso, tinham jurisdição sobre um vasto território, que se estenderia da ria de Vigo à desembocadura do Lima. No caso da família de Tedão Betotes, sabemos também que os seus interesses chegavam ao vale do Ave, onde este terá fundado ou herdado Vila do Conde, que transmitiu a Paio Tedão e à sua filha Châmoa Pais, que a confiou ao mosteiro de Guimarães em 968.[1104]

A relação umbilical existente entre os territórios da antiga diocese de Tui e a *«Galécia bracarense»* pode explicar a tremenda atracção dos condes de Tui pelo espaço portucalense. O casamento entre o conde Hermenegildo Gonçalves, filho de Gonçalo Betotes, e a condessa Mumadona Dias exemplifica bem esta realidade, já que entre 926 e 943 a governação do condado portucalense e do tudense estaria nas mãos de um único casal,[1105] que a terá transmitido aos seus sucessores. Pensamos que tal situação se terá mantido seguramente durante os períodos de governo dos condes Gonçalo Mendes (950-997) e Mendo Gonçalves (999-1008), filho e neto de Hermenegildo Gonçalves.[1106] Também achamos altamente provável que, atendendo ao parentesco que os unia aos seus sucessores, este panorama também se tivesse estendido aos tempos dos condes Alvito Nunes (1008-1016) —que terá partilhado o poder com a viúva deste último, a condessa Tutadona—, Nuno Alvites (1017-1028) —esposo da condessa Ildoara Mendes, filha de Mendo Gonçalves—, Mendo Nunes (1028-1050), Nuno Mendes (1059-1071)[1107] e, até, de D. Henrique. Mas a destruição causada pelo saque normando do vale do Minho, a consequente

[1103] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 284.

[1104] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 24.

[1105] *Idem*, *ibidem*, p. 20.

[1106] *Idem*, *ibidem*.

[1107] *Idem*, *ibidem*, pp. 20-21.

transição da tutela da diocese de Tui para Iria-Santiago[1108] e a degradação da autoridade dos condes portucalenses, terão deixado os antigos domínios de Afonso Betotes entregues a magnates locais durante a maior parte do século XI. Nos finais desta centúria e alvores da seguinte, já encontramos neste espaço vários familiares da antiga aristocracia condal (como os Trava, Celanova e Velho) e nobres que, com o patrocínio da coroa (como os Soutomaior)[1109] ou da igreja de Santiago e de D. Raimundo (como os Montor-Toronho, descendentes do seu *vicarius* de Toronho, João Ramires)[1110], foram tomando conta de toda a fronteira e flutuando entre a esfera portucalense e galego-leonesa. A permanência na longa duração deste modelo jurisdicional, aglutinador das duas margens do Minho, pode explicar a atracção destas linhagens por Portugal e as lutas de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques pelo controlo do sul da Galiza, ou seja, pela unificação dos antigos territórios do conde Hermenegildo Gonçalves, senhor de Tui e Portucale.

Este impulso unificador terá sido especialmente forte, dado que os condes Paio Gonçalves e Hermenegildo Gonçalves, os dois principais herdeiros de Gonçalo Betotes, escolheram casar o conde Gonçalo Mendes de Portucale (950 -997) com a sua prima paterna Ildoara Pais, reforçando assim os laços criados anteriormente.[1111]

Portanto, podemos constatar que, num espaço de cerca de um século, uma das linhas varonis de Afonso Betotes conseguiu assegurar um controlo quase absoluto (e incontestado) sobre uma porção importante do noroeste peninsular. Este último casamento terá rematado esta osmose entre Tui e Portucale, pois nenhum dos irmãos da condessa D. Ildoara deu continuidade ao labor do conde Paio Gonçalves[1112].

Também temos que ter em conta que muito deste caminho aconteceu durante o conturbado reinado de Ordonho II, um dos herdeiros de Afonso III.

[1108] DÍAZ e VILARIÑO PINTOS, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 540. FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., p. 28.

[1109] Aproveitamos para relembrar que a doação do vale de Soutomaior a Mem Pais Sorredea poderá ter sido um prémio de Afonso VII pela sua participação na tomada de Almería de 1147 (VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 26).

[1110] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., p. 72.

[1111] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 20. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 295-296.

[1112] Na verdade, do casamento entre o conde Paio Gonçalves e Ermesenda Guterres nasceram oito filhos, mas só se conhece a descendência de Ildoara Pais (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 310).

Acreditamos que, tal como Afonso Betotes (que serviu diligentemente Afonso)[1113], Gonçalo Betotes e seus filhos Paio e Hermenegildo Gonçalves terão apoiado Ordonho enquanto rei da Galiza e, mais tarde, de Leão. Por isso, podemos considerar que o casamento da sua irmã Aragonta Gonçalves com este soberano seria um prémio justo para esta família.[1114] Esta união transformou Gonçalo Mendes e sua prima/esposa Ildoara Pais em sobrinhos de Ordonho II e primos de Sancho Ordonhes, Afonso IV e Ramiro II.

Este não seria o único casamento real nesta família, pois Elvira Mendes, filha do conde Mendo Gonçalves de Portucale (999-1008) e neta do conde Gonçalo Mendes, acabou por casar com Afonso V.[1115] Seguindo a lógica anterior, este matrimónio também poderá ser considerado uma recompensa para a família, quer pelo mérito da guerra defensiva que levaram a cabo contra normandos e muçulmanos, quer pelo seu labor enquanto seus regentes e tutores.

Como já vimos, a descendência masculina de Mendo Gonçalves não conseguiu manter a chefia do condado, que seria transmitida, em regime de regência conjunta com a sua viúva, a condessa D. Tutadona, ao conde Alvito Nunes (1008-1016), pai do conde Nuno Alvites (1017-1028), marido da sua filha Ildoara Mendes, pai do conde Mendo Nunes (1028-1050) e avô do conde Nuno Mendes (1059-1071).[1116]

Mesmo com uma transmissão do poder político por via feminina, os condes de Portucale continuaram vulneráveis a acidentes biológicos, geradores de menoridades governativas. Neste contexto, Ildoara Mendes acabou por ter um papel importante na desagregação da autoridade condal. Durante os seus períodos de regência (que correspondem às menoridades do seu filho Mendo Nunes, entre 1028 e 1040, e do seu neto Nuno Mendes, entre 1051 e 1058)[1117], foi entregando o governo do condado a infanções, que, com o patrocínio da coroa, foram levando a cabo um processo de privatização dos poderes públicos condais. A falta de tacto e inteligência política de Ildoara selaram o destino do seu neto, que acabaria por morrer em Pedroso às mãos destes seus rivais.

Durante muito tempo, as luzes e sombras dos descendentes de Gonçalo Betotes, ou seja, dos condes de Portucale, mantiveram na obcuridade as linhas

---

[1113] Aproveitando informações de Almeida Fernandes, Margarita Torres Sevilla destaca o apoio que prestou a Afonso III e o seu labor povoador (*Idem*, *ibidem*, p. 291).

[1114] *Idem*, *ibidem*.

[1115] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 18.

[1116] *Idem*, *ibidem*, pp. 20-21.

[1117] *Idem*, *ibidem*, p. 28.

de Tedão Betotes e do seu outro irmão anónimo. Para além disso, o facto de terem vivido em zonas mais nortenhas, provavelmente a norte do Lima, também pode ajudar a explicar este silêncio, devido à devastação causada pelas incursões normandas no vale do Minho.[1118]

Assim sendo, as poucas notícias que temos da família de Tedão Betotes são relativas à sua influência no vale do Ave, onde terá fundado Vila do Conde. O seu principal herdeiro foi Paio Tedão, esposo da sua sobrinha Ibéria Gonçalves, filha do seu irmão Gonçalo Betotes, e pai de Châmoa Pais, senhora que doou Vila do Conde ao mosteiro de Guimarães em 968.[1119]

Por sua vez, o filho anónimo de Afonso Betotes terá sido pai ou avô de Bermudo Pepes, proprietário da vila de Fão, junto à foz do Cávado. Deste nasceu Paio Bermudes, fundador do mosteiro de S. Salvador da Torre e repovoador do Entre-Minho-e-Lima no século X. Da sua filha Godo Pais terá nascido o pai de Goina Pais, senhora que, ao casar com Soeiro Galindes da Várzea, detentor de bens na zona de Braga e Riba Cávado[1120] e patrono do mosteiro da Várzea e de Santo Antonino de Barbudo[1121], deu origem aos Velhos, através de Nuno Soares Velho I, que terá herdado os bens da sua mãe no Alto Minho e que usurpou a terra da Vinha (Viana do Castelo) à recém-restaurada diocese de Tui.[1122]

Tal como nas famílias dos condes de Portucale e Coimbra, as vicissitudes de cada uma destas linhas sucessórias ditaram que só a mais obscura sobrevivesse, e apenas através de uma via feminina.

A família do conde Gonçalo Betotes, provável filho primogénito do presor de Tui, entroncou na linha principal dos condes de Portucale, mas cedo perdeu a varonia nos conturbados alvores do século XI, delegando a chefia da linhagem à família de Alvito Nunes.[1123] Nem o casamento de Ildoara Mendes com o conde Nuno Alvites garantiu uma continuidade biológica por via feminina, visto que, após a morte de Nuno Mendes em Pedroso, a única filha

[1118] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*…, p. 28.

[1119] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 24.

[1120] *Idem*, *ibidem*.

[1121] Segundo Almeida Fernandes, o padroado de Santo Antonino de Barbudo, que acabou por ser transmitido aos Velhos, adviria da sua mãe, a esposa de Galindo Arualdes de Baião (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 285).

[1122] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22. MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 115-116.

[1123] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 20-21.

do último conde de Portucale, Loba Nunes, acabou por casar com Sisnando Davides, de quem teve Elvira Sisnandes, senhora que, apesar de ter casado com Martim Moniz de Ribadouro, não teve qualquer descendência[1124]. Por isso, podemos concluir que o poder conferido por Afonso Betotes ao seu filho Gonçalo Betotes acabou por se diluir na família condal portucalense e, no fim, entre os Ribadouro.

No caso de Tedão Betotes, a extinção é ainda mais precoce, devido à concentração de bens numa herdeira chave, Châmoa Pais, que terá morrido ainda no século x sem deixar qualquer descendente.[1125]

Por sua vez, a descendência do seu filho anónimo teve a sorte de viver na sombra dos seus parentes mais poderosos, acantonada numa zona que devia ir das terras galegas nas margens do Minho ao vale do Cávado[1126]. Nesta região, Bermudo Pepes e Paio Bermudes devem ter vivido, ao longo do século x, como grandes proprietários regionais, sem grande poder político ou governativo. Um estatuto que em nada os diferenciava de outras linhas secundárias da aristocracia condal (como os Baiões, descendentes de Ero Fernandes) ou dos infanções locais.

Ao contrário dos seus parentes, que se encontravam vinculados ao mosteiro de Guimarães[1127] (devido à influência da condessa Mumadona Dias, esposa do conde Hermenegildo Gonçalves, filho de Gonçalo Betotes), Paio Bermudes escolheu fundar o seu próprio mosteiro, S. Salvador da Torre (em Viana do Castelo),[1128] que, até à sua restauração definitiva pelo bispo de Tui em 1069, foi sendo espoliado por muitos dos magnates locais. Estes factos permitem-nos formular quatro breves ideias: em primeiro lugar, podemos perceber que, devido às incursões normandas, o litoral do Alto Minho era ainda um espaço relativamente aberto a projectos de senhorialização dinamizadores das suas relações sociais, ou seja, podemos perceber que existia ainda espaço suficiente para o crescimento uma grande casa monástica local, estabelecida

[1124] Como se pode constatar em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.6. – Ribadouro.

[1125] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[1126] Visto que esta linha, para além de ter levado a cabo o repovoamento do Alto Minho ao longo do século x, foi proprietária de bens na bacia do Cávado, como a própria vila de Fão (*Idem*, *ibidem*).

[1127] Veja-se o caso de Châmoa Pais, filha de Paio Tedão e neta de Tedão Betotes, que confiou Vila do Conde ao mosteiro de Guimarães em 968 (*Idem*, *ibidem*).

[1128] *Idem*, *ibidem*.

nas franjas dos domínios diocesanos e do mosteiro de Guimarães; em segundo lugar, a opção de fundar um mosteiro familiar próprio (S. Salvador da Torre) no coração dos seus territórios revela que, apesar de serem parentes da aristocracia condal, começavam a adoptar hábitos próprios dos infanções, que iam fundando uma miríade de mosteiros familiares e que, em certos casos, rivalizavam com instituições que tinham um apoio mais directo dos condes de Portucale e Coimbra; em terceiro lugar, o facto de não se vincularem ao mosteiro de Guimarães, tal como fizeram os descendentes de Gonçalo Betotes e Tedão Betotes, revela que, apesar de partilharem o mesmo sangue, Bermudo Pepes e Paio Bermudes não faziam parte do mesmo círculo social, ficando assim relegados para um patamar intermédio da nobreza territorial; em quarto lugar, depreende-se da rapina voraz sofrida pelo cenóbio da Torre durante as suas primeiras décadas que a sua fundação prendia-se com a necessidade de reorganização da vida social e repovoamento do espaço, para que, depois, se pudessem apropriar dos seus direitos e senhorios. Este tipo de usurpações terá sido regular e repetido ao longo de várias gerações, pois tudo indica que Nuno Soares Velho I, filho de Soeiro Galindes da Várzea e de Goina Pais, última herdeira da linha de Paio Bermudes, terá usurpado a terra da Vinha à diocese de Tui, em finais do século XI.[1129]

Este casamento revela bem a natureza do estrato social no qual se movimentavam e a realidade geográfica em que estavam inseridos, pois Goina Pais, descendente de Afonso Betotes, patrona do mosteiro da Torre[1130] e, seguramente, proprietária de bens no vale do Lima, acabou por casar com Soeiro Galindes da Várzea, um neto em sexto grau de Ero Fernandes, patrono do mosteiro da Várzea e de Santo Antonino de Barbudo, e detentor de património que se estendia desde a zona de Braga até ao vale do Cávado.[1131]

Pela sua vivência no Alto Minho podemos presumir que os Velhos, através de Nuno Soares Velho I, herdaram todos os bens de Goina Pais e que a sua deslocação para norte esteja relacionada, por um lado, com a sua ascendência no presor de Tui e, por outro, com a forte presença de outra poderosa linha familiar dos Baiões no vale do Cávado, os Azevedo.

Em jeito de resumo, podemos afirmar que, apesar da sua rico-homia e primazia no Alto Minho, os Velhos encarnam perfeitamente a decadência so-

[1129] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22.

[1130] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[1131] *Idem*, *ibidem*. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285 e Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

cial da velha aristocracia condal, pois o seu nível social não difere muito do das restantes estirpes fundacionais portuguesas. O seu sangue condal, vindo de Ero Fernandes e Afonso Betotes, dava-lhes um destaque singular e atraiu, desde cedo, a atenção de várias famílias de perfil cortesão (como Bravães, Toronho-Montor e Azevedo, entre outras).[1132] Contudo, nunca se conseguiram manter num primeiro escalão da nobreza, onde se encontravam outros descendentes directos da aristocracia condal e parentes próximos da família real.

Ao contrário dos Celanova e Trava, que possuíam uma origem social idêntica —já que também eram descendentes da velha aristocracia condal— e, no caso dos primeiros, uma situação geográfica similar, os Velhos nunca conseguiram afirmar-se como uma das primeiras linhagens de corte ou afastar-se de modelos estratégicos típicos da nobreza regional. A pouca audácia da sua conduta social terá levado a que os seus antepassados tivessem escapado à atomização da aristocracia condal, mas também terá impedido um maior engrandecimento desta linhagem.

Prosseguiremos agora com uma análise do percurso genealógico dos descendentes de Afonso Betotes. Visto que já colocámos na secção anterior bastantes informações relativas aos descendentes de Gonçalo Betotes, procuraremos centrar mais a nossa atenção neste ramo paralelo que deu origem aos Velhos. No entanto, podemos avançar que esta família terá uma secção própria e que, por isso, tomaremos como ponto de chegada Nuno Soares Velho I.

I-1 AFONSO BETOTES,[1133] conde de Tui e de Deza, foi um dos principais magnates de Afonso III e responsável pelo povoamento de uma parte significativa da actual província de Pontevedra e de todo o Alto Minho.[1134] Podemos presumir que as suas primeiras iniciativas terão partido da comarca de Deza, no nordeste da província de Pontevedra, e que terá acompanhado o rápido avanço da reconquista cristã. Em 854, a sua presúria de Tui inaugurou um ciclo de acelerada expansão territorial, que culminou nas presúrias do Porto, Chaves e Coimbra. As origens de AFONSO são bastante obscuras, mas, atendendo ao facto de que também governou Deza, podemos aventar que poderia ser um dos membros da alta aristocracia lucense. Através da

[1132] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1133] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 115.

[1134] *Vide* também, por exemplo, Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 20 e 24; ou Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios de León*..., p. 291.

conjugação dos dados que temos sobre o perfil das comarcas que governava e sobre as zonas de implantação dos seus descendentes, podemos presumir que os seus bens no norte da província de Pontevedra estivessem espalhados por Silleda, Villa de Cruces, Golada, Rodeiro, Dozón e Lalín (circunscrições actuais que correspondem à antiga terra de Deza), que tivesse mantido um controlo absoluto sobre as terras entre a ria de Vigo e a desembocadura do Lima (ou seja, sobre os territórios que estavam sob a tutela administrativa e eclesiástica de Tui) e que tivesse adquirido alguns bens nos vales do Cávado e Ave (que acabou por transmitir aos seus filhos). O labor repovoador dos condes AFONSO BETOTES e Gonçalo Betotes, seu filho, deve ter tido os resultados esperados, pois poucas décadas depois (em 915) deu-se a primeira tentativa de restauração da diocese de Tui.[1135] Os poucos dados que existem sobre este processo não nos permitem discernir qualquer intervenção dos condes presores, mas é extremamente provável que a diocese tenha sido dotada com alguns dos seus bens. Sabemos que foi pai dos seguintes filhos:[1136]

II-1 TELO, personagem documentada em 957 e provável pai de Diogo Teles.[1137]

II-2 TEODO, que teve descendência.[1138]

II-3 ARAGONTA, segundo E. Sáez.[1139]

II-4 e GONÇALO BETOTES,[1140] conde e esposo de Teresa Eriz, filha do conde lucense Ero Fernandes.[1141] Pensamos que terá sido o primogénito de Afonso Betotes e seu principal herdeiro, tendo assumido o governo dos

[1135] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 544.

[1136] Com base em informações coligidas por si, por Sáez e por Almeida Fernandes, Mattoso explora principalmente três linhas que descendem do conde Afonso Betotes, todas elas provenientes de varões (Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 20 e 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 115 e seguintes).

[1137] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 115.

[1138] *Idem*, *ibidem*.

[1139] *Idem*, *ibidem*.

[1140] *Idem*, *ibidem*, pp. 96 e 115.

[1141] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 291.

condados de Deza e Tui. Como já tivemos oportunidade de referir, terá dado seguimento ao labor repovoador de seu pai com sucesso, tendo conseguido a restauração da diocese de Tui. Atendendo aos matrimónios deste e dos seus filhos, podemos concluir que GONÇALO serviu diligentemente Ordonho II, granjeando assim maior prestígio para a sua família. Do seu matrimónio nasceram, pelo menos, dois filhos e três filhas. Eles são:[1142]

III-1 PAIO GONÇALVES DE DEZA,[1143] conde e esposo da sua prima materna Ermesenda Guterres, filha do conde Guterre Mendes (filho do conde de Coimbra Hermenegildo Guterres) e da sua tia Ildoara Eriz (também ela filha do conde Ero Fernandes) e irmã de S. Rosendo.[1144] Este matrimónio terá visado a concentração numa única família de parte da herança de Ero Fernandes e de Afonso Betotes no sul da Galiza, já que, segundo a carta de partilhas dos bens de seus pais de 934, Ermesenda recebeu uma vila em Portugal e quinhões de várias vilas na actual província de Ourense, que teve com a sua irmã Adosinda Guterres.[1145] Segundo o que pudemos averiguar, uma parte significativa destas propriedades concentrava-se no concelho de A Merca. Deste casal nasceram oito filhos, mas só conhecemos a descendência de Ildoara Pais (IV-1), esposa do seu primo paterno Gonçalo Mendes, conde de Portucale entre 950 e 997.[1146]

III-2 HERMENEGILDO GONÇALVES,[1147] conde de Portucale (entre 926 e 943) e Tui e esposo da poderosa condessa Mumadona Dias, fundadora do mosteiro de Guimarães.[1148] Devido à natureza estratégica deste casamento podemos presumir que levou a cabo uma osmose entre a jurisdição territorial do seu pai e avô e a dos condes de Portucale, unificando uma parte significativa do noroeste peninsular sob a jurisdição senhorial de uma única família. Apesar

[1142] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 291.

[1143] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 89-90 e 96.

[1144] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 291 e 310.

[1145] Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478.

[1146] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 20; Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 295-296 e 310.

[1147] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 96 e 106-107.

[1148] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 20; Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 295.

da sua ascendência, HERMENEGILDO manteve os seus domínios pessoais em torno de Guimarães,[1149] lugar que durante esse período se afirmava como centro do poder condal. Deste casal nasceram:[1150]

IV-2 GONÇALO MENDES,[1151] conde de Portucale entre 950 e 997.[1152] Enfrentado com a apatia de Ramiro III, este conde assumiu a defesa da sua região contra os ataques dos normandos e muçulmanos. Entre 970 e 974 envolveu-se numa verdadeira guerra civil nobiliárquica contra o *dux* galego Rodrigo Vasques, magnate derrotado na batalha de Aguioncha (ou Aguiloncha). Esta turbulência no cerne da nobreza galega esteve longe de ser um caso isolado. Em jovem, GONÇALO MENDES tinha presenciado a revolta dos magnates galegos contra Ordonho III, em 955. O desinteresse da monarquia leonesa pelos assuntos galegos, o seu fraco envolvimento na defesa contra normandos e muçulmanos e as constantes aspirações soberanistas da região, transformaram o conde portucalense num dos mais fiéis apoiantes de Bermudo II, que passou a acompanhar desde 985. Após um interregno, causado pelo encarceramento do seu filho Rosendo Gonçalves por parte de Bermudo II, GONÇALO MENDES voltou à corte em 991, onde foi alferes em 993 e 994. Este interregno foi marcado por uma revolta generalizada da aristocracia galega contra Bermudo II, fruto da primeira tomada de Coimbra por Almançor. Apesar de toda a família condal portucalense ter estado envolvida, apenas Rosendo Gonçalves sofreu as consequências desta opção política, talvez por ter tomado anteriormente o partido de Ramiro III contra o monarca usurpador. Sabemos que os seus interesses patrimoniais estariam centrados na região de Braga, de onde governou todo o condado. Terá morrido em 997 às mãos dos muçulmanos, na defesa do espaço cristão contra a surtida de Almançor que devastou Santiago. Sabemos que se casou por duas vezes, com uma Ermesenda e com a sua prima paterna Ildoara Pais (IV-1), filha do seu tio, o conde Paio Gonçalves de Deza (III-1), de quem teve vários filhos[1153].

[1149] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 28 e 95.

[1150] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 295.

[1151] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 109-110.

[1152] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 20. Sobre ele, seguiremos as informações sintetizadas por Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 295-296.

[1153] Identificados em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 296.

IV-3 NUNO MENDES,[1154] aristocrata que morreu ainda antes de 959,[1155] logo, terá falecido bastante jovem (talvez ainda na sua infância ou adolescência).

IV-4 RAMIRO MENDES,[1156] conde e marido de Adosinda Guterres, prima materna de seu pai e irmã da esposa de seu tio Paio Gonçalves de Deza (III-1), pois seria filha do conde Guterre Mendes e da sua tia-avó Ildoara Eriz, irmã da sua avó Teresa Eriz, sendo ambas filhas do conde Ero Fernandes. Sabemos que Adosinda era patrona da basílica de S. Pedro de Sorga (em A Bola, na Galiza) e que, conjuntamente com o seu primeiro marido, o conde Ximeno Dias, era detentora de bens em Santa Baía de Berredo (em A Bola, na Galiza), em Santo Estevão de Ambía (em Baños de Molgas, na Galiza) e em Santa Cruz de Castrelo (em Cambados, na Galiza). Tinha também uma vila em S. Salvador de Sabucedo (em Porqueira, na Galiza) e uma vila em S. Mamede de Sorga (em A Bola, na Galiza). Em 934 foi beneficiada com vários bens de seus pais em Lavra (em Matosinhos, Portugal), na terra de Búval (Ribadavia, na Galiza), na terra de Caldelas (uma das comarcas da província de Ourense, na Galiza), em Faramontaos (A Merca, na Galiza), em Malpica de Bergantiños (Malpica de Bergantiños, na Galiza), em Céltigos (em Ortigueira, na Galiza), em Trasmiras (na Galiza), no termo de Coimbra (em Quiaios, Montemor-o-Velho, Anadia) e em alguns outros lugares mais próximos a esta urbe, em Vilela (junto a Tomiño, na Galiza), em Lampazas (na Galiza), na terra de Barroncelle (mais especificamente, em Vila de Rei, junto a Trasmiras, na Galiza), na terra de Lemos (na Galiza), em Sabadelle (junto a Portomarín, na Galiza), em Guntín (na Galiza), na terra de Faro (na Galiza), em Zamora (Leão), nas Astúrias e n' A Pobra de Trives (na Galiza). Entre este vasto património identificamos bens de origem portucalense e conimbricense, vários bens vindos directamente de Ero Fernandes e uma vasta rede patrimonial no sul da Galiza, forjada pelos seus pais.[1157] Apesar de sabermos que toda a sua descendência provém do seu primeiro casamento com o conde

[1154] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 109.

[1155] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 295.

[1156] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 107-108; *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 21; Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 295.

[1157] Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 7, 247, 423, 419 e 478.

Ximeno Dias, existe a possibilidade de que deste seu segundo matrimónio com o conde RAMIRO MENDES tenha nascido a rainha D. Velasquita, mulher de Bermudo II.[1158] Porém, tal é pouco provável, pois Ramiro terá morrido ainda antes de 961[1159] e Adosinda já teria uma idade um tanto avançada no momento deste segundo enlace.

IV-5 ONEGA MENDES,[1160] esposa do conde Guterre Rodrigues, partidário de Ordonho IV.[1161]

IV-6 DIOGO MENDES,[1162] marido de Aldonça e pai de Mumadona Dias, monja de Guimarães, falecida por volta de 1025.[1163]

IV-7 e AIRES MENDES.[1164]

Voltando às filhas de Gonçalo Betotes, tias das personagens anteriores, elas foram:

III-3 IBÉRIA GONÇALVES,[1165] que casou com o seu primo paterno Paio Tedão (III-6),[1166] filho e herdeiro do seu tio Tedão Betotes (II-5), um dos povoadores do vale do Ave no século X. Segundo Almeida Fernandes e Mattoso, Tedão poderá ter sido fundador ou herdeiro de Vila do Conde, que transmitiu ao seu filho Paio e à sua neta Châmoa Pais, que a deixou ao mosteiro de Guimarães em 968.[1167] Este casamento estritamente endogâmico terá permitido uma consolidação patrimonial da linhagem de Afonso Betotes dentro do condado, alargando as zonas de influência dos parentes de Hermenegildo

[1158] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[1159] *Idem*, *ibidem*.

[1160] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 108-109.

[1161] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[1162] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 107.

[1163] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[1164] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 109. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

[1165] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 96.

[1166] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 292.

[1167] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 24.

Gonçalves a terras a sul do Lima – neste caso, ao vale do Ave. Importa referir que Châmoa escolheu fazer esta doação à grande casa monástica fundada e protegida pelos condes de Portucale Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias, seus tios, fortalecendo assim as solidariedades existentes dentro deste grupo familiar.

III-4 GONTRODE GONÇALVES.[1168]

III-5 e ARAGONTA GONÇALVES,[1169] esposa de Ordonho II, de quem não teve descendentes.[1170] Este casamento revela a grande proximidade e confiança existente entre o conde Gonçalo Betotes (II-4) e o seu soberano e, por isso, pode ser interpretado como uma recompensa por parte deste. Através deste matrimónio, os condes Paio Gonçalves de Deza e Hermenegildo Gonçalves de Portucale tornaram-se cunhados do seu rei.

Antes de entrarmos na quinta geração da linha de Gonçalo Betotes, traçaremos o percurso da família de Tedão Betotes (II-5), filho do presor de Tui.

II-5 TEDÃO BETOTES,[1171] que não terá chegado à dignidade condal ou governado qualquer um dos territórios de seu pai. Uma certa tendência para o agnatismo fez com que reservassem os governos de Deza e de Tui à família do seu irmão Gonçalo Betotes. Contudo, o acesso do seu sobrinho Hermenegildo Gonçalves à liderança do condado portucalense e, possivelmente, um casamento com uma senhora local, permitiram que tomasse conta de territórios fora da jurisdição primitiva do seu pai. O espaço escolhido foi o vale do Ave, uma das zonas que mais se tinha desenvolvido desde os tempos da presúria do Porto. De forma a não se sobrepor ao coração dos territórios condais, ou seja, Guimarães, TEDÃO levou a cabo o seu labor repovoador na desembocadura do Ave, onde fundou ou povoou Vila do Conde.[1172] Segundo esta hipótese,

[1168] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[1169] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 96.

[1170] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[1171] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116; e *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24. [1172] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[1172] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

lançada por Almeida Fernandes e confirmada por Mattoso, TEDÃO terá transmitido os seus bens e direitos ao seu filho Paio Tedão (III-6).[1173]

III-6 PAIO TEDÃO[1174] acabou por se casar com a sua prima paterna Ibéria Gonçalves,[1175] filha do seu tio Gonçalo Betotes, irmã do conde portucalense Hermenegildo Gonçalves e cunhada da célebre Mumadona Dias. Para além de reforçar os laços entre os descendentes de Afonso Betotes e de garantir uma maior concentração do património da linhagem, esta união deu uma maior coerência e continuidade aos modelos de senhorialização praticados no segmento superior e inferior do Ave, ou seja, uma maior harmonia e coesão aos domínios destas duas famílias da aristocracia condal. Deste seu casamento nasceram:

IV-8 CHÂMOA PAIS,[1176] principal herdeira de Paio Tedão, sobrinha dos condes Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias e prima do conde portucalense Gonçalo Mendes (IV-2) e da sua esposa Ildoara Pais (IV-1), já que esta era filha de Paio Gonçalves de Deza (III-1), irmão de Hermenegildo e de Ibéria, sua mãe. Devido a esta proximidade familiar em relação aos condes portucalenses, CHÂMOA terá partilhado muitos dos seus hábitos e estratégias sociais; por isso, a sua doação de Vila do Conde ao mosteiro de Guimarães, em 968,[1177] pode ser vista como uma clara demonstração de alinhamento com os interesses da família condal. Por outro lado, esta doação coincide com um dos piores anos do ciclo de invasões normandas (961-971). Portanto, esta

[1173] *Idem*, *ibidem*. Contudo, Tedão Betotes também seria proprietário da vila de Bórben, junto a Redondela (*Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 115-116).

[1174] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, pp. 116-117. Apesar de Mattoso atribuir a Tedão Betotes a progenitura de Rodrigo Tedão, esposo de Ledegúndia Dias e pai de Châmoa Rodrigues, Ramiro Rodrigues, Diogo Rodrigues e de Guterre Rodrigues, e de Olide Tedão, esposo de Adosinda Gormiri (*Idem*, *ibidem*), somos da opinião que tal associação assume uma dimensão algo conjuntural, já que ambos poderão ser filhos de Tedão Lucides, figura destacada da linha de Vímara Peres. Se, por um lado, a posse de bens junto de Santiago por parte de Paio Tedão justifica claramente a sua relação com Tedão Betotes; por outro, a possível associação de Rodrigo Tedão à fundação de Cidade Rodrigo aponta para uma área geográfica muito diversa em relação à linha de Tedão Betotes. Assim sendo, não podemos fazer entroncar estas figuras em Tedão Betotes com segurança.

[1175] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 292.

[1176] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 117.

[1177] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

situação também se poderá dever aos riscos que as suas terras corriam, já que, deparada com a incapacidade em as defender, terá acedido a confiá-las ao conde portucalense ou, neste caso, à principal casa monástica que estava na sua dependência. Décadas mais tarde, o mesmo ocorreria com a diocese de Tui, que, após o saque normando da cidade em 1014 ou 1016, foi confiada, em 1024, a Iria-Santiago,[1178] que, devido aos seus maiores recursos e força dos seus dependentes, poderia repovoar e defender o vale do Minho de uma forma mais conveniente. Não sabemos se teve descendentes ou se estes foram ocultados pela destruição da memória material causada pelas surtidas normandas e muçulmanas.

IV-9 e VELASQUIDA PAIS, senhora documentada em 968 que recebeu alguns bens de seu pai junto a Santiago de Compostela.[1179]

A turbulência social vivida na transição do século x para o xi, causada pelas múltiplas revoltas da aristocracia condal (motivadas por oscilações dinásticas, antipatias pessoais contra a monarquia leonesa ou aspirações soberanistas), por conflitos feudais (como aquele que envolveu Gonçalo Mendes na década de 970) ou pelos ataques normandos e muçulmanos, terá sido especialmente destrutiva para a aristocracia condal que se estabeleceu na foz dos rios Minho, Lima, Cávado e, como já vimos, Ave. A permanente vulnerabilidade do litoral em relação a incursões marítimas e o facto de aqui se localizarem alguns dos principais eixos de circulação que ligavam a *«Galécia Bracarense»* à *«Galécia Lucense»* tornavam estas zonas geográficas permeáveis a qualquer ameaça interna ou externa. Neste contexto, a perda da memória escrita de certos espaços geográficos, ou de certas famílias, deve ser tomada como um fenómeno natural. Esta situação cria contrastes óbvios e coincidentes com o percurso histórico do litoral galaico-minhoto. Tomemos como exemplo a destruição da cidade de Tui pelos normandos; enquanto o espólio documental da diocese de Tui se limita a um período posterior à sua segunda restauração (em 1071) e acusa um enorme vazio para o período da tutela iriense e anterior a esta, o tombo do mosteiro de Celanova, nascido no aconchego da terra de Límia (segmento superior do vale do Lima), apresenta quase

[1178] Díaz e Vilariño Pintos, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», p. 540. Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 28.

[1179] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, p. 117.

toda a sua documentação até ao século XI. Assim sendo, podemos concluir que a memória das famílias estabelecidas no litoral foi tão dizimada como os seus domínios e que, pelo contrário, a protecção dos vales cavados do interior garantiu um excelente abrigo ao património material e imaterial das principais linhas da aristocracia condal. Por isso, não é de estranhar que a família do filho anónimo de Afonso Betotes tenha vivido em grande obscuridade, pois estabeleram-se no Entre-Minho-e-Lima e no Entre-Lima-e-Cávado.

Segundo Almeida Fernandes e José Mattoso[1180], este filho de Afonso Betotes, de quem desconhecemos o nome (II-6),[1181] terá sido pai ou avô de:

III-7 BERMUDO PEPES,[1182] proprietário da vila de Fão, junto à foz do rio Cávado.[1183] Por sua vez, do seu casamento com D. Gontrode terão nascido:

IV-10 PAIO BERMUDES,[1184] repovoador do Entre-Minho-e-Lima no século X e fundador do mosteiro de S. Salvador da Torre, em Viana do Castelo.[1185] Cenóbio que, devido às dificuldades causadas pelas incursões muçulmanas e normandas, pelo enfraquecimento da aristocracia condal e pela passagem da diocese de Tui para a tutela de Iria-Santiago, foi sendo alvo de constantes usurpações por parte da nobreza local, até à restauração da sua vida religiosa em 1069. A conjuntura negativa dos alvores do século XI parece ter acicatado a voracidade dos infanções do Alto Minho, que já procuravam enriquecer o seu depauperado património com os bens monásticos protegidos pelas estirpes condais. Fenómeno que teria paralelo no que se passou com a linha principal dos condes portucalenses; à sua maneira, estamos perante um dos sintomas da crescente atomização do poder condal, mesmo entre os seus parentes colaterais, que assim encetaram o mesmo ciclo de declínio social. Este magnate terá sido pai de Balteiro Pais e de Godo Pais, avó paterna de Goina Pais, esposa de Soeiro Galindes da Várzea, patriarca de um dos ramos dos Baiões (infanções descendentes de Ero Fernandes) e pai de Nuno Soares Velho I, o primeiro dos Velhos.[1186]

[1180] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[1181] MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 115.

[1182] *Idem*, *ibidem*, pp. 115-116.

[1183] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[1184] *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116.

[1185] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

Antes de seguirmos para a linha de Godo Pais e para Mumadona Dias, filha de Diogo Mendes, irmão do conde portucalense Gonçalo Mendes, temos que abordar os filhos que este teve com a sua prima paterna Ildoara Pais, filha do conde Paio Gonçalves de Deza. Portanto, do casamento entre o conde Gonçalo Mendes e Ildoara Pais nasceram:

V-1 RAMIRO GONÇALVES.[1187]

V-2 ROSENDO GONÇALVES,[1188] conde documentado em Portucale, onde foi aprisionado por Bermudo II, durante um dos levantamentos da nobreza galega contra a soberania leonesa. Nesta revolta, que aconteceu pouco tempo depois da primeira toma de Coimbra por Almançor e que terá sido motivada pela apatia do monarca perante as violentas incursões muçulmanas, ROSENDO foi acompanhado pelo seu pai,[1189] que, atendendo ao seu regresso à corte, não terá sofrido as mesmas consequências.

V-3 DIOGO GONÇALVES.[1190]

V-4 MUMADONA GONÇALVES, homónima da sua avó Mumadona Dias.[1191]

V-5 e MENDO GONÇALVES,[1192] conde de Portucale entre 999 e 1008 e marido da condessa Tutadona, de quem teve vários filhos,[1193] que, por circunstâncias desconhecidas, não deram continuidade à sua chefia em território portucalense. Segundo José Mattoso, a sua esposa terá garantido a transição

[1186] *Idem*, *ibidem*; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 116; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 285.

[1187] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 110. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 296.

[1188] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 110.

[1189] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 296.

[1190] *Idem*, *ibidem*. Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., p. 110.

[1191] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 296. Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 110-111.

[1192] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa*..., pp. 111-112.

[1193] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 20-21. Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 296-297.

da autoridade condal para o conde Alvito Nunes, que a partilhou consigo até 1016, e depois para o seu filho, o conde Nuno Alvites, seu genro e senhor de Portucale até 1028.[1194] MENDO GONÇALVES terá continuado o labor paterno de povoamento e defesa do Entre-Douro-e-Minho, tomando controlo directo de várias terras, como as de Braga e da Maia.[1195] Ao contrário do seu irmão Rosendo Gonçalves, MENDO foi um dos mais firmes apoiantes de Bermudo II.[1196] A sua centralidade política permitiu que se tornasse aio de Afonso V, em 999, e seu sogro, devido ao casamento do monarca com a sua filha Elvira Mendes.[1197] Esta tutoria seria disputada legalmente pelo conde castelhano Sancho Garcia, que foi derrotado neste litígio através de uma sentença de um árbitro muçulmano, nomeado pelo próprio filho de Almançor.[1198] Anteriormente, em 1002, MENDO GONÇALVES tentou travar, sem sucesso, uma nova conquista de Coimbra pelos muçulmanos.[1199] Nestas circunstâncias, é altamente provável que este tivesse sido parte dos acordos de paz que foram celebrados no ano seguinte. Apesar de não ter conseguido travar o ímpeto expansionista dos andaluzes, os seus feitos guerreiros permitiram que o seu filho Ramiro Mendes se tornasse alferes real em 1005.[1200] Curiosamente, MENDO GONÇALVES acabaria por ter uma morte precoce em 1008, numa batalha contra os normandos.[1201] Em 1012, Afonso V viria a recordar o seu aio e sogro como *dux* da Galiza,[1202] demonstrando assim todo o prestígio e poder que os condes de Portucale tinham granjeado até àquele momento. Apesar de ter tido nove filhos, o seu principal herdeiro e sucessor foi o seu genro Nuno Alvites.[1203]

Do casamento do seu tio Diogo Mendes (IV-6) com Aldonça nasceu uma filha:[1204]

[1194] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 20-21.

[1195] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 296-297.

[1196] *Idem*, *ibidem*.

[1197] *Idem*, *ibidem*.

[1198] *Idem*, *ibidem*.

[1199] *Idem*, *ibidem*.

[1200] *Idem*, *ibidem*.

[1201] *Idem*, *ibidem*.

[1202] *Idem*, *ibidem*.

[1203] *Idem*, *ibidem*. MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 21.

[1204] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 295.

V-6 MUMADONA DIAS,[1205] neta da célebre condessa Mumadona Dias e de Hermenegildo Gonçalves, monja de Guimarães —cenóbio do qual seria patrona—, falecida por volta de 1025.[1206]

Do fundador do mosteiro de S. Salvador da Torre, Paio Bermudes, nasceram:

V-7 BALTEIRO PAIS, confirmante de um documento de Bermudo II em 985.[1207]

V-8 e GODO PAIS, mãe de um varão (VI-1), pai de Goina Pais,[1208] que segue:

VII-1 GOINA PAIS,[1209] esposa de Soeiro Galindes da Várzea, senhor de Riba Cávado e fundador do mosteiro da Várzea, junto a Braga.[1210] Apesar da sua condição de infanção descendente dos Baiões, Soeiro Galindes podia radicar a sua ascendência varonil em Ero Fernandes, sendo seu neto em quinto grau.[1211] Por isso, não é de estranhar que tenha ocupado uma zona bastante próxima aos domínios dos condes de Portucale, dado que eram parte da mesma família. Basta lembrar que Teresa Eriz, esposa do conde Gonçalo Betotes e bisavó paterna do conde Mendo Gonçalves (V-5), era filha deste conde lucense. Podemos presumir que os direitos de padroado detidos pelos Velhos sobre o mosteiro de Santo Antonino de Barbudo[1212] podem ter vindo de Soeiro Galindes e que a aparição destes seus descendentes no Alto Minho poderá

[1205] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 107.

[1206] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 295.

[1207] Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116.

[1208] *Idem*, *ibidem*.

[1209] *Idem*, *ibidem*.

[1210] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 285.

[1211] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1212] A vida social deste mosteiro foi analisada por Maria Helena da Cruz Coelho, «Santo Antonino de Barbudo. Um Protagonista Monástico da Região Minhota nos Tempos Medievos», in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos xi-xvi)*, Vol. II: *Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 7-29.

dever-se à transmissão integral dos bens de GOINA PAIS a Nuno Soares Velho I, seu filho. Deste casamento nasceram Nuno Soares Velho I (VIII-1), Leogúndia Soares da Várzea (VIII-2), Maria Soares da Várzea (VIII-3) e Ouroana Soares da Várzea (VIII-4).[1213] O regresso de Nuno Soares Velho I ao Alto Minho representa uma inflexão geográfica em relação aos interesses patrimoniais dos senhores da Várzea; porém, também garantiu a continuidade do esforço de senhorialização levado a cabo pela sua família materna a norte do Lima, onde seria patrono do mosteiro de S. Salvador da Torre, cenóbio fundado por Paio Bermudes.[1214] A sua ascendência em Afonso Betotes, por via feminina, e em Ero Fernandes, por via masculina, dava-lhe legitimidade suficiente para promover iniciativas de privatização dos poderes públicos desta região, que, em certa medida, se assemelhavam àquelas praticadas pelas restantes famílias de infanções. Neste caso, a vítima foi a jovem diocese de Tui, que sofreu a expropriação da vila da Vinha, ou seja, de todos territórios entre o rio Lima e Âncora (no actual concelho de Viana do Castelo).[1215] Este acontecimento prova que até na fronteira portucalense as mutações sociais causadas pela atomização da autoridade pública condal, e, posteriormente, de Garcia II, levaram a um enfraquecimento geral das instituições tradicionais, que se tornavam indefesas perante o poder de uma nova aristocracia emergente, de carácter secundário e infancional.

***

Em resumo, através deste nosso recorrido genealógico podemos constatar que, ao contrário do que seria de esperar, muitas das famílias da aristocracia galego-portuguesa que tomaram o lugar dos condes portucalenses, e que se envolveram nos processos políticos que deram origem a Portugal, seriam descendentes da velha nobreza condal.

Dentro deste grupo eclético de linhagens encontramos casos e processos evolutivos muito díspares. Casos como os Baiões e seus ramos, que, apesar de radicarem as suas origens em Ero Fernandes e de terem mantido laços familiares com a decadente nobreza condal de Coimbra, ocuparam um patamar

[1213] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1214] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., p. 24.

[1215] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22.

secundário, alicerçando o seu poder num controlo muito apertado sobre espaços a norte do Douro, que, devido à segmentação da linhagem mãe, iam desde Baião e Marco de Canaveses até ao Alto Minho, passando pelos vales do Paiva, do Cávado e, até, pela densamente senhorializada terra de Braga. Só a mobilização de esforços em torno do derrube dos condes de Portucale os traria à ribalta.

Noutros casos, como o dos primeiros Trava-Trastâmara, a colaboração dos condes conimbricenses com a expansão muçulmana de finais do século x ditou uma deslocação para outros espaços geográficos e um reequacionamento do seu papel social. Estes seus antepassados viram-se obrigados a explorar as suas relações sociais e presença na Galiza do século xi, em vez de assumirem a queda em desgraça gerada pela perda de Coimbra. Aqui, mantiveram o estatuto condal, mas tiveram que utilizar relações simbióticas com a monarquia (especialmente com Afonso VI e Afonso VII), e com D. Raimundo e D. Teresa, de forma a voltarem ao primeiro patamar da nobreza peninsular, dentro de um espaço e cronologia extremamente competitiva. Veja-se que, apesar da sua ascensão meteórica, cimentada desde os tempos de Afonso VI, Pedro Froilaz de Trava e a sua linhagem tiveram de se enfrentar com rivais tão sagazes como o arcebispo compostelano Diego Gelmires.

Por sua vez, os Celanova, descendentes de um casamento entre uma filha de Ero Fernandes e um filho de Hermenegildo Guterres, nunca se afastaram muito da terra de Límia e da fronteira galego-portuguesa. Aqui granjearam uma relevância social acentuada, que, apesar das vicissitudes causadas pelas invasões normandas, souberam manter até finais do século xi. O casamento de Gontrode Nunes, tia do último conde portucalense, com o conde Vasco de Celanova exemplifica bem esta realidade. Até a casa real portuguesa, na busca de um acrescento de legitimidade e continuidade política, escolheu casar D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques, dentro desta família. Daí podermos afirmar que a localização estratégica dos seus domínios transfronteiriços, as suas origens na antiga nobreza condal galega e conimbricense e o seu sangue condal portucalense, transformavam os Celanova numa síntese perfeita deste percurso evolutivo da nobreza galego-portuguesa até aos inícios do século xii.

O apelo do sangue condal permitiu uma osmose perfeita destas famílias com as estirpes infancionais, muito por força de um alinhamento de interesses estratégicos, quer antes quer depois de Pedroso. Não é por isso de estranhar que até ramos obscuros e periféricos da nobreza condal tenham sido alvo da cobiça matrimonial de linhagens solidamente estabelecidas em espaços nevrálgicos.

Veja-se o caso da família de Afonso Betotes, que, com a extinção da família condal portucalense (descendente de Gonçalo Betotes) e dos fundadores de Vila do Conde (vindos de Tedão Betotes), teve continuidade no fruto da união entre Goina Pais e Soeiro Galindes, ou seja, na fusão entre um dos ramos dos Baiões geograficamente mais próximos ao poder condal e a linha vinda do presor de Tui que mais perto permaneceu dos seus domínios originais e que mais sofreu com os ataques normandos. No fundo, os Velhos foram bem mais do que infanções ou meros ricos-homens que, devido ao seu conservadorismo, nunca se conseguiram alçar até à cúpula da nobreza medieval portuguesa. Os Velhos foram os únicos herdeiros de Afonso Betotes; tal como os Celanova foram os únicos e principais herdeiros dos condes de Portucale.

Na próxima secção abordaremos todos os ramos que, ao segmentarem-se destas famílias, foram tomando conta da fronteira galego-portuguesa e, até, da liderança da nobreza galega. Tentaremos provar a existência de uma relação entre os Celanova, Lima e Valadares, e seguiremos os Velhos e todos os seus ramos, bem como alguns dos seus parentes colaterais, como os Toronho-Montor ou os Silva. Acrescentaremos também algumas referências sobre os Trava que se misturaram com estas famílias da velha diocese de Tui.

A título de nota, deixamos algumas dúvidas que, mediante estes dados, podem ficar no ar. Se na zona da antiga diocese de Tui os principais magnates descendiam da nobreza condal, como será possível que tal não tivesse ocorrido noutras regiões? Se assim for, não devemos reequacionar o conceito e natureza dos infanções? E, assim sendo, não devemos rever as causas do conflito social que originou Pedroso? Estas são perguntas que exigem a aplicação do mesmo método de análise a outras regiões (em todo o reino da Galiza e não somente em Portugal), de forma a discernir, na longa duração, se existe uma continuidade biológica mais vincada.

2.2. A SEGMENTAÇÃO DAS LINHAGENS (SÉCULOS XII A XIV)

APESAR de não ser muito vasta, a lista de famílias descendentes da velha aristocracia condal que se assentaram na fronteira galego-portuguesa assume uma dimensão verdadeiramente seminal, já que, para além de terem tomado a liderança da região desde os tempos de Afonso VI

(ou, até, de Fernando Magno), levaram a cabo um processo de construção de uma rede de solidariedades sociais e parentescos propícia à expansão da soberania portuguesa às terras de Toronho e Límia.

Por outro lado, a sua segmentação também lhes permitiu a consolidação da senhorialização de um território que, há menos de um século, tanto tinha sofrido com as incursões normandas no vale do Minho e a sua expansão a novos espaços a sul do Lima.

Tal como verificámos na secção anterior, apenas os Velhos, Celanovas e Travas podiam reclamar o prestígio e poder que advinham da aristocracia condal, permitindo que este se espalhasse e tomasse forma em geografias distintas, quer pela segmentação destes grupos familiares, quer por via matrimonial, o que facultou o crescimento e fortalecimento do estatuto de outras linhagens que com eles partilhavam vivências e espaços.

No caso dos primeiros, esta ascendência condal pode ser reclamada por três vias distintas: através do conde Ero Fernandes, antepassado masculino comum de todos os ramos dos Baiões; do conde Hermenegildo Guterres, visto que Gondesendo Eriz, filho de Ero Fernandes, se casou com Enderquina Mendes Pala, filha do presor de Coimbra;[1216] e do conde Afonso Betotes, pois Goina Pais, descendente de Paio Bermudes, de Bermudo Pepes e de um filho (ou neto) do presor de Tui, acabou por casar com Soeiro Galindes da Várzea, de quem teve Nuno Soares Velho I.[1217]

Seria justamente a herança de Goina Pais a levar os primeiros Velhos a aproximarem-se do vale do Lima e a abandonarem um espaço restrito entre Riba Cávado e Braga, onde se tinham estabelecido os senhores da Várzea.

A ausência de acidentes biológicos e a clara tendência cognática dos Velhos permitiram que, desde o século XII, se fossem dividindo numa miríade de linhagens com perfis territoriais perfeitamente distintos. Segundo Sottomayor-Pizarro[1218], este conjunto alargado de famílias pode ser dividido em três grupos distintos: um primeiro, onde se encontram os Velho, Cerveira, Bravo e Vasquinho, que, apesar de terem presenças esporádicas nos julgados de Guimarães e Vermuim e em territórios junto à corte (como no caso dos

[1216] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III – Genealogia 4.5. Baiões.

[1217] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa*…, pp. 115-116; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III – Genealogia 4.5. Baiões.

[1218] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 323-327.

Cerveira), mantiveram o perfil de ocupação territorial da linhagem mãe, espalhando-se pelo Entre-Lima-e-Cávado (nos julgados de Neiva e Aguiar de Neiva), pelo Entre-Minho-e-Lima (nos julgados de Caminha, Cerveira e Valadares) e, até, pela terra de Toronho (como se pode constatar pela abundante presença dos Cerveira na documentação de Santa Maria de Oia)[1219]; um segundo, onde se encontram os Barreto, Redondo e Zote, que, apesar de possuírem bens no vale do Neiva e em algumas zonas do Alto Minho, acabaram por se enraizar em lugares onde conseguiram alianças matrimoniais proveitosas, obtendo propriedades em territórios tão dispersos e diversos como Coimbra, Lousã, Arganil, Abrantes, Torres Novas, Lisboa e Santarém; e um terceiro, composto pelos Gato e Mourão, que, devido ao casamento de Pero Nunes Velho com Maria Anes de Baião, se estabeleceram no segmento médio do Douro e se estenderam à Beira Interior, até Seia e à Covilhã, ganhando também propriedades em Mesão Frio, Penaguião, Viseu, Besteiros, Guarda e Manteigas.

Importa também assinalar que o perfil matrimonial dos Velhos foi decrescendo paulatinamente à medida que estes se transformaram em linhagens de enquadramento fundamentalmente regional, ou em membros de um segmento médio (ou, em certos casos, inferior) da nobreza de corte.[1220]

[1219] Estamos a falar principalmente de João Pires Velho, que, por força da sua herança materna – de Sancha Pais de Santa Logriça, senhora que, como veremos, seria uma Novais –, chegou a ostentar alguns bens na Galiza. Através de uma série de seis documentos, datados de 1275, 1287, 1288 (em dois casos), 1307 e 1325, depositados no fundo de Oia (AHN, Clero Secular-Regular, Carp. 1805, doc. 16; Carp. 1807, doc. 19; Carp. 1808, docs. 5 e 9; Carp. 1816, doc. 2 e Carp. 1823, doc. 22), ficamos a saber que possuía uma herdade em Agabi, na freguesia de S. João de Reboreda (na Galiza), um casal e uma quintã em Mangoeiro (Galiza) —que tinha herdado de uma tia materna sua, Teresa Pais Novais—, um casal em Tebra (Galiza), um casal em S. João da Silva (já em Portugal, no concelho de Valença), um casal em S. Miguel de Sapardos (Cerveira), um casal de Armenteira (na Galiza), uma seara em S. João de Campos (Cerveira) – freguesia onde morou a sua mãe, Sancha Pais de Santa Logriça (Novais) –, um herdamento em Sá (?), casais e herdamentos deixados a Ganfei, searas e vinhas de Oia, um casal em Cornes (Cerveira) e uma vinha em Outeiro. Todavia, em 1112 já se documentava no fundo da catedral de Tui a usurpação da vila da Vinha (perto de Viana), por parte de Nuno Soares Velho I – ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22.

[1220] Sottomayor-Pizarro chega a apontar que, apesar de terem chegado a casar com famílias de algum relevo, como os Ribeiro, Pereira ou Portocarreiro, os Velhos acabaram por ser lesados por um regime cognático de repartição das heranças, que chegou a privilegiar várias linhas bastardas, enfraquecendo assim o seu posicionamento no mercado matrimonial – SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 325-326.

Nas primeiras décadas dos Velhos (na transição do século XI para o XII), destacam-se os seus casamentos com os Azevedos, seus parentes próximos e vizinhos territoriais, com quem compartilhavam a mesma condição social. Tomem-se como exemplos os matrimónios de Maria Soares da Várzea, irmã de Nuno Soares Velho I, com Godinho Viegas de Azevedo e o de Gontinha Nunes Velho, sua sobrinha e filha de Nuno Soares, com Paio Godins de Azevedo, filho de Maria Soares e de Godinho Viegas e, portanto, seu primo. Esta tendência para a endogamia repetir-se-ia duas gerações depois, quando Pero Nunes Velho, filho de Nuno Soares Velho II e de Mor Pires Perna, acabou por casar com Maria Anes de Baião[1221].

Também privilegiaram algumas ligações a famílias que, por essa altura, tiveram um papel fundamental na estruturação da corte. Veja--se o caso de Leogunda Soares da Várzea, que casou com Mem Gonçalves da Maia.[1222]

Contudo, parece-nos que nesta fase os Velhos deram primazia a casamentos dentro da sua esfera de influência geográfica, podendo estes coincidir, ou não, com o seu patamar social. Nestas circunstâncias destacam-se os casamentos de Ouroana Soares da Várzea com Ero Mendes de Molnes, de Nuno Soares Velho II com Gontrode Fernandes de Montor (Toronho), de Sancha Soares Velho I com D. Paio Vasques de Bravães, de Soeiro Nunes Velho II com Teresa Anes de Penela, de Elvira Nunes Velho II com Soeiro Aires de Valadares (e também da sua relação ilegítima com Mem de Alaúde, dos Neivoo), de Urraca Nunes Velho com Gomes Pais da Silva e o de João Nunes de Cerveira com Sancha Anes de Moeiro, senhora pertencente aos Nóvoa.[1223]

Através destes exemplos verificamos que, por esta altura, a rede familiar primordial dos Velhos se estendia desde o vale do Cávado até Toronho e Límia, seguindo assim, ao longo de quatro gerações, um caminho de aproximação à fronteira galego-portuguesa dos seus antepassados.

Porém, cada um destes matrimónios possui características que justificam uma análise mais atenta.

Ouroana Soares da Várzea foi filha de Soeiro Galindes da Várzea e de Goina Pais e irmã de Nuno Soares Velho I; portanto, podemos concluir que os seus bens ainda estavam concentrados em Riba Cávado e, por isso, não é

[1221] A posição destes casamentos dentro da família alargada dos Baiões encontra-se representada em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III – Genealogia 4.5. Baiões.

[1222] *Idem*, *ibidem*.

[1223] *Idem*, *ibidem*.

de estranhar que se tenha casado com um senhor local como Ero Mendes de Molnes, que deu origem à fundadora de um mosteiro familiar, o de Manhente, no concelho de Barcelos.[1224]

Por sua vez, o seu sobrinho-neto Nuno Soares Velho II, provavelmente a figura mais destacada da sua linhagem devido à sua presença na corte entre 1117 e 1162, à sua alferesia em 1117 e às suas funções de tenente de Neiva em 1127 e 1145,[1225] acabou por casar em segundas núpcias com Gontrode Fernandes de Montor, filha de Fernão Anes de Montor e de Urraca Gomes de Pombeiro,[1226] aproximando-se assim, pela primeira vez, das famílias a norte do Minho.

Gontrode Fernandes pertencia aos condes de Toronho, família que nos nobiliários é tratada ora por Toronho (replicando a forma como Paio Curvo de Toronho, seu irmão, surge na documentação), ora por Montor (devido à participação de Fernão Anes na conquista desta praça andaluza nos anos finais do reinado de Afonso VII). Fernão Anes foi filho de João Ramires e de Toda Raimundes[1227] e neto de Ramiro Frade, filho de Frade Balderique, infanção que foi assassinado por Guiçoi Aufez, personagem que poderá ter sido pai de Guiçoi Guiçoi (de Sousa).[1228]

João Ramires fez carreira na corte de D. Raimundo, onde se encontra pontualmente documentado, e foi vicário de Toronho em seu nome. Atendendo ao facto de que chegou a este cargo em 1097,[1229] podemos presumir que esta nomeação poderá estar relacionada com movimentações do conde D. Henrique conducentes a uma anexação desta terra ao seu condado. Quanto a Toda Raimundes, apenas sabemos que se encontra associada ao mosteiro orensano de S. Pedro de Rocas,[1230] o que deixa perceber que também seria oriunda do sul da Galiza.

[1224] A predilecção destas famílias pela fundação de grandes mosteiros em torno da bacia do Cávado foi devidamente assinalada por Mattoso (Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144), articulando os casos específicos da Várzea (ligado aos Várzea-Velho), de Vilar de Frades (relacionado com os Azevedo) e de Manhente (através de uma filha de Ouroana Soares da Várzea e Ero Mendes de Molnes).

[1225] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 141, e Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 329.

[1226] LL37A2 e LD14Y5.

[1227] Sobre Toda Raimundes *vide* Barton, *The Aristocracy…*, p. 36.

[1228] LL22A4.

[1229] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 240.

Apesar das suas origens modestas, sabemos que Fernão Anes de Montor foi capaz de encetar um caminho de rápida ascensão social, sempre associado aos interesses e relações sociais do seu sogro, o conde Gomes Nunes de Pombeiro[1231]. Não é de todo improvável que Fernão Anes se tenha tornado num dos jovens cavaleiros do séquito de Gomes Nunes e que, ao provar o seu valor através de feitos militares, tenha ganho a mão da sua filha Urraca Gomes. Fernão Anes associou-se ao governo do seu sogro na terra de Toronho numa data anterior a 1145,[1232] e sabemos também que marcou presença na corte de D. Urraca desde 1112.[1233] Por estes anos, terá merecido a confiança total da rainha, já que foi apresentado como fiador do acordo que esta celebrou com Diego Gelmires em 1115.[1234] No ano de 1117, teve um importante papel na convulsa situação levantada pelo regresso de D. Urraca à Galiza; foi mediador das negociações que esta levou a cabo com Gelmires e representou a rainha no pacto de paz que esta celebrou com um grupo de nobres e burgueses revoltosos, que incluía o seu sogro Gomes Nunes de Pombeiro.[1235] Em 1120, D. Urraca tentou atrair o arcebispo compostelano para o seu partido, prometendo-lhe o governo de toda a Galiza. Esta acção resultou num juramento de fidelidade ao arcebispo, que envolveu a maioria dos magnates galegos, incluindo Fernão Anes.[1236] Em 1123 surge num novo pacto entre Diego Gelmires e D. Urraca.[1237] Em Setembro de 1125 juntou-se ao seu sogro na corte de D. Teresa, onde confirma a doação que esta fez à diocese de Tui do mosteiro de Azar (Ázere?)

[1230] Barton, *The Aristocracy*..., p. 36.

[1231] Facto evidenciado por Barton, em articulação com o seu serviço à rainha D. Urraca (Barton, *The Aristocracy*..., pp. 36-37).

[1232] Com base numa análise crítica do único documento que refere a tenência conjunta de Gomes Nunes e de Fernão Anes, situado erroneamente em 1145, Fernández Rodríguez faz recuar a sua associação ao governo de Toronho para uma data anterior a 1139 (Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 93). Mas tal não nos parece viável, tendo em conta que, na nossa opinião, esta passagem de testemunho para o seu genro pode ser percebida como um preparativo para uma transição definitiva de Gomes Nunes de Pombeiro para o partido português. Por isso, pensamos que esta situação terá ocorrido por volta de 1141, ou seja, do Bafordo de Valdevez. No entanto, como não possuimos provas suficientes que validem esta nossa suposição, preferimos enaltecer no texto principal a ideia de que ocorreu numa data incerta anterior a 1145.

[1233] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 94.

[1234] *Idem*, *ibidem*.

[1235] *Idem*, *ibidem*.

[1236] *Idem*, *ibidem*, p. 95.

[1237] *Idem*, *ibidem*.

e da igreja de Aurega, e a doação em que esta oferece à mesma igreja várias igrejas e coutos que se situavam desde Lazoira até à foz do Minho.[1238] Pouco tempo depois tomou posse do castelo de S. Paio de Lutos, do arcebispado de Compostela, chegando a entrar em choque com o próprio prelado, o que gerou um acordo e um novo juramento de fidelidade.[1239] Em 1126 juntou-se ao seu sogro na homenagem que os nobres galegos prestaram a Afonso VII.[1240] A partir deste momento juntou-se ao partido de Afonso VII e tornou-se num dos principais actores de múltiplos episódios bélicos. Ao que sabemos, terá feito parte da assembleia magna convocada por Diego Gelmires para acabar com os diversos abusos que, por essa altura, se cometiam contra a autoridade episcopal e régia.[1241] Por volta desta altura passou a governar Límia[1242] e, mais tarde, foi associado ao governo de Toronho por Gomes Nunes.[1243] Na qualidade de tenente de Toronho e Límia tomou posse de vários castelos fronteiriços, como o de Allariz.[1244] Tudo indica que, ao contrário de seu filho Paio Curvo de Toronho e de seu sogro Gomes Nunes de Pombeiro, Fernão Anes de Montor dedicou-se à defesa do sul da Galiza contra as investidas portuguesas das décadas de trinta e quarenta. Dentro deste contexto, terá estado envolvido na destruição do castelo de Celmes (que estava em mãos portuguesas), terá sido um dos principais responsáveis pela vitória leonesa na batalha de Cerneja,[1245] e terá participado no bafordo de Valdevez, pois seus filhos Varela e

[1238] *Idem*, *ibidem*.

[1239] *Idem*, *ibidem*, p. 96. Na verdade, a *História Compostelana* dá conta de que, a partir desta praça, Fernão Anes tinha cometido várias ofensas contra homens compostelanos, que, em certos casos, se viram aprisionados neste castelo. Depois de ter incitado Fernão Anes a renovar os seus votos de fidelidade e a resolver a questão pacificamente, Diego Gelmires viu-se obrigado a reunir um exército para cercar S. Paio de Lutos. Enfrentado com uma ameaça insuperável, o patriarca dos Toronho-Montor viu-se obrigado a acatar as instruções do prelado e a renovar a sua vassalagem à igreja de Compostela.

[1240] *Idem*, *ibidem*.

[1241] *Idem*, *ibidem*.

[1242] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[1243] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 93.

[1244] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[1245] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., pp. 96-97. Tudo indica que Fernão Anes terá sido o grande responsável pela defesa do sul da Galiza entre 1135 e 1141, altura em que Afonso VII redirigiu a sua atenção para a esfera galego-portuguesa, abandonando a sua frente oriental.

Durante este período, a lide de Cerneja constituiu a primeira grande vitória dos partidários do Imperador contra os ocupantes portugueses. Neste episódio, o destaque foi para uma

Rodrigo Fernandes foram aqui aprisionados pelos portugueses.[1246] Também participou na conquista de Oreja.[1247] Apesar de não ter confirmado o tratado de Tui de 1137, sabemos que esteve entre o séquito do Imperador que se deslocou a esta cidade.[1248] Em 1145, surge como tenente do castelo de S. Paio de Lutos.[1249] Ao contrário do que seria de esperar de um nobre galego, Fernão Anes passou os últimos anos da sua vida em campanhas no sul muçulmano. Apoiou Aben Hamdin, vassalo muçulmano do Imperador, na defesa de Andujár.[1250] Em 1147 foi um dos principais heróis da conquista de Almería.[1251] Terá chefiado o ataque à praça andaluza de Montoro (Montor), que manteve como sua tenência pessoal entre 1149 e 1154.[1252] Esteve presente no cerco a Córdoba de 1150 e no de Guadix de 1152.[1253] Pelo mesmo ano esteve com o Imperador em Toledo, província onde se tornou tenente de Talavera e Maqueda.[1254] A sua vida cortesã estender-se-ia até 1157, altura em que terá morrido.[1255] O serviço diligente de Fernão Anes a D. Urraca e Afonso VII, quer contra cristãos, quer contra muçulmanos, fez com que não tivesse sido afectado pelo deserdamento de Gomes Nunes ou pela aproximação de Paio Curvo ao partido português. Do seu casamento com Urraca Gomes de Pombeiro nasceram Gontrode Fernandes[1256], Paio Curvo de Toronho[1257], Va-

---

mesnada que, em grande medida, era composta por dependentes e parentes dos Trava. Entre eles encontrava-se um fogoso Fernão Anes, senhor de um peão que chegou a ferir com a sua lança o próprio D. Afonso Henriques.

[1246] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 239.

[1247] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 97.

[1248] *Idem*, *ibidem*.

[1249] *Idem*, *ibidem*, p. 98.

[1250] *Idem*, *ibidem*.

[1251] *Idem*, *ibidem*, pp. 98-99.

[1252] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[1253] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, pp. 99-100.

[1254] Barton, *The Aristocracy…*, p. 37. A sua aparição na província de Toledo também se encontra referida em Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 100.

[1255] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 100.

[1256] Senhora referida em LD14Y5, por exemplo.

[1257] Célebre magnate galego dos reinados de Afonso VII e Fernando II. Entre os diversos estudos sobre a sua vida podemos recomendar, por exemplo, Fernández Rodríguez, *Toronium…*, pp. 101-112.

rela Fernandes[1258], Nuno Fernandes de Toronho[1259] e Rodrigo Fernandes de Toronho[1260]. Entre eles destaca-se Paio Curvo de Toronho, magnate de Afonso VII e Fernando II que, devido ao seu parentesco com famílias portuguesas[1261], terá sido conivente com a ocupação portuguesa de Toronho até 1169.

Por sua vez, Gontrode Fernandes acabou por ser eternizada através do episódio de adultério que cometeu com Gonçalo Sapo,[1262] personagem que seria o seu parente Gonçalo Vasques de Celanova, filho do conde Vasco Sanches de Celanova (ou Barbosa), um dos primos paternos da sua mãe, Urraca Gomes de Pombeiro (ou Celanova). Segundo os livros de linhagens, Gontrode Fernandes encetou esta relação depois de ter tido João Nunes de Cerveira do seu marido Nuno Soares Velho II e, devido a ela, foram assassinados por este, gerando assim uma vendeta com Simão Nunes Curutelo, um parente ou vassalo de Gonçalo Sapo, que viria a ser vencido em duelo por Pero Nunes Velho, filho primogénito de Nuno Soares Velho II e da sua primeira esposa, Mor Pires Perna.

Assim sendo, João Nunes de Cerveira reunia em si parte da herança do conde Gomes Nunes de Pombeiro (através da sua avó materna) e de Fernão Anes de Montor, que acrescia à dos Velho-Várzea, únicos herdeiros de Afonso Betotes. Por isso, não é de estranhar que os Cerveira se tenham espraiado pelos julgados de Cerveira, Caminha, Pena da Rainha,[1263] e também por Toronho e Límia, apresentando sinais de uma relevante vivência transfronteiriça, registada quer em ambiente cortesão quer em acervos documentais galegos, como o de Santa Maria de Oia.[1264]

[1258] Senhor identificado na *Chronica Gothorum* como um dos prisioneiros do Bafordo de Valdevez (SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 239) e que deu origem à linhagem dos Varela-Talhamancos (*Idem*, *ibidem*).

[1259] *Idem*, *ibidem*, pp. 239-240. Também identificado em LD11F8.

[1260] Também ele participante do episódio descrito em LD11F8 e no Bafordo de Valdevez de 1141 – *Idem*, *ibidem*, pp. 239-240.

[1261] Tal como enfatizou Mattoso (MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 146), pensamos que os casamentos da sua filha Sancha Pais de Toronho terão sido especialmente importantes na sua adesão à causa portuguesa, sendo de destacar o seu matrimónio com Mem Pais Bofinho (Azevedo).

[1262] LD14Y5.

[1263] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 409.

[1264] Na sua dissertação de doutoramento, Sottomayor-Pizarro avançou a hipótese de que a ausência de dados documentais em Portugal para alguns dos membros desta família possa

João Nunes conseguiu reforçar esta pertença e integração no espaço transfronteiriço através do seu casamento com Sancha Anes de Moeiro (Moeira ou Amoeira),[1265] senhora que pertencia aos Nóvoa, linhagem galega que partilhava as mesmas origens familiares que os poderosos Lima.[1266]

Esta linhagem tem as suas origens em Aires Calvo da Galiza, pai de João Aires de Moeira, de Pero Aires, progenitor de Rui Pires de Vilalobos, e de Fernão Aires Batissela, patriarca dos Lima.[1267]

---

corresponder a carreiras transfronteiriças voltadas para o espaço galego (*Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 409).

Segundo os dados que tivemos possibilidade de recolher, esta teoria verifica-se plenamente, quer num plano regional, quer no espaço cortesão. Neste último contexto, tivemos oportunidade de encontrar referências na corte de Afonso IX a João Nunes de Cerveira e aos seus filhos Gonçalo Anes e Pero Anes (Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 37-39). Por sua vez, as aparições desta linhagem na Galiza concentram-se nos fundos de Oia e da catedral de Tui, entre 1237 e 1353 – 1237 (AHN, Clero Secular-Regular, Carp. 1799, doc. 12), 1258 (Carp. 1802, docs. 1 e 5), 1265 (Carp. 1802, doc. 20), 1266 (Carp. 1802, doc. 21), 1299 (Carp. 1812, docs. 16 e 17; Carp. 1813, doc. 1), 1300 (Carp. 1813, doc. 8), 1303 (Carp. 1814, docs. 8 e 9), 1309 (Carp. 1817, doc. 2), 1310 (Carp. 1812, doc. 13; Carp. 1817, docs. 12 e 13), 1313 (Carp. 1819, doc. 9), 1316 (Carp. 1820, doc. 15), 1317 (Carp. 1821, doc. 2), 1318 (Carp. 1821, doc. 8), 1324 (Carp. 1823, doc. 5), 1325 (Carp. 1823, doc. 18), 1340 (Carp. 1827, doc. 15), 1344 (Carp. 1828, doc. 20), 1347 (Carp. 1829, doc. 19) e 1353 (ACHDT, Pergaminhos, Carp. 12, doc. 21). Dados que trataremos ao longo dos nossos textos sobre os membros desta linhagem.

[1265] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1266] LD14Y6 e LD19V6-7. Esta última passagem surge num capítulo dedicado aos Trava, onde se explica também a forma como João Aires de Moeiro (Nóvoa) entroncou nesta linhagem.

Por sua vez, esta mesma secção do nobiliário propõe que Sancha Anes foi filha de João Soares da Nóvoa (ou Moeiro), neta de Soeiro Anes da Nóvoa (ou Moeiro), bisneta de João Aires e trineta de Aires Calvo da Galiza.

[1267] Devido à sua elevadíssima condição social, os Lima foram alvo de múltiplos estudos, como os seguintes: García Álvarez, «Los Arias de Galicia…», pp. 25-41 (onde se enfatiza a relação íntima que esta família manteve com os Trava e com a família real portuguesa e leonesa); José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «Os Limas: Da Galiza a Giela (Séc. xii a xv) », in *Actas do 2.º Congresso Internacional: Casa Nobre um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 53-74 (onde Sottomayor-Pizarro revela a relação familiar existente entre os Lima e os Nóvoa); ou Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, «Las Armas de los Límia y sus Derivaciones (Siglos xiii-xv) » (onde o autor apresenta um estudo exaustivo sobre as armas deste grupo familiar, caracterizadas pelas suas tradicionais palas). A localização destes indivíduos no seu grupo familiar encontra-se analisada em Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

João Aires casou com Urraca Fernandes de Trava, filha de Fernão Peres de Trava, e teve dela Gonçalo Anes da Nóvoa I, mestre de Calatrava, Pero Anes da Nóvoa I, mordomo e principal valido de D. Afonso II, Soeiro Anes da Nóvoa (ou de Moeira), Fernão Anes de Dubra (ou Duvra), Urraca Anes, abadessa de Bóveda, Osório Anes e Lourenço Anes.

Do casamento entre Soeiro Anes e Sancha Rodrigues nasceram João Soares, Elvira Soares e Gonçalo Soares de Orcellón. Da união deste João Soares com uma desconhecida nasceu Sancha Anes de Moeiro, esposa de João Nunes de Cerveira. Portanto, o primeiro dos Cerveira acabou por casar com uma sobrinha-neta de D. Pero Anes da Nóvoa I, o todo-poderoso mordomo galego de D. Afonso II. Tal situação terá permitido uma consolidação do prestígio cortesão dos Cerveira e uma maior implantação a norte do Minho.[1268]

Importa também notar que a sua sobrinha Mor Soares Velho, filha do seu meio-irmão Soeiro Nunes Velho II, também casou dentro de uma linhagem galega, que, na transição do século XII para o XIII, conseguiu implantar-se no Alto Minho. O escolhido foi Paio Pires Novais, filho de Pero Novais, escudeiro de Riba de Tea (em Sobroso), que, devido à bondade de vários senhores da cristandade ocidental, foi resgatado ao cativeiro muçulmano e que, graças a vários investimentos na cultura do milho, granjeou uma enorme fortuna.[1269] Esta fortuna terá sido a principal causa da aliança do seu filho com os Velhos, que lhe abriram as portas do círculo aristocrático português e dos territórios a sul do Minho.[1270]

[1268] Esta sequência genealógica surge, maioritariamente, da nossa leitura dos dados apresentados em LD19, corrigidos pelas informações de Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 59-60 (referimo-nos especificamente ao erro na atribuição da esposa de João Aires, já que o nobiliário troca Urraca Fernandes por uma prima sua, Maria Fernandes de Trava, esposa de Ponço Geraldes de Cabreira).

[1269] LL65A1.

[1270] Sobre a situação de Mor Soares no seu grupo familiar veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

Por sua vez, as desventuras de Paio Pires Novais, *o Velho*, encontram-se descritas em LL65A1. Segundo Luís Krus, esta passagem procura enfatizar a superioridade dos nobres portugueses sobre os seus pares galegos, que, devido à sua fraqueza, deixavam a Galiza num estado de vulnerabilidade natural, apenas colmatável pela integração de poderosos senhores portugueses, como Martim Sanches ou Pedro Arteiro. Todavia, esta visão ideológica não corresponde à realidade, nem sequer no caso dos próprios Novais, que, devido ao seu desempenho na conquista do Alentejo, se transformaram em vassalos de confiança de D. Dinis e D. Afonso IV (Krus, *A Concepção Nobiliárquica…*, pp. 263-265).

Sancha Soares Velho I, filha de Soeiro Nunes Velho I e de Aldonça Nunes de Armentares e irmã de Nuno Soares Velho II, também escolheu casar dentro de uma das principais famílias fronteiriças do século XII, os senhores de Bravães.[1271] O seu esposo foi D. Paio Vasques de Bravães, mordomo de D. Teresa oriundo da terra de Pena da Rainha e patrono do mosteiro de Bravães. Esta família controlava um território muito restrito, centrado em freguesias montanhosas, como Extremo, e em Bravães. Atendendo ao prestígio alcançado, podemos presumir que estes foram tenentes de Pena da Rainha e senhores deste mesmo castelo, eixo articulador das terras de Monção, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.[1272]

Este comportamento seria reproduzido pela maioria dos seus sobrinhos, filhos do primeiro casamento de Nuno Soares Velho II com Mor Pires Perna. Se no caso de João Nunes de Cerveira se destaca a sua união com uma estirpe galega muito próxima da monarquia portuguesa, nestes ressaltam os casamentos com famílias portuguesas da fronteira que, com maior ou menor frequência, alcançaram cargos de confiança nas cortes de Portugal e Leão.

Com efeito, Soeiro Nunes Velho II casou em primeiras núpcias com Teresa Anes de Penela, filha de João Aires de Valadares e de Gontinha Gomes de Penegate.[1273] Portanto, acabou por casar dentro de um ramo secundário dos Valadares que, apesar de tudo, teve uma implantação vincada a sul do Lima (em Penela, Prado, Entre-Homem-e-Cávado, Guimarães e Braga), devido à sua aliança com os Penegate.[1274] Já a sua irmã Elvira Nunes Velho II viria a casar com Soeiro Aires de Valadares, membro da corte afonsina entre 1169 e 1179 e tenente de Riba Minho em 1173,[1275] e ser amante de Mem D' Alaúde,[1276] jogral de onde procede a linhagem dos Neivoo, uma modesta família que, ao herdar bens dos Velhos, viria a estabelecer-se nos julgados de Neiva e Aguiar de Neiva.

Portanto, podemos deduzir destas duas alianças que os Velhos perceberam desde cedo o potencial dos senhores de Valadares, já que, no primeiro caso, buscaram matrimónio com uma filha de um dos filhos de Aires Nunes

---

[1271] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1272] Mattoso, *Identificação de um País*…, Vol. I, p. 138.

[1273] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões e Genealogia 4.12.2. Penela-Gravel-Gabere.

[1274] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 797.

[1275] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 786.

[1276] *Idem*, *ibidem*. LD14D6 e LL42A6.

e Ximena Nunes, os fundadores da linhagem, e que, no segundo caso, se uniram ao principal herdeiro deste casal. Do casamento entre Soeiro Aires de Valadares e Elvira Nunes Velho II nasceu, entre outros, Lourenço Soares de Valadares I, importante rico-homem de Afonso IX[1277].

A quase imediata ascensão de Lourenço Soares nas fileiras da aristocracia galego-leonesa pode ser explicada através de uma prestigiosa herança familiar, por via materna e paterna, e pelo possível segundo casamento de Soeiro Aires com Maria Afonso de Leão, filha bastarda do monarca leonês e da dama portuguesa Teresa Gil de Soverosa.[1278] Deste segundo matrimónio terá nascido o famoso trovador João Soares de Valadares, *o Somesso*, que também se encontra documentado na Galiza[1279].

O principal herdeiro do prestígio e poder destas figuras seria o seu sobrinho Soeiro Pais de Valadares, filho de Paio Soares de Valadares I e de Elvira Vasques de Soverosa, que, ao ocupar uma alta posição no séquito do Infante D. Pedro Sanches, conseguiu ser alçado à mordomia leonesa.[1280]

Para rematar esta nossa abordagem sobre as estratégias matrimoniais das primeiras gerações de Velhos, resta analisar o interesse estratégico do casamento de Urraca Nunes Velho, filha do primeiro matrimónio de Nuno Soares Velho II, com Gomes Pais da Silva, filho de Paio Guterres da Silva, vicário régio de Afonso VI[1281].

Somos da opinião que, quer pela sua antiguidade, quer pelo percurso de desenvolvimento da sua área de influência territorial, as linhagens dos Velho

---

[1277] Os principais detalhes sobre a carreira transfronteiriça de Lourenço Soares de Valadares I podem ser encontrados em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 15-16.

[1278] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 787. Para mais informações sobre a relação entre Teresa Gil de Soverosa e Afonso IX leia-se Inés CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey. El Concubinato Regio en el Reino de León (1157-1230)», in *Seminário Medieval (2009-2011)* [recurso electrónico], Porto, SMELPS, 2009-2011, pp. 270-282, disponível em <http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/CALDERN%20Las%20otras%20mujeres.pdf> [consultado em 10/5/2013].

[1279] Mais especificamente num documento do priorado de Vilar de Donas, de 1230 (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 16).

[1280] Sobre o percurso vital de Soeiro Pais veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 16.

[1281] Sobre este casamento veja-se LD18A2-3 e SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões. Sobre Paio Guterres da Silva veja-se, por exemplo, MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 142-144.

e dos Silva possuem inúmeras similitudes. Senão vejamos: os Velho-Várzea levaram a cabo um processo de expansão a partir de um núcleo patrimonial nascido numa zona entre Braga e Riba Cávado, chegando ao vale do Lima somente nos finais do século XI e alvores do XII; por sua vez, os Silva partiram da terra de Froião, onde estava localizada a velha torre de S. Julião da Silva, e tomaram vastos espaços até à bacia do Cávado, construindo assim uma zona de influência similar, mas demarcada no sentido inverso, ou seja, de norte para sul;[1282] por outro lado, o processo de vinculação de cada uma destas famílias a diferentes casas monásticas do Entre-Minho-e-Cávado parece espelhar interesses patrimoniais similares; os padroados dos mosteiros da Várzea e de Santo Antonino de Barbudo pareciam contrapor-se aos de Tibães, de S. Salvador da Torre ou até de Santa Maria de Oia, já na Galiza.[1283]

No entanto, as semelhanças ficam por aqui, visto que a fonte do seu poder e prestígio era completamente distinta. Enquanto os senhores da Várzea e Velhos radicavam a sua posição social no facto de serem um dos ramos secundários da velha aristocracia condal (através de uma das linhas masculinas de Ero Fernandes, de uma feminina de Hermenegildo Guterres e de uma feminina de Afonso Betotes), os Silva afirmaram-se devido à sua posição enquanto representantes da autoridade régia de Afonso VI no espaço portucalense, após a morte do conde Nuno Mendes.

[1282] Na nossa opinião, esta aproximação à zona do Cávado teve como motor a relação íntima que os Silva mantiveram com Tibães e com a igreja bracarense. No primeiro caso, esta proximidade é bem visível na forma como o *Livro do Deão* identifica Paio Guterres da Silva como abade leigo de Tibães. Por sua vez, algumas permutas patrimoniais (e até a usurpação de uma igreja perto de Esposende) denunciam a relação simbiótica que manteve com Braga. Estes factos foram plenamente evidenciados e explorados por Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

[1283] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 142-143. Segundo Ana Paula Rodrigues, Paio Guterres da Silva terá sido um dos primeiros patronos de Oia, manifestando o seu interesse por este embrionário cenóbio através de uma doação de 1145, referente a uma herdade em Mozelos e a três casais em Verdoejo, que terá vindo na sequência da doação que D. Teresa lhe tinha feito em 1128 da igreja de Mozelos, com o propósito de a confiar, depois da sua morte, a Oia e a Ganfei. Importa assinalar também que esta mesma autora indica que Paio Guterres terá sido monge de Oia durante os últimos anos da sua vida (Ana Paula Rodrigues, «Senhores e Camponeses num Espaço de Fronteira. O Senhorio do Mosteiro de Santa Maria de Oia em Portugal na Idade Média. Apresentação de Projecto de Doutoramento», in *Incipit 2. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto 2011-12* [recurso electrónico], Porto, Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12045.pdf> [consultado em 13/1/2015], pp. 10-13).

O já referido Paio Guterres da Silva, pai de Gomes Pais da Silva e de Pero Pais *Escacha*, assumiu as funções de vicário régio de Afonso VI em Portucale entre 1078 e 1081.[1284] Estamos em crer que esta situação terá resultado de um convívio próximo com Fernando Magno e Afonso VI desde os tempos de seu pai, Guterre Alderete da Silva. Na verdade, Paio Guterres surge entre os confirmantes da documentação real leonesa pouco tempo depois da conquista de Toledo, urbe que foi confiada ao alvazil coimbrão Sisnando Davides,[1285] também ele uma das figuras de confiança da coroa na esfera galego-portucalense/conimbricense.

Paio Guterres terá sido acompanhado nesta campanha pelo seu cunhado Soeiro Mendes da Maia, irmão de Dórdia Mendes da Maia.[1286]

A documentação do século XI espelha bem a vastidão e dispersão dos domínios de Paio Guterres, reflectindo assim a abrangência da sua esfera de influência jurisdicional. Recebeu herdades em Rio Mau (Chaves), que acabou por doar à Sé de Braga, e em Montezelos (junto a Vila Real). Através de um escambo, trocou propriedades que tinha em Gualtar por outras em Tibães, também no concelho de Braga. Apesar da sua proximidade à igreja de Braga, também usurpou uma igreja junto a Esposende, que tinha sido dada a esta diocese. O seu padroado de Tibães ficou registado no *Livro do Deão*, que o identifica como abade leigo deste cenóbio.[1287]

Paio Guterres também poderá ter estado envolvido na atribuição da carta de couto do mosteiro de S. Salvador da Torre (Viana do Castelo),[1288] cenóbio que, curiosamente, tinha sido fundado pela família de Goina Pais[1289], esposa de Soeiro Galindes da Várzea, patriarca dos Velhos. Esta carta foi atribuída devido a uma generosa doação do senhor da Silva à coroa. Soeiro Guterres da Silva, seu irmão, também parece ter estado envolvido neste processo, já que fez outra oferta de forma a conseguir o mesmo privilégio.[1290]

[1284] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

[1285] *Idem*, *ibidem*.

[1286] *Idem*, *ibidem*.

[1287] *Idem*, *ibidem*.

[1288] *Idem*, *ibidem*.

[1289] Referimo-nos a Paio Bermudes, pai de Godo Pais (avó paterna de Goina Pais) e repovoador do Entre-Minho-e-Lima durante o século X (*Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa…*, p. 116).

[1290] *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

Paio Guterres da Silva poderá ser também o seu homónimo que confirma na corte afonsina em 1129 ou 1130 e Paio Guterres de Froião, que em 1134 confirma a carta de couto dada por D. Afonso Henriques ao mosteiro de Sanfins de Friestas. Se assim for, é de todo provável que, para além da torre de S. Julião da Silva, este se tivesse tornado guardião do castelo de Froião e da sua terra. Em 1128, recebeu também de D. Teresa a igreja de Mozelos (Paredes de Coura), que deveria deixar depois da sua morte aos mosteiros de Oia e Ganfei.[1291]

Segundo os livros de linhagens[1292], o seu envolvimento nos problemas familiares dos Azevedo custou-lhe a visão, pelas mãos de Troitesendo Galindes de Paiva.[1293] Talvez tenha escolhido nessa altura retirar-se para o mosteiro de Oia, onde terá passado o resto da sua vida.[1294] Paio Guterres foi casado com Sancha (ou Teresa) Anes de Montor, filha de João Ramires, vicário de D. Raimundo em Toronho,[1295] e irmã de Fernão Anes de Montor, pai de Paio Curvo de Toronho. Deste casamento poderá ter tido dois filhos varões, Pero Pais *Escacha*, mordomo do conde D. Henrique em 1105,[1296] e o já referido Gomes

[1291] *Idem*, *ibidem*, p. 143.

[1292] LL52A1 e LD15B1.

[1293] Passagens que foram enquadradas e analisadas por Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144.

[1294] Rodrigues, «Senhores e Camponeses num Espaço de Fronteira…», pp. 10-13. Esta situação articula-se com o facto de, em 1128, D. Teresa ter doado a Paio Guterres a igreja de Mozelos, com o propósito de a deixar a Oia e a Ganfei após a sua morte, e com uma doação sua em 1145, que visava dotar este cenóbio com alguns bens seus em Mozelos e Verdoejo.

[1295] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 240.

[1296] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 117-118. Importa assinalar que informações coligidas e analisadas recentemente por Inés Calderón Medina, numa inovadora monografia sobre os Soverosa (Inés Calderón Medina, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo)), nos levam a pensar que Paio Guterres da Silva poderá ter casado também com a leonesa Fronilde Ovéquiz (Muñoz), de quem deverá ter tido Pero Pais Escacha. Esta suposição contraria directamente as informações dos livros de linhagens, que apontam para Sancha Anes de Montor, mas justifica, de alguma forma, os seus erros na sua onomástica.

Se, de facto, Pero Pais for filho de Fronilde Ovéquiz, podemos presumir também que o único filho do matrimónio de Paio Guterres com Sancha Anes deverá ter sido Gomes Pais da Silva.

Teremos a oportunidade de regressar a este assunto mais à frente.

Pais da Silva.[1297] Importa assinalar também que entre estes dois irmãos foram estabelecidos laços profundamente endogâmicos com a colaboração dos Velhos, já que Nuno Soares Velho II casou em primeiras núpcias com Mor Pires Perna, filha de Pero Pais, e dela teve Urraca Nunes Velho, que acabou por encetar matrimónio com o seu tio-avô materno Gomes Pais da Silva, de quem teve descendência[1298]. Assim sendo, podemos perceber nestas uniões uma tentativa de partilha do sangue e prestígio dos Velhos, bem como uma iniciativa de concentração de parte da riqueza das duas linhas principais dos Silva.

Os livros de linhagens apontam também outros dois casamentos a Paio Guterres da Silva, um com Dórdia Mendes da Maia e outro com Urraca Rabaldes, de quem teve Gontinha Pais.[1299]

Apesar da primazia dos Silva entre os prováveis vencedores de Pedroso, nenhuma fonte esclarece as suas origens familiares ou os coloca entre as famílias fundacionais portuguesas. Muito deste passado longínquo acabou por ser obscurecido por excessos genealógicos, como aqueles cometidos por Salazar y Castro, que identifica D. Guterre Alderete da Silva como um dos descendentes varonis dos velhos Sílvios romanos[1300].

Aproveitamos para agradecer a generosidade e amizade da Doutora Inés Calderón Medina, ao ter partilhado este trabalho inédito connosco e em ter permitido a divulgação de alguns dos seus dados.

[1297] LD18A2.

[1298] A posição destes casamentos dentro da família dos Velhos pode ser verificada através de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões. Por outro lado, o título LVIII testemunha a ascendência de Mor Pires Perna em Pero Pais Escacha (LL58A3) e o seu casamento com Nuno Soares Velho II, o prestomeiro (LL58D4).

[1299] LV2A5 (Dórdia Mendes) e LD18J2 (Urraca Rabaldes). Importa referir que, a serem verdadeiras, as informações do *Livro do Deão* apontam para um casamento consanguíneo na descendência de Gontinha Pais, já que do seu casamento com D. Pedro Oeres de Belmir nasceu Sancha Pires, esposa de Soeiro Dias de Urrô, de quem teve Estêvão Soares de Urrô, Diogo Soares Sandeu e Maria Soares, senhora que se casou com Mem Sanches da Silva, filho de Sancho Pires da Silva e, por isso, neto de Pero Pais Escacha e de Elvira Nunes de Celanova (LL58A3-4 e I5). Para mais informações sobre os Rabaldes veja-se Leontina VENTURA, «O Elemento Franco na Coimbra do Século XII: A Família dos Rabaldes», *Revista Portuguesa de História*, XXXVI (2002-2003), Vol. I, pp. 89-114.

[1300] Assim começa o segundo capítulo do primeiro livro da *Historia Genealogica de la Casa de Silva* (SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, L. I, Cap. II, p. 4).

Julgamos que a identificação das suas origens passa por uma leitura integrada de somente dois elementos: as armas primitivas da família e o apelido/patronímico Alderete. Cremos que o leão tradicional dos Silva exprime a origem territorial da família, sendo por isso possível que estes tenham sido oriundos do antigo reino de Leão. Por outro lado, esta imagética simbólica poderá também invocar a união de Aldonça Martins da Silva a Afonso IX ou, até, uma possível origem dos Silva na própria família real.

Quanto ao nome Alderete, pensamos que seja relativo ao senhorio primitivo da linhagem; mas, a proliferação deste topónimo pelo ocidente peninsular não nos permite aventar qualquer hipótese sobre a sua situação geográfica. Se assim não fosse, a formulação onomástica mais comum seria Aldão[1301] e não Alderete.

Estes pequenos indícios, que apontam para uma origem externa dos Silva, corroboram a sua ausência entre a lista das famílias fundacionais da nobreza portuguesa, presente no prólogo do nobiliário do conde D. Pedro de Barcelos. Assim, achamos provável que Fernando Magno ou Afonso VI tenham trazido os Silva para Portucale de forma a introduzir um agente de poder externo, que garantisse o equilíbrio entre a autoridade régia e a dos infanções. Recordemo-nos, por exemplo, que, após a reconquista de Toledo, Sisnando Davides se tornou governador da cidade,[1302] assumindo um papel similar de mediador externo dos diferendos entre as diferentes forças e culturas que conviviam nessa urbe. Por isso, pensamos que a função de vicário régio em Portucale e o papel estratégico da torre da Silva e do castelo de Froião, fortificações implantadas junto às principais artérias que ligavam o Entre-Douro-e-Minho senhorial ao sul da Galiza, seriam os instrumentos ideais para a regulação das actividades das novas elites territoriais saídas de Pedroso.

Como podemos constatar, a segunda metade do século XI e a primeira metade do XII correspondem ao período de maior projecção social dos Silva; basta referir que, para além da enorme e prestigiosa carreira de Paio Guterres, seu filho Pero Pais da Silva conseguiu chegar à mordomia da cúria condal em 1105.[1303] Posteriormente, vários dos membros da linhagem foram caindo na

[1301] Como aconteceu no caso dos Maldonado, estirpe galega radicada em torno das Rias Baixas.

[1302] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

[1303] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 117-118.

mais absoluta obscuridade; nem a espantosa carreira eclesiástica do arcebispo Estêvão Soares da Silva ou a barregania de Aldonça Martins da Silva com Afonso IX conseguem disfarçar esta realidade. Na verdade, a maioria das indicações documentais sobre esta família são extremamente pontuais até meados do século XIV, altura em que reemergem plenamente em ambiente cortesão.[1304]

Algumas carreiras e relações transfronteiriças, como a de Aldonça Martins[1305], podem sugerir que esta ausência seja, em certos casos, fruto de estadias prolongadas fóra do espaço português. No entanto, não existem dados suficientes que permitam consubstanciar plenamente esta teoria, já que em nenhum momento encontramos magnates Silva nas cortes castelhano-leonesas, nem sequer na corte de Afonso IX, que foi completamente dominada por um grupo de exilados portugueses.

Todavia, investigações recentes de Inés Calderón Medina[1306] permitem-nos levantar a hipótese de que este fenómeno se deveu à existência de um

[1304] O primeiro agente deste regresso dos Silva à ribalta do contexto cortesão terá sido Soeiro Mendes Petite, alcaide de Santarém em 1289 (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 481), figura muito próxima do mando do bolonhês e bem relacionada (e herdada) na urbe escalabitana (*Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 872).

[1305] Os principais dados sobre a vida desta senhora em Leão podem ser encontrados em CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 266-270.

[1306] Nos últimos tempos, Inés Calderón Medina levou a cabo uma aturada investigação sobre as origens e relações transfronteiriças dos Soverosa. Este enorme labor resultará na edição de uma densa monografia sobre esta linhagem, que será apresentada ao público em breve (Inés CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo)). Devido à enorme amizade mutúa e entendendimento científico que nos une, Inés Calderón teve a generosidade de partilhar connosco este trabalho inédito. Com a sua autorização, iremos utilizar ao longo do nosso texto vários dados que, na nossa opinião, podem sustentar uma teoria sobre a origem dos Soverosa na linhagem dos Silva. Por isso, avisamos desde já que todos os dados que apresentaremos sobre a relação entre os Silva e Soverosa resultam da nossa interpretação das informações de Inés Calderón Medina (dispersas pelo capítulo I desta sua obra: CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 17-68), a quem agradecemos profundamente a bondade de nos ter permitido a utilização do seu trabalho.

Resta referir que apenas apresentamos uma divergência de fundo em relação à proposta desta autora: enquanto Inés Calderón Medina promove uma identificação inequívoca de Fronilde Ovéquiz (da estirpe castelhano-leonesa dos Muñoz) e do seu marido Paio como pais de Pero Pais Cativo, pai de Fernão Peres Cativo, sem o identificar abertamente como Pero Pais Escacha, filho de Paio Guterres da Silva, nós não apresentamos grandes reticências em fazer tal associação – que passaremos a explicar.

laço familiar entre os Silva e os Soverosa, sendo que estes últimos os terão ofuscado no panorama português e obrigado a carreiras de maior mobilidade.

Contrariando algumas das teorias tradicionais sobre as origens dos Soverosa, que os vinculam a linhagens tão distintas como os Noreña,[1307] Trava[1308] e Lara (através de uma relação extramatrimonial da rainha D. Urraca com Pedro Gonçalves de Lara)[1309], esta autora esgrime vários argumentos que transformam os Soverosa em descendentes directos da senhora castelhano-leonesa Fronilde Ovéquiz (Muñoz) e do seu marido D. Paio, através do seu filho Pero Pais Cativo, pai de Fernão Peres Cativo – sendo que, a nosso ver, estas figuras masculinas tratar-se-ão de Paio Guterres da Silva e do seu filho Pero Pais Escacha.

Para Inés Calderón Medina, a chave desta associação estaria no facto de D. Afonso Henriques ter conferido a Fernão Peres *Cativo*, seu magnate de confiança desde finais da década de vinte (e patriarca dos Soverosa), a tenência de Astorga em 1143.[1310] A cedência da cidade pode ter sido negociada durante

---

[1307] LD1B3. Nesta passagem o *Livro do Deão* indentifica Fernão Peres Cativo, patriarca dos Soverosa, como *Fernand'Álvares*, o que, segundo Calderón Medina, aponta claramente para uma ascendência nos Noreña, a família do conde D. Gonçalo Pais das Astúrias – as circunstâncias do seu exílio português encontram-se analisadas em M. Ángel Calleja Puerta, «Nacimiento de la Frontera: El Destierro Portugués del Conde Gonzalo Peláez», *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15 – 1 (1998), pp. 213-228.

[1308] Mattoso, *D. Afonso Henriques*, pp. 72-74. Neste trabalho, Mattoso baseia-se em LL25A1, onde Fernão Peres Cativo é identificado como filho do conde Gomes de Sobrado, para esboçar a teoria de que este seria um filho bastardo do conde Pedro Froilaz de Trava, explicando que o erro no patronímico e na identificação do célebre conde de Sobrado advinha de uma troca com Gomes Gonçalves, neto de Fernão Peres de Trava que governou os seus senhorios galegos entre 1166 e 1208. Na sua opinião, a permanente utilização da alcunha *Cativo* seria um sinal desta bastardia, que, contudo, nunca afectou a sua relação íntima e quase familiar com D. Afonso Henriques.

[1309] Esta hipótese foi avançada pela primeira vez por Salazar y Castro (Luis de Salazar y Castro, *Historia Genealogica de la Casa de Lara*, Madrid, Imprenta Real: Mateo de Llanos y Guzman, 1697, T. I, Cap. XIII, pp. 102-105), defendendo a ideia de que o Cativo seria o seu homónimo Fernão Furtado. Segundo Salazar y Acha (Salazar y Acha, *La Casa del Rey de Castilla y León…*, pp. 170-171 e 372), este terá sido mordomo de Afonso VII entre 1156 e 1157. Mais recentemente, Sottomayor-Pizarro também validaria esta hipótese (Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal…», pp. 889-924 e 916).

Os dados apresentados nas últimas linhas sintetizam as hipóteses pré-existentes consistentemente analisadas e refutadas por Inés Calderón Medina em Calderón Medina, *Los Soverosa…*, pp. 17-39.

[1310] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 465.

o tratado de Zamora e parece respeitar o legado que o conde D. Henrique tinha conseguido nesta região. Fernão Peres foi coadjuvado por um Paio *Cativo* e por João Rana. Em 1156 voltaria a governar a cidade em parceria com o conde Ramiro Froilaz.[1311]

Ao que parece, a influência da família em Astorga deverá ter perdurado no tempo, visto que seu filho Vasco Fernandes de Soverosa também recebeu o seu governo de Fernando II, pouco tempo depois de ter trocado a corte portuguesa pela leonesa.[1312] Durante a sua estadia em Leão (1186-1194) foi também tenente do Bierzo, Zamora, Beriz e Límia. Em 1187 recebeu também um solar na cidade, com todas as suas dependências urbanas, e a aldeia de Valdeorras (junto a Ourense). Sabemos também que Vasco Fernandes foi detentor de bens na terra de Sobrado, que confiou ao seu cenóbio após algumas disputas jurisdicionais.[1313] Este padrão repetir-se-ia várias gerações mais tarde com Dórdia Gil de Soverosa, que possuía bens junto a Ponferrada.[1314]

Todos estes indícios, que vinculam os Soverosa às terras de Astorga e do Bierzo, levaram Caldéron Medina a analisar com mais atenção a documentação desta região, onde encontrou vários *Cativos*[1315]. Em 1124, surgem os irmãos Pedro, Bermudo, Martim e Paio Peres, filhos de um Pedro Pais, que restituem vários bens usurpados ao mosteiro de Zamudia. Segundo Quintana Prieto, seriam no total seis irmãos já que, mais tarde, voltaram a devolver a sexta parte do que usurparam.[1316] Em 1135, na catedral de Astorga, os irmãos Paio Peres e Bermudo Peres voltaram a ressarcir este mosteiro, identificando-se como filhos de Pedro Pais *Cativo.*[1317] Aquele Paio Peres *Cativo* terá casado com uma Teresa Garcia e emergido algumas vezes na corte de Fernando II. Confirmou também vários diplomas bercianos desde 1136.[1318] Em 1141 con-

[1311] *Idem*, *ibidem*, p. 466. CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, p. 40.

[1312] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 14-15.

[1313] *Idem*, *ibidem*.

[1314] CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, p. 41.

[1315] Sobre estas figuras seguiremos os dados apresentados em CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 41-49.

[1316] Augusto QUINTANA PRIETO, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», *Studia Monastica*, IX (1967), pp. 313 e 315.

[1317] Gregoria CAVERO DOMÍNGUEZ e Encarnación MARTÍN LÓPEZ (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, 3 vols., Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1999-2000 (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 77-79), Vol. II, doc. 671.

firmou uma carta da Infanta D. Elvira, filha de Afonso VI e senhora da terra berciana de Cabreira e Ribeira,[1319] e, em 1143, coadjuvou Fernão Peres *Cativo* no governo de Astorga.[1320] Em 1145, Paio Peres vendeu a Sahagún a herdade que tinha em Bairro de Galegos, que tinha com o seu irmão Fernão Peres *Cativo*. Neste mesmo documento indica-se também o nome de seu pai, Pero Pais.[1321] Contudo, Fernão Peres *Cativo* encontrava-se em Portugal em 1145, como tenente de Oliveira do Hospital.[1322]

Apesar de Fernão Peres ter voltado à tenência de Astorga em 1156,[1323] conjuntamente com o conde Ramiro Froilaz, um dos mais poderosos senhores do Bierzo, Paio Peres foi o irmão mais documentado no espaço leonês entre a década de quarenta e inícios de sessenta.

Todas estas informações levaram Calderón Medina a concluir que após a outorga de Astorga a Fernão Peres *Cativo* por D. Afonso Henriques em 1143, seu irmão Paio Peres *Cativo* terá actuado como seu representante nos anos subsequentes, pois este se encontrava em Portugal. Quanto a João *Ranna*, a autora conseguiu traçar a sua origem em Portugal, onde se encontra documentado desde 1135 e onde faria parte do séquito de Fernão Peres.[1324]

[1318] *Idem*, *ibidem*, docs. 677 e 703.

[1319] *Idem*, *ibidem*, doc. 703.

[1320] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 465.

[1321] José Antonio Fernández Flórez (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1991, doc. 1284.

[1322] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 803.

[1323] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 466.

[1324] Rui Pinto de Azevedo (ed.), *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, Vol. I (Tomo I e II): *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques: 1095-1185*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961, doc. 147. Pensamos que este seria D. João Viegas «Ranha» (Baião). Segundo Mattoso, este fidalgo confirmou documentação régia entre 1112 e 1148 e foi tenente de Baião em 1145. Tal como Fernão Peres Cativo, gozou do favor régio, tendo recebido, em 1131, os bens que D. Afonso Henriques confiscara aos cavaleiros que se revoltaram contra ele nos castelos de Viseu e Seia. Apesar da sua elevada condição social, João Viegas terá tido alguma dificuldade em se desligar de parentes e amigos mais poderosos, já que, em 1137, se viu obrigado a pedir ajuda à sua tia Toda Viegas (Mattoso, *Identificação de um País*…, Vol. I, p. 169). A nosso ver, esta situação encaixa perfeitamente nas hipóteses de Calderón Medina que temos vindo a expôr (para mais detalhes sobre a vida destes Cativos em Astorga veja-se Calderón Medina, *Los Soverosa*…, pp. 41-49).

Recuando à geração de seu pai, Calderón Medina conseguiu apurar que Pero Pais[1325] foi filho de Fronilde Ovéquiz, uma Muñoz, e do seu primeiro marido, D. Paio.[1326]

Segundo a autora, a procedência materna de Pero Pais «Cativo», pai de Fernão Peres Cativo, na prestigiada linhagem castelhano-leonesa dos Muñoz terá permitido que este acedesse aos círculos aristocráticos portugueses que, como Pero Pais Escacha ou Gomes Nunes de Pombeiro, acompanharam D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques nos seus litígios/entendimentos com a coroa leonesa e nos seus projectos para a região astorgana, facilitando assim a sua imediata ascensão dentro da corte portuguesa durante os tumultuosos finais da década de 1120.[1327]

Contudo, em nenhum momento Inés Calderón Medina avança uma identificação assertiva sobre as origens familiares do marido de Fronilde Ovéquiz, debruçando-se, acima de tudo, sobre as mais-valias que foram transmitidas a Fernão Peres Cativo pelas origens maternas de Pero Pais «Cativo» e como estas jogaram a seu favor na sua ascensão social transfronteiriça.

Na verdade, somos da opinião que Pero Pais «Cativo» terá sido o Pero Pais de Portugal que surge na corte da rainha D. Urraca em 1116,[1328] personagem que, atendendo ao topónimo que lhe é associado, deverá ter tido bastante importância na cúria portucalense.

Portanto, o candidato mais provável seria Pero Pais da Silva, *Escacha*, o mais proeminente dos filhos de Paio Guterres da Silva. Este ostentou a mordomia dos condes portucalenses em 1105 e foi sucedido por Gomes Nunes de Pombeiro (ou Celanova) em 1112.[1329] Possíveis oscilações nos equilíbrios da corte portucalense e as oportunidades criadas pela guerra de D. Urraca contra o *Batalhador* terão levado a esta migração de Pero Pais, que apenas ganhou maior visibilidade no ano de 1116.[1330]

[1325] Seguiremos os dados que Inés Calderón Medina apresenta sobre Pedro Pais Cativo em CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 49-65.

[1326] FERNÁNDEZ FLÓREZ (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, docs. 1091, 1092 e 1094. CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 49-50.

[1327] Para mais detalhes sobre estas circunstâncias veja-se CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 50-68.

[1328] FERNÁNDEZ FLÓREZ (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, doc. 1195.

[1329] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 117-118.

Curiosamente, Calderón Medina apresenta uma explicação própria para o equívoco apresentado pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que identifica Fernão Peres Cativo como filho do conde Gomes de Sobrado, associando esta última personagem ao conde Gomes Dias de Carrión (Banu Gómez), já que Fernando Fernandes de Toro, segundo esposo da Infanta D. Elvira (irmã de D. Teresa da Portugal), era neto deste conde (por via materna) e figura próxima de Fernão Peres Cativo e dos seus irmãos.[1331]

No entanto, pensamos que este erro aponta novamente para os Silva, e não para os Muñoz, visto que Pero Pais Escacha foi esposo de Elvira Nunes, filha do conde Nuno Vasques de Celanova. Assim sendo, Pero Pais Escacha/Cativo seria cunhado do conde Gomes Nunes de Pombeiro (ou Celanova) e, por isso, este último seria tio de Fernão Peres Cativo.

Portanto, consideramos que, atendendo à carreira externa de Pero Pais, seja possível que Fernão Peres tenha sido criado pelo seu tio Gomes Nunes (o conde D. Gomes referido no livro de linhagens) e que a identificação deste com Sobrado se prenda com a sua esposa, Elvira Peres de Trava, filha do conde Pedro Froilaz de Trava e irmã de Fernão e Bermudo Peres de Trava, de quem terá recebido direitos de padroado e bens na terra de Sobrado, justificando assim a sua categorização como «conde de Sobrado».

Por outro lado, as permutas transfronteiriças de Paio Guterres da Silva e de Pero Pais Escacha/Cativo também podem ter potenciado um outro erro nos livros de linhagens, já que estes identificam Sancha Anes de Montor (filha de João Ramires e irmã de Fernando Anes de Montor, pai de Paio Curvo de Toronho) como mãe de Pero Pais e de Gomes Pais da Silva, atribuindo-lhe dois nomes próprios distintos (Teresa e Sancha).

Neste contexto, somos da opinião de que Paio Guterres da Silva terá casado com Sancha Anes, com o propósito de reforçar a sua presença na fronteira galego-portuguesa, e que a sua possível união a Fronilde Ovéquiz terá visado um engrandecimento da sua posição em Leão, território de onde os Silva seriam oriundos. Por isso, não é de todo improvável que Gomes Pais tenha nascido da relação com Sancha Anes e que Pero Pais tenha sido realmente filho de Fronilde Ovéquiz.

[1330] A própria Inés Calderón Medina não descarta liminarmente esta possibilidade, enfatizando que a presença de Pero Pais Escacha na corte de D. Urraca entre 1110 e 1116 também a levou a pensar nesta associação entre as duas figuras, que, por falta de indícios documentais suplementares, acabaria por abandonar (Calderón Medina, *Los Soverosa*..., p. 49, nota 151).

[1331] *Idem*, *ibidem*, p. 58.

Pero Pais *Escacha* também foi pai de Soeiro Peres *Torta*, que casou com Fruilhe Viegas de Lanhoso (filha de Egas Fafes de Lanhoso e de Urraca Mendes de Sousa) e de quem teve o arcebispo Estêvão Soares da Silva, Teresa Soares da Silva e Estevaínha Soares da Silva.[1332]

Assim sendo, facilmente percebemos que a lista dos seis irmãos usurpadores do mosteiro de Zamudia ficou completa: Bermudo, Martim, Pedro, Paio, Fernão e Soeiro Peres. Esta ignorância sobre a ascendência de Fernão Peres *Cativo* e sobre a relação destes com Soeiro Peres *Torta* pode ser explicada através do percurso externo de Pero Pais da Silva e pelo facto de a maioria dos seus filhos ter permanecido no reino de Leão.

Por isso, não é de estranhar que Fernão Peres Cativo tenha granjeado instantaneamente a confiança de D. Afonso Henriques. Este chegou à corte afonsina em 1129, ou ainda em 1128, e ostentou a alferesia de 1130 a 1136, chegando à mordomia entre 1146 e 1159. Foi também governador de várias terras: Viseu (1132), Oliveira do Hospital (1145) e Lafões (1152). Como vimos, também foi tenente de Astorga e recebeu do monarca português a vila de Moçâmedes (Vouzela), em 1133.[1333]

O único documento que o vincula aos Silva é a carta de couto do mosteiro de S. Salvador da Torre, outorgada em 1129. Neste diploma, o *Cativo* acaba por confirmar a dotação de uma instituição vinculada à sua família, através do seu patrono Paio Guterres da Silva, seu avô, e por presenciar o principal acto compensatório de D. Afonso Henriques em relação ao apoio prestado pelos Silva à sua causa independentista.

A conjugação de todos estes dados justifica plenamente o prestígio dos Soverosa em Leão (de onde seriam oriundos os Silva e onde se tinha estabelecido Pero Pais *Escacha*, depois de abandonar a cúria condal), a sua profunda vinculação à fronteira galego-portuguesa (habitat natural dos Silva desde o século XI) e os seus interesses em torno de Astorga e do Bierzo (onde tinham parentes próximos).

Neste contexto, podemos perceber que os Soverosa terão substituído os Silva como principais representantes da linhagem no contexto português, relegando para um segundo plano todos os outros ramos familiares, que, encetando um processo de diferenciação, foram adoptando apelidos/alcunhas como Torta, Perna, Petite ou Queixada[1334]. Resta relembrar que os Silva aca-

[1332] LL58A3 e B4.

[1333] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 173-174.

baram por reemergir em ambiente cortesão justamente nas décadas em que os Soverosa entraram em declínio biológico.

Como podemos constatar, os Velhos acabaram por se relacionar com algumas das maiores e mais complexas linhagens da fronteira galego-portuguesa. Portanto, para além de seguirmos tanto a sua linha principal como os seus ramos secundários (Vasquinho, Bravo, Redondo, Zote, Gato, Mourão, Barreto e Cerveira), reconstituiremos também estas famílias proeminentes que com eles se vincularam (Valadares e seus ramos secundários, Silva e Soverosa, Montor-Toronho e Lima-Nóvoa).[1335]

A segunda linhagem de origem condal a que aludimos no início também merece uma análise preambular bastante aturada, já que, na nossa opinião, os Celanova-Barbosa eram parentes próximos quer dos Valadares quer dos Lima-Nóvoa. Assim sendo, temos de expor as nossas razões de uma forma exaustiva.

Tal como já enunciámos, os Celanova-Barbosa radicam as suas origens nos patronos e fundadores do mosteiro de Celanova, família que surgiu do casamento de um dos filhos do conde Hermenegildo Guterres, presor de Coimbra, com uma das filhas do conde Ero Fernandes, senhor de Lugo.

A riqueza e prestígio deste casal permitiram que transmitissem aos seus descendentes um vasto património, que, apesar de se espalhar desde o norte da Galiza até ao território coimbrão, tinha como coração a antiga terra de Búval (junto a Ribadavia), que era ladeada pelo Monte Laboreiro (que servia de fronteira aos territórios portucalenses) e pelo segmento inferior do Lima na Galiza. Devido ao labor repovoador e reorganizador desta linhagem e do seu cenóbio familiar, esta terra foi-se convertendo na célebre comarca histórica de Celanova, que viria a ser uma das parcelas do antigo condado de Límia.

Apesar de alguma escassez de fontes, tudo indica que, em finais do século XI e inícios do XII, a influência dos Celanova sobre a região se tinha mantido intacta, chegando a atingir maiores sinergias com a vizinha Toronho e com o Alto Minho português.

Para isso terá contribuído o casamento do conde Vasco de Celanova com Gontrode Nunes, uma das mais destacadas figuras da família condal portu-

[1334] Vejam-se os casos de Soeiro Pires Torta e Mor Pires Perna, filhos de Pero Pais Escacha (LL58A3), ou de Estêvão Mendes Petite e Nuno Mendes Queixada, filhos de Mem Sanches da Silva e de Maria Soares de Belmir (LL58I5).

[1335] Estas relações podem ser atestadas através das reconstituições genealógicas de Sotto-Mayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogias 4.5 (Baiões) e a série 4.5.3. (relativa aos Velhos e seus ramos secundários).

calense e tia do malogrado Nuno Mendes. Os bens e área de influência do conde Nuno Vasques, seu filho, espelham bem este processo de expansão territorial, já que se pode encontrar património seu em Palmeira (junto a Braga), Albergaria-a-Velha e Marco de Canaveses,[1336] bem como no Alto Minho, onde tinha recebido os bens da sua mãe entre o rio Minho e o mar, na terra de Límia e, provavelmente, na zona de Ponte de Lima, onde se vinculou ao mosteiro de Calvelo.[1337] Esta dispersão geográfica pode ser explicada através da herança materna e, possivelmente, através do seu casamento com Sancha Gomes de Sousa.

A natureza transfronteiriça do seu contexto familiar e património, a par do rápido amadurecimento do projecto soberanista portucalense desde os tempos do conde D. Henrique, terá arrastado os seus filhos para a esfera portuguesa, onde, para além de terem conseguido casamentos altamente prestigiantes, ocuparam alguns dos mais elevados cargos da corte condal e afonsina. Porém, o pleno alinhamento de Afonso Nunes de Celanova e de Sancho Nunes de Celanova, esposo da Infanta D. Sancha Henriques (irmã de D. Afonso Henriques), contrapunha-se ao comportamento errático de Gomes Nunes de Celanova, que, talvez por força do seu casamento com Elvira Peres de Trava, repartiu fidelidades entre o conde D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques e D. Urraca e Afonso VII.

A destituição dos cargos e direitos do conde Gomes Nunes, após o Bafordo de Valdevez, poderá ter deixado Toronho e Límia órfãs da força condutora que advinha dos Celanova-Barbosa.[1338]

[1336] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 154.

[1337] Para além de ter possuído vários bens dispersos pelo condado, Gontrode transmitiu aos seus descendentes o património que possuía no Alto Minho e na Galiza, mais especificamente em Bustarenga, junto ao castelo de Sande, em Cartelle – Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 291 e 543.

Atendendo à relação que Nuno Vasques de Celanova manteve com o mosteiro de Calvelo (Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152), podemos presumir que, numa fase inicial, esta rede patrimonial tivesse chegado às margens do Lima.

[1338] O desterro de Gomes Nunes tem sido um dos aspectos mais abordados de toda a sua carreira política, talvez pela forma como contrariou as tendências sociais da altura, que aceitavam, com alguma naturalidade, as constantes mudanças de fidelidade transfronteiriças – vejam-se os múltiplos exemplos apresentados por Sottomayor-Pizarro, «De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos xii a xv)»; e Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira, «Beyond the Border: The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230)». Sobre o seu exílio português leia-se, por exemplo, Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 154.

Neste contexto, duas questões se levantam: quem terão sido os substitutos naturais dos Celanova-Barbosa? E será que existia uma relação familiar que justificasse esta transmissão de poderes?

Acreditamos que a opção mais racional seria a sua transferência para um ramo secundário do mesmo grupo familiar, que pudesse ocupar a mesma posição e cargos sem abdicar da sua fidelidade a Afonso VII.

Se observarmos com atenção as listas de tenentes de Toronho e Límia após o rencontro de Valdevez (de 1141) notamos que estas terras foram ganhando uma dimensão «patrimonial» em torno de uma única família, os Lima. Na verdade, Aires Calvo da Galiza, patriarca desta família, marcou presença na corte desde 1125 até 1151, mas só chegou aos seus principais cargos territoriais após a implantação definitiva dos Celanova-Barbosa em Portugal, devido ao abandono da terra de Toronho por Gomes Nunes. Aires Calvo surge como tenente de Límia, em 1147, e do castelo de Búval (terra de Búval), em 1151.[1339]

Cremos que a constante utilização da alcunha «Calvo» (em vez do seu patronímico) e de uma identificação geográfica tão vasta, como «da Galiza», podem ter camuflado uma ascendência bastante proeminente. Basta verificar a posição estratégica crucial dos seus domínios e analisar as carreiras meteóricas dos seus filhos para validar esta suposição. E, por outro lado, a própria natureza transfronteiriça dos seus percursos parece denunciar inúmeras semelhanças com a condição e vivências dos Celanova-Barbosa desse período.

Com efeito, o seu primogénito, João Aires, foi uma figura quase omnipresente na corte de Fernando II, confirmando várias dezenas de diplomas régios entre 1157 e 1187 e ostentando os cargos de alferes régio, de tenente de Castrelo da Veiga, Búval, Toronho e, até, o governo de toda a Galiza. Para além de se denominar como «galego», como seu pai, também utilizou o apelido de Castela (de Búval) ou, simplesmente, de Búval.[1340] Esta situação indicia uma patrimonialização da terra que, desde o século x, tinha servido de berço aos Celanova e ao seu cenóbio familiar.

A documentação deixa bem patente o nível de confiança que o monarca leonês depositava nele, pois refere-se a ele como *«vassalo meu, parente e amigo»*, confiou-lhe a criação do futuro Afonso IX e premiou-o com a doação

[1339] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 16-17.

[1340] Para um pequeno resumo dos principais traços da sua carreira política veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

do lugar de Pozuelo, no termo de Castroverde (Galiza). Sabemos também que encetou matrimónio com Urraca Fernandes de Trava, uma das filhas de Fernão Peres de Trava e irmã da segunda esposa de Fernando II, com quem se encontrava casado já desde 1165, ano em que fez algumas doações ao mosteiro de Armenteira (na Galiza). João Aires terá morrido ainda antes de 1191, altura em que a sua esposa começou a fazer os primeiros legados pela alma do seu marido.[1341] Entre os vários filhos deste casal encontramos Pero Anes da Nóvoa I, o principal valido e mordomo de D. Afonso II.[1342]

Por sua vez, o seu irmão Pero Aires também conseguiu dois casamentos bastante prestigiantes: o primeiro foi com Ildoara Fernandes e o segundo com Constança Osório, filha do conde leonês Osório Martins e de Teresa Fernandes, filha do conde Fernando Fernandes de Toro e da Infanta D. Elvira Afonso, filha bastarda de Afonso VI e de Ximena Moniz e, por isso, irmã da rainha D. Teresa.[1343] Antes de se casar com Pero Aires, Constança Osório encetou matrimónio com Fernando Rodrigues de Castro, de quem se separou devido ao assassinato do conde Osório Martins na batalha de Lobregal, em 1160. Deste seu segundo casamento nasceu, entre outros, Rodrigo Peres de Vilalobos, alferes real de Leão e tenente de Mayorga, Villalpando, Toro, Zamora e das torres de Leão. O primeiro senhor de Vilalobos casou-se com Teresa Froilaz, de quem não teve descendência. O seu senhorio passou para os seus primos maternos, filhos de Gonçalo Osório. A sua morte ficou registada no obituário da catedral de Leão, à qual deixou alguns legados.[1344]

Já Fernão Aires d'Anho (ou Batissela), pai do poderoso magnate transfronteiriço João Fernandes de Lima I, *o Bom*, casou com Teresa Bermudes de Trava, filha do conde Bermudo Peres de Trava e da Infanta D. Urraca Henriques, por isso sobrinha de D. Afonso Henriques e prima da rainha Teresa Fernandes de Trava, segunda esposa de Fernando II, e de Urraca Fernandes de Trava, sua cunhada (devido ao seu matrimónio com João Aires).[1345]

[1341] *Idem*, *ibidem*.

[1342] A carreira e contexto familiar de João Aires também foram analisados por Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 58-60 e 74 (onde se documenta parte da sua ilustre descendência, entre a qual se destaca Pero Anes da Nóvoa).

[1343] Esta relação genealógica entre Pero Aires e a família de Osório Martins encontra-se representada em Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 149-150.

[1344] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 152.

Fernão Aires também foi figura assídua na corte leonesa entre 1153 e 1204, onde desempenhou vários cargos de governo territorial. Entre 1169 e 1190 surge como senhor de Castrelo da Veiga (na Galiza), uma espécie de tenência familiar que ficaria sob a sua tutela de uma forma vitalícia. Em 1181, recebeu do monarca leonês uma terça parte de Porqueira (Ourense); em 1176, doou-lhe terra reguenga em Seaya (Bergantiños); e, em 1184, recebeu um conjunto de propriedades em Sabacedo e Morrazo (na Galiza). Também foi proprietário de bens em Gomaríz e Sanín e noutros lugares junto a Ribadavia[1346] e Ourense. Sabemos que Fernão Aires terá morrido por volta de 1204 e que a sua esposa se encontra documentada alguns anos mais, tendo doado o seu casal de Figueiriñas (Sanín) ao mosteiro de Melón, em 1219. Fernão Aires também fez parte da corte portuguesa entre 1186 e 1193, onde se tornou tenente de Trancoso nesta última data.[1347]

Tendo em conta tudo o que dissemos até agora sobre as primeiras duas gerações dos Lima-Nóvoa, chegou a hora de identificar os diversos elementos que nos levam a pensar que estes seriam parentes directos dos Celanova-Barbosa e a alinhá-los dentro da estrutura desta linhagem.

Em primeiro lugar, podemos constatar que Aires Calvo da Galiza, para além de ter vivido numa cronologia muito próxima dos irmãos Afonso, Sancho e Gomes Nunes de Celanova, apenas conseguiu alcançar os seus principais cargos de governo territorial nas décadas de quarenta e cinquenta do século xii, após o célebre Bafordo de Valdevez de 1141, que motivou o deserdamento do único destes irmãos que se tinha mantido ao serviço de Afonso VII (Gomes Nunes de Pombeiro).

Em segundo lugar, é visível que Aires Calvo e seus filhos levaram a cabo um processo de patrimonialização da terra de Límia e das várias micro-jurisdições que a compunham. Portanto, não nos parece ser mera coincidência o facto de estes terem tomado posse primeiramente de Límia e Búval e, por outro lado, também cremos ser sintomática a forma como João Aires,

[1345] Esta relação de parentesco com a família real portuguesa, através dos Trava, encontra-se ilustrada e analisada em Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 62-63. Sobre este tema, veja-se também Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[1346] Como uma leira de vinha de um casal que tinha sido dado por Fernão Aires e Teresa Bermudes ao cavaleiro Soeiro Mendes. Esta estaria localizada em Regodeigón (Ribadavia) – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1439, doc. 13 (de 1212).

[1347] Todos estes dados sobre Fernão Aires encontram-se em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

filho primogénito de Aires Calvo e patriarca dos Nóvoa, confirma alguns documentos utilizando o apelido Búval ou de Castela de Búval. Na verdade, esta terra corresponde à comarca histórica de Celanova, que se assumiu, desde o século X, como centro espiritual e material dos Celanova-Barbosa.

Em terceiro lugar, o facto de Aires Calvo e João Aires terem gozado de uma enorme intimidade em relação à família real leonesa, visível na forma como tutelaram momentaneamente toda a Galiza ou na criação de Afonso IX na casa do segundo, demonstra que provinham de uma linhagem de extracção muito elevada. Esta condição privilegiada dos Lima-Nóvoa ganhou forma em alianças com famílias que, tal como eles, tinham estreitado laços com a monarquia. Assim, João Aires casou com Urraca Fernandes de Trava, filha do conde Fernão Peres de Trava e irmã da rainha Teresa Fernandes de Trava, segunda esposa de Fernando II. Por sua vez, Pero Aires casou em segundas núpcias com Constança Osório, filha do conde Osório Martins e de Teresa Fernandes, filha do conde Fernando Fernandes de Toro e da Infanta D. Elvira Afonso, filha de Afonso VI e de Ximena Moniz e irmã das rainhas D. Urraca e D. Teresa. E, por fim, Fernão Aires casou com Teresa Bermudes de Trava, filha do conde Bermudo Peres de Trava e da Infanta D. Urraca Henriques, irmã de D. Afonso Henriques.

Apesar de existir sempre a possibilidade de se tratar de uma mimetização de processos, esta estratégia matrimonial dos Lima-Nóvoa parece encaixar na perfeição naquela encetada pelos Celanova-Barbosa, já que estes também se uniram à família real, através do casamento da Infanta D. Sancha Henriques (tia materna de Teresa Bermudes de Trava) com Sancho Nunes de Celanova, e aos Trava, através do casamento entre Gomes Nunes de Celanova (ou Pombeiro) e Elvira Peres de Trava, irmã de Fernão e Bermudo Peres de Trava e tia de Teresa Bermudes, Urraca Fernandes e da rainha Teresa Fernandes de Trava.[1348] Até o casamento de Pero Aires com Constança Osório encontra paralelo no de Elvira Nunes de Celanova com Pero Pais da Silva, *o Escacha*, visto que os leoneses Flaínez-Osório eram magnates territoriais próximos da coroa, tal como os Silva.[1349] Lembremo-nos que Pero Pais foi mordomo do conde D. Henrique e que seu pai, Paio Guterres da Silva, foi vicário régio de Afonso VI em Portucale. Por outro lado, também já verificámos que, para

[1348] Os dados genealógicos destes Celanova-Barbosa podem ser analisados em SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1349] O casamento de Elvira Nunes também se encontra representado no mesmo lugar (*Idem*, *ibidem*).

além de existir a possibilidade de que os Silva fossem de origem leonesa, estes tinham interesses territoriais em Leão, através do *Escacha* e dos seus descendentes *Cativos*, ou seja, dos Soverosa.

Em quarto lugar, a utilização constante da alcunha Calvo não nos impede de presumir que o seu patronímico fosse Nunes e, por outro lado, o facto de não partilhar documentação com os seus irmãos também não invalida esta hipótese, já que também não existem documentos colectivos que reúnam os restantes irmãos.[1350]

[1350] Ao debruçar-se sobre o contexto sócio-familiar dos primeiros trovadores galego-portugueses (José António Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas. Aproximação às Origens Socioculturais da Lírica Galego-Portuguesa*), Souto Cabo acabou por avançar uma hipótese muito interessante sobre as origens de Aires Calvo, que contradiz muito daquilo que temos vindo a defender até agora.

No entanto, e apesar de não concordarmos inteiramente com ela, sentimo-nos na obrigação de a analisar devidamente, explicando todas as suas virtudes e fraquezas e estabelecendo os seus possíveis pontos de contacto com a nossa teoria.

Com efeito, uma leitura atenta de uma cópia do século xvii do privilégio de refundação do mosteiro de Bóveda levou este investigador galego a pensar que Aires Calvo seria um Aires Fernandes, esposo de Godinha Oares, senhora proveniente dos patronos deste cenóbio (os Boáns).

Tal suposição permitiu-lhe especular um pouco sobre as suas origens, chegando a aventar que este poderia ser filho de Fernão Anes de Montor (Toronho), genro de Gomes Nunes de Pombeiro que se envolveu na defesa de Toronho e Límia dos ataques dos postugueses, durante as décadas de trinta e quarenta do século xii.

Contudo, um documento de Afonso VII de 1149, confirmado por um Aires Peres, dito Calvo, levou-o a pensar que o patronímico Fernandes tenha sido produto de uma deturpação durante a transcrição do privilégio original.

Todos estes dados foram apresentados em Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 93-96.

Na nossa opinião, a natureza do próprio documento invocado (uma cópia do século XVII) levanta algumas dúvidas quanto à veracidade do seu conteúdo, já que o apelido Fernandes parece apontar muito mais para os Trava do que para os Lima, sendo por isso possível que a existência de Urraca Anes, abadessa de Bóveda, filha de João Aires da Nóvoa (ou Moeira) e de Urraca Fernandes de Trava (Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 337), tenha induzido o erro dos autores desta escritura, que misturaram no patriarca dos Lima e Nóvoa a procedência paterna e materna de alguns dos seus patronos. Dito isto, pensamos que o padroado de Bóveda terá chegado aos Nóvoa através dos Trava e não dos Lima.

Por outro lado, não podemos rejeitar completamente a possibilidade de que Aires Calvo tenha encetado casamento, numa fase precoce da sua vida, com esta Godinha Oares, senhora que poderá ter sido mãe de alguns dos seus filhos (e possivelmente do próprio João Aires). No entanto, estamos certos de que também terá tido uma outra esposa, que, como iremos ver, deu origem a uma outra linhagem fronteiriça bem conhecida.

Porém, no raio geográfico destas linhagens também se moveu um famoso Aires Nunes, falamos de Aires Nunes de Valadares.

Tanto Aires Nunes como a sua esposa Ximena Nunes são apenas referidos no *Livro do Deão* (LD13A1), que enaltece as suas origens galegas. Esta escassez de informação foi abrindo a porta a especulações sobre a sua ascendência e verdadeiro posicionamento social.

Desde cedo, José Mattoso presumiu que, para além dos domínios que agremiaram no Alto Minho (em torno da terra de Valadares, que se estendia desde Melgaço até às serras da Peneda, Soajo e Castro Laboreiro)[1351], estes também tinham sido detentores de bens a norte do Minho. Segundo o que pudemos averiguar, esta suposição corresponde inteiramente à realidade, podendo encontrar-se património dos Valadares nos concelhos de A Cañiza, Padrenda, Pontedeva, Castro Caldelas, As Neves, Ribadavia, Bueu e na vila de Figueiredo, que fora usurpada por D. Soeiro Aires de Valadares ao mosteiro de Celanova.[1352] Esta disposição para as vivências transfronteiriças também se plasmou nas carreiras de Lourenço Soares de Valadares I e do seu sobrinho Soeiro Pais de Valadares, que atingiram a rico-homia tanto em Portugal como em Leão. A estes devemos acrescentar João Soares de Valadares *Somesso*,

---

Por fim, não acreditamos que o patronímico de Aires Calvo tenha sido Peres, visto que esta referência também terá surgido de um erro circunstancial e de uma confusão criada pela proximidade familiar existente entre os Lima-Nóvoa e os Trava-Trastâmara, descendentes do conde Pedro Froilaz. Assim sendo, pensamos que Aires Calvo terá sido confundido com um possível irmão dos sogros dos seus filhos João Aires e Fernão Aires, ou seja, com um irmão de Fernão Peres de Trava e de Bermudo Peres de Trava.

Portanto, e apesar de divergirmos quase completamente desta teoria, percebemos perfeitamente o seu contexto e valorizamos plenamente a possibilidade de que Aires Calvo tenha sido esposo de uma senhora procedente dos patronos de Bóveda.

[1351] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 137-138.

[1352] Todas estas referências a património na Galiza serão desdobradas e colocadas em cada uma das biografias dos seus respectivos titulares. Mas, ficam desde já distribuídas segundo um critério geográfico e cronológico: A Cañiza (1192 – FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 4; 1242 – ACHDT, Pergaminhos, Carp. 13, doc. 22), Vila de Figueiredo (1219 – FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 297), Padrenda (1224 – *Idem*, *ibidem*, doc. 385; 1243 – *Idem*, *ibidem*, doc. 384), Pontedeva (1208 – *Idem*, *ibidem*, doc. 395; em data incerta – *Idem*, *ibidem*, doc. 400) As Neves (1242 – ACHDT, Pergaminhos, Carp. 13, doc. 22), Castro Caldelas (1228 – FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 404), Ribadavia (1262 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1450, doc. 12) e Bueu (1217 – FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 246).

famoso trovador e meio-irmão de Lourenço Soares, que também marcou presença na documentação galega.[1353]

A rápida ascensão destas figuras na corte de Leão, onde Lourenço Soares assumiu os cargos de alferes, mordomo e tenente de Babia, da Extremadura e do Bierzo, e onde Soeiro Pais chegou à mordomia (em substituição do Infante português D. Pedro Sanches), deveu-se em grande medida à união de um dos Valadares —provavelmente através das segundas núpcias de Soeiro Aires de Valadares— com Maria Afonso de Leão, filha bastarda de Afonso IX com Teresa Gil de Soverosa, neta do exilado Vasco Fernandes de Soverosa e filha de Gil Vasques de Soverosa.[1354] Através de vários documentos galegos ficamos a saber que, apesar de ter herdado alguns bens em Portugal, Teresa Gil acabou por tomar posse de vários núcleos patrimoniais na Galiza[1355]. Aproveitamos para relembrar também que, se as suposições que avançámos estiverem correctas, os Soverosa advinham dos Silva e que, tal como eles, conseguiram manter uma certa influência transfronteiriça, alicerçada, em alguns casos, no governo de espaços de fronteira. A título de exemplo, basta invocar o caso de D. Martim Gil de Soverosa, irmão de Teresa Gil, que assumiu a tenência de Riba Minho[1356].

Para além de José Mattoso, também Almeida Fernandes levantou uma hipótese sobre as origens dos Valadares, vinculando-os aos Lima. Esta teoria

---

[1353] As carreiras transfronteiriças destes Valadares encontram-se analisadas em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 15-16. Quanto à presença de João Soares na Galiza, esta foi identificada na biografia proposta por Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*..., pp. 503-504.

[1354] Circunstâncias que também foram enfatizadas em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 15-16. Por outro lado, estas relações sociais podem ser constatadas através de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogias 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias e 4.13. – Soverosa.

[1355] O património galego e leonês de Teresa Gil, e dos seus filhos tidos com Afonso IX, encontra-se descrito em Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 279-282.

[1356] Julgamos que a sua presença à frente da tenência de Riba Minho, entre 1230 e 1247, articula-se plenamente com as suas aparições à frente da terra de Toronho, entre 1225 e 1236, de S. Martín de Ladrones, em 1229, de Baiona, em 1229, de A Guarda, em 1233, e de Ribadavia, em 1235-1236, que terão surgido da sua colaboração com o seu meio-irmão uterino Martim Sanches, filho de D. Sancho I e de Maria Aires de Fornelos e poderoso magnate de Afonso IX. As principais informações sobre esta vivência transfronteiriça de Martim Gil de Soverosa encontram-se sintetizadas em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 36.

assentava, acima de tudo, na proximidade geográfica entre as duas famílias e numa reorganização dos dados genealógicos existentes. Nenhum dos argumentos apresentados reuniu consenso entre os investigadores posteriores, chegando a ser rejeitados por Sottomayor-Pizarro[1357].

Todavia, acreditamos que vale a pena averiguar esta possibilidade mediante uma nova perspectiva, que nos obriga a recuar novamente ao século X e ao processo de fundação de Celanova e de repovoamento desta parte da velha terra de Límia.

No diploma de fundação e dotação do mosteiro de Celanova (de 942), S. Rosendo dá instruções para que o cenóbio se construa nas franjas do monte Laboreiro.[1358] Analisando este documento e doações posteriores, reparamos que, tanto esta casa monástica como os seus patronos, tinham adquirido património nas comunidades serranas estabelecidas no maciço montanhoso composto pelas serras do Gerês, Soajo e Laboreiro[1359]. Apesar dos nossos dados sugerirem que este se concentrava mais na vertente galega do complexo montanhoso, estes não nos permitem descartar a ideia de que esta colonização também tivesse sido praticada ao longo da terra de Valadares, onde a família de S. Rosendo e o mosteiro de Celanova também detinham alguns bens[1360].

Portanto, não é de todo improvável que, chegados aos finais do século XI, os Celanova-Barbosa também tivessem seguido esta mesma tendência e expandido a sua influência a este território, o que, na verdade, parece ser complementar aos bens que Gontrode Nunes, esposa do conde Vasco de Celanova, detinha no Alto Minho, mais junto ao mar e à desembocadura do Minho.[1361] Na verdade, os interesses das primeiras gerações dos Celanova estendiam-se até à zona de Ponte de Lima, onde se associaram ao mosteiro de Calvelo.[1362]

[1357] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 783.

[1358] ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 2.

[1359] Num documento de 936, alude-se explicitamente a bens de Froila Guterres, irmão de S. Rosendo, no monte Laboreiro (*Idem*, *ibidem*, doc. 256). O mesmo acontece num diploma da sua mãe, Ildoara Eriz, datado de 940 (*Idem*, *ibidem*, doc. 456), ou na carta de partilhas dos bens dos pais de S. Rosendo de 934 (*Idem*, *ibidem*, doc. 478). A partir destes dados, podemos pressupor que, por esta altura, a antiga terra de Búval tutelaria as comunidades serranas de Laboreiro.

[1360] Em 944, S. Rosendo recebeu de Ramiro II uma pesqueira na terra de Valadares (*Idem*, *ibidem*, doc. 116). Já antes, em 916, tinha recebido várias vilas que o seu tio Nepociano tinha nesta mesma terra (*Idem*, *ibidem*, doc. 71).

[1361] *Idem*, *ibidem*, doc. 291.

Por outro lado, o elevado nível inicial das alianças dos Valadares e a sua rápida ascensão nas fileiras da nobreza cortesã portuguesa e leonesa também indiciam uma prestigiosa origem familiar, em tudo similar à dos Lima-Nóvoa, que conseguiram alcançar rapidamente os principais cargos curiais. Tal como Lourenço Soares de Valadares I, que, após a sua saída de Portugal, rapidamente se tornou alferes e mordomo de Leão.[1363]

Entre os três filhos de Aires Nunes destacam-se os casamentos de Soeiro Aires de Valadares e de Pero Aires de Valadares. O primeiro casou com Elvira Nunes Velho, filha do poderoso Nuno Soares Velho II, a principal figura da sua linhagem que, como já vimos, descendia directamente da velha aristocracia condal. Depois, veio a casar-se com Maria Afonso de Leão, filha de Afonso IX e de Teresa Gil de Soverosa. Por sua vez, Pero Aires de Valadares casou com Mor Pais de Bravães, filha de Paio Vasques de Bravães, um dos principais mordomos e validos de D. Teresa, e de Sancha Soares Velho I, irmã de Nuno Soares Velho II e tia de Elvira Nunes Velho[1364].

Portanto, como será possível que um casal de modestos nobres galegos tenha dado à luz uma geração que buscou imediatamente casamento entre a família real leonesa e que, para além de se unir a um dos principais apoiantes de D. Teresa, se conseguiu casar por duas vezes com uma das linhagens de sangue condal? Não era este o perfil de relações da família de Aires Calvo da Galiza, que, através dos Trava, cedo acederam a sangue condal e real?

Quer pela geografia dos seus domínios —pois ocupavam as duas vertentes do mesmo complexo montanhoso que, desde o século x, estava na esfera de influência dos Celanova—, quer pelo prestígio e natureza similar das suas relações sociais —em ambos os casos, muito próximas de famílias de origem condal e da própria coroa leonesa—, podemos presumir que Aires Nunes e Aires Calvo fossem uma única pessoa.

Cremos que o facto de Aires Calvo nunca ter usado o seu patronímico e de nunca ter surgido com a sua esposa parecem explicar o desconhecimento do *Livro do Deão* em relação às verdadeiras origens de Aires Nunes. Pensamos também que a coincidência de patronímicos entre os progenitores dos Valadares pode indiciar uma total ignorância do genealogista sobre a família

[1362] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1363] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 15.

[1364] Todos estes matrimónios encontram-se representados em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias.

da esposa, pois consideramos que poderá ter existido uma duplicação não intencional do nome do marido.[1365] Quanto à ausência da alcunha Calvo, temos que realçar que, por razões que desconhecemos, em nenhum dos livros de linhagens Aires Calvo é descrito usando esta sua alcunha, facto que terá ajudado a lançar uma neblina sobre esta figura.

Se esta nossa hipótese estiver correcta, Aires Nunes *Calvo* e Ximena Nunes terão sido pais de um total de seis filhos, que, apesar de terem esferas territoriais diferentes (três em Portugal e três na Galiza), constituíram grupos familiares de carácter transfronteiriço. Estes seriam João Aires de Moeira (Moeiro ou da Nóvoa), Pero Aires, Fernão Aires Batissela, Soeiro Aires de Valadares, Pero Aires de Valadares e João Aires de Valadares, que se poderá distinguir do primeiro pelo seu casamento na esfera portuguesa[1366].

Portanto, se tudo o que dissemos até agora estiver correcto, podemos resumir a estrutura genealógica desta família da seguinte forma: do casamento entre Nuno Vasques de Celanova e Sancha Gomes de Sousa nasceram Afonso Nunes de Celanova, Sancho Nunes de Celanova, Gomes Nunes de Celanova, Elvira Nunes de Celanova, Paio Nunes de Celanova, Dórdia Nunes de Celanova e Aires Nunes *Calvo* da Galiza; por sua vez, do casamento deste último com Ximena Nunes nasceram João Aires, patriarca dos Nóvoa, Pero Aires, progenitor do primeiro senhor de Vilalobos, Fernão Aires, primeiro dos Lima, Soeiro Aires, patriarca dos Valadares, Pero Aires, antepassado comum dos Gravel e Gabere, e João Aires, ponto de origem dos Penela.[1367]

Para rematar esta nossa apresentação, resta dizer que, apesar de todo o seu poder, os Trava-Trastâmara não conseguiram ampliar muito a sua influência nos condados de Toronho e Límia e no Alto Minho. Contudo, os casamentos de várias senhoras desta linhagem com os Celanova-Barbosa, Nóvoa e Lima, permitiram a criação de núcleos patrimoniais seus no sul da Galiza[1368].

[1365] LD13A1.

[1366] Para chegarmos a esta conclusão basta conjugar os filhos atribuídos a Aires Calvo e a Aires Nunes, ou seja, ao patriarca dos Lima-Nóvoa e dos Valadares. Portanto, veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias, e Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[1367] De forma a analisar esta convergência genealógica basta sobrepor às duas genealogias, referidas na nota anterior, à seguinte: Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

Com a possível ressalva de que alguns destes filhos podem ter surgido de um primeiro casamento de Aires Calvo com Godinha Oares de Boáns, patrona de Bóveda (Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., pp. 93-96).

A única verdadeira excepção a este panorama terá sido o conde Rodrigo Peres Veloso[1369], que, segundo a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, recebeu das mãos de Afonso VII a tenência de Límia e a jurisdição dos castelos dessa região. Segundo esta mesma fonte, sabemos também que, tal como o seu cunhado, o conde Gomes Nunes de Pombeiro (ou Celanova), um dos tenentes de Toronho por aqueles anos, Rodrigo Peres acabou por se juntar ao partido português.[1370] No entanto, a proximidade que o Imperador mantinha em relação aos irmãos Trava, seus colaços, garantiu que, após ter celebrado a paz com D. Afonso Henriques, fosse perdoado em plena cúria régia, devolvendo-lhe os seus cargos e terras.[1371] Apesar de ter feito doações a vários mosteiros até ao fim da sua vida, Rodrigo Peres sempre se encontrou bastante vinculado a So-

[1368] Em 1219, Teresa Bermudes de Trava, esposa de Fernão Aires de Lima, levou a cabo uma vasta doação pia ao mosteiro de Fiães de todas as suas vinhas e herdades em torno de Ribadavia, pela sua alma e do seu marido (Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 29 e 266).

[1369] Durante muito tempo, Rodrigo Peres Veloso esteve longe de ser associado à família dos Trava. Induzidos em erro por algumas referências dos nobiliários portugueses, vários investigadores aventaram que este seria parente dos Cabrera e dos senhores de Cabreira e Ribeira.

Um destes investigadores foi o próprio José Mattoso, que, sem hesitações, o tomou como conde de Cabrera e parente de Ponce de Cabrera, pai de Pedro Ponces e avô de Fernão Peres Ponço, figuras da corte de D. Sancho I, e do conde Osório, pai de Monio Osores de Cabreira e Ribeira (Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 184).

Todavia, há pouco tempo, fomos capazes de discernir que esta ideia se baseava numa rede de erros dos nobiliários, que misturaram características de Rodrigo Fernandes de Valduerna, de Rodrigo Peres Veloso, de Rodrigo Peres de Vilalobos, e que confundem a sua presença à frente da tenência de Cabreira e Ribeira, ou o seu parentesco com o conde Osório Martins e com a descendência da Infanta D. Elvira, com um parentesco com os Cabreira e Ribeira, descendentes directos deste magnate leonês, e com os seus homónimos, os Cabrera catalães – Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 123-152.

No que concerne à filiação de Rodrigo Peres Veloso no conde Pedro Froilaz de Trava, esta foi avançada e solidamente exposta por Barton (Barton, «Sobre el Conde Rodrigo Pérez «el Velloso»», pp. 653-661) e aceite pela generalidade dos investigadores (como Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 339-341).

Os principais dados sobre Rodrigo Peres Veloso também se encontram resumidos em Barton, *The Aristocracy…*, pp. 297-298.

[1370] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 90. A traição de Rodrigo Peres Veloso e de Gomes Nunes também foi transmitida pela *História Compostelana*, o que deu a esta narrativa um ar de veracidade que foi atestado através de vários estudos – sobre a traição de Rodrigo Peres leia-se também Barton, «Sobre el Conde Rodrigo Pérez «el Velloso» », p. 653 e seguintes; Barton, *The Aristocracy…*, p. 297; e Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 340.

[1371] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 340.

brado, onde se encontra documentado com a sua irmã Toda Peres e com o seu sobrinho Vela Guterres.[1372] Tudo indica que poderá ter morrido em 1166.[1373]

Sabemos que casou com Fronilde Fernandes, uma possível sobrinha de Gomes Nunes de Pombeiro e filha de Fernando Nunes (de Celanova?) e de Maior Rodrigues. Desta união nasceram apenas dois filhos, Guiomar Rodrigues, esposa de Fernando Ponce e de Diogo Ximenes dos Cameros, e Alvar Rodrigues.[1374]

Apesar de ter agremiado várias tenências leonesas (a já referida Límia, Búval, Castella de Búval, Deza, Monterrosso e Salamanca)[1375], Rodrigo Peres Veloso também visitou regularmente a corte portuguesa desde 1128, onde ostentou cargos como o de *dapifer* (ou mordomo) de D. Afonso Henriques em 1140-1141. Em 1132 recebeu de D. Afonso Henriques a vila de Burral, como recompensa pelos serviços prestados, e entre 1132 e 1135 recebeu o senhorio/tenência do Porto.[1376] O seu pico de poder na cúria portuguesa parece coincidir com o período em que se preparou e executou a surtida portuguesa contra a Galiza, que resultou no Bafordo de Valdevez (1141). Não sabemos exactamente em que data terá voltado definitivamente ao serviço de Afonso VII, mas, atendendo à cronologia dos seus cargos, presumimos que tal tenha acontecido por volta de 1147, altura em que Aires *Calvo* se assumiu como tenente de Límia, possivelmente em representação do seu grupo familiar, os Celanova-Barbosa. Por outro lado, a vinculação de Rodrigo Peres a Límia terá sido fruto da sua condição de parente colateral desta linhagem, facto que reforça a nossa teoria em torno das origens familiares de Aires *Calvo*.

Curiosamente, e apesar de não terem tido expressão territorial no Alto Minho, os Trava-Trastâmara também tocariam esta região através de um dos ramos dos Pereira, os Homem-Froião.

[1372] *Idem*, *ibidem*, p. 340. Também devemos destacar as generosas doações que a sua esposa Fronilde Fernandes realizou a Melón, Meira, Armenteira, Ferreira de Pallares e S. Martín de Fora (Pinário) – BARTON, *The Aristocracy*..., p. 297.

[1373] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 340.

[1374] BARTON, *The Aristocracy*..., p. 297; TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., p. 341. Tudo indica que Rodrigo Peres e Fronilde Fernandes já estariam casados desde 1155.

[1375] BARTON, *The Aristocracy*..., p. 297. Margarita Torres Sevilla atribui-lhe também a alferesia e as tenências de S. Jorge, Trava e Ferraria (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 339-340).

[1376] Todos estes dados estão presentes em BARTON, *The Aristocracy*..., p. 297.

Ao contrário de Rodrigo Peres Veloso e dos seus irmãos, Fernão e Bermudo Peres de Trava, os Pereira e os Homem-Froião não procedem de Pedro Froilaz de Trava, mas do seu irmão Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, esposo de Gontinha Gonçalves da Maia e pai de Gonçalo Rodrigues da Palmeira, Mem Rodrigues de Tougues, Elvira Rodrigues e Velasquita Rodrigues.[1377]

O primeiro, Gonçalo Rodrigues da Palmeira, casou por duas vezes e teve descendência de ambas as uniões. Do seu segundo matrimónio com Urraca Viegas de Ribadouro nasceram Gonçalo Gonçalves da Palmeira, esposo de Maria Pais de Valadares e pai de Maria Gonçalves da Palmeira (esposa de Fernão Álvares de Castro e amante de Afonso Pires Gato), e Fernão Gonçalves da Palmeira. Do seu primeiro matrimónio nasceram Elvira Gonçalves da Palmeira, mulher de Rui Nunes das Astúrias, e Rui Gonçalves de Pereira, marido de D. Inês Sanches e de Sancha Henriques de Portocarreiro. Deste seu segundo matrimónio nasceram Pero, Fruilhe, Maria e Gonçalo Rodrigues de Pereira, que tiveram vasta descendência.[1378]

Por sua vez, Pero Rodrigues de Pereira casou com Maria Pires Gravel, senhora procedente de um dos ramos secundários dos Valadares, e com Estevaínha Hermiges de Teixeira. Do segundo casamento nasceram Beatriz Pires de Pereira, mulher de Pero Anes do Monte e de Paio Esteves de Molnes, e Garcia Pires de Pereira, esposo de Teresa Esteves de Fermoselhe (ou Formoselhe). Do primeiro casamento nasceram Sancha Pires de Pereira, esposa de Rui Pires de Nogueira, Rui Pires de Pereira, Maria Pires de Pereira, Teresa Pires de Pereira, esposa de Pero Pires Velho, Ouroana Pires de Pereira, mulher de Rui Gomes de Basto e de Lopo Hermiges de Teixeira, Elvira Pires de Pereira, mulher de Pero Martins de Ervilhão, Mor Pires de Pereira, esposa de Vicente Pires de Urgeses e de João Pires Redondo, membro de um dos ramos secundários dos Velhos, Gonçalo Pires de Pereira, marido de Urraca Vasques Pimentel e de Inês Lourenço Carnes e amante de Maria Vasques, Martim Pires de Pereira, amante de Maria Pires, e Pero Pires Homem, esposo de Teresa Anes Redondo.[1379]

[1377] Apesar de discordarmos em muitos aspectos da reconstituição de Sottomayor-Pizarro sobre os Trava-Trastâmara (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.16.1 – Trava-Tougues-Palmeira), pensamos que podemos atribuir a Rodrigo Froilaz de Trastâmara I os filhos que aqui são apontados a Rodrigo Froilaz de Trastâmara II. Cremos, também, poder irmanar Rodrigo Froilaz com o conde Pedro Froilaz de Trava, tal como sugere Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 118-119.

[1378] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogias 4.16.1 – Trava-Tougues-Palmeira e 4.16.2. – Pereira.

[1379] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

Segundo Sottomayor-Pizarro[1380], a implantação no Alto Minho de Pero Pires Homem (também Homem de Pereira ou Froião) deveu-se, em grande medida, às suas origens maternas, já que a sua mãe, Maria Pires Gravel, pertencia a um dos ramos dos Valadares. Por outro lado, o seu casamento com Teresa Anes Redondo parece ter seguido a mesma tendência, visto que os Redondo eram uma das famílias procedentes dos Velhos, mesmo que tenham centrado as suas actividades no ambiente cortesão.

Graças a estas circunstâncias familiares, Pero Pires deteve bens nos julgados de Vermuim e Faria, onde os Pereira concentraram bastante património desde os princípios da linhagem, e em Froião, bem junto à fronteira do Minho.[1381]

Talvez por influência dos Redondo, os seus descendentes também conseguiram adquirir bens junto a Lisboa, Coimbra e Santarém.[1382]

Todavia, a instabilidade política do século XIII terá exigido aos Homem-Froião um esquema de alianças bastante cuidadoso, centrado em torno das vicissitudes da guerra de 1245. Enquanto Maria Pires e Martim Pires se casaram com validos de D. Sancho II (Vasco Gomes Zagomba e Maria Gomes de Alvarenga, respectivamente), Mor Pires encetou matrimónio no campo de D. Afonso III (com Diogo Lopes Gato). Martim Pires também conseguiu casar Afonso Martins Homem com Inês Martins Dade, filha de Martim Dade, alcaide de Santarém no reinado de D. Afonso III. Esta implantação em círculos cortesãos também lhes garantiu algumas alianças com linhagens urbanas, que, nos alvores do século XIV, acarretaram um declínio social da família.[1383]

Resta dizer que Estâvão Pires Froião I, principal herdeiro de Pero Pires, conseguiu casamento com Teresa Aires Queixada, uma dama procedente dos Silva, família que também radicava as suas origens no julgado de Froião.[1384]

De forma a encerrar a introdução desta secção, dedicada ao processo de segmentação das linhagens de sangue condal que chegaram ao século XII e que se estabeleceram no Alto Minho e nas terras de Toronho e Límia —onde a diocese de Tui também tinha uma forte influência devido ao vasto arciprestado de Ribadavia, que, por esta altura, podia tocar as comarcas de Celanova

[1380] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 901-902.

[1381] *Idem*, *ibidem*.

[1382] *Idem*, *ibidem*, p. 901.

[1383] *Idem*, *ibidem*, pp. 901-902.

[1384] LL34A3.

e do Baixo Lima—, indicaremos as linhagens que iremos analisar e a forma como estas se entroncam entre si.

Devido às suas origens em Afonso Betotes, começaremos com os Velhos e seus ramos secundários. De forma a não repetir muitos dos dados que já apresentámos, tomaremos como ponto de partida Nuno Soares Velho I, deixando de lado a sua procedência nos senhores da Várzea.

Para além da linhagem principal, seguiremos os Vasquinhos, saídos do segundo casamento de Soeiro Nunes Velho II com Aldonça Nunes, através do seu filho Vasco Soares Velho;[1385] os Mourão e Gato, procedentes de Pero Nunes Velho e Maria Anes de Baião, através dos seus filhos Mourão Pires Velho e Afonso Pires Gato;[1386] os Barreto, vindos de Mem Nunes Velho, através dos seus filhos Gomes e Sancha Mendes Barreto;[1387] os Cerveira, linhagem nascida de João Nunes de Cerveira, filho do segundo casamento de Nuno Soares Velho II com Gontrode Fernandes de Montor;[1388] os Redondo, provenientes de Pero Soares *Escaldado*, filho de Soeiro Nunes Velho II e neto de Nuno Soares Velho II, através João Pires Redondo I;[1389] os Zote, nascidos de outro dos filhos de Pero Soares, Martim Pires Zote;[1390] e os Bravo, descendentes de Pero Pires Bravo, outro dos filhos do *Escaldado.*[1391]

Devido ao elevado número de casamentos deste vasto grupo familiar com algumas das primeiras gerações de famílias galego-portuguesas estabelecidas na fronteira, tomaremos a liberdade de aproveitar estas relações para desenvolver algumas delas.

Aproveitaremos os matrimónios de Nuno Soares Velho II com Mor Pires Perna e da sua filha Urraca Nunes Velho com Gomes Pais da Silva[1392] para analisar os Silva-Soverosa, desde os tempos do pai de Paio Guterres da Silva.

Por sua vez, a própria ascendência materna de João Nunes de Cerveira também nos aproxima dos Toronho-Montor, já que este nasceu do segundo

[1385] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.4. – Vasquinhos.

[1386] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Mourão.

[1387] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1388] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1389] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1390] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.3. – Zote.

[1391] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1392] *Idem*, *ibidem*. Estes casamentos também se encontram assinalados em LL58D4 e LL58E3.

casamento de Nuno Soares Velho II com Gontrode Fernandes de Montor, irmã de Paio Curvo de Toronho[1393]. Os dados por nós recolhidos permitem-nos recuar aos alvores do século XI, onde encontramos indícios de que estes fariam parte do estrato infancional da antiga nobreza galego-portuguesa. Quanto ao próprio casamento de João Nunes com Sancha Anes de Moeiro,[1394] será devidamente analisado tanto no texto dedicado aos Cerveira como naquele onde examinaremos os Lima-Nóvoa.

Este método de análise, que avalia a linhagem principal, os seus ramos secundários e os seus principais parentes por afinidade, será aplicado também aos Celanova-Barbosa.

Neste caso, seguiremos os Barbosa até ao seu declínio em pleno século XIV e, se a nossa teoria sobre a origem comum dos Lima, Nóvoa e Valadares nos Celanova (através de Aires *Calvo*/Aires Nunes) estiver correcta, analisaremos também cada uma destas famílias, mediante uma relação directa com esta antiquíssima linhagem.

Como já vimos, os Celanova que chegaram ao século XII procedem do conde Vasco de Celanova e da sua esposa Gontrode Nunes, através do seu filho Nuno Vasques de Celanova e da sua esposa Sancha Gomes de Sousa. Por sua vez, os Barbosa procedem do seu filho Sancho Nunes de Celanova e da Infanta D. Sancha Henriques, pais de Nuno Sanches de Celanova e avós de Sancho Nunes de Barbosa, esposo de Teresa Mendes de Ribadouro.[1395] Apesar de os livros de linhagens aplicarem regularmente o apelido Barbosa ao conde Vasco Sanches, irmão de Nuno Sanches, tal não seria verdade, já que a honra de Barbosa nunca chegou às mãos dos seus filhos. Este senhorio poderá ter chegado a esta família através do casamento de Sancho Nunes com Teresa Mendes de Ribadouro ou de Nuno Sanches de Barbosa com Teresa Álvares de Soverosa[1396].

Por seu lado, o nosso Aires Nunes *Calvo*, filho incógnito de Nuno Vasques, seria pai de João Aires, patriarca dos Nóvoa, de Fernão Aires, primeiro dos

[1393] A sua filiação em Fernão Anes de Montor é apontada claramente em LL42A5, por exemplo.

[1394] LD14Y6 e LD19V6-7.

[1395] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1396] Sottomayor-Pizarro defende claramente que Teresa Mendes de Ribadouro terá sido a responsável pela transmissão da honra de Barbosa a este ramo dos Celanova – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 529-530.

Lima, de Pero Aires, progenitor do primeiro senhor de Vilalobos, de Soeiro Aires de Valadares, patriarca dos Valadares, Sarraça e Pias, de João Aires de Valadares, patriarca dos Penela, e de Pero Aires de Valadares, de onde procedem —como já explicámos— os Gravel e Gabere.

Apesar de, na maioria dos casos, terem levado a cabo carreiras na esfera portuguesa, todas as famílias que procedem dos Valadares encetaram diversos matrimónios com estirpes galegas da fronteira, que, para além de estimularem fluxos transfronteiriços, geraram núcleos patrimoniais assentes a norte e a sul do Minho. Esta situação é mais visível entre os descendentes de Soeiro Aires de Valadares, especialmente nos Sarraça e Pias[1397].

[1397] Nascidos da união entre Soeiro Aires de Valadares e a bastarda régia leonesa Maria Afonso, filha de Afonso IX e de Teresa Gil de Soverosa, os Sarraça levaram a cabo uma estratégia matrimonial (e territorial) voltada, quase exclusivamente, para a Galiza – através de casamentos com os Maldonado, Sás-Deza, Pobrãos, Varela, Cerveira, Galinhato, Grés, Nóvoa, Deza, Marinho e Valcárcel (*Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias).

Estas circunstâncias não são de todo estranhas, já que, para além da sua origem régia leonesa, este grupo familiar reunia em si o prestígio e poder de Aires Calvo, pai de Soeiro Aires, e de Maria Aires de Fornelos, antiga barregã de D. Sancho I e mãe de Teresa Gil.

Aproveitamos para relembrar que Teresa Gil foi herdada na Galiza e em Leão (Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 279-282), através da sua relação com Afonso IX e das suas origens nos senhores da torre galega de Fornelos.

Maria Aires era filha de Aires Nunes «Cação» (Fornelos) e de Maria Peres de Bravães, filha de Pero Pais de Bravães e neta de Paio Vasques de Bravães, mordomo de D. Teresa que foi filho do conde D. Vasco Nunes, fundador do mosteiro de Bravães (Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 138). Assim sendo, esta senhora concentrava em si o sangue dos senhores que dominavam as terras de Pena da Rainha, em Portugal, e de S. Martinho, na Galiza – Inés Calderón Medina, «El Concubinato Regio en la Definición de la Frontera Galaico-Portuguesa (S. xi-xiii)», (no prelo).

A este contexto devemos acrescentar a influência exercida pelos seus irmãos (Martim Gil e Martim Sanches) na fronteira galego-portuguesa dos inícios do século xiii – Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 32-36. Estamos certos de que muitas das famílias que optaram por casar com os Pias se recordavam ainda da relação íntima que estes tios de Maria Afonso mantiveram com seu pai e a forma como estes foram os seus principais representantes em Toronho e Límia, durante as décadas finais do seu reinado.

Por seu lado, os casamentos dos Pias com os Marinho, Churrichão, Soutomaior, Lima, Varela e Charinho (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias), deviam-se, em grande medida, ao casamento de Rui Pais de Valadares com a galega Maria Gil Feijó, senhora que terá aportado a este grupo o couto de Pías (Pontearees), senhorio em torno do qual deveriam gravitar todos os interesses galegos dos seus descendentes.

No caso dos Trava-Trastâmara centrar-nos-emos principalmente na figura de Rodrigo Peres Veloso e no seu contexto familiar, e estudaremos a sequência de descendentes do seu tio Rodrigo Froilaz que desembocou, através dos Palmeira e Pereira, nos Homem-Froião[1398], linhagem que, ao voltar ao Alto Minho, representa, em certa medida, um retorno dos Trava à fronteira galego-portuguesa.

Resta referir que, apesar de muitas delas estarem relacionadas entre si, colocaremos cada uma destas linhagens em secção própria, através de um esquema de reconstituição similar ao que temos vindo a seguir.

VELHO-BRAVO-REDONDO-ZOTE-VASQUINHO-GATO-MOURÃO-BARRETO-CERVEIRA

A primeira e segunda geração

Apesar da sua enorme capacidade de segmentação, os Velhos radicam as suas origens num único indivíduo, NUNO SOARES VELHO I, figura que tomaremos como ponto de partida para a nossa reconstituição genealógica[1399].

Importa realçar também que Rui Pais de Valadares era filho de Elvira Vasques de Soverosa e, portanto, neto de Vasco Fernandes de Soverosa, famoso exilado português das cortes de Fernando II e Afonso IX (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 14-15).

Para além disso, Rui Pais também era sobrinho de Lourenço Soares de Valadares I, outro célebre valido de Afonso IX – *Idem*, *ibidem*, pp. 15-16.

[1398] Apesar das ressalvas que já identificámos, podemos seguir o desdobramento da descendência de Rodrigo Froilaz de Trastâmara através de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogias 4.16.1 – Trava-Trastâmara-Palmeira, 4.16.2 – Pereira e 4.16.3 – Homem-Froião.

[1399] Nesta secção seguiremos a proposta de reconstituição genealógica de Sottomayor-Pizarro, acrescentando informação ou indivíduos sempre que necessário – SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogias 4.5. – Baiões, 4.5.3.1. – Velho-Bravo, 4.5.3.2. – Redondo, 4.5.3.3. – Zote, 4.5.3.4. – Vasquinhos, 4.5.3.5. – Gato-Mourão, 4.5.3.6. – Barreto e 4.5.3.7. – Cerveira. Devemos explicar também que, pelo facto de nos termos debruçado intensivamente sobre as inquirições de 1258 nos julgados do Entre Cávado e Minho – que aquele autor não trabalhou intensivamente –, apontaremos também algumas referências que visam especificar ou complementar aquelas que já foram apresentadas por Sottomayor-Pizarro, sendo que estas também se articulam com a documentação galega que tivemos oportunidade de recolher.

I-1 NUNO SOARES VELHO I nasceu do primeiro casamento de Soeiro Galindes da Várzea com Goina Pais e teve como irmãos uterinos Leogunda Soares da Várzea, que casou com Mem Gonçalves da Maia, Maria Soares da Várzea, que se casou com o seu parente Godinho Viegas de Azevedo, e Ouroana Soares da Várzea, esposa de Ero Mendes de Molnes. Do segundo casamento do seu pai com Eilo Pais nasceram também os seus meio-irmãos Elvira e Soeiro Soares.[1400] Tal como já referimos, a aliança entre Soeiro Galindes e Goina Pais ditou uma expansão da família em direcção ao Alto Minho, já que o patrono do mosteiro da Várzea, descendente dos primeiros Baiões e do conde Ero Fernandes, escolheu casar com a principal herdeira dos fundadores de S. Salvador da Torre e única descendente do conde Afonso Betotes.[1401] Assim sendo, NUNO SOARES terá herdado um conjunto de bens centrado na zona de Braga e bacia do Cávado, chegando até a tocar as margens do Ave, e ao longo do vale do Lima. José Mattoso procurou ilustrar esta dispersão patrimonial através de alguns exemplos que definem bem estes diferentes pólos de influência. Segundo ele, os Velhos eram patronos de Santo Antonino de Barbudo, no concelho de Vila Verde, que deixaram à diocese de Braga e que D. Afonso Henriques também lhe concedeu, depois de o ter recebido de Afonso VI, que, por sua vez, também o teria ganho desta família. Ainda neste espaço, encontrou também património desta família em Pitães, perto de Braga, que também acabou por reverter para o conde portucalense. Mais a norte, tornaram-se patronos da igreja da Vinha e de Vilar de Âncora, junto a Viana do Castelo. Quanto aos bens no vale do Ave, aquele autor defende que chegaram à família através de um casamento com uma das herdeiras dos patronos do mosteiro de Vairão.[1402] Porém, e apesar de tudo, o contexto social e patrimonial dos seus descendentes deixa entender que o coração dos territórios dos Velhos seria o Alto Minho, mais precisamente o segmento final do vale do Lima, onde se localizava o mosteiro de Carvoeiro, do qual eram patronos[1403]. Se, por um lado, esta localização geográfica pode ser justificada através do facto de NUNO SOARES poder ter sido o principal (e talvez único) herdeiro de Goina Pais, por outro, é extremamente provável

[1400] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1401] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 24.

[1402] *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 140-141.

[1403] Sobre a sua vinculação a Carvoeiro veja-se Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 141. Quanto à sua presença no Entre Cávado e Lima, veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 323-324.

que este tenha usado o seu prestígio social para usurpar vastos territórios a entidades eclesiásticas locais. Num documento de 1112, os herdeiros de um NUNO SOARES admitem que este usurpou à diocese de Tui a vila da Vinha, entre o Âncora e Lima, e prometem indemnizar a igreja deste esbulho.[1404] Tendo em conta de que, por estes anos, Nuno Soares Velho II seria já um dos ricos-homens da corte portuguesa, onde marcou presença entre 1117 e 1162,[1405] podemos presumir que estivessem a aludir ao seu avô homónimo, NUNO SOARES VELHO I. Apesar de não conhecermos o contexto exacto da usurpação ou a sua cronologia, podemos supor que esta terá acontecido ao longo dos anos finais do século XI, altura em que, tal como a restante aristocracia portucalense, terão aproveitado o colapso da autoridade condal para proceder à privatização de certos poderes públicos, que, até certo ponto, eram partilhados com as autoridades eclesiásticas. NUNO SOARES VELHO I casou com D. Adosinda e teve dela os seguintes filhos:[1406]

II-1 *SOEIRO NUNES VELHO I*, que segue.

II-2 GONTINHA NUNES VELHO, esposa do seu primo Paio Godins de Azevedo, filho de Godinho Viegas de Azevedo e da sua tia paterna Maria Soares da Várzea. O nascimento de Paio Godins acabou por ser eternizado nos livros de linhagens (LD15B1 e LL52A1) devido à querela familiar levantada pelo abandono de Maria Soares por Godinho Viegas, logo após o seu nascimento, que resultou no cegamento de Paio Guterres da Silva às mãos de Troitesendo Galindes de Paiva[1407]. Sabemos que Paio e Gontinha surgem casados pela primeira vez em 1076[1408] e que tiveram cinco filhos: Mem Pais Bofinho, Nuno Pais Vida, Dórdia Pais de Azevedo, Onega Pais e Mor Pais Bofinho,[1409] sendo o primeiro o continuador da linha principal dos Azevedo.

[1404] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22.

[1405] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 141.

[1406] Seguiremos a proposta de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1407] Para uma análise desta estória leiam-se as palavras de MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 144.

[1408] *Idem*, *ibidem*.

[1409] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

II-3 PALA NUNES VELHO, homónima da sua antepassada Enderquina Mendes *Pala*, filha do conde Hermenegildo Guterres e esposa de Gondesendo Eriz, filho do conde Ero Fernandes. Esta senhora não terá tido descendência.[1410]

II-4 e ELVIRA NUNES VELHO I, que também terá morrido sem descendência.[1411]

A terceira geração

II-1 SOEIRO NUNES VELHO I casou com Aldonça Nunes de Armentares, de quem teve os seguintes filhos:[1412]

III-1 *NUNO SOARES VELHO II*, que segue.

III-2 PAIO SOARES DE ARMENTARES, figura que, segundo o *Livro do Deão* (LD14C4), deu origem aos Sequiade e aos Eiró.[1413]

III-3 MEM SOARES VELHO, que não teve descendência.[1414]

III-4 SANCHA SOARES VELHO I, esposa de Paio Vasques de Bravães, filho do conde Vasco Nunes (fundador do mosteiro de Bravães) e mordomo da rainha D. Teresa.[1415] Ao que sabemos, poderá ter sido tenente de Pena da Rainha e senhor de várias comunidades serranas (como a de Extremo, em Arcos de Valdevez, por exemplo), que estariam na dependência do castelo de Pena da Rainha, junto à actual freguesia de Luzio (Monção). Tudo indica que

[1410] *Idem*, *ibidem*.

[1411] *Idem*, *ibidem*.

[1412] *Idem*, *ibidem*.

[1413] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 287. Informações registadas nas inquirições de 1258 (PMH-Inq. 1258, p. 338) permitem-nos supor que os Sequiade se estabeleceram no julgado de Ponte de Lima, em torno de Sá – no caso de Pedro Sequiade (Siquia) –, bem como em Faria (Barcelos) – no caso de Estevaínha Martins Sequiade, esposa de Álvaro Pires Bravo (com base na sua documentação pessoal de 1268 e 1277 – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 333). Ou seja, não muito longe da zona de influência dos Velhos.

[1414] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1415] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 138.

a maioria dos seus bens estariam concentrados junto à igreja de Bravães.[1416] Segundo os livros de linhagens[1417], este casal gerou Marinha Pais de Bravães, esposa de D. Gomes de Souto, de quem teve descendência,[1418] Mor Pais de Bravães, esposa de D. Pedro Aires de Garva (Valadares), de quem teve os Gravel-Gabere,[1419] Pero Pais de Bravães, *o Prove*, esposo de Ximena Nunes

[1416] As principais informações sobre os Bravães encontram-se resumidas em Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 138. Apesar da sua pobreza fundiária, os Bravães conseguiram granjear um enorme poder político e militar. Estas circunstâncias deviam-se a dois factores: ao peso estratégico do seu castelo de Pena da Rainha, que advinha do controlo que este exercia sobre Monção e da forma como se contrapunha às praças galegas localizadas nas terras de S. Martinho e de Crecente; e à sua prestigiosa ascendência, que, a julgar pela onomástica do conde Vasco Nunes, fundador de Bravães, poderá ser proveniente dos Celanova-Barbosa. Só assim se poderá explicar a carreira meteórica de Paio Vasques na corte de D. Teresa.

Portanto, torna-se difícil encontrar um paralelo em qualquer outra família da região; mas, podemos apontar os senhores de Refojos de Lima como um caso similar.

Esta linhagem terá nascido no século xi, com o modesto infanção Afonso Ansemondes, pai de Mem Afonso de Refojos. Por sua vez, este último terá conseguido o favor de D. Afonso Henriques, que lhe doou Refojos de Lima como recompensa pelo seu apoio em S. Mamede.

Pouco tempo depois, Mem Afonso chegou aos cargos de *pincerna* (1134), de *dapifer* (1136-1154) e de tenente de Arouce, na Lousã. Ganhou alguns casais em Coimbra, talvez através de um préstamo do monarca, e alguns bens em Pampelido, que veio a permutar com Braga. Para além disso, conseguiu do rei a carta de couto do mosteiro de Refóios, algures entre 1148 e 1154.

Mem Afonso acabaria por perder a confiança do rei, que o cegou e o expropriou dos seus bens em Coimbra, lugar onde, segundo uma notícia de 1178, tinha usurpado bens da igreja local.

Mem Afonso casou com Gontinha Pais da Silva, senhora que poderá ser filha de D. Paio Guterres da Silva ou de D. Paio Guterres, alcaide do castelo de Leiria, e de Urraca Rabaldes. Deste casamento terá nascido Garcia Mendes de Refojos, pai de Martim Garcia de Refojos, senhor herdado em Parada, na freguesia de Cepões (perto de Ponte de Lima), lugar onde construiu uma torre – estes últimos parágrafos transmitem as informações apresentadas em Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 146-147.

Apesar de terem vivido afastados do universo cortesão até ao reinado de D. Dinis, alguns dos seus descendentes encontram-se documentados pontualmente no espaço regional. Um destes casos foi Martim Afonso de Refojos, que, segundo as inquirições de 1258 (PMH-Inq. 1258, p. 360), deu a criar um filho seu em Sanfins da Várzea, no julgado de Froião.

[1417] Referimo-nos ao título LXIII do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, onde se enuncia toda a descendência de Paio Vasques de Bravães.

[1418] LL63L3 e seguintes.

[1419] LL63F3 e seguintes.

(viúva de Aires Nunes/Aires Calvo e mãe de Soeiro Aires de Valadares) e pai de Mor Peres de Bravães, *a Prove,*[1420] Sancha Pais Bravães, esposa de Giral

[1420] LD14F7 e seguintes, passagens que merecem uma análise mais atenta. Primeiramente, pela referência ao casamento de Pero Pais com a viúva de Aires Nunes/Aires Calvo, patriarca dos Valadares e dos Lima, sinal de que, apesar da sua pobreza, mantinha um enorme prestígio entre as principais famílias do espaço fronteiriço.

Em segundo lugar, chamamos a atenção para o casamento de Mor Peres, uma das principais herdeiras dos Bravães e meia-irmã dos primeiros senhores de Valadares, com Aires Nunes de Fornelos, senhor da torre de Fornelos, em Crecente.

Segundo Calderón Medina (Calderón Medina, «El Concubinato Regio…», no prelo), esta situação justifica-se pelo facto de Pero Pais ter sido vassalo de Fernando II, em 1161 e 1166, altura em que terá tentado estreitar laços com esta linhagem, que, pelo menos desde 1187, tomou controlo da terra de S. Martinho, através dos seus netos Soeiro e Pero Aires de Fornelos (Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 146).

A mais famosa das descendentes deste casal seria Maria Aires de Fornelos, barregã de D. Sancho I, de quem teve, entre outros, o magnate transfronteiriço Martim Sanches (Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 32-36), e esposa de Gil Vasques de Soverosa, de quem teve, entre outros, Martim Gil de Soverosa, senhor que, alavancado pela sua ascendência materna e pela influência do seu meio-irmão, se tornou tenente de Riba Minho, em Portugal, e de Toronho, na Galiza (*Idem*, *ibidem*, p. 36).

Aproveitamos para relembrar que Maria Aires teve alguns bens em Riba Minho, que deixou a Melón, e outros em Braga, Porto e Guimarães, que foram deixados a Santo Tirso, cenóbio onde viria a ser sepultada, por volta de 1212 (Calderón Medina, «El Concubinato Regio…», no prelo).

Os filhos nascidos da sua relação com D. Sancho I encontram-se identificados em LD14F9 (Martim Sanches, Maria Sanches e Urraca Sanches) e a sua descendência com Gil Vasques de Soverosa encontra-se identificada em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

A presença dos Fornelos no sul da Galiza teria continuidade, dando origem a uma linhagem que ficaria conhecida como os de Castro de Fornelos e que desembocaria nos Soutomaior, em pleno século xiv.

Pensamos que este caminho terá sido feito através da descendência de Soeiro Aires de Fornelos, pai de João Soares de Fornelos e avô de Fernão Anes de Castro de Fornelos, sendo este último documentado em 1268 como proprietário de bens em Tortoreos (ACHDT, Pergaminhos, Carp. 14, doc. 36).

Ao que sabemos, Fernão Anes de Castro de Fornelos foi esposo de Elvira Rodrigues de Valadares, ou de Castro de Fornelos, de quem possuímos o seu testamento, datado de 1285 (AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1453, doc. 15 e Carp. 1807, doc. 10). Entre os seus vários filhos encontravam-se Pedro Fernandes de Castro de Fornelos, senhor documentado em 1289, momento em que celebrou um escambo com Melón sobre alguns bens em Lougares (AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1454, doc. 10) e em 1305, altura em que comprou a Arouca a parte da quintã de Azevedo que lhe tinha sido deixada pelas suas

Nunes Cabrão, de quem teve descendência,[1421] e Martim Pais de Jolda, pai de Gil Martins de Jolda e primeira figura desta linhagem.[1422]

---

tias Luca Rodrigues de Valadares e Sancha Rodrigues de Valadares (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 790). Foram também seus filhos Maria Fernandes de Castro de Fornelos e João Fernandes de Castro de Fornelos, esposo de Rica Fernandes Churrichão.

Por sua vez, João Fernandes de Castro de Fornelos foi pai de Aldara Anes de Castro de Fornelos e de Inês Anes de Castro de Fornelos. Desta última senhora subsistem duas cópias do seu testamento, datadas de 1320 e 1348 (AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1460, doc. 13 e Carp. 1464, doc. 19).

Ao casar com Álvaro Peres de Soutomaior, Inês Anes acabou por transmitir todo o património desta família à linha dos Soutomaior de Castro de Fornelos, família que, por esta altura, já possuía vários bens em torno da urbe tudense.

Muitos destes Fornelos serão invocados ao longo dos nossos textos sobre as linhagens em que se casaram, ficando estabelecida, desde já, a sua linha de sucessão.

[1421] LL63S3 e seguintes.

[1422] LL63A3 e seguintes. Importa assinalar que Martim Pais de Jolda encontra-se referido nas inquirições de 1220, 1258 e 1288 ainda como Martim Pais de Bravães – PMH-Inq. 1220, pp. 128-129; PMH-Inq. 1258, pp. 320, 390 e 394; e PMH-Inq. 1288-Sent.1290, pp. 356-357; a única excepção é PMH-Inq. 1288-Sent.1290, p. 336. Estes seus bens localizavam-se em Vitorino de Piães (Ponte de Lima), Cendufe (Arcos de Valdevez), Jolda (Arcos de Valdevez) e Gandra (Esposende).

Martim Pais foi pai de Gil Martins de Jolda, esposo de Teresa Anes de Cerveira. Este modesto cavaleiro encontra-se documentado nas inquirições de 1258, que lhe atribuem bens em S. Tiago de Rodalio (Cendufe, Arcos de Valdevez) e S. Vicente de Távora (Arcos de Valdevez), tendo dado a criar uma filha sua em Gandra (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, pp. 390, 391 e 403.

Do seu casamento nasceu Afonso Gil, pai de Rodrigo Afonso, cavaleiro documentado através das inquirições de 1288, que lhe apontam bens em Padornelo (Paredes de Coura), Rio Cabrão, Padreiro, Cendufe, Jolda, Távora (Arcos de Valdevez), Antas, Gandra (Esposende) e Barroselas (Viana do Castelo) – PMH-Inq. 1288-Sent.1290, pp. 89-90, 221-222, 222-225, 230-231, 245-246, 246-247, 334, 336 e 342. Segundo as inquirições de 1303-1304, foi detentor de bens em Padreiro e Cendufe, em Valdevez – ANTT, Leitura Nova, Livro 3 das Inquirições da Beira e Além Douro, Fol. 135v e 136v. Nas inquirições de 1307-11, encontra-se referido em Guilhadeses, Távora, Cendufe, Padreiro (Arcos de Valdevez), Frojães, Antas (Esposende), Mujães (Viana do Castelo) e Vitorino de Piães (Ponte de Lima) – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 14v, Fol. 15, Fol. 16v., Fol. 33v, Fol. 34, Fol. 34v e Fol. 39v. As inquirições de 1343 ainda referem a posse de alguns bens pelos seus herdeiros em S. Paio de Antas (Esposende) – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 145.

Segundo um documento de 1344, Mem Rodrigues, possível herdeiro de Rodrigo Afonso, estava herdado em Vitorino das Donas (Ponte de Lima), Alvarães (Viana do Castelo),

III-5 e TERESA SOARES VELHO, que também não teve descendência.[1423]

III-1 NUNO SOARES VELHO II foi, sem qualquer dúvida, a figura mais destacada da sua linhagem durante o século XII, pois, para além de ser uma das presenças mais assíduas da corte portuguesa entre 1117 e 1162, conseguiu alcançar a alferesia real e assumiu o governo da terra de Neiva em 1127 e 1145. A sua assinalável dedicação aos assuntos da corte levou-o a afastar-se da sua zona natal, surgindo em Coimbra, em 1123, e em Lisboa, em 1160. Contudo, esta aposta na manutenção de uma posição elevada entre a primeira aristocracia do reino terá, em alguns momentos, exaurido as finanças familiares, visto que, em 1136, este se viu obrigado a pedir ajuda ao arcebispo bracarense D. Paio Mendes.[1424] Segundo o *Livro de Linhagens* (LL58E3), NUNO SOARES escolheu sepultar-se no mosteiro de Carvoeiro, perto de Viana do Castelo. Esta indicação pode indiciar que os Velhos também seriam patronos deste cenóbio. A memória de NUNO SOARES não se desvaneceu facilmente, pois, muitas décadas após a sua morte, ainda era referido nas inquirições do período afonsino e dionisino, onde se alude à usurpação da ermida de S. Salvador, em Santa Maria de Caminha, a um lugar honrado em Santa Maria de Vila Mou, no julgado de Viana, a uma quintã honrada no lugar de Rial, na freguesia de Santa Leucádia de Geraz do Lima, no julgado de Geraz do Lima (no actual concelho de Viana), e a uma casa honrada em S. Tiago de Creixomil, no julgado de Neiva (no actual concelho de Barcelos), a uma quintã em Âncora (Caminha), a um paço honrado em Carreço (Viana do Castelo) e a um lugar honrado em Mangoeiro (Gondarém, Cerveira). Nestas fontes, este é referido quase sempre como

---

Góios (Barcelos) e Paredes de Coura, património que legaria aos seus filhos Álvaro e Sancha Rodrigues de Jolda – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 341.

Por sua vez, Gil Martins também foi pai de Reimom Gil, Elvira Gil, Mor Gil, Sancha Gil (LL63A4) e provavelmente de Gonçalo Gil de Jolda, fidalgo criado em Rio Frio (Arcos de Valdevez) – PMH-Inq. 1288-Sent.1290, pp. 251-252.

Nas inquirições de 1343 documenta-se ainda um Álvaro Pires de Jolda, figura que não conseguimos fazer entroncar em nenhuma das figuras já referidas (Vila de Punhe, Viana do Castelo – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 147v).

[1423] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1424] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 140-141; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 329.

NUNO VELHO.[1425] O poder de NUNO SOARES VELHO II e da sua família garantiu-lhe dois casamentos prestigiosos, com Mor Pires Perna, filha de Pero Pais da Silva, o *Escacha*, antigo mordomo do conde D. Henrique (em 1105) e filho de Paio Guterres da Silva, vicário régio de Afonso VI em Portucale,[1426] e depois com Gontrode Fernandes de Montor, filha de Fernão Anes de Montor e irmã de Paio Curvo de Toronho.[1427] Este segundo casamento foi imortalizado nos livros de linhagens (LD14Y5)[1428] graças ao adultério de Gontrode com um Gonçalo *Sapo*, parente do conde D. Vasco. Segundo esta narrativa, Gontrode Fernandes encetou esta relação adúltera durante o seu casamento com NUNO SOARES VELHO II, após o nascimento do seu filho João Nunes de Cerveira. Este Gonçalo *Sapo*, primo do conde D. Vasco, acabou por ser assassinado por NUNO SOARES, que também *«incurcou a mulher mui deshonradamente»*. Estes acontecimentos levaram Simão Nunes Curutelo a desafiar NUNO SOARES, que, devido à sua idade e por decisão da justiça régia, confiou a liça ao seu filho Pero Nunes Velho, nascido do seu primeiro casamento com Mor Pires Perna. *«E foi vençudo Dom Simão de Curutelo, e desdisse-se em campo, e encheo a sela de merda, e por esto chamaram a Dom Simão caga na rua»*. A análise deste episódio tem que passar primeiramente pela identificação de Gonçalo *Sapo* e do conde D. Vasco e, depois, pelo esclarecimento do tipo de laço que os ligava a Gontrode. Portanto, julgamos que Gonçalo seria Gonçalo Vasques de Celanova, filho do conde Vasco Sanches de Celanova (ou Barbosa),[1429] e não um primo deste. Esta relação com a segunda esposa de NUNO SOARES terá nascido num contexto familiar, já que estes amantes eram parentes afastados, pois Vasco Sanches de Celanova, filho de Sancho Nunes de Celanova e da Infanta D. Sancha Henriques, era primo de Urraca Gomes de Celanova (ou Pombeiro), filha de Gomes Nunes de Celanova (ou Pombeiro) e de Elvira Peres de Trava, esposa de Fernão Anes de Montor e mãe de Gontrode Fernandes. A própria proximidade geográfica dos Celanova

[1425] PMH-Inq. 1258, p. 349; PMH-Inq. 1288-Sent.1290, pp. 129-130, 163-164, 165, 175-176, 325 e 340; e ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 31v (inquirições de 1307-11).

[1426] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 117-118.

[1427] LL42A5.

[1428] Pensamos ser esta a versão mais antiga desta estória, que viria a ser reproduzida em vários nobiliários posteriores.

[1429] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

em relação aos Velhos parece contribuir para a veracidade desta hipótese. Por sua vez, podemos presumir que Simão Nunes Curutelo fosse um parente ou, mais provavelmente, vassalo de Gonçalo Vasques e da sua família. Temos que relembrar ainda que os Curutelo também eram oriundos do litoral do Alto Minho[1430], onde poderão ter sido procuradores dos interesses dos Celanova na região. Apesar de todos estes dados, que atribuem alguma verosimilhança àquela narrativa, não cremos que esta possa corresponder a factos reais, na medida em que pensamos existir um grande desfasamento etário entre Simão Nunes Curutelo e NUNO SOARES VELHO II e sua segunda esposa. Mas, a terem acontecido, presumimos que terão ocorrido por volta da década de cinquenta ou sessenta do século XII, altura em que podemos acomodar, com algum esforço, todos os intervenientes desta estória. Do primeiro casamento de NUNO SOARES com Mor Pires Perna nasceram os seguintes filhos: *Soeiro Nunes Velho II* (IV-1), *Pero Nunes Velho* (IV-2), *Mem Nunes Velho* (IV-3), *Elvira Nunes Velho II* (IV-4), *Mor Nunes Velho* (IV-5) e *Urraca Nunes Velho* (IV-

[1430] Nas inquirições de 1220, 1258, 1288, 1307-11 e 1343, existem inúmeras referências à presença dos Curutelo nos julgados de Neiva, Aguiar de Neiva, Geraz do Lima e Penela.

Os fidalgos mencionados são Beatriz Martins de Curutelo (inquirições de 1343, Freixo, em Ponte de Lima – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fols. 158v-159), Egas Martins de Curutelo (Freixo, em Ponte de Lima – PMH-Inq. 1288, pp. 355-356; e inquirições de 1307-11 – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 39), Fernando de Curutelo (Ardegão, em Ponte de Lima – PMH-Inq. 1258, p. 324), Guiomar Martins de Curutelo (inquirições de 1343, Freixo, em Ponte de Lima – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fols. 158v-159), Leonor Martins de Curutelo (inquirições de 1343, Freixo, em Ponte de Lima – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fols. 158v-159), Martim Anes de Curutelo (inquirições de 1343, Sandiães, em Ponte de Lima – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 113v), Martim Viegas de Curutelo (inquirições de 1307-11, Freixo, Vitorino de Piães, Poiares, Navió, Ardegão, todas em Ponte de Lima – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 39-39v e 40-41; inquirições de 1343, Ardegão e Freixo, em Ponte de Lima – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 158 e 158v-159), Nuno Viegas de Curutelo (Tregosa e Quintiães, em Barcelos, e Poiares, em Ponte de Lima – PMH-Inq. 1258, pp. 319, 321 e 323), Vicente Martins de Curutelo (Vila Franca, em Viana do Castelo, Vitorino dos Piães, em Ponte de Lima, Balugães, em Barcelos, Poiares, em Ponte de Lima, Cossourado, em Barcelos, Ardegão, em Ponte de Lima, Freixo, em Ponte de Lima, Deão, em Viana do Castelo, e Touvedo, Ponte da Barca – PMH-Inq. 1258, pp. 316, 320, 321, 322, 324, 325, 327 e 399) e o próprio Simão Nunes Curutelo (Vitorino de Piães, em Ponte de Lima – PMH-Inq. 1220, pp. 128-129).

A partir destes dados podemos concluir que, apesar das suas breves aparições nos círculos da corte, os Curutelo investiram quase exclusivamente na consolidação dos seus domínios em torno dos vales do Lima e do Neiva, recorrendo a pequenas usurpações, compras e, acima de tudo, ao amádigo (desde os tempos de Simão Nunes).

6). Do seu segundo matrimónio com Gontrode Fernandes de Montor nasceu *João Nunes de Cerveira* (IV-7).[1431]

A quarta geração

Do primeiro casamento de Nuno Soares Velho II com Mor Pires Perna nasceram:

IV-1 SOEIRO NUNES VELHO II que se encontra documentado várias décadas mais tarde nas inquirições de 1258, onde é identificado como «SOEIRO VELHO». Esta fonte afirma que os seus filhos e os de D. Salvador venderam uma herdade em Moreira do Lima (no antigo julgado de Ponte de Lima e actual concelho do mesmo nome) a Paio Geraldo da Ponte. Segundo as inquirições de 1288, teve uma quintã honrada em Santa Marta de Portuzelo (no julgado de Viana), feita em terra reguenga.[1432] SOEIRO NUNES casou com Teresa Anes de Penela, filha de João Aires de Valadares e de Gontinha Gomes de Penegate, e depois com Aldonça Nunes. Do seu primeiro casamento nasceram *Pero Soares Escaldado* (V-1), *Maria Soares Velho* (V-2) e *Mor Soares Velho* (V-3); por sua vez, do seu segundo matrimónio nasceram *Vasco Soares Velho* (V-4) e *Sancha Soares Velho II* (V-5).[1433]

IV-2 PERO NUNES VELHO acabou por casar com a sua parente Maria Anes de Baião, filha de João Viegas *Ranha*, magnate da corte portuguesa entre 1112 e 1148.[1434] PERO NUNES ficou famoso pelo seu célebre duelo com Simão Nunes Curutelo (LD14Y5), no qual representou seu pai. Segundo Almeida Fernandes, foi detentor de bens nas freguesias de Portuzelo e Areosa, perto de Viana do Castelo.[1435] Desta sua união nasceram *Mourão Pires Velho* (V-6), *Fernão Pires Tinhoso* (V-7), *Afonso Pires Gato* (V-8) e *Teresa Pires Velho I* (V-9).[1436]

[1431] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1432] PMH-Inq. 1258, p. 339; PMH-Inq. 1288, pp. 168-170.

[1433] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogias 4.5.3.1. – Velho-Bravo e 4.5.3.4. – Vasquinhos.

[1434] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 169.

[1435] *Idem*, *ibidem*, p. 141.

[1436] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

IV-3 MEM NUNES VELHO, pai de *Gomes Mendes Barreto* (V-10) e *Sancha Mendes Barreto* (V-11).[1437]

IV-4 ELVIRA NUNES VELHO II casou com o magnate fronteiriço Soeiro Aires de Valadares, de quem teve descendência, e foi amante do jogral Mem d'Alaúde. Desta segunda relação nasceram Afonso Mendes de Neivoo e Sancha Mendes, matriarca dos Calheiros e Carpinteiro.[1438]

[1437] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1438] LL42A6. Afonso Mendes de Neivoo surge nas inquirições de 1288 em «Gonciaes», no julgado de Caminha e Cerveira – PMH-Inq. 1288, pp. 157-158.

Este cavaleiro terá sido pai de Martim Afonso de Neivoo, que se encontra documentado nas inquirições de 1258 e 1288, em torno de Navió (Ponte de Lima), Balugães (Barcelos) e «Gonciaes» – PMH-Inq. 1258, pp. 320-321; PMH-Inq. 1288, pp. 157-158.

Por sua vez, Martim Afonso terá sido pai de Estêvão Martins de Neivoo, fidalgo que, segundo as inquirições de 1288 e de 1307-11, tinha interesses em torno de Vitorino de Piães (Ponte de Lima), Poiares (Ponte de Lima) e «Gonciaes» – PMH-Inq. 1288, pp. 157-158; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 40-40v –; de Gonçalo Martins de Neivoo, fidalgo que, segundo as inquirições de 1307-11, criou um filho em Ardegão – Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 41 –; e de Maria Martins de Neivoo, senhora que, segundo as inquirições de 1288, se encontra documentada em Poiares (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1288, p. 358.

As inquirições de 1288 dizem também que os Neivoo eram senhores de uma honra na freguesia de Cossourado, em Barcelos – PMH-Inq. 1288, p. 357.

Quanto aos Carpinteiro, a única figura documentada no Alto Minho foi Martim Afonso Carpinteiro, em torno de Monte Redondo (Arcos de Valdevez), Geraz do Lima e Subportela (Viana do Castelo) – PMH-Inq. 1288, pp. 278, 325 e 327.

Já os Calheiros encontram-se abundantemente documentados nas inquirições de 1258, 1288 e de 1303-1304, mas apenas em Calheiros (Ponte de Lima) e em algumas freguesias vizinhas.

Os fidalgos identificados são Fernão Fernandes de Calheiros – 1258: Santa Maria de Sá, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 338), Moreira do Lima, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 339), Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, pp. 340-341), e Labruja, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 341); 1288: Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1288, pp. 198-202), e Cepões, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1288, pp. 209-210); 1303-1304: Calheiros, em Ponte de Lima (ANTT, Leitura Nova, Livro III das Inquirições da Beira e Além Douro, Fol. 134v) –, João Fernandes de Calheiros – 1288: Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1288, pp. 198-202) –, Paio Rodrigues de Calheiros – 1258: Carreço, em Viana do Castelo (PMH-Inq. 1258, p. 329), e Labruja, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 341) –, Pedro Rodrigues de Calheiros – 1258: Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 341), e Vitorino das Donas, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 345); 1288: Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1288, pp. 198-202), Rio de Moinhos, em Arcos de Valdevez (PMH-Inq. 1288, pp. 241-243) –, Rodrigo Fernandes de Calheiros – 1258: Calheiros, em

IV-5 MOR NUNES VELHO, que não terá tido descendentes.[1439]

IV-6 e URRACA NUNES VELHO casou com Gomes Pais da Silva, filho do poderoso vicário régio Paio Guterres da Silva e irmão do mordomo condal Pero Pais *Escacha*, e dele teve descendência[1440].

Do segundo casamento de Nuno Soares Velho II com Gontrode Fernandes de Montor nasceu:

IV-7 JOÃO NUNES DE CERVEIRA, fidalgo que conseguiu capitalizar plenamente o prestígio político e social granjeado pelo seu pai na corte portuguesa, imiscuindo-se nos círculos aristocráticos coimbrãos. Esta situação privilegiada fez com que a sua família adquirisse bens em Coimbra, Ourém, Besteiros e Viseu. Apesar de ter marcado presença na corte entre 1183 e 1192, a doação de D. Sancho I de um préstamo em Cerveira terá feito com que JOÃO NUNES voltasse a sua atenção para o seu Alto Minho natal. A partir daqui, os seus descendentes foram-se espalhando pelas terras de Cerveira, Caminha e Pena da Rainha. O facto de ter tomado posse do castelo de Cerveira pode indiciar que lhe foi conferida, simultaneamente, a tenência de Riba Minho, facto que seria recordado décadas mais tarde nas inquirições de 1258. Sabemos também que JOÃO NUNES comprou parte da igreja de S. Paio de Moledo. Em 1217, surge entre as figuras que estiveram presentes no acordo que resolveu o problema dos dotes das Infantas D. Sancha e D. Dulce, filhas de Afonso IX e da sua ex-mulher, a Infanta D. Teresa Sanches de Portugal. Não sabemos as razões exactas que o levaram à corte leonesa, mas é possível que tenha feito parte do séquito de um dos magnates portugueses que, incompatibilizados com a política centralista de D. Afonso II, buscaram

---

Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 341); 1288: Cossourado, em Paredes de Coura (PMH-Inq. 1288, pp. 94-95) —e Vasco Fernandes de Calheiros— 1258: Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1258, p. 341); e 1288: Cristelo, em Paredes de Coura (PMH-Inq. 1288, pp. 92-93), Cossourado, em Paredes de Coura (PMH-Inq. 1288, pp. 94-95), Vascões, em Paredes de Coura (PMH-Inq. 1288, pp. 106-107), Calheiros, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1288, pp. 198-202), e Cepões, em Ponte de Lima (PMH-Inq. 1288, pp. 209-210).

Apesar da sua enorme longevidade, os Calheiros nunca conseguiram alçar-se para lá da esfera da nobreza regional.

[1439] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

[1440] Tal como se pode constatar através de LL58E3 e seguintes.

exílio no reino vizinho.[1441] Por outro lado, podemos presumir que, atendendo às suas origens maternas, os seus périplos pela Galiza e visitas à corte de Leão fossem bastante frequentes. JOÃO NUNES acabou por encetar matrimónio dentro de uma das mais poderosas linhagens da Galiza, já que Sancha Anes de Moeiro, sua esposa, era filha de João Soares da Nóvoa e neta de Soeiro Anes da Nóvoa, um dos irmãos de Pero Anes da Nóvoa I, o principal valido e mordomo de D. Afonso II.[1442] Deste casamento nasceram: *Pero Anes de Cerveira I* (V-12), *Gonçalo Anes de Cerveira I* (V-13), *Lourenço Anes de Cerveira* (V-14), *Soeiro Anes de Cerveira* (V-15) e *Sancha Anes de Cerveira* (V-16).[1443]

A quinta geração

Do primeiro casamento de Soeiro Nunes Velho II com Teresa Anes de Penela nasceram:

V-1 PERO SOARES *ESCALDADO*, que se encontra referido abundantemente nas inquirições de 1258, situando-se os seus bens nos julgados de Neiva, Ponte de Lima, Caminha e Penela. As de 1288 permitem acrescentar a este património algumas propriedades no julgado de Viana (antiga terra da Vinha) e, mais a sul, no de Penafiel de Bastuço. A primeira fonte também revela que PERO SOARES já teria falecido à data da sua realização.[1444] Segundo Sottomayor-Pizarro, o seu casamento com Maria Vasques Carpinteiro pode ser lido como uma das aproximações dos Velhos aos Azevedo, seus parentes afastados, pois o pai desta dona seria neto paterno de Gontinha Nunes de Aze-

[1441] Os principais dados biográficos de João Nunes de Cerveira encontram-se resumidos em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 37-38.

[1442] *Idem*, *ibidem*. A ascendência e casamento de Sancha Anes são apontados em LD19V6-7.

[1443] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1444] Segundo as inquirições de 1258, encontra-se documentado em Marinhas (Esposende), Mujães (Viana do Castelo), Portuzelo (Viana do Castelo), Caminha, Gandra (Ponte de Lima) e Gemieira (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, pp. 312, 318, 334, 349, 403 e 404.

Segundo as inquirições de 1288, honrou um casal em Portuzelo (Viana do Castelo) – PMH-Inq. 1288, pp. 168-70.

Sobre estes bens e os que detinha no julgado de Penafiel de Bastuço veja-se a biografia proposta por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 330-331.

vedo, através do seu segundo marido Gomes Ramires Carpinteiro.[1445] Por outro lado, o mesmo autor considera também que, devido à proximidade do seu pai, Vasco Pais Carpinteiro (ou de Coimbra), aos círculos de Coimbra, onde foi alcaide entre 1180 e 1186, podemos compreender este casamento como uma estratégia de aproximação à corte. Sottomayor-Pizarro relembra também que Vasco Pais seria irmão de D. Gualdim Pais, o famoso mestre templário.[1446] Na verdade, as origens dos Carpinteiros podem ser radicadas directamente nos Velhos e no Alto Minho, pois os nobiliários indicam explicitamente que esta linhagem e os Calheiros provêm directamente de Sancha Mendes, filha bastarda de Mem d'Alaúde com Elvira Nunes Velho II, tia paterna de PERO SOARES.[1447] Deste seu casamento nasceram *João Pires Redondo I* (VI-1), *Pero Pires Velho* (VI-2), *Martim Pires Zote* (VI-3), *Pero Pires Bravo* (VI-4), *Maria Pires Bravo* (VI-5) e *Sancha Pires Velho* (VI-6).[1448]

V-2 MARIA SOARES VELHO, que casou com Pero Nunes Ribeiro, de quem teve descendência.[1449]

V-3 e MOR SOARES VELHO, que se uniu a Paio Pires Novais, de quem teve descendência.[1450] Paio Pires foi filho de Pero Novais, um escudeiro de Riba Tea (em Sobroso) que, ao ter sido capturado pelos muçulmanos, se viu obrigado a pedir ajuda ao rei de Leão e a vários magnates e autoridades do ocidente peninsular. Depois de ter sido libertado, voltou à sua Galiza natal, onde reuniu uma vasta fortuna através de investimentos em culturas cerealíferas. Esta sua riqueza posicionou os Novais entre as principais famílias da fronteira galaico-minhota.[1451] Não estamos seguros sobre a datação da sua passagem para a es-

[1445] *Idem*, *ibidem*, p. 331.

[1446] *Idem*, *ibidem*.

[1447] LL42A6.

[1448] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1449] *Idem*, *ibidem*.

[1450] *Idem*, *ibidem*.

[1451] LL65A1, título que é dedicado exclusivamente à descendência de Pero Novais.

Segundo esta fonte (LL65A2-3), do casamento entre Paio Pires Novais e Mor Soares Velho nasceu Afonso Pais Novais, esposo de D. Teresa Rodrigues de Meira, filha de D. Rui Fernandes de Meira e de Ouroana (ou Maior) Pires Gravel (Valadares) – casal que surge documentado no fundo do mosteiro de Armenteira em 1254 e 1255, cenóbio onde instituíram uma capela pessoal (AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carpeta 1760, docs. 5 e 8).

Deste último matrimónio nasceram Rui Afonso Novais, Pero Afonso Novais, Martim Afonso Novais e Beatriz Novais.

Do casamento entre Rui Novais e Maria Fernandes Churrichão nasceram Afonso Rodrigues Novais, Paio Rodrigues de Meira e Rui Rodrigues de Novais (LL65A4). Este Afonso Rodrigues Novais acabou por casar com a galega Leonor Rodrigues de Telha e com Maria Afonso, sem que tivesse deixado descendência (LL65A5).

Já Paio Rodrigues de Meira casou com Leonor Rodrigues de Vasconcelos, de quem teve Gonçalo Pais Novais, esposo de Leonor Martins Leitão, de quem teve filhos, e D. Mécia Rodrigues Novais, mulher de Lopo Soares de Albergaria, de quem teve descendência (LL65B5-6 e C6).

Por sua vez, a linha de Pero Pais Novais, filho de Paio Pires Novais e de Mor Soares Velho e irmão de Afonso Pais Novais, desenvolveu-se da seguinte forma: este foi pai de um Pero Pires Novais e de Teresa Pires Novais; o primeiro casou com Maria, *a Potarinha* [Petarinha] *de Santarém*, e teve Gomes Pires Novais (LL65D3-4); já Teresa Pires Novais casou com Soeiro Gonçalves de Barbudo, de quem teve descendência (LL65E4 e seguintes). Importa realçar que Maria Petarinha será filha de Pero Martins Petarinho e, por isso, neta de Martim Petarinho, natural do lugar de Fonte Arcada (em Souto, Arcos de Valdevez), sendo que esta dona terá sido sepultada na igreja de S. Domingos de Santarém (Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. II, p. 684).

Tal como refere Luís Krus (Krus, *A Concepção Nobiliárquica…*, pp. 263-265), a narrativa sobre as origens dos Novais cria a ideia de que boa parte da nobreza galega vivia num estado de pobreza e fraqueza militar endémico, justificativo do surgimento de grandes senhores portugueses na Galiza (como Pedro Arteiro Churrichão ou Martim Sanches). Contudo, o desempenho dos Novais na conquista do Alentejo e o seu surgimento em lugares cimeiros das cortes de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, desmentem completamente esta imagem.

A costumeira utilização do nome próprio associado imediatamente ao apelido Novais dificulta bastante qualquer processo de associação destas figuras à realidade documental.

No que toca à nossa região, deparamo-nos com várias figuras desta linhagem: João Novais —fidalgo documentado nas inquirições de 1258, 1288 e de 1301, em Galegos (Póvoa de Lanhoso), Lovelhe e Reboreda (Cerveira) [PMH-Inq. 1258, pp. 353 e 355; PMH-Inq. 1288, pp. 135-137; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro III, Fol. 18v]—, Afonso Novais —fidalgo documentado nas inquirições de 1258, 1288 e de 1307-11, em S. Julião, Silva (Valença), Balugães (Barcelos), Moreira, Badim (Monção), Cornes, Lovelhe, Gondarém, Mentrestido (Cerveira), Mozelos, Parada, Padornelo (Paredes de Coura) e Gondoriz (Arcos de Valdevez) [PMH-Inq. 1258, pp. 350, 351, 353, 356, 357, 360, 364, 367 e 384; PMH-Inq. 1288, pp. 104-105, 121-123 e 129-130; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 8v e 38v]—, Rodrigo Novais —fidalgo documentado nas inquirições de 1288, de 1307-11 e em Oia em 1348, em Gondarém (Cerveira), Padornelo (Paredes de Coura) e Vilar de Mouros (Caminha) [PMH-Inq. 1288, pp. 89-90; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 9v; e AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1830, doc. 11]—, Martim Novais, chantre da Guarda —clérigo documentado nas inquirições de 1288, de 1307-11 e no fundo do mosteiro de Melón, em Gondarém, Lovelhe (Cerveira), Poiares, Bertiandos e em Freixo (Ponte de Lima) [PMH-Inq. 1288, pp. 129-130, 146-147, 192-194, 355 e 358; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 40v; e AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1796, doc. 9]—, Pedro Novais —cavaleiro documentado nas inquirições de 1258 e 1288, em Alvito, Fragoso (Barcelos), Moreira

fera portuguesa, mas acreditamos que esta terá sido fruto do seu casamento. Segundo as inquirições gerais, os bens dos Novais abarcavam uma parte substancial do espaço minhoto, dispersando-se pelos julgados de Lanhoso, Valença, Caminha, Ponte de Lima, Aguiar de Neiva, Neiva, Cerveira, Froião, Valdevez e Pena da Rainha. Encontrámos também referências documentais que apontam para a zona de Vilaboa, já na Galiza.[1452] Em algumas destas referências surgem casos de préstamos, o que parece confirmar a narrativa apresentada pelos livros de linhagens. Veja-se o caso da inquirição feita em 1258 a Santa Eulália de Gondar, no julgado de Cerveira, onde os inquiridos indicam que Paio Novais foi aprisionado no cerco de Alcácer (do Sal?) e que, quando foi libertado, D. Sancho I decidiu doar-lhe casais nesta freguesia, que permitiram aos seus descendentes honrar todo este lugar.[1453] Podemos presumir que o distanciamento temporal em relação aos acontecimentos tenha levado a uma troca de Pero Novais pelo seu filho Paio Novais.

Do segundo casamento de Soeiro Nunes Velho II com Aldonça Nunes nasceram os seguintes filhos:

---

do Lima, Refóios de Lima (Ponte de Lima), Reboreda (Cerveira), Rubiães, Linhares (Paredes de Coura) e Troviscoso (Monção) [PMH-Inq. 1258, pp. 304, 318, 339, 355, 360 e 395; PMH-Inq. 1288, pp. 47 e 97-98]—, Paio Novais —fidalgo documentado nas inquirições de 1258 e 1288, em Vila Meã, Cornes, Sapardos, Covas, Reboreda, Gondar, Campos (Cerveira), Insalde (Paredes de Coura), Ganfei, Silva, Cerdal (Valença), Moreira, Badim (Monção), Arcozelo (Ponte de Lima) e Vila Franca (Viana) [PMH-Inq. 1258, pp. 350, 351, 354-355, 356, 358, 365 e 366; PMH-Inq. 1288, pp. 104-105, 115, 116-118, 134, 148-149, 213 e 341]—, Gontinha Pais Novais —senhora documentada nas inquirições de 1258, em Vila Meã, Cornes, Sapardos e Campos (Cerveira) [PMH-Inq. 1258, pp. 350, 351 e 352]—, Teresa Pais Novais —senhora documentada nas inquirições de 1258 e em Oia em 1287, em Cornes, Covas (Cerveira) e Cobres (Vilaboa) [PMH-Inq. 1258, pp. 350-351 e 355; AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1807, doc. 19]—, Afonso Peres Novais —fidalgo documentado nas inquirições de 1258 e 1288, em Sapardos e Covas (Cerveira) [PMH-Inq. 1258, pp. 352 e 354-355; e PMH-Inq. 1288, pp. 139-141]— e Elvira Pais Novais —dona documentada nas inquirições de 1288, em Covas (Cerveira) [PMH-Inq. 1288, pp. 139-141]—.

Estas informações permitem-nos constatar que, desde os tempos de Pero Novais e Paio Novais, esta linhagem se empenhou profundamente na consolidação de uma vasta rede patrimonial, que, salvo algumas excepções, se centrava nos julgados fronteiriços.

Curiosamente, a presença dos Novais na Galiza é verdadeiramente residual, sinal de que investiram todos os seus recursos na sua afirmação em território português.

[1452] *Vide* nota anterior.

[1453] PMH-Inq. 1258, pp. 356.

V-4 VASCO SOARES VELHO, de quem se sabe apenas que esteve presente na conquista de Faro (1249) e que teve descendência por linha bastarda.[1454] Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL42E6), VASCO SOARES teve apenas uma filha da sua barregã, que, por sua vez, deu origem aos Vasquinhos. Portanto, passaremos a designar esta senhora como *N. Vasques Velho* (VI-7), cuja descendência analisaremos mais à frente.[1455]

V-5 e SANCHA SOARES VELHO II, que não terá tido descendência.[1456]

Por sua vez, do casamento entre Pero Nunes Velho e Maria Anes de Baião nasceram:

V-6 MOURÃO PIRES VELHO, que, segundo os livros de linhagens, se casou e teve *Gonçalo Pires Mourão* (VI-8) e *Teresa Pires Mourão* (VI-9).[1457]

V-7 FERNÃO PIRES *TINHOSO* terá granjeado algum prestígio no ambiente cortesão do primeiro quartel do século xiii, onde se conseguiu integrar no séquito do bastardo régio Martim Sanches, filho de D. Sancho I e de Maria Aires de Fornelos que, incompatibilizado com a política centralista de D. Afonso II, seu irmão, se viu obrigado a rumar a Leão em 1217, tendo-se tornado num dos principais magnates de Afonso IX, seu parente. O facto de FERNÃO PIRES surgir no tratado de 1223, entre D. Sancho II e as suas tias, como um dos cavaleiros leoneses apresentados como garantes do acordo, pode indiciar que este terá abandonado o reino com o seu senhor. Afonso Pires Gato, seu irmão, também foi um dos intervenientes deste pacto, podendo ter sido um dos vassalos das Infantas ou de Martim Sanches ou, pelo menos, um dos simpatizantes do ideário feudalizante defendido por estas e pelos exilados portugueses em Leão.[1458] Fruto do seu casamento com uma senhora desconhecida, FERNÃO PIRES foi pai de *Elvira Fernandes Tinhoso* (VI-10).[1459]

[1454] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 378-379.

[1455] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.4. – Vasquinhos.

[1456] *Idem*, *ibidem*.

[1457] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1458] Esta relação com Martim Sanches encontra-se analisada em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 35.

[1459] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

V-8 AFONSO PIRES GATO[1460], que, para além da sua presença naquele importante tratado, conseguiu alçar-se à rico-homia na primeira metade do século XIII, tendo sido tenente da Guarda em 1207 e 1241. Segundo as inquirições de 1258 e 1288, foi criado na freguesia de S. Salvador de Covas (concelho de Vila Nova de Cerveira, no julgado de Caminha e Cerveira), em quintã que viria a ser honrada por D. Sancho I e onde também um seu neto foi criado[1461]. Tal como seu irmão, ter-se-á juntado aos opositores de D. Afonso II e, possivelmente, poderá ter passado algum tempo em Leão. Segundo Sottomayor-Pizarro, esta aliança poderá ter resultado da influência directa dos Sousa, já que João Garcia de Sousa, filho de Garcia Mendes de Sousa II (ou de Eixo) e sobrinho de Gonçalo Mendes de Sousa II (famosos exilados portugueses da corte leonesa e na Toronho dos tempos de Afonso IX)[1462], seria seu cunhado.[1463] Segundo o que se pode apurar, foi senhor de um património bastante disperso, situado em Sedielos e Loureiro (concelho de Peso da Régua), Cidadelhe, Oliveira e Vila Marim (concelho de Mesão Frio, onde era também padroeiro da igreja de S. Nicolau de Mesão Frio), em S. Pedro do Paraíso e Sardoura (concelho de Castelo de Paiva), na Guarda, em Seia, em S. Martinho de Mouros (concelho de Resende) e em Campo de Besteiros (concelho de Tondela).[1464] Sabemos que em 1223 já estava casado com Urraca Fernandes de Lumiares I e que ainda estava vivo em 1258.[1465] Analisando um pouco a geografia dos seus bens, podemos concluir que, na sua maioria, seriam fruto da sua actividade como tenente na região centro e da sua aliança matrimonial, afastando a sua família do Alto Minho, onde retinha somente a quintã honrada onde tinha sido criado. Do seu casamento com Urraca Fernandes de Lumiares I nasceram *Lopo Afonso Gato* (VI-11), *Fernão Afonso Gato* (VI-12), *Teresa Afonso Gato* (VI-13), *Constança Afonso Gato* (VI-14), *Guiomar Afonso Gato* (VI-15) e *Mor Afonso Gato* (VI-16). De uma relação barregânica com Maria Gonçalves da Palmeira, dama proveniente de um dos ramos portugueses dos Trava, nasceu *Estêvão Afonso Gato* (VI-17).[1466]

[1460] *Vide Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 388-390.

[1461] PMH-Inq. 1288, pp. 139-141.

[1462] Os principais dados sobre os exílios de Gonçalo Mendes de Sousa II e Garcia Mendes de Eixo encontram-se em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 28-32.

[1463] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 388.

[1464] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 389.

[1465] *Idem*, *ibidem*.

V-9 e TERESA PIRES VELHO I, que casou com Fernão Gonçalves de Sousa e, depois, com Fernão Pires Churrichão, de quem teve descendência.[1467] Apesar do seu prestigioso primeiro casamento, que a aparentava com Garcia Mendes de Eixo e com Gonçalo Mendes de Sousa II, magnates que, desavindos com o rumo centralista e anti-senhorial da política de D. Afonso II, se exilaram na vizinha Toronho e que terão marcado presença na corte de Afonso IX,[1468] TERESA PIRES foi capaz de se unir a uma das principais linhagens galegas de origem portuguesa. Na verdade, Fernão Pires seria filho de Pedro Arteiro, um modesto fidalgo do vale do Sousa que foi recrutado pelo bispo e cabido de Ourense para defender os seus bens da usurpação de dois cavaleiros locais. O bom serviço prestado garantiu-lhe um soldo por parte destas autoridades eclesiásticas e parte dos bens que estavam em litígio. Acreditamos também que lhe terão conseguido um bom casamento, do qual nasceu Fernão Pires. A rápida proliferação e enorme sucesso dos Churrichão no sul da Galiza testemunham perfeitamente a capacidade de interpenetração das elites das duas margens do Minho.[1469]

[1466] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1467] *Idem*, *ibidem*.

[1468] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 28-32.

[1469] Os contornos da migração de Pedro Arteiro encontram-se analisados em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 9-10. Neste contexto, importa realçar que Pedro Arteiro teve uma aparição na corte de Fernando II, logo em 1157.

Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL74C2 e seguintes), do casamento entre Fernão Pires Churrichão e Teresa Pires Velho nasceram Nuno Fernandes Churrichão, Gonçalo Fernandes Churrichão, Mor Fernandes Churrichão e Alda Fernandes Churrichão.

Do casamento deste Nuno Fernandes Churrichão com Urraca Gil Batissela (Lima) nasceu D. Estêvão Nunes Churrichão, esposo de Teresa Garcia de Campos e pai de João Nunes Churrichão – LL74C3-4.

Por sua vez, o seu irmão Gonçalo Fernandes Churrichão casou com Sancha Anes de Montenegro e com Sancha Fernandes de Orcellón, tendo nascido da sua primeira esposa Fernão Gonçalves Farroupim (Churrichão) – LL74D3 – e da segunda Nuno Gonçalves Churrichão, Mourão Gonçalves Churrichão, Mem Gonçalves Churrichão e um novo Fernão Pires Churrichão – LL74F3. De um outro casamento seu com Rica Fernandes de S. João nasceram João Gonçalves Churrichão e o arcediago Soeiro Gonçalves Churrichão – LL74F3.

Em LL74F4-5 o nobiliário atribui a Mourão Gonçalves e João Gonçalves casamentos e descendência que apontam claramente para os Mourão e não para os Churrichão, situação que se poderá dever a uma semelhança onomástica entre as duas famílias.

Com efeito, podemos presumir que a família teve continuidade no casamento de Fernão Gonçalves Farroupim com Sancha Rodrigues (de Trava?), de quem teve Pero Fernandes Churrichão, Maria Fernandes Churrichão e Rica Fernandes Churrichão – LL74G4-5.

Por sua vez, Aldara Fernandes Churrichão casou com Nuno Pires Maldonado, filho do patriarca desta linhagem Pedro Aires Aldão, de quem teve descendência – LL74M3 e seguintes.

Já do casamento entre Pero Fernandes Churrichão com Mor Afonso de Deza nasceram Gonçalo Pires Churrichão e Fernão Pires Churrichão, sendo que o primeiro casou com Inês Pires de Soutomaior e o segundo com Maria Fernandes de Meira, de quem teve Pero Fernandes Churrichão e Afonso Gomes Churrichão – LL74T5 e seguintes.

Por seu lado, a sua irmã Maria Fernandes Churrichão casou com Rui Novais, de quem teve descendência – LL74AI5.

Corrigindo o erro de LL74F4-5, o nobiliário apresenta em LLAJ4 (e seguintes) a descendência do casamento de João Gonçalves Churrichão com Elvira de Riba de Vizela, de quem teve Pero Anes Churrichão e Afonso Anes Churrichão.

Do casamento entre Afonso Anes e Inês Anes de Deza nasceu Maria Afonso Churrichão, esposa de Rui Fernandes de Lima, filho de Fernão Fernandes de Lima, de quem teve descendência.

Como podemos constatar através destas informações, a rede familiar dos Churrichão esteve sempre orientada para a sua proliferação no espaço galego, casando com linhagens de quase todos os segmentos do sul da Galiza. Assim sendo, encontramos uniões com os Novais, estabelecidos no lado português da fronteira do Minho; os Soutomaior, Deza e Meira, linhagens do segmento norte da província de Pontevedra (já na fronteira com a terra de Santiago); os Maldonado, linhagem estabelecida nas Rias Baixas; os Montenegro, oriundos de uma terra já na esfera de influência lucense; e os Lima e Orcellón (Nóvoa), senhores incontestados da terra de Límia e do espaço orensano.

Em nosso entender, esta dispersão impediu-nos de recolher o número de referências necessário para produzir um retrato global desta linhagem. Mesmo assim, deixamos aqui as referências que fomos encontrando: Afonso Anes Churrichão, Aires Peres Churrichão, Aldara Fernandes Churrichão, Estêvão Nunes Churrichão, Fernão Arteiro (Fernão Peres Churrichão), Fernão Gonçalves Churrichão, João Afonso Churrichão, Maria Fernandes Churrichão, Maria Peres Churrichão, Martim Afonso Churrichão, Nuno Fernandes Churrichão, Pero Anes Churrichão e Pero Arteiro.

Afonso Anes Churrichão, esposo de Inês Anes de Deza, um dos indíviduos mais documentados desta linhagem nos inícios do século XIV, tendo outorgado um testamento bastante detalhado em 1325 – 1308: AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1816, doc. 18; 1321: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1460, doc. 14; 1323: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1460, doc. 20; e 1325: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1461, doc. 3.

Aires Peres Churrichão, escudeiro que se casou com Teresa Fernandes e que, tal como o seu parente anterior, beneficiou o mosteiro de Melón nos inícios do século XIV – 1310: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1458, doc. 13; e 1317: ACHDT, Pergaminhos, Carp. 14, doc. 31.

Aldara Fernandes Churrichão, senhora que vendeu, conjuntamente com outros patronos, metade da igreja da Quintã a Armenteira em 1263 – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1761, doc. 11.

Estêvão Nunes Churrichão, cavaleiro intimamente relacionado com Melón, cenóbio com o qual estabeleceu um escambo em 1260, que redundou na posse de uma série de préstamos

Por sua vez, do casamento entre Mem Nunes Velho e uma desconhecida nasceram:

V-10 GOMES MENDES BARRETO marcou presença na corte de D. Sancho I, onde surge documentado em 1208, tendo sido alcaide de Leiria em 1211. Sabemos também que foi criado no julgado de Faria e que foi recebido, em regime de amádigo, por vários herdadores no julgado de Neiva.[1470] GOMES MENDES é referido abundantemente nas inquirições de 1220, 1258 e 1288, tendo sido detentor de vários bens nos julgados de Neiva, Aguiar de Neiva,

---

que seriam recordados em vários documentos posteriores – 1260: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1450, doc. 4 e Carp. 1802, doc. 13; 1301: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1457, doc. 9; 1304: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1457, doc. 17; 1347: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1464, doc. 14.

Fernando Arteiro, ou seja, Fernão Peres Churrichão, filho de Pedro Arteiro. Este cavaleiro encontra-se documentado em Armenteira, cenóbio ao qual legou metade dos seus bens em Serzedo em 1245 – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1755, doc. 21.

Fernão Gonçalves Churrichão, ou Farroupim, cavaleiro que aforou em Melón uma herdade sua em Redondela, em 1296 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1456, doc. 2.

João Afonso Churrichão, fidalgo contemplado no testamento de Afonso Anes Churrichão de 1325 e documentado em 1332 através de uma carta de dívida sua, onde passa a Gonçalo Anes do Canto aquilo que o rei devia ao seu pai, Afonso Anes, em soldada, e em 1345, a propósito de um pleito entre o mosteiro de Barrantes e o tesoureiro de Tui sobre alguns dos seus bens – 1325: AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1461, doc. 3; 1332: ACHDT, Pergaminhos, Carp. 14, doc. 23; e 1345: ACHDT, Pergaminhos, Carp. 14, doc. 22.

Maria Fernandes Churrichão, ou de Segemonde, esposa de Gil Rodrigues de Valadares. Em 1347, esta senhora desembargou ao seu filho Fernão Gonçalves alguns bens que tinha usurpado a Melón em Arnoso (Ponteareas) – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1464, doc. 15.

Maria Peres Churrichão, senhora documentada em 1216 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1439, doc. 16.

Martim Afonso Churrichão, fidalgo contemplado no testamento do seu pai, Afonso Anes, datado de 1325, ano em que a igreja de Tortoreos se encomendou a si – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1461, docs. 3 e 6.

Nuno Fernandes Churrichão, esposo de Teresa Gil e pai de Estêvão Nunes Churrichão. Este cavaleiro encontra-se documentado através de um escambo com Melón, datado de 1242 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1443, doc. 6.

Pero Anes Churrichão, fidalgo documentado no fundo de Melón em 1306 e 1375 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1458, doc. 3; Carp. 1467, doc. 19; Carp. 1815, doc. 21.

Por fim, o próprio Pedro Arteiro, esposo de D. Gontinha, que vendeu a Oia uma herdade em Portela de Baiona, em 1231 – AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1798, doc. 11.

[1470] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 400.

Ponte de Lima, Caminha, Vila Chã e Viana.[1471] Achamos que este poderá ser o *«Gomes Ruivo»* identificado na freguesia de Santa Maria de Caminha, no julgado de Caminha.[1472] Apesar deste vasto património, podemos presumir que as suas presenças na corte fossem bastante frequentes e que, por isso, tenha aberto a sua família a possíveis casamentos com linhagens implantadas nas principais urbes onde esta se estabelecia. Do seu casamento com Constança Pais Gabere, dama proveniente de um ramo secundário dos Valadares, nasceram *João Gomes Barreto* (VI-18), *Fernão Gomes Barreto* (VI-19), *Paio Gomes Barreto* (VI-20), *Sancha Gomes Barreto* (VI-21) e *Nuno Gomes Barreto* (VI-22).[1473]

V-11 e SANCHA MENDES BARRETO, que se casou com Fernão Nunes de Giela, provável filho de Nuno de Giela, senhor da honra de Giela (Arcos de Valdevez) e parente de Martim Anes de Giela, figura documentada nas freguesias de S. Jorge e S. Paio de Arcos de Valdevez.[1474] Apesar de não conhecermos as origens exactas desta linhagem, podemos presumir que fossem apenas modestos cavaleiros, mas que, devido à riqueza e proximidade geográfica dos seus domínios, terão despertado a atenção de D. Mem Nunes Velho.[1475]

Do casamento entre João Nunes de Cerveira e Sancha Anes de Moeiro (Nóvoa) nasceram:

[1471] *Idem*, *ibidem*. Nas inquirições de 1258, Gomes Mendes Barreto encontra-se documentado em Marinhas, Antas, Belinho, Forjães (Esposende), Castelo de Neiva, Subportela, Mujães, Deocriste (Viana do Castelo), Tregosa (Barcelos), Facha (Ponte de Lima), Caminha, Travassós (Vila Verde) e Fonte Boa (Esposende) – PMH-Inq. 1258, pp. 312, 313, 314, 317, 318, 319, 326, 344 e 438. Nas inquirições de 1288 surge em Outeiro (Viana do Castelo) e Forjães (Esposende) – PMH-Inq. 1288, pp. 176-177 e 333.

[1472] PMH-Inq. 1258, pp. 319 e 349.

[1473] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1474] As inquirições de 1288 aludem claramente à posse da honra de Giela por D. Nuno Giela – PMH-Inq. 1288, pp. 286-287.

Por sua vez, as inquirições de 1258 e 1288 dizem-nos que Martim Anes Giela deu um filho a criar em S. Jorge (Valdevez) e uma filha em S. Paio de Arcos de Valdevez – PMH-Inq. 1258, p. 387, e PMH-Inq. 1288, pp. 282-284.

[1475] Na nossa opinião, é possivel que estes Giela sejam vassalos ou parentes dos Lima, facto que explicaria a implantação desta última linhagem nesta zona.

V-12 PERO ANES DE CERVEIRA I, cavaleiro que não surge em qualquer tipo de documentação portuguesa, mas que aparece entre os confirmantes da documentação régia leonesa dos finais do reinado de Afonso IX. Em 1229, ele e seu irmão, Gonçalo Anes de Cerveira I, surgem entre os confirmantes de um pacto celebrado entre o monarca leonês e a Ordem de Santiago sobre Cáceres. Esta breve aparição entre os magnates leoneses leva-nos a pensar que o silêncio das fontes portuguesas pode prender-se com o facto de ter seguido uma carreira transfronteiriça, mais orientada para a esfera galego-leonesa.[1476] Apesar do recuo da sua linhagem para a fronteira galaico-minhota, o seu casamento com Dórdia Raimundes de Riba de Vizela parece indiciar que os contactos dos Cerveira com as principais linhagens portuguesas continuavam a ser frequentes e que o seu prestígio na cúria régia continuava intacto.[1477] Mesmo assim, os casamentos e carreiras dos seus filhos parecem renovar a sua constante aposta no espaço fronteiriço, pois *Gil Pires de Cerveira* (VI-23) alcançou a apetecível mitra tudense[1478], *Afonso Pires de Cerveira* (VI-24) acabou por casar com Teresa Pires Sarraça, dama proveniente de um dos ramos dos Valadares que mais apostou na penetração no espaço galego, e *Gonçalo Pires de Cerveira I* (VI-25) encetou matrimónio com Teresa Anes de Meira, provável filha de João Aires de Meira e neta de Aires Fernandes de Meira, grande patrono do poderoso mosteiro de Armenteira nas primeiras décadas do século XIII.[1479] A ele também se pode atribuir a progenitura dos irmãos *João Pires de Cerveira* (VI- 26) e *Maria Pires de Cerveira I* (VI-27).[1480]

[1476] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 38.

[1477] *Idem*, *ibidem*.

[1478] Prelado de Tui entre 1250 e 1274.

[1479] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 38.

Aires Fernandes de Meira encontra-se documentado em 1239, 1248, 1250, 1273, 1309 e 1336, sempre na condição de benfeitor dos mosteiros de Armenteira e Melón, antes e depois da sua morte – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1754, doc. 11, Carp. 1757, doc. 2, Carp. 1758, 13, Carp. 1765, doc. 17, Carp. 1770, doc. 8; AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1452, doc. 2.

Por sua vez, João Aires de Meira aparece no fundo de Melón em 1253, 1254 e 1260, momentos em que levou a cabo algumas permutas patrimoniais em torno de alguns bens em Domaio, que chegaram a motivar um pleito com o mosteiro nesta última data – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1446, docs. 14 e 19, Carp. 1449, doc. 18.

[1480] A nossa investigação documental permitiu-nos encontrar mais alguns membros da linhagem dos Cerveira, que iremos acrescentando à medida que avançarmos na segmentação das diferentes linhas deste ramo dos Velhos.

Aproveitamos para relembrar que PERO ANES pertencia, por via materna, à prestigiosa linhagem dos Nóvoa, descendentes de Aires Calvo, parentes próximos dos poderosos Lima e família de Pero Anes da Nóvoa I, principal mordomo e valido de D. Afonso II.[1481]

V-13 GONÇALO ANES DE CERVEIRA I, cavaleiro que, tal como o seu irmão anterior, surge na cúria leonesa em 1229.[1482] Em 1258 e 1288, surge nas freguesias de Sopo e Gondarém (Vila Nova de Cerveira), Arcos (Ponte de Lima) e Tangil (Monção).[1483] Nestas últimas inquirições, o seu amádigo em S. Pedro de Mangoeiro (actual freguesia de Gondarém) encontra-se descrito de uma forma bastante «colorida», enfatizando o facto de que, apesar de já ter idade suficiente para montar, continuava a ser confiado a vários herdadores, aos quais aplicava abusivamente as regras do amádigo.[1484] Do seu casamento com uma senhora desconhecida nasceu *Urraca Gonçalves de Cerveira* (VI-28).[1485]

V-14 LOURENÇO ANES DE CERVEIRA, fidalgo que, mesmo após a sua morte, se encontra documentado em 1265 no mosteiro galego de Oia, onde o seu filho Rui Lourenço de Cerveira estabelece uma permuta patrimonial com este cenóbio. Neste documento, Rui Lourenço recebe do mosteiro o lugar de Chaín (Galiza), que pertencia a D. Osório, cavaleiro de Cerveira, figura que será o seu primo Gonçalo Soares Osores («Gonçalo Osório»). Em troca, confia ao mosteiro o seu casal de Lama Má e outro em Caminha, que pertenceu ao seu pai.[1486] Tal como os seus irmãos, LOURENÇO ANES também surge nas inquirições de 1258 e 1288, em Caminha, Riba de Mouro (Monção), Arcos de Valdevez, Guilhadeses (Arcos de Valdevez), Sá (Ponte de Lima), Oliveira (Arcos de Valdevez), Barroças e Taias (Monção), Lordelo (Monção) e Vila Nova de Cerveira.[1487] Entre estas referências destacam-se múltiplos

[1481] João Nunes de Cerveira casou com Sancha Anes de Moeiro, filha de João Soares e neta de Soeiro Anes da Nóvoa, irmão de Pero Anes da Nóvoa I, mordomo de D. Afonso II, filho de João Aires e neto de Aires Calvo – Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 37-38.

[1482] *Idem*, *ibidem*, p. 38.

[1483] PMH-Inq. 1258, pp. 336 e 375; e PMH-Inq. 1288, pp. 129-130.

[1484] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 412.

[1485] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1486] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 20.

casos de amádigo relativos aos seus filhos, onde se indica que a sua filha Urraca Lourenço de Cerveira foi criada num dos casais de Oia em S. Cipriano de Cerveira[1488]. Este dado reforça a ideia de que, tal como os seus irmãos, LOURENÇO ANES detinha uma relação privilegiada com Oia. Em 1236, LOURENÇO ANES e seu irmão Pero Anes apresentaram-se como fiadores de uma carta de quitação de Afonso Lopes de Lemos entregue a Oia, relativa ao seu quinhão na igreja de Santa Eugénia de *«Mougaes»*, na Galiza.[1489] Do seu casamento com Maria Fernandes de Rodeiro, uma dama que seria irmã do fidalgo galego Monio Fernandes de Rodeiro[1490], nasceram *Rui Lourenço de Cerveira* (VI-29), *Gomes Lourenço de Cerveira* (VI-30), *Pero Lourenço de Cerveira* (VI-31), *Martim Lourenço de Cerveira* (VI-32) e *Urraca Lourenço de Cerveira* (VI-33).[1491]

V-15 SOEIRO ANES DE CERVEIRA, cavaleiro completamente ausente da documentação portuguesa e que, segundo o *Livro do Deão*, se casou com uma Inês em Toledo.[1492] Porém, terá voltado à fronteira galego-portuguesa, onde seus filhos e netos levaram a cabo carreiras transfronteiriças.[1493] Deste

[1487] PMH-Inq. 1258, pp. 338, 375, 387 e 389; PMH-Inq. 1288, pp. 52-54, 55-56, 152-153 e 247-248.

[1488] Caso devidamente valorizado por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 413.

[1489] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 11.

[1490] Referimo-nos a Monio Fernandes de Rodeiro, o *Malapel*, meirinho-mor da Galiza entre 1237 e 1257, que se destacou pela sua participação na conquista de Sevilha, tendo sido agraciado no seu «repartimiento» – para mais detalhes sobre esta figura e seu grupo familiar veja-se Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, pp. 51-52.

Apesar da sua origem em Orcellón, os Rodeiro tiveram interesses territoriais bastante díspares, desde Cedeira até aos arredores de Lugo, mantendo uma relação muito próxima com os cenóbios de Ferreira de Pallares e Oseira.

Entre as principais figuras desta linhagem contam-se: Paio Moniz, pertigueiro de Santiago em 1210; Rui Fernandes, tenente de Camba em 1247; o nosso *Malapel*, meirinho-mor e mordomo régio na Galiza entre 1237 e 1257; Monio Fernandes de Rodeiro (II), tenente de Orcellón em 1260; e Vasco Peres (ou Fernandes), fidalgo que fez uma vasta doação ao bispo de Lugo em 1362 – *Idem*, *ibidem*, p. 370, nota 23.

[1491] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1492] LD14AB7.

[1493] Segundo Sottomayor-Pizarro, os seus filhos e netos terão sido criados em Portugal – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 412.

seu casamento nasceram *Gonçalo Soares Osores* (VI-34) e *João Soares Osores* (VI-35).[1494] Este apelido Osores poderá advir da sua esposa, que poderá pertencer a um dos ramos descendentes do conde leonês Osório Martins, poderoso magnate da primeira metade do século XII e patriarca dos prolíficos Osórios.[1495]

V-16 e SANCHA ANES DE CERVEIRA, esposa de Gil Martins de Jolda, filho de Martim Pais de Jolda e neto de D. Paio Vasques de Bravães e de Sancha Soares Velho I[1496]. Segundo as inquirições de 1288, Martim Pais levou a cabo a construção do paço de Gandra (S. Martinho de Gandra, no julgado de Neiva e actual concelho de Esposende), numa herdade que tinha do mosteiro da Várzea,[1497] do qual terá recebido direitos de padroado por via materna. No entanto, esse paço já estava, por essa altura, na posse de Rodrigo Afonso de Jolda, um dos seus herdeiros e sucessores[1498]. Apesar do patente decréscimo de patamar social dos Jolda, não podemos deixar de tecer algumas

[1494] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1495] Sottomayor-Pizarro foi o primeiro e único autor a aventar a possibilidade de que Osores poderia ser um apelido/patronímico de origem materna – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 412.

Na nossa opinião, os candidatos mais prováveis seriam os Osório, quer pela sua vinculação a Portugal (através de Monio Osores de Cabreira e Ribeira), quer pela sua contínua aproximação ao espaço galego.

Todavia, e apesar de conhecermos bem a estrutura desta família (veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», p. 150), não conseguimos aventar uma candidata provável.

Quanto à relação dos Osório com Portugal veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 123-152.

[1496] Esta relação familiar pode ser observada através de uma leitura de LL63A1 e seguintes. Gil Martins de Jolda aparece nas inquirições de 1258 em Cendufe, Távora (Arcos de Valdevez) e Gandra (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, pp. 390, 391 e 403.

[1497] PMH-Inq. 1288, p. 336.

[1498] Rodrigo Afonso de Jolda é referido inúmeras vezes nas inquirições de 1288, 1303-1304, 1307-11 e de 1343, que lhe apontam bens em Guilhadeses, Távora, Cendufe, Padreiro, Rio Cabrão, Jolda (freguesias de Arcos de Valdevez), Forjães, Antas, Gandra (freguesias de Esposende), Mujães, Barroselas (freguesias de Viana do Castelo), Vitorino dos Piães (Ponte de Lima) e Padornelo (Paredes de Coura) – PMH-Inq. 1288, pp. 89-90, 221-222, 222-225, 230-231, 245-246, 246-247, 334, 336 e 342; ANTT, Leitura Nova, Livro 3 das Inquirições da Beira e Além Douro, Fols. 135v e 136v; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 14v, Fol. 15, Fol. 16v., Fol. 33v, Fol. 34, Fol. 34v e Fol. 39v; e ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 145.

considerações sobre a natureza endogâmica desta aliança. Na verdade, Sancha Soares e Paio Vasques eram tios de João Nunes de Cerveira, pois a primeira era irmã de Nuno Soares Velho II, seu pai. Portanto, SANCHA ANES acabou por se casar com um neto de uma tia-avó paterna, acrescentando assim mais algum património dos Velhos à depauperada família dos Jolda, que, mesmo sendo descendentes de um dos principais magnates de D. Teresa[1499], foram decaindo socialmente até ocuparem a condição de modestos cavaleiros da terra de Valdevez. A natureza restrita dos domínios dos Bravães prenunciava claramente este percurso, fruto da tradicional divisão cognática do património familiar. Tudo indica que este casal teve descendência e que deu continuidade aos Jolda.

A sexta geração

Do casamento entre Pero Soares *Escaldado* e Maria Vasques Carpinteiro nasceram:

VI-1 JOÃO PIRES REDONDO I, figura documentada desde 1232, que, tal como os seus irmãos, participou na conquista de Sevilha de 1248 e que foi beneficiada no seu «repartimiento»[1500]. Podemos presumir que, tendo em conta esta sua aparição em Castela após a guerra e a sua confirmação em alguns diplomas régios nos finais da década de trinta e inícios de quarenta, JOÃO PIRES tenha sido um dos partidários de D. Sancho II.[1501] Também conseguiu o governo das tenências de Neiva e Refóios de Riba d'Ave.[1502] Segundo as inquirições de 1258 foi detentor de bens nos julgados de Cerveira, Caminha, Neiva, Aguiar de Neiva, Vila Chã e Faria. Por sua vez, as inquirições de 1288 fazem referência a vários bens que honrou no reinado de D. Sancho II, nos julgados de Caminha e Cerveira, Vimieiro, Faria e Penafiel de Bastuço.[1503]

[1499] Ou seja, de Paio Vasques de Bravães (LL63A1 e seguintes), mordomo-mor de D. Teresa – Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 138.

[1500] Estes e outros dados encontram-se reumidos na sua biografia de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 348-349, texto que, de uma forma geral, acompanhamos.

[1501] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 348-349.

[1502] *Idem*, *ibidem*.

[1503] *Idem*, *ibidem*. PMH-Inq. 1258, pp. 304, 310, 348, 353 e 440; PMH-Inq. 1288, pp. 132 e 159.

Mediante informações da carta de partilhas dos seus bens de 1272, sabemos também que conseguiu património em Sequeira (Braga), Creixomil (Barcelos), Riba de Mouro (Monção), Paçô (Arcos de Valdevez), Vila Cova (Barcelos) e até na zona de Coimbra, em Vilarinho do Bairro (Anadia), Almalaguês e Cernache (Coimbra).[1504] Estes bens em Cernache e Vilarinho do Bairro também seriam referidos em documentos de 1287 e 1306, respectivamente.[1505] JOÃO PIRES foi criado em regime de amádigo em S. Martinho de Lanhelas, no julgado de Caminha e Cerveira.[1506] Casou em primeiras núpcias com Gontinha Soares de Melo, de quem teve *Maria Anes Redondo* (VII-1), *Teresa Anes Redondo* (VII-2), *Beatriz Anes Redondo* (VII-3), *Guiomar Anes Redondo I* (VII-4) e *Urraca Anes Redondo* (VII-5). Do seu segundo casamento com Mor Pires de Pereira nasceram *Gonçalo Anes Redondo* (VII-6), *João Anes Redondo* (VII-7), *Pero Anes Redondo I* (VII-8), *Rodrigo Anes Redondo* (VII-9), *Martim Anes Redondo* (VII-10) e *Fruilhe Anes Redondo* (VII-11).[1507]

VI-2 PERO PIRES VELHO participou com os seus irmãos na conquista de Sevilha de 1248, tendo sido beneficiado no seu «repartimiento»[1508]. Foi uma das figuras mais referidas nas inquirições de 1258, tendo sido detentor de património nos julgados de Neiva, Aguiar de Neiva, Geraz do Lima, Ponte de Lima, Caminha e Penela, que, em muitos casos, foram conseguidos com recurso ao amádigo.[1509] No contexto da criação da póvoa de Viana do Castelo, PERO PIRES e sua esposa procederam a um escambo com D. Afonso III em 1264. Neste documento, o monarca permutou uma parte do seu reguengo de Douxi (que poderá ser Deocriste, em Viana do Castelo) pelo casal que estes tinham em Figueiredo da Foz (que julgamos ser uma das freguesias de Viana do Castelo na margem direita do Lima, junto à desembocadura deste rio).[1510] Terá morrido ainda antes de 1280, altura em que seus filhos Afonso

[1504] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 349.

[1505] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 350.

[1506] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 349.

[1507] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1508] Estes e outros dados encontram-se em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 334-336, que seguimos.

[1509] *Idem*, *ibidem*. PMH-Inq. 1258, pp. 310, 312, 316, 317, 322, 323, 326, 333, 334, 336, 339, 349, 403 e 404.

[1510] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 334.

Pires e Pero Pires foram alvo de uma inquirição aos bens que dele tinham herdado em Asmonde (Amonde, Viana do Castelo), Santa Marta e Talhareses (Portuzelo, Viana do Castelo) e no couto de Viana.[1511] As inquirições de 1288 referem-no ainda nos julgados de Froião, Viana, Valdevez, Aguiar de Neiva, Braga e Montalegre. As sentenças de 1290 atribuem-lhe uma aldeia honrada, denominada Lageosa, no julgado da Covilhã.[1512] Segundo as inquirições de 1307-1311, coutou um lugar na freguesia de S. Martinho de Gandra, no julgado de Penela.[1513] Segundo as de 1343, teve um casal em Armosães e outro na freguesia de Bairro, ambos no julgado de Vermuim.[1514] Em 1265, confirma em Lisboa uma doação de Pero Anes Gago à sua mulher Urraca Afonso, bastarda de D. Afonso III. Nesse documento é referido como PERO VELHO DE GONDERIZ, devido aos bens que possuía nesta freguesia de Arcos de Valdevez.[1515] Todas estas informações levam-nos a supor que, apesar de ter partido de Portugal com os partidários de D. Sancho II, PERO PIRES foi capaz de voltar, ainda antes de 1258, e de regressar aos círculos cortesãos, onde marcou presença, pelo menos, em 1265.[1516] Casou-se com Teresa Pires de Pereira, de quem teve *Gonçalo Pires Velho* (VII-12), *Afonso Pires Velho* (VII-13), *Estêvão Pires Velho* (VII-14), *Inês Pires Velho* (VII-15) e *Ouroana Pires Velho* (VII-16). Da sua relação com Sancha Pais de Santa Logriça, filha do abade Paio Pequeno de Santa Logriça de Aguiar, nasceram os bastardos *João Pires Velho* (VII-17) e *Teresa Pires Velho II* (VII-18).[1517]

VI-3 MARTIM PIRES ZOTE, cavaleiro que, tal como os seus irmãos, também fez parte da conquista de Sevilha de 1248 e do seu «repartimiento».[1518] Segundo as inquirições de 1258 e 1288 apenas deteve bens nos julgados de Neiva e Penafiel de Bastuço. Estas últimas referem ainda que uma filha sua foi

[1511] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 335.

[1512] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 335-336. PMH-Inq. 1288, pp. 104-105, 166-167, 168-170, 266-267 e 357.

[1513] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 335.

[1514] *Idem*, *ibidem*.

[1515] *Idem*, *ibidem*.

[1516] *Idem*, *ibidem*.

[1517] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1518] Sobre Martim Pires Zote veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 371-372.

criada em S. Salvador de Fornelos, no julgado de Faria.[1519] Casou com Maria Vicente de Urgeses, de quem teve *Martim Martins Zote I* (VII-19) e *Maria Martins Zote I* (VII-20). De uma relação ilegítima com Ausenda Esteves teve também *Aires Martins Zote* (VII-21).[1520]

VI-4 PERO PIRES BRAVO, personagem que, tal como os seus irmãos, participou na conquista de Sevilha de 1248, tendo sido beneficiado no seu «repartimiento» (1253) e no de Arcos de la Frontera (1264).[1521] Presumimos que poderá ter feito parte do partido de D. Sancho II e que, tal como os seus irmãos, terá seguido o monarca deposto no seu exílio castelhano. Contudo, terá regressado a Portugal pouco tempo depois, tendo testemunhado alguns documentos de familiares seus já em 1268.[1522] PERO PIRES também se encontra referido nas inquirições de 1258 e 1288, debruçando-se as primeiras sobre os seus bens no julgado de Neiva (centrados nas freguesias de Vila Cova e Curvos, nos concelhos de Barcelos e Esposende, respectivamente) e as segundas sobre o seu património nos julgados de Faria e Penafiel de Bastuço (em torno de Fonte Boa, em Esposende, e Sequeira, em Braga).[1523] Os livros de linhagens indicam que não teve descendência legítima, facto que encaixa perfeitamente numa indicação das inquirições de 1288, que refere que a mãe de Álvaro Bravo tivera uma casa em S. Cristóvão de Esporões (junto a Braga), que D. Afonso III honrara a um escudeiro e que, por aquela altura, já estava nas mãos de herdadores.[1524] Portanto, podemos presumir que da relação ilegítima com esta senhora da zona de Braga nasceram *Álvaro Pires Bravo* (VII-22) e *Paio Pires Bravo* (VII-23).[1525]

VI-5 MARIA PIRES BRAVO, que se casou com Pero Anes de Portocarreiro, de quem teve descendência.[1526]

[1519] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 371; PMH-Inq. 1258, pp. 304 e 310.

[1520] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5.3.3. – Zote.

[1521] Sobre Pero Pires Bravo veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 331-332.

[1522] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 332.

[1523] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 331-332. PMH-Inq. 1258, pp. 310 e 311.

[1524] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 332.

[1525] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1526] *Idem*, *ibidem*.

VI-6 e SANCHA PIRES VELHO, abadessa de Vairão que, segundo os livros de linhagens, teve uma filha ilegítima de Godinho de Pousada de Tamel, da linhagem dos Azambuja.[1527]

Como já tivemos oportunidade de referir, da relação ilegítima de Vasco Soares Velho nasceu uma filha bastarda de nome desconhecido (N. VASQUES VELHO – VI-7). Esta senhora terá sido mãe de *Pero Vasquinho* (VII-24), *Fernão Vasquinho* (VII-25), *Lourenço Vasquinho* (VII-26) e *Vasco Vasquinho* (VII-27).[1528]

Por sua vez, da união entre Mourão Pires Velho e uma desconhecida nasceram:

VI-8 GONÇALO PIRES MOURÃO, que casou com Elvira Rodrigues de Valada e de quem teve, pelo menos[1529], *João Gonçalves Mourão* (VII-28), *Gonçalo Gonçalves Mourão* (VII-29) e *Fernão Gonçalves Mourão* (VII-30).[1530]

VI-9 e TERESA PIRES MOURÃO, que se casou com o fidalgo galego João Pires Marinho. A ausência de documentação relativa a esta senhora pode ser explicada facilmente através de uma migração para os territórios do seu marido, onde *«João Marinho»* se encontra referido nos acervos dos mosteiros de Oia e Armenteira, sendo que neste último se refere a existência de um escudeiro filho deste fidalgo.[1531]

[1527] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 334.

[1528] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.4. – Vasquinhos.

[1529] Segundo Luís Krus, é possível que também tenha sido pai de Lourenço Mourão, que morreu no cerco a Tarifa, em 1292 – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 386.

[1530] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1531] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 387.

João Marinho surge documentado em 1234, 1241 e 1266, no fundo de Oia, sendo que nesta última data já se apresentava como cónego tudense – AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, docs. 3 e 4; Carp. 1800, doc. 1; e Carp. 1802, doc. 25.

Desconhecemos as razões que levaram João Marinho a abraçar a vida eclesiástica, mas pensamos que tal terá acontecido apenas depois da morte da sua esposa.

Quanto ao seu filho, este é mencionado em 1322, altura em que, ostentando a condição de escudeiro, doou a Armenteira uma parte do couto de «Lomay» – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1767, doc. 15.

Por sua vez, de FERNÃO PIRES TINHOSO nasceu:

VI-10 ELVIRA FERNANDES TINHOSO, que, segundo os livros de linhagens, se terá casado com Paio Pires de Guimarães, um dos primeiros Riba de Vizela. Porém, tal matrimónio é cronologicamente impossível e, por isso, e tal como Sottomayor-Pizarro já aventou, atribuímos maior veracidade à passagem que a identifica como ponto de origem dos Osórios de Leão e dos Drados, pois deixa perceber a existência de um possível casamento em Leão.[1532] Em nossa opinião, este matrimónio poderá ter sido celebrado aquando de uma possível presença de seu pai na corte de Afonso IX, entre o séquito de um dos magnates portugueses que ali se exilaram. Acreditamos que o candidato mais provável a seu marido será Rodrigo Osório II, filho de Osório Gonçalves, magnate da corte de Afonso VIII entre 1198 e 1203. Este Rodrigo Osório teve como irmãos Gonçalo Osório II e Urraca Osório. Do seu casamento, documentalmente comprovado, com uma ELVIRA FERNANDES nasceram Álvar Rodrigues Osório I e Rodrigo Rodrigues Osório, que, tal como muitos dos seus parentes anteriormente referidos, também participaram na conquista de Sevilha. Sabemos também que este último foi adiantado e meirinho-mor da terra de Leão e tenente das torres de Leão, entre 1273 e 1277.[1533] Neste contexto, torna-se curioso verificar que, devido a um breve exílio do conde Osório Martins em Portugal durante a primeira metade do século XII, os Osório-Flaínez tinham dado origem a um ramo português desta família, os Cabreira e Ribeira, que, através do segundo casamento de Maria Pais da Ribeira, a famosa *Ribeirinha*, com João Fernandes de Lima I, acabou por exercer influência sobre Toronho e Límia.[1534] Resta explicar que, estando esta hipótese

---

Acreditamos que este seria parente de um outro João Marinho (de Mango?), fidalgo que também realizou uma doação a Armenteira em 1378 – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1773, doc. 3.

Tendo em conta outras referências oriundas de finais do século XIV, podemos presumir que muitas das linhas dos Marinho entraram numa espiral de declínio social, já que, por esta altura, surgem também Lourenço Marinho e Rui Marinho, modestos escudeiros de A Guarda e Tabagón – AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1833, doc. 6 e 1837, doc. 10 (1357 e 1387).

[1532] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 387-388 e Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1533] Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 145 e 150 (Esquema II).

correcta, ELVIRA FERNANDES acabou por dar origem aos senhores de Vilalobos, condes de Trastâmara e marqueses de Astorga, através de Pedro Álvares Osório (bisneto do seu filho Rodrigo Rodrigues Osório), aos senhores de Cabreira e Ribeira (em Leão) e condes de Lemos, através de Pedro Álvares Osório (trineto de Rodrigo Rodrigues Osório), aos Carrillo, através de Elvira Álvares (neta de Rodrigo Rodrigues), e aos Gusmão, através de Álvar Nunes Osório, conde de Trastâmara, Lemos e Sarria, senhor de Cabreira e Ribeira e neto de Rodrigo Rodrigues Osório.[1535] Portanto, podemos concluir que parte da elite aristocrática galega e leonesa do período Trastâmara descendia, de facto, dos Velhos e, por isso, dos condes presores do espaço galego-português.

Do matrimónio entre Afonso Pires Gato e Urraca Fernandes de Lumiares nasceram:

VI-11 LOPO AFONSO GATO[1536] cuja primeira referência data de 1266, momento em que testemunha, em Castelo Branco, uma doação de Diogo Lopes de Baião à Ordem do Templo, foi tenente de Penalva em 1270 e de Linhares em 1272. Segundo as inquirições de 1258 e de 1288, foi proprietário de bens em Sedielos (Peso da Régua), Lobrigos (Santa Marta de Penaguião), Gestaçô (Baião), Cidadelhe e Vila Marim (Mesão Frio), Castro Daire (Castro Daire), Cortiçô da Serra, Prados e Minhocal (Celorico da Beira), Vila Soeiro do Chão (Fornos de Algodres) e Freixo da Serra (concelho de Gouveia). Por via de um escambo com sua irmã Mor Afonso, realizado em 1270, sabemos também que teve bens em S. Martinho de Sardoura (concelho de Castelo de Paiva), em Santiago (concelho de Seia) e em Cortiçô da Serra (concelho de Celorico da Beira). Uma dispersão de bens que se deve, em grande medida, à geografia das suas tenências (na região centro) e à sua herança, que conjuga

[1534] Este encadeamento genealógico também pode ser observado através de Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», p. 150 (Esquema II). A relação entre os Osório/Flaínez, Cabreira e Ribeira, Lima e Meneses encontra-se analisada ao longo de todo este artigo.

[1535] *Idem*, *ibidem*.

[1536] Devido ao seu distanciamento da fronteira galego-portuguesa não temos qualquer dado a acrescentar à biografia proposta por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 394-395.

Aproveitamos para advertir o leitor que o mesmo acontecerá com todos os outros ramos que encentaram o mesmo caminho.

zonas típicas dos Velhos-Baiões com territórios dominados pelos Lumiares. LOPO AFONSO terá morrido ainda antes de 1279. De forma a enriquecer a sua influência em Baião e Penaguião, acabou por casar com Sancha Pires de Gundar, que ainda se encontrava viva em 1290 e de quem teve *Afonso Lopes Gato* (VII-31), *Diogo Lopes Gato* (VII-32), *Lopo Lopes Gato* (VII-33), *Fernão Lopes Gato* (VII-34), *Guiomar Lopes Gato* (VII-35), *Urraca Lopes Gato* (VII-36) e *Martim Lopes Gato I* (VII-37).[1537]

VI-12 FERNÃO AFONSO GATO[1538] surge pela primeira vez em 1270 a testemunhar um escambo feito entre as suas irmãs Guiomar Afonso e Mor Afonso. Nesse ano viria a fazer um escambo com a segunda, tendo-lhe confiado os bens que tinha em Vila Verde, na terra de Paiva, pelos que esta herdara dos seus pais no lugar de Paços, na terra de Baião; pensamos que estes estariam localizados em S. Martinho de Sardoura (Castelo de Paiva) e em Santa Marinha de Zêzere (Baião). Poderá ter morrido ainda antes de 1279, pois as inquirições de 1288 indicam que seus filhos defendiam por honra, desde o reinado de D. Dinis, três casais na aldeia de Torrozelo, na freguesia de Santiago da Várzea de Jusã e Susã, no julgado de Seia. Por sua vez, as sentenças de 1290 parecem confirmar esta suposição, já que indicam que, no reinado de D. Afonso III, FERNÃO AFONSO impedira um mordomo seu de recolher direitos na aldeia da Carragosela (Seia), que por aquela altura já estava na posse dos seus filhos. Segundo a carta de partilhas dos seus bens de 1304, sabemos que teve património em Teixeira e Paços (Baião), em Mesão Frio e Vila Marim (Penaguião), em Beduído (Vouga), em Vide (Linhares), em Seia e na Guarda. Casou com Urraca Gonçalves de Portocarreiro, que viveu até, pelo menos, 1314. Desta união nasceram *Álvaro Fernandes Gato* (VII -38), *Rui Fernandes Gato* (VII-39), *Sancha Fernandes Gato* (VII-40), *Inês Fernandes Gato* (VII-41), *Marinha Fernandes Gato* (VII-42) e *Urraca Fernandes Gato* (VII-43).[1539]

VI-13 TERESA AFONSO GATO, que se encontrava casada com Mem Soares de Melo desde 1241 e que terá enviuvado deste em 1262. Tiveram descendência, dando assim continuidade ao ramo principal dos Melo.[1540]

[1537] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1538] Sobre Fernão Afonso Gato veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 390-391.

[1539] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 390-391, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

VI-14 CONSTANÇA AFONSO GATO, que se casou com o seu parente afastado Soeiro Pires de Azevedo, de quem teve descendência.[1541]

VI-15 GUIOMAR AFONSO GATO, que casou com Pero Pais de Alvarenga, de quem teve descendência. Em 1270, GUIOMAR AFONSO levou a cabo um escambo com a sua irmã Mor Afonso; a primeira concedeu tudo que tinha em Vila Verde, no termo de Paiva (S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva), por tudo o que a segunda tinha em S. Martinho de Mouros (Resende).[1542]

VI-16 e MOR AFONSO GATO[1543], monja de Arouca que se encontra documentada entre 1270 e 1289. O seu património pessoal é-nos revelado principalmente através de um conjunto de escambos, que levou a cabo com os seus irmãos. Em 1270, Guiomar Afonso concedeu à sua irmã tudo o que tinha em Vila Verde, no termo de Paiva (S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva), tendo recebido em troca tudo o que esta tinha em S. Martinho de Mouros (Resende). Nesse mesmo ano, Fernão Afonso escambou os bens que tinha em Vila Verde, em Paiva (S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva), pelos que esta herdara dos seus pais no lugar de Paços, em Baião (Santa Marinha do Zêzere, Baião). Ainda em 1270, Lopo Afonso entregou a MOR AFONSO tudo o que tinha em Vila Verde, em Paiva (S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva), pelo herdamento que esta tinha na Várzea (Seia) e pela sua quitação de uma demanda pela posse de Cortiçô, no termo de Linhares (Cortiçô da Serra, Celorico da Beira). Tudo indica que MOR AFONSO teve relações privilegiadas com a Ordem de Avis, visto que, em 1273, lhe doou a aldeia de Anho, no termo da Guarda, com todo o seu padroado, excepto uma sexta parte, que deveria manter durante a sua vida. Nesse mesmo ano, recebeu da ordem cinco casais em préstamo nos lugares de Lordelo e Tamonde, na terra de Cambra (Vila Chã, Vale de Cambra).

Da relação ilegítima de Afonso Pires Gato com Maria Gonçalves da Palmeira nasceu também:

[1540] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 393.

[1541] *Idem*, *ibidem*.

[1542] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 393-394.

[1543] Sobre Mor Afonso *vide Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 393-394 (que seguiremos).

VI-17 ESTÊVÃO AFONSO GATO, provável progenitor de *Lourenço Esteves Gato* (VII-44).[1544]

Do matrimónio entre Gomes Mendes Barreto e Constança Pais Gabere nasceram:

VI-18 JOÃO GOMES BARRETO, um dos cavaleiros envolvidos na conquista de Faro e que se encontra presente na corte de D. Afonso III entre 1249 e 1258. Deverá ter morrido ainda antes de 1265, altura em que Sancha Pires de Vasconcelos, com quem esteve casado desde 1251, surge pela primeira vez sem a companhia do seu marido. Tudo indica que terá vivido em Santarém, pois apenas surge na corte nos momentos em que esta se encontra na cidade, e que faria parte dos dependentes de D. João de Aboim.[1545] Sabemos que teve bens em Lijó, Adães e Tregosa (Barcelos), «Zopaes» (Marinhas, Esposende), Cortegaça e Subportela (Subportela, Viana do Castelo), Facha (Ponte de Lima), Gestaçô e Teixeiró (Baião), Izeda e Salsas (Bragança), Bornes (Macedo de Cavaleiros), Vila Marim (Mesão Frio) e Carvalhais (Mirandela).[1546] Em 1256, JOÃO GOMES e sua mulher fizeram um prazo ao mosteiro de Chelas dos seus bens em Muge (Salvaterra de Magos), no termo de Santarém.[1547] JOÃO GOMES e sua esposa não tiveram filhos.[1548]

VI-19 FERNÃO GOMES BARRETO também marcou presença na corte de D. Afonso III, entre 1248 e 1259[1549]. Segundo as inquirições de 1258 e 1288, foi senhor de um património bastante disperso, que, em muitos casos, partilhava com o seu irmão João Gomes. Esses situavam-se em Cortegaça (Subportela, Viana do Castelo), Deocriste (Viana do Castelo), Facha (Ponte de Lima), Carreiras (Vila Verde), Nevogilde (Vila Verde), Gestaçô (Baião), Sal-

[1544] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1545] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 400-401.

[1546] *Idem*, *ibidem*. VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 613-614. PMH-Inq. 1258, pp. 306, 312, 317, 319 e 344.

[1547] VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 613-614.

[1548] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1549] Estes e outros dados encontram-se na sua biografia proposta por SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 402 (que acompanhamos e apresentamos nas próximas linhas).

sas (Bragança), Carvalhais (Mirandela) e em Nevogilde (Lousada).[1550] Conjuntamente com a sua família foi proprietário da herdade dos Barretos em Santarém, localidade onde terá vivido. Um documento de 1275 indica que recebeu da sua mãe a herdade de *«Tooxe»*, junto a Santarém, que transmitiu aos seus filhos. Em 1265 devolveu à Ordem do Templo a herdade de Xira, no termo de Santarém (Vila Franca de Xira), que detinha conjuntamente com a sua esposa. Em 1290, os seus filhos confirmaram a doação que os seus pais tinham feito ao Templo de uma vinha e uma almuinha em Abrantes. Em 1272, Sancha Pais de Alvarenga, sua esposa, levou a cabo uma composição sobre os bens que a mãe de FERNÃO GOMES lhe tinha deixado em Leiria e Lisboa. Aquela senhora terá vivido alguns anos mais do que o seu marido, já que este se encontra documentado pela última vez em 1266. Podemos presumir que FERNÃO GOMES terá morrido entre 1266 e 1272, data desta composição.[1551] Deste seu matrimónio nasceram *Martim Fernandes Barreto* (VII-45), *Gil Fernandes Barreto* (VII-46), *Estêvão Fernandes Barreto* (VII-47), *João Fernandes Barreto* (VII-48), *Estevaínha Fernandes Barreto* (VII-49) e *Constança Fernandes Barreto* (VII-50).[1552]

VI-20 PAIO GOMES BARRETO, cavaleiro que ingressou na Ordem do Templo por influência do próprio mestre D. Gualdim Pais, seu tio-avô por via materna. A sua carreira templária tornou-o comendador de Castelo Branco entre 1261 e 1267. Atendendo a esta ligação familiar à cúpula da ordem, podemos presumir que PAIO GOMES terá sido o principal mediador das relações privilegiadas que Fernão Gomes Barreto, seu irmão e provável chefe da linhagem, tinha nutrido com os templários. Tanto quanto sabemos, não terá tido filhos.[1553]

VI-21 SANCHA GOMES BARRETO, esposa de Soeiro Pires *Carnes,*[1554] filho de Pero Soares de Tougues, *Carnes Más*, e neto de Soeiro Mendes *Facha*

[1550] *Idem*, *ibidem*. PMH-Inq. 1258, pp. 317, 326, 344, 432 e 437. PMH-Inq. 1288, p. 358.

[1551] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 612-613. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 402.

[1552] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1553] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 401.

[1554] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

de Tougues, magnate afonsino que, devido às suas prestigiosas origens nos Trava, marcou presença na corte de Leão em 1165 e 1166[1555].

VI-22 e NUNO GOMES BARRETO, jurista e Mestre-escola de Lisboa que foi criado pelo arcebispo bracarense D. Estêvão Soares da Silva.[1556] Importa notar que, apesar de pertencer a uma linhagem que rapidamente se desvinculou do Alto Minho, espaço de origem dos Velhos, NUNO GOMES acabou por se associar a um dos mais distintos membros dos Silva, que, tal como os seus antepassados, tomaram como ponto de partida esta mesma região.

Do casamento entre Pero Anes de Cerveira I e Dórdia Raimundes de Riba de Vizela nasceram:

VI-23 GIL PIRES DE CERVEIRA[1557], bispo de Tui entre 1250 e 1274. Segundo Ávila y La Cueva, GIL PIRES terá iniciado os seus estudos no mosteiro de Oia, surgindo depois em 1243 como arcediago de Miñor. Após a morte do célebre Lucas de Tui, nos finais de 1249, GIL PIRES acabou por ser eleito para a mitra tudense. A sua actividade episcopal encontra-se bem documentada, resolvendo várias questões, sendo que destas se destacam as sempre difíceis relações entre o concelho e a diocese e os litígios em torno do senhorio da cidade de Tui. As suas últimas notícias reportam-se aos inícios do ano de 1274 e aludem à sua intervenção em diplomas de Oia relativos à compra de alguns bens. Entre os seus diversos labores intelectuais encontra-se uma compilação dos milagres de S. Pedro Telmo. Importa assinalar também que, devido à condição de Tui de sufragânea de Braga, GIL PIRES acabou por participar num dos concílios regionais convocados pela arquidiocese, reunido pelo arcebispo D. Martinho e celebrado em 1262, tendo estado presentes os bispos do Porto, Coimbra, Évora, Guarda, Viseu e

[1555] Para mais detalhes sobre a carreira transfronteiriça de Soeiro Mendes Facha veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 10-11.

[1556] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 401.

[1557] Os principais dados sobre a carreira eclesiástica de D. Gil Pires encontram-se no artigo *«O Bispo D. Gil Peres de Cerveira, D. Afonso III e os Municípios do Alto Minho»* (que resumiremos nesta nossa biografia) – António Matos REIS, «O Bispo D. Gil Peres de Cerveira, D. Afonso III e os Municípios do Alto Minho», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 299-314.

Lamego. Este concílio visava a criação de um grupo de pressão junto à Santa Sé, com o propósito de revogar os impedimentos relativos ao casamento entre D. Afonso III e D. Beatriz de Castela. Apesar de ter mantido relações privilegiadas com a coroa castelhana, GIL PIRES conseguiu colaborar com as acções de organização territorial do Alto Minho promovidas por D. Afonso III. Na verdade, estas actividades parecem ser complementares às iniciativas pastorais que levou a cabo nesta região. A única excepção a este panorama seria a querela levantada pelos moradores do couto de Vilar de Mouros, aquando da sua visita pastoral de 1266. Os habitantes deste couto secular, concedido à igreja de Tui através de uma célebre doação de D. Teresa de 1125, queixavam-se de terem sido mobilizados para servirem em anúduva no castelo de Melgaço. A protecção prestada pelo bispo tudense aos cidadãos ecoou para lá do seu episcopado, já que os herdadores inquiridos em 1288 ainda recordavam este episódio. Por outro lado, as relações com o clero português também parecem ter sido bastante amigáveis, visto que, em 1271, foi incumbido pelo arcebispo de Braga de o representar na confirmação da eleição do bispo de Lugo D. Fernando Aires. Todos estes factos levam-nos a pensar que, apesar do seu convívio institucional com o clero e coroa castelhana, o seu raio de intervenção no espaço português nunca foi cerceado, tendo colaborado na dinamização da vida social, económica e espiritual das principais urbes do Alto Minho. Segundo diplomas de Oia, o seu património pessoal terá gravitado, principalmente, em redor de Tui e A Guarda.[1558] Porém, importa assinalar que, após a sua morte, Maria Pires Vidal, abadessa de Santa Clara de Santiago e viúva do seu sobrinho João Afonso de Cerveira, concedeu a Oia todos os herdamentos que o seu marido possuía em Pintán, *«Cezello»* (?) e nas devesas de Paço Donego, localizados nos coutos de Samoelle e Doma (na Galiza), património que lhe vinha de D. GIL.[1559] Como sabemos que GIL PIRES não teve filhos, podemos presumir que João Afonso terá sido o seu principal herdeiro.

VI-24 AFONSO PIRES DE CERVEIRA, cavaleiro que marcou presença tanto na Galiza como no Entre-Cávado-e-Lima, um espaço tradicionalmente associado aos Velhos. Segundo as inquirições de 1258, surge em Escariz, Barros, Sande e Passó (Vila Verde) e em Figueiredo (Amares), tendo-lhe sido

[1558] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1812, docs. 16 e 17.

[1559] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1812, doc. 17.

assinalados quatro casos de amádigo.[1560] Neste contexto, não é de descartar a hipótese de que este interesse tivesse surgido por influência familiar e que tivesse sido continuado através do método de senhorialização legal mais utilizado pelas estirpes do Alto Minho, o amádigo. Por seu lado, os documentos de Oia atribuem-lhe património na terra de Tebra (Tomiño),[1561] onde terá gerado uma rede de interesses através do seu casamento com Teresa Pires Sarraça, uma das linhas dos Valadares mais ligada à Galiza, ou com a colaboração do seu irmão Gil Pires de Cerveira, bispo de Tui. O reduzido número de referências suas em território português fazem-nos pensar que poderá ter vivido no sul da Galiza, onde deixou ao seu filho e nora bens em redor do couto de Samoelle[1562]. Do seu casamento com Teresa Pires Sarraça nasceu *João Afonso de Cerveira* (VII-51).[1563]

VI-25 GONÇALO PIRES DE CERVEIRA I, cavaleiro que podemos identificar facilmente com o seu homónimo que surge em 1258 como tenente da terra de Tebra,[1564] confirmante frequente da documentação de Oia[1565]. A julgar pelo seu casamento com Teresa Anes de Meira, podemos presumir que passou a maior parte da sua vida no espaço galego. A sua identificação torna-se mais óbvia em 1266, altura em que surge identificado na Galiza como GONÇALO PERES, cavaleiro de Cerveira, irmão do bispo D. Gil de Tui.[1566] Em 1316, seu filho Rui Gonçalves de Cerveira recorreu ao notário de Fragoso (Galiza) para resolver questões em torno da partilha dos bens de D. Teresa Anes.[1567] O património em questão situava-se em Fragoso e na

[1560] PMH-Inq. 1258, pp. 410, 425, 430, 431 e 433.

[1561] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 1 e Carp. 1813, doc. 1.

[1562] Através de um documento de 1299, a sua nora, então abadessa do convento de Santa Clara de Compostela, decidiu outorgar a Oia um conjunto de herdades que vinham do seu falecido marido João Afonso de Cerveira, sendo que os seus bens no couto de Samoelle eram parte do património de Afonso Pires de Cerveira – AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 1.

[1563] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1564] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 3.

[1565] E nem sempre em documentos do seu grupo familiar, tal como se pode constatar através de AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 23 (1266).

[1566] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374.

[1567] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1820, doc. 15.

terra de Miñor, tendo sido alvo de litígio com Diogo Álvares, sobrinho da dita senhora, que acabou por ficar com alguns bens em Vigo, em troca de um valor monetário. Já Châmoa Gonçalves ficou com bens em *«Gaialhos»* (?) e as irmãs Aldonça Gonçalves e Maior Gonçalves com bens no vale de Miñor. Com a permissão dos irmãos, Maior Gonçalves acabou por vender o seu casal de *«Pangon»* (?), que estava junto ao de Aldonça Gonçalves, ao abade de Oia. Estiveram presentes neste acto Rui Gonçalves e um Gonçalo Mourão, filho desta Maior Gonçalves. Estes dados revelam-nos dois elementos importantes da vida de GONÇALO PIRES. O primeiro será que a vivência transfronteiriça do seu pai ter-lhe-á garantido o casamento com D. Teresa Anes e, consequentemente, o acesso às parcelas de património dos Meira no sul da Galiza. O segundo elemento prende-se com o facto de esta realidade ter acarretado uma integração do seu grupo familiar no tecido aristocrático galego, chegando a ser alçado à tenência da terra de Tebra. Todavia, e atendendo à sua proximidade cronológica em relação ao seu percurso vital, não podemos ignorar uma indicação das inquirições de 1258 que aponta a família de um Gonçalo Peres como moradores e defensores do castelo de Bouro,[1568] que, em nossa opinião, poderá não ser esta figura. Do seu casamento com Teresa Anes de Meira nasceram *Afonso Gonçalves de Cerveira* (VII-52), *Rui Gonçalves de Cerveira* (VII-53) *Châmoa Gonçalves de Cerveira* (VII-54), *Aldonça Gonçalves de Cerveira* (VII-55) e *Maior Gonçalves de Cerveira* (VII-56).[1569]

VI-26 JOÃO PIRES DE CERVEIRA, cavaleiro que, em 1237, trocou todo o seu quinhão na vila de Souto pela posse dos bens de Oia na zona de Tebra, prometendo proteger o património deste mosteiro. Uma cópia posterior deste documento, datada de 1258, enfatiza o facto desta concessão ao cenóbio ter incluído bens de um filho do seu irmão Afonso Pires de Cerveira, referindo-se provavelmente a João Afonso de Cerveira.[1570] Em 1258, testemunhou um emprazamento de um casal de Oia na vila de Goián à sua irmã Maria Pires de Cerveira I.[1571] Pensamos que terá morrido por volta de 1266, altura em que fez

[1568] PMH-Inq. 1258, p. 416.

[1569] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1570] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 12 e Carp. 1802, doc. 1.

[1571] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 5.

um testamento, que agora se encontra bastante degradado.[1572] Aqui surgem legados ao seu sobrinho João Afonso, ao seu irmão Gonçalo Pires, entre outros familiares. Não é de descurar a possibilidade de que este também tivesse sido pai de *Osório Anes de Cerveira* (VII-57), figura que presenciou, em 1236, uma permuta patrimonial de Afonso Lopes de Lemos, possível esposo de Urraca Lourenço de Cerveira, prima do seu pai, e que teve como fiadores Pero Anes e Lourenço Anes de Cerveira, seu avô e tio-avô.[1573] Este Osório Anes poderá ter sido cónego de Santiago, tal como se indica num documento de 1239.[1574] Esta personagem também se encontra referida no testamento de JOÃO PIRES DE CERVEIRA. As inquirições de 1288 também guardam memória sua, indicando-lhe uma casa, que pensamos ter estado estabelecida em Troviscoso (Monção).[1575]

VI-27 e MARIA PIRES DE CERVEIRA I, figura que em 1258 recebeu um casal emprazado do mosteiro de Oia.[1576]

De Gonçalo Anes de Cerveira I nasceu:

VI-28 URRACA GONÇALVES DE CERVEIRA, que casou com Lourenço Anes de Portocarreiro, de quem teve descendência.[1577]

Do casamento entre Lourenço Anes de Cerveira e Maria Fernandes de Rodeiro nasceram:

VI-29 RUI LOURENÇO DE CERVEIRA, cavaleiro que, apesar das suas origens portuguesas, terá vivido toda a sua vida para lá do Minho, já que em 1284 é referido como infanção da Galiza numa troca que fez com o monarca português de dois casais do mosteiro de Oia, que tinha em Caminha, por bens régios do mesmo valor no julgado de Froião.[1578] Esta permuta foi

[1572] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 21.

[1573] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 11.

[1574] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 18.

[1575] PMH-Inq. 1288, p. 47.

[1576] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 5.

[1577] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

feita no contexto da formação da póvoa de Caminha. Nesse mesmo ano presenciou, na companhia do seu irmão Pero Lourenço de Cerveira, uma troca de casais entre D. Dinis e a sé de Tui, com o mesmo propósito.[1579] Em 1265, estabeleceu uma permuta patrimonial com Oia, onde recebeu todo o lugar de Chaín (Gondomar), que pertenceu ao cavaleiro D. Osório de Cerveira,[1580] que poderá ser o seu primo Gonçalo Soares Osores (ou Osório). Para além de ter pago uma quantia simbólica, RUI LOURENÇO entregou ao cenóbio o seu casal de Lama Má (Baños de Molgas) e todos os seus bens em Caminha, que, na verdade, se limitavam a um casal que herdou do seu pai, Lourenço Anes de Cerveira. O cavaleiro comprometeu-se também a não usurpar colheitas ou serviços a estes dois casais, cuja posse efectiva funcionava como garantia deste acordo (garantia esta que também estava avaliada num valor monetário). Alguns anos mais tarde, em 1300,[1581] RUI LOURENÇO reconheceu que recebeu deste cenóbio o lugar de Pintán (A Guarda), que pertencera a João Afonso de Cerveira, filho do seu primo Afonso Pires de Cerveira. Este lugar tinha sido comprado pelo mosteiro a Maria Pires Vidal, viúva de João Afonso e abadessa do convento de Santa Clara de Santiago. Isentos deste acordo estavam dois casais que ficaram na posse de Oia, como legado pela alma de João Afonso. Tudo indica que RUI LOURENÇO entregou a posse definitiva do seu casal de Lama Má e de Caminha como forma de pagamento deste lugar. Num documento de 1303,[1582] Álvaro Rodrigues de Cerveira, seu filho, dirimiu um pleito que tinha com Oia a propósito da recolha de rendas do couto de Chaín, que lhe tinha sido transmitido pelo seu pai, prometendo, em seu nome e de toda a sua geração, que não usurparia rendas ao mosteiro e estabelecendo uma penalização caso isso acontecesse. De forma a capitalizar melhor a natureza transfronteiriça dos seus domínios, RUI LOURENÇO casou com Maria Gomes Correia e, depois, com N. Rodrigues de Soga, dama de origem galega que seria, provavelmente, filha do escudeiro Rui Gomes de Soga e de Joana Peres de Castro[1583]. Do primeiro casamento teve *Pero Rodrigues de*

[1578] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 416.

[1579] *Idem*, *ibidem*.

[1580] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 20.

[1581] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 8.

[1582] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1814, doc. 9.

[1583] Através do testamento de Afonso Anes Churrichão, datado de 1325, ficamos a saber que este trocou com Rui Gomes de Soga tudo o que ele e seus filhos tinham em Portugal de

Cerveira (VII-58) e *Aldonça Rodrigues de Cerveira* (VII-59), esposa de Fernão Anes de Meira, irmão de Teresa Anes de Meira, esposa de Gonçalo Pires de Cerveira I (um primo do seu pai), e testamenteiro/herdeiro do seu avô paterno Aires Fernandes de Meira, pai de João Aires de Meira[1584]. Do segundo casamento nasceu o já referido *Álvaro Rodrigues de Cerveira* (VII-60).[1585]

VI-30 GOMES LOURENÇO DE CERVEIRA, vassalo do Infante D. Afonso de Portalegre, que se apresentou como um dos cavaleiros que avalizaram o tratado de paz de 1282, celebrado entre o Infante e D. Dinis. Não sabemos se casou ou se teve filhos.[1586]

VI-31 PERO LOURENÇO DE CERVEIRA, cavaleiro referido várias vezes nas inquirições de 1258 e 1288, nas localidades de Caminha, Gondarém (Vila Nova de Cerveira), Roussas (Melgaço), nas aldeias de Canelas e Pouves (que julgamos fazerem parte da freguesia de S. Cipriano, no julgado de Viseu).[1587] Sabemos também que foi criado no julgado de Cerveira,[1588] e que, alguns anos após a sua morte, a sua mulher e filhos trocaram em 1284 um casal seu em Caminha por outro régio de valor igual no julgado de Pena da Rainha, no contexto de criação da póvoa de Caminha.[1589] Segundo um documento de 1318,[1590] Maria Pires de Cerveira II, esposa de Monio Rodrigues, e o seu sobrinho Vasco Pires de Cerveira, neto de PERO LOURENÇO DE CER-

---

Maria Pires de Azevedo por tudo o que Joana Peres tinha em Belzar, Mosende, Remoinhos, Rio Arteme, Vide e Aravo, da parte do seu pai, Pedro Fernandes – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1461, doc. 3.

Joana Peres outorgou o seu testamento em 1334, deixando a Melón os bens que tinha em Sendelle – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1462, doc. 16.

[1584] É nesta condição de herdeiro/testamenteiro de Aires Fernandes de Meira que vemos Fernão Anes de Meira a entregar a Melón, em 1273, os bens que este tinha no couto de Domaio – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1452, doc. 2.

[1585] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1586] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 413.

[1587] Sobre Pero Lourenço *vide Idem*, *ibidem*, pp. 413-414. PMH-Inq. 1258, pp. 349 e 353. PMH-Inq. 1288, pp. 12-15.

[1588] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 413.

[1589] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 414.

[1590] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1821, doc. 8.

VEIRA e sobrinho de Gonçalo Pires de Cerveira II, estabeleceram um acordo para que este não recolhesse a colheita dos bens familiares nas igrejas de Santa Eugénia de Mougás e S. Romão de Lougeço (na Galiza), vendo-se Vasco Pires obrigado a abdicar de alguns dos seus direitos de padroado. Esta indicação leva-nos a presumir que, tal como muitos dos seus parentes, PERO LOURENÇO também terá tido interesses patrimoniais na Galiza. Tendo em conta estes dados, ficamos a saber que do casamento entre PERO LOURENÇO e Urraca Gonçalves nasceram *Gonçalo Pires de Cerveira II* (VII-61), *Maria Pires de Cerveira II* (VII-62) e um hipotético *Pero Pires de Cerveira* (VII-63), pai do dito Vasco Pires de Cerveira II. A estes poder-se-á acrescentar um *Lourenço Pires de Cerveira* (VII-64), documentado em 1317.[1591]

VI-32 MARTIM LOURENÇO DE CERVEIRA, provável vassalo do rei de Portugal, que surge pela primeira vez em 1285, em Coimbra, a confirmar a carta de partilhas dos filhos de D. Afonso de Aragão, meio-irmão da rainha D. Isabel. Em 1288, testemunhou a menagem feita por Rui Pais Bugalho, vassalo do Infante D. Afonso, pelo castelo de Marvão. Em 1299, o seu serviço foi premiado através de uma doação régia da mata de Urqueira, no termo de Ourém, durante o cerco de Portalegre. Mais tarde, esta doação viria a ser confirmada e MARTIM LOURENÇO incumbido de povoar este lugar. Já depois da sua morte (ocorrida entre 1303 e 1312), o Infante D. Afonso tomou posse da dita mata, que depois foi transmitida ao Infante herdeiro. Testemunhou algumas compras feitas por Fernão Gonçalves Chancinho e, segundo as inquirições de 1303-1304, honrou algumas propriedades no julgado de Besteiros, que tinha emprazadas do mosteiro de Macieira do Dão, na freguesia de S. Salvador de Castelões. Não se sabe se casou, mas é provável que tenha sido pai de *Estêvão Martins de Cerveira* (VII-65).[1592] Ao contrário dos seus irmãos, MARTIM LOURENÇO não terá passado pela Galiza ou ostentado património na fronteira, seguindo uma vida inteiramente dedicada ao serviço na corte.

VI-33 e URRACA LOURENÇO DE CERVEIRA, escassamente documentada, terá sido criada, segundo as inquirições de 1258, por um camponês

[1591] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1821, doc. 2. Como podemos constatar, estes últimos dados documentais permitem-nos acrescentar mais alguns indivíduos à proposta genealógica de Sottomayor-Pizarro – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1592] Todos estes dados fazem parte da proposta biográfica de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 415.

de Fragoso (Barcelos), comprou uma herdade, que honrou, a um herdador de Godinhaços (Vila Verde). As inquirições informam-nos também que foi criada num dos casais do mosteiro de Oia, na freguesia de S. Cipriano de Cerveira.[1593] O *Livro do Deão* atribui-lhe um casamento dentro da casa de Lemos.[1594] Julgamos que o candidato mais provável será Afonso Lopes de Lemos, ou pelo menos um dos seus parentes mais próximos, já que em 1236 Pero Anes de Cerveira I, seu tio, e Lourenço Anes de Cerveira, seu pai, surgem como fiadores daquele numa carta de quitação ao mosteiro de Oia.[1595]

Do casamento entre Soeiro Anes de Cerveira e D. Inês de Toledo nasceram:

VI-34 GONÇALO SOARES OSORES, ou de CERVEIRA, figura normalmente denominada como GONÇALO OSORES. As inquirições de 1258 e 1288 transmitem-nos vários casos de amádigo relativos a filhos seus nos julgados de Froião e Pena da Rainha, revelando ainda um caso de apropriação de um monte reguengo (Monte Pombeiro, que pensamos estar localizado em Mazedo, Monção) por parte de GONÇALO OSORES, Fernão Pacheco e da igreja de Braga.[1596] Como já referimos, um documento de 1265,[1597] relativo a uma permuta patrimonial entre Rui Lourenço de Cerveira, seu primo, e o mosteiro de Oia, indica-nos que D. Osório, cavaleiro de Cerveira (ou seja, GONÇALO OSÓRIO), lhes tinha doado o seu património em Chaín (Gondomar). Atendendo aos casos de amádigo apresentados podemos concluir que do seu casamento com Marinha Soares Correia, uma parente da primeira esposa do seu primo Rui Lourenço (Maria Gomes Correia), nasceram, pelo menos, um filho e uma filha, de quem desconhecemos os nomes (*N. Gonçalves Osores de Cerveira I*, VII-66, e *N. Gonçalves Osores de Cerveira II*, VII-67).[1598] O facto de Rui Lourenço ter tentado recuperar parte do património galego de

[1593] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 413. PMH-Inq. 1258, pp. 318 e 401.

[1594] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 416.

[1595] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 11.

[1596] PMH-Inq. 1258, pp. 363, 369 e 371. PMH-Inq. 1288, pp. 58-59, 74-75, 99-101 e 198-202.

[1597] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 20.

[1598] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 412 e Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

GONÇALO OSORES, bem como o seu duplo matrimónio dentro da mesma família, parece indiciar uma certa proximidade entre estes primos, talvez forjada no plano de uma vivência transfronteiriça comum.

VI-35 e JOÃO SOARES OSORES, ou de CERVEIRA, cavaleiro documentado nas inquirições de 1258 e 1288, onde se apresentam vários casos de amádigo em lugares dos julgados de Froião e Pena da Rainha (Insalde, em Paredes de Coura, Barroças e Taias, Moreira e Luzio, em Monção).[1599] Num dos casos, chega-se a apontar directamente para uma herdade honrada de um antigo colaço seu. Esta fonte deixa perceber que teve uma filha de quem desconhecemos o nome (*N. Anes Osores de Cerveira*, VII-68).[1600]

A sétima geração

Do primeiro casamento de João Pires Redondo I com Gontinha Soares de Melo nasceram:

VII-1 MARIA ANES REDONDO, que, segundo as inquirições de 1258, teve dois casais honrados em Vimieiro e em S. Tiago de Anha, no julgado de Neiva (Vila Nova de Anha, em Viana do Castelo).[1601] Em 1272, na carta de partilhas do património de seu pai, recebeu, a meias com o seu irmão Gonçalo Anes Redondo, os bens que este tinha em Sequeira, no concelho de Braga.[1602] Casou em primeiras núpcias com Mem Pires Coronel, fidalgo pertencente a uma linhagem de origem galega que desde cedo se foi implantando em Portugal. Depois de enviuvar desposou Gomes Pires Correia. Pensamos que terá tido descendência de ambos os casamentos.[1603]

VII-2 TERESA ANES REDONDO, dama já falecida à altura das partilhas dos bens paternos, em 1272, deixou aos seus filhos o património que tinha herdado, conjuntamente com o seu irmão Martim Anes Redondo, em Crei-

[1599] PMH-Inq. 1258, pp. 363 e 370. PMH-Inq. 1288, pp. 52-54, 58-59 e 67-69.

[1600] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 413 e Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1601] PMH-Inq. 1258, p. 315.

[1602] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 350.

[1603] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

xomil (Barcelos).[1604] Casou com Pero Pires Homem (de Froião), cavaleiro que participou na conquista de Sevilha de 1248 e que foi beneficiado no seu «repartimiento».[1605] Este poderá ter sido o filho de Pero Rodrigues de Pereira que, segundo as inquirições de 1258, foi criado em S. Marinha de Padornelo, no julgado de Froião.[1606] Por esta altura, já estaria casado com TERESA ANES, visto que esta fonte indica que um dos seus filhos foi criado em S. Martinho de Vascões, no julgado de Froião.[1607] As inquirições de 1288 também lhe apontam a propriedade de uma quintã honrada em S. Romão de Fonte Coberta, no julgado de Faria.[1608] Deste casal nasceram seis filhos, que deram continuidade à penetração da linhagem no Alto Minho. Todavia, torna-se curioso verificar que, apesar da forte segmentação da família Trava no território português, através das linhas Trastâmara-Trava, Tougues, Palmeira, Pereira e Homem-Froião, só esta última se aproximou da zona de fronteira, onde o conde Rodrigo Peres *Veloso* tinha tido bastantes interesses em meados da centúria anterior. Neste contexto, esta constatação não parece expressar qualquer fragilidade na capacidade de expansão destas famílias, já que cada uma delas se conseguiu estabelecer em zonas riquíssimas e densamente povoadas (como o vale do Ave, no caso dos Tougues, e mais a norte, já perto do Cávado, no dos Palmeira-Pereira), mas sim comprovar o enorme salto dado no processo de senhorialização do Alto Minho entre finais do século XI e alvores do XIII, que acabou por curar as feridas deixadas pelas surtidas normandas no vale do Minho e por densificar o povoamento e quantidade de terra apropriada.

VII-3 BEATRIZ ANES REDONDO foi contemplada em 1272, pela carta de partilhas dos bens de seu pai, com património em Riba de Minho, Paço, Enchate e Vila Cova, em Barcelos. Na nossa opinião, Riba de Minho corresponderá a Riba de Mouro (Monção), Paço a Paçô (Arcos de Valdevez), Enchate a Enxara (Mafra) e Vila Cova a um lugar da freguesia de Vila Cova, em Barcelos. Este património específico seria dividido com o seu irmão Pero Anes Redondo. BEATRIZ ANES casou duas vezes, primeiramente com Pero Soares Coelho, de quem não teve filhos, e, depois, com Rui Martins de Nomães, de quem teve descendência.[1609]

[1604] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 350.

[1605] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 902.

[1606] *Idem*, *ibidem*.

[1607] *Idem*, *ibidem*.

[1608] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 902-903.

VII-4 GUIOMAR ANES REDONDO I, abadessa de Semide referida em 1285. Segundo a carta de partilhas de 1272, dividiu com o seu irmão João Anes Redondo bens em Vilarinho do Bairro (concelho de Anadia) e Almalaguês (concelho de Coimbra).[1610]

VII-5 e URRACA ANES REDONDO, monja e prioresa de Lorvão que, segundo as partilhas de 1272, partilhou com o seu irmão Rodrigo Anes Redondo os bens de Bulho e Orelhudo, na freguesia de Cernache, em Coimbra. Em 1287, este seu irmão decidiu dividir este património com Lorvão, o que indica que URRACA ANES terá morrido antes desta data.[1611]

Por sua vez, do segundo casamento de João Pires Redondo I com Mor Pires de Pereira, uma parente próxima do marido da sua filha Teresa Anes Redondo, nasceram:

VII-6 GONÇALO ANES REDONDO[1612], fidalgo também identificado como cavaleiro de Sequeira, por força dos bens paternos que recebeu em 1272 no lugar de Sequeira (Braga), conjuntamente com a sua irmã Maria Anes Redondo. Já antes, em 1268, surge a confirmar um documento com o seu irmão Pero Anes Redondo e seu tio Pero Pires Bravo. Os seus bens de Sequeira encontram-se referidos nas inquirições de 1288, identificando-lhe uma casa honrada nesse dito lugar (Sequeira, concelho de Braga, julgado de Penafiel de Bastuço). Segundo as inquirições de 1301 e 1307-1311, os seus filhos honravam Louredo, na freguesia de Vilaça (concelho de Braga, no julgado de Penafiel de Bastuço), o que pode indiciar que GONÇALO ANES também teve património neste lugar. Numa inquirição do século XIII, indica-se também que GONÇALO ANES e o cavaleiro Martim Afonso Moela (Sousa) sonegavam os foros de quatro casais régios em Vilar de Porro (no concelho de Boticas, julgado de Montalegre). Poderá ter morrido ainda antes de 1300, pois estaria vivo aquando das inquirições de 1288, mas nas de 1301 já só surgem os seus filhos. Casou com Teresa Esteves de Freitas, de quem não teve filhos, e com Urraca Fernandes de Andrade, de quem teve *Martim Gonçalves*

[1609] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 350, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1610] *Idem*, *ibidem*.

[1611] *Idem*, *ibidem*.

[1612] *Vide Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 351 e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo (biografia que resumiremos nas próximas linhas).

Redondo (VIII-1), *Nuno Gonçalves Redondo* (VIII-2), *Álvaro Gonçalves Redondo* (VIII-3), *Mor Gonçalves Redondo* (VIII-4), *Joana Gonçalves Redondo* (VIII-5) e *Maria Gonçalves Redondo* (VIII-6). De uma relação ilegítima com Marinha Lourenço, teve também *João Gonçalves Redondo* (VIII-7).

VII-7 JOÃO ANES REDONDO[1613], cavaleiro vassalo de D. Dinis, que assumiu funções de seu conselheiro e embaixador. Surge, pela primeira vez, na carta de partilhas de 1272, através da qual herdou, conjuntamente com a sua irmã Guiomar Anes Redondo, o património de seu pai em Vilarinho (Vilarinho do Bairro, concelho de Anadia) e Almalaguês (concelho de Coimbra). Em 1275, temos notícia de que, a partir deste último lugar, usurpou, conjuntamente com Martim de Podentes, várias rendas e direitos ao cabido de Coimbra. Devido às inquirições de 1288 sabemos que deteve património em S. Mamede do Coronado (concelho da Trofa, julgado da Maia), em S. Martinho de Fradelos (concelho de Braga, julgado de Penafiel de Bastuço) e em Fonte Má (Fonte Boa, concelho de Esposende). As sentenças de 1290 referem também bens em Terroso (concelho de Póvoa de Varzim, julgado de Faria), aos quais acrescentou três póvoas novas, que surgem mais tarde nas inquirições de 1307-1311. Em 1299, a Ordem de Avis transferiu para o seu irmão Rodrigo Anes Redondo os bens que estes lhe tinham deixado em préstamo na freguesia de Creixomil, em Barcelos. Este documento faz supor que JOÃO ANES terá morrido pouco tempo antes. A sua participação na vida política da corte terá começado nos finais do reinado de D. Afonso III, sendo referido em 1278 como vassalo da casa de D. Dinis. Com a subida ao trono do seu senhor, viu-se incumbido de várias funções, como a redacção de algumas cartas de legitimação ou a confirmação de alguns documentos. Em 1282, surge como um dos dez cavaleiros apresentados como garantes do acordo de paz que celebrou com o Infante D. Afonso. Em 1295, dirigiu-se com Mem Rodrigues Rebotim a Valladolid com o propósito de apresentarem uma declaração de guerra aos tutores de Fernando IV, devido ao incumprimento das promessas de Sancho IV, relativas ao casamento do seu herdeiro com a Infanta D. Constança. JOÃO ANES casou por duas vezes, a primeira com Mécia Gomes da Cunha e a segunda com Guiomar Lourenço Freire, de quem foi procurador em 1288 num escambo com o mosteiro de Vairão. Do seu segundo matrimónio nasceram

[1613] Sobre João Nunes vejam-se os dados de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 356-357 e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo (que acompanhamos).

Lourenço Anes Redondo (VIII-8), *Pero Anes Redondo II* (VIII-9) e *Guiomar Anes Redondo II* (VIII-10).

VII-8 PERO ANES REDONDO I, fidalgo que, em 1268, surge na companhia do seu irmão Gonçalo Anes, identificando-se também como cavaleiro de Sequeira (Braga). Segundo as partilhas de 1272 couberam-lhe, a meias com a sua irmã Beatriz Anes Redondo, os bens do seu pai em Riba Minho (Riba de Mouro, Monção), Paço (Paçô, Arcos de Valdevez), Vila Cova (Barcelos) e Enchate (Enxara do Bispo, Mafra). Em meados da década de 1280 frequentou a corte de Sancho IV de Castela, conjuntamente com o seu irmão Rodrigo Anes Redondo. Apesar de ter falecido ainda antes de 1288, encontra-se referido nessas inquirições nos julgados de Penafiel de Bastuço, Neiva e Valdevez. Estes seus bens situavam-se em Santa Comba (freguesia da Várzea, concelho de Barcelos, no julgado de Penafiel de Bastuço), Vila Cova (concelho de Barcelos, julgado de Neiva) e Souto (concelho de Arcos de Valdevez, julgado de Valdevez)[1614]. A sua vivência transfronteiriça terá permitido que se casasse com Inês Pires Galego, de quem teve *João Pires Redondo II* (VIII-11) e *Mor Pires Redondo* (VIII-12).[1615]

VII-9 RODRIGO ANES REDONDO, cavaleiro que, conjuntamente com o seu irmão Pero Anes, marcou presença na corte de Sancho IV. Porém, regressou a Portugal em 1287. Esteve na corte entre 1290 e 1314, onde testemunhou e redigiu alguns documentos e onde integrou algumas comissões régias. Tal como alguns dos seus sobrinhos, parece ter estado ligado à casa do bastardo régio João Afonso. Para além de ter sido um importante agente político, RODRIGO ANES também foi trovador, tendo composto cinco cantigas.[1616] Segundo a carta de partilhas dos bens paternos de 1272, recebeu,

[1614] Em Souto (Arcos de Valdevez), no julgado de Valdevez, tinha a quintã honrada de Barral e em Vila Cova (Barcelos), no julgado de Neiva, tinha uma casa honrada à saída da vila – PMH-Inq. 1288, pp. 238-240 e 331.

[1615] Apesar de desconhecermos as origens desta Inês Pires Galego, podemos pensar que esta poderá ser uma Lima, visto que nas primeiras gerações desta linhagem foi comum a utilização de qualificativos como galego/a ou, até, da Galiza. Resta dizer que os dados que temos vindo a apresentar sobre Pero Anes Redondo I encontram-se em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 360-361, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1616] Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 564-565.

conjuntamente com a sua irmã Urraca Anes Redondo, o seu património em Bulho e Orelhudo, na freguesia de Cernache (Coimbra). Em 1287, partilhou com Lorvão os oito casais que tinha recebido com a sua irmã nestes lugares. Segundo as inquirições de 1288, foi senhor da quintã honrada da Devesa, em S. Pedro de Souto, no julgado de Valdevez.[1617] Em 1299, foram-lhe passados os bens que o seu irmão João Anes Redondo tinha em préstamo da Ordem de Avis em Creixomil, no julgado de Neiva. Porém, a sua vivência na corte fez com que fosse agremiando património em torno de espaços urbanos a sul, principalmente em Santarém, onde residiu e viria a falecer. Em 1304 aforou bens no termo de Óvoa (na Beira), que pensamos corresponder à freguesia do mesmo nome em Santa Comba Dão. Em 1287, em Santarém, onde morava, deixou vários bens ao mosteiro de S. Francisco desta cidade, tendo sido sepultado neste mesmo local na capela de S. Gregório. Segundo um documento de 1307, também teve património no termo da vila, conjuntamente com Fernão Gomes de Alvarenga, que foi confiscado pelo sacador das dívidas do rei. Segundo as inquirições de 1307-1311, teve a honra de Rio Covo (na freguesia de Midões, concelho de Barcelos, julgado da Várzea) e honrou toda a freguesia de Tougues (concelho de Vila do Conde, julgado da Maia). Através de um documento de 1312 sabemos também que teve dois casais no julgado de Gondomar, que foram de Martim Pires Podentes, e que escambou com Maria Anes e Inês Anes, abadessa e monja de Entre-os-Rios, por uma quintã e herdamentos em Vilar Chão, Vilarinho, Marecos e Vila Cova (já no julgado de Neiva). Nesse mesmo ano, receberia também deste cenóbio o património que D. Sancha Ordonhes e Aires Dias tinham em Portugal, Leão e Castela. Um documento de 1321 diz-nos também que devia à sua irmã Fruilhe Anes Redondo uma renda anual por um conjunto de bens de avoenga, um herdamento de uma tia sua e um quarto de um casal em Canas. As inquirições de 1301 dizem-nos que, conjuntamente com Fruilhe Anes, RODRIGO ANES impediu um porteiro de entrar em Aivães, no julgado de Vermuim. A sua vida familiar também se encontra extremamente bem documentada, revelando apoios, discórdias e até violências. Casou com Mor Fernandes Curutelo, filha de Fernão Martins Curutelo, um dos apoiantes de D. Sancho II que o seguiu no seu exílio. Este casal surge junto já em 1287 e sabemos que celebrou em 1318 um aforamento de um herdamento seu no termo de Óbidos. Esta dona foi sepultada junto ao seu marido em S. Francisco de Santarém, tendo dei-

[1617] PMH-Inq. 1288, pp. 238-240.

xado os seus bens de Assacaia a esta capela. Do seu matrimónio nasceram *Fernão Rodrigues Redondo* (VIII-13), *João Rodrigues Redondo I* (VIII-14) e *Urraca Rodrigues Redondo* (VIII-15). De uma outra relação ilegítima nasceu também *Pero Rodrigues Redondo* (VIII-16).[1618]

VII-10 MARTIM ANES REDONDO[1619], que, na carta de partilhas de 1272, partilhou com os seus sobrinhos, filhos de Teresa Anes Redondo, os bens paternos situados em Creixomil (Barcelos). Este património encontra-se referido nas inquirições de 1288, indicando que tinha aqui uma casa honrada, que em tempos pertencera a D. Nuno Velho (Nuno Soares Velho II).[1620] Este paço voltaria a ser referido em 1299, quando, nesse lugar, MARTIM ANES fez uma doação ao seu sobrinho Sancho Pires, bispo do Porto e filho de Teresa Anes Redondo e de Pero Pires Homem, de uma propriedade sua no lugar da Torre (freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso). As inquirições de 1288 dizem-nos também que uma filha sua foi criada em S. Julião de Freixo, no julgado de Aguiar de Neiva (Freixo, Ponte de Lima). As inquirições de 1343 recordam também que, nesta mesma freguesia, Martim Anes tinha comprado herdades foreiras do rei, que honrou. Um documento de 1294 dá-nos notícia de que Lourenço Anes Redondo e MARTIM ANES REDONDO ofereceram parte da quintã da Torre, no couto de Ancede (Baião), ao bispo do Porto D. Sancho Pires de Froião, seu parente. Segundo as inquirições de 1301, MARTIM ANES honrava toda a freguesia de Oleiros, no julgado de Guimarães. Seguindo uma forte tendência familiar, também frequentou a corte, onde o encontramos em 1289, em Lisboa, a testemunhar um documento de Martim Anes de Soverosa e de D. Vataça. Em 1301, viu-se envolvido num litígio com o abade de Vairão e, em 1306, foi alvo de averiguações devido a abusos seus relativos ao direito de pousada, cometidos contra as aldeias de S. Marinha e Paços da Beira, que estavam na posse de S. Cruz de Coimbra. Poderá ter falecido antes de 1307. Casou com Maria Rodrigues de Jolda, de quem teve *Martim Martins Redondo I* (VIII-17), *Mor Martins Redondo I* (VIII-18), *Maria Martins Redondo* (VIII-19), *Alda Martins Redondo* (VIII-

[1618] Todos estes dados sobre Rodrigo Anes Redondo foram analisados por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 362-364, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1619] Sobre Martim Anes Redondo *vide Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 367-368, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo (que tentaremos sintetizar nas próximas linhas).

[1620] PMH-Inq. 1288, pp. 340-341.

20), *Beatriz Martins Redondo* (VIII-21), *Guiomar Martins Redondo* (VIII-22), *Joana Martins Redondo* (VIII-23) e *Margarida Martins Redondo* (VIII-24). De uma relação ilegítima com Teresa Mendes nasceu também *Martim Martins Redondo II* (VIII-25).

VII-11 e FRUILHE ANES REDONDO, monja de Arouca documentada entre 1264 e 1321, que, tal como os seus irmãos, foi contemplada na carta de partilhas de 1272, tendo recebido bens paternos em Ois e Jurados (ambas no concelho de Anadia) e Ventosa (Ventosa do Bairro) e Asinos (ambas no concelho da Mealhada). De acordo com as inquirições de 1284, deteve bens no julgado de Sever do Vouga, enquanto um documento de Arouca refere que recebeu das suas tias maternas Urraca Pires de Pereira e Sancha Pires de Pereira a quintã de Nogueira, na freguesia de S. Martinho de Pessegueiro (concelho de Sever do Vouga). Segundo as inquirições de 1301, impediu, conjuntamente com o seu irmão Rodrigo Anes Redondo, o acesso de um porteiro a Aivães, no julgado de Vermuim. Em 1305, comprou uma casa e uma propriedade em Arouca. Como podemos constatar, a sua entrada na vida monástica não a afastou da herança familiar nem dos assuntos que a envolviam.[1621]

Do casamento entre Pero Pires Velho e Teresa Pires de Pereira nasceram:

VII-12 GONÇALO PIRES VELHO, também identificado como GONÇALO VELHO DE SEQUEIRA ou DE DEUCRISTE[1622], foi cavaleiro vassalo da casa do rei. Em 1299, confirmou uma escritura da sua mãe. Em 1310 confirmou uma composição entre o mosteiro de Santa Ana de Viana e os moradores do couto de Gondufe. E, em 1311, aceitou um censo anual que esta impôs sobre alguns bens. Juntamente com seus sobrinhos Martim Fernandes Camelo e Martim Viegas Curutelo, terá cometido abusos em bens do cabido de Braga, designadamente abrindo um caminho numa das suas vinhas, como nos revela um documento de 1319, actos que objecto de censuras espirituais solicitadas pelo cabido e só levantadas pelo arcebispo, depois de corrigidos os desmandos cometidos. Tendo em conta um dos apelidos que utilizava, podemos presumir que tenha vivido na freguesia de Sequeira, no julgado de

[1621] Sobre Fruilhe Anes Redondo *vide* Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 367, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1622] Cavaleiro biografado em *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 337 (dados que iremos analisar).

Braga, onde vários membros da sua família alargada tinham património. As inquirições de 1343 indicam que, na freguesia de S. Vitorino das Donas (concelho de Ponte de Lima e antigo julgado de S. Estêvão de Riba Lima), GONÇALO VELHO tinha começado a fazer uma casa honrada, mas que, até morrer, não a conseguiu acabar.[1623] GONÇALO PIRES uniu-se ilegitimamente a Sancha Gonçalves de Arga, uma freira do mosteiro de Vitorino das Donas que raptou após ter professado nesse cenóbio durante sete anos.[1624] Tendo em conta estes últimos dados, é provável que se tenha deslocado da zona de Braga para Ponte de Lima, onde se juntou à sua esposa e onde tentou construir um paço familiar, que nunca chegou a terminar. Sabemos que, apesar da sua condição de monja, Sancha Gonçalves era também proveniente de uma modesta família aristocrática do Alto Minho, que foi buscar o seu apelido aos senhorios que ostentou ao longo das vertentes da serra de Arga. Tal como muitas outras linhagens de escalão inferior, os Arga também deixaram a sua marca nas inquirições.[1625] Deste casal nasceram oito filhos, que foram legitimados por D. Dinis em 1320. Estes foram *João Gonçalves Velho* (VIII-26), *Gonçalo Gonçalves Velho* (VIII-27), *Fernão Gonçalves Velho I* (VIII-28), *Pero Gonçalves Velho* (VIII-29), *Aires Gonçalves Velho* (VIII-30), *Nuno Gonçalves Velho* (VIII-31), *Teresa Gonçalves Velho* (VIII-32) e *Martim Gonçalves Velho* (VIII-33).[1626]

VII-13 AFONSO PIRES VELHO, cavaleiro que testemunhou e confirmou, conjuntamente com o seu irmão João Pires Velho, uma inquirição feita em 1280 aos bens que aqueles tinham com a sua mãe no julgado de Viana.

[1623] ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 154.

[1624] LL42G9.

[1625] As informações sobre os Arga não são muito numerosas, mas parecem aludir claramente à família directa de Sancha Gonçalves.

Seu pai, D. Gonçalo de Arga, apenas seria referido nas inquirições de 1343, altura em que João Velho (João Gonçalves Velho), seu neto, trazia honradas (há 25 anos) várias herdades reguengas de Vitorino das Donas (Ponte de Lima) – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 154-154v.

D. Gonçalo de Arga também terá sido pai de Rodrigo Gonçalves de Arga, fidalgo documentado em Fontão, Cepões e Bárrio (no concelho de Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, p. 336; PMH-Inq. 1288, pp. 209-210 e 211-212 –; e de D. Pedro de Arga, cavaleiro que foi criado em Fontão (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, p. 336.

[1626] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 337, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

Este património situava-se em Asmonde (Amonde, Viana do Castelo), Santa Marta (de Portuzelo, Viana do Castelo), Talhareses (Portuzelo, Viana do Castelo) e no couto de Viana (Viana do Castelo). Em 1284 presenciou uma permuta entre vários proprietários da zona de Caminha e a coroa, que receberam outros do mesmo valor na aldeia de Daião, no julgado de Geraz do Lima, no contexto da criação da póvoa de Caminha.[1627] Segundo as inquirições de 1288 e 1307-1311, foi criado em Santa Marta (de Portuzelo, no julgado e concelho de Viana do Castelo), teve uma herdade em S. Salvador de Padreiro (no concelho e julgado de Arcos de Valdevez) e criaram um filho seu em Barral, no julgado de Penela (que poderá ser a freguesia de Pico, no concelho de Vila Verde).[1628] Do seu casamento com Constança Afonso Alcoforado nasceu *Gonçalo Afonso Velho* (VIII-34). De uma relação ilegítima terá tido também um filho bastardo, que foi criado em Barral (*N. Afonso Velho* – VIII-35).[1629]

VII-14 ESTÊVÃO PIRES VELHO, cavaleiro também denominado pelos livros de linhagens como *«de Ansemonde»*, por ter nascido, sido criado ou vivido nesta freguesia.[1630] Apenas se encontra referido nas inquirições de 1307-1311, em três casos de amádigo relativos a um filho bastardo seu, que passou pelas freguesias de Gandra (no concelho de Ponte de Lima e julgado de Penela), Campo e Roriz (no concelho de Barcelos e julgado de Neiva).[1631] Este nasceu do rapto de uma freira de nome Urraca Pires de Cameal (ou de Tamel).[1632] A corrupção deste apelido, proveniente de uma das freguesias do concelho de Barcelos, terá impedido vários investigadores de concluírem que esta pertencia à família de Godinho de Pousada de Tamel, amante de Sancha Pires Velho, abadessa de Vairão e sua tia paterna.[1633] Este filho foi *Afonso Esteves Velho* (VIII-36).[1634]

[1627] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 339.

[1628] PMH-Inq. 1288, pp. 222-225 e 168-170; e ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 30.

[1629] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1630] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 340.

[1631] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 30v, 37 e 37v.

[1632] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 340.

[1633] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1634] *Idem*, *ibidem*.

VII-15 INÊS PIRES VELHO, esposa de Egas Martins Curutelo, de quem teve descendência. Teve ainda um segundo casamento com um Lourenço Anes, que surge com INÊS PIRES entre os confirmantes de uma doação da sua mãe, datada de 1311. Não existem quaisquer indícios de que tenha tido filhos desta segunda relação.[1635]

VII-16 e OUROANA PIRES VELHO, dama que poderá ser a D. OUROANA a que aludem as inquirições de 1258, quando a identificam como uma compradora de uma herdade foreira em Padornelo (concelho de Paredes de Coura e julgado de Froião).[1636] Casou com Fernão Martins Camelo, de quem teve descendência.[1637]

Da relação entre Pero Pires Velho e Sancha Pais de Santa Logriça, filha do abade Paio Pequeno de Santa Logriça de Aguiar (que julgamos ser um Novais), nasceram:

VII-17 JOÃO PIRES VELHO, cavaleiro que, apesar da sua bastardia, se tornou na figura mais destacada da sua linhagem na segunda metade do século XIII, já que, alavancado pelas relações privilegiadas mantidas na corte por muitos dos seus parentes colaterais, conseguiu transformar-se numa das figuras cimeiras da casa de D. Dinis, tendo sido seu embaixador e conselheiro e engrandecendo-se também através da sua faceta de trovador.[1638] Segundo Sottomayor-Pizarro, terá sido levado para a corte de D. Afonso III, onde surge em 1278-1279 como vassalo do Infante herdeiro, e protegido pelos seus tios

[1635] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 341.

[1636] PMH-Inq. 1258, p. 364.

[1637] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1638] Na sua biografia de João Pires Velho, Sottomayor-Pizarro procurou estabelecer uma clara separação entre aquelas informações que pensa serem atribuíveis a João Pires Velho, trovador e membro da casa de D. Dinis, e a João Gonçalves Velho, fidalgo legitimado em 1320 e documentado em 1343. Esta sua hipótese baseia-se, acima de tudo, no facto de que, na sua opinião, torna-se cronologicamente impossível alinhar os feitos de João Velho, embaixador de D. Dinis a Aragão em 1281-82, com a vida do bastardo legitimado em 1320 – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 342, nota 68.

Com efeito, seguiremos, de uma forma geral, as diversas informações apresentadas por este autor sobre João Pires Velho – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 341-344, e Vol. III, 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

e primos, visto que se casou com uma sobrinha da esposa de João Pires Redondo I e que foi companheiro de João Anes Redondo e Martim Martins Zote I no serviço que prestaram a D. Dinis. Com a chegada deste ao poder, foi alçado a conselheiro e, por força da confiança que lhe tinha, foi nomeado seu embaixador nas negociações que encetou com os aragoneses em 1281, a propósito dos preparativos do seu casamento com D. Isabel. Estas suas vivências nas cortes de Portugal e Aragão permitiram que entrasse em contacto com a lírica galego-portuguesa e com a sua congénere catalã e, possivelmente, occitânica e provençal. Este gosto por esse estilo literário terá feito com que se aproximasse de Maria Pires, filha de um trovador. JOÃO PIRES terá morrido depois de 1310. Quanto às suas aparições documentais, a sua primeira notícia é relativa a uma doação feita por D. Afonso III ao Infante D. Afonso em 1278, onde surge como testemunha. Em 1279 surge já como um dos vassalos mais bem pagos da casa de D. Dinis. Em 1281, dedicou o seu ano à preparação da embaixada que se dirigiu a Aragão para negociar o casamento do soberano e, por outro lado, também é extremamente provável que tenha acompanhado a futura rainha na sua viagem até Portugal. Em 1284 surge no Alto Minho na companhia de Afonso Pires Velho, onde presencia alguns escambos relativos à formação da póvoa de Caminha, tendo trocado um casal seu em Caminha por uma herdade de igual valor em S. Vicente (de Giela?), no julgado de Arcos de Valdevez. Um tipo de escambo que voltaria a repetir no ano seguinte. JOÃO PIRES foi detentor de um vasto património que, a fazer fé nas inquirições dionisinas e em alguns documentos do mosteiro de Oia, se estendia desde a fronteira galaico-minhota até ao vale do Lima e terra de Neiva. Segundo um documento de 1275 oriundo de Oia,[1639] JOÃO VELHO e sua esposa receberam de uma Maria Rodrigues uma herdade em *«Agabi»*, na freguesia de S. João de Reboreda. Em 1280, JOÃO PIRES e seu irmão Afonso Pires foram alvo de uma inquirição régia sobre os seus bens em Asmonde, Talhareses, Santa Marta e no couto de Viana (Amonde, Portuzelo e Viana do Castelo). Um documento de Oia de 1287[1640] indica-nos que D. JOÃO VELHO, filho de D. Pedro Velho e de Sancha Novais (Sancha Pais de Santa Logriça, filha do abade D. Paio Pequeno), doou ao abade e convento de Santa Logriça um conjunto de bens que possuía na freguesia de Mangoeiro. Este documento indica também que este património pertencia a uma tia materna sua chamada Teresa

[1639] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1805, doc. 16.

[1640] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1807, doc. 19.

Pais (Novais). Também escamba com Oia património que este cenóbio tinha desta sua tia em Mangoeiro, por um valor monetário e por uma herdade que tinha em Tebra, reservando para si o usufruto vitalício dos seus foros. Atendendo a estes dados, podemos presumir que JOÃO PIRES VELHO conseguiu alguns bens na Galiza devido à sua herança materna, ou seja, devido ao seu parentesco com os Novais. Pensamos que o abade Paio Pequeno de Santa Logriça, pai de Sancha Pais de Santa Logriça, amante de Pero Pires Velho e mãe de JOÃO PIRES VELHO, seria Paio Pires Novais, esposo de Mor Soares Velho, tia de Pero Pires Velho e tia-avó de JOÃO PIRES VELHO[1641]. Acreditamos que, após enviuvar, Paio Pires terá abraçado a vida monástica em Santa Logriça, num período em que a sua filha Sancha Pais encetou uma relação com um filho de um primo-direito seu, facto que explica a constante alusão a este cenóbio e não ao apelido Novais, que estaria ocultado nas fontes (talvez monásticas) consultadas pelos redactores dos livros de linhagens. Segundo um documento de Oia datado de 1288,[1642] JOÃO VELHO DE PEDREGAIS declara que recebeu um conjunto de rendas do mosteiro, referentes a bens nas freguesias de S. João da Silva (Valença), S. Miguel de Sapardos e S. João de Campos (Vila Nova de Cerveira), chegando a mencionar um casal de Armenteira, poderoso cenóbio do norte da província de Pontevedra. As inquirições de 1258 dizem-nos também que foi criado por um herdador do couto de S. Vicente de Fragoso (Barcelos), que teve duas nogueiras em Rebordões (Ponte de Lima) e que criaram uma filha sua em Moreira (Monção).[1643] Segundo as inquirições de 1288, JOÃO PIRES honrou uma herdade em S. Julião da Silva (Valença); teve uma casa honrada em S. João do Campo (Vila Nova de Cerveira); honrou uma casa em S. João de Reboreda (Vila Nova de Cerveira) e, a partir dela, fez uma honra; criaram um filho seu em S. Salvador de Covas (Vila Nova de Cerveira); teve uma casa honrada em S. Pantalião de Cornes (Vila Nova de Cerveira), que tinha sido da sua tia materna Teresa Pais Novais; honrou um casal de S. Salvador da Torre em Freixieiro de Soutelo (Viana do Castelo, no couto de Viana); teve uma herdade em Santa Marta de Portuzelo (Viana do Castelo); teve uma quintã honrada e dois casais de *«Palmi»* em Forjães (Esposende, já no julgado de Neiva); teve uma quintã honrada, feita

[1641] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1642] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1808, doc. 5.

[1643] PMH-Inq.1258, pp. 318, 346 e 350.

num casal honrado de *«Palmi»*, em S. Paio de Antas (Esposende); comprou várias herdades em Tregosa (Barcelos), que converteu numa honra; teve parte de uma quintã honrada em Mujães (Viana do Castelo); neste mesmo lugar, teve também uma casa honrada, feita ainda no reinado de D. Afonso III; conjuntamente com Gomes Mendes de Neiva (Neivoo?), também teve alguns herdamentos honrados em Mujães; recebeu uma quintã honrada de Paio Novais, seu avô, em Vila Franca (S. Miguel de Figueiredo, actual Vila Franca, em Viana do Castelo); e criaram a sua mulher, Marinha Soares Correia, em S. Pedro do Couto de Capareiros (em Barroselas, Viana do Castelo).[1644] Por sua vez, as inquirições de 1301 indicam que não deixou um oficial entrar num lugar de S. Pedro de Subportela (Viana do Castelo), que defendia um lugar em Mujães (Viana do Castelo), que criaram um filho seu (de uma barregã) em Covas (Vila Nova de Cerveira), que honrou uma quintã e metade de um lugar de S. Miguel de Sapardos (Vila Nova de Cerveira) e que ofereceu uma herdade em S. Julião da Silva (Valença) a D. Pero Anes de Aboim.[1645] Em 1307, encontramos um pleito entre Oia e Ganfei por um conjunto de bens de JOÃO VELHO, cavaleiro de Pedregais, cujas rendas tinham sido confiadas ao cenóbio galego.[1646] Segundo um escambo de 1325, teve rendas, um casal e uma vinha em S. Pantalião de Cornes (Vila Nova de Cerveira).[1647] Segundo as inquirições de 1307-11, não deixava entrar o porteiro do rei na sua honra de Mangoeiro (Gondarém, Vila Nova de Cerveira); em S. João de Campos (Vila Nova de Cerveira), tinha uma quintã que lhe permitiu honrar toda a freguesia; aqui, cinco famílias defendiam-se através de JOÃO VELHO; tinha uma herdade em Reboreda (Vila Nova de Cerveira); criaram uma filha sua numa quintã em Covas (Vila Nova de Cerveira), surgindo como JOÃO VELHO DE BRAGA; defendia vários casais em Sapardos (Vila Nova de Cerveira); honrou uma herdade em Gondar (Caminha); amparou dois homens em Subportela (Viana do Castelo); tinha uma herdade com Rodrigo Afonso em Mujães (Viana do Castelo); nessa mesma freguesia, amparava todos os camponeses desse lugar; criaram um filho seu em dois lugares de Balugães (Barcelos); criaram uma filha sua em Poiares (Ponte de Lima), Ardegão (Ponte de Lima) e em Quintiães (Barcelos).[1648] Do seu casamento com Marinha Soares Correia, so-

[1644] PMH-Inq. 1288, pp. 121-123, 134, 135-137, 139-141, 154-155, 160-161, 168-170, 333, 334, 338, 339, 341 e 342.

[1645] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro III, Fols. 7v, 8, 9v e 10.

[1646] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1816, doc. 2.

[1647] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1823, doc. 22.

brinha de D. Paio Pires Correia, nasceram *Martim Anes Velho* (VIII-37), *Maria Anes Velho* (VIII-38), *Leonor Anes Velho* (VIII-39) e *Pero Anes Velho* (VIII-40). De uma relação ilegítima nasceu *Gonçalo Anes Velho* (VIII-41), bastardo legitimado em 1299, e de uma segunda, com Maria Pires, filha de Gonçalo Martins, trovador de Santarém, nasceu também *João Anes Velho* (VIII-42), legitimado em 1310.[1649]

VII-18 e TERESA PIRES VELHO II, esposa de Martim Godins de Lanhoso, de quem teve descendência, que deu origem aos Altero.[1650]

Da relação entre Martim Pires Zote e Maria Vicente de Urgeses nasceram:

VII-19 MARTIM MARTINS ZOTE I[1651], que, seguindo uma tradição familiar, também surge em 1278 como membro da casa D. Dinis. O facto de não ter exercido qualquer cargo ou função no reinado deste monarca levou Sottomayor-Pizarro a levantar a hipótese de que, por alguma razão desconhecida, tenha abandonado a corte e regressado aos seus territórios no Entre-Lima-e-Cávado. A única verdadeira excepção a este panorama seria a sua presença em Coimbra, em 1305, numa doação de Egas Lourenço Magro, deão de Lisboa. O seu último documento data de 1311, altura em que levou a cabo uma doação à sé de Braga. Apesar da sua menor projecção no ambiente cortesão, o património de MARTIM MARTINS encontra-se bem documentado. Segundo as inquirições de 1288, este cavaleiro teve bens nos julgados de Penela e Neiva: em Sandiães (Ponte de Lima), onde este honrou um paço; em Aster (Vila Nova de Anha, Viana do Castelo), onde tinha uma casa no couto de S. Romão de Neiva; e em Alheira (Barcelos), onde tinha uma quintã e casa honrada. Segundo as sentenças de 1290, todo o lugar de San-

[1648] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 9v, 10, 10v, 32, 34v, 38v, 40v, 41 e 41v.

[1649] Relembramos que, com excepção das referências colocadas sobre fontes primárias, as restantes informações transmitem os dados apresentados por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 341-344, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1650] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 341.

[1651] De uma forma geral, seguiremos a proposta de reconstituição biográfica de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 372-374, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.3. – Zote. Às informações transmitidas por este autor acrescentaremos algumas referências relativas a fontes primárias.

diães tinha sido honrado.[1652] Uma sentença de 1308 diz-nos que MARTIM MARTINS ZOTE I, conjuntamente com o seu filho Martim Martins Zote II e seu genro Afonso Vasques Pimentel II, se recusou a abandonar o casal de Calvelos, que pertencia à igreja de Montelongo (Fafe). Em 1311, doou à sé de Braga o padroado da igreja de Palmeira (Braga) e, ao seu deão, um casal em S. Salvador de Parada (Parada de Gatim, no concelho de Vila Verde e julgado de Vila Chã) e recebeu em troca dois casais em Sandiães (concelho de Ponte de Lima e julgado de Penela). As inquirições de 1307-1311 referem que uma filha sua foi criada em Tamel e Alheira (Barcelos, julgado de Neiva); que, já no julgado de Prado, filhos seus foram criados em Roriz (Barcelos); que fez duas quintãs honradas no lugar de Alheira (Barcelos); que honrou uma herdade que comprou em Santa Eulália de Panque (Barcelos, julgado de Aguiar de Neiva); que o seu paço de Proença acabou por englobar cinco ou seis casais de Sandiães (Ponte de Lima); e que um filho seu foi criado em Tregosa (Barcelos).[1653] Excepcionalmente, MARTIM MARTINS acabou por tomar posse de alguns bens de uma tia da sua esposa situados na Golegã, que passaram ao seu filho Gil Martins Zote. Esta senhora era Urraca Lourenço da Cunha, tia de Alda Gomes da Cunha, sua esposa. Deste seu casamento nasceram *Martim Martins Zote II* (VIII-43), *Gomes Martins Zote* (VIII-44), *Gil Martins Zote* (VIII-45), *Vasco Martins Zote* (VIII-46), *Maria Martins Zote II* (VIII-47), *Mor Martins Zote* (VIII-48), *Guiomar Martins Zote* (VIII-49) e *Branca Martins Zote* (VIII-50).[1654]

VII-20 e MARIA MARTINS ZOTE I, que se casou por duas vezes: a primeira com Gil Nunes de Chacim e a segunda com Mem Rodrigues de Vasconcelos, de quem teve descendência.[1655]

Da relação ilegítima de Martim Pires Zote com Ausenda Esteves nasceu também:

VII-21 AIRES MARTINS ZOTE, bastardo que viria a ser legitimado em 1294. Em 1288, testemunhou um escambo de João Anes Redondo com Vairão. Não sabemos se casou ou se teve descendência.[1656]

[1652] PMH-Inq. 1288, pp. 309, 328 e 345-346.

[1653] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 373; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 35v, 36 e 43v.

[1654] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 341-344, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1655] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

De uma relação ilegítima de Pero Pires Bravo nasceram dois filhos:

VII-22 ÁLVARO PIRES BRAVO, cavaleiro que surge em 1281 como detentor de alguns bens do mosteiro de Vairão em Ançã (Coimbra), que ostentava a título de préstamo. Segundo as inquirições de 1288, a sua mãe teve uma casa em Esporões (Braga), que D. Afonso III honrou a um escudeiro, mas que, por essa altura, já estava na posse de lavradores. Do seu casamento com Estevaínha Martins de Sequiade nasceram *Teresa Álvares Bravo* (VIII-51) e *Maria Álvares Bravo* (VIII-52).[1657]

VII-23 e PAIO PIRES BRAVO, que, segundo as inquirições de 1288, deu dois filhos a criar em dois lugares da freguesia de S. Pedro de Arcos, no concelho e julgado de Ponte de Lima. Identificaremos estes filhos como *N. Pais Bravo I* (VIII-53) e *N. Pais Bravo II* (VIII-54).[1658]

Do casamento da filha bastarda de Vasco Soares Velho nasceram os Vasquinho, que, em 1315, foram identificados como cavaleiros naturais do mosteiro de Tibães.[1659] Estes primeiros Vasquinhos foram:

VII-24 PERO VASQUINHO, que casou com uma vilã de nome Maria Anes e de quem teve *Rui Pires Vasquinho* (VIII-55) e *Martim Pires Vasquinho* (VIII-56).[1660]

VII-25 FERNÃO VASQUINHO, pai de *Aires Fernandes Vasquinho* (VIII-57).[1661]

VII-26 LOURENÇO VASQUINHO, provável pai de *Gonçalo Lourenço Vasquinho* (VIII-58) e *João Lourenço Vasquinho I* (VIII-59).[1662]

[1656] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 372.

[1657] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 332-333.

[1658] PMH-Inq. 1288, pp. 207-208; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 333-334.

[1659] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 378.

[1660] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.4. – Vasquinhos.

[1661] *Idem*, *ibidem*.

[1662] *Idem*, *ibidem*.

VII-27 e VASCO VASQUINHO, possível pai *Martim Vasques Vasquinho* (VIII-60).[1663]

Do casamento entre Gonçalo Pires Mourão e Elvira Rodrigues de Valada nasceram:

VII-28 JOÃO GONÇALVES MOURÃO, cavaleiro que, segundo o *Livro do Deão*, foi morto pelos mouros, provavelmente na conquista de Tarifa, em 1292, onde também morreu o seu irmão Gonçalo Gonçalves Mourão. Do seu matrimónio com Beatriz Afonso de Espinho nasceu *Álvaro Gonçalves Mourão* (VIII-61).[1664]

VII-29 GONÇALO GONÇALVES MOURÃO, que, segundo os livros de linhagens, terá sido morto por uma pedra de engenho durante o cerco de Tarifa, em 1292.[1665]

VII-30 e FERNÃO GONÇALVES MOURÃO, personagem da qual apenas se conhece a existência através de uma doação que a sua filha recebeu em 1319, que foi testemunhada pelo seu vassalo Pero Martins. Não sabemos com quem casou, mas o documento anteriormente referido diz-nos que foi pai de *Maria Fernandes Mourão* (VIII-62).[1666]

Por sua vez, do casamento do seu primo Lopo Afonso Gato com Sancha Pires de Gundar nasceram:

VII-31 AFONSO LOPES GATO, rico-homem de D. Dinis e tenente de Paredes da Beira. Em 1280 é referido como um dos cavaleiros (entre os de Cambra, Fonterico e Tavares) que se viam proibidos pelo monarca de usurparem bens a Santa Cruz de Coimbra nos julgados de Besteiros, Viseu, La-

[1663] *Idem*, *ibidem*.

[1664] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 386.

[1665] *Idem*, *ibidem*. Porém, temos algumas dúvidas sobre esta passagem, já que esta se encontra mimetizada em LL74F4, no contexto do Churrichão. Esta repetição, ou introdução dos Mourão, numa linha varonil desta última linhagem leva-nos a pensar que se poderá tratar de um erro genealógico, que levou a que se atribuísse a um Mourão alguns dos feitos de um Churrichão.

[1666] *Idem*, *ibidem*.

fões e Seia. Segundo as sentenças de 1290, mandou penhorar várias aldeias na altura em que foi tenente de Paredes da Beira, tendo honrado indevidamente uma quintã que lhe fora emprazada pela sé de Lamego, no julgado de Marialva. As inquirições de 1307-11 referem também que honrava dois casais de Travanca em Ovil (concelho e julgado de Baião) e que honrava quatro casais que tinha emprazados deste mesmo cenóbio em Sedielos (Peso da Régua), no julgado de Penaguião. Também poderá ter sido um dos Gatos que surgem como infanções naturais do mosteiro de Tibães, em 1315. Terá sido casado por duas vezes, com Sancha Martins de Sancolmado e Maria Lourenço de Urgeses, mas não teve descendência.[1667]

VII-32 DIOGO LOPES GATO, cavaleiro que, a julgar pelos dados disponíveis, terá vivido num certo grau de indigência, pois em 1275 admitiu ter hipotecado todos os seus bens a Gonçalo Gonçalves, chantre de Coimbra e do Porto, devido a uma dívida de 100 libras que tinha de pagar até ao Natal. Este acto seria mimetizado pela sua esposa, Mor Pires de Froião, que também devia 20 libras. Em 1276, este casal dá notícia de que tinham a quintã de Pousada, no termo de Marialva (Mêda), da mão do bispo de Lamego. As inquirições de 1288 e 1307-1311[1668] dizem-nos que, em Santa Maria da Silva (Valença), amparava uma herdade local e que emprazou uma herdade sua neste local a um dos foreiros do rei, que a partir desse momento deixou de pagar foros ao monarca. Como a quintã de Pousada já estava nas mãos do seu irmão à altura das inquirições de 1288, podemos presumir que terá morrido por volta desta data. Os livros de linhagens indicam que foi assassinado por um rapaz em Linhares da Beira, sem que tenha deixado qualquer descendência da sua esposa, Mor Pires de Froião.[1669] Tendo em conta todos estes factos, podemos presumir que, apesar de ter vivido na região centro, o seu casamento terá despertado algum interesse pelo Alto Minho, zona onde esta senhora teria bens e de onde eram originários os Gatos.

VII-33 LOPO LOPES GATO, cavaleiro que, segundo o *Livro do Deão*, terá morrido em *«Eixarês de Badalhouce»*, que, na opinião de Luís Krus, co-

[1667] Sobre Afonso Lopes Gato veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 395-396.

[1668] PMH-Inq. 1288, pp. 119-120; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 8v.

[1669] Nas últimas linhas, tentámos resumir os dados biográficos de Diogo Lopes Gato presentes em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 396-397.

rresponderá à actual Jerez de los Caballeros. Este acontecimento terá ocorrido ainda antes de 1286, altura em que Maria Anes de Paiva I, sua parente bastante afastada e esposa, surge já na qualidade de viúva numa doação que lhe foi feita. Desta união nasceram *Martim Lopes Gato II* (VIII-63) e *João Lopes Gato* (VIII-64).[1670]

VII-34 FERNÃO LOPES GATO, vassalo de Gonçalo Mendes de Sousa III, que, após a violação da sua irmã Maria Mendes de Sousa, se viu obrigado a seguir o seu senhor num exílio no «Além-mar», onde morreu, possivelmente, sem descendentes.[1671]

VII-35 GUIOMAR LOPES GATO, esposa de João Esteves de Teixeira, de quem teve descendência.[1672]

VII-36 URRACA LOPES GATO, que terá morrido solteira, mas de quem sabemos que, em 1304, detinha bens e direitos em Seixo (Seixo Amarelo, Guarda?) que foram repartidos entre os irmãos Lopo Afonso de Melo e Martim Afonso de Melo I. Estes bens seriam uma herança do seu tio Mem Soares de Melo, esposo de Teresa Afonso Gato, que deveria reverter novamente para a sua família após a sua morte.[1673]

VII-37 e MARTIM LOPES GATO I, cavaleiro apenas identificado através do *Livro do Deão*[1674].

Do casamento entre Fernão Afonso Gato e Urraca Gonçalves de Portocarreiro nasceram:

VII-38 ÁLVARO FERNANDES GATO, personagem apenas referido pelo *Livro do Deão*[1675].

VII-39 RUI FERNANDES GATO, escudeiro do rei que testemunha o acordo celebrado em 1282 entre D. Dinis e o Infante D. Afonso e, em 1287,

---

[1670] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 397-398.

[1671] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 397.

[1672] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.5. – Gato-Mourão.

[1673] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 397.

[1674] LD6AB9.

[1675] LD3AA6.

na qualidade de cavaleiro, testemunha uma doação de Mor Afonso de Cambra, tia da sua esposa, Guiomar Martins de Cambra. Em 1290, emprazou, conjuntamente com a sua mulher e a sua mãe, meio casal e duas leiras em Paços (Santa Marinha do Zêzere, Baião). Informa-nos a carta de partilha dos bens paternos, de 1304, que herdou dois terços da quintã de Teixeira (Baião) e tudo o que seu pai ali tinha, dois terços das suas casas na Guarda, dois terços na aldeia da Gata (Casal de Cinza, Guarda), dois terços dos seus bens (pomares, herdades e sete casais) em Vide (Vide entre Vinhas, Celorico da Beira), um terço de Beduído (Estarreja), dois terços do que seus pais tinham na terra de Seia e três casais em Vila Boa de Gouveia (Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses). As inquirições de 1307-1311 apontam-lhe também dois casais de Ancede, na freguesia de Santa Marinha do Zêzere (concelho e julgado de Baião) e um casal no lugar de Ulvar, na freguesia de Sanhoane (concelho e julgado de Santa Marta de Penaguião), através do qual honrava esse lugar. Do seu casamento com Guiomar Martins de Cambra nasceu uma única filha, de nome *Maria Rodrigues Gato* (VIII-65).[1676]

VII-40 SANCHA FERNANDES GATO, esposa de João Esteves de Tavares I, de quem teve descendência. Em 1318, Inês Fernandes Gato recebeu desta sua irmã quatro casais em Vila Cova, um dos lugares do couto de S. Romão, em Seia. A carta de partilhas dos bens paternos indica-nos que recebeu um terço da quintã de Teixeira (Baião), dos bens que seu pai tinha neste lugar, das suas casas em S. Vicente da Guarda e na Várzea (Aldeia da Gata, em Casal de Cinza, na Guarda), do que tinha em Vide (Vide entre Vinhas, termo de Linhares da Beira, em Celorico da Beira), do pomar e da vinha de Meios, de Beduído (Estarreja), dos bens dos seus pais em Seia, e a casa de Meios (com dois casais), uma renda proveniente do lugar de Goido (Pedorido, Castelo de Paiva) e todas as casas que a sua mãe tinha em Curveira (Baião).[1677]

VII-41 INÊS FERNANDES GATO, monja de Arouca entre 1304 e 1329. Segundo a carta de partilhas dos bens paternos, recebeu a quintã de Paços (Santa Marinha do Zêzere, Baião), com todos os bens nesta freguesia (Fontela e Ermida), todos os bens em Mesão Frio e Vila Marim (Mesão Frio), metade

[1676] Todos estes dados encontram-se em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 391-392.

[1677] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 392.

do casal de Tamanes, um legado com base nos bens de Goido (Pedorido, Castelo de Paiva) e um terço de Beduído (Estarreja). Em 1318, recebeu quatro casais da sua irmã Sancha Fernandes, no lugar de Vila Cova, no couto de S. Romão, em Seia. Em 1318, emprazou Fontela e Ermida, em Santa Marinha do Zêzere (Baião). Em 1329, celebrou uma composição com um foreiro seu, a propósito de uma vinha no lugar de Migões (Raiva, Castelo de Paiva?), que tinha sido alvo de litígio em 1325.[1678]

VII-42 MARINHA FERNANDES GATO, barregã de Estêvão Martins de Alvelos II, de quem teve um filho bastardo, legitimado em 1322. Segundo as inquirições de 1288, foi criada em S. Lourenço de Alvelos (Barcelos), no julgado de Faria, lugar onde terá conhecido o pai do seu filho e onde, atendendo à sua identificação através do nome do seu filho (Pero Esteves de Alvelos), este terá sido criado.[1679] Estas informações levam-nos a pensar que esta relação poderá ter sido fruto de um amor de juventude, que não resultou numa união canónica.

VII-43 e URRACA FERNANDES GATO, que, segundo Almeida Fernandes, outorgou o seu testamento em 1335, enquanto jazia no paço de Mós, em Bretiande (Bertiandos, Ponte de Lima). Não sabemos se casou nem se teve descendência.[1680]

De Estêvão Afonso Gato nasceu:

VII-44 LOURENÇO ESTEVES GATO, cavaleiro que testemunhou, em 1307, um acordo celebrado entre Vasco Pereira e Martim Lourenço da Cunha em Braga. Em 1308 estabeleceu um pacto com Egas Lourenço de Barroso, abade de Lagoa, clérigo e contador do rei, sobre uns casais no julgado de Vermuim. Nesse mesmo ano surge também como taxador das igrejas de Entre-Douro-e-Minho, inquirindo sobre os rendimentos da igreja de S. Pedro de Alvite. Segundo as inquirições de 1307-1311 teve uma casa de morada em Real, na freguesia de Santiago de Gavião (Vila Nova de Famalicão), no julgado de Vermuim, pela qual defendia dois homens e duas mulheres. Nesta mesma fre-

[1678] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 392-393.

[1679] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 393.

[1680] *Idem*, *ibidem*.

guesia, também tomou metade de um casal, que era de Requião. Não sabemos se teve descendentes do seu casamento com Urraca Esteves, mas é possível que tenha sido progenitor de uma linha de Gatos que, nos finais do século XIV, se viria a estabelecer em Estremoz, lugar onde se encontra, na igreja de S. Francisco, um túmulo de um Vasco Esteves Gato, que aqui fundou uma capela em 1410.[1681]

Do casamento entre Fernão Gomes Barreto e Sancha Pais de Alvarenga nasceram:

VII-45 MARTIM FERNANDES BARRETO[1682], cavaleiro que, em 1277, foi intimado pelo rei, conjuntamente com a sua mãe e com o seu irmão Estêvão Fernandes, a propósito de um pleito que tinham com a Ordem de Avis. Em 1284 surge, em nome da sua mãe e da sua esposa, num pleito com o concelho de Santarém pela posse das lezírias de Valada (Cartaxo), que foi ganha pelo concelho. Em 1294, o bispo do Porto emitiu uma sentença contra ele e Estêvão Raimundes de Portocarreiro, devido ao facto de terem forçado as portas do mosteiro de Pedroso e de terem roubado várias coisas, com o pretexto de serem patronos do dito cenóbio. Em 1298, surge na corte de D. Dinis, onde confirma a carta de couto do mosteiro de Almoster. Herdou de seu pai bens em Santarém e a quintã de Vila Chã (no julgado de Vila Chã e Riba Cávado), que, em 1316, seria objecto de disputada entre os seus herdeiros e o mosteiro de Arouca. Dois terços desta quintã vinham de Fernão Gomes Barreto, que os passou para ele e, depois, para a sua filha Sancha Martins Barreto e genro, João Pires de Portel I. MARTIM FERNANDES seria um dos patriarcas dos Barretos que, em 1315, foram considerados infanções naturais de Tibães. Presumimos que terá falecido ainda antes de 1316. Casou com Maria Rodrigues de Chacim, uma antiga barregã de D. Dinis, de quem teve *Nuno Martins Barreto* (VIII-66), *Gil Martins Barreto* (VIII-67), *Afonso Martins Barreto* (VIII-68), *Álvaro Martins Barreto* (VIII-69), *Sancha Martins Barreto* (VIII-70), *Constança Martins Barreto* (VIII-71) e *Beatriz Martins Barreto* (VIII-72).

[1681] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 390.

[1682] Sobre Martim Fernandes Barreto veja-se a biografia de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 404-405, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto (que acompanhamos).

VII-46 GIL FERNANDES BARRETO, cavaleiro que entrou na Ordem do Templo, surgindo como freire, em 1293, e como comendador de Soure e Castelo Branco, entre 1294 e 1305. Professaria também na Ordem de Cristo (c. 1324), onde permaneceu até à sua morte. Confirmou em 1284 um litígio com o concelho de Lisboa e, em 1290, uma doação feita pelos seus pais. Em 1289 testemunhou, nos paços de João Fernandes de Lima e de Maria Anes de Aboim em Santarém, a confirmação de um escambo que este casal tinha feito com o monarca e, também, a respectiva confirmação régia da dita permuta, que ditaria a troca do senhorio Portel pelo de Mafra.[1683]

VII-47 ESTÊVÃO FERNANDES BARRETO, cavaleiro que surge documentado entre 1277 e 1294, data em que testemunha a doação régia do paúl de Magos ao concelho de Santarém. Casou, nesta cidade, com Joana Esteves de Santarém, de condição inferior à sua (*nom casou como devera*, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro)*.[1684] Foi trovador, conhecendo-se-lhe uma única cantiga de escárnio. Do seu casamento nasceram *João Esteves Barreto* (VIII-73), *Paio Esteves Barreto* (VIII-74), *Gomes Esteves Barreto* (VIII-75), *Fruilhe Esteves Barreto* (VIII-76), *Maria Raimundes (?) Barreto* (VIII-77), *N. Esteves Barreto* (VIII-78), freira de Santos, e *Constança Esteves Barreto* (VIII-79).[1685]

VII-48 JOÃO FERNANDES BARRETO, do qual apenas sobreviveu um único registo, quando testemunha, ao lado de seu pai, uma doação de Diogo Lopes de Baião à Ordem do Templo, em 1266.[1686]

VII-49 ESTEVAÍNHA FERNANDES BARRETO, dona que casou com Fernão Pires de Barbosa, de quem teve descendência.[1687]

VII-50 e CONSTANÇA FERNANDES BARRETO, que casou com Gil Fernandes Cogominho.[1688]

[1683] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 402-403.

[1684] LL26S5.

[1685] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 403, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1686] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 404.

[1687] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

Do casamento entre Afonso Pires de Cerveira e Teresa Pires Sarraça nasceu:

VII-51 JOÃO AFONSO DE CERVEIRA, cavaleiro que presenciou, em 1284, uma troca de casais entre o monarca português e a Sé de Tui, no contexto da criação da póvoa de Caminha.[1689] As inquirições de 1288 apontam-lhe um caso de amádigo em Linhares (concelho de Paredes de Coura, julgado de Froião) e indicam também, no contexto da inquirição à honra de Doma (julgado de Melgaço), que tinha sido tenente desta terra.[1690] A documentação do mosteiro de Oia permite-nos presumir que JOÃO AFONSO terá vivido boa parte da sua vida na Galiza, já que, em 1299,[1691] a sua esposa Maria Pires Vidal, então viúva e abadessa de Santa Clara de Santiago, doou a Oia todos os bens que o seu marido tivera em Pintán, «Cezelho» (?) e nas devesas de Paço Donego (lugares dentro dos coutos de Samoelle e Doma). Estas herdades faziam parte do património que lhes fora legado vitaliciamente pelo bispo D. Gil Pires de Cerveira, seu tio. Importa referir que uma outra pública forma deste mesmo documento,[1692] feita a pedido do abade de Oia, acrescenta duas informações relevantes em relação ao documento anterior: nela, JOÃO AFONSO detém alguns bens paternos fora dos limites do couto de Samoelle; e indica também que Dominga Anes, ama de Pero Anes, seu filho, teria o usufruto vitalício de um herdamento seu neste mesmo local. Contudo, pensamos que todo o seu património se viria a concentrar novamente nas mãos da sua família, já que, em 1300,[1693] Rui Lourenço de Cerveira acertou um escambo com o abade de Oia, onde trocaria a posse do lugar de Pintán (que pertencera a JOÃO AFONSO e à sua viúva e que, por isso, lhe fora cedido em préstamo por Oia) pelos seus casais em Lama Má (na Galiza) e em Caminha. Do seu casamento com Maria Pires Vidal, abadessa de Santa Clara de Santiago[1694], terão nascido *Rodrigo Anes de Cerveira* (VIII-80),

[1688] *Idem*, *ibidem*.

[1689] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 411.

[1690] PMH-Inq. 1288, pp. 9-12 e 97-98.

[1691] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1812, docs. 16 e 17.

[1692] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 1.

[1693] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 8.

[1694] A passagem LL36AX9 é muito clara no que toca à ascendência de Maria Pires Vidal, identificando-a como filha de Pero Vidal de Santiago e de Teresa Sanches de Ulhoa. Portanto,

Pero Anes de Cerveira II (VIII-81), criado junto a Samoelle,[1695] o escudeiro *Gonçalo de Cerveira*, morador no vale de Miñor,[1696] de certo o *Gonçalo Anes de Cerveira II* (VIII-82) mencionado nas inquirições,[1697] e o monge de Oia *Afonso Anes de Cerveira* (VIII-83).[1698] O escasso número de notícias sobre a maioria destas figuras indicia que terão nascido e vivido na Galiza, terra da sua família materna.

Do casamento entre Gonçalo Pires de Cerveira I e Teresa Anes de Meira nasceram:

VII-52 AFONSO GONÇALVES DE CERVEIRA, apenas identificado pelos livros de linhagens[1699] e que, a ajuizar pela falta de dados, poderá ter vivido junto dos seus parentes maternos, no norte da província de Pontevedra.

VII-53 RUI GONÇALVES DE CERVEIRA, que se encontra referido nas inquirições em alguns lugares dos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Vila Verde.[1700] Em 1303,[1701] RUI GONÇALVES outorgou ao mosteiro de Oia alguns dos seus bens em torno do Vale de Tebra e do couto de Sabugal, na Galiza. Em 1309, viria a fazer parte de um pleito familiar, no qual foi acusado de usurpar bens e rendas a Oia na zona de Tebra.[1702] Esta atitude devia ser uma característica comum a muitos dos Cerveira que viviam na Galiza, já que, no ano seguinte,[1703] se apresentou num pacto, onde vários

---

é de pensar que, após a morte de João Afonso de Cerveira, Maria Pires terá regressado à terra que a viu nascer, recolhendo-se no convento de Santa Clara.

No entanto, nenhuma destas informações nos esclarece sobre a forma como João Afonso desposou Maria Pires.

[1695] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 1.

[1696] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1823, doc. 5, e Carp. 1829, doc. 19.

[1697] PMH-Inq. 1258, pp. 336 e 375; e PMH-Inq. 1288, pp. 129-130, 254-255 e 339.

[1698] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1823, doc. 18.

[1699] LL36AY9.

[1700] Apesar de não estarmos inteiramente certos sobre a sua pertença a Rui Gonçalves de Cerveira, ficam aqui referidas passagens das inquirições que, pelo menos, podemos tomar como possíveis ou prováveis: PMH-Inq. 1258, pp. 384, 397, 398, 400 e 401; e PMH-Inq. 1288, pp. 198-202, 209-210 e 309.

[1701] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1814, doc. 8.

[1702] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, doc. 2.

[1703] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374.

membros da sua família se comprometeram a não cometer usurpações contra os coutos do mosteiro de Oia.[1704] Segundo um documento de 1316,[1705] RUI GONÇALVES apresentou-se perante o notário de Miñor com o propósito de regularizar uma disputa em torno da partilha dos bens de Teresa Anes de Meira, sua mãe, situados em torno das terras de Fragoso e Miñor. Através deste instrumento, as irmãs Maior Gonçalves e Aldonça Gonçalves ficaram com o património de Miñor e Châmoa Gonçalves com o de «*Gaialhos*» (?). Já Diogo Álvares, sobrinho da senhora e causador do conflito, contentou-se com os bens de Vigo, que acabou por pagar. Assim, e com o acordo de todas as partes, acabaram por firmar um pacto que clarificou a situação, que também envolveu os filhos de Maior Gonçalves, João Gonçalves e Gonçalo Mourão. Neste documento, transcreve-se também uma venda de Maior Gonçalves de Cerveira do seu casal de *«Pángon»* (?) ao abade de Oia, localizado junto a um outro da sua irmã Aldonça Gonçalves. Segundo os livros de linhagens,[1706] RUI GONÇALVES casou com Joana Martins da Silva, mas não teve descendência. Esta situação e o facto de Joana Martins ser proveniente de uma das maiores linhagens da fronteira galego-portuguesa podem indiciar que, à falta de filhos seus, este casal terá tomado as rédeas do seu grupo familiar na Galiza.

VII-54 CHÂMOA GONÇALVES DE CERVEIRA, senhora herdada pela sua mãe, que, como já vimos, surge apenas no acordo de 1316,[1707] relativo à partilha dos seus bens. Não conhecemos qualquer outro dado sobre a sua vida.

VII-55 ALDONÇA GONÇALVES DE CERVEIRA, dama herdada pela sua mãe em Miñor e que também surge apenas no acordo de 1316.[1708] Não sabemos se casou nem se teve descendência.

VII-56 e MAIOR GONÇALVES DE CERVEIRA, mãe de João Gonçalves e de Gonçalo Mourão ou Mouro, cavaleiro documentado em 1310[1709] num

---

[1704] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374. AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, docs. 12, 13 e 15, Carp. 1819, doc. 9.

[1705] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1820, doc. 15.

[1706] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1707] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1820, doc. 15.

[1708] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1820, doc. 15.

[1709] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374. AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, docs. 12, 13 e 15, Carp. 1819, doc. 9.

acordo familiar relativo à usurpação de bens dos coutos de Oia, onde marcaram presença Pero Rodrigues de Cerveira, primo da sua mãe, Álvaro Rodrigues de Cerveira, meio-irmão do anterior, Rui Gonçalves de Cerveira, seu tio, João Gonçalves, seu irmão, e Gonçalo Anes de Cerveira II, filho de João Afonso de Cerveira, primo da sua mãe. De MAIOR GONÇALVES apenas sabemos que, segundo o acordo de 1316,[1710] herdou bens em Miñor da sua mãe e vendeu a Oia um casal na mesma zona, onde partilhava património com a sua irmã Aldonça. A escassez de dados sobre a sua vida pode ser explicada facilmente através da sua presença no sul da Galiza.

De João Pires de Cerveira terá nascido:

VII-57 OSÓRIO ANES DE CERVEIRA, testemunha de um documento de Afonso Lopes de Lemos, possível marido de Urraca Lourenço de Cerveira, prima de seu pai, que teve como fiadores Pero Anes de Cerveira, seu avô, e Lourenço Anes de Cerveira, seu tio-avô.[1711] Em 1239, surge como cónego de Santiago.[1712] Este também é mencionado no testamento de João Pires de Cerveira.[1713] As inquirições apontam-lhe uma casa, que estaria localizada em Troviscoso (Monção).[1714]

Do primeiro casamento de Rui Lourenço de Cerveira com Maria Gomes Correia nasceram:

VII-58 PERO RODRIGUES DE CERVEIRA, cavaleiro documentado em 1310, altura em que, conjuntamente com vários dos seus parentes, se comprometeu a não usurpar bens nos coutos de Oia ou a recolher direitos ilegitimamente.[1715] O percurso vital do seu filho Vasco Pires de Cerveira I deixa perceber que poderá ter tido bens a sul, no concelho de Oliveira de Frades.[1716]

[1710] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1820, doc. 15.

[1711] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 11.

[1712] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, doc. 18.

[1713] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 21.

[1714] PMH-Inq. 1288, p. 47.

[1715] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media*…, p. 374. AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, docs. 12, 13 e 15, Carp. 1819, doc. 9.

[1716] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 417.

Estes bens poderão ter-lhe chegado através do seu casamento com Teresa Rodrigues de Vasconcelos, de quem teve *Lopo Pires de Cerveira* (VIII-84), *Maria Pires de Cerveira* III (VIII-85) e *Vasco Pires de Cerveira I* (VIII-86).[1717]

VII-59 e ALDONÇA RODRIGUES DE CERVEIRA, esposa de Fernão Anes de Meira, irmão de Teresa Anes de Meira, mulher de Gonçalo Pires de Cerveira I, filho de Pero Anes de Cerveira e de Dórdia Raimundes de Riba de Vizela e primo de Rui Lourenço de Cerveira, seu pai.[1718] Podemos presumir que esta senhora terá trocado Portugal pela Galiza depois do seu casamento, já que o seu marido surge como testamenteiro/herdeiro do seu avô paterno, Aires Fernandes de Meira, pai de João Aires de Meira[1719]. Ao que sabemos, terá tido descendência deste seu casamento, destacando-se João Fernandes de Meira[1720].

Do segundo casamento de Rui Lourenço de Cerveira com N. Rodrigues de Soga, provável filha do escudeiro Rui Gomes de Soga e de Joana Peres de Castro, nasceu:

VII-60 ÁLVARO RODRIGUES DE CERVEIRA, cavaleiro a quem o *Livro do Deão* dedica a seguinte passagem: *«emmentes el morou em Tebia e em Pessegueiros, nom cantou i outro galo senom o que el mandou»* (LD14Z8). Segundo os dados que recolhemos, esta afirmação tem um profundo fundo de verdade, já que este se encontra documentado na Galiza, em torno das terras referidas, onde terá aglutinado bens de origem paterna e materna. Em

---

[1717] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1718] *Idem*, *ibidem*.

[1719] Como se pode comprovar através de AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1452, doc. 2.

[1720] Figura documentada no fundo de Santa Clara de Pontevedra em 1332, altura em que outorga um aforamento de uma propriedade sua, com o consentimento de uma freira de nome Urraca Dias.

As similitudes onomásticas levam-nos a supor que esta freira fosse irmã da sua esposa Inês Dias – AHN, Clero Secular-Regular: Santa Clara de Pontevedra, Carp. 1856, doc. 4.

Por outro lado, temos de realçar o facto de que numa cópia dos acordos entre os Cerveira e Oia sobre alguns coutos em Tebra, datada de 1313, se alude especificamente a que os bens em questão não deviam ser transmitidos a Fernão Anes de Meira ou a João Fernandes de Meira, seu filho – AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1819, doc. 9.

1303,[1721] em Baiona, ÁLVARO RODRIGUES, filho de Rui Lourenço de Cerveira, estabeleceu um acordo com o abade do mosteiro de Oia sobre a posse e recolha de rendas no couto de Chaín, onde seu pai teve património, incluindo bens do dito mosteiro. A questão ficou resolvida com a promessa de ÁLVARO RODRIGUES, em seu nome e de toda a sua geração, de não usurpar nada indevidamente, estabelecendo-se uma penalização para tal acto. Porém, um documento de 1313[1722] diz-nos que se envolveu novamente em disputas jurisdicionais com Oia. Neste caso, os bens e direitos em questão eram relativos ao porto de *«Varzelas»* (?), que, segundo os cistercienses, estaria na dependência do seu couto de *«Malões»* (?). Mas a sua situação geográfica, no vale de Tebra, bem junto a Pessegueiros, colocava-o na jurisdição do castelo de Tebra e tornava-o um alvo apetecível para outros senhores de coutos locais, como o seu cunhado Fernão Anes de Meira, que tinha ganho património na região por privilégio régio. No fundo, ÁLVARO RODRIGUES estaria a usurpar ilegalmente rendas e serviços a este porto (e possivelmente ao couto) devido à sua condição de senhor do castelo de Tebra, que poderá ter sido uma espécie de micro-tenência familiar, recebida dos seus parentes maternos. A argumentação de Oia centrou-se, acima de tudo, na apresentação da carta de couto régia de *«Malões»*, que incluía claramente o dito porto, de uma carta de Fernão Fernandes de Lima, antigo tenente da terra, que reforçava a situação de imunidade do porto em relação ao castelo, e de um outro privilégio régio que fazia reverter os foros reais do porto directamente para o mosteiro. Assim, ÁLVARO RODRIGUES e a sua esposa, Inês (uma senhora local, também herdada na região), prometeram respeitar os direitos e privilégios do mosteiro na sua jurisdição. Por outro lado, acordaram também que as coimas de qualquer homicídio cometido pelos homens dos coutos de Forcadela, Barrantes e Tomiño no couto do mosteiro deviam ser assacadas a D. ÁLVARO RODRIGUES. Acertaram também que o porto não poderia cair nas mãos de Fernão Anes de Meira ou do seu filho João Fernandes de Meira, marido e filho da sua meia-irmã Aldonça Rodrigues de Cerveira. A boa implantação dos Cerveira a norte do Minho terá gerado choques constantes com Oia, chegando até a celebrar um acordo colectivo em 1310[1723], que protegia

[1721] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1814, doc. 9.

[1722] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1819, doc. 9.

[1723] Lembramos que os acordos entre os Cerveira estabelecidos na Galiza e o mosteiro de Oia estavam intimamente relacionados com estes litígios em torno de Tebra – García Oro,

alguns dos coutos dos cistercienses das suas usurpações. Neste pacto estiveram presentes o seu irmão Pero Rodrigues de Cerveira, ele próprio, o seu parente Rui Gonçalves de Cerveira, João Gonçalves e Gonçalo Mouro, filhos de Maior Gonçalves de Cerveira, e Gonçalo Anes de Cerveira II, filho João Afonso de Cerveira. Este controlo cerrado do vale de Tebra, a poucos quilómetros da fronteira portuguesa, justifica plenamente a colorida passagem que citámos anteriormente. Sabemos que casou com uma D. Inês, mas desconhecemos se tiveram descendência.

Do casamento entre Pero Lourenço de Cerveira com Urraca Gonçalves nasceram:

VII-61 GONÇALO PIRES DE CERVEIRA II, cavaleiro que, segundo as inquirições, foi criado no julgado de Pena da Rainha.[1724] É identificado em 1284, com a sua mãe e seu cunhado, num escambo de um casal que o seu pai tinha em Caminha.[1725] Em 1295, surge já casado, vendendo ao monarca todos os seus bens em Santa Maria de Caminha e o seu padroado dessa igreja, excepção feita a uma herdade em Vilarelho, que tinha recebido do concelho de Caminha.[1726] As inquirições de 1288 indicam que também teve uma casa honrada em Lordelo (Monção), no julgado de Pena da Rainha.[1727] Sabemos que casou com Sentil Ramires, mas não lhe conhecemos qualquer descendência.[1728]

VII-62 MARIA PIRES DE CERVEIRA II, esposa de Monio Rodrigues, que confirmou o escambo entre a sua sogra e o monarca em 1284.[1729] As inquirições apontam que este casal teve uma filha, que foi criada no julgado de Faria.[1730] Um documento de 1318[1731] diz-nos também que MARIA PIRES e o

La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media..., p. 374. AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, docs. 12, 13 e 15, Carp. 1819, doc. 9.

[1724] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 414.

[1725] *Idem*, *ibidem*.

[1726] *Idem*, *ibidem*.

[1727] *Idem*, *ibidem*.

[1728] *Idem*, *ibidem*.

[1729] *Idem*, *ibidem*.

[1730] *Idem*, *ibidem*.

[1731] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1821, doc. 8.

seu sobrinho Vasco Pires de Cerveira II, neto de Pero Lourenço de Cerveira, estabeleceram um pacto para que este não recolhesse a colheita familiar das igrejas de Santa Eugénia de Mougás e de S. Romão de Lougeço (na Galiza). Ao mesmo tempo, Vasco Pires de Cerveira II viu-se obrigado a abdicar dos seus direitos de padroado nestas igrejas. Apesar de sabermos que do seu casamento nasceu uma filha, desconhecemos o seu nome ou se esta teve descendência.

VII-63 PERO PIRES DE CERVEIRA, figura de quem apenas podemos deduzir a existência, devido à referência de 1318[1732] a *Vasco Pires de Cerveira II* (VIII-87), neto de Pero Lourenço de Cerveira.

VII-64 e, possivelmente, LOURENÇO PIRES DE CERVEIRA, figura que confirma um documento do seu tio Rui Lourenço de Cerveira, datado de 1309.[1733] Em 1317,[1734] LOURENÇO PIRES, designado-se como cavaleiro de Cerveira, vendeu uma herdade sua no casal de *«Fafia»* (?), incluindo uma casa, um campo e toda a pedra que ali se encontrava. Importa assinalar que esta herdade fora comprada por D. João Fernandes de Lima III e pela sua esposa D. Maria Anes de Aboim e, depois, dada a LOURENÇO PIRES por D. Maria como pagamento da soldada que o seu marido lhe devia pelo seu serviço à frente do castelo de Tebra. Situação que não seria de todo estranha, já que o seu primo Álvaro Rodrigues de Cerveira também tivera o mesmo cargo poucos anos antes, reforçando o controlo que a sua família detinha em zonas como a de Fragoso, do vale de Tebra e de Miñor, por exemplo. Por outro lado, este documento também denuncia uma certa dependência dos Cerveira em relação a casas maiores, como os Lima, seus parentes afastados (devido ao casamento de João Nunes de Cerveira com Sancha Anes de Moeiro, uma Nóvoa), ou os Meira, com quem casaram por duas vezes e que apadrinharam a sua permanência na Galiza senhorial de meados do século XIV. Sabemos que casou com uma Teresa Fernandes, mas desconhecemos se teve descendência.

De Martim Lourenço de Cerveira nasceu:

VII-65 ESTÊVÃO MARTINS DE CERVEIRA, cavaleiro que, em 1328, perdeu um pleito com Santa Cruz de Coimbra, vendo-se obrigado a pagar-lhe

[1732] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1821, doc. 8.

[1733] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, doc. 2.

[1734] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1821, doc. 2.

uma indemnização pelos danos que causou na aldeia de Varzielas de Monte d'Alcoba, no concelho de Oliveira de Frades, ao exigir vários serviços aos quais não tinha qualquer direito.[1735] Não sabemos se casou ou se teve descendentes.

Do casamento entre Gonçalo Soares Osores (de Cerveira) e Marinha Soares Correia nasceram:

VII-66 N. GONÇALVES OSORES DE CERVEIRA I, varão que foi criado com a sua irmã em lugares dos julgados de Froião e Pena da Rainha.[1736]

VII-67 N. GONÇALVES OSORES DE CERVEIRA II, dona que foi criada com o seu irmão em terras dos julgados de Froião e Pena da Rainha.[1737]

De João Soares Osores de Cerveira nasceu:

VII-68 N. ANES DE CERVEIRA, senhora que, tal como seus primos, foi criada em vários lugares de Froião e Pena da Rainha.[1738]

A oitava geração

Do segundo casamento de Gonçalo Anes Redondo com Urraca Fernandes de Andrade nasceram:

VIII-1 MARTIM GONÇALVES REDONDO[1739] (ou de SEQUEIRA, de ENXARA ou da BEIRA), magnate da corte de D. Dinis que chegou ao cargo de meirinho-mor da Beira, entre 1319 e 1321. Em 1316, o monarca deu instruções ao seu meirinho de Além Douro para que se assegurasse que a Sé de Braga mantinha a posse da ermida de Santo Isidro de Riba Cávado, evitando assim que MARTIM GONÇALVES DE ENXARA (Enchate) tomasse posse

[1735] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 415.

[1736] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 412.

[1737] *Idem*, *ibidem*.

[1738] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 413.

[1739] Sobre este cavaleiro veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 351-353, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo (dados que analisaremos).

dela através da violência e de alegados direitos de padroado. Em 1318, na qualidade de mordomo do bastardo régio João Afonso, MARTIM REDONDO DA BEIRA viu-se envolvido num «confronto verbal» com um dos cónegos da Sé de Braga, à porta da própria catedral, devido a um litígio que o seu senhor tinha com aquele cabido a propósito do padroado de igreja de Palmeira. Entre insultos e ameaças de morte, dirigidas quer pelo bastardo régio, quer pelo seu mordomo, os clérigos viram-se obrigados a tomar refúgio na sé catedral, enquanto a *«entourage»* de João Afonso deixou o local. Apesar da sua proximidade a D. João Afonso e a D. Dinis, D. Afonso IV não terá demonstrado qualquer ressentimento em relação a ele, pois foi um dos cavaleiros que prestaram menagem no tratado luso-castelhano de 1328. Terá morrido por volta desta data, já que a sua esposa, Leonor Rodrigues de Melo, nomeou em 1329 um procurador para tratar dos bens que este deixou. No ano seguinte, esta senhora viu-se obrigada a restituir a Paço de Sousa umas courelas que tinha em Sobrado (concelho de Valongo), e que tinham sido legadas pela sua mãe a este mosteiro, mas que o seu marido manteve na sua posse indevidamente durante toda a sua vida. As inquirições de 1343 dizem-nos que teve uma casa, então desabitada, em Travassós (concelho de Fafe). Do seu casamento com Leonor Rodrigues de Melo nasceram *Senhorinha Álvares Redondo* (IX-1), *Senhorinha Martins Redondo* (IX-2) e *Mor Martins Redondo II* (IX-3).

VIII-2 NUNO GONÇALVES REDONDO, personagem apenas referido pelos livros de linhagens[1740].

VIII-3 ÁLVARO GONÇALVES REDONDO (ou DE SEQUEIRA), cavaleiro vassalo do bastardo régio D. João Afonso e de D. Afonso IV. ÁLVARO GONÇALVES foi contemplado no testamento da sua irmã Joana Gonçalves Redondo, com uma mula. As inquirições de 1343 mencionam que recebia uma tença do castelo de Neiva e que trazia metade da terra de Santiago de Castelo de Neiva. Do seu casamento com Beatriz Fernandes de Cambra nasceram *Inês Álvares Redondo* (IX-4) e *João Álvares Redondo* (IX-5).[1741]

VIII-4 MOR GONÇALVES REDONDO (ou DE SEQUEIRA), esposa de Afonso Rodrigues de Espinho, de quem teve descendência.[1742]

[1740] LL34I3. *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1741] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 354.

VIII-5 JOANA GONÇALVES REDONDO[1743], dama da rainha Santa Isabel, que, a pedido da sua senhora, recebeu em 1323 autorização do bastardo régio D. João Afonso, senhor da Lousã, para manter a sua quintã nesta vila (que comprara a um mercador), atendendo a que a posse de bens neste local era vedada a fidalgos. Em 1328 comprou ao testamenteiro de Constança Martins de Meira a quintã de Feiteira, com todos os seus casais, em Cernache (Coimbra). Poderá, talvez, identificar-se com a D. JOANA que incumbiu um criado seu de comprar duas partes de uma adega no lugar de Carvalhais, no termo de Penela. Fez testamento em 1331, redigido nas casas da rainha Santa Isabel, junto ao mosteiro de Santa Clara de Coimbra, onde se manda sepultar, tendo nomeado como suas testamenteiras a própria rainha, D. Vataça, a sua irmã Maria Gonçalves Redondo, abadessa de Santa Clara, e a freira Marinha Gil. Deixou legados aos mosteiros de Santa Clara de Coimbra, S. Francisco de Coimbra, Santa Clara de Entre-os-Rios, S. Francisco de Guimarães, a todas as freiras de Santa Clara de Coimbra, a D. Vataça, a Maria Gonçalves Redondo, a Mor Martins Redondo II, a Alda Barbosa e Inês Rodrigues, suas sobrinhas, a Marinha Gil, ao seu irmão Álvaro Gonçalves, a João Álvares Redondo, seu sobrinho, ao seu irmão João Gonçalves Redondo, à sua prima Alda Martins Redondo e à sua sobrinha Beatriz Afonso de Espinho. À altura, ainda era proprietária da herdade de Feiteira, em Cernache (Coimbra). Atendendo a estes dados, podemos presumir que não casou e que não teve descendentes.

VIII-6 e MARIA GONÇALVES REDONDO, abadessa de Santa Clara de Coimbra entre 1328 e, pelo menos, 1331, altura em que surge no testamento da sua irmã Joana Gonçalves Redondo, de quem recebeu a herdade de Feiteira, em Cernache (Coimbra).[1744]

De uma relação ilegítima de Gonçalo Anes Redondo com Marinha Lourenço nasceu também:

[1742] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

A linhagem de Afonso Rodrigues de Espinho seria oriunda do julgado de Penela, na margem esquerda do Lima. Esta nossa suposição baseia-se no facto de D. Rodrigo de Espinho, provável pai de Afonso Rodrigues, surgir nas inquirições de 1258 em S. Salvador de Fojo Lobal (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, p. 398.

[1743] Sobre Joana Gonçalves Redondo veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 354-355, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1744] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 355.

VIII-7 JOÃO GONÇALVES REDONDO, bastardo legitimado em 1316 e que foi beneficiado nos testamentos do bispo D. Raimundo de Coimbra, de 1324, e da sua irmã Joana Gonçalves Redondo, de 1331. Não se lhe conhece qualquer relação ou qualquer filho.[1745]

Do segundo casamento de João Anes Redondo com Guiomar Lourenço Freire nasceram:

VIII-8 LOURENÇO ANES REDONDO[1746], meirinho-mor da Beira e meirinho-mor de Portugal no reinado de D. Dinis, cargos aos quais terá chegado devido à presença do seu pai na casa deste monarca. Em 1294 é referido no testamento do seu parente D. Sancho Pires de Froião, bispo do Porto, pois uma parte da sua quintã da Torre, no couto de Ansede, lhe fora doada por LOURENÇO ANES e Martim Anes Redondo. Em 1306 foi chamado a responder pelos abusos que, conjuntamente com outros herdeiros de Fernão Gomes Chancinho[1747] (avô materno da sua esposa), tinha cometido contra os bens e direitos do cabido de Coimbra em Outil, Vilarinho e Pinheiro, nos termos de Coimbra e Vouga. No ano seguinte, o mesmo cabido levantar-lhe-ia novo pleito, a propósito da usurpação de uma vinha sua em Vilarinho. Em 1311 voltou a ser alvo da censura do monarca, que o proibiu de cometer abusos contra os bens que partilhava com o cabido em Vilarinho. Em 1307 e 1312 noticiam-se também usurpações no couto de Aguim e, em 1317, roubos em Ançã. Em 1315 exigiu ilegalmente direitos de padroado ao mosteiro de Pedroso, o que causou a ira de João Fernandes de Cambra, meirinho substituto do meirinho-mor de Aquém Douro, que o obrigou a sair do cenóbio sob ameaças. Ainda nesse ano, noticiam-se violências cometidas contra o mosteiro de Ferreira das Aves. Em 1318 usurpou, sob ameaça de morte, uma casa de um camponês de Cabeceiras de Basto, que a tinha por emprazamento. Nesse mesmo ano foi obrigado pelo monarca a estabelecer uma concórdia com Vasco Gonçalves de Pereira, entregando a sua quintã de Terroso como penhor da sua palavra. Em 1318 ganhou um pleito contra Martim Gonçalves de Ataíde, por este lhe

[1745] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 356.

[1746] Sobre Lourenço Anes *vide Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 358-360 (dados que trataremos de sintetizar).

[1747] Sobre as carreiras públicas dos Chancinho veja-se Luís Fernando Pallares de VASCONCELOS, *A Família dos Chancinhos (Sécs. XII-XIV). A Corte e a Igreja na Estruturação de uma Linhagem*, Coimbra, FLUC (Dissertação de Mestrado), 2007.

ter roubado bens e atacado um homem seu num casal que herdou da sua tia Teresa Lourenço Freire. Segundo as inquirições de 1343, João Anes Redondo comprou uma herdade ao seu filho LOURENÇO ANES num lugar de Terroso, no julgado de Faria. A mesma fonte indica também que fez uma póvoa em Santiago de Amorim, no julgado de Faria, pela qual sonegava direitos ao rei.[1748] A documentação de 1306 que já referimos aponta-lhe bens em Vilarinho, no termo de Coimbra, que poderá ter herdado do seu pai. As inquirições de 1307-1311 dão notícia que teve um casal e meio em Revinhade, a meias com Rui Martins de Nomães, no julgado de Felgueiras, e o casal de Lama da igreja de S. Cipriano de Refontoura, no mesmo julgado. As inquirições de 1301 e 1307-1311 indicam também que teve um paço na freguesia de Fonte Boa (Esposende), no julgado de Neiva, e uma quintã que viria a doar ao seu escudeiro Gil Fernandes, figura documentada nas inquirições de 1343. Estas últimas inquirições indicam que sonegou um terço de uma herdade foreira do rei em Santiago de Amorim e um terço de uma gandra em Santa Marinha de Paradela, ambas no julgado de Neiva. Em 1325, Paio Rodrigues, seu testamenteiro, entregou ao cabido de Braga a nona parte do seu casal de Chamozinhos, da quintã de Terroso, bem como os serviços dos casais que foram de Afonso Sanches e que ele também tinha sonegado durante a sua vida. A sua carreira na corte começou ainda antes de 1319, altura em que substituiu o seu primo Martim Gonçalves Redondo como meirinho-mor da Beira. Depois passou a cavaleiro vassalo do rei e a meirinho-mor do reino, marcando presença em vários diplomas régios até 1323. Militou nas tropas de D. Dinis durante a guerra civil de 1319-1324, tendo ganho algum destaque através da libertação de Leiria das forças do Infante D. Afonso. Este seu serviço foi plenamente reconhecido em 1322, altura em que recebeu de D. Dinis o património de um dos responsáveis pela entrega deste castelo às forças do Infante. Podemos presumir que terá morrido ainda antes de 1325. Segundo a documentação portuguesa, terá casado ainda antes de 1307 com Mor Lourenço de Arões, que voltou a casar novamente, algum tempo depois de ter enviuvado.[1749] Contudo, existe um documento de 1313, oriundo do cenóbio galego de Melón,[1750] que identifica LOURENÇO ANES REDONDO como marido de uma Estevaínha Gonçalves, com quem comprou duas herdades em S. Martinho de Barcia de Mera (Covelo, Galiza) e em S. Mamede de Sabaxáns (Mondariz, Galiza). Não sabemos se se trata apenas de

[1748] ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fols. 165 e 167.

[1749] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 358-360.

[1750] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1459, doc. 3.

um mero caso de homonímia, mas é possível que não o seja, atendendo à forte presença de outros ramos dos Velhos na Galiza, onde os Cerveira, por exemplo, se tinham conseguido afincar no vale de Tebra. Em 1311 surge também um Gomes Lourenço Redondo, filho deste casal, numa carta de apresentação de pároco à igreja de S. Martinho de Barcia de Mera (Covelo).[1751] Devido à falta de certezas sobre a identificação deste LOURENÇO ANES REDONDO e do seu filho Gomes Lourenço, não podemos integrar estas figuras na linhagem, ficando aqui estas referências, à espera de que novos dados possam confirmar, ou desmentir, a sua pertença a este grupo familiar. As fontes portuguesas não lhe atribuem qualquer descendência.

VIII-9 PERO ANES REDONDO II, cavaleiro que, tal como Lourenço Anes, militou no partido de D. Dinis durante a guerra civil de 1319-1324. Não sabemos se casou nem se teve filhos.[1752]

VIII-10 e GUIOMAR ANES REDONDO II, monja de Semide entre 1322 e 1347.[1753]

Do casamento entre Pero Anes Redondo I e Inês Pires Galego nasceram:

VIII-11 JOÃO PIRES REDONDO II[1754], cavaleiro que, segundo as inquirições de 1288, tinha feito uma casa num casal em Santa Maria da Argela, no julgado de Caminha. Ainda segundo a mesma fonte, honrou uns herdamentos que tinha comprado em S. Miguel de Guisande, no julgado de Penafiel de Bastuço. Por sua vez, as inquirições de 1307-11 indicam que honrava há doze anos dois casais de Arouca, dois de Lomar e outros herdamentos, pelos quais defendia vários homens em Sezures, no julgado de Penafiel de Bastuço. Este comportamento seria recorrente, já que tinha sido censurado em 1301. Esses bens deviam advir da sua avó Mor Pires Pereira, que aqui é identificada como «Mor Redonda». Casou com Maria Anes de Portocarreiro, mas não teve descendentes.

[1751] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1458, doc. 15.

[1752] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 360.

[1753] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 360. Para mais detalhes sobre a vida social das monjas de Semide consulte-se Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder: O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, Lisboa, Escher, 1992.

[1754] Sobre este cavaleiro veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 361.

VIII-12 e MOR PIRES REDONDO, esposa de Álvaro Pires de Valverde.[1755]

Do casamento entre Rodrigo Anes Redondo e Mor Fernandes Curutelo nasceram:

VIII-13 FERNÃO RODRIGUES REDONDO[1756], fidalgo que surge pela primeira vez no testamento de D. Sancho Pires de Froião, bispo do Porto, de 1294. Poucos anos depois, em 1297, aparece já como mordomo de D. Pedro de Aragão, meio-irmão da rainha Santa Isabel. Seguindo as tendências culturais que influenciaram o seu pai (e que tinham especial força quer na corte dionisina quer na casa do seu senhor), FERNÃO RODRIGUES também se tornou trovador. Foi também meirinho-mor do reino em 1317-1318. Em 1330, o testamenteiro da sua esposa comprou a quintã de Orelhudo, no termo de Coimbra, que lhe tinha sido legada pelo seu pai e que foi doada posteriormente a Santa Clara de Coimbra e à Rainha Santa. Através do seu casamento, ganhou os senhorios de Arganil e de Pombeiro da Beira. Terá morrido em Santarém, em 1319 ou 1320, deixando estes senhorios ao bastardo régio D. João Afonso. Foi sepultado na igreja de S. Nicolau de Santarém, da qual se tinha tornado patrono devido a uma permuta de direitos relativos às de Arganil e de Pombeiro da Beira. Em 1324, os seus testamenteiros instituíram nesta igreja uma capela de S. Pedro, que foi sustentada por bens seus na zona de Arganil e de Pombeiro da Beira. Apesar de ter abdicado no final da sua vida de quase todos os seus direitos na região, a ligação do casal a Arganil pode ser atestada desde cedo, já que em 1306 ofereceram os seus bens em Tarroselas aos seus povoadores. Do seu casamento com Marinha Afonso de Arganil II não nasceu qualquer filho.

VIII-14 JOÃO RODRIGUES REDONDO I, de CURUTELO (apelido de origem materna) ou HOMEM, apelido que será proveniente de Pero Pires Homem (de Pereira), irmão da sua avó paterna. Esta referência pode denunciar uma relação de proximidade com este seu tio-avô, que, segundo So-

[1755] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo. Apesar de desconhecermos as origens de Álvaro Pires de Valverde, podemos presumir que seria galego.

[1756] Todos os dados sobre a carreira pública de Fernão Rodrigues foram reunidos por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 364-365, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

ttomayor-Pizarro, pode ter sido responsável pela sua criação.[1757] Segundo as sentenças de 1290, foi criado numa herdade de um camponês de Freixedo (Ponte de Lima), no julgado de Aguiar de Neiva, que a passou para a sua posse. Porém, no ciclo de inquirições de 1307-11, esta herdade já não era sua, o que pode indiciar que terá morrido ainda antes desta data. Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, envolveu-se com Leonor Rodrigues Ribeiro, esposa de Vasco Anes, enquanto esta esteve na casa de D. Dinis, sendo que acabou por ser assassinada pela sua traição – sem que tivessem tido qualquer filho.[1758]

VIII-15 e URRACA RODRIGUES REDONDO, esposa de Paio Pires de Arganil, familiar de Marinha Afonso de Arganil II, esposa do seu irmão Fernão Rodrigues.[1759]

De uma relação ilegítima de Rodrigo Anes Redondo nasceu também:

VIII-16 PERO RODRIGUES REDONDO, que casou com Margarida Pires do Crato e de quem nasceram *Álvaro Rodrigues Redondo* (IX-6) e *João Rodrigues Redondo II* (IX-7).[1760]

Do casamento entre Martim Anes Redondo e Maria Rodrigues de Jolda nasceram:

VIII-17 MARTIM MARTINS REDONDO I, ou de CREIXEMIL (Barcelos), cavaleiro que, segundo as inquirições de 1307-1311, foi criado em S. Miguel de Alvarães, no concelho de Viana do Castelo e julgado de Neiva. Também sabemos que MARTIM MARTINS testemunhou o testamento de Fernão Rodrigues Redondo. Terá morrido ainda antes de 1329, altura em que a sua esposa, Senhorinha Anes de Sandim, se apresenta sozinha na sua documentação. Deste casal nasceram *João Martins Redondo* (IX-8) e *Aldonça Martins Redondo* (IX-9).[1761]

[1757] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 366, nota 94.

[1758] LL41D6. Veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 366.

[1759] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1760] *Idem*, *ibidem*.

VIII-18 MOR MARTINS REDONDO I, esposa de Rui Pires de Vasconcelos, de quem teve descendência.[1762]

VIII-19 MARIA MARTINS REDONDO, esposa de Gonçalo Esteves, alcaide de Bragança em 1345, de quem não teve descendência.[1763]

VIII-20 ALDA MARTINS REDONDO, ou de TREIXEMIL (CREIXEMIL), abadessa de Semide entre 1332 e 1343, também contemplada no testamento de Joana Gonçalves Redondo, sua prima.[1764]

VIII-21 BEATRIZ MARTINS REDONDO, monja de Vairão e abadessa de Vitorino das Donas, falecida ainda antes de 1345.[1765]

VIII-22 GUIOMAR MARTINS REDONDO, ou de TREIXEMIL (CREIXEMIL), esposa de Lopo Afonso de Algães.[1766]

VIII-23 JOANA MARTINS REDONDO, esposa de Soeiro Pais da Aldeia Nova e mãe de Maria Soares da Aldeia Nova, que casou com o seu parente, bastante afastado, Vasco Pires de Cerveira.[1767]

VIII-24 e MARGARIDA MARTINS REDONDO, monja de Arouca, que foi contemplada em 1327 no testamento da sua tia Margarida Pires de Portocarreiro.[1768]

Da relação ilegítima de Martim Anes Redondo com Teresa Mendes nasceu também:

[1761] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 369, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1762] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. – Redondo.

[1763] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 368.

[1764] *Idem*, *ibidem*.

[1765] *Idem*, *ibidem*.

[1766] *Idem*, *ibidem*.

[1767] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogias 4.5.3.2. – Redondo e 4.5.3.7. – Cerveira. Na nossa opinião, os Aldeia Nova poderão ter uma origem galega, já que no fundo de Armenteira se preserva um documento, datado de 1300, onde Fernão Nunes da Aldeia e seus parentes levam a cabo um acto de gestão sobre os seus interesses no Salnés – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1764, doc. 3.

[1768] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 369.

VIII-25 MARTIM MARTINS REDONDO II, cavaleiro legitimado em 1307, que, segundo as inquirições de 1307-1311, fora criado em Santa Maria de Vila Cova, no julgado de Neiva.[1769]

Da relação entre Gonçalo Pires Velho e Sancha Gonçalves de Arga nasceram:

VIII-26 JOÃO GONÇALVES VELHO, bastardo legitimado em 1320,[1770] que se encontra documentado nas inquirições de 1343 em Vitorino de Donas, julgado de S. Estêvão de Riba Lima, onde trazia há 25 anos quatro herdades reguengas no lugar de Milheirós, em seu nome e do seu avô materno Gonçalo de Arga.[1771] Do seu casamento com Teresa Fernandes Farroupim nasceu *Inês Anes Velho* (IX-10).[1772]

[1769] *Idem*, *ibidem*, p. 369.

[1770] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 337.

[1771] ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fols. 154-154v.

[1772] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 337-338.

Aproveitamos para relembrar que Teresa Fernandes Farroupim deverá ser filha de Fernão Gonçalves Farroupim (Churrichão) e de Sancha Rodrigues de Sagamonde. Fernão Gonçalves encontra-se documentado no fundo de Melón em 1296, altura em que procede ao aforamento de uma vinha em Redondela – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1456, doc. 2.

Apesar de não referirem o nascimento de Teresa Fernandes Farroupim, as passagens LL74E2-4 são muito claras quanto às origens familiares e circunstâncias que envolveram o matrimónio de Sancha Rodrigues de Sagamonde. Com efeito, o seu avô Rui Soares de Sagamonde casou com Rica de Taveirós, de quem teve Rui Gonçalves de Sagamonde.

Por sua vez, Rui Gonçalves casou com Urraca Soares Galinhato, irmã de Gomes Soares Galinhato, sobrinha de Lourenço Soares Galinhato e prima do arcebispo compostelano João Aires Galinhato. Deste casamento nasceu Sancha Rodrigues de Sagamonde, que, ao ficar órfã de mãe com seis anos, foi dada a criar nessa mesma freguesia de Sagamonde.

Porém, acabaria por ser raptada por Gonçalo Fernandes Churrichão, que a levou para o couto da Louriña, onde se casou, contra a vontade dos Galinhato, com o seu filho Fernão Gonçalves Farroupim (Churrichão), de quem teve Maria Fernandes Churrichão, esposa de Rui Novais, Rica Fernandes Churrichão, esposa de João Fernandes de Castro (de Fornelos), Pero Fernandes Churrichão e, também, Teresa Fernandes.

Na nossa opinião, o contexto geográfico das linhagens (Churrichão, Galinhato e Sagamonde-Taveirós), a cronologia (mensurável através da prelatura de João Aires Galinhato) e a própria forma como vários destes casamentos se encontram documentados, atestam a veracidade desta narrativa. Assim sendo, pensamos que terá acontecido em finais do século XIII, na zona do Salnés.

VIII-27 GONÇALO GONÇALVES VELHO, também legitimado em 1320 e referido pelos livros de linhagens (LL42G9).[1773]

VIII-28 FERNÃO GONÇALVES VELHO I, escudeiro de Sequeiros referido pelos livros de linhagens (LL42G9). Em 1362 doou a Leonor Gonçalves, monja de Arouca, tudo o que tinha em Real, no couto de Braga.[1774]

VIII-29 PERO GONÇALVES VELHO, figura apenas referida pelos livros de linhagens (LL42G9).[1775]

VIII-30 AIRES GONÇALVES VELHO, fidalgo identificado apenas nos livros de linhagens (LL42G9).[1776]

VIII-31 NUNO GONÇALVES VELHO, bastardo legitimado em 1320 e identificado pelos livros de linhagens.[1777]

VIII-32 TERESA GONÇALVES VELHO, senhora identificada apenas pelos livros de linhagens (LL42G9), que lhe atribuem um casamento com Gonçalo Martins e um filho, de nome Aires Gonçalves.[1778]

VIII-33 e MARTIM GONÇALVES VELHO, bastardo legitimado em 1320. Dele sabemos apenas, pelas inquirições de 1307-1311, que honrou a quintã de S. Martinho de Souto, composta por oito casais em Santa Maria da Sé, no julgado de Lamego, que lhe tinha sido emprazada pelo cabido da cidade.[1779]

Do casamento de Afonso Pires Velho com Constança Afonso Alcoforado nasceu:

Voltaremos a falar dos Galinhato mais à frente, tal como já falámos dos Churrichão, Novais e Fornelos.

[1773] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 338.

[1774] *Idem*, *ibidem*.

[1775] *Idem*, *ibidem*.

[1776] *Idem*, *ibidem*.

[1777] *Idem*, *ibidem*.

[1778] *Idem*, *ibidem*.

[1779] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 338-339.

VIII-34 GONÇALO AFONSO VELHO, o *Sável Assado*, que terá morrido ainda antes de 1329, altura em que a sua mulher e filhos receberam comedoria como infanções naturais da igreja de Vilar de Porcos. Do seu casamento com Aldonça Martins da Cunha nasceram *Álvaro Gonçalves Velho* (IX-11), *Leonor Gonçalves Velho* (IX-12) e um filho anónimo, *N. Gonçalves Velho* (IX-13).[1780]

Afonso Pires Velho teve também um outro filho de uma relação ilegítima, de quem desconhecemos o nome:

VIII-35 N. AFONSO VELHO, que, segundo as inquirições de 1307-11, foi criado em Barral, no julgado de Penela.[1781]

Da relação ilegítima entre Estêvão Pires Velho e Urraca Pires de Cameal (Tamel, Barcelos) nasceu:

VIII-36 AFONSO ESTEVES VELHO, ou de DEUCRISTE, que foi legitimado em 1321. Do seu casamento com Maria Rodrigues da Maia nasceram *João Afonso Velho* (IX-14), *Crispim Afonso Velho* (IX-15), *Rui Afonso Velho* (IX-16) e *Teresa Afonso Velho* (IX-17).[1782]

Do casamento entre João Pires Velho e Marinha Soares Correia nasceram:

VIII-37 MARTIM ANES VELHO, personagem que, segundo as inquirições de 1288, terá sido criado no julgado de Cerveira. Casou com Guiomar Lourenço Taveira, de quem teve *Beatriz Martins Velho* (IX-18) e uma filha anónima, *N. Martins Velho* (IX-19).[1783]

VIII-38 MARIA ANES VELHO, a *Moura*, que teve uma relação com Fernão Martins de Soveral, de quem teve um filho bastardo, legitimado em 1295.[1784]

VIII-39 LEONOR ANES VELHO, monja de Vairão, falecida ainda antes de 1321, altura em que a abadessa deste cenóbio nomeou procuradores para

[1780] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 339-340.

[1781] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 340.

[1782] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 340-341.

[1783] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 344.

[1784] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 344.

acordarem com os seus parentes a partilha dos seus bens. Neste documento, seu pai é nomeado como João Velho de Santa Logriça, invocando, portanto, o seu apelido materno, já que Sancha Pais de Santa Logriça (de Aguiar), amante de Pero Pires Velho, encontrava-se vinculada a este cenóbio através do seu pai, Paio Pequeno (Novais), seu abade. As inquirições indicam-nos que foi criada no julgado de Aguiar de Neiva, onde seu pai também era conhecido como João Velho de Santa Logriça (de Aguiar).[1785]

VIII-40 e PERO ANES VELHO, cavaleiro que testemunhou o testamento de João Anes César, redigido em Elvas em 1329. Apesar de não lhe conhecermos qualquer relação ou filho, podemos pensar que terá passado a sua vida na corte, onde conheceu o dito João Anes César, figura da burocracia régia e famoso inquiridor de 1301.[1786]

De uma segunda relação ilegítima João Pires Velho teve:

VIII-41 GONÇALO ANES VELHO, bastardo legitimado em 1299 e que foi criado em Balugães, no julgado de Aguiar de Neiva.[1787] Segundo as inquirições de 1307-11, sonegava o monte de Aguieira, argumentando que fazia parte da sua honra de Samonde, em Santa Marta (de Portuzelo), no julgado de Viana. Esta mesma fonte indica, também, que criaram um filho seu em Balugães e em Quintiães, julgado de Aguiar de Neiva, e que trazia um casal honrado na freguesia de S. Paio de Antas (Esposende), no julgado de Neiva.[1788] As referências de Quintiães apresentam-no claramente como filho de João Velho de Santa Logriça. Apesar dos abusos cometidos em Santa Marta, D. Dinis acabou por conferir-lhe em 1312 a espinhosa tarefa de averiguar a validade das sentenças proferidas durante aquele ciclo de inquirições. Esta tarefa terá inspirado a alcunha que lhe atribuem no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*: o *Contador*. Apesar de não se encontrar documentado depois deste último ano, podemos presumir que terá sido um dos Velhos que participaram, em 1324, numa disputa com o monarca pelos direitos de padroado da igreja de S. Salvador de Arnoso (Famalicão). Mais tarde, em 1339, estes mesmos Velhos

[1785] *Idem*, *ibidem*.

[1786] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 344-345.

[1787] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 345. ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 38v.

[1788] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 11, 38v e 41v.

seriam identificados como infanções naturais do mosteiro de Mancelos, em Amarante. Apesar de pensarmos que terá morrido por esta altura, GONÇALO ANES ainda se encontra referido nas inquirições de 1343, como senhor de Curvos e Figueiredo (no julgado de Neiva) pela mão de D. Afonso IV e como proprietário de uma casa que tinha começado a construir em S. Salvador de Vitorino das Donas (julgado de Geraz do Lima), mas que não pôde acabar devido à sua morte. Do seu casamento com Margarida Anes de Urrô nasceu *Fernão Gonçalves Velho II* (IX-20).[1789]

Por fim, da relação ilegítima entre João Pires Velho e Maria Pires nasceu também:

VIII-42 JOÃO ANES VELHO, bastardo legitimado em 1310 e que, segundo as inquirições de 1307-11, também foi criado em Balugães, no julgado de Aguiar de Neiva. As inquirições de 1301 dizem que um dos bastardos de João Pires (Gonçalo Anes ou JOÃO ANES) foi criado numa quintã em Covas, no julgado de Cerveira.[1790] Não conhecemos qualquer relação ou filho a JOÃO ANES.

Do casamento entre Martim Martins Zote I e Alda Gomes da Cunha nasceram:

VIII-43 MARTIM MARTINS ZOTE II, jovem cavaleiro que viria a ingressar na carreira monástica, chegando a deão de Braga. Ainda na qualidade de cavaleiro, MARTIM MARTINS surge, conjuntamente com seu pai e seu cunhado Afonso Vasques de Pimentel II, num pleito em que estes se recusavam a abandonar o casal de Calvelos, que pertencia à igreja de Montelongo (Fafe). Anos mais tarde (em 1311) e cumprindo uma vontade do seu pai, entregou à sé de Braga o casal de Sá, na freguesia de S. Salvador de Parada, no julgado de Vila Chã, apresentando-se ainda na condição de laico. Pouco tempo depois tornou-se cónego de Lisboa, Palência, arcediago de Santarém e, a partir de 1342, deão de Braga.[1791] Durante o período em que ocupou este último cargo levou a cabo a produção do célebre *Livro de Linhagens do Deão*.

[1789] Os principais dados sobre Gonçalo Anes Velho encontram-se reunidos em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 345-346.

[1790] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 345.

[1791] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 374.

VIII-44 GOMES MARTINS ZOTE, freire da Ordem de Cristo documentado em 1321 e 1324.[1792]

VIII-45 GIL MARTINS ZOTE, cavaleiro documentado em 1305 como natural do mosteiro de S. Simão da Junqueira (Vila do Conde) e, em 1339, como infanção natural do mosteiro de Mancelos (Amarante). Foi detentor da quintã de Calvelos, tendo-lhe acrescentado um casal, por compra datada de 1309, que foi alvo de litígio com os irmãos Martim Vasques Pimentel e Afonso Vasques Pimentel II. Em 1320 foi testemunha do seu primo Fernão Rodrigues Redondo num processo sobre a doação dos senhorios de Arganil e de Pombeiro da Beira ao bastardo régio D. João Afonso. Em 1318 testemunhou um treslado de uma doação de Joana Dias, viúva de Fernão Fernandes Cogominho, à Sé de Coimbra. Ao que sabemos, morreu depois de 1339 e ainda antes de 1350. Resta referir que GIL MARTINS recebeu do seu pai um conjunto de bens na Golegã, que pertenceram a Urraca Lourenço da Cunha, tia de Alda Gomes da Cunha, sua mãe. Do seu casamento com Aldara Martins Alcoforado nasceu *Teresa Gil Zote* (IX-21).[1793]

VIII-46 VASCO MARTINS ZOTE, cavaleiro apresentado como um dos garantes do tratado luso-castelhano de 1328[1794]. Em 1339 é referido como infanção natural do mosteiro de Mancelos (Amarante), tal como seu irmão Gil Martins. Em 1342 foi-lhe confirmado o senhorio da quintã e honra de Laúndos (Póvoa de Varzim), que terá herdado dos Urgeses, através da sua avó paterna Maria Vicente. As inquirições de 1343 atribuem-lhe vários casais em S. Mamede de Arcozelo e alguns bens usurpados na Póvoa de Lagoa Negra, em Santa Maria de Lapela, ambas no julgado de Neiva. No julgado de Faria, possuía um casal em Santa Maria de Moura (Silveiros, Barcelos).[1795] Em 1344 surge, como um dos procuradores dos fidalgos, a solicitar ao monarca a regulamentação da posse e jurisdição das honras. Casou com Maria Mendes de Vasconcelos, de quem teve, pelo menos, dois filhos, falecidos ainda antes de 1396, altura em que a sua tia Mor Mendes de Vasconcelos redigiu o seu

[1792] *Idem*, *ibidem*.

[1793] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 374-375.

[1794] Sobre o tratado de Escalona veja-se José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «Relações Político-Nobiliárquicas entre Portugal e Castela: O Tratado de Escalona (1328) ou dos 80 Fidalgos», *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15 (1998), pp. 1255-1278.

[1795] ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 172.

testamento, deixando um legado ao mosteiro de Mondim pela sua alma, de Maria Mendes, de VASCO MARTINS e destes seus filhos. Apesar de nada sabermos sobre as suas vidas, identificá-las-emos como *N. Vasques Zote I* (IX-22) e *N. Vasques Zote II* (IX-23).[1796]

VIII-47 MARIA MARTINS ZOTE II, que casou por duas vezes, primeiramente com Martim Martins de Barbosa e depois com Álvaro Martins Fafes (de Lanhoso), de quem teve descendência.[1797]

VIII-48 MOR MARTINS ZOTE, esposa de Afonso Vasques Pimentel II – já antes referido a propósito do património que partilhava com a família da sua esposa em Calvelos, julgado de Montelongo. Atendendo à sua localização, podemos presumir que este também fizesse parte de uma herança proveniente dos Urgeses.[1798]

VIII-49 GUIOMAR MARTINS ZOTE, esposa de Fernão Fernandes de Almeida.[1799]

VIII-50 e BRANCA MARTINS ZOTE, freira de Lorvão.[1800]

Do casamento entre Álvaro Pires Bravo e Estevaínha Martins de Sequiade nasceram:

VIII-51 TERESA ÁLVARES BRAVO, abadessa de Semide entre 1306 e 1328[1801], que contestou o testamento da sua mãe em 1309. Após um litígio com Ouroana Pires Velho e uma sentença favorável em 1320, recebeu em 1321 uma parte dos seus bens de avoenga, ou seja, uma quintã no julgado de Penafiel de Bastuço, que tinha sido usurpada por Ouroana.[1802]

[1796] Sobre Vasco Martins Zote veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 375-376.

[1797] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.3. – Zote.

[1798] *Idem*, *ibidem*.

[1799] *Idem*, *ibidem*.

[1800] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 375.

[1801] Sobre as monjas de Semide veja-se Rui Cunha MARTINS, *Património, Parentesco e Poder: O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*.

VIII-52 e MARIA ÁLVARES BRAVO, monja de Semide documentada em 1336.[1803]

Por sua vez, Paio Pires Bravo teve dois filhos:

VIII-53 N. PAIS BRAVO I, que foi criado no lugar de Paredes, na freguesia de S. Pedro de Arcos, no julgado de Ponte de Lima.[1804]

VIII-54 e N. PAIS BRAVO II, que foi criado no lugar de Outeiro, em S. Pedro de Arcos, no julgado de Ponte de Lima.[1805]

Do casamento entre Pero Vasquinho e Maria Anes, filha de João Martins, vilão de Arcos de Valdevez, nasceram:

VIII-55 RUI PIRES VASQUINHO, cavaleiro que honrava indevidamente uma herdade que a sua mãe lhe deixara no couto de Ázere (actual freguesia de Couto, no concelho de Arcos de Valdevez). Antes, esta herdade pertencia ao vilão João Martins, pai de Maria Anes. Neste contexto, RUI PIRES *Bastião* proibia o mordomo do abade de Ázere de recolher os seus direitos.[1806] Apesar de não sabermos se casou, pensamos que RUI PIRES terá sido pai de *Martim Rodrigues Vasquinho* (IX-24).[1807]

VIII-56 e MARTIM PIRES VASQUINHO, cavaleiro que, segundo as inquirições de 1307-11, foi criado em Duas Igrejas (Vila Verde), no julgado de Penela. Já antes, nas inquirições de 1288, tinha sido identificado, conjuntamente com o seu irmão, como proprietário de uma herdade no couto de Ázere, no julgado de Arcos de Valdevez, que vinha da sua mãe Maria Anes, filha do vilão João Martins.[1808] Desconhecemos se casou e se teve descendentes.

Por sua vez, Fernão Vasquinho terá sido pai de:

[1802] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 333.

[1803] *Idem*, *ibidem*.

[1804] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 333-334.

[1805] *Idem*, *ibidem*.

[1806] PMH-Inq. 1288, p. 271.

[1807] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 381.

[1808] PMH-Inq. 1288, p. 271. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 380-381.

VIII-57 AIRES FERNANDES VASQUINHO, fidalgo que, segundo as inquirições de 1307-11, teve um filho que foi criado no lugar de Fontelo, na freguesia de Estorãos, no julgado de Ponte de Lima, que passaremos a identificar como *N. Aires Vasquinho* (IX-25).[1809]

De Lourenço Vasquinho terão nascido:

VIII-58 GONÇALO LOURENÇO VASQUINHO, escudeiro de Martim Gonçalves de Portocarreiro, documentado em 1310.[1810]

VIII-59 e JOÃO LOURENÇO VASQUINHO I, escudeiro documentado em 1310, de quem sabemos apenas que, segundo as inquirições de 1301, teve um filho criado na freguesia de Duas Igrejas, no julgado de Penela, e, segundo as de 1307-11, um outro em Anha, no julgado de Neiva. Estes filhos seriam *João Lourenço Vasquinho II* (IX-26) e *Martim Anes Vasquinho* (IX-27).[1811]

De Vasco Vasquinho terá nascido:

VIII-60 MARTIM VASQUES VASQUINHO, cavaleiro que participou na constituição da póvoa de Caminha em 1284, tendo trocado com o rei os bens que tinha nessa terra por um préstamo em Sá, no julgado de Valdevez. Nesse mesmo ano, voltaria a permutar mais alguns bens seus nessa zona por um préstamo em Jolda, um casal em préstamo em S. Paio (de Jolda) e um casal e a quarta parte de três casais em S. Vicente de Távora, freguesias do julgado de Valdevez. No ano seguinte pediu ao rei, conjuntamente com outros cavaleiros como Martim Anes de Vinhal, que lhe outorgasse uma troca de propriedades, onde se indica que tinha casais em Cristelo, no julgado de Caminha. As inquirições de 1288 dizem-nos que em Santa Comba, julgado de Ponte de Lima, criaram um filho seu. Segundo as inquirições de 1307-11, este filho também foi criado em Goães, no julgado de Penela.[1812] Passaremos a identificar este varão como *N. Martins Vasquinho* (IX-28).[1813]

[1809] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 379.

[1810] *Idem*, *ibidem*.

[1811] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 379-380.

[1812] PMH-Inq. 1288, pp. 183-184. ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 26.

[1813] Os principais dados biográficos sobre Martim Vasques Vasquinho foram compilados por Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 380.

Do casamento entre João Gonçalves Mourão e Beatriz Afonso de Espinho nasceu:

VIII-61 ÁLVARO GONÇALVES MOURÃO, de quem nada se sabe.[1814]

De Fernão Gonçalves Mourão nasceu:

VIII-62 MARIA FERNANDES MOURÃO, «criada» de Sancha Fernandes Gato, sua parente, de quem recebeu uma doação em 1319, já como monja de Arouca.[1815]

Do casamento entre Lopo Lopes Gato e Maria Anes de Paiva I nasceram:

VIII-63 MARTIM LOPES GATO II, cavaleiro beneficiado em 1286, conjuntamente com a sua mãe, no testamento de D. Guiomar Gil, abadessa de Arouca, tendo morrido sem qualquer descendente conhecido.[1816]

VIII-64 e JOÃO LOPES GATO, personagem apenas referido pelos livros de linhagens (LD6M8).[1817]

Do casamento entre Rui Fernandes Gato e Guiomar Martins de Cambra nasceu:

VIII-65 MARIA RODRIGUES GATO, de quem, apesar de ter casado por duas vezes, apenas se conhece o nome do seu primeiro marido, Lopo Afonso Alcoforado, de quem teve descendência.[1818]

Do casamento entre Martim Fernandes Barreto e Maria Rodrigues de Chacim nasceram:

VIII-66 NUNO MARTINS BARRETO, cavaleiro da corte dionisina que, para além de se ter integrado na casa de D. Afonso IV, se assumiu como

[1814] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 386.

[1815] *Idem*, *ibidem*.

[1816] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 398.

[1817] *Idem*, *ibidem*.

[1818] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 392.

um dos seus principais partidários na guerra civil de 1319-1324. Apesar de tudo, as relações de NUNO MARTINS com o monarca terão sido amigáveis até aos inícios do conflito, já que, em 1319, D. Dinis obrigou Gil Fernandes Cogominho, marido de Constança Fernandes Barreto, sua tia, a vender alguns dos seus bens, de forma a pagar umas 150 libras que este lhe devia. Mas, com o avanço do conflito, NUNO MARTINS deve ter radicalizado as suas posições, pois em 1320 foi enviado à corte para apresentar provas falsas de que o bastardo Afonso Sanches tinha tentado envenenar o seu senhor, o Infante herdeiro D. Afonso, futuro D. Afonso IV. No ano seguinte, NUNO MARTINS e Afonso Novais[1819] —um cavaleiro de origem galega oriundo do Alto Minho com quem partilhava um parentesco bastante afastado, devido ao casamento de Mor Soares Velho com Paio Pires de Novais— levaram a cabo o assassinato de D. Geraldo, bispo de Évora, na vila de Estremoz, episódio que foi incorporado no conjunto de queixas que D. Dinis apresentou contra o seu filho (perante a corte) nesse mesmo ano. Podemos presumir que, apesar dos seus desmandos, não terá sofrido grandes represálias, visto que em 1330 surge, com a sua filha, como proprietário de uma herdade no julgado de Faria. Podemos presumir também que NUNO MARTINS poderá ter sido um dos Barretos identificados como patronos de Tibães, em 1315. Sabemos que casou, em primeiras núpcias, com Maria Anes da Aldeia do Alcaide, filha de João Esteves da Aldeia do Alcaide e de Fruilhe Lourenço de Valadares, filha de Lourenço Soares de Valadares II, poderoso senhor fronteira galego-minhota.[1820] Desta sua relação nasceu a já mencionada *Berengária Nunes Barreto* (IX-29), enquanto que do seu segundo casamento com Berengária Rodrigues *Raposo*, uma Teles de Meneses aparentada com os condes de Barcelos, nasceram também *Gomes Nunes Barreto* (IX-30), *Álvaro Nunes Barreto* (IX-31) e *Gonçalo Nunes Barreto* (IX-32).[1821]

VIII-67 GIL MARTINS BARRETO, provavelmente um dos patronos de Tibães referidos em 1315. As informações biográficas de que dispomos li-

[1819] Este Afonso Novais poderá ser o Afonso Novais documentado nas inquirições de 1307-11, em Balugães (Barcelos) e em S. Julião (Valença) – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 8v e 38v.

[1820] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias.

[1821] As principais informações sobre Nuno Martins Barreto encontram-se em SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 406-407.

mitam-se às que nos transmitem os livros de linhagens, que lhe atribuem dois casamentos, com Alda Rodrigues de Azambuja e Elvira Gonçalves de Alvelos. Do primeiro casamento nasceu *Beatriz Gil Barreto* (IX-33), que casou com Paio Rodrigues de Novais, parente de Afonso de Novais, companheiro de armas de Nuno Martins Barreto, primo do seu pai. *Beatriz Gil* teve descendência, que deu continuidade aos Novais.[1822]

VIII-68 AFONSO MARTINS BARRETO, cavaleiro que, tal como seus irmãos, terá sido patrono de Tibães. AFONSO MARTINS encontra-se identificado apenas pelos livros de linhagens, que lhe atribuem um casamento com Leonor Fernandes Bugalho[1823], de quem não sabemos se teve descendência.[1824]

VIII-69 ÁLVARO MARTINS BARRETO, também ele possível natural do mosteiro de Tibães. Talvez fruto da turbulência causada pela guerra civil de 1319-1324, ÁLVARO MARTINS terá emigrado para Castela, onde casou em Sevilha, sem que tivesse tido filhos.[1825]

VIII-70 SANCHA MARTINS BARRETO, provável patrona do mosteiro de Tibães (1315), que conseguiu um casamento bastante prestigiante com João Pires Portel I, de quem teve descendência.[1826]

VIII-71 CONSTANÇA MARTINS BARRETO, patrona de Tibães, que casou com Raimundo Anes Bochardo, de quem teve descendência.[1827]

[1822] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1823] Os Bugalhos são figuras recorrentes nas inquirições de 1258 e 1288, chegando a encontrar-se documentados em Oia nos inícios do século XIV. As figuras desta linhagem mencionadas são Paio Gomes Bugalho, Gomes Pais Bugalho, Gonçalo Bugalho e Garcia Peres Bugalho, sendo que os seus interesses se espalhavam pelos julgados de Caminha, Froião, Valença e Geraz do Lima – PMH-Inq. 1258, pp. 349, 358, 361 e 367; PMH-Inq. 1288, pp. 106-107, 114, 121-123, 157-158 e 326; e AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1815, doc. 5.

[1824] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 405.

[1825] *Idem*, *ibidem*.

[1826] *Idem*, *ibidem*.

[1827] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 406.

VIII-72 e BEATRIZ MARTINS BARRETO, provável natural de Tibães, que casou com Vasco Afonso Alcoforado I, de quem teve descendência.[1828]

Do casamento entre Estêvão Fernandes Barreto e Joana Esteves de Santarém nasceram:

VIII-73 JOÃO ESTEVES BARRETO, freire da Ordem do Templo, que presenciou, em 1306, um acordo celebrado entre o monarca e a sua ordem.[1829]

VIII-74 PAIO ESTEVES BARRETO, fidalgo que, segundo os livros de linhagens, terá sido leproso.[1830]

VIII-75 GOMES ESTEVES BARRETO, mencionado apenas pelos livros de linhagens.[1831]

VIII-76 FRUILHE ESTEVES BARRETO, referida apenas pelos livros de linhagens.[1832]

VIII-77 MARIA RAIMUNDES (?) BARRETO, que, segundo os livros de linhagens, foi freira de Almoster.[1833]

VIII-78 N. ESTEVES BARRETO, que foi freira de Santos.[1834]

VIII-79 e CONSTANÇA ESTEVES BARRETO, senhora que casou com Egas Lourenço, mordomo da casa de Fernão Pires de Barbosa, esposo da sua tia Estevaínha Fernandes Barreto, de quem não teve descendência.[1835]

Do casamento entre João Afonso de Cerveira e Maria Pires Vidal terão nascido:

[1828] *Idem*, *ibidem*.

[1829] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 403.

[1830] *Idem*, *ibidem*.

[1831] LL26S5. *Idem*, *ibidem*.

[1832] LL26S5. *Idem*, *ibidem*.

[1833] *Idem*, *ibidem*.

[1834] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 404.

[1835] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 404, e Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

VIII-80 RODRIGO ANES DE CERVEIRA, cavaleiro documentado, pelo menos, entre 1302 e 1326, momentos em que, respectivamente, testemunha uma doação feita, em Froião, a Martim Anes de Briteiros, e, na qualidade de alcaide de Chaves, faz um escambo com o abade de Santa Maria de Pousada (concelho de Braga), onde possuía uma quintã. Ainda que se presuma que esta quintã tenha sido comprada por Gonçalo Pereira, parece ter chegado a *Lopo Rodrigues de Cerveira* (IX-34), que, a ajuizar pelo nome, depreendemos ser seu filho.[1836] As inquirições de 1288 apontam-lhe uma casa em Troviscoso (Monção), uma quintã honrada em Sopo (Cerveira), dois casos de amádigo em Arcos de Valdevez (em S. Paio e em Portela) e um casal honrado em Sabadim (Arcos de Valdevez).[1837] Para além do filho que já lhe atribuímos, não encontrámos referência a qualquer outro.

VIII-81 PERO ANES DE CERVEIRA II, fidalgo criado por uma Dominga Anes junto ao couto de Samoelle, perto de Tebra (na Galiza). Esta informação advém de um documento de 1299, onde a sua mãe, Maria Pires Vidal, permuta com o mosteiro de Oia alguns bens que tinham pertencido a João Afonso de Cerveira, sendo que neste instrumento se salvaguarda a integridade da herdade que esta ama recebera como recompensa pela criação de PERO ANES.[1838]

VIII-82 GONÇALO ANES DE CERVEIRA II, também identificado como *GONÇALO DE CERVEIRA*. Este escudeiro, morador no vale de Miñor,[1839] encontra-se identificado precocemente nas inquirições 1258, o que pode indiciar uma possível primogenitura e, ao mesmo tempo, uma extraordinária longevidade. Segundo elas, possuía bens em Tangil (Monção) e tinha participado em três casos de amádigo, dois em Tangil e um em Arcos (Ponte de Lima).[1840] As inquirições de 1288 apontam-lhe dois casos de amádigo em Sopo e Gondarém, em Vila Nova de Cerveira.[1841] Esteve presente num pacto celebrado em 1310[1842] entre vários Cerveiras (que viviam ou possuíam patri-

[1836] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 411.

[1837] PMH-Inq. 1288, pp. 47, 145, 219-221, 254-255 e 279-281.

[1838] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 1.

[1839] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1823, doc. 5, e Carp. 1829, doc. 19.

[1840] PMH-Inq. 1258, pp. 336 e 375.

[1841] PMH-Inq. 1288, pp. 129-130.

[1842] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1812, doc. 13.

mónio na Galiza) e o mosteiro de Oia, que tinha sido alvo de usurpações por parte daqueles nos seus coutos do Rosal e Pexegueiro (Pessegueiro), em território tudense. Lideravam o grupo os cavaleiros Pero Rodrigues de Cerveira, Álvaro Rodrigues de Cerveira e Rui Gonçalves de Cerveira, acompanhados por vários parentes mais novos, como João Gonçalves e Gonçalo Mouro (ou Mourão), e o próprio GONÇALO ANES. Em 1324,[1843] este escudeiro doou a Oia os seus direitos na igreja de Mougás (em Oia), bem como o património que tinha na sua freguesia, obrigando uma Maria Gonçalves a pagar foros ao dito mosteiro. Esta doação foi testemunhada por um dos seus homens, de nome Nuno Anes. Em 1342,[1844] surge num documento onde Soeiro Gomes Charinho, filho do famoso almirante e trovador Paio Gomes Charinho, confirma os legados que seu pai e mãe fizeram a Armenteira. Em 1347,[1845] provavelmente com mais de noventa anos, aparece por uma última vez, na qualidade de escudeiro morador no vale de Miñor, doando a Oia alguns bens que tinha comprado a monges deste cenóbio na freguesia de S. Salvador de Tebra. Apesar de sabermos que terá tido descendência, não lhe conseguimos apontar qualquer casamento ou o nome de qualquer um dos seus filhos.

VIII-83 e AFONSO ANES DE CERVEIRA, identificado como monge de Oia em 1325, na carta de compra de uma herdade a Constança Peres, documento redigido pelo notário de Tebra, zona de residência de muitos dos seus parentes. [1846]

Do casamento entre Pero Rodrigues de Cerveira e Teresa Rodrigues de Vasconcelos nasceram:

VIII-84 LOPO PIRES DE CERVEIRA, cavaleiro identificado nos livros de linhagens (LD2AF7 e LD9AH8)[1847] e que terá vivido na Galiza. De acordo com as informações, algo parcelares, que conseguimos extrair do seu testamento,[1848] foi detentor de bens em Goián (Tomiño), no julgado de Pena (da

[1843] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1823, doc. 5.

[1844] AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1771, doc. 4.

[1845] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1829, doc. 19.

[1846] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1823, doc. 18.

[1847] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 416.

[1848] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1828, doc. 20; ACHDT, Pergaminhos, Carp. 12, doc. 21. Tivemos acesso a duas cópias, algo degradadas, do seu testamento, oriundas do acervo documental de Oia (1344) e do arquivo catedralício de Tui (1353).

Rainha?) e em alguns outros lugares, que decerto estarão localizados na Galiza. Entre alguns legados a instituições monásticas locais e a homens da sua casa, destaca-se o desejo de ser sepultado em Oia, junto ao túmulo do seu pai, Pero Rodrigues de Cerveira. Não terá casado nem tido filhos.

VIII-85 MARIA PIRES DE CERVEIRA III, que casou com o fidalgo de origem galega Rui Rodrigues de Novais, membro de uma família estabelecida em áreas próximas às dos Cerveiras.[1849]

VIII-86 e VASCO PIRES DE CERVEIRA I, cavaleiro que, em 1306, foi acusado por Santa Cruz de Coimbra de ter construído uma casa e de praticar violências na aldeia de Sejães (em Oliveira de Frades), onde seu pai já tinha sido proibido de construir.[1850] Podemos presumir que esta casa seria o seu lar durante deslocações para junto da corte. Também sabemos que deteve património na Galiza, já que, em 1340,[1851] a sua segunda esposa, Teresa Lopes, filha do alcaide do castelo de Cerveira Lopo Afonso, e seu filho Rui Vasques de Cerveira se viram envolvidos num pleito contra Oia, devido a bens que Lopo Afonso ganhou no couto de Malões, na Galiza, e que lhes foram transmitidos. A raiz do problema estava na forma como estes tinham honrado terra dentro do couto, que estava reservado apenas aos moradores e foreiros do dito mosteiro. No entanto, VASCO PIRES não era sequer morador do couto, pois apenas tinha aí um campo que tomara indevidamente. O próprio procurador de Lopo Afonso, de Teresa Lopes e de Rui Vasques, admitiu que não moravam no couto e que nunca tomaram bens ao mosteiro, tendo apenas recebido os herdamentos que foram comprados por Lopo Afonso a moradores do couto de Malões, acto que iria flagrantemente contra a carta de couto outorgada pela coroa. No final, Oia acabou por reafirmar a sua autoridade senhorial sobre os moradores do couto, proibindo que se vinculassem a estes fidalgos e limitando a compra ou constituição de património honrado em toda a sua

[1849] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira. Rui Rodrigues Novais poderá ser o Rui Novais que se encontra documentado nas inquirições de 1288, em Padornelo (Paredes de Coura), nas inquirições de 1307-1311, em Mangoeiro (Gondarém, Vila Nova de Cerveira), e no fundo de Oia, em 1348, altura em que se alude a uma casa sua em Mouros (Vilar de Mouros, Caminha) – PMH-Inq. 1288, pp. 89-90; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 9v; AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1830, doc. 11.

[1850] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 417.

[1851] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1827, doc. 15.

jurisdição. Porém, esta família acabou por manter os seus bens, mediante o pagamento de certas prestações a Oia. Em 1310,[1852] também confirmou, com alguns familiares seus radicados na Galiza, um acordo relativo aos direitos do porto de Varzelas. Apesar de ter casado por duas vezes —a primeira das quais com Maria Soares da Aldeia Nova, filha de Joana Martins Redondo e de Soeiro Pais da Aldeia Nova—, apenas teve descendência do seu segundo matrimónio com Teresa Lopes, filha de Lopo Afonso, alcaide do castelo de Cerveira, dela tendo nascido o já citado *Rui Vasques de Cerveira* (IX-35) e *Senhorinha Vasques de Cerveira* (IX-36).[1853]

A partir de um documento de 1318[1854] presumimos que Pero Lourenço de Cerveira teve um filho de nome Pero Pires de Cerveira, já que se refere nele um neto seu de nome VASCO PIRES DE CERVEIRA (II).

VIII-87 VASCO PIRES DE CERVEIRA II, homónimo de Vasco Pires de Cerveira I, seu contemporâneo e neto de Rui Lourenço de Cerveira, irmão do seu avô Pero Lourenço de Cerveira. Conhece-se dele um único documento, de 1318,[1855] altura em que realiza um acordo com a sua tia Maria Pires de Cerveira II, esposa de Monio Rodrigues, acerca da recolha da «colheita» nas igrejas de Santa Eugénia de Mougás e S. Romão de Lougeço (na Galiza), em que é obrigado a abdicar de direitos de *naturalidade* nessas paróquias. Não sabemos se casou nem se teve filhos.

A nona geração

Do casamento entre Martim Gonçalves Redondo e Leonor Rodrigues de Melo nasceram:

IX-1 SENHORINHA ÁLVARES (?) REDONDO, esposa de João Gomes da Silva, membro de uma linhagem oriunda do Alto Minho que, após

---

[1852] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374. AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1817, docs. 12, 13 e 15, Carp. 1819, doc. 9. Aproveitamos para relembrar que este pacto é fruto de um pleito em torno da jurisdição e direitos de vários coutos e do porto de Varzelas, que, na opinião dos Cerveira, estaria sob a jurisdição do castelo de Tebra, praça que, por essa altura, governavam.

[1853] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1854] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1821, doc. 8.

[1855] *Idem*, *ibidem*.

várias décadas, começava a emergir novamente entre a aristocracia cortesã portuguesa.[1856]

IX-2 SENHORINHA MARTINS REDONDO, esposa de Aires Gomes da Silva, fidalgo que se identificará com Aires Gomes, *«o grande»*, e não com Aires Gomes, *«o moço»*, seu primo e filho do casal anterior. Por via destes casamentos, podemos presumir que ambas as irmãs terão atingido o apogeu da sua vida durante o reinado de D. Afonso IV.[1857]

IX-3 e MOR MARTINS REDONDO II, freira de Santa Clara de Coimbra, contemplada em 1331 no testamento de Joana Gonçalves Redondo, sua tia, com o lugar de Feiteira (Cernache, Coimbra), depois de Maria Gonçalves Redondo morrer, e com uma saia todos os anos.[1858]

Do casamento entre Álvaro Gonçalves Redondo e Beatriz Fernandes de Cambra nasceram:

IX-4 INÊS ÁLVARES REDONDO, esposa de Gonçalo Vasques de Moura, contemplada com quatrocentas libras no testamento de D. Vataça, de 1323.[1859]

IX-5 e JOÃO ÁLVARES REDONDO, fidalgo também contemplado no testamento de Joana Gonçalves Redondo, de 1331.[1860] Nada mais sabemos sobre ele.

Do casamento entre Pero Rodrigues Redondo e Margarida Pires do Crato nasceram:

IX-6 ÁLVARO RODRIGUES REDONDO, fidalgo mencionado apenas no livro de linhagens, como criado de D. Álvaro Gonçalves, prior do Hospital em Portugal, de quem era parente.[1861]

[1856] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. - Redondo.

[1857] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.2. - Redondo. Mais detalhes sobre estes Silva serão apresentados na secção que dedicaremos a esta linhagem.

[1858] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 354.

[1859] *Idem*, *ibidem*.

[1860] *Idem*, *ibidem*.

[1861] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 366.

IX-7 e JOÃO RODRIGUES REDONDO II, nobre referido no livro de linhagens, conjuntamente com o seu irmão, como criado de Álvaro Gonçalves, prior do Hospital em Portugal, de quem era parente.[1862]

Do casamento entre Martim Martins Redondo I e Senhorinha Anes de Sandim nasceram:

IX-8 JOÃO MARTINS REDONDO, ou de TREIXEMIL (CREIXEMIL), fidalgo que casou com Maria Pires Carpinteiro, de quem não se conhece qualquer descendente.[1863]

IX-9 e ALDONÇA MARTINS REDONDO, abadessa de Semide entre 1349 e 1386.[1864]

Do casamento entre João Gonçalves Velho e Teresa Fernandes Farroupim nasceu:

IX-10 INÊS ANES VELHO, esposa de Lourenço Anes de Anha, senhor oriundo de Vila Nova de Anha, no actual concelho Viana do Castelo[1865]. Lourenço Anes seria filho de João de Anha, fidalgo referido nas inquirições de 1307-11 nesta mesma freguesia, provável descendente de Pedro Mendes de Anha, proprietário de uma casa honrada em Anha desde os tempos de D. Sancho II e que deu uma filha a criar em Forjães (Esposende).[1866]

Do casamento entre Gonçalo Afonso Velho e Aldonça Martins da Cunha nasceram:

IX-11 ÁLVARO GONÇALVES VELHO, figura que, segundo Almeida Fernandes, se poderá identificar com um dos algozes de Inês de Castro, sendo que o livro de linhagens apenas refere que foi assassinado. A ser verdadeira, esta hipótese leva-nos a pensar que poderá ter feito parte da casa de D. Afonso IV.[1867]

[1862] *Idem*, *ibidem*.

[1863] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 370.

[1864] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 369.

[1865] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.1. – Velho-Bravo.

[1866] PMH-Inq. 1258, p. 319; PMH-Inq. 1288, p. 328; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 32v.

IX-12 LEONOR GONÇALVES VELHO, esposa de João Lourenço Búval,[1868] cavaleiro que, atendendo ao seu apelido, seria de origem galega. No entanto, pensamos que a sua família já estaria estabelecida há muito em Portugal, já que Estêvão Búval, pai de Martim Esteves de Búval (esposo de Maria Lourenço de Portocarreiro), se encontra documentado já desde 1258, na freguesia de Turiz (Vila Verde), no julgado de Lalim.[1869] Atendendo à geografia invocada pelo seu apelido familiar, podemos pensar que estes seriam membros da casa dos Lima ou Nóvoa que marcaram presença em Portugal nos inícios do século XIII.

IX-13 e N. GONÇALVES VELHO, um varão anónimo que se encontra referido na lista de naturais de Vilar de Porcos.[1870]

Do casamento entre Afonso Esteves Velho e Maria Rodrigues da Maia nasceram:

IX-14 JOÃO AFONSO VELHO, escudeiro documentado nas inquirições de 1343 nos julgados de Neiva (em Portela e Figueiredo) e da Nóbrega (em Oleiros).[1871] Em 1344, deu procuração ao escudeiro João Lourenço e à sua esposa Sancha Rodrigues de Jolda para que o representassem na repartição dos bens de Mem Rodrigues de Jolda, seu sogro. Nesta repartição coube-lhes as quintãs de Vitorino (das Donas, em Ponte de Lima) e de Alvarães (Viana do Castelo), metade dos seus bens em Moldes (Góios, Barcelos?) e em Paredes (de Coura?), ficando a outra metade com Álvaro Rodrigues de Jolda. Não sabemos se teve descendência deste seu casamento com Sancha Rodrigues de Jolda.[1872]

IX-15 CRISPIM AFONSO VELHO, apenas identificado pelos livros de linhagens.[1873]

[1867] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 340.

[1868] *Idem*, *ibidem*.

[1869] PMH-Inq. 1258, p. 436.

[1870] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 340.

[1871] ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fols. 100v e 101, 150v e 151.

[1872] Os principais dados biográficos sobre João Afonso Velho encontram-se em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, pp. 340-341.

[1873] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 341.

IX-16 RUI AFONSO VELHO, que também se encontra identificado apenas no livro de linhagens.[1874]

IX-17 e TERESA AFONSO VELHO, esposa de Rodrigo Álvares de Aragão, também referida nas mesmas passagens que os seus irmãos.[1875]

Do casamento entre Martim Anes Velho e Guiomar Lourenço Taveira nasceram:

IX-18 BEATRIZ MARTINS VELHO, esposa de Vasco Pires de Viana e de João Rodrigues da Cunha, de quem teve descendência.[1876]

IX-19 e N. MARTINS VELHO, senhora que casou com Afonso Pires Ribeiro III, de quem teve descendência.[1877]

Do casamento entre Gonçalo Anes Velho e Margarida Anes de Urrô nasceu:

IX-20 FERNÃO GONÇALVES VELHO II, alcaide do castelo de Veleda em 1370, praça que pertencia à Ordem de Cristo. Do seu casamento com Maria Álvares Cabral nasceu GONÇALO VELHO CABRAL (X-1), cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador de Almourol, senhor de Pias, Cardiga e Beselga, membro da casa do Infante D. Henrique. Este seu filho ficou famoso devido à descoberta dos Açores e ao labor povoador que encetou no arquipélago.[1878]

Do casamento entre Gil Martins Zote e Aldara Martins Alcoforado nasceu:

IX-21 TERESA GIL ZOTE, esposa de Vasco Martins Pimentel II, de quem teve descendência.[1879]

[1874] *Idem*, *ibidem*.

[1875] *Idem*, *ibidem*.

[1876] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 344.

[1877] *Idem*, *ibidem*.

[1878] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 346.

[1879] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.3. – Zote.

Do casamento entre Vasco Martins Zote e Maria Mendes de Vasconcelos nasceram, pelo menos:

IX-22 N. VASQUES ZOTE I,[1880]

IX-23 e N. VASQUES ZOTE II, irmãos que se encontram referidos no testamento de Mor Mendes de Vasconcelos, sua tia, datado de 1396. Neste documento, deixou um casal ao mosteiro de Mondim pela sua alma, da sua irmã Maria Mendes de Vasconcelos, de Vasco Martins Zote e dos seus filhos. Não sabemos se casaram ou se tiveram descendência, mas é possível que tenham morrido ainda crianças.[1881]

De Rui Pires Vasquinho nasceu:

IX-24 MARTIM RODRIGUES VASQUINHO, vassalo do rei que, segundo as inquirições de D. Afonso IV, trazia as terras de Santa Lucrécia de Louro e de S. Martinho de Cavalões, no julgado de Vermuim, onde também teve cinco casais em Brufe (Vila Nova de Famalicão).[1882] Não sabemos se casou nem se teve descendência.

De Aires Fernandes Vasquinho nasceu um filho anónimo:

IX-25 N. AIRES VASQUINHO, que, segundo as inquirições de 1307-1311, foi criado no lugar de Fontelo, na freguesia de Estorãos, no julgado de Ponte de Lima.[1883]

De João Lourenço Vasquinho I nasceram:

IX-26 JOÃO LOURENÇO VASQUINHO II, fidalgo que, segundo as inquirições de 1301, foi criado em Duas Igrejas, no julgado de Penela.[1884] Não sabemos se casou nem se teve descendência.

[1880] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 375-376.

[1881] *Idem*, *ibidem*.

[1882] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 381.

[1883] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 379.

[1884] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 379-380.

IX-27 e MARTIM ANES VASQUINHO, escudeiro que, segundo as inquirições de 1307-1311, terá sido criado em Vila Nova de Anha (Viana do Castelo), no julgado de Neiva.[1885] Em 1347, MARTIM ANES vendeu alguns bens que a sua mulher, Guiomar Martins do Lago, tinha herdado da sua mãe, Maria Martins Alvelo, em Ferreiros (Póvoa de Lanhoso).[1886] Não sabemos se do seu casamento com Guiomar Martins nasceu algum filho.

De Martim Vasques Vasquinho nasceu um filho varão:

IX-28 N. MARTINS VASQUINHO, fidalgo que, segundo as inquirições de 1307-11, foi criado em Goães, no julgado de Penela.[1887]

Do primeiro casamento de Nuno Martins Barreto com Maria Anes da Aldeia do Alcaide nasceu:

IX-29 BERENGÁRIA NUNES BARRETO, que, em 1330, teve uma herdade no julgado de Faria, a meias com o seu pai. Casou com Rui Gonçalves de Pereira, de quem teve descendência.[1888]

Por sua vez, do segundo casamento de Nuno Martins Barreto com Berengária Rodrigues Raposo, uma Teles de Meneses, nasceram também:

IX-30 GOMES NUNES BARRETO, figura identificada apenas pelo livro de linhagens.[1889]

IX-31 ÁLVARO NUNES BARRETO, também identificado somente pelo livro de linhagens.[1890]

IX-32 e GONÇALO NUNES BARRETO, fidalgo que surge, em 1357, como alcaide de Montemor-o-Velho, da mão de D. Pedro I.[1891] Não sabemos se casou nem se teve descendência.

[1885] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 32v.

[1886] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 380.

[1887] *Idem*, *ibidem*.

[1888] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1889] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 407.

[1890] *Idem*, *ibidem*.

[1891] *Idem*, *ibidem*.

Do primeiro casamento de Gil Martins Barreto com Alda Rodrigues da Azambuja nasceu:

IX-33 BEATRIZ GIL BARRETO, esposa de Paio Rodrigues de Novais, de quem teve descendência.[1892]

Do casamento entre Rodrigo Anes de Cerveira e Urraca Fernandes poderá ter nascido:

IX-34 LOPO RODRIGUES DE CERVEIRA, fidalgo que terá herdado do seu pai um solar na freguesia de S. Paio de Pousada, no concelho de Braga.[1893] Não sabemos se casou nem se teve descendência.

Do segundo casamento de Vasco Pires de Cerveira com Teresa Lopes, filha de Lopo Afonso, alcaide do castelo de Cerveira, nasceram:

IX-35 RUI VASQUES DE CERVEIRA, cavaleiro que, em 1339, surge conjuntamente com a sua irmã na lista de naturais do mosteiro de Mancelos (Amarante), na qualidade de infanções.[1894] Um ano depois, surge uma notícia do seu envolvimento num pleito com o mosteiro de Oia devido a um conjunto de bens que o seu avô materno, Lopo Afonso, alcaide de Cerveira, comprou, construiu e honrou no couto cisterciense de Malões, na terra de Tebra.[1895] Este património de raiz chegou a RUI VASQUES através da sua mãe, Teresa Lopes. Porém, as interdições impostas contra o estabelecimento de fidalgos no couto, ou a limitação de compra e construção de património honrado, levaram tanto Lopo Afonso como RUI VASQUES e Teresa Lopes a admitirem que não eram moradores do couto e que a sua herdade, onde tinham uma casa, tinha sido comprada a locais. Este documento também censura especificamente RUI VASQUES, que, apesar de ter tomado um campo no couto, não podia reclamar os privilégios inerentes aos seus naturais. Apesar de tudo, os três fidalgos permaneceram na posse destes bens, com a condição de pagarem os respectivos foros a Oia. Importa notar que, já em 1313,[1896] Álvaro

[1892] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.6. – Barreto.

[1893] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 411, nota 10.

[1894] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 417.

[1895] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1827, doc. 15. Também referido em Sotto-mayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 417.

[1896] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1819, doc. 9.

Rodrigues de Cerveira, poderoso senhor do vale de Tebra e meio-irmão do seu avô paterno, Pero Rodrigues de Cerveira, também se tinha envolvido em questões jurisdicionais em torno de um porto, que estava sob a esfera de influência deste couto. Portanto, podemos concluir que Malões terá sido um dos principais alvos da cobiça dos Cerveiras que se tinham estabelecido no vale de Tebra, voracidade esta que terá perdurado por várias gerações. Não sabemos se casou nem se teve descendência.

IX-36 e SENHORINHA VASQUES DE CERVEIRA, senhora referida, em 1339, como natural do mosteiro de Mancelos. Casou com Nuno Martins de Alvarenga, de quem teve descendência.[1897]

CELANOVA-BARBOSA-LIMA-NÓVOA-VILALOBOS-VALADARES-SARRAÇA-PIAS-PENELA-GRAVEL-GABERE

A primeira e segunda geração

Tal como já referimos, este vasto grupo familiar procede do matrimónio entre o conde VASCO DE CELANOVA, cabeça de linhagem de um dos principais ramos da antiga família de fundadores e patronos do mosteiro de Celanova, e a condessa Gontrode Nunes, rica herdeira do conde portucalense Nuno Alvites (1017-1028), irmã do conde Mendo Nunes (1028-1050) e tia do malogrado Nuno Mendes (1059-1071).[1898] Para além de fundir o prestígio de duas das principais linhas da velha aristocracia condal galego-portuguesa, este casal terá reunido um vasto património que, apesar de um certo grau de dispersão originado pela proeminência territorial da família de Gontrode[1899], se terá centrado principalmente nas duas bandas da fronteira galaico-minhota. Através de documentação alusiva aos seus descendentes, ficamos a saber que esta senhora detinha bens numa zona do Alto Minho, localizada entre as mar-

[1897] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[1898] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 35 e 118.

[1899] Esta dispersão e vastidão dos bens de Gontrode Nunes foi devidamente enfatizada por Mattoso, que a contrapôs ao evidente empobrecimento dos restantes membros da família condal portucalense – *Idem*, *ibidem*, p. 31.

gens do Minho e a costa.[1900] A norte, já na Galiza, deteve também bens junto ao castelo de Sande, em Cartelle, bem dentro da esfera de influência da família do seu marido.[1901] Segundo José Mattoso, também ostentou património perto de Braga, Vila Real e no vale do Vouga, que acabaria por alienar a mosteiros e infanções,[1902] talvez com o intuito de reforçar a sua presença a norte, onde partilharia património com D. VASCO.

Devido à sua proeminência social nos finais do século XI e à sua situação como ponto de origem de algumas das principais linhagens oriundas da nossa região, tomaremos o conde VASCO DE CELANOVA como a figura I-1 desta nova reconstituição. Portanto, do casamento entre o conde VASCO DE CELANOVA e a condessa Gontrode Nunes nasceram:

II-1 NUNO VASQUES DE CELANOVA, patrono dos mosteiros de Celanova e Calvelo,[1903] conde que, segundo um documento de 1108, herdou os bens da sua mãe no Alto Minho e que deteve algum património em Límia, junto aos montes Calvo e Larouco, na freguesia de Santa Maria do Monte.[1904] Apesar de pensarmos que poderá ter nascido durante o terceiro quartel do século XI, consideramos que se poderá tratar também da figura que, em 1141, recebeu do mosteiro de Celanova a posse de uma terra, na qualidade de vicário régio em Límia.[1905] A sua relação com duas casas monásticas tão díspares leva-nos a pensar que a sua rede de influência se estenderia desde a fronteira, onde detinha bens de origem materna, na margem portuguesa da desembocadura do Minho, e, possivelmente, de origem paterna, mais junto ao baixo Lima galego, até ao vale do Lima português, território onde estava assente o mosteiro de Calvelo, perto de Ponte de Lima. Também foi senhor de património em Marco de Canaveses, em Palmeira (junto a Braga) e em Albergaria-a-Velha,[1906] que lhe poderá ter chegado através do seu casamento. Apesar de não nos terem chegado informações sobre a sua vida pública, consideramos que, atendendo às fulgurantes carreiras dos seus filhos, terá

[1900] Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 291.

[1901] *Idem*, *ibidem*, doc. 543.

[1902] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 31.

[1903] *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1904] Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 291.

[1905] *Idem*, *ibidem*, doc. 136.

[1906] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 154.

mantido uma certa proximidade em relação à cúria portuguesa e à monarquia leonesa. Do seu casamento com Sancha Gomes de Sousa nasceram *Afonso Nunes de Celanova* (III-1), *Sancho Nunes de Celanova* (III-2), *Gomes Nunes de Celanova* ou *Pombeiro* (III-3), *Elvira Nunes de Celanova* (III-4), *Paio Nunes de Celanova* (III-5), *Dórdia Nunes de Celanova* (III-6) e *Aires [Nunes] Calvo da Galiza* (III-7)[1907].

II-2 e, segundo Mattoso, ELVIRA VASQUES DE CELANOVA,[1908] de quem não sabemos se casou nem se teve descendência.

A terceira geração

Do casamento entre Nuno Vasques de Celanova e Sancha Gomes de Sousa nasceram:

III-1 AFONSO NUNES DE CELANOVA, conde que, desde 1106, se encontra documentado em Portugal, onde, tal como alguns dos seus irmãos, se foi afirmando como um dos principais partidários de D. Afonso Henriques.[1909] Apesar de ter feito parte das suas forças em S. Mamede, AFONSO NUNES acompanhou Fernão Peres de Trava no seu retorno a Portugal em 1131.[1910] Deverá ter morrido poucos anos depois, por volta de 1135, altura em que desaparece da vida pública.[1911] Pensamos que terá herdado bens paternos em Riba Lima e o padroado do mosteiro de Calvelo, perto de Ponte de Lima.[1912] Da sua mãe, Sancha Gomes de Sousa, terá recebido, conjuntamente com os seus irmãos, o padroado do mosteiro de Pombeiro (em Felgueiras)[1913]. Da

[1907] Pelas razões que já enunciámos, decidimos acrescentar à proposta genealógica de Sottomayor-Pizarro (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa) a figura de Aires Nunes/Aires Calvo, patriarca dos Lima-Nóvoa e dos Valadares. Assim sendo, combinaremos informações de várias reconstituições já existentes, acrescentando-lhes dados e personagens que delas se encontram ausentes – *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogias 4.7. – Barbosa, 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias, 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere; SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[1908] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1909] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 529.

[1910] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1911] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 529.

[1912] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

sua união com uma desconhecida nasceram *Pero Afonso de Celanova* (IV-1), ermita fundador da comunidade de Riba Arda, em Arouca,[1914] *Teresa Afonso de Celanova* (IV-2) e *Fruilhe Afonso de Celanova* (IV-3).[1915]

III-2 SANCHO NUNES DE CELANOVA, magnate presente em Portugal desde 1109, mas que atingiu maior proeminência na cúria entre 1127 e 1130.[1916] Entre 1114 e 1118 foi governador de Ponte de Lima, consolidando assim toda a influência que a sua família detinha no vale do Lima.[1917] Podemos presumir que, tal como os seus irmãos, terá herdado da sua mãe direitos de padroado sobre Pombeiro. O seu casamento com a Infanta D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques, leva-nos a supor que SANCHO NUNES também terá feito parte do partido português e que se terá envolvido na batalha de S. Mamede.[1918] Segundo Sottomayor-Pizarro, este não seria o SANCHO NUNES que marcou presença na corte afonsina entre 1151 e 1167 e que foi tenente de Lafões (1152-1169) e Arouca (1155), sendo este último um neto seu.[1919] Da sua união com a Infanta D. Sancha Henriques nasceram o conde *Vasco Sanches de Celanova* (IV-4), ou de *Barbosa*, *Urraca Sanches de Celanova* (IV-5), *Fruilhe Sanches de Celanova* (IV-6) e *Nuno Sanches de Celanova* (IV-7).[1920]

III-3 GOMES NUNES DE CELANOVA, ou de POMBEIRO, controverso conde que oscilou constantemente entre a esfera galego-leonesa e portuguesa, onde nem sempre seguiu um rumo político coerente. A sua carreira em Portugal terá começado por volta de 1104, altura em que compra uma herdade em Gondim (Famalicão).[1921] Poucos anos depois, em 1110,[1922] começou a sur-

[1913] O padroado de Pombeiro dos Celanova-Barbosa foi devidamente enfatizado por Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1914] *Idem*, *ibidem*.

[1915] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1916] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 529.

[1917] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1918] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 155.

[1919] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 529-530.

[1920] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1921] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 153.

[1922] *Idem*, *ibidem*.

gir regularmente na cúria condal portuguesa. Entre 1110 e 1111 foi tenente do castelo de S. Cristóvão, no julgado de Panóias,[1923] e, em 1112, tornou-se mordomo do próprio conde D. Henrique.[1924] No entanto, em 1115, decidiu regressar à Galiza, onde passou a governar Toronho e se envolveu nas convulsões políticas daquele período.[1925] Acreditamos que durante estes anos GOMES NUNES terá seguido o partido do conde Pedro Froilaz de Trava, seu sogro, que apostou numa luta contra a afirmação da autoridade da rainha D. Urraca.[1926] Em 1118 converteu-se num dos principais apoiantes de Afonso VII, tendo acompanhado o soberano na sua viagem até Toledo e na sua aclamação.[1927] Nesse mesmo ano, recebeu do futuro Imperador uma doação que, em tempos, se encontrava no acervo de Pombeiro.[1928] Dela faziam parte os bens de Toronho que lhe tinham chegado de D. Gontrode (ou Gontinha), sua avó, e do conde Fernando Mendes, seu tio.[1929] Devido à primazia de Fernão Peres de Trava, seu cunhado, na corte de D. Teresa, GOMES NUNES decidiu voltar a Portugal, onde permaneceu entre 1120 e 1127.[1930] Tudo indica que, a exemplo dos seus irmãos, terá integrado o partido de D. Afonso Henriques pouco tempo antes da batalha de S. Mamede.[1931] Todavia, em Novembro desse ano já se encontrava novamente na posse da tenência de Toronho.[1932] Até 1141, GOMES NUNES terá sido complacente com as iniciativas portuguesas de ocupação de Toronho e Límia,[1933] podendo ter sido esta a verdadeira causa da sua súbita saída de Portugal. Devido ao seu envolvimento no ba-

[1923] *Idem*, *ibidem*.

[1924] *Idem*, *ibidem*.

[1925] *Idem*, *ibidem*.

[1926] *Idem*, *ibidem*.

[1927] *Idem*, *ibidem*.

[1928] *Idem*, *ibidem*.

[1929] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., p. 78. Para além destes bens, o Imperador promete outorgar-lhe todo o património que pertencera aos seus pais nos territórios que tinha recuperado aos portugueses em Toronho e Límia.

[1930] MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 153.

[1931] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 153-154.

[1932] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., p. 83.

[1933] Mattoso enfatiza que esta adesão ao partido português se operou até ao Bafordo de Valdevez – MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 154 –, mas, também é possível que nunca tenha abandonado o serviço do rei de Portugal, mesmo durante o seu regresso à Galiza depois de S. Mamede.

fordo de Valdevez, GOMES NUNES acabou por ser destituído dos seus bens e cargos pelo Imperador.[1934] O *Livro do Deão* e a *Crónica de Afonso Imperador* indicam que este terá passado o resto da sua vida num mosteiro francês cluniacense, mas tal não será verdade, já que é referido várias vezes pelos livros de linhagens que foi sepultado em Pombeiro,[1935] um cenóbio do qual era patrono por herança materna e onde depositou o seu testamento.[1936] A julgar por um documento de 1148, onde a sua esposa dispõe dos bens do seu marido, que tinham sido comprados aos seus filhos,[1937] podemos presumir que terá morrido ainda antes desta data, talvez ainda no ano de 1141. Ao que sabemos, GOMES NUNES herdou alguns bens da sua mãe na terra de Santa Maria e também terá recebido do seu pai património em Marco de Canaveses, Palmeira (Braga) e Albergaria-a-Velha.[1938] Somos de opinião que esta última lista de bens fazia parte do património de Gontrode Nunes, tia do último conde de Portucale, esposa do conde Vasco de Celanova, mãe do conde Nuno Vasques e avó de GOMES NUNES. Em 1138, este decidiu doar a Celanova a sua herdade de Bustarenga, junto ao castelo de Sande (S. Salvador de Sande, Cartelle, na Galiza), que tinha herdado desta sua avó.[1939] Apesar de ter tido dois filhos e quatro filhas, podemos presumir que o seu património político e fundiário terá transitado para o seu irmão Sancho Nunes de Celanova e para os seus filhos[1940] ou para o seu primo Gonçalo Mendes de Sousa I.[1941] GOMES NUNES confirmou diversos forais, como os de Constantim de Panóias (1096), da Sertã (1111), de Coimbra (1111) e de Ponte de Lima (1125), e na carta de couto dada ao arcebispo de Braga em 1112.[1942] Neste último ano confirmou também uma doação de D. Teresa relativa à igreja de S. Leocádia, em Baião.[1943] Apesar das suas constantes oscilações de fidelidade, percorrendo os séquitos do conde D. Henrique e D. Teresa, de D. Afonso Henriques e de Afonso VII,

[1934] *Idem*, *ibidem*.

[1935] *Idem*, *ibidem*.

[1936] Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 91.

[1937] Mattoso, *Identificação de um País*…, Vol. I, p. 154.

[1938] *Idem*, *ibidem*.

[1939] Andrade (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 543.

[1940] Mattoso, *Identificação de um País*…, Vol. I, p. 154.

[1941] *Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 167.

[1942] Fernández Rodríguez, *Toronium*…, pp. 73 e 81.

[1943] *Idem*, *ibidem*, p. 73.

GOMES NUNES nunca terá nutrido grande simpatia por D. Urraca; contudo, este facto não impediu que, depois da aclamação de Afonso VII pelos nobres galegos, tivesse marcado presença numa assembleia magna convocada pela rainha em Santiago.[1944] Julgamos até que, por volta de 1116, já fizesse parte do grupo de nobres galegos que hostilizavam D. Urraca. A busca constante dos Trava por um projecto alternativo de poder, que lhes fosse mais favorável, terá aproximado GOMES NUNES de D. Teresa. Ao contrário do que se pode pensar, este posicionamento político era-lhe altamente favorável já que, num documento de 1122 confirmado por si,[1945] D. Teresa demonstra claramente que tinha tomado posse de Toronho e Límia, tornando-se assim sua senhora *de facto*, e não por direito. Esta colaboração foi-se tornando cada vez mais evidente nos anos seguintes, tendo confirmado, em 1125, uma doação de D. Teresa de um mosteiro e de uma igreja, em Valdevez e na Ribeira do Lima, à diocese de Tui e uma segunda doação a esta mesma sé de vários dos seus bens na metade portuguesa da diocese.[1946] Um ano depois, GOMES NUNES doou o mosteiro de Budiño (perto de Tui) a Cluny.[1947] Este documento indica que o tinha com um irmão de nome Fernando e que este lhes advinha de um tio paterno, do mesmo nome, e da sua mãe, que se encontrava aqui sepultada com o seu pai. No entanto, nenhuma destas últimas informações se pode confirmar através de qualquer outro documento e, por isso, temos de as tomar com bastantes reservas, sem que se possa excluir definitivamente a hipótese de que GOMES NUNES seria patrono de Budiño. Apesar de se ter envolvido no movimento de D. Afonso Henriques, GOMES NUNES acabou por participar, em 1130, numa assembleia magna convocada por Afonso VII e Diego Gelmires, com o propósito de corrigir os desmandos cometidos por aqueles anos.[1948] Os dados que possuímos sobre esta década levam-nos a pensar que GOMES NUNES colaborou passivamente com a ocupação portuguesa de Toronho e Límia até 1137 e activamente até 1141, altura em que foi deserdado após o Bafordo de Valdevez. Esta opção estratégica do conde de Toronho possui um claro paralelismo com a do seu cunhado, o conde Rodrigo Peres Veloso, que, na qualidade de tenente de Límia, também se tinha alinhado com os portu-

[1944] *Idem*, *ibidem*, p. 75.

[1945] *Idem*, *ibidem*, p. 80.

[1946] *Idem*, *ibidem*, pp. 80-81.

[1947] *Idem*, *ibidem*, p. 82.

[1948] *Idem*, *ibidem*, p. 84.

gueses.[1949] Atendendo a este clima de hostilidade em relação à autoridade pública leonesa, aceitamos sem reticências a notícia, veiculada em 1140, que atribui a GOMES NUNES vários abusos cometidos contra a diocese de Tui.[1950] Ao contrário dos seus irmãos, que se desnaturalizaram definitivamente ainda antes de S. Mamede, GOMES NUNES terá encetado esforços para que os seus domínios passassem definitivamente para a esfera portuguesa. Mas, enquanto Rodrigo Peres Veloso foi punido e perdoado, GOMES NUNES acabou por perder todos os seus cargos, privilégios e bens na Galiza. Do seu casamento com Elvira Peres de Trava, filha do conde D. Pedro Froilaz de Trava e irmã de Fernão Peres de Trava, Bermudo Peres de Trava e Rodrigo Peres Veloso, nasceram *Fernão Gomes de Celanova* (IV-8), *Pero Gomes de Celanova* (IV-9), *Châmoa Gomes de Celanova* (IV-10), *Maria Gomes de Celanova* (IV-11), *Urraca Gomes de Celanova* (IV-12) e *Loba Gomes de Celanova* (IV-13).[1951]

III-4 ELVIRA NUNES DE CELANOVA, senhora que se casou com Pero Pais *Escacha* (da Silva), um dos mordomos do conde D. Henrique (em 1105) e filho de Paio Guterres da Silva, famoso vicário régio de Afonso VI em Portucale,[1952] e de quem teve descendência[1953].

III-5 PAIO NUNES DE CELANOVA, fidalgo identificado por Almeida Fernandes.[1954]

III-6 DÓRDIA NUNES DE CELANOVA, senhora identificada por Almeida Fernandes como possível esposa de D. Soeiro Mendes da Maia, de quem teve descendência.[1955]

[1949] *Idem*, *ibidem*, p. 86.

[1950] *Idem*, *ibidem*, p. 90.

[1951] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1952] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, pp. 117-118. Em 1120, Pero Pais Escacha doou à sua esposa uma herdade que tinha adquirido por ter pago ao conde D. Henrique 3.000 maravedis, por Monio Ermeriques.

[1953] Como veremos na secção dedicada aos Silva.

[1954] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 530.

[1955] *Idem*, *ibidem*.

III-7 e AIRES «NUNES» CALVO, magnate que, tal como já tivemos oportunidade de explicar[1956], será AIRES CALVO, patriarca dos Lima, e AIRES NUNES, o primeiro dos Valadares. Sem correr o risco de nos repetirmos, devemos relembrar que esta nossa hipótese baseia-se na ideia de que, apesar da localização dos Valadares na vertente portuguesa do complexo montanhoso composto pelas serras do Laboreiro, Peneda e Gerês, tanto os Valadares como os Lima partilhavam uma única zona geográfica transfronteiriça, que se estendia desde o segmento inferior do Lima na Galiza até à parcela oriental do Alto Minho português, e que esta tinha servido de berço aos Celanova desde o século X. Não sendo por isso de estranhar que, após Valdevez (1141), os Lima se tenham afirmado como os principais senhores de Toronho e Límia, em substituição dos condes Gomes Nunes de Pombeiro e Rodrigo Peres Veloso, seus parentes, chegando a assegurar a tenência de Búval, coração dos domínios dos Celanova e do seu mosteiro familiar. Por outro lado, a situação geográfica dos domínios dos Valadares não era de todo dissonante deste panorama, já que, desde cedo, os Celanova e o seu mosteiro procuraram expandir a sua influência à terra de Valadares. O exemplo mais claro desta influência transfronteiriça verifica-se no património nortenho de Gontrode Nunes, esposa do conde Vasco de Celanova e provável avó paterna desta figura, que se estendia desde o litoral minhoto até ao interior da terra de Límia.[1957] Por isso, pensamos ser possível que os bens transmitidos aos Valadares fossem apenas uma parcela do património que esta, como herdeira da velha nobreza condal portucalense, aportou aos Celanova-Barbosa. Por fim, as similitudes entre as estratégias matrimoniais dos Celanova, Lima e Valadares, fazem-nos pensar que, de facto, se tratam de um único grupo familiar, pois todas elas buscaram casamentos com figuras de sangue real ou com parentes próximos das monarquias do ocidente, como os Trava. No caso dos Celanova, esta tendência pode ser comprovada através do casamento de Sancho Nunes com a Infanta D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques, e da união de Gomes Nunes com Elvira Peres de Trava, irmã de Fernão e Bermudo Peres de Trava, familiares próximos da família real portuguesa e leonesa.[1958] No caso

[1956] Aproveitamos para relembrar a hipótese proposta por Souto Cabo sobre as origens de Aires Calvo (SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 93-96), que já antes analisámos, relevando os pontos com os quais concordamos e discordamos. Assim sendo, importa afirmar que não descartamos totalmente a possibilidade de Aires Calvo ter casado em primeiras núpcias com Godinha Oares, senhora pertencente aos Boáns, patronos de Bóveda.

[1957] ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 291.

dos Lima, esta tendência encontra-se patente nos casamentos de João Aires de Moeira (Nóvoa) com Urraca Fernandes de Trava, filha de Fernão Peres de Trava e irmã da segunda esposa de Fernando II;[1959] de Pero Aires com Constança Osores, filha do conde leonês Osório Martins e de Teresa Fernandes, filha da Infanta D. Elvira, filha de Afonso VI e de Ximena Moniz e irmã das rainhas D. Teresa de Portugal e D. Urraca de Leão e Castela[1960]; e de Fernão Aires Batissela (Lima) com Teresa Bermudes de Trava, filha de Bermudo Peres de Trava e da Infanta portuguesa D. Urraca Henriques.[1961] Por sua vez, Soeiro Aires de Valadares, filho de AIRES NUNES, casou em segundas núpcias com Maria Afonso de Leão, uma filha bastarda de Afonso IX.[1962] Por-

[1958] Esta relação tripartida entre os Celanova, Trava e a família real portuguesa e leonesa encontra-se ilustrada em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa; *Idem*, «Os Limas…», pp. 62-63. Sobre este assunto leia-se também as considerações de Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 16-17.

[1959] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 62; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[1960] Esta relação genealógica encontra-se ilustrada em Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 149-150 (Esquema I e II).

[1961] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 62-63; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[1962] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 787, e Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias.

Maria Afonso nasceu da relação do monarca leonês com a portuguesa Teresa Gil de Soverosa, filha de Gil Vasques de Soverosa I e de Maria Aires de Fornelos, senhora pertencente aos senhores da torre de Fornelos (em Crecente, na Galiza), através de Aires Nunes Cação, seu pai, e antiga concubina de D. Sancho I. Foi irmã inteira de Fernão Gil de Soverosa e de Martim Gil de Soverosa I, célebre magnate de Riba Minho e Toronho nos inícios do século xiii. Teresa Gil também foi meia-irmã, por via paterna, de Vasco Gil de Soverosa, Manrique Gil de Soverosa, Guiomar Gil de Soverosa I, João Gil de Soverosa, Gonçalo Gil de Soverosa, Sancha Gil de Soverosa e de Dórdia Gil de Soverosa; sendo que o foi, também, por via materna, do poderoso bastardo régio português e magnate de Afonso IX, Martim Sanches, e das suas irmãs Urraca Sanches e Maria Sanches (LD14F9) – *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogias 4.1. – Família Real e 4.13. - Soverosa.

Quanto aos restantes filhos nascidos da relação entre Teresa Gil e Afonso IX, estes foram Martim Afonso, Sancha Afonso e Urraca Afonso – Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», p. 275.

Para além de ter casado com Soeiro Aires de Valadares, Maria Afonso também foi esposa de Álvaro Fernandes de Lara e concubina de Afonso X, seu sobrinho – *Idem*, *ibidem*, p. 276.

Para mais dados sobre a relação de Teresa Gil com Afonso IX e sobre o contexto familiar de D. Maria veja-se Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 270-282. Reservaremos outras informações relativas a estas figuras para a secção relativa aos Soverosa.

tanto, se acrescentarmos a todos estes indícios a perfeita correspondência onomástica entre AIRES NUNES/AIRES CALVO, em articulação com o nome do conde Nuno Vasques de Celanova, compreendemos facilmente que se tratará de uma única família e de uma única figura. Ao contrário de Gomes Nunes e dos seus restantes irmãos, tudo indica que AIRES CALVO se manteve constantemente ligado a Afonso VII, tendo marcado presença na sua corte entre 1125 e 1151.[1963] Pensamos que a sua chegada a cargos territoriais terá sido resultado directo do afastamento de Gomes Nunes e de uma certa desconfiança em relação a Rodrigo Peres Veloso, após o episódio de Valdevez de 1141. Assim, AIRES CALVO aparece como tenente de Límia em 1147 e de Búval em 1151.[1964] O facto de ser referido algumas vezes como «da Galiza» parece denunciar a sua elevada condição social e proeminência entre a aristocracia galega[1965]. Talvez seja por isso que o *Livro do Deão* se refere a AIRES NUNES (DE VALADARES/CALVO) e à sua esposa, Ximena Nunes, como *«naturaes de Galiza»*[1966]. O facto de o seu patronímico não ser revelado em qualquer outra fonte, ou de nunca ter surgido conjuntamente com a sua esposa, parece confirmar esta nossa teoria, já que o próprio autor deste nobiliário se terá deparado com uma fonte de matriz genealógica que, devido à sua representação distinta do universo documental, terá propiciado a sua identificação como uma figura diferente. Não duvidamos de que terá casado com uma Ximena, mas julgamos que podemos estar perante uma duplicação, não intencional, do patronímico do marido. Se a nossa hipótese estiver correcta, AIRES NUNES/CALVO terá sido pai de *João Aires de Moeira*, *d'Amoeira* ou *Nóvoa* (IV-14), *Pero Aires* (IV-15), *Fernão Aires Batissela*, ou de *Lima* (IV-16), *Soeiro Aires de Valadares* (IV-17), *João Aires de Valadares* (IV-18) e de *Pero Aires de Valadares* (IV-19)[1967]. Atendendo à homonímia entre João Aires de Moeira e João Aires de Valadares e entre Pero Aires e Pero Aires de

[1963] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 58; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 16-17.

[1964] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 58; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[1965] A nosso ver, esta situação parece desmentir a opinião de vários autores que, seguindo García Álvarez, trataram os Lima como um ramo secundário dos Trava ou como uma família de origem modesta, que se alçou no conturbado panorama nobiliárquico galego do século xii – sobre este tema vejam-se as palavras esclarecedoras de Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 58 e seguintes.

[1966] LD13A1.

Valadares, consideramos que os Lima, Nóvoa e Vilalobos, podem ter sido fruto de um primeiro casamento e, por isso, os Valadares de um segundo, com a dita Ximena Nunes. No entanto, não podemos desmentir ou confirmar inteiramente esta hipótese[1968].

A quarta geração

De Afonso Nunes de Celanova nasceram:

IV-1 PERO AFONSO DE CELANOVA, fidalgo omisso nos livros de linhagens, mas que será claramente filho de Afonso Nunes. Foi ermita e fundador de uma comunidade em Riba Arda, no concelho de Arouca.[1969]

IV-2 TERESA AFONSO DE CELANOVA, esposa do poderoso Egas Moniz de Ribadouro, de quem teve descendência.[1970]

IV-3 e FRUILHE AFONSO DE CELANOVA, mulher de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara, sobrinho de Pedro Froilaz de Trava e primo de Fernão Peres de Trava, Bermudo Peres de Trava e Rodrigo Peres Veloso. Deste casal descendem os Palmeira-Pereira.[1971]

Do casamento entre Sancho Nunes de Celanova e a Infanta D. Sancha Henriques nasceram:

[1967] Estas informações surgem da conjugação de duas propostas genealógicas distintas de Sottomayor-Pizarro – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias; e *idem*, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[1968] Portanto, a candidata mais provável à posição de sua primeira esposa e matriarca dos Nóvoa-Lima seria Godinha Oares, pertencente à linhagem dos Boáns, patronos do mosteiro de Bóveda – tal como sugere Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 93-96. Porém, e como já afirmámos, esta hipótese está refém da validade/veracidade da cópia (e até de um possível original) do diploma de refundação de Bóveda, sendo que estas dúvidas são ainda mais relevantes quando percebemos que os Boáns levaram a cabo intervenções fraudulentas nas memórias de outros cenóbios galegos (*Idem*, *ibidem*, p. 95, nota 55).

Assim sendo, temos que levantar as mesmas dúvidas sobre uma possível relação de parentesco entre um Oeiro Aires e os irmãos Lima, Nóvoa e Valadares – *Idem*, *ibidem*, p. 97.

[1969] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 152.

[1970] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1971] *Idem*, *ibidem*.

IV-4 VASCO SANCHES DE CELANOVA, conde e sobrinho de D. Afonso Henriques, presente na corte portuguesa entre 1153 e 1182, tendo sido mordomo régio entre 1169 e 1172.[1972] Em 1167, vendeu com a sua esposa alguns bens em Braga.[1973] Em 1160, representou o seu monarca no acordo celebrado com Ramón Berenguer IV.[1974] Durante as incursões portuguesas em Toronho e Límia da década de sessenta, VASCO SANCHES tomou posse dos castelos de Santa Cruz e de Monte Laboreiro, em Límia, zona de origem da sua família.[1975] Em 1165, surge também num documento de D. Afonso Henriques relativo à construção do mosteiro de Melón.[1976] Ao que sabemos, VASCO SANCHES também esteve presente na corte leonesa em 1162 e na de Castela em 1173, tendo confirmado dois documentos régios como *«conde Vasco de Portugal».*[1977] Não sabemos por que razão se terá dirigido a Leão e Castela, mas é possível que estivesse a cumprir alguma tarefa diplomática ou a alimentar as relações sociais e interesses pessoais que também mantinha nestes reinos. VASCO SANCHES casou, em primeiras núpcias, com Berengária e, depois, com Urraca Viegas de Ribadouro. Deste seu segundo casamento nasceram *Rodrigo Vasques de Celanova* (V-1) e *Gonçalo Vasques de Celanova* (V-2).[1978]

IV-5 URRACA SANCHES DE CELANOVA, esposa de Gonçalo Mendes de Sousa I, de quem teve descendência. Importa referir que desta união nasceu Mendo Gonçalves de Sousa I, pai dos famosos exilados portugueses Gonçalo e Garcia Mendes de Sousa II (ou de Eixo), que, fruto das relações familiares que mantinham em Toronho, optaram por buscar acolhimento nesta região.[1979]

[1972] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 531.

[1973] *Idem*, *ibidem*.

[1974] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 155.

[1975] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 108.

[1976] *Idem*, *ibidem*.

[1977] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 10.

[1978] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1979] *Idem*, *ibidem*, Genealogias 4.2. – Sousa-Moela e 4.7. – Barbosa. Sobre os exílios de Gonçalo Mendes de Sousa II e de Garcia Mendes de Eixo veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 28-32.

Neste contexto, importa enaltecer a forte relação desta linha dos Sousa com o espaço galego e leonês, já que, para além de ter casado com Urraca Sanches, Gonçalo Mendes de Sousa I encetou um último matrimónio, o seu terceiro, com Sancha Álvares das Astúrias (Noreña).

IV-6 FRUILHE SANCHES DE CELANOVA, mulher de Pero Fernandes de Ledra, irmão de Mem Fernandes de Bragança II, rico-homem que dividiu fidelidades entre Portugal e Leão durante o reinado de D. Afonso Henriques[1980]. Este casal deu continuidade aos Bragança.[1981]

IV-7 e NUNO SANCHES DE CELANOVA, pai de *Sancho Nunes de Barbosa* (V-3).[1982]

Por sua vez, o próprio Mem Gonçalves de Sousa I casou com Maria Rodrigues Veloso, filha de Rodrigo Peres Veloso (Trava), governante de Límia que se aliou aos portugueses durante as suas incursões em terras galegas nas décadas de trinta e quarenta.

Na geração seguinte, Garcia Mendes casou com Elvira Gonçalves de Toronho, filha de Gonçalo Pais de Toronho e de Ximena Pais da Maia, sobrinha de Pero Pais da Maia, famoso magnate de D. Afonso Henriques e de Fernando II, e neta de Paio Curvo de Toronho. Por seu lado, Urraca Mendes de Sousa II, sua irmã, casou com o castelhano Nuno Pires de Gusmão.

Os filhos de Gonçalo Mendes de Sousa II e de Garcia Mendes de Eixo acabariam por seguir a mesma tendência, pois Mem Gonçalves de Sousa II casou com Teresa Afonso de Meneses e Mem Garcia de Sousa com Teresa Anes de Lima – *Idem*, *ibidem*, pp. 28-29.

Resta dizer que, várias décadas depois do regresso de Gonçalo e Garcia Mendes de Sousa a Portugal, seria Gonçalo Garcia de Sousa II, filho de João Gonçalves de Sousa, neto de Gonçalo Garcia de Sousa I e bisneto de Garcia Mendes de Eixo, a reaparecer na zona de Tui em 1322, identificando-se como cavaleiro de Sousa – García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374.

Tendo em conta que da carreira de Gonçalo Garcia de Sousa II apenas restou um treslado de um diploma familiar de 1324 (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 222), onde se alude à sua filha Guiomar Gonçalves de Sousa, podemos admitir a possibilidade de que, tanto ele como a sua filha, tenham vivido na Galiza ou em Castela. Na nossa opinião, tal suposição ganha ainda maior sentido quando verificamos que esta saída aconteceu durante o pico da guerra civil entre D. Dinis e o Infante D. Afonso (1319-1324).

[1980] Mem Fernandes de Bragança II terá sido o primeiro magnate português a trocar o serviço a D. Afonso Henriques pelas cortes de Afonso VII e Fernando II, onde se tornou alferes e tenente de Sanabria (Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 8-9). Quanto a Pero Fernandes de Ledra veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 230.

[1981] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.3. – Bragança.

[1982] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

Atendendo a discrepâncias cronológicas evidentes entre os dois segmentos da carreira que vinham sendo atribuídos a Sancho Nunes de Barbosa, Sottomayor-Pizarro defendeu que a primeira parte do seu percurso público (até cerca de 1130) seria de Sancho Nunes de Celanova, filho do conde Nuno Vasques de Celanova, sendo que a segunda parte (iniciada em

Do casamento entre Gomes Nunes de Celanova (ou Pombeiro) e Elvira Peres de Trava nasceram:

IV-8 FERNÃO GOMES DE CELANOVA, figura que, segundo o *Livro Velho de Linhagens*, foi abade do mosteiro de Pombeiro.[1983]

IV-9 PERO GOMES DE CELANOVA, fidalgo omitido pelos livros de linhagens, mas que surge com Fernão Gomes num documento alusivo à sua mãe[1984].

IV-10 CHÂMOA GOMES DE CELANOVA, senhora que ficou conhecida pelas suas múltiplas e prestigiosas relações amorosas.[1985] Terá casado, em primeiras núpcias, com Paio Soares Sapata (da Maia), de quem teve Pero Pais da Maia[1986], o famoso alferes de D. Afonso Henriques que, após o desastre de Badajoz de 1169, se exilou em Leão, tendo marcado presença em Toronho, região onde também tinha parentes, devido ao casamento da sua irmã Ximena Pais da Maia com Gonçalo Pais de Toronho, filho do conde galego Paio Curvo de Toronho[1987]. Das suas segundas núpcias com Mem Rodrigues de Tougues,

---

1151) corresponderia a um neto seu, Sancho Nunes de Barbosa, filho de um hipotético Nuno Sanches de Celanova – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 529-530 e 531.

[1983] LV1B6; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 531.

[1984] Documento de 1148, onde a condessa Elvira Pires de Trava dispõe dos bens pertencentes ao seu marido, que comprara a seus filhos – MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 154; e SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 531.

[1985] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 10.

[1986] Desta sua união com Paio Soares nasceu também Paio Pais Sapata (Maia) e Ximena Pais da Maia, esposa de Gonçalo Pais Curvo (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.4. – Maia).

Paio Soares (1094-1129) foi um dos principais ricos-homens da corte condal, tendo exercido os cargos de mordomo em 1097, de alferes em 1112 e de tenente da Maia entre 1110 e 1128. Porém, o seu rápido afastamento da alferesia, ainda antes de 1117, e a sua morte precoce terão condicionado as carreiras dos seus filhos – *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 252-253 –, sendo que o mais prejudicado terá sido Paio Pais Sapata, que, apesar de se encontrar documentado entre 1150 e 1163 (*Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 253), não chegou a qualquer cargo de maior monta.

[1987] A chegada de Pero Pais da Maia à alferesia, em 1147, marcou o regresso da sua linhagem aos cargos curiais, após um afastamento de cerca de trinta anos. Esta situação seria produto do seu casamento com Elvira Viegas de Ribadouro, filha de Egas Moniz de Ribadouro, aio e braço direito de D. Afonso Henriques.

Tudo indica que, até 1169, Pero Pais terá servido a coroa de forma bastante eficiente, dando continuidade a um ciclo de expansão iniciado com a conquista de Lisboa. Durante este período, o *Alferes* não deu qualquer sinal de desejar ser alçado à mordomia.

Na nossa opinião, a pesada derrota de Badajoz esteve mais relacionada com a impetuosidade guerreira de D. Afonso Henriques do que com uma possível traição de Pero Pais. Com efeito, esta tragédia aconteceu da seguinte forma: após um período não muito longo de assédio, as tropas combinadas de D. Afonso Henriques e de Geraldo *Sem Pavor* conseguiram ultrapassar as muralhas de Badajoz e cercar a alcáçova da cidade em 3 de Maio de 1169; esta situação, que deixara a retaguarda portuguesa desguarnecida, terá sido motivada pela vontade de D. Afonso Henriques em atingir uma vitória retumbante e rápida, através de um ataque imprudente ao perímetro urbano da cidade; observando estas circunstâncias, Fernando II decidiu colocar em prática uma das premissas do tratado defensivo que tinha assinado com as autoridades muçulmanas em 1168, atacando a retaguarda dos portugueses, que se viram encurralados pelas forças muçulmanas e leonesas; a fuga apressada da hoste de D. Afonso Henriques levou a que o monarca ferisse a sua perna na porta do castelo e a que fosse capturado por Fernando II, que lhe impôs um pesado acordo de paz; graças a este tratado, D. Afonso Henriques viu-se obrigado a jurar que, mal estivesse suficientemente bom para montar, viajaria até Leão, de forma a jurar fidelidade ao soberano leonês e a abdicar das suas praças no sul da Galiza e das terras que tinha conquistado na actual Extremadura espanhola.

Independentemente do seu papel, voluntário ou involuntário, nesta derrota, Pero Pais da Maia acabou por se tornar num verdadeiro bode expiatório.

Assim sendo, a sua ascendência galega (em Rodrigo Peres Veloso e nos Celanova) viria a justificar o seu exílio em Toronho, onde a sua irmã Ximena Pais da Maia se casou com Gonçalo Pais de Toronho, e na corte leonesa. A inimizade latente entre D. Afonso Henriques e o *Alferes* fez com que voltasse a Portugal apenas em 1186, após a morte do soberano. Porém, acabou por passar o Verão de 1184 em Portugal, integrando o corpo leonês, liderado pelo futuro Afonso IX, que respondeu ao pedido de ajuda dos sitiados de Santarém, que, caudilhados pelo próprio Infante D. Sancho, resisitiam a um poderoso cerco muçulmano. Apesar da boa vontade do príncipe herdeiro leonês, o cerco terminou antes de terem chegado à urbe escalabitana, sendo que, desta participação, sobreviveu apenas um documento leonês outorgado em Coimbra em 31 de Julho desse ano.

Mesmo após o seu regresso a Portugal, a sua influência em Leão ainda se fez sentir em 1188, altura em que confirma um documento régio em Astorga. Esta visita poderá estar relacionada com a morte de Fernando II e com a ascensão de Afonso IX ao trono.

Em retrospectiva, Pero Pais foi tenente da Maia até 1169, e alferes entre 1147 e 1169; alferes de Leão em 1171 e 1172, e tenente de Toronho, Tui e do castelo de Entienza, terra onde tinha alguns bens de origem materna.

Em 1184, os seus serviços foram premiados por Fernando II, que lhe doou as vilas de Guillarey e de Sareia, em Toronho. Segundo documentação de 1170, também tinha bens em torno de Villalpando, Pobladura e San Martín, em Leão.

Atendendo às suas origens maternas Celanova, ao casamento da sua irmã com Gonçalo Pais de Toronho, à doação de Fernando II em Toronho e à proximidade desta terra com Portugal, podemos presumir que o seu verdadeiro «lar» durante o exílio terá sido Toronho.

Apesar de desconhecermos as dimensões e composição do seu séquito, pensamos que com ele terá partido João Soares de Paiva I, um dos primeiros trovadores galego-portugueses

um filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara e sobrinho de Pedro Froilaz de Trava, nasceu Soeiro Mendes Facha (de Tougues), magnate que também encetou uma carreira transfronteiriça entre as cortes de Portugal e Leão.[1988] Já viú-

e provável precursor desta estética literária nas cortes de Toronho e Límia – CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 11-12 e seguintes (no caso de João Soares de Paiva I).

[1988] Apesar de existirem dúvidas sobre a natureza da união de Châmoa Gomes com Mem Rodrigues de Tougues, pensamos que esta terá sido legítima, já que a pretensa barregania apenas é relatada pelo *Livro Velho de Linhagens* e, a nosso ver, parece ser produto de uma repetição intencional daquilo que se terá passado aquando da sua relação com D. Afonso Henriques, com o único propósito de denegrir a imagem dos Tougues e dos Barbosa, promovendo assim, indirectamente, os Maias, seus parentes próximos e rivais territoriais – MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 167.

O *Livro Velho de Linhagens* diz-nos que Châmoa Gomes de Pombeiro, depois de ter enviuvado de Paio Soares da Maia, por volta de 1129, terá professado no mosteiro de Vairão, lugar onde encetou a sua relação com Mem Rodrigues de Tougues, que viria a falecer por volta de 1133. Independentemente destas circunstâncias, Châmoa Gomes surge somente em 1138, altura em que dispõe de alguns bens de uma avó. Pouco tempo depois, Châmoa Gomes terá dado início, em Vairão, à sua relação com D. Afonso Henriques, de quem teve Fernando Afonso – *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 161.

Quanto a Soeiro Mendes Facha, sabemos que terá crescido nas margens do Ave, surgindo na corte entre 1156-1157 e 1176, tendo detido a tenência de Seia, em 1169.

Em 1176, fez uma generosa doação ao mosteiro de Santo Tirso, pela qual se verifica a sua posse de uma parte da igreja de Guilhabreu, de um casal nessa freguesia, da ermida de S. João da Foz, de casais na vila de Marinhas e de várias herdades no termo de Ferreira. Morreu nesse mesmo ano, sendo sepultado em Santo Tirso.

Deteve, também, o pedroado do mosteiro de Aranga e propriedades na Galiza, herdadas de seu avô paterno, Rodrigo Froilaz de Trastâmara, que doou ao mosteiro de Sobrado em 1159 e 1165, respectivamente.

Através do seu casamento com Elvira Gonçalves de Sousa (Elvira Faia) conseguiu, ainda, várias herdades nas áreas de influência dos Sousa, que seriam transmitidas aos seus cinco filhos – Gomes Soares de Tougues, Pero Soares de Tougues, Gontinha Soares de Tougues, Maria Soares de Tougues e Nuno Soares de Tougues (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira).

Segundo J. Mattoso, o seu *cognomen Mãos de Águia* seria uma deturpação de *Mãos de Água*, alcunha que demonstra a sua grande generosidade – estes últimos parágrafos transmitem as informações recolhidas por MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 161-162.

Sabemos também que esteve presente na corte leonesa entre 1165 e 1166, onde foi alferes, regressando apenas em 1175, sem menção de qualquer cargo. A coincidência dequela primeira fase de presença em Leão com a sua doação a Sobrado de 1165 leva-nos a pensar que Soeiro Mendes terá procurado em Leão novas oportunidades de promoção social e formas de consolidação dos seus interesses sociais e patrimoniais na Galiza. Por sua vez, a sua

va, e tendo abraçado a vida monástica em Vairão, CHÂMOA GOMES manteve uma relação com D. Afonso Henriques, de quem teve Fernando Afonso, poderoso Mestre Hospitalário que se tornou numa figura cimeira do movimento cruzadístico.[1989] Assim sendo, podemos concluir que esta dama se foi tornando num ponto de convergência entre várias famílias, promovendo inúmeros pontos de contacto entre as duas margens da fronteira. CHÂMOA GOMES encontra-se documentada em 1138, altura em que dispõe dos bens que herdou de uma avó.[1990] Por fim, importa assinalar que apenas o *Livro Velho de Linhagens* alude à dimensão ilegítima da sua relação com Mem Rodrigues de Tougues, deixando a ideia de que seria mais um ataque aos Barbosa e Trava, do que um relato verídico ou uma simples censura à desregulação da vida monástica[1991].

---

reaparição em 1175 visaria a regularização dos seus assuntos na Galiza e em Leão, antes da sua morte em 1176 (Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 10-11).

[1989] Atendendo ao facto de Châmoa Gomes surgir, somente, em 1138, a dispor dos bens de sua avó (Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 161), podemos aventar que a sua relação com D. Afonso Henriques em Vairão terá acontecido por volta desta data. Portanto, Fernando Afonso deverá ter nascido nos inícios da década de quarenta, chegando à corte apenas em 1159, pouco tempo depois da morte da rainha D. Mafalda.

Após o desastre de Badajoz, Fernando Afonso transformou-se numa peça importante do jogo de equilíbrios políticos, dado que foi uma das figuras a assumir a alferesia após a partida do seu meio-irmão Pero Pais da Maia.

A crescente partilha de poderes entre D. Afonso Henriques e D. Sancho I terá levantado algumas desconfianças sobre Fernando Afonso, pelo que decidiu abandonar a corte no Outono de 1173.

Depois de uma breve passagem por Leão, Fernando Afonso professou na Ordem do Templo, transferindo-se depois para o Hospital. Era já mestre da sua ordem na Hispânia em 1198, altura em que foi incumbido pelo monarca português, seu irmão, do pagamento do censo que o reino devia ao papado.

Graças à influência da condessa Teresa Afonso da Flandres, sua irmã paterna, foi alçado ao cargo de grão-mestre dos hospitalários, em 1202. Devido a este cargo, Fernando Afonso acabou por se envolver na quarta cruzada, tendo participado no saque de Constantinopla, outorgado novos estatutos à sua ordem, marcado presença em Acre, em 1204, e recebido uma doação do Imperador bizantino, em 1205.

Em 1206, Fernando Afonso decidiu renunciar ao seu cargo e regressar a Portugal, tendo sido assassinado em Évora pelos monges de Santiago, em Março de 1207.

Está sepultado na igreja de S. João de Alporão, em Santarém (Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 13-14).

[1990] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 161.

[1991] Mattoso defende há muito que esta estória fazia parte de um conjunto de narrativas infamantes, que visavam denegrir a imagem dos principais rivais dos Maias, ou seja, os Bra-

IV-11 MARIA GOMES DE CELANOVA, esposa de Lourenço Viegas de Ribadouro, de quem teve descendência.[1992]

IV-12 URRACA GOMES DE CELANOVA, esposa do magnate fronteiriço Fernão Anes de Montor[1993]. Atendendo às suas origens modestas, é possível que esta relação tenha surgido devido à sua integração no séquito de Gomes Nunes de Pombeiro, onde terá provado o seu valor e tomado parte na administração dos seus domínios. A sua associação ao governo da terra de Toronho terá sido apadrinhada por Gomes Nunes e acontecido ainda antes de 1145[1994], provavelmente durante os últimos anos de vida deste. Contudo, Fernão Anes já frequentava a corte de D. Urraca desde 1112, tendo conseguido ganhar a confiança da rainha, visto que, em 1115, esta o tornou fiador de um tratado que celebrou com Diego Gelmires.[1995] Pouco tempo depois, em 1117, Fernão Anes representou a rainha em novas negociações com o arcebispo compostelano e no pacto de paz que esta celebrou com galegos revoltosos.[1996] Neste grupo encontravam-se Gomes Nunes de Pombeiro, seu sogro, e Bermudo e Fernão Peres de Trava, tios maternos da sua esposa. Esta sintonia com a sua soberana estendeu-se à década seguinte, altura em que, em 1120, prometeu a Diego Gelmires, em nome da rainha, o governo de toda a Galiza, acção que resultou num juramento de fidelidade da maioria dos magnates galegos ao arcebispo compostelano.[1997] Em 1123, Fernão Anes viu-

---

ganças, os Celanova-Barbosa e os vários ramos dos Travas (*Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 167).

[1992] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[1993] Nos próximos parágrafos tentaremos resumir os dados que foram apresentados sobre Fernão Anes de Montor em FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*…, pp. 93-100; e SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos…», pp. 231-267.

[1994] Infelizmente, o documento mais antigo que refere a colaboração entre Gomes Nunes e Fernão Anes à frente da tenência de Toronho foi erroneamente datado do ano de 1145, sendo que, segundo Fernández Rodríguez, poderá ser anterior a 1139 – FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*…, p. 93.

Por outro lado, a própria argumentação deste autor não nos convenceu de todo da veracidade dessa datação crítica, que nos parece demasiado próxima dos acontecimentos de Valdevez. Por isso, preferimos atribuir uma data incerta, anterior a 1145, a esta governação conjunta de Toronho.

[1995] *Idem*, *ibidem*, p. 94.

[1996] *Idem*, *ibidem*.

-se envolvido num novo pacto entre Diego Gelmires e D. Urraca.[1998] Apesar de não ter renegado a fidelidade que tinha à rainha, podemos perceber que, a partir de 1125, Fernão Anes terá seguido mais estreitamente o posicionamento político do seu sogro, que, por aqueles anos, levava a cabo uma reaproximação a D. Teresa e à esfera portuguesa. Nesse mesmo ano, confirmou duas doações suas à Sé de Tui – uma relativa ao mosteiro de Ázere e à igreja de Aurega e uma outra que compreendia várias igrejas e coutos que se situavam entre Lazoira e a foz do Minho.[1999] Durante este conturbado período, chegou a tomar posse do castelo de S. Paio de Lutos, o que gerou conflitos com o arcebispo, como aquele em que aprisionou alguns burgueses compostelanos.[2000] Ao que sabemos, Fernão Anes terá sido um dos nobres galegos que, em 1126, juraram fidelidade a Afonso VII, figura a quem, a partir desse momento, serviu diligentemente, tendo respondido ao chamamento de Diego Gelmires, que tinha convocado uma assembleia com o propósito de acabar com os abusos que, até àquela altura, tinham sido cometidos contra a autoridade eclesiástica e régia.[2001] O labor de Fernão Anes durante o conturbado reinado de D. Urraca deu os seus frutos, já que se tornou tenente de Límia[2002] e que, como já dissemos, foi associado pelo seu sogro ao governo de Toronho. Estas suas funções permitiram que tomasse posse de várias praças fronteiriças, como a de Allariz.[2003] Ao contrário de muitos dos seus parentes e magnates locais, Fernão Anes constituiu um verdeiro elemento de bloqueio às iniciativas portuguesas de expansão na região, pois esteve envolvido na destruição do castelo de Celmes, que estava em posse dos portugueses, na vitória leonesa em Cerneja[2004] e, até, no célebre recontro de Valdevez de 1141, onde os seus filhos Varela e Rodrigo Fernandes foram feitos prisioneiros pelos portugueses.[2005] Por aqueles anos, também fez parte da conquista leonesa da praça toledana de Oreja.[2006] Apesar de não ter sido um dos intervenientes no

[1997] *Idem*, *ibidem*, p. 95.

[1998] *Idem*, *ibidem*.

[1999] *Idem*, *ibidem*.

[2000] *Idem*, *ibidem*, p. 96.

[2001] *Idem*, *ibidem*.

[2002] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[2003] *Idem*, *ibidem*.

[2004] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., pp. 96-97.

[2005] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 239.

[2006] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 97.

tratado de Tui de 1137, sabemos que esteve presente na cidade pela mesma altura.[2007] O bom serviço prestado ao Imperador entre 1137 e 1141 ter-lhe-á garantido novas recompensas, já que em 1145 surge como tenente do castelo de S. Paio de Lutos.[2008] Todavia, Fernão Anes também soube tirar partido da rápida expansão castelhano-leonesa no sul muçulmano, participando em vários episódios e campanhas, tendo, por exemplo, prestado auxílio ao vassalo muçulmano do Imperador Aben Hamdin na defesa de Andujár,[2009] participado na conquista de Almería,[2010] liderado o ataque cristão a Montoro (campanha que lhe granjeou o seu apelido, Montor, e que lhe permitiu tornar-se seu senhor entre 1149 e 1154)[2011] e estado presente no ataque a Córdoba de 1150[2012] e a Guadix em 1152.[2013] Sabemos que esteve com Afonso VII em Toledo, tendo sido agraciado com as tenências de Talavera e Maqueda.[2014] Terá morrido em 1157.[2015] Deste casamento de URRACA GOMES com Fernão Anes nasceram cinco filhos, de entre os quais se destaca Paio Curvo de Toronho, célebre magnate de Afonso VII e Fernando II que, devido às suas fortes relações familiares com a aristocracia portuguesa, se tornou num dos agentes dos interesses de D. Afonso Henriques na região.[2016]

IV-13 e LOBA GOMES DE CELANOVA, esposa de Godinho Viegas Mouro (Penegate), de quem teve descendência.[2017]

Do casamento entre Aires «Nunes» Calvo e Ximena Nunes nasceram:

[2007] *Idem*, *ibidem*.

[2008] *Idem*, *ibidem*, p. 98.

[2009] *Idem*, *ibidem*.

[2010] *Idem*, *ibidem*, pp. 98-99.

[2011] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[2012] Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 99.

[2013] *Idem*, *ibidem*.

[2014] Barton, *The Aristocracy*…, p. 37. A sua aparição na província de Toledo também é mencionada por Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 100.

[2015] Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 100.

[2016] Para além de Paio Curvo, Urraca Gomes e Fernão Anes tiveram também Gontrode Fernandes de Montor, esposa de Nuno Soares Velho II, Varela Fernandes, Nuno Fernandes e Rodrigo Fernandes, figuras que analisaremos na secção dedicada aos Toronho-Montor.

[2017] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

IV-14 JOÃO AIRES DE MOEIRO, ou NÓVOA, tal como se encontra designado nos livros de linhagens[2018]. Julgamos que este primeiro nome advirá do facto de ter sido senhor de Amoeiro (na província de Ourense), território que seria o coração dos seus domínios, enquanto o apelido Nóvoa seria aquele que veio a ser utilizado por muitos dos seus descendentes. JOÃO AIRES também é referido como de Castela (de Búval).[2019] Devido à sua prestigiosa ascendência, JOÃO AIRES foi um dos magnates mais presentes na corte leonesa entre 1152 e 1187,[2020] onde assumiu funções de alferes e de tenente de Castela (de Búval), Castrelo de Veiga, Nóvoa, Ribadavia, Orzelhão, Alba de Búval e Toronho[2021]. Também poderá ter governado momentaneamente toda a Galiza, já que é identificado algumas vezes como JOÃO AIRES na Galiza.[2022] O monarca concedeu-lhe Pozuelo, em Castroverde (Galiza), como recompensa dos bons serviços prestados.[2023] Entre estes destacam-se a criação do Infante D. Afonso, futuro Afonso IX de Leão, e a restituição do couto e vila de Tui ao seu bispo em 1170.[2024] Os seus bens localizavam-se em torno de Castrelo de Minho, Cenlhe, Leiro, Ribadavia, S. Amaro, Búval, Castela (de Búval), Trastâmara e, até, em Santiago, onde tinha uma casa.[2025] A exemplo de Gomes Nunes de Pombeiro, JOÃO AIRES também casou com uma Trava – Urraca Fernandes de Trava, filha do poderoso Fernão Peres de Trava, logo, irmã da segunda esposa de Fernando II, a rainha Teresa Fernandes de Trava.[2026]

[2018] Apesar de apresentarem um texto absolutamente similar, o Livro do Deão e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro atribuem-lhe apelidos distintos, sendo que no primeiro surge como João Aires de Moeiro (LD19O4) e no segundo como João Aires da Nóvoa (LL13C3).

[2019] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 103.

[2020] *Idem*, *ibidem*; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2021] Foi alferes entre 1173 e 1174; tenente de Castela (de Búval) em 1161, 1167, 1174-1175 e 1177-1178; tenente da Nóvoa em 1166; tenente de Castrelo de Veiga em 1167 e 1184; tenente de Ribadavia em 1170 e 1172; tenente de Toronho e Orzelhão em 1176; e tenente de Alba de Búval em 1179 – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 103-104.

[2022] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17. Em 1180, João Aires encontra-se denominado como «Johannes Arie in Gallecia» – Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 58.

[2023] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2024] *Idem*, *ibidem*. Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 104.

[2025] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 105.

[2026] *Idem*, *ibidem*, p. 104; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17. Sobre os equívocos dos livros de linhagens relativos à identificação da sua esposa como

Terá morrido ainda antes de Março de 1191.[2027] Do seu casamento nasceram *Gonçalo Anes da Nóvoa I* (V-4), *Pero Anes da Nóvoa I* (V-5), *Soeiro Anes da Nóvoa*, ou de *Moeira* (V-6), *Fernão Anes de Dubra* (V-7), *Urraca Anes* (V-8), *Osório Anes* (V-9), *Lourenço Anes* (V-10), *Sancha Anes* (V-11) e *Aires Anes* (V-12)[2028].

IV-15 PERO AIRES, magnate que conseguiu casamento, em primeiras núpcias, com Ildoara Fernandes, filha de Fernando Odoáriz/Oares (ou Soares), patrono do mosteiro de Bóveda[2029] e irmão do famoso Lourenço Soares Galinhato, figura imortalizada como um dos maiores cavaleiros da sua geração num dos escritos do Infante D. João Manuel,[2030] e de Teresa Moniz, uma filha do conde Monio Pais de Carrión (dos Banu Gómez de Carrión).[2031] Deste seu casamento nasceu *Aires Peres* (V-13), pai do arcebispo compostelano João Aires (Galinhato).[2032] Alguns anos depois, conseguiu novo matrimónio com Constança Osório, filha do conde leonês Osório Martins (um Flaínez) e de Teresa Fernandes, filha da Infanta D. Elvira, irmã inteira de D. Teresa de Portugal, também nascida da relação entre Afonso VI e Ximena Moniz,

---

Maria Fernandes de Trava, vejam-se as palavras de Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 59-60.

[2027] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17. Porém, Souto Cabo defende que este terá morrido entre 1180 e 1181 – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 104.

[2028] Tal como sugere Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 109. Acrescentando assim algumas figuras à reconstituição de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2029] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 96.

[2030] Armesto, *Galicia Feudal*, p. 288, nota 12. Segundo várias fontes e autores, o arcebispo de Santiago João Aires Galinhato (1238-1266) seria sobrinho de Lourenço Soares Galinhato. Portanto, se tivermos em conta que Ildoara Fernandes e Pero Aires foram pais de Aires Peres, alferes de Afonso IX em 1206, esposo de Maior Martins e pai de João Aires (Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 96-97), podemos facilmente concluir que Lourenço Soares foi irmão de Fernando Oares de Bóveda e, por isso, tio-avô deste arcebispo.

Quanto à utilização do apelido Galinhato, podemos supor que esta advirá do facto de ter sido criado na casa deste seu tio-avô.

[2031] A biografia de Fernando Oares e seu contexto político e social encontram-se analisados em Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 90-93.

[2032] *Idem*, *ibidem*, pp. 96-97.

e do conde zamorano Fernando Fernandes de Toro.[2033] Este seu casamento surgiu de circunstâncias bastante problemáticas, já que Constança Osório se separou do seu primeiro marido, Fernando Rodrigues de Castro, após este ter assassinado o seu sogro durante a batalha de Lobregal, em 1160.[2034] Desta segunda união nasceu, entre outros, *Rui Pires de Vilalobos* (V-14), o primeiro senhor de Vilalobos[2035]. Durante a sua vida pública, PERO AIRES foi mordomo real (entre 1166 e 1167), tenente de Aguiar (1165) e de Castela de Búval (1167).[2036] Julgamos que terá morrido pouco tempo depois de ter assumido este último cargo, provavelmente ainda no ano de 1168.

IV-16 FERNÃO AIRES BATISSELA (DE LIMA), magnate da corte leonesa entre 1153 e 1204,[2037] período durante o qual conseguiu tomar posse de várias tenências (Castrelo da Veiga, Ribadavia, Aguiar de Pedraio, Castela de Búval, Vila de Rei, Alba de Búval, Tui e Entienza)[2038]. Entre 1169 e 1190 foi-lhe confiado o senhorio de Castrelo da Veiga, que permaneceu nas suas mãos como uma espécie de tenência vitalícia.[2039] Durante este período, também foi destinatário de várias doações régias, relativas a uma herdade reguenga em Seaya, na zona de Bergantiños (1176),[2040] à terça parte de Porqueira, em

[2033] *Idem*, *ibidem*, p. 97. Todos estes parentescos podem ser visualizados e analisados em Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 149-150 (esquemas I e II).

[2034] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 151-152.

[2035] Rodrigo Peres de Vilalobos foi alferes real em 1208 e 1210-11 (Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 97) e tenente de Mayorga, Villalpando, Toro, Zamora e das Torres de Leão (Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 152). Casou com Teresa Froilaz, filha de Froila Ramires e de Urraca Gonçalves de Trava, mas não terá tido descendência, visto que os senhorios passaram para os filhos do seu primo Gonçalo Osório – *Idem*, *ibidem*; e Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 97.

[2036] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 96.

[2037] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 61; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2038] Foi tenente de Castrelo de Veiga em 1167, 1183-1185, 1187-1188 e 1190; de Ribadavia em 1170 e 1188-1189; de Aguiar de Pedraio em 1175-1176 e 1193; de Castela de Búval em 1177-1178 e 1182-1192; de Vila de Rei em 1185 e 1188-1189; de Alba de Búval em 1187-1190; e de Tui e Entienza em 1188 – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 98.

[2039] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2040] *Idem*, *ibidem*.

Ourense (1181)[2041], e a alguns bens em Sabacedo e no Morrazo (1184).[2042] Tal como João Aires, também poderá ter representado a autoridade régia em toda a Galiza (entre 1170 e 1180), já que se apresenta regularmente como FERNANDO AIRES na Galiza.[2043] FERNÃO AIRES deteve várias propriedades e senhorios em torno de Leiro, Ribadavia, Gomariz e Sanín.[2044] Com o seu casamento, veio a tomar posse de património em Betanzos, Cedeira e Teixido, em plena esfera de influência dos Trava.[2045] Segundo um documento de 1212,[2046] o cavaleiro Soeiro Mendes vendeu ao mosteiro de Melón o seu salto em S. Cristóvão, no porto de Avia, e uma leira de vinha num casal que lhe tinha sido dado por FERNÃO AIRES e pela sua esposa, Teresa Bermudes. Pensamos que esta herdade estaria localizada em S. Cristovo de Regodeigón, perto de Ribadavia. Para além desta relação privilegiada que mantinham com Melón (por influência de Teresa), este casal também favoreceu as ordens de Santiago e de S. João de Jerusalém.[2047] Teresa Bermudes, filha de Bermudo Peres de Trava e da Infanta D. Urraca Henriques e, por isso, sobrinha de D. Afonso Henriques e prima da rainha D. Urraca Afonso, primeira esposa de Fernando II,[2048] acabou por viver bastantes anos mais do que o seu marido[2049], tendo doado a Melón, em 1219, o seu casal em Figueirinhas, em Sanín, perto de Ribadavia.[2050] Em 1218, fez, também, uma vasta doação ao mosteiro de Fiães de várias vinhas e herdades que tinha junto ao burgo de Ribadavia, o que foi confirmado por vários dos seus descendentes, que, em alguns casos, estavam dispersos por diferentes partes do reino, desde a corte até à fronteira galega.[2051] O seu grau de parentesco próximo em relação à família real por-

[2041] *Idem*, *ibidem*.

[2042] *Idem*, *ibidem*.

[2043] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 61; e Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 98.

[2044] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 98-99; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2045] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 98-99.

[2046] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1439, doc. 13.

[2047] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 99.

[2048] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 62-63.

[2049] Fernão Aires terá falecido por volta de 1204, tendo sido sepultado em Santiago de Compostela – Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 61.

[2050] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 98-99, nota 64 (entre outras doações feitas pelo casal a Melón e Santiago).

tuguesa permitiu que FERNÃO AIRES também se integrasse facilmente na cúria portuguesa, onde esteve presente entre 1186 e 1193[2052], tendo sido tenente de Trancoso (1193) e de Faria.[2053] Do seu casamento nasceram *João Fernandes de Lima I* (V-15), *Rui Fernandes de Lima I* (V-16), *Gil Fernandes de Lima I* (V-17), *Fernão Fernandes de Lima I* (V-18), *Maria Fernandes de Lima I* (V-19), *Teresa Fernandes de Lima I* (V-20), *Henrique Fernandes de Lima* (V-21), *Álvaro Fernandes de Lima* (V-22), *Elvira Fernandes de Lima* (V-23), *Sancha Fernandes de Lima* (V-24) e *Urraca Fernandes de Lima I* (V-25)[2054].

IV-17 SOEIRO AIRES DE VALADARES, rico-homem que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, acompanhou o *Lidador* na mítica batalha de Ourique,[2055] tendo marcado presença na corte afonsina entre 1169 e 1179[2056] e sendo várias vezes referido como tenente de Riba Minho, S. Martinho e Valadares entre 1162 e 1183, principalmente no tombo de Fiães.[2057] Importa referir que, num documento de 1219,[2058] o cavaleiro SOEIRO AIRES é acusado de ter usurpado ao mosteiro de Celanova a vila de Figueiredo, na terra de Valadares. Porém, D. Sancho I acabou por torná-la terra reguenga e por entregá-la, conjuntamente com a vila de Santa Maria de Eirada (Erada/Orada?), ao mosteiro de Fiães, pelo que, posteriormente, foi alvo de um pleito por parte de Celanova. No final, o litígio acabou por se resolver através do pagamento de um valor monetário. A esta notícia podemos acrescentar mais três, veiculadas pelas inquirições de 1258 e 1288.[2059] As primeiras informam que trocara com bispo de Tui o couto de S. Vincente, na terra de Valadares, que lhe tinha sido coutado por D. Afonso Henriques, e que, ao tempo em que era tenente de Melgaço, por este monarca, aprisionara um homem do mosteiro de

[2051] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 29 e 266.

[2052] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 61.

[2053] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 98.

[2054] Esta proposta de descendência surge da combinação dos dados apresentados por Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65, e Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 99-103.

[2055] LL21G6 – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 786.

[2056] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 786.

[2057] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 786; e Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 3, 7, 11, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 31, 33, 36, 38, 40, 41, 43, 45, 174, 194 e 250.

[2058] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 297.

[2059] PMH-Inq. 1258, pp. 377 e 378; e PMH-Inq. 1288, pp. 16-17.

Fiães e o enforcara, tendo-se, assim, apossado do reguengo de Santa Maria de Orada, que viria a doar ao cenóbio. Atendendo ao conteúdo desta descrição, será de presumir que o executado tenha praticado um qualquer delito, violência ou malfeitoria para com o mosteiro (ou nas suas terras) e, assim, o tenente viu nesta linha de acção uma forma de punir o crime e, também, de reparar o dano praticado, coutando os bens reguengos que este explorava. Por sua vez, as inquirições de 1288 referem que SOEIRO AIRES tinha criado a honra de Paradela, na freguesia de Penso (Melgaço). Tudo indica que terá casado duas vezes, primeiramente com Elvira Nunes Velho II e depois com Maria Afonso de Leão.[2060] Importa relembrar que Elvira Nunes seria filha do poderoso Nuno Soares Velho II, uma das figuras mais prestigiadas da corte portuguesa nos alvores do século XII, e de Mor Pires Perna, uma filha de Pero Pais Escacha, antigo mordomo do conde D. Henrique e filho de Paio Guterres da Silva, célebre vicário régio de Afonso VI no território portucalense. Por seu lado, Maria Afonso de Leão foi fruto de uma relação ilegítima entre Afonso IX e Teresa Gil de Soverosa, filha de Gil Vasques de Soverosa I e da galega Maria Aires de Fornelos, antiga barregã de D. Sancho I. Assim sendo, podemos concluir que, seguindo a tradição da sua família, SOEIRO AIRES conseguiu aproximar-se da família real através de um casamento com uma linha bastarda e de um conjunto de relações privilegiadas com as famílias mais antigas da sua região, os Silva, os Soverosa e os Velho. Do seu primeiro casamento nasceram *Paio Soares de Valadares I* (V-26), *Lourenço Soares de Valadares I* (V-27) e *Rui Soares de Valadares I* (V-28); enquanto do segundo nasceram *João Soares de Valadares* (V-29), *Pero Soares Sarraça* (V-30) e *Afonso Soares de Valadares* (V-31).[2061] Para rematar, temos que referir que, quer o *Livro do Deão* quer o *Livro de Linhagens*, apontam a Elvira Nunes Velho II uma relação adúltera com Mem d'Alaúde, o patriarca dos Neivoo.[2062]

IV-18 JOÃO AIRES DE VALADARES, fidalgo que se ligou a Gontinha Gomes de Penegate e que, fruto do seu casamento, acabou por se implantar nas terras de Bouro e Penela,[2063] tendo dado a criar um seu filho em Santa Maria de Ferreiros, no julgado de Entre Homem e Cávado.[2064] Foram seus filhos

[2060] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2061] *Idem*, *ibidem*.

[2062] LD14D6 e LL42A6.

[2063] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 799.

Rodrigo Anes de Penela (V-32), *Teresa Anes de Penela* (V-33), *Afonso Anes de Valadares* (V-34) e *Pero Anes de Valadares* (V-35).[2065]

IV-19 e PERO AIRES DE VALADARES, ou de GARVA[2066], fidalgo de quem se preserva o seu testamento no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, onde enuncia os seus bens na região de Coimbra e onde beneficia os seus irmãos e sobrinhos e algumas instituições, como a sé de Coimbra e os cenóbios de Santa Cruz de Coimbra e de Lorvão.[2067] Tal como seus irmãos, conseguiu um casamento de enorme valor social, com Mor Pais de Bravães, filha de D. Paio Vasques de Bravães, filho e herdeiro do fundador do mosteiro de Bravães e mordomo-mor de D. Teresa.[2068] Desta sua relação nasceram *Pero Pires Gravel* (V-36), *Gomes Pires Gravel* (V-37), *Maria Pires Gravel I* (V-38), *Urraca Pires Gravel* (V-39) e *Mor Pires Gravel* (V-40).[2069]

A quinta geração

Do casamento entre Vasco Sanches de Celanova e Urraca Viegas de Ribadouro nasceram:

[2064] PMH-Inq. 1258, p. 426.

[2065] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2066] LL63F3. Apesar de não termos grandes certezas sobre as origens desta alcunha, pensamos que esta aponta imediatamente para a célebre cantiga da «Ribeirinha» ou da «Garvaia» (*«No Mundo nom me sei Parelha»*).

Na nossa opinião, tratar-se-á de um equívoco do autor do nobiliário, já que parece estar a confundir Pero Aires de Valadares com o provável autor desta trova, Paio Soares de Taveirós.

Todavia, a existir uma relação de parentesco ou social entre Pero Aires e Paio Soares, seria sinal de que esta composição nasceu num contexto familiar bastante próximo da personagem central da cantiga, visto que, segundo a hipótese genealógica que temos vindo a apresentar, Pero Aires seria irmão de Fernão Aires e, portanto, tio de João Fernandes de Lima I, esposo de Maria Pais da Ribeira.

Seria Paio Soares de Taveirós o fidalgo Paio Soares de Valadares I, filho de Soeiro Aires de Valadares e de Elvira Nunes Velho e, portanto, sobrinho de Pero Aires de Valadares e de Fernão Aires de Lima e primo de João Fernandes de Lima I? Não sabemos, mas aproveitamos para lançar esta possibilidade.

[2067] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 798.

[2068] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 138.

[2069] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

V-1 O conde RODRIGO VASQUES DE CELANOVA, tenente de Santarém e Trancoso, que frequentou a corte portuguesa entre 1191 e 1197.[2070] Do seu casamento com Toda Palazim nasceram *Teresa Rodrigues de Celanova* (VI-1) e *Maria Rodrigues de Celanova* (VI-2).[2071]

V-2 e GONÇALO VASQUES DE CELANOVA, que, segundo os livros de linhagens, faleceu na lide de Ervas Tenras.[2072]

De Nuno Sanches de Celanova nasceu:

V-3 SANCHO NUNES DE BARBOSA, rico-homem que frequentou a corte portuguesa entre 1151 e 1167, tendo sido tenente de Lafões, entre 1152 e 1169, e de Arouca, em 1155.[2073] O acesso a estas tenências e à honra de Barbosa terá sido fruto do seu casamento com Teresa Mendes de Ribadouro, de quem teve *Nuno Sanches de Barbosa* (VI-3).[2074]

Do casamento entre João Aires de Moeira e Urraca Fernandes de Trava nasceram:

V-4 GONÇALO ANES DA NÓVOA I, rico-homem documentado entre 1182 e 1232, que chegou aos cargos de alferes real em Leão (1194), de tenente de Castela (1182, 1187-1189, 1195 e 1205), de Búval (1185 e 1187), do Castelo de S. João da Nóvoa (1188), de Ribadavia (1188), do castelo de Pena Corneira (1189), de Leão (1189), de Lemos (1190, 1198-1199 e 1206-1210), de Coyanza (1194), de Límia (1197-1203 e 1206-1210), de Aguiar de Pedraio (1199), de Monterroso (1200-1202), de Trastâmara (1200-1203), de Gordón (1200), de Cabrera (1200) e de Benavente (1203).[2075] Por outro lado, GONÇALO ANES também se sentiu atraído pelas ordens militares, tendo ingressado primeiramente na de Santiago, onde foi comendador de Oreja, por

[2070] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 531.

[2071] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2072] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 531.

[2073] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 155.

[2074] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2075] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 112.

volta de 1206-1210.[2076] Mais tarde, chegou a comendador-mor de Calatrava, de 1215 a 1218, e a seu mestre, entre 1218 e 1232.[2077] Em 1214, entregou a Oseira aquilo que os templários possuíam em S. Fagundo de Cea.[2078] Em 1195, comprou um conjunto de bens em Nogueira e em S. Fagundo, no concelho de Cea; entre os seus confirmantes encontra-se Fernão Rodrigues de Calheiros, figura que poderia fazer parte da sua ordem ou, até, do seu séquito pessoal.[2079] Sabemos também que armou cavaleiro o seu parente Soeiro Pais de Valadares,[2080] neto do seu tio Soeiro Aires de Valadares e filho do seu primo Paio Soares de Valadares I. Desconhecemos se teve algum filho antes da sua entrada nas ordens monástico-militares, mas é altamente provável que, atendendo ao seu nível de parentesco, tivesse sido Soeiro Pais de Valadares o seu principal herdeiro.

V-5 PERO ANES DA NÓVOA I, fidalgo que, como vários dos seus parentes, seguiu uma carreira verdadeiramente transfronteiriça. Na Galiza, ostentou as tenências familiares de Castela (de Búval), em 1182, 1187 e 1189, Búval, em 1185, Ribadavia, em 1188, e Nóvoa, em 1203, cargos que foi compartilhando com os seus irmãos e, até, com o seu tio Fernão Aires Batissela.[2081] Em 1197, foi incumbido por Afonso IX de inquirir as obrigações do bispo de Ourense em relação ao castelo de Allariz.[2082] PERO ANES também terá sido tenente de Villafranca (1200 e 1206-1207) em nome de D. Teresa de Portugal, ex-esposa de Afonso IX.[2083] Apesar desta sua fidelidade à filha de D. Sancho I, PERO ANES aproveitou o clima de hostilidade em relação ao recém- entronizado D. Afonso II para tomar a primazia na corte portuguesa. Contrariamente a alguns dos seus parentes (como Lourenço Soares de Valadares I ou João Fernandes de Lima I), que fizeram parte do «partido senhorial» português que se foi formando na corte de Afonso IX e que se envolveu na guerra civil de 1211, nascida da rejeição de D. Afonso II em

[2076] *Idem*, *ibidem*, p. 112, nota 125.

[2077] *Idem*, *ibidem*, p. 112.

[2078] *Idem*, *ibidem*, pp. 113-114.

[2079] *Idem*, *ibidem*, p. 114.

[2080] LL13C3.

[2081] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 111.

[2082] *Idem*, *ibidem*.

[2083] *Idem*, *ibidem*, p. 111, nota 123.

relação ao cumprimento dos legados testamentais que D. Sancho I dedicou às suas irmãs,[2084] PERO ANES preferiu apostar nas capacidades do novo monarca, que cedo deu corpo a um conjunto de medidas de reforço da autoridade régia. PERO ANES foi mordomo de D. Afonso II entre 1213 e 1223 (ou seja, ao longo de quase todo o seu reinado) e depois, já durante o reinado de D. Sancho II, entre 1228 e 1229, tendo sido também tenente da Estremadura em 1235.[2085] Curiosamente, acabou por casar com Urraca Pires da Maia, filha de Pero Pais da Maia,[2086] o *Alferes*, figura que buscou refúgio na corte de Leão e na terra de Toronho devido à sua responsabilização pelo desastre de Badajoz de 1169[2087]. Neste contexto, podemos considerar que este matrimónio seria uma união endogâmica, já que Pero Pais seria filho de Châmoa Gomes de Pombeiro e neto do conde Gomes Nunes de Pombeiro, poderoso tenente de Toronho no reinado de Afonso VII e irmão de Aires Calvo. Deste casamento nasceram *João Pires da Nóvoa I* (VI-4), *Rui Pires da Nóvoa* (VI-5) e *Urraca Pires da Nóvoa* (VI-6)[2088].

V-6 SOEIRO ANES DA NÓVOA, ou de MOEIRA (AMOEIRO), fidalgo que, segundo o *Livro do Deão*, casou com Sancha Rodrigues, de quem teve

---

[2084] A animosidade entre a monarquia portuguesa e o seu clero e nobreza foi fruto de uma série de conflitos que se foram avolumando até ao reinado de D. Sancho II. De litígios pessoais entre os soberanos e certos fidalgos, ou entre o clero e oficiais régios e concelhios, transformaram-se numa revolta generalizada da nobreza contra D. Afonso II (visível na crise de 1211) e numa hostilidade latente da igreja, que só teria fim através dos seus acordos com D. Sancho II – processos e antagonismos políticos foram analisados por Antunes, Oliveira e Monteiro, «Conflitos Políticos no Reino de Portugal…», pp. 25-160.

Por outro lado, esta realidade não se pode dissociar da influência que D. Teresa manteve na corte de Leão e na forma como esta se tornou num porto de abrigo para todos aqueles que hostilizavam a monarquia portuguesa, sendo que estes foram os mesmos que defenderam intransigentemente uma linha de sucessão de Afonso IX através das filhas de D. Teresa e não de Fernando III (sobre a relação entre este processo e as migrações da nobreza portuguesa após 1211 veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 4-6, 8 e 39-44).

[2085] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 111-112.

[2086] *Idem*, *ibidem*, p. 112.

[2087] Tal como já tivemos oportunidade de referir (e analisar), os principais dados sobre o seu exílio na Galiza e em Leão encontram-se resumidos em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 11-12.

[2088] Dados genealógicos apresentados em Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65. A identificação de Urraca Pires é proposta por Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 112, nota 124.

João Soares da Nóvoa (VI-7), *Elvira Soares da Nóvoa* (VI-8) e *Gonçalo Soares de Orcellón* (VI-9).[2089]

V-7 FERNÃO ANES DE DUVRA, ou de URRÔ[2090], fidalgo que, atendendo a este último apelido, poderá ter herdado, por via materna, o senhorio da localidade do mesmo nome em Arouca ou Penafiel[2091]. Esta constatação parece ser concordante com a natureza do primeiro apelido que se lhe atribui, já que a localidade de Val de Dubra, na província da Corunha, constituía um território capitular compostelano que foi concedido, em 1181, a Urraca Fernandes de Trava, sua mãe[2092]. Dos poucos dados que existem sobre esta figura ficamos a saber que partilhou a tenência de Castela (de Búbal) com o seu irmão Osório Anes, em 1215,[2093] e que, atendendo a uma venda dos seus filhos João Fernandes Ladrão (de Ledra) e Maria Fernandes, teria bens em Castela, Búval, no bispado de Ourense, em Amoeiro, Ribadavia e em Punxín.[2094] Da sua mulher, Sancha Anes, que doou a quarta parte das suas igrejas

[2089] LD19U5.

[2090] Souto Cabo relembra que o primeiro investigador a associar os Urrô a esta figura (e aos Nóvoa) foi Alexandre Herculano – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 110.

[2091] Pensamos que será altamente improvável que o património português dos Urrô advenha de João Aires da Nóvoa (ou de Moeiro), já que este nunca marcou presença no nosso reino. Portanto, a única explicação plausível será uma herança materna, que terá passado de Fernão Peres de Trava a Urraca Fernandes de Trava e, por sua vez, a Fernão Anes de Duvra.

[2092] Na verdade, o senhorio de Duvra fazia parte de uma rede de préstamos que Diego Gelmires tinha cedido a Fernão Peres de Trava, com o propósito de o atrair para o seu partido durante as suas campanhas contra a rainha D. Urraca. Desta rede também faziam parte Ventosa, Viones e metade de Loño – Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 334.

No entanto, somente em 1181 se volta a referir a subconcessão desta terra a um membro desta linhagem, altura em que Urraca Fernandes de Trava, filha do anterior e viúva de João Aires, recebe da igreja compostelana o usufruto de metade de Duvra – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 110, nota 120 e pp. 276-277.

Assim sendo, podemos presumir que o senhorio de Duvra terá sido transmitido a Fernão Anes, juntamente com outros bens de Urraca Fernandes de Trava (como o senhorio de Urrô, em Portugal).

[2093] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 110.

[2094] *Idem*, *ibidem*, pp. 110-111.

de Cornoces e Rouzos à sé de Ourense em 1202,[2095] nasceram *Gonçalo Fernandes de Duvra* (VI-10), *Maria Fernandes de Duvra* (VI-11) e o cónego compostelano *João Fernandes Ladrão* (VI-12)[2096].

V-8 URRACA ANES DA NÓVOA, abadessa de Bóveda, que, em 1202, cedeu ao cabido de Santiago um casal em Cenlhe.[2097]

V-9 OSÓRIO ANES DA NÓVOA, fidalgo que se encontra documentado abundantemente entre 1175 e 1217.[2098] Graças a um documento datado de 1200, ficamos a saber que foi criado por Maior Peres, tia do trovador Pero Pais Bazaco.[2099] Partilhou com os seus irmãos Gonçalo Anes, Pedro Anes e Fernão Anes, as tenências de Castela de Búval (1187 e 1213) e de Búval (1187-1189),[2100] e governou, conjuntamente com Soeiro Aires (de Valadares?), a tenência de Burgo (de Ribadavia?).[2101] OSÓRIO ANES também administrou sozinho Alba de Búval (1193, 1205 e 1207),[2102] Búval (1195, 1197, 1199 e 1204)[2103] e Castela de Búval (1200 e 1205).[2104] Em 1200, temos notícia de que possuía uma herdade junto a um casal que Pero Anes vendeu ao cabido de Santiago, no lugar de Baluga, em Trevoedo, concelho de Maside,[2105] e que, em 1217, definindo-se como cavaleiro, ofereceu diversas propriedades suas a este cabido.[2106] Durante a sua vida, OSÓRIO ANES participou em vários actos públicos da sua parentela, ora na qualidade de confirmante ora como

[2095] *Idem*, *ibidem*, p. 111.

[2096] Gonçalo Fernandes de Duvra e Maria Fernandes de Duvra encontram-se identificados em LD19Q5-6. Quanto a João Fernandes Ladrão, surge, conjuntamente com a sua irmã Maria Fernandes, apenas em 1227, como já referimos – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 110-111.

[2097] *Idem*, *ibidem*, p. 109; Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 337.

[2098] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 116-118.

[2099] *Idem*, *ibidem*, pp. 117, 118 e 119.

[2100] *Idem*, *ibidem*, pp. 117-118.

[2101] *Idem*, *ibidem*, p. 118.

[2102] *Idem*, *ibidem*, pp. 117-118.

[2103] *Idem*, *ibidem*.

[2104] *Idem*, *ibidem*.

[2105] *Idem*, *ibidem*, p. 117.

[2106] *Idem*, *ibidem*, p. 118.

testemunha: em 1175, João Aires, com a sua esposa D. Urraca e com os seus filhos Pedro, OSÓRIO, Aires e Sancha Anes, vendeu a S. Martinho Pinário uma propriedade nas margens do Minho;[2107] em 1193, testemunhou uma venda de uma herdade (na vila de Vide) pelo seu irmão Pero Anes a Adão Peres de Talhamancos;[2108] em 1196, surge como testemunha de um documento particular;[2109] em 1201, é identificado, entre vários membros da sua família, como confirmante de documento depositado no fundo de Celanova;[2110] e, em 1215, testemunha um documento de Sobrado.[2111] Muito do seu gosto pela lírica trovadoresca terá sido alimentado durante a sua juventude, devido à sua criação na casa de Maior Peres Bazaco, que o beneficiou com um casal em Paços (Vila Marín).[2112] Esta foi esposa de Monio Fernandes de Rodeiro[2113], cavaleiro que, para além de ser um parente afastado dos Nóvoa (e, por afinidade, de um Cerveira)[2114], seria vassalo do seu pai.[2115] Por outro lado, não podemos ignorar o facto de, num sentido inverso, OSÓRIO ANES e seus irmãos terem sido colaços de Afonso IX,[2116] facto que estará na base do enorme poder político e territorial dos Nóvoa, durante a transição para o século XIII. No caso de OSÓRIO ANES, este exprimiu-se através das suas inúmeras aparições à frente de tenências-chave da zona de Límia e do património que reuniu em Trevoedo e Amarante (em Maside), da posse de bens imóveis em Santiago e, até, do usufruto de uma prebenda eclesiástica em Alom (em Santa Comba).[2117] Da sua produção lírica sobreviveram apenas dois poemas (*Cuidei eu de meu co-*

[2107] *Idem*, *ibidem*, p. 117.

[2108] *Idem*, *ibidem*.

[2109] *Idem*, *ibidem*.

[2110] *Idem*, *ibidem*.

[2111] *Idem*, *ibidem*, p. 118.

[2112] *Idem*, *ibidem*.

[2113] Monio Fernandes de Rodeiro foi meirinho-mor da Galiza, entre 1237 e 1257, e participante na conquista de Sevilha – Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, pp. 51-52.

[2114] Monio Fernandes de Rodeiro seria cunhado de Lourenço Anes de Cerveira, visto que este foi casado com Maria Fernandes de Rodeiro, sua irmã.

[2115] Aparentemente, a relação de Osório Anes com Monio Fernandes de Rodeiro também poderá revestir-se de um carácter familiar, tal como sugere Souto Cabo – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 118-119.

[2116] *Idem*, *ibidem*, p. 119.

[2117] *Idem*, *ibidem*.

raçon e *Eu, que nova senhor filhei*), que, segundo alguns especialistas, possuem similitudes e concordâncias com a tradição provençal, onde terá buscado inspiração nas «canções de troca».[2118] Importa referir que, tendo em conta estudos recentes de José Carlos Miranda, as principais portas de entrada destas influências provençais e occitânicas terão sido as cortes senhoriais do sul da Galiza, lugar onde figuras como João Soares de Paiva, Rodrigo Dias dos Cameros, Garcia Mendes de Eixo, Fernando Pais de Talhamancos e João Soares de Valadares (Somesso), entre outros, terão encetado as suas primeiras experiências literárias[2119]. Por isso, não são de estranhar as similitudes existentes entre as suas canções e as de Fernando Pais de Talhamancos,[2120] descendente directo de Varela Fernandes, um dos filhos de Fernão Anes de Montor e irmão do célebre Paio Curvo de Toronho[2121], e de João Soares de Valadares (Somesso),[2122] que, se o nosso modelo de reconstituição estiver correcto, seria um parente próximo. Da sua relação com uma desconhecida terão nascido *Gonçalo Osores* (VI-13), *Marina Osores* (VI-14), *Rodrigo Osores* (VI-15), *Pedro Osores* (VI-16) e *Sancha Osores* (VI-17).[2123]

V-10 LOURENÇO ANES DA NÓVOA, fidalgo que, em 1185, vendeu uma propriedade em Quintela (Vanga, no concelho de Carvalinho) e, em 1217, testemunhou uma doação feita por seu irmão Osório Anes ao cabido compostelano.[2124] Ao contrário da maioria dos seus irmãos, não se lhe conhece o governo de qualquer tenência. Não sabemos se casou nem se teve descendência.

V-11 SANCHA ANES DA NÓVOA, referida, tão-só, numa compra-venda que favoreceu S. Martinho Pinário em 1175.[2125] Não sabemos se casou nem se teve filhos.

[2118] *Idem*, *ibidem*, pp. 120-121.

[2119] Sobre este assunto veja-se José Carlos MIRANDA, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*.

[2120] SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 120.

[2121] Tal como sugere SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos…».

[2122] SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 120.

[2123] *Idem*, *ibidem*, p. 119.

[2124] *Idem*, *ibidem*, p. 109. Através deste documento ficamos a saber que teve um benefício eclesiástico em Santa Maria de Alom (Santa Comba).

[2125] *Idem*, *ibidem*.

V-12 e AIRES ANES DA NÓVOA, que não ostentou qualquer cargo, mas que surge entre os filhos de João Aires em 1175 e como confirmante de um diploma de Afonso IX, em 1201.[2126] Não terá casado nem tido descendência.

Do primeiro casamento de Pero Aires com Ildoara Fernandes nasceu:

V-13 AIRES PERES DA NÓVOA, alferes real de Afonso IX em 1216, que casou com Maior Martins e foi pai do arcebispo compostelano *João Aires Galinhato* (VI-18).[2127]

Por sua vez, do segundo casamento de Pero Aires com Constança Osório nasceu também:

V-14 RUI PIRES DE VILALOBOS (ou RODRIGO PERES DE VILALOBOS), magnate que, fruto da sua prestigiosa herança materna, se radicou na esfera castelhano-leonesa. RUI PIRES foi tenente de Mayorga, Villalpando, Toro, Zamora e das Torres de Leão.[2128] O seu apoio permanente a Afonso IX garantiu-lhe também a alferesia em 1208 e 1210-1211.[2129] Apesar de ter casado com Teresa Froilaz, filha do conde Froila Ramires, seu parente, e de Urraca Gonçalves de Trava, RUI PIRES não terá tido qualquer descendente.[2130] Tudo indica que o senhorio de Vilalobos e todo o seu património terá passado para os seus primos maternos, filhos de Gonçalo Osório.[2131] O obituário da catedral de Leão diz-nos que morreu num dia 24 de Outubro, sem que se saiba em que ano, tendo deixado alguns legados testamentais a esta sé.[2132] Mesmo com a sua implantação em territórios terracampinos, RUI PIRES conseguiu manter uma certa relação com a Galiza do seu pai, tendo doado, conjuntamente com a sua mãe, a quarta parte da vila de Marín, no termo de Benavente, ao mosteiro de Oseira em 1183.[2133] O apelido e senhorio de Vilalobos acabaram por

[2126] *Idem*, *ibidem*.

[2127] *Idem*, *ibidem*, p. 97.

[2128] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 152.

[2129] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 97.

[2130] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 152; Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 97.

[2131] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 152.

[2132] *Idem*, *ibidem*.

[2133] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 97, nota 59.

ter continuidade através dos Osório, linhagem que, devido ao seu enorme sucesso e prestígio social, conseguiu alcançar a apetecível posição de condes de Lemos, sucedendo a uma das linhas dos poderosos Castro[2134].

Do matrimónio entre Fernão Aires Batissela e Teresa Bermudes de Trava nasceram:

V-15 JOÃO FERNANDES DE LIMA I, o *BOM* ou o *BATISSELA*, um dos mais poderosos ricos-homens do espaço galego-português durante os finais do século XII e inícios do XIII. As suas constantes oscilações entre Portugal e Leão tornaram-no num importante elemento articulador da complexa trama de relações sociais transfronteiriças urdida pelo partido senhorial português assente na corte de Afonso IX, o qual transformou a Galiza e Leão no seu principal porto de abrigo e centro de operações, após os conflitos iniciados em 1211 contra D. Afonso II. Na verdade, o próprio lugar de nascimento (e, porventura, de criação) de JOÃO FERNANDES e dos seus irmãos vislumbra-se como uma incógnita, já que alguns dos filhos de Fernão Aires poderão ter nascido durante a sua estadia em Portugal[2135]. Porém, e tal como seu pai e tios, o verdadeiro factor de sucesso desta linhagem estará na forma como todos partilharam uma enorme proximidade familiar e intimidade em relação às famílias reais de Portugal e Leão. O casamento de João Aires com Urraca Fernandes de Trava tornava-o cunhado de Teresa Fernandes de Trava, segunda esposa de Fernando II e, por isso, madrasta de Afonso IX, monarca que acabou por ser criado na casa deste magnate.[2136] Por sua vez, Fernão Aires conseguiu casamento com Teresa Bermudes de Trava, uma sobrinha de D. Afonso Henriques e, por isso, prima da rainha D. Urraca Afonso, a mãe de Afonso IX. Por outro lado, esta também seria prima de Teresa Fernandes de Trava, a já referida segunda esposa de Fernando II.[2137] Não é por isso de estra-

[2134] Esta passagem de testemunho dos Castro para os Osório e toda a história dos tenentes e condes de Lemos encontram-se analisadas em Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*.

[2135] Como vimos, Fernão Aires marcou presença na corte portuguesa em 1186 e 1193 – Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 61; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2136] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 62; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

[2137] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 62-63; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 17.

nhar que tenha conseguido acumular vários cargos nas cortes de Afonso IX, D. Afonso II e D. Sancho II. Em Leão, foi alferes em 1188-1191, 1212 e 1219-1220, mordomo em 1192-1193, 1194 e 1204,[2138] tenente de Límia em 1189-1194, 1204 e 1215, de Lemos em 1193-1194 e 1204, de Zamora em 1194, de Monterrosso em 1202-1204, 1211-1215 e 1219-1220, de Trastâmara em 1202-1204 e 1211-1220, de Allariz em 1215, de Salamanca em 1219-1220, de Toroño em 1219-1220, de Milmanda em 1215, de Rueda em 1215, de Sobroso em 1211, de Tebra em 1211, de Santa Helena em 1211 e de Monterrosso e Trastâmara em 1226.[2139] Atendendo a este panorama e ao facto de que Fernão Aires terá permanecido em Portugal entre 1186 e 1193, podemos concluir que JOÃO FERNANDES terá passado algum tempo em Portugal durante a sua juventude, provavelmente entre 1186 e 1188.[2140] Pensamos que a sua ausência da corte leonesa entre 1195 e 1201 poderá dever-se a um regresso a Portugal, onde surge, em 1197, como JOÃO FERNANDES GALEGO.[2141] Entre 1202 e 1204, regressou ao serviço de Afonso IX, talvez pelas mesmas razões que levaram Fernão Fernandes de Bragança a abandonar Portugal.[2142] A morte do seu pai, por volta de 1204, terá levado a que se ausentasse um pouco mais do ambiente cortesão leonês e português entre 1205 e 1210,[2143] período que é pontuado apenas por três confirmações em Portugal durante 1206.[2144] Entre 1211 e 1220, período que é balizado pela guerra civil gerada pela chegada ao poder de D. Afonso II e pela invasão do Alto Minho pelas forças galegas do bastardo régio Martim Sanches, JOÃO FERNANDES terá aderido à causa dos exilados portugueses em Leão, renovando assim a confiança que Afonso IX depositava nele, tendo, por isso, recebido um elevado número de tenências.[2145] Mesmo assim, este nunca perdeu o grande prestígio que tinha em Portugal, visto que manteve a tenência de Neiva, em 1211-1223, e de Faria, em 1219-1226. A estas podemos acrescentar a tenência de Valadares (1198, 1205, 1217

[2138] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 62.

[2139] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 62; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 18.

[2140] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 18.

[2141] *Idem*, *ibidem*. Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 62.

[2142] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 19.

[2143] *Idem*, *ibidem*.

[2144] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 62.

[2145] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 19.

e 1222-1225), de Pena da Rainha (1224 e 1225) e de Riba Minho (1225).[2146] Apesar da anarquia feudal que os primeiros anos de reinado de D. Sancho II deixavam antever, JOÃO FERNANDES soube tirar pleno proveito dos efeitos pacificadores do acordo de 1223, celebrado entre o jovem monarca português e as suas tias, tendo chegado aos cargos de alferes em 1224 e de mordomo em 1225-1226.[2147] Este comportamento errático de JOÃO FERNANDES parece ter sido diametralmente oposto ao do seu primo Pero Anes da Nóvoa I, que manteve uma absoluta fidelidade a D. Afonso II durante quase todo o seu reinado. Apesar do seu enorme poder e influência, não dispomos de muitos dados sobre a sua propriedade particular. Segundo um documento de 1244,[2148] JOÃO FERNANDES e sua esposa, Maria Pais, venderam ao mosteiro de Fiães uma herdade que herdara do seu pai em Abeleira (provavelmente Abeleda, em Castro Caldelas). As inquirições de 1258[2149] referem também que, em Curvos (concelho de Esposende) e na qualidade de tenente de Neiva, este tinha recebido, com a sua esposa, uma herdade de um foreiro do rei e que esta propriedade tinha passado para Pero Pires Bravo, um Velho. As de 1288 indicam que também teve uma quintã em Santo André de Guilhadeses, em Arcos de Valdevez.[2150] Do seu primeiro casamento com Berengária Afonso de Baião nasceu *Fernão Anes de Lima I* (VI-19),[2151] seu principal herdeiro. Já viúvo, JOÃO FERNANDES casou novamente com a célebre Maria Pais da Ribeira, a *Ribeirinha*, provavelmente pouco tempo depois desta ter perdido D. Sancho I, seu amante, e de ter sido raptada por Gomes Lourenço de Alvarenga, que a levou para o reino de Leão, onde tinha parentes (em Toronho) e onde se enfrentou com a justiça régia.[2152] Curiosamente, este matrimónio parece ser

[2146] *Idem*, *ibidem*.

[2147] *Idem*, *ibidem*.

[2148] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 367.

[2149] PMH-Inq. 1258, p. 311.

[2150] PMH-Inq. 1288, pp. 216-218.

[2151] Conf. os dados genealógicos de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2152] Há pouco tempo, tivemos oportunidade de realizar um trabalho com Inés Calderón Medina que comprova que a linhagem de Maria Pais da Ribeira procede do conde Osório Martins – Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos xii-xiv)».

Com efeito, Monio Osores de Cabreira e Ribeira, filho do conde leonês Osório Martins e de Teresa Fernandes (filha da Infanta D. Elvira e do conde Fernando Fernandes de Toro), casou com Boa Nunes de Grijó, única herdeira do magnate Nuno Soares de Grijó. Deste ma-

coincidente com o de Pero Aires, seu tio, com Constança Osório, já que esta seria irmã de Monio Osores, marido de Boa Nunes de Grijó e progenitor do ramo português dos senhores de Cabreira e Ribeira.[2153] Portanto, Paio Moniz, pai da Ribeirinha, seria primo carnal de Rui Pires de Vilalobos, um primo, por via paterna, de JOÃO FERNANDES DE LIMA. Assim sendo, este enlace renovou a sua capacidade para manter a sua influência em todos os reinos do

---

trimónio nasceram Martim Moniz, Maria Moniz e Paio Moniz de Cabreira e Ribeira, sendo que este último tomaria rapidamente as rédeas do seu grupo familiar.

Paio Moniz começou a surgir na cúria de D. Sancho I por volta de 1187-1188, tendo recebido alguns bens do monarca. Para além disso, acabaria por chegar à alferesia em 1199 e por tomar posse da tenência de Lanhoso em 1200. Do seu casamento com Urraca Nunes de Bragança nasceram Martim Pais da Ribeira, tenente de Lanhoso (entre 1222 e 1236) e esposo de Maria Pais de Valadares, Maria Pais da Ribeira, a *Ribeirinha*, e uma outra filha anónima.

Após a morte da rainha D. Dulce, D. Sancho I teve duas relações barregânicas de grande importância, com Maria Aires de Fornelos, dama que, tal como já referimos, pertencia à linhagem galega dos senhores da torre de Fornelos (junto a Crecente), e com Maria Pais da Ribeira, sendo que só esta última perdurou até ao seu falecimento em 1211.

Da sua relação com o monarca português nasceram Teresa Sanches, esposa do castelhano Afonso Teles de Meneses, Gil Sanches, amante de Maria Garcia de Sousa (filha de Garcia Mendes de Eixo, magnate que se exilou em Toronho, em 1211), Constança Sanches e o poderoso Rodrigo Sanches, amante de Constança Afonso de Cambra.

Segundo os nobiliários, a *Ribeirinha* foi atacada e raptada por Gomes Lourenço de Alvarenga em Castro de Avelãs (Trás-os-Montes), enquanto regressava das cerimónias fúnebres de D. Sancho I em Coimbra, na companhia do seu irmão Paio Moniz.

Gomes Lourenço acabou por levar Maria Pais para Leão, sendo altamente provável que tenha buscado a protecção do seu parente Egas Afonso de Alvarenga, esposo de Sancha Pais de Toronho (filha de Paio Curvo de Toronho).

Em resposta a um pedido de D. Afonso II, o agressor acabaria por comparecer perante a justiça de Afonso IX em Castelo Rodrigo. Enfrentado com a veracidade das acusações e com as recusas de Maria Pais em aceitar Gomes Lourenço como seu marido, o monarca leonês terá ordenado a execução do Alvarenga.

Apesar de ser altamente provável que este rapto seja verídico, hoje sabemos que o desfecho não foi real, visto que Gomes Lourenço se encontra documentado em Portugal depois destes factos.

Pouco tempo depois, Maria Pais casaria com João Fernandes de Lima I, magnate que terá conhecido em Portugal e com quem terá convivido na Galiza e em Leão.

Curiosamente, tanto João Fernandes como a *Ribeirinha* nutriam laços de parentesco similares em relação às famílias reais do ocidente peninsular, já que Maria Pais descendia da Infanta D. Elvira, irmã da rainha D. Teresa de Portugal, mãe de Urraca Henriques, irmã de D. Afonso Henriques e avó do Lima (estes parágrafos resumem as ideias apresentadas em Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 137-143).

[2153] *Vide* nota anterior.

ocidente peninsular, seja através dos seus enteados, nascidos de D. Sancho I, e da família da sua esposa, seja através do parentesco que esta mantinha com algumas das principais figuras da esfera castelhano-leonesa. Deste segundo casamento nasceram *Gonçalo Anes de Lima I* (VI-20), *Maria Anes de Lima* (VI-21) e *Teresa Anes de Lima* (VI-22).[2154]

V-16 RUI FERNANDES DE LIMA I, o *Codorniz*, alcaide de Lisboa entre 1192 e 1207, pela mão de D. Sancho I.[2155] É também possível que se trate do seu homónimo que foi tenente de Toronho, em 1180-1182, alferes de Leão, em 1184-1185, e chanceler, em 1189.[2156] Em 1219, encontrava-se já na Galiza, confirmando com os seus irmãos um documento em Santiago de Compostela.[2157] Por outro lado, também seria o RUI FERNANDES, neto de Bermudo Peres de Trava, identificado na documentação de Sobrado em 1217.[2158] De uma relação sua com uma desconhecida nasceu *Maria Rodrigues de Lima*, *Codorniz* (VI-23).[2159]

V-17 GIL FERNANDES DE LIMA I, esposo de Maria Pais de Soutomaior, e não Elvira Pais, como referem os livros de linhagens. Deste seu casamento nasceram *Urraca Gil de Lima*, *Batissela* (VI-24), e *Fernão Gil de Lima*, *Batissela* (VI-25).[2160]

V-18 FERNÃO FERNANDES DE LIMA I, fidalgo presente em Ourense, através de um aforamento em Tibiás (concelho de Pereiro de Aguiar, Galiza) feito ao mosteiro de Sobrado, pela sua família, em 1200, e que, juntamente com Rui Fernandes, confirma um documento em Santiago, em 1219.[2161]

V-19 MARIA FERNANDES DE LIMA I, que foi casada com Lopo Rodrigues de Ulhoa e foi mãe de Fernando e João Lopes de Ulhoa, que ficou famoso devido à sua condição de trovador – informações que se colhem na

---

[2154] Conf. dados genealógicos de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2155] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 100.

[2156] *Idem*, *ibidem*, p. 100, nota 66.

[2157] *Idem*, *ibidem*, pp. 99-100.

[2158] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 392.

[2159] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 100.

[2160] *Idem*, *ibidem*, pp. 101-102. LD20C3-4.

[2161] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 99-100.

carta de escambo que, juntamente com seus filhos, faz com o mosteiro de Sobrado, em 1236. O *Livro de Linhagens* equivoca-se, pois, quando identifica como mãe de João Lopes a sua tia Teresa Fernandes de Lima I e não MARIA FERNANDES.[2162]

V-20 TERESA FERNANDES DE LIMA I, erradamente identificada, como vimos, no *Livro de Linhagens,*[2163] razão por que não lhe podemos atribuir com segurança qualquer casamento ou descendência.

V-21 HENRIQUE FERNANDES DE LIMA, fidalgo que, em 1223, juntamente com sua irmã Urraca Fernandes de Lima I, lega bens ao mosteiro de Sobrado, antes de acompanhar Afonso IX num cerco falhado a Cáceres.[2164]

V-22 ÁLVARO FERNANDES DE LIMA, personagem somente documentada em 1228, altura em que surge, conjuntamente com a sua irmã Elvira Fernandes de Lima e com a sua tia materna Aldonça Bermudes de Trava, como detentor de um imóvel em Santiago, que pertencera à sua mãe Teresa Bermudes de Trava.[2165] Não sabemos se casou ou se teve filhos.

V-23 ELVIRA FERNANDES DE LIMA, que, como já afirmámos, detinha bens em Santiago, em co-propriedade com o seu irmão Álvaro Fernandes e sua tia Aldonça Bermudes de Trava.[2166]

V-24 SANCHA FERNANDES DE LIMA (1198-1234),[2167] esposa do conde leonês Froila Ramires,[2168] um dos principais magnates das cortes de Fernando II e Afonso IX e parente de Constança Osório, esposa de Pero Aires, logo, tia de SANCHA. Este casal teve descendência, dando continuidade a este prestigioso ramo dos Flaínez.[2169]

[2162] *Idem*, *ibidem*, p. 102.

[2163] LL13D3. Este erro encontra-se explicado em Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 102, nota 82.

[2164] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 101, nota 78.

[2165] *Idem*, *ibidem*, p. 103.

[2166] *Idem*, *ibidem*.

[2167] *Idem*, *ibidem*, p. 102.

[2168] Sobre esta figura veja-se Barton, *The Aristocracy…*, pp. 247-248.

[2169] Apesar de Simon Barton referir explicitamente que desconhece as origens desta segunda esposa de Froila Ramires (*Idem*, *ibidem*, p. 247), alguns autores defendem incondicio-

V-25 e URRACA FERNANDES DE LIMA I, que, com seu irmão Henriques Fernandes, fez, em 1223, uma doação ao mosteiro de Sobrado.[2170]

Do primeiro casamento de Soeiro Aires de Valadares com Elvira Nunes Velho nasceram:

V-26 PAIO SOARES DE VALADARES I, rico-homem de D. Sancho I, tenente de Riba Minho entre 1185 e 1203.[2171] Em 1192,[2172] com a sua esposa Elvira Vasques de Soverosa e com os seus filhos, vendeu a Fiães um casal no termo de S. Martinho de «*Latrones*» (junto de A Cañiza?, na Galiza) e uma herdade no lugar de Corujeiras, em Roussas (Melgaço) – bens que tinha de herança paterna. Em 1208,[2173] PAIO SOARES vendeu a Soeiro Gomes um casal seu na vila de Deva (Pontedeva), pelo seu bom serviço e por um valor que pagou em seu nome, na qualidade de seu fiador, a João Fernandes de Lima I, seu parente. Anos mais tarde, em 1228,[2174] Soeiro Gomes, freire de Palmela, doou a Fiães as suas vinhas no lugar de Abeleira (Abeleda, Castro Caldelas), que tinha comprado a PAIO SOARES DE VALADARES I. Em 1239,[2175] Marina Rodrigues e seus filhos, nascidos do seu casamento com este Soeiro Gomes, venderam a Fiães um casal que tinham comprado anteriormente a PAIO SOARES e a Elvira Vasques, sua esposa. Segundo as inquirições de 1288,[2176] PAIO tinha pousada no lugar de Gondelim, na freguesia de S. Eulália de Cerdal, no julgado e couto de Valença, que, devido

---

nalmente a sua pertença à casa de Lima (SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 102). Importa referir que Froila Ramires também foi casado com Urraca Gonçalves de Trava, filha do conde Gonçalo Fernandes de Trava e, portanto, neta de Fernão Peres de Trava, ou seja, de um primo e de um tio de Teresa Bermudes de Trava, esposa de Fernão Aires de Lima e mãe desta Sancha Fernandes de Lima.

[2170] SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 101, nota 78.

[2171] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 788. Aos dados apresentados por este autor – que invoca Leontina Ventura –, devemos acrescentar várias referências do tombo de Fiães, que colocam Paio Soares à frente de Riba Minho e Valadares até 1203 – FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 1, 2, 4, 5, 6, 8, 15, 16, 18, 23, 30, 48, 50, 54, 55, 61, 62, 149, 170, 172, 273, 275, 276 e 293.

[2172] FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 4.

[2173] *Idem*, *ibidem*, docs. 395 e 400.

[2174] *Idem*, *ibidem*, doc. 404.

[2175] *Idem*, *ibidem*, doc. 401.

[2176] PMH-Inq. 1288, pp. 116-118.

à sua condição de senhor da terra, foi honrado. Porém, este lugar já estaria honrado, pois D. Afonso II dera este seu lugar reguengo a Paio Novais, a Pero Soares e a Raimundo Anes, que o expandiram, acrescentando-lhe mais dez casais honrados. Apesar do prestígio que lhe foi aportado pelo seu casamento com Elvira Vasques de Soverosa (filha de Vasco Fernandes de Soverosa, irmã de Gil Vasques de Soverosa e, portanto, tia de Teresa Gil de Soverosa, mãe de Maria Afonso de Leão, segunda esposa do seu sogro), este enlace não terá sido feliz, pois esta atraiçoou-o com o seu vassalo Vasco Martins de Mogudo de Sandim, dando origem aos Botelho.[2177] Esta incompatibilidade no casal poderá ter sido fruto do facto de Elvira Vasques ter sido raptada pelo seu marido e, provavelmente, de ter sido forçada a casar. Desta união nasceram *Lourenço Pais de Valadares* (VI-26), *Soeiro Pais de Valadares* (VI-27), *Rui Pais de Valadares* (VI-28), *Maria Pais de Valadares* (VI-29) e *Sancha Pais de Valadares* (VI-30).[2178]

V-27 LOURENÇO SOARES DE VALADARES I, rico-homem que não é registado nos livros de linhagens e, por várias vezes, confundido com Lourenço Soares de Valadares II, filho do seu sobrinho Soeiro Pais de Valadares.[2179] Apesar do enorme prestígio da sua família em Portugal, LOURENÇO SOARES acabou por desenvolver uma carreira voltada, quase exclusivamente, para a esfera leonesa. Este posicionamento ainda encerra várias dúvidas, podendo ter sido motivado pelo exílio leonês de Vasco Fernandes de Soverosa, pai da sua cunhada Elvira Vasques de Soverosa, ou, até, pelo segundo casamento do seu pai com Maria Afonso de Leão, filha de uma relação ilegítima entre Afonso IX e Teresa Gil de Soverosa. No entanto, estamos seguros de que terá sido este parentesco com os Soverosa e com a família real a principal razão da sua rápida ascensão entre as fileiras da aristocracia leonesa[2180]. Em Leão, LOURENÇO SOARES foi alferes, entre 1195 e 1196 e entre 1203 e 1205, mordomo, em 1205

[2177] LL25S2.

[2178] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2179] Veja-se, por exemplo, o lapso apontado por Sottomayor-Pizarro a Leontina Ventura em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 787, nota 12.

[2180] Lembremo-nos que, com o segundo casamento de Soeiro Aires de Valadares com Maria Afonso de Leão, Lourenço Soares de Valadares I se tornou enteado de uma das filhas de Afonso IX – a importância deste parentesco com a família real leonesa já foi devidamente enfatizada em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 15.

e 1219, tenente de Babia, em 1204, da Extremadura, em 1219, e do Bierzo, em 1224. Muitos destes cargos parecem ter sido simultâneos ao governo de, pelo menos, duas terras no Alto Minho: Valadares, em 1219, 1221, 1222 e 1223, e Valdevez, em 1222.[2181] Tudo indica que LOURENÇO SOARES também se terá envolvido nas negociações que levaram ao tratado de Toro de 1218, entre Afonso IX e o seu futuro herdeiro, Fernando III.[2182] Não tendo encontrado qualquer informação sobre o seu património, podemos apenas presumir que este se encontraria em torno do maciço montanhoso composto pelas serras de Peneda, Soajo e Laboreiro, espraiando-se em ambas as vertentes e entrando, por isso, na terra de Límia.[2183] A difícil matriz geográfica deste território também poderá ter sido uma das razões pelas quais buscou a sua promoção social em Leão. Não sabemos se casou nem se teve filhos, mas é possível que duas referências oriundas das inquirições de 1258 remetam para esta figura e não para Lourenço Soares de Valadares II. Se assim for, ficamos a saber que criaram uma filha sua em Sanfins da Várzea (talvez em Parada, Paredes de Coura), no julgado de Froião, e que teve um casal de Paderne em Penso (Melgaço), no julgado de Valadares.[2184]

V-28 e RUI SOARES DE VALADARES I, rico-homem omitido pelos livros de linhagens, que, ao contrário deste seu último irmão, serviu D. Sancho I, como tenente de Gouveia e da Guarda, em 1194 e 1196, respectivamente.[2185]

Do segundo casamento de Soeiro Aires de Valadares com Maria Afonso de Leão nasceram:

[2181] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 15.

[2182] *Idem*, *ibidem*.

[2183] Sottomayor-Pizarro cedo exprimiu a ideia de que a ausência de muitos dos Valadares dos fundos documentais portugueses se deveria a uma implantação na Galiza (Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 785), situação que iremos comprovar.

No caso específico de Lourenço Soares de Valadares I, não conseguimos encontrar qualquer referência ao seu património, pelo que apenas podermos supor que se estenderia ao longo das duas vertentes do maciço montanhoso que separa Valadares das terras de Toronho e Límia.

O perfil geográfico da terra de Valadares foi traçado por Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 137-138.

[2184] PMH-Inq. 1258, pp. 360 e 376.

[2185] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 787.

V-29 JOÃO SOARES DE VALADARES, fidalgo normalmente identificado, desde os trabalhos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, com o trovador JOÃO SOARES *SOMESSO,*[2186] interpretação com a qual concordamos plenamente, apesar da existência de teorias bastante recentes que o relacionam com os Fornelos e não com os Valadares.[2187] O *Livro de Linhagens*

[2186] Esta hipótese foi confirmada por Resende de Oliveira, através de alguns indícios documentais que foi recolhendo na fronteira galego-portuguesa (Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 503-504).

[2187] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 140-161. Este autor identifica João Soares Somesso como sendo o outorgante de uma doação ao mosteiro de Fiães, datada de 1223, relativa a um casal em Chaianos, vila que, ao contrário do que supõe Resende de Oliveira (que a identifica como Ceivães), se situa em Crecente, na terra de S. Martinho; como sendo interveniente num escambo feito em 1242 com D. Lucas de Tui, onde cede os seus direitos de padroado nas igrejas de Baleixe (A Cañiza) e Setados (As Neves), também na terra de S. Martinho, em troca de casais em Setados; e como confirmante de um diploma de 1230 do priorado de Vilar de Donas (Palas de Rei).

Depois, leva a cabo uma leitura dos fundamentos genealógicos que suportam a teoria tradicional, apontando lacunas cronológicas na relação entre Soeiro Aires e João Soares Somesso e Afonso Soares Sarraça, já que, segundo Resende de Oliveira, Soeiro Aires terá morrido por volta de 1179, facto que tornaria impossível, por exemplo, ter casado com Maria Afonso.

Contudo, e tal como vimos anteriormente, Soeiro Aires ainda se encontra documentado em 1219 e nas inquirições régias de 1258 e 1288, o que nos leva a supor que, apesar de se ter ausentado da corte portuguesa nos finais da década de setenta, tenha vivido ainda durante as primeiras décadas do século xiii, altura em que se casou com a jovem bastarda régia leonesa.

Todavia, os indícios anteriormente enunciados levaram Souto Cabo a presumir que os nobiliários terão amalgamado informações de dois João Soares, sendo que o marido da Infanta e pai de João Soares Somesso seria um Soeiro Aires documentado como tenente de S. Martinho de Ladrons (1202, 1204 e 1209), de Ribadavia (1205), de Orcellón (1208) e de Francelos (1211).

Apesar de não recusar liminarmente a ideia de que este Soeiro Aires possa ser um Valadares, Souto Cabo identifica-o como Soeiro Aires de Fornelos, filho de Aires Nunes de Fornelos e de Maior Peres de Bravães, irmão de Pero Aires de Fornelos e de Maria Aires de Fornelos, barregã de D. Sancho I, enaltecendo que Ximena Nunes, esposa de Pero Pais de Bravães e de Aires Nunes de Valadares, fora antepassado comum das duas linhagens.

Portanto, a vinculação natural dos Fornelos à terra de S. Martinho parecia justificar plenamente a associação de João Soares a esta linhagem: Pero Aires de Fornelos surge como tenente de S. Martinho em 1201; Paio Aires de Fornelos surge no mesmo cargo em 1187 e 1190; e um Soeiro Dias surge como tenente de Tui em 1207.

Até as próprias relações de Maria Aires de Fornelos parecem apontar no mesmo sentido: o seu filho Martim Sanches foi tenente de Ribadavia (1218-1225), S. Martinho (1223), Nóvoa (1221), Pena Corneira (1218-1222); e Martim Gil de Soverosa foi tenente de S. Martinho (1229) e de Ribadavia (1234-1236 e 1257-1258).

do Deão identifica-o como o *«que foi bom trovador»*[2188]. Em 1223,[2189] JOÃO SOARES fez uma doação ao mosteiro de Fiães, cenóbio com que seu pai e a sua linhagem mantinham uma forte vinculação. Esta doação visava ressarcir Fiães de um conjunto de abusos que ele e os seus homens tinham cometido, através da entrega de um casal seu na vila de Chaianos (Ceivães, Monção)[2190]. Anos mais tarde, em 1230,[2191] JOÃO SOARES reaparece na Galiza, confirmando um diploma do priorado de Vilar de Donas. Presume-se que a

Por sua vez, Soeiro Aires surge com Fernando Guterres de Castro, sogro de Martim Gil, à frente de Ribadavia em 1205. Já Teresa Gil de Soverosa seria proprietária de um casal em «Chachanos» em 1245, terra que Souto Cabo identificou como a Chaianos de João Soares Somesso.

Portanto, dado este contexto, João Soares seria a figura que foi tenente de Crecente em 1223, por delegação de Martim Sanches, e tenente de S. Martinho em 1238-1239 e 1246, algumas vezes por associação a um Rodrigo Soares, filho do anteriormente referido Soeiro Dias.

Na opinião de Souto Cabo, este João Soares poderá ser identificado como o cavaleiro João Soares de Chapela, registado na documentação de Melón entre 1228 e 1247 – se bem que o próprio autor deixa muito clara a possibilidade de se tratarem de figuras distintas.

Tendo em conta todos estes dados, Souto Cabo concluiu que João Soares Somesso seria seguramente João Soares de Fornelos, que também poderia ser o poderoso João Soares de Chapela.

Na nossa opinião, não se pode apontar qualquer erro às suas propostas de articulação de dados entre as diversas figuras associadas aos senhores de Fornelos, mas não podemos concordar com a base desta associação a João Soares Somesso.

Como já referimos, a biografia que traçámos para Soeiro Aires de Valadares não apresenta sinais de discordância em relação aos nobiliários, já que este magnate ainda estaria vivo nos primeiros anos do século XIII, razão pela qual a sua memória ainda se encontrava reflectida na documentação local e nas inquirições. Por outro lado, a associação de João Soares à terra de S. Martinho parece ser algo conjuntural, visto que apenas um dos seus documentos aponta claramente para bens situados nesta circunscrição —o escambo com D. Lucas de Tui de 1242—, sendo que esta situação não o alheia completamente da esfera de influência dos Valadares.

Assim sendo, preferimos adoptar a versão tradicional que o identifica com João Soares de Valadares, deixando mais observações sobre estes documentos invocados para o nosso texto principal.

[2188] LD13F2.

[2189] FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 232.

[2190] Como vimos na antepenúltima nota, Resende de Oliveira foi responsável por esta localização geográfica —OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, p. 504—, que entra em choque com a visão de Souto Cabo, que situa esta vila na terra de S. Martinho.

[2191] *Idem*, *ibidem*, p. 503.

sua cantiga de escárnio *«Ogan[o], em Muimenta»* terá sido produzida em data posterior a esta aparição, já que Martim Gil de Soverosa, figura que assumiu a voz da sátira aos Lumiares, tornou-se tenente de Riba Minho a partir de 1232.[2192] O casamento de Paio Soares, seu irmão, com Elvira Vasques de Soverosa terá propiciado a passagem desta tenência para as mãos de Martim Gil de Soverosa, seu sobrinho.[2193] Tudo indica que, atendendo ao conteúdo da sua cantiga (que almeja as dificuldades de Abril Pires de Lumiares, um dos inimigos de Martim Gil, em casar adequadamente a sua filha), JOÃO SOARES seria, provavelmente, vassalo do Soverosa.[2194] Segundo as inquirições de 1258,[2195] comprou uma herdade em Vilela (Amares?), no julgado de Bouro, e foi detentor do couto de Souto (já em Terras de Bouro), por carta régia de D. Afonso III. Segundo um documento de 1242, oriundo da catedral de Tui,[2196] o *Somesso* recebeu do bispo D. Lucas, em regime de préstamo, dois casais em Setados (As Neves). Em troca, este doou à sé tudo o que possuía na paróquia de Valeixe (A Cañiza) e os seus direitos na igreja de Setados. Este escambo incluía uma cláusula de devolução do património a Tui após a sua morte, com toda a vinha que ali plantasse. Não sabemos se casou nem se teve descendência.

V-30 PERO SOARES SARRAÇA, fidalgo que, aproveitando a sua prestigiosa ascendência régia, casou com a dama galega Elvira Nunes Maldonado[2197], que seria filha de Nuno Peres Maldonado e de Aldara Fernandes Chu-

[2192] *Idem*, *ibidem*.

[2193] *Idem*, *ibidem*.

[2194] *Idem*, *ibidem*, p. 504.

[2195] PMH-Inq. 1258, pp. 421 e 425.

[2196] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 13, doc. 22.

[2197] Apesar da sua forte implantação na zona das Rias Baixas (em torno do Morrazo e Salnés), não encontrámos muita documentação relativa a esta família.

Pero Aires, filho do fundador da linhagem, doou a Armenteira uma herdade na vila de *«Podenci»*, na paróquia de Santiago (Santiago de Cabanas, em Palas de Rei?), em 1197 – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1751, doc. 10.

Por sua vez, Nuno Peres Maldonado surge entre os patronos da igreja da paróquia da «Quintã» (?), que, em 1263, concederam a Armenteira metade da dita igreja, conjuntamente com os seus bens em S. João «Dorgo» (?) – AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1761, doc. 11.

Este Nuno Peres será pai de um Pero Nunes Maldonado que, segundo o testamento de Afonso Anes Churrichão (1325), foi detentor de um casal que, por essa altura, estava na posse deste cavaleiro – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1461, doc. 3.

rrichão, filha de Fernão Pires Churrichão e de Teresa Pires Velho e, por isso, neta de Pedro Arteiro Churrichão e de Pero Nunes Velho, filho de Nuno Soares Velho II. No que toca a Nuno Peres Maldonado, detentor de bens no Salnés[2198], sabemos que foi filho de Pedro Aires de Aldana (ou Maldonado), filho de Aires Nunes de Aldana, que, de acordo com velhas tradições genealógicas castelhano-leonesas, descendia de uma longa linhagem que radicava as suas origens nos tempos de Pelágio[2199]. Apesar de não termos em grande conta o valor historiográfico destas informações, é de assinalar a coincidência onomástica, cronológica e geográfica entre este Aires Nunes de Aldana e o nosso Aires Nunes/Aires Calvo, bem como entre o seu filho Pedro Aires de Aldana e Pero Aires, patriarca dos Nóvoa e dos Vilalobos, ou Pero Aires de Valadares. Por isso, não é de todo impossível que os Maldonado sejam mais um dos ramos deste vasto grupo familiar, descendendo directamente de Aires Nunes e, porventura, de Pero Aires. E, se assim for, podemos concluir facilmente que PERO SOARES terá buscado um casamento endogâmico no coração da Galiza, região onde terá vivido. Segundo Resende de Oliveira[2200], PERO SOARES terá acompanhado o seu irmão Afonso Soares na conquista de Sevilha. Do casamento entre PERO SOARES SARRAÇA e Elvira Nunes Maldonado nasceram *Vasco Pires Sarraça I* (VI-31), *Gomes Pires Sarraça* (VI-32), *Maria Pires Sarraça* (VI-33), *Teresa Pires Sarraça* (VI-34) e *Iria Pires Sarraça* (VI-35).[2201]

Segundo um documento de 1271 (AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1762, doc. 5), Pero Nunes Maldonado, cavaleiro do Morrazo, teve uma filha, Teresa Peres Maldonado, que, por essa altura, fez um escambo com Armenteira, onde o dito cenóbio lhe ofereceu as suas herdades em Santo André de O Hío, recebendo em troca as suas herdades na vila de Portela, em Bueu, na vila da Barra, em O Hío, a quarta parte da vila de Breyas e um foro anual, a sacar dos seus bens em S. Salvador de Coiro e em S. Cipriano de Aldan.

[2198] Documentados em 1246 (García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 382).

[2199] Estes exageros genealógicos chegaram ao grande público através de vários trabalhos de carácter corográfico. No caso específico dos Maldonado, podemos invocar, a título de exemplo, a entrada do «Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar», de Pascual Madoz, sobre a paróquia de S. Cipriano de Aldan – Pascual Madoz, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, 16 vols., Madrid, 1845-1850, T. I, p. 489.

[2200] Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, p. 439.

[2201] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

V-31 e AFONSO SOARES DE VALADARES, ou SARRAÇA, que casou com a galega Teresa Anes de Sás (Deza), provável irmã de Pero Anes de Deza, senhor do couto de S. Estêvão de Portela (na terra de Oseira) em 1276,[2202] e tia de João Peres de Deza. Segundo Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, estes seriam parentes do arcebispo compostelano Pedro Soares de Deza (1172?-1206).[2203] Acreditamos que, tal como o seu irmão anterior, este seu casamento tenha levado a uma presença constante no espaço galego, já que de um dos seus filhos, *Fernão Afonso de Valadares*, ou *Deza* (VI-36), e *Mor Afonso de Valadares*, ou *Deza* (VI-37), esposa de Gomes Henriques de Pobrãos, terá nascido o pai de Alonso Soares de Deza, o *Churruchao*, destacada personagem da aristocracia galega de meados do século XIV.[2204] Este

[2202] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 384.

[2203] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 102, nota 16.

[2204] *Idem*, *ibidem*. Através das palavras de Eduardo Pardo de Guevara é fácil de deduzir que o nome do pai de Alonso Soares seria Soeiro Gomes de Deza.

Quanto a Gomes Henriques de Pobrãos, este encontra-se documentado através de um filho seu, de nome Diogo Gomes de Deza, que, em 1280, ocupou bens do mosteiro galego de Carboeiro em Martije – García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 370.

Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL76G1 e seguintes), os Pobrãos-Deza procedem do casamento de Maria Sanches, filha do bastardo régio leonês Sancho Fernandes (filho de Fernando II), com este Gomes Henriques de Pobrãos, de quem teve o dito Diogo Gomes de Pobrãos.

Por sua vez, do casamento deste Diogo Gomes de Pobrãos com Maria Fernandes de Ulhoa nasceu Fernão Dias de Pobrãos, que morreu sem descendência na Galiza, e Urraca Gomes de Pobrãos, esposa de Paio Varela, um dos descendentes de Varela Fernandes, irmão de Paio Curvo de Toronho. Diogo Gomes voltaria a casar com Maria Nunes de Lara, de quem não teve descendência, tendo ambos professado no Hospital, sendo que acabaria por se tornar prior desta ordem em Castela.

Tendo exposto a descendência do primeiro casamento de Gomes Henriques, o nobiliário indica que do seu segundo matrimónio com Mor Afonso Sarraça (filha de Afonso Soares Sarraça e sobrinha de Pero Soares Sarraça) nasceram Afonso Gomes de Deza e um novo Gomes Henriques de Deza, que foi assassinado pelo seu irmão, pouco tempo depois de ter constituído família.

Do casamento de Afonso Gomes com Maria Fernandes de Bicos nasceram Afonso Soares de Deza, Teresa Soares de Deza, esposa do seu parente João Vasques Sarraça, Aldonça Afonso de Deza, esposa de Pero Soares Galinhato, Mor Afonso de Deza, esposa de Pero Fernandes Churrichão, e Maria Afonso de Bicos.

Já do casamento do segundo Gomes Henriques de Deza nasceu um novo Diogo Gomes de Deza, esposo de Mécia Gomes Sarraça, sua parente, e pai de outro Afonso Gomes de

último serviu o Infante D. Filipe, filho de Sancho IV, como seu mordomo e foi também adiantado-mor na Galiza. A sua oposição ao arcebispo compostelano Fr. Berenguel de Landoira acabou por ditar o seu assassinato no castelo da Rocha Forte, junto à urbe de Santiago.[2205] Atendendo a este contexto, é possível que AFONSO SOARES tenha vivido e detido património na região de Deza (ou Deça), localizada na vertente nordeste da actual província de Pontevedra, onde recebeu alguns préstamos de Oseira.[2206] Sabemos também que AFONSO SOARES foi trovador, tendo composto uma cantiga de escárnio sobre o casamento, por interesse, de Teresa Lopes de Ulhoa com o seu segundo marido, Pero Marinho, e que acompanhou o seu irmão Pero Soares na conquista de Sevilha. Em 1262, altura em que Teresa Anes de Deza outorga o seu testamento (onde escolhe ser sepultada em Santa Maria de Acibeiro), AFONSO SOARES ainda se encontrava vivo, sendo que *Fernão Afonso* e *Mor Afonso* já seriam adultos.[2207]

Do casamento entre João Aires de Valadares e Gontinha Gomes de Penegate nasceram:

V-32 RODRIGO ANES DE PENELA, cavaleiro que deteve o paço de Estorãos (S. Salvador de Lamas, no julgado de Penela), que foi sempre honrado.[2208] As inquirições de 1288[2209] dizem-nos que teve também uma devesa

---

Deza. Devido a uma dissolução do seu casamento, provocada pelo seu grau de parentesco próximo, Diogo Gomes casou uma segunda vez com Teresa Vasques de Temes, de quem teve outro Afonso Soares de Deza, outro Diogo Gomes de Deza e uma filha.

Por fim, Afonso Gomes de Deza, filho de Diogo Gomes de Deza e de Mécia Gomes Sarraça, casou com uma filha de André Sanches de Grés, criado do seu pai, que o matou durante os ditos esponsais.

À primeira vista, conseguimos vislumbrar várias incongruências onomásticas na descendência do primeiro Gomes Henriques de Pobrãos, sendo que a mais assinalável é a filiação de Afonso Soares de Deza e de Teresa Soares de Deza em Afonso Gomes de Deza e Maria Fernandes de Bicos.

Na nossa opinião, o autor do nobiliário terá encaixado estes dois sobrinhos de Afonso Gomes entre a sua descendência, pois, tal como hoje, se terá deparado com uma ausência absoluta de dados documentais sobre o nosso hipotético Soeiro Gomes de Deza, pai do *Churruchao*.

[2205] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 102, nota 16.

[2206] OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*..., p. 439.

[2207] *Idem*, *ibidem*, pp. 438-439.

em Santiago de Arcozelo (Arcozelo, Vila Verde?), no julgado de Penela, e dois casais honrados —que havia conseguido por meio de um escambo com Pero Coelho—, onde fez duas casas (em Santo Tirso, neste mesmo julgado). Do seu casamento com Dórdia Raimundes de Portocarreiro nasceram *Vicente Rodrigues de Penela* (VI-38) e *Pero Rodrigues de Penela I* (VI-39).[2210]

V-33 TERESA ANES DE PENELA, que casou com Soeiro Nunes Velho II, de quem teve descendência.[2211]

V-34 AFONSO ANES DE VALADARES, identificado apenas no *Livro do Deão*[2212].

V-35 e PERO ANES DE VALADARES, também referido, apenas, no *Livro do Deão*[2213].

Do casamento entre Pero Aires de Valadares e Mor Pais de Bravães, filha de D. Paio Vasques de Bravães, nasceram:

V-36 PERO PIRES GRAVEL, fidalgo que casou com Ouroana Pais Correia, de quem teve *Maria Pires Gravel II* (VI-40), *Ouroana Pires da Veiga* (VI-41) e *Sancha Pires da Veiga* (VI-42).[2214]

V-37 GOMES PIRES GRAVEL, fidalgo identificado pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que foi pai de *Paio Gomes Gabere* (VI-43).[2215]

V-38 MARIA PIRES GRAVEL I, senhora que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, terá casado, embora não revele o nome do seu marido.[2216]

[2208] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 799.

[2209] PMH-Inq. 1288, pp. 313 e 318.

[2210] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2211] *Idem*, *ibidem*.

[2212] LD13H2. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 799.

[2213] LD13H2. *Idem*, *ibidem*.

[2214] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2215] LL63F3. *Idem*, *ibidem*.

[2216] *Idem*, *ibidem*.

V-39 URRACA PIRES GRAVEL, identificada pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, sem que se refira o nome do seu marido.[2217]

V-40 e MOR PIRES GRAVEL, cujo matrimónio com um fidalgo desconhecido também se encontra mencionado no nobiliário.[2218]

A sexta geração

Do casamento entre Rodrigo Vasques de Celanova e Toda Palazim nasceram:

VI-1 TERESA RODRIGUES DE CELANOVA, esposa de Gomes Soares *Facha* (de Tougues),[2219] filho do magnate Soeiro Mendes *Facha* (de Tougues), que, aproveitando as suas origens nos poderosos Trava e Celanova, desenvolveu uma carreira transfronteiriça dividida entre Portugal e Leão.[2220] Na nossa opinião, este matrimónio possui um enorme valor estratégico, visto que Soeiro Mendes seria filho de Châmoa Gomes de Pombeiro (ou Celanova), uma prima do conde Vasco Sanches de Celanova (ou Barbosa), avô paterno de TERESA RODRIGUES, sendo, por isso, aceitável que o consideremos uma união endogâmica desenhada com o propósito de canalizar o património e poder de duas das linhas dos Celanova para um único casal. Neste caso, a linha de Gomes Soares pode radicar as suas origens em Gomes Nunes de Pombeiro (ou Celanova) e TERESA RODRIGUES em Sancho Nunes de Celanova, um dos cunhados de D. Afonso Henriques. Por outro lado, esta união também renovou a velha aliança que os Celanova vinham mantendo com os Trava, pois Soeiro Mendes, pai de Gomes Soares, seria filho de Mem Rodrigues de Tougues, um filho de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, irmão do célebre conde Pedro Froilaz de Trava e tio de Fernão Peres de Trava, Bermudo Peres de Trava e de Rodrigo Peres Veloso. A descendência deste casal acabou por dar continuidade à linhagem dos Tougues.

VI-2 e MARIA RODRIGUES DE CELANOVA, que, segundo os livros de linhagens, casou com um fidalgo aragonês, tendo dado origem aos Urrêa,

---

[2217] *Idem*, *ibidem*.

[2218] *Idem*, *ibidem*.

[2219] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2220] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 10-11.

Coronel e Cardona.[2221] Segundo Calderón Medina, este nobre aragonês foi Jimén de Urrea, de quem MARIA RODRIGUES teve cinco filhos: Jimén, Pedro, Sancha, Guilherme e Eva. Em 1249, já viúva, realizou um acordo com Gil de Urrea, com o propósito de lhe transmitir os seus senhorios familiares. Com efeito, um daqueles filhos terá sido pai de Raimundo de Cardona, fidalgo que regressou a Portugal em 1308 para reclamar a parte da sua avó no couto de Santa Clara de Entre-os-Rios. Também Pero Coronel será filho de um desses filhos de MARIA RODRIGUES, uma vez que era sobrinho de Jimén de Urrea II, e também ele regressaria a Portugal, integrando a hoste de Afonso X que participou na guerra civil de 1245-47.[2222]

Do matrimónio entre Sancho Nunes de Barbosa e Teresa Mendes de Ribadouro nasceu:

VI-3 NUNO SANCHES DE BARBOSA, rico-homem de D. Sancho I (entre 1182 e 1210)[2223] que ostentou as tenências de Santarém, Riba Minho e Trancoso.[2224] É provavelmente o NUNO SANCHES que, em 1258,[2225] detinha um casal em Oleiros (Vila Verde), no julgado de Prado, através do qual tentou pousar na igreja local, sem que fosse seu patrono, e não sem que os protestos dos seus fregueses levassem o fidalgo a desistir dos seus propósitos. A ser verdadeira, a nossa hipótese pode indiciar que este terá vivido no Entre-Minho-e-Cávado, sendo por isso natural a sua nomeação para a tenência de Riba Minho. A sua esposa, Teresa Álvares de Soverosa, honrava toda a freguesia de Lagares, no julgado de Penafiel de Sousa. Esta terá falecido pouco tempo depois do seu marido, antes de 1227.[2226] Desta união nasceram *Pero Nunes de Barbosa* (VII-1) e *Sancha Nunes de Barbosa* (VII-2).[2227]

[2221] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa. Segundo LL37D5, Maria Rodrigues casou em Aragão, contando-se entre os seus descendentes Simão de Urrea, Pero Coronel, Raimundo de Cardona, que esteve em Portugal, e Berengária de Cardona, esposa de Gonçalo Anes de Aguiar, *o Velho*.

[2222] Inés Calderón Medina, «La Solidaridad Familiar. La Participación de la Nobleza Leonesa en la Guerra Civil de Portugal (1245-1247)», *Hispania*, LXXIII - 245 (2013), pp. 634-635.

[2223] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 513, nota 3.

[2224] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 531.

[2225] PMH-Inq. 1258, p. 296.

[2226] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 513, nota 4.

[2227] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

Do casamento entre Pero Anes da Nóvoa I e Urraca Pires da Maia, filha do alferes português e leonês Pero Pais da Maia, nasceram:

VI-4 JOÃO PIRES DA NÓVOA I, rico-homem de Afonso IX e Fernando III, ostentou, tal como seu pai, várias tenências na sua Galiza natal, nomeadamente Bolo de Senda (O Bolo) entre 1224 e 1240, Castela (de Búval) em 1223, 1227 e 1242, e Nóvoa em 1227[2228] – esta última encerra a curiosidade de lhe ter sido confiada pelo bastardo régio português Martim Sanches, parente e rico-homem de confiança de Afonso IX, senhor de um enorme poder territorial na fronteira galego-portuguesa.[2229] Esta situação parece indiciar que, ao contrário do seu pai, JOÃO PIRES terá alimentado uma certa proximidade em relação ao partido senhorial português que se estabeleceu na corte leonesa, onde foi vassalo de Martim Sanches. Em 1243[2230] referem-se bens seus em Pidre (Cedeira), na zona de Oseira. Sabemos que casou com a castelhana Maria Nunes Girão, de quem teve *Gonçalo Anes da Nóvoa II* (VII-3), uma filha que se casou com o seu parente Vasco Pires Sarraça (identificável como *N. Anes da Nóvoa* – VII-4) e *Pero Anes da Nóvoa II* (VII-5).[2231]

VI-5 RUI PIRES DA NÓVOA, esposo de Maria Durães de Riba de Vizela,[2232] que, a julgar pela sua ausência da documentação galega, terá vivido em Portugal.

VI-6 e URRACA PIRES DA NÓVOA, que casou em Portugal com Nuno Vasques de Bragança[2233] e foi mãe de Urraca Nunes de Bragança II, esposa de Fernão Rodrigues Cabeça de Vaca, e de Gonçalo Nunes de Bragança, último grande senhor dos braganções, que acabou por seguir uma carreira transfronteiriça, voltada principalmente para a esfera castelhana, onde permaneceu até aos últimos anos do reinado de Afonso X.[2234] Como sabemos, este teve um

[2228] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, pp. 395, 397 e 400.

[2229] Sobre a carreira de Martim Sanches veja-se CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 32-36.

[2230] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 381.

[2231] Conf. os dados genealógicos de SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2232] *Idem*, *ibidem*.

[2233] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 236.

[2234] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 236-237.

filho de uma barregã, mas que não conseguiu dar continuidade à sua linhagem, tendo revertido todo o seu poder e influência para os Chacim. Quanto à sua filha, não estamos certos de que se tenha casado entre os Cabeça de Vaca castelhanos, cujo solar se encontraria em terras de Cuenca, onde estariam estabelecidos desde o reinado de Afonso VIII, ou antes numa modesta linhagem homónima (os Cabeças), que, segundo as inquirições de 1288, detinham uma quintã honrada em Calheiros, no julgado de Ponte de Lima.[2235]

Do casamento entre Soeiro Anes da Nóvoa (ou de Moeira) e Sancha Rodrigues nasceram:

VI-7 JOÃO SOARES DA NÓVOA, fidalgo identificado pelos livros de linhagens, onde se indica sequencialmente quer a sua ascendência quer a sua descendência (na dama *Sancha Anes de Moeira* (VII-6), esposa de João Nunes de Cerveira).[2236] Atendendo ao enorme desfasamento etário entre os cônjuges, podemos presumir que esta união tenha acontecido em finais do reinado de D. Sancho I, provavelmente ainda antes da ascensão vertiginosa do seu tio-avô Pero Anes da Nóvoa I. Mas, não podemos descurar a possibilidade de se tratar de um equívoco biográfico referente à sua tia-avó Sancha Anes da Nóvoa, presente em documento de 1175, do mosteiro de S. Martinho Pinário.[2237]

VI-8 ELVIRA SOARES DA NÓVOA, que o *Livro do Deão* menciona como mulher de um conde D. Real de Lamões, de quem não teve filhos, e de Guterre Rodrigues de Castro, o *Escalavrado*, de quem terá tido Fernão Guterres de Castro.[2238] Apesar de não duvidarmos da existência desta senhora, estes seus casamentos levantam-nos algumas reticências, quer pelo nome do dito D. Real, quer pelo seu casamento com Guterre Rodrigues. Estudos recentes reafirmam vários traços bem conhecidos da vida pública deste Castro, identificando claramente as suas derivas entre Leão e Castela e, até, a sua influência na Galiza, sem que qualquer um deles lhe aponte qualquer casamento com uma Nóvoa. Na verdade, Guterre Rodrigues de Castro optou por se integrar na corte de Fernando II, onde foi tenente de Benavente (1180)

[2235] PMH-Inq. 1288, pp. 198-202.

[2236] LD19U5 e V6-7.

[2237] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 109.

[2238] LD19U6-7.

e de Lemos (1182). A esta última terra acrescentaria as de Sarria e Montenegro, que governaria, simultaneamente com Lemos, até 1186. A partir deste ano, operou-se nova mudança de fidelidade, tendo permanecido na corte de Afonso VIII entre meados de 1186 e 1190.[2239] A sua influência na Galiza pode ser atribuída ao seu casamento com Elvira Osório, filha do conde leonês Osório Martins (Flaínez), patriarca dos Osório e dos senhores de Vilalobos. Ao contrário daquele que lhe é atribuído pelo *Livro do Deão*, este matrimónio encontra-se confirmado no livro de privilégios da Ordem de S. João e no cartulário do mosteiro de S. Millán de la Cogolla.[2240] A raiz deste aparente equívoco poderá estar no facto de Pero Aires, um dos tios de Soeiro Anes da Nóvoa, pai de ELVIRA SOARES, se ter casado com Constança Osório, uma das irmãs de Elvira Osório, a verdadeira esposa do *Escalavrado*[2241]. Apesar de tudo o que temos vindo a afirmar, não podemos descurar a possibilidade de Guterre Rodrigues ter casado duas vezes, com duas senhoras homónimas; até porque pensamos ser mais plausível a associação de Sarria, Montenegro e Lemos, aos Nóvoa do que aos Osório, que ainda estavam muito distantes do processo que os levou a tornarem-se condes de Lemos, em substituição dos poderosos Castro.

VI-9 e GONÇALO SOARES DE ORCELLÓN, fidalgo igualmente identificado pelo *Livro do Deão*[2242] e que, segundo Eduardo Pardo de Guevara y Valdés[2243], teve alguma descendência, registada em documentos de meados

---

[2239] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 92.

[2240] *Idem*, *ibidem*, pp. 152 (nota 688) e 92 (nota 295).

[2241] Para mais dados sobre os casamentos de Constança Osório e de Elvira Osório veja-se TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios*…, p. 152.

[2242] LD19U5 e W6-7. Segundo LD19W6-7, Gonçalo Soares de Orcellón terá casado e sido pai de Martim Gonçalves de Paramo, pai de Gonçalo Soares de Paramo.

Pensamos que esta referência terá surgido de um equívoco, já que existe uma clara divergência onomástica no patronímico de Gonçalo Soares, que, por sua vez, não se coaduna com uma entrada das inquirições de 1307-1311, que aponta a criação de um Gonçalo Rodrigues de Paramo em Vila Chã de Jusã (Santiago de Vila Chã, Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, há vinte anos – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 22v.

Portanto, achamos que os Paramo foram entroncados nos Nóvoa devido a uma mera similitude onomástica, sem qualquer fundamento documental. Similitude que, como podemos constatar, nem sequer se encontra bem articulada no nobiliário.

[2243] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*…, p. 50, nota 9.

do século XIII. A onomástica destes seus netos (Maria Osório de Orcellón e Fernando Osório de Orcellón) permite-nos aventar que poderá ter tido um filho de nome *Osório Gonçalves de Orcellón* (VII-7), que poderá ter vivido nos alvores desse mesmo século. O apelido desta linha familiar indicia que os seus senhorios estariam localizados na antiga terra do mesmo nome, gravitando em torno do actual concelho de Boborás, na província de Ourense.

Do casamento entre Fernão Anes de Dubra (ou Urrô) e Sancha Anes nasceram:

VI-10 GONÇALO FERNANDES DE DUBRA, fidalgo identificado pelo *Livro do Deão*[2244], que a documentação regista, na zona de Oseira em 1244, a comprar uma herdade em Pidre (Cedeira).[2245]

VI-11 MARIA FERNANDES DE DUBRA, que, em 1227, juntamente com o seu irmão João Fernandes Ladrão (de Ledra), vende ao prior do mosteiro de Sar aquilo que possuíam em Castela e Búval e em todo bispado de Ourense,[2246] aí se referindo, também, que detinham bens em Amoeiro, Ribadavia e Punxín,[2247] que, atendendo à prevalência dos Amoeiro, poderiam advir do seu avô João Aires da Nóvoa (ou Moeiro), através de Fernão Anes de Dubra. MARIA FERNANDES conseguiu um casamento altamente prestigioso com Paio Gomes da Silva, filho de Gomes Pais da Silva, neto de Paio Guterres da Silva e sobrinho de Pero Pais *Escacha*[2248]. Segundo as inquirições de 1288,[2249] Paio Gomes foi senhor da quintã honrada da Silva, localizada em S. Julião da Silva (no julgado de Valença do Minho), pelo que podemos presumir que terá assumido a chefia da linhagem por estes anos, vivido entre os dois lados da fronteira galego-portuguesa e mantido residência no solar familiar dos Silva. Este casal teve descendência, dando assim continuidade a uma das linhas dos poderosos Silva.

VI-12 e JOÃO FERNANDES LADRÃO (de Ledra), ou de DUBRA, cónego prebendário de Compostela, que, para além do já referido documento

---

[2244] LD19Q5-6.

[2245] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 381.

[2246] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 110-111.

[2247] *Idem*, *ibidem*.

[2248] Tal como se pode constatar através de LL58A2, E3 e W4.

[2249] PMH-Inq. 1288, pp. 121-123.

de 1227, onde vende alguns dos bens que detinha com a sua irmã Maria Fernandes,[2250] surge frequentemente em diplomas da sé de Santiago, sendo mesmo referido no livro de aniversários da dita catedral, onde se atribui à sua avó Urraca Fernandes de Trava e ao seu bisavô Fernão Peres de Trava o apelido Dubra[2251]. Este facto confirma as origens compostelanas do senhorio de Dubra, que foi transmitido por Urraca Fernandes aos seus descendentes.

Da relação entre Osório Anes da Nóvoa e uma desconhecida nasceram:

VI-13 GONÇALO OSORES DA NÓVOA, rico-homem de Afonso IX, que ocupou o cargo de tenente de Búval em 1219, tendo também testemunhado uma doação do seu irmão Rodrigo Osores ao mosteiro de Santa Comba de Naves.[2252]

VI-14 MARINA OSORES DA NÓVOA, referida uma única vez em 1207, é esposa de um Aires Fernandes, fidalgo que ofereceu diversos bens ao cabido de Santiago, incluindo um casal em Santa Maria de Amarante (Maside), que, atendendo à sua localização, poderá ter sido parte do património desta sua mulher.[2253] Não sabemos se deste seu matrimónio nasceu qualquer filho.

VI-15 RODRIGO OSORES DA NÓVOA, cavaleiro que fez uma doação em 1221 ao mosteiro de Santa Comba das Naves, na terra de Búval.[2254]

VI-16 PEDRO OSORES DA NÓVOA, presente em documentado em 1195, ao lado de Gonçalo Anes da Nóvoa e Fernão Rodrigues de Calheiros.[2255]

VI-17 e SANCHA OSORES DA NÓVOA, esposa do violento Pero Garcia de Bragança,[2256] de quem teve descendência.

[2250] SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 110-111.

[2251] Tal como se pode verificar através das entradas apresentadas por SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 111, nota 121.

[2252] *Idem*, *ibidem*, p. 119, nota 143.

[2253] *Idem*, *ibidem*.

[2254] *Idem*, *ibidem*.

[2255] *Idem*, *ibidem*.

[2256] *Idem*, *ibidem*. Atendendo às informações que nos são transmitidas por Sottomayor-Pizarro, Pero Garcia de Bragança terá sido especialmente rude e violento, sendo que come-

Do casamento entre Aires Peres —filho de Pero Aires (filho de Aires Calvo) e de Ildoara Fernandes (filha de Fernando Soares de Bóveda e sobrinha de Lourenço Soares Galinhato e de Gomes Soares Galinhato[2257])— e Maior Martins nasceu:

VI-18 JOÃO AIRES GALINHATO, arcebispo compostelano e sucessor de Bernardo II[2258]. O ambiente sócio-político que antecedeu a sua ascensão à mitra caracterizava-se por uma permissividade em relação à estruturação de poderes e privilégios concelhios, por parte dos burgueses compostelanos. Assim sendo, a sua nomeação corresponde a uma tentativa de controlo destas iniciativas, visto que JOÃO AIRES descendia, por via paterna, de duas das linhagens galegas que mais se aproximaram do poder régio e que melhor consolidaram a sua autoridade territorial durante o século xii. Esta percepção sobre o seu carácter e fibra tinha sido atestada pela sua actividade enquanto arcediago de Coronado. Nesse sentido, JOÃO AIRES levou a cabo várias medidas que permitiram um bloqueio completo do processo de crescimento das liberdades e privilégios dos homens-bons de Santiago, tendo sido a construção do castelo da Rocha Forte (junto a Santiago) o maior símbolo da sua afirmação enquanto bispo e senhor feudal. Este novo senhorio, sobranceiro à urbe compostelana, funcionava, ao mesmo tempo, como ponto de controlo das movimentações ou revoltas que pudessem acontecer na cidade e como último abrigo do prelado. Na verdade, estes conflitos estavam relacionados com a incapacidade da igreja de recolher os diversos foros e direitos económicos que os cidadãos de Santiago lhes deviam, pois estes ancoravam-se num privilégio que isentava os seus bens urbanos de toda a forma de tributação, estendendo-o às suas propriedades rurais. Por outro lado, os homens-bons de Santiago também tinham conseguido o privilégio de nomear juízes e,

teu vários abusos contra os camponeses de Mirandela e que violou a sua irmã Mor Garcia de Bragança, razão pela qual se terá exilado na Galiza, onde buscou casamento com Sancha Osores – para mais detalhes sobre a vida deste casal veja-se Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 230-231.

[2257] Gomes Soares Galinhato, com os seus filhos Constança Gomes, Fernão Gomes, Gonçalo Gomes, Maior Gomes e Rodrigo Gomes, tomaram posse de vários bens do mosteiro de Carboeiro na região de Deza (Soutolongo, Serantes, Berán, etc), entre 1291 e 1295 – García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 371.

[2258] As principais características do episcopado de João Aires encontram-se analisadas em Armesto, *Galicia Feudal*, p. 288 – informações que tentaremos resumir.

consequentemente, o controlo do exercício da justiça. Todas estas questões acabaram por ser resolvidas de uma forma favorável aos burgueses, devido à morte do arcebispo. JOÃO AIRES envolveu-se na conquista de Sevilha, tendo sido acompanhado pelo mestre de Santiago e por vários nobres galegos, como o seu amigo Rodrigo Gomes de Trastâmara. Faleceu justamente em consequência desta campanha, pois foi alvo de um surto de peste que grassava numa localidade próxima ao seu acampamento. Apesar de ter regressado a Santiago, tudo indica que JOÃO AIRES nunca conseguiu recuperar o seu vigor e saúde, tendo morrido em 1266. A sua morte implicou um recrudescimento do conflito entre os burgueses e o seu prelado, pois chegaram a negar-se a reconhecer a autoridade do seu sucessor.

Do primeiro casamento de João Fernandes de Lima I com Berengária Afonso de Baião nasceu:

VI-19 FERNÃO ANES DE LIMA I, rico-homem de Fernando III e Afonso X que confirmou quase todos os diplomas régios de 1230 a 1265, podendo ter morrido numa das campanhas contra a revolta mudéjar de 1264-1266.[2259] A *Crónica de Afonso X* aponta como causa da sua morte um rapto (e, possível, violação) de uma noiva de Córdoba, gerador de uma retaliação violenta de João Fernandes de Lima II e de Rui Fernandes de Lima II, seus filhos, contra as forças concelhias dessa cidade em 1283, durante a guerra que opôs o *Sábio* ao seu herdeiro, Sancho IV.[2260] Ao que sabemos, FERNÃO ANES foi uma das peças mais importantes da conquista de Sevilha, sendo-lhe atribuído um episódio miraculoso durante o assédio à cidade. Em 1253, estes esforços foram recompensados através do *repartimiento* de Sevilha, sendo-lhe atribuído um dos *donadíos mayores*, o que foi objecto de confirmação em 1257.[2261] Pensamos que o grosso dos seus bens estaria localizado na Galiza, provavelmente em torno da zona de Oseira, onde se registam bens seus em Porcal (Cedeira), em 1243.[2262] Importa notar que outro dos intervenientes desta escritura foi João Pires da Nóvoa I, esposo de Maria

[2259] SOTTOMAYOR-PIZARRO, «Os Limas…», pp. 63-65.

[2260] *Idem*, *ibidem*, p. 64.

[2261] *Idem*, *ibidem*, pp. 64-65. Sabemos também que fez parte da hoste reunida por Afonso X que participou na guerra civil portuguesa de 1245-1247 – FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*…, p. 170 e seguintes.

[2262] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media*…, p. 381.

Nunes Girão e pai de Gonçalo Anes da Nóvoa II, a quem se apontam bens em Pidre (Cedeira).[2263] Em 1244, FERNÃO ANES fez um escambo com Melón, tendo o cenóbio entregado as suas vilas em Sanín em troca de dois casais em S. Félix de Átrio e em «Penisinis».[2264] FERNÃO ANES também é referido, com frequência, na qualidade de tenente de várias terras galegas, como as de Aguiar (em 1227, 1229 e 1247, desta última vez pela mão do arcebispo João Aires, seu parente), de Baroncelle (em 1233-1241, 1246 e 1253-1259), de Límia (em 1234, 1246 e 1259), de Cabreira e Lobarzana (em 1239, 1249 e 1262), de Milmanda (em 1233), de Toronho (em 1201, 1229, 1239, 1243, 1245, 1246, 1250, 1255, 1256, 1258, 1265, 1266 e 1269), de Zamora (1229), de Entienza (1234), de Soveroso (1239), de Santa Cruz (em 1254), das vilas de A Guarda e a Louriña.[2265] Segundo as inquirições de 1288, foi criado na freguesia de S. Jorge, em Arcos de Valdevez.[2266] Casou com D. Teresa Anes da Maia[2267], filha de João Pires da Maia e, por isso, neta de Pero Pais da Maia, *o Alferes*, antigo alferes de Leão e Portugal e tenente de Toronho,[2268] e sobrinha de Urraca Pires da Maia, esposa do seu parente Pero Anes da Nóvoa I.[2269] Deste matrimónio nasceram *João Fernandes de Lima II* (VII-8), *Fernão Fernandes de Lima II* (VII-9), *Rui Fernandes de Lima II* (VII-10), *Urraca Fernandes de Lima II* (VII-11), *Mor Fernandes de Lima* (VII-12) e *Inês Fernandes de Lima I* (VII-13).[2270]

Por sua vez, do segundo casamento de João Fernandes de Lima I com Maria Pais da Ribeira nasceram:

VI-20 GONÇALO ANES DE LIMA I, fidalgo cuja carreira se não pode perseguir com segurança, devido, sobretudo, à sua homonímia com o seu contemporâneo Gonçalo Anes da Nóvoa I. Contudo, pensamos que este poderá

[2263] *Idem*, *ibidem*.

[2264] Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 169.

[2265] Procurámos agrupar os dados de Fernández Rodríguez, *Toronium*…, pp. 167-172 e de García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media*…, pp. 393, 394, 399, 402 e 403.

[2266] PMH-Inq. 1288, pp. 282-284.

[2267] Em 1273, Teresa Anes, esposa de Fernão Anes Batissela, estabelece um acordo com Allariz – García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media*…, p. 377.

[2268] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 11-12.

[2269] Conf. as informações genealógicas de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2270] *Idem*, *ibidem*.

ser o GONÇALO ANES que se encontra identificado em 1175, 1201 e 1207, como tenente de Límia,[2271] e que casou com Joana Rodrigues de Castro, de quem não terá tido descendência.[2272]

VI-21 MARIA ANES DE LIMA, que casou com o castelhano Afonso Teles de Córdoba (Teles de Meneses), filho do primeiro matrimónio de Afonso Teles de Meneses, *o Velho*, com uma Girão. Este último casar-se-ia, em segundas núpcias, com Teresa Sanches, bastarda de D. Sancho I, nascida da sua relação com Maria Pais da Ribeira, segunda esposa de João Fernandes de Lima e mãe de MARIA ANES. Com efeito, o sogro de MARIA ANES acabou por casar com uma sua meia-irmã, por via materna[2273]. Apesar de conhecermos a sequência das relações da *Ribeirinha*, e, a partir dessa informação, podermos concluir que Teresa Sanches seria mais velha do que MARIA ANES, não nos é possível aferir qual destes casamentos aconteceu em primeiro lugar e, por isso, qual deles desencadeou esta dupla aliança com os Meneses. Através do seu matrimónio, MARIA ANES deu continuidade a um dos ramos principais desta linhagem, a qual, pelo casamento de Mor Afonso de Meneses com o Infante Afonso de Molina, deu origem à famosa rainha Maria de Molina.[2274] Por outro lado, esta deriva na estratégia matrimonial dos Lima parece corresponder mais às necessidades estratégicas da família de Maria Pais da Ribeira, já que os senhores de Cabreira e Ribeira descendiam directamente do conde leonês Osório Martins (um Flaínez), patriarca de todas as diferentes linhas de Osórios estabelecidas na Galiza, Leão e Castela. Resta referir que MARIA ANES terá tido uma relação concubinária com Fernando III, provavelmente entre 1235 e 1237[2275].

VI-22 e TERESA ANES DE LIMA, que se casou com Mem Garcia de Sousa, filho primogénito de Garcia Mendes de Eixo (Garcia Mendes de Sousa II) e líder da família dos Sousa durante a conturbada transição do reinado de D. Sancho II para o de D. Afonso III.[2276] Os contactos entre os Lima e a fa-

[2271] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 398.

[2272] Conf. os dados genealógicos de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2273] Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», p. 152 (esquema IV).

[2274] *Idem*, *ibidem*.

[2275] LD6AY. Inés Calderón Medina pressupõe que esta relação terá acontecido entre os casamentos de Fernando III – Calderón Medina, «El Concubinato Regio…», p. 21.

mília de Garcia Mendes ter-se-ão intensificado com o seu exílio na terra de Toronho (após os conflitos de 1211), onde, para além de ter desenvolvido a sua actividade poética, conseguiu o apoio da família da sua esposa, Elvira Gonçalves de Toronho, filha de Gonçalo Pais de Toronho e de Ximena Pais da Maia, irmã de Pero Pais da Maia, rico-homem que também se tinha exilado nesta região em 1169.[2277] Importa relembrar que Gonçalo Pais seria filho de Paio Curvo de Toronho, magnate que terá dividido fidelidades entre Portugal e Leão, e que Garcia Mendes de Eixo seria neto de Urraca Sanches de Barbosa (ou Celanova) —esposa de Gonçalo Mendes de Sousa I e filha de Sancho Nunes de Celanova—, e filho de Maria Rodrigues Veloso, esposa de Mendo Gonçalves de Sousa I e filha do conde Rodrigo Peres Veloso, um Trava. Assim sendo, podemos identificar no casamento de TERESA ANES um esforço de convergência do património de várias das principais famílias da região e de muitos dos seus parentes colaterais portugueses. Do casamento de TERESA ANES DE LIMA com Mem Garcia de Sousa nasceram vários filhos, que deram continuidade à sua linhagem.[2278]

Da relação entre Rui Fernandes de Lima I, *Codorniz*, e uma desconhecida nasceu:

VI-23 MARIA RODRIGUES *CODORNIZ*, que ficou conhecida através da sátira dirigida pelo conde Gonçalo Garcia de Sousa I ao seu rapto por João Bezerra *(Levaron-na Codorniz)*.[2279] Atendendo ao facto de seu pai ter sido alcaide de Lisboa e à implantação geográfica dos Bezerra, podemos concluir que MARIA RODRIGUES terá crescido no sul de Portugal e que terá marcado presença na corte régia, meio onde se terá difundido a notícia do seu rapto. No entanto, MARIA RODRIGUES casou com o galego Martim Martins Marinho, de quem teve, pelo menos, um filho (Pero Martins Marinho).[2280]

Do casamento entre Gil Fernandes de Lima I e Maria Pais de Soutomaior nasceram:

[2276] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 215-216.

[2277] Sobre o exílio de Garcia Mendes de Eixo em Toronho veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 31-32.

[2278] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 216-217.

[2279] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 100.

[2280] *Idem*, *ibidem*, p. 100, nota 67.

VI-24 URRACA GIL BATISSELA, esposa de Nuno Fernandes Churrichão, filho de Fernão Pires Churrichão e, por isso, neto de Pedro Arteiro Churrichão, cavaleiro natural do vale do Sousa que se radicou na zona de Ourense em meados do século XII. Deste casamento surgiu descendência, que deu continuidade aos prolíficos Churrichão.[2281]

VI-25 e FERNÃO GIL BATISSELA, cavaleiro que, segundo os livros de linhagens[2282], casou com Sancha Fernandes de Talhamancos, filha de Fernão Pais de Talhamancos, um descendente de Varela Fernandes, irmão de Paio Curvo de Toronho.[2283] Deste casamento nasceram *Rui Fernandes Batissela* (VII-14), *João Fernandes Batissela* (VII-15), *«o que mataram os Mouros quando mataram o arcebispo dom Sancho»*[2284] (Infante de Castela e arcebispo de Toledo, que morreu em 1261), *Maria Fernandes Batissela* (VII-16), esposa de Gonçalo Coronel, e *Teresa Fernandes Batissela* (VII-17), mulher de Garcia Soares de Moledo[2285].

Do casamento entre Paio Soares de Valadares I e Elvira Vasques de Soverosa nasceram:

VI-26 LOURENÇO PAIS DE VALADARES, rico-homem de D. Afonso II, criado em Troviscoso (Monção), no julgado de Pena da Rainha,[2286] que deteve a tenência de Riba Minho em 1221.[2287]

VI-27 SOEIRO PAIS DE VALADARES, fidalgo que, tal como já vimos, foi feito cavaleiro por Gonçalo Anes da Nóvoa I,[2288] seu parente (pois SOEIRO

[2281] LL74C3 e LD20C3.

[2282] LD20C4.

[2283] A linhagem Varela-Talhamancos também se encontra representada no título LL76. Segundo Souto Cabo, Fernão Anes de Montor, pai de Paio Curvo, terá sido, também, o progenitor de Varela Fernandes, que foi pai de Afonso Varela, Garcia Varela e de Paio (Moniz?) Varela. Por sua vez, este último foi pai de Miguel Pais Varela, Maria Pais Varela e Fernão Pais de Talhamancos (Capelo ou Varela), a primeira personagem referida naquele título do livro de linhagens (LL76) – Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 258.

[2284] LD20C4.

[2285] LD20C4. Para além de ter casado com Garcia Soares de Moledo, Teresa Fernandes foi raptada e violada por Lopo Rodrigues de Ulhoa, com quem acabou por se casar e de quem teve descendência – LD20D3.

[2286] PMH-Inq. 1258, p. 374.

[2287] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 789.

PAIS seria filho do seu primo Paio Soares de Valadares I) e provável senhor. Terá sido criado em Fontão (Ponte de Lima) e adoptado por um foreiro do rei, de nome Pero Lourenço.[2289] Segundo as inquirições de 1258, foi senhor de uma herdade régia em Feitais (Souto Maior, concelho de Sabrosa), juntamente com seus irmãos e sobrinhos. Por via do seu casamento com Estevaínha Ponço de Baião, conseguiu alguns bens em Torres Vedras e no seu termo. Sabemos também que deixou uma propriedade à ordem de Santiago e que os Baião também lhe transmitiram a honra de Águas Belas (em Sortelha). Durante o reinado de D. Afonso III, foi senhor da honra da Moita.[2290] Da sua mãe, Elvira Vasques de Soverosa, recebeu dois casais em Vila Nova (no julgado de Panóias), a honra da aldeia de Quintela (em Vila Marim, julgado de Panóias) e a honra de Oliveira (no julgado de Gaia).[2291] Três dos seus filhos foram criados na terra Nóbrega, dois em S. Tomé (de Vade, Ponte da Barca) e um em S. Mamede de Vila Verde (Cuide).[2292] Embora se verifique a sua presença na corte portuguesa, tão-só em 1222, a documentação de Fiães comprova a detenção das tenências de Riba Minho e Valadares, onde surge erraticamente nos anos de 1201, 1209, 1210, 1211, 1217, 1222, 1224, 1229 e 1230.[2293] O seu desaparecimento da corte desde 1222 denuncia que este terá abandonado Portugal por essa altura, tendo seguido para o reino de Leão, onde se tornou mordomo em 1225, em substituição do Infante D. Pedro de Portugal. Porém, em 1226, integrou-se novamente na corte de D. Sancho II, onde tomou novamente controlo da tenência de Riba Minho em 1229.[2294] Apesar de não podermos apresentar grandes explicações para estas flutuações de fidelidade, pensamos que estas poderão estar associadas à instabilidade política vivida após 1211 (quer durante o reinado de D. Afonso II, quer no período de D. Sancho II). Contudo, a sua associação ao séquito pessoal do Infante D. Pedro ilustra claramente a sua adesão ao partido senhorial português, que se tinha reunido na corte de Leão. Na verdade, SOEIRO PAIS só regressou nova-

[2288] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 16.

[2289] *Idem*, *ibidem*.

[2290] *Idem*, *ibidem*.

[2291] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 725-726.

[2292] PMH-Inq. 1258, pp. 407 e 410.

[2293] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 57, 65, 67, 68, 71, 74, 75, 86, 88, 131, 132, 146, 165, 167, 169, 180, 182, 191, 197, 199 e 200.

[2294] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 16.

mente a Portugal em 1248, com D. Afonso III, tendo permanecido na corte até 1250.[2295] Durante os 19 anos que mediaram a sua segunda partida e este último regresso, SOEIRO PAIS poderá ter seguido o Infante D. Pedro na sua partida para a Catalunha ou participado na reconquista castelhana.[2296] Porém, a única informação certa sobre esta fase obscura da sua vida está relacionada com a sua adesão ao partido de D. Afonso III. Do seu casamento com Estevaínha Ponço de Baião nasceram *Lourenço Soares de Valadares II* (VII-18), *Paio Soares de Valadares II* (VII-19) e *Rui Soares de Valadares II* (VII-20).[2297]

VI-28 RUI PAIS DE VALADARES, que surge pela primeira vez, juntamente com a sua primeira esposa, Maria Pires de Azevedo, em 1224, a permutar com o mosteiro de Fiães um seu casal em Desteriz (Padrenda) por um outro em Padrenda,[2298] voltando a aparecer, em 1240, a doar à sé do Porto os direitos de padroado que detinha sobre a igreja de Santa Cruz de Riba Leça (Santa Cruz do Bispo, Matosinhos).[2299] Terá sido criado em Gondoriz (Arcos de Valdevez), no julgado de Arcos de Valdevez, e, também, no julgado de Penela, em *Santa Marina de Sindy* (talvez Anais, Ponte de Lima), freguesia onde foi, ainda, criada uma filha sua, enquanto, na freguesia de S. Martinho de Rio Mau (Vila Verde), no mesmo julgado, foi criado um filho seu.[2300] De acordo com as inquirições de 1288, um filho seu foi criado em Portela (Arcos de Valdevez), no julgado de Arcos de Valdevez, e foi senhor da honra de Bergonte (Paços, Melgaço), no julgado de Melgaço, que, por aquela altura, já estava nas mãos dos seus filhos e netos,[2301] enquanto que as inquirições de 1307-11, afirmam que foi criado em Loureda (Arcos de Valdevez), no julgado de Arcos de Valdevez, onde teve uma quintã honrada.[2302] Sabemos, ainda, que herdou bens da sua mãe em Lousada e em Penafiel de Sousa.[2303] Do seu primeiro ca-

[2295] *Idem*, *ibidem*.

[2296] *Idem*, *ibidem*.

[2297] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2298] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 385.

[2299] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 789.

[2300] PMH-Inq. 1258, pp. 384, 397 e 398.

[2301] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 789. PMH-Inq. 1288, pp. 254-255.

[2302] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 18.

samento com Maria Pires de Azevedo nasceram *Lourenço Rodrigues de Valadares* (VII-21), *Elvira Rodrigues de Valadares* (VII-22), *Luca Rodrigues de Valadares* (VII-23) e *Sancha Rodrigues de Valadares* (VII-24). Por sua vez, do seu segundo casamento com Maria Gil Feijó nasceram também *Paio Rodrigues de Valadares* (VII-25), *João Rodrigues de Valadares I* (VII-26), *Gil Rodrigues de Pias* (VII-27),[2304] *Sancha Rodrigues de Pias* (VII-28) e *Maria Rodrigues de Pias e Valadares* (VII-29).[2305]

VI-29 MARIA PAIS DE VALADARES, que, em 1217,[2306] doou a Fiães uma herdade sua em Cela (Santa Maria de Cela, Bueu), junto ao castelo de S. Martinho, e, em 1243,[2307] a herdade que tinha em Monte Redondo (S. João de Monte Redondo, em Padrenda), no termo de Santa Cruz. Apesar de detentora de bens na Galiza, MARIA PAIS casou-se com Gonçalo Gonçalves da Palmeira (Pereira), um dos descendentes portugueses dos poderosos Trava-Trastâmara, e, depois, com Martim Pais da Ribeira, filho de Paio Moniz da Ribeira, irmão de Maria Pais da Ribeira (esposa de João Fernandes de Lima I, seu parente), neto de Monio Osores de Cabreira e Ribeira e, por isso, bisneto do conde leonês Osório Martins[2308]. Resta dizer que teve descendência de ambos os casamentos.[2309]

VI-30 e SANCHA PAIS DE VALADARES, esposa do cavaleiro galego Mem Rodrigues de Queiroga, de quem teve descendência.[2310] A julgar pela

---

[2303] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 789.

[2304] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2305] Aparentemente, Maria Gil Feijó seria filha do cavaleiro galego Gil Peres Feijó e sobrinha de João Peres Feijó, filhos de Pero Mendes Feijó. Estão ambos presentes, em 1231, quando vendem ao mosteiro de Melón todos os seus bens em Pereiras (S. Miguel de Pereiras, Mos) – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1441, doc. 2. Esta relação familiar com Melón manter-se-ia durante várias décadas, pois, em 1341, tinha na sua posse uma carta onde um elemento desta linhagem levava a cabo a venda do seu couto de Lougares, em Mondariz – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1473, doc. 12.

[2306] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 246.

[2307] *Idem*, *ibidem*, doc. 384.

[2308] Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 149-150 (Esquema I e II).

[2309] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2310] *Idem*, *ibidem*.

sua situação familiar, podemos presumir que terá passado boa parte da sua vida na Galiza.

Do casamento entre Pero Soares Sarraça e Elvira Nunes Maldonado nasceram:

VI-31 VASCO PIRES SARRAÇA I, cavaleiro que casou com uma filha de João Pires da Nóvoa I (N. Anes da Nóvoa – VII-4), seu parente[2311]. Atendendo à quase absoluta ausência de dados seus em Portugal (ou até mesmo na fronteira galego-portuguesa), podemos presumir que terá vivido perto dos domínios do seu sogro (provavelmente mais no interior da actual província de Ourense). Importa notar também que João Pires terá sido o principal herdeiro de Pero Anes da Nóvoa I, célebre mordomo de D. Afonso II, o que explica claramente o interesse estratégico desta aliança, profundamente vantajosa para ambas as partes, já que VASCO PIRES seria neto, por via paterna, da bastarda régia luso-leonesa Maria Afonso de Leão, filha de Afonso IX e de Teresa Gil de Soverosa,[2312] não esquecendo que Maria Afonso foi herdada neste espaço geográfico, tendo concedido a Melón um quinto do seu couto de Lougares (Mondariz) em 1275.[2313] Releve-se o facto de alguns anos após a sua morte, mais precisamente em 1293, Maria Mendes, esposa de Vasco Fernandes de Ambia[2314], legou a este cenóbio a quarta parte da igreja de Lougares, alegando

[2311] Como se pode constatar através das informações genealógicas de SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2312] *Idem*, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2313] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1252, doc. 10.

[2314] Vasco Mendes de Ambia é o primeiro Ambia que se regista, em 1172, quando, com o mosteiro de S. Esteban de Ribas de Sil, procede à delimitação das suas herdades em Sobradelo de Límia. Em 1196, surgem na corte de Afonso IX os seus filhos, Aires Vasques e Pero Vasques de Ambia.

Do primeiro nasceu Paio Aires de Ambia (LD10F4, 5 e 6 e G6) e do segundo nasceu Garcia Peres, tenente de Allariz mencionado por volta de 1274.

Vasco Mendes de Ambia seria irmão de Fernão Mendes de Ambia, esposo de D. Mor Garcia, que, em 1227, recebeu em aforamento de Melón um casal em Portela e outro em Paradela – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1449, doc. 3.

Por sua vez, Fernão Mendes de Ambia terá sido pai de Vasco Fernandes de Ambia, cavaleiro que, em 1274, recebeu em préstamo de Melón o lugar de Enfestela (Folgoso, Allariz) e várias casas, vinhas e leiras em Allariz, entregando, em troca, o lugar de Golpellás e os seus direitos na igreja de Santa Baia de Golpellás (Paderne de Allariz).

que a mesma herdade lhe tinha sido dada por Maria Afonso,[2315] o que nos permite colocar a hipótese de que Vasco Fernandes tivesse sido seu vassalo. Assim sendo, podemos concluir que, conjugando o seu património materno (Maldonado), a herança desta sua avó (Soverosa e família real leonesa) e aquilo que lhe terá advindo do seu casamento (Nóvoa), VASCO PIRES terá reunido um relevante pecúlio patrimonial na Galiza[2316]. Do seu casamento nasceram *João Vasques Sarraça* (VII-30) e *Sancha Vasques Sarraça* (VII-31).[2317]

VI-32 GOMES PIRES SARRAÇA, fidalgo que casou com a galega Maria Sanches de Grés, de quem teve *Mécia Gomes Sarraça* (VII-32),[2318] e, de-

---

Em 1295, Marina Pais de Ambia, provável filha de Paio Aires de Ambia, sub-aforaria um casal que Celanova lhe cedera em Rubiás (Ramirás).

Cremos que algum destes varões referenciados nos finais do século XIII terá sido pai de Rui Mendes de Ambia —cavaleiro identificado em 1308, altura em que levou a cabo várias malfeitorias contra a igreja de Ourense e o mosteiro de Xunqueira de Ambia— e de um segundo Fernão Mendes de Ambia, fidalgo que comprou em 1315 um quinhão de herdade na paróquia de S. Xoán de Piñeira (Sandiás).

Por esta altura, alude-se, também, ao escudeiro Estêvão Anes de Ambia, meirinho-mor do rei, que, em 1366, profere sentença sobre a entrega do couto de Rabal a Celanova, devido ao falecimento de João Fernandes de Lima, Rui Fernandes de Lima e da sua mulher D. Marinha, e outorga uma carta de foro em 1400.

Rui e Fernão Mendes de Ambia seriam irmãos de Guiomar Mendes de Ambia, monja e dona de Ramirás, registada entre 1332 e 1370.

Estes e outros dados sobre os Ambia encontram-se em Pablo S. Otero Piñeyro Maseda e Xosé Antón García G. Ledo, «Apuntes de los Ambía: Linaje y Parentelas (Siglos XII-XVI)», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LVI - N.º 122 (2009), pp. 445-457; e Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 296, nota 41.

Demonstra-se, assim, que os Ambia seriam uma modesta linhagem de espectro regional, estabelecida na terra de Límia, em torno da praça de Allariz.

[2315] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1455, doc. 10.

[2316] O seu relevo social foi reconhecido recentemente por Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 59, nota 38.

[2317] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2318] *Idem*, *ibidem*. Importa referir que Maria Sanches de Grés provinha de uma família especialmente prestigiada, que atingiu o seu auge nos inícios do século XIV.

Filha de Sancho de Grés, Maria foi irmã dos cavaleiros Rui Sanches de Grés, Afonso Sanches de Grés, esposo de Sancha Rodrigues de Bendaña, e André Sanches de Grés, pai do arcebispo compostelano Martim Fernandes de Grés (1339-1342).

pois, com Constança Gomes Galinhato, irmã de Afonso Gomes Galinhato, cavaleiro herdado nas cercanias de Ribadavia, e filha de Gomes Soares Galinhato[2319]. Não conhecemos a presença de GOMES PIRES senão como testemunha do testamento daquele seu cunhado, outorgado em 1315 perante o notário de Ribadavia.[2320] Cremos que a sua primeira mulher, Maria Sanches, seria parente (talvez irmã mais velha) de André Sanches de Grés, adiantado da Galiza, que acompanhou e apoiou o conde Fernando Ruiz de Castro nas suas tendências petristas/legitimistas, tanto na Galiza como no seu exílio português. André Sanches terá tido uma enorme longevidade, pois o seu testamento data de 1368.[2321]

VI-33 MARIA PIRES SARRAÇA, esposa de João Fernandes Varela, um dos prováveis descendentes de Varela Fernandes (irmão de D. Paio Curvo de Toronho), de quem teve descendência.[2322]

VI-34 TERESA PIRES SARRAÇA, esposa de Afonso Pires de Cerveira, um dos irmãos do bispo de Tui Gil Pires de Cerveira,[2323] detentor de bens no Entre-Cávado-e-Lima e na terra de Tebra (Tomiño), onde se tornou senhor do couto de Samoelle.[2324] Não sabemos se aquele casamento foi causa ou

---

Contudo, os ramos mais documentados da família seriam os que provinham do casamento de Afonso Sanches de Grés com Sancha Rodrigues de Bendaña – PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, pp. 369-376.

[2319] O grupo familiar de Gomes Soares Galinhato tomou posse de vários bens do mosteiro de Carboeiro entre 1291 e 1295 – GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 371.

[2320] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1459, doc. 8. Neste documento, Afonso Gomes exprime a vontade de ser sepultado em Melón, a troco de uma doação pia de alguns bens junto ao mosteiro de Val Paraíso, perto de Ribadavia. Um dos seus testamenteiros seria a sua esposa Aldonça Afonso e o seu herdeiro universal seria Lourenço Soares Galinhato.

[2321] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 59, nota 42.

[2322] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

João Fernandes Varela (ou de Talhamancos), filho de Fernão Pais de Talhamancos e de Teresa Lopes de Ulhoa, foi neto de Paio (Moniz) Varela e bisneto de Varela Fernandes – SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 253, nota 100. Este João Fernandes Varela encontra-se referido em LL76A1-2.

[2323] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

consequência do estabelecimento de Afonso Pires em território galego, mas, atendendo à ascendência e contexto familiar de TERESA PIRES, pensamos ser mais provável a primeira hipótese, visto que os Sarraça eram detentores de bens na Galiza desde os tempos de Pero Soares Sarraça. Deste casal nasceu João Afonso de Cerveira.[2325]

VI-35 e IRIA PIRES SARRAÇA, de quem nada sabemos.[2326]

Do casamento entre Afonso Soares de Valadares e Teresa Anes de Sás (ou de Deza) nasceram:

VI-36 FERNÃO AFONSO DE VALADARES, ou de DEZA, figura que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[2327], casou, mas não teve descendência.[2328]

VI-37 e MOR AFONSO DE VALADARES, ou de DEZA, esposa de Gomes Henriques de Pobrãos, de quem terá tido um hipotético Soeiro Gomes de Pobrãos e Deza, pai de Alonso Soares de Deza,[2329] o *Churruchao*, um dos

[2324] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1813, doc. 1.

[2325] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

[2326] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 788.

[2327] LL25E5.

[2328] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 788.

[2329] Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL76H2 e seguintes), Gomes Henriques de Pobrãos terá casado, em primeiras núpcias, com Maria Sanches, filha do bastardo régio castelhano Sancho Fernandes, e depois com Mor Afonso, filha de Afonso Soares Sarraça e sobrinha de Pero Soares Sarraça.

Deste matrimónio nasceriam Afonso Gomes de Deza e Gomes Henriques de Pobrãos (II), sendo que o primeiro casou com Maria Fernandes de Bicos, de quem teve vários filhos, dos quais se destaca justamente Afonso Soares de Deza.

Na nossa opinião, esta reconstituição genealógica enferma do erro de ter feito entroncar um sobrinho na descendência de um tio, ou seja, de ter transformado Afonso Soares de Deza num filho de Afonso Gomes de Deza, facto que, atendendo à incompatibilidade onomástica entre este suposto pai e filho, seria impossível.

Por isso, achamos bem mais plausível que, perante uma total ausência de dados sobre Soeiro Gomes de Pobrãos, o autor do nobiliário tenha optado por ligar Afonso Soares de Deza a um dos seus tios, justamente aquele com quem partilhava o primeiro nome (Afonso).

mais importantes aristocratas galegos do século XIV, tendo sido adiantado-mor da Galiza e mordomo do Infante D. Filipe, filho de Sancho IV. Os seus constantes conflitos com o arcebispo Berenguel de Landoira acabaram por ditar o seu assassinato no castelo episcopal de Rocha Forte, junto a Santiago.[2330] Para além desse presumível Soeiro Gomes de Pobrãos, MOR AFONSO terá, também, sido mãe de Diogo Gomes de Deza, que, em 1280, tomou posse de alguns bens do mosteiro de Carboeiro em Martije,[2331] de Rodrigo Gomes de Deza e da sua irmã, Sancha Gomes de Deza, ambos documentados em 1241.[2332]

Do casamento entre Rodrigo Anes de Penela e Dórdia Raimundes de Portocarreiro nasceram:

VI-38 VICENTE RODRIGUES DE PENELA, cavaleiro referido abundantemente nas inquirições de 1258,[2333] nomeadamente no julgado de Neiva, onde se apontam dois casos de amádigo, na freguesia de S. Vicente de Fragoso (concelho de Barcelos), enquanto na freguesia de S. Pedro de Alvito (concelho de Barcelos), foi, durante doze anos, senhor de um quinhão de herdade que o rei lhe dera em casamento com Maria Pais, viúva de Fernão Ermiges, à qual o havia retirado – por algo que ela fizera – e o transformara em reguengo, só assim se entendendo que, em 1258, o mesmo quinhão estivesse na posse dos filhos e netos da referida Maria Pais. Do mesmo modo, no julgado de Penela, no concelho de Vila Verde, criaram um filho seu na freguesia de Godinhaços, e uma filha na freguesia de Escariz, era senhor da honra de Marrancos (antiga freguesia), enquanto na freguesia de Duas Igrejas tinha uma herdade na que comprara, um casal foreiro ao rei —que recebeu de herança—, um terço de uma propriedade de um herdador e uma herdade do casal de Lama, antes foreiras do Rei. Ainda, um seu filho foi criado na freguesia de Portela, no concelho de Amares, julgado de Entre-Homem-e-Cávado, enquanto um outro filho e uma filha foram criados na freguesia de S. Miguel de Carreiras, no

Cremos, pois, que Afonso Soares de Deza, o *Churruchao*, será filho de Soeiro Gomes de Deza e sobrinho de Afonso Gomes de Deza e de Gomes Henriques de Pobrãos (II).

[2330] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 53, nota 19.

[2331] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 370.

[2332] *Idem*, *ibidem*, p. 381.

[2333] PMH-Inq. 1258, pp. 304, 318, 400, 401, 402, 427 e 432.

concelho de Vila Verde, no julgado de Regalados. Segundo as inquirições de 1288, foi senhor da quintã e honra de Padroso, em Tagilde (Vizela), no julgado de Guimarães, e deteve bens no julgado de Felgueiras.[2334] No que toca ao seu contexto familiar, casou com Maria Pais, possivelmente a cuvilheira da rainha D. Urraca identificada pelo *Livro do Deão*, por quem era considearada como pouco fidalga.[2335] A crer na informação das inquirições, terá sido o próprio rei a propor este matrimónio,[2336] não relevando algum desnível social entre os cônjuges e algo menos correcto, legítimo ou legal, praticado por Maria Pais. Ainda que saibamos que nasceu uma filha deste matrimónio, os livros de linhagens só mencionam um filho: *Rui Vicente de Penela* (VII-33).[2337]

VI-39 e PERO RODRIGUES DE PENELA I, fidalgo que, segundo os livros de linhagens[2338], violou Maria Soares de Tougues —filha do famoso magnate e migrante português Soeiro Mendes *Facha* (de Tougues) e de Elvira Gonçalves de Sousa, filha de Gonçalo Mendes de Sousa I e de Dórdia Viegas de Ribadouro—, com quem se casou depois. Importa assinalar que, tal como já enfatizou José Carlos Miranda[2339], muitas destas supostas violências, perpetuadas em várias tradições e na literatura genealógica e trovadoresca, seriam uma forma de justificação de ligações hipergâmicas sancionadas pelo grupo familiar mais poderoso. Neste caso, pensamos que os Tougues (um ramo dos Trava-Trastâmara) e os Sousa terão estimulado esta narrativa, já que os Penela eram apenas um ramo secundário e mais modesto dos Valadares. Mas, esta união não seria totalmente inconveniente para os primeiros, pois, através dela, misturavam o seu sangue com uma linhagem descendente da antiga aristocracia condal e consolidavam a sua presença na fronteira galego-portuguesa, visto que Soeiro Mendes também deteve bens na Galiza,[2340] tal como vários dos Valadares. Deste casamento nasceram *Estêvão Pires de Pe-*

[2334] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 800.

[2335] *Idem*, *ibidem*. LD13I4.

[2336] PMH-Inq. 1258, p. 304.

[2337] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 800.

[2338] LD13H4 e LL67E1 – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 799.

[2339] José Carlos Miranda, *Os Trovadores e a Região do Porto: Em Torno do Rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, edição do autor, 1996.

[2340] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 10-11.

nela (VII-34), *Teresa Pires de Freiriz* (VII-35), *Sancho Pires de Penela* (VII-36) e *Soeiro Pires de Penela* (VII-37).[2341]

Do casamento entre Pero Pires Gravel e Ouroana Pais Correia nasceram:

VI-40 MARIA PIRES GRAVEL II, esposa de Pero Rodrigues de Pereira, de quem teve descendência.[2342]

VI-41 OUROANA PIRES DA VEIGA (ou MAIOR PIRES), esposa do galego Rui Fernandes de Meira, registado em documentos do cenóbio de Armenteira em 1254 e 1255,[2343] que, diferentemente dos livros de linhagens que o dizem casado com OUROANA PIRES DA VEIGA, identificam a sua esposa como MAIOR PIRES, não estando nós seguros se se trata de um equívoco da literatura genealógica se de dois casamentos distintos. Os citados documentos revelam uma relação de proximidade com aquele mosteiro, de quem recebeu um préstamo em 1255 e a quem fez, em 1254, uma ampla doação testamentária, de bens em Meis, Pontevedra, Tui, Moaña, Poio, Vigo, Meira, Melide e Cangas, com vista à fundação, aí, de uma capela funerária. Tudo indica que esta dona terá vivido na Galiza, com o seu marido, de quem teve descendência.

VI-42 e SANCHA PIRES DA VEIGA, esposa de Martim Viegas Coronel de Sequeira e, depois, de Gonçalo Viegas de Portocarreiro, de quem teve descendência.[2344]

De Gomes Pires Gravel nasceu:

VI-43 PAIO GOMES GABERE, marido de Sancha Pais Carpinteiro, irmã do célebre mestre templário Gualdim Pais. Desta relação nasceram *Estevaínha Pais Gabere* (VII-38) e *Constança Pais Gabere* (VII-39).[2345]

[2341] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2342] *Idem*, *ibidem*.

[2343] AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1760, docs. 5 e 8.

[2344] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2345] *Idem*, *ibidem*.

A sétima geração

Do casamento entre Nuno Sanches de Barbosa e Teresa Álvares de Soverosa nasceram:

VII-1 PERO NUNES DE BARBOSA, fidalgo documentado pela primeira vez em 1237, momento em que, com a sua irmã, faz cumprir alguns legados dos seus pais ao mosteiro de Tarouca. Em 1239, já casado, doou aos pregadores do Porto o direito de padroado que detinha na igreja de Santa Cruz de Riba Leça. Em 1246 e 1247 fez doações de vários bens em Britiande (Tarouca) e Caria (Moimenta da Beira) ao mosteiro de Salzedas.[2346] Possuía, também, dois casais em S. Salvador de Figueiras (Figueira, concelho de Penafiel), no julgado de Aguiar de Sousa,[2347] e, por certo, os reivindicava, mais a norte, em Oleiros (concelho de Vila Verde), no julgado de Prado, onde pousava à força, tendo mesmo ferido um homem e exigido ao pároco local, mediante ameaça, um determinado valor monetário. Aparentemente, estas violências deviam-se ao facto de este ter tido aqui um casal, de ter feito outros dois e de ter construído aqui uma casa. Esta tomada de posse envolveu vários herdadores e chegou a implicar ameaças ao mordomo régio, que perderia o seu pé se ali entrasse. Estaria já morto à altura das inquirições de 1258, enquanto a sua esposa, Elvira Martins da Maia, ainda estava viva.[2348] Deste seu casamento nasceram *Nuno Pires de Barbosa* (VIII-1), *Martim Pires de Barbosa* (VIII-2), *Álvaro Pires de Barbosa* (VIII-3), *Sancho Pires de Barbosa* (VIII-4), *Fernão Pires de Barbosa* (VIII-5), *Soeiro Pires de Barbosa* (VIII-6), *João Pires de Barbosa* (VIII-7), *Mafalda Pires de Barbosa* (VIII-8), *Maria Pires de Barbosa* (VIII-9) e *Sancha Pires de Barbosa* (VIII-10).[2349]

VII-2 e SANCHA NUNES DE BARBOSA, esposa de Abril Pires de Lumiares, de quem teve descendência.[2350]

[2346] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 513.

[2347] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 513-514. PMH-Inq. 1258, p. 296.

[2348] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 513-514.

[2349] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2350] *Idem*, *ibidem*. Importa relembrar que Abril Pires de Lumiares foi uma das principais figuras da aristocracia portuguesa do século xiii, tendo deixado uma enorme marca no reinado de D. Sancho II e, nomeadamente, durante a guerra civil, devido, sobretudo, ao seu apoio

Do casamento entre João Pires da Nóvoa I e Maria Nunes Girão nasceram:

VII-3 GONÇALO ANES DA NÓVOA II, rico-homem documentado em 1245, altura em que doa algumas herdades em Paradela (Orcellón) ao mosteiro de Carboeiro.[2351] Tal como seu pai, assumiu as tenências de Bolo de Senda, entre 1250 e 1265, de Castela (de Búval), em 1250, 1259 e 1261, da Nóvoa, em 1258, e de Pena Corneira, em 1252.[2352] Da sua união com uma dona desconhecida nasceu *Nuno Gonçalves da Nóvoa* (VIII-11).[2353]

VII-4 N. ANES DA NÓVOA, que casou com Vasco Pires Sarraça I, de quem teve descendência.[2354]

VII-5 e PERO ANES DA NÓVOA II, bispo de Ourense entre 1286 e 1308, que ficou conhecido pelos seus violentos conflitos com os franciscanos desta cidade.[2355]

---

fervoroso à causa do conde de Bolonha. Com efeito, foi mordomo (1226), tenente da Guarda (1229-1241), de Lamego (1222-1232 e 1239-1244), de Marialva (1229), de Pinhel (1233-1243), de Riba de Paiva (1241), de Tarouca (1229), de Trancoso (1226 e 1229-1245) e de Viseu (1222-1229 e 1238-1243).

Abril Pires morreu na lide de Gaia de 1245, às mãos do seu principal rival, Martim Gil de Soverosa.

Sabemos também que foi senhor do couto de Lumiares, de Moimenta da Beira e que deteve um terço de Aveiro. Graças ao governo das tenências anteriormente mencionadas, conseguiu várias propriedades nas terras de Neiva, Tarouca, Viseu e Coimbra, sendo que muitas outras passaram para a sua posse através de várias violências cometidas nos julgados de Viseu, Penedono, Penela da Beira e Numão.

Devido ao seu casamento com Sancha Nunes, a sua esfera de influência patrimonial estendeu-se ao julgado de Penafiel de Sousa, onde deteve as honras de Oldrões, Galegos e de Barbosa.

As suas relações com a casa dos Sousa levaram vários investigadores a pensar que este poderá ter sido um trovador seu homónimo – sobre este assunto vejam-se as palavras esclarecedora de OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 430-431.

Apesar de não termos grandes indícios que o possam confirmar, Abril Pires poderá ter sido o D. Abril que confirmou dois documentos de Afonso IX, nos inícios de 1219 (todas estas informações encontram-se em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 36-37).

[2351] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 370.

[2352] *Idem*, *ibidem*, pp. 395, 397, 400 e 401. Neste último ano (1252), Gonçalo Anes reuniu as tenências de S. João de Pena Corneira, Nóvoa, Castela de Búval e Bolo de Senda.

[2353] *Vide* os dados genealógicos de SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2354] *Idem*, *ibidem*.

De João Soares da Nóvoa nasceu:

VII-6 SANCHA ANES DE MOEIRA, identificada pelos livros de linhagens como esposa de João Nunes de Cerveira.[2356] Mas, atendendo ao enorme desfasamento cronológico e etário entre estas duas figuras, podemos aventar duas hipóteses que podem validar ou desmentir esta informação: ou SANCHA ANES casou muito jovem com um João Nunes, já ancião, antes mesmo da morte de D. Sancho I e da ascensão de Pero Anes da Nóvoa I na corte portuguesa; ou a identificação deste casamento resulta de um equívoco no reconhecimento da esposa de João Nunes, sendo possível que a sua verdadeira esposa fosse Sancha Anes da Nóvoa, sua tia-avó, presente num documento de

[2355] *Idem*, *ibidem*. Apesar da complexidade das relações e conflitos vividos na urbe episcopal orensana durante este período, achamos que as palavras que Linehan dedica a este tema se afiguram como suficientes para descrever o carácter feroz e a animosidade que D. Pedro nutria pelos franciscanos:

«Amongst thirteenth-century Spain's episcopal friar-baiters, D. Pedro Yáñez de Noboa, bishop of Orense, easily outclassed D. Suero of Zamora. Deaf to all appeals for moderation whether from king or Pope, in 1289 he had raised himself to that bad eminence by hijacking the corpse of a lady who had chosen to be buried with the Franciscans of his episcopal city, laying violent hands on the friars, and forbidding his canons to communicate with them. And, just as relations between the bishop and the Dominicans were being restored at Zamora, at Orense worse followed: breach of sanctuary, murders committed by the bishop's men within the friars' precincts (including the cutting down of men crouching beneath the friars' altar and clinging to the crucifix, contempt of vestments, arson, and more besides). There was no end to the catalogue of episcopal enormities reported to Rome and after that to Avignon.

Moreover, there appeared to be no prospect of an end to the bishop of Orense's recalcitrance. A prelate whose ancestry was as venerable as his qualifications for office were meager, in 1308 he was reported to have remained excommunicated «for six years or more». In fact, he had been in rebellion for closer on twenty. And so he remained, the unrepentant embodiment of that threat to the institutional Church which Rome's promotion of the mendicants had caused to be voiced in Paris in the 1250s. There was no dealing with him. He was implacable. Here was a bishop wholly unamenable to the ordinary processes of canon law» – Peter Linehan, *The Ladies of Zamora*, Manchester, Manchester University Press, 1997, p. 140 e seguintes (onde o autor também revela mais detalhes sobre as suas difíceis relações com as monjas de Santa Clara de Allariz e sobre a sua indiferença em relação à autoridade papal e aos preceitos do direito canónico).

No fundo, estamos perante uma figura que, apesar da sua condição de bispo, assumiu melhor as vestes de senhor feudal do que de pastor, cometendo todas as violências e pressões características de um grupo social que, nos finais do século xiii e inícios do xiv, tinha sido depauperado pelo regime de transmissão cognática das heranças. De facto, apenas o prestígio familiar dos Nóvoa poderia justificar a sua ascensão a este cargo.

[2356] LD19V6-7.

1175 do cenóbio de S. Martinho Pinário (Santiago).[2357] Apesar de tendermos mais para a segunda alternativa, o apelido MOEIRA deixa muito clara a sua vinculação a Soeiro Anes da Nóvoa e ao seu filho João Soares da Nóvoa, principais herdeiros do senhorio galego de Amoeiro (Moeiro, Moeira ou, até, Amoeira), que teria sido constituído por João Aires, filho de Aires Nunes/Aires Calvo. Como já vimos, este casal teve numerosa descendência.

De Gonçalo Soares de Orcellón terá nascido:

VII-7 OSÓRIO GONÇALVES DE ORCELLÓN, cuja existência deduzimos, tão-só, através dos nomes dos seus filhos, prováveis netos de Gonçalo Soares de Orcellón, que, segundo Pardo de Guevara y Valdés, foram *Maria Osório de Orcellón* (VIII-12) e *Fernando Osório de Orcellón* (VIII-13).[2358]

Do casamento entre Fernão Anes de Lima I e Teresa Anes da Maia nasceram:

VII-8 JOÃO FERNANDES DE LIMA II, primogénito e principal herdeiro de Fernão Anes, que se tornou no mais proeminente rico-homem galego da corte de Afonso X, onde ocupou o lugar de seu pai, após a sua morte em 1265, e onde permaneceu entre 1266 e 1282.[2359] Em 1283, abandonou o partido do *Sábio*, para se juntar aos apoiantes de Sancho IV. A partir de 1284, a sua presença ao lado do herdeiro de Afonso X tornou-se constante, tendo sido agraciado com o cargo de Pertigueiro da terra de Santiago entre 1291 e 1293.[2360] Atendendo a que, desde esta última data desaparece da documentação, podemos presumir que terá morrido por volta de 1293. Na Galiza, foi tenente de Toronho (em 1266 e 1273), Límia (em 1272) e Milmanda (entre 1267 e 1282).[2361] Casou, uma primeira vez, com Sancha Gonçalves Girão, de quem teve *Gonçalo Anes de Lima II* (VIII-14), e, por volta de 1290, matrimoniou-se, uma segunda vez, com Maria Garcia de Soutomaior, de quem não teve descendência. Esta dona, em 1296, já viúva, vendeu a D. Dinis alguns bens que o seu marido tinha comprado no termo de Moura.[2362]

[2357] SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 109.

[2358] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 50, nota 9.

[2359] SOTTOMAYOR-PIZARRO, «Os Limas…», p. 65.

[2360] *Idem*, *ibidem*.

[2361] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, pp. 399 e 404.

VII-9 FERNÃO FERNANDES DE LIMA II, *Pão de Centeio*, cuja presença em Portugal se regista em 1261, enquanto testemunha da demarcação do couto de Portel. Em 1278, surge em Castela ao lado do seu irmão João Fernandes como rico-homem de Afonso X, monarca que apoiou até à sua morte, sem que tivesse tomado o partido de Sancho IV, não tendo, todavia, perdido a sua condição ao longo de todo este reinado. O mesmo aconteceu no período de Fernando IV, de quem foi rico-homem desde 1295 até 1312, altura em que se terá retirado da vida pública e, provavelmente, falecido.[2363] Terá sido especialmente diligente nas suas funções de tenente de Toronho e Límia, assim se justificando o seu papel e responsabilidade, em 1310, na resolução de um litígio, entre o mosteiro de Oia e vários Cerveiras estabelecidos na Galiza, sobre a jurisdição do porto de Varzelas, que estaria na dependência do couto de Malões e não do castelo de Tebra, praça-forte que, por aqueles anos, estava na posse dos segundos.[2364] Nesse mesmo ano, surge como tenente de Límia e Toronho[2365] e, em 1294, também, como tenente de Milmanda.[2366] Quanto à sua vida familiar, sabemos que casou duas vezes, a primeira com Sancha Vasques de Soverosa e a segunda com Maria Fernandes de Gondiães.[2367] Sancha Vasques foi filha de Vasco Gil de Soverosa —magnate de D. Sancho II que acabou por se exilar em Castela, tendo participado na conquista de Sevilha e do seu *repartimiento*— e de Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela.[2368] Cremos que este primeiro casamento terá sido concertado durante o exílio de Vasco Gil, enquanto o casamento com Maria Fernandes se terá consumado depois de esta ter enviuvado do fidalgo galego Pero Pais de Ambia.[2369] Do primeiro

[2362] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 65 e os dados apresentados em *Idem*, «A Família Lima…», pp. 11-65.

[2363] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 66.

[2364] Um sumário deste documento está registado em García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 374.

[2365] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 404.

[2366] *Idem*, *ibidem*, p. 399.

[2367] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 66.

[2368] *Idem*, *ibidem*.

[2369] *Idem*, *ibidem*. Apesar da sua natureza modesta, a linhagem dos Ambia, simples cavaleiros da zona de Allariz (na terra de Límia), foi alvo de alguns estudos, que ajudaram a esclarecer as suas origens e o seu percurso até ao século xvi – Otero Piñeyro Maseda e García G. Ledo, «Apuntes de los Ambía…», pp. 445-457; e Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 296, nota 41.

casamento nasceram *João Fernandes de Lima III* (VIII-15) e *Rui Fernandes de Lima III* (VIII-16); e do segundo *João Fernandes de Lima IV* (VIII-17), arcebispo de Santiago, *Álvaro Fernandes de Lima* (VIII-18), cónego de Santiago, e *Gil Fernandes de Lima II* (VIII-19).[2370]

VII-10 RUI FERNANDES DE LIMA II, fidalgo que, tal como já referimos, se encontra mencionado na *Crónica de Afonso X*, a propósito da vingança que exerceu, juntamente com o seu irmão João Fernandes, contra os homens de Córdoba durante o conflito entre Afonso X e Sancho IV. Uma retaliação motivada pelo assassinato do seu pai, devido a uma violência cometida por este contra uma noiva local.[2371] Apesar de estar bastante ausente dos fundos documentais, depreende-se, a partir destas informações, que terá sido uma figura muito próxima de João Fernandes e, por isso, um dos partidários de Sancho IV. Presumimos que terá morrido sem qualquer descendência.

VII-11 URRACA FERNANDES DE LIMA II, esposa de Gonçalo Anes Raposo (de Meneses), filho de João Afonso Teles de Meneses I, senhor de Albuquerque, e de Elvira Gonçalves Girão. Note-se que, apesar de ter proporcionado uma aparente deriva deste ramo familiar em direcção à esfera castelhano-leonesa, este matrimónio encerra uma natureza endogâmica bastante interessante, já que João Afonso Teles I seria filho de Afonso Teles de Meneses, o *Velho*, e da bastarda régia portuguesa Teresa Sanches, filha de D. Sancho I

Quanto à linha de Pero Pais de Ambia, esta encontra-se representada no Livro do Deão (LD10F4, 5 e 6 e G6) e desenvolveu-se da seguinte forma: do casamento de Maria Rodrigues de Baião com Paio Aires de Ambia, fidalgo que poderá ter chegado a Portugal no séquito de um dos Lima ou dos Nóvoa, nasceram Pero Pais, Aires Pais e Maria Pais de Ambia; com efeito, Pero Pais de Ambia acabaria por se tornar no primeiro esposo de Maria Fernandes de Gondiães, de quem teve Elvira Pires de Ambia e Maria Pires de Ambia; por sua vez, Elvira Pires casou com Nuno Gonçalves da Nóvoa, de quem teve João Pires da Nóvoa e outros filhos, e Maria Pires casou com D. Rodrigo Álvares d'Aça (Aza), de quem também teve descendência.

Julgamos que a atenção exclusiva que o Livro do Deão dedica a esta linha dos Ambia prende-se com o facto de terem uma ascendência nos Baião e de terem consolidado a sua relação com os Lima, através de um novo casamento com os Nóvoa.

[2370] Recentemente, Sottomayor-Pizarro levou a cabo uma reformulação da sua proposta sobre a descendência de Fernão Fernandes de Lima II, inserindo na sua linha estas três últimas figuras (Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65). Esta opção veio a alterar alguns dos dados avançados em Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 66 e 74.

[2371] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 64.

e de Maria Pais da Ribeira e, por isso, enteada do seu segundo marido, João Fernandes de Lima I, avô paterno de URRACA FERNANDES. Na nossa opinião, a natureza cerrada destas relações entre os Lima, os Meneses e os de Cabreira e Ribeira, terá dado um impulso fundamental à consolidação da influência e prestígio dos senhores de Albuquerque em Portugal.[2372] Basta relembrar que Gonçalo Anes Raposo seria irmão de Rodrigo Anes Raposo (de Meneses), marido de Teresa Martins de Soverosa, filha do magnate fronteiriço Martim Gil de Soverosa, e pai de João Afonso Teles de Meneses II, o primeiro conde de Barcelos. Do casamento de URRACA FERNANDES nasceu uma vasta descendência que, na sua maioria, deu continuidade ao apelido Raposo.

VII-12 MOR FERNANDES DE LIMA, senhora que, segundo o *Livro do Deão*, foi freira no mosteiro de Santa Maria de Celas, em Coimbra.[2373]

VII-13 e INÊS FERNANDES DE LIMA I, esposa do castelhano Pero Nunes de Gusmão, de quem teve descendência.[2374] Entre esta encontrava-se Sancha Pires de Gusmão, registada em Portugal em 1317,[2375] altura em que, juntamente com seu marido Gonçalo Anes de Berredo, faz um escambo com a abadessa de Arouca, por via do qual cede bens maternos em Pessegueiro e Paradela (perto de Tui), recebendo em troca o património do cenóbio em Lumiares e Avintes. Não sabemos se viveu em Portugal, na Galiza ou em Castela, mas é certo que manteve o seu património na Galiza até ao final da sua vida, tendo-o transmitido aos seus descendentes directos, que se vieram a espalhar pelos reinos do ocidente peninsular.

Do casamento entre Fernão Gil Batissela e Sancha Fernandes de Talhamancos nasceram:

VII-14 RUI FERNANDES BATISSELA, fidalgo identificado pelo *Livro do Deão*, que, segundo esta fonte, não casou nem teve filhos.[2376]

[2372] Sobre as alianças tripartidas entre os Lima, os Osório e os Cabreira e Ribeira veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira…», pp. 142-143 e 152 (esquema IV).

[2373] LD5K3 e N4.

[2374] Vejam-se as informações genealógicas de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2375] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 766.

[2376] LD20C4.

VII-15 JOÃO FERNANDES BATISSELA, que o *Livro do Deão* identifica como *«o que mataram os Mouros quando mataram o arcebispo dom Sancho»*[2377]. Este D. Sancho seria o Infante D. Sancho de Castela, filho de Fernando III e da sua primeira esposa, arcebispo de Toledo, entre 1259 e 1261, e chanceler real, o que indicia que JOÃO FERNANDES terá feito parte do seu séquito pessoal, sendo por isso provável que tenha morrido numa das campanhas andaluzas de Afonso X. Não terá casado nem tido qualquer filho.

VII-16 MARIA FERNANDES BATISSELA, que poderá ter casado com Gonçalo Coronel, de quem teve uma filha.[2378]

[2377] LD20C4.

[2378] LD20C4 e 6Z9. Cremos que estas passagens devem ser lidas com muitas reservas, visto que, em LL41N4, Gonçalo Anes Coronel, *o Velho*, surge casado com Maria Fernandes de Talhamancos, senhora que viria a adoptar o apelido do seu marido.

Todavia, pensamos que o erro estará nesta segunda passagem e não na primeira, já que, a nosso ver, o redactor do nobiliário terá trocado as duas senhoras devido à sua homonímia e a alguns laços de parentesco comuns. Portanto, Maria Fernandes de Lima I seria esposa de Lopo Rodrigues de Ulhoa e mãe de Teresa Lopes de Ulhoa, esposa de Fernão Pais de Talhamancos (Capelo ou Varela) —SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 248—, hipotético pai desta dita senhora. Assim sendo, parece-nos que terão confundido a sogra de Fernão Pais com uma filha sua, e a sua sogra, Maria Fernandes de Lima I, com Maria Fernandes Batissela, senhora procedente da linha de Gil Fernandes Batissela (irmão de Maria Fernandes de Lima I), através de Fernão Gil Batissela e Sancha Fernandes de Talhamancos.

Por outro lado, esta última informação revela-nos que Maria Fernandes Batissela seria uma Talhamancos, por via da sua mãe, pois Sancha Fernandes seria filha de Fernão Pais de Talhamancos e da sua primeira esposa, a catalã Orfresa – *Idem*, *ibidem*, p. 258.

Esta confusão torna-se ainda mais óbvia quando se observa que, em LL41N4, o pai de Maria Fernandes Batissela/Talhamancos é referido como Fernão Gil de Talhamancos, ou seja, como uma síntese entre Fernão Gil Batissela e Fernão Pais de Talhamancos, sogro do primeiro.

Apesar de dispormos de vários dados sobre os Coronel (e até sobre várias famílias homónimas, como os Coronel catalães), não temos ideias muito claras sobre as suas origens ou sobre as razões que os levaram a se estabelecerem na fronteira galego-portuguesa.

Segundo o título XLI do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (que seguiremos ao longo das próximas linhas), os Coronel procedem do casamento entre Pero Coronel e Justa Pais, filha de Paio Guterres (Silva?) e de Ousenda Ermiges Aboazar, filha do infanção Ermígio Aboazar, patriarca dos Maias – MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 55 (referindo-se à sua irmã Toda Ermiges, senhora documentada em 1044).

De seguida, o nobiliário propõe um enorme salto cronológico, apresentando figuras que se circunscrevem num contexto familiar que aponta claramente para os finais do século XII e inícios do XIII.

VII-17 e TERESA FERNANDES BATISSELA, esposa do cavaleiro Garcia Soares de Moledo, de quem desconhecemos a origem.[2379]

Do casamento entre Soeiro Pais de Valadares e Estevaínha Ponço de Baião nasceram:

VII-18 LOURENÇO SOARES DE VALADARES II, conselheiro de D. Afonso III e de D. Dinis, entre 1268 e 1298, e tenente de Riba Vouga, em

---

Com efeito, Pero Coronel e Justa Pais terão sido pais (ou avós) de Egas Pires Coronel e de Pero Pires Coronel, sendo que do primeiro nasceram Martim Viegas de Sequeira, esposo de Sancha Pires da Veiga (filha de Pero Pires Gravel) – de quem não teve descendência –, Raimundo Viegas de Sequeira, pai de Estêvão Raimundes de Sequeira e de Maria Raimundes de Sequeira, esposa de Afonso Pires Ribeiro – de quem teve descendência –, e Mor Viegas de Sequeira, esposa de João Henriques de Portocarreiro – de quem teve descendência.

O apelido deste ramo familiar advirá do couto de Sequeira (Braga), que deverá ter feito parte do património materno de Egas Pires Coronel.

Já Pero Pires Coronel, figura documentada nas inquirições de 1220, 1258, 1288 e, até, nas de 1307-11 – em Ardegão, Ponte de Lima (PMH-Inq. 1220, p. 129; PMH-Inq. 1288, pp. 359-360; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 40v), e Cossourado, em Barcelos (PMH-Inq. 1258, p. 322) –, foi pai de Mem Pires Coronel, fidalgo referido nas inquirições de 1258 – em Santa Maria da Torre, Amares (PMH-Inq. 1258, p. 427) – e que casou com Maria Anes Redondo, de quem teve uma filha, e de João Pires Coronel, cavaleiro identificado nas inquirições de 1220 e 1258 – em Ardegão, Ponte de Lima (PMH-Inq. 1220, p. 129; e PMH-Inq. 1258, p. 324) – e que foi pai de Gonçalo Anes Coronel, *o Velho*, esposo de Maria Fernandes Batissela.

Deste último casal nasceram Fernão Gonçalves Coronel, esposo de Sancha Vasques da Cunha e pai de Maria Afonso Coronel (mulher de Afonso Pires de Gusmão), e Maria Gonçalves Coronel, esposa de Martim Gonçalves de Portocarreiro.

Tendo em conta documentação de 1336 e 1342, parece-nos provável que tenha sido esta última geração a responsável pela alienação do couto de Cardielos aos Azevedo – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 319.

Tanto quanto sabemos, o património de Gonçalo Anes Coronel terá sido um pouco mais vasto do que o dos seus antepassados, já que se distribuia por Verdoejo (Valença), Infesta (Paredes de Coura), Fontoura (Valença), Panque (Barcelos) e Ardegão (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1288, pp. 85-86, 91-92, 127-128, 351 e 360; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 40v.

Em resumo, as inquirições confirmam a aproximação dos Coronel à fronteira galego-portuguesa e uma parte substancial da reconstituição genealógica proposta pelo *Livro de Linhagens*, mas não colmatam o vazio cronológico entre Pero Coronel e Egas e Pero Pires Coronel nem explicam a sua ligação embrionária à Galiza.

[2379] LD20C4.

1273, e de Riba Minho, entre 1279 e 1287,[2380] encontra-se documentado até 1298, podendo ter morrido no ano seguinte ou, pelo menos, ainda antes das inquirições de 1301. Aparentemente, as primeiras referências ao seu património e influência territorial surgem nas inquirições de 1258,[2381] onde se alude ao amádigo de uma sua filha em Sanfins da Várzea (Parada, concelho de Paredes de Coura, julgado de Froião) e a meio casal que tinha de Paderne em Penso (concelho de Melgaço, julgado de Valadares). As inquirições de 1288[2382] apontam quatro casos de amádigo de um seu filho em Tangil (concelho de Monção, julgado de Valadares) e mencionam uma sua quintã em Gerei (S. Cosme e S. Damião, concelho de Arcos de Valdevez, julgado de Valdevez), que, por aquela altura, estava nas mãos dos seus filhos e de outros fidalgos. Segundo as inquirições de 1307-1311,[2383] criaram um filho seu em S. Pedro de Vade (concelho de Ponte da Barca, julgado da Nóbrega), havia dezoito anos. As inquirições dionisinas dizem-nos também que tinha recebido do seu pai a honra de Águas Belas, em Sortelha.[2384] Em Sá (concelho de Monção, julgado de Valadares), tinha um préstamo régio, que teve de devolver em 1284, devido à constituição da póvoa de Caminha.[2385] É provável que tenha honrado o lugar de Fontão (concelho de Ponte de Lima, julgado de Valdevez), já que os seus descendentes também o faziam em 1301.[2386] Tinha de avoenga, do lado paterno, dois casais em Santiago de Vila Nova (Folhadela, concelho de Vila Real, julgado de Panóias)[2387] e as honras da aldeia de Quintela (Vila Marim, concelho de Mesão Frio, julgado de Panóias) e de Oliveira (do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia, julgado de Gaia).[2388] Da sua mãe recebeu a quintã honrada de Gestaçô (concelho de Baião, julgado de Baião), pela qual honrava treze lugares.[2389] Da família da sua mãe herdou também o senhorio do castelo de Baião.[2390] Honrava as freguesias de Mesquinhata e Viariz, três casais em

[2380] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 793.

[2381] PMH-Inq. 1258, pp. 360 e 376.

[2382] PMH-Inq. 1288, pp. 24-25 e 271-272.

[2383] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 23v.

[2384] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 795.

[2385] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 794.

[2386] *Idem*, *ibidem*.

[2387] *Idem*, *ibidem*.

[2388] *Idem*, *ibidem*.

[2389] *Idem*, *ibidem*.

Ovil, dez casais na freguesia de Valadares, dezasseis casais do mosteiro de Travanca na freguesia de Santa Marinha do Zêzere (concelho e julgado de Baião),[2391] um casal em Soalhães (concelho de Marco de Canaveses, julgado de Soalhães),[2392] uma casa, que pertencera ao seu sogro, em S. Julião de Água Longa (concelho de Santo Tirso, julgado de Refóios de Riba d'Ave)[2393] e oito casas em Mesão Frio.[2394] De Pero Ponço de Baião, seu tio, herdou bens que lhe permitiram honrar as freguesias de Santo Adrião de Sever e de Santa Eulália de Cumieira (concelho de Santa Marta de Penaguião)[2395] e uma herdade foreira do rei (com algumas casas) em Vilarinho de Castanheira (concelho de Carrazeda de Ansiães).[2396] Detinha a honra de Cernadela (freguesia de Torno, no julgado de Santa Cruz de Riba Tâmega).[2397] A sua avultada herança materna também permitiu que honrasse a freguesia de Caria (concelho de Moimenta da Beira), as aldeias de Vila Cova de Jusã e de Susã (Vila Cova à Coelheira, concelho de Vila Nova de Paiva), de Touro, de Póvoa Nova e de Póvoa Velha (tudo no julgado de Castro de Rei e Tarouca),[2398] e um casal e meio na aldeia da Congosta (Alcongosta, no concelho do Fundão, julgado da Covilhã).[2399] Conjuntamente com os seus cunhados (Chacim), honrava a freguesia de Rio Torto (concelho de Valpaços, julgado de Chaves) e a aldeia de Frechas (concelho e julgado de Mirandela).[2400] Segundo documentação de 1315, as suas filhas eram patronas de Tibães, padroado que terá vindo de LOURENÇO SOARES.[2401] Assim sendo, podemos concluir que este vasto pecúlio advém dos Valadares, dos Soverosa e, principalmente, dos Baião, tendo sido completado por propriedades dos Sousa e dos Chacim, que lhe chegaram através dos seus dois casamentos. O seu primeiro matrimónio, com

[2390] *Idem*, *ibidem*.

[2391] *Idem*, *ibidem*.

[2392] *Idem*, *ibidem*.

[2393] *Idem*, *ibidem*.

[2394] *Idem*, *ibidem*.

[2395] *Idem*, *ibidem*.

[2396] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 795.

[2397] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 794.

[2398] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 795.

[2399] *Idem*, *ibidem*.

[2400] *Idem*, *ibidem*.

[2401] *Idem*, *ibidem*.

Maria Mendes de Sousa, permitiu que fizesse parte da disputa pela herança de Gonçalo Garcia de Sousa, enquanto a segunda união, com Sancha Nunes de Chacim, tornou-o num dos herdeiros de Nuno Martins de Chacim. A estas duas relações podemos acrescentar uma barregania com Sancha Pires de Mozelos.[2402] Aparentemente, o filho varão que anteriormente lhe apontámos não terá chegado à maioridade, já que as fontes genealógicas só lhe apontam filhas.[2403] De Maria Mendes de Sousa teve *Inês Lourenço de Valadares* (VIII-20). De Sancha Nunes de Chacim teve *Branca Lourenço de Valadares* (VIII-21), *Berengária Lourenço de Valadares* (VIII-22), *Aldonça Lourenço de Valadares* (VIII-23), *Joana Lourenço de Valadares* (VIII-24), *Constança Lourenço de Valadares* (VIII-25) e *Beatriz Lourenço de Valadares* (VIII-26). Da sua relação com Sancha Pires de Mozelos nasceu também *Fruilhe Lourenço de Valadares* (VIII-27).[2404]

VII-19 PAIO SOARES DE VALADARES II, esposo de Sancha Fernandes Delgadilha, de quem teve *Estevaínha Pais de Valadares* (VIII-28). Segundo o *Livro Velho de Linhagens*, Sancha Fernandes teria uma certa má fama, já que esta *«foi mula d'el rei de Portugal»*[2405]. Desconhecemos que monarca seria ou se teve filhos desta relação. Por outro lado, esta passagem levanos a pensar que PAIO SOARES e Sancha Fernandes se terão conhecido em ambiente cortesão.

VII-20 e RUI SOARES DE VALADARES II, de quem nada se sabe.[2406]

Do primeiro casamento de Rui Pais de Valadares com Maria Pires de Azevedo nasceram:

VII-21 LOURENÇO RODRIGUES DE VALADARES, o *Espadeirão*, surge-nos, pela primeira vez, em 1261, como testemunha da carta de couto de Portel e do foral do castelo de Marachique. Tinha bens nos concelhos da Maia, Paços de Ferreira, Barcelos —herdados da sua avó paterna—, Barce-

[2402] *Idem*, *ibidem*.

[2403] *Idem*, *ibidem*.

[2404] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2405] LV1P11. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 793.

[2406] *Idem*, *ibidem*.

los —que herdou da sua mãe—,[2407] bem como em Messegães (concelho de Monção, julgado de Valadares) —casal herdado de seu pai—[2408]. Neste mesmo concelho, no lugar de Merufe (julgado de Pena da Rainha), criaram um seu filho, justamente o que é, também, mencionado em S. Jorge (concelho e julgado de Arcos de Valdevez).[2409] Apesar de sabermos que teve, pelo menos, um filho, o *Livro Velho de Linhagens* nega que tenha casado e tido filhos. Porém, atendendo ao facto de que os seus bens passaram para os filhos da sua irmã Elvira Rodrigues, podemos presumir que ele tenha morrido ainda jovem e que aquele filho possa ter nascido de uma sua barregã.[2410]

VII-22 ELVIRA RODRIGUES DE VALADARES, esposa do fidalgo galego Fernão Anes de Castro de Fornelos[2411], de quem teve descendência. O

[2407] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 789-790.

[2408] As inquirições de 1307-1311 ainda testemunham a posse deste casal – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 3.

[2409] PMH-Inq. 1288, pp. 20-21, 38-40 e 282-284.

[2410] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 790.

[2411] Como já tivemos oportunidade de referir, o poder e prestígio da estirpe galega dos Fornelos, ou Castro de Fornelos, estão intimamente relacionados com o seu parentesco próximo com os Velhos, Bravães, Valadares e, até, com a própria família real, visto que, segundo o *Livro do Deão* (LD14F6 e seguintes), do casamento de Sancha Nunes Velho com Paio Vasques de Bravães nasceu Pero Pais, *o Prove*, fidalgo que acabaria por encetar matrimónio com Ximena Nunes, esposa de Aires Nunes/Aires Calvo e progenitora dos primeiros Valadares.

Portanto, Soeiro Aires de Valadares, João Aires de Valadares e Pero Aires de Valadares (e até os próprios Limas e Nóvoas dessa geração), seriam irmãos de Mor Peres de Bravães, esposa de Aires Nunes de Fornelos, o primeiro senhor da torre de Fornelos (em Crecente) – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*…, pp. 144-145.

Pensamos que esta prestigiosa aliança de Pero Pais de Bravães terá sido forjada na cúria leonesa, visto que surge como vassalo de Fernando II em 1161 e 1166 – *Idem*, *ibidem*, p. 145.

Estas circunstâncias familiares terão permitido que os filhos nascidos do matrimónio entre Aires Nunes de Fornelos e Mor Peres de Bravães tenham tentado promover-se junto das cortes de Portugal e Leão, onde tinham vários parentes.

Por isso, não é de espantar que Pedro Aires de Fornelos tenha dominado a terra de S. Martinho, em 1201, ou que o seu irmão Paio Aires o tenha feito em 1187 e 1190 – *Idem*, *ibidem*, p. 146.

No que respeita a Soeiro Aires de Fornelos, sabemos que a sua carreira se terá desenvolvido por volta de 1200-1220, período em que assumiu a tenência de S. Martinho (1202, 1204 e 1209), de Ribadavia (1205), de Orcellón (1208) e de Francelos (1211) – *Idem*, *ibidem*, p. 143.

No entanto, a mais famosa das descendentes de Aires Nunes de Fornelos e de Mor Peres de Bravães seria Maria Aires de Fornelos, barregã de D. Sancho I e esposa de Gil Vasques de Soverosa.

Na nossa opinião, o encontro entre Maria Aires e D. Sancho I terá ocorrido nos anos finais do casamento do monarca ou nos seus primeiros anos de viuvez (CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 32), sendo que esta senhora poderá ter chegado à corte na companhia de um dos seus parentes (Velho, Valadares e Bravães) ou, mais especificamente, no séquito de Fernão Aires de Lima.

Desta relação concubinária nasceram Maria Sanches, Urraca Sanches, esposa de Lourenço Soares de Ribadouro que fez uma doação pia a Fiães, em 1235, pela sua alma e do seu irmão (*Idem*, *ibidem*, p. 36), e o já referido Martim Sanches.

Apesar de ter tido uma ama-de-leite de Gémeos (Guimarães), Martim Sanches acabaria por ser criado em Cardielos, no julgado de Ponte de Lima (*Idem*, *ibidem*, p. 32), bem junto às terras dos Bravães e dos Fornelos.

Os dados patrimoniais de Martim Sanches não são numerosos, sendo que sabemos que foi dono de alguns casais em S. Romão de Aguiar e, conjuntamente com a sua irmã Urraca, das paróquias de Vila Nova das Infantas e de Golães – *Idem*, *ibidem*.

Apesar de ter nascido por volta de 1198, Martim Sanches apenas surgiria na documentação em 1218, na corte leonesa. As atribulações criadas pela guerra civil de 1211 e o seu casamento com Eulália Pires de Castro, filha de Pedro Fernandes de Castro (antigo companheiro de armas e de exílio do Infante D. Pedro Sanches, seu meio-irmão), tê-lo-ão arrastado para o exílio – *Idem*, *ibidem*, p. 33.

O bastardo régio foi alferes de Afonso IX entre 1218 e 1227, tenente de Límia entre 1218 e 1228, de Nóvoa em 1221, do Bierzo e Buyeza em 1218, de Sarria entre 1219 e 1227, de Toronho entre 1222 e 1227, de Montenegro entre 1220 e 1222, de Monterrosso entre 1223 e 1225, de Ledesma entre 1219 e 1220, de Cervantes em 1220, de Ribadavia em 1223 e entre 1218 e 1225, de Santa Cruz em 1224 e 1228, de S. Martinho em 1223, de Pena Corneira entre 1218 e 1222, de Baroncelle e de Valadares entre 1225 e 1226 – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*..., p. 147; e CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 33.

O seu pleno entendimento com Afonso IX e com o seu meio-irmão, o Infante D. Pedro de Portugal, mordomo deste monarca, viria a torná-lo numa das figuras centrais da corte leonesa, participando em vários tratados, acordos políticos e campanhas bélicas desta era – *Idem*, *ibidem*, pp. 34-35.

O seu compromisso com os interesses do clero e nobreza senhorial portuguesa e da coroa leonesa plasmar-se-ia na sua violenta incursão contra o território minhoto, como forma de retaliação pelos danos causados por homens do rei no couto galego de Ervededo, pertencente à diocese de Braga. Este acontecimento seria imortalizado em LL25G3, sendo que se deve destacar a forma cordata como Martim Sanches incitou Gil Vasques de Soverosa, seu padrasto, a render-se – *Idem*, *ibidem*.

Martim Sanches terá morrido em 1228, sendo enterrado em Cerecinos, na terra de Campos. Do seu casamento com Eulália Pires de Castro nasceu Rodrigo Martins, sobrinho do Infante D. Pedro de Portugal que participou na revolta do primogénito de Jaime I de Aragão – *Idem*, *ibidem*, pp. 35-36.

A proximidade de Martim Sanches a Afonso IX terá acabado por alavancar a carreira de alguns dos seus irmãos, nascidos do casamento de Maria Aires com Gil Vasques de Soverosa.

Enquanto Teresa Gil se tornaria barregã de Afonso IX (Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 270-282), Martim Gil viria a concentrar, sob o seu poder, as tenências de Riba Minho, entre 1230 e 1247, de Sousa, entre 1240 e 1247, de Toronho, em 1225, 1229, 1232, 1234 e 1236, de S. Martinho, em 1229, de Baiona, em 1229, de A Guarda, em 1233, e de Ribadavia, entre 1234 e 1236 e entre 1257 e 1258 – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 147; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 36.

Tudo indica que Maria Aires teve alguns bens em Riba Minho, que deixou a Melón, e outros em Braga, Guimarães e no Porto, que foram deixados a Santo Tirso, cenóbio onde viria a ser sepultada por volta de 1212 – Calderón Medina, «El Concubinato Regio…», (no prelo).

Alguns destes bens terão passado a Teresa Gil, que doa a quarta parte de um casal em «Chachanos» a Melón em 1245, e a Martim Gil, que, em 1250, se apresenta na posse de alguns bens dos seus avós em Vilamide (Parada das Achas, A Cañiza) – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 148.

Para além dos irmãos já referidos, Maria Aires terá tido, ainda, por via materna, um meio-irmão de nome Soeiro Dias, que, em 1205, recebe um reguengo de Afonso IX em Guilhade (Ponte Areas) e surge como tenente de Tui, enquanto, em 1227 e 1228, governa a tenência de S. Martinho – *Idem*, *ibidem*, pp. 148-149. Terá sido pai de um Rodrigo Soares, proprietário de um casal em Carvalhal e de outro em S. Julião (Petán, A Cañiza), em 1246. Por outro lado, Rodrigo surge com outros dois irmãos seus (Fernando e Teresa Soares) em 1251, altura em que solicitam ao abade de Melón o aforamento de um casal seu em Chaos (Levosende, Leiro) – *Idem*, *ibidem*, pp. 149-150.

Este Rodrigo Soares seria esposo de Estevaínha Peres Faião, filha de Pero Mendes Faião e neta de Mendo Faião, magnates galegos das cortes de Afonso VII, Fernando II e Afonso IX. Esta senhora iniciou a sua relação com o soberano leonês imediatamente após a anulação do casamento deste com Berengária de Castela, tendo sido herdada pelo seu amante com bens em Xinzo e Vila Maior, em 1211. Deste casamento nasceram Nuno Rodrigues, Pedro Rodrigues, Estêvão Rodrigues e Estevaínha Rodrigues, personagens herdadas em Sobradela (Achas), Taim (Baleixe) e Folgoso (Parada de Achas). Rodrigo Soares viria a ser tenente de S. Martinho (1224, 1233, 1236, 1238-40, 1243-1247 e 1250), de Avelada, de Araújo, de Mugueimes e de Aquilaris, e meirinho da Galiza, entre 1251 e 1256 – *Idem*, *ibidem*, pp. 150-151.

Os Fornelos teriam continuidade através da descendência de Soeiro Aires, que, chegando ao século xiv, passaria a ficar conhecida como os de Castro de Fornelos.

Soeiro Aires de Fornelos terá sido pai de João Soares de Fornelos, que terá sido tenente de Crecente, em 1223, por delegação de Martim Sanches, e do castelo de S. Martinho, entre 1238 e 1239 e em 1246 – *Idem*, *ibidem*.

Segundo Souto Cabo, esta figura poderá ser o cavaleiro João Soares de Chapela, fidalgo que, segundo documentação produzida entre 1228 e 1247 e preservada no fundo de Melón, possuía um vasto património distribuído por Arvo (Arvo), Merelhe (Cabeiras, Arvo), Facuco (Sela, Arvo), Sande (Mourentám, Arvo), Sela (Sela, Arvo), Várzea (Mourentám, Arvo), Baleixa (A Cañiza), Chaguiáns (Freixo e Costa, Crecente), Crecente (Crecente), Sendelhe (Crecente), Mandelos (Vilar, Crecente), Domaio (Moaña), Gagán (Domaio, Moaña), Vide (As Neves), Setados (As Neves) e Chapela (Redondela). A sua generosidade favoreceu Fiães, Melón, a igreja de Tui e as obras das pontes de Castrelo, Ourense e S. Paio. Tinha também um casal em Múrcia, que poderá ter ganho através da sua participação na conquista desse reino – *Idem*, *ibidem*, pp. 152-153.

seu testamento, datado de 1285 e depositado em Melón,[2412] constitui um retrato perfeito da rede sócio-familiar e patrimonial que conseguiu constituir na Galiza. Ali, encontramos bens em *Baleixa* (Valeixe, A Cañiza), A Portela (Rodeiro), Melón (Melón), Crecente, *Gemeço*, S. Cristina do Portal, Paradela e em Ourense, por exemplo. Importa também assinalar os inúmeros legados feitos, quer de carácter monetário, quer em objectos e bens móveis (como arcas, vasos, roupa e, até, porcos, carneiros e ovelhas, que tinha nos seus agros

A sua documentação permite verificar que tinha uma filha, Maria Anes, um irmão (Fernão Soares) e vários sobrinhos, filhos deste irmão (Estevaínha, João, Maria, Martim e Pedro Fernandes). Em 1243, o seu sobrinho João Fernandes estava na posse do castelo de S. Martinho, por sub-concessão de João Soares – *Idem*, *ibidem*.

Um documento do seu sobrinho Pedro Rodrigues, filho de Rodrigo Soares (filho de Soeiro Dias), permite datar a sua morte em finais de 1247 – *Idem*, *ibidem*, p. 153.

Partindo da análise de duas escrituras, onde João Soares de Chapela se identifica como filho de uma condessa, Souto Cabo levanta a hipótese de que Soeiro Aires de Fornelos se tenha casado com Urraca Fernandes Batissela (de Lima I), facto que, atendendo aos poucos dados que temos sobre esta senhora, poderá ser verdadeiro – *Idem*, *ibidem*, pp. 158-161.

Apesar de discordamos da ideia de que João Soares de Chapela/Fornelos fosse o trovador João Soares Somesso, concordamos em absoluto com a identificação proposta por Souto Cabo, que evidencia ainda mais a importância e riqueza dos Fornelos no contexto da fronteira galego-portuguesa.

Portanto, do provável casamento entre João Soares e Urraca Fernandes terá nascido Fernão Anes de Castro de Fornelos, cavaleiro documentado em 1268 como proprietário de bens em Tortoreos (ACHDT, Pergaminhos, Carp. 14, doc. 36).

Tal como referimos no texto principal, Fernão Anes casou-se com Elvira Rodrigues de Valadares, senhora de quem teve vários filhos. Destes destacou-se Pedro Fernandes de Castro de Fornelos, fidalgo que escambou com Melón alguns bens em Lougares, em 1289 (AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1454, doc. 10), e que, em 1305, comprou a Arouca a parte da quintã de Azevedo que lhe tinha sido deixada pelas suas tias maternas Luca Rodrigues de Valadares e Sancha Rodrigues de Valadares – SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 790.

Pedro Fernandes teve, pelo menos, um irmão e uma irmã, Maria Fernandes de Castro de Fornelos e João Fernandes de Castro de Fornelos, esposo de Rica Fernandes Churrichão, de quem teve Aldara Anes de Castro de Fornelos e Inês Anes de Castro de Fornelos, senhora que deixou duas cópias do seu testamento, datadas de 1320 e 1348 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1460, doc. 13 e Carp. 1464, doc. 19.

Inês Anes de Castro de Fornelos casou com Álvaro Peres de Soutomaior, a quem transmitiu todo o património da sua linhagem, incluindo a célebre torre de Fornelos. Esta incorporação do património dos Fornelos nesta linha dos Soutomaior faria com que, a partir desse momento, esse ramo familiar passasse a ser conhecido como os Soutomaior de Castro de Fornelos.

[2412] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1453, doc. 15, e Carp. 1807, doc. 10.

de Crecente, por exemplo). Entre os diversos contemplados encontravam-se: o mosteiro de Melón (onde desejava ser sepultada e a quem doou um quinto dos seus bens para constituição de uma capela); a sua neta Aldara Anes de Castro de Fornelos, filha do seu filho João Fernandes de Castro de Fornelos; S. Salvador de Alveos; S. Pedro de Crecente; Santa Baía das Donas; os pregadores de Ribadavia; os pregadores de Pontevedra; a obra dos descalços de Pontevedra; os pregadores de Tui; a obra dos descalços de Ourense; a ponte de Ourense; todas as mulheres (criadas) da sua casa; Rui Pais, seu servente; Gonçalo Anes (seu neto?); a todos os homens (criados) da sua casa; a sua filha Maria Fernandes de Castro de Fornelos (que, para além de outros legados menores, recebeu uma dívida que lhe tinha João Aires de S. Cristóvão); as suas criadas Teresa Fernandes e Mor Fernandes; Fernando Anes de Castro de Fornelos, seu neto; os clérigos de Crecente; Pero Rodrigues de Revordechão; Elvira Fernandes, filha de Fernando Guterres de Rovordechão; Maria Anes de Vide, que vê uma dívida sua dada como quite; João Fernandes e Martinho Fernandes, filhos de Fernando Guterres de Revordechão; Mor Rodrigues de Felgueira; Sancha Rodrigues de Revordechão; Mor Rodrigues, sua criada; Maria Fernandes, sua mãe; Estevaínha Peres; Mor Fernandes, filha de Fernando Guterres de Revordechão; Constança Rodrigues, dona de Alveos; Mor Soares, dona de Alveos; Sancha Fernandes, dona de Alveos; Estevaínha Fernandes, filha de Fernando Guterres de Revordechão; Teresa Martins de Puga; João Carta de Ribadavia; Fernando Guterres, cavaleiro de Revordechão e seu provável parente colateral ou vassalo; o mosteiro de Fiães; os seus filhos João Fernandes de Castro de Fornelos e Pedro Fernandes de Castro de Fornelos; Rui Nunes, escudeiro de Riba Minho; e o próprio rei. Nomeia como testamenteiros o abade de Melón, o seu cavaleiro Fernando Guterres de Revordechão e seu filho João Fernandes de Castro de Fornelos (e, como suplente, Pedro Fernandes de Castro de Fornelos). Maria Fernandes de Castro de Fornelos, amplamente beneficiada neste testamento, acabou por reter também os bens da sua tia Teresa Soares. O património que não foi convertido em bens, em legados monetários ou adjudicado especificamente, acabou por ser dividido igualitariamente entre os seus três filhos; contudo, parece-nos que a mais beneficiada terá sido Maria Fernandes, talvez por força de uma hipotética condição nubente, que exigiria uma dotação suplementar. Uma das grandes ausentes deste documento foi a sua neta Inês Anes de Castro de Fornelos, filha de João Fernandes de Castro de Fornelos, de quem encontrámos duas cópias do seu testamento, datadas de 1320 e 1348.[2413]

[2413] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1460, doc. 13 e Carp. 1464, doc. 19.

Apesar de ainda existirem dúvidas sobre as origens dos senhores de Castro de Fornelos[2414], este documento atesta que ELVIRA RODRIGUES acabou por casar com um membro de uma família relativamente bem dotada de bens e prestígio e que terá perdido lentamente contacto com os restantes Valadares.

VII-23 LUCA RODRIGUES DE VALADARES, abadessa de Arouca, documentada entre 1286 e 1297. Sabemos que deixou ao seu cenóbio a sua parte na quintã de Azevedo (que acabou por ser comprada pelo seu sobrinho Pedro Fernandes de Castro de Fornelos, em 1305), quatro casais em Vilar de Porcos (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde) e vários bens na terra de Panóias. Conjuntamente com o seu património em Vilar de Porcos, encontramos cinco herdamentos na zona de Vermoim da Maia e, no caso da sua parcela da quintã de Azevedo, descortinam-se também bens em Eitrufe, Pereira e Santães (em Lama, Pereira e Adães, no concelho de Barcelos). Resta dizer que a sua parte na quintã de Azevedo advém, certamente, da sua herança materna.[2415]

VII-24 e SANCHA RODRIGUES DE VALADARES, monja de Lorvão falecida ainda antes de 1305, altura em que o seu sobrinho Pedro Fernandes de Castro de Fornelos comprou a este mosteiro a parte da quintã de Azevedo que lhe pertencera. Esta teve bens no termo de Lisboa, que foram concedidos à sua prima Branca Lourenço e que acabaram por ser permutados com o mosteiro de Arouca em 1339.[2416]

Do segundo casamento de Rui Pais de Valadares com Maria Gil Feijó nasceram:

VII-25 PAIO RODRIGUES DE VALADARES, o *Sovela*, figura documentada em 1305, no contexto da doação feita ao mosteiro de Entre-os-Rios

[2414] Apesar da multiplicidade de dados, que permitem entroncar claramente os Castro de Fornelos nos antigos Fornelos, vários autores procuraram entroncá-los nos Castro, induzidos em erro pelo facto de, tanto nos nobiliários como em algumas fontes documentais, os identificarem apenas através deste apelido.

[2415] Os principais dados biográficos sobre Luca Rodrigues encontram-se resumidos em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 790. Sobre a sua influência na vida monástica de Arouca veja-se Luís Repas, *Quando a Nobreza Traja de Branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Magno Edições, 2003.

[2416] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 790-791.

pela sua filha e genro de todos os seus bens em Cidadelhe (Mesão Frio). Casou com Aldonça Rodrigues de Telha, barregã de D. Dinis, de quem teve *Inês Pais de Valadares* (VIII-29).[2417]

VII-26 JOÃO RODRIGUES DE VALADARES I, cavaleiro que se casou, em primeiras núpcias, com Maria Fernandes Pintalho, filha de Fernando Esteves Pintalho, fidalgo que foi criado em Aborim (Barcelos), no julgado de Aguiar de Neiva, lugar onde comprou uma herdade no couto de Cosoirado e construiu uma casa de morada.[2418] Deste seu primeiro casamento nasceram *Estêvão Anes de Valadares* (VIII-30) e *Martim Anes de Valadares* (VIII-31). Após ter enviuvado, casou novamente com Teresa Anes Marinho, filha do cavaleiro João Marinho, registado em documentação do fundo do mosteiro de Oia em 1234 e 1241.[2419] Deste segundo casamento nasceu *Pero Anes Marinho IV* (VIII-32).[2420]

VII-27 GIL RODRIGUES DE PIAS, ou de VALADARES, marido de Constança Pais de Soutomaior e de Maria Fernandes Churrichão. Em 1347,[2421] no seu paço de Segemonde, Maria Fernandes, já viúva, desembargou ao mosteiro de Melón e ao seu filho Fernão Gonçalves de Pias os bens que tinha usurpado num dos casais da paróquia de Arnoso, em Ponteareas. Para além de *Fernão Gonçalves de Pias* (VIII-33), GIL RODRIGUES e Maria Fernandes tiveram também *João Rodrigues de Valadares II* (VIII-34). Ao que sabemos, não teve filhos do seu outro casamento.[2422]

VII-28 SANCHA RODRIGUES DE PIAS, senhora documentada pela primeira vez em 1242,[2423] altura em que, perante os seus filhos *Estêvão Rodrigues de Pias* (VIII-35), *Pedro Rodrigues de Pias* (VIII-36), *João Rodrigues*

[2417] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 791.

[2418] PMH-Inq. 1258, p. 322.

[2419] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1799, docs. 3 e 4, e Carp. 1800, doc. 1.

[2420] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2421] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1464, doc. 15.

[2422] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, pp. 791-792, e Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2423] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1442, doc. 19.

de Pias (VIII-37) e *Maior Rodrigues de Pias* (VIII-38), vendeu ao mosteiro de Melón a sua herdade de Bugarín (Ponteareas), composta por quatro casais. Mais tarde, por volta de 1258,[2424] faria o mesmo com o seu casal de Sobrado, na vila de Pías (Ponteareas). Não sabemos com quem casou, mas é bem provável que o tenha feito na Galiza, em torno de Pías, senhorio galego que terá compartido com os seus irmãos que detinham este mesmo apelido.

VII-29 e MARIA RODRIGUES DE PIAS E VALADARES, assim identificada na carta de venda de um seu casal na freguesia de Pías (Ponteareas), feita ao mosteiro de Melón, em 1245.[2425]

Do casamento de Vasco Pires Sarraça I com a filha de João Pires da Nóvoa I nasceram:

VII-30 JOÃO VASQUES SARRAÇA, fidalgo que terá vivido na Galiza, pois casou com Teresa Afonso Deça (ou Deza), provável irmã do cavaleiro Fernando Afonso Deça, que surge, em 1246, junto à linhagem de povoadores da Pastoriza, uma pequena terra localizada na região de Deza.[2426] Apesar de não termos recolhido grandes elementos sobre a sua carreira (excepção para a sua presença no acordo de 1320 entre o arcebispo Berenguel de Landoira e os burgueses de Santiago)[2427], cremos que esta terá sido especialmente bem-sucedida ao longo da segunda metade do século XIII, pois, após a morte da sua primeira mulher, este casou-se com Beatriz Afonso de Castela, filha bastarda do Infante D. João e neta de Sancho IV. Ao contrário do que as fontes genealógicas indicam, terá tido, pelo menos, uma filha do seu primeiro casamento, de nome *Teresa Anes Sarraça* (VIII-39), esposa de Garcia Rodrigues de Valcárcel, o *Adiantado.*[2428] Por sua vez, do seu segundo casamento nasceram, pelo menos, *Vasco Pires Sarraça II* (VIII-40)[2429] e, provavelmente, *Sancho Pires Sarraça* (VIII-41), mordomo arquiepiscopal em Padrón em meados do século XIV.[2430]

[2424] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1443, doc. 1.

[2425] AHN, Claro Secular-Regular: Melón, Carp. 1444, doc. 4.

[2426] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 370.

[2427] VILA, *A Casa de Soutomaior…*, p. 90.

[2428] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 59, nota 38.

VII-31 e SANCHA VASQUES SARRAÇA, esposa de Pero Anes Marinho II, de quem teve descendência.[2431]

Do primeiro casamento de Gomes Pires Sarraça com Maria Sanches de Grés nasceu:

VII-32 MÉCIA GOMES SARRAÇA, esposa do galego Diogo Gomes Deça (ou de Deza), seu parente – pois acreditamos que Diogo Gomes terá sido filho de Gomes Henriques de Pobrãos e de Mor Afonso de Valadares (ou de Deza)[2432]. Este fidalgo encontra-se documentado em 1280, devido à ocupação de alguns bens do mosteiro galego de Carboeiro na paróquia de Martije.[2433] Assim sendo, podemos presumir que MÉCIA GOMES terá vivido na zona de Deza, onde teve descendência.

De Vicente Rodrigues de Penela nasceu:

VII-33 RUI VICENTE DE PENELA, cavaleiro que testemunhou uma doação de Mem Soares de Melo à sé do Porto em 1259.[2434] As inquirições de 1258 apontam-lhe inúmeros casos de amádigo, distribuídos por várias freguesias dos julgados de Neiva, Aguiar de Neiva, Penela e Entre-Homem-e-Cávado.[2435] Por sua vez, as inquirições de 1288[2436] dizem-nos que: no con-

---

[2429] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2430] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 59, nota 38.

[2431] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 787-788 e Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2432] Estes também foram pais de Afonso Gomes de Deza, ou de Pobraos – Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 81, nota 34.

[2433] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 370.

[2434] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 800.

[2435] Dois casos de amádigo no couto de S. Vicente de Fragoso (concelho de Barcelos, julgado de Neiva); um em Santo André de Vitorino (Vitorino dos Piães) e em Poiares (ambos no concelho de Ponte de Lima e julgado de Aguiar de Neiva); quatro em *Sindy/Sinde* (Anais), um (relativo a uma filha) em Rio Mau, um outro (também relativo a uma filha) em Portela das Cabras, dois (relativos a um filho e uma filha) em Duas Igrejas (todos no concelho de Vila Verde e julgado de Penela); e um outro (também relativo à sua filha) em S. Pedro de Portela

celho de Vila Verde (julgado de Penela), teve uma casa em S. Paio de Vila Nova, um paço em Marracos (pelo qual honrava cinco casais) e que defendia um lugar nesta freguesia (por ter sido ali criado); no julgado de Prado, tinha honrado a vila Franzelos (Vila de Prado), por ter sido ali criado; no concelho de Amares (julgado de Entre-Homem-e-Cávado), fez uma casa numa herdade foreira de S. Pedro de Portela (onde deu a criar filhos seus em três lugares distintos) e que teve uma quintã honrada em Carrazedo; no concelho e julgado de Braga, teve a casa honrada da Mota e que honrou parte da Vila da Ribeira, em Adaúfe. As inquirições de 1307-1311[2437] indicam que Mécia Rodrigues de Penela defendia oito homens em Santiago de Francelos (Vila de Prado, concelho de Vila Verde), devido a uma casa que ali tinha e onde tinha sido criada a avó de RUI VICENTE, seu pai. Do seu casamento com Fruilhe Esteves de Belmir, filha de uma cuvilheira vinda com a rainha D. Urraca, nasceram *Mécia Rodrigues de Penela* (VIII-42), *Maria Rodrigues de Penela* (VIII-43) e *Pero Rodrigues de Penela II* (VIII-44).[2438]

Da relação entre Pero Rodrigues de Penela I e Maria Soares Facha (Tougues) nasceram:

VII-34 ESTÊVÃO PIRES DE PENELA, fidalgo que, a julgar por informações das inquirições, já seria adulto nos finais do reinado de D. Sancho II. As suas armas são conhecidas devido a um selo colocado numa doação sua à sé de Coimbra.[2439] Teve inúmeros bens nos julgados de Neiva, Penela e Regalados,[2440] destacando-se o paço honrado de Arca (Fragoso, concelho de

(concelho de Amares, julgado de Entre-Homem-e-Cávado) – PMH-Inq. 1258, pp. 318, 320, 321, 397, 398, 399, 400 e 427.

[2436] PMH-Inq. 1288, pp. 313, 317, 364, 391 e 401. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 800-801.

[2437] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 801, nota 18.

[2438] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 801 e Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2439] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 799.

[2440] No julgado de Neiva, teve um casal em S. Pedro de Cortegaça (Subportela, Viana do Castelo) e comprou uma herdade no couto de Fragoso (Barcelos), onde fez uma casa de morada; no julgado de Penela, comprou uma herdade em S. Vicente de Fornelos (Ponte de Lima), teve um casal da igreja de Goães (Vila Verde) e um casal de Calvelo, nesse mesmo lugar, e foi criado em Gondinhaços (Vila Verde); no julgado de Regalados, criaram um filho seu em S. Cristóvão (Pico, Vila Verde), lugar onde comprou uma herdade de foreiros do rei – PMH-Inq. 1258, pp. 317, 318, 396, 398, 401 e 432.

Barcelos, julgado de Neiva), que detinha desde o reinado de D. Sancho II.[2441] Casou com uma N. Pires, mas não temos qualquer informação sobre a sua descendência.[2442]

VII-35 TERESA PIRES DE FREIRIZ, esposa de Estêvão Gomes Zagomba, cavaleiro documentado nas inquirições de 1258,[2443] utilizando o apelido que se atribui à sua esposa, pelo que se pode concluir que, provavelmente, Freiriz seria um senhorio constituído pelo casal. Segundo esta fonte, Estêvão Gomes comprou uma herdade em S. Gens (provavelmente Cabanelas, Vila Verde), no julgado de Prado. Por outro lado, as inquirições de 1288[2444] já lhe atribuem o apelido Zagomba e indicam que nesta mesma herdade foi construída uma casa (ainda sem telhado), que passou a ser pousa e honra do seu filho Martim Esteves Zagomba. Estas inquirições apontam também o amádigo de uma filha sua, em Caldelas (Amares), no julgado de Entre-Homem-e--Cávado, e o de um filho seu, em Riba de Neiva (Vilar das Almas, Ponte de Lima), no julgado de Penela. Como podemos constatar, TERESA PIRES teve descendência, que deu continuidade ao apelido Zagomba[2445].

VII-36 SANCHO PIRES DE PENELA, fidalgo apenas referido pelo *Livro do Deão*[2446].

VII-37 e SOEIRO PIRES DE PENELA, proprietário no julgado de Panóias no reinado de D. Sancho II.[2447]

Do casamento entre Paio Gomes Gabere e Sancha Pais Carpinteiro nasceram:

VII-38 ESTEVAÍNHA PAIS GABERE, mulher de Martim Anes de Riba de Vizela, figura de proa da aristocracia portuguesa durante a conturbada si-

[2441] PMH-Inq. 1288, p. 335.

[2442] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2443] PMH-Inq. 1258, p. 294.

[2444] PMH-Inq. 1288, pp. 312, 363 e 397.

[2445] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

[2446] LD1I5. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 800.

[2447] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 799, nota 6.

tuação política e social da primeira metade do século XIII. Neste contexto, temos que realçar as relevantes relações transfronteiriças dos Riba de Vizela, que tiveram início ainda no reinado de Afonso IX.[2448] Este casal teve descendência, dando continuidade à sua linhagem.[2449]

VII-39 e CONSTANÇA PAIS GABERE, que casou com Gomes Mendes Barreto, de quem teve descendência.[2450]

A oitava geração

Do casamento entre Pero Nunes de Barbosa e Elvira Martins da Maia nasceram:

VIII-1 NUNO PIRES DE BARBOSA, rico-homem de D. Afonso III, que ostentou as tenências de Cabanões, em 1260, e de Évora, em 1262.[2451] Segundo as inquirições de 1258,[2452] foi proprietário na freguesia de Oleiros (Vila Verde), no julgado de Prado. No julgado de Penafiel de Sousa, tinha um herdamento em Astromil (Paredes), uma quintã em Guilhufe (Penafiel), uma honra em Lagares (Penafiel), uma quintã em Portela (Penafiel), sendo que várias destas herdades já estavam nas mãos dos seus filhos por esta data. Por sua vez, as inquirições de 1288[2453] apontam que, devido ao facto de que Fernão Pires de Barbosa detinha dois casais no couto do mosteiro da Oliveira (em Santa Maria da Oliveira, Famalicão, e S. Pedro de Pedomem, ambas freguesias do julgado de Vermuim), NUNO PIRES e este seu irmão decidiram construir aí uma casa, durante o reinado de D. Afonso III, pela qual

[2448] Martim Fernandes de Riba de Vizela, irmão de João Fernandes de Riba de Vizela e, portanto, tio de Martim Anes, terá feito parte do séquito da rainha D. Teresa Sanches, durante o seu breve casamento com Afonso IX, surgindo na corte leonesa em Junho de 1191. Porém, cedo regressou a Portugal, reaparecendo na corte logo no ano seguinte – CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 18.

[2449] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 542-543 e seguintes. Para mais detalhes sobre a vida política e social dos Riba de Vizela deste período veja-se, por exemplo, VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, p. 690 e seguintes.

[2450] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 799.

[2451] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 514.

[2452] *Idem*, *ibidem*. PMH-Inq. 1258, p. 296.

[2453] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 514.

honravam todo o couto e usurpavam direitos ao dito cenóbio. Tudo indica que NUNO PIRES casou antes de 1258, ainda que só surja em 1259 junto com a sua esposa, Teresa Anes Correia. Aparentemente, NUNO PIRES terá falecido ainda antes de 1263, visto que, nesse ano, os seus irmãos celebraram um acordo com Paço de Sousa sobre alguns bens que pertenceram aos seus pais, sem que este fosse mencionado ou estivesse presente. Depois de enviuvar, Teresa Anes acabou por entrar no mosteiro de Santos, onde viveu até 1313 e onde chegou a ostentar o cargo de comendadora.[2454] Apesar de o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* referir que não teve qualquer filho do seu casamento, as informações recolhidas das inquirições de 1258 permitem supor o contrário, devido à menção a vários filhos. No entanto, o *Livro Velho de Linhagens* afirma que teve, na esposa de João Brucheiro, apenas um filho bastardo, *Martim Nunes de Barbosa* (IX-1), fidalgo legitimado por D. Dinis em 1285.[2455]

VIII-2 MARTIM PIRES DE BARBOSA, membro da corte de D. Afonso III, a quem vende, em 1266, bens que herdara de seu sogro, Lourenço Martins de Berredo, e junto de quem está presente, em 1267, quando o monarca faz uma doação a seu filho bastardo Rodrigo Afonso. Os referidos bens vendidos a D. Afonso III viriam a ser reivindicados por Maria Anes da Veiga, sobrinha de Lourenço Martins, que ressarciu o monarca com quantitativo monetário. MARTIM PIRES terá morrido por volta de 1268, o que levou a sua esposa, Alda Lourenço de Berredo, a entrar no mosteiro de Celas, onde terá sido abadessa e onde viveu até 1279. Apesar das fontes linhagísticas não atribuírem qualquer filho a este casal, sabemos que estes foram pais de *Martim Martins de Barbosa I* (IX-2).[2456]

VIII-3 ÁLVARO PIRES DE BARBOSA, personagem identificado pelo *Livro Velho de Linhagens*, que afirma que não foi casado nem teve filhos.[2457]

VIII-4 SANCHO PIRES DE BARBOSA, cavaleiro presente na corte portuguesa entre 1262 e 1265, tendo sido próximo dos Riba de Vizela, tes-

[2454] *Idem*, *ibidem*.

[2455] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 514-515.

[2456] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 523.

[2457] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 516.

temunhando documentação dos seus primos Gil Martins de Riba de Vizela e Pero Anes de Riba de Vizela. Em 1263, SANCHO PIRES e seus irmãos, Fernão Pires e Soeiro Pires, concertaram com o mosteiro de Paço de Sousa um acordo sobre alguns bens que tinham sido legados pelos seus pais a este cenóbio. Cederam-lhe as maladias do couto de Cresconho, tendo recebido em troca a promessa de que o mosteiro não os impediria de explorarem livremente os bens que os seus pais e avós lhe tinham deixado nesse lugar. As duas partes também acertam a divisão do padroado da igreja de Lagares (Penafiel). Segundo o *Livro Velho de Linhagens*, SANCHO PIRES não foi casado nem teve filhos.[2458]

VIII-5 FERNÃO PIRES DE BARBOSA, membro da corte do Bolonhês[2459], onde se encontra, pelo menos, desde 1268, talvez como chefe da sua linhagem e em substituição do seu irmão Nuno Pires, falecido por essa altura.[2460] A subida ao trono de D. Dinis ditou um impulso na sua carreira, tendo sido alçado a membro do conselho régio (em 1282), à rico-homia (como tenente de Vizela, em 1287) e passado a confirmar todos os diplomas régios entre 1279 e 1320, altura em que terá falecido.[2461] Apesar de ter passado mais de cinquenta anos na corte, o prestígio de FERNÃO PIRES estaria sobretudo relacionado com o seu contexto familiar e com o enorme património material que ostentava, aspectos que acabaram por convergir na forma como se apresentou como um dos candidatos à herança de Gonçalo Garcia de Sousa, tendo sido beneficiado com a honra de Pias (Lousada), que fizera parte do património do conde.[2462] Terá, também, sido próximo do bastardo régio Afonso Dinis, que, na qualidade de tenente de Vermuim, lhe cedeu em préstamo a freguesia de Ribeirão.[2463] E terá, ainda, beneficiado da estima de D. Dinis, que, por sua mercê, lhe perdoou o acrescento ilegal de quinze casais à honra de Barbosa.[2464] Como já referimos, FERNÃO PIRES fez, juntamente com seus irmãos, um pacto com Paço de Sousa, sobre alguns bens dos seus

[2458] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 516-517.

[2459] *Vide* Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 608-609.

[2460] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 517.

[2461] *Idem*, *ibidem*.

[2462] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 517, nota 36.

[2463] *Idem*, *ibidem*.

[2464] *Idem*, *ibidem*. Facto aludido nas inquirições de 1307-11.

pais.[2465] Em 1284 perdeu o litígio que mantinha, juntamente com os seus cunhados e sogro, contra o concelho de Lisboa pela posse das lezírias de Valada (Cartaxo).[2466] Possuía uma casa honrada em Abade de Neiva (Barcelos, julgado de Neiva), à qual acrescentou vários reguengos e pela qual honrava toda a freguesia e igreja local, que veio a partilhar com João Rodrigues; no julgado de Prado, honrava o lugar de Sesmir em Atiães (Vila Verde), toda a vila de Ucha (Barcelos) —através da sua quintã honrada de Macedo—, uma casa e herdades de um foreiro de Oleiros (Vila Verde); tinha dois casais no couto do mosteiro da Oliveira (em Santa Maria da Oliveira, em Famalicão, e em S. Pedro de Pedomem), onde, conjuntamente com o seu irmão Nuno Pires, construiu uma casa honrada, através da qual usurpou várias herdades ao mosteiro e procurou honrar todo o couto; e, tal como já referimos, honrou a freguesia de Pias (Lousada).[2467] Segundo um documento de 1294, apresentava pároco na igreja de Nevogilde (Lousada).[2468] Em 1296, conjuntamente com a sua esposa, arrecadou, por emprazamento do mosteiro de Arouca, dois casais, umas quebradas e umas herdades em Abade de Neiva (Barcelos), no julgado de Neiva, tendo recebido em troca um casal seu nesse mesmo lugar.[2469] Em 1298, escambou com este mosteiro meio casal em Silvares (Barbosa-a-Nova, Silvares, Lousada) por um terço de um casal que tinha no lugar de Nespereira (Lousada), no termo de Faria.[2470] Em 1299, doou à sé do Porto um herdamento em Cebolido.[2471] Segundo as inquirições de 1301,[2472] foi detentor de dois lugares honrados em Jumeses (Perelhal, Barcelos), no julgado de Neiva. Em 1310, as suas irmãs contestaram ao mosteiro de Arouca a posse do casal de Angeses, na terra da Maia, que tinha sido usurpado por FERNÃO PIRES e doado a este cenóbio.[2473] Em 1314, herdou da sua mãe as casas da

[2465] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 517.

[2466] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 520.

[2467] As principais informações sobre os bens de Fernão Pires encontram-se em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 517-520. PMH-Inq. 1288, pp. 343-344, 362, 363 e 370.

[2468] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 518, nota 40.

[2469] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 520, nota 46.

[2470] *Idem*, *ibidem*.

[2471] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 518, nota 40.

[2472] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro III, Fol. 7v.

[2473] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 519, nota 43.

quintã de Frazão (Paços de Ferreira).[2474] Em 1315, é identificado como rico-homem natural do mosteiro de Tibães.[2475] Em 1316, doou a Paço de Sousa os seus direitos sobre a igreja de Moazeres (S. Martinho de Recezinhos, Penafiel).[2476] Em 1320, entrou em litígio com Arouca pelas jeiras e serviços de dois casais da honra de Barbosa-a-Nova (Silvares, Lousada), que tinham sido da sua irmã Mafalda Pires de Barbosa.[2477] Tal como já referimos, as inquirições de 1307-11 aludem a um acrescento ilegal de quinze casais à honra de Barbosa (Rans, Penafiel), que já se tinha verificado em 1288. As inquirições dionisinas permitem-nos constituir um retrato detalhado do seu património, que, globalmente, se dispersava pelas seguintes localidades: Lavra (Matosinhos), Moreira de Maia, Vila Nova da Telha (ambas na Maia), Água Longa, Vilarinho (ambas em Santo Tirso), Astromil, Gandra (ambas em Paredes), Canelas, Duas Igrejas, Eja, Guilhufe, Marecos, Oldrões, Paredes, Valpedre, Vila Cova (todas em Penafiel), Avessadas, Penha Longa (ambas em Marco de Canaveses), Alvarenga, Nespereira (ambas em Lousada), Moure, Regilde, S. Jorge de Vizela (as três em Felgueiras), Santo Adrião de Vizela, S. Paio de Vizela (ambas em Vizela) S. Faustino (Guimarães), Delães, Fradelos, Ribeirão, S. Mateus da Oliveira (todas em Famalicão), Carreira, Marecos (Barcelinhos, Barcelos), Silveiros (as três em Barcelos), Gemeses (Esposende), Labruge, Mindelo, Modivas e Vilar de Pinheiro (todas em Vila do Conde).[2478] Com efeito, este cenário exprime uma composição que advém do legado dos Barbosa, Maia, Briteiros e Riba de Vizela. Enfim, um vastíssimo património que sustentaria uma farta casa gerida por Egas Lourenço, seu mordomo e marido de uma sobrinha de Estevaínha Fernandes Barreto.[2479] Quanto à sua vida familiar, foi próximo das suas irmãs, todas elas monjas de Arouca, e de alguns dos seus sobrinhos.[2480] Sabemos que casou com Teresa Nunes de Chacim e, depois, com Estevaínha Fernandes Barreto, sem que tivesse tido descendência de qualquer dos matrimónios. Porém, teve um filho bastardo de Dominga Miguéis, de nome *Rui Fernandes de Barbosa* (IX-3).[2481]

[2474] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 519, nota 43.

[2475] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 518.

[2476] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 518, nota 40.

[2477] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 520, nota 46.

[2478] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 518.

[2479] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 520, nota 47.

[2480] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 519.

VIII-6 SOEIRO PIRES DE BARBOSA[2482], cavaleiro presente na corte portuguesa entre 1262 e 1265, também ele muito próximo dos Riba de Vizela. Tal como já referimos, surge, com os seus irmãos Sancho e Fernão, numa composição com o mosteiro de Paço de Sousa, a propósito de alguns bens dos seus pais. É possível que SOEIRO PIRES tenha seguido Gil Martins e Martim Gil de Riba de Vizela, durante o seu exílio na corte de Afonso X. SOEIRO PIRES regressou a Portugal pouco tempo depois da morte do *Sábio*, tendo confirmado, juntamente com Fernão Pires, o foral de Caminha. Segundo as inquirições de 1288, foi detentor de três casais no lugar de Rebordeiro (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, julgado de Panóias), que, na altura, estavam nas mãos do mosteiro de Pombeiro. Casou com Maria Gomes da Ribeira, de quem teve *Elvira Soares de Barbosa* (IX-4).[2483]

VIII-7 JOÃO PIRES DE BARBOSA, mestre templário em Castela, que surge, como testemunha, numa doação da sua ordem a D. João Pires de Aboim. Acreditamos que, tal como os Riba de Vizela, seus parentes, JOÃO PIRES terá desenvolvido boa parte da sua carreira na corte castelhana onde, por força das suas prestigiosas relações sócio-familiares, conseguiu ascender nas fileiras do Templo. Teve de uma Clara Pires um filho bastardo, de nome *João Fernandes de Barbosa* (IX-5), legitimado em 1310. Segundo o Marquês de Abrantes, também poderá ter sido pai de uma Aldonça Anes de Barbosa – hipótese que, mesmo tendo em conta a sua matriz sigilar, não se pode confirmar ou desmentir.[2484]

VIII-8 MAFALDA PIRES DE BARBOSA, freira de Arouca, que se encontra documentada entre 1278 e 1315. Em 1305, juntamente com a sua irmã Sancha Pires de Barbosa, de uma parte, e Fernão Pires de Barbosa, seu irmão, da outra, fizeram um acordo sobre a partilha dos seus bens maternos. Às duas irmãs coube um casal em Astromil (Paredes), a terça parte de um outro casal nesse mesmo lugar, um herdamento no lugar de Frazão (Paços de Ferreira), um casal em Angeses (no termo da Maia), a quebrada de Onda, com o seu

[2481] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 519-520. Os principais dados biográficos e genealógicos de Fernão Pires de Barbosa encontram-se em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 517-520, e Vol. III, Genealogia 4.7. - Barbosa.

[2482] Referido por Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, p. 608.

[2483] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 521.

[2484] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 522.

moinho, e todo o herdamento de Vermoim (Maia). Em 1314, MAFALDA PIRES fez uma queixa contra o seu irmão Fernão Pires e seu sobrinho Martim Nunes, devido às suas usurpações no seu casal de Fêveros – uma queixa que se repetiria algum tempo depois contra os descendentes de Martim Nunes. Em 1320, alguns anos depois da sua morte, Fernão Pires de Barbosa entrou em litígio com o mosteiro de Arouca pelas jeiras e serviços de dois casais da honra de Barbosa-a-Nova, que tinham pertencido à sua irmã MAFALDA, o que nos permite intuir que esta teria morrido por volta de 1315.[2485]

VIII-9 MARIA PIRES DE BARBOSA, freira de Arouca entre 1278 e 1295. Segundo uma sentença de 1297, alguns dos seus bens foram disputados entre Paço de Sousa e Arouca. Paço de Sousa ficou com o casal de Argivai (Póvoa de Varzim), que lhe tinha sido doado em 1295, e Arouca com o de Barrimau (Nevogilde, Lousada).[2486]

VIII-10 SANCHA PIRES DE BARBOSA, freira de Arouca entre 1278 e 1315. Em 1305, SANCHA e a sua irmã Mafalda acordaram com Fernão Pires, seu irmão, a partilha de alguns bens maternos. Às duas irmãs coube o casal de Astromil (Paredes), um terço de um outro casal nesse lugar, o herdamento do lugar de Frazão (Paços de Ferreira), o casal de Angeses (termo da Maia), a quebrada de Onda, com o seu moinho, e todo o herdamento em Vermoim (Maia).[2487]

De Gonçalo Anes da Nóvoa II nasceu:

VIII-11 NUNO GONÇALVES DA NÓVOA, rico-homem que terá sucedido ao seu pai na governação de várias terras galegas, entre as quais se destacam a de Aguiar, entre 1284 e 1302, e a de Castela (de Búval), entre 1270 e 1278.[2488] Apesar de se emergir pontualmente ao longo da segunda metade do XIII, os livros de linhagens concentram as principais informações sobre o seu grupo familiar.[2489] Portanto, este casou, em primeiras núpcias, com Mor

[2485] *Idem*, *ibidem*.

[2486] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 522-523.

[2487] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 523.

[2488] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, pp. 393 e 397.

[2489] LD19O7-8.

Moniz (ou Nunes) de Rodeiro, provavelmente filha de Monio Fernandes de Rodeiro, o *Malapel*, meirinho-mor da Galiza, entre 1237 e 1253, herdado no *repartimiento* de Sevilha,[2490] que já estava aparentado com os Nóvoa, pois um dos seus casamentos foi celebrado com Constança Martins de Orcellón, filha de Martim Fernandes de Orcellón. Ao que parece, Monio Fernandes terá tido, pelo menos, três filhos, sendo de assinalar uma possível união entre uma Maria Moniz de Rodeiro, irmã de Mor Moniz, e João Pires da Nóvoa. Este elevado nível de consanguinidade entre os Nóvoa e os Rodeiro pode explicar a referência dos nobiliários que alude ao abandono de Mor Moniz pelo seu marido.[2491] A aparente infertilidade do casal, talvez causada por esta consanguinidade, pode ser afigurada como uma explicação plausível para o anulamento desta união. Pouco tempo depois, casou com Elvira Pires de Ambia, parente de Pedro Vasques de Ambia, de Aires Vasques de Ambia e de Garcia Peres de Ambia, estando os dois primeiros documentados na corte de Afonso IX, em 1196, e o último em 1274.[2492] Desta união com uma das mais antigas linhagens ourensanas nasceram *João Pires da Nóvoa II* (IX-6), *Gonçalo Nunes da Nóvoa* (IX-7) e, provavelmente, uma filha de nome desconhecido (*N. Nunes da Nóvoa* – IX-8).[2493]

Do nosso hipotético Osório Gonçalves de Orcellón terão nascido:

VIII-12 MARIA OSÓRIO DE ORCELLÓN, esposa de Lopo Sanches de Ulhoa, cavaleiro que, através desta união, conseguiu incorporar na sua linhagem os senhorios de Juvencos, Abeancos e Orcellón.[2494] Deste casal houve descendência, que deu continuidade aos Ulhoa.

VIII-13 e FERNANDO OSÓRIO DE ORCELLÓN, fidalgo da primeira metade do século XIII e que terá sido pai de *João Fernandes de Orcellón* (IX-9), *Nuno Fernandes de Orcellón* (IX-10), *Osório Fernandes de Orcellón* (IX-11) e *Martim Fernandes de Orcellón* (IX-12).[2495]

[2490] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 52.

[2491] LD19O8.

[2492] Otero Piñeyro Maseda e García G. Ledo, «Apuntes de los Ambía…», pp. 446-447.

[2493] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 74.

[2494] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 50, nota 9.

[2495] *Idem*, *ibidem*.

Do primeiro casamento de João Fernandes de Lima II com Sancha Gonçalves Girão nasceu:

VIII-14 GONÇALO ANES DE LIMA II, fidalgo de quem não possuímos qualquer dado, excepto a passagem do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* que indica que terá morrido solteiro numa campanha na fronteira do reino de Granada.[2496] Contudo, é provável que algumas das referências tradicionalmente apontadas a homónimos seus, como Gonçalo Anes da Nóvoa II, por exemplo, correspondam, na realidade, a elementos da sua biografia.

Do primeiro casamento de Fernão Fernandes de Lima II com Sancha Vasques de Soverosa nasceram:

VIII-15 JOÃO FERNANDES DE LIMA III, aristocrata que viveu durante quase toda a sua vida em Portugal, tendo marcado presença na corte desde 1288 até 1299, na qualidade de rico-homem. Entre os diversos diplomas por si confirmados destaca-se o tratado de Alcanices, onde JOÃO FERNANDES se apresenta como rico-homem de D. Dinis, e Fernão Fernandes de Lima II, seu pai, como magnate de Fernando IV. Nos anos seguintes, as suas presenças em Portugal tornar-se-iam mais pontuais e concentradas entre 1302 e 1305, voltando a surgir em Lisboa somente em 1310. Esta situação dever-se-ia ao facto de que este terá passado a viver nos seus paços de Salvaterra (desde 1301). Na verdade, a sua presença na corte de Fernando IV tornou-se frequente ao longo de 1310, altura em que, na qualidade de rico-homem, confirmou diplomas régios ao lado de seu pai, Fernão Fernandes de Lima II. Braamcamp Freire refere que terá falecido ainda antes de 1316; porém, a sua presença já não se fazia sentir nem na corte portuguesa nem na castelhana desde finais de 1310, facto que deixa perceber que terá morrido por volta desta altura. Terá sido sepultado em Pombeiro, cenóbio do qual seria patrono e onde se encontra uma arca tumular com uma representação das armas dos Lima, em tudo similar às que figuravam no selo da sua mulher. Do seu casamento com Maria Anes de Aboim, filha de João Pires de Aboim, valido de D. Afonso III, não nasceu qualquer filho.[2497] O seu casamento garantiu-lhe a transmissão do senhorio de Portel, que acabaria por reverter para D. Dinis por via de uma

[2496] LL16I6.

[2497] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 66-67.

série de escambos, nomeadamente da entrega desta vila em troca de Mafra, Évora Monte (Estremoz) e da terra de Aguiar de Neiva (Neiva, Viana do Castelo). Évora Monte e Aguiar de Neiva viriam a ser trocadas mais tarde por Vimieiro (Arraiolos), Almada e pelas rendas e direitos de Cheleiros (Mafra), Povos, Figueiró (dos Vinhos?) e Pedrógão (Grande?).[2498] O escambo de Portel por Mafra foi levado a cabo nos paços deste casal, em Santarém, em 1289. Segundo as inquirições de 1301,[2499] foi senhor de um couto em Santo Estêvão de Riba Lima, no julgado de Aguiar de Neiva. Aqui surge identificado com JOÃO FERNANDES DE LIMA E CORNELHÃ (CORRELHÃ), aludindo assim a um dos seus maiores senhorios na zona fronteiriça. Esta mesma passagem alude também ao facto de que este couto pertencera à igreja de Santiago e que Souto e Rebordãos, parte desse senhorio, eram terra da rainha. Pressupomos que este couto estivesse situado na freguesia do mesmo nome, junto a Facha (Ponte de Lima).

VIII-16 e RUI FERNANDES DE LIMA III, marido de Maria Afonso Churrichão, de quem teve *João Fernandes de Lima V* (IX-13), *Álvaro Rodrigues de Lima I* (IX-14), *Beatriz Rodrigues de Lima* (IX-15), *Teresa Rodrigues de Lima* (IX-16) e *Inês Rodrigues de Lima* (IX-17), freira de Santa Clara de Allariz.[2500]

Do segundo casamento de Fernão Fernandes de Lima II com Maria Fernandes de Gondiães nasceram:[2501]

VIII-17 JOÃO FERNANDES DE LIMA IV, arcebispo de Santiago entre 1330 e 1338, referido como cónego desta sé já em finais do século XIII.[2502]

[2498] *Idem*, *ibidem*, p. 67.

[2499] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro III, Fol. 9.

[2500] Contrariamente ao que tinha proposto anteriormente no artigo «Os Limas…», p. 74, Sottomayor-Pizarro veio acrescentar alguns descendentes a Rui Fernandes, que ficaram já enunciados no nosso texto principal (*vide* a proposta genealógica de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65).

[2501] Sobre a descendência do segundo casamento de Fernão Fernandes de Lima II veja-se a genealogia presente em Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2502] Sobre este eclesiástico e seu contexto familiar veja-se Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 366 e seguintes. Importa assinalar que este prelado teve a difícil tarefa de suceder a Berenguel de Landoira, arcebispo que tinha promovido uma verdadeira guerra civil na terra de Santiago, contra burgueses e magnates locais.

VIII-18 ÁLVARO FERNANDES DE LIMA, cónego de Santiago em 1342 e tesoureiro desta sé em 1361.[2503]

VIII-19 e, provavelmente, GIL FERNANDES DE LIMA II, de quem nos chegou o seu testamento datado de 1340,[2504] a partir do qual sabemos que casou com uma Maria Anes, de quem teve *Gonçalo Gil de Lima* (IX-18), *Álvaro Gil de Lima* (IX-19), *Constança Gil de Lima* (IX-20) e *Teresa Gil de Lima* (IX-21).[2505]

Do primeiro casamento de Lourenço Soares de Valadares II com Maria Mendes de Sousa nasceu:

VIII-20 INÊS LOURENÇO DE VALADARES, esposa de Martim Afonso Chichorro I, de quem teve descendência. Tal como as suas irmãs, esta seria uma das ricas-donas do mosteiro de Tibães, referidas em 1315.[2506]

Por sua vez, do segundo casamento de Lourenço Soares de Valadares II com Sancha Nunes de Chacim nasceram:

VIII-21 BRANCA LOURENÇO DE VALADARES, esposa de Martim Anes de Briteiros I, de quem teve descendência. Esta também seria uma das ricas-donas do mosteiro de Tibães referidas em 1315.[2507]

VIII-22 BERENGÁRIA LOURENÇO DE VALADARES, mulher de Afonso Martins Telo (Meneses), de quem teve descendência. Senhora que seria também umas das ricas-donas de Tibães referidas em 1315.[2508]

VIII-23 ALDONÇA LOURENÇO DE VALADARES, que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, se integrou na casa de Pero Fernandes de Castro, magnate com quem manteve uma relação barregânica, da qual nasceram Álvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos, e a célebre Inês de Castro.

[2503] *Idem*, *ibidem*, p. 368.

[2504] *Idem*, *ibidem*.

[2505] *Idem*, *ibidem*, p. 368, nota 14.

[2506] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 795 (especialmente a nota 60).

[2507] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 796.

[2508] *Idem*, *ibidem*.

Pensamos que, tal como as suas irmãs, também terá mantido o direito de padroado sobre Tibães. Sabemos também que ainda se encontrava viva em 1360, altura em que doou a Ancede o direito de padroado que detinha sobre a igreja de Santa Leocádia da Lágea, no termo de Baião.[2509]

VIII-24 JOANA LOURENÇO DE VALADARES, referida em 1317, juntamente com as suas irmãs Branca, Constança e Beatriz, a propósito de uma contenda que as opunha a Mor Afonso de Arganil, sua prima, pelos bens de Estevaínha Ponço de Baião. Foi comendadora do mosteiro de Santos entre 1323 e 1348, preservando-se o seu selo pessoal. Tal como suas irmãs, também seria uma das ricas-donas de Tibães referidas em 1315.[2510]

VIII-25 CONSTANÇA LOURENÇO DE VALADARES, freira de Arouca em 1342. Também terá sido uma das patronas do mosteiro de Tibães referidas em 1315.[2511]

VIII-26 e BEATRIZ LOURENÇO DE VALADARES, freira de Arouca referida em 1342 e patrona do mosteiro de Tibães, em 1315.[2512]

Da relação entre Lourenço Soares de Valadares II e Sancha Pires de Mozelos nasceu também:

VIII-27 FRUILHE LOURENÇO DE VALADARES, esposa de João Esteves da Aldeia do Alcaide, de quem teve descendência. Presumimos que esta também seria uma das ricas-donas de Tibães, indicadas em 1315.[2513]

Do casamento entre Paio Soares de Valadares II e Sancha Soares Delgadilha nasceu:

VIII-28 ESTEVAÍNHA PAIS DE VALADARES, mulher de Pero Afonso de Arganil (ou Zamora),[2514] filho de Afonso Pires de Arganil, um dos vassalos

[2509] *Idem*, *ibidem*.

[2510] *Idem*, *ibidem*.

[2511] *Idem*, *ibidem*.

[2512] *Idem*, *ibidem*.

[2513] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 795.

[2514] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 793 e Vol. III, Genealogia 4.12.1 – Valadares-Sarraça-Pias.

de confiança do Infante D. Pedro de Portugal, parente e magnate de Afonso IX.[2515] Presume-se que o seu apelido «de Zamora» advenha do facto de ter sido herdado nesta terra, já que esta foi uma das várias tenências do senhor do seu pai.[2516] Não sabemos exactamente em que lado da fronteira terá vivido ESTEVAÍNHA PAIS, mas é possível que, devido a esta conjuntura, tenha passado algum tempo na Galiza ou na esfera castelhano-leonesa.

Do casamento entre Paio Rodrigues de Valadares e Aldonça Rodrigues de Telha nasceu:

VIII-29 INÊS PAIS DE VALADARES, esposa de Martim Pires de Alvarenga, de quem teve descendência. Em 1305, doou os bens que o seu pai tinha em Cidadelhe (Mesão Frio) ao mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios.[2517]

Do primeiro casamento de João Rodrigues de Valadares I com Maria Fernandes Pintalho nasceram:

VIII-30 ESTÊVÃO ANES DE VALADARES, figura identificada pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* como «trovador»,[2518] evidenciando assim uma certa projecção e divulgação das suas composições entre a aristocracia galego-portuguesa. Mas nenhuma delas nos chegou.

VIII-31 e MARTIM ANES DE VALADARES, que, segundo os livros de linhagens, morreu sem descendência.[2519]

Do segundo casamento de João Rodrigues de Valadares I com Teresa Anes Marinho nasceu:

VIII-32 PERO ANES MARINHO IV (ou VALADARES), marido de Beatriz Rodrigues de Lima,[2520] filha de Rui Fernandes de Lima III. O seu ape-

[2515] A relação entre Afonso Pires de Arganil e o Infante D. Pedro terá sido extremamente próxima, tendo-o acompanhado durante o seu exílio marroquino, altura em que foi incumbido de entregar a Santa Cruz de Coimbra os restos mortais dos cinco mártires franciscanos de Marrocos – Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 24.

[2516] Para mais detalhes sobre a carreira transfronteiriça do Infante D. Pedro Sanches veja-se Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 23-28.

[2517] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 791.

[2518] *Idem*, *ibidem*.

[2519] *Idem*, *ibidem*.

lido dá-nos a entender que o grosso dos seus bens seria de origem materna e que, atendendo ao seu matrimónio, terá vivido na Galiza. Por outro lado, é de assinalar o carácter endogâmico deste casamento.

Do primeiro casamento de Gil Rodrigues de Pias com Maria Fernandes Churrichão nasceram:

VIII-33 FERNÃO GONÇALVES DE PIAS, cavaleiro a quem sua mãe, em 1347,[2521] estando no seu paço de Segemonde, desembarga, a ele e ao mosteiro de Melón, os bens e direitos sobre um casal em S. Lourenço de Arnoso (concelho de Ponteareas), que haviam sido usurpados a este mosteiro – o que nos permite supor que terá vivido na Galiza, onde se matrimoniou com Elvira Pires de Soutomaior, de quem teve *Álvaro Fernandes de Pias* (IX-22), *Vasco Fernandes de Pias* (IX-23)[2522] e *Gonçalo Fernandes de Valadares* (IX-24).

VIII-34 e JOÃO RODRIGUES DE VALADARES II, esposo de Constança Pais, de quem teve *Inês Anes de Valadares* (IX-25).[2523]

De Sancha Rodrigues de Pias nasceram:

VIII-35 ESTÊVÃO RODRIGUES DE PIAS, cavaleiro que testemunhou documentos da sua mãe datados de 1242 e 1258.[2524] Anos mais tarde, em 1267,[2525] reconheceu a validade de um acordo celebrado entre ele, os seus irmãos João Rodrigues e Pedro Rodrigues e o mosteiro de Melón, sobre três casais que, depois das suas mortes, deviam reverter para este cenóbio, mantendo-se, porém, cada um dos irmãos com o usufruto vitalício de um dos casais. Nada mais sabemos sobre a biografia deste cavaleiro, que, atendendo a estes dados, terá vivido na Galiza durante a segunda metade do século XIII e alvores do XIV.

[2520] *Idem*, *ibidem*.

[2521] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1464, doc. 15.

[2522] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.1. – Valadares-Sarraça-Pias.

[2523] *Idem*, *ibidem*.

[2524] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1443, doc. 1, e Carp. 1442, doc. 19.

[2525] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1451, doc. 7.

VIII-36 PEDRO RODRIGUES DE PIAS, que surge nos documentos da sua mãe, de 1242 e 1258, e no acordo de 1267 relativo aos três casais que estes Pias legaram a Melón.[2526] Presumimos que terá vivido em Pias (Ponteareas), na Galiza, entre o século XIII e XIV, mas nada mais podemos aventar sobre a sua vida.

VIII-37 JOÃO RODRIGUES DE PIAS, cavaleiro documentado em 1242, 1258 e 1267, nas mesmas circunstâncias que os seus irmãos, anteriormente referidos.[2527]

VIII-38 e MAIOR RODRIGUES DE PIAS, confirmante de dois diplomas da sua mãe, datados de 1242 e 1258.[2528]

Do primeiro casamento de João Vasques Sarraça com Teresa Afonso Deça (Deza) nasceu:

VIII-39 TERESA ANES SARRAÇA, esposa de Garcia Rodrigues de Valcárcel, o *Adiantado* (maior da Galiza), até 1328, de quem teve descendência.[2529]

Do segundo casamento de João Vasques Sarraça com Beatriz Afonso de Castela nasceram:

VIII-40 VASCO PIRES SARRAÇA II, de quem nada se sabe.[2530]

VIII-41 e SANCHO PIRES SARRAÇA, mordomo arquiepiscopal de Padrón em meados do século XIV.[2531]

[2526] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1442, doc. 19; Carp. 1443, doc. 1; e Carp. 1451, doc. 7.

[2527] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1442, doc. 19; Carp. 1443, doc. 1; e Carp. 1451, doc. 7.

[2528] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1443, doc. 1, e Carp. 1442, doc. 19.

[2529] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 59, nota 38. Garcia Rodrigues de Valcárcel outorgou o seu testamento em 1328 – *Idem*, *ibidem*, p. 344.

[2530] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 787.

[2531] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 59, nota 38.

Do casamento entre Rui Vicente de Penela e Fruilhe Esteves de Belmir nasceram:

VIII-42 MÉCIA RODRIGUES DE PENELA, que surge em 1297, altura em que ofereceu, com o consentimento do seu filho Mem Rodrigues de Vasconcelos, uma quintã à sua nora em Penela[2532] – localizada, por certo, em Duas Igrejas (Vila Verde), no coração do julgado de Penela. Por esta altura, MÉCIA RODRIGUES já seria viúva de Rodrigo Anes de Vasconcelos, de quem teve descendência.[2533] Segundo as inquirições de 1307-1311, os seus bens distribuíam-se pelos julgados de Penela, Entre-Homem-e-Cávado e Prado.[2534] Presumimos que terá falecido pouco tempo depois da execução deste ciclo de inquirições.

VIII-43 MARIA RODRIGUES DE PENELA, dama referida, nas inquirições de 1258,[2535] a propósito de um casal de Randufe, que detinha em Beiral do Lima (concelho de Ponte de Lima), no julgado de Penela. Esta aparição extremamente precoce leva-nos a pensar que terá sido a primogénita de Rui Vicente de Penela. MARIA RODRIGUES casou com Martim Correia, de quem teve descendência.[2536]

VIII-44 e PERO RODRIGUES DE PENELA II, freire do Hospital, que poderá ter sido filho bastardo de Rui Vicente e não legítimo. Aparece, em 1294, no mercado de Sevilha, na qualidade de comendador de Santo Antão, a comprar, a um clérigo, um mouro negro, de cabelo crespo e de nome *Abdalla*

[2532] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 832 e 838.

[2533] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 832.

[2534] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 832, nota 43; ANTT, Inqirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 27, 28v e 49. No julgado de Penela, tinha uma devesa em Rio Mau (c. de Vila Verde), uma herdade composta por dezoito quinhões em Santa Marina das *Eigas* (Duas Igrejas, c. de Vila Verde), trazia uma leira reguenga num casal de S. Paio de Vila Nova e defendia um carpinteiro em Santo Tirso; no julgado de Entre-Homem-e-Cávado, seus filhos possuíam uma herdade honrada por parámo (amádigo) em S. Pedro de Portela (c. de Amares); e, no julgado de Prado, defendia oito homens no lugar de Santiago de Francelos (Vila de Prado, c. de Vila Verde), por uma casa que ali tinha e onde tinha sido criada a avó do seu pai, Rui Vicente de Penela.

[2535] PMH-Inq. 1258, p. 406.

[2536] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.12.2. – Penela-Gravel-Gabere.

de Teba, que era bom para a guerra. Desconhecendo as razões que o levaram a Sevilha —bem como outros detalhes da sua biografia— presumimos que aquele mouro negro se destinaria à sua guarda pessoal.[2537]

A nona geração

Da relação ilegítima entre Nuno Pires de Barbosa e a mulher de João Brucheiro nasceu:

IX-1 MARTIM NUNES DE BARBOSA, fidalgo legitimado em 1285. A sua condição de único herdeiro de Nuno Pires fez com que tivesse sido protegido pelos seus tios (especialmente por Fernão Pires) e pelas suas tias, monjas de Arouca. Em 1278, estas ofereceram-lhe três casais que tinham da parte da sua mãe (avó dele), com a condição de os deixar a Arouca, à sua morte.[2538] As inquirições reforçam esta ideia de proximidade em relação a esta sua família, já que, segundo as de 1307-1311, este foi proprietário da honra de Astromil (Paredes), no julgado de Aguiar de Sousa, juntamente com os seus tios e outros parentes.[2539] Em 1291, esta honra tinha sido alvo de uma contenda com o mosteiro de Cete, devido ao alargamento indevido da sua quintã e espaço de influência. Para além de se apresentar com os seus tios neste litígio, MARTIM NUNES surge também já casado com Mor Rodrigues de Jolda.[2540] Em 1314, Mafalda Pires de Barbosa, sua tia, queixou-se de que o seu casal de Fêveros estava a ser alvo de usurpações por Fernão Pires, seu irmão, e por MARTIM NUNES, sobrinho de ambos. Esta queixa voltar-se-ia a repetir algum tempo depois contra os descendentes de MARTIM NUNES[2541] – uma situação que revela claramente que, apesar de ter sido protegido e favorecido pelas suas tias, MARTIM NUNES nutria uma maior proximidade em relação a Fernão Pires e que, talvez por influência deste, não se coibia de atentar contra os seus direitos. Do seu casamento com Mor Rodrigues de Jolda nasceram *Mor Martins de Barbosa I* (X-1) e *Pero Martins de Barbosa* (X-2).[2542]

[2537] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 801.

[2538] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 515.

[2539] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 515, nota 21.

[2540] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 515.

[2541] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 515, nota 23.

[2542] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

Do casamento entre Martim Pires de Barbosa e Alda Lourenço de Berredo nasceu:

IX-2 MARTIM MARTINS DE BARBOSA I, o *Velho*, cavaleiro mencionado várias vezes nas inquirições de 1288 e de 1307-11: no julgado de Neiva, fez uma casa honrada numa herdade de foreiros do lugar de Outeiro de Poldros (S. Pedro de Alvito, concelho de Barcelos), sendo que este bem lhe permitiu expandir a sua influência até Atiães (concelho de Vila Verde), já no julgado de Prado; ainda no julgado de Neiva, amparou vários homens na freguesia de Alvito (concelho de Barcelos); e, no julgado de Aguiar de Neiva, deu a criar uma filha em S. Julião (Freixo, concelho de Ponte de Lima).[2543] Em 1311, MARTIM MARTINS confirmou, na sua casa de Outeiro de Poldros, o escambo que o seu sogro fez com o deão da Sé de Braga e, tal como ele, abdicou dos seus direitos de padroado relativos à igreja da Palmeira (Braga). Em 1329, MARTIM MARTINS e seus filhos são identificados como infanções naturais da igreja de Vilar de Porcos (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde) e, em 1339, como infanções naturais do mosteiro de Mancelos (Amarante). Foi assassinado, antes de 1337, na quintã de Marecos, num recontro com Pedro Fernandes de Castro, cujas razões desconhecemos.[2544] Do seu casamento com Maria Martins Zote II nasceram *Fernão Martins de Barbosa* (X-3), *Nuno Martins de Barbosa* (X-4), *Martim Martins de Barbosa II* (X-5), *Sancho Martins de Barbosa* (X-6), *Sancha Martins de Barbosa* (X-7), *Guiomar Martins de Barbosa* (X-8) e *Ouroana Martins de Barbosa* (X-9).[2545]

Da relação ilegítima entre Fernão Pires de Barbosa e Dominga Miguéis nasceu:

IX-3 RUI FERNANDES DE BARBOSA, fidalgo legitimado em 1300.[2546]

Do casamento entre Soeiro Pires de Barbosa e Maria Gomes da Ribeira nasceu:

[2543] PMH-Inq. 1288, pp. 347 e 361. ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 36v. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 524, nota 71.

[2544] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. I, p. 524.

[2545] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2546] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 520.

IX-4 ELVIRA SOARES DE BARBOSA, que casou duas vezes, com Martim Gonçalves de Portocarreiro e com Afonso Fernandes Alcoforado, de quem teve descendência.[2547]

Da relação ilegítima entre João Pires de Barbosa e Clara Pires nasceu:

IX-5 JOÃO FERNANDES DE BARBOSA, de quem sabemos, apenas, que foi legitimado em 1310.[2548]

Do segundo casamento de Nuno Gonçalves de Nóvoa com Elvira Pires de Ambia nasceram:

IX-6 JOÃO PIRES DA NÓVOA II, rico-homem tenente de Aguiar (Galiza), entre 1318 e 1339,[2549] que casou com Beatriz Gonçalves Raposo, uma Teles de Meneses que seria também filha de Urraca Fernandes de Lima II, o que, indubitavelmente, o aproximou da linhagem do primeiro conde de Barcelos e dos poderosos Limas, seus parentes afastados e vizinhos. Desta união nasceram *Pero Anes da Nóvoa III* (X-10), *Elvira Anes de Nóvoa* (X-11), *Maria Anes da Nóvoa* (X-12) e *Mor Anes da Nóvoa* (X-13).[2550] É possível que tenha, também, casado com Maria Moniz de Rodeiro, filha de Monio Fernandes de Rodeiro,[2551] hipótese que, no entanto, não conseguimos confirmar.

IX-7 GONÇALO NUNES DA NÓVOA, bispo de Ourense[2552] entre 1319 e 1332, confundido, algumas vezes, com Gonçalo Nunes de Aza.

IX-8 e, pelo menos, uma filha (N. NUNES DA NÓVOA), uma vez que o *Livro do Deão* indica que Nuno Gonçalves da Nóvoa e Elvira Pires de Ambia

---

[2547] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 521-522, e Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2548] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 522.

[2549] GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 393.

[2550] Conf. as informações genealógicas presentes em SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2551] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 52, nota 17. Segundo um documento de 1264, Maria Moniz tinha bens em Mouriz (Asma) – GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 416.

[2552] SOTTOMAYOR-PIZARRO, «Os Limas…», p. 74.

tiveram João Pires e «outros filhos e filhas»,[2553] ainda que desconheçamos qualquer dado sobre esta hipotética filha.

De Fernando Osório de Orcellón nasceram:

IX-9 JOÃO FERNANDES DE ORCELLÓN, que, tal como seu pai e irmãos, surge pontualmente em meados do século XIII, muito embora não saibamos se casou nem se teve descendência.[2554]

IX-10 NUNO FERNANDES DE ORCELLÓN, também referenciado, pontualmente, no século XIII, em torno dos mesmos círculos sócio-geográficos que seu pai e irmãos,[2555] mas nada mais sabemos sobre a sua vida.

IX-11 OSÓRIO FERNANDES DE ORCELLÓN, documentado na primeira metade do XIII,[2556] será o pai de *Gonçalo Osório de Orcellón* (X-14)[2557].

IX-12 e MARTIM FERNANDES DE ORCELLÓN, cavaleiro escassamente documentado em meados do século XIII,[2558] que, em nossa opinião, terá sido pai de *Constança Martins de Orcellón* (X-15).[2559]

Do casamento entre Rui Fernandes de Lima III e Maria Afonso Churrichão nasceram:

IX-13 JOÃO FERNANDES DE LIMA V, o *Pancenteno*, que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, se casou com N. Anes da Nóvoa, que talvez se identique com Marinha Anes da Nóvoa, provavelmente filha de João Pires de Nóvoa II ou da sua filha Mor Anes da Nóvoa, ainda que a não consigamos enquadrar solidamente nesta linhagem.[2560]

[2553] LD10F6.

[2554] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 50, nota 9.

[2555] *Idem*, *ibidem*.

[2556] *Idem*, *ibidem*.

[2557] Referimo-nos à figura do mesmo nome que se encontrava entre os vários dependentes de D. Fernando Ruiz de Castro – *Idem*, *ibidem*, p. 58, nota 35.

[2558] *Idem*, *ibidem*, p. 50, nota 9.

[2559] *Idem*, *ibidem*, p. 52, nota 17.

[2560] Apesar de nos filiarmos na hipótese levantada por Pardo de Guevara (*Idem*, *ibidem*, p. 367), discordamos absolutamente da sua proposta de ascendência para o *Pancenteno*, pre-

IX-14 ÁLVARO RODRIGUES DE LIMA I, célebre petrista, documentando entre 1370 e 1376,[2561] que, após Montiel, seguiu o caminho de Portugal, apoiando as pretensões de D. Fernando ao trono castelhano, tendo sido, por isso, beneficiado com doações de bens na Galiza, em 1370, e nomeado alcaide de Melgaço, no ano seguinte.[2562] Foi senhor de Celmes, das terras de Sande e Milmanda (em 1370 e em nome do rei de Portugal), e tomou posse, em 1376, de vários coutos por emprazamento de Santa Clara de Allariz (Morgade, Distiz, Arnoya, Manoy, entre outros).[2563] Do seu casamento com Inês Fernandes de Soutomaior nasceram *Fernão Anes de Lima II* (X-16), *Inês Fernandes de Lima II* (X-17) e *Maria Fernandes de Lima II* (X-18).[2564]

IX-15 BEATRIZ RODRIGUES DE LIMA, esposa do seu parente Pero Anes de Valadares (Marinho), de quem não teve descendência.[2565]

IX-16 TERESA RODRIGUES DE LIMA, que não terá tido descendência.[2566]

IX-17 e INÊS RODRIGUES DE LIMA, que foi freira de Santa Clara de Allariz.[2567]

Do casamento entre Gil Fernandes de Lima II e Maria Anes nasceram:

IX-18 GONÇALO GIL DE LIMA, presente no testamento do seu pai (1340),[2568] mas de quem desconhecemos se casou nem se teve filhos.

---

ferindo, por isso, a hipótese genealógica de Sottomayor-Pizarro – presente em SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2561] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 368.

[2562] SOTTOMAYOR-PIZARRO, «Os Limas…», p. 68.

[2563] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 368 (especialmente nota 15).

[2564] *Idem*, *ibidem*, pp. 368-369. Recentemente Sottomayor-Pizarro levou a cabo uma reformulação da sequência genealógica referente a esta descendência, divergindo dos dados apresentados em SOTTOMAYOR-PIZARRO, «Os Limas…», p. 74. Esta nova reconfiguração encontra-se em SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2565] SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2566] *Idem*, *ibidem*.

[2567] *Idem*, *ibidem*.

IX-19 ÁLVARO GIL DE LIMA, também referido no testamento do seu pai, de 1340. Foi pai de *Fernando Álvares de Lima* (X-19) e de *Leonor Álvares de Lima* (XI-20).[2569]

IX-20 CONSTANÇA GIL DE LIMA, esteve presente, como os seus irmãos, ao testamento do seu pai, de 1340. Casou com um Gil Esteves, de quem teve descendência.[2570]

IX-21 e TERESA GIL DE LIMA, referida, também, no testamento do seu pai de 1340 e deixou-nos, ainda, o seu próprio testamento, onde é mencionado seu marido Nuno Fernandes, de quem teve descendência.[2571]

Do casamento entre Fernão Gonçalves de Pias e Elvira Pires de Soutomaior nasceram:

IX-22 ÁLVARO FERNANDES DE PIAS, esposo de Maria Geraldes Charinho[2572], de quem teve *João Pires de Pias* (X-21) e *Inês Álvares de Pias* (X-22).[2573] Apesar de não possuirmos dados sobre este nobre, podemos presumir que, devido ao seu contexto familiar, tenha vivido no norte da província de Pontevedra, terra da sua mãe e da sua esposa.

IX-23 VASCO FERNANDES DE PIAS, fidalgo que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, foi morto juntamente com o seu pai,[2574] não

---

[2568] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 368, nota 14.

[2569] *Idem*, *ibidem*.

[2570] *Idem*, *ibidem*.

[2571] *Idem*, *ibidem*.

[2572] Na nossa opinião, estamos perante um erro dos nobiliários, já que Maria Geraldes foi esposa do famoso Paio Gomes Charinho e não sua filha. Esta dona terá morrido ainda antes do almirante, que acabou por se casar novamente com Maria Álvares de Grés, de quem teve descendência (*Idem*, *ibidem*, p. 372, nota 26).

Portanto, podemos presumir que o seu casamento com Álvaro Fernandes de Pias terá sido anterior à sua união com este Charinho.

Para mais informações sobre esta linhagem e sobre a sua relevante rede de senhorios, que se situava, principalmente, no Morrazo e no Salnés, gravitando em torno do couto de Rianxo, veja-se Andrés Martínez Salazar, «La Sucesión en los Feudos del Almirante Payo Gómez Chariño», *Museo de Pontevedra*, II (1943), p. 94 e seguintes.

[2573] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 792.

[2574] LL75B4.

sendo de descartar a hipótese de que tenham falecido durante a guerra civil que levou Henrique II ao trono. Não sabemos se casou nem se teve filhos.

IX-24 e GONÇALO FERNANDES DE VALADARES, cavaleiro vassalo de Fernando Ruiz de Castro, que deu nome por ele em 1369, mas que não fez parte da lista de expulsão de 1373.[2575] Não sabemos com quem casou (ou se casou), mas é possível que tenha sido pai de *Guterre Martins de Valadares*, fidalgo favorecido em 1360 por D. Pedro, o *Cruel*, com as herdades de Sabarís, que pertenceram ao Templo e que estiveram nas mãos de Henrique de Trastâmara.[2576] Ainda que *Guterre Martins* tenha sido, também, um dos escudeiros nomeados testamenteiros por Fernão Anes de Soutomaior I, em 1361.[2577] Todavia, não podemos comprovar inteiramente essa filiação.

Do casamento entre João Rodrigues de Valadares II e Constança Pais nasceu:

IX-25 INÊS ANES DE VALADARES, esposa de Diogo Gomes Varela[2578], de quem teve descendência.[2579]

A décima geração

Do casamento entre Martim Nunes de Barbosa e Mor Rodrigues de Jolda nasceram:

X-1 MOR MARTINS DE BARBOSA I, registada, em 1329, como natural da igreja de Vilar de Porcos, foi casada com Fernão Aires de Toroselho, de quem teve descendência.[2580]

X-2 e PERO MARTINS DE BARBOSA, fidalgo que foi intimado, em 1312, pelo meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho a deixar de exercer vio-

---

[2575] FERNANDES, *O Reinado de D. Fernando*..., p. 351.

[2576] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 61, nota 48.

[2577] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 437-438.

[2578] LL76D5. Figura que, como veremos na secção dedicada aos Toronho-Montor, foi um dos descendentes de Varela Fernandes, irmão de Paio Curvo de Toronho.

[2579] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 792.

[2580] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 516.

lências sobre a igreja de Argivai (Póvoa de Varzim), da qual pretendia direitos de padroado. Não figura na lista de naturais da igreja de Vilar de Porcos (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde), de 1329, entre os filhos de Martim Martins de Barbosa I. Casou com uma Maria Martins, mas desconhecemos se tiveram descendência.[2581]

Do casamento entre Martim Martins de Barbosa I e Maria Martins Zote II nasceram:

X-3 FERNÃO MARTINS DE BARBOSA, cavaleiro que surge pela primeira vez em 1311, altura em que testemunha um documento dos seus pais. Em 1324 fez um escambo com a sua irmã Guiomar Martins de Barbosa, recebendo esta a quintã de Canelas (Penafiel), no julgado de Penafiel de Sousa, em troca do que tinha dos seus pais, exceptuando o que tinha do seu tio Fernão Pires de Barbosa. No entanto, um documento de 1346, diz-nos que FERNÃO MARTINS poderia recuperar a dita quintã, mediante um pagamento de um valor monetário a Arouca, sendo que acabou por a tomar abusivamente – sem ter prestado a devida compensação. Dentro de um novo espírito de concórdia, Guiomar Martins recebeu da sua sobrinha Senhorinha Fernandes a herdade da quintã de Canelas (1348), que tinha, em tempos, pertencido a FERNÃO MARTINS, seu pai. Este litígio só viria a ter uma sentença definitiva em 1355, após queixa da abadessa ao Infante herdeiro, declarando que a quintã devia permanecer com Arouca enquanto FERNÃO MARTINS não pagasse o valor acordado e as devidas custas processuais. Identificado como patrono da igreja de Vilar de Porcos (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde), em 1329, foi também patrono do mosteiro de Mancelos.[2582] A exemplo da sua prima Mor Martins de Barbosa I, esposa de Fernão Aires de Toroselho, casou dentro desta família com Mor Aires de Toroselho, irmã do marido da sua prima. Desta união nasceram *Senhorinha Vasques de Barbosa* (XI-1), *Alda Fernandes de Barbosa* (XI-2) e *N. Fernandes de Barbosa* (XI-3).[2583]

X-4 NUNO MARTINS DE BARBOSA, natural da igreja de Vilar de Porcos (Vilar de Pinheiro, Vila do Conde) e do mosteiro de Mancelos (Amarante).[2584]

[2581] *Idem*, *ibidem*.

[2582] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 526.

[2583] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2584] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 524.

X-5 MARTIM MARTINS DE BARBOSA II, o *Moço*, patrono da igreja de Vilar de Porcos e do mosteiro de Mancelos, que foi procurador do escudeiro Martim Anes de Curutelo num pleito que este teve com o monarca[2585] e que, nas inquirições de 1343,[2586] é acusado de ter chantado alguns carvalhos do rei em Abade de Neiva (Barcelos), no julgado de Neiva. Casou com Mafalda Anes de Urrô, de quem teve *Mor Martins de Barbosa II* (XI-4).[2587]

X-6 SANCHO MARTINS DE BARBOSA, infanção natural da igreja de Vilar de Porcos e do mosteiro de Mancelos, é acusado, em 1335, de ter usurpado um casal no julgado de Barcelos, a pretexto de que este pertencia a Arouca. Casou com Inês Afonso Pimentel, de quem teve descendência.[2588]

X-7 SANCHA MARTINS DE BARBOSA, patrona da igreja de Vilar de Porcos e do mosteiro de Mancelos, que casou com Pero Anes da Cunha, de quem teve descendência.[2589]

X-8 GUIOMAR MARTINS DE BARBOSA, freira de Arouca a partir de 1324, que morreu durante a grande peste de 1348 e que, tal como seus irmãos, foi patrona da igreja de Vilar de Porcos e do mosteiro de Mancelos. Em 1324, fez um escambo com Fernão Martins, tendo cedido seus bens paternos em troca da quintã de Canelas (Penafiel). Esta quintã originaria um profundo litígio entre Fernão Martins e Arouca, que apenas terminaria em 1355. Em 1348, pouco tempo antes da morte de Guiomar Martins, Senhorinha Fernandes de Barbosa, sua sobrinha, devolveu-lhe a herdade que tinha recebido do seu pai nesta quintã.[2590]

X-9 e OUROANA MARTINS DE BARBOSA, patrona de Vilar de Porcos e de Mancelos, é apenas referida no *Livro do Deão*.[2591]

[2585] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 524-525.

[2586] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 525.

[2587] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

[2588] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 525.

[2589] *Idem*, *ibidem*.

[2590] A maioria destes dados foram apresentados anteriormente por SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 525.

[2591] LD6AG11. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, p. 526.

Do casamento entre João Pires da Nóvoa II e Beatriz Gonçalves Raposo (Teles de Meneses) nasceram:

X-10 PERO ANES DA NÓVOA III, tenente de Aguiar (Galiza) entre 1341 e 1347,[2592] casou, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, com Elvira Fernandes de Seabra[2593], de quem teve *João Pires da Nóvoa III* (XI-5).[2594]

X-11 ELVIRA ANES DA NÓVOA, esposa de Pedro Afonso de Sousa, de quem teve descendência.[2595]

X-12 MARIA ANES DA NÓVOA, esposa de Fernão Anes de Soutomaior[2596], de quem teve descendência.[2597]

X-13 e MOR ANES DA NÓVOA, esposa de Afonso Pires de Lemos (Castro), de quem teve descendência.[2598]

De Osório Fernandes de Orcellón nasceu:

X-14 GONÇALO OSÓRIO DE ORCELLÓN, figura que chefiou os destinos desta linha durante os anos centrais do século xiv, tendo-se movido no círculo mais próximo de Fernando Ruiz de Castro, magnate que lhe doou, em 1355, o couto de S. Fiz do Hermo, na terra de Monterroso.[2599] Este terá

[2592] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 393.

[2593] Aproveitamos para relembrar que, apesar das suas origens leonesas (Sanabria = Seabra), os Seabra conseguiram estabelecer-se precocemente na zona de Trás-os-Montes, com o patrocínio dos Braganções, que, em alguns casos, acrescentavam a tenência de Sanabria às suas terras portuguesas.

Na verdade, o estabelecimento de Fernão Gonçalves de Seabra em Portugal, em torno das terras de Rabanal e Vilarinho, terá sido fruto da doação de um casal em Sentalha, perto de Vinhais, por parte dos Braganções – Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 21-22.

[2594] LL57O5-6. Conf. a reconstituição genealógica de Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2595] *Idem*, *ibidem*.

[2596] Personagem que, como veremos, manteve alguma proximidade em relação aos Castro.

[2597] LL57M5.

[2598] LL57N5.

[2599] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 58, nota 35.

sido pai de *Teresa Osores de Orcellón* (XI-6) e de *Maria Osores de Orcellón* (XI-7)[2600].

De Martim Fernandes de Orcellón nasceu:

X-15 CONSTANÇA MARTINS DE ORCELLÓN, esposa de Monio Fernandes de Rodeiro[2601], de quem teve descendência.[2602]

Do casamento entre Álvaro Rodrigues de Lima I e Inês Fernandes de Soutomaior nasceram:

[2600] Tal como muitos dos seus parentes, estas donas acabaram por gravitar em torno de grupos familiares intimamente relacionados com os Castro, especialmente com D. Fernando Ruiz de Castro. Assim, D. Teresa casou com Rui Lopes de Aguiar e Maria com Lopo Sanches de Ulhoa, senhor de Vilamaior e pai de Gonçalo Osores de Ulhoa, meirinho-mor de D. Fernando – *Idem*, *ibidem*, p. 264, nota 25.

[2601] Monio Fernandes de Rodeiro foi meirinho-mor da Galiza entre 1237 e 1253, tendo participado na conquista de Sevilha. Para além de ter casado, em primeiras núpcias, com Constança Martins, foi também marido de Maior Afonso, filha de Afonso Soares. Destas uniões nasceram três filhos, Teresa, Maria e Fernando Moniz de Rodeiro – *Idem*, *ibidem*, p. 52 (especialmente a nota 17).

Em 1245, Monio Fernandes de Rodeiro e sua esposa aforaram a Sobrado uma herdade (GARCÍA ORO, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 416) e, em 1257, confirmou a doação de um casal em Barbantes a Oseira e estabeleceu um acordo sobre um casal em Talhamancos (*Idem*, *ibidem*). Por sua vez, D. Maria Moniz, sua filha, deteve bens em Mouriz (Asma), em 1264 (*Idem*, *ibidem*).

Já Paio Fernandes de Rodeiro, irmão de Monio e tio de Teresa, Maria e Fernando, depositou o seu testamento em Oseira, em 1255 (*Idem*, *ibidem*).

Outro dos seus irmãos seria Rodrigo Fernandes de Rodeiro, esposo de Maria Fernandes, com bens em Catasós (Deza) e um casal em Allariz, em 1256 (*Idem*, *ibidem*). Terá sido pai de D. Gonçalo Rodrigues de Rodeiro, cavaleiro que vendeu, em 1305, as suas herdades em Lalín (*Idem*, *ibidem*, p. 417).

Na documentação galega dos séculos XIII e XIV, surgem também vários parentes colaterais de Monio, cujo grau de parentesco não conseguimos identificar. Entre eles contar-se-ia Fernão Fernandes de Rodeiro, filho de Fernão Peres de Rodeiro, que, em 1273, estava na posse de alguns bens em Cedeira (*Idem*, *ibidem*, p. 416). Em 1282, aparece Vasco Fernandes de Rodeiro —provável irmão de Fernão Fernandes— a testemunhar um pelito de Pero Anes de Cercio (?), relativo a bens em Cuñarro (*Idem*, *ibidem*, p. 417). Em 1332, surgem também duas senhoras aparentadas com D. Vasco, Maria Fernandes de Rodeiro, senhora detentora de bens em Cotasós, e Maior Vasques de Rodeiro, proprietária em Orván (*Idem*, *ibidem*, p. 417). Apesar de não dispormos de qualquer tipo de informações sobre o seu contexto familiar, cremos que Maria Fernandes poderá ter sido irmã de Vasco Fernandes e que Maior Vasques deverá ser sua filha.

X-16 FERNÃO ANES DE LIMA II, fidalgo que, seguindo as tendências petristas de muita da nobreza do sul da Galiza, passou para o partido português, tendo combatido pelo Mestre de Avis durante a crise de 1383-85. A sua participação no cerco à cidade de Tui causou o sequestro imediato dos seus bens pela coroa castelhana,[2603] tendo sido posteriormente compensado pelo rei de Portugal, através da doação da torre e senhorio de Giela e das terras de Valdevez, Froião, Coura, S. Martinho, Santo Estêvão e Geraz (do Lima), em 1398 e 1399.[2604] A sua base patrimonial advinha, principalmente, de Fernão Anes de Soutomaior, seu tio materno, que lhe confiou, em 1371, um riquíssimo conjunto de bens, onde figuravam as fortalezas e senhorios de Fornelos e Soutomaior.[2605] Faleceu em 1422, tendo sido sepultado no mosteiro de Fiães.[2606] Do seu casamento com Teresa Gomes da Silva, filha de D. Rui Gomes da Silva, nasceram *Álvaro Rodrigues de Lima II* (XI-8), *Lionel de Lima* (XI-9), *Rui Gomes de Lima* (XI-10) e uma filha de nome desconhecido (*N. Rodrigues de Lima* – XI-11).[2607]

X-17 INÊS FERNANDES DE LIMA II, esposa de Rui Sanches de Moscoso, senhor de Altamira e pertigueiro-mor de Santiago, de quem teve descendência.[2608]

X-18 e MARIA FERNANDES DE LIMA II, esposa de Garcia Prego de Montaos, senhor de Montaos, de quem teve descendência.[2609]

Do casamento de Álvaro Gil de Lima com uma desconhecida nasceram:

X-19 FERNANDO ÁLVARES DE LIMA, personagem documentado em 1340, no contexto do testamento do seu avô paterno.[2610]

[2602] *Vide* nota anterior.

[2603] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 369.

[2604] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», p. 69.

[2605] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 369, nota 19.

[2606] *Idem*, *ibidem*.

[2607] *Idem*, *ibidem*. *Vide* a reconstituição proposta em Sottomayor-Pizarro, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[2608] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 368.

[2609] *Idem*, *ibidem*.

[2610] *Idem*, *ibidem*, p. 368, nota 14.

X-20 e LEONOR ÁLVARES DE LIMA, presente, em 1340, no testamento do seu avô paterno, Gil Fernandes de Lima.[2611]

Do casamento entre Álvaro Fernandes de Pias e Maria Geraldes Charinho nasceram:

X-21 JOÃO PIRES DE PIAS, de quem nada sabemos.[2612]

X-22 e INÊS ÁLVARES DE PIAS, de quem nada sabemos.[2613]

A décima primeira geração

Do casamento entre Fernão Martins de Barbosa e Mor Aires de Toroselho nasceram:

XI-1 SENHORINHA FERNANDES DE BARBOSA, cuja presença registamos em 1348, quando faz uma doação a sua tia Guiomar Martins de Barbosa. Casou com um Martim Esteves, de quem não sabemos se teve filhos.[2614]

XI-2 ALDA FERNANDES DE BARBOSA, freira de Santa Clara de Coimbra, que foi beneficiada em 1331 pelo testamento de Joana Gonçalves Redondo, com parte do rendimento do lugar da Feitoria e uma saia cada ano.[2615]

XI-3 e N. FERNANDES DE BARBOSA.[2616]

Do casamento entre Martim Martins de Barbosa II e Mafalda Anes de Urrô nasceu:

XI-4 MOR MARTINS DE BARBOSA II, esposa de Aires de Sugilde, de quem teve descendência.[2617]

[2611] *Idem*, *ibidem*.

[2612] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 792.

[2613] *Idem*, *ibidem*.

[2614] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, pp. 526-527.

[2615] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 526.

[2616] *Idem*, *ibidem*.

[2617] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 525.

Do casamento entre Pero Anes da Nóvoa III e Elvira Fernandes de Seabra nasceu:

XI-5 JOÃO PIRES DA NÓVOA III, tenente de Aguiar (Galiza) entre 1351 e 1357,[2618] que cremos ser o JOÃO PIRES DA NÓVOA que deu voz por D. Fernando Ruiz de Castro, em 1369, e que o acompanhou no cerco a Monterrei.[2619] Segundo o tratado de Santarém de 1373, este não se encontrava entre os fidalgos que receberam ordem de expulsão do reino; no entanto, não existem indícios ou informações que atestem cabalmente a sua presença em Portugal, sendo por isso admissível que, apesar da sua oposição à nova dinastia, possa nunca ter saído da Galiza.[2620] Outorgou o seu testamento em 1375,[2621] facto que nos permite presumir que terá morrido pouco tempo depois. Segundo os livros de linhagens casou com uma filha de Soeiro Anes de Parada (Elvira Soares de Parada?),[2622] famoso petrista que buscou exílio na corte do rei D. Fernando. Cavaleiro pertencente ao círculo mais íntimo de D. Fernando Ruiz de Castro, que ficou conhecido pelo seu envolvimento no assassinato do arcebispo D. Soeiro.[2623] À morte de Pedro, este já se tinha alçado ao cargo de adiantado da Galiza, sendo depois obrigado a seguir D. Fernando Ruiz de Castro no seu exílio português, tendo chegado a dar voz pelo seu senhor. Em Portugal, tornou-se uma figura bastante próxima do rei, que o favoreceu com várias doações – estas seriam recompensas pelo seu valoroso serviço durante as guerras fernandinas. Apesar de ter recebido ordem de expulsão em 1373, Henrique II permitiu que se mantivesse em Portugal, servindo o seu rei. As múltiplas doações régias, a que já aludimos, garantir-lhe-iam uma vida confortável no seu novo lar. Soeiro Anes poderá ter morrido por volta de 1382, já que volta a ser referido somente em 1385, a propósito da doação dos seus bens a Mem Rodrigues de Vasconcelos, sem que se aluda ao seu falecimento ou a alguma afronta que tenha cometido contra D. João I.[2624] Ao que sabemos, a sua desnaturalização teve consequências bastante profundas,

[2618] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 393.

[2619] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, pp. 361-362.

[2620] *Idem*, *ibidem*, p. 362.

[2621] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 417.

[2622] LL57O6.

[2623] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder…*, p. 58, nota 33.

[2624] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, pp. 376-377.

visto que, em 1371,[2625] Henrique II concedeu à igreja de Tui todos os bens que lhe tinha confiscado, quer pelos abusos que cometeu contra a sé, quer pela sua participação no partido português. Esta situação viria a ser confirmada por João I (de Castela), em 1379.[2626] Soeiro Anes de Parada casou com Mor Pires Sorredea (Soutomaior)[2627] e foi pai da esposa de JOÃO PIRES DA NÓVOA, seu companheiro de armas[2628]. Os livros de linhagens dão-nos notícia que este último casal teve filhos, sendo que um deles poderá ter sido *João Pires da Nóvoa IV* (XII-1), filho de JOÃO PIRES DA NÓVOA e de uma Elvira.

De Gonçalo Osório de Orcellón terão nascido:

XI-6 TERESA OSORES DE ORCELLÓN, esposa do galego Rui Lopes de Aguiar, de quem teve descendência.[2629]

XI-7 e MARIA OSORES DE ORCELLÓN, esposa de Lopo Sanches de Ulhoa, de quem teve descendência.[2630]

Do casamento entre Fernão Anes de Lima II e Teresa Gomes da Silva nasceram:

XI-8 ÁLVARO RODRIGUES DE LIMA II, fidalgo documentado até 1428.[2631]

XI-9 LIONEL DE LIMA, primeiro visconde de Vila Nova de Cerveira, patriarca dos Limas modernos e continuador da linhagem, que se encontra referido até 1495.[2632]

[2625] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 2, doc. 17.

[2626] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 2, doc. 10.

[2627] LL75C4.

[2628] Estamos certos de que o estabelecimento deste laço familiar terá sido encetado na corte de D. Fernando Ruiz de Castro ou durante o seu exílio em Portugal.

[2629] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 264, nota 25. Deste casamento nasceu Gonçalo Osores de Aguiar, fidalgo que foi beneficiado pelo cabido lucense em 1378.

[2630] *Idem*, *ibidem*. Do casamento de Lopo Sanches de Ulhoa, senhor de Vilamaior, nasceu Gonçalo Osores de Ulhoa, meirinho-mor de D. Fernando Ruiz de Castro.

[2631] PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*..., p. 369, nota 19.

XI-10 RUI GOMES DE LIMA, de quem não dispomos de notícias.[2633]

XI-11 e N. RODRIGUES DE LIMA, uma senhora de nome desconhecido, que se encontra referida no testamento da sua mãe, datado de 1442, simplesmente como *«a abadessa»*.[2634]

A décima segunda geração

Do casamento entre João Pires da Nóvoa III com uma filha de Soeiro Anes de Parada (Elvira Soares de Parada?) terá nascido:

XII-1 JOÃO PIRES DA NÓVOA IV, fidalgo que recebeu ordem de João I de Castela para abandonar o préstamo de S. Esteban de Ribas de Sil, em 1380.[2635] Em 1397, outorgou um aforamento em Vide, conjuntamente com a sua esposa D. Leonor, indicando que era filho de João Pires da Nóvoa e de D. Elvira.[2636] Em 1404, foi obrigado pelo alcaide-mor da Galiza a desembargar ao cabido de Ourense alguns bens e serviços que tinham sido usurpados.[2637] Um ano depois, renunciou ao couto de Sobradelo, a favor de S. Esteban de Ribas de Sil.[2638] Podemos presumir que a maioria dos Nóvoas, presentes na documentação galega do século XV, seriam descendentes do seu casamento com D. Leonor.

Trava-Trastâmara-Palmeira-Tougues-Pereira-Homem-Froião

Tal como referimos na introdução a esta secção, os Trava, ou seja, a descendência do conde Pedro Froilaz, nunca exerceram um poder muito próximo sobre as terras de Toronho e Límia, imiscuindo-se apenas através de uniões matrimoniais das suas filhas com algumas das principais famílias da

[2632] *Idem*, *ibidem*.

[2633] *Idem*, *ibidem*.

[2634] *Idem*, *ibidem*.

[2635] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 417.

[2636] *Idem*, *ibidem*.

[2637] *Idem*, *ibidem*.

[2638] *Idem*, *ibidem*.

região. Neste contexto, destacam-se os casamentos celebrados com os Lima, Nóvoa e Celanova, por exemplo.

A única verdadeira excepção a este panorama foi o conde Rodrigo Peres Veloso, magnate extraordinariamente vinculado ao governo de Límia durante o reinado de Afonso VII[2639], mesmo nos períodos de expansão portuguesa no sul da Galiza. Apesar de ter colaborado directamente com os invasores (pelo menos até ao Bafordo de Valdevez de 1141), Rodrigo Peres acabou por ser perdoado pelo Imperador em plena cúria régia, sendo-lhe devolvidos todos os seus cargos e terras.[2640]

Ao contrário de Gomes Nunes de Pombeiro, que se viu despojado dos seus bens devido à sua adesão ao partido português, Rodrigo Peres terá sido alvo da clemência régia principalmente devido à sua condição de colaço do Imperador, já que Afonso VII foi criado na casa de Pedro Froilaz.

Apesar de ser uma figura relativamente bem documentada, podemos destacar a enorme proximidade de Rodrigo Peres em relação ao mosteiro de So-

[2639] Apesar das suas inúmeras aparições na cronística do período afonsino, que realçam constantemente o seu enorme poder e influência na zona de Límia e a sua traição ao Imperador durante as incursões portuguesas antecedentes ao Bafordo de Valdevez (1141), a verdadeira identidade de Rodrigo Peres Veloso permaneceu uma incógnita durante bastante tempo.

No caso de Portugal, os erros de identificação surgiram, acima de tudo, de uma complexa amálgama de características de vários Rodrigos presentes nos livros de linhagens. Ali, fundiram-se, em várias passagens, propriedades e peripécias de Rodrigo Peres Veloso, Rodrigo Fernandes de Valduerna e Rodrigo Peres de Vilalobos, sendo que o único elo comum entre estes personagens seria a sua ligação à terra de Cabreira e Ribeira ou aos Osório, família de onde saíram os Cabreira e Ribeira portugueses e que descendia da Infanta D. Elvira, primeira senhora deste espaço – estas circunstâncias encontram-se explicadas em Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos xii-xiv) ».

Até José Mattoso seria induzido em erro por estas passagens, visto que aventou que o conde Rodrigo Peres Veloso seria, ao mesmo tempo, parente da prole de Ponce de Cabrera, magnate catalão de Afonso VII, e do conde Osório (Osório Martins), pai de Monio Osores de Cabreira e Ribeira – Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 184.

Esta hipótese seria deitada por terra através de um artigo de Barton, no qual, com base num estudo aturado dos seus dados documentais e dos relatos cronísticos, deixou claro que Rodrigo Peres Veloso seria mais um dos filhos de D. Pedro Froilaz de Trava – *vide* Barton, «Sobre el Conde Rodrigo Pérez «el Velloso»», pp. 653-661. Teoria que é hoje aceite pela esmagadora maioria dos investigadores. Os principais dados biográficos sobre Rodrigo Peres Veloso encontram-se reunidos em Barton, *The Aristocracy…*, pp. 297-298, e Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, pp. 339-341.

[2640] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios…*, p. 340.

brado, onde se encontra acompanhado pela sua irmã Toda Peres e pelo seu sobrinho Vela Guterres.[2641]

Sabemos que casou com a condessa Fronilde Fernandes, uma possível sobrinha de Gomes Nunes de Pombeiro e filha de Fernando Nunes (de Celanova?) e Maior Rodrigues.[2642] Descobrimos documentação sua nos fundos de Melón, Fiães e Armenteira, onde surge em 1158, 1162, 1166, 1168, 1179 e 1182. Estas escrituras revelam que D. Fronilde teria bens em Roussas (Melgaço), Fragoso e Ribadavia.[2643] Desta sua união nasceram Guiomar Rodrigues Veloso, esposa de Fernando Ponce e de Diogo Ximenes dos Cameros, e Álvaro Rodrigues Veloso.[2644]

Quanto à carreira política de Rodrigo Peres, sabemos que governou várias tenências galego-leonesas, como as de Límia, Búval, Castela de Búval, Deza, Monterrosso e Salamanca,[2645] e que visitou regularmente a cúria portuguesa desde 1128, onde foi momentaneamente *dapifer* (ou mordomo) em 1140-1141. Mesmo sendo um Trava, Rodrigo Peres terá servido diligentemente D. Afonso Henriques, visto que este o recompensou em 1132 com a vila de Burral, e dele recebeu, entre 1132 e 1135, o senhorio/tenência do Porto.[2646] Estes benefícios e cargos terão propiciado uma mudança definitiva de fidelidade, que atingiu um pico de tensão insustentável em 1141, por altura do recontro de Valdevez. Não sabemos o ano exacto em que regressou ao serviço de Afonso VII, mas é provável que tenha acontecido nos finais dos anos quarenta, altura em que uma nova geração de magnates, como Aires Calvo ou Paio Curvo de Toronho, por exemplo, se assumiam como senhores de Toronho e Límia. Tudo indica que Rodrigo Peres terá falecido muitos anos mais tarde, por volta de 1166.[2647]

[2641] *Idem*, *ibidem*.

[2642] Barton, *The Aristocracy*..., p. 297.

[2643] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 33; AHN, Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1750, docs. 11 e 12; AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1437, docs. 10 e 17, e Carp. 1438, docs. 6 e 9. Segundo Barton (Barton, *The Aristocracy*..., p. 297), esta dona também favoreceu Meira, Ferreira de Pallares e S. Martín de Fora.

[2644] Barton, *The Aristocracy*..., p. 297; Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 341.

[2645] Barton, *The Aristocracy*..., p. 297; e Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., pp. 339-340, que lhe atribui também a alferesia e as tenências de S. Jorge, Trava e Ferraria.

[2646] Barton, *The Aristocracy*..., p. 297.

[2647] Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 340.

Após a morte de Rodrigo Peres Veloso, nenhum Trava voltaria a investir tanto na política fronteiriça. Contudo, o seu tio Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, esposo de Gontinha Gonçalves da Maia, daria origem a vários ramos portugueses, como os Palmeira, Tougues e Pereira, e deste último surgiram também os Homem-Froião, família profundamente enraizada no Alto Minho.

No fundo, tentaremos seguir o percurso biológico deste regresso à fronteira galego-portuguesa de um dos ramos dos Trava-Trastâmara, centrando-nos apenas na linha de onde provêm os Homem-Froião. Por isso, começaremos justamente por Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, tomando-o como o indíviduo I-1 da nossa reconstituição.[2648]

A primeira e segunda geração

I-1 RODRIGO FROILAZ DE TRASTÂMARA I (TRAVA), magnate galego que se radicou em Portugal devido ao seu casamento com Gontinha Gonçalves da Maia,[2649] de quem terá recebido um significativo conjunto de bens, localizados principalmente na zona do vale do Ave, que acumulou ao seu património galego, localizado na antiga terra de Sobrado.[2650] Apesar da sua condição de irmão do conde Pedro Froilaz de Trava e de tio de Fernão

[2648] Apesar de termos algumas dúvidas e divergências em relação à reconstituição proposta por Sottomayor-Pizarro na sua genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira), pensamos que podemos entroncar, sem grandes reticências, Rodrigo Froilaz de Trastâmara I e Moninha (ou Gontinha) Gonçalves da Maia na descendência que este autor atribui a Rodrigo Froilaz II. Ou seja, cremos que este casal deu origem a Gonçalo Rodrigues da Palmeira, Mem Rodrigues de Tougues, Elvira Rodrigues e Velasquita Rodrigues.

Por outro lado, consideramos também que, tal como Mattoso defende, podemos identificar Rodrigo Froilaz de Trastâmara I como irmão de D. Pedro Froilaz de Trava, sem quaisquer reticências – MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 160.

Atendendo ao seu casamento com Urraca Rodrigues de Castro, pensamos que Rodrigo Froilaz de Trastâmara II terá surgido de uma confusão com Rodrigo Gomes de Trastâmara, que se acabaria por perpetuar através dos nobiliários.

Resta dizer que, tendo em conta o que dissemos antes, seguiremos, de uma forma geral, a proposta de reconstituição genealógica de Sottomayor-Pizarro sobre os Trava-Tougues-Palmeira, Pereira e Homem-Froião (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira; Genealogia 4.16.2 – Pereira; e 4.16.3. – Homem-Froião).

[2649] MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 160.

[2650] *Idem*, *ibidem*.

e Bermudo Peres de Trava, principais opositores de D. Afonso Henriques, a descendência de RODRIGO FROILAZ não foi alvo de qualquer represália por parte do Infante, permanecendo perfeitamente enquadrada no panorama da aristocracia portuguesa dos alvores da nacionalidade. Do seu casamento nasceram:

II-1 GONÇALO RODRIGUES DA PALMEIRA, marido de Fruilhe Afonso de Celanova, filha do conde Afonso Nunes de Celanova, e de Urraca Viegas de Ribadouro,[2651] marcou presença nas cortes dos condes D. Henrique e D. Teresa e de D. Afonso Henriques (entre 1110 e 1154),[2652] onde foi mordomo-mor (em 1114), tenente de Vermoim (entre 1128 e 1146), de Penafiel de Bastuço e de Refóios de Riba d'Ave (em 1146).[2653] Presumimos que terá sido responsável pela formação do couto de Palmeira, localizado no julgado de Vermoim, bem perto do Ave e do mosteiro de Landim.[2654] Do seu primeiro casamento nasceram *Rui Gonçalves de Pereira* (III-1) e *Elvira Gonçalves da Palmeira* (III-2), enquanto, do seu segundo casamento nasceram *Gonçalo Gonçalves da Palmeira* (III-3) e *Fernão Gonçalves da Palmeira* (III-4).[2655]

II-2 MEM RODRIGUES DE TOUGUES, magnate que confirmou diplomas de D. Afonso Henriques entre 1130 e 1133. Em 1103, doou um terço da vila de Refóios de Riba d'Ave à sé de Coimbra, deixando o restante para o seu filho; no entanto, se morresse sem descendentes, ficaria metade para esta Sé e a outra metade para o mosteiro de Refóios de Riba D'Ave, onde os seus pais ou parentes estavam sepultados.[2656] Cremos terá sido o responsável pela constituição do couto de Tougues, muito perto de Vila do Conde.[2657] Apesar de o *Livro Velho de Linhagens* aludir a uma sua relação ilegítima com Châmoa

[2651] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2652] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 177.

[2653] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 881.

[2654] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 178.

[2655] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2656] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 160; e Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 881.

[2657] Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, p. 160.

Gomes de Pombeiro, filha de Gomes Nunes de Pombeiro e viúva de Paio Soares da Maia, enquanto esta esteve no mosteiro de Vairão, acreditamos que tal não será verdade e que, de facto, terá havido um casamento legítimo. Com efeito, esta narrativa terá sido baseada numa tradição criada com o propósito de denegrir os Barbosa e Trava, que tomava como inspiração a sua relação ilegítima com D. Afonso Henriques e o repúdio social que a dessacralização da vida monástica motivaria[2658]. Do casamento entre MEM RODRIGUES e Châmoa Gomes nasceu *Soeiro Mendes (Facha) de Tougues* (III-5), o *Mãos de Águia.*[2659]

II-3 ELVIRA RODRIGUES DE TRASTÂMARA, que não teve descendência.[2660]

II-4 e VELASQUITA RODRIGUES DE TRASTÂMARA, esposa de Pero Mendes de Azevedo, de quem teve descendência.[2661]

A terceira geração

Do primeiro casamento de Gonçalo Rodrigues da Palmeira com Fruilhe Afonso de Celanova nasceram:

III-1 RUI GONÇALVES DE PEREIRA, chefe da sua linhagem e primeiro senhor da honra de Pereira, que confirmou a carta de couto do mosteiro de Landim em 1177.[2662] Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, *«este dom Rodrigo Gonçalvez foi casado com dona Enês Sanchez. Ela estando no*

[2658] Importa enfatizar o carácter de arma ideológica que José Mattoso sempre atribuiu a esta tradição genealógica, que, na sua opinião, tentava apenas denegrir os Barbosas, através da natureza incestuosa e sacrílega da relação mantida entre Mem Rodrigues de Tougues e Châmoa Gomes de Pombeiro em Vairão. Segundo este autor, esta e outras narrativas constituíam um contraponto perfeito às tradições laudatórias dos senhores da Maia, já que, na sua maioria, visavam os seus principais rivais (os Braganças, Celanova-Barbosa, Trava-Tougues-Palmeira, entre outros). Sobre este assunto veja-se MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 167 e *Idem*, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 161.

[2659] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2660] *Idem*, *ibidem*.

[2661] *Idem*, *ibidem*.

[2662] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 178.

castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou i e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas cousas vivas, e queimou a camara e panos de vistir e camas, e nom leixou cousa movii. E alguus lhe preguntarom porque queimara os homees e as molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias de que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem algua cousa em que posessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir.»[2663]. Para além de dar notícia da violenta morte de Inês Sanches, sua primeira esposa, esta passagem permite-nos supor que RUI GONÇALVES foi senhor do castelo de Lanhoso e, consequentemente, tenente desta terra.[2664] Do seu segundo casamento com Sancha Henriques de Portocarreiro nasceram *Pero Rodrigues de Pereira* (IV-1), *Fruilhe Rodrigues de Pereira* (IV-2), *Maria Rodrigues de Pereira* (IV-3) e *Gonçalo Rodrigues de Pereira* (IV-4).[2665]

III-2 e ELVIRA GONÇALVES DA PALMEIRA, esposa de Rui Nunes das Astúrias, de quem teve descendência, que deu continuidade à linhagem dos Nomães.[2666]

Do segundo casamento de Gonçalo Rodrigues da Palmeira com Urraca Viegas de Ribadouro nasceram também:

III-3 GONÇALO GONÇALVES DA PALMEIRA, possível fundador do mosteiro de Landim, que se encontra mencionado na sua carta de couto de 1177.[2667] Sabemos também que marcou presença na corte portuguesa entre 1176 e 1198, tendo sido alcaide de Lisboa (em 1179) e tenente de Lamego, Leiria, Marmelar, Trancoso, Vermuim e Viseu.[2668] Casou-se com Maria Pais de Valadares, filha do magnate fronteiriço Paio Soares de Valadares I, de quem teve *Maria Gonçalves da Palmeira* (IV-5).[2669]

[2663] LL21G11.

[2664] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 178.

[2665] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

[2666] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2667] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 178.

[2668] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 882.

[2669] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

III-4 e FERNÃO GONÇALVES DA PALMEIRA, que, segundo os livros de linhagens, *«morreo da door da sede»* [2670]. Aparentemente, não terá casado nem tido descendência.

Da relação, legítima ou ilegítima, de Mem Rodrigues de Tougues com Châmoa Gomes de Pombeiro, filha do célebre Gomes Nunes de Pombeiro, nasceu:

III-5 SOEIRO MENDES (FACHA) DE TOUGUES, o *Mãos de Águia*, fidalgo que terá herdado de seu pai o senhorio de Tougues. Devido à sua origem materna e paterna, terá conseguido reunir significativos núcleos patrimoniais, quer nas margens do Ave, quer na Galiza dos seus avós.[2671] Sabemos também que marcou presença na corte portuguesa entre 1156-57 e 1176, tendo-se tornado tenente de Seia em 1169.[2672] A sua enorme riqueza encontra-se atestada numa doação ao mosteiro de Santo Tirso, datada de 1176, ano em que viria a falecer e a ser sepultado neste mesmo cenóbio.[2673] Em 1159, ofereceu o seu pequeno mosteiro de Aranga (na Galiza) aos cistercienses de Sobrado.[2674] Anos mais tarde, em 1165, esta grande casa monástica viria a ser beneficiada com vários bens seus na Galiza, que advinham do seu avô parterno, Rodrigo Froilaz de Trastâmara I.[2675] Através do seu casamento com a condessa Elvira Gonçalves de Sousa, a poderosa *Elvira Faia*, também conseguiu granjear vários bens no termo de Ferreira.[2676] Segundo José Mattoso,[2677] muito do seu património seria distribuído com enorme generosidade por diversas instituições e pelos seus inúmeros descendentes (que acabaram por ser herdados ricamente no julgado de Aguiar de Sousa), sendo esta conduta a raíz do seu apelido, *«Mãos de Água»*, e não *«Mãos de Águia»* que lhe é atribuído pelos nobiliários. Terá sido proprietário de um paço em Darque (Areosa, concelho de Viana do Castelo), no julgado de Neiva.[2678] Surge na corte leonesa

[2670] LL37E3.

[2671] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 10.

[2672] *Idem*, *ibidem*.

[2673] *Idem*, *ibidem*.

[2674] *Idem*, *ibidem*.

[2675] *Idem*, *ibidem*, pp. 10-11.

[2676] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 162.

[2677] *Idem*, *ibidem*.

em 1165, ano em que chegou à alferesia, cargo que ostentou até meados de 1166. Reaparece nesta corte em 1174, sem qualquer referência a cargo ou designação específica, tendo falecido em 1175. A coincidência entre a sua presença de 1165-1166 e a doação de 1165 a Sobrado induz-nos a pensar que SOEIRO MENDES terá aproveitado estes anos para consolidar o seu património e prestígio social na esfera galego-leonesa. Quanto à sua última aparição de 1175, podemos pensar que, antevendo o seu falecimento, se tenha deslocado até Leão com o propósito de colocar os seus assuntos leoneses em ordem antes da sua morte.[2679] Do seu casamento com Elvira Gonçalves de Sousa nasceram *Gomes Soares de Tougues* (IV-6), *Pero Soares de Tougues* (IV-7), *Gontinha Soares de Tougues* (IV-8), *Maria Soares de Tougues* (IV-9) e *Nuno Soares de Tougues* (IV-10).[2680]

A quarta geração

Do segundo casamento de Rui Gonçalves de Pereira com Sancha Henriques de Portocarreiro nasceram:

IV-1 PERO RODRIGUES DE PEREIRA, rico-homem da corte afonsina entre 1180 e 1183, onde foi tenente de Trancoso, em 1180, e de Viseu, em 1183.[2681] Apesar de não se encontrar na cúria de D. Sancho I, sabemos que ainda vivia em 1225.[2682] Referido nas inquirições de 1258, 1288 e 1303-1304, foi senhor de um vasto património e influência territorial:[2683] no julgado de Froião, criaram filhos seus em dois lugares de Padornelo (concelho de Paredes de Coura); no julgado de Vermuim, foi senhor da quintã honrada de Pereira (Esmeriz) —que foi aumentada durante o reinado de D. Sancho I e, cuja posse, ainda seria noticiada nas inquirições de 1303-1304—, honrou um lugar de S. Miguel de Custóias e toda a freguesia de Cabeçudos, e transmitiu a

[2678] PMH-Inq. 1258, p. 315.

[2679] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 11.

[2680] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2681] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 178.

[2682] *Idem*, *ibidem*.

[2683] PMH-Inq. 1258, p. 364; PMH-Inq. 1288, pp. 89-90; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 890-891.

seus filhos um casal em S. Bartolomeu de Pousada (Saramagos) – localidades do concelho de Vila Nova de Famalicão. A expansão da sua influência ao julgado de Froião poderá ter sido fruto do seu primeiro casamento com Maria Pires Gravel, de quem teve *Pero Pires Homem* (V-1), ou *de Pereira*, *Martim Pires Pereira* (V-2), *Gonçalo Pires de Pereira* (V-3), *Mor Pires de Pereira* (V-4), *Elvira Pires de Pereira* (V-5), *Ouroana Pires de Pereira* (V-6), *Teresa Pires de Pereira* (V-7), *Maria Pires de Pereira* (V-8), *Rui Pires de Pereira* (V-9) e *Sancha Pires de Pereira* (V-10). Por sua vez, do seu segundo casamento com Estevaínha Hermiges de Teixeira nasceram também *Beatriz Pires de Pereira* (V-11) e *Garcia Pires de Pereira* (V-12).[2684]

IV-2 FRUILHE RODRIGUES DE PEREIRA, esposa de Pero Fernandes Portugal, de quem teve descendência.[2685]

IV-3 MARIA RODRIGUES DE PEREIRA, esposa de Gomes Peixoto, o *Velho*, de quem teve descendência.[2686]

IV-4 e GONÇALO RODRIGUES DE PEREIRA, fidalgo que foi pai de *Domingos Gonçalves de Pereira* (V-13), *João Gonçalves de Pereira* (V-14), *Estevaínha Gonçalves de Pereira I* (V-15) e *Ouroana Gonçalves de Pereira* (V-16).[2687]

Do casamento entre Gonçalo Gonçalves da Palmeira e Maria Pais de Valadares nasceu:

IV-5 MARIA GONÇALVES DA PALMEIRA, esposa de Fernão Álvares de Castro e barregã de Afonso Pires Gato, fidalgos de quem teve descendência.[2688] Atendendo a este contexto matrimonial (e ao seu próprio contexto familiar), podemos presumir que terá vivido na Galiza ou em Leão, já que Fernão Álvares seria filho do poderoso Álvaro Rodrigues de Castro[2689] e que

[2684] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

[2685] *Idem*, *ibidem*.

[2686] *Idem*, *ibidem*. Curiosamente, encontrámos um monge em Oia de nome Fernão Peres Peixoto, em 1224 – AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1801, doc. 11.

[2687] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

[2688] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

Afonso Pires Gato poderá ter feito parte do séquito de um dos exilados portugueses estabelecidos na corte de Leão, tal como o seu irmão Fernão Pires Tinhoso.[2690]

Do casamento entre Soeiro Mendes (Facha) de Tougues e a condessa Elvira Gonçalves de Sousa nasceram:

IV-6 GOMES SOARES DE TOUGUES, rico-homem de D. Sancho I e D. Afonso II, que governou as terras de Aguiar de Pena (1206), Gouveia (1211-1213) e Riba Minho (1217).[2691] Do seu casamento com Teresa Rodrigues de Barbosa, sua parente afastada (já que GOMES SOARES seria neto de Châmoa Gomes de Pombeiro), nasceram *Vasco Gomes de Tougues* (V-17), *Soeiro Gomes de Tougues* (V-18) e *Châmoa Gomes de Tougues* (V-19).[2692]

IV-7 PERO SOARES DE TOUGUES, *Carnes Más*, cavaleiro apenas identificado pelo *Livro Velho de Linhagens*, que lhe aponta um casamento, do qual nasceu *Soeiro Pires de Tougues* (V-20).[2693]

IV-8 GONTINHA SOARES DE TOUGUES, esposa de Garcia Pires de Bragança, de quem teve descendência.[2694]

IV-9 MARIA SOARES DE TOUGUES, senhora que manteve uma relação ilegítima com Pero Rodrigues de Penela, de quem teve descendência.[2695]

IV-10 e NUNO SOARES DE TOUGUES, cavaleiro apenas referido pelo *Livro Velho de Linhagens*. Não deverá ter tido descendência.[2696]

[2689] Importa relembrar que Álvaro Rodrigues de Castro foi o segundo esposo da Infanta D. Urraca, filha de Afonso VII e viúva de Garcia de Navarra. Este matrimónio terá ocorrido por volta de 1163, pouco tempo antes da morte desta dona – Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 392-393.

[2690] Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 35.

[2691] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 883.

[2692] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2693] LV1E9. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 883.

[2694] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2695] *Idem*, *ibidem*.

[2696] LV1D8. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 883.

A quinta geração

Do primeiro casamento de Pero Rodrigues de Pereira com Maria Pires Gravel nasceram:

V-1 PERO PIRES HOMEM (DE PEREIRA), patriarca dos HOMEM-FROIÃO, linhagem que, tal como já referimos, protagonizou um regresso dos *«Trava»* ao espaço fronteiriço. Curiosamente, PERO PIRES acabou por se destacar através da sua aparição na esfera castelhana, onde, tal como muitos outros fidalgos portugueses (muitos deles provenientes do Alto Minho), fez parte do séquito de D. Sancho II e das conquistas andaluzas de Fernando III, tendo sido beneficiado no *repartimiento* de Sevilha de 1253.[2697] Atendendo ao seu contexto geográfico, podemos presumir que PERO PIRES seria o filho de Pero Rodrigues de Pereira que, segundo as inquirições de 1258, foi criado em Padornelo (Paredes de Coura), no julgado de Froião.[2698] Por esta altura, já estaria casado, visto que estas inquirições testemunham que criaram um filho seu em Vascões (Paredes de Coura), no julgado de Froião, e em Lordelo (Monção), no julgado de Pena da Rainha.[2699] Segundo as inquirições de 1288, teve uma quintã honrada em Nespereira, na freguesia de Fonte Coberta (Barcelos), no julgado de Faria.[2700] Possuiu o casal de Outeiro, na honra de Fralães (Monte de Fralães, Barcelos), no julgado de Vermoim.[2701] As sentenças de 1290 indicam que D. Sancho Pires de Froião, bispo do Porto e seu filho, tinha recebido de PERO PIRES um pardieiro e uma herdade honrada na freguesia de Midões (Barcelos), que pertencia ao couto do mosteiro da Várzea.[2702] Casou com Teresa Anes Redondo, senhora que, tal como ele, faleceu antes de 1272, razão por que já nenhum deles surge na carta de partilhas de João Pires Redondo, seu pai.[2703] Desta união nasceram *Estêvão Pires de Froião I* (VI-1), *Martim Pires de Froião* (VI-2), *Sancho Pires de Froião* (VI-3), *Maria Pires de Froião* (VI-4), *Mor Pires de Froião* (VI-5) e *Inês Pires de Froião* (VI-6)[2704] – aos quais

[2697] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 902.

[2698] *Idem*, *ibidem*.

[2699] *Idem*, *ibidem*. PMH-Inq. 1258, pp. 358 e 372.

[2700] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, pp. 902-903.

[2701] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 903, nota 9.

[2702] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 904, nota 19.

[2703] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 902.

se dedicará exclusivamente a próxima geração, deixando de lado as restantes linhas de Pereiras, que não alimentaram laços com o Alto Minho.

V-2 MARTIM PIRES PEREIRA, cavaleiro que, tal como o seu irmão acabado de referir, fez parte da conquista de Sevilha, tendo sido beneficiado no seu *repartimiento*. Em 1260, confirmou uma doação feita à Sé do Porto.[2705] Segundo as inquirições de 1258, fez uma quintã num quinto de um casal em S. Miguel de Custóias (julgado de Vermoim), que lhe foi deixado por um foreiro que o criou. Neste mesmo julgado, na freguesia de Requião, tentou construir uma casa e honra, que foi proibida por sentença de 1273.[2706] Da relação barregânica que manteve com Maria Pires nasceram *Vasco Martins de Pereira* e *Afonso Martins de Pereira*, que acabaram por não dar sequência à sua linhagem.[2707]

V-3 o «*conde*» GONÇALO PIRES DE PEREIRA, documentado em Castela, como grande comendador do Hospital na Península Ibérica, entre 1268 e 1271, e 1280 e comendador de Límia, Toronho, Tavara e Faia, entre 1280 e 1285. Em Portugal, foi apenas comendador de Panóias. Em 1285, levou a cabo as partilhas dos bens dos seus pais, conjuntamente com os seus irmãos e sobrinhos, tendo falecido ainda antes de 1298.[2708] Em 1284, foi testemunha de uma inquirição, no âmbito da criação da póvoa de Caminha.[2709] Segundo as sentenças de 1290, teve dois casais do mosteiro de Santo Tirso e um do mosteiro de Landim desde o reinado de D. Afonso III, em Lousada (no julgado de Vermuim).[2710] Casou duas vezes e teve uma barregania. Do seu primeiro casamento com Urraca Vasques Pimentel nasceram *Vasco Gonçalves de Pereira*, *Gonçalo Gonçalves de Pereira*, *Maria Gonçalves de Pereira* e *Teresa Gonçalves de Pereira*.[2711] Deste primeiro grupo destaca-se Gonçalo Gonçalves, pois, para além de ter sido cónego de Tui em 1296 (por força da

[2704] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3. – Homem-Froião.

[2705] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 891.

[2706] *Idem*, *ibidem*.

[2707] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

[2708] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 894-895.

[2709] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 893-894.

[2710] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 894.

[2711] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

influência paterna, que comandava as importantes comendas de Toronho e Límia, e da família da sua avó paterna, uma Gravel), foi arcebispo de Braga[2712]. Porém, este percurso encerra uma outra singularidade: Gonçalo Gonçalves foi nomeado para a sua posição no cabido tudense em substituição do seu primo Sancho Pires de Froião, que acabou por transitar para a sé portuense.[2713] Em 1298, Gonçalo Gonçalves doou a Sancho Pires todos os bens que tinha em Pereira, Moure (Barcelos) e Torre (Landim, Vila Nova de Famalicão).[2714] Da relação ilegítima de Gonçalo Gonçalves com Teresa Pires Vilarinho, senhora proveniente de uma linhagem fortemente implantada no espaço fronteiriço[2715],

[2712] Os principais dados biográficos de Gonçalo Gonçalves de Pereira encontram-se resumidos em SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 899.

[2713] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 899, nota 72.

[2714] *Idem*, *ibidem*.

[2715] Na nossa opinião, os Vilarinho seriam uma das famílias mais modestas da fronteira galego-portuguesa, sendo que, tal como os Novais, levaram a cabo um bem-sucedido processo de integração no espaço português.

O primeiro dos Vilarinhos terá sido Martim Fernandes Vilarinho, nobre que, segundo as inquirições de 1258 e 1288, comprou e honrou uma herdade foreira em Jolda (Arcos de Valdevez) e que deu a criar um filho seu em Arcozelo (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, p. 393, e PMH-Inq. 1288, p. 213.

Este filho poderá ter sido Afonso Martins, cavaleiro que, segundo as inquirições de 1288, teve uma casa honrada na paróquia de S. Lourenço (Rio Cabrão, Arcos de Valdevez) e que deu a criar um filho e uma filha em Labrujó (Ponte de Lima) e S. Pedro de Castreiro (Cossourado, Paredes de Coura) – PMH-Inq. 1288, pp. 94-95, 204-206 e 221-222. Segundo as inquirições de 1307-1311, usou também o amádigo em Gandra (Ponte de Lima) – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 30v.

Este seria irmão de Durão Martins, fidalgo que, segundo as inquirições de 1258 e 1288, deu a criar alguns filhos em Badim (Monção), Rebordões, Labrujó (Ponte de Lima), S. Julião de Nogueira (Refóios de Lima, Ponte de Lima), Santa Comba de Eiroz (Eiras, Arcos de Valdevez), Cendufe (Arcos de Valdevez) e Portela (Valdevez?). Trazia honrados: uma casa, dois casais de Ganfei e um herdamento (onde viviam vários foreiros do rei) em Vila Meã (Cerveira). E fez uma casa em Cendufe (Arcos de Valdevez) – PMH-Inq. 1258, pp. 347 e 384; PMH-Inq. 1288, pp. 104-105, 143-144, 204-206, 230-231, 233-234, 254-255 e 285-286. As inquirições de 1303-4 dizem-nos que fez um filho numa vilã de Cendufe (Arcos de Valdevez) e que esta senhora fez uma casa honrada no lugar onde criaram esse filho – ANTT, Leitura Nova, Inquirições da Beira e Além Douro, Livro III, Fol. 136.

Outro dos seus irmãos seria Estêvão Martins Vilarinho, cavaleiro que, segundo as inquirições de 1288, comprou e honrou uma herdade em Padreiro (Valdevez) – PMH-Inq. 1288, pp. 222-225.

Por sua vez, Martim Martins Vilarinho, provável irmão dos anteriores, deteve herdades em Sá (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, p. 338.

nasceu Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital e pai de, entre outros, Nuno Álvares Pereira, o *Santo Condestável.*[2716] GONÇALO PIRES teve, também, do seu segundo casamento com Inês Lourenço Carnes, *Estevaínha Gonçalves de Pereira II* e, da sua relação ilegítima com Maria Vasques, *Rui Gonçalves de Pereira II.*[2717]

V-4 MOR PIRES DE PEREIRA, senhora que casou por duas vezes, em primeiro lugar com Vicente Pires de Urgeses e, depois, com João Pires Redondo, de quem teve descendência.[2718]

Já Pedro Martins deu a criar um filho em Gandra e Refóios do Lima (Ponte de Lima). Teve uma leira de vinha em Gondufe (Ponte de Lima), um casal de *Palmi* em Beiral do Lima (Ponte de Lima), uma quintã honrada, ganha a lavradores, em Padreiro (Valdevez) e comprou (e honrou) um lugar em S. Julião de Nogueira (Refóios do Lima, Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1258, pp. 403, 405 e 406; e PMH-Inq. 1288, pp. 222-225 e 233-234.

Existe ainda um Vasco Martins de Vilarinho, cavaleiro identificado através de inúmeros casos de amádigo em S. Julião de Nogueira (Refóios do Lima, Ponte de Lima), Távora, Souto, Portela e Vila Fonche (Valdevez) – PMH-Inq. 1288, pp. 227-228, 233-234, 238-240, 254-255 e 258-259.

Cremos, também, que Martim Fernandes Vilarinho terá sido irmão de Marinha Fernandes Vilarinho, dona que, segundo as inquirições de 1288, trocou com o rei um casal que tinha em Caminha por outro situado em S. Lourenço (Rio Cabrão, Arcos de Valdevez) – PMH-Inq. 1288, pp. 221-222.

Entre a descendência de alguma destas figuras, anteriormente mencionadas, estaria Fernão Vilarinho, cavaleiro envolvido em três casos de amádigo em Vascões (Paredes de Coura) e Labrujó (Ponte de Lima) – PMH-Inq. 1288, pp. 106-107 e 204-206.

Anos mais tarde, nas inquirições de 1343, surge um João Vilarinho, abade de S. Miguel de Figueiredo, que trazia uma herdade do rei nessa mesma freguesia (Vila Franca, Viana do Castelo?) – ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 151.

As inquirições de 1288 revelam também que os Vilarinho tinham um casal honrado em Arcozelo (Ponte de Lima) e que esta linhagem tinha tomado posse da quintã honrada dos Novais em Jolda (Valdevez) – PMH-Inq. 1288, pp. 213 e 245-246.

Apesar de terem acumulado um pecúlio interessante, principalmente através de amádigos e compras, os Vilarinho nunca se conseguiram alçar para lá do patamar inferior da nobreza regional, permanecendo acantonados em algumas freguesias da margem direita do Lima. Por outro lado, também podemos presumir que os Vilarinho terão acabado por contribuir, de alguma forma, para a riqueza fundiária dos Pereira.

[2716] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.16.2. – Pereira.

[2717] *Idem*, *ibidem*.

[2718] *Idem*, *ibidem*.

V-5 ELVIRA PIRES DE PEREIRA, esposa de Pero Martins de Ervilhão, de quem teve descendência.[2719]

V-6 OUROANA PIRES DE PEREIRA, esposa de Rui Gomes de Basto e, depois, de Lopo Hermiges da Teixeira, de quem teve descendência.[2720]

V-7 TERESA PIRES DE PEREIRA, esposa de Pero Pires Velho, de quem teve descendência.[2721] Em 1272, Longosvales emprazou a TERESA PIRES aquilo que Rui Garcia de Paiva teve em Azevedo (Caminha).[2722] Em 1293, deu o seu casal de Barral a Paço de Sousa, a troco de um aniversário pela sua alma.[2723] Nesse mesmo ano, foi acusada por Braga de não cumprir uma sentença de 1290 e de ter feito uma casa, juntamente com seus filhos, nos seus antigos bens nesta diocese. Esta acusação poderá referir-se à herdade que teve em Semelhe (Braga).[2724] Em 1294, doou parte da sua quintã da Torre (em Santiago de Areias) ao seu sobrinho Sancho Pires de Froião, bispo do Porto.[2725] Em 1299, completou esta última doação, confiando a Sancho Pires todos os bens que recebeu dos seus pais nesta quintã da Torre.[2726] Em 1311, na sua quintã de Rial (Geraz do Lima, Viana do Castelo) e com o consentimento dos seus filhos, lançou um censo sobre o herdamento da Senra de Portocarreiro (em S. João de Semelhe, Braga), que era do cabido de Braga.[2727]

V-8 MARIA PIRES DE PEREIRA, que, segundo os livros de linhagens, foi freira de Arouca.[2728]

V-9 RUI PIRES DE PEREIRA, freire do Hospital, que foi comendador de Chavão entre 1277 e 1281.[2729]

[2719] *Idem*, *ibidem*.

[2720] *Idem*, *ibidem*.

[2721] *Idem*, *ibidem*.

[2722] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 336, nota 42.

[2723] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 336, nota 43.

[2724] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 336, nota 44.

[2725] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 336, nota 43.

[2726] *Idem*, *ibidem*.

[2727] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 336, nota 45.

[2728] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 892.

[2729] *Idem*, *ibidem*.

V-10 e SANCHA PIRES DE PEREIRA, esposa de Rui Pires de Nogueira, de quem teve descendência.[2730]

Por sua vez, do segundo casamento de Pero Rodrigues de Pereira com Estevaínha Hermiges de Teixeira nasceram:

V-11 BEATRIZ PIRES DE PEREIRA, que casou com Pero Anes do Monte e, depois, com Paio Esteves de Molnes, de quem teve descendência.[2731]

V-12 e GARCIA PIRES DE PEREIRA, *cavaleiro de Pereira*, que, em 1279, juntamente com sua esposa, Teresa Esteves de Fermoselhe, se comprometeu a não impedir a execução do testamento da sua sogra.[2732] Deste seu casamento, nasceu *Sancha Garcia de Pereira* que, em 1294, após ter sido criada pela sua tia Beatriz Pires de Pereira, se apresentou com o seu marido, Francisco Martins, nas partilhas dos bens dos seus avós maternos, tendo recebido a quintã de Oveco, no julgado de Vouga. Em 1298, após ter enviuvado e com o consentimento da abadessa de Celas, onde era noviça, vendeu ao seu primo Gonçalo Pereira, deão do Porto, tudo o que possuía na quintã de Pereira e outros bens paternos localizados no Entre-Douro-e-Minho. Nesse mesmo ano, doou a Lourenço Esteves de Fermoselhe, arcediago de Viseu e seu tio materno, o que tinha na quintã de Oveco, pelo bem que recebera dele e por uma renda anual. Surge, ainda, como freira de Almoster, em 1323.[2733]

De Gonçalo Rodrigues de Pereira nasceram:

V-13 DOMINGOS GONÇALVES DE PEREIRA, *armiger*, que fez testamento em 1267, onde expressa o seu desejo de ser sepultado em Arouca, a quem deixa um quarto da quintã de Anseriz, no julgado de Vermoim, entre outros legados. Faleceu antes de 1269, altura em que o abade desse mosteiro emprazou aos seus sobrinhos Lourenço Anes e Gonçalo Anes, e à sua irmã Estevaínha Gonçalves, metade dessa quintã e três casais dela, bens que tinham sido do seu pai e que foram deixados por DOMINGOS GONÇALVES e Ouroana Gonçalves a esse mosteiro. Não teve descendência.[2734]

[2730] *Idem*, *ibidem*.

[2731] *Idem*, *ibidem*.

[2732] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 892-893.

[2733] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 893.

[2734] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 889.

V-14 JOÃO GONÇALVES DE PEREIRA, fidalgo que faleceu ainda antes de Domingos Gonçalves. Teve três filhos, de nome *Lourenço Anes de Pereira*, *Gonçalo Anes de Pereira* e *Estevaínha Anes de Pereira*, o primeiro dos quais foi beneficiado no testamento do seu tio Domingos, de 1267. Em 1269, recebeu em emprazamento de Arouca, juntamente com o seu irmão Gonçalo Anes e com a sua tia Estevaínha Gonçalves, que haviam sido de seu pai, antes doados a este mosteiro pelos seus tios. Deste mosteiro recebeu, ainda, a parte da quintã de Anseriz que tinha sido doada pela sua irmã Estevaínha Anes. Todos estes documentos foram testemunhados por seu filho Gonçalo Anes. Sua filha Estevaínha Anes de Pereira, monja de Arouca, foi beneficiada pelo testamento do seu tio Domingos Gonçalves, tendo também parte da quintã de Anseriz, que viria a ser emprazada em 1269.[2735]

V-15 ESTEVAÍNHA GONÇALVES DE PEREIRA I, referida em 1269, a propósito do emprazamento da quintã de Anseriz.[2736]

V-16 e OUROANA GONÇALVES DE PEREIRA, monja de Arouca contemplada no testamento de Domingos Gonçalves, seu irmão. Através do já referido emprazamento de 1269, ficamos a saber que detinha, também, uma parte da quintã de Anseriz.[2737]

Do casamento entre Gomes Soares de Tougues e Teresa Rodrigues de Barbosa nasceram:

V-17 VASCO GOMES DE TOUGUES, cavaleiro que, segundo os livros de linhagens, não teve descendência.[2738]

V-18 SOEIRO GOMES DE TOUGUES, rico-homem das cortes de D. Sancho I, D. Afonso II (1206-1219) e de D. Sancho II, que governou as terras de Seia (1232) e Lamego (entre 1236 e 1238). Faleceu durante a defesa do castelo de Leiria, em 1246, às mãos dos partidários de D. Afonso III. Segundo os livros de linhagens, não teve descendência.[2739]

[2735] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 890.

[2736] *Idem*, *ibidem*.

[2737] *Idem*, *ibidem*.

[2738] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

V-19 e CHÂMOA GOMES DE TOUGUES, que, graças à sua prestigiosa ascendência Trava-Trastâmara, se casou com Rodrigo Froilaz de Leão[2740], um dos filhos de Froila Ramires e neto do conde Ramiro Froilaz,[2741] de cuja união não nasceu qualquer descendência.[2742] A aproximação entre estes consortes poderá ter sido fruto da participação de Rodrigo Froilaz na milícia castelhana, liderada pelo futuro Afonso X, que se envolveu na guerra civil entre D. Sancho II e o *Bolonhês*, não sendo, por isso, de estranhar a sua posterior aparição entre os vários beneficiários do *repartimiento* de Sevilha.[2743] Apesar das suas origens leonesas e do seu posicionamento político, Rodrigo Froilaz encontra-se referido várias vezes nas inquirições de 1258.[2744] Por seu lado, CHÂMOA GOMES tornou-se célebre pela fundação do mosteiro de Santa Clara de En-

[2739] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 883, e Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira; Leontina Ventura e Saúl António Gomes, «Leiria na Crise de 1245-1248. Documentos para uma Revisão Crítica», *Revista Portuguesa de História*, 28 (1993), p. 168.

[2740] Tudo indica que Rodrigo Froilaz foi o principal capitão de Afonso X, durante a sua intervenção na guerra civil de 1245-1247 em defesa dos interesses de D. Sancho II – sobre este assunto veja-se Calderón Medina, «La Solidaridad Familiar…», pp. 617-646.

Aparentemente, o casamento entre Rodrigo Froilaz e Châmoa Gomes visava o estabelecimento de uma aliança entre duas linhagens que fizeram parte do partido de D. Sancho II, visto que Soeiro Gomes de Tougues morreu na defesa de Leiria contra as tropas do *Bolonhês*. Segundo Calderón Medina, este casamento poderá ter ocorrido em 1231 ou nos inícios do conflito, em 1245 – *Idem*, *ibidem*, p. 631.

A sua presença na guerra civil seria marcada por várias violências e usurpações de bens da diocese portuense e bracarense, sendo que foi acompanhado por Fernão Anes de Lima, filho do famoso João Fernandes de Lima – *Idem*, *ibidem*, p. 629.

Com efeito, a vitória de D. Afonso III terá causado uma mudança de comportamento em Rodrigo Froilaz, na medida em que, de forma a corrigir os desmandos cometidos e a salvaguardar os interesses patrimoniais da sua esposa, procurou envolver-se na fundação de Santa Clara de Entre-os-Rios, ressarcindo, assim, o reino dos danos que tinha cometido no Entre-Douro-e-Minho – *Idem*, *ibidem*, pp. 639-640.

[2741] Este seu contexto familiar encontra-se analisado em Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, pp. 161-164.

[2742] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

[2743] José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «"Pela Morte se Conhece um Pouco da Vida". A Propósito do Testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, Fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios», in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In Memoriam*, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 221.

[2744] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 883.

tre-os-Rios, instituído num reguengo que tinha sido doado por D. Afonso II à condessa Toda Palazim, sua avó materna, e, depois, transmitido a si, através de Teresa Rodrigues de Barbosa, sua mãe.[2745] CHÂMOA GOMES terá vivido até 1269, altura em que doou alguns bens à sé de Braga,[2746] embora tenha deixado o seu testamento lavrado desde o ano anterior, nele se manifestando a sua extraordinária riqueza.[2747]

De Pero Soares de Tougues, *Carnes Más*, nasceu:

V-20 SOEIRO PIRES DE TOUGUES, cavaleiro de cognomen *Carnes*, contraiu matrimónio com Sancha Gomes Barreto, do qual terá nascido um filho, que, segundo as inquirições de 1258,[2748] terá sido criado em Penso (Melgaço), no julgado de Valadares, junto à sua família materna. A ausência deste filho das fontes portuguesas pode indiciar que terá vivido uma carreira transfronteiriça ou que terá falecido ainda na sua juventude. No entanto, atendendo à avultada concentração de riqueza nas mãos de Châmoa Gomes de Tougues, podemos pensar que a segunda hipótese será a mais verosímil. Em 1248, SOEIRO PIRES marcou presença numa composição celebrada entre a sua sogra e Arouca, a propósito dos bens que faziam parte das arras da sua mulher.[2749]

A sexta geração

A partir daqui, seguiremos apenas os Homem-Froião, já que, exceptuando o caso de Gonçalo Gonçalves de Pereira, nenhum dos restantes ramos dos Pereira deu continuidade à relação que vinham mantendo com a fronteira minhota. Por isso, continuaremos apenas com os descendentes de Pero Pires Homem.

Do casamento de Pero Pires Homem com Teresa Anes Redondo nasceram:

[2745] *Idem*, *ibidem*.

[2746] *Idem*, «"Pela Morte se Conhece um Pouco da Vida" …», pp. 222-223.

[2747] Para mais detalhes sobre a fundação do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios veja-se Sottomayor-Pizarro, «"Pela Morte se Conhece um Pouco da Vida" …», pp. 219-233.

[2748] PMH-Inq. 1258, p. 376.

[2749] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, p. 612, nota 7.

VI-1 ESTÊVÃO PIRES DE FROIÃO I, cavaleiro e trovador, que permaneceu quase anónimo até à sua aparição em Castela, durante os conturbados anos finais do reinado do *Sábio*. Tudo indica que ESTÊVÃO PIRES terá sido um dos cavaleiros enviados por D. Dinis para prestar auxílio ao Infante D. Sancho, mas que, em certos casos, acabaram por se tornar apoiantes de Afonso X. Neste caso específico, ESTÊVÃO PIRES surge em 1283 como meirinho-mor do Infante, seguindo depois no seu serviço após a sua ascensão ao trono e confirmando vários dos seus diplomas entre 1287 e 1295, como meirinho-mor de Leão. Em 1295, já como vassalo de Fernando IV, tornou-se alcaide dos castelos de Moura e Serpa, que viria a entregar, por ordem do monarca castelhano, ao porteiro de D. Dinis. Sabemos também que acumulou estes cargos com o de adiantado-mor de Leão e das Astúrias, que manteve até 1305, altura em que terá falecido.[2750] Em 1287, recebeu da sua sobrinha Teresa Vasques Zagomba os seus direitos no casal de Outeiro, na honra de Farelães (Monte de Farelães, Barcelos). Segundo o testamento do seu irmão Sancho Pires de Froião, datado de 1294, tinha metade dos casais de Outeiro (Viana do Castelo), em regime de co-propriedade com a sua irmã Inês Pires de Froião, e metade dos casais de Farelães (Barcelos).[2751] Em 1298, doou ao seu irmão Sancho Pires, bispo do Porto, e à sua sé, o padroado da igreja de Santa Maria de Campanhã (Porto).[2752] Do seu primeiro casamento com Teresa Aires Queixada (Silva) nasceram *Francisca Pires de Froião* (VII-1) e *Urraca Pires de Froião* (VII-2). Por sua vez, do seu segundo matrimónio com Maria Ramires das Astúrias nasceram também *Estêvão Pires de Froião II* (VII-3), *João Pires de Froião* (VII-4), *Fernão Pires de Froião* (VII-5) e *Teresa Pires de Froião* (VII-6).[2753] Importa assinalar que, apesar de ter contraído casamento primeiramente com uma dama de origem portuguesa e depois com uma leonesa, não temos grandes dúvidas de que o primeiro matrimónio foi já celebrado em Castela, visto que, nesta geração, os Silva permaneceram bastante ausentes da esfera portuguesa, o que se deverá, por certo, ao facto de ser membro de uma das mais antigas e poderosas famílias da fronteira galego-portuguesa ou, quem sabe, às suas origens leonesas. Resta enfatizar que o apelido Froião, referente à sua zona de implantação, advirá

[2750] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 903.

[2751] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 903, nota 14.

[2752] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 903.

[2753] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3. – Homem-Froião.

do património que lhe foi transmitido justamente pelo seu matrimónio com Teresa Aires Queixada, dado que os Silva já estavam implantados nesta terra desde o século XI.

VI-2 MARTIM PIRES DE FROIÃO, cavaleiro que, segundo as inquirições de 1288, foi criado durante o reinado de D. Sancho II em S. Pedro de Castreiro (Cossourado, Paredes de Coura), no julgado de Froião. Tudo indica que faleceu antes de 1299, altura em que o seu irmão contemplou a sua esposa e seus filhos no seu testamento.[2754] Do seu primeiro casamento com Maria Gomes de Alvarenga nasceram *Afonso Martins Homem* (VII-7) e *Pero Martins Homem* (VII-8), enquanto que, do seu segundo matrimónio com Sancha Afonso, nasceram também *Vasco Martins Homem* (VII-9) e *Branca Martins Homem* (VII-10). De uma primeira relação ilegítima com uma Dona Godinha nasceu *Fernão Martins de Froião* (VII-11) e, de uma segunda barregania com Elvira Anes de Condeixa, nasceu ainda *Álvaro Martins de Froião* (VII-12).[2755]

VI-3 SANCHO PIRES DE FROIÃO, clérigo que, após um início de carreira no cabido tudense, transitou para a sé portuense, onde foi chantre (1285), deão (1286-1296) e bispo (1296-1300).[2756] A sua riqueza e influência transformaram-no numa figura central do seu grupo familiar, onde exercia uma espécie de chefia natural. Centrando-nos apenas nas relações que manteve com os seus parentes e na sua realidade patrimonial, ficamos a saber que: em 1290, tinha um pardieiro e uma herdade honrada, que fora do seu pai Pero Pires Homem de Pereira, em Midões (Barcelos), no couto do mosteiro da Várzea;[2757] em 1294, recebeu da sua tia Teresa Pires de Pereira, esposa de Pero Pires Velho, parte da quintã da Torre, em Santiago de Areias (Viana do Castelo), doação que viria a ser completada em 1299;[2758] em 1296, teve casas em Coimbra;[2759] em 1298, recebeu do seu primo Gonçalo Gonçalves de Pereira, arcebispo de Braga, os bens que este tinha em Pereira, Moure (Barcelos) e Torre (Landim, Vila Nova de Famalicão),[2760] e comprou à sua sobrinha Teresa Vasques todos

[2754] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 905.

[2755] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3 – Homem-Froião.

[2756] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 904.

[2757] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 904, nota 19.

[2758] *Idem*, *ibidem*.

[2759] *Idem*, *ibidem*.

[2760] *Idem*, *ibidem*.

os bens que esta recebera da sua mãe, ou seja, metade dos casais honrados da quintã de Outeiro (Viana do Castelo), uma parte da quintã, casais e honra de Farelães (Barcelos), parte da quintã honrada de Creixomil (Barcelos), parte do herdamento e honra de Pereira (Barcelos) e a sua parte nos lugares da Torre (Landim, Vila Nova de Famalicão), Portocarreiro (Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses), Pousada (de Saramagos, Vila Nova de Famalicão), Revinhade (Felgueiras), Ervedeiro (Carvalheira, Terras de Bouro), Melo (Gouveia) e Teixoso (Covilhã);[2761] em 1299, recebeu do seu primo Martim Anes Redondo tudo o que tinha no lugar da Torre (Landim, Vila Nova de Famalicão),[2762] e a parte da sua tia Teresa Pires de Pereira neste lugar da Torre.[2763] Do seu testamento de 1299, sobressai o facto de querer ser sepultado na sé do Porto, onde institui duas capelas de missas perpétuas, sustentadas por casas e uma quintã que tinha no termo de Santarém, legando também metade dos seus bens em Outeiro (Viana do Castelo) e Farelães (Barcelos), a quintã de Freixieiro (de Soutelo, Viana do Castelo), metade dos casais de Sendim (Felgueiras), a quintã da Torre (Landim, Vila Nova de Famalicão) e os seus bens do couto de Ancede (Baião),[2764] e que tinha recebido de Pero e Afonso Martins de Froião a sua parte no padroado da igreja de Santa Maria de Campanhã (Porto). Um dos seus testamenteiros foi Gonçalo Gonçalves de Pereira, que, para além de ser seu parente, principiou com ele a sua carreira eclesiástica no cabido de Tui.[2765] Através destas informações fica-nos a sensação de que SANCHO PIRES terá mobilizado todos os recursos que foi granjeando ao longo da sua carreira eclesiástica, com o propósito de agrupar os principais núcleos patrimoniais da sua linhagem, para os redistribuir em proveito de todos.

VI-4 MARIA PIRES DE FROIÃO, esposa de Vasco Gomes Zagomba, de quem teve descendência.[2766]

VI-5 MOR PIRES DE FROIÃO, esposa de Diogo Lopes Gato, de quem teve descendência.[2767]

[2761] *Idem*, *ibidem*.

[2762] *Idem*, *ibidem*.

[2763] *Idem*, *ibidem*.

[2764] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 904-905.

[2765] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 904.

[2766] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3 – Homem-Froião.

[2767] *Idem*, *ibidem*.

VI-6 e INÊS PIRES DE FROIÃO, monja de Arouca, desde 1269. Graças ao testamento de Sancho Pires de Froião, de 1294, sabemos que tinha metade dos casais de Outeiro (Viana do Castelo), em co-propriedade com Estêvão Pires de Froião I.[2768]

A sétima geração

Do primeiro casamento de Estêvão Pires de Froião I com Teresa Aires Queixada nasceram:

VII-1 FRANCISCA PIRES DE FROIÃO, de quem não possuímos qualquer dado.[2769]

VII-2 e URRACA PIRES DE FROIÃO, de quem nada sabemos.[2770]

Por sua vez, do segundo casamento de Estêvão Pires de Froião I com Maria Ramires das Astúrias nasceram:

VII-3 ESTÊVÃO PIRES DE FROIÃO II, de quem não possuímos dados.[2771]

VII-4 JOÃO PIRES DE FROIÃO, cavaleiro documentado nas inquirições de 1288,[2772] onde lhe apontam dois casos de amádigo de uma filha sua. Estes aconteceram em Santa Eufémia de Calheiros (Ponte de Lima), no julgado de Ponte de Lima e terra de S. Martinho. Como desconhecemos o seu nome e de quem nasceu, podemos presumir que esta terá morrido ainda jovem e que poderá ter nascido de uma relação ilegítima.[2773]

[2768] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 905.

[2769] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3 – Homem-Froião.

[2770] *Idem*, *ibidem*.

[2771] *Idem*, *ibidem*.

[2772] PMH-Inq. 1288, pp. 198-202.

[2773] Nas inquirições de 1307-11 surge um João Durães de Froião nesta freguesia de Calheiros – ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 12v. Apesar de desconhecermos a forma como se entronca na linhagem, podemos presumir que este terá sido um dos descendentes de João Pires, provavelmente um neto seu.

VII-5 FERNÃO PIRES DE FROIÃO, de quem nada sabemos.[2774]

VII-6 e TERESA PIRES DE FROIÃO, de quem não temos qualquer informação.[2775]

Do primeiro casamento de Martim Pires de Froião com Maria Gomes de Alvarenga nasceram:

VII-7 AFONSO MARTINS HOMEM, clérigo que, conjuntamente com o seu irmão Pero Martins Homem, doou à Sé do Porto, em 1298, a sua parte no padroado da igreja de Santa Maria de Campanhã, por amor ao seu tio Sancho Pires de Froião, bispo desta diocese, que o contemplou, no ano seguinte, no seu testamento, com um legado pecuniário. Tanto quanto sabemos, terá abandonado a vida eclesiástica, para se casar com Inês Martins Dade, de quem terá recebido o padroado da igreja de S. Mateus de Santarém, em 1305. Segundo o *Livro do Deão*, este terá vivido em Santarém, talvez por força do seu casamento.[2776] Desta união nasceram *Maria Afonso Homem* (VIII-1), *Isabel Afonso Homem* (VIII-2), *Martim Afonso Dade* (VIII-3), *Violante Afonso Homem* (VIII-4) e *Inês Afonso Homem* (VIII-5).[2777]

VII-8 e PERO MARTINS HOMEM, cavaleiro que, em 1298, também doou os seus direitos de padroado sobre a igreja de Santa Maria de Campanhã à sé do Porto, muito embora não tenha sido contempaldo, em 1299, no testamento do seu tio Sancho Pires de Froião, bispo desta igreja.[2778] Casou-se com Mor Martins de Brufe, de quem teve *Estêvão Pires Homem* (VIII-6), *Martim Pires Homem* (VIII-7), *Álvaro Pires Homem* (VIII-8), *Vasco Pires Homem* (VIII-9), *Francisco Pires Homem* (VIII-10), *Gonçalo Pires Homem* (VIII-11), *Senhorinha Pires Homem* (VIII-12) e *Rui Pires Homem* (VIII-13).[2779]

Do segundo casamento de Martim Pires de Froião com Sancha Afonso nasceram também:

[2774] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.16.3. – Homem-Froião.

[2775] *Idem*, *ibidem*.

[2776] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 905-906.

[2777] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3. – Homem-Froião.

[2778] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 907.

[2779] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.16.3. – Homem-Froião.

VII-9 VASCO MARTINS HOMEM, cavaleiro mencionado no testamento de Sancho Pires de Froião de 1299, que o contemplou com um mulo ou mula.[2780]

VII-10 e BRANCA MARTINS HOMEM, dona que também foi contemplada no testamento do seu tio. Não sabemos se casou, se teve descendência nem se professou em alguma ordem.[2781]

Da relação ilegítima entre Martim Pires de Froião e D. Godinha nasceu:

VII-11 FERNÃO MARTINS DE FROIÃO, cavaleiro legitimado em 1298, e que, dez anos depois, surge, em conflito com o mosteiro de Almoster, razão por que é citado pelo meirinho-mor.[2782]

De uma segunda relação ilegítima de Martim Pires de Froião com Elvira Anes de Condeixa nasceu também:

VII-12 ÁLVARO MARTINS DE FROIÃO, cavaleiro legitimado em 1317.[2783]

A oitava geração

Do casamento entre Afonso Martins Homem e Inês Martins Dade, provável filha de Martim Dade, fidalgo registado no lugar de Duas Igrejas (Vila Verde), nas inquirições de 1258,[2784] nasceram:

VIII-1 MARIA AFONSO HOMEM (DE FROIÃO), esposa de Afonso Rodrigues de Novais, fidalgo oriundo de uma linhagem de origem galega, que, desde cedo, se estabeleceu no Alto Minho, e de quem viria a ter descendência.[2785]

[2780] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 906.

[2781] *Idem*, *ibidem*.

[2782] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 906-907.

[2783] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 907.

[2784] PMH-Inq. 1258, p. 400.

[2785] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.16.3. – Homem-Froião.

VIII-2 ISABEL AFONSO HOMEM (DE FROIÃO), esposa de Martim Afonso de Brito, de quem teve descendência.[2786]

VIII-3 MARTIM AFONSO DADE, esposo de Maria Mendes de Oliveira.[2787]

VIII-4 VIOLANTE AFONSO HOMEM (DE FROIÃO), esposa de Vasco Martins de Melo, de quem teve descendência.[2788]

VIII-5 e INÊS AFONSO HOMEM (DE FROIÃO), ou INÊS MARTINS DE FROIÃO. Não sabemos se casou nem se teve descendência.[2789]

Do casamento entre Pero Martins Homem e Mor Martins de Brufe nasceram:

VIII-6 ESTÊVÃO PIRES HOMEM, fidalgo que se tornaria abade de Vila Cova e Deão de Braga. Em 1326, ainda na qualidade de escudeiro, recebeu do mosteiro de Entre-os-Rios, conjuntamente com o seu irmão Rui Pires Homem e por emprazamento, a quintã de Lobrigos (Santa Marta de Penaguião). Em 1335, é mencionado como testamenteiro de Rui Vasques de Fonseca.[2790] Não sabemos se teve filhos durante o período da sua vida em que se manteve laico.

VIII-7 MARTIM PIRES HOMEM, cavaleiro registado, em 1339, como cavaleiro natural do mosteiro de Mancelos.[2791]

VIII-8 ÁLVARO PIRES HOMEM, cavaleiro identificado, em 1339, como natural do mosteiro de Mancelos. Em 1359 residia já em Lisboa, com a sua esposa Urraca Fernandes, onde emprazou duas courelas de vinha a um criado de Vasco Martins da Cunha. Não sabemos se tiveram descendência.[2792]

[2786] *Idem*, *ibidem*.

[2787] *Idem*, *ibidem*.

[2788] *Idem*, *ibidem*.

[2789] *Idem*, *ibidem*.

[2790] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 907.

[2791] *Idem*, *ibidem*.

[2792] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 908.

VIII-9 VASCO PIRES HOMEM, cónego de Braga e abade de *Tervha*, identificado como natural do mosteiro de Mancelos em 1339.[2793]

VIII-10 FRANCISCO PIRES HOMEM, apenas referido pelos nobiliários.[2794]

VIII-11 GONÇALO PIRES HOMEM, fidalgo referido pelos livros de linhagens.[2795]

VIII-12 SENHORINHA PIRES HOMEM, somente referida pelos livros de linhagens.[2796]

VIII-13 e RUI PIRES HOMEM, escudeiro registado em 1326, altura em que recebeu, com o seu irmão Estêvão Pires, a quintã de Lobrigos (Santa Marta de Penaguião) por emprazamento do mosteiro de Entre-os-Rios.[2797]

SILVA-SOVEROSA

APESAR de não ser considerada uma das linhagens infancionais que deram origem à aristocracia portuguesa dos alvores da nacionalidade, os Silva foram, sem qualquer tipo de dúvida, uma das famílias mais influentes durante o período que mediou os últimos anos de Fernando Magno e os inícios do reinado de D. Afonso Henriques.

Na nossa opinião, esta situação deveu-se, acima de tudo, à forma como a monarquia leonesa atribuiu a Paio Guterres da Silva a difícil função de substituir provisoriamente o poder condal, através do seu cargo de vicário régio em Portucale, sendo por isso obrigado a coordenar todas as relações sociais da aristocracia emergente dos finais do século XI, a partir da sua torre da Silva, localizada na antiga terra de Froião[2798].

[2793] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 907.

[2794] *Idem*, *ibidem*.

[2795] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 908.

[2796] *Idem*, *ibidem*.

[2797] *Idem*, *ibidem*.

[2798] O papel estratégico da torre de S. Julião da Silva já foi enfatizado por MATTOSO, *Identificação de um País*..., Vol. I, pp. 138-139.

A própria situação geográfica do seu principal domínio senhorial, encravado entre as estradas que ligavam Arcos de Valdevez a Monção e Valença a Tui,[2799] denuncia esta situação de charneira dos senhores da Silva, que, para além de constituírem uma nova ponte entre a monarquia leonesa e os infanções portucalenses, vigiavam de perto, da sua posição transfronteiriça, os contactos e antagonismos existentes entre Portucale e a velha Galiza *«lucense»*.

Atendendo à turbulência social vivida na transição do século XI para o XII, caracterizada pela queda e surgimento de novos poderes, o patrocínio da coroa à ascensão social dos Silva terá exigido um elevado nível de confiança, sendo por isso plausível que estes tenham sido oriundos de Leão e parte de uma parentela muito próxima à monarquia. A sua natureza exógena e prestígio social permitiriam um enfraquecimento da volatilidade dos infanções e, ao mesmo tempo, uma mais fácil afirmação da autoridade régia e dos seus novos agentes de poder, os condes D. Raimundo e D. Henrique.

Pensamos que três factores indiciam esta origem externa leonesa: o nível diferenciador do cargo atribuído a D. Paio Guterres da Silva, que o distinguia claramente dos restantes infanções; a precocidade e significado simbólico/territorial do seu principal símbolo heráldico, o Leão[2800]; e a aplicação do topónimo/patronímico Alderete ao fundador da linhagem (Guterre Alderete da Silva), que poderá advir de uma praça castelhano-leonesa[2801].

Apesar de meramente conjecturais, as próprias tradições genealógicas que relacionam os Silva com a família real leonesa podem ter, de facto, algum fundamento, nem que seja, apenas, pela forma como reforçam esta ideia da sua origem externa.

[2799] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 139.

[2800] Apesar de terem sido combinadas com os elementos heráldicos de bastantes famílias (veja-se, por exemplo, as armas de D. Leonel de Lima, que combinam as palas tradicionais dos Lima com um esquartelado de Silva e Soutomaior, representativo dos ascendentes femininos deste fidalgo – *vide* Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, «Las Armas de los Límia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV) ») –, as armas dos Silva mantiveram uma configuração bastante constante ao longo de toda a vida da linhagem, sendo que a peça central, o Leão, permaneceu verdadeiramente intocável – as armas dos Silva podem ser visualizadas em ANTT, Livro do Armeiro-Mor, Fol. 54.

[2801] Muitas das tradições genealógicas sobre as origens dos Silva enunciadas por Salazar y Castro não possuem gande adesão à realidade, sendo que o patronímico/topónimo Alderete afigura-se mais como um topónimo de origem leonesa do que como a invocação de uma pertença a um hipotético conde Alderedo da Silva, rico-homem de Ramiro I – Salazar y Castro, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, L. I, Cap. VIII, pp. 41-44.

Atendendo a todos estes factores, não é de estranhar o elevado nível de alianças que os Silva conseguiram granjear durante as suas primeiras gerações, ou mesmo durante os seus períodos de maior obscuridade. Por outro lado, estas origens acabam por explicar plenamente a natureza transfronteiriça das vidas de alguns dos seus membros, bem como os silêncios relativos a algumas das suas linhas.

Tal como já tivemos oportunidade de referir, pensamos que esta obscuridade e, até, a diversificação dos apelidos/cognomes utilizados pelos Silva até inícios do XIV se devem também à predominância e notoriedade do mais famoso dos seus ramos, os Soverosa.

Assim sendo, esta secção dedicar-se-á à reconstituição da complexa trama familiar composta pelos Silva e Soverosa, desde os seus extraordinários inícios no século XI até ao seu regresso à cúpula nobiliárquica portuguesa (em meados do XIV), no caso dos primeiros, ou à sua extinção, no caso dos segundos. Tomaremos Guterre Alderete da Silva como a primeira figura desta nossa reconstituição.[2802]

A primeira e segunda geração

I-1 GUTERRE ALDERETE DA SILVA, magnate que terá vivido durante o reinado de Fernando Magno. Apesar de não dispormos de dados sobre a sua vida, presumimos que seria de origem leonesa e uma figura próxima do seu soberano. As razões que o trouxeram a Portugal são uma autêntica incógnita, mas é possível que tenha chegado por volta da conquista de Coimbra. Para além de ter sido senhor de Alderete (em Leão), também terá sido o primeiro

[2802] Nesta secção, combinaremos os dados do título LVIII do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, a reconstituição genealógica de Sottomayor-Pizarro sobre os Soverosa (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa) e uma série de informações provenientes da monografia que Inés Calderón Medina editará brevemente sobre os Soverosa (Inés CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo)). Tal como nos casos anteriores, acabaremos por acrescentar alguns dados e figuras novas durante esta reconstituição.

Por outro lado, a nossa preferência pelo título LVIII do Livro de Linhagens prende-se com o facto de, ao contrário dos nobiliários anteriores, este título apresentar claramente a descendência de Pero Pais Escacha e de Gomes Pais da Silva, as duas principais linhas varonis desta linhagem.

senhor da torre da Silva (em S. Julião da Silva, na terra de Froião). Não sabemos se ocupou cargos territoriais ou palatinos. Do seu casamento com uma senhora desconhecida nasceram dois filhos:

II-1 PAIO GUTERRES DA SILVA (ou DE FROIÃO), padroeiro do mosteiro de Tibães,[2803] que se tornou numa das figuras mais destacadas da aristocracia portucalense até aos inícios do reinado de D. Afonso Henriques. Ao que sabemos, PAIO GUTERRES terá tido uma ascensão meteórica durante o reinado de Afonso VI, altura em que assumiu as funções de vicário régio em Portucale entre 1078 e 1081,[2804] ocupando assim o vazio de poder deixado pela morte do conde Nuno Mendes. Por outro lado, a sua devoção aos projectos de Afonso VI também fica patente na forma como acompanhou o soberano leonês na conquista de Toledo.[2805] Não é por isso de estranhar que tenha recebido herdades em Rio Mau, que cedeu a Braga, e em Montezelos, junto a Vila Real.[2806] A estes bens devemos acrescentar os de Gualtar, que acabou por trocar por outros sitos em Tibães.[2807] Apesar das suas boas relações com Braga, tomou violentamente uma igreja desta sé, junto a Esposende.[2808] Segundo as inquirições de 1258,[2809] recebeu da rainha D. Teresa (em 1128)[2810] a igreja de S. Paio de Mozelos (Paredes de Coura), com a condição de este a doar a Oia e a Ganfei, pela sua alma e de todos os reis que lhe sucedessem. Por sua vez, a relação privilegiada que manteve com Tibães levou a que o *Livro do Deão* o identificasse como uma espécie de abade leigo desse cenóbio.[2811] PAIO GUTERRES poderá ter sido também o indivíduo que fez uma avultada doação ao rei, para que se concedesse a carta de couto do mosteiro de S. Salvador da Torre, junto a Viana do Castelo.[2812] Já perto do final da sua vida, reapareceu na corte afonsina, em 1129 ou 1130, com o apelido Silva, e, em

[2803] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

[2804] *Idem*, *ibidem*.

[2805] *Idem*, *ibidem*.

[2806] *Idem*, *ibidem*.

[2807] *Idem*, *ibidem*.

[2808] *Idem*, *ibidem*.

[2809] PMH-Inq. 1258, p. 357.

[2810] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 143.

[2811] LD15B1. Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

[2812] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 142.

1134, com o apelido Froião, confirmando nesta última data a carta de couto do mosteiro de Sanfins de Friestas. A utilização deste último apelido leva-nos a supor que, para além da torre da Silva (em S. Julião da Silva), este também terá sido senhor do castelo de Froião, praça que dominava todo o antigo território de Coura.[2813] Quanto à sua vida privada e familiar, destaca-se uma tradição, transmitida pelos nobiliários, que o coloca no centro de um litígio familiar dos Azevedos, ocorrido na segunda metade do século XI. Esta narrativa pode ser resumida da seguinte forma: após o nascimento de Paio Godins de Azevedo, Godinho Viegas de Azevedo, seu pai, decidiu abandonar Maria Soares, sua mulher e mãe de D. Paio; devido ao parentesco de Maria Soares com uma das esposas de PAIO GUTERRES DA SILVA, este viu-se obrigado a tentar exercer uma retaliação contra Godinho Viegas, que foi tomada como uma intromissão ofensiva por parte do grupo familiar visado; assim, Turtesendo Galindes de Paiva acabou por cegar D. PAIO GUTERRES.[2814] Apesar das incompatibilidades cronológicas claras e de PAIO GUTERRES ter levado a cabo uma vida pública activa para lá da segunda metade do século XI, podemos pensar que esta tradição transmite uma rivalidade verídica entre os Silvas e os Azevedos,[2815] provavelmente nascida de uma colisão de interesses territoriais no Entre-Cávado-e-Minho. No entanto, a incapacidade de PAIO GUTERRES, fruto da cegueira, também poderá ter sido verdadeira, já que este passou os últimos dias da sua vida aos cuidados dos monges do cenóbio galego de Oia[2816]. Sabemos que PAIO GUTERRES terá casado por quatro vezes. Do seu casamento com Dórdia Mendes da Maia nasceu *Mem Pais da Silva* (III-1).[2817] Por sua vez, do seu matrimónio com Teresa (ou Sancha) Anes de Montor[2818], irmã de Fernão Anes de Montor e, por isso, tia de Paio

[2813] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 143.

[2814] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 144.

[2815] *Idem*, *ibidem*.

[2816] Na verdade, é extremamente provável que D. Paio Guterres se tenha envolvido na fundação de Oia, justamente com o propósito de se albergar neste cenóbio, localizado no coração dos seus domínios fronteiriços – sobre este assundo veja-se RODRIGUES, «Senhores e Camponeses num Espaço de Fronteira…», pp. 11-13. Paio Guterres acabaria por dotar o mosteiro com uma herdade em Mozelos e com três casais em Verdoejo, em 1145, altura em que já seria monge desta casa monástica.

[2817] LV2A5.

[2818] Em LD18A2 esta senhora é referida como Teresa, mas em LL58A2 é referida como Sancha. Todavia, pensamos que seja exactamente a mesma pessoa.

Curvo de Toronho, ou com a leonesa Fronilde Ovéquiz (Muñoz), nasceram *Gomes Pais da Silva I* (III-2) e *Pero Pais Escacha*, *da Silva* ou *Cativo* (III-3).[2819] E da sua união com Urraca Rabaldes nasceu também *Gontinha Pais da Silva* (III-4).[2820]

II-2 e SOEIRO GUTERRES DA SILVA, magnate que, através de várias ofertas à coroa, também tentou a obtenção da carta de couto para o mosteiro de S. Salvador da Torre, em Viana do Castelo.[2821] Não sabemos se casou ou se teve filhos.

A terceira geração

Do primeiro casamento de Paio Guterres da Silva (ou de Froião) com Dórdia Mendes da Maia nasceu:

III-1 MEM PAIS DA SILVA, que, segundo os livros de linhagens, não casou nem teve descendência.[2822]

Por sua vez, do casamento de Paio Guterres da Silva com Teresa (ou Sancha) Anes de Montor, irmã de Fernão Anes de Montor e, por isso, tia do magnate fronteiriço Paio Curvo de Toronho, ou com Fronilde Ovéquiz (Muñoz), terão nascido:

[2819] LL58A2 e LD18A2. Sobre o casamento de Fronilde Ovéquiz com Paio Guterres da Silva veja-se aquilo que já dissemos na introdução a esta secção 2.2. sobre as origens dos Soverosa nos Silva e relação destes com os «Cativos» de Astorga, analisando os dados apresentados no trabalho inédito de Inés Calderón Medina, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo), pp. 17-68.

[2820] LL58H2. Segundo Mattoso, este casamento não será verídico, visto que se trataria de uma confusão entre Paio Guterres da Silva e o cavaleiro coimbrão Paio Guterres, alcaide de Leiria em 1140 – Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 143 e 147. Porém, não podemos descurar a hipótese de Urraca Rabaldes se ter casado por duas vezes com dois homónimos. Lembremo-nos que o seu irmão, Pedro Rabaldes, foi bispo do Porto desde 1138 (*Idem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 185-186), altura em que a sua família poderá ter começado a estabelecer laços com estirpes nortenhas – como os Silva.

[2821] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 142.

[2822] LV2A5.

III-2 GOMES PAIS DA SILVA I, tenente de Santa Eulália e Montemor[2823] e esposo de Urraca Nunes Velho[2824], filha do poderoso magnate fronteiriço Nuno Soares Velho II. Assim sendo, importa constatar que, para além de ter introduzido nos Silva uma importante dose de sangue da velha aristocracia condal —pois, tal como já constatámos, os Velhos seriam descendentes de Ero Fernandes e de Afonso Betotes—, este matrimónio assume uma dimensão profundamente endogâmica, já que Urraca também seria filha de Mor Pires *Perna*, filha do seu irmão Pero Pais *Escacha*, e, por isso, sua sobrinha-neta. Este regime endogâmico tão apertado faz-nos lembrar, em grande medida, as práticas e estratégias da aristocracia condal, que, de forma a contornar as vicissitudes de um regime de partilha cognática das heranças, levou a cabo várias uniões consanguíneas. Deste casamento nasceram *Martim Gomes da Silva I* (IV-1), *Paio Gomes da Silva* (IV-2), *Maria Gomes da Silva I* (IV-3) e *Urraca Gomes da Silva* (IV-4).[2825] Atendendo à cronologia destes filhos, podemos presumir que GOMES PAIS terá casado, já na sua velhice, com uma Urraca Nunes jovem, que lhe permitiu gerar uma descendência que atingiu a maioridade ao longo da segunda metade do século XII.[2826]

[2823] Em data incerta, após D. Pero Pais de Paiva (1106) – VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, p 1027.

[2824] Segundo LD18A3 e LL58E3, Urraca Nunes Velho comprou ao mosteiro da Várzea a quarta parte de Carvoeiro, que deixou ao cenóbio do mesmo nome, onde foi sepultada. Esta passagem permite-nos pensar que Urraca Nunes terá usado a sua influência enquanto patrona do mosteiro da Várzea, que fora fundado pela sua família, para desvincular o território de Carvoeiro da sua influência, com o propósito de criar um novo cenóbio familiar, que terá ficado associado aos Silva.

[2825] LL58E3.

[2826] Importa realçar que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* coloca Mor Pires Perna e Nuno Velho, o *Prestomeiro*, lado a lado com Gomes Pais da Silva e Urraca Nunes Velho, uma filha de Nuno Velho, o *Prestomeiro* – LL58D4 e LL58E3. Esta situação visaria o enaltecimento da consanguinidade desta relação.

Tendo em conta que Urraca Nunes seria filha de Mor Pires Perna, filha de Pero Pais Escacha, irmão de Gomes Pais da Silva, podemos presumir que a diferença etária entre Gomes Pais e a sua esposa seria de cerca de 50 anos, ou seja, de 25 anos por cada geração que o separava da sua sobrinha-neta.

Esta enorme diferença terá complicado profundamente os modelos de reconstituição dos Silva, já que a diferença inter-geracional provocada por este casamento viria a aumentar nas gerações seguintes, provocando enormes desfasamentos entre os descendentes de Pero Pais Escacha e de Gomes Pais da Silva.

III-3 e PERO PAIS *ESCACHA* (DA SILVA ou CATIVO),[2827] magnate que ocupou o cargo de mordomo-mor na cúria portuguesa em 1105.[2828] Sabemos também que terá passado pela cúria leonesa, onde surge em 1116, confirmando um diploma como PERO PAIS DE PORTUGAL,[2829] o que aponta claramente para a sua posição destacada na corte condal. Importa assinalar que o seu substituto na mordomia foi o conde D. Gomes Nunes de Pombeiro, seu cunhado, que a assumiu em 1112.[2830] Portanto, podemos pressupor que esta dupla permuta de fidelidades tivesse sido acordada entre os dois cunhados, de forma a consolidar uma rede de influência comum nas duas cortes. Por outro lado, não podemos descurar a hipótese de que esta migração tenha sido causada por oscilações nos equilíbrios da cúria portucalense ou pelas possibilidades de promoção social geradas pelo clima de conflitualidade do reinado de D. Urraca. Porém, já se encontrava em Portugal em 1120, altura em que deu à sua esposa uma herdade que tinha aquirido por pagar ao conde D. Henrique 3.000 maravedis, em nome de um Monio Ermeriques.[2831] Tal como o seu irmão, PERO PAIS também foi beneficiado por um prestigioso casamento, dentro de uma linhagem que também advinha da velha aristocracia condal galego-portuguesa. A escolhida foi Elvira Nunes de Celanova, filha do conde galego Nuno Vasques de Celanova e, por isso, neta da condessa Gontrode Nunes, irmã do conde portucalense Mendo Nunes e tia do malogrado Nuno Mendes. Ao que sabemos, a sua descendência espalhou-se por Portugal e Leão (especialmente na zona de Astorga e do Bierzo), sendo pontualmente documentada nas décadas seguintes, com o apelido *Cativo.*[2832]

[2827] Aproveitamos para relembrar que os dados referentes à vinculação dos Silva aos Soverosa, por via de Pero Pais Escacha ou Cativo e dos seus descendentes em Astorga, já foram analisados na introdução desta secção 2.2. e que refletem a nossa visão e composição das informações apresentadas por Inés Calderón Medina, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. xi-xiii)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo).

[2828] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros …*, pp. 117-118.

[2829] Fernández Flórez (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, doc. 1195.

[2830] Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, p. 118.

[2831] *Idem*, *ibidem*.

[2832] Recordamos que os dados que apresentamos agora (e que seguem) sobre a vinculação entre os Silva, Soverosa, Cativos de Astorga e Muñoz surgem da nossa leitura (já apresentada na nossa introdução 2.2.) das informações presentes em Inés Calderón Medina, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media*

Em 1124, surgem os irmãos Pedro Peres *Cativo*, Bermudo Peres *Cativo*, Martim Peres *Cativo* e Paio Peres *Cativo*, filhos de PERO PAIS, restituindo alguns bens usurpados ao mosteiro de Zamudia.[2833] Em 1135 Paio Peres e Bermudo Peres, identificando-se como filhos de PERO PAIS *CATIVO*, voltaram a ressarcir este mesmo cenóbio.[2834] Uma década depois (em 1145), Paio Peres, identificando-se novamente como filho de PERO PAIS, vendeu a Sahagún a herdade que tinha, em co-propriedade com o seu irmão Fernão Peres *Cativo*, no bairro de Galegos.[2835] Tendo em conta todos estes dados, podemos concluir que Fernão Peres *Cativo*, o primeiro dos Soverosa, e seus irmãos seriam filhos de PERO PAIS *ESCACHA* (ou *CATIVO*, por mimetização da alcunha deste famoso magnate), tendo muitos deles permanecido na região de Astorga[2836]. Portanto, do seu casamento com Elvira Nunes de Celanova terão nascido *Sancho Pires da Silva* (IV-5), *Soeiro Pires Torta* (IV-6), *Mor Pires Perna* (IV-7), *Fernão Peres Cativo* (IV-8), *Bermudo Peres Cativo* (IV-9), *Paio Peres Cativo* (IV-10), *Martim Peres Cativo* (IV-11), *Pedro Peres Cativo* (IV-12) e *Álvaro Peres Cativo* (IV-13)[2837].

Por fim, do terceiro casamento de Paio Guterres da Silva com Urraca Rabaldes[2838] nasceu também:

III-4 GONTINHA PAIS DA SILVA, que desposou Pero Hueirez (Ourigues) de Belmir[2839] e, depois, Mendo Afonso de Refóios de Lima[2840], de quem teve descendência.

Hispana (SS. XI-XIII), Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo), pp. 17-68.

[2833] QUINTANA PRIETO, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», pp. 313 e 315.

[2834] CAVERO DOMÍNGUEZ e MARTÍN LÓPEZ (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, Vol. II, doc. 671.

[2835] FERNÁNDEZ FLÓREZ (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, doc. 1284.

[2836] Para mais detalhes sobre esta hipótese veja-se a introdução geral a esta secção do capítulo, onde resumimos com maior clareza esta teoria formulada com base nos dados aduzidos por Inés Calderón Medina.

[2837] A atribuição destes filhos sustenta-se, por um lado, nos dados antes enunciados, e, por outro, na descendência de Pero Pais *Escacha*, proposta pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL58A3), sem esquecer a reconstituição genealógica de Sottomayor-Pizarro sobre os Soverosa (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa).

[2838] Sobre os Rabaldes veja-se VENTURA, «O Elemento Franco em Coimbra…», pp. 89-114.

A quarta geração

Do matrimónio, muito tardio, entre Gomes Pais da Silva I e Urraca Nunes Velho, sua sobrinha-neta, nasceram:

[2839] LL58H2.

[2840] LL58V3. Tal como os Bravães, os senhores de Refóios fizeram gravitar a sua área de influência em torno do antigo mosteiro de Refóios de Riba Lima, atingindo alguma proeminência social apenas durante os séculos XI e XII.

O primeiro protector deste cenóbio familiar seria Afonso Ansemondes, pai de Mendo Afonso de Refóios.

Tudo indica que, ao contrário do que o nobiliário dá a entender, Mendo Afonso terá colaborado com D. Afonso Henriques e participado em S. Mamede, tendo sido premiado com uma importante doação em Refóios e com os cargos de *pincerna* (1134) e de *dapifer* (1136-1154). Em 1154, assumiu funções de tenente de Arouce (Lousã), facto que o terá aproximado ainda mais dos cavaleiros de Coimbra – já que se encontraria na cidade desde de meados de 1131 (sobre os cavaleiros de Coimbra veja-se Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 181-192 e a introdução de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria (eds.), *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, INIC, 1990).

Entretanto, recebeu do rei alguns casais em Coimbra (na qualidade de préstamo), comprou ao cabido desta urbe algumas casas junto à sua Sé, em 1144 (Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa (ed. crítica), *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, doc. 38), e adquiriu propriedades em Pampelido (Matosinhos), que viria a trocar com Braga.

Apesar desta deslocalização, os seus interesses patrimoniais estariam concentrados no vale do Lima, em torno de Refóios, mosteiro para o qual conseguiu carta de couto, atribuída algures entre 1148 e 1154.

No entanto, terá caído em desgraça, já que, na passagem do *Livro de Linhagens* acima referida, se indica que D. Afonso Henriques o cegou e que lhe confiscou os casais que lhe tinha concedido em Coimbra, o que poderá relacionar-se com o facto de ter usurpado alguns bens à sé de Coimbra, por volta de 1178.

Tal como já referimos, o seu casamento com Gontinha Pais da Silva não deixará de ter sido influenciado pela presença do seu tio materno, Pedro Rabaldes, à frente da diocese do Porto.

Deste casamento nasceu Garcia Mendes de Refóios, fidalgo que terá acompanhado a queda em desgraça do seu pai, tendo vivido em Parada (Cepões, Ponte de Lima), lugar onde, juntamente com o seu filho Martim Garcia, construiu uma torre.

Segundo LL58V3, Martim Garcia foi pai de Durão Martins de Parada, patriarca de um grupo familiar que permaneceria ausente da corte até ao reinado de D. Dinis – os principais dados sobre os senhores de Refóios encontram-se resumidos em Mattoso, *Identificação de um País*..., Vol. I, pp. 146-147.

Segundo as inquirições de 1258, Martim Afonso de Refóios, um dos descendentes deste grupo familiar, deu a criar um filho seu em Sanfins da Várzea (Parada, Paredes de Coura), no julgado de Froião – PMH-Inq. 1258, p. 360.

IV-1 MARTIM GOMES DA SILVA I, fidalgo identificado pelos livros de linhagens[2841], que foi pai de *Aldonça Martins de Silva* (V-1), célebre barregã de Afonso IX[2842], e de *Estevaínha Martins da Silva* (V-2),[2843] esposa de Durão

[2841] LL58E3-4.

[2842] Sobre a relação de Aldonça Martins da Silva com Afonso IX veja-se CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 266-270.

Releve-se que, nas várias relações concubinárias do monarca leonês, se manifesta uma certa «predilecção» pelas famílias de origem galego-portuguesa. Com efeito, Afonso IX partilhou o seu leito com Aldonça Martins e com Teresa Gil de Soverosa, duas figuras aparentadas e com origens na fronteira minhota, e com Estevaínha Peres Faião. Analisaremos, adiante, um pouco melhor a biografia destas duas primeiras senhoras, pelo que, aqui, só apresentaremos alguns dos principais dados sobre os Faião.

Estevaínha Peres Faião foi filha Pedro Mendes Faião e neta de Mendo Faião. Este último surge algumas vezes na cúria leonesa entre 1133 e 1164, enquanto que Pedro Mendes fez parte do grupo de cavaleiros que avalizaram o tratado de Boronal de 1219 – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 150, nota 89.

Segundo Calderón Medina, os seus interesses patrimoniais estender-se-iam entre o Baixo Lima e o território português, sendo possível que tenham acompanhado o crescimento de Fernando II na casa dos Nóvoa – CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey…», p. 263.

Através do testamento de Estevaínha percebe-se que os seus bens estariam implantados, especialmente, na sua região natal, onde continuaram situados os seus parentes colaterais – entre estes encontravam-se Mendo e Diogo Faião, cavaleiros que, em 1296, fizeram uma doação ao monarca português (*Idem*, *ibidem*).

Um documento, datado de 1250, permite verificar que tinha património em Entrimo, Lóbios, Moinhos, Qualedro, Trasmiras, em Terra de Bouro e Montalegre, e em Requeixo (em Sanabria). As instituições contempladas nele foram os mosteiros de Celanova, Melón, Fiães (onde desejava ser sepultada) e a basílica de Santo Isidoro de Sevilha – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 150, nota 91.

Em 1211, Afonso IX ofereceu-lhe bens em Ginzo (Xinzo de Límia) e em Vila Maior, herdade que haveria de ser oferecida a Melón em 1249 – *Idem*, *ibidem*, p. 150.

Da sua relação com o monarca leonês nasceu o bastardo Fernando Afonso – CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey…», p. 263.

Depois do fim da sua relação com o seu amante real, Estevaínha casou-se com Rodrigo Soares, fidalgo que seria filho de Soeiro Dias, meio-irmão de Maria Aires de Fornelos – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 148-151. Este matrimónio terá ocorrido por volta de 1246, altura em que o casal surge conjuntamente – CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey…», p. 264.

Em 1249, este casal doou a Melón os seus reguengos de Villamaior e de Ultramonte – *Idem*, *ibidem*.

Desta segunda relação de Estevaínha Faião terão nascido Nuno e Estevaínha Rodrigues – *Idem*, *ibidem* – e Pedro e Estêvão Rodrigues – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 151.

Martins de Riba de Vizela, nobre de inícios do século XIII[2844]. Atendendo à sua ausência do universo documental galego-português e à presença da sua filha primogénita na corte leonesa, podemos presumir que, a exemplo do seu tio Pero Pais *Escacha*, terá passado a sua vida no reino de Leão. Desconhecemos o nome da sua esposa.

IV-2 PAIO GOMES DA SILVA, mencionado, algumas décadas depois da sua morte, nas inquirições de 1288,[2845] que lhe atribuem a propriedade da quintã honrada da Silva, em S. Julião da Silva, no julgado de Valença. Do seu casamento com a galega Maria Fernandes de Dubra (Nóvoa), filha de Fernão Anes de Dubra (ou Urrô), neta do poderoso João Aires de Moeiro (Nóvoa) e bisneta de Aires Calvo da Galiza, nasceram *Gonçalo Pais da Silva* (V-3), *Estêvão Pais da Silva* (V-4) e *Gomes Pais da Silva II* (V-5).[2846] Maria Fernandes encontra-se documentada em 1227, altura em que vende ao mosteiro de Sar vários bens que detinha no bispado de Ourense.[2847] Atendendo à referência das inquirições, podemos presumir que este casal terá vivido na honra/torre da Silva, de onde geririam o seu vasto património transfronteiriço.

IV-3 MARIA GOMES DA SILVA I, esposa de Paio Soares Correia[2848] e, depois, de Rodrigo Afonso de Baião,[2849] *o Merda Assada*, de quem teve descendência. Os seus direitos de padroado sobre o mosteiro de Tibães seriam

---

Devido às suas origens nos Fornelos – seria sobrinho de Maria Aires e, portanto, primo de Martim Sanches –, Rodrigo Soares reuniu bens em Achas, Baleixe e Folgoso, lugares do concelho de A Cañiza, e atingiu a posição de tenente de S. Martinho (1224, 1233, 1236, 1238-1240, 1243-1247 e 1250), Aveleda, Araújo, Mugueimes e *Aquilaris*. Foi também meirinho da Galiza entre 1251 e 1256 – *Idem*, *ibidem*, pp. 150-151.

Atendendo a este contexto, podemos concluir que o prestígio das famílias de duas antigas concubinas régias (Maria Aires de Fornelos e Estevaínha Faião) acabou por se fundir e por se complementar através desta aliança.

[2843] LL58E4-5 e G5.

[2844] Os principais dados sobre Durão Martins de Riba de Vizela encontram-se resumidos em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 539.

[2845] PMH-Inq. 1288, pp. 121-123.

[2846] LL58W4.

[2847] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 110-111.

[2848] LL58AE4.

[2849] LL58AO4.

transmitidos a todos os seus descendentes, fossem eles Velhos ou Teixeiras, ou seja, às filhas nascidas do seu primeiro casamento, ou aos senhores de Resende provenientes do segundo. Esta situação pode ser constatada através da lista de naturais de Tibães de 1315.[2850]

IV-4 e URRACA GOMES DA SILVA, esposa de Gomes Mendes de Briteiros,[2851] de quem teve o célebre rico-homem Rui Gomes de Briteiros[2852], Gonçalo Gomes de Briteiros, vassalo do poderoso Gonçalo Mendes de Sousa II,[2853] e Marinha Gomes de Briteiros, freira de Arouca e Lorvão, que foi barregã de Nuno Martins de Chacim[2854].

Do casamento entre Pero Pais *Escacha* e Elvira Nunes de Celanova terão nascido:

IV-5 SANCHO PIRES DA SILVA, que, segundo os livros de linhagens, foi casado com uma Fruilhe, de quem teve *Mem Sanches da Silva* (V-6).[2855] Não possuímos qualquer outra informação sobre a sua vida.

IV-6 SOEIRO PIRES *TORTA* (DA SILVA), esposo de Fruilhe Viegas de Lanhoso,[2856] linhagem que descendia directamente de Vímara Peres.[2857] Atendendo ao contexto familiar de SOEIRO PIRES, podemos presumir que esta aliança visaria uma nova injecção de sangue e prestígio dos descendentes da velha aristocracia condal no cerne de uma das linhas principais dos Silva. Portanto, não é de estranhar que desta união tenham nascido *Estêvão Soares da*

[2850] No caso específico dos Resende veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 299.

[2851] LL58AD4.

[2852] A sua carreira transfronteiriça, muito relacionada com os projectos políticos dos Sousa após o conflito de 1211, encontra-se retratada em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 30-31.

[2853] LD6AU7.

[2854] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.11.- Briteiros-Sousa.

[2855] LL58A4.

[2856] LL58B4.

[2857] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 735.

Silva (V-7), arcebispo de Braga, e as suas irmãs *Teresa Soares da Silva* (V-8) e *Estevaínha Soares da Silva* (V-9).[2858] Nada mais sabemos sobre a sua vida.

IV-7 MOR PIRES *PERNA* (DA SILVA), esposa do magnate fronteiriço Nuno Soares Velho II,[2859] de quem teve descendência.

IV-8 FERNÃO PERES *CATIVO* (SOVEROSA), um dos principais apoiantes de D. Afonso Henriques desde os inícios do seu reinado. As suas primeiras aparições datam de 1128-1129, tendo ascendido quase imediatamente à alferesia (1129-1137) e à mordomia (1146-1159), após a morte de Egas Moniz. No que toca a cargos de governo territorial, foi tenente de Viseu (1132-1145), Oliveira do Hospital (1145) e de Lafões (1152). Em 1133 recebeu de D. Afonso Henriques a vila de Moçâmedes, no concelho de Vouzela.[2860] Aparentemente, a confiança depositada em FERNÃO PERES tê-lo-á convertido no principal responsável pela defesa da fronteira beirã. Tudo indica que esta proximidade, quase familiar, em relação ao Infante não terá gerado qualquer antagonismo por parte das restantes linhagens fundacionais, talvez por força da predominância política e antiguidade da sua família. Apesar da sua ambígua filiação no conde Gomes de Sobrado, referida pelos nobiliários,[2861] os estudos sobre as suas origens familiares nunca levaram a um consenso pleno entre os especialistas. Enquanto José Mattoso advogou uma origem Trava (em Pedro Froilaz),[2862] outros, seguindo Salazar y Castro, apontaram para os Lara (através de uma re-

[2858] LL58B4.

[2859] LL58D4.

[2860] Sobre as últimas linhas veja-se Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 173-174; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 803.

[2861] LL25A1. Nas próximas páginas iremos articular novamente os argumentos que, com base nas informações de Inés Calderón Medina (Inés Calderón Medina, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo), pp. 17-68), nos levaram a radicar a origem dos Soverosa e Cativos de Astorga (que seguem) nos Silva, através de Pero Pais Escacha/Cativo e dos seus pais, Paio Guterres da Silva e da sua provável esposa leonesa Fronilde Ovéquiz (Muñoz), na introdução da nossa secção 2.2.

[2862] Mattoso, *D. Afonso Henriques*, pp. 72-74. Mattoso baseia-se nesta última passagem para esboçar a teoria de que este seria um filho bastardo do conde Pedro Froilaz de Trava, explicando que o erro no patronímico e na identificação do célebre conde de Sobrado advinha de uma troca com Gomes Gonçalves, neto de Fernão Peres de Trava que governou os seus senhorios galegos entre 1166 e 1208. Na sua opinião, a permanente utilização da alcunha seria um sinal desta bastardia.

lação ilegítima entre a rainha D. Urraca e Pedro Gonçalves de Lara, que deu origem a um homónimo seu de apelido *Furtado)*[2863] ou, até, para os Noreña[2864]. Todavia, Inés Calderón Medina deparou-se com novos dados que, em nossa opinião, apontam para a sua filiação em Pero Pais *Escacha/Cativo*, filho de Paio Guterres da Silva e da leonesa Fronilde Ovéquiz. Aproveitamos para agradecer, desde já, a colaboração da Doutora Inés Calderón, por nos ter permitido a utilização das informações presentes na sua inovadora monografia sobre os Soverosa.[2865] Segundo esta autora, a chave deste enigma estará na forma como D. Afonso Henriques conferiu ao *Cativo* a tenência de Astorga em 1143,[2866] cuja posse terá sido negociada durante o tratado de Zamora, respeitando os direitos senhoriais que D. Henrique tinha conquistado nesta região. Nesta tarefa, FERNÃO PERES terá sido auxiliado por João Rana (João Viegas «*Ranha*» de Baião), um parente próximo dos Velhos e Azevedos, e por um Paio *Cativo*. Anos mais tarde, em 1156,[2867] FERNÃO PERES voltaria a reaparecer à frente do governo da cidade, juntamente com D. Ramiro Froilaz.[2868] A influência dos Soverosa nesta região acabou por perdurar no tempo, já que Vasco Fernandes de Soverosa, aquando do seu exílio em Leão (1186-1194), governou, entre outras, a tenência de Astorga, lugar onde, em 1187, recebeu um solar, com as suas dependências urbanas, e a aldeia de Valdeorras (Ourense).[2869] Por outro lado, também sabemos que Vasco Fernandes foi detentor de património na terra de Sobrado, que concedeu ao seu cenóbio após várias disputas.[2870] Várias gerações depois, Dórdia Gil de Soverosa ainda mantinha património junto a

[2863] SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Lara*, T. I, Cap. XIII, pp. 102-105. Segundo ele, o *Cativo* seria o seu homónimo Fernão Furtado.

Aproveitando esta hipótese, Salazar y Acha aventou que esta figura (Fernão Furtado/*Cativo*) terá sido o mordomo homónimo de Afonso VII, documentado entre 1156 e 1157 – SALAZAR Y ACHA, *La Casa del Rey de Castilla y León…*, pp. 170-171 e 372. Mais recentemente, Sottomayor-Pizarro também adoptaria esta mesma hipótese – SOTTOMAYOR-PIZARRO, «De e Para Portugal…», pp. 889-924 e 916.

[2864] Já que em LD1B3 é identificado como Fernão Álvares, ou seja, é confundido com um dos membros da prole do conde D. Álvaro das Astúrias.

[2865] Inés CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*.

[2866] TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes Nobiliarios…*, p. 465.

[2867] *Idem*, *ibidem*, p. 466.

[2868] CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, p. 40.

[2869] O exílio leonês de Vasco Fernandes de Soverosa encontra-se analisado em CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 14-15.

Ponferrada.[2871] No entanto, se observarmos com atenção a documentação oriunda de Astorga e do Bierzo, vamos encontrar vários *Cativos*[2872], irmãos de FERNÃO PERES. Em 1124, os irmãos Pedro, Bermudo, Martim e Paio Peres, filhos de Pero Pais, restituem ao mosteiro de Zamudia bens que lhe tinham sido usurpados.[2873] Em 1135,[2874] na catedral de Astorga, Paio e Bermudo Peres voltaram a ressarcir este cenóbio, identificando-se como filhos de Pero Pais *Cativo*. Para além do auxílio que prestou a FERNÃO PERES durante o tempo em que governou Astorga, Paio Peres *Cativo* confirmou vários diplomas bercianos desde 1136[2875] e emergiu algumas vezes na corte de Fernando II, tendo-se casado com uma Teresa Garcia. Em 1145[2876] vendeu uma herdade que tinha no bairro de Galegos a Sahagún, identificando-se como irmão do nosso FERNÃO PERES *CATIVO* e filho de Pero Pais. Atendendo a estas circunstâncias, podemos perceber que Pero Pais *Cativo* terá governado Astorga em nome de FERNÃO PERES *CATIVO*, enquanto este regressou a Portugal. Recuando à geração anterior, Calderón Medina conseguiu apurar que Pero Pais[2877] foi filho de Fronilde Ovéquiz, uma Muñoz, e do seu primeiro marido, D. Paio.[2878] Segundo a autora, a procedência materna de Pero Pais «Cativo», pai de FERNÃO PERES *CATIVO*, na prestigiada linhagem castelhano-leonesa dos Muñoz terá permitido que este acedesse aos círculos aristocráticos portugueses que, como Pero Pais Escacha ou Gomes Nunes de Pombeiro, acompanharam D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques nos seus litígios/entendimentos com a coroa leonesa e nos seus projectos para a região astorgana, facilitando assim a sua imediata

[2870] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 175; Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 15.

[2871] Calderón Medina, *Los Soverosa…*, p. 41.

[2872] Sobre estas figuras seguiremos os dados apresentados em Calderón Medina, *Los Soverosa…*, pp. 41-49.

[2873] Quintana Prieto, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», pp. 313 e 315.

[2874] Cavero Domínguez e Martín López (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, Vol. II, doc. 671.

[2875] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, docs. 677 e 703.

[2876] Fernández Flórez (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, doc. 1284.

[2877] Seguiremos os dados sobre Pedro Pais Cativo apresentados por Calderón Medina, *Los Soverosa…*, pp. 49-65.

[2878] Fernández Flórez (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, docs. 1091, 1092 e 1094. Calderón Medina, *Los Soverosa…*, pp. 49-50.

ascensão dentro da corte portuguesa durante os tumultuosos finais da década de 1120[2879]. Contudo, em nenhum momento Inés Calderón Medina avança uma identificação assertiva sobre as origens familiares do marido de Fronilde Ovéquiz, debruçando-se, acima de tudo, sobre as mais-valias que foram transmitidas a FERNÃO PERES CATIVO pelas origens maternas de Pero Pais «Cativo» e como estas jogaram a seu favor na sua ascensão social. Na verdade, somos da opinião que Pero Pais «Cativo» terá sido o Pero Pais de Portugal que surge na corte da rainha D. Urraca em 1116,[2880] personagem que, atendendo ao topónimo que lhe é associado, deverá ter tido alguma relevância na cúria portucalense. Portanto, o candidato mais provável seria Pero Pais da Silva, *o Escacha*, o mais proeminente dos filhos de Paio Guterres da Silva. Este ostentou a mordomia dos condes portucalenses em 1105 e foi sucedido por Gomes Nunes de Pombeiro (ou Celanova) em 1112.[2881] Possíveis oscilações nos equilíbrios da corte portucalense e as oportunidades criadas pela guerra de Urraca contra o *Batalhador* levaram a esta migração de Pero Pais, que apenas ganhou maior visibilidade no ano de 1116.[2882] Note-se que Calderón Medina expõe uma explicação própria para o equívoco apresentado pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que identifica FERNÃO PERES CATIVO como filho do conde Gomes de Sobrado, associando esta última personagem ao conde Gomes Dias de Carrión (Banu Gómez), já que Fernando Fernandes de Toro, segundo esposo da Infanta D. Elvira (irmã de D. Teresa da Portugal), seria neto deste conde (por via materna) e figura próxima de FERNÃO PERES CATIVO e dos seus irmãos.[2883] Contudo, pensamos que este erro aponta novamente para os Silva, e não para os Muñoz, visto que Pero Pais Escacha foi esposo de Elvira Nunes, filha do conde Nuno Vasques de Celanova. Assim sendo, Pero Pais Escacha/Cativo seria cunhado do conde Gomes Nunes de Pombeiro (ou Celanova) e, por isso, este último seria tio de FERNÃO PERES CATIVO. Portanto, consideramos que, atendendo à carreira externa de Pero Pais, será possível que FER-

[2879] CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 50-68.

[2880] FERNÁNDEZ FLÓREZ (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, doc. 1195.

[2881] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros…*, pp. 117-118.

[2882] Mas a autora não descarta liminarmente esta possibilidade, enfatizando que a presença de Pero Pais Escacha na corte de D. Urraca, entre 1110 e 1116, a levou, também, a pensar nessa associação entre as duas figuras, que, por falta de indícios documentais suplementares, acabaria por abandonar (CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, p. 49, nota 151).

[2883] CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, p. 58.

NÃO PERES tenha sido criado pelo seu tio Gomes Nunes (o conde D. Gomes referido no livro de linhagens) e que a identificação deste com Sobrado se prenda com a sua esposa, Elvira Peres de Trava, filha do conde Pedro Froilaz de Trava e irmã de Fernão e Bermudo Peres de Trava, de quem terá recebido direitos de padroado e bens na terra de Sobrado, justificando assim a sua menção como «conde de Sobrado». No fundo, este emaranhado de relações familiares terá escapado aos genealogistas medievais devido à carreira transfronteiriça do *Escacha* e de muitos dos seus descendentes. Por outro lado, as permutas transfronteiriças de Paio Guterres da Silva e de Pero Pais Escacha/Cativo também podem ter potenciado um outro erro nos livros de linhagens, já que estes identificam Sancha Anes de Montor (filha de João Ramires e irmã de Fernando Anes de Montor, pai de Paio Curvo de Toronho) como mãe de Pero Pais e de Gomes Pais da Silva, atribuindo-lhe dois nomes próprios distintos (Teresa e Sancha). Neste contexto, somos da opinião que Paio Guterres da Silva terá casado com Sancha Anes, com o propósito de reforçar a sua presença na fronteira galego-portuguesa, e que a sua possível união a Fronilde Ovéquiz terá visado um engrandecimento da sua posição em Leão, território de onde os Silva seriam oriundos. Por isso, não é de todo improvável que Gomes Pais tenha nascido da relação com Sancha Anes e que Pero Pais tenha sido realmente filho de Fronilde Ovéquiz. No entanto, o único diploma que liga directamente FERNÃO PERES *CATIVO* aos Silva é a carta de couto do mosteiro de S. Salvador da Torre, outorgada em 1129, já que, ao confirmar este documento, avalizou a dotação de um cenóbio do qual seria natural, através do seu avô Paio Guterres da Silva, e o principal acto compensatório de D. Afonso Henriques em relação ao serviço prestado pelos Silva à sua causa. Todas estas circunstâncias levam-nos a pensar que a raiz do prestígio interno e externo dos Soverosa se devia à sua ascendência nos Silva e, especificamente, à carreira pública transfronteiriça de Pero Pais *Escacha*. Assim sendo, também é lícito pensar que os Soverosa terão conseguido capturar a primazia dentro da família, relegando todos os outros ramos dos Silva, estabelecidos em Portugal, para um patamar secundário, visível na forma como foram adoptando diversas alcunhas, como *Torta*, *Perna*, *Petite* ou *Queixada*, e como permaneceram na obscuridade ao longo de boa parte dos séculos XII e XIII. Do matrimónio de FERNÃO PERES *CATIVO* com uma desconhecida nasceram *Vasco Fernandes de Soverosa* (V-10) e *Nuno Fernandes de Soverosa* (V-11).[2884]

[2884] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa. Segundo Inés Calderón Medina, Fernão Peres Cativo também terá tido um

IV-9 BERMUDO PERES *CATIVO*[2885], surge em 1124 e 1135, ressarcindo o mosteiro de Zamudia, juntamente com alguns dos seus irmãos, devido a algumas usurpações cometidas pela sua família.[2886]

IV-10 PAIO PERES *CATIVO*, irmão de Fernão Peres *Cativo*, que o coadjuvou na governação da tenência de Astorga, em 1143, e que ressarciu o mosteiro de Zamudia, em 1124 e 1135.[2887] Sabemos que confirmou vários diplomas bercianos desde 1136,[2888] entre os quais se encontra um documento da Infanta D. Elvira, filha de Afonso VI e senhora de Cabreira e Ribeira, datado de 1141.[2889] Em 1145 vendeu a Sahagún uma herdade que tinha no bairro de Galegos, identificando-se como irmão de Fernão Peres *Cativo* e filho de Pero Pais.[2890] Casou com uma Teresa Garcia, mas não sabemos se teve filhos.

IV-11 MARTIM PERES *CATIVO*, documentado com os seus irmãos em 1124[2891] e na corte de D. Afonso Henriques, em 1166.[2892]

IV-12 PEDRO PERES *CATIVO*, também documentado em 1124, juntamente com os seus irmãos, na escritura em que indemnizam Zamudia, por usurpações que cometeram.[2893]

---

outro filho, de nome Rodrigo Fernandes Cativo, que, apesar da sua ausência dos nobiliários, levou a cabo a sua vida pública na esfera castelhano-leonesa (Calderón Medina, *Los Soverosa*..., pp. 69-76).

[2885] Os dados que se seguem sobre os «Cativos» de Astorga, na nossa opinião, descendentes de Pero Pais Escacha e, por isso, de Paio Guterres da Silva e de Fronilde Ovéquiz, encontram-se dispersos por Calderón Medina, *Los Soverosa*..., pp. 17-68.

[2886] Quintana Prieto, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», pp. 313 e 315; Cavero Domínguez e Martín López (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, Vol. II, doc. 671.

[2887] Quintana Prieto, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», pp. 313 e 315; Cavero Domínguez e Martín López (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, Vol. II, doc. 671; Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*..., p. 465.

[2888] Cavero Domínguez e Martín López (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, Vol. II, docs. 677 e 703.

[2889] Cavero Domínguez e Martín López (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, Vol. II, doc. 703.

[2890] Fernández Flórez (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, doc. 1284.

[2891] Quintana Prieto, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», pp. 313 e 315.

[2892] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 803.

IV-13 e ÁLVARO PERES *CATIVO*, alferes-mor na cúria portuguesa entre 1142 e 1145.[2894]

A quinta geração

De Martim Gomes da Silva I nasceram:

V-1 ALDONÇA MARTINS DA SILVA[2895], barregã de Afonso IX entre 1214 e 1218, de quem teve descendência. Apesar de não sabermos exactamente quando chegou a Leão, é possível que tivesse feito parte do séquito da Infanta D. Teresa, esposa de Afonso IX, que se assentou neste reino em 1191, ou, até, que já tivesse passado pelo reino anteriormente, na companhia do seu pai. Nestes primeiros anos terá encetado uma relação com um jovem aristocrata (galego ou leonês) de nome João, de quem teve um filho chamado Fernando Anes. Pouco tempo depois partilhou o seu leito com o monarca leonês, de quem teve os bastardos régios Rodrigo Afonso, Teresa Afonso e Aldonça Afonso. Esta sua relação terá acabado por volta de 1218, altura em que Afonso IX principiou o seu romance com a sua parente Teresa Gil de Soverosa. ALDONÇA MARTINS viria a casar com Diogo Froilaz, filho do conde Froila Ramires. Ao que parece, esta união terá sido apadrinhada pelo monarca, já que concedeu ao casal várias propriedades em Pesquera e Villamarín (na Galiza). Segundo Inés Calderón Medina, este apadrinhamento poderá estar relacionado com a necessidade que Afonso IX teve em se aproximar de alguns dos seus principais magnates, com o propósito de consolidar um partido interno que se opusesse a uma sucessão através de Fernando III. Quanto ao seu património, sabemos que os seus bens em Pesquera e Villamarín foram alvo de litígio por Fernando III, em 1230, e que, em 1232, os voltou a devolver, nas mesmas condições em que Afonso IX os tinha doado. Através do seu casamento, ganhou bens em Quintana de Rueda e Narayola, no Bierzo. Em 1236 doou várias propriedades ao mosteiro de Carracedo, numa altura em que os seus filhos tidos com Diogo Froilaz ainda seriam menores e em que Fernando Anes já seria maior. Estes filhos foram Ramiro Dias, San-

[2893] Quintana Prieto, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», pp. 313 e 315.

[2894] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 803.

[2895] Os principais dados sobre a vida de Aldonça Martins da Silva encontram-se resumidos em Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 266-270. Artigo que seguiremos.

cha Dias, Estevaínha Dias e Urraca Dias, que, segundo um documento de 1242, herdaram os bens da sua mãe em Quintana de Rueda. Tudo indica que ALDONÇA MARTINS terá tido um papel bastante activo na política matrimonial da sua descendência, já que esta gravitou sempre em torno dos interesses da coroa. Rodrigo Afonso casou com Inês Rodrigues de Valduerna, uma sobrinha do seu padrasto, de quem teve descendência. Por sua vez, Teresa Afonso casou com Nuno de Lara, *o Bom*, e Aldonça Afonso com Pedro Ponce de Cabrera.[2896]

V-2 e ESTEVAÍNHA MARTINS DA SILVA, esposa de Durão Martins de Riba de Vizela, figura documentada nos inícios do século XIII e de quem teve descendência.[2897]

Da união entre Paio Gomes da Silva e a galega Maria Anes de Dubra (ou Duvra) nasceram:

V-3 GONÇALO PAIS DA SILVA, de quem nada sabemos.[2898]

[2896] Cfr. nota anterior.

Importa assinalar que, apesar das suas origens bastardas, Rodrigo Afonso transformou-se numa das figuras centrais dos reinados de Fernando III e Afonso X, quer pela sua influência política (pois parece ter tomado as rédeas do grupo que sustentou o governo dos últimos anos de Afonso IX), quer pela sua fortuna pessoal.

Porém, o nobiliário do conde D. Pedro preferiu enfatizar os seus feitos de armas, quer contra inimigos cristãos quer contra os muçulmanos: *«E o sobredito dom Rodrigo Afonso, filho d'el rei dom Afonso de Leom, de gaança, e de dona Aldonça Martiiz da Silva, que dissemos, foi mui boo cavaleiro d'armas e muito honrado homem e de grande entendimento, e teve mui gram terra e mui gram contia, e houve muitos e boos vassalos. E este Rodrigo Afonso, seendo com dom Estevam Fernandez de Castro, que depois foi seu genro, muito pequeno, filhou-lhe toda a terra e herdade que havia dom Andreu Fernandez, seu irmão maior. E foi aló dom Rodrigo Afonso e levou o moço consigo e lidou com Andreu Fernandez, e vence-o e tomou-lhe toda a terra e herdade e entregou-a toda ao moço. E este dom Rodrigo Afonso foi mui bem-andante muitas vezes contra os mouros, seendo adiantado da fronteira. E este dom Rodrigo Afonso e dom Nuno, o Boo, que era ainda mui mancebo, lidarom ambos com o ifante dom Anrique, e eram ambos cabedees, e vencerom-no a par de Mouram. E dom Nuno esteve com os dianteiros, e dom Rodrigo Afonso aparou a lide e esteve ante os seus, mandando-os. E este dom Rodrigo Afonso filhou o crasto de Beena, Alanque e Cofeiros aos Mouros.»* – LL58E6. O seu genro seria Nuno de Lara e não Estêvão Fernandes de Castro.

[2897] LL58G5.

[2898] LL58W4.

V-4 ESTÊVÃO PAIS DA SILVA, de quem, também, não possuímos qualquer informação.[2899]

V-5 e GOMES PAIS DA SILVA II, que foi criado na freguesia de Cristelo (concelho de Paredes de Coura, julgado de Froião).[2900] Através dos seus casamentos percebemos que terá vivido entre a fronteira galego-minhota e a corte, já que casou com a galega Maria Rodrigues de Caldelas e Montenegro,[2901] filha de Rodrigo Rodrigues de Caldelas e Montenegro, referido como tenente de Caldelas em 1275,[2902] e, depois, com Mécia Martins Dade, filha do alcaide de Santarém Martim Dade e da sua esposa Sancha Fernandes de Seabra (ou Sanabria).[2903] Apesar das suas origens distintas, as famílias das suas duas esposas encontram-se documentadas no Alto Minho, através de Martim Dade, que honrou ilegalmente alguns casais em Duas Igrejas (concelho de Vila Verde, no julgado de Penela),[2904] e de um parente afastado de Maria Rodrigues, Martim Lourenço de Caldelas, que, segundo as inquirições de 1307-1311,[2905] teve uma quintã em Calheiros, no julgado de Ponte de Lima. Do seu primeiro casamento com Maria Rodrigues nasceram *Martim Gomes da Silva II* (VI-1), *Gonçalo Gomes da Silva I* (VI-2) e *Sancha Gomes da Silva* (VI-3),[2906] e da sua união com Mécia Martins Dade nasceram *João Gomes da Silva I* (VI-4), *Maria Gomes de Silva II* (VI-5) e *Aldonça Gomes da Silva* (VI-6).[2907]

Do casamento entre Sancho Pires da Silva e D. Fruilhe nasceu:

[2899] LL58W4.

[2900] PMH-Inq. 1288, pp. 92-93.

[2901] LL58W5.

[2902] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, p. 396.

[2903] LL58AA5. A carreira de Martim Martins Dade I (1246-1290) desenvolveu-se quase exclusivamente no ambiente cortesão do sul de Portugal, tendo sido alcaide de Santarém (1249-1284), corregedor dos feitos do Reino (1276-1278) e membro do conselho régio (1281-1282). Apesar de ter tido vários bens em Ourém, na Chamusca, no Cartaxo e em Santarém, foi também senhor de alguns bens em Vila Verde, Guimarães, Felgueiras e Vila Real – Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 651-654; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 1060-1062.

[2904] PMH-Inq. 1258, p. 400.

[2905] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 12v.

[2906] LL58W5.

[2907] LL58AA5.

V-6 MEM SANCHES DA SILVA, esposo de Maria Soares de Belmir, de quem teve *Nuno Mendes Queixada* (VI-7), *Estêvão Mendes Petite* (VI-8), *Pero Mendes da Silva* (VI-9), *o Bel Pastor*, e *Maria Mendes da Silva* (VI-10).[2908] Não possuímos qualquer outro dado sobre a sua vida.

Do casamento entre Soeiro Pires *Torta* (Silva) e Fruilhe Viegas de Lanhoso nasceram:

V-7 ESTÊVÃO SOARES DA SILVA, arcebispo de Braga (entre 1213 e 1228), foi criado em S. Pedro de Portela (concelho de Amares, no julgado de Entre-Homem-e-Cávado).[2909] Ficou conhecido pelas suas medidas de reforço da autoridade temporal e espiritual bracarense e pela defesa intransigente das liberdades e privilégios clericais, contra a política centralista de D. Afonso II.[2910] Esta batalha, que se espalhou por várias dioceses, através de inúmeros incidentes que opuseram diversos poderes laicos e eclesiásticos, teve o seu epílogo no acordo de 1223 celebrado entre D. Sancho II e o clero português, representado pelo seu metropolita. No fundo, este tratado pôs fim aos ataques e abusos cometidos contra bens e homens da igreja e reiterou as constantes promessas régias de defesa dos seus direitos e privilégios. Importa assinalar que estes conflitos foram perfeitamente simétricos (e, em certa medida, miméticos) ao crescimento de um movimento senhorial, que visava a destruição da política centralista de D. Afonso II e, possivelmente, a sua deposição. Este grupo manifestou as suas intenções logo em 1211, na guerra civil gerada pela recusa de D. Afonso II em entregar às suas irmãs os legados territoriais que lhes haviam sido atribuídos, em testamento por seu pai. Muitos dos simpatizantes deste movimento acabaram por se exilar em Leão, onde conseguiram recolher múltiplos apoios entre a aristocracia local e do próprio monarca, o qual, para além de ser ex-marido de uma das afectadas, a rainha D. Teresa, vinha mantendo relações amorosas com duas senhoras portuguesas, Aldonça Martins da Silva e Teresa Gil de Soverosa, parentes de ESTÊVÃO SOARES DA SILVA. Portanto, esta sua luta contra a coroa e os poderes laicos acabava por ser complementar aos interesses políticos do seu grupo fa-

[2908] LL58I5.

[2909] PMH-Inq. 1288, p. 391.

[2910] Sobre os confrontos entre o estamento eclesiástico e nobiliárquico e a coroa veja-se ANTUNES, OLIVEIRA e MONTEIRO, «Conflitos Políticos no Reino de Portugal…», pp. 25-160.

miliar. Importa assinalar também que, apesar das suas múltiplas obrigações, ESTÊVÃO SOARES DA SILVA manteve sempre alguma proximidade em relação ao seu círculo familiar mais íntimo. Tomemos como exemplo a doação que fez em 1228[2911] ao seu sobrinho João Pires de Vasconcelos, filho da sua irmã Teresa Soares da Silva, da sua herdade de Vasconcelos (que tinha comprado à sua irmã Estevaínha Soares da Silva), de metade de uma herdade de Sobradelo, de uma outra que tinha comprado nesse lugar e de uma herdade em Silveiros, na condição de que o seu usufruto vitalício se mantivesse nas mãos da sua mãe, e, ainda, o padroado da igreja de S. Paio de Besteiros.[2912]

V-8 TERESA SOARES DA SILVA, esposa de Pero Martins de Vasconcelos, de quem teve descendência.[2913] Tal como vimos no texto anterior, TERESA SOARES e a sua descendência mantiveram uma relação muito próxima com Estêvão Soares da Silva, que terá alavancado a sua ascensão social. Todavia, a relação entre os Silva e Vasconcelos seria bem mais profunda, já que, segundo Mário Barroca, a torre de Vasconcelos (em Ferreiros, Amares) seria parte do património dos primeiros e que esta terá chegado às mãos dos segundos justamente através do casamento de TERESA SOARES com Pero Martins[2914]. Assim se pode compreender de que forma os Vasconcelos, um dos ramos dos senhores de Cabreira e Ribeira (estirpe leonesa radicada em Portugal desde os inícios do século XII)[2915], também foram herdeiros do poder e prestígio dos Silva.

V-9 e ESTEVAÍNHA SOARES DA SILVA, esposa de Martim Fernandes de Riba de Vizela,[2916] de quem teve descendência. Segundo o documento que

[2911] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. I, pp. 368-369; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 828.

[2912] Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. I, pp. 368-369; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 828.

[2913] LL58C5.

[2914] Mário Jorge Barroca, «Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na Região de Amares», Sep. da *Revista de História*, IX (1989), pp. 30-41; Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 825-826.

[2915] Veja-se Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos XII-XIV)».

[2916] LL58E5.

citámos anteriormente, esta também foi herdada em Vasconcelos.[2917] Tudo indica que D. ESTEVAÍNHA terá sido ama de D. Sancho II. Resta dizer que chegou até nós o seu testamento, datado de 1214.[2918]

De Fernão Peres *Cativo* (Soverosa) nasceram:[2919]

V-10 VASCO FERNANDES DE SOVEROSA[2920], foi mordomo do Infante D. Sancho, em 1176, mordomo-mor, entre 1179 e 1186, e tenente de Basto, entre 1167 e 1186, cargo a que terá chegado por via do seu casamento com Teresa Gonçalves de Sousa, filha de Gonçalo Mendes de Sousa I. Esta união terá proporcionado, por outro lado, a posse de várias propriedades provenientes dos Sousa, como a própria honra de Soverosa e várias herdades na terra de Aguiar de Sousa. Para além destas, possuiu outro património em Antuã e Rabaçal (nos concelhos de Estarreja e Penela, respectivamente). A sua substituição na mordomia e tenência de Basto terá criado vários atritos com os Sousa e com a coroa, que ditaram a sua saída para Leão, onde permaneceu entre 1186 e 1194 e granjeou as tenências de Zamora, Beriz, Astorga, Límia e Bierzo. Em 1187 recebeu do monarca leonês uma casa em Astorga, com todas as suas dependências urbanas, e pouco tempo depois a vila de Valdeorras (Ourense), como recompensa pelos serviços prestados e pelos bens que perdeu em Portugal. Por via das suas origens familiares, foi, também, detentor de bens na terra de Sobrado (Galiza), que deixou ao seu mosteiro, depois de alguns litígios. Segundo as inquirições de 1288, Constança Gil de Riba de Vizela, esposa de João Gil de Soverosa, honrava dois casais em Santa Cristina de Nogueira (Lousada), que foram de VASCO FERNANDES DE SOVEROSA, e que lhe permitiam honrar também as freguesias de Aveleda e Silvares.[2921] Pelo que sabemos, Regressado a Portugal em 1194, VASCO FERNANDES

[2917] VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. I, pp. 368-369; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 828.

[2918] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 538-539.

[2919] Para além dos dois filhos que agora lhe apontamos, Inés Calderón Medina atribui-lhe um outro, de nome Rodrigo Fernandes Cativo, estabelecido na esfera castelhano-leonesa, onde levou a cabo a sua vida pública (CALDERÓN MEDINA, *Los Soverosa…*, pp. 69-76).

[2920] Recentemente, a carreira transfronteiriça de Vasco Fernandes foi novamente analisada por CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 14-15; sendo que tentaremos resumir os dados apresentados neste trabalho.

[2921] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 813, nota 68.

morreria pouco tempo depois. Do seu casamento com Teresa Gonçalves de Sousa nasceram *Martim Vasques de Soverosa I* (VI-11), *Gil Vasques de Soverosa I* (VI-12), *Elvira Vasques de Soverosa I* (VI-13), *Alda Vasques de Soverosa* (VI-14) e *Urraca Vasques de Soverosa* (VI-15).[2922]

V-11 e NUNO FERNANDES DE SOVEROSA, alferes de Portugal em 1169.[2923]

A sexta geração

Do primeiro casamento de Gomes Pais da Silva II com Maria Rodrigues de Caldelas e Montenegro nasceram:

VI-1 MARTIM GOMES DA SILVA II, fidalgo que, de acordo com as inquirições de 1258, recebeu de um foreiro de Cornes (concelho de Cerveira) uma herdade, a fim de a defender e honrar.[2924] Surge, trinta anos depois, num documento do mosteiro de Oia,[2925] já na qualidade de escudeiro, a doar a uma Sancha Peres, que recebeu por mulher, a sua herdade no lugar de Guilhade, em S. Julião da Silva (Valença). Atendendo a que esta relação não lhe é atribuída pelos livros de linhagens,[2926] podemos presumir que terá sido uma barregania, da qual não teve filhos. Da sua relação com Teresa (ou Sancha) Garcia de Seabra (ou Sanabria)[2927] nasceram *Aires Gomes da Silva I* (VII-1), *o Velho*, *Aldonça Rodrigues da Silva* (VII-2), *Maria Rodrigues da Silva* (VII-3) e *Joana Martins da Silva* (VII-4).[2928]

[2922] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

[2923] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 804.

[2924] PMH-Inq. 1258, p. 351.

[2925] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1808, doc. 8.

[2926] LL58W6.

[2927] É referida como Sancha numa entrada, algo duvidosa, do Livro do Deão (LD18A6) e como Teresa em LL58W6. A razão do nosso descrédito desta primeira passagem prende-se com o facto de filiar em Martim Gomes um Diogo Gomes de Seabra, que nos parece ser um parente colateral da sua esposa e não seu filho.

[2928] A partir deste momento, correspondente a gerações que viveram nos finais do século XIII e inícios do XIV, combinaremos os dados genealógicos sobre os Silva presentes nos nobiliários com a proposta de reconstituição de Fernandes, *O Reinado de D. Fernando*…, p. 179.

Nesta cronologia, em que os Silva começaram a voltar à ribalta do mundo cortesão, começamos a notar claramente o desfasamento etário provocado pelo casamento tardio de Go-

VI-2 GONÇALO GOMES DA SILVA I, a quem os livros de linhagens atribuem, contraditoriamente, um casamento com uma filha de Pero Rodrigues de Cervadelos, de quem teve descendência, ou nenhum casamento e nenhum filho.[2929] Todavia, como não se revela, porém, na documentação, com qualquer descendente, somos levados a crer que estamos perante um erro, possivelmente gerado pela sua homonímia com alguns dos seus parentes. Em suma, não sabemos se casou nem se teve filhos.

VI-3 e SANCHA GOMES DA SILVA, que terá sido esposa de Martim Anes da Cunha (segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[2930]) ou de Martim Anes de Azevedo (segundo o *Livro do Deão*[2931]), do qual, seguramente, teve descendência.

Do segundo casamento de Gomes Pais da Silva II com Mécia Martins Dade nasceram:

VI-4 JOÃO GOMES DA SILVA I, esposo de Senhorinha Álvares Redondo de Sequeira, filha de Martim Redondo da Beira,[2932] e, depois, de Leonor Afonso, filha de D. Afonso, clérigo de Évora, e de Constança Gil de Jolda.[2933] Do primeiro casamento nasceu *Aires Gomes da Silva II* (VII-5), *o Moço*, e do segundo *Gonçalo Gomes da Silva II* (VII-6).[2934] Atendendo a este contexto familiar, podemos presumir que terá marcado presença na corte portuguesa,

---

mes Pais da Silva I com a sua sobrinha-neta (Urraca Nunes Velho, filha de Mor Pires *Perna*), já que os descendentes de Gomes Pais da Silva II já parecem levar mais de sessenta anos de avanço em relação aos seus parentes colaterais, provenientes dos Soverosa ou dos restantes filhos de Pero Pais *Escacha*. Ou seja, os últimos Soverosa, por exemplo, pertencerão à mesma geração de figuras, vindas deste Gomes Pais, que atingiram a sua maioridade social nos reinados de D. Fernando ou, até, nos primeiros anos de D. João I.

A ignorância das circunstâncias do casamento de Gomes Pais da Silva I, as constantes homonímias na sua linha e a escassa documentação sobre os Silva até finais do século XIII, terão impedido vários investigadores de levarem a cabo uma reconstituição integral e correcta desta casa ou de constatarem esta verdadeira bizarria biológica.

[2929] LL58X6 e LL58Z6.

[2930] LL58W5.

[2931] LD18B6.

[2932] LL34I4 e LL58AA6 (onde a confundem com Senhorinha Martins Redondo, também ela casada com um Silva).

[2933] LL58AA6 e LL58AC6.

[2934] LL58AA6.

onde terá estabelecido fortes laços com outras linhagens originárias do Alto Minho, como os Redondo e Jolda.

VI-5 MARIA GOMES DA SILVA II, abadessa de Almoster.[2935]

VI-6 e ALDONÇA GOMES DA SILVA, freira de Almoster, que manteve uma relação ilegítima com Gil Vasques Peixoto.[2936]

Do casamento entre Mem Sanches de Silva e Maria Soares de Belmir nasceram:

VI-7 NUNO MENDES *QUEIXADA* (SILVA), esposo de Sancha Pais de Alvarenga, de quem teve *Teresa Nunes Queixada* (VII-7) e outras filhas, que foram freiras de Arouca.[2937] Portanto, podemos presumir que uma delas seria *Maria Queixada* (VII-8)[2938] e que terá existido, pelo menos, uma outra (*N. Nunes Queixada* – VII-9).

VI-8 ESTÊVÃO MENDES *PETITE* (SILVA), esposo de Constança Afonso de Cambra, de quem teve Soeiro Mendes *Petite* (VII-10).[2939] Não possuímos qualquer outro dado sobre a sua vida.

VI-9 PERO MENDES DA SILVA, *o Bel Pastor*, que foi casado, mas a quem não é atribuída qualquer descendência.[2940]

VI-10 e MARIA MENDES DA SILVA, esposa de Fernão Anes *Cheira* (Riba de Vizela), de quem teve descendência.[2941]

[2935] LD18A5.

[2936] LD18A5.

[2937] LL58I6.

[2938] Dona que teve uma quintã honrada em Santa Maria da Torre (concelho de Amares), no julgado de Entre-Homem-e-Cávado – PMH-Inq. 1288, p. 388.

[2939] LL59A5 e LD18L6-7.

[2940] LL58L6.

[2941] LL58M6. Note-se que esta descendência proporcionou uma união endogâmica entre os Silva e os Soverosa (por intermédio dos Riba de Vizela), sendo que, neste caso, estamos dentro de duas linhas saídas de D. Pero Pais *Escacha*. Assim, do casamento entre Maria Mendes da Silva e Fernão Anes *Cheira* nasceu Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela, senhora

Do casamento entre Vasco Fernandes de Soverosa e Teresa Gonçalves de Sousa nasceram:

VI-11 MARTIM VASQUES DE SOVEROSA I, alferes de D. Sancho I entre 1193 e 1197.[2942] Segundo o *Livro Velho de Linhagens,*[2943] foi feito cativo pelos mouros em Palência, sem ter deixado qualquer outra notícia. Mas, poderá ter sido pai de Vasco Martins, *dapifer* de D. Sancho I entre 1208 e 1211.[2944]

VI-12 GIL VASQUES DE SOVEROSA I, rico-homem da cúria portuguesa entre 1205 e 1240, tenente de Basto em 1207 e em 1234-1235, de Sousa e de Barroso entre 1207 e 1240, de Panóias e de Montalegre.[2945] Tal como seria de esperar de alguém com uma vida pública tão longa, GIL VASQUES participou em vários dos conflitos do seu tempo: tomando o partido de D. Afonso II, envolveu-se numa lide contra o seu enteado, o bastardo régio Martim Sanches, que, após um ataque ao couto bracarense de Ervededo, mobilizou as suas forças galegas numa retaliação contra as principais praças minhotas e que, de uma forma bastante nobre, o incitou a desistir pacificamente da lide, quando esta já estava perdida; e, durante a menoridade de D. Sancho II, envolveu-se num conflito contra o seu parente Vasco Mendes de Sousa, que se terá resolvido facilmente, já que foram ambos testemunha de um acordo entre Refóios de Basto e Pombeiro, datado de 1234[2946]. Devido à sua herança

---

que casaria com Vasco Gil de Soverosa, filho de Gil Vasques de Soverosa I, neto de Vasco Fernandes de Soverosa, bisneto de Fernão Peres Cativo e, portanto, trineto de Pero Pais *Escacha*. Por seu lado, Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela seria filha de Maria Mendes da Silva, neta de Mem Sanches da Silva, bisneta de Sancho Pires da Silva e, por isso, também trineta de Pero Pais *Escacha*.

Cremos que o desdobramento da descendência de Maria Mendes dentro do título dedicado aos Silva (LL58M6) não será inocente, pois poderá estar a tentar evidenciar a proximidade existente entre as duas famílias.

[2942] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 805.

[2943] LV1M8. *Idem*, *ibidem*.

[2944] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 805, nota 9.

[2945] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 806.

[2946] Estes dois conflitos foram usados como exemplo por SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 806, nota 17. Sobre o significado da invasão do Alto Minho no conjunto da carreira de Martim Sanches veja-se também CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 34-35.

materna (Sousa), conseguiu reunir um vasto património, onde se destacam as honras de Soverosa e Figueiró (Aguiar de Sousa), Caíde (Santa Cruz de Riba Tâmega), Muxões (Cabeceiras de Basto), Regilde (Guimarães), Avintes (Gaia) e Ribelas (Tarouca).[2947] Em 1207, participou com as suas irmãs Alda Vasques e Elvira Vasques numa doação, ao mosteiro de Telões, de três casais que tinham recebido por herança do seu avô Gonçalo Mendes de Sousa I.[2948] Em uma outra doação de Alda Vasques a Grijó, revela-se que deteve parte do paço de Seixezelo (Vila Nova de Gaia),[2949] o que é confirmado pelas inquirições de 1288, que lhe acrescentam a posso da honra de Avintes.[2950] GIL VASQUES teve também bens dispersos pelo julgado de Aguiar de Sousa,[2951] uma quintã em Lousada (à qual acrescentou dez casais),[2952] fez também onze casais nos reguengos de Bilhó (Mondim de Basto), uma honra juntou à de Cervã (Mondim de Basto), uma honra em Ourilhe (Celorico de Basto), que estava perto da quintã de Atães (freguesia de Veade, em Celorico de Basto).[2953] Foi, ainda, senhor da honra de Ribelas, em Lamego.[2954] Em 1247, todos os seus filhos, exceptuando Fernão Gil e Guiomar Gil, fizeram doação dos seus bens paternos em Amarante.[2955] Em 1353, Aldonça Anes de Briteiros, monja de Arouca e sua terceira neta, arrendou os bens que tinha em Santarém e no seu termo, que lhe tinham pertencido.[2956] Quanto aos seus bens fora de Portugal, sabemos, através de documento de 1221 depositado em Oia, que GIL VASQUES e sua esposa, Sancha Gonçalves de Orvaneja, compraram a Pedro Garcia (de Sousa?) algumas herdades na fronteira galaico-minhota, a troco de 1/9 do casal de Loira, do que tinham no casal da Torre e de uma quantia monetária.[2957] Está sepultado em Pombeiro,[2958] mosteiro do qual seria patrono

[2947] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 806, nota 18.

[2948] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 805, nota 13.

[2949] *Idem*, *ibidem*.

[2950] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 806, nota 19.

[2951] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807.

[2952] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807, nota 21.

[2953] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807, nota 22.

[2954] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807.

[2955] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807, nota 29.

[2956] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807, nota 24.

[2957] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1797, doc. 10.

[2958] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 807.

por via materna. Do seu casamento com a antiga barregã régia Maria Aires de Fornelos[2959] nasceram *Martim Gil de Soverosa I* (VII-11), *Teresa Gil de Soverosa* (VII-12) e *Fernão Gil de Soverosa* (VII-13).[2960] Também importa assinalar que este matrimónio o tornava padrasto de alguns bastardos régios de D. Sancho I, de entre os quais se destaca o já referido Martim Sanches, poderoso parente e magnate de Afonso IX.[2961] Por outro lado, a própria as-

[2959] Como já vimos ao longo de várias notas anteriores, Maria Aires de Fornelos terá sido a figura mais destacada da modesta linhagem galega dos senhores da torre de Fornelos, principalmente devido à sua relação com D. Sancho I e à relevante carreira transfronteiriça de Martim Sanches.

Com efeito, desconhecemos a altura ou as circunstâncias exactas em que o monarca português se enamorou por Maria Aires, mas, atendendo às suas origens em Aires Nunes de Fornelos e Mor Pires de Bravães, podemos presumir que Maria Aires terá acompanhado a migração para Portugal de alguns nobres da zona de Toronho e Límia (como Fernão Aires de Lima, por exemplo), com o propósito de reforçar o estatuto social da sua família.

Portanto, pensamos que esta relação concubinária terá resultado da decadência física de D. Dulce, sendo que esta terá começado pouco tempo antes da sua morte. Assim sendo, presumimos que os seus filhos, Martim Sanches, Maria Sanches e Urraca Sanches (LD14F9), terão nascido pouco tempo depois da morte da rainha.

Tudo indica que, apesar do seu grande prestígio cortesão, Maria Aires terá optado por criar os seus filhos na fronteira galaico-minhota, já que Martim Sanches foi criado em Cardielos, no julgado de Ponte de Lima – CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 32.

Quanto ao seu património, sabemos que deteve alguns bens em Riba Minho, que deixou a Melón, e alguns outros em Braga, Porto e Guimarães, que foram deixados a Santo Tirso, mosteiro onde acabaria por ser sepultada em 1212 (CALDERÓN MEDINA, «El Concubinato Regio…», (no prelo)).

Em 1207, surge, juntamente com o seu meio-irmão materno Soeiro Dias (tenente de Tui por essa altura), a vender a Melón o agro de Portela, em Oseve (Levosende, Leiro) – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, pp. 146-147.

Do seu casamento com Gil Vasques de Soverosa I nasceram Martim Gil de Soverosa I, Teresa Gil de Soverosa e Fernão Gil de Soverosa (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa), sendo que os dois primeiros foram extraordinariamente favorecidos pela carreira de Martim Sanches, que, como veremos, lhes permitiu uma aproximação à monarquia leonesa e um ganho de primazia na fronteira galaico-minhota.

[2960] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

[2961] Segundo LD14F9, da relação entre D. Sancho I e Maria Aires de Fornelos nasceram, para além de Martim Sanches, Maria Sanches e Urraca Sanches.

Tudo indica que Martim Sanches terá passado os seus primeiros anos junto às terras da sua mãe, já que foi criado na freguesia de Cardielos, no julgado de Ponte de Lima – CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 32.

Apesar do seu enorme poder e prestígio social, os dados sobre o património de Martim Sanches não são muito numerosos, sendo que lhes podemos atribuir alguns casais em S. Romão de Aguiar e o padroado das paróquias de Vila Nova das Infantes e Golães, juntamente com a sua irmã Urraca Sanches – *Idem*, *ibidem*.

Tendo em conta que Maria Aires terá iniciado a sua relação com D. Sancho I em data incerta em torno da morte de D. Dulce, podemos presumir que Martim Sanches terá nascido por volta de 1198, sendo que, no entanto, apenas reemergiu na corte leonesa em 1218. Consideramos altamente provável que esta migração tenha sido consequência do conflito despoletado em 1211 por D. Afonso II, que se recusou a entregar às suas irmãs os legados patrimoniais deixados pelo seu pai, ou resultado do seu casamento com Eulália Pires de Castro, filha de Pedro Fernandes de Castro, antigo companheiro de armas e de exílio do Infante D. Pedro Sanches, durante a sua presença em Marrocos – *Idem*, *ibidem*, pp. 23-29 e 33.

Em Leão, Martim Sanches foi imediatamente alçado à alferesia (1218-1227), tendo sido também tenente de Límia (1218-1228), da Nóvoa (1221), do Bierzo e Buyeza (1218), de Sarria (1219-1227), de Toronho (1222-1227), de Montenegro (1220-1222), de Monterrosso (1223-1225), de Ledesma (1219-1220), de Cervantes (1220), de Ribadavia (1223 e entre 1218 e 1225), de Santa Cruz (1224 e 1228), de S. Martinho (1223), de Pena Corneira (1218-1222), de Baroncelle e, até, de Valadares (1225-1226) – Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 147; e Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», p. 33.

Neste contexto, importa assinalar a sua predilecção pelo espaço galego, onde governaria um quinhão importante dos territórios fronteiros a Portugal, zona onde terá sido criado e onde estavam instalados os seus parentes maternos.

Na nossa opinião, Afonso IX transformou Martim Sanches, seu alferes, e o Infante D. Pedro, seu mordomo e meio-irmão paterno do anterior, nas principais peças do seu xadrez político, onde lideravam o grupo de exilados políticos portugueses estabelecidos em Leão, principais apoiantes dos projectos gerados em torno de D. Teresa e das suas filhas. Devido ao seu enorme poder, foi participante de vários tratados, acordos políticos e campanhas militares – *Idem*, *ibidem*, pp. 34-35.

O seu principal feito de armas encontra-se imortalizado numa passagem *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL25G3), que relata a sua avassaladora incursão contra o Minho, que terminou com uma lide nas imediações do mosteiro da Várzea. Este saque constituiu uma retaliação contra os abusos cometidos por homens de D. Afonso II no couto episcopal bracarense de Ervededo. Esta narrativa encontra-se pontuada pela forma cavaleiresca como o bastardo régio incitou o seu padrasto, Gil Vasques de Soverosa I, a desistir pacificamente do combate – *Idem*, *ibidem*.

Martim Sanches deverá ter morrido por volta de 1228, tendo sido enterrado em Cerecinos (Ceínos), na terra de Campos. Do seu casamento com Eulália Pires de Castro nasceu Rodrigo Martins, fidalgo que terá acompanhado o Infante D. Pedro no seu exílio em Aragão.

Por sua vez, Urraca Sanches encontra-se documentada em Fiães, onde afora uma propriedade em Cerzedo, e onde, em 1235, fez uma doação pia pela sua alma e do seu irmão – *Idem*, *ibidem*, pp. 35-36.

Alavancados pela carreira de Martim Sanches, Teresa Gil acabaria por se tornar barregã de Afonso IX (Calderón Medina, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 270-282) e Martim Gil viria a ganhar várias tenências em Portugal e na Galiza: Riba Minho (1230-1247), Sousa (1240-1247), Toronho (1225, 1229, 1232, 1234 e 1236), S. Martinho (1229), Baiona (1229),

cendência galega de Maria Aires favorecia a constituição desta relação, já que revigorava a ligação dos Soverosa à fronteira galego-portuguesa. Do seu segundo casamento com Sancha Gonçalves de Orvaneja nasceram *Vasco Gil de Soverosa* (VII-14), *Manrique Gil de Soverosa* (VII-15) e *Guiomar Gil de Soverosa I* (VII-16). Por fim, do seu terceiro casamento com a castelhana Maria Gonçalves Girão nasceram *João Gil de Soverosa* (VII-17), *Gonçalo Gil de Soverosa* (VII-18), *Sancha Gil de Soverosa* (VII-19) e *Dórdia Gil de Soverosa* (VII-20).[2962]

VI-13 ELVIRA VASQUES DE SOVEROSA I, que, em 1207, com os seus irmãos Alda Vasques e Gil Vasques, doou ao mosteiro de Telões três casais, que haviam pertencido ao seu avô D. Gonçalo Mendes de Sousa I.[2963] Casou com o magnate fronteiriço Paio Soares de Valadares I e foi barregã de Vasco Martins Mogudo de Sandim, tendo tido descendência de ambos. Esta última aliança enferma de uma traição com um carácter muito especial, já que Vasco Martins de Sandim seria vassalo do seu marido. Desta união nasceu uma nova linhagem, os Botelhos.[2964]

VI-14 ALDA VASQUES DE SOVEROSA, monja de Santo Tirso, que se encontra identificada como devota de Refóios de Riba d'Ave em duas epígrafes funerárias. Segundo estas, faleceu no ano de 1235 e foi trasladada em 1248 para junto de Urraca Hermiges de Ribadouro. Foi senhora de um património especialmente avultado (em Panóias, Gaia, Marco de Canaveses e Lousada, entre outras terras), que acabou por reverter para várias instituições monásticas e assistenciais e, até, para a Ordem do Hospital. Estas instituições assistenciais e monásticas incluíam, por exemplo, a leprosaria de Alfena e o mosteiro de Salzedas.[2965] ALDA VASQUES ofereceu ao Hospital os seus bens em Bertiandos (Ponte de Lima) e Amarante, a sua quintã de Quintela (Vila Real) e diversos casais em Panóias (Miranda do Douro), Vila Marim (Mesão Frio), Vale de Nogueiras (Vila Real) e Vilalva (Arrois, Vila Real).

A Guarda (1233) e Ribadavia (1234-1236 e 1257-1258) – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 147; e CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 36.

[2962] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

[2963] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 805, nota 13.

[2964] LL25S2. *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

[2965] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 805.

Fez, também, alguns escambos de bens em Poiares (Peso da Régua). Doou à mesma Ordem, juntamente com Urraca Hermiges de Ribadouro, alguns casais em S. Pedro de Vir e Randim, a quintã de Oleiros e diversos bens em Penafiel e Marco de Canaveses (nas freguesias de S. Martinho, S. Mamede de Recezinhos, Vila Boa de Quires e Castelãos).[2966] Como já vimos, em 1207, com dois dos seus irmãos, fez uma doação de três casais (que haviam sido de Gonçalo Mendes de Sousa I, seu avô) ao mosteiro de Telões.[2967] Partilhava, com o seu irmão Gil Vasques de Soverosa I, o paço de Seixezelo (Gaia) – por via do qual honravam toda a freguesia –, vindo a parte deste a ser doada ao mosteiro de Grijó.[2968] Deteve, ainda, a quintã de Macieira, no julgado de Lousada,[2969] e beneficiou o seu mosteiro com um casal em Santa Marta do Campo (Valongo), no julgado de Aguiar de Sousa.[2970]

VI-15 e URRACA VASQUES DE SOVEROSA, também devota de Santo Tirso, que faleceu em 1219.[2971]

A sétima geração

Do casamento entre Martim Gomes da Silva II e Teresa (ou Sancha) Garcia de Seabra (ou Sanabria) nasceram:

VII-1 AIRES GOMES DA SILVA I, *o Velho*, esposo de Senhorinha Martins Redondo de Sequeira, de quem terá tido *Rui Gomes da Silva I* (VIII-1), *Fernão Gomes da Silva I* (VIII-2) e *Afonso Gomes da Silva I* (VIII-3).[2972] AIRES GOMES encontra-se documentado em 1357, altura em que, por iniciativa régia, tomou posse do castelo de Santarém, como seu alcaide.[2973]

[2966] Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1995, Vol. II/1, n.º 308. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 805.

[2967] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 805, nota 13.

[2968] *Idem*, *ibidem*.

[2969] *Idem*, *ibidem*.

[2970] *Idem*, *ibidem*.

[2971] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 806.

[2972] LL34I5. Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 179.

[2973] *Idem*, *ibidem*, p. 181, nota 491.

VII-2 ALDONÇA RODRIGUES DA SILVA, que não terá tido descendência.[2974]

VII-3 MARIA RODRIGUES DA SILVA, esposa de Nuno Gonçalves de Abreu, cavaleiro que seria filho de Gonçalo Rodrigues de Abreu, fidalgo cuja presença no Alto Minho está registada nas inquirições de 1288[2975]. Através desta união deram continuidade aos Abreu.

VII-4 e JOANA MARTINS DA SILVA, que também casou com um magnate fronteiriço, Rui Gonçalves de Cerveira, de quem não teve descendência.[2976]

Do primeiro casamento de João Gomes da Silva I com Senhorinha Álvares Redondo de Sequeira nasceu:

VII-5 AIRES GOMES DA SILVA II, *o Moço*, aio do Infante D. Fernando, referido por Fernão Lopes como o mais honrado da sua linhagem.[2977] Foi nomeado procurador de D. Pedro I, na corte castelhana em 1358, com o pro-

---

[2974] LL58W6.

[2975] Gonçalo Rodrigues de Abreu tinha uma casa em S. Pedro de Mou (Riba de Mouro, Monção), honrou metade de um casal em Fiães, tinha em Merufe (Monção) um couto familiar (onde tinha uma casa e um casal honrado) e teve uma casa honrada em Caires (Amares). Deu a criar seus filhos em lugares de S. Pedro de Mou (Riba de Mouro), Podame, Merufe e Cambeses (no concelho de Monção) – PMH-Inq. 1288, pp. 27-29, 31-32, 38-40, 48-49 e 395.

As inquirições de 1288 também apontam um caso de amádigo a Fernando Garcia de Abreu em Messegães (Monção) – PMH-Inq. 1288, pp. 20-21. João Garcia de Abreu, irmão do anterior, deu a criar seus filhos em Insalde e Coura (Paredes de Coura) – PMH-Inq. 1288, pp. 99-101 e 111-112. Por sua vez, Lourenço Anes de Abreu, filho do anterior, é referido em S. Pedro de Mou (Riba de Mouro, Monção), a propósito de um amádigo – PMH-Inq. 1288, pp. 27-29.

A linhagem dos Abreu também possuía uma herdade honrada em S. Salvador de Mour de Jusão (Ceivães, Monção) – PMH-Inq. 1288, pp. 23-24.

Tendo em conta estes dados, pensamos que o casamento de Maria Rodrigues da Silva com Nuno Gonçalves de Abreu deverá estar relacionado com a consolidação da implantação destas linhagens na fronteira minhota.

[2976] LL58Y7. Atendendo às informações que recolhemos sobre os Cerveira, podemos pensar que existiria uma diferença etária relevante entre Rui Gonçalves e a sua esposa, razão pela qual não terão tido descendência.

[2977] FERNANDES, *O Reinado de D. Fernando…*, pp. 180 e 182.

pósito de estabelecer um acordo de paz entre os dois reinos.[2978] Em 1357 recebeu do monarca a quintã da Silva, como ressarcimento das violências cometidas sobre as suas terras durante o reinado de D. Afonso IV,[2979] confirmada, por D. Pedro, em 1359.[2980] O seu prestígio social (e possível chefia no seu grupo familiar) garantiu-lhe a função de aio do Infante D. Fernando em 1359.[2981] Em 1361, recebeu um privilégio régio que isentava alguns dos seus bens nas correições de Entre-Douro-e-Minho e Beira do pagamento de direitos ao rei.[2982] Com a ascensão de D. Fernando ao trono, AIRES GOMES foi catapultado para a primeira linha da nobreza de corte, tendo sido agraciado várias vezes pelo soberano. Em 1367, tomou posse (por concessão régia) de vários castelos (Valença, Guimarães e Cerveira), do vasto património dos Albuquerque —que, devido à extinção da linhagem, tinha sido transmitido anteriormente por D. Pedro a Álvaro Pires de Castro—, e dos lugares de Unhão, Vilar de Torno, Manhuncelos, Atães, Vila Cais, Brunhais, Regilde e Cepães. Recebeu, em 1369, as casas e a quintã de Palma, em Monforte; em 1370, recebeu os direitos sobre Atouguia, como o pagamento de certos maravedis; em 1371, recebeu Meinedo (Lousada) e Manteigas (Guarda); em 1373, recebeu os direitos de Leiria, em troca dos serviços da sua hoste, e de Loureiro, em pagamento da sua tença.[2983] Durante a guerra fernandina de 1369-71, o «seu» castelo de Guimarães foi cercado pelas forças castelhanas, sem que lá estivesse para o defender. Esta situação poderá prender-se com a possibilidade de AIRES GOMES ter prestado auxílio a dois dos seus filhos, que ocupavam a frontaria de Cidade Rodrigo. Em 1371, foi alçado à alferesia, assumindo assim a coordenação das forças portuguesas no seu conflito com os castelhanos. Segundo Fernão Lopes, AIRES GOMES foi responsável pelo apaziguamento da ira régia contra D. Dinis, meio-irmão de D. Fernando, que se recusou a reconhecer a autoridade régia de D. Leonor Teles. Em 1373, foi nomeado procurador do rei, juntamente com o bispo da Guarda, nas negociações de paz com os castelhanos. Em 1375, na lei de jurisdição dos fidalgos, encontra-se entre os grandes do reino, sem que, no

[2978] *Idem*, *ibidem*, p. 181.

[2979] *Idem*, *ibidem*.

[2980] *Idem*, *ibidem*, p. 181, nota 491.

[2981] *Idem*, *ibidem*, pp. 181-182.

[2982] *Idem*, *ibidem*, p. 182.

[2983] *Idem*, *ibidem*, pp. 183-184.

entanto, tivesse confirmado qualquer documento.[2984] Na sequência de uma das cláusulas do tratado de Santarém de 1373, foi enviado novamente a Castela, em 1376, com o propósito de negociar o casamento da Infanta D. Beatriz.[2985] Ao que sabemos, AIRES GOMES também fez parte do tratado luso-inglês de 1380. Nesse mesmo ano, vê confirmados os seus direitos na terra de Ferreira d'Aves e é encarregado de entregar a João I de Castela uma carta, onde D. Fernando se desculpa pelo atraso no cumprimento das cláusulas do tratado de Santarém, relativas à devolução do património dos traidores do reino português. Aparentemente, AIRES GOMES seria uma peça importante na estratégia dilatória de D. Fernando, que, com base no recém-adquirido apoio inglês, se preparava para reanimar o conflito contra Castela. Por outro lado, AIRES GOMES tinha sido um dos responsáveis pela atribuição da carta de perdão ao Infante D. João, devido ao assassinato da sua mulher. Mas, devido ao agravamento do clima político, D. João viria a exilar-se em Castela em Outubro de 1380. Em 1382, recebeu a terra de Aguiar de Pena, que, desde 1379, tinha estado nas mãos do seu filho primogénito.[2986] Após a morte de D. Fernando, pode-se constatar que AIRES GOMES, bastante avançado na idade, se aliou aos interesses do partido castelhano, tendo sido alvo de confisco de bens por parte de D. João I, logo depois do cerco de Lisboa de 1384. Segundo Fernão Lopes, o novo monarca viria a considerá-lo um grande desservidor do reino. A sua mudança de posicionamente político permitiu que se tornasse alcaide e fronteiro de Guimarães, em nome do rei castelhano.[2987] Tudo indica que AIRES GOMES terá mobilizado todos os recursos da sua enorme casa na defesa de Guimarães contra os ataques das forças de D. João I, envolvendo alguns dos seus familiares mais próximos, que, na maioria dos casos, viriam a ser perdoados pelo Mestre de Avis. Talvez devido à sua importância simbólica, a conquista de Guimarães viria a ser alvo da atenção de Fernão Lopes, que revela vários dados interessantes sobre a situação dos sitiantes e dos sitiados. Isolado na alcáçova do castelo e sem qualquer apoio do monarca castelhano, AIRES GOMES decidiu ceder a praça às forças de D. João I em Junho de 1385, tendo morrido pouco tempo depois.[2988]

[2984] *Idem*, *ibidem*, pp. 184-186.

[2985] *Idem*, *ibidem*, p. 186.

[2986] *Idem*, *ibidem*, pp. 186-189.

[2987] *Idem*, *ibidem*, p. 189.

[2988] *Idem*, *ibidem*, pp. 189-191.

Na sequência dos actos do seu marido, a sua segunda esposa, a castelhana Urraca Mendes Tenório, viria a regressar à sua terra natal, onde não manteve o usufruto dos seus bens portugueses, já que estes foram confiscados por D. João I e distribuídos por alguns dos seus partidários, como o seu sobrinho João Gomes da Silva II.[2989] Tudo indica que a sua descendência também emigrou para Castela, relegando a chefia da família em Portugal para os seus primos, filhos de Gonçalo Gomes da Silva II.[2990] Apesar de ter encetado matrimónio por duas vezes, com Mor Pires Varela e Urraca Mendes Tenório, apenas terá tido quatro filhos: *Gonçalo Gomes da Silva III* (VIII-4), *Fernão Gomes da Silva II* (VIII-5), *Afonso Gomes da Silva II* (VIII-6) e uma filha (*N. Gomes da Silva*), que foi esposa do galego Gonçalo Marinho (VIII-7).[2991]

Por sua vez, do segundo casamento de João Gomes da Silva I com Leonor Afonso, filha de um clérigo de Évora e de Constança Gil de Jolda, nasceu também:

VII-6 GONÇALO GOMES DA SILVA II, meio-irmão mais novo de Aires Gomes, *o Moço*, que, tal como este, atingiu a maioridade política no reinado de D. Fernando.[2992] Em 1368 recebeu em préstamo as terras de Nespereira e Mondim, junto a Viseu. Em 1370, tornou-se alcaide do castelo do Sabugal.[2993] Em 1369, fruto do seu desempenho na primeira guerra fernandina, foi agraciado com os bens de Rui Barba, um dos traidores do reino.[2994] Recebeu, em 1372, lugares na Covilhã, o mordomado e colheita deste concelho e uma casa em Monsanto, com as suas figueiras; em 1373, rendas do almoxarifado de Montemor-o-Velho e Buarcos, em troca do serviço de algumas lanças; em 1377, uma carta de quitação sobre uma compra sua, relativa a um quarto das herdades no reguengo de Tentúgal e a oitava parte do seu vinho. Esta carta seria confirmada em 1394, a pedido do seu filho João Gomes da Silva II. Em 1382, foi beneficiado com o jantar do concelho de Viseu.[2995] Apesar do seu

[2989] *Idem*, *ibidem*, pp. 191-192.

[2990] *Idem*, *ibidem*, pp. 192-193.

[2991] *Idem*, *ibidem*, p. 179.

[2992] *Idem*, *ibidem*, p. 205.

[2993] *Idem*, *ibidem*, p. 205, nota 565.

[2994] *Idem*, *ibidem*, p. 205, nota 566.

[2995] *Idem*, *ibidem*, p. 205, nota 567.

contributo para a causa régia, a sua proximidade à coroa foi muito menor do que a de Aires Gomes, comparecendo apenas na cerimónia de 1383 que dispensou a Infanta D. Beatriz dos acordos matrimoniais celebrados com a família real castelhana. Com a morte de D. Fernando, GONÇALO GOMES tomou a decisão de se integrar no partido do Mestre de Avis, que, em 1384, lhe concedeu Tentúgal e Buarcos. Nesse mesmo ano enviou uma carta a D. João I, relatando uma visão miraculosa tida em Montemor-o-Velho, que, na sua opinião, prenunciava a sua vitória. Ao que sabemos, fez parte da frota que, partindo do Porto, prestou auxílio a este monarca durante o cerco de Lisboa. Durante o cerco, acabou por ser beneficiado com o lugar de Cantanhede.[2996] Ao contrário do seu irmão, que tomou o partido dos castelhanos, a adesão de GONÇALO GOMES à causa do Mestre de Avis terá sido absoluta já que, aquando da sua deslocação às cortes de Coimbra, o recebeu entusiasticamente no castelo de Montemor e se apresentou na dita reunião como primogénito de João Gomes de Silva I. Não é por isso de estranhar que tenha sido agraciado com o dito castelo, pouco tempo depois do término destas cortes. Em 1385, D. João I confirmou-lhe todas as mercês que lhe tinham sido outorgadas. GONÇALO GOMES foi incumbido de chefiar uma embaixada à cúria papal, que visava o reconhecimento da eleição de D. João I e a libertação dos seus votos. Este serviço constante à nova dinastia foi continuado pelo seu filho João Gomes da Silva II, que, por força da queda em desgraça dos seus primos, acabou por liderar a linhagem dos Silva na transição do século XIV para o XV.[2997] Do casamento de GONÇALO GOMES DA SILVA II com Leonor Gonçalves Coutinho nasceram o já referido *João Gomes da Silva II* (VIII-8), *Joana Gomes da Silva* (VIII-9), *Diogo Gomes da Silva* (VIII-10) e *Fernão Gomes da Silva* (VIII-11).[2998] Ao que sabemos, também contribuiu para a criação de um filho de Álvaro Mendes de Cáceres, Luís Mendes de Cáceres, já que a sua esposa, Teresa Mendes, fugiu para Castela durante a crise de 1383-1385, deixando este filho para trás.[2999]

Do casamento entre Nuno Mendes *Queixada* (Silva) e Sancha Pais de Alvarenga nasceram:

[2996] *Idem*, *ibidem*, p. 206.

[2997] *Idem*, *ibidem*, pp. 207-208.

[2998] *Idem*, *ibidem*, p. 179.

[2999] *Idem*, *ibidem*, p. 208, nota 577.

VII-7 TERESA NUNES *QUEIXADA* (SILVA), esposa de Nuno Martins de Chacim, poderoso rico-homem e aio de D. Dinis, de quem teve descendência.[3000] Está já casada em 1265, altura em que compram bens em Chacim. Foi senhora da quintã de S. Miguel de Santagões, no julgado de Faria, pela qual honrava toda a freguesia.[3001]

VII-8 MARIA NUNES *QUEIXADA* (SILVA), que, segundo os Livros de Linhagens, seria uma das freiras de Arouca.[3002] Deteve uma quintã honrada em Santa Maria da Torre (Amares), no julgado de Entre-Homem-e-Cávado.[3003]

VII-9 atendendo ao facto de que os Livros de Linhagens aludem a freiras de Arouca, presumimos que haverá, pelo menos, uma outra irmã, que identificaremos como N. NUNES *QUEIXADA* (SILVA).[3004]

Do casamento entre Estêvão Mendes *Petite* (Silva) e Constança Afonso de Cambra nasceu:

VII-10 SOEIRO MENDES *PETITE* (SILVA), foi alcaide de Santarém (1289),[3005] em cujo perímetro urbano deteve vários bens, entre os quais, casas e, pelo menos, uma adega, referida em 1318.[3006] Em 1283, estando já casado com a sua primeira esposa, Maria Anes Bochardo, recebeu do reitor da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, em emprazamento, um conjunto de bens em Valada (Cartaxo), antes adjudicados ao anterior marido desta senhora.[3007] Deste seu casamento nasceram *Maria Mendes Petite* (VIII-12) e *Constança Mendes Petite* (VIII-13).[3008] Por sua vez, o seu segundo casamento com Urraca Anes Coelho terá terminado de uma forma abrupta e violenta, já

[3000] LL58I7.

[3001] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 246, notas 23 e 24.

[3002] LL58I6.

[3003] PMH-Inq. 1288, p. 388.

[3004] LL58I6.

[3005] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 481, nota 56.

[3006] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 1034, nota 55.

[3007] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 681, nota 29.

[3008] LL45N6-7.

que, segundo os nobiliários, esta foi assassinada pelo seu marido, sem que tivesse deixado qualquer descendência.[3009]

Do primeiro casamento de Gil Vasques de Soverosa I com Maria Aires de Fornelos nasceram:

VII-11 MARTIM GIL DE SOVEROSA I, *o Bom*, poderoso rico-homem e valido de D. Sancho II, que governou as terras de Riba Minho (1230-1247) e de Sousa (1240-1247). MARTIM GIL ficou famoso pela sua extraordinária fidelidade ao *Capelo*, que o levou a ser protagonista de vários episódios da guerra civil, como a lide de Gaia ou o episódio de Moreira. Com a vitória do *Bolonhês*, viu-se obrigado a seguir o seu soberano no exílio castelhano, tendo confirmado vários diplomas régios castelhanos entre 1252 e 1259, o que leva, pois, a concluir que a sua morte terá ocorrido pouco tempo depois desta última data.[3010] A sua ascendência materna galega e o facto de o seu meio-irmão, o bastardo régio Martim Sanches, ter sido um dos principais validos de Afonso IX, terão levado a que também tivesse assumido os cargos de tenente de Toronho (1225, 1229, 1232, 1234, 1235 e 1236), de S. Martín de Ladrones (1229), de Baiona (1229), de A Guarda (1233) e de Ribadavia (1234-1236 e 1257-1258).[3011] Aparentemente, esta situação terá sido apadrinhada directamente pelo próprio Martim Sanches, já que a sua primeira aparição na Galiza parece coincidir com uma possível substituição deste seu irmão,[3012] o que se articularia perfeitamente com o seu governo de Riba Minho. Por outro lado, o seu casamento com Inês Fernandes de Castro também terá facilitado esta situação, pois seu pai, Fernando Guterres de Castro, também tinha sido tenente de Toronho.[3013] Uma doação de D. Urraca Sanches, em 1235, ao mosteiro de

[3009] LL36C10.

[3010] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, pp. 807-808.

[3011] SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*…, p. 147; CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 36.

[3012] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», p. 36.

[3013] *Idem*, *ibidem*. Fernando Guterres de Castro foi tenente de Ribadavia (1205, 1228, 1231-1234 e 1237-1239), de Castrelo (1225), de Pena Corneira (1208, 1212 e 1215) e da Nóvoa (1212 e 1233). No caso específico de Ribadavia, a tenência foi partilhada com Soeiro Aires de Fornelos em 1205 – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*…, pp. 147-148.

Esta vinculação dos Castro à Galiza terá sido forjada ainda na geração anterior, através do casamento de Guterre Rodrigues de Castro com Elvira Osório, filha do conde Osório

Fiães, por alma do seu irmão Martim Sanches,[3014] recorda um escambo feito entre aquela e seus meios-irmãos, Teresa Gil de Soverosa e MARTIM GIL DE SOVEROSA, em que cedera um casal na vila de *Sendeli* por um outro em Paços (Melgaço) e um quarto de todos os casais na vila de Quintela (Quintela de Leirado, junto ao Minho, na Galiza). Em 1250,[3015] o mosteiro de Melón, seguindo instruções de D. MARTIM GIL e da sua esposa, Inês Fernandes de Castro, aforaram um casal em Vilamide (Parada das Achas, A Cañiza), que lhe pertencia por avoenga. Os camponeses referidos neste documento tornar-se-iam dependentes de MARTIM GIL e não do mosteiro. Em 1247, doou, com alguns dos seus irmãos, os seus bens paternos em Amarante.[3016] Muitos anos depois da sua morte, em 1294, o seu sobrinho Martim Anes de Soverosa conseguiu recuperar alguns bens que tinha entregue a João Afonso Telo II (Meneses), localizados em Cervã (Ribeira de Pena), Atei (Mondim de Basto) e Çafães (Quinchães?, Fafe).[3017] Em 1240, selou uma doação de Aires Nunes de Gosende à Sé do Porto com as suas armas pessoais, sendo, por isso,

Martins, sendo que este último conseguiu granjear alguma influência em Cabreira e Ribeira (Bierzo) através do seu matrimónio com Teresa Fernandes, filha da Infanta D. Elvira e do conde Fernando Fernandes de Toro – sobre a carreira de Guterre Rodrigues de Castro veja-se Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios*…, p. 92.

Fernando Guterres de Castro levou, também, a cabo uma carreira dividida entre a corte leonesa, a terra de Campos e a Galiza. Foi alferes real (1192-1193), tenente de Benavente (1193), de Toro, Zamora e Villafáfila (1197), de Toro e Castronuevo (1198), mordomo real (1200), tenente de Astorga e Benavente (1200), de Límia (1204-1205), de Lemos (1208), de Límia e Toronho (1213 e 1216), de Límia e Lemos (1217), de Monterrosso e Lemos (1221 e 1222), alferes (1221), tenente de Lemos (1225) e pertigueiro de Santiago (1223-1230) – *Idem*, *ibidem*, p. 94.

Com efeito, podemos presumir que Martim Gil, irmão e herdeiro do prestígio de Martim Sanches (bastardo régio e parente dos Fornelos), terá ajudado a consolidar a presença do seu sogro na Galiza e a expandir a sua influência a certas zonas de fronteira.

Por isso, é lícito afirmar que os Soverosa acabaram por ter alguma influência na implantação dos poderosos Castro no território galego. Esta sinergia de interesses entre as duas famílias pode ser observada através dos casamentos de Martim Sanches e de Martim Gil e, até, numa partilha de cargos e competências – em 1235, Martim Gil surge duas vezes à frente da terra de Ribadavia pela mão do seu sogro (Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas*…, p. 147, nota 78).

[3014] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 83.

[3015] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1445, doc. 10.

[3016] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 807, nota 29.

[3017] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 815, nota 80.

possível que este fosse seu vassalo.[3018] A sua avultada riqueza acabou por se concentrar numa única filha, nascida do seu casamento com Inês Fernandes de Castro: *Teresa Martins de Soverosa* (VIII-14).[3019]

VII-12 TERESA GIL DE SOVEROSA[3020], célebre barregã de Afonso IX, que o acompanhou até aos últimos anos da sua vida. Tudo indica que TERESA terá chegado a Leão por volta de 1218, talvez na companhia do seu meio-irmão, o poderoso Martim Sanches. A ligação familiar e política deste bastardo régio a Afonso IX terá levado a que muitos dos seus parentes próximos (como Martim Gil e TERESA GIL, por exemplo) se tornassem peças importantes no xadrez político leonês, que, por força do crescimento do partido sucessório de Fernando III, se mobilizavam cada vez mais em torno da descendência da antiga rainha D. Teresa de Portugal e do partido senhorial português estabelecido em Leão, que, por aqueles anos, vinha encetando várias campanhas de enfraquecimento da autoridade régia portuguesa. No fundo, esta sua relação terá nascido não só de um laço afectivo, mas também de uma conjugação conjuntural de interesses estratégicos e de um contexto social de aproximação a certas elites portuguesas. Apesar da documentação coeva deixar muito claro o carácter ilegítimo da sua relação com Afonso IX, várias fontes posteriores atribuíram o título de infantes aos seus filhos Sancha Afonso, fundadora de Santa Eufemia de Cozuelos, e Martim Afonso, fundador do Santo Espírito de Salamanca, levantando assim algumas dúvidas sobre a verdadeira natureza da sua união, que, na verdade, poderá ter obedecido a uma espécie de acordo ou contrato não canónico – um pouco ao estilo daquele celebrado entre Jaime I de Aragão e Aurembiax de Urgel, antes do seu casamento com o Infante D. Pedro de Portugal. No entanto, em nenhum documento contemporâneo se atribui o título de rainha a TERESA GIL ou o de infantes aos seus filhos, deixando assim bem clara a sua ilegitimidade, sendo por isso de concluir que esta denominação posterior visaria apenas o engrandecimento do prestígio das instituições que fundaram. Esta ideia de ilegitimidade também se vê reforçada pelo facto de, apesar de pertencer ao círculo mais íntimo de Afonso IX, apenas surgir uma vez na documentação do

[3018] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 807, nota 27.

[3019] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 808.

[3020] Os principais dados sobre Teresa Gil foram reunidos novamente por CALDERÓN MEDINA, «Las Otras Mujeres del Rey…», pp. 270-282, informações que resumiremos no nosso texto.

monarca leonês, que, em 1229, lhe doou o reguengo de Lougares (Mondariz), muito perto da fronteira galego-portuguesa. Importa assinalar que duas cópias deste documento se encontram depositadas nos fundos de Melón e de Oia, duas das maiores casas monásticas deste espaço transfronteiriço.[3021] Por outro lado, desconhecemos o seu posicionamento político em relação ao problema da sucessão em Leão, mas acreditamos que, atendendo ao seu contexto sócio-familiar, terá movido a sua influência a favor das filhas de D. Teresa e não de Fernando III. Da sua relação com Afonso IX nasceram Martim Afonso, Maria Afonso, Sancha Afonso e Urraca Afonso. De todos eles, o mais destacado terá sido Martim Afonso, marido de Maria Mendes de Sousa, neta de Gonçalo Mendes de Sousa II, famoso exilado português e interveniente no conflito de 1211 contra D. Afonso II. Martim Afonso herdou bens em Lougares, que tinham sido doados à sua mãe, e em Salamanca, de onde foi tenente durante o reinado de Fernando III. Com sua esposa, fundou o mosteiro do Espírito Santo de Salamanca. Este casal não terá tido descendência. Todavia, Martim Afonso terá tido um primeiro casamento com uma Maior Dias, de quem teve um filho denominado João Martins. Por sua vez, Sancha Afonso casou com Simão Rodrigues dos Cameros, filho de Rodrigo Dias dos Cameros (figura muito próxima da primeira leva de emigrantes portugueses da segunda metade do século XII)[3022], de quem não teve qualquer descendência, tendo sido sepultada em Santa Eufemia de Cozuelos, cenóbio de sua fundação. Já Urraca Afonso casou duas vezes, com Garcia Romeiro de Aragão e D. Pedro de Gusmão. E, por fim, Maria Afonso casou com Álvaro Fernandes de Lara e com Soeiro Aires de Valadares, de quem teve cinco filhos, tendo sido também barregã de Afonso X, seu sobrinho. Após a morte de Afonso IX, TERESA GIL terá voltado à fronteira galego-portuguesa, de onde geriria os seus interesses nas duas margens do Minho. Em 1247, por exemplo, surge conjuntamente com alguns dos seus irmãos numa doação de bens que tinham em Canedo, junto a Amarante. Tudo indica que a longa vida de TERESA GIL terá terminado por volta de 1269, altura em que surge a sua última notícia. Para além dos já referidos bens em Lougares, TERESA GIL tinha uma herdade em Grecos, que doou à Ordem do Templo (para remédio da sua alma e

[3021] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1798, doc. 7; AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1440, doc. 20.

[3022] Sobre o contributo desta figura para a criação da primeira geração de trovadores galego-portugueses veja-se o importante trabalho de José Carlos Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*.

de Martim Sanches), e herdades em Cachanos, Figueiredo e Pumario (também na Galiza)[3023]. Fundou uma capela em Ceínos (Cerecinos, lugar onde foi sepultado Martim Sanches), na terra de Campos, e é lícito presumir que os bens empregues por Sancha Afonso e Martim Afonso na fundação dos cenóbios santiaguistas de Cozuelos e Santo Espírito de Salamanca fossem também, pelo menos em parte, de origem materna. Assim sendo, Sancha Afonso doou o seu património em *Oymbra*, *Ganades*, *Geinicio*, *Logones*, Crecente (na Galiza), Pobladura (Leão), Lisboa, Santarém, Coimbra, Bélver, Santa Maria (terra de Santa Maria), Panóias, *Ragno*, Ribadouro, *Gesuxa*, *Atay*, *Zapanes*, *Afanes*, Sousa (terra de Sousa), Barroso (terra de Barroso) e em todo o Entre-Douro-e-Minho (em Portugal). Por sua vez, Martim Afonso dotou o seu cenóbio salamantino com bens em *Oymbra*, *Tamagenellos*, *Baudal* e Ganade (na Galiza). Para além deste património, Martim Afonso tinha bens em Xinzo, Gandanes (Ganade?), Lougares, Orcellón, Bruzos e Trastâmara (na Galiza), em Benavente e Ponferrada (na terra de Astorga), e em Paramos. Em Portugal, os seus bens concentraram-se apenas no Entre-Douro-e-Minho e na Estremadura. Quanto a Urraca Afonso, vendeu as suas herdades em Portugal à rainha D. Beatriz em 1280. Em 1288, as herdades que pertenceram a D. TERESA, e que foram doadas aos santiaguistas, foram alvo de um escambo, que as fez reverter para Martim Anes de Soverosa, após uma doação de D. Beatriz à sua esposa, D. Vataça. Estas localizavam-se nas terras de Panóias, Basto, Lousada e Soverosa. A maioria dos actos de gestão levados a cabo por D. TERESA GIL encontram-se documentados nos fundos monásticos da fronteira galego-portuguesa, sendo de notar alguma concentração em Melón, onde se encontra a doação de Lougares (1229),[3024] o aforamento da quarta parte do casal de Chachanos (1245),[3025] a venda da sua herdade de Figueiredo (1252)[3026] e a compra de uma herdade em Parada (Nigrán), em 1247.[3027] Numa doação de Urraca Sanches, feita em 1235 ao mosteiro de Fiães, por sua alma e

[3023] Tinha a quarta parte de um casal em Chachanos (1245), bens em Figueiredo e Pomarinho (Sendelhe, Crecente – 1252 e 1269), património reguengo em Lougares (1229), um casal em Mandelos (Vilar, Crecente) e bens no Morrazo (1243) – SOUTO CABO, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 148.

[3024] AHN, Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1798, doc. 7; AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1440, doc. 20.

[3025] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1444, doc. 3.

[3026] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1446, doc. 1.

[3027] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1756, doc. 20.

de seu irmão Martim Sanches, refere-se um escambo celebrado entre Martim e Teresa Gil e o dito mosteiro, que incluía a permuta de um casal de Maria Aires de Fornelos em *Sendeli*, no lugar de Sá, por um outro em Palácios (Paços, Melgaço) e por todos os casais que tinham ao pé do rio Minho em Quintela (Quintela de Leirado).[3028] Apesar destes dados, pouco sabemos sobre a vida de TERESA GIL no espaço fronteiriço, já que a sua esfera de relações sociais estaria voltada quase exclusivamente para a corte.

VII-13 e FERNÃO GIL DE SOVEROSA, fidalgo de quem sabemos apenas que poderá ter sido filho do primeiro ou do terceiro casamento do seu pai e que fez 37 cavaleiros. Poderá ter morrido ainda antes de 1247, já que não surge na doação conjunta dos seus irmãos, relativa aos seus bens paternos em Canedo (Amarante).[3029]

Do segundo casamento de Gil Vasques de Soverosa com Sancha Gonçalves de Orvaneja, senhora pertencente a uma família de herdadores e patronos da igreja de Lagares (Penafiel),[3030] nasceram:

VII-14 VASCO GIL DE SOVEROSA, também ele exilado em Castela, participou na conquista de Sevilha e do seu *repartimiento*. Este seu exílio prender-se-á com o posicionamento político do seu grupo familiar, que, desde cedo, revelou uma enorme fidelidade a D. Sancho II, não sendo, por isso, de estranhar a sua aparição na corte portuguesa em 1238 e a sua participação na guerra civil de 1245-1247, chegando a ser aprisionado pelos partidários de D. Afonso III, aquando da conquista de Leiria de 1246. Porém, em 1247 já se encontraria livre, celebrando com os seus irmãos uma doação de alguns bens paternos que detinham junto a Amarante.[3031] Talvez por força da irradiação da lírica trovadoresca, quer nas cúrias régias, quer nas cortes da fronteira galego-portuguesa, VASCO GIL acabou por se tornar num dos mais prolíficos trovadores do seu tempo, compondo um total de 17 cantigas, que abarcavam todos os estilos[3032]. Segundo as inquirições de 1258, teve bens no julgado de Santa Cruz (entre os rios Sousa e Tâmega) e na Beira (como a honra de Pe-

[3028] Ferro Couselo (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 83.

[3029] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 808.

[3030] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 808, nota 33.

[3031] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 809.

[3032] Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 572-573.

ssegueiro,[3033] no julgado de Sever do Vouga), por força do seu casamento com uma Riba de Vizela.[3034] Esta fonte diz-nos também que criaram filhos seus em Mujães (Viana do Castelo), julgado de Neiva, e em Santa Logriça (Aguiar, Barcelos), no julgado de Aguiar de Neiva.[3035] Teve também dois casais, que doou em data incerta.[3036] Da sua herança paterna podemos destacar a honra de Ribelas, localizada em Lalim (Lamego).[3037] Em 1289, numa composição entre os herdeiros de Manrique Gil de Soverosa, seu irmão, o monarca deu instruções para que João Rodrigues de Briteiros[3038], esposo de Guiomar Gil de Soverosa II, reclamasse os direitos que VASCO GIL detinha na Galiza.[3039] Tendo em conta esta referência, podemos presumir que estes tivessem sido de origem paterna ou conseguidos durante o seu exílio castelhano. Um dos aspectos mais interessantes da sua biografia prende-se com o facto de ter tomado ordens menores durante a sua juventude, o que foi registado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[3040]. No entanto, acabaria por casar com Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela, de quem teve *Gil Vasques de Soverosa II* (VIII-15), *Elvira Vasques de Soverosa II* (VIII-16), *Sancha Vasques de Soverosa* (VIII-17), *Martim Vasques de Soverosa II* (VIII-18) e *Aldonça Vasques de Soverosa* (VIII-19).[3041]

[3033] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 809.

[3034] OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*…, pp. 572-573.

[3035] PMH-Inq. 1258, pp. 318 e 323.

[3036] OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*…, pp. 572-573.

[3037] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 809.

[3038] Filho de Rui Gomes de Briteiros, antigo exilado na corte de Afonso IX, que se transformou num dos mais firmes apoiantes de D. Afonso III – sobre a sua carreira transfronteiriça e relações com os Sousa e com o Infante D. Pedro de Portugal veja-se, por exemplo, CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 30-31. Para uma visão mais detalhada sobre as características e desenvolvimento da linhagem dos Briteiros veja-se, por exemplo, VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 615-622; Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). Trajectória Social e Política», *Revista Portuguesa de História*, XXX (1995), pp. 71-102; *Idem*, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 2. Estratégias Familiares e Património», *Revista Portuguesa de História*, XXXI (1996), pp. 65-102; *Idem*, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 3. Imagens Literárias», *Revista Portuguesa de História*, XXXV (2001-2002), pp. 143-170; *Idem*, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 4. Produção Trovadoresca», in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização, 2003, Vol. II, pp. 763-777.

[3039] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 809, nota 39.

[3040] LL25H3. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 809.

VII-15 MANRIQUE GIL DE SOVEROSA, cavaleiro que, tal como os seus irmãos, se exilou em Castela após a derrota de D. Sancho II, tendo participado na conquista de Sevilha e beneficiado do seu *repartimiento*. Para além de ter marcado presença na doação conjunta de 1247, é, também, referido nas inquirições de 1258 como detentor de duas leiras reguengas em Gagos, no julgado de Celorico de Basto.[3042] Apesar de os livros de linhagens não lhe atribuírem descendência, sabemos que terá tido uma filha (provavelmente bastarda) de nome *Sancha Manriques de Soverosa* (VIII-20).[3043]

VII-16 e GUIOMAR GIL DE SOVEROSA I, referida nos nobiliários e que terá morrido ainda antes de 1247, pois não aparece na doação feita pelos seus irmãos nesse mesmo ano.[3044]

Por fim, do terceiro casamento de Gil Vasques de Soverosa com a castelhana Maria Gonçalves Girão nasceram:

VII-17 JOÃO GIL DE SOVEROSA, fidalgo que confirmou, também, a doação colectiva de 1247 e que, igualmente, se exilou em Castela, onde participou na conquista de Sevilha e no seu *repartimiento*. O seu regresso a Portugal terá ocorrido depois de 1258, tendo-se tornado esposo de Constança Gil de Riba de Vizela, cujo percurso se conhece até cerca de 1301, altura em que terá falecido. Tudo indica que JOÃO GIL terá morrido ainda antes de 1285, tendo sido sepultado em S. Francisco de Santarém. Do seu casamento com Constança Gil nasceu *Martim Anes de Soverosa* (VIII-21), o último grande representante da linhagem.[3045]

VII-18 GONÇALO GIL DE SOVEROSA, fidalgo que consentiu, também, na doação colectiva de 1247. Segundo os livros de linhagens, terá morrido sem filhos.[3046]

[3041] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

[3042] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 811.

[3043] *Idem*, *ibidem*.

[3044] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 812.

[3045] Estes e outros dados sobre João Gil de Soverosa encontram-se reunidos em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, pp. 812-814.

[3046] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 812.

VII-19 SANCHA GIL DE SOVEROSA, que, segundo os livros de linhagens, casou em Castela, mas que não teve filhos. Também participou na doação colectiva de 1247 e doou alguns bens em Ribelas (Lalim, Lamego) aos hospitalários.[3047]

VII-20 e DÓRDIA GIL DE SOVEROSA, monja de Arouca, documentada entre 1258 e 1269. Está com seus irmãos, em 1247, na doação colectiva de bens paternos junto a Amarante. Em 1281, o executor testamentário dos seus bens na Estremadura (em Lisboa, Santarém e Sintra) pediu à prioresa de Chelas as 60 libras que equele deixara ao mosteiro de S. Domingos de Lisboa. Em 1330, referem-se os bens que deixara ao mosteiro de S. Domingos, ainda que seja aqui erradamente identificada como filha de D. Gil Vasques de Sousa. DÓRDIA GIL também doou bens em Ribelas (Lalim, Lamego) e Soverosa (Sobrosa, Paredes) à Ordem do Hospital.[3048] A sua vida de clausura acabou por torná-la numa das figuras centrais de uma trova de João Garcia de Guilhade, onde é apresentada como um exemplo demonstrativo da injustiça de uma política familiar de exclusão de certas senhoras da vida laica e do «mercado» matrimonial.[3049] A exemplo de Martim Gil ou Teresa Gil, DÓRDIA GIL também possuiu bens na Galiza, nos coutos de S. Fiz e da Corunha (Corunha), em Ilhorve (Vedra), em Bandoxa (Oza dos Rios) e na terra de Nendos, património que acabaria por permutar com o seu sobrinho (e bastardo régio leonês) Martim Afonso.[3050]

A oitava geração

Do casamento entre Aires Gomes da Silva I e Senhorinha Martins Redondo de Sequeira nasceram:

VIII-1 RUI GOMES DA SILVA I, nobre identificado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,*[3051] que terá sido, pelo menos, pai de *Teresa Gomes da*

[3047] *Idem*, *ibidem*.

[3048] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 812.

[3049] A figura do trovador João Garcia de Guilhade foi estudada por Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco…*, pp. 492-493.

[3050] Souto Cabo, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas…*, p. 147, nota 73.

[3051] LL34I5.

Silva (IX-1), esposa de Fernão Anes de Lima II, partidário do Mestre de Avis e pai de, entre outros, Leonel de Lima, o primeiro visconde de Cerveira.[3052] Sabemos que, em 1368, RUI GOMES transferiu para Fernão Gomes da Silva, seu primo ou seu irmão, os bens que tinha recebido em 1364.[3053]

VIII-2 FERNÃO GOMES DA SILVA I, fidalgo que, conquanto identificado pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,*[3054] poderá corresponder a uma duplicação errónea do seu parente Fernão Gomes da Silva II, filho de Aires Gomes da Silva II, *o Moço*. Todavia, como não encontrámos indícios suficientes que desmintam ou confirmem esta hipótese, optámos por identificá-lo como um indivíduo distinto de Fernão Gomes II. Portanto, FERNÃO GOMES DA SILVA I poderá ser o mesmo que, em 1368, recebeu uma doação de Rui Gomes da Silva I.[3055]

VIII-3 e AFONSO GOMES DA SILVA I, tal como o irmão referido anteriormente, está identificado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,*[3056] cremos que erradamente, como filho de Aires Gomes da Silva II. Impossibilitados de confirmar tal afirmação, defendemos que possa tratar-se de um indivíduo distinto.

Do primeiro casamento de Aires Gomes da Silva II com Mor Pires Varela nasceu:

VIII-4 GONÇALO GOMES DA SILVA III, fidalgo que, em 1379, recebeu do rei a terra de Aguiar de Pena,[3057] e que auxiliou o seu irmão Afonso Gomes, no exercício de fronteiro de Cidade Rodrigo.[3058] Não sabemos se casou nem se teve descendência.

Por sua vez, do segundo casamento de Aires Gomes da Silva II com Urraca Mendes Tenório nasceram também:

[3052] Sottomayor-Pizarro, «Os Limas…», pp. 69-70.

[3053] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 193, nota 524.

[3054] LL34I5.

[3055] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 193, nota 524.

[3056] LL34I5.

[3057] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 186, nota 506.

[3058] *Idem*, *ibidem*, p. 199.

VIII-5 FERNÃO GOMES DA SILVA II[3059], fidalgo beneficiado em 1368 com os direitos régios do lugar de Pinheiro de Papízios, no almoxarifado de Lamego, e, em 1372, com a terra de Bouro, no almoxarifado de Ponte de Lima – esta última detida, antes, pelo pai da sua primeira esposa, Maria Coelho. Em 1373, recebeu em pagamento de «contia» e de algumas lanças os direitos e rendas de Penela, Vila Chã, Lalim e Soalhães, nos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima, bem como os direitos do pão e dos moinhos de Torres Novas e, ainda, as receitas do «pão» do reguengo de Toexe, no almoxarifado de Santarém. Ainda em 1373, viria a ser investido como alcaide do Castelo de Lanhoso, tendo recebido pouco tempo depois os direitos dos seus açougues. Este pagamento de «contias» e pedidos de recrutamento de lanças faz pensar que, mesmo após o tratado de Santarém, D. Fernando se preparava já para um novo conflito com os castelhanos, quer através do tratado secreto de Londres, quer pela mobilização das principais mesnadas senhoriais. Não sabemos até que ponto FERNÃO GOMES poderá ter estado envolvido neste processo, mas é altamente provável que todas estas dádivas e benesses régias correspondam a um empenho político e militar neste projecto, sendo por isso plausível que tenha participado em diligências sigilosas. Por outro lado, também podem ter feito parte destas o reforço do sistema defensivo português, levado a cabo entre 1373 e 1375. Anos mais tarde, em 1377, viria a receber a terra de Ovoa, que pertencera à Infanta D. Beatriz. Em 1383 recebeu as terras de Oliveira do Conde e Noa, em pagamento de um certo valor monetário. Com a morte de D. Fernando, tanto FERNÃO GOMES como o seu irmão Afonso Gomes acabaram por integrar o partido castelhano, tendo seguido João I de Castela durante a sua estada em Santarém, em 1384, bem como na sua viagem até Coimbra. Porém, enquanto Afonso Gomes demonstrou um posicionamento mais ambíguo (já que apoiou o Mestre de Avis no cerco a Lisboa), o seu pai, Aires Gomes, e o seu irmão, FERNÃO GOMES, tornaram-se dois dos capitães do exército castelhano incumbidos de ocupar várias praças do Entre-Douro-e-Minho. Após a morte de Aires Gomes, pouco tempo depois do cerco a Guimarães, os dois irmãos acabaram por se mudar definitivamente para Castela, ainda antes da batalha de Aljubarrota, na qual não participaram. Devido à sua conduta, todos os bens de FERNÃO GOMES foram confiscados por D. João I, em 1386, durante o cerco à vila de Chaves, sendo distribuídos

[3059] Os principais dados biográficos sobre este fidalgo foram reunidos por Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, pp. 193-198, informações que resumiremos nas próximas linhas.

por vários dos apoiantes do Mestre de Avis. Esta acção seguiu-se a um perdão régio, que resultou no seu exílio definitivo em Castela. Casou duas vezes, uma em Portugal e outra em Castela: em Portugal, com Maria Coelho, de quem teve *Beatriz Gomes da Silva* (IX-2);[3060] em Castela, com a sua própria tia, Maria Tenório, de quem terá tido, pelo menos, *Vasco Fernandes da Silva I* (IX-3), patriarca de vários ramos castelhanos dos Silva.[3061]

VIII-6 AFONSO GOMES DA SILVA II[3062], alcaide de Coimbra (1367), de Celorico de Basto (1374), da Covilhã (1383) e fronteiro de Cidade Rodrigo, função em que foi auxíliado por seu irmão Gonçalo Gomes e substituído, no decorrer da primeira guerra fernandina, por Gomes Lourenço de Avelar. Foi também vassalo do Infante D. João, pelo menos desde 1372. Foi encarregado de apresentar as cláusulas portuguesas no acordo de paz luso-castelhano que resultou no tratado de Alcoutim (1371). Com a morte de D. Fernando, AFONSO GOMES aproximou-se do partido castelhano, marcando presença ao lado de João I de Castela em Santarém, no início de 1384. No entanto, viria a surgir, depois, no campo do Mestre de Avis durante o cerco de Lisboa. Aparentemente, este esforço de atracção por parte de D. João I não surtiu os efeitos desejados, já que, em Setembro de 1384, se relata o desserviço de alguns membros da sua casa. Em 1385, colaborou, com seu pai, na defesa do castelo de Guimarães, contra as forças do Mestre de Avis. Após a morte do seu pai terá seguido para Castela com sua mãe e seu irmão, tendo-se abstido de participar na batalha de Aljubarrota. Após a recuperação do castelo da Covilhã por D. João I de Portugal, este terá dado curso à sua reabilitação, tendo aquele sido reinvestido nos seus cargos e bens em 1385, novamente como vassalo do rei de Portugal. Mas, no final desse ano, as suas relações devem ter piorado novamente, já que se testemunha uma nova adesão ao partido castelhano, em Celorico da Beira. A ingratidão de AFONSO GOMES custar-lhe-ia novamente o confisco dos seus bens. Em Castela, ficaria conhecido como ALONSO TENÓRIO, por força da influência da sua família materna. Para além de ter fundado a casa dos

[3060] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 179.

[3061] *Idem*, *ibidem*. Salazar y Castro atribui-lhe uma clara posição de destaque como ponto de origem de todos os Silva castelhanos – Salazar y Castro, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, L. V, Cap. VI, p. 590 e seguintes.

[3062] Os principais dados biográficos sobre Afonso Gomes da Silva foram recolhidos por Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, pp. 198-204, informações que tentaremos resumir nas próximas linhas.

condes de Cifuentes, foi adiantado de Cazorla e senhor de Barciente.[3063] Durante a sua carreira complexa carreira em Portugal, recebeu o senhorio da terra de Senhorim (1369) —que foi confirmada aos seus sucessores em 1372—; de Barreiro, no almoxarifado de Lamego (1372); da terra e julgado de Celorico de Basto (1374), bem o seu mordomado (1376); as quintãs de Canidelo e Afurada, no almoxarifado de Gaia (1381) —que tinham pertencido à Infanta D. Beatriz de Castro e sendo que, após um litígio levantado por Vasco Gomes de Abreu, apenas ficaria na posse da primeira—; as terras de Ternacem, Mondim, Germelo e as ferrarias de Lalim (1384) —surgindo já como viúvo de D. Beatriz de Sousa—; o senhorio do castelo da Covilhã, com a pensão dos tabeliães, foros e direitos dos judeus e outras rendas régias (1384); e as rendas dos celeiros de Lagos, Travanca, Bobadela, Loureiro e Covas, na correição da Beira (1384). Em 1379, pediu confirmação da carta de couto da sua honra de Sobrado, no julgado de Painha (Pena da Rainha?). Tudo indica que terá tido dois casamentos, um primeiro com Beatriz de Sousa, de quem enviuvou antes de partir para Castela, e outro com Guiomar de Meneses, de quem terá nascido *João da Silva* (IX-4), primeiro conde de Cifuentes[3064].

VIII-7 e uma filha anónima (N. GOMES DA SILVA), que se casou com Gonçalo Marinho, fidalgo de origem galega que acompanhou o seu pai na defesa do castelo de Guimarães contra as forças do Mestre de Avis, durante a crise de 1383-1385. Este casamento viria a ser dissolvido, visto que este se tornou frade franciscano.[3065] Não sabemos se tiveram filhos.

Do casamento entre Gonçalo Gomes da Silva II e Leonor Gonçalves Coutinho nasceram:

VIII-8 JOÃO GOMES DA SILVA II, que surge em 1394, quando solicita a confirmação da carta de quitação concedida em 1377, respeitando a 1/4 das herdades do reguengo de Tentugal e a 1/8 do seu vinho.[3066] Esta benesse constitui mais um dos sinais da relação próxima que manteve com D. João

[3063] *Idem*, *ibidem*, p. 204.

[3064] Sobre esta figura veja-se SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, L. III, Cap. X, p. 220 e seguintes.

[3065] FERNANDES, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 190, nota 518.

[3066] *Idem*, *ibidem*, p. 205, nota 567.

I, já que foi seu copeiro-mor, alferes-mor e membro do seu conselho, e, para além disso, depositário dos bens que tinham sido confiscados a Aires Gomes, *o Moço*, e aos seus descendentes.[3067] Casou com Margarida Coelho, de quem teve, pelo menos, *Aires Gomes da Silva III* (IX-5).[3068]

VIII-9 JOANA GOMES DA SILVA, esposa de Lopo Dias de Azevedo, uma das figuras mais destacadas do círculo de D. João I, de quem teve descendência.[3069]

VIII-10 DIOGO GOMES DA SILVA, fidalgo da corte de D. João I, que casou com Isabel Vasques de Sousa, de quem teve *Rui Gomes da Silva II* (IX-6), *Gonçalo Gomes da Silva IV* (IX-7) e um filho de nome desconhecido (*N. Gomes da Silva* – IX-8).[3070]

VIII-11 e FERNÃO GOMES DA SILVA, também ele figura de proa da aristocracia dos inícios do xv.[3071]

Do primeiro casamento de Soeiro Mendes *Petite* (Silva) com Maria Anes Bochardo nasceram:

VIII-12 MARIA MENDES *PETITE* (SILVA), patrona dos mosteiros de Grijó (Vila Nova de Gaia) e de Canedo (Santa Maria da Feira), cujos direitos sobre este último cenóbio doou à sé do Porto, em 1336,[3072] mesmo ano em que João Esteves Coelho, seu filho, outorgou um escambo que a sua mãe fez com este mesmo mosteiro, cedendo a quintã de Alcalavago em troca da quintã de Mota.[3073] Em 1330, MARIA MENDES fez um outro escambo, com a colegiada de Santa Justa de Coimbra, pelo qual recebeu uma vinha e um olival

[3067] *Idem*, *ibidem*, p. 208, nota 577. Em 1394, João Gomes passará, também, a ser o titular do património dos Albuquerque em Portugal, devido à sua condição de herdeiro dos bens do seu tio – *Idem*, *ibidem*, p. 192, nota 522.

[3068] *Idem*, *ibidem* p. 179.

[3069] *Idem*, *ibidem*, p. 208, nota 577.

[3070] *Idem*, *ibidem*, p. 179.

[3071] *Idem*, *ibidem*, p. 208, nota 577.

[3072] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. I, pp. 481-482.

[3073] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 481, nota 58.

no lugar da Várzea, a par do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, a troco da sua parte no paço de Tavarede (Figueira da Foz). Esta permuta seria válida apenas até 1348.[3074] Em 1338 vendeu ao seu filho Pero Esteves Coelho a sua quintã de Carapeços (Barcelos), no julgado de Neiva.[3075] Entre 1345 e 1354, fez várias doações para a construção do mosteiro de S. Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia: a quintã da Mota, 6000 libras da quintã de Carapeços —que tinha sido vendida ao seu filho em 1338—, bens em Leiria, em Santarém e no julgado de Bouro.[3076] MARIA MENDES casou, em primeiras núpcias, com Estêvão Pires Coelho e, depois, com Martim Pires Alvim, tendo tido descendência apenas do primeiro casamento.[3077]

VIII-13 e CONSTANÇA MENDES *PETITE* (SILVA), que terá vivido fora de Portugal, pois foi barregã do Infante D. Pedro de Aragão.[3078]

Do casamento entre Martim Gil de Soverosa I e Inês Fernandes de Castro nasceu:

VIII-14 TERESA MARTINS DE SOVEROSA, esposa de Rodrigo Anes Telo, de quem teve descendência, entre a qual se encontrava o primeiro conde de Barcelos.[3079]

Do casamento entre Vasco Gil de Soverosa e Fruilhe Fernandes de Riba de Vizela nasceram:

VIII-15 GIL VASQUES DE SOVEROSA II, cavaleiro que, segundo os livros de linhagens, terá morrido na lide de Gouveia de 1277. Porém, nesse mesmo ano, surge na corte, aquando da recepção do núncio apostólico, mas foi, também, nesse ano que a sua mãe acordou com Salzedas a tumulação de ambos nesse cenóbio.[3080] As inquirições de 1307-1311[3081] revelam que tinha

[3074] *Idem*, *ibidem*.

[3075] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 482, nota 60.

[3076] *Idem*, *ibidem*, Vol. I, p. 482.

[3077] LL32E6 e LL32J6.

[3078] LL45N7.

[3079] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 808.

[3080] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 809-810.

[3081] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro 6, Fols. 46 e 46v.

18 quinhões e uma quintã honrada, construída num casal de Randufe, em Santa Cristina de Regalados (Pico de Regalados, Vila Verde), que herdara de seu pai. Casou com Aldonça Anes da Maia, antiga barregã de D. Afonso III, que se tornou herdeira dos seus bens no julgado de Sever do Vouga, tendo cometido vários abusos em redor da honra de Pessegueiro.[3082] Deste matrimónio nasceram *Guiomar Gil de Soverosa II* (IX-9), *Marquesa Gil de Soverosa* (IX-10) e *Martim Gil de Soverosa II* (IX-11).[3083]

VIII-16 ELVIRA VASQUES DE SOVEROSA II, senhora que foi criada em Molnes (Arcos, Braga, julgado de Faria) num casal de S. Simão da Junqueira, durante o reinado de D. Sancho II.[3084]

VIII-17 SANCHA VASQUES DE SOVEROSA, esposa de Fernão Fernandes de Lima II, de quem teve descendência.[3085]

VIII-18 MARTIM VASQUES DE SOVEROSA II, fidalgo que, segundo os livros de linhagens, morreu, sem descendência, na batalha de Alfaiates (1286). Atendendo ao seu contexto familiar, é de presumir que tivesse combatido no grupo de Álvaro Nunes de Lara contra os partidários de Sancho IV de Castela.[3086] Nada mais se sabe sobre a sua vida.

VIII-19 e ALDONÇA VASQUES DE SOVEROSA, identificada pelos livros de linhagens, muito embora não se encontre registada em qualquer documentado. Não sabemos se casou nem se teve filhos.[3087]

De Manrique Gil de Soverosa nasceu:

[3082] O seu restante património encontra-se enunciado nas inquirições de 1288 e de 1301 – Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 810.

[3083] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.13. – Soverosa.

[3084] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 810-811.

[3085] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 811.

[3086] *Idem*, *ibidem*. Importa assinalar que a morte precoce de alguns Soverosas, em conflitos bélicos de finais do século xiii, terá ajudado a acentuar o desfasamento cronológico existente entre os descendentes de Gomes Pais da Silva e do seu irmão Pero Pais Escacha, cavado pelo casamento tardio do primeiro com uma neta do segundo, em finais da primeira metade do século xii.

[3087] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 811.

VIII-20 SANCHA MANRIQUES DE SOVEROSA, presente na carta de partilhas de Martim Anes de Soverosa, datada de 1296.[3088]

Do casamento de João Gil de Soverosa com Constança Gil de Riba de Vizela nasceu:

VIII-21 MARTIM ANES DE SOVEROSA, *o Tio*, último grande representante da sua linhagem na cúpula da aristocracia portuguesa. Através da documentação régia, onde surge amiudadamente como filho de João Gil de Soverosa ou sobrinho de Martim Gil de Riba de Vizela I, irmão da sua mãe, podemos perceber a enorme proximidade que mantinha com o rei de Portugal, chegando a ser qualificado por Jaime II de Aragão como *avunculo* do seu soberano. As suas aparições na corte ocorreram entre 1279 e 1295, registado como tenente de Sousa em 1286 e 1287. Na qualidade de bisneto de Teresa Gonçalves de Sousa, transformou-se num dos mais fortes candidatos à herança de D. Gonçalo Garcia de Sousa. Em 1285-86 outorgou as partilhas feitas pela sua mãe com os seus tios. Apesar de ter recebido uma avultada fortuna patrimonial do seu pai, MARTIM ANES levou a cabo, ao longo da sua vida, um esforço de concentração do património da sua linhagem paterna, chegando a um acordo, em 1289, com Guiomar Gil, sua prima, sobre os bens do seu tio Manrique Gil ou tomando medidas em prol da recuperação do património dos seus tios Martim Gil, Teresa Gil e Dórdia Gil. Neste contexto, MARTIM ANES recebeu em 1289 metade dos bens de Dórdia Gil na Estremadura (localizados em Lisboa, Santarém e Sintra), com a condição de satisfazer uma obrigação de 60 libras dedicada ao mosteiro de S. Domingos de Lisboa. Em 1294, por via de uma compra a João Afonso Telo II, conseguiu recuperar bens de Martim Gil, na terra de Basto: em Cervã (freguesia do concelho de Ribeira de Pena), Atei (freguesia do concelho de Mondim de Basto) e Cepães (freguesia do concelho de Fafe). Detinha, também, a quintã e honra de Avintes (Vila Nova de Gaia); honrava toda a freguesia de Seixezelo (Vila Nova de Gaia), pela qual defendia onze casais em Pedroso, Grijó e em Santa Maria de Rocamador; possuía uma quintã em S. Miguel de Lousada e honrava toda a freguesia de Cepães (Fafe), julgado de Montelongo, que pertencera a Gonçalo de Sousa e ao seu avô. Segundo a sua carta de partilhas de 1296, MARTIM ANES teve bens na Estremadura, em Soverosa, Elvas, San-

[3088] *Idem*, *ibidem*.

tarém, Lousada, Gaia, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Vila Real e Ribelas (na terra de Arouca).[3089] Segundo os livros de linhagens, MARTIM ANES foi *peco* (ou seja, impotente ou estéril), tendo sido, por isso, obrigado a legar a sua enorme fortuna aos seus parentes colaterais (daí a sua alcunha, *o Tio*). Estas circunstâncias biológicas infelizes tê-lo-ão levado a encetar um casamento tardio com a princesa grega Vataça Lascaris[3090], celebrado em 1285. MARTIM ANES viria a falecer dez anos depois, altura em que fez o seu testamento, onde pedia para ser sepultado em S. Francisco de Santarém, junto de seu pai, e nomeava como seus testamenteiros sua esposa, Frei Afonso Rodrigues, filho do bastardo régio Rodrigo Sanches, e Garcia Martins do Casal, seu mordomo. Este acto foi testemunhado pelo escudeiro Rodrigo Anes e pelo confessor e escrivão da rainha. Em 1296, sua mãe e sua esposa levaram a cabo a partilha dos seus bens, deixando esta 10 libras à Sé de Coimbra, para que se rezasse uma missa de *requiem* pela sua alma no altar-mor.[3091] A sua morte ditou a extinção dos Soverosa, justamente num período em que vários ramos dos Silva começavam a reemergir no contexto cortesão, prenunciando uma nova era dourada que se viria a verificar ao longo do século XIV. Porém, importa realçar que João Afonso Telo II (Meneses), primeiro conde de Barcelos, viria a recuperar as armas dos Soverosa (cinco lizes em aspa), já que seria descendente desta linhagem por via feminina.[3092]

A nona geração

De Rui Gomes da Silva I terá nascido:

IX-1 TERESA GOMES DA SILVA, esposa de Fernão Anes de Lima, de quem teve Álvaro Rodrigues de Lima III, Rui Gomes de Lima, uma filha de nome desconhecido e o famoso Leonel de Lima, primeiro visconde de Cer-

[3089] Todos estes dados sobre a vida e património de Martim Anes encontram-se compilados em Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, pp. 814-816.

[3090] Para uma boa leitura da vida, relações sociais e património de D. Vataça veja-se Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, «Vataça, uma Dona na Vida e na Morte», Sep. das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Porto, 1986, pp. 159-193; *Idem*, «Os Bens de Vataça: Visibilidade de uma Existência», *Revista de História das Ideias*, IX (1987), pp. 33-77.

[3091] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, pp. 815-816.

[3092] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 816, nota 87.

veira[3093]. Importa assinalar que, atendendo ao alinhamento de Fernão Anes com os interesses portugueses e com o partido de D. João I de Portugal, podemos pressupor que esta aliança terá sido celebrada devido a uma pertença comum ao círculo de famílias que apoiou o Mestre de Avis. Por outro lado, também devemos realçar a homenagem onomástica prestada a Rui Gomes da Silva I através dos seus netos Álvaro Rodrigues e do seu homónimo Rui Gomes[3094].

Do primeiro casamento de Fernão Gomes da Silva II com Maria Coelho nasceu:

IX-2 BEATRIZ GOMES DA SILVA, esposa de Vasco Martins da Cunha, *o Moço*, de quem teve descendência.[3095]

Do segundo casamento de Fernão Gomes da Silva II com a sua tia Maria Tenório nasceu:

IX-3 VASCO FERNANDES DA SILVA I, foi, segundo Salazar y Castro, o único herdeiro de seu pai, e viveu em Jerez, durante os reinados de João II e Henrique IV. Segundo Aponte, terá sido bom cavaleiro e terá cuidado bem do seu morgadio castelhano.[3096] Desconhece-se com quem casou, mas terá sido pai de *Vasco Fernandes da Silva II*, *Fernão Vasques da Silva*, *Aires Vasques da Silva* e *Mécia Vasques da Silva*, personagens que deram origem a várias casas castelhanas do século XV, continuadoras desta linhagem.[3097]

Do casamento entre Afonso Gomes da Silva II e Guiomar de Meneses nasceu:

[3093] Conf. a reconstituição genealógica de SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[3094] Importa referir que esta homenagem não se limitava à dimensão onomástica já que as próprias armas de Leonel de Lima cruzavam elementos heráldicos dos Lima, Soutomaior e Silva – veja-se Eduardo PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, «Las Armas de los Límia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV)».

[3095] FERNANDES, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 179.

[3096] SALAZAR Y CASTRO, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, L. V, Cap. VI, p. 590.

[3097] *Idem*, *ibidem*, L. V, Cap. VI, pp. 590-593.

IX-4 JOÃO DA SILVA, primeiro conde de Cifuentes (1456) e segundo senhor de Barciente[3098], casa que teve continuidade biológica e varonil até inícios do século XVII.

Do casamento entre João Gomes da Silva II e Margarida Coelho nasceu:

IX-5 AIRES GOMES DA SILVA III, identificado por Fernão Lopes como «*o Moço*». Tudo indica que terá sido muito próximo de Aires Gomes da Silva II (e dos seus filhos), dada a sua aparição entre as forças castelhanas que defenderam o castelo de Guimarães do assédio das tropas do Mestre de Avis, ainda que nunca seja referido como um dos capitães de João I de Castela. Pouco tempo depois do fim do cerco (em Novembro de 1385), AIRES GOMES acabaria por ser perdoado, tendo sido beneficiado por D. João I de Portugal durante o cerco a Chaves, em 1386.[3099] Se, por um lado, este perdão demonstra o seu fraco compromisso com o projecto dos invasores, por outro, atesta a sua baixa condição social, já que esta conduta estaria reservada a pequenos traidores, que, pelos seus parcos recursos, acabaram por não causar grande desserviço ao novo rei e ao reino. Não sabemos se casou nem se teve filhos.

Do casamento entre Diogo Gomes da Silva e Isabel Vasques de Sousa nasceram:

IX-6 RUI GOMES DA SILVA II

IX-7 GONÇALO GOMES DA SILVA IV

IX-8 e N. GOMES DA SILVA, três irmãos que deram continuidade à linhagem em Portugal, tornando-se figuras destacadas da nova aristocracia dos alvores da segunda dinastia.[3100]

Do casamento entre Gil Vasques de Soverosa II e Aldonça Anes da Maia nasceram:

[3098] Prestigiosa personagem que também mereceu a atenção de Salazar y Castro – Salazar y Castro, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, L. III, Cap. X, p. 220 e seguintes.

[3099] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando…*, p. 190, nota 518.

[3100] *Idem*, *ibidem*, p. 179.

IX-9 GUIOMAR GIL DE SOVEROSA II, esposa de João Rodrigues de Briteiros, de quem teve descendência.[3101]

IX-10 MARQUESA GIL DE SOVEROSA, esposa de Heitor Nunes de Chacim, de quem não teve descendência.[3102]

IX-11 e MARTIM GIL DE SOVEROSA II, apenas referido pelos livros de linhagens. Não sabemos se casou nem se teve descendência.[3103]

TORONHO-MONTOR

TAL como os Silva, os Toronho-Montor possuem uma origem bastante obscura, situada em meados do século XI (algures nos inícios da primeira metade desta centúria). Apenas sabemos que, ao contrário daqueles (que, desde cedo, revelaram uma enorme proximidade em relação à autoridade régia), os Toronho-Montor possuem uma origem infancional bem mais declarada e que, por isso, se viram obrigados a buscar nas alianças com estirpes locais de sangue condal (como os Celanova-Pombeiro, Velho, Azevedo, Trava-Palmeira, Sarraça ou Lima-Nóvoa), ou com linhagens próximas à coroa (como os Silva, Maia ou Sousa), o prestígio necessário para uma rápida promoção social.

Porém, como veremos, esta estratégia foi acompanhada por uma colaboração permanente com as iniciativas militares leonesas e portuguesas e por uma subtil navegação no turbulento cenário político do ocidente peninsular do século XII, ora apoiando os Trava e Afonso VII, ora defendendo os interesses expansionistas de D. Afonso Henriques.

Nem mesmo a precoce extinção da linhagem, em meados do século XIII, apagou a sua importância na conformação da terra de Toronho, que, através das suas relações sociais, permaneceu umbilicalmente relacionada com Portugal. Quanto à sua continuidade biológica, foi assegurada por um ramo secundário, os Varela, que advinha de Varela Fernandes, irmão de Paio Curvo de Toronho. Atendendo às informações do *Livro de Linhagens do Conde D.*

[3101] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 810.

[3102] *Idem*, *ibidem*.

[3103] *Idem*, *ibidem*.

Pedro[3104], podemos presumir que este novo ramo terá chegado, pelo menos, aos inícios da segunda metade do século XIV. Resta dizer que tomaremos como ponto de partida Frade Balderique, infanção dos inícios do século XI e patriarca deste grupo familiar.[3105]

A primeira, segunda e terceira geração

I-1 FRADE BALDERIQUE[3106], ou BALDANO, infanção galego que os Livros de Linhagens[3107] referem como tendo sido assassinado por Guiçoi Ahufez (Aofez ou Uffez), filho de Ahufo Ahufez, irmão de Santa Senhorinha de Basto, pai de Echiga Guiçoi e avô de Gomes Echigues de Sousa.[3108] Ou seja, aquele seria Vizoi Vizoi, o primeiro patriarca dos Sousa, documentado em 985[3109]. Atendendo a estas informações, não nos restam senão suposições sobre os anos em que viveu, o seu estatuto social e as razões que justificaram os conflitos com os Sousa. Assim sendo, podemos presumir que este recontro entre FRADE BALDERIQUE e Guiçoi Ahufez terá acontecido nos inícios do século XI, no rescaldo das destrutivas incursões dos normandos e de Almançor ou, até, como consequência directa de um dos conflitos dinásticos e nobiliárquicos que se verificaram na viragem do século X. Também podemos

[3104] O nobiliário dedica um título (LL76) exclusivamente à descendência de Fernão Pais Capelo (Varela ou de Talhamancos), neto deste Varela Fernandes – a forma como Fernão Pais se entronca em Varela Fernandes pode ser analisada em Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 258.

[3105] Para esta reconstituição usaremos as informações disseminadas nos nobiliários e muitos outros dados apresentados por José António Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos: Trovador e Cavaleiro».

[3106] Mesmo tendo em conta a cronologia bastante recuada de Frade Balderique, pensamos que o seu patronímico denuncia uma origem exógena, de natureza saxónica ou normanda (Baldric – Bald-Ric).

Assim, cremos ser possível que o patriarca dos Toronho-Montor tenha chegado ao território na incursão normanda de 1014 ou 1016, liderada pelo futuro rei-santo Olavo da Noruega, que assolou o vale do Minho e que destruiu a cidade de Tui – Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 28.

[3107] LL22A4.

[3108] As principais informações sobre as primeiras gerações dos Sousa encontram-se em Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*…, p. 47.

[3109] Em S. Paio de Antealtares, em Compostela, e não em Portugal – *Idem*, *ibidem*. Facto que pode indiciar uma origem galega dos infanções de Sousa.

aventar que, tendo em conta a cronologia vital dos seus descendentes, terá nascido em finais do século X e atingido a maioridade na centúria seguinte, sendo possível que se tenha defrontado com o Sousão numa altura em que este já teria uma idade mais avançada e, por isso, uma experiência bélica redobrada. Por fim, depreende-se facilmente que gozaria de um estatuto social similar ao do Sousão. Na nossa opinião, existe ainda a possibilidade de que este atrito tenha resultado de disputas territoriais entre as duas famílias, relativas a domínios localizados perto da fronteira galego-portuguesa – facto que não será de todo improvável devido à relação primordial que os Sousa mantiveram com terras mais nortenhas, como a de Basto[3110]. Quanto à sua família, apenas sabemos que foi pai de:

II-1 RAMIRO FRADE, fidalgo identificado pelos livros de linhagens,[3111] terá vivido em meados do século XI. Apesar de desconhecermos o nome da sua esposa (ou amante), sabemos que foi pai de:

III-1 JOÃO RAMIRES, vicário de Toronho sob o governo do conde D. Raimundo (1097), em cuja corte surge pontualmente.[3112] Segundo Simon Barton[3113], terá casado com Toda Raimundes, dona que surge associada ao mosteiro de S. Pedro de Rocas (na província de Ourense). Um contexto que nos permite presumir que terá vivido no sul da Galiza e que a sua nomeação para o cargo de vicário de Toronho poderá estar relacionada com a chegada do conde D. Henrique a Portucale, que terá aspirado, desde cedo, ao controlo deste espaço, afigurando-se, assim, a nomeação de JOÃO RAMIRES como uma espécie de reforço do controlo de D. Raimundo sobre a fronteira galego-portuguesa. Através destas informações percebemos que, tal como vários dos seus descendentes, JOÃO RAMIRES usou o serviço à coroa e aos poderes condais (como governador territorial), as funções militares e uma cuidada política matrimonial, como pilares da sua ascensão social. Na verdade, o comportamento tendencialmente pró-leonês da sua linhagem (se excepturamos o caso de Paio Curvo de Toronho) acabaria por se articular com

[3110] Basta relembrar a relação familiar existente entre os Sousa e a famosa Santa Senhorinha de Basto – sobre as origens dos Sousa na terra de Basto veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, pp. 204-205.

[3111] LL22A4.

[3112] SOUTO CABO, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 240.

[3113] BARTON, *The Aristocracy…*, p. 36.

uma política matrimonial profundamente voltada para a esfera portuguesa. Do seu casamento com Toda Raimundes nasceram *Fernão Anes de Montor* (IV-1)[3114] e *Sancha (ou Teresa) Anes de Montor* (IV-2)[3115].

A quarta geração

Do casamento entre João Ramires e Toda Raimundes nasceram:

IV-1 FERNÃO ANES DE MONTOR, cavaleiro que ascendeu rapidamente à rico-homia durante os convulsos reinados de D. Urraca e Afonso VII, monarca que, segundo Argote de Molina, o tornou senhor de Villaplana (com as vilas de Gulpillanes, Pedrón e Paderne), de Tamallancos, ou *Talhamancos*, em Búval (com as vilas de Chacín, Boimorto, Lorero e Cambeo), de Villamarín, em Búval (com as vilas de Lion, Barbantes e Vinna), e de San Estevan de Quartelas, em Asma (com as vilas de Santa Cruz, Bruciños e Ruviaes)[3116] – uma vasta rede patrimonial que se articulava com a tutela das terras de Morrazo e Toronho.[3117] Na verdade, a carreira de FERNÃO ANES (1112-1157) começou justamente com a confirmação de um documento da rainha D. Urraca relativo a propriedades junto a Marín, no Morrazo, terra onde se localizava o castelo de S. Paio de Lutos (ou Lodo, Ponte de S. Paio, no concelho de Soutomaior), do qual foi tenente em 1145.[3118] Graças ao seu diligente serviço ao Imperador, contra inimigos cristãos e muçulmanos, também conseguiu a tenência de Montoro (entre 1149 e 1154),[3119] a de Límia, que lideraria a partir do castelo de Allariz, e a de Toronho, juntamente com o seu sogro Gomes Nunes de Pombeiro (ainda em data anterior a 1145)[3120]. Julgamos que muito deste caminho foi propiciado pela sua relação com o seu sogro, sendo, por isso, provável que FERNÃO ANES tenha entrado na casa

[3114] LL22A4.

[3115] LD18A2 (Teresa) e LL58A2 (Sancha).

[3116] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 232.

[3117] *Idem*, *ibidem*.

[3118] *Idem*, *ibidem*, p. 240. Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 98.

[3119] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[3120] *Idem*, *ibidem*. A referência mais antiga à colaboração entre Gomes Nunes e Fernão Anes à frente da tenência de Toronho foi erradamente datada de 1145, propondo Fernández Rodríguez uma data anterior a 1139 – Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 93 –, o que, também, não nos parece a mais acertada, devido à sua proximidade em relação aos acon-

de Gomes Nunes ainda jovem e que, após ter provado o seu valor através de feitos militares, tenha ganho a mão de Urraca Gomes. Por esta altura, também já teria ganho a confiança da rainha D. Urraca, que o apresentou como fiador de um acordo com Diego Gelmires, celebrado em 1115;[3121] como mediador em novas negociações com o mesmo arcebispo compostelano, em 1117; e como seu representante num pacto de paz com um conjunto alargado de nobres revoltosos, do qual faziam parte, Gomes Nunes de Pombeiro, seu sogro, e Bermudo e Fernão Peres de Trava, seus familiares por afinidade.[3122] Em 1120, tentou atrair Gelmires para o partido de D. Urraca, prometendo-lhe, em seu nome, o governo de toda a Galiza – uma estratégia que acabaria por dar frutos, já que se celebrou um juramento de fidelidade ao arcebispo, que envolveu uma parte substancial dos magnates galegos,[3123] e, em 1123, a rainha e o arcebispo acabaram por celebrar um novo pacto.[3124] Em 1125, ao lado de seu sogro, confirmou duas doações da rainha D. Teresa à diocese de Tui, uma em que se incluía o mosteiro de Ázere e a igreja de Aurega, e outra de que faziam parte várias igrejas e coutos que se situavam entre Lazoira e a foz do Minho.[3125] Aparentemente, esta aparição não terá implicado uma mudança de fidelidade, circunscrevendo-se apenas a uma iniciativa que visaria a partilha de algumas das mais-valias conseguidas pelo seu sogro em Portugal. Devido a um reacendimento dos conflitos entre a aristocracia galega, viu-se envolvido num litígio com Diego Gelmires, gerado pelas violências e abusos que ele cometia contra homens de Santiago a partir do castelo de S. Paio de Lutos, sendo depois obrigado a celebrar um acordo que regularizou a situação.[3126] Em 1126, juntou-se ao seu sogro na homenagem que os nobres galegos prestaram a Afonso VII, momento a partir do qual a sua fidelidade a este monarca o tornou num dos principais actores de múltiplos

tecimentos de Valdevez (cerca de 1141), altura em que Gomes Nunes, já adepto da causa portuguesa, se terá enfrentado com os fiéis de Afonso VII, partido onde se encontrava Fernão Anes.

Assim sendo, pensamos ser mais ajustado atribuir a esta governação colectiva de Toronho uma data incerta, entre 1141 e 1145.

[3121] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., p. 94.

[3122] *Idem*, *ibidem*.

[3123] *Idem*, *ibidem*, p. 95.

[3124] *Idem*, *ibidem*.

[3125] *Idem*, *ibidem*.

[3126] *Idem*, *ibidem*, p. 96.

episódios bélicos. Por outro lado, as suas relações com Diego Gelmires terão melhorado, já que fez parte de uma assembleia magna convocada pelo arcebispo com o propósito de acabar com os abusos que, durante aqueles anos, tinham sido cometidos contra a autoridade episcopal e régia.[3127] Ao contrário do seu sogro Gomes Nunes de Pombeiro e do seu filho Paio Curvo de Toronho, que colaboraram, tanto activa como passivamente, com a ocupação portuguesa do sul da Galiza, FERNÃO ANES participou várias vezes na sua defesa – esteve envolvido na destruição do castelo de Celmes (que tinha caído nas mãos dos portugueses), na vitória leonesa na lide de Cerneja[3128] e no bafordo de Valdevez (de 1141), onde foram aprisionados os seus filhos Varela Fernandes e Rodrigo Fernandes.[3129] Apesar de não ter confirmado o tratado de Tui (1137), sabemos que fez parte do séquito que acompanhou o Imperador na sua deslocação a esta cidade.[3130] Rompendo com a conduta tradicional da maioria da alta aristocracia galego-portuguesa, FERNÃO ANES passou os últimos anos da sua vida em campanhas no sul muçulmano, onde fez parte da conquista de Oreja (na fronteira toledana),[3131] prestou auxílio a Aben Hamdin (um dos vassalos muçulmanos de Afonso VII) na defesa de Andujár,[3132] foi um dos principais heróis da conquista de Almería[3133] e chefiou a tomada do castelo andaluz de Montoro, praça de onde retirou o seu apelido (*Montor*) e que manteve como tenência pessoal entre 1149 e 1154.[3134] Esteve também presente no cerco a Córdoba, de 1150,[2135] e no de Guadix, de 1152,[3136] – ano em que esteve com Afonso VII em Toledo, tendo recebido as tenências de Talavera e Maqueda.[3137] A sua vida pública duraria apenas até 1157, altura em que terá morrido.[3138] A sua extraordinária carreira, pautada pelo serviço

[3127] *Idem*, *ibidem*.

[3128] *Idem*, *ibidem*, pp. 96-97.

[3129] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 239.

[3130] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 97.

[3131] *Idem*, *ibidem*.

[3132] *Idem*, *ibidem*, p. 98.

[3133] *Idem*, *ibidem*, pp. 98-99.

[3134] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 241.

[3135] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 99.

[3136] *Idem*, *ibidem*.

[3137] Barton, *The Aristocracy…*, p. 37; Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 100.

[3138] Fernández Rodríguez, *Toronium…*, p. 100.

a D. Urraca e a Afonso VII, e o seu prestigioso casamento catapultaram definitivamente a sua linhagem para o primeiro patamar da aristocracia galego-portuguesa, assim superando as limitações das suas modestas origens infancionais. Tudo isto fez com que não fosse afectado pelo deserdamento do seu primeiro patrono, o seu sogro Gomes Nunes de Pombeiro, ou pela aproximação da sua família ao partido português, especialmente visível na conduta do seu filho Paio Curvo. Do seu casamento com Urraca Gomes de Pombeiro nasceram *Paio Curvo de Toronho* (V-1), *Gontrode Fernandes de Montor* (V-2), *Varela Fernandes* (V-3), *Nuno Fernandes de Montor* (V-4) e *Rodrigo Fernandes de Toronho* (V-5).

IV-2 e SANCHA (ou TERESA) ANES DE MONTOR[3139], esposa do poderoso Paio Guterres da Silva, vicário régio de Afonso VI em Portucale.[3140] Deste casamento poderão ter nascido Pero Pais *Escacha* e Gomes Pais da Silva, patriarcas dos dois principais ramos dos Silva[3141]. Importa assinalar que, apesar de ter sido mordomo na cúria condal em 1105, Pero Pais *Escacha* encetou uma carreira transfronteiriça, chegando a deixar descendência em Leão. Também devemos realçar que foi substituído na mordomia por Gomes Nunes de Pombeiro, que seria, ao mesmo tempo, sogro de Fernão Anes de Montor e seu cunhado, visto que Pero Pais casou com Elvira Nunes de Celanova, sua irmã. Assim sendo, podemos concluir que SANCHA (ou TERESA) ANES também deu um contributo importante para a consolidação de uma rede familiar entre três das principais famílias da fronteira galego-portuguesa.

A quinta geração

Do casamento entre Fernão Anes de Montor e Urraca Gomes de Pombeiro nasceram:

V-1 PAIO CURVO DE TORONHO, magnate transfronteiriço registado entre 1128 e 1173, junto de Diego Gelmires, Afonso VII, Fernando II e D. Afonso Henriques. Na qualidade de governador de Toronho (e Tui), foi com-

[3139] Como já dissemos, é identiticada em LD18A2 como Teresa e em LL58A2 como Sancha.

[3140] MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*..., pp. 117-118.

[3141] Se bem que, tal como deduzimos na secção dedicada aos Silva-Soverosa, seja altamente provável que Pero Pais Escacha tenha nascido de um outro casamento de Paio Guterres da Silva com a leonesa Fronilde Ovéquiz (Muñoz) e não do matrimónio com Sancha Anes.

placente com a ocupação portuguesa do sul da Galiza, que atingiu o seu pico entre 1161 e 1169. Também foi senhor dos castelos de S. Paio de Lutos (Lodo) e de Santa Maria de Lanzada (no Salnés), onde deteve várias propriedades e benefícios eclesiásticos.[3142] Todas estas igrejas e quinhões eclesiásticos no Salnés e em Morrazo viriam a ser deixados em testamento à igreja compostelana.[3143] Esta proximidade a Gelmires e à sé compostelana terá nascido do seu primeiro casamento com Toda Moniz, sobrinha do próprio arcebispo, e plasmou-se, acima de tudo, nas suas funções enquanto meirinho da cúria arcebispal.[3144] Cremos que esta união terá sido fruto dos múltiplos contactos entre Fernão Anes e o prelado. Em 1128, cumprindo as funções de meirinho e chefe das milícias arqui-episcopais, deu caça a Garcia Peres de Trava, que tinha atacado e roubado um grupo de mercadores ingleses e lorenos que se dirigia a Santiago.[3145] Aquando de uma das primeiras incursões portuguesas em Toronho, Afonso VII deu instruções a Diego Gelmires para que ordenasse ao seu meirinho que saísse ao caminho dos invasores, ordem que não foi cumprida,[3146] talvez porque PAIO CURVO já estivesse comprometido com o partido de D. Afonso Henriques. A presença de PAIO CURVO na corte leonesa tornou-se mais frequente a partir de 1133, tendo confirmado inúmeros diplomas régios ao longo da sua carreira na cúria.[3147] Tal como seu pai, esteve junto a Afonso VII aquando da assinatura do tratado de Tui, em 1137.[3148] Alguns indícios documentais apontam para que pudesse ter estado ao lado de seu pai no cerco a Oreja, em 1139.[3149] Em 1141, foi obrigado a restituir ao abade de San Martín bens que lhe tinha usurpado.[3150] Em 1142 surge em Carrión, confirmando um documento do Imperador,[3151] e, em 1147, deverá ter acompanhado

[3142] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 242.

[3143] *Idem*, *ibidem*, p. 242, nota 47.

[3144] *Idem*, *ibidem*, p. 242.

[3145] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., pp. 101-102.

[3146] *Idem*, *ibidem*, p. 102.

[3147] *Idem*, *ibidem*, p. 102 e seguintes.

[3148] *Idem*, *ibidem*, p. 102.

[3149] *Idem*, *ibidem*.

[3150] *Idem*, *ibidem*, pp. 102-103.

[3151] *Idem*, *ibidem*, p. 103. Trata-se de uma confirmação de Afonso VII da outorga do senhorio da cidade de Tui ao bispo tudense, à qual acrescenta o castelo de Santa Helena, importante praça da terra de Toronho.

o seu pai na conquista de Almería.[3152] Em 1149 surgem os primeiros documentos em que se apresenta como senhor de Tui e tenente de Toronho[3153], sucedendo neste cargo ao seu avô materno, Gomes Nunes de Pombeiro (Celanova), que fora deserdado pelo Imperador após o bafordo de Valdevez de 1141. Em 1152 surge ao lado do seu pai no cerco de Guadix, confirmando um diploma régio como tenente de Toronho.[3154] Nesse mesmo ano é identificado numa cláusula cronológica de um diploma de Barrantes, como príncipe de Toronho.[3155] O mesmo acontece num documento privado de 1155, novamente como tenente de Toronho.[3156] Em 1156, confirmou a divisão de bens e jurisdições levada a cabo entre o bispo e o cabido de Tui,[3157] que foi alvo do consentimento de D. Afonso Henriques[3158] – que, na prática, já era senhor de vastos territórios nas duas margens do Minho. Durante algum tempo terá sido senhor do castelo de Sande e, provavelmente, de toda a Límia, terra onde seu pai já tinha exercido funções.[3159] Em 1157 recebeu uma vasta doação de Fernando II, com o propósito de o indemnizar dos bens que perdera durante a invasão portuguesa.[3160] Este documento deverá aludir a uma campanha ocorrida imediatamente depois da morte de Afonso VII, que levou D. Afonso Henriques a deslocar-se por duas vezes à corte leonesa em 1157 e a encontrar-se com Fer-

[3152] O poema de Almería refere que Fernão Anes envolveu os seus filhos nesta campanha (*Idem*, *ibidem*).

[3153] Em duas doações régias de bens reguengos ao mosteiro de Oia e a uma senhora local (*Idem*, *ibidem*).

[3154] *Idem*, *ibidem*.

[3155] *Idem*, *ibidem*.

[3156] *Idem*, *ibidem*, p. 104.

[3157] *Idem*, *ibidem*.

[3158] *Idem*, *ibidem*, pp. 104-105. Recorde-se que a natureza transfronteiriça da diocese de Tui justificava claramente o consentimento do monarca português.

[3159] *Idem*, *ibidem*, p. 104. Aquando da constituição do couto de Riba Minho, o mosteiro de Celanova viu-se obrigado a devolver vários casais ao Imperador e a pagar um valor monetário a Paio Curvo, visto que era senhor daquela terra.

[3160] *Idem*, *ibidem*. Em recompensa do que perdera em Couso, Belesar e Galegos, recebeu bens régios em Mougás; dois casais em Fornelos, por Mañufe; um paço em Teis, por Nogueira e Canadelo; e, por Mosende, dois casais que ali tinha e um outro em Canadelo, na Louriña. Importa assinalar que o soberano leonês invoca explicitamente o serviço pessoal de Paio Curvo, durante a sua juventude, como uma das razões para tal benefício. Lembremo-nos que Fernando II fora criado na casa de João Aires da Nóvoa (ou Moeiro), ou seja, numa terra vizinha da antiga comarca de Toronho.

nando II em Cabrera (Ourense) em finais de 1158.[3161] Em 1159, confirmou dois privilégios expedidos por Fernando II em Tui a favor do mosteiro de Oia.[3162] Ao que sabemos, terá seguido a corte durante alguns meses, confirmando vários diplomas relativos à Galiza e, provavelmente, fugindo à rápida penetração dos portugueses. Em 1160, terá feito parte do séquito que acompanhou o rei de Leão nas suas negociações com D. Afonso Henriques, que resultariam no tratado de Celanova.[3163] Numa doação deste mesmo ano, relativa a uma herdade em Sárdoma, PAIO CURVO e a sua segunda esposa, Maria Garcia, fazem saber que D. Afonso Henriques tinha ocupado todo o território de Toronho e que, na verdade, estes apenas mantinham o castelo de S. Paio de Lutos (Ludo).[3164] Tal situação não é de espantar, já que D. Afonso Henriques tinha celebrado um acordo matrimonial com Ramón Berenguer IV em Tui, justamente em Janeiro desse ano.[3165] Porém, um documento de Melón de 1162 diz-nos que a situação terá sido regularizada rapidamente, pois apresenta Fernando II e PAIO CURVO na posse de Toronho.[3166] No entanto, as tropas portuguesas voltariam a investir contra a Galiza em 1165, avançando muito rapidamente e com bastante violência, devido à apatia e passividade dos senhores locais. Nesta surtida, os portugueses tomaram Tui, chegando a violar a catedral, e ocuparam todo o território até ao rio Lérez e ao castelo de Lobeira.[3167] Em Límia, cercaram o castelo de Sandino (Sande?), que estava na posse do mosteiro de Celanova, e, graças ao labor do conde Vasco Sanches de Barbosa

[3161] *Idem*, *ibidem*, pp. 104-105. Apesar de Fernández Rodríguez recusar peremptoriamente a teoria de que a sua presença na cúria leonesa estaria relacionada com uma nova incursão portuguesa na fronteira, J. Mattoso considera justamente que D. Afonso Henriques terá aproveitado o facto de Fernando II se ter envolvido no apaziguamento das revoltas urbanas zamoranas de 1157-1158 (a revolta da *«Trucha»*) para atacar novamente Toronho e Límia, sendo que as escaramuças terão sido menores e resolvidas quase imediatamente através das tréguas de Cabrera – Mattoso, *D. Afonso Henriques*, p. 208.

[3162] Fernández Rodríguez, *Toronium*…, p. 106. Em 1158, Paio Curvo surge identificado como tenente de Toronho numa doação da condessa Fronilde Fernandes ao mosteiro de Melón, relativa a alguns bens em Fragoso (*Idem*, *ibidem*, p. 105). Um ano depois, aparece com a sua segunda esposa, Maria Garcia, a comprar uma parte da igreja de Santa Cristina de Lavadores (*Idem*, *ibidem*, pp. 105-106).

[3163] *Idem*, *ibidem*, p. 106.

[3164] *Idem*, *ibidem*.

[3165] *Idem*, *ibidem*, p. 107.

[3166] *Idem*, *ibidem*.

[3167] *Idem*, *ibidem*, pp. 107-108.

(ou Celanova), primo da mãe de PAIO CURVO e sobrinho de D. Afonso Henriques[3168], conquistaram os castelos de Santa Cruz e de Monte Laboreiro. Por essa altura, D. Afonso Henriques construiu o castelo de Cedofeita, junto a Pontevedra,[3169] que acabaria por cair em 1169, com a retirada dos portugueses. Em 1165, os dois monarcas assinaram a paz de Lérez, que foi confirmada por PAIO CURVO como tenente de Lanzada.[3170] No Verão desse mesmo ano, PAIO CURVO e sua esposa fizeram uma doação de uma herdade sua em Sárdoma, onde se indica que D. Afonso Henriques reinava de Santarém até Pontevedra e que Fernando II o fazia dali até Leão.[3171] Aparentemente, este documento confirma que a perenidade da presença portuguesa no sul da Galiza já tinha sido assimilada pelas elites locais, situação que é atestada por um documento de D. Afonso Henriques de 1169, onde confirma o senhorio da cidade de Tui à sua igreja e onde lhe doa o seu couto galego de Bembibre, com cinco barcos no porto de Vigo.[3172] Todavia, com o desastre de Badajoz e a destruição do castelo de Cedofeita, a situação reverter-se-ia completamente, tendo D. Afonso Henriques abdicado de todos os seus domínios galegos. Como seria de esperar, a passividade de PAIO CURVO perante a invasão portuguesa custou-lhe a sua presença à frente da tenência de Toronho, razão pela qual terá passado ao partido português e, depois, entrado no mosteiro de Melón.[3173] Contudo, a década de sessenta não terá sido completamente desprovida de sorte ou favor régio, visto que, para além de ter conservado a sua tenência em circunstâncias extremas, conseguiu manter os castelos de Luto (1160) e Lanzada (1165). No fundo, julgamos que PAIO CURVO terá tentado defender Toronho da maioria das incursões portuguesas até 1158, mas a paz desse ano acabou por se provar insuficiente para afastar D. Afonso Henriques da região. Devido a isso, a década de sessenta ficaria marcada por fases de ocupação

[3168] O conde Vasco Sanches de Celanova seria filho de Sancho Nunes de Celanova e da Infanta D. Sancha Henriques, o que o tornava sobrinho de D. Afonso Henriques e de Gomes Nunes de Pombeiro, pai de Urraca Gomes de Celanova, esposa de Fernão Anes de Montor e mãe de Paio Curvo – SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.7. - Barbosa. Portanto, a sua mãe seria prima de Vasco Sanches e, por isso, este seria seu primo em segundo grau.

[3169] FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *Toronium*..., pp. 107-108.

[3170] *Idem*, *ibidem*, p. 109.

[3171] *Idem*, *ibidem*.

[3172] *Idem*, *ibidem*, p. 110.

[3173] *Idem*, *ibidem*, pp. 111-112.

mais ostensivas e duradouras, que apenas sofreram um pequeno interregno com o tratado de Celanova. Nem mesmo a presença de PAIO CURVO à frente do castelo de S. Paio de Lutos (em 1165), durante o pico da invasão, o terá dissuadido de colaborar com o avanço dos portugueses. Na nossa opinião, PAIO CURVO terá acabado por ceder ao peso das circunstâncias, que pareciam apontar para uma ocupação definitiva, e a pressões do seu grupo familiar mais próximo, fortemente aparentado com a aristocracia portuguesa. Quanto ao seu património, teve um quinhão na igreja de Santa Cristina de Lavadores[3174] (Vigo), na terra de Fragoso, uma herdade em Sárdoma[3175] (Vigo) e a herdade do Paço em S. Pedro de Nogueira.[3176] Recebeu uma doação de Fernando II em 1157[3177], pelo seu bom serviço e por tudo que perdeu com a invasão portuguesa, onde lhe são atribuídos por Couso, Belesar e Gallegos, todos os seus bens em Mougás; por Mañufe, dois casais em Fornelos; por Nogueira e Canadelo, um palácio em Teis; e por Mosende, dois casais que ali tinha e um mais em Canadelo. Através do seu testamento de 1173, doa Mañufe aos cavaleiros de S. João, Canadelo ao Hospital, o couto de S. Pedro de Nogueira (com a sua igreja) a Melón, as igrejas e herdades que tinha no Salnés e em Morrazo a Santiago, as de Fragoso e Toronho a Tui, Belesar a Santa Eulália de Nandín e Nogueira a Melón.[3178] Como já vimos, PAIO CURVO teve dois casamentos, o primeiro com Toda Moniz, sobrinha de Diego Gelmires, e o segundo com Maria Garcia, de quem nada sabemos[3179]. Pensamos que deste seu segundo casamento terão nascido *Gonçalo Pais de Toronho* (VI-1), *Maria Pais de Toronho* (VI-2) e *Sancha Pais de Toronho* (VI-3).

V-2 GONTRODE FERNANDES DE MONTOR, esposa de Nuno Soares Velho II, de quem teve João Nunes de Cerveira. Esta relação acabou por ser imortalizada pelos nobiliários, devido ao caricato duelo gerado pelo seu

[3174] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1437, doc. 12.

[3175] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1437, doc. 13 e Carp. 1438, doc. 2.

[3176] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1457, doc. 11.

[3177] Trata-se de uma cópia notarial de 1288 – AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1437, doc. 11.

[3178] Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 111.

[3179] Apesar de Paio Curvo se ter tornado numa espécie de confrade laico de Melón, Maria Garcia terá acompanhado o seu marido até ao final da sua vida, já que chegam a testemunhar juntos actos relativos a este cenóbio no seu paço de Mañufe – Fernández Rodríguez, *Toronium*..., p. 112.

assassinato às mãos do seu marido, estória que já tivemos oportunidade de analisar na secção dedicada aos Velhos[3180]. Apesar da proximidade geográfica e cronológica de todos os intervenientes, o desfasamento etário entre Simão Nunes, Gonçalo Vasques, Nuno Soares e Gontrode Fernandes, faz-nos desconfiar da veracidade desta narrativa. No entanto, a ter acontecido, deverá ter ocorrido na década de cinquenta ou sessenta do século XII. Do seu filho João Nunes procedem todos os Cerveira, linhagem prolífica que estendeu os seus interesses pelas duas margens da fronteira galego-portuguesa.

V-3 VARELA FERNANDES, fidalgo documentado entre 1152 e 1178, e pontualmente nas cortes de Afonso VII e Fernando II.[3181] Em 1160 recebeu deste último monarca Cangas de Morrazo, propriedade que permaneceria durante várias gerações na sua família, chegando até Sancha Fernandes Varela, filha de Fernando Pais de Talhamancos e sua bisneta.[3182] Entre 1165 e 1178 surge várias vezes como tenente de Morrazo,[3183] terra onde era herdado. Segundo a *Chronica Gothorum*, fez parte das tropas leonesas que participaram no célebre recontro de Valdevez de 1141, tendo sido capturado pelos portugueses.[3184] Apesar de desconhecermos o nome da sua esposa, sabemos que foi pai de *Paio Varela* (VI-4), *Garcia Varela* (VI-5) e *Afonso Varela* (VI-6).[3185]

V-4 NUNO FERNANDES DE MONTOR, fidalgo documentado entre 1142 e 1164, confirma pontualmente alguns diplomas de Afonso VII e Fernando II ao lado dos seus irmãos Paio Curvo e Varela Fernandes – e chegando a ser identificado erroneamente, por alguns escribas, como Nuno Peres de Lara.[3186] Foi tenente de Toronho, em 1161.[3187] Segundo os livros de linhagens[3188], NUNO FERNANDES e o seu irmão Rodrigo Fernandes de Toronho enfrentaram-se com Guterre Rodrigues de Castro, *o Escalavrado*, que, após

[3180] A nosso ver, a versão mais antiga desta narrativa estará plasmada em LD14Y5.

[3181] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», pp. 235-236.

[3182] *Idem*, *ibidem*, p. 237.

[3183] *Idem*, *ibidem*.

[3184] *Idem*, *ibidem*, p. 239.

[3185] *Idem*, *ibidem*, p. 258.

[3186] *Idem*, *ibidem*, pp. 239-240.

[3187] *Idem*, *ibidem*, p. 239, nota 37.

[3188] LD11F8.

ter saído do cativeiro em terras mouras, lhes tomou Orcellón (Orzelhom) e Toronho. Apesar de não podermos atestar a veracidade desta passagem, consideramos que as duas terras referidas se encontravam, de facto, no raio de acção da sua família.[3189]

V-5 e RODRIGO FERNANDES DE TORONHO, fidalgo que, como vimos, foi imortalizado pelos livros de linhagens[3190], que dão notícia da usurpação das suas terras familiares de Orcellón (Orzelhom) e Toronho por Guterre Rodrigues de Castro, *o Escalavrado*. Segundo a *Chronica Gothorum,*[3191] também foi um dos fidalgos leoneses capturados durante o recontro de Valdevez, de 1141, sendo referido como pai de *Fernando Rodrigues* (VI-7). Desconhecemos o nome da sua esposa (ou amante).

A sexta geração

Do segundo casamento de Paio Curvo de Toronho com Maria Garcia nasceram:

VI-1 GONÇALO PAIS DE TORONHO, esposo de Ximena Pais da Maia, irmã de Pero Pais da Maia, *o Alferes*, e filha de Paio Soares da Maia e de Châmoa Gomes de Pombeiro; portanto, sobrinhos de Urraca Gomes de Pombeiro e de Fernão Anes de Montor, pais de Paio Curvo de Toronho e avós de GONÇALO PAIS DE TORONHO. Assim sendo, GONÇALO PAIS seria neto de uma irmã da mãe de Ximena Pais, ou seja, de uma tia desta. No fundo, esta rede endogâmica consolidava as relações e sinergias entre os da Maia, Toronho e Celanova, apontando para uma figura única no panorama político

[3189] Na verdade, a integração de Guterre Rodrigues de Castro no espaço galego terá sido fruto do seu casamento com Elvira Osório, filha do conde leonês Osório Martins e de Teresa Fernandes, filha da Infanta D. Elvira, meia-irmã da rainha D. Teresa de Portugal e senhora das terras de Cabreira e Ribeira (no Bierzo).

Porém, existem várias tradições que, tal como esta, o procuram explicar de outra forma: em LD19U6, atribui-se ao *Escalavrado* um casamento bastante duvidoso com Elvira Soares da Nóvoa, talvez com o propósito de branquear o facto de ter adquirido os seus bens galegos por via de benefícios régios e do seu casamento com uma leonesa.

Esta conjuntura terá criado várias rivalidades entre os Castro e algumas linhagens galegas, que acabaram por dar origem a tradições e estórias de violência, como aquela narrada em LD11F8.

[3190] LD11F8.

[3191] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 239.

do ocidente peninsular, o conde Gomes Nunes de Pombeiro. Por isso, não é de estranhar que Ximena Pais se tenha casado na região dos seus antepassados galegos (provenientes da velha aristocracia condal) e que Pero Pais tenha buscado abrigo neste mesmo espaço, durante o seu exílio leonês. E não esqueçamos que, para além de alferes de Leão, Pero Pais também foi governador de Tui (Toronho) e senhor do castelo de Entienza, recuperando assim algumas das prerrogativas do seu avô. Com ele terá chegado João Soares de Paiva I, trovador que terá transformado Toronho num dos berços da literatura trovadoresca.[3192] Quanto a GONÇALO PAIS DE TORONHO, foi um dos ho-

[3192] A ascendência galega de Pero Pais da Maia e o seu parentesco com senhores locais transformavam Toronho na segunda casa do *Alferes*.

Enfrentados com um afastamento prolongado dos principais cargos curiais, os senhores da Maia viram-se obrigados a investir no casamento do jovem Pero Pais da Maia com Elvira Viegas de Ribadouro, filha do famoso aio e mordomo de D. Afonso Henriques, Egas Moniz de Ribadouro.

Esta relação acabaria por alçá-lo à alferesia, cargo que ostentaria entre 1147 e 1169, período em que o *Alferes* acabou por liderar um processo que expandiu as fronteiras do reino, de Lisboa até à linha do Guadiana.

Mas as pesadas consequências da derrota de Badajoz, que deixara D. Afonso Henriques incapacitado e que ditara a perda dos territórios galegos de Toronho e Límia e de algumas praças na actual Estremadura espanhola, levariam a que Pero Pais da Maia se tornasse o bode expiatório deste fracasso.

Assim, a sua ascendência em Gomes Nunes de Pombeiro, seu avô, e a sua familiaridade com Gonçalo Pais de Toronho, seu cunhado, levou-o a Toronho e à corte leonesa, abandonando a terra da Maia (da qual era tenente e senhor natural) e a alferesia portuguesa.

Na verdade, o *Alferes* só voltaria a Portugal em 1184, como parte de um corpo expedicionário, liderado por Afonso IX, que tentaria prestar auxílio aos homens que estavam sitiados em Santarém, e definitivamente em 1186, pouco tempo depois de D. Afonso Henriques ter morrido.

Em Leão, foi alferes (1171-1172) e tenente de Tui (Toronho) e de Entienza, região onde teria bens de origem materna. Em recompensa dos bons serviços prestados, Fernando II agraciou-o com património em Guillarey e Sareia, em Toronho, que se acrescentavam aos que já em 1170 detinha em Santa María (perto de Villalpando), em Pobladura e em S. Martín.

A sua última aparição em Leão data de 1188, altura em que terá prestado homenagem ao novo rei de Leão, Afonso IX – CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 11-12.

Com ele, terá chegado à Galiza João Soares de Paiva I, fidalgo e trovador documentado desde 1169, altura em que confirma um diploma do seu pai. No ano seguinte, ofereceu uma herdade em Pedorido a Paço de Sousa. Foi proprietário de uma leira em Sobrado, que deixou à igreja local, e de uma herdade em Lavariz, que deixou a Paço de Sousa juntamente com outras propriedades em Santiago de Vilela. O seu solar familiar estaria na quintã de Sobrado, no julgado de Paiva.

mens de confiança de D. Sancho I no tratado luso-leonês de 1194, que regularizava a situação das arras de D. Teresa de Portugal após a dissolução do seu casamento com Afonso IX. Através deste acordo, foram-lhe confiados quatro castelos em Toronho, que tinham sido entregues a D. Teresa. Em 1197, GONÇALO PAIS surgiu na corte de D. Sancho I como governador de Tui,[3193] talvez na sua condição de vassalo do rei, num momento de guerra aberta contra Leão. Após o tratado de 1194, Afonso IX e D. Sancho I terão encetado um novo acordo em Zamora, que tentaria acertar a dissolução definitiva dos laços matrimonais com D. Teresa e a manutenção de um clima de paz entre os dois reinos. No entanto, o tom de conflito latente foi aumentando em 1196, tendo D. Sancho I conseguido uma bula papal em 1197, pela qual eram atribuídas à sua guerra contra os leoneses indulgências similares às da guerra santa. Estamos certos de que as hostilidades terão durado até cerca de 1199, altura em que começam a cessar os indícios de conflitualidade entre D. Sancho I e Afonso IX. Numa primeira fase (justamente em 1197), D. Sancho I tomou várias praças na fronteira galego-portuguesa, como Tui e Pontevedra. Por seu lado, Afonso IX, ao desembaraçar-se do conflito que vinha mantendo na frente castelhana, lançou uma contra-ofensiva na Beira Alta em 1198, altura em que, talvez com a conivência de senhores locais, se verificou a batalha de Ervas Tenras, junto a Pinhel. Nos inícios de 1199, Afonso IX tomou Bragança, terra dominada pela família de um dos seus principais magnates, Fernão Fernandes de Bragança, e D. Sancho I atacou Cidade Rodrigo. As pesadas baixas causadas por esta guerra entre a alta nobreza dos dois reinos terão leva-

João Soares terá saído de Portugal nos inícios da década de 1170, mas apenas se encontra documentado na Galiza em 1182, no fundo de Sobrado dos Monges.

No caso do trovador, o seu exílio em Toronho também terá sido favorecido pelo seu contexto familiar, já que Mem Pais Bofinho (Azevedo), primo do seu pai, foi casado com Sancha Pais de Toronho, filha de Paio Curvo e irmã de Gonçalo Pais.

Nas cortes do sul da Galiza, João Soares terá conhecido Rodrigo Dias de los Cameros, famoso fidalgo riojano que foi filho de Guiomar Fernandes de Trava. Numa data incerta, João Soares terá acompanhado Rodrigo Dias no seu regresso a Cameros, lugar onde escreveu, por volta de 1195 ou 1196, a trova *Ora Faz Ost'O Senhor de Navarra*.

As influências occitânicas semeadas por esta dupla nas cortes de Toronho acabariam por se estender às gerações seguintes, encontrando-se bem visíveis na produção poética de Garcia Mendes de Eixo, poderoso Sousão que se exilou nas terras da sua esposa, Elvira Gonçalves de Toronho, filha de Gonçalo Pais – *Idem*, *ibidem*, pp. 12-13; sobre o papel de João Soares de Paiva no nascimento da poesia trovadoresca veja-se J. C. Miranda, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*.

[3193] Mattoso, «A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa…», p. 136.

do a um armistício, celebrado nos últimos meses desse ano. Através deste provável acordo, os dois monarcas terão consolidado as premissas dos acordos de 1194, garantindo assim uma paz duradoura que voltaria a ser rompida em 1211, fruto da recusa de D. Afonso II em conferir às suas irmãs os senhorios que lhes foram outorgados pelo testamento de D. Sancho I.[3194] Neste contexto, a fidelidade de GONÇALO PAIS a D. Teresa e a D. Sancho I, bem como as pressões do seu grupo familiar (predominantemente português), tê-lo-ão levado a optar pelo partido invasor, entregando os seus domínios à soberania portuguesa e revelando um pragmatismo muito similar ao do seu pai, Paio Curvo, e totalmente divergente do seu avô, Fernão Anes de Montor. Do seu casamento com Ximena Pais nasceram *Soeiro Gonçalves de Toronho* (VII-1) e *Elvira Gonçalves de Toronho* (VII-2), senhora que casou com o magnate e trovador Garcia Mendes de Eixo (Sousa), que, com o estalar do conflito de 1211, se exilou justamente na terra de Toronho, onde levou a cabo as suas primeiras experiências literárias.[3195]

VI-2 MARIA PAIS DE TORONHO, esposa de Gonçalo Gonçalves da Palmeira,[3196] filho de Gonçalo Rodrigues da Palmeira e de Urraca Viegas de Ribadouro (sua segunda esposa) e, por isso, neto de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, irmão do conde Pedro Froilaz de Trava. MARIA PAIS foi imortalizada pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no qual, reproduzindo-se um tópico gerado pela literatura trovadoresca, a identificam como a causa da morte *«d'amor»* de Pero Rodrigues da Palmeira. Em nosso entender, talvez exista a possibilidade de que nenhuma destas relações seja verídica, já que podemos estar perante um equívoco onomástico que a confunde com Maria Pais de Valadares, senhora que também marcou presença na Galiza. Todavia, deixamos, por agora, esta questão em aberto.

VI-3 e SANCHA PAIS DE TORONHO, esposa de Mem Pais *Bofinho* (Azevedo)[3197] e, depois, de Egas Afonso de Alvarenga, de quem teve descendência.[3198]

[3194] *Idem*, «1096-1325», p. 98.

[3195] As migrações de Gonçalo Mendes de Sousa II e de Garcia Mendes de Eixo, bem como de Rui Gomes de Briteiros, seu parente colateral e figura próxima da sua casa, encontram-se analisadas em Calderón Medina e Ferreira, «Beyond the Border…», pp. 28-32. Sobre os Briteiros *vide* a nossa nota 3038.

[3196] LL37E4.

De Varela Fernandes nasceram:

VI-4 PAIO (MONIZ)[3199] VARELA (1186-1223)[3200], magnate da corte de Afonso IX: tenente de Aguilar de Petrayo e de Ordiales (na terra de Páramo, Leão, em 1193), alferes-mor (1197) e mordomo-mor.[3201] Foram seus filhos *Fernão Pais de Talhamancos*, *Varela* ou *Capelo* (VII-3), *Miguel Pais Varela* (VII-4) e *Maria Pais Varela* (VII-5).[3202]

VI-5 GARCIA VARELA, fidalgo que, entre 1195 e 1224, confirma ou testemunha várias transacções protagonizadas pela Sé de Leão, por certo na qualidade de juiz da cidade, o que se atesta, pelo menos, em 1224.[3203]

VI-6 e AFONSO VARELA, clérigo de Leão em 1224, altura em que recebeu a prebenda da igreja de S. Marcelo (Leão).[3204] Talvez tenha chegado à cidade com o seu irmão Garcia, com o mesmo propósito de dar seguimento aos seus estudos e às suas carreiras.

De Rodrigo Fernandes de Montor nasceu:

VI-7 FERNANDO RODRIGUES, fidalgo referido pela *Chronica Gothorum* entre os cavaleiros leoneses aprisionados pelos portugueses durante o bafordo de Valdevez (1141).[3205] Não sabemos se casou nem se teve filhos; mas, atendendo às cronologias dos seus primos, podemos presumir que terá sido um dos primeiros a nascer na sua geração e que terá morrido ainda jovem.

[3197] LL52A3.

[3198] LL36AR7.

[3199] Desconhecendo-se o nome da esposa de Varela Fernandes, podemos presumir que o uso do patronímico Moniz poderá ser uma homenagem onomástica ao seu avô materno, sendo que o candidato mais provável seria um Rodeiro (Monio Fernandes de Rodeiro?), causa de uma identificação errónea de Paio Varela com Paio Moniz de Rodeiro – sobre este assunto, veja-se Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 245, nota 65.

[3200] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 232.

[3201] *Idem*, *ibidem*, pp. 233 e 252, nota 92.

[3202] *Idem*, *ibidem*, p. 258.

[3203] *Idem*, *ibidem*, p. 245.

[3204] *Idem*, *ibidem*.

[3205] *Idem*, *ibidem*, p. 239.

A sétima geração

Do casamento entre Gonçalo Pais de Toronho e Ximena Pais da Maia nasceram:

VII-1 SOEIRO GONÇALVES DE TORONHO, cavaleiro que, tal como seu pai, manteve uma relação de enorme proximidade com Portugal, tendo participado na guerra civil entre D. Sancho II e D. Afonso III. O seu envolvimento neste conflito acabaria por ter um desfecho trágico, já que morreu na lide de Gaia de 1245.[3206]

VII-2 e ELVIRA GONÇALVES DE TORONHO, esposa do célebre rico-homem, exilado e trovador, Garcia Mendes de Eixo (Garcia Mendes de Sousa II), de quem teve vasta descendência (como Gonçalo e Pero Garcia de Sousa, que, antes de regressarem a Portugal, fizeram parte do séquito do Infante português D. Pedro Sanches e que o acompanharam na sua viagem até à Catalunha)[3207]. Para além das informações presentes no célebre cantar de exílio de Garcia Mendes[3208], que compara as propriedades da terra de Toronho com as do vale do Sousa, a presença deste casal na Galiza encontra-se atestada em 1232, altura em que doaram a sua herdade em Burgo Novo (Baiona), com as suas casas e hortas, ao mosteiro de Fiães.[3209] Para além disso, encontramos

[3206] LV2A8. Não é de todo improvável que tenha feito parte da milícia liderada por Afonso X que, devido às suas solidariedades familiares com várias estirpes portuguesas, defendeu os interesses de D. Sancho II durante a guerra civil – sobre a acção e sinergias familiares deste corpo expedicionário veja-se CALDERÓN MEDINA, «La Solidaridad Familiar…», pp. 617-646.

[3207] CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 23-28.

[3208] *Alá u nazq la Torona*.

[3209] FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, doc. 241. Atendendo à posição de charneira de Garcia Mendes de Eixo e de Gonçalo Mendes de Sousa II entre os exilados portugueses de primeira (anteriores a 1211) e segunda geração (posteriores a 1211), tentaremos sintetizar alguns dados sobre as suas vidas e movimentos transfronteiriços.

Apesar do enorme prestígio social destes dois magnates, pensamos que, à altura da sua saída para o reino de Leão, a chefia da casa de Sousa estava nas mãos de Gonçalo Mendes de Sousa II. Esta nossa suposição baseia-se no facto de Gonçalo ter ocupado os principais cargos que tinham sido confiados à casa de Sousa, ou seja, a mordomia (1192-1211) e as tenências de Basto (1995-1211) e Celorico da Beira (1196).

Na verdade, o catalisador da mudança de posicionamento político destes irmãos prende-se com o facto de, após a morte de D. Sancho I, Afonso II ter levado a cabo várias mudanças

na cúria régia, que acabariam por afastá-los dos círculos de poder mais próximos do novo monarca. Assim sendo, o conflito de 1211, nascido da recusa de D. Afonso II em fazer cumprir os legados que D. Sancho I deixara às suas irmãs, seria a oportunidade ideal para que, conjuntamente com outros nobres desavindos com as políticas centralistas, se juntassem aos poderes leoneses.

Tendo confirmado apenas um documento na corte leonesa, como tenente da Extremadura e Transierra, Gonçalo decidiu partir de Castrotoraf e se infiltrar, com 25 cavaleiros, na praça de Montemor, onde D. Teresa, antiga esposa de Afonso IX, irmã do novo rei e líder do grupo das Infantas, fora cercada pelo novo mordomo real, Martim Anes de Riba de Vizela. A intervenção de Gonçalo saldar-se-ia numa derrota humilhante das forças régias.

Apesar da onda de destruição causada pela intervenção de Afonso IX neste conflito, Gonçalo e Garcia conseguiram manter um posicionamento bastante discreto em Leão, sendo referido em 1211 e, apenas, em 1217, altura em que marca presença na atribuição das arras das filhas de Afonso IX e de Teresa de Portugal. Também poderá ter sido um tenente de Caura e Alcântara homónimo, documentado em 1215.

Anos mais tarde, marcaria presença no tratado de Boronal, mas já do lado dos portugueses.

Após o seu regresso, tornou-se mordomo (1224), tenente de Lamego (1221-1222 e 1234-1236), Pinhel (1223), Viseu (1235), Riba Minho e Valadares (1226).

Gonçalo viria a morrer em 1243, tendo sido sepultado em Alcobaça.

Estamos certos de que terá sido senhor de Gonçalo Gomes de Briteiros, fidalgo a quem tornou cavaleiro, e, provavelmente, de Rui Gomes de Briteiros.

Atendendo à sua aparição à frente da mordomia leonesa em 1226, em substituição do Infante D. Pedro, podemos presumir que terá chegado a Leão na companhia dos Sousa, já que a sua esposa, Elvira Anes da Maia, seria filha de João Pires da Maia (e, portanto, neta da Pero Pais da Maia) e de Guiomar Mendes de Sousa, irmã de Gonçalo e Garcia Mendes.

Apesar de se encontrar documentado pontualmente em Portugal durante a década de trinta, logo terá saído do reino, com o propósito de se juntar a D. Afonso, conde de Bolonha, futuro Afonso III, monarca que apadrinhou a sua ascensão ao primeiro patamar da nobreza portuguesa.

Quanto a Garcia Mendes de Eixo, sabemos que esteve na corte entre 1188 e 1197, tendo confirmado mais alguns documentos até 1210.

Talvez por influência do seu casamento, terá voltado a sua atenção para norte, sendo que deu a criar Maria Garcia de Sousa em Gilmonde, no julgado de Faria.

Através do seu «cantar de exílio», sabemos que se juntou ao seu irmão na Galiza, onde gozou da protecção dos parentes da sua esposa, os Toronho.

Regressaria a Portugal em 1217, tendo confirmado vários documentos régios até 1224. Foi tenente de Castelo Branco (1223) e de Gouveia (1223-1224), e fez parte do acordo entre D. Sancho II e o arcebispo de Braga.

Na década de trinta apenas surge, com a sua esposa, a realizar uma série de doações a Salzedas. Tudo indica que morreu em 1239, tendo sido sepultado em Alcobaça.

Apesar de ter tido bens por todo o Entre-Douro-e-Minho e Beira, as suas principais propriedades situavam-se em Eixo, Óis e Aveiro.

Curiosamente, a sua presença na corte dos senhores de Toronho terá permitido a Garcia Mendes entrar em contacto com a tradição poética criada por João Soares de Paiva e por Ro-

várias referências ao seu neto João Gonçalves dispersas pelos julgados de Froião e Ponte de Lima,[3210] terras onde, devido à ascendência galega de ambos, deveriam ter bens. Assim, Garcia Mendes seria filho de Maria Rodrigues Veloso, filha de Rodrigo Peres Veloso (Trava), antigo tenente de Límia, e neto de Urraca Sanches de Barbosa (Celanova), filha de Sancho Nunes de Celanova e, por isso, sobrinha de Gomes Nunes de Pombeiro, antigo tenente de Toronho. ELVIRA GONÇALVES faleceu em 1245, tendo surgido em Portugal em 1239, altura em que, após a morte do seu marido, decidiu, juntamente com os seus filhos, doar à sé do Porto os seus direitos de padroado na igreja de Santa Cruz de Riba Leça.[3211] Entre a sua descendência destaca-se claramente o famoso conde Gonçalo Garcia de Sousa, o mais poderoso Sousão da sua geração.

De Paio Varela nasceram:

VII-3 FERNÃO PAIS DE TALHAMANCOS, VARELA ou *CAPELO*, trovador de elevada condição social, a quem o conde D. Pedro dedicou um dos capítulos do seu nobiliário, que diz o seguinte: *«De dom Fernam Paaez de Capelo, donde descenderom os Varelas de Galiza, e chamouse de Vila Marim* [onde se localizava Tamalhancos ou Talhamancos]. *Este dom Fernam Paaez de Capelo, por que lhe chamarom de Capelo, foi porque lhe derom em na lide das Naves de Tolosa* [1212] *ua porrada em o capelo de ferro que trazia na cabeça, tam grande que lhe meterom o rombo pela cabeça. E este dom Fernam Paaez do Capelo foi casado com dona Tareija d' Ulhoo, e fez em ela dom Gonçalo Fernandez, que foi arcebispo de Santiago, e outro filho que houve nome Joham Fernandez Varela. E este dom Joham Varela foi casado com dona Maria Pirez Sarraça»*[3212]. Aparentemente, a pancada levada

drigo Dias de los Cameros, sendo que a presença de alguns elementos de origem occitânica na sua trova e a dedicatória ao senhor de Cameros denunciam claramente os seus pontos de inspiração.

Assim sendo, e tendo em conta que João Soares terá chegado a Toronho com Pero Pais da Maia, a casa de Toronho acabou por se tornar numa ponte entre duas gerações de exilados portugueses e entre duas gerações de trovadores galego-portugueses – CALDERÓN MEDINA e FERREIRA, «Beyond the Border…», pp. 28-32.

[3210] Estas encontram-se em Brandara (Ponte de Lima) e em Formariz (Paredes de Coura) – PMH-Inq. 1288, pp. 79-83 e 214-215; ANTT, Leitura Nova, Inquirições da Beira e Além Douro, Livro III, Fol. 135.

[3211] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. I, p. 215, nota 68.

durante as Navas não o incapacitou e apenas lhe acrescentou bastante prestígio guerreiro, tornando-se assim num dos pontos altos da sua carreira pública. De facto, em 1214, confirma uma doação a Sahagún de Rodrigo Peres de Vilalobos, filho de Pero Aires e neto de Aires Calvo da Galiza,[3213] patriarca dos Lima, Nóvoa e, como vimos, dos Valadares. A associação a uma figura de um perfil social tão elevado no contexto da esfera galego-leonesa atesta bem o suplemento de proeminência social que lhe foi garantido pelas suas façanhas nas Navas. FERNÃO PAIS encontra-se documentado entre 1196 e 1242, exercendo funções como tenente de Búval (1216, 1222, 1229, 1231, 1233 e 1239-1242) e do castelo de Alba (1216-1218, 1227, 1232, 1233, 1236, 1238 e 1240), circunscrição onde se localizava Talhamancos (concelho de Villa Marín),[3214] couto que estava na posse da sua família desde os tempos de Fernão Anes de Montor. Nestas referências surge com distintas denominações: FERNANDO PAIS, FERNANDO VARELA e FERNANDO PAIS DE TALHAMANCOS.[3215] Na zona de Astorga, foi tenente de Viloria de Órbigo (concelho de Villarejo de Órbigo), em 1196 e 1201, e de Boeza, em 1204, tendo também sido encarregado por Afonso IX de receber os direitos que pertenciam à sé compostelana nesta urbe.[3216] Durante estes períodos, terá conseguido constituir algum património fora da Galiza (em Astorga e, até, na Terra de Campos), que transmitiria a alguns dos seus descendentes, e estabelecer uma relação com o mosteiro de Carrizo, cenóbio que recebeu duas das suas filhas e que viria a tomar posse de boa parte dos seus bens nesta região.[3217] Por outro lado, a relação com este espaço terá sido familiar, já que escolheu ser sepultado na sé de Astorga, lugar onde já estariam alguns dos seus antepassados (talvez por linha feminina).[3218] De uma forma muito sintética, podemos dizer que o seu património familiar se localizava na Galiza, em Leão e em Castela: Cangas de Morrazo, Tamalhancos/Talhamancos (concelho de Vila Marim), Cudeiro (Ourense), Vila Marim, Cartelos (concelho de Carvalhedo), Afonsim (concelho de Amoeiro), Audanzas (concelho de La Anti-

[3212] LL76A1-2.

[3213] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», pp. 246-247.

[3214] *Idem*, *ibidem*, p. 231.

[3215] *Idem*, *ibidem*, p. 232, nota 6.

[3216] *Idem*, *ibidem*, pp. 251-252.

[3217] Sobre a relação de Fernão Pais e da sua descendência com a zona de Astorga veja-se Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», pp. 251-254.

[3218] *Idem*, *ibidem*, p. 252.

gua), Azares del Páramo (concelho de Valdefuente del Páramo), Bustillo del Parámo, Garaballes (concelho de Soto de la Vega), Huerga (concelho de Soto de la Vega), Santa María de la Isla (concelho de La Bañeza), Soguillo del Páramo (concelho de Laguna Dalga), Valdesandinas (concelho de Villalaza), Vecilla (concelho de Soto de la Vega), Villagarcia de la Vega (concelho de S. Cristóbal de Polantera), Salas de los Barrios (concelho de Ponferrada), Casasola de Arión, Griegos (concelho de Tiedra), Malva e Tiedra.[3219] Quanto ao seu contexto familiar, os Livros de Linhagens atribuem-lhe um casamento com Teresa Lopes de Ulhoa,[3220] de quem terá tido *João Fernandes de Talhamancos* (ou *Varela* – VIII-4),[3221] *Pedro Fernandes de Talhamancos* (ou *Varela* – VIII-5)[3222] e *Gonçalo Fernandes de Talhamancos* (ou *Varela* – VIII-6), arcebispo de Santiago.[3223] Porém, estudos recentes revelam que terá tido um casamento anterior, provavelmente com uma dona de origem catalã de nome Orfresa,[3224] de quem também teve, pelo menos, três filhas, de nome *Orfresa Fernandes de Talhamancos* (ou *Varela* – VIII-1), *Elvira Fernandes de Talhamancos* (ou *Varela* – VIII-2) e *Sancha Fernandes de Talhamancos* (ou *Varela* – VIII-3).[3225] Este primeiro casamento encontra-se referido em Astorga, em 1201 e 1207, altura em que doam à igreja local uma herdade sua em Villamediana de Órbigo, com a condição de serem sepultados neste local.[3226]

VII-4 MIGUEL PAIS VARELA, clérigo de Santiago de Compostela, onde confirma vários diplomas entre 1230 e 1241. A sua presença na cidade terá levado à constituição de um solar familiar em Santiago, que seria transmitido aos seus herdeiros. É possível que tenha sido pai de *Martim Miguéis Varela* (VII-7).[3227]

VII-5 e MARIA PAIS VARELA, esposa de João Martins de Ribadavia, personagem documentado em Oseira como genro de Paio Varela, em 1223.[3228]

[3219] *Idem*, *ibidem*, p. 235.

[3220] LL76A1.

[3221] LL76A1.

[3222] LD20D4.

[3223] LL76A1.

[3224] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 251.

[3225] *Idem*, *ibidem*.

[3226] *Idem*, *ibidem*.

[3227] *Idem*, *ibidem*, p. 246.

A oitava geração

Do primeiro casamento de Fernão Pais de Talhamancos (ou Varela) com a catalã Orfresa nasceram:

VIII-1 ORFRESA FERNANDES DE TALHAMANCOS, ou VARELA, monja de Carrizo (1251-1260)[3229] e abadessa de Gradefes (1260-1265)[3230], que terá recebido o nome da sua mãe, provavelmente familiar ou membro da casa de um dos magnates catalães que se estabeleceram nas cortes de Afonso VII e Fernando II. Importa assinalar que, em Carrizo, encontra-se um documento de 1267, onde a sua madrasta Teresa Lopes de Ulhoa cede a João Peres Marinho, filho do seu segundo casamento com Pedro Marinho, alguns bens situados nos concelhos de Outes e Muros (na Galiza), que provavelmente fariam parte da herança de Fernão Pais.[3231] Este segundo casamento de Teresa Lopes foi alvo de uma crítica sarcástica por parte de Afonso Soares de Valadares (ou Sarraça)[3232], cavaleiro que se terá radicado na zona de Deza, onde se casou. Alguns anos depois da sua morte, a sua irmã Sancha Fernandes estabeleceu um acordo com Carrizo sobre os seus bens e da sua irmã Elvira Fernandes, também ela monja de Carrizo. Neste diploma de 1275, Sancha Fernandes recebeu o património galego das suas irmãs e cedeu a Carrizo o que possuíam em Leão, Zamora e Valladolid.[3233] Por sua vez, o património castelhano-leonês de Fernão Pais que chegou a Teresa Lopes de Ulhoa também terá sido alienado, da mesma forma, por João Peres Marinho a Carrizo.[3234]

VIII-2 ELVIRA FERNANDES DE TALHAMANCOS, ou VARELA, monja de Carrizo (1251-1253),[3235] cujos bens, que tinha com a sua irmã Or-

---

[3228] *Idem*, *ibidem*.

[3229] *Idem*, *ibidem*, p. 253.

[3230] *Idem*, *ibidem*, p. 254.

[3231] *Idem*, *ibidem*, pp. 253-254.

[3232] A cantiga de escárnio e maldizer *«Por en Tareija Lópiz nom quer Pero Marinho»* critica a forma como Teresa Lopes, herdada ricamente através do seu casamento com Fernão Pais Capelo (Varela ou Talhamancos), acabou por se relacionar com Pero Marinho, cavaleiro de modesta condição que, nesta composição, é descrito como um verdadeiro «arrivista» social, que fazia uso da sua juventude e vigor para conquistar esta poderosa viúva.

[3233] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 234.

[3234] *Idem*, *ibidem*, pp. 253-254.

[3235] *Idem*, *ibidem*, p. 253.

fresa, se encontram registados no acordo celebrado em 1275 pela sua irmã Sancha Fernandes com o seu cenóbio.[3236]

VIII-3 e SANCHA FERNANDES DE TALHAMANCOS, ou VARELA, senhora documentada em 1248, altura em que recebeu de Gonçalo Anes Marinho várias propriedades em Urdilde.[3237] Anos mais tarde, em 1275, acordaria com Carrizo uma partilha dos bens familiares das suas irmãs, onde trocaria o seu património em Castela e Leão por todo aquele que tinham na Galiza, com destaque para o de Cangas de Morrazo.[3238] Casou com Fernão Gil Batissela (Lima), de quem teve descendência.[3239]

Do segundo casamento de Fernão Pais de Talhamancos com Teresa Lopes de Ulhoa nasceram:

VIII-4 JOÃO FERNANDES DE TALHAMANCOS (ou VARELA), esposo de Maria Pires Sarraça,[3240] sobrinha de Afonso Soares de Valadares (ou Sarraça), trovador que compôs uma cantiga de escárnio e maldizer sobre o segundo casamento da sua sogra com Pero Marinho. Tal tensão pode indiciar uma disputa entre os Marinho e os Valadares/Sarraça pelo património de Fernão Pais, centrado principalmente na península de Morrazo, onde as três linhagens teriam interesses. Deste matrimónio nasceram *João Anes Varela* (IX-1), *Pero Anes Varela* (IX-2), *Fernão Anes Varela* (IX-3) e *Paio Anes Varela* (IX-4).[3241]

VIII-5 PEDRO FERNANDES DE TALHAMANCOS (ou VARELA), fidalgo identificado pelos livros de linhagens[3242]. Não sabemos se casou nem se teve descendência.

VIII-6 e GONÇALO FERNANDES DE TALHAMANCOS (ou VARELA), que, segundo os Livros de Linhagens[3243], foi arcebispo de Santiago.

[3236] *Idem*, *ibidem*, p. 234.

[3237] *Idem*, *ibidem*, p. 251, nota 90.

[3238] *Idem*, *ibidem*, p. 234.

[3239] *Idem*, *ibidem*, pp. 233-234 e 248.

[3240] LL76A2.

[3241] LD20D5 e LL76A2.

[3242] LD20D4.

Cremos, porém, tratar-se de uma identificação errada, de uma confusão com o arcebispo Gonçalo Gomes. Este GONÇALO FERNANDES será, antes, o GONÇALO VARELA a quem criaram um filho em Linhares (Paredes de Coura), no julgado de Froião.[3244]

Do clérigo de Santiago Miguel Pais Varela terá nascido:

VIII-7 MARTIM MIGUÉIS VARELA, também ele registado em Santiago.[3245]

A nona geração

Do casamento entre João Fernandes de Talhamancos e Maria Pires Sarraça (Valadares) nasceram:

IX-1 JOÃO ANES VARELA, que não teve descendência.[3246]

IX-2 PERO ANES VARELA, fidalgo que, tal como os seus irmãos, se encontra referido em LD20D5 e LL76A2.

IX-3 FERNÃO ANES VARELA, esposo de Maria Martins Marinho, de quem teve *Elvira Fernandes Varela* (X-1) e *Urraca Fernandes Varela* (X-2).[3247]

IX-4 e PAIO ANES VARELA, esposo de Urraca Dias de Pobrãos, filha de Diogo Gomes de Pobrãos. Deste casamento nasceram *Fernão Pais Varela* (X-3) e *João Pais Varela* (X-4).[3248]

[3243] LL76A1.

[3244] PMH-Inq. 1288, pp. 97-98.

[3245] Souto Cabo, «Fernando Pais de Tamalhancos…», p. 246, notas 67 e 68. Tudo indica que este Martim Miguéis poderá ter dado origem a uma linha dos Varela que permaneceu junto à cidade de Santiago, fundando um solar e um morgadio que perduraria durante várias gerações.

[3246] LL76A2.

[3247] LL76A3-4.

[3248] LL76B3.

A décima geração

Do casamento entre Fernão Anes Varela e Maria Martins Marinho nasceram:

X-1 ELVIRA FERNANDES VARELA, senhora que morreu sem descendência na casa de D. Afonso IV e de D. Beatriz, sendo, por isso, possível que tenha sido aia da rainha.[3249]

X-2 e URRACA FERNANDES VARELA, esposa de Pero Miguéis Palha, burguês de Santiago, de quem teve Lopo Pires, alcaide da Azambuja, Gonçalo Pires, abade de Soverosa, Estêvão Rodrigues, Maria Pires Varela, Teresa Pires Varela, esposa de Fernão Martins Coutinho (de quem teve descendência), e Mor Pires Varela, esposa de Aires Gomes da Silva II, *o Moço*, de quem teve descendência.[3250]

Do casamento entre Paio Anes Varela e Urraca Dias de Pobrãos nasceram:

X-3 FERNÃO PAIS VARELA, esposo de Urraca Fernandes de Leirea, de quem teve *Fernão Fernandes Varela* (XI-1).[3251]

X-4 e JOÃO PAIS VARELA, esposo de Teresa Marinha, filha de Mor Pires Sarraça (?) e de Paio Pires Marinho (ou Paio Marinho), de quem teve *Paio Anes Varela* (XI-2), *Pero Pais Marinho* (XI-3), *Fernão Dias Varela* (XI-4) e *Diogo Gomes Varela* (XI-5).[3252]

A décima primeira geração

Do casamento entre Fernão Pais Varela e Urraca Fernandes de Leirea nasceu:

[3249] LL76A3.

[3250] LL76A4. Como se pode constatar, tanto Elvira como Urraca viveram no contexto da corte portuguesa, onde conseguiram manter uma certa proximidade ao poder.

A nosso ver, estas circunstâncias prender-se-ão com o facto de Fernão Anes Varela ter sido o principal herdeiro do património português de Maria Pires Sarraça, facto que o terá levado a abandonar a Galiza e a apostar numa consolidação do seu prestígio em Portugal.

[3251] LL76B4.

[3252] LL76C4.

XI-1 FERNÃO FERNANDES VARELA, que morreu sem descendência.[3253]

Do casamento entre João Pais Varela e Teresa Marinha nasceram:

XI-2 PAIO ANES VARELA, esposo de Maria Garcia de Bicos (Valcárcel), filha de Garcia Rodrigues de Valcárcel, *o Adiantado* (da Galiza, em 1328), e de Teresa Anes Sarraça, de quem não teve geração.[3254]

XI-3 PERO PAIS MARINHO, que casou, mas de quem não sabemos se teve descendência.[3255]

XI-4 FERNÃO DIAS VARELA, que casou, mas de quem não sabemos se teve descendência.[3256]

XI-5 e DIOGO GOMES VARELA, marido de Inês Anes de Valadares,[3257] de quem terá tido descendência.

***

Através das reconstituições desta secção conseguimos verificar que o sangue da velha aristocracia condal (descendente de Ero Fernandes, Afonso Betotes e dos condes de Coimbra e Portucale) acabou por se difundir facilmente entre as elites da antiga diocese de Tui. Contudo, nem todas as linhas destes grupos familiares alargados conseguiram manter um nível social elevado, já que muitas delas se foram tornando linhagens cortesãs de segundo plano.

Tomemos como exemplo os Velhos, linhagem descendente dos senhores da Várzea e, portanto, dos Baião e de Ero Fernandes, que se deslocou do vale do Cávado para o vale do Lima, onde se afincou com bastante firmeza, reforçando uma rede patrimonial balizada por estes dois rios. Assim sendo, não é de estranhar que, atendendo à densidade da malha senhorial desta região, muitos dos seus ramos tenham buscado em casamentos noutras regiões ou no

[3253] LL76B4.

[3254] LL76C5.

[3255] LL76E5.

[3256] LL76F5.

[3257] LL76D5.

ambiente cortesão as mais-valias que não conseguiam adquirir na sua região natal, muitas vezes sacrificando o seu prestígio social na zona de onde eram naturais. Famílias como os Redondo, Gato ou Barreto, por exemplo, abdicaram da sua pertença ao Alto Minho, de forma a consolidarem a sua presença na corte e em regiões mais meridionais (no Centro e Sul), onde cimentavam o património e privilégios que tinham ganho por via matrimonial.

Por seu lado, os Cerveira levaram a cabo uma estratégia completamente divergente, muito por força do peso estratégico do seu domínio transfronteiriço (que lhes trazia proveitos óbvios, num clima de indefinição de fronteiras e de disputa entre as duas coroas pela fidelidade dos magnates e instituições locais) e da sua ascendência, por via feminina, nos Toronho-Montor, linhagem que se uniu matrimonialmente aos Celanova-Pombeiro, também eles descendentes de Ero Fernandes (e dos condes de Coimbra). Não são por isso de estranhar as suas aparições na corte portuguesa e leonesa, a sua rede patrimonial transfronteiriça ou os seus casamentos com estirpes galegas – circunstâncias que foram perspectivadas, várias vezes, como indícios de perda de peso social, visto que foram geradoras de interregnos documentais quer em Portugal quer em Leão, devido à ausência de uma leitura conjunta. Mesmo assim, o seu empenho num enquadramento territorial acabou por retirar bastante brilho aos Cerveira, que se foram encaixando paulatinamente na nobreza média de carácter regional.

Todavia, nem todas as linhagens com origens condais passaram pelo mesmo processo de declínio, pois muitas delas conseguiram aliar o engrandecimento da sua casa através do serviço à coroa com a consolidação da sua base patrimonial. Importa realçar que esta conjugação de factores foi mais evidente nas linhagens que tiveram como ponto de partida o espaço galego – talvez por força do sucesso das medidas de centralização de poderes da coroa portuguesa, que limitaram o seu crescimento do nosso lado da fronteira, ou da sua aproximação à própria família real.

Se tomarmos como exemplo os Celanova-Barbosa, e seus ramos Lima, Nóvoa, Vilalobos, Valadares, Sarraça, Pias, Penela, Gravel e Gabere, reparamos facilmente que, com excepção dos Penela, Gravel e Gabere (que nunca saíram de Portugal ou se aproximaram da corte portuguesa e leonesa), a maioria das linhas seguiram estratégias transfronteiriças, ocupando altos cargos nos dois reinos, e estabeleceram laços com as famílias condais e reais.

A entrada de Gontrode Nunes, tia do último conde de Portucale, na família dos patronos de Celanova acabou por renovar os laços primordiais que estes mantinham com a velha aristocracia condal e, ao mesmo tempo, transformou-os num elemento legitimador e de continuidade em relação às

casas reais saídas de Afonso VI. Assim sendo, não é de estranhar que Sancho Nunes de Celanova tenha casado com uma irmã do próprio rei de Portugal ou que Gomes Nunes de Pombeiro tenha conseguido matrimónio com uma filha do Conde Pedro Froilaz de Trava, aio do Imperador Afonso VII. Este duplo cenário verificou-se também com os Valadares, Lima e Nóvoa, através do casamento de Maria Afonso de Leão, bastarda de Afonso IX, com Soeiro Aires de Valadares e das uniões de João Aires de Amoeira (Nóvoa) com Urraca Fernandes de Trava e de Fernão Aires Batissela com Teresa Bermudes de Trava, ambas parentes da segunda esposa de Fernando II. Por outro lado, o casamento de Pero Aires, pai de Rodrigo Peres de Vilalobos, com Constança Osório também encaixa neste perfil, dado que esta seria filha do conde leonês Osório Martins e de Teresa Fernandes, filha do segundo casamento da Infanta D. Elvira, filha bastarda de Afonso VI e irmã de D. Teresa de Portugal.

No que toca aos Valadares, esta primeira aliança ter-lhes-á garantido um enorme prestígio na Galiza, onde alguns dos seus ramos (como os Sarraça, por exemplo) se implantaram com bastante força e autoridade, e em Leão, onde Lourenço Soares de Valadares I se tornou num dos principais validos de Afonso IX. No entanto, nem esta estratégia transfronteiriça os terá eximido das vicissitudes da afirmação da autoridade régia portuguesa.

Por sua vez, os Lima e Nóvoa (e até ramos mais obscuros como os Orcellón, por exemplo) sempre ocuparam o primeiro patamar da aristocracia galega, navegando cuidadosamente nos períodos mais crispados das relações transfronteiriças e de conflito entre a aristocracia e as monarquias peninsulares. Este tacto político manifesta-se perfeitamente na forma como o apoio de Pero Anes de Nóvoa I a D. Afonso II se contrapunha ao oportunismo de João Fernandes de Lima I, que parece ter flutuado entre Portugal e Leão durante os momentos de fraqueza de cada uma das monarquias. Apesar de sempre terem mantido vários cargos de governo territorial e um vasto património na Galiza, os Limas acabaram por sofrer com as metamorfoses da conduta régia ao longo do século xiv, já que a sua oposição à dinastia Trastâmara ditou que um dos seus ramos principais se viesse a radicar definitivamente em Portugal, sem que tivessem utilizado a crise de 1383-1385 como uma oportunidade para reverter esta tendência, sendo que Fernão Anes de Lima chegou a cercar Tui durante este conflito. Lembramos que os Limas acompanharam a tendência dos Castro e dos seus dependentes, fervorosos petristas que, ao se exilarem em Portugal, acabaram por levantar armas contra as elites trastamaristas, quer durante as guerras fernandinas quer durante a crise sucessória. Mesmo sob a pressão de uma desnaturalização definitiva (que implicaria a perda dos seus bens na Galiza), a família de Fernão Anes de Lima II acabou por escolher

permanecer em Portugal, sendo por isso compensada com bens na zona de Arcos de Valdevez.

Já os Barbosa, principal ramo dos Celanova radicados em Portugal desde o século XII, acabaram por se estabelecer no nosso reino devido à desnaturalização definitiva de Gomes Nunes de Pombeiro e dos seus irmãos, a qual, no caso deste, ditou um confisco de bens por parte de Afonso VII, processo que, para além de ser extremamente raro até ao século XIV, deixou as portas abertas a que os Lima e Nóvoa ocupassem o seu lugar entre a aristocracia galega.

Pesando o poder territorial de uns e outros, chegamos facilmente à conclusão de que, apesar do seu prestígio e autoridade, os Barbosa não conseguiram manter o mesmo patamar social que os Limas, até porque, como qualquer linhagem deserdada, estavam profundamente dependentes do seu serviço à coroa e da rede familiar que foram montando, que, ao contrário dos Limas, os foi afastando do poder e não aproximando.

No que toca à rede patrimonial, podemos afirmar que só em casos muito pontuais, como os de Soeiro Mendes Facha ou de Vasco Fernandes de Soverosa, as famílias que se afastaram da fronteira deram sinais de terem mantido os bens dos seus antepassados galegos. Pelo contrário, a proximidade de outras à fronteira tornou a integração e consolidação de territórios transfronteiriços quase constante. Nesse sentido, os exilados e migrantes estabelecidos no sul da Galiza, com ascendentes galegos mas oriundos de territórios mais afastados, acabavam por estar dependentes da bondade dos seus parentes locais. Dois bons exemplos deste processo são Pero Pais da Maia e Garcia Mendes de Eixo, magnates que buscaram o apoio dos Toronho-Montor.

No entanto, os processos de reaproximação à fronteira não eram de todo incomuns, como prova o exemplo dos Homem-Froião ou de Martim Gil de Soverosa. No caso dos primeiros, a sua condição de ramo dos Trava facilitou um casamento fronteiriço, que os reintegrou no panorama social do Alto Minho. Por sua vez, no caso do segundo, a intensificação das migrações familiares e a sua ascendência na galega Maria Aires de Fornelos, mãe do bastardo régio Martim Sanches (seu meio-irmão), um dos mais poderosos magnates de Afonso IX e senhor de inúmeras terras na Galiza, ditou uma aproximação momentânea do seu grupo familiar à fronteira.

No que toca à expressão territorial da influência destas famílias, percebemos facilmente que as que permaneceram na fronteira estabeleceram-se num enquadramento geográfico que englobava, principalmente, o espaço entre a foz do Lima e a ria de Pontevedra e, também, a parte ocidental da terra de Límia, seguindo o curso de grandes e pequenos rios e ladeando algumas das serras e montanhas que marcavam a fronteira. Não é por isso de estranhar

que, de uma forma geral, os Velhos se centrem no Entre-Lima-e-Cávado, os Cerveira e Valadares no vale do Minho, os Lima e Nóvoa na terra de Límia e na parte ocidental da província de Ourense e os Toronho-Montor no litoral da província de Pontevedra entre o Minho e a ria de Vigo.

Quanto ao nível das alianças familiares, devemos destacar quatro patamares: um primeiro, onde celebraram alianças com a família real ou com casas condais (especialmente visível nos séculos XII e XIII); um segundo, onde assumem uma estratégia endogâmica e se casam entre si, de forma a consolidar a sua posição social e territorial (facto que aconteceu em todo o período); um terceiro, onde procuraram alçar linhagens que, por razões políticas e estratégias, provaram, desde cedo, que possuíam um estatuto social similar ao seu (como os Silva-Soverosa e Toronho-Montor); e, por fim, um quarto, onde estabeleceram alianças com famílias locais de menor prestígio, mas que, por razões económicas ou políticas, acrescentavam algo a esta parentela alargada (aqui estariam os Fornelos, Jolda, Bravães, Novais, Charinho, Ambia, Maldonado, Galinhato, Marinho, Deza, Churrichão, entre outras linhagens).

Resta esclarecer que os Silva-Soverosa e Toronho-Montor, linhagens que começaram como delegados do poder régio e condal, acabaram por se mesclar rapidamente nesta vasta rede familiar, assimilando condutas e comportamentos que iam desde a oscilação de fidelidades políticas ao estabelecimento de estratégias matrimoniais transfronteiriças, que acabaram por atrair grupos familiares de outros espaços para a fronteira (como os Sousa ou os Soverosa, por exemplo).

Ao contrário dos Lima, os Silva, quase recém-saídos da sombra dos Soverosa (que se extinguiram biologicamente), acabaram por se alinhar parcialmente com os castelhanos durante a crise de 1383-1385 e, por isso, foram obrigados a tomar o caminho do exílio, onde se juntaram à nova aristocracia trastamarista.

2.3. O desenvolvimento de novas linhagens com o patrocínio da coroa

Na nossa última resenha sectorial tivemos oportunidade de referir que, apesar de possuírem um prestígio e antiguidade distinta das restantes, as linhagens saídas da velha aristocracia condal acabaram por se mesclar (dos dois lados da fronteira) com famílias mais modestas, com um ca-

rácter eminentemente terratenente. Atitude que terá contribuído para um certo declínio do grupo, especialmente na esfera portuguesa.

No caso dos Novais, a riqueza fundiária contrapunha-se a uma origem humilde e quase incógnita, ligada a uma cavalaria bastante modesta. Apesar da sua antiguidade e poder cortesão (nos inícios do século XII), aos Bravães faltava uma base patrimonial e territorial que garantisse a longevidade da família. Já os Churrichão, mesmo com as suas origens modestas, conseguiram proliferar, expandindo-se por quase todo o sul da Galiza, sem, no entanto, ascenderem grandemente na escala social, estagnando no patamar de uma cavalaria terratenente. Por seu lado, os Ambia, Maldonado, Marinho e Deza, por exemplo, afincaram-se nas suas regiões, sem que tivessem saído do mesmo patamar. Outros, como os Charinho e Galinhato, atingiram picos de poder pontuais, acentuados pela sua aparição em cargos laicos ou eclesiásticos de relevo, como o almirantado ou o arcebispado compostelano, respectivamente, mas que não tiveram seguimento no percurso da família. Outros havia que, devido à sua bastardia, viam as suas hipóteses de promoção social limitadas, tal como aconteceu com os Jolda em Portugal. Existiam também famílias, como os Fornelos, que, apesar de possuírem uma boa implantação territorial e, até, laços carnais com a monarquia, acabariam por entroncar noutras linhagens, perdendo a varonia e o capital de património e prestígio alcançado.

Assim sendo, não é fácil encontrar linhagens que, ao contrário das que analisámos até agora, tivessem encetado um caminho ascensional de sucesso (desde o século XII) sem qualquer relação com o poder das famílias mais antigas, ou seja, que o tivessem feito sem viverem na sombra dos Trava, Meira, Celanova-Pombeiro, Lima-Nóvoa ou Castro, por exemplo.

Na verdade, a única estratégia que poderia subverter estas circunstâncias seria a de se associarem plenamente aos interesses da coroa, justificando desde cedo vastos benefícios e múltiplos cargos, que permitissem uma ascensão paulatina e segura.

Nesse sentido, decidimos apresentar duas famílias que, apesar de terem atingido o máximo do seu poder em períodos distintos, seguiram este mesmo perfil. As escolhidas foram os Soutomaior, uma linhagem galega que, fazendo uso do nepotismo eclesiástico e do labor guerreiro, ascendeu à cúpula da nobreza galega, e os Nóbrega-Aboim/Portel, família portuguesa que, através da meteórica ascensão de D. João Pires de Aboim, se elevou de modesta linhagem terratenente da margem esquerda do Lima a uma das mais ricas famílias dos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis.

Partindo da terra da Nóbrega, esta última linhagem espraiou-se, ao longo dos séculos XII e XIII, pelas terras de Penela e Valdevez, facto que lhe abriu as portas da corte. Devido ao seu sucesso no ambiente curial, conseguiram um duplo casamento com os poderosos Ribadouro e chegaram aos primeiros cargos régios.[3258] Por sua vez, esta rota ascendente ditou uma mudança do seu eixo patrimonial, constituindo avultados núcleos em torno de Óbidos, Santarém e Évora,[3259] e seguindo o percurso político do poderoso D. João de Aboim. Importa assinalar que este caminho terá sido pautado por uma estratégia matrimonial colectiva, que favoreceu principalmente os primogénitos da família. Estamos certos de que, devido à falta de sucessão legítima, todo o poder e património desta casa terá acabado por reverter para a descendência ilegítima de D. Afonso III e de D. Dinis.[3260]

Por seu lado, os Soutomaior possuem um percurso bem mais longo, chegando até aos nossos dias.[3261] Ao que sabemos, o primeiro a utilizar este apelido terá sido Paio Mendes Sorredea II, filho de Mem Pais Sorredea, figura que terá acompanhado Afonso VII na conquista de Almería e que terá recebido, como prémio pelo seu serviço, o senhorio do vale de Souto (Soutomaior), junto ao rio Oitavén.[3262] Ao longo da segunda metade do século XII e inícios do XIII, Paio Mendes terá levado a cabo a construção da fortaleza do mesmo nome,[3263] contribuindo assim para o processo de encastelamento da diocese, que ganhou nova importância com os surtos expansionistas portugueses das décadas de trinta, quarenta, sessenta e noventa do século XII.

Importa assinalar algumas semelhanças entre este contexto e as sinergias que Fernão Anes de Montor estabeleceu com Paio Curvo de Toronho, pois, tal como Mem Pais Sorredea, Fernão Anes também terá participado na tomada de Almería e Paio Curvo também terá dominado várias praças em Toronho, exemplo que terá sido seguido por Paio Mendes Sorredea um pouco mais a norte. Porém, a estes primeiros Soutomaior faltavam os fantásticos casamen-

---

[3258] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 869.

[3259] *Idem*, *ibidem*.

[3260] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 869-870.

[3261] Nas próximas páginas tentaremos resumir e analisar muitas das observações e informações apresentadas por Suso Vila sobre o desdobramento genealógico desta linhagem – Vila, *A Casa de Soutomaior*…, pp. 25-35.

[3262] *Idem*, *ibidem*, p. 26.

[3263] *Idem*, *ibidem*.

tos encetados pelos Toronho-Montor, que aceleraram bastante a sua ascensão social.

Durante os séculos XIII e XIV, o engrandecimento da linhagem seria alcançado por uma via dupla, através do serviço à coroa e da sua integração no clero tudense, facto que lhe permitiu granjear uma enorme influência em torno desta urbe.

No que toca à política de serviço, os primeiros sinais de sucesso surgem no reinado de Sancho IV, altura em que Rui Pais de Soutomaior, filho de Paio Mendes, chegou a justiça maior da sua casa, enquanto o seu irmão Álvaro Pais de Soutomaior I foi almirante de Castela já na sua velhice, cargo que manteve entre 1300 e 1303.[3264]

Tudo indica que um dos herdeiros de Álvaro Pais terá sido Fernão Álvares de Soutomaior, pai de João Fernandes de Soutomaior I, bispo de Tui entre 1286 e 1323,[3265] inaugurador da segunda tendência que enunciámos.

Apesar de tudo, o herdeiro principal da casa de Soutomaior não seria Fernão Álvares, mas sim o seu irmão Pedro Álvares de Soutomaior I —fidalgo a quem Fernando IV concedeu o couto de S. João de Vilacoba, no concelho de Ponteareas—, pai de Maria Sorredea e de Álvaro Peres de Soutomaior, senhor que, por casamento com Inês Anes de Castro de Fornelos e Churrichão, fez transferir para a sua linhagem os senhorios dependentes do paço/torre de Fornelos.[3266]

Cremos, por um lado, que Maria Aires de Fornelos, barregã de D. Sancho I, pertenceria a este grupo familiar, que acabaria por desembocar nos Soutomaior, e importa, por outro, assinalar que Inês Anes seria também uma descendente, por via feminina, do cavaleiro português Pedro Arteiro, patriarca dos Churrichão que se estabeleceu na zona de Ourense em meados do século XII, dado que teve como mãe Rica Fernandes Churrichão. Inês Anes recebeu os seus bens de João Fernandes de Castro de Fornelos, filho de Fernão Anes de Castro de Fornelos e de Elvira Rodrigues de Valadares, senhora portuguesa que, por força do seu casamento, passou boa parte da sua vida nesta região.[3267]

[3264] *Idem*, *ibidem*.

[3265] *Idem*, *ibidem*.

[3266] *Idem*, *ibidem*, pp. 26-27.

[3267] Aproveitamos para recuperar algumas das notas e apontamentos que já apresentámos, quer sobre a evolução dos senhores de Fornelos, quer sobre a forma como o património destes acabou por reverter a favor dos Soutomaior de Castro de Fornelos (cfr. as notas 1420, 2187 e 2411).

Do casamento de Álvaro Peres com Inês Anes nasceu Diogo Álvares de Soutomaior I, *o Velho*, fidalgo que casou com Joana Pais Charinho, filha do célebre almirante Paio Gomes Charinho. Este último matrimónio atesta um destaque social que terá sido acompanhado com bastante proximidade, quer pela monarquia castelhana, quer pelas grandes casas galegas. Assim sendo, não é de estranhar que Diogo Álvares tenha sido ordenado cavaleiro da Banda pelo próprio Afonso XI em Burgos (1332) e que seu irmão Fernão Anes de Soutomaior I se tenha tornado vassalo de D. Pedro Fernandes de Castro, que lhe deu as mesmas ordens.[3268]

Entre a geração de Álvaro Peres de Soutomaior voltamos a encontrar alguns eclesiásticos associados ao clero secular tudense, como Álvaro Pais de Soutomaior III, arcediago de Deza, ou o próprio bispo João Fernandes de Soutomaior II (1351-1385).[3269]

Contudo, seria o seu irmão Fernão Anes de Soutomaior I a chefiar a casa, que por estes anos se alinhava com os interesses dos Castro, o que lhe garantiu, como vimos, a sua nomeação como cavaleiro da ordem da Banda em 1332.[3270]

Por vicissitudes biológicas, o seu principal herdeiro viria a ser Álvaro Pais de Soutomaior IV, que, talvez em preparação para assumir o cargo de bispo de Tui, sucedendo a João Fernandes de Soutomaior II, já seria deão da dita catedral em 1360, cargo que ostentaria, pelo menos, até 1371, altura em que é referido no testamento do seu irmão João Fernandes de Soutomaior III ainda como arcediago de Salnés.[3271] Mas, Álvaro Pais acabaria por ter uma relação ilegítima com uma tudense, de nome Inês Álvares, que lhe daria João Fernandes de Soutomaior IV, também ele cónego tudense na década de oitenta, arcediago do Salnés (tal como seu pai) e bispo de Tui, entre 1408 e 1423.[3272]

Liberto da sua condição de eclesiástico, Álvaro Pais de Soutomaior IV viria a casar com Maior de Grés e Moscoso, de quem teve descendência.[3273]

[3268] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 26.

[3269] *Idem*, *ibidem*, pp. 27-28.

[3270] *Idem*, *ibidem*, p. 28.

[3271] *Idem*, *ibidem*, p. 29.

[3272] *Idem*, *ibidem*.

[3273] *Idem*, *ibidem*, p. 30.

João Fernandes de Soutomaior III, em 1367, estava casado com Maria do Canto, de quem teve descendência que se viria a estabelecer em Portugal.[3274]

Entre os Soutomaior desta geração encontramos também uma senhora dedicada à vida eclesiástica, Aldonça Esteves de Soutomaior, abadessa de Santa Clara de Pontevedra entre 1399 e 1415.[3275]

Por sua vez, Paio Sorredea de Soutomaior, irmão dos anteriores, acabaria por morrer na fronteira,[3276] provavelmente durante uma das guerras fernandinas ou até durante a crise de 1383-1385 – o que parece ser consentâneo com a sua condição de meirinho de Toronho e senhor de Sobroso e Salvaterra, territórios muito próximos da fronteira.[3277]

Parece-nos, pois, que esta geração de irmãos se terá enfrentado com situações bastante problemáticas, quer no que toca às suas fidelidades enquanto aristocracia laica, quer como intérpretes do poder eclesiástico, visto que boa parte das elites galegas (como os Castro, seus patronos, ou Lima, seus vizinhos) abraçaram o partido petrista e, por isso, se bandearam para o lado português durante as guerras fernandinas e crise dinástica portuguesa, o que não deixará de justificar uma certa passividade do bispo João Fernandes de Soutomaior II, aquando da secessão dos seus cónegos portugueses em 1381.

Como seria de esperar, e após vários sacrifícios para a sua libertação do estado eclesiástico, a chefia da linhagem continuaria na descendência do casamento legítimo de Álvaro Pais de Soutomaior IV, ou seja, nas pessoas de Pedro Álvares de Soutomaior III e Maria Álvares de Soutomaior, esposa de Gonçalo Osores de Ulhoa.[3278]

Este Pedro Álvares viria a ressuscitar novamente a veia guerreira dos Soutomaior, chefiando as tropas de Tui e Ourense no cerco a Antequera, em 1410. Do seu casamento com Elvira de Biedma e Benavides nasceram, pelo menos, um filho e uma filha. Este varão foi Fernão Anes de Soutomaior II, esposo de Leonor de Mexia, que morreu em 1440, em Valladolid, durante o casamento de Henrique IV com Branca de Navarra.[3279]

Esta linha, que, desde um acordo de 1381 sobre a herança de Fernão Anes I, tinha o monopólio dos senhorios pertencentes à antiga casa de Castro

---

[3274] *Idem*, *ibidem*, p. 29.

[3275] *Idem*, *ibidem*.

[3276] LL75A4.

[3277] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 29.

[3278] *Idem*, *ibidem*, p. 30.

[3279] *Idem*, *ibidem*.

de Fornelos, teve continuidade com Álvaro Pais de Soutomaior V, filho de Fernão Anes de Soutomaior II e de Leonor de Mexia e esposo de Maria de Ulhoa. Álvaro Pais terá tido algum prestígio na corte castelhana, apresentando-se em 1460 como vassalo do rei, assim traduzindo, por certo, a relação de dependência directa que manteve com João II e Henrique IV. Para além de não ter tido filhos, Álvaro Pais morreria em 1468 em circunstâncias bastante trágicas, ou seja, sitiado por 5.000 irmandiños na cidade de Tui.[3280]

Todavia, seria da relação ilegítima entre Fernão Anes de Soutomaior II e Constança de Zuñiga que sairia a maior figura da história desta linhagem, Pedro Álvares de Soutomaior IV, primeiro conde de Caminha e visconde de Tui, mais conhecido como Pedro *Madruga*.

Devido à sua condição de bastardo, Pedro Álvares terá sido fadado inicialmente a uma carreira eclesiástica, tendo sido alçado ao cabido tudense. Mas a morte dramática do seu irmão faria com que a fortuna da sua linha familiar revertesse para si, passando primeiro pela sua tia Maior de Soutomaior e, até, pela sua madrasta Leonor de Mexia.

Ameaçado pela expansão do movimento irmandiño, Pedro Álvares decidiu buscar exílio em Portugal, onde conseguiu o favor régio e um casamento prestigiante com Teresa de Távora, família que se tinha elevado entre a aristocracia da dinastia de Avis.[3281] Aproveitando a anarquia daqueles anos e os seus apoios portugueses, Pedro Álvares acabou por tomar posse da cidade de Tui, de onde desferia ataques contra vários dos seus inimigos políticos e de onde procurava restituir aos Soutomaior uma autoridade indisputada sobre boa parte do sul da Galiza. Assim, envolveu-se na pugna entre Henrique IV e os Fonseca, arcebispos de Santiago, e criou vários atritos com os Sarmento de Ribadavia, rivais dos Soutomaior que já tinham entrado em choque com Álvaro Pais de Soutomaior V. No entanto, seria durante a guerra sucessória desencadeada pela morte de Henrique IV que Pedro *Madruga* atingiria o seu maior patamar de poder transfronteiriço, fruto do seu apoio a Afonso V e a D. Joana, *a Beltraneja*, que o levou a marcar presença na batalha de Toro. Como prémio pelos seus serviços, Pedro *Madruga* recebeu de Afonso V o título de conde de Caminha, que associou ao de visconde de Tui[3282].

[3280] *Idem*, *ibidem*, pp. 30-31.

[3281] *Idem*, *ibidem*, p. 32.

[3282] Para um bom resumo sobre a carreira de Pedro Madruga veja-se García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, pp. 225-255.

Engrandecido em autoridade e poder territorial, mas enfraquecido em prestígio junto à monarquia castelhana, por força da prolongada belicosidade que Pedro Álvares imprimiu à sua linhagem, este viu-se obrigado a buscar o perdão dos Reis Católicos, mas acabaria por morrer em 1486 em Alba de Tormes (provavelmente às mãos de um «amigo» seu, o primeiro duque de Alba).[3283] Mesmo assim, os bens da casa acabariam por permanecer nesta linha, que perduraria como ramo principal da linhagem em território galego.

Encontramos algumas similitudes no percurso dos Soutomaior e dos Lima durante as primeiras décadas da dinastia Trastâmara, que revelam uma mimetização de comportamentos entre diferentes estratos da nobreza do sul da Galiza. Com efeito, a mudança dinástica e o projecto fernandino de unificação dos dois reinos despertariam a atenção dos Lima, que acabariam por se estabelecer definitivamente em Portugal já no período de D. João I, ficando profundamente dependentes do favor da monarquia portuguesa. Por sua vez, no caso dos Soutomaior, seriam as vicissitudes de um certo clima de anarquia feudal, vivido na Galiza até à eclosão do movimento Irmandiño, a catalisar o seu alinhamento com os interesses portugueses. A própria forma de premiar o serviço das duas linhagens assumiu contornos similares, sendo que Leonel de Lima foi transformado em visconde de Cerveira e Pedro Madruga em conde de Caminha. No entanto, o desfecho seria distinto: os Soutomaior tentaram reconciliar-se com os seus senhores naturais (mesmo à custa de algum do seu sangue), enquanto os Lima vincaram a sua presença no Alto Minho. Aparentemente, a diferença entre as duas famílias estaria no seu patamar social, que, no caso dos primeiros, levaria a consequências bem mais catastróficas em caso de desnaturalização definitiva.

Para além desta linha, existiam outras duas dentro da família Soutomaior, uma que descendia de Paio Sorredea de Soutomaior, meirinho de Toronho e senhor de Sobroso e Salvaterra em meados do século XIV, de cujo casamento com Mécia de Andrade nasceu Teresa (Pais) de Soutomaior, esposa de Garcia Sarmento, de quem teve descendência.[3284]

A segunda seria a dos Soutomaior de Lantaño, linha que assimilou vários dos bens dos Charinho, por via do enlace de Diogo Álvares de Soutomaior II, *o Moço*, com uma neta do almirante Paio Gomes Charinho, de nome Maria Álvares Charinho. Através desta aliança, os senhores de Lantaño conseguiram

[3283] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 32.

[3284] *Idem*, *ibidem*, pp. 32-33.

vários préstamos eclesiásticos no Salnés e Barbanza, que faziam parte do património cedido pelos arcebispos compostelanos aos Charinho. Entre este património encontrava-se o castelo de Salnés, que viria a ser destruído em 1467 pelo movimento irmandiño.[3285]

Quanto a Lantaño, sabemos que fazia parte do lote de bens de Fernão Anes de Soutomaior I que coube a Diogo Álvares de Soutomaior II, segundo partilhas realizadas em Tui em 1381.[3286]

Portanto, os senhorios de Lantaño e Rianxo (em torno do qual gravitavam os bens dos Charinho) recairiam em Paio Gomes de Soutomaior I, que relegaria para um segundo plano um meio-irmão bastardo, de nome João Fernandes de Soutomaior V.

Paio Gomes, homónimo do seu bisavô materno Charinho, acabaria por acercar-se da corte castelhana, onde serviu Henrique III como seu embaixador perante Tamerlão, em 1402, que o terá incumbido de fazer chegar à Península um grupo de princesas húngaras, com o intuito de as presentear ao seu soberano. Entre estas estaria Joana da Hungria, de quem teve descendência bastarda.

Por outro lado, Paio Gomes também teria uma relação ilegítima com uma Maria Gomes, criada da sua casa, de quem teve um varão de nome Diogo Álvares de Soutomaior III. Já do seu casamento com Maior de Mendonça nasceriam também Soeiro Gomes de Soutomaior, *o Mariscal*, Paio Gomes de Soutomaior II, que se radicou em Sevilha, Inês Gomes de Soutomaior e Maria Gomes de Soutomaior.

Apesar de ter casado duas vezes (primeiro com Leonor de Ínsua e depois com Joana de Luna, sobrinha do poderoso Álvaro de Luna), Soeiro Gomes não conseguiu dar continuidade à casa de Lantaño, já que João (Soares) de Soutomaior, filho do seu primeiro casamento, terá deixado apenas uma filha, Leonor de Soutomaior.

Aparentemente, os direitos desta casa seriam transmitidos a Maria Gomes de Soutomaior, esposa de Henrique Henriques de Gusmão, que se terá encarregado de relegar para um segundo plano toda a descendência bastarda de Soeiro Gomes.

Deste enlace nasceria Joana de Soutomaior, esposa de Pedro Henriques de Gusmão (seu parente), de quem teve Henrique Henriques de Soutomaior,

[3285] *Idem*, *ibidem*, p. 33.

[3286] *Idem*, *ibidem*.

que perderia os feudos da sua casa para o arcebispado de Santiago, seu proprietário original.[3287]

Apesar destas vicissitudes, cada um destes três ramos dos Soutomaior teve descendência biológica, tanto por via masculina como por via feminina e, em muitos casos, tanto por via legítima como ilegítima, que se disseminaria por todo o ocidente peninsular.

Em resumo, o interesse desta secção centra-se acima de tudo na possibilidade de podermos analisar o caminho de duas linhagens que, apesar das suas latentes diferenças (de cronologia, geografia e, até, de longevidade biológica), se alinharam, segundo a sua conveniência, com o poder régio (fosse ele castelhano ou português), transformando-se assim em «reféns» da sua autoridade, já que esta deu mostras muito claras de que, nas circunstâncias certas, podia retirar facilmente os privilégios que concedia. Não é verdade que o património da família de D. João de Portel acabou por regressar novamente à família real portuguesa? Ou que Pedro Madruga pagou com a vida os seus desmandos?

SOUTOMAIOR

NESTA reconstituição tomaremos como ponto de partida Paio Mendes Sorredea, o mais antigo de todos os Soutomaior.[3288]

A primeira e segunda geração

I-1 PAIO MENDES SORREDEA I, que, atendendo à cronologia dos seus descendentes, terá vivido durante o reinado de Afonso VI. Não sabemos qual seria a sua categoria social, mas é possível que fosse um dos infanções galego-portugueses que colaboraram com os projectos deste monarca. Desconhecemos o nome da sua esposa, mas é certo que foi pai de:

II-1 MENDO PAIS SORREDEA, fidalgo que terá atingido a maioridade durante o reinado de Afonso VII, monarca de quem terá recebido o senhorio de

[3287] *Idem*, *ibidem*, pp. 34-35.

[3288] Nesta secção, tentaremos combinar os dados genealógicos propostos por Suso Vila, ao longo de todo o seu trabalho dedicado aos Soutomaior (Suso VILA, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)*), com aqueles presentes no título LXXV do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (LL74).

Souto, junto ao rio Oitavén, que a partir desse momento se passaria a chamar Soutomaior. Tal como outros autores, somos da opinião que esta concessão se tratará de uma recompensa pela sua participação em vários episódios bélicos junto ao Imperador, sendo, por isso, de destacar a sua possível presença na conquista de Almería (1147).[3289] Apesar de não termos qualquer documento que nos permita avaliar a verdadeira dimensão do senhorio primitivo dos Soutomaior, é provável que este incluísse também Calvos, Traspielas, Fornelos, Estacas e A Laxe (em Fornelos de Montes).[3290] No coração deste conjunto estaria o castelo de Soutomaior, praça que terá servido a dupla função de eixo articulador desta terra e de bastião defensivo dos caminhos que vinham de Toronho e Límia em direcção à terra de Santiago. O seu peso estratégico deu aos Soutomaior uma importância social única, principalmente se tivermos em conta que, desde os tempos de D. Teresa, os portugueses tentaram expandir a sua influência a todo o sul da Galiza, chegando a tomar Pontevedra durante uma incursão de D. Sancho I na década de 1190. Em nossa opinião, a construção desta praça-forte terá começado com MENDO PAIS, mas terá sido continuada (e talvez terminada) pelo seu filho *Paio Mendes Sorredea II* (III-1), que terá sido o primeiro a utilizar o apelido Soutomaior.[3291] Do casamento entre MENDO PAIS SORREDEA e Inês Peres de Ambia, filha de Pero Pais de Ambia[3292], terão nascido também *Pedro Mendes de Soutomaior* (III-2), esposo de Urraca Barroso, e *Soeiro Mendes de Soutomaior* (III-3), marido de Aldonça Varela.[3293]

A terceira geração

Portanto, do casamento entre Mendo Pais Sorredea e Inês Peres de Ambia terão nascido:

[3289] *Idem*, *ibidem*, p. 26.

[3290] *Idem*, *ibidem*, p. 318, nota 720.

[3291] *Idem*, *ibidem*, p. 26.

[3292] Apesar dos poucos dados existentes sobre as primeiras gerações de Ambias, cremos estar perante uma linhagem oriunda da zona de Allariz (Límia), que, tal como os Soutomaior, começou a ganhar alguma visibilidade na segunda metade do século XII – sobre esta linhagem veja-se Otero Piñeyro Maseda e García G. Ledo, «Apuntes de los Ambía…», pp. 445-457.

[3293] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 48-49.

III-1 PAIO MENDES SORREDEA II (ou SOUTOMAIOR), a quem o *Livro de Linhagens* dedica as seguintes elogiosas palavras: *«Este dom Paai Meendez Sorredea foi muito boo cavaleiro e de prol e de boa palavra, que outro homem houvesse em seu tempo. E foi prezado dos reis e dos altos senhores, que cada uu o queria em sua companha»*[3294]. Ou seja, o conde D. Pedro escolheu descrevê-lo como um cavaleiro e vassalo perfeito, um retrato ideal para um patriarca de uma linhagem que, nestes primeiros anos, sobressaiu pelo seu serviço à coroa enquanto guerreiros. Assim sendo, podemos pressupor que, talvez por força do seu enorme esforço de construção, manutenção e defesa do castelo de Soutomaior, terá conseguido gozar de alguma proximidade em relação a Fernando II e Afonso IX e a alguns dos magnates galegos e portugueses que estiveram presentes nas suas cortes. Por isso, não é de estranhar que surja documentado em 1170 no tombo do mosteiro de Fiães,[3295] doando a este cenóbio a sua herdade de Vidreiros, com o consentimento do próprio monarca (Fernando II). Não estamos certos sobre as razões que o levaram a buscar o consentimento do soberano, mas acreditamos que este facto poderá estar relacionado com a própria natureza do património dos Soutomaior, que advinha directamente da coroa. Outro aspecto que devemos realçar neste documento é o nome da sua esposa, Maior Peres, e não Ermesenda Nunes Maldonado, filha de Nuno Pires Maldonado, como sugere o *Livro de Linhagens*[3296]. Neste contexto, podemos levantar duas hipóteses explicativas para esta situação: podemos estar perante dois matrimónios distintos, sendo este o primeiro dos dois, ou perante um equívoco dos livros de linhagens, que, em vez de apontarem para Maria Peres (Maldonado), possível irmã de Nuno Peres Maldonado, a confundiram com a sua sobrinha Ermesenda Nunes Maldonado[3297]. Consideramos mais provável a primeira hipótese, já que não existem indícios documentais que atestem a segunda. Portanto, do segundo casamento de PAIO MENDES com Ermesenda Nunes Maldonado nasceram *Mem Pais de Soutomaior* (IV-1), *Gonçalo Pais de Soutomaior* (IV-2), *Álvaro*

[3294] LL75A1.

[3295] FERRO COUSELO (ed.), *Tumbo de Fiães*, docs. 53, 243 e 262.

[3296] LL75A1.

[3297] Recorde-se que os Maldonado (Aldão) foram uma linhagem estabelecida na zona das Rias Baixas, em torno de Salnés e da península do Morrazo, territórios muito próximos da terra de Soutomaior, sendo, por isso, altamente improvável que o nobiliário se tenha equivocado na origem familiar da esposa de Paio Mendes.

Pais de Soutomaior I (IV-3), *Maria Pais de Soutomaior* (IV-4), *Teresa Pais de Soutomaior* (IV-5) e *Rui Pais de Soutomaior* (IV-6).[3298]

III-2 PEDRO MENDES DE SOUTOMAIOR I, esposo de Urraca Pires de Toledo (Barroso), de quem teve *Paio Pires de Soutomaior* (IV-7). Esta senhora seria filha de Pero Gomes Barroso, trovador e cavaleiro[3299], filho de Gomes Viegas de Basto e de uma filha de um escudeiro, que se casou em Toledo com Châmoa Fernandes de Azevedo. Desconhecemos os contornos exactos da sua viagem para Castela, mas é provável que tenha partido, com uma idade avançada, entre o séquito de D. Sancho II, tendo acabado por casar em Toledo com uma filha de outro emigrante. Sabemos também que Pero Gomes participou na conquista de Sevilha e de Múrcia, tendo sido beneficiado nos seus *repartimientos*. A partir destes dados, podemos presumir que esta linha dos Soutomaior se terá desenvolvido principalmente entre a Andaluzia e Castela.

III-3 e SOEIRO MENDES DE SOUTOMAIOR, marido de Aldonça Varela,[3300] provável descendente de Varela Fernandes, irmão de Paio Curvo de Toronho.

A quarta geração

Do casamento entre Paio Mendes Sorredea II (ou Soutomaior) e Ermesenda Nunes Maldonado nasceram:

IV-1 MEM PAIS DE SOUTOMAIOR I, fidalgo que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro,*[3301] se casou com Inês Anes de Meira, filha de João Aires de Meira, fidalgo que morreu numa batalha entre Henrique I de Castela e Nuno Gonçalves de Lara e o bastardo régio leonês Rodrigo Afonso, filho de Afonso IX e de Aldonça Martins da Silva. Este casamento não é de estranhar, pois, apesar de ter uma base patrimonial mais a norte (em torno de Armenteira), João Aires de Meira também tinha interesses muito perto da terra de Soutomaior, mais especificamente em Domaio, no concelho de Moaña, re-

[3298] LL75A1.

[3299] Os principais dados sobre a sua vida, em Portugal e Castela, encontram-se reunidos em Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*..., p. 551.

[3300] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 48-49.

[3301] LL75F2.

gistados em documentos do mosteiro de Melón de 1222, 1254 e 1260.[3302] Do seu casamento com Inês Anes nasceram *Paio Mendes de Soutomaior* (V-1) e *Pero Mendes de Soutomaior II* (V-2), bispo de Coria (1317-1324).[3303]

IV-2 GONÇALO PAIS DE SOUTOMAIOR I, fidalgo que se casou com Teresa Anes de Meira, irmã da sua cunhada Inês Anes de Meira. Este duplo casamento com os Meira terá contribuído para que parte do património desta família tenha revertido para os Soutomaior. Deste seu casamento nasceu um outro *Gonçalo Pais de Soutomaior II* (V-3).[3304]

IV-3 ÁLVARO PAIS DE SOUTOMAIOR I, almirante de Castela entre 1300 e 1303, que levou a cabo a redacção do mais antigo ordenamento sobre as operações de carga e descarga de navios, outorgado em 1302.[3305] A chegada de ÁLVARO PAIS a este cargo poderá corresponder a uma espécie de recompensa pelo serviço que prestou ao longo de toda a sua carreira, visto que, por esta altura, o Soutomaior já estaria no Inverno da sua vida. Esta nossa suposição baseia-se no facto de este ter surgido, mais de cinquenta anos antes, na conquista de Sevilha, juntamente com o seu parente colateral Paio Gomes Charinho, um dos mais famosos almirantes de Castela.[3306] Atendendo a este percurso ascensional, podemos presumir que ÁLVARO PAIS terá recebido as parcelas mais significativas do património familiar, como o próprio castelo e senhorio de Soutomaior. Num pleito datado de 1310[3307] indica-se também que deteve vários préstamos de Melón (em Petán, Barcia de Mera, Roças, Aravo, Chagaaes e Nogueira),[3308] que foram transmitidos ao seu filho Pedro Álvares. Daí pensarmos que terá morrido poucos anos antes da redacção deste último documento. O *Livro de Linhagens* aponta-lhe um casamento com Teresa Pais de Rodeiro,[3309] de quem teve *Fernão Álvares de Soutomaior* (V-4), *Maria Álvares de Soutomaior* (V-5) e *Pedro Álvares de Soutomaior I* (V-6).

[3302] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1446, docs. 14 e 19; Carp. 1449, doc. 18.

[3303] LL75F2. VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 52.

[3304] LL75G2.

[3305] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 43.

[3306] *Idem*, *ibidem*, p. 105.

[3307] Integralmente transcrito em VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 501.

[3308] Com base numa notícia de 1372, percebemos que Melón continuou a ceder estes préstamos aos seus descendentes, apesar deste litígio – *Idem*, *ibidem*, p. 327.

[3309] LL75A2.

IV-4 MARIA (ou MARINHA) PAIS DE SOUTOMAIOR, esposa de Fernando Rodrigues de Biedma, de quem teve descendência.[3310]

IV-5 TERESA PAIS DE SOUTOMAIOR, dona que se terá casado duas vezes, com o castelhano Pedro Rodrigues Tenório e com Gil Fernandes Batissela, de quem teve descendência.[3311]

IV-6 e RUI PAIS DE SOUTOMAIOR, rico-homem e justiça maior da casa de Sancho IV de Castela (1286), que chefiou as tropas régias na importante batalha de Pajarón (1289), onde morreu às mãos de D. Diogo Lopes de Haro.[3312] Segundo o *Livro de Linhagens*[3313], casou com N. Lopes Descano (ou Serrano), filha de Lopo Descano (ou Serrano), que, tendo em conta a província onde morreu (Cuenca), poderá ser uma dama castelhana ou, até, aragonesa. Deste casamento nasceu *Teresa Rodrigues de Soutomaior* (V-7), dama que conseguiu um extraordinário casamento com Pero Garcia Manrique (Lara), filho de Garcia Fernandes Manrique (Lara), e um segundo com Garcialasse (ou Lasso?) de la Vega, *o Velho*.[3314] Através de todas estas informações, podemos pressupor que as suas obrigações perante o rei o terão arrastado para junto da fronteira castelhano-aragonesa, onde terá vivido boa parte da sua vida.

Do casamento entre Pedro Mendes de Soutomaior I e Urraca Pires de Toledo nasceu:

IV-7 PAIO PIRES DE SOUTOMAIOR, que se casou com uma senhora desconhecida, de quem teve *Fernão Pires de Soutomaior* (V-8).[3315]

A quinta geração

Do casamento entre Mem Pais de Soutomaior I e Inês Anes de Meira nasceram:

[3310] LL75H2.

[3311] LL75J2 e LD11N7.

[3312] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 26. LL75E2.

[3313] LL75E2.

[3314] LL75E3.

[3315] LL75N1-2.

V-1 PAIO MENDES DE SOUTOMAIOR, nobre que apenas surge no *Livro de Linhagens*, que o identifica como esposo de uma Inês Martins, de quem teve *Mem Pais de Soutomaior II* (VI-1), *Martim Topete* (VI-2), *Álvaro Pais de Soutomaior II* (VI-3) e *Constança Pais de Soutomaior* (VI-4).[3316]

V-2 e PERO MENDES DE SOUTOMAIOR II, bispo de *Coyra* (Coria) entre 1317 e 1324.[3317]

Do casamento entre Gonçalo Pais de Soutomaior I e Teresa Anes de Meira nasceu:

V-3 GONÇALO PAIS DE SOUTOMAIOR II, esposo de Mor Garcia de Prada (ou Rada?), de quem teve *Aires Gonçalves de Soutomaior* (VI-5), *Maria Pires de Soutomaior* (VI-6) e *N. Gonçalves de Soutomaior* (VI-7), que foi clérigo.[3318] Tudo indica que GONÇALO PAIS terá sido um dos nobres que apoiou Berenguel de Landoira na sua tumultuosa prelatura.[3319]

Do casamento entre Álvaro Pais de Soutomaior I e Teresa Peres de Rodeiro nasceram:

V-4 FERNÃO ÁLVARES DE SOUTOMAIOR, pai de *Maria Fernandes de Soutomaior* (VI-8), freira de Santa Clara de Pontevedra registada em 1332, 1343 e 1361,[3320] e, provavelmente, de *João Fernandes de Soutomaior I* (VI-9), bispo de Tui entre 1286 e 1323.[3321]

V-5 MARIA ÁLVARES DE SOUTOMAIOR, que deixou à sua neta Maior Fernandes, filha de Sancho Lopes (de Ulhoa?) e de Maria Fernandes, uns casais em Montemaior (A Laracha), em 1333.[3322] Desconhecemos o nome do seu marido.

[3316] LL75F3.

[3317] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 52.

[3318] LL75G3.

[3319] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 90.

[3320] *Idem*, *ibidem*, pp. 269-270.

[3321] *Idem*, *ibidem*, pp. 51-52.

[3322] *Idem*, *ibidem*, pp. 508-509.

V-6 e PEDRO ÁLVARES DE SOUTOMAIOR I, personagem próximo de Fernando IV, de quem recebeu o couto de Vilacoba (Ponteareas),[3323] o que nos leva a supor que terá sido o principal herdeiro do seu pai, de quem terá recebido o senhorio de Soutomaior. É identificado num documento de Melón (datado de 1330), relativo a Maria Sorredea, sua filha,[3324] e, em 1310,[3325] foi alvo de um pleito por parte do mosteiro de Melón, que visava a regularização de alguns abusos cometidos nos préstamos (em Petán, Barcia de Mera, Roças, Aravo, Chagaaes e Nogueira) que o cenóbio cedera a Álvaro Pais de Soutomaior I, seu pai, e que ele herdara. Estes bens passariam depois a Fernão Anes de Soutomaior I e a Álvaro Pais de Soutomaior IV, seus descendentes (através de Álvaro Peres de Soutomaior). Sabemos que PEDRO ÁLVARES tomou o partido do arcebispo Berenguel de Landoira, apresentando-se nos acordos de 1320 como um dos garantes da sua autoridade temporal sobre os burgueses e nobres insurrectos.[3326] Este apoio de PEDRO ÁLVARES, e do seu primo Gonçalo Pais II, terá sido decisivo no desfecho do conflito, que já se arrastava desde 1318, ano em que o arcebispo compostelano foi enfrentado com uma rebelião dos burgueses de Santiago, que colhia o apoio de figuras proeminentes da aristocracia galega, como o Infante D. Felipe, conde de Trastâmara, e o seu braço direito, Alonso Soares de Deza. Como recompensa pelo seu apoio, o clero compostelano acabou por dar a sua bênção ao casamento entre Diogo Álvares de Soutomaior II e Maria Álvares Charinho, neta do almirante Paio Gomes Charinho, que fez reverter para os Soutomaior o couto de Rianxo, e todos os senhorios que dele dependiam, e vários préstamos compostelanos no Salnés, que estavam na posse desta família desde meados do século XIII.[3327] No fundo, o favor da igreja compostelana garantiria a consolidação da presença dos Soutomaior na península de Morrazo, visível na forma como Rodrigo de Moscoso justifica, em 1374, a doação de alguns préstamos no Salnés a Diogo Álvares II, através do serviço que a sua linhagem prestou aos seus antecessores.[3328] Esta aliança perduraria por várias gerações, até ao momento em que Henrique Henriques de Soutomaior perdeu a posse destes bens

[3323] *Idem*, *ibidem*, p. 319.

[3324] *Idem*, *ibidem*, pp. 507-508. AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1461, doc. 19.

[3325] *Idem*, *ibidem*, pp. 501-507.

[3326] *Idem*, *ibidem*, p. 90.

[3327] *Idem*, *ibidem*, pp. 90-91.

[3328] *Idem*, *ibidem*, p. 91.

para Santiago (já nos inícios do século XVI), após vários litígios.[3329] PEDRO ÁLVARES casou com Elvira Anes Marinho, de quem teve *Álvaro Peres de Soutomaior* (VI-10), *Maria Peres Sorredea* (VI-11), *Elvira Peres de Soutomaior* (VI-12), *Mor Peres Sorredea* (VI-13), *Inês Peres de Vilacoba* (VI-14) e, possivelmente, *Ana de Soutomaior* (VI-15).[3330]

Do casamento entre Rui Pais de Soutomaior e N. Lopes Descano (ou Serrano) nasceu:

V-7 TERESA RODRIGUES DE SOUTOMAIOR, esposa de Pero Garcia Manrique (Lara), filho de Garcia Fernandes Manrique, e de Garcialasse (Lasso?) de la Vega, *o Velho*. Sabemos que teve descendência dos dois casamentos, da qual se destaca Elvira Garcia de la Vega, que se casou com o seu parente Gomes Pires de Castanheda, filho de Paio Sorredea de Soutomaior.[3331]

Por fim, do casamento de Paio Pires de Soutomaior nasceu:

V-8 FERNÃO PIRES DE SOUTOMAIOR, que, segundo o *Livro de Linhagens*[3332], foi pai do arcebispo compostelano *Paio Pires de Soutomaior* (VI-16), ou, talvez, de *Pedro Fernandes de Soutomaior*, prelado entre 1344-1351[3333] – um erro que pode dever-se a um certo grau de homonímia com o seu avô paterno.

A sexta geração

Do casamento entre Paio Mendes de Soutomaior e Inês Martins nasceram:

VI-1 MEM PAIS DE SOUTOMAIOR II, que, segundo o *Livro de Linhagens,*[3334] foi casado, mas a quem não podemos atribuir qualquer descendência.

VI-2 MARTIM *TOPETE* (SOUTOMAIOR), que, em duas mandas testamentárias, de 1386 e 1387, institui como seu testamenteiro João Fernandes de

---

[3329] *Idem*, *ibidem*, p. 35.

[3330] Combinamos as informações de LL75A3 e VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 48-49.

[3331] LL75C3.

[3332] LL75N2.

[3333] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 52.

[3334] LL75F4.

Soutomaior III, a quem incumbe de tutelar o seu couto de Berdozido, até que o seu neto Álvaro Vasques de Soutomaior atingisse a maioridade. Porém, a morte de João Fernandes terá levado a que Paio Sorredea II, seu irmão, acabasse por devolver o dito couto apenas em 1387.[3335] Apesar de não sabermos com quem casou, MARTIM TOPETE foi pai de um filho/a (*N. Martins Topete* – VII-1), que terá dado origem a Álvaro Vasques de Soutomaior, seu herdeiro natural.

VI-3 ÁLVARO PAIS DE SOUTOMAIOR II, fidalgo identificado pelo *Livro de Linhagens*[3336], mas de quem não possuímos qualquer dado.

VI-4 e CONSTANÇA PAIS DE SOUTOMAIOR, casada com Gil Rodrigues de Pias (Valadares), cavaleiro radicado na Galiza, onde terá falecido ainda antes de 1347.[3337] Não lhe conhcemos qualquer descendência.

Do casamento entre Gonçalo Pais de Soutomaior II e Mor Garcia Prada (Rada?) nasceram:

VI-5 AIRES GONÇALVES DE SOUTOMAIOR, mencionado no *Livro de Linhagens*, mas de quem nada sabemos.[3338]

VI-6 MARIA PIRES DE SOUTOMAIOR, também identificada pelo *Livro de Linhagens*, mas de quem não temos qualquer informação.[3339]

VI-7 e N. GONÇALVES DE SOUTOMAIOR, um clérigo anónimo presente no nobiliário do conde D. Pedro.[3340]

De Fernão Álvares de Soutomaior terão nascido:

VI-8 MARIA FERNANDES DE SOUTOMAIOR, freira de Santa Clara de Pontevedra, claramente identificada como filha de Fernão Álvares de Sou-

[3335] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 331.

[3336] LL75F3.

[3337] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1464, doc. 15.

[3338] LL75G3.

[3339] LL75G3.

[3340] LL75G3.

tomaior, em documentos de 1332, 1343 e 1361, respeitantes a bens na freguesia de Ardan (Marín).[3341]

VI-9 e, provavelmente, JOÃO FERNANDES DE SOUTOMAIOR I, bispo de Tui entre 1286 e 1323,[3342] ano em que redigiu o seu testamento, onde, não assomando senão informações muito genéricas sobre as suas relações sociais,[3343] revela a sua intenção de beneficiar um seu neto, de nome Afonso Peres. Desconhecemos o nome da sua amante bem como do seu filho/a (pai ou mãe de Afonso Peres, que identificaremos como *N. Anes de Soutomaior* – VII-2). Atendendo, porém, ao facto de que nenhum dos dois se encontra referido no seu testamento, podemos concluir que já teriam falecido à data da sua redacção. Ainda hoje se conserva o sepulcro de JOÃO FERNANDES na catedral de Tui. Quanto à sua vida na corte, sabemos que foi notário de Sancho IV na Andaluzia e chanceler da rainha Maria de Molina.[3344]

Do casamento entre Pedro Álvares de Soutomaior I e Elvira Anes Marinho nasceram:

VI-10 ÁLVARO PERES DE SOUTOMAIOR, que casou com Inês Anes de Castro de Fornelos e Churrichão, filha e única herdeira de João Fernandes de Castro de Fornelos e de Rica Fernandes Churrichão, tornando-se, assim, senhor da torre de Fornelos e de todos os senhorios que gravitavam em torno dela.[3345] Por sua vez, João Fernandes de Castro de Fornelos seria filho de Fernão Anes de Castro de Fornelos e de Elvira Rodrigues de Valadares, senhora que, devido ao seu casamento, passou a sua vida na Galiza. Releve-se, uma vez mais, que era membro desta família Maria Aires de Fornelos, célebre barregã de D. Sancho I, o que explica a criação de Martim Sanches no Alto Minho e a enorme influência que manteve no sul da Galiza ao longo de todo o seu exílio[3346]. Da união entre ÁLVARO PERES e Inês Anes nasceram *João*

[3341] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 269-270.

[3342] *Idem*, *ibidem*, pp. 51-52.

[3343] *Idem*, *ibidem*, pp. 435-436.

[3344] *Idem*, *ibidem*, pp. 51-52.

[3345] *Idem*, *ibidem*, p. 27.

[3346] Assunto sobre o qual já tivemos oportunidade de nos debruçar ostensivamente em várias notas anteriores (cfr. as notas 1420 e 2411, por exemplo).

Fernandes de Soutomaior II (VII-3), bispo de Tui entre 1351 e 1385, *Garci Mendes de Soutomaior* (VII-4), *Diogo Álvares de Soutomaior I*, *o Velho* (VII-5), *Fernão Anes de Soutomaior I* (VII-6), *Paio Sorredea de Soutomaior I* (VII-7), *Sancha Álvares de Soutomaior* (VII-8) e *Álvaro Pais de Soutomaior III*, arcediago de Deza (VII-9).[3347]

VI-11 MARIA (PERES) SORREDEA, que, em 1330, devolveu ao mosteiro de Melón o seu casal de Seara, em Santa Mariña de O Rosal.[3348] Não teve semel.

VI-12 ELVIRA PERES DE SOUTOMAIOR, esposa de Fernão Gonçalves de Pias (Valadares) – fidalgo identificado num documento de 1347, relativo a bens usurpados ao mosteiro de Melón[3349] –, de quem teve descendência.[3350]

VI-13 MAIOR PERES DE SOUTOMAIOR (SORREDEA), casada com Soeiro Anes de Parada, de quem teve descendência.[3351] Petrista fervoroso, Soeiro Anes acabou por se bandear para o lado português, onde colaborou com D. Fernando. Em 1371, Henrique II confiscou-lhe os seus bens e atribuiu-os à igreja de Tui, como indemnização pelas ofensas que Soeiro Anes cometeu durante a guerra com Portugal – uma decisão que viria a ser confirmada em 1379 pelo seu sucessor, sinal de que a desnaturalização de Soeiro Anes se tinha tornado definitiva.[3352] O beneficiário desta doação régia foi o seu parente (por afinidade) João Fernandes de Soutomaior II, bispo de Tui entre 1351 e 1385, que terá mantido uma certa proximidade em relação ao partido trastamarista.[3353]

[3347] Atendendo à realidade documental, estamos em crer que LL75A4 apresenta uma lista bastante incompleta de descendentes deste casal, pelo que preferimos seguir a proposta de Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 48-49.

[3348] *Idem*, *ibidem*, pp. 507-508.

[3349] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1464, doc. 15.

[3350] LL75B4.

[3351] LL75C4.

[3352] ACHDT, Pergaminhos, Carp. 2, docs. 10 e 17. Para mais dados sobre o exílio de Soeiro Anes de Parada veja-se Fernandes, *O Reinado de D. Fernando*..., pp. 376-377. Note-se que a filha de Soeiro Anes de Parada permaneceria na Galiza, casando-se com João Pires da Nóvoa, também ele um petrista.

[3353] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 53-56.

VI-14 INÊS PERES DE VILACOBA, senhora do couto de S. Xoán de Vilacoba, que fora doado por Fernando IV ao seu pai.[3354] Apesar de desconhecermos as circunstâncias precisas em que recebeu este património, podemos presumir que tivesse feito parte do seu dote.[3355] Sabemos que INÊS PERES casou duas vezes, com Álvaro Rodrigues e com Gonçalo Peres Churrichão, não tendo deixado qualquer descendente.[3356] Assim sendo, boa parte dos seus bens transitariam para o seu sobrinho e testamenteiro Fernão Anes de Soutomaior I, que, em 1360, foi alvo de uma demanda levantada pelo cabido tudense, devido ao incumprimento de um legado que INÊS PERES tinha deixado à sua igreja.[3357] Aparentemente, esta atitude de Fernão Anes não terá resultado de um intuito usurpador, mas sim de uma certa displicência em relação ao cumprimento das vontades de D. INÊS, já que o litígio se saldou no desembargo dos bens em questão, sem que se colocasse em causa a justiça da sentença desfavorável dada pelo meirinho régio de Toronho.[3358] O legado em questão seria de quatro moios e meio de pão anuais, medidos pela medida de Redondela, que viriam dos herdamentos que o seu primeiro marido, Álvaro Rodrigues, lhe deixou em Alvoreça, Forcadela, Santa Cristina, das casas de Desteris (em S. Miguel de Oia), e que Gonçalo Peres, seu segundo esposo, lhe deixou em S. Salvador de Louredo e em Santa Baía de Moos.[3359] Por fim, importa realçar o uso do apelido Vilacoba, que representa uma certa individualidade perante a sua linhagem paterna e que, ao mesmo tempo, atesta a sua riqueza e poder pessoal.

VI-15 e, provavelmente, ANA DE SOUTOMAIOR, esposa de Pedro Aires de Aldão e Sivil (Maldonado), de quem conhecemos o testamento feito em 1347, antes de partir para a fronteira com Afonso XI, documento onde, para além de expressar apreço pelo seu sobrinho Paio Sorredea I, incumbe D. ANA de gerir toda a sua casa e criar os seus filhos, ordenando-lhe que não se casasse novamente, de modo a que ensinasse correctamente os seus descendentes a servir Deus e o rei.[3360] Desta união terá nascido Nuno Peres Maldonado, uma das principais figuras da sua linhagem.

[3354] *Idem*, *ibidem*, pp. 282-283.

[3355] *Idem*, *ibidem*, p. 283.

[3356] *Idem*, *ibidem*, p. 282.

[3357] *Idem*, *ibidem*, pp. 62-63.

[3358] *Idem*, *ibidem*.

[3359] *Idem*, *ibidem*, pp. 509-511.

De Fernão Pires de Soutomaior nasceu:

VI-16 PAIO PIRES DE SOUTOMAIOR / PEDRO FERNANDES DE SOUTOMAIOR, arcebispo de Santiago entre 1344 e 1351.[3361] Como já tivemos oportunidade de explicar, pensamos que no nobiliário do conde D. Pedro existe uma confusão entre o nome do seu avô (Paio Pires) e o seu, em virtude de alguma semelhança onomástica.[3362] O seu aparecimento em Santiago acabou com um ciclo de afastamento deste ramo familiar em relação à Galiza, visto que a sua linha estava radicado em Castela desde os tempos de Pedro Mendes de Soutomaior I, seu bisavô.

A sétima geração

De Martim Topete (Soutomaior) nasceu:

VII-1 N. MARTINS TOPETE, um filho/a que foi pai/mãe de *Álvaro Vasques de Soutomaior* (VIII-1), neto e herdeiro natural de MARTIM TOPETE, de quem herdou Berdozido, couto que, segundo documentação de 1386 e 1387, esteve sob a tutela de João Fernandes de Soutomaior III e de Paio Sorredea II, até que atingisse a maioridade.[3363]

De uma relação ilegítima de João Fernandes de Soutomaior I, bispo de Tui entre 1286 e 1323, nasceu:

VII-2 N. ANES DE SOUTOMAIOR, um filho/a que foi pai/mãe de *Afonso Peres de Soutomaior* (VIII-2), neto contemplado no testamento de João Fernandes de Soutomaior I, datado de 1323.[3364]

Do casamento de Álvaro Peres de Soutomaior com Inês Anes de Castro de Fornelos e Churrichão nasceram:

VII-3 JOÃO FERNANDES DE SOUTOMAIOR II, bispo de Tui entre 1351 e 1385, prelado que, desde os tempos de Frei Prudencio de Sandoval, foi

[3360] *Idem*, *ibidem*, p. 282.

[3361] *Idem*, *ibidem*, p. 52.

[3362] LL75N1-2.

[3363] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 331.

[3364] *Idem*, *ibidem*, pp. 435-436.

sendo identificado como um Castro. Este equívoco, reiterado por Ávila y La Cueva, não possui qualquer sustentação documental[3365] e baseia-se numa mera coincidência onomástica entre os Castro e os Castro de Fornelos. Na verdade, o senhorio de Castro de Fornelos chegou a Álvaro Peres de Soutomaior, seu pai, através do seu casamento com Inês Anes de Castro de Fornelos e Churrichão, sua mãe e única herdeira desta casa, que não tinha qualquer relação com os Castro galegos. Se assim não fosse, seria natural que JOÃO FERNANDES tivesse tomado o partido petrista e que tivesse acompanhado os Castro no seu alinhamento gradual com os interesses portugueses, o que nunca aconteceu – nem mesmo quando os seus cónegos portugueses declararam independência do seu cabido em 1381 ou quando as forças portuguesas se acercaram da sua urbe. Por outro lado, a sua proximidade em relação aos Soutomaior é óbvia, já que João Fernandes de Soutomaior III, filho do seu irmão Fernão Anes de Soutomaior I, aponta o seu tio, o bispo de Tui, como um dos testamenteiros do seu testamento de 1371.[3366] Esta proximidade também se manifestou na forma como tutelou a sua família alargada, tendo, por exemplo, presenciado (e provavelmente negociado) o acordo celebrado no paço episcopal da Oliveira entre os seus sobrinhos, Álvaro Pais de Soutomaior IV, Diogo Álvares de Soutomaior II e Paio Sorredea II, a propósito da herança de Fernão Anes de Soutomaior I.[3367] Em 1419, o próprio João Fernandes de Soutomaior IV, bispo de Tui entre 1408 e 1423, alude ao facto de que o sepulcro do bispo JOÃO FERNANDES, presente no coro da sua catedral, pertencia a um tio seu (neste caso tio-avô), que terá tutelado a sua ascensão entre as fileiras do clero tudense.[3368] Tudo indica que JOÃO FERNANDES fez parte do partido de Henrique II, tendo confirmado vários dos seus diplomas, de entre os quais se destaca um de 30 de Outubro de 1369, ano em que o conde de Trastâmara tomou aos portugueses a praça de Bragança, que vinha dando apoio às acções concertadas dos legitimistas.[3369] Este serviço à nova dinastia acabou por ter as suas recompensas, bem visíveis num privilégio de 1371, no qual, como prémio pelo seu serviço e como indemnização pelos abusos cometidos contra a sua diocese por Soeiro Anes de Parada, seu parente por afinidade que, como muitos

[3365] *Idem*, *ibidem*, p. 53.

[3366] *Idem*, *ibidem*.

[3367] *Idem*, *ibidem*, p. 54 e pp. 511-513.

[3368] *Idem*, *ibidem*, pp. 54 e 57.

[3369] *Idem*, *ibidem*, pp. 54-55.

outros legitimistas, se bandeou para o lado português, recebeu os bens que lhe tinham sido confiscados (a vila de A Guarda, o castelo de Entienza, a bailia de Coia e a Vila Velha de Redondela, entre outros direitos e privilégios).[3370] Contudo, este posicionamento também lhe provocaria dissabores, visto que o avolumar da tensão criada pelas sucessivas guerras fernandinas, pelos ataques dos legitimistas exilados em Portugal e pela oposição entre o clero castelhano e português em torno da questão do Grande Cisma, levou a uma cisão no seu cabido em 1381, geradora de um novo cabido, estabelecido na colegiada de Valença do Minho, que passou a tutelar a parcela portuguesa da sua diocese. Este movimento de secessão viria a ganhar maior força quando o próprio arcebispo compostelano João Garcia Manrique, também ele um legitimista, decidiu abandonar o seu cargo, passando a liderar os cónegos revoltosos, que, como seria de esperar, ganharam o apoio da coroa portuguesa, especialmente nos primeiros anos de D. João I. A própria cidade de Tui viria a ser alvo de cercos e assédios, quer durante as guerras fernandinas quer pelas forças de D. João I. Até 1385, várias praças do Alto Minho (Valença, Melgaço, Ponte de Lima, Cerveira, Caminha, Viana e Monção) juraram fidelidade a D. Beatriz. Porém, graças à vitória do Mestre de Avis e à acção do conde Pedro Fernandes de Castro, todas elas passariam para o seu lado, o que lhes permitiu voltar as suas atenções para Tui.[3371] Por isso, é lícito pensar que JOÃO FERNANDES terá morrido aquando do assédio português, que foi complementado pelo avanço das forças do duque de Lencaster e pelo ressurgimento de uma aura legitimista entre certas elites galegas. Este contexto de crise e, até certo ponto, a humildade do prelado terão levado a que fosse sepultado modestamente no coro da sua catedral.

VII-4 GARCI MENDES DE SOUTOMAIOR,[3372] pai de *Diogo Garcia de Soutomaior* (VIII-3), esposo de Maior Martins e pai de Urraca Dias de Soutomaior, monja de Santa Clara de Pontevedra entre 1335 e 1343.[3373]

VII-5 DIOGO ÁLVARES DE SOUTOMAIOR I, *o Velho*, fidalgo que se casou com Joana Marinho Charinho, também ela herdeira do património do

[3370] *Idem*, *ibidem*, pp. 55-56. Esta transmissão de Soeiro Anes de Parada para a igreja de Tui foi outorgada, de facto, em 1371, mas voltaria a ser confirmada em 1379 – ACHDT, Pergaminhos, Carp. 2, docs. 10 e 17 –, sinal de que a sua desnaturalização tinha sido definitiva.

[3371] *Idem*, *ibidem*, p. 109.

[3372] *Idem*, *ibidem*, p. 27.

[3373] *Idem*, *ibidem*, p. 270.

almirante e adiantado Paio Gomes Charinho.[3374] Atendendo ao seu patronímico, podemos presumir que terá sido o primogénito de Álvaro Peres de Soutomaior,[3375] e que, tal como o seu irmão Fernão Anes de Soutomaior I, tenha, também, gozado de uma certa proximidade em relação à monarquia, já que, do mesmo modo, foi ordenado cavaleiro da Banda por Afonso XI, em 1332.[3376] Por isso, será muito provável que os dois tenham participado na batalha do Salado (1340), na conquista de Algeciras (1344) e no cerco a Gibraltar (1350)[3377] – um cenário que ainda se torna mais provável se o relacionarmos com uma passagem do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que aponta que Paio Sorredea I, seu irmão, faleceu na fronteira.[3378] DIOGO ÁLVARES terá morrido sem descendentes, facto que terá transformado Fernão Anes de Soutomaior I no seu principal herdeiro e na figura central da linhagem.

VII-6 FERNÃO ANES DE SOUTOMAIOR I, cavaleiro da ordem da Banda, ordenado pelo conde Pedro Fernandes de Castro em 1332.[3379] Esta situação leva-nos a supor que terá sido vassalo dos Castro, facto que condiz com a sua dimensão de filho segundo. Casou com Maria Anes da Nóvoa, de quem teve *Álvaro Pais de Soutomaior IV* (VIII-4), *Pedro Álvares de Soutomaior II* (VIII-5) e *Inês (Fernandes) de Soutomaior* (VIII-6).[3380] De uma relação ilegítima com uma Teresa Anes nasceu *João Fernandes de Soutomaior III* (VIII-7), que, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*[3381], foi cónego de Tui, quando, na verdade, o único cónego tudense nascido do seu casamento foi *Álvaro Pais de Soutomaior IV*. De uma outra barregã, de nome Maria Coelho, nasceu *João Peres de Soutomaior* (VIII-8), que, à data do seu testamento (1361), já tinha tido descendência feminina.[3382] Por fim, da sua relação com Maria Sanches nasceram também *Aldonça Esteves de Souto-*

[3374] *Idem*, *ibidem*, p. 27.

[3375] *Idem*, *ibidem*.

[3376] *Idem*, *ibidem*. Importa assinalar que Fernão Anes foi investido por Pedro Fernandes de Castro, enquanto Diogo Álvares o foi pelo próprio soberano, um claro sinal de diferenciação entre os dois irmãos.

[3377] *Idem*, *ibidem*, p. 106.

[3378] *Idem*, *ibidem*, pp. 106-107. LL75A4.

[3379] *Idem*, *ibidem*, p. 27.

[3380] *Idem*, *ibidem*, p. 28.

[3381] LL75A5.

[3382] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 28.

maior (VIII-9), abadessa de Santa Clara de Pontevedra entre 1399 e 1415, *Diogo Álvares de Soutomaior II* (VIII-10), *o Moço*, e *Paio Sorredea de Soutomaior II* (VIII-11).[3383] Tudo indica que FERNÃO ANES terá morrido por volta de 1361, altura em que redigiu o seu testamento[3384]. Deste documento preservam-se duas cópias, que diferem apenas na inclusão de *João Peres de Soutomaior* numa longa lista hierárquica de herdeiros, logo depois de *Inês de Soutomaior*. Através deste documento manda-se enterrar em Melón, cenóbio onde tinha construído um sepulcro. Deixa a esta instituição dois moios por ano, a retirar dos seus bens em Guillade, para que rezassem uma missa por ano pela sua alma. Ordena ainda que, caso abandonasse a vida eclesiástica, *Álvaro Pais de Soutomaior IV* se tornasse seu herdeiro nas casas de Soutomaior, de Fornelos, no Castro de Crecente, nas suas terras em Santiago e nas demais terras e coutos que possuía. Caso não fosse possível tornar-se leigo, os seus herdeiros seriam *João Fernandes*, seguido de *Inês*, *João Peres* e, por fim, dos filhos ilegítimos que teve com Maria Sanches. Por outro lado, se *Álvaro Pais IV* fosse leigo, receberia também as suas terras no Salnés, no couto de Badín, em «Nameo» e as suas casas em Lantaño, enquanto as casas e bens que tinha em «Seyaya», de herança do seu filho *Pedro Álvares de Soutomaior II* (já falecido), passariam ao seu filho *João Fernandes*. Manda, também, que o seu couto de Santo Antoniño ficasse para *Inês de Soutomaior*, cabendo a *João Fernandes* as suas herdades no couto de Santiago de Parada, em Petán e em Deva de Susão (Pontedeva?). Para os seus filhos ilegítimos nascidos de Maria Sanches ficaram os seus bens em Morrazo e no arcebispado de Santiago. Nomeou como testamenteiros o abade de Melón e os escudeiros Rui Fernandes de Santa Cristina e Guterre Martins de Valadares, filho ou neto de Gonçalo Fernandes de Valadares, filho de Fernão Gonçalves de Pias. Apesar da sua condição de escudeiro, Guterre Martins foi beneficiado nos inícios da década de sessenta por Pedro, *o Cruel*, com bens que pertenceram ao Templo e que estiveram nas mãos de Henrique de Trastâmara,[3385] enquanto Gonçalo Fernandes terá feito parte do séquito que acompanhou os Castro no seu exílio português, chegando a dar nome por D. Fernando Ruiz de Castro em

[3383] *Idem*, *ibidem*.

[3384] O seu testamento encontra-se transcrito integralmente em Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy*…, doc. 69, e em Vila, *A Casa de Soutomaior*…, pp. 436-438.

[3385] Pardo de Guevara y Valdés, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder*…, p. 61, nota 48.

1369.[3386] No contexto familiar de FERNÃO ANES I importa destacar a primazia de *Álvaro Pais IV* sobre os seus irmãos, que o obrigou a abandonar a vida eclesiástica, o que se pode explicar pelo facto de *Pedro Álvares II*, provável primogénito da sua geração, já ter falecido, e pela própria geografia dos seus bens, que denuncia a existência de três núcleos patrimoniais, que concentravam bens dos Soutomaior, dos Castro de Fornelos e vários préstamos eclesiásticos, localizados no sul da arquidiocese de Santiago (no Salnés e Morrazo, por exemplo) e que advinham do apoio que a linhagem tinha prestado a Berenguel de Landoira. Quanto às suas relações ilegítimas, há que assinalar a dimensão hierárquica (e quase agnática) da linha de sucessão, onde se misturavam todos os filhos naturais, com algum destaque para o bastardo *João Fernandes*, e o facto de o texto dar a entender que ainda manteria a sua relação com Maria Sanches, razão pela qual não são apresentados os filhos nascidos desta união. Esta Maria Sanches seria uma Aldão (ou seja, uma Maldonado), já que os seus filhos chegaram a utilizar as armas desta linhagem.[3387] Com efeito, o acordo de partilhas de 1381 dos bens de FERNÃO ANES I,[3388] celebrado no paço episcopal da Oliveira e perante a supervisão do bispo de Tui João Fernandes de Soutomaior II (seu irmão), incluiria apenas *Álvaro Pais de Soutomaior IV* e os bastardos *Diogo Álvares de Soutomaior II* e *Paio Sorredea de Soutomaior II*, sinal de que os filhos legítimos (e mais velhos) terão tentado tomar algum do património legado aos filhos de Maria Sanches. Através de um pleito de 1360,[3389] entre o cabido de Tui e FERNÃO ANES I, a propósito de um legado que Inês de Vilacoba tinha feito a esta igreja de bens que os seus dois maridos lhe deixaram, ficamos a saber que este foi seu testamenteiro e que herdou uma parte substancial dos seus bens. Após sentença desfavorável do meirinho de Toronho, FERNÃO ANES I acabou por desembargar as herdades implicadas no legado, sem qualquer sinal de má vontade, pelo que nos é lícito pensar que esta situação tenha resultado de um mero desleixo e não de qualquer intento de usurpação daqueles.[3390] Contudo, o mesmo não se passava com os préstamos que os Soutomaior detinham do mosteiro de Melón, já que FERNÃO ANES I, seguindo a tradição do seu avô e bisavô, levou a cabo usurpações nos vales de Achas e de Tielas.[3391] Este pro-

[3386] Fernandes, *O Reinado de D. Fernando*..., p. 351.

[3387] Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 270-271.

[3388] *Idem*, *ibidem*, pp. 511-513.

[3389] *Idem*, *ibidem*, pp. 509-511.

[3390] *Idem*, *ibidem*, pp. 62-63.

blema, que, como vimos, já existia em 1310, ter-se-á enraizado nesta linha, pois até *Paio Sorredea de Soutomaior II* reconheceu a natureza destes abusos em 1397, altura em que deixou ao mosteiro os coutos de Petán e Parada como forma de indemnização.[3392] Atendendo a este contexto, podemos presumir que a guerra civil e os múltiplos conflitos com Portugal terão agravado bastante este problema. Desconhecemos o posicionamento de FERNÃO ANES I perante os desmandos cometidos nos primeiros anos do reinado de Pedro de Castela, mas, se tivermos em conta a conduta de João Fernandes II, seu irmão e bispo de Tui até 1385, facilmente percebemos que os Soutomaior não terão aderido ao movimento legitimista.

VII-7 PAIO SORREDEA DE SOUTOMAIOR I, fidalgo escassamente mencionado e que facilmente se confunde com o seu sobrinho Paio Sorredea de Soutomaior II. É, porém, o PAIO SORREDEA mencionado como sobrinho de Pedro Aires de Aldão e Sivil (Maldonado), no seu testamento de 1347[3393] – um parentesco que se poderá dever ao seu casamento com Ana de Soutomaior, sua tia. O *Livro de Linhagens* indica que terá morrido na fronteira, provavelmente numa das campanhas de Afonso XI.[3394] Consideramos que a reutilização do apelido Sorredea por alguns membros da linhagem, a partir dos inícios do século XIV, constitui um certo revivalismo próprio de uma sociedade que, neste momento, construía um novo ideário cavaleiresco, que, em grande medida, servia de justificação e suporte à sua posição social. Como exemplos deste fenómeno podemos invocar os casos de Maria Sorredea, Maior Sorredea e dos dois Paio Sorredea.

VII-8 SANCHA ÁLVARES DE SOUTOMAIOR, identificada pelos nobiliários[3395], mas a quem não se atribui qualquer casamento ou descendência.

VII-9 e ÁLVARO PAIS DE SOUTOMAIOR III, que, segundo o *Livro de Linhagens*[3396], foi arcediago de Deza no arcebispado de Compostela. Nada mais se sabe sobre a sua vida.

[3391] *Idem*, *ibidem*, pp. 65-66.

[3392] *Idem*, *ibidem*, p. 66.

[3393] *Idem*, *ibidem*, p. 282.

[3394] LL75A4.

[3395] LL75A4.

[3396] LL52D8.

A oitava geração

Do filho/filha de Martim *Topete* de Soutomaior (N. Martins *Topete*) nasceu:

VIII-1 ÁLVARO VASQUES DE SOUTOMAIOR, neto e herdeiro de Martim *Topete*, senhor do couto de Berdozido, senhorio que ficara nas mãos de João Fernandes de Soutomaior III e de Paio Sorredea II, até ÁLVARO VASQUES atingir a maioridade (em 1387).[3397]

Do filho/a do bispo de Tui João Fernandes de Soutomaior I (N. Anes de Soutomaior) nasceu:

VIII-2 AFONSO PERES DE SOUTOMAIOR, neto do bispo João Fernandes de Soutomaior I contemplado no seu testamento de 1323.[3398]

De Garci Mendes de Soutomaior nasceu:

VIII-3 DIOGO GARCIA DE SOUTOMAIOR, esposo de Maior Martins, de quem teve *Urraca Dias de Soutomaior* (IX-1), freira de Santa Clara de Pontevedra documentada em 1335 e 1343.[3399]

Do casamento entre Fernão Anes de Soutomaior I e Maria Anes da Nóvoa nasceram:

VIII-4 ÁLVARO PAIS DE SOUTOMAIOR IV, fidalgo que, talvez por força da primogenitura de Pedro Álvares de Soutomaior II, iniciou a sua carreira pública entre o clero tudense. Porém, o testamento de Fernão Anes de Soutomaior I de 1361[3400] clarifica plenamente a situação, já que estabelece

[3397] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., p. 331.

[3398] *Idem*, *ibidem*, pp. 435-436.

[3399] *Idem*, *ibidem*, p. 270. Diogo Garcia poderá ter sido irmão de um Gomes Garcia de Soutomaior, abade de Valladolid e notário do reino de Leão, que recebeu de Sancho IV as azenhas do porto de Mourão (ANTT, *Leitura Nova: Livro dos Extras*, fols. 192-192v); mas que, por falta de dados suplementares, não conseguimos enquadrar solidamente dentro da estrutura desta linhagem.

[3400] *Idem*, *ibidem*, pp. 436-438.

uma hierarquia bastante rígida de herdeiros naturais e enuncia os bens que tinha herdado de Pedro Álvares de Soutomaior II, já falecido. Neste contexto, e apesar de já ter alcançado o importante cargo de deão de Tui, Fernão Anes incita o seu filho a abandonar a vida eclesiástica, para que herdasse as suas casas de Soutomaior e Fornelos, Castro Crecente, as suas terras e coutos e os bens que tinha na terra de Santiago. Como incentivo adicional, institui também uma espécie de melhora, que, na condição de se tornar leigo, o faria senhor dos seus bens no Salnés, no couto de Badín, em «Nameo» e das suas casas em Lantaño. Na prática, Fernão Anes, ao enfrentar-se com a morte precoce de Pedro Álvares, terá transformado ÁLVARO PAIS no líder da sua casa e herdeiro dos senhorios chave de Soutomaior, Fornelos, Lantaño e de alguns préstamos santiaguistas. Caso este cenário não se concretizasse, o principal herdeiro de recurso seria o bastardo João Fernandes de Soutomaior III, que acabaria por outorgar o seu próprio testamento em 1371, mencionando ainda ÁLVARO PAIS como arcediago de Salnés, na diocese compostelana.[3401] Porém, ter-se-á desligado do estado eclesiástico pouco tempo depois, visto que, em 1381, surge já como uma das partes de um acordo tripartido sobre a herança de Fernão Anes, celebrado sob a supervisão do seu tio, o bispo tudense João Fernandes de Soutomaior II, no paço episcopal da Oliveira.[3402] Neste acordo de partilhas os intervenientes foram ÁLVARO PAIS, talvez em representação da linha legítima da casa, e os bastardos Diogo Álvares de Soutomaior II, *o Moço*, e Paio Sorredea de Soutomaior II (representante, também, da sua irmã Aldonça Esteves de Soutomaior), filhos de Maria Sanches, que terão tido alguns problemas em tomar posse dos bens que Fernão Anes lhes legou. Nestas partilhas estabelece-se que Diogo Álvares ficaria com as fragas e a igreja de Soveranje, um outro couto (Canedo), a «trivania» de Badim, a herdade de Leiño (Leiro?) e o casal de Lantaño, na condição de ser desembargado pelo cabido de Santiago. Por sua vez, Paio Sorredea ficaria com os coutos de Vilacoba e Batalláns, com os bens de Quintã de Quintela (em Moaña, na terra de Morrazo). ÁLVARO PAIS ficaria com tudo o resto, incluindo a quintã de «Yrol», que lhe foi dada por Diogo Álvares. Foi testemunha destas partilhas o escudeiro Guterre Martins de Valadares, fidalgo de origem portuguesa, provavelmente descendente de um dos ramos dos Pias radicados na Galiza, e que foi testamenteiro de Fernão Anes, e certamente seu

[3401] *Idem*, *ibidem*, pp. 438-441.

[3402] *Idem*, *ibidem*, pp. 511-513.

parente. Este documento reveste-se de uma elevada importância para o futuro da linhagem, pois é através dele que a casa de Soutomaior se divide em três morgadios distintos: a linha de ÁLVARO PAIS viria a chefiar os senhorios de Soutomaior e de Castro de Fornelos; a de Diogo Álvares tomaria posse do de Lantaño, ao qual acrescentaria o núcleo duro dos bens dos Charinho, que gravitavam em torno de Rianxo; e a de Paio Sorredea, que se articulou em torno do couto de Vilacoba. Apesar da proeminência de Paio Sorredea II, seriam, de facto, os Soutomaior de Castro de Fornelos e os Soutomaior de Lantaño os dois principais ramos desta linhagem e os que mais marcariam a história da Galiza a partir do século xv. Tudo indica que ÁLVARO PAIS terá abandonado o clero numa data incerta entre 1371 e 1381, deixando para trás uma carreira que o tornou arcediago de Alabruxa (1357) e deão de Tui (1361 e 1367) e arcediago de Salnés (1371), na igreja compostelana.[3403] Não podendo avaliar as razões pessoais que o levaram a abandonar a sua condição de eclesiástico, presumimos, no entanto, que a morte de João Fernandes, que terá assumido a chefia da família entre o falecimento de Fernão Anes e o seu próprio desaparecimento, e o próprio avolumar das tensões causadas pela guerra civil e pela adesão massiva dos petristas galegos ao partido português terão precipitado, de alguma forma, os acontecimentos. O curto salto de cónego tudense e compostelano a rico herdeiro foi rematado com um prestigioso casamento com Maior de Grés e Moscoso, de quem teve descendência.[3404] Apesar da sua longa carreira eclesiástica, ÁLVARO PAIS cedeu facilmente aos impulsos usurpadores que caracterizavam a nobreza laica daqueles conturbados tempos, como prova a forma como ele e Diogo Álvares cometeram abusos contra os bens do mosteiro de Armenteira no Salnés e em Morrazo, por força dos préstamos e direitos de padroado que ali tinham. As queixas de Armenteira tiveram eco nas cortes de Sória de 1380, tendo João I de Castela enviado uma carta aos dois irmãos, incitando-os a devolverem o que tinham tomado.[3405] Uma situação que se repetiria com os préstamos que Fernão Anes detinha nos vales de Achas e de Tielas, do mosteiro de Melón, onde ÁLVARO PAIS e Pedro Álvares (III), seu filho, cometeram vários abusos.[3406] Em 1397, Paio Sorredea II viu-se obrigado a reconhecer e corrigir estes

[3403] *Idem*, *ibidem*, pp. 56-57.

[3404] *Idem*, *ibidem*, p. 30.

[3405] *Idem*, *ibidem*, pp. 64-65.

[3406] *Idem*, *ibidem*, p. 66.

abusos, através da doação a Melón dos coutos de Petán e Parada,[3407] situação que nada tem de estranho, pois, segundo o acordo de partilhas de 1381, Paio Sorredea ficara com os bens familiares no Morrazo e, em 1372, ÁLVARO PAIS tinha recebido de Melón, na condição de préstamo, Barcia de Mera, Petán, «Roças» (Roussas), Aravo, «Chagadaes» e Nogueira.[3408] No que toca ao seu posicionamento político, ÁLVARO PAIS terá seguido a tendência geral da família, que, desde cedo, apoiou a dinastia Trastâmara, chegando a ser aprisionado por petristas em 1370-1371,[3409] e sendo de destacar o seu labor na guerra fronteiriça contra os apoiantes de D. João I de Portugal, tendo ocupado e defendido Melgaço, fortaleza gémea da sua praça de Fornelos, até 1388, altura em que se viu na iminência de sofrer um brutal assalto, que apenas seria impedido pela intenção do soberano português de ganhar a vila através de uma rendição negociada.[3410] Não sabemos se esta derrota foi considerada um acto de cobardia pelo monarca castelhano e pelos seus correligionários, mas, seguramente, ÁLVARO PAIS não se voltou a envolver na guerra fronteiriça com Portugal e que, nesse mesmo ano, foi alçado ao almirantado, cargo que ostentou até 1391.[3411] Durante a década de 1390, foi, juntamente com os seus irmãos Diogo Álvares II e Paio Sorredea II, um dos destinatários das cartas de Henrique III que visavam a regularização da situação do senhorio episcopal sobre Tui e A Guarda e das relações de vassalagem que muitos nobres mantinham com a igreja tudense[3412]. Do seu casamento com Maior de Grés e Moscoso nasceram *Pedro Álvares de Soutomaior III* (IX-2), pai de Fernão Anes de Soutomaior II e avô do famoso Pedro Madruga, e *Maior Álvares de Soutomaior* (IX-3).[3413] Manteve, também, uma relação ilegítima com Inês Álvares, burguesa de Tui (que se mandou enterrar em S. Domingos de Tui, em 1409), de quem teve *João Fernandes de Soutomaior IV* (IX-4), bispo de Tui entre 1408 e 1423.[3414]

[3407] *Idem*, *ibidem*.

[3408] *Idem*, *ibidem*, p. 327.

[3409] *Idem*, *ibidem*, p. 108.

[3410] Os principais detalhes sobre a defesa de Melgaço, contra as tropas do Mestre de Avis, encontram-se referidos em Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 110-112.

[3411] *Idem*, *ibidem*, p. 114.

[3412] O papel dos Soutomaior nestas disputas, especialmente no pleito sobre a jurisdição das fortalezas de Tui, foi analisado por Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 92-94.

[3413] *Idem*, *ibidem*, pp. 48-49.

[3414] *Idem*, *ibidem*, pp. 29 e 298.

VIII-5 PEDRO ÁLVARES DE SOUTOMAIOR II, já morto em 1361, segundo o testamento do seu pai, e que deixou a Fernão Anes I os bens que tinha em «Seyaya», que passariam para o seu meio-irmão João Fernandes de Soutomaior III.[3415] É de presumir, por um lado, que PEDRO ÁLVARES DE SOUTOMAIOR II tenha sido o primogénito de Fernão Anes de Soutomaior I, razão pela qual Álvaro Pais de Soutomaior IV foi confiado à vida eclesiástica,[3416] e, por outro, que tenha morrido sem descendência, já que os seus bens tinham revertido primeiramente para o seu pai. Como podemos constatar, o falecimento do seu pai levaria a que parte dos seus bens fossem transmitidos ao bastardo João Fernandes de Soutomaior III, gestor do núcleo principal do património familiar até ao abandono da vida eclesiástica por Álvaro Pais de Soutomaior IV, transformando-o assim no seu verdeiro herdeiro. Não sabemos se casou, mas estamos certos de que não teve descendência.

VIII-6 e INÊS (FERNANDES) DE SOUTOMAIOR, esposa de Álvaro Rodrigues de Lima, de quem teve descendência,[3417] e referida pela primeira vez no testamento do seu pai, de 1361, que lhe atribui um lugar na linha hierárquica de herdeiros do seu património,[3418] para além de lhe legar o seu couto de Santo Antoniño. Após a morte do seu marido (Álvaro Rodrigues), D. INÊS foi amparada na sua viuvez pelo seu sobrinho João Fernandes de Soutomaior IV, bispo de Tui entre 1408 e 1423, um apoio traduzido num avultado empréstimo (feito em 1422)[3419], que poderia reverter para a edificação do seu sepulcro na capela de Santo André. Como penhor deste empréstimo, que, acima de tudo, visava o provimento das suas necessidades materiais, apresentou o seu couto de Santo Antoniño, na freguesia de S. Salvador de Louredo, o qual, após a sua morte, transitaria para a igreja, de forma a manter a dita capela e os serviços religiosos pela sua alma. Anos mais tarde, em 1431,[3420] D. INÊS fez questão de relembrar e de reiterar este acordo através do seu testamento, deixando

[3415] *Idem*, *ibidem*, pp. 436-438.

[3416] *Idem*, *ibidem*, p. 29.

[3417] Veja-se a proposta genealógica de SOTTOMAYOR-PIZARRO, «A Família Lima…», pp. 15-65.

[3418] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 436-438.

[3419] *Idem*, *ibidem*, pp. 522-526.

[3420] *Idem*, *ibidem*, pp. 443-444.

à igreja tudense o mencionado couto, para sustento da dita capela de Santo André e para que celebrassem uma missa de aniversário, e um cálice, com as armas dos Soutomaior, pelas missas que disseram no seu paço.[3421]

Por sua vez, da relação ilegítima entre Fernão Anes de Soutomaior I e Teresa Anes nasceu:

VIII-7 JOÃO FERNANDES DE SOUTOMAIOR III, cavaleiro que, apesar da sua origem bastarda, se tornou no principal herdeiro de recurso de Fernão Anes de Soutomaior I, situação que se pode explicar facilmente pela morte precoce de Pedro Álvares de Soutomaior II, pela condição de eclesiástico de Álvaro Pais de Soutomaior IV e, até, pela possível menoridade dos restantes bastardos. Assim sendo, de acordo com o testamento de Fernão Anes de Soutomaior I,[3422] JOÃO FERNANDES ficaria na posse do núcleo principal dos bens dos Soutomaior até que Álvaro Pais abandonasse a vida eclesiástica. Por outro lado, também receberia do seu pai os bens em «Seyaya», que pertenceram a Pedro Álvares de Soutomaior II, já falecido, e as suas herdades no couto de Santiago de Parada, em Petán e em Deva de Susão (Pontedeva?). Apesar da conturbada situação criada pela guerra civil castelhana, os Soutomaior passaram relativamente incólumes, graças à tutela de JOÃO FERNANDES. Este respeito terá levado Martim Topete, seu parente colateral, a confiar-lhe no seu testamento o couto de Berdozido, com o propósito de o entregar a um neto seu quando este atingisse a maioridade. Contudo, a morte de JOÃO FERNANDES terá levado a que Paio Sorredea II fosse o responsável pela devolução deste senhorio.[3423] Como já dissemos, o seu falecimento terá precipitado a saída de Álvaro Pais da vida eclesiástica, de forma a continuar a condução dos destinos da família num perigoso clima de guerra civil. Manda lavrar seu testamento em 1371,[3424] momento em que, pretendendo encetar uma viagem até Toledo, temia ser atacado por Mem Rodrigues de Seabra e por Pedro Guterres de Barrantes, leais petristas e seus inimigos mortais, que controlavam todos os caminhos fora dos senhorios do seu primo João Pires da Nóvoa e que tinham aprisionado o seu irmão Álvaro Pais

[3421] Sobre este assunto veja-se também Vila, *A Casa de Soutomaior*..., p. 283.

[3422] *Idem*, *ibidem*, pp. 436-438.

[3423] *Idem*, *ibidem*, p. 331.

[3424] *Idem*, *ibidem*, pp. 438-441.

IV, ainda arcediago do Salnés. Manda-se sepultar no mosteiro de Melón, junto a alguns dos seus antepassados; nomeia como seus testamenteiros o seu tio João Fernandes de Soutomaior II, bispo de Tui, e o seu cunhado Álvaro Rodrigues de Lima; insitui como seu herdeiro o seu sobrinho-neto Fernão Anes de Soutomaior II e contempla o mosteiro de Oseira com os seus bens em Avelenda, como indemnização por malfeitorias que praticara. Estava ainda, então, na posse dos senhorios associados a Soutomaior, a Fornelos e ao Castro de Crecente, ou seja, o grosso do património dos Soutomaior. Terá morrido pouco depois, talvez numa lide com um desses inimigos, deixando a liderança do seu grupo familiar (e a maioria do seu património paterno) a Álvaro Pais IV. Casou com Maria do Canto, senhora de quem terá tido descendência que se radicou em Portugal.[3425]

Da relação ilegítima entre Fernão Anes de Soutomaior I e Maria Coelho nasceu:

VIII-8 JOÃO PERES DE SOUTOMAIOR, fidalgo presente numa das cópias do testamento de Fernão Anes de Soutomaior I, onde surge logo depois de D. Inês na lista de herdeiros. Não sabemos com quem casou (ou se casou), mas já teria filhas por esta altura.[3426]

Por fim, da relação ilegítima entre Fernão Anes de Soutomaior I e Maria Sanches (Aldão ou Maldonado) nasceram:

VIII-9 ALDONÇA ESTEVES DE SOUTOMAIOR, abadessa do mosteiro de Santa Clara de Pontevedra entre 1399 e 1415, representada por seu irmão Paio Sorredea II no acordo de 1381, sobre a partilha dos bens de Fernão Anes de Soutomaior I. Na qualidade de abadessa de Santa Clara, levou a cabo obras na capela-mor deste convento, onde colocou as suas armas pessoais, combinando a sua heráldica paterna (Soutomaior) e materna (Aldão-Maldonado), deixando, também, marcas na gestão do património deste cenóbio, atestadas em aforamentos de propriedades, realizados em 1408, 1409 e 1415.[3427]

[3425] *Idem*, *ibidem*, p. 29.

[3426] *Idem*, *ibidem*, p. 28.

[3427] *Idem*, *ibidem*, pp. 270-271.

VIII-10 DIOGO ÁLVARES DE SOUTOMAIOR II, *o Moço*, esposo de Maria Álvares Charinho, neta do almirante Paio Gomes Charinho e única herdeira da sua linhagem.[3428] Tal como os seus irmãos uterinos, encontra-se implicitamente referido no testamento de Fernão Anes I[3429] como um dos filhos de Maria Sanches, que herdariam os seus bens na arquidiocese de Santiago, provável alusão aos préstamos que detinha desta igreja no Morrazo e no Salnés. Porém, este património teria sido alvo da cobiça dos filhos legítimos, principalmente de Álvaro Pais de Soutomaior IV, que, após a morte de João Fernandes de Soutomaior III (nos inícios da década de 1370), terá abandonado a vida eclesiástica para tomar as rédeas da liderança da sua linhagem. Esta situação viria a ser resolvida em 1381,[3430] através de um acordo de partilhas entre os irmãos Álvaro Pais IV, DIOGO ÁLVARES II e Paio Sorredea II, sob a supervisão do bispo João Fernandes de Soutomaior II, seu tio. Segundo este acordo, DIOGO ÁLVARES ficou com as fragas e a igreja de «Soveranje», com um outro couto (Canedo), com a «trivania» de Badim, com a herdade de Leiño (Leiro?) e com o casal de Lantaño, na condição de ser desembargado pelo cabido de Santiago. Esta referência dever-se-á ao facto de este património, que gravitava em torno do senhorio de Lantaño, ser parte integrante dos préstamos que a igreja compostelana tinha cedido aos Soutomaior. Por outro lado, DIOGO ÁLVARES viu-se obrigado a devolver a quintã de «Yrol» ao seu irmão Álvaro Pais. A partir deste momento, a família de DIOGO ÁLVARES desenvolver-se-ia em torno do senhorio de Lantaño, por oposição à de Álvaro Pais que, na qualidade de ramo principal, manteria os núcleos de Soutomaior e de Castro de Fornelos, com as suas respectivas fortificações. No fundo, este acordo terá acarretado a constituição de verdadeiros morgadios, que, apesar de não terem levado à adopção de apelidos distintos, representam o início de um processo de segmentação da linhagem. O primeiro grande acrescento ao património dos senhores de Lantaño viria com o casamento de Álvaro Pais com Maria Álvares Charinho (em meados da década de 1370), que acresceu ao seu património paterno, e aos préstamos santiaguistas dos Soutomaior, a avultada herança dos Charinho, seus parentes colaterais.[3431] Esta seria consti-

[3428] *Idem*, *ibidem*, p. 27.

[3429] *Idem*, *ibidem*, pp. 436-438.

[3430] *Idem*, *ibidem*, pp. 511-513.

[3431] *Idem*, *ibidem*, p. 27. A hipótese da existência de um parentesco directo entre os Soutomaior e os Charinho é defendida por Vila, *A Casa de Soutomaior…*, pp. 33-34, e baseia-se

tuída por uma rede de préstamos em Barbanza e no Salnés, que tinham como coração o velho couto de Rianxo, que já era pertença dos Charinho desde os finais do século XIII[3432]. Aparentemente, esta fusão/reconfiguração do panorama feudal da zona do Salnés e Morrazo não levantou grandes problemas entre o clero compostelano, titular efectivo destes bens, e a coroa, já que ambos foram apoiados pelos Soutomaior em momentos especialmente difíceis. No caso dos primeiros, temos que remontar aos tempos das revoltas contra a autoridade senhorial do arcebispo Berenguel de Landoira[3433]. Por sua vez, o apoio à coroa foi bem mais claro a partir da chegada ao poder de Henrique II, principalmente devido ao alinhamento de João Fernandes II, bispo de Tui, e de João Fernandes III com o partido trastamarista, situação que viria a ser reforçada pela participação de Álvaro Pais, DIOGO ÁLVARES e Paio Sorredea nas guerras luso-castelhanas de finais do século XIV[3434]. Todavia, nem o favor régio e arquiepiscopal o salvaria de algumas repreensões públicas: um destes casos seria a carta que João I de Castela endereçou a Álvaro Pais e a DIOGO ÁLVARES em 1380,[3435] como resultado das queixas que o mosteiro de Armenteira apresentou contra vários fidalgos durante as cortes de Sória. Invocando um estatuto de patronos e titulares de préstamos do cenóbio, os dois irmãos usurpavam vários direitos e rendas de propriedades suas localizadas no Morrazo e no Salnés. As dificuldades criadas pela anarquia feudal gerada pela guerra civil propiciavam atitudes como estas, que se repetiam por quase toda a Galiza. Por outro lado, tudo indica que DIOGO ÁLVARES foi profundamente respeitoso em relação às obrigações inerentes ao regime de enfeudamento que mantinha com Santiago. Segundo uma carta de 1374 do arcebispo D. Rodrigo de Moscoso, foram atribuídas a DIOGO ÁLVARES e à sua esposa

na presunção de que Rui Pais Charinho, um dos filhos de Paio Gomes Charinho, seria tio de Álvaro Peres de Soutomaior. Porém, não conseguimos vislumbrar de que forma Paio Gomes Charinho ou seus filhos podem entroncar directamente em qualquer um dos ramos dos Soutomaior; nesse sentido, pensamos estar perante um parentesco artificial, forjado pela proximidade geográfica e social das duas famílias.

[3432] Para mais detalhes sobre o património dos Charinho veja-se Andrés Martínez Salazar, «La Sucesión en los Feudos del Almirante Payo Gómez Chariño».

[3433] Sobre o auxílio dos Soutomaior a Berenguel de Landoira e a forma como este apoio acabou por ser recompensado pela transmissão dos préstamos santiaguistas dos Charinho, no Morrazo e no Salnés, a esta linhagem veja-se Vila, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 90-91.

[3434] *Idem*, *ibidem*, pp. 109-119.

[3435] *Idem*, *ibidem*, pp. 64-65.

Maria Álvares Charinho as paróquias de Santa Maria Dison, S. Tomé de Gondar, S. Miguel de Lores, Santa Baía de Gil, Santa Cristina das Cobas, Santo André de Barrantes, Santa Baía de Ribadumia, Santa Maria de Besomano, S. Joane de Leiro, S. Fins de Loys e Santa Maria de Paradela.[3436] Tendo já celebrado o acordo de partilhas com os seus irmãos[3437] e depois de alguns anos de casamento e de serviço à igreja compostelana, DIOGO ÁLVARES voltou a ser beneficiado em 1382 pelo mesmo arcebispo, que lhe confiou também as paróquias de S. Estêvão de Tremoeda, S. Vicente Douviña, Santa Maria de Calheiro e S. Mamede de Corbello.[3438] Por estes anos, a diocese de Tui ainda vivia as consequências da guerra civil e dos conflitos com Portugal, registando-se um clima de desestruturação do panorama senhorial. As maquinações da aristocracia laica e eclesiástica petrista e a sua colaboração com a autoridade régia portuguesa aumentavam a vulnerabilidade da região. O avanço das forças castelhanas, leais a João I e a D. Beatriz, sobre as praças do Alto Minho e o seu posterior recuo até 1389, altura em que o Mestre de Avis tomou a cidade de Tui, colocou em risco a condição de senhor feudal do bispo tudense. Lembremo-nos que as cicatrizes da cisão da diocese de 1381 ainda continuavam frescas e que, devido ao clima de guerra, as principais praças da fronteira tinham sido confiadas a regimentos militares chefiados por uma aristocracia com fortes tendências usurpadoras. Por isso, é natural observar que Paio Sorredea (II), principal responsável pela defesa de Tui, terá prestado homenagem ao bispo revoltoso João Garcia Manrique em nome de todas as fortificações da cidade (em 1390).[3439] Assim sendo, coube a Henrique III a tarefa de encetar esforços para regularizar os laços de fidelidade existentes entre o bispo tudense e as suas vilas, especialmente Tui e Redondela. Neste contexto, Henrique III enviou nos inícios de década de noventa, a pedido do prelado tudense, cartas que procuravam reforçar os laços de vassalidade existentes entre os senhores laicos e a igreja e que também visavam devolver ao bispo o senhorio temporal dos seus feudos. Como seria de esperar, três dos destinatários destas cartas foram os irmãos Álvaro Pais (IV), Paio Sorredea (II) e DIOGO ÁLVARES (II).[3440] No entanto, DIOGO ÁLVARES não gozaria a paz durante muito

[3436] *Idem*, *ibidem*, p. 91.

[3437] *Idem*, *ibidem*, pp. 511-513.

[3438] *Idem*, *ibidem*, p. 91.

[3439] *Idem*, *ibidem*, p. 92.

[3440] *Idem*, *ibidem*.

tempo, pois morreu por volta de 1406, tendo-se feito enterrar na capela de S. Tomás, na igreja de S. Domingos de Pontevedra.[3441] Fez testamento em 1406[3442] na terra de Salnés, onde viveria (provavelmente no paço/fortificação de Rianxo); mandou-se enterrar na sua capela de S. Tomás, à qual deixou os seus casais de Bora e alguns dinheiros, para que rezassem missas pela sua alma; legou alguns bens e dinheiros a S. Domingos de Pontevedra; nomeou seus testamenteiros o prior de S. Domingos e um mercador local, de nome João Ledo; instituiu como herdeiros universais seus filhos Paio Gomes de Soutomaior I e João (Dias) de Soutomaior; e, caso estes não pudessem herdar, os seus herdeiros alternativos seriam o seu bastardo João Fernandes de Soutomaior V, Paio Sorredea (II?) e, por fim, os mosteiros de S. Domingos de Pontevedra e de Santa Maria de Armenteira, em partes iguais; deixou, ainda, um legado monetário à câmara do rei e aos seus herdeiros e testamenteiros. Casou com Maria Álvares Charinho, neta e última herdeira do almirante Paio Gomes Charinho[3443], e conhece-se-lhe, pelo menos, uma relação ilegítima. Do seu casamento nasceram *Paio Gomes de Soutomaior I* (IX-5), segundo senhor da casa dos Soutomaior de Lantaño, e *João (Dias) de Soutomaior* (IX-6), que terá morrido ainda jovem. Por sua vez, da sua relação barregânica nasceu também *João Fernandes de Soutomaior V* (IX-7), o seu principal herdeiro de recurso. A casa de Lantaño teria continuidade através de Paio Gomes e das suas relações ilegítimas com D. Joana da Hungria e Maria Gomes e do seu casamento com Maior de Mendonça.[3444]

VIII-11 e PAIO SORREDEA DE SOUTOMAIOR II, filho bastardo que, devido ao seu desempenho guerreiro e à fidelidade aos interesses do clero tudense e da dinastia Trastâmara, se tornou uma das figuras mais proeminentes da sua linhagem. Na verdade, o primeiro documento que refere implicitamente a sua existência seria o testamento do seu pai, Fernão Anes de Soutomaior I, datado de 1361,[3445] onde é herdado, conjuntamente com os seus irmãos uterinos, com bens na arquidiocese de Santiago (ou seja, com os préstamos que os

[3441] *Idem*, *ibidem*, p. 366.

[3442] *Idem*, *ibidem*, pp. 441-442.

[3443] Devido à sua faceta de trovador, o poderoso almirante Paio Gomes Charinho foi biografado por OLIVEIRA, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*..., pp. 533-534.

[3444] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 34-35.

[3445] *Idem*, *ibidem*, pp. 436-438.

Soutomaior tinham desta igreja no Salnés). Porém, a voracidade dos seus irmãos legítimos terá afectado algum do seu património, razão pela qual se apresentou, ao lado do seu irmão Diogo Álvares II e em representação da sua vontade e da sua irmã Aldonça Esteves, num acordo de partilhas com o seu meio-irmão Álvaro Pais de Soutomaior IV, chefe da sua linhagem e senhor de Soutomaior e de Castro de Fornelos, celebrado em 1381, no paço episcopal da Oliveira (Tui), sob a orientação de João Fernandes de Soutomaior II, seu tio e bispo de Tui.[3446] Na verdade, o lote patrimonial que lhe é atribuído neste documento é verdadeiramente diminuto: os coutos de Vilacoba, de Batalláns e a quintã de Quintela, em Moaña (Morrazo). Contudo, os seus serviços a Henrique II, a João I e Henrique III, garantiriam o engrandecimento do seu património. Assim sendo, em 1386 receberia de João I de Castela o couto de Parada (de Achas) e a terra de Louriña, juntamente com vários bens que pertenceram à Ordem do Templo (como Hermil, Valdemiñor ou Conchelo);[3447] mm 1389, ganhou do rei Salvaterra e Sobroso, com as suas fortalezas, e tornou-se, também, meirinho de Toronho, cargo que ainda ostentava em 1394.[3448] Terá recebido alguns préstamos de cenóbios locais, como Melón, o que justificará a doação que fez a esta casa monástica, em 1397, dos seus coutos de Petán e de Parada como compensação pelos abusos cometidos pela sua linhagem nos préstamos do vale de Achas e de Tielas.[3449] Apesar de tudo, não podemos dizer que o clima de guerra tenha tolhido a sua voracidade, já que em 1406, ou seja, poucos anos depois das tréguas definitivas de Segóvia de 1402, tentou tomar posse de Riba Minho, chegando a litigar com Henrique III pela posse desta terra e a nomear um meirinho próprio para a região.[3450] Porém, pensamos que esta situação seria apenas um ensaio de usurpação, que terá sido facilitado pela anarquia feudal pós-bélica e pelo seu importante papel de governador militar na guerra contra os portugueses. Decerto que esperaria a conivência do monarca, como uma espécie de prémio para o seu labor guerreiro; afinal, já vinha a defender Tui desde 1387, o que lhe permitiu usurpar vários direitos régios e episcopais, como o jantar.[3451] Neste caso específico,

[3446] *Idem*, *ibidem*, pp. 511-513.

[3447] García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media…*, pp. 215-216.

[3448] *Idem*, *ibidem*, p. 216. Vila, *A Casa de Soutomaior…*, p. 70.

[3449] Vila, *A Casa de Soutomaior…*, pp. 65-66.

[3450] *Idem*, *ibidem*, pp. 67-69.

[3451] *Idem*, *ibidem*, p. 70.

PAIO SORREDEA terá contado com a conivência dos bispos de Tui, especialmente de João Fernandes de Soutomaior III, que fez ouvidos de mercador a algumas queixas formuladas em 1421 e 1422.[3452] Portanto, o mais provável é que este tipo de comportamentos se tenha mantido até à sua morte, em 1426,[3453] altura em que foi sepultado em S. Domingos de Pontevedra. Mas houve outros litígios de sinal similar. Na sequência da perda da cidade de Tui para os portugueses (em 1389) e respectiva recuperação pelos castelhanos, a autoridade senhorial episcopal tornou-se extremamente vulnerável. Neste cenário, até os mais fiéis vassalos régios e mais dedicados governadores da fronteira, como PAIO SORREDEA, se transformaram em agentes desestabilizadores. Por isso, D. PAIO e o concelho de Tui decidiram prestar homenagem, pelas fortificações da cidade, ao bispo revoltoso João Garcia Manrique, em 1390.[3454] Com a nomeação de João Ramires de Gusmão para este cargo, Henrique III viu-se obrigado a endereçar várias cartas à nobreza e autoridades locais em 1391, incitando ao reforço dos laços de fidelidade que mantinham com o prelado tudense. Entre os destinatários destas cartas encontravam-se Álvaro Pais de Soutomaior IV, PAIO SORREDEA II e Diogo Álvares II. No entanto, a situação mudaria muito pouco até 1393, altura em que PAIO SORREDEA, sob a pressão de algumas figuras do cabido, decidiu manter as fortalezas da cidade às custas de uma renovação dos seus laços de vassalidade para com o bispo.[3455] O estado de emergência em que a cidade se encontrava permitiu outro abuso singular, que consistia no facto de D. PAIO pousar no paço episcopal da Oliveira, desde 1387.[3456] Na nossa opinião, este sinal de controlo absoluto terá tido alguma expressão na eficiência da defesa da cidade, se bem que existiam rumores de que, em 1389 (no auge da pressão portuguesa sobre a cidade), o Soutomaior tinha dado a saber ao Mestre de Avis que estaria disposto a mudar para o seu lado. A própria forma como João I de Castela atribui um perdão aos homens de Tui que negociaram com o Mestre de Avis, nas cortes de Guadalajara de 1390, não ajuda a clarificar esta questão, ainda que saibamos que D. PAIO se manteve ao serviço da coroa castelhana.[3457] Cremos

[3452] *Idem*, *ibidem*, pp. 70-71.

[3453] *Idem*, *ibidem*, p. 71.

[3454] *Idem*, *ibidem*, p. 92.

[3455] *Idem*, *ibidem*, pp. 92-94.

[3456] *Idem*, *ibidem*, p. 110.

[3457] *Idem*, *ibidem*, pp. 112-113.

que a causa do desgosto do monarca castelhano se prenderá mais com o facto de, após um longo assédio, cheio de insultos e agravos de ambas as partes, D. PAIO se ter disposto a negociar uma rendição amigável com os portugueses, por intermédio do seu sogro Pedro Fernandes de Andrade, situação que se saldaria na passagem da praça para os homens do Mestre de Avis e que desequilibraria as futuras negociações de paz em seu favor. Os contornos do assalto final não são muito claros, mas é certo que, nos finais de 1389, a praça estava tomada. Depois de Tui, seguir-se-iam Salvaterra e várias praças na terra de S. Martinho, que só voltariam definitivamente à esfera castelhana em 1402, depois de mais de uma década de avanços e recuos, de litígios e permutas e de lutas pelo poder senhorial dentro das principais urbes. Mesmo enfrentado com dúvidas sobre a fidelidade de PAIO SORREDEA, e, provavelmente, de Álvaro Pais, o rei de Castela soube premiar os seus serviços, tornando-o senhor de Sobroso e de Salvaterra.[3458] A sua condição de guerreiro experimentado ter-lhe-á atribuído uma certa aura entre os seus pares e, como vimos, um certo temor por parte da autoridade episcopal e régia. Só assim se pode compreender o pedido de ajuda emitido desde Monção por Fernão Peres Churrichão a este seu vizinho em 1391, através do qual lhe desembargava os seus bens em Portugal, para que deles cuidasse e os defendesse.[3459] Esta atitude prender-se-á com o facto de Fernão Peres ter feito bastantes inimigos durante a guerra civil, já que, em 1366, matou o próprio arcebispo de Santiago em nome de Pedro, chegando a bandear-se, algum tempo depois, para o grupo legitimista que facilitou as acções do duque de Lencaster na Galiza.[3460] Assim sendo, seria natural que esperasse alguma represália por parte de qualquer trastamarista ou, até, do próprio Henrique III. Estamos em crer que esta encomenda de Fernão Peres terá justificado a tomada de posse de Tebra e do seu castelo por PAIO SORREDEA. Em 1397, renunciou a seis moios de pão que Fernão Anes I e o seu irmão João Fernandes III tinham deixado a Melón, com base nos préstamos que tinham em Petán e Parada de Achas.[3461] Em 1399, aforou um casal no seu couto de Santiago de Parada de Achas, estando já casado com Inês de Castro.[3462] Terá casado primeiramente com esta Inês de Castro, de quem não

[3458] *Idem*, *ibidem*, p. 70.

[3459] *Idem*, *ibidem*, p. 332.

[3460] *Idem*, *ibidem*.

[3461] *Idem*, *ibidem*, p. 66.

[3462] AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1471, doc. 8.

terá tido descendência, e, depois, com Mécia de Andrade, de quem teve *Teresa (Pais) de Soutomaior* (IX-8), esposa de Garcia Sarmento,[3463] e, provavelmente, *Gomes Pires de Castanheda* (IX-9), esposo da castelhana Elvira Garcia de la Vega, filha de Teresa Rodrigues de Soutomaior e de Garcialasse de la Vega.[3464] Em 1427,[3465] D. Mécia envolveu-se num profundo litígio com o seu genro Garcia Sarmento pela herança de Paio Sorredea, um pleito que pode ser visto como um dos primeiros capítulos de uma guerra entre os Sarmento e Soutomaior, que, apesar de se prenunciar há muito (devido à primazia destas linhagens no sul da Galiza), perduraria durante várias gerações, com enormes picos de tensão no tempo de Pedro *Madruga*. Como vimos, a linha de Paio Sorredea acabaria por perder a varonia, deixando os Soutomaior de Castro de Fornelos e os Soutomaior de Lantaño como principais representantes desta linhagem.

NÓBREGA-ABOIM/PORTEL

O nosso périplo de nove gerações pelos senhores da Nóbrega terá início nos alvores do século XII com Ourigo Cendones, que surge a partir de finais da década de 1120 e que teve descendência que participou activamente no povoamento da margem sul do vale do Lima, principalmente através da construção do castelo da Nóbrega.[3466]

A primeira, segunda e terceira geração

I-1 OURIGO CENDONES, fidalgo documentado entre 1128 e 1140-1145,[3467] que, com o consentimento régio, terá dado continuidade ao repovoamento e reorganização de parte do segmento oriental do vale do Lima. Acon-

[3463] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 48-49.

[3464] LL75E3.

[3465] VILA, *A Casa de Soutomaior*..., pp. 526-532.

[3466] Nesta secção, utilizaremos a proposta de reconstituição de Sottomayor-Pizarro – SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega e Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel. No que concerne a esta família, este autor tratou de revisitar e analisar muitos dos dados propostos por Leontina Ventura (VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 565-574, por exemplo), estudiosa da forte presença desta linhagem ao lado de D. Afonso III.

[3467] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, p. 852.

chegada pelo Lima e pela serra Amarela, a terra da Nóbrega seguia a velha via romana que ligava Braga a Ponte da Barca.[3468] Nestas circunstâncias geográficas, terá cabido aos primeiros senhores da Nóbrega a tarefa de controlar parte dos fluxos humanos entre as duas margens do Lima e de proteger a vertente oriental do vale de qualquer surtida galega que pudesse vir da terra de Límia,[3469] quer através dos sinuosos percursos do maciço montanhoso da Peneda-Gerês quer pelo próprio rio. Apesar de não termos grandes certezas sobre a sua condição social, podemos presumir facilmente que OURIGO terá sido, pelo menos, um bom caudilho militar e uma figura capaz de mobilizar forças suficientes para a defesa deste espaço. Desconhecemos o nome da sua esposa, mas estamos certos de que terá sido pai de:

II-1 PAIO OURIGUES DA NÓBREGA, personagem que, em 1135, foi destinatário de uma doação de D. Afonso Henriques,[3470] destinada a premiar os serviços da sua família. Do seu casamento com Marinha Soares terá nascido:[3471]

III-1 OURIGO PAIS DA NÓBREGA, figura não documentada que, tal como sugere Sottomayor-Pizarro[3472], permite preencher um vazio cronológico entre Paio Ourigues e a geração de Ourigo Ourigues I. Portanto, este terá sido pai de *Ourigo Ourigues da Nóbrega I* (IV-1), *Gomes Ourigues da Nóbrega* (IV-2), *Rodrigo Ourigues da Nóbrega I* (IV-3) e *João Ourigues da Nóbrega I* (IV-4).[3473]

A quarta geração

Assim sendo, de Ourigo Pais da Nóbrega nasceram:

IV-1 OURIGO OURIGUES DA NÓBREGA I, *o Velho*, documentado entre 1181 e 1195, ano em que surge com o seu irmão Gomes Ourigues da

[3468] Mattoso, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 147.

[3469] *Idem*, *ibidem*.

[3470] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 852, nota 4.

[3471] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3472] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 852.

[3473] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

Nóbrega.[3474] Registado, em 1181, como vassalo de Gonçalo Pais, *princeps Agnofrica.*[3475] Sabemos que pouco tempo depois recebeu de D. Afonso Henriques dois casais em Penelas (Paço Vedro de Magalhães, Ponte da Barca), como recompensa pela construção do castelo da Nóbrega,[3476] facto que ainda era recordado aquando das inquirições de 1343.[3477] Impulsionado pelo prestígio ganho com este seu labor, reapareceu na corte de D. Sancho I em 1192, talvez com o propósito de participar na defesa da fronteira contra Almançor, que tinha atacado Alcácer do Sal, Palmela e Almada.[3478] Presumimos que terá tido algum sucesso neste contexto bélico, já que em 1205 surge como porteiro do rei.[3479] Estas tarefas guerreiras podem justificar o facto de ter sido criada uma tradição em torno de uma possível participação sua na conquista de Óbidos de 1148, com o propósito de validar a permanência dos senhores da Nóbrega à frente da alcaidaria desta vila[3480]. Sabemos também que foi padroeiro do mosteiro de S. Martinho de Crasto[3481] e que, segundo as inquirições de 1258,[3482] teve três casais reguengos de D. Sancho I em Vila Fonche (Arcos de Valdevez), que deu a S. Martinho de «Vaadi» (Badim?). Do seu casamento com Maria Lourenço da Cunha nasceram *Pero Ourigues da Nóbrega* (V-1), *Garcia Ourigues da Nóbrega* (V-2), *Maria Ourigues da Nóbrega* (V-3), *Fernão Ourigues da Nóbrega* (V-4), *Martim Ourigues da Nóbrega* (V-5) e *Ourigo Ourigues da Nóbrega II* (V-6).[3483]

IV-2 GOMES OURIGUES DA NÓBREGA, juiz da terra da Nóbrega, em 1195.[3484] Não sabemos se casou ou se teve descendência.

[3474] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 853, nota 8.

[3475] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, p. 147.

[3476] *Idem*, *ibidem*.

[3477] ANTT, Inquirições de Afonso IV, Livro I, Fol. 102v.

[3478] MATTOSO, *Identificação de um País…*, Vol. I, pp. 147-148.

[3479] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 856.

[3480] Sobre esta questão veja-se o esclarecimento apresentado por SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 856, nota 23. Para mais detalhes sobre a vida social de Óbidos na época medieval veja-se Manuela Santos SILVA, *O Concelho de Óbidos na Idade Média*, Lisboa, FLUL (Monografia inédita), 2008 (especialmente as pp. 289-290, onde aborda a presença dos Aboim nesta vila).

[3481] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 856.

[3482] PMH-Inq. 1258, p. 380.

[3483] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

IV-3 RODRIGO OURIGUES DA NÓBREGA I, nobre que se encontra documentado até 1209, tendo marcado presença na corte portuguesa entre 1176 e 1185 e assumido o cargo de alvazil de Coimbra entre 1194 e 1211. Fruto de doações régias, teve bens em em Ílhavo e Miranda do Corvo, que acresciam ao património que foi constituindo no termo de Coimbra. Sabemos que casou com Boa Pires, de quem poderá ter tido D. Pedro Rodrigues, chantre de Coimbra.[3485]

IV-4 e JOÃO OURIGUES DA NÓBREGA I, fidalgo não documentado, de quem apenas se pode deduzir a existência, através da aparição dos seus descendentes junto aos de Ourigo Ourigues da Nóbrega I. Portanto, terá sido pai de *Ourigo Anes da Nóbrega* (V-7).[3486]

A quinta geração

Do casamento entre Ourigo Ourigues da Nóbrega I e Maria Lourenço da Cunha nasceram:

V-1 PERO OURIGUES DA NÓBREGA, camareiro e companheiro de D. Afonso III, desde os tempos em que foi conde de Bolonha. Entre os vários momentos que partilhou com o futuro soberano destacam-se a batalha de Saintes (1242) e o juramento de Paris (1245). Apesar de ter regressado a Portugal com o seu senhor, PERO OURIGUES não se estabeleceu na corte, tendo, por certo, regressado às suas terras de origem.[3487] Da mesma forma que ele foi criado em Santiago de Vila Chã (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, por Marinha da Várzea, que lhe doou uma casa, também seus filhos foram criados em Formariz (Paredes de Coura), no julgado de Froião, em Grovelas (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, e em Sampriz (Ponte de Barca), também neste último julgado; e recebeu, juntamente com os seus irmãos Fernão Ourigues, Martim Ourigues e Ourigo Ourigues, o quinhão de Soeiro Calvo na igreja de Santa Maria de Covas (Vila Verde), no julgado da Nóbrega, o que lhes permitiu honrar os seus bens e tornarem-se, por usurpa-

[3484] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 853.

[3485] *Idem*, *ibidem*; ANTT, Sé de Coimbra, M. IX, doc. 42.

[3486] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 853.

[3487] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 870-871.

ção, padroeiros dessa paróquia.[3488] Foi proprietário da casa honrada do Vale, na freguesia de Santa Cristina (Padreiro, Arcos de Valdevez), no julgado de Valdevez, que vendeu ao abade de Miranda, que a manteve honrada; do casal de Cavalo, em Santiago de Sampriz (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, que comprou e honrou no reinado de D. Afonso III; da herdade de Portela (na mesma freguesia), que era pousa do rico-homem; de uma quintã honrada em S. Martinho de Travassós (Vila Verde), no julgado de Vila Chã, na qual tinha um paço; e de uma quintã e um casal em S. Pedro de Vade (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3489] Parece decorrer do exposto uma preferência pelo acrescentar de património, sobretudo por via do amádigo e de apropriações, em vez de almejar voos mais altos em ambiente cortesão. Casou com Maria Viegas de Ribadouro, irmã da sua cunhada Marinha Viegas de Ribadouro (mulher de Fernão Ourigues da Nóbrega, seu irmão), de quem teve *João Pires de Aboim* (VI-1), *Estêvão Pires de Aboim* (VI-2), *Fernão Pires Farinquel* (VI-3), *Estevaínha Pires da Nóbrega* (VI-4) e *Sancha Pires da Nóbrega* (VI-5).[3490] Releve-se a importância desta dupla aliança com duas donas dos Ribadouro, claro sintoma da ascensão social dos senhores da Nóbrega.[3491]

V-2 GARCIA OURIGUES DA NÓBREGA, cavaleiro que surge em Lisboa, em 1265, confirmando, conjuntamente com o seu irmão Martim Ourigues, uma doação de Pero Anes de Riba de Vizela.[3492] Segundo as inquirições de 1258 e 1288,[3493] seu filho foi criado em Paço Vedro de Magalhães e S. João de Vila Chã (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega. Neste último lugar, também é referida a inusitada situação de ter dado a criar um filho de um Martim Lourenço, que seria, provavelmente, um primo seu por via materna. Apesar de não conhecermos o nome da sua esposa, sabemos que foi pai de várias filhas e de um filho, *Pero Garcia da Nóbrega I* (VI-6).[3494]

[3488] PMH-Inq. 1258, pp. 361, 409, 410, 412 e 413.

[3489] PMH-Inq. 1288, pp. 235-237, 298-299 e 372; ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 23v.

[3490] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

[3491] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 869.

[3492] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 857.

[3493] PMH-Inq. 1258, pp. 408 e 413; PMH-Inq. 1288, p. 288.

[3494] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

V-3 MARIA OURIGUES DA NÓBREGA, senhora que se casou com Pero Fernandes de Cambra e, depois, com Raimundo Viegas de Portocarreiro, de quem teve descendência.[3495]

V-4 FERNÃO OURIGUES DA NÓBREGA, alcaide de Óbidos em 1248, altura em que resistiu ao assédio das forças do *Bolonhês*.[3496] Tendo em conta este dado, podemos aventar que, ao contrário de Pero Ourigues, FERNÃO terá sido um dos partidários de D. Sancho II e que, por isso, podemos estar perante uma estratégia familiar pensada para tirar proveito de qualquer um dos desfechos da guerra civil. Tal como seus irmãos, foi padroeiro/proprietário dos bens da igreja de Santa Maria de Covas (Vila Verde), no julgado da Nóbrega.[3497] Devido ao seu casamento, terá conseguido a quintã de S. Julião, na freguesia de Louredo (Santa Marta de Penaguião), julgado de Penaguião.[3498] Segundo as inquirições, seus filhos foram criados em S. Pedro de Figueiredo e S. Martinho de Carrazedo (Amares), no julgado de Entre-Homem-e-Cávado, em Geme (Vila Verde), no julgado de Regalados, e em Azias (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega. Foi proprietário de uma casa, feita num casal honrado (de avoenga) em S. Pedro de Figueiredo (Amares), no julgado de Entre-Homem-e-Cávado; de meio casal da igreja de Santa Maria de Ferreiros (Amares), no mesmo julgado; e de 1/4 de casal, que comprou em Azias (Ponte da Barca), no julgado a Nóbrega, e que o permitia honrar três foreiros locais.[3499] Do seu casamento com Marinha Viegas de Ribadouro nasceram *Fernão Fernandes da Nóbrega* (VI-7), *Nuno Fernandes da Nóbrega* (VI-8) e *Rui Fernandes da Nóbrega* (VI-9).[3500]

V-5 MARTIM OURIGUES DA NÓBREGA, cavaleiro que surge em Lisboa, em 1265, na companhia do seu irmão Garcia Ourigues.[3501] Segundo as

[3495] *Idem*, *ibidem*.

[3496] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 863. Sobre Óbidos veja-se Silva, *O Concelho de Óbidos…*, especialmente as pp. 289-290 (onde aborda D. João de Aboim).

[3497] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 864.

[3498] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 864, nota 80.

[3499] PMH-Inq. 1258, pp. 410, 425, 426 e 429; PMH-Inq. 1288, pp. 293, 402 e 403.

[3500] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3501] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 858.

inquirições,[3502] alguns dos seus filhos foram criados em Santa Maria de Covas (Vila Verde), Santiago de Vila Chã, Azias e S. João de Vila Chã (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega; foi um dos padroeiros/proprietários da igreja de Santa Maria de Covas (Vila Verde), no mesmo julgado; e foi proprietário de uma quintã honrada no lugar de Barral, em S. João de Vila Chã da Nóbrega (S. João Baptista de Vila Chã, Ponte da Barca). Apesar de desconhecermos o nome da sua esposa, sabemos que foi pai de *Gomes Martins da Nóbrega* (VI-10), *Gonçalo Martins da Nóbrega* (VI-11), de uma filha anónima (*N. Martins da Nóbrega I* – VI-12) e de *Lourenço Martins da Nóbrega* (VI-13).[3503]

V-6 e OURIGO OURIGUES DA NÓBREGA II, cavaleiro criado em Geme (concelho de Vila Verde), no julgado de Regalados, e que deu seus filhos a criar em S. João de Grovelas (Ponte da Barca) e em Santa Maria de Covas (Vila Verde), no julgado da Nóbrega, foi juntamente com os seus irmãos, padroeiro/proprietário da igreja desta última localidade.[3504] Apesar de desconhecermos o nome da sua esposa, sabemos que foi pai de *Estêvão Ourigues da Nóbrega* (VI-14), *Lourenço Ourigues da Nóbrega* (VI-15), *Urraca Ourigues da Nóbrega* (VI-16) e de uma filha anónima (*N. Ourigues da Nóbrega* – VI-17).[3505]

De João Ourigues da Nóbrega I nasceu:

V-7 OURIGO ANES DA NÓBREGA, referido como *OURIGO DE MOURA* pelo *Livro de Linhagens*[3506]. Encontra-se documentado pela primeira vez em 1215, altura em que testemunha, na qualidade de cavaleiro de Évora, a entrega da jurisdição sobre a igreja de Santa Maria de Albuquerque à sé de Évora por parte de Afonso Teles de Albuquerque (Meneses). Mais tarde, viria a marcar presença na corte portuguesa entre 1220 e 1226.[3507] Assim sendo,

[3502] PMH-Inq. 1258, pp. 410, 413 e 414; PMH-Inq. 1288, pp. 287-288, 291 e 293. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 858.

[3503] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3504] PMH-Inq. 1258, pp. 409, 410 e 429.

[3505] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3506] LL42X7.

[3507] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 853-854.

podemos presumir que terá vivido no sul, onde terá reunido bens em torno de Évora, Moura e Santarém.[3508] Nesta última cidade conseguiu casamento com Sancha Gonçalves de Taveira (de Santarém), senhora pertencente a um dos ramos dos Baião e que lhe terá transmitido dois casais nos termos de Penafiel e de Benviver.[3509] Desta relação nasceram *Rodrigo Ourigues da Nóbrega II* (VI-18), *João Ourigues da Nóbrega II* (VI-19), *Ourigo Ourigues da Nóbrega III* (VI-20), *Elvira Ourigues da Nóbrega* (VI-21) e *Gonçalo Ourigues da Nóbrega* (VI-22).[3510]

A sexta geração

Do casamento entre Pero Ourigues da Nóbrega e Maria Viegas de Ribadouro nasceram:

VI-1 JOÃO PIRES DE ABOIM, senhor de Portel, o maior dos validos de D. Afonso III. Foi seu *sub-signifer* entre 1250 e 1255, mordomo da rainha entre 1254 e 1259, mordomo-mor entre 1264 e 1279, tenente de Ponte de Lima em 1259 e tenente de Évora (ou do Alentejo) entre 1270 e 1284.[3511] Graças à proximidade que seu pai vinha mantendo em relação ao novo monarca, desde os tempos da sua presença em França, JOÃO PIRES conseguiu um favor régio incomparável, pautado por um bom serviço e por um constante acréscimo da sua rede patrimonial, que se estendia desde o norte senhorial até ao Algarve e onde sobressaíam os seus núcleos na Estremadura e no Alentejo.[3512] No que concerne ao Alto Minho, as inquirições[3513] dizem-nos que foi criado no lugar de Paço, em Azias (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, que filhou uma herdade a um foreiro de S. Mamede de Vila Verde, nesse mesmo julgado, e que tinha uma quintã em Aboim da Nóbrega (Vila Verde), que já era honrada desde o tempo dos seus avós e bisavós. Apesar de ter vivido quase sempre

[3508] *Idem*, *ibidem*.

[3509] *Idem*, *ibidem*.

[3510] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3511] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 874.

[3512] *Idem*, *ibidem*. Tanto a carreira como a propriedade de D. João de Aboim foram exaustivamente trabalhadas por Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. II, pp. 565-572 e 781-795, sendo que apenas podemos pontuar a sua síntese com algumas informações das inquirições, relativas ao Alto Minho.

[3513] PMH-Inq. 1258, pp. 410 e 414; PMH-Inq. 1288, pp. 293 e 304.

em torno da corte, podemos aventar que esta última propriedade seria o solar familiar dos Aboim; mas nada indica que tenha passado muito tempo por ali, sendo possível que as suas vivências na sua terra de origem se tivessem limitado apenas à sua juventude ou, até mesmo, aos primeiros momentos da presença do seu pai em Portugal. Entre o seu extenso património no sul destaca-se o senhorio de Portel, que viria a dar origem a um dos apelidos utilizados pela sua linhagem. JOÃO PIRES DE ABOIM faleceu em 1285,[3514] tendo transformado a sua casa numa das mais poderosas do país. Da sua união com Marinha Afonso de Arganil I, com quem já estaria casado desde 1246,[3515] nasceram *Pero Anes de Portel* (VII-1) e *Maria Anes de Aboim* (VII-2).[3516]

VI-2 ESTÊVÃO PIRES DE ABOIM, cavaleiro de Santarém, que surge pela primeira vez em 1260, altura em que testemunha a demarcação de uma herdade de João Pires. Devido à sua proximidade em relação a este seu poderoso irmão, confirmou vários diplomas seus, entre 1261 e 1271, e alguns mais de origem régia ou de figuras do ambiente cortesão.[3517] Tudo indica que, tal como João Pires, ESTÊVÃO PIRES terá abandonado a terra da Nóbrega, estabelecendo-se em Santarém, com o propósito de conseguir benefícios na cúria régia. Nesta vila conseguiu bens no seu perímetro urbano e termo. Em 1277, ESTÊVÃO e a sua primeira esposa venderam às freiras de Santa Clara de Santarém um olival, junto ao mosteiro de S. Francisco de Santarém. Em 1283 tinha alguns bens emprazados da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém em Valada, no termo da cidade.[3518] Neste contexto, conseguiu casamento com Ximena Soares de Alfange e, depois, com Maria Anes Bochardo. Da primeira união nasceram *Gonçalo Esteves de Aboim* (VII-3) e *Mor Esteves de Aboim* (VII-4). Por sua vez, do seu segundo casamento nasceu também um filho anónimo (*N. Esteves de Aboim* – VII-5), que terá morrido ainda na sua infância.[3519]

VI-3 FERNÃO PIRES FARINQUEL (NÓBREGA), cavaleiro identificado pelo *Livro de Linhagens* como sendo personagem que *«catava bem o agoi-*

[3514] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 874.

[3515] *Idem*, *ibidem*.

[3516] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

[3517] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 871.

[3518] *Idem*, *ibidem*.

[3519] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 872, e Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

ro» e que terá vivido em Braga. Deverá ter casado com uma D. Elvira, vizinha de Santarém que, em 1275 (altura em que já era viúva de um D. André), adoptou Pero Anes de Portel, seu sobrinho e afilhado.[3520] Não sabemos se deste casamento nasceu qualquer descendente.

VI-4 ESTEVAÍNHA PIRES DA NÓBREGA, que se casou com Gomes Ansur e, depois, com João Gonçalves de Barbudo, de quem teve descendência.[3521]

VI-5 e SANCHA PIRES DA NÓBREGA, dona que foi criada no lugar de Outeiro, na paróquia de S. Jorge de Arcos de Valdevez, no julgado de Valdevez.[3522] Não sabemos se casou nem se teve filhos.[3523]

De Garcia Ourigues da Nóbrega nasceu:

VI-6 PERO GARCIA DA NÓBREGA I, cavaleiro que foi criado nas freguesias de Paço Vedro (de Magalhães), Vila Chã e Grovelas, no julgado da Nóbrega.[3524] Deu a criar um filho seu em S. Martinho da Gandra (Ponte de Lima), no julgado de Penela, e um bastardo em S. Pedro de Vade (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3525] Teve meio casal de S. Martinho, na freguesia de Santo Adriano de Oleiros (Ponte da Barca), no mesmo julgado.[3526] Em 1296, testemunhou uma doação feita ao rei pelos irmãos Mem e Diogo Faião.[3527] Desconhecemos o nome da sua esposa/as ou amante/es, mas tudo indica que teve vários bastardos e um filho legítimo, que deu continuidade à sua linha (*N. Pires da Nóbrega I* – VII-6).[3528]

[3520] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 873-874.

[3521] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

[3522] PMH-Inq. 1288, pp. 282-284.

[3523] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 874.

[3524] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 857.

[3525] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 23v e 30v.

[3526] PMH-Inq. 1258, p. 409.

[3527] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 857. Aproveitamos para relembrar que estas duas figuras terão sido parentes de Estevaínha Faião, amante da Afonso IX, procedente de uma linhagem do Baixo Lima galego.

[3528] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

Do casamento entre Fernão Ourigues da Nóbrega e Marinha Viegas de Ribadouro nasceram:

VI-7 FERNÃO FERNANDES DA NÓBREGA, *Goselhas*, cavaleiro referido somente no *Livro de Linhagens*[3529]. Não sabemos se casou nem se teve descendentes.

VI-8 NUNO FERNANDES DA NÓBREGA, prior de Baldreu, que, apesar da sua condição, teve dois filhos, legitimados em 1308. De Marinha Martins nasceu *Rui Nunes da Nóbrega* (VII-7). Por sua vez, de Maria Durães nasceu também *Aires Nunes da Nóbrega* (VII-8).[3530]

VI-9 e RUI FERNANDES DA NÓBREGA, cavaleiro que testemunha, em 1254, uma venda de João Pires de Aboim, seu primo, e, em 1265, a demarcação dos termos de Évora e Portel. Contudo, a sua presença na corte não lhe terá trazido nenhum proveito, já que não existe qualquer referência a benefícios ou património seu no sul.[3531] Seu filho foi criado em Aborim (Barcelos), julgado de Aguiar de Neiva, em Jolda (Arcos de Valdevez), no julgado de Valdevez, e em Figueiredo (Amares), no julgado de Entre-Homem-e-Cávado. Nesta última freguesia, tinha uma casa honrada, feita em herdades de foreiros durante o reinado de D. Afonso III, e, em Dornelas (Amares, julgado de Entre-Homem-e-Cávado), honrou uma casa que fora feita pelo tabelião Martim Martins.[3532] Não sabemos com quem casou (ou se casou), mas teve, pelo menos, um filho e uma filha: *Pero Rodrigues da Nóbrega* (VII-9) e *Teresa Rodrigues da Nóbrega* (VII-10).[3533]

De Martim Ourigues da Nóbrega nasceram:

VI-10 GOMES MARTINS DA NÓBREGA, escudeiro que participou, em 1261, na demarcação do couto de Portel e que testemunhou, em 1265, a no-

[3529] LL36AQ8. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 864.

[3530] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 865.

[3531] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 864.

[3532] PMH-Inq. 1258, p. 322; PMH-Inq. 1288, pp. 245-246, 403 e 406.

[3533] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

meação dos fiadores das arras da esposa de Rodrigo Garcia de Paiva, na capela real dos paços de Lisboa, dados que nos permitem supor que terá feito parte do séquito do seu primo João Pires de Aboim.[3534]

VI-11 GONÇALO MARTINS DA NÓBREGA, escudeiro que também participou na delimitação do couto de Portel, em 1261. Apesar de ter frequentado a corte e de ter servido na casa de D. João de Aboim, a maioria dos seus interesses patrimoniais localizavam-se em torno da terra da Nóbrega.[3535] Assim sendo, teve metade de uma quintã honrada em Azias e uma casa honrada, construída no reinado de D. Afonso III, em Sampriz (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3536] Em 1293, GONÇALO MARTINS, com Aires Pais de Sugilde e seu cunhado Pero Anes de Cardos, meteram um mordomo seu no couto da Quintã, que pertencia ao cabido de Braga, do qual recebiam ilegalmente vários tributos, como a fossadeira.[3537] Alguns anos mais tarde, é referido (nas inquirições de 1307-1311) que fez uma outra casa em Vade (Ponte da Barca), no mesmo julgado, e que deu a criar um filho, nascido de Maria Anes de Cardos, em Tregosa (Barcelos), no julgado de Neiva.[3538] Do seu casamento com Maria Anes de Cardos nasceram *Martim Gonçalves da Nóbrega* (VII-11), *Aires Gonçalves da Nóbrega* (VII-12), *Guiomar Gonçalves da Nóbrega* (VII-13), *Maria Gonçalves da Nóbrega* (VII-14) e *Constança Gonçalves da Nóbrega* (VII-15).[3539]

VI-12 N. MARTINS DA NÓBREGA I, filha de Martim Ourigues criada num casal de Azias (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3540]

VI-13 e LOURENÇO MARTINS DA NÓBREGA, cavaleiro que testemunhou, em 1253, 1254 e 1263, confirmações régias de doações feitas a João

---

[3534] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 858-859.

[3535] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 859.

[3536] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 859, nota 42. PMH-Inq. 1288, pp. 292-293 e 299. Na freguesia de Azias, também criaram uma filha sua.

[3537] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 859.

[3538] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 24 e 34.

[3539] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3540] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 860.

Pires de Aboim pelo concelho de Santarém. Em 1263, doou a este seu parente, e provável senhor, o herdamento que tinha de Amieira de Moura até ao Guadiana (Amieira, Portel).[3541] Do seu casamento com Maria Esteves nasceu *João Lourenço de Aboim* (VII-16).[3542]

De Ourigo Ourigues da Nóbrega II nasceram:

VI-14 ESTÊVÃO OURIGUES DA NÓBREGA, fidalgo que, segundo as inquirições, foi criado no lugar de Casal de Lobos, em Azias (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, onde fez 12 aforamentos.[3543] Deu a criar um filho seu em Santiago de Vila Chã, no julgado da Nóbrega.[3544] Segundo as sentenças de 1290, honrou um herdamento que comprou no reinado de D. Afonso III em Outeiro dos Cortiços, em S. Mamede de Caniçada (Vieira do Minho), no julgado de Penafiel da Ribeira de Soaz.[3545] Apesar de desconhecermos o nome da sua esposa, sabemos que foi pai de uma filha (*N. Esteves da Nóbrega I* – VII-17) e de um filho (*N. Esteves da Nóbrega II* – VII-18).[3546]

VI-15 LOURENÇO OURIGUES DA NÓBREGA, surge abundantemente nas inquirições do julgado da Nóbrega, através de vários casos de amádigo e de algumas propriedades honradas. Criaram três filhos seus em S. Martinho de Britelo e uma filha em Santiago de Vila Chã (concelho de Ponte da Barca). Teve metade de uma quintã honrada em Azias (Ponte da Barca), juntamente com o seu primo Gonçalo Martins da Nóbrega, e trazia uma casa honrada em Britelo (Ponte da Barca) desde o reinado de D. Afonso III, que viria a ser devassada pelas sentenças de 1290.[3547] A partir destes dados, podemos presumir que, apesar de não sabermos o nome da sua esposa, terá sido pai de, pelo menos, três filhos: uma filha anónima (*N. Lourenço da Nóbrega I* – VII-19), um filho anónimo (*N. Lourenço da Nóbrega II* – VII-20) e de *Gonçalo Lourenço da Nóbrega* (VII-21).[3548]

[3541] *Idem*, *ibidem*.

[3542] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3543] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 861. PMH-Inq. 1258, p. 414; PMH-Inq. 1288, p. 292.

[3544] PMH-Inq. 1258, p. 413.

[3545] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*..., Vol. II, pp. 861-862.

[3546] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3547] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 862. PMH-Inq. 1258, pp. 413. PMH-Inq. 1288, pp. 290, 292 e 300.

VI-16 URRACA OURIGUES DA NÓBREGA, criada na freguesia de Grovelas, no julgado da Nóbrega, teve, a meias com o Hospital, uma herdade em S. João de Vila Chã (Ponte da Barca, julgado da Nóbrega) e uma quintã, há muito honrada, nesta mesma freguesia.[3549] Por esta altura, URRACA OURIGUES já teria falecido.

VI-17 e N. OURIGUES DA NÓBREGA, que também foi criada em Grovelas, no julgado da Nóbrega.[3550]

Do casamento entre Ourigo Anes da Nóbrega e Sancha Gonçalves Taveira nasceram:

VI-18 RODRIGO OURIGUES DA NÓBREGA II, cavaleiro que, conjuntamente com alguns dos seus irmãos, terá vendido à sua tia Maria Gonçalves, prioresa de Arouca, dois casais em Penafiel e em Benviver. Em 1288 testemunhou uma doação do cavaleiro Martim Gil, morador de Avis, ao mosteiro de S. Domingos de Évora. Em 1290 recebeu, conjuntamente com os seus irmãos, uma procuração de Teresa Raimundes de Portocarreiro para a execução das partilhas dos bens que vinham da parte dos seus pais (Raimundo Viegas de Portocarreiro e Maria Ourigues da Nóbrega) e do seu avô (Ourigo Ourigues da Nóbrega I). Sabemos que casou, mas desconhecemos o nome da sua esposa ou se teve filhos.[3551]

VI-19 JOÃO OURIGUES DA NÓBREGA II, cavaleiro que, juntamente com alguns dos seus irmãos, vendeu à sua tia Maria Gonçalves, prioresa de Arouca, dois casais em Penafiel e em Benviver, em 1265. Em 1282, teve um litígio com a sua irmã Elvira Ourigues, a propósito de partilhas. Em 1290, já se encontrava casado, mas desconhecemos o nome da sua esposa.[3552] Segundo as inquirições de 1258,[3553] teve um filho e uma filha, o primeiro criado em dois

[3548] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3549] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 863.

[3550] *Idem*, *ibidem*.

[3551] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp 854-855.

[3552] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 855.

[3553] PMH-Inq. 1258, p. 429.

lugares de S. Tomé de Lanhas (Vila Verde), no julgado de Regalados, e a segunda em apenas um dos seus lugares. A partir deste momento, este filho será identificado como *N. Anes da Nóbrega I* (VII-22) e esta filha como *N. Anes da Nóbrega II* (VII-23).

VI-20 OURIGO OURIGUES DA NÓBREGA III, cavaleiro que, segundo documentação de 1290, foi casado, mas desconhecemos o nome da sua esposa ou se teve filhos. Foi o único dos irmãos que não marcou presença na venda de 1265 à sua tia Maria Gonçalves, prioresa de Arouca.[3554]

VI-21 ELVIRA OURIGUES DA NÓBREGA, freira de Santa Clara de Santarém, que também marcou presença na venda de 1265 à sua tia Maria Gonçalves. Em 1282, pediu ao rei para obrigar o seu irmão João Ourigues da Nóbrega II a fazer partilhas consigo dos bens dos seus pais. Ainda se encontra referida em 1290, altura em que já viveria no mosteiro de Cós, onde viria a falecer ainda antes de 1295. Esta situação gerou uma disputa entre Alcobaça e Santa Clara de Santarém pela posse de herdamentos seus em Rio Maior e Valada, pouco tempo depois da sua morte.[3555]

VI-22 e GONÇALO OURIGUES DA NÓBREGA, frade pregador de Santarém, que, tal como seus irmãos, também surge documentado em 1265 e 1290. Em 1289, outorgou um préstamo, na qualidade de prior dos pregadores de Santarém. Também foi prior das dominicanas de Santarém e raçoeiro de S. Nicolau de Santarém, onde foi sepultado por volta de 1298. Em escavações nas cercanias desta igreja foi descoberta a sua matriz sigilar, num espaço (localizado em pleno adro) que poderia corresponder ao seu sepulcro.[3556]

A sétima geração

Do casamento entre João Pires de Aboim e Marinha Afonso de Arganil I nasceram:

VII-1 PERO ANES DE PORTEL, rico-homem que terá nascido por volta de 1246, ou seja, aquando do regresso do seu pai e avô a Portugal. Tal como

[3554] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 855.

[3555] *Idem*, *ibidem*.

[3556] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 856.

João Pires, marcou presença nas cortes de D. Afonso III e D. Dinis, confirmando vários documentos régios entre 1263 e 1307. Durante este período conseguiu várias tenências: Évora, Algarve, Leiria, Sintra e Panóias. Casou, antes de 1271, com Constança Mendes de Sousa, dona que terá morrido em 1298, momento em que se redige um traslado do seu testamento de 1297, realizado nas suas casas de Santarém e selado com o seu selo. Neste, pedia aos seus testamenteiros, o seu marido PERO ANES e o primo Frei Afonso Rodrigues, que a enterrassem no claustro de S. Domingos de Santarém e ali instituíssem uma capela, deixando uma avultada soma para obras pias. Senhor de um vasto património, PERO ANES foi feito herdeiro de várias figuras: em 1258, Durão Anes, clérigo de Óbidos e seu padrinho, deixou-lhe metade dos seus bens; em 1276, João Martins de Cabanelas, vizinho de Portel, tornou-o seu filho e herdeiro; em 1275, a sua tia Elvira, vizinha de Santarém e viúva de Fernão Pires Farinquel, também o adoptou, tornando-o assim seu herdeiro; e, em 1287, herdou metade dos bens paternos, tornando-se senhor das suas herdades em Monsaraz, Estremoz, Évoramonte, Montemor-o-Novo, Santarém, Sintra, Lisboa, Óbidos, Além Douro, Zamora e Castela. Por outro lado, Constança Mendes foi a única herdeira de Teresa Mendes de Sousa, sua irmã, e uma das principais herdeiras do poderoso Gonçalo Garcia de Sousa, seu tio, que morreu sem descendência legítima. Estas circunstâncias transformaram PERO ANES e Constança Mendes no casal mais rico da sua época.[3557] Apesar de ter vivido numa esfera muito afastada do Alto Minho, as inquirições de 1301[3558] indicam que mantinha honrada uma herdade que lhe fora dada por João Velho, em S. Julião da Silva, no julgado de Valença. Em 1308, foi incumbido pelo monarca de analisar as inquirições feitas por Aparício Gonçalves.[3559] Tudo indica que terá morrido pouco tempo depois, após vários anos de viuvez. Do seu casamento com Constança Mendes de Sousa nasceram *João Pires Portel de Sousa I* (VIII-1), *João Pires Portel II* (VIII-2), *Branca Pires Portel* (VIII-3) e *Maria Pires Ribeira* (VIII-4).[3560]

VII-2 e MARIA ANES DE ABOIM, que casou, em primeiras núpcias, com Martim Afonso Telo I (Meneses) e, depois, com João Fernandes de Lima

[3557] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 875.

[3558] ANTT, Inqirições de D. Dinis, Livro III, Fol. 10.

[3559] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 875.

[3560] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

III, dando assim continuidade a duas das maiores casas exógenas estabelecidas em Portugal.[3561]

Do primeiro casamento de Estêvão Pires de Aboim com Ximena Soares de Alfange nasceram:

VII-3 GONÇALO ESTEVES DE ABOIM (ALFANGE), cavaleiro que, por força da influência do seu tio e primo, também seguiu uma carreira junto da corte, especialmente centrada nos círculos escalabitanos. Com efeito, em 1294 testemunhou uma doação do concelho de Santarém ao rei e, em 1303, surgia já como alcaide desta cidade. Em 1305, surge num diploma de D. Dinis, tendo depois passado vários anos sem qualquer presença na corte. Contudo, em 1321, faria parte da comitiva régia que, em Fevereiro desse ano, assistiu à pesca de um solho «gigante», no seu lugar de Valada (Cartaxo), no termo de Santarém.[3562] Do casamento com Alda Vasques Mouro, filha de Vasco Afonso Mouro, alcaide de Coimbra, teve *Nuno Gonçalves de Aboim* (VIII-5), *Diogo Gonçalves de Aboim* (VIII-6), *Álvaro Gonçalves de Aboim* (VIII-7) e *Fernão Gonçalves de Aboim* (VIII-8).[3563]

VII-4 e MOR ESTEVES DE ABOIM, esposa de Fernão Martins Dade, de quem teve descendência.[3564]

Por sua vez, do segundo casamento de Estêvão Pires de Aboim com Maria Anes Bochardo nasceu:

VII-5 N. ESTEVES DE ABOIM, filho anónimo identificado pelo *Livro de Linhagens*, mas que terá falecido na sua infância.[3565]

De Pero Garcia da Nóbrega I nasceu:

VII-6 N. PIRES DA NÓBREGA I, filho legítimo de Pero Garcia, que foi dado a criar em S. Martinho da Gandra (Ponte de Lima), no julgado de Pe-

[3561] *Idem*, *ibidem*.

[3562] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 872.

[3563] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

[3564] *Idem*, *ibidem*.

[3565] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 872.

nela.[3566] Não sabemos com quem casou, mas terá sido pai de *Pero Garcia da Nóbrega II* (VIII-9).[3567]

Da relação ilegítima entre Nuno Fernandes da Nóbrega e Marinha Martins nasceu:

VII-7 RUI NUNES DA NÓBREGA, fidalgo que, segundo o *Livro de Linhagens*[3568], foi privado de D. Dinis e ouvidor da justiça da sua casa. Segundo as inquirições, foi criado em alguns lugares de Azias (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3569] Terá sido alcaide de Óbidos, em 1285. Em 1287, testemunhou as partilhas dos filhos de João Pires de Aboim. Vários anos mais tarde, em 1307, testemunhou a doação de Atouguia à rainha. Em 1308, obteve uma carta de legitimação para si e para o seu irmão. Em 1309, surge já como juiz da corte e, em 1311, foi nomeado para a comissão que avaliou as inquirições de Aparício Gonçalves. Em 1315, volta a ser referido como juiz da corte e, em 1324, surge como ouvidor dos feitos do crime. Atendendo ao seu desaparecimento destes meios, podemos presumir que terá morrido por volta desta data ou que terá sido afastado por D. Afonso IV. Em 1319, instituiu uma capela funerária na capela de S. Lourenço da igreja de Santa Maria de Óbidos, que ficou ao cuidado de *Estêvão Rodrigues*, seu filho e testamenteiro.[3570] Este *Estêvão Rodrigues da Nóbrega* (VIII-10), legitimado em 1324, terá sido filho da barregã Sancha Domingues, senhora que também foi mãe de *Mor Rodrigues da Nóbrega* (VIII-11) e de *Vasco Rodrigues de Aboim* (VIII-12).[3571]

Por sua vez, da relação ilegítima entre Nuno Fernandes da Nóbrega e Marinha Martins nasceu:

[3566] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 30v.

[3567] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3568] LL36AQ8.

[3569] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 865. PMH-Inq. 1288, p. 292.

[3570] Sobre o património da igreja de Santa Maria de Óbidos veja-se Silva, *O Concelho de Óbidos…*, p. 213.

[3571] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, pp. 865-866, e Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

VII-8 AIRES NUNES DA NÓBREGA, bastardo legitimado em 1308.[3572]

De Rui Fernandes da Nóbrega nasceram:

VII-9 PERO RODRIGUES DA NÓBREGA, que deu a criar uma filha sua em S. Paio de Arcos de Valdevez, no julgado de Valdevez.[3573] Esta dona será identificada como *N. Pires da Nóbrega II* (VIII-13).[3574]

VII-10 e TERESA RODRIGUES DA NÓBREGA, que se casou com Pero Rodrigues da Azambuja I, de quem teve descendência.[3575]

Do casamento entre Gonçalo Martins da Nóbrega e Maria Anes de Cardos nasceram:

VII-11 MARTIM GONÇALVES DA NÓBREGA, cavaleiro que ganhou uma herdade foreira do rei em S. Tomé de Vade (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, e deu a criar um filho seu em Prozelo e Grade (Arcos de Valdevez), no julgado de Valdevez.[3576] Este filho desconhecido será identificado, a partir de agora, como *N. Martins da Nóbrega II* (VIII-14).[3577]

VII-12 AIRES GONÇALVES DA NÓBREGA I, alcaide do castelo da Nóbrega, que testemunhou em Lisboa uma composição entre os concelhos de Valadares e de Melgaço, em 1317.[3578] Segundo as inquirições de 1307-1311,[3579] criaram uma filha sua em Vila Chã (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, e um filho em Azias (Ponte da Barca), nesse mesmo julgado. Em Torgosa (Barcelos), no julgado de Neiva, AIRES GONÇALVES chegou a usar esta sua filha para coutar um dos lugares desta freguesia. Nesta última re-

[3572] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 865.

[3573] PMH-Inq. 1288, pp. 219-221.

[3574] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3575] *Idem*, *ibidem*.

[3576] PMH-Inq. 1258, p. 407; PMH-Inq. 1288, pp. 249-250 e 268.

[3577] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3578] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 859-860.

[3579] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 22, 23 e 34v.

ferência, AIRES GONÇALVES ainda é referido como escudeiro, o que atesta que a sua chegada à alcaidaria do castelo da Nóbrega terá sido posterior a estas inquirições. A partir de agora, designaremos esta sua filha e filho como *N. Aires da Nóbrega I* (VIII-15) e *N. Aires da Nóbrega II* (VIII-16).

VII-13 GUIOMAR GONÇALVES DA NÓBREGA, senhora identificada unicamente pelo *Livro de Linhagens*[3580].

VII-14 MARIA GONÇALVES DA NÓBREGA, também ela identificada através do *Livro de Linhagens*[3581].

VII-15 e CONSTANÇA GONÇALVES DA NÓBREGA, também identificada pelo *Livro de Linhagens*[3582].

Do casamento entre Lourenço Martins da Nóbrega e Maria Esteves nasceu:

VII-16 JOÃO LOURENÇO DE ABOIM, cavaleiro que manteve uma forte relação com a família de João Pires de Aboim, chegando a utilizar o apelido destes seus parentes (Aboim) em vez do tradicional Nóbrega. Em 1258 testemunhou a perfilhação de Pero Anes de Portel pelo seu padrinho, o clérigo de Óbidos Durão Anes. Entre 1259 e 1265 testemunhou vários documentos de João Pires de Aboim, tendo chegado a mordomo da sua viúva, Marinha Afonso de Arganil I, em 1305.[3583] Não sabemos com quem casou (ou se casou), mas as inquirições de 1288[3584] informam-nos que criaram um filho seu em Guilhadeses e uma filha em Loureda e em dois lugares de Aboim das Choças (Arcos de Valdevez, julgado de Valdevez). Este filho será identificado como *N. Anes da Nóbrega III* (VIII-17) e a sua irmã terá sido *Urraca Anes Velida* (VIII-18).[3585]

De Estêvão Ourigues da Nóbrega nasceram:

[3580] LL39P6. Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

[3581] LL39P6. *Idem*, *ibidem*.

[3582] LL39P6. *Idem*, *ibidem*.

[3583] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 861.

[3584] PMH-Inq. 1288, pp. 216-218, 260-261 e 274-276.

[3585] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. III, Genealogia 4.15. – Nóbrega.

VII-17 N. ESTEVES DA NÓBREGA I, senhora que, segundo as inquirições de 1307-1311, ainda honrava uma herdade do seu pai em Outeiro dos Cortiços, na freguesia de S. Mamede de Caniçada (Vieira do Minho), no julgado de Penafiel de Ribeira de Soaz, sem que deixasse entrar aí qualquer porteiro ou mordomo.[3586]

VII-18 e N. ESTEVES DA NÓBREGA II, fidalgo que, segundo as inquirições de 1258, foi criado em Santiago de Vila Chã, no julgado da Nóbrega.[3587]

De Lourenço Ourigues da Nóbrega nasceram:

VII-19 N. LOURENÇO DA NÓBREGA I, senhora que foi criada em Santiago de Vila Chã (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, e provavelmente em Britelo.[3588]

VII-20 N. LOURENÇO DA NÓBREGA II, filho que foi criado em S. Martinho de Britelo (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3589]

VII-21 e GONÇALO LOURENÇO DA NÓBREGA, cavaleiro que terá sido criado em Britelo (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega. Em 1284, testemunhou um instrumento de renúncia a um aforamento no julgado de Valdevez. Em 1306, testemunhou as partilhas dos filhos de Teresa Gil Feijó. Segundo as inquirições de 1307-11, deu um filho a criar na freguesia de S. Miguel de Entre-Ambos-os-Rios (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, há dez anos. Desconhecemos o nome da sua esposa, mas terá sido pai de *Aires Gonçalves da Nóbrega II* (VIII-19).[3590]

De João Ourigues da Nóbrega II nasceram:

VII-22 N. ANES DA NÓBREGA I, fidalgo que, segundo as inquirições de 1258,[3591] foi criado em dois lugares de S. Tomé de Lanhas (Vila Verde), no julgado de Regalados.

[3586] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 862.

[3587] *Idem*, *ibidem*.

[3588] *Idem*, *ibidem*.

[3589] *Idem*, *ibidem*.

[3590] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 862-863.

VII-23 N. ANES DA NÓBREGA II, dona que foi criada num lugar de S. Tomé de Lanhas (Vila Verde), no julgado de Regalados.[3592]

A oitava geração

Do casamento entre Pero Anes de Portel e Constança Mendes de Sousa nasceram:

VIII-1 JOÃO PIRES PORTEL DE SOUSA I, rico-homem de D. Dinis, documentado na corte entre 1298 e 1304. A sua ausência da corte nos anos seguintes poderá estar relacionada com uma tomada de posição a favor do conde Martim Gil de Riba de Vizela, no seu pleito contra o bastardo régio D. Afonso Sanches. Esta situação terá causado a hostilidade do monarca, que o terá arrastado para o partido do Infante D. Afonso durante o conflito de 1319-1324. Sabemos que terá casado, em primeiras núpcias, com Aldara Pires (Gago) de Riba de Vizela, senhora que o acompanhou na concessão ao mosteiro de Arouca do padroado da igreja de S. Miguel de Aveiro, e, em segundas núpcias, com Sancha Martins Barreto, dama que já se encontrava viúva em 1325 e que viria a falecer em 1328. Apesar dos seus dois casamentos, JOÃO PIRES não teve descendência, o que acarretou a transmissão dos bens dos Aboim-Portel para as suas irmãs e, por isso, para os bastardos régios Pedro Afonso e Afonso Dinis.[3593] Porém, no testamento do conde Martim Gil de Riba de Vizela (de 1313) encontra-se um testamenteiro de nome Estêvão Domingues de Aboim, que se apresenta como vassalo do rei.[3594] Na nossa opinião, este Estêvão Domingues poderá ter sido filho de N. Anes da Nóbrega III, filho de João Lourenço de Aboim e neto de Lourenço Martins da Nóbrega e de Maria Esteves. Só assim se poderá explicar a sua posição de subalternidade em relação a Martim Gil, já que o próprio João Lourenço terá servido os Aboim-Portel, aproveitando a sua condição de parente colateral. Por outro lado, o nome Estêvão poderá corresponder a uma homenagem ao pai de Maria Esteves. Assim sendo, o último membro a utilizar este apelido seria, na verdade, um Nóbrega; um parente colateral que terá tentado alçar-se através do prestígio destes seus parentes e senhores.

[3591] PMH-Inq. 1258, p. 429.

[3592] PMH-Inq. 1258, p. 429.

[3593] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*…, Vol. II, p. 876.

[3594] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 876, nota 40.

VIII-2 JOÃO PIRES PORTEL II, fidalgo identificado pelo *Livro de Linhagens*[3595], que não terá casado ou tido descendência.

VIII-3 BRANCA PIRES PORTEL, esposa de Pedro Afonso, terceiro conde de Barcelos e o mais conhecido dos bastardos de D. Dinis, de quem teve uma criança, que faleceu durante a sua infância. A sua morte, por volta de 1307, transformou Pedro Afonso num dos principais herdeiros do património dos Aboim-Portel.[3596]

VIII-4 e MARIA PIRES RIBEIRA, esposa de Afonso Dinis, bastardo de D. Afonso III, de quem teve descendência.[3597]

Do casamento entre Gonçalo Esteves de Aboim e Alda Vasques Mouro nasceram:

VIII-5 NUNO GONÇALVES DE ABOIM, que surge como um dos quarenta nobres apresentados por D. Afonso IV no tratado Escalona de 1328.[3598] Atendendo aos matrimónios da sua esposa, Beatriz Afonso de Baião, podemos presumir que terá falecido até 1328. Deste seu casamento não terá nascido qualquer descendência.[3599]

VIII-6 DIOGO GONÇALVES DE ABOIM, identificado pelo *Livro de Linhagens*[3600], mas de quem nada sabemos.

VIII-7 ÁLVARO GONÇALVES DE ABOIM, apenas mencionado pelo *Livro de Linhagens*[3601].

VIII-8 e FERNÃO GONÇALVES DE ABOIM, personagem que, segundo o *Livro de Linhagens*, foi prior de Povos.[3602]

[3595] LL22H13. *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 875.

[3596] *Idem*, *ibidem*, pp. 187-188.

[3597] *Idem*, *ibidem*, Vol. III, Genealogia 4.15.1. – Aboim-Portel.

[3598] A propósito do tratado de Escalona, veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, «Relações Político-Nobiliárquicas entre Portugal e Castela…», pp. 1255-1278.

[3599] SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 873.

[3600] LL36Z9. *Idem*, *ibidem*.

[3601] LL36Z9. *Idem*, *ibidem*.

De N. Pires da Nóbrega I nasceu:

VIII-9 PERO GARCIA DA NÓBREGA II, escudeiro que deu por quite um homem que lhe entregou as rendas da quintã de Tapha (ou Capha), no termo de Lamego, que lhe eram devidas desde os tempos da sua avó até àquela data (1362). Em 1372, recebeu da coroa a terra de Macinhata e o préstamo de Alvelos. Em 1385, o Mestre de Avis confirmou estas doações. Do seu casamento com Teresa Vasques não terá nascido qualquer descendente.[3603]

Da relação ilegítima entre Rui Nunes da Nóbrega e Sancha Domingues nasceram:

VIII-10 ESTÊVÃO RODRIGUES DA NÓBREGA, escudeiro que foi legitimado, em 1324, e escolhido para testamenteiro de seu pai. Terá falecido pouco tempo antes de 1334, altura em que a tutela da capela instituída pelo seu pai em Óbidos passou para a sua irmã.[3604]

VIII-11 MOR RODRIGUES DA NÓBREGA, que, tal como já referimos, passou a tutelar a capela familiar de Óbidos, em 1334. Faleceu antes de 1337, altura em que já estava sepultada nesta mesma capela, em Santa Maria de Óbidos. Desconhecemos o nome do seu marido, mas sabemos que foi mãe de Margarida Rodrigues, esposa de Vasco Gonçalves de Valbom. Esta última senhora viria a suceder à sua mãe à frente dos bens desta mesma capela, já que viveria nesta vila, dada a influência que a família do seu marido manteve nesta pequena urbe.[3605]

VIII-12 e VASCO RODRIGUES DE ABOIM, alcaide de Óbidos em 1329. Não sabemos com quem casou, mas poderá ter sido pai de *Fernão Vasques da Nóbrega* (IX-1).[3606]

De Pero Rodrigues da Nóbrega nasceu:

[3602] LL36Z9. *Idem*, *ibidem*.

[3603] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, pp. 857-858.

[3604] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 867.

[3605] *Idem*, *ibidem*.

[3606] *Idem*, *ibidem*.

VIII-13 N. PIRES DA NÓBREGA II, que, segundo as inquirições, foi criada em S. Paio de Arcos de Valdevez, no julgado de Valdevez.[3607]

De Martim Gonçalves da Nóbrega nasceu:

VIII-14 N. MARTINS DA NÓBREGA II, fidalgo que foi dado a criar em Prozelo e Grade, no concelho e julgado de Valdevez.[3608]

De uma relação ilegítima de Aires Gonçalves da Nóbrega I nasceram os seguintes bastardos:

VIII-15 N. AIRES DA NÓBREGA I, senhora que foi dada a criar em Vila Chã (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega, e que viria a ser usada no processo que permitiu a Aires Gonçalves coutar um dos lugares da freguesia de Torgosa (Barcelos), no julgado de Neiva.[3609]

VIII-16 e N. AIRES DA NÓBREGA II, filho que foi criado em Azias (Ponte da Barca), no julgado da Nóbrega.[3610]

De João Lourenço de Aboim nasceram:

VIII-17 N. ANES DA NÓBREGA III, fidalgo que foi criado em Santo André de Guilhadeses, no concelho e julgado de Arcos de Valdevez.[3611] Atendendo ao apelido utilizado pelo seu pai (Aboim), podemos presumir que esta linha específica terá vivido do serviço na casa dos Aboim-Portel e que terá usado este seu parentesco (e apelido) como uma forma de promoção social. Com efeito, podemos pressupor também que N. ANES DA NÓBREGA III terá sido pai de *Estêvão Domingues de Aboim* (IX-2), vassalo do rei que se tornou testamenteiro do conde Martim Gil de Riba de Vizela, em 1313. Por outro lado, o nome Estêvão poderá corresponder a uma evocação do pai de Maria Esteves, esposa de Lourenço Martins da Nóbrega, mãe de João Lourenço de

[3607] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 865.

[3608] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 859.

[3609] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fols. 22 e 34v.

[3610] ANTT, Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 23.

[3611] Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas…*, Vol. II, p. 861.

Aboim e avó de N. ANES DA NÓBREGA III. Tudo indica que, apesar da sua vivência na corte, a utilização do apelido Aboim não lhe terá proporcionado uma carreira de grande sucesso, visto que seria óbvio, aos olhos de todos, que este ramo dos Nóbrega estaria a tirar partido da sua relação de parentesco e de vassalagem com os Aboim-Portel para se alçar a um patamar social que, na verdade, não era o seu. Pensamos que *Estêvão Domingues* não terá tido descendência.

VIII-18 e URRACA ANES VELIDA, que foi criada em vários lugares de Santo Estêvão de Aboim (Aboim das Choças, no concelho e julgado de Arcos de Valdevez) e de S. Miguel de Louredo.[3612]

De Gonçalo Lourenço da Nóbrega nasceu:

VIII-19 AIRES GONÇALVES DA NÓBREGA II, cavaleiro referido nas inquirições de 1343, altura em que trazia, em nome do rei, a terra de Lapela (Santa Maria de Lapela), no julgado de Faria.[3613]

A nona geração

De Vasco Rodrigues da Aboim nasceu:

IX-1 FERNÃO VASQUES DA NÓBREGA, cavaleiro que testemunhou, em 1342, a entrega do castelo de Esmelma à Sé de Braga por Martim Anes de Briteiros II.[3614]

De N. Anes da Nóbrega III terá nascido:

IX-2 ESTÊVÃO DOMINGUES DE ABOIM, vassalo do rei, que surge em 1313 como testamenteiro do conde Martim Gil de Riba de Vizela.[3615]

***

[3612] *Idem*, *ibidem*.

[3613] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 863.

[3614] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 867.

[3615] *Idem*, *ibidem*, Vol. II, p. 876, nota 40.

Apesar de se apresentarem em circunstâncias completamente distintas, a relação comparativa entre os Soutomaior e os Nóbrega-Aboim/Portel joga-se entre inúmeras similitudes e profundas diferenças.

Portanto, podemos começar pela sua situação geográfica e implantação territorial. Com efeito, tanto os Soutomaior como os Nóbrega-Aboim/Portel partiram de regiões relativamente distantes da fronteira galaico-minhota, junto ao limite norte e sul da velha diocese de Tui.

Do seu senhorio familiar, encaixado no vale do Oitavén, os Soutomaior encetaram um caminho de aproximação constante à fronteira tudense, que se plasmou na construção de uma rede familiar/clientelar em torno dos seus órgãos eclesiásticos e na obtenção de alguns cargos régios de características militares e territoriais, que legitimavam este processo. A volatilidade criada pelos conflitos fronteiriços e pelas menoridades e crises dinásticas castelhano-leonesas parecia aumentar a importância estratégica deste território e, ao mesmo tempo, contribuir para a densificação da sua malha senhorial, que, por isso, caiu por várias vezes num clima de anarquia feudal. No fundo, a ausência de mecanismos de centralização de poderes do mando régio castelhano-leonês permitia que a fronteira galego-portuguesa se tornasse num verdadeiro chamariz para todos aqueles que revelavam sinais de partilharem alguma da sua autoridade pública, plasmada em distintos cargos, estratificados em torno dos diferentes escalões desta nobreza.

Neste contexto concorrencial, às pequenas linhagens galegas, que emergiram nos séculos XII e XIII, ficavam reservados cargos militares e civis de menor monta, como o almirantado, o de adiantado, alcaidarias específicas, meirindades e tenências de terras menores, por exemplo, ou, ocasionalmente, posições de relevo nos cabidos e mitras episcopais. Por seu lado, às maiores linhagens, de prestígio e antiguidade indiscutíveis, eram reservados os ofícios maiores da cúria régia e a governação de vastas terras, normalmente coincidentes com zonas de influência familiar. No fundo, estas diferenças óbvias de estatuto social seriam agravadas pela densificação descontrolada da malha senhorial galega, que, aparentemente, poderia arrastar famílias como os Soutomaior para o fundo do estamento nobiliárquico.

Porém, o exemplo dos Soutomaior prova que nem todas estas linhagens estariam fadadas a viver na sombra dos grandes da Galiza (Castro, Trava-Trastâmara, Lima-Nóvoa, etc) ou a transformar a busca pelo seu sangue no mecanismo principal da sua ascensão (tal como aconteceu com os Toronho-Montor). Na verdade, o percurso alternativo seria simples, já que exigia apenas a patrimonialização destes cargos menores (como aconteceu com o almi-

rantado e bispado de Tui, por exemplo), através de um serviço constante aos poderes eclesiásticos (tal como sucedeu durante o episcopado de Berenguel de Landoira) e à autoridade régia (como se verificou nos inícios do período Trastâmara), e, por outro lado, do aproveitamento pleno dos períodos de crise e das oportunidades que estes geravam. Testemunho da importância deste último aspecto é o acréscimo brutal de poder causado pela participação dos Soutomaior nas guerras luso-castelhanas dos finais do século XIV, que cimentou definitavamente a sua autoridade na fronteira galego-portuguesa.

Por sua vez, a localização dos Nóbrega-Aboim/Portel, na margem esquerda do segmento português do Lima, podia prenunciar o mesmo tipo de atracção pela fronteira. Todavia, tal nunca aconteceu, dividindo-se a família em duas linhas estratégicas: entre aqueles que, seguindo o percurso dos Aboim-Portel, se estabeleceram no sul (Estremadura, Ribatejo e Alentejo), de forma a capitalizarem a relação privilegiada que estes mantiveram com a monarquia, e os ramos que tentaram sedimentar a sua posição na terra da Nóbrega.

Como temos vindo a verificar, o saldo acabou por ser bem mais positivo para os Aboim-Portel e para os seus dependentes, que constituíram uma das mais poderosas casas senhoriais portuguesas dos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, enquanto os Nóbrega ficaram encapsulados num punhado de senhorios espraiados maioritariamente pelos julgados da Nóbrega e de Valdevez.

Acreditamos que esta situação deveu-se fundamentalmente a dois aspectos: à cristalização do cenário senhorial da fronteira minhota provocada pelo processo de inquirições, que, até certo ponto, chegou a obrigar algumas famílias locais (como os Sarraça, Pias, Cerveira ou Valadares) a buscar oportunidades na Galiza e a impedir novas famílias de penetrar neste espaço ao longo dos séculos XIII e XIV; e a uma maior densidade e antiguidade das famílias terratenentes que dominavam a margem esquerda do Minho, já que as gentes da margem direita tinham presenciado a extinção dos Toronho-Montor ou a expulsão/emigração dos Celanova-Pombeiro de terras galegas, fenómeno que permitiu a expansão dos Lima-Nóvoa, o engrandecimento de linhagens locais de menor monta (como os Charinho, Soutomaior, Churrichão, entre outras) e uma imigração de gentes de Portugal e de outras partes da Galiza e de Leão, tendo o cenário português mantido uma relativa constância até às guerras fernandinas e aos conflitos gerados pela crise dinástica.

No fundo, pensamos que o processo de expansão da autoridade régia portuguesa acabou por limitar bastante a capacidade de senhorialização e de conquista de novos espaços pelas linhagens de menor importância social,

principalmente em zonas hiper-senhorializadas e de enorme peso estratégico, como o Alto Minho.

Até os próprios Velhos, família de enorme prestígio e antiguidade, foram obrigados a limitar o seu raio de acção ao Entre-Cávado-e-Lima, deixando os seus interesses mais nortenhos a cargo dos Cerveira, seu ramo colateral.

Assim sendo, os Aboim-Portel souberam ler estes sinais dos tempos, percebendo que a sua sorte dependia em grande medida do favor régio. Um favor que advinha tanto da intimidade pessoal como do serviço político e bélico.

No caso de João Pires de Aboim, estas duas circunstâncias conjugavam-se perfeitamente, pois seria filho de um camareiro/confidente do *Bolonhês* e soube ser o seu principal apoio num período de consolidação da sua autoridade. No entanto, só no sul existia espaço suficiente para a construção do património deste seu favorito, perto do seu senhor natural e longe das rivalidades do norte senhorial.

Quando comparados com os Soutomaior, verificamos que nenhum dos ramos desta última família atingiu o nível de intimidade e proximidade que os Aboim-Portel gozaram em relação à coroa, nem mesmo nos finais do século XIV ou durante o século XV.

As circunstâncias orgânicas das duas coroas e das duas aristocracias do ocidente peninsular explicam esta divergência radical, no sentido em que a nobreza galega foi perdendo peso em relação às estirpes castelhanas e leonesas e devido aos ritmos distintos de afirmação da autoridade régia.

No que concerne a este último aspecto, os Aboim-Portel foram o paradigma da nobreza de serviço saída do século XIII, um modelo a imitar e ao qual todas as linhagens portuguesas (independentemente da sua condição social) podiam aspirar. Uma imagem forjada num clima de profunda conflitualidade social, de onde emergiu vitoriosa a monarquia centralista construída pelo *Bolonhês*.

Já os Soutomaior apenas sobressaíram verdadeiramente durante o nascimento da dinastia Trastâmara, ou seja, no verdadeiro ponto de partida da afirmação da autoridade régia castelhana, num período de autêntica guerra civil entre os petristas galegos, auxiliados e apoiados pela monarquia portuguesa, e os fiéis da nova dinastia. Neste contexto, o labor bélico dos Soutomaior, que serviu de travão ao avanço dos portugueses, constituiu o verdadeiro motor da sua ascensão ao primeiro plano de uma nova aristocracia galega.

Neste sentido, ambas as linhagens foram obreiras do centralismo régio português e castelhano, através do seu apoio a uma reorientação dinástica dos dois reinos, geradora de um novo paradigma nas relações entre a monarquia e a aristocracia.

Outra similitude que se deve assinalar nas duas linhagens radica na origem da sua influência territorial primordial, pois ambas assentaram o seu poder na construção de uma praça-forte ao longo da segunda metade do século XII.

Apesar de se localizarem em pontos geográficos completamente distintos, os castelos de Soutomaior e da Nóbrega respondiam a necessidades estratégicas similares. Lembremo-nos que a construção de Soutomaior terá começado pouco tempo depois da doação deste senhorio por Afonso VII, ou seja, por volta das décadas de 1150 e 1160, justamente no pico da ocupação portuguesa do sul da Galiza. Por isso, podemos aventar que Soutomaior faria parte de um processo de encastelamento que procuraria travar uma possível expansão portuguesa para norte, em direcção à terra de Santiago. Por sua vez, o castelo da Nóbrega, construído na década 1180, tentaria defender Portugal de qualquer surtida que viesse de Límia, seguindo o curso do rio ou os caminhos de montanha. As problemáticas relações luso-leonesas de finais do século XII prenunciavam conflitos futuros, para os quais já estariam preparados. Curiosamente, o castelo da Nóbrega nunca foi tomado durante os conflitos desencadeados pela separação de Afonso IX de D. Teresa, durante a guerra subsequente à morte de D. Sancho I ou durante a incursão de Martim Sanches contra o Alto Minho; sinal de que a fidelidade dos senhores da Nóbrega em relação à monarquia portuguesa foi sempre incondicional.

Por fim, resta-nos referir que esta dependência da monarquia também trouxe os seus dissabores e gerou os seus inconvenientes. No caso dos Aboim-Portel, a forma como a sua herança acabou por reverter para os bastardos régios Pedro Afonso e Afonso Dinis espelha bem um dos aspectos negativos desta relação simbiótica: a facilidade com que a monarquia conseguia retirar o património que doava aos seus partidários, seja através de relações consanguíneas, seja da sua inclusão (muitas vezes forçada) nos conjuntos de herdeiros.

No caso dos Soutomaior, os principais problemas foram criados pela traição política e militar, a qual, à luz do direito e dos costumes dos séculos XIV e XV, justificava plenamente a expropriação de bens ou, até mesmo, a morte. Neste contexto, as desconfianças do rei castelhano em relação à postura de Paio Sorredea de Soutomaior II, aquando da defesa de Tui contra os partidários do Mestre de Avis, ou a forma como Pedro Madruga foi assassinado pelo próprio titular da casa de Alba, em remissão dos seus brutais desmandos, parecem ilustrar claramente os perigos de uma conduta mais sinuosa.

Apesar de todas as semelhanças (em cronologias bastante divergentes, devido ao ritmo distinto de afirmação do centralismo régio nas duas coroas), a maior diferença entre estas duas linhagens está relacionada com o seu desfe-

cho, já que os Nóbrega-Aboim/Portel perdem a varonia em pleno século XIV, enquanto os Soutomaior evoluíram para dois ramos principais assentes num sistema de morgadio, os Soutomaior de Castro de Fornelos e os Soutomaior de Lantaño. Sinal de que os segundos souberam usar mais habilmente a sua relação com a coroa, evitando o «abraço de urso» que esta oferecia à sua aristocracia mais fiel.

Conclusões

Qualquer trabalho de carácter historiográfico deve partir necessariamente da análise de três vectores fundamentais: o tempo, o espaço e as relações humanas.

Nesta dissertação procurámos colocar estas três forças em correlação na longa duração, de forma a perceber em que medida os laços de familiaridade e de solidariedade da aristocracia fronteiriça conseguiram superar a contínua construção e consolidação de fronteiras políticas, que, na sua essência, eram alheias à própria matriz transfronteiriça da antiga diocese de Tui. Assim sendo, podemos entrever a própria história institucional desta diocese como um retrato mimético do percurso das suas gentes.

Com efeito, o seu nascimento, ocorrido entre o primeiro e o segundo concílio de Braga, aconteceu no rescaldo de um ciclo de ataques de pirataria vândala à faixa costeira galego-portuguesa, que, no caso específico da zona de Toronho, levara a uma dispersão da população por um conjunto de paróquias rurais, com uma escassa relação com os poderes políticos que as lideravam. Na verdade, os elementos que davam coesão identitária à pequena constelação de comunidades tudenses primitivas, plasmadas no velho *Paroquial Suevo*, prendiam-se mais com as suas características sociais intrínsecas, assentes em elementos étnico-culturais e religiosos, do que com a existência de uma força condutora imposta por estruturas de poder externas. Por isso, podemos concluir facilmente que a natureza territorial da igreja tudense surgiu, acima de tudo, de um reconhecimento, por parte das autoridades sediadas em Braga, da originalidade e unicidade da configuração sócio-populacional emergida da anarquia provocada por esta última leva de incursões germânicas. Neste contexto, importa relembrar que muita da coesão administrativa do período suevo-visigodo adveio directamente deste assentamento de um mapa diocesano coerente, que, nos últimos tempos da monarquia visigoda, funcionou como um dos últimos garantes da sua estabilidade governativa.

Por outro lado, o facto de Tui ter surgido de um desmembramento da diocese de Braga, de ter pertencido ao convento bracarense (que ia até ao rio Lérez) e de ter sido integrada na sua província eclesiástica, contribuiu para que tivesse mantido uma vinculação muito forte aos projectos políticos dos seus metropolitas. Com o avanço dos muçulmanos e recuo das elites laicas e eclesiásticas da região para norte, onde buscaram abrigo nos territórios dos bispos de Iria, a faixa territorial entre a ria de Vigo e o Lima sofreu um novo ciclo de desestruturação das suas relações sociais.

A reconquista do vale do Minho por Afonso Betotes, conde de Tui e Deza, geraria um novo processo que, no essencial, privilegiou o repovoamento da região segundo as mesmas premissas do período suevo-visigodo, sendo que, desta vez, a igreja tudense se viu obrigada a partilhar competências com os herdeiros do presor. Na verdade, a primeira restauração da diocese de Tui, em 915, corresponderá a um dos pontos altos da acção política e governativa desta família condal.

Apesar de a climatologia e geomorfologia do território deixarem prenunciar um conjunto de problemas sistémicos na economia agrária local, que, com o avanço do processo de senhorialização do espaço, iriam instilar na nobreza da região uma enorme voracidade fundiária, não podemos discernir nessa altura qualquer sinal de rivalidade ou disputa entre a família dos presores e os escalões inferiores da nobreza local, chegando a surgir casos de presúria referentes a linhas secundárias desta linhagem condal, como a de Tedão Betotes, que levou a cabo o repovoamento da foz do Ave, ou a de Bermudo Pepes e Paio Bermudes, que se estabeleceram nos vales do Lima e do Neiva.

A riqueza e sucesso das iniciativas dos condes de Tui despertaram rapidamente a atenção da aristocracia condal de Lugo, Portucale e Coimbra, facto que reforçou a sua posição de charneira e que permitiu a sua crescente aproximação à esfera de poder portucalense. Gonçalo Betotes, provável primogénito e principal herdeiro de Afonso Betotes, acabou por casar com Teresa Eriz, filha do influente conde lucense Ero Fernandes, de quem teve: Paio Gonçalves de Deza, esposo de Ermesenda Guterres, sua prima materna nascida de Ildoara Eriz e do conde Guterre Mendes (filho do presor de Coimbra, Hermenegildo Guterres), irmã de S. Rosendo, fundador de Celanova; o conde portucalense Hermenegildo Gonçalves, esposo da célebre Mumadona Dias; Ibéria Gonçalves, esposa do seu primo paterno Paio Tedão; Gontrode Gonçalves; e a rainha Aragonta Gonçalves, esposa de Ordonho II.

Acreditamos que a ascensão de Hermenegildo Gonçalves à cúpula da casa condal portucalense terá levado a uma agregação política das terras da

velha diocese de Tui a Portucale, que viria a ser rematada na geração seguinte através do casamento de Ildoara Pais, filha de Paio Gonçalves de Deza, com o seu primo paterno Gonçalo Mendes. Depois de ter governado o condado entre 950 e 997, Gonçalo Mendes passou o poder a Mendo Gonçalves, cuja morte precoce reencaminhou a autoridade condal para o conde Nuno Alvites, esposo da sua filha Ildoara Mendes e principal representante da linha masculina de Vímara Peres.

Na prática, podemos constatar que Portucale e Tui foram governadas conjuntamente e pela mesma família ao longo de todo o século x, facto que terá proporcionado uma integração plena da região na esfera portucalense. Assim, podemos pressupor que esta situação terá perdurado, pelo menos, até à morte do conde Nuno Mendes. Durante esta centúria, o crescente envolvimento dos condes portucalenses na política régia, nas quezílias sucessórias e em constantes conflitos com os condes de Coimbra, que, até à perda da cidade, foram sendo protegidos pelos poderes muçulmanos, deixaram vastas secções dos seus territórios entregues a infanções e a ramos secundários da aristocracia condal, sendo que, em muitos casos, já se tinham fundido em famílias únicas.

Na periferia dos domínios condais do Entre-Cávado-e-Ave podemos encontrar várias destas linhas secundárias da aristocracia condal, que, alheias à grande política, se enfrentaram com todo o poder destrutivo das incursões normandas. Esta situação terá levado Châmoa Pais, filha de Paio Tedão e neta de Tedão Betotes, a confiar Vila do Conde ao mosteiro de Guimarães. Mais a norte, a família de Bermudo Pepes e de Paio Bermudes, que levava a cabo o repovoamento da faixa litoral do Minho até ao vale do Neiva, ostentando o senhorio de algumas vilas na desembocadura destes rios e o padroado de S. Salvador da Torre, terá sofrido perdas ainda mais relevantes. As incessantes fugas dos bispos tudenses para os mosteiros de Labruja e Ribas de Sil e a própria destruição da cidade de Tui pelo caudilho normando Olaf Haraldsson deixam perceber a fragilidade das defesas costeiras desta frente litoral.

Com efeito, o colapso interno da aristocracia condal portucalense terá contribuído definitivamente para a falência da primeira restauração de Tui e para a sua passagem para a tutela de Iria-Santiago, nos inícios do século xi. Por isso não é de estranhar que Goina Pais, única herdeira de Paio Bermudes (através da sua filha Godo Pais, avó paterna desta senhora), se tenha casado com Soeiro Galindes da Várzea, fidalgo que aliava o prestígio dos Baiões a uma enorme riqueza patrimonial, que, devido à sua proximidade geográfica aos domínios condais, terá ficado incólume durante as invasões normandas.

Deste casal nasceram os Velhos, grande linhagem do Entre-Lima-e-Cávado, que, através dos Cerveira, viria a estender a sua influência à fronteira galego-portuguesa. Devido a este contexto familiar, os Várzea-Velho reuniam em si o património social de Ero Fernandes, que lhes advinha dos Baião, e de Afonso Betotes, através de Goina Pais.

A sucessão de Ero Fernandes até Soeiro Galindes operou-se da seguinte forma: do casamento entre Gondesendo Eriz, filho do conde de Lugo, com Enderquina Mendes Pala, filha de Hermenegildo Guterres, nasceram cinco filhos; entre eles encontrava-se Soeiro Gondesendes, pai de Sandino Soares e de Gondesendo Soares; enquanto a família de Sandino Soares se aproximou dos seus parentes coimbrãos, entrando em constantes disputas com Froila Gonçalves e Gonçalo Froilaz pelo domínio de várias terras em torno do Vouga, os descendentes de Gondesendo Soares acantonaram-se na zona de Baião e de Marco de Canaveses, onde se protegeram dos efeitos negativos da atomização do poder condal coimbrão e da tomada da região pelos muçulmanos; Gondesendo viria a ser pai de Honorigo Gondesendes e de Arualdo Gondesendes, pai de Gondesendo Arualdes, patriarca dos Baião e Azevedo, de Galindo Arualdes de Baião, ponto de origem dos Várzea-Velho e dos senhores de Paiva, e de Cresconho Arualdes, fidalgo de onde procedem os Urgeses; Soeiro Galindes da Várzea, pai de Nuno Soares Velho I e marido de Goina Pais, acabou por herdar os bens da sua família no Entre-Cávado-e-Ave, enquanto Troitesendo Galindes de Paiva ficaria com os bens no vale do Paiva, mais perto dos domínios dos Baião.

Acreditamos que a herança de Goina Pais terá revertido integralmente para Nuno Soares Velho I, que, escudado pela herança política do presor de Tui, terá levado a cabo usurpações em património da igreja tudense na terra da Vinha.

Por seu lado, os Trava-Trastâmara também seriam fruto de uma reaproximação de um dos ramos da velha aristocracia condal coimbrã à esfera galega. Do casamento entre Guterre Mendes e Ildoara Eriz, pais de S. Rosendo, nasceu Monio Guterres, marido de Elvira Aires e pai do conde coimbrão Gonçalo Moniz. Por sua vez, do casamento entre este e Mumadona/Tutadona Froilaz nasceu o belicoso Froila Gonçalves, figura que, ao aliar-se a Almançor, precipitou o processo que levou à queda de Coimbra.

As repercussões nefastas da conduta do conde Froila terão levado a uma relocalização dos seus filhos no norte senhorial, sendo que Rodrigo Froilaz viria a estabelecer-se na terra de Santiago, onde teve, pelo menos, três filhos. Um deles foi Froila Rodrigues, pai de Bermudo Froilaz e avô de Froila Bermu-

des, pai de Rodrigo Froilaz de Trastâmara I, patriarca dos Palmeira, Pereira, Tougues, Homem e Froião, e de Pedro Froilaz de Trava, pai de Fernão Peres de Trava, Bermudo Peres de Trava e de Rodrigo Peres Veloso.

Entretanto, desenvolveu-se no sul da Galiza a mais importante linha de descendentes dos condes Guterre Mendes e Ildoara Eriz, os famosos Celanova-Pombeiro. Portanto, do seu filho Froila Guterres nasceu um varão anónimo, pai da condessa Tutadona, esposa do conde portucalense Mendo Gonçalves, e do seu irmão. Na nossa opinião, este seria Afonso de Celanova, figura que, de uma forma equivocada, foi identificado como irmão de S. Rosendo e do conde Vasco de Celanova. Julgamos que este Afonso de Celanova terá sido pai do conde Vasco de Celanova, esposo de Gontrode Nunes, filha do conde Nuno Alvites e de Ildoara Mendes e irmã do conde Mendo Nunes.

Devido à sua condição de descendentes de Hermenegildo Guterres, pela linha de Guterre Mendes, e de Ero Fernandes, por via de Ildoara Eriz, os Celanova-Pombeiro conseguiram reunir um avultado património, disperso por todo o território galego-português. Contudo, o casamento de Gontrode Nunes dentro desta casa terá reforçado a condição social e política deste grupo familiar, cimentando a sua antiquíssima relação com o espaço português, e permitido um relevante acréscimo da sua influência fundiária em zonas de importante valor estratégico, como o próprio vale do Minho. Neste espaço específico, todo o património de Gontrode Nunes acabou por reverter a favor de Gomes Nunes de Pombeiro, figura que, tal como Rodrigo Peres Veloso (também ele um descendente dos condes Guterre Mendes e Ildoara Eriz), se juntou ao partido de D. Afonso Henriques.

Atendendo a este contexto sócio-familiar, podemos interrogar-nos sobre a forma como esta mescla de grupos familiares, maioritariamente herdeiros da velha aristocracia condal galego-portuguesa, influenciou os processos políticos do século XI e de que forma esta sua acção social e política contribuiu para a segunda restauração da diocese de Tui.

De facto, o território tudense e, por arrasto, as terras de Toronho e Límia faziam parte de um novo xadrez político, caracterizado pela decadência das velhas estirpes condais, pela ascensão de vários grupos familiares emergentes, que sob a capa de uma designação única —os infanções— englobavam uma mescla entre várias linhas secundárias das estirpes condais e uma nobreza territorial de condição inferior, e pela afirmação da autoridade da dinastia navarra no ocidente peninsular, através da intervenção de Fernando Magno na Reconquista desta região e da formulação do projecto soberanista galego de Garcia II. Este projecto político ganhou forma na relação privilegiada que

Garcia manteve com os «infanções» portugueses, através dos Ribadouro, na substituição violenta da velha aristocracia condal em Pedroso, na reconstrução do antigo mapa diocesano do reino da Galiza e num desvio do eixo de poder do espaço galego para a região portucalense.

Na verdade, muitos dos parâmetros deste programa satisfaziam as necessidades das famílias que, como os Velho, Barbosa ou Trava, possuíam origens condais e mantinham influência no espaço galego e portucalense. A soberania directa e integrada do espaço galego permitiria a afirmação da sua autoridade territorial a norte e a sul do Minho. Para além disso, o esvaziamento do poder de Nuno Mendes catapultaria essas famílias para o topo do grupo «infancional», dada a sua relação sanguínea com as linhagens condais. Por sua vez, a reconstituição do perfil original da província eclesiástica bracarense, através da restauração de Braga e das suas sufragâneas, facilitaria a integração da Galiza lucense e portucalense, que, por força das invasões normandas e da incursão de Almançor contra Santiago, ostentavam várias «cicatrizes» na sua malha de povoamento. Por fim, esta inclinação do centro de poder para o espaço portucalense também favoreceria essas famílias, já que o seu contexto social aproximava-as desta esfera de poder, quer pela sua ascendência na aristocracia condal, quer pelos laços familiares que mantinham com as linhagens portucalenses.

Neste novo cenário, a restauração da diocese de Tui (em 1071) constituiu uma peça-chave na política de atracção dessas famílias a este novo paradigma político, na medida em que devolveu à região o seu perfil transfronteiriço, elemento fundamental na consolidação do seu estatuto social em ambas as margens do Minho, e a reaproximou do território bracarense e dos seus senhores, devolvendo-lhe a relação umbilical que manteve no tempo em que fez parte do convento e província eclesiástica bracarense e em que foi governada directamente, e de uma forma integrada, pelos condes de Portucale.

Por outro lado, a infertilidade das terras a norte do Lima, no que respeita a culturas de sequeiro, exigia um regime de constante apropriação de novas terras, que poderiam advir tanto da senhorialização de espaços nesta região como da integração, por via matrimonial, nos territórios das famílias infancionais ou da participação na Reconquista portucalense. Só assim se poderá compreender a enorme capacidade de segmentação das linhagens galego-portuguesas que optaram por permanecer na esfera portuguesa. No caso dos Velhos, por exemplo, a linhagem mãe subdividiu-se num total de nove famílias, com orientações geográficas bastante distintas.

No fundo, o projecto soberanista de Garcia lançou as bases de um processo de integração mais longo e duradouro, que, para além de fazer convergir a

Galiza e Portucale num programa soberanista unitário mais favorável a este último espaço (devido à centralidade política e eclesiástica de Braga e dos «infanções» portucalenses), conseguiu reorientar algumas das estirpes galego-portuguesas, estabelecidas na Galiza e na fronteira, novamente para o panorama político portucalense.

Durante o período que mediou a destituição de Garcia e a chegada de D. Raimundo e D. Henrique, Afonso VI terá tentado devolver algum sentido às relações sociais da aristocracia saída de Pedroso. Assim sendo, pensamos que o monarca terá promovido a integração de uma primeira força governativa de carácter moderador, na figura de D. Paio Guterres da Silva, seu vicário régio em Portucale.

A origem galego-leonesa dos Silva e a sua estreita proximidade em relação à autoridade régia diferenciavam claramente esta linhagem da restante aristocracia galego-portuguesa, promovendo-os à função de eixo de comunicação privilegiado com a monarquia. Entendemos que Paio Guterres e sua descendência terão sido fundamentais no apaziguamento de todos os conflitos que terão nascido do vazio de poder criado pela morte de Nuno Mendes e pela destituição de Garcia. A própria situação fronteiriça dos seus domínios patrimoniais, centrados principalmente em torno da famosa torre da Silva e ao longo de uma vasta faixa territorial que se estendia até à zona do Cávado, deixa perceber a natureza conciliadora da opção de Afonso VI, que terá tentado não afrontar a aristocracia portucalense com a imposição imediata de um novo poder condal.

Apesar das suas flutuações territoriais entre Portugal e Leão, visíveis nos enormes silêncios relativos a algumas das suas linhas principais ou na aparição de algumas figuras-chave (como Pero Pais *Escacha* ou Aldonça Martins da Silva) na corte leonesa, os Silva alimentaram sempre uma enorme proximidade em relação à monarquia portuguesa, especialmente visível na conduta dos Soverosa. A primazia dos Soverosa dentro deste grupo familiar terá sido crucial para o obscurecimento dos restantes ramos dos Silva, que, em vários casos, se viram obrigados a adoptar apelidos como Queixada, Petite, Torta ou Perna, de forma a individualizarem-se do poder deste ramo principal.

Olhando atentamente para a genealogia dos Silva, podemos perceber facilmente que Fernão Peres Cativo, patriarca de todos os Soverosa, terá liderado o grupo de famílias saídas de Pero Pais *Escacha*, colocando as linhas saídas de Gomes Pais da Silva, seu irmão, num claro patamar secundário, onde apenas podemos destacar a barregania de Aldonça Martins da Silva com Afonso IX. Apenas a extinção biológica dos Soverosa acabaria por devolver algum vigor a todas estas famílias, sendo de destacar a carreira de Soeiro Mendes Petite

no círculo cortesão do período de D. Dinis e, décadas mais tarde, a ascensão meteórica das linhas saídas de Gomes Pais da Silva II, principalmente de Aires Gomes da Silva I e do seu primo Aires Gomes da Silva II. Note-se que, após a crise de 1383-85, os Silva viriam a distribuir-se por Portugal e pelo reino castelhano, graças ao apoio prestado a João I de Castela por segmentos importantes desta família.

No que concerne aos Soverosa, devemos destacar a sua enorme proximidade em relação à coroa portuguesa, desde os tempos de Fernão Peres Cativo, um dos principais magnates de D. Afonso Henriques. Contrariamente à atitude do seu pai, Pero Pais *Escacha*, que trocou a corte portucalense pela de D. Urraca, Fernão Peres permaneceu em Portugal durante toda a sua carreira, criando um legado que viria a ser capitalizado pelo seu filho Vasco Fernandes de Soverosa, a primeira figura desta linhagem a encetar um verdadeiro exílio político na corte leonesa.

Graças ao casamento de Gil Vasques de Soverosa com a galega Maria Aires de Fornelos, barregã de D. Sancho I e filha de Aires Nunes *Cação*, senhor da torre de Fornelos (Crecente), e de Maior Peres de Bravães, os Soverosa tornaram-se parte da família de um dos mais importantes bastardos deste monarca, D. Martim Sanches. A sua ascendência régia e forte influência familiar na zona fronteiriça transformaram-no num dos principais representantes da autoridade régia de Afonso IX na fronteira galego-portuguesa, facto que viria a ser capitalizado através da relação de Teresa Gil de Soverosa com o próprio monarca leonês e pela integração de Martim Gil nas tarefas de governo de Riba Minho e de Toronho e Límia. Neste contexto, tanto Martim Sanches como os seus parentes Soverosa potenciaram o capital político dos Fornelos e Bravães ao máximo, por via das suas relações privilegiadas com a coroa portuguesa e leonesa.

Os laços externos dos Soverosa viriam a ser cimentados através do seu exílio castelhano, aquando da derrota de D. Sancho II. Graças a este gesto de absoluta fidelidade política, esta linhagem transformou-se numa referência para uma aristocracia portuguesa que se encontrava cada vez mais dependente da autoridade régia. Contudo, a extinção biológica dos Soverosa chegou rapidamente através da morte, sem herdeiros naturais, de Martim Anes de Soverosa, filho de João Gil e sobrinho de Martim Gil e de Teresa Gil.

Abandonando os Silva-Soverosa e voltando novamente aos efeitos do projecto soberanista de Garcia II, podemos constatar que D. Henrique abraçou completamente o programa político do monarca galego, estimulando inúmeras sinergias com Braga, através do seu envolvimento na pugna pela re-

constituição da sua província eclesiástica, criando uma corte própria, onde se podia espelhar a acção territorial da nobreza na sua promoção ou despromoção em cargos palatinos, e no desenvolvimento de uma batalha política pela constituição de um vasto território soberano, ou semi-soberano, que, mediante as condições impostas no Pacto Sucessório, abarcaria Portugal, a Galiza e todos os seus feudos na parte ocidental das Astúrias e Leão.

Nesta conjuntura, a integração da diocese de Tui na esfera eclesiástica bracarense e a expansão da soberania portuguesa a todo o seu território, através de uma política de atracção de figuras e famílias-chave, tornava-se verdadeiramente indispensável. As iniciativas de ocupação de D. Teresa e de D. Afonso Henriques em Toronho e Límia apenas foram possíveis devido à colaboração ou passividade dos principais senhores da região. Até 1141, data do célebre Bafordo de Valdevez, o primeiro monarca português usou os apoios de Gomes Nunes de Pombeiro (Celanova), tenente de Toronho, e de Rodrigo Peres Veloso (Trava), governador de Límia, para expandir a sua influência a toda a diocese de Tui e a uma parte substancial do território orensano. Importa assinalar que Gomes Nunes e Rodrigo Peres encontraram-se em campos opostos da nobreza galego-portuguesa que participou no conflito entre D. Afonso Henriques e D. Teresa; enquanto Gomes Nunes seguiu os seus irmãos, esquecendo os laços que o ligavam aos Trava (através do seu casamento com Elvira Peres de Trava) e incorporando-se no partido do Infante, Rodrigo Peres ter-se-á alinhado com os seus irmãos Fernão e Bermudo Peres de Trava dentro do partido de D. Teresa.

Ao contrário de Rodrigo Peres, que se voltou a conciliar com o Imperador, Gomes Nunes foi alvo de um deserdamento, que, a par com a implantação dos seus irmãos Afonso Nunes e Sancho Nunes em Portugal, libertou espaço para a proliferação na fronteira galega da descendência de Aires Nunes/Aires Calvo da Galiza, o patriarca dos Lima, Nóvoa e Valadares. Somos da opinião que, no fundo, as zonas de influência destas três linhagens correspondem, grosso modo, àquelas que faziam parte da rede patrimonial dos antigos condes de Celanova: a norte, na terra da Nóvoa e na zona de Ribadavia encontravam-se os Nóvoa, descendentes de João Aires; mais a sul, numa franja entre o Baixo Lima e as terras de Celanova e Búval, estabeleceram-se os Lima; e, por fim, já do lado português, encontramos os Valadares estendidos pelas terras fronteiriças de Valadares e Pena da Rainha.

Esta origem comum transfronteiriça geraria permutas constantes dentro de cada uma destas famílias: enquanto figuras como Pero Anes da Nóvoa I e João Fernandes de Lima I e seus descendentes buscaram um aumento de in-

fluência em Portugal, Lourenço Soares de Valadares I e alguns ramos secundários dos Valadares, como os Sarraça e Pias, tentaram reforçar a sua autoridade na esfera galego-leonesa. Aqui estaria a chave de múltiplas aparições e casamentos em ambos os reinos, que, no caso específico dos Lima, chegariam a redundar no estabelecimento definitivo da linhagem em Arcos de Valdevez, devido à sua adesão ao partido de D. Fernando e de D. João I.

Como vimos, os Celanova-Barbosa, Valadares, Lima e Nóvoa estabeleceram laços de parentesco próximos com as famílias reais de Portugal e Leão. No caso dos Celanova-Barbosa, esta ligação viria através do casamento de Sancho Nunes de Celanova com a Infanta D. Sancha Henriques, irmã do próprio D. Afonso Henriques e mãe do conde Vasco Sanches de Celanova, figura que, para além de ter frequentado as cortes de Leão e Castela, participou na ocupação de Límia durante a década de 1160. Quanto aos Valadares, o laço com a família real leonesa viria do segundo casamento de Soeiro Aires de Valadares com a bastarda régia Maria Afonso de Leão, filha de Afonso IX e de Teresa Gil de Soverosa, senhora que, conjuntamente com Martim Sanches e Martim Gil de Soverosa, manteve um enorme poder na fronteira galego-portuguesa. Por sua vez, os casamentos de João Aires e Fernão Aires com Urraca Fernandes de Trava e Teresa Bermudes de Trava, e o de João Fernandes com a barregã régia Maria Pais da Ribeira, fizeram deles parentes da família real portuguesa, através da ascendência feminina de Teresa Bermudes, e da leonesa, por via do parentesco de Urraca Fernandes com a segunda esposa de Fernando II.

Já a relação dos Pias com o espaço galego chegaria por uma via bem mais modesta, visto que provém do segundo casamento de Rui Pais de Valadares com Maria Gil Feijó, senhora que terá transmitido a esta linhagem o senhorio galego de Pías, de onde procede o seu apelido. De todos os ramos provenientes de Aires Nunes/Aires Calvo, apenas um não alimentou qualquer laço social ou patrimonial com a Galiza: falamos dos Penela, linhagem que, talvez fruto da pressão criada pela densificação da malha senhorial na zona da fronteira, usou a aliança de João Aires de Valadares com Gontinha Gomes de Penegate para se estabelecer a sul do Lima.

Esta desvinculação dos seus territórios de origem não seria caso único entre os ramos procedentes do conde Nuno Vasques de Celanova, dado que Nuno Sanches de Celanova, filho de Sancho Nunes de Celanova e da Infanta D. Sancha Henriques e irmão do conde Vasco Sanches de Celanova, foi pai de Sancho Nunes de Barbosa, fidalgo que, ao casar com Teresa Mendes de Ribadouro, acabou por aceder à honra de Barbosa e a vários bens desta linhagem.

Esta tendência para a dispersão pelo espaço português, ou, até, para a aproximação ao universo cortesão, fazia com que estas linhagens divergissem profundamente das suas congéneres galegas, que, na maioria dos casos, tentaram consolidar a sua autoridade na sua região de origem, limitando muitas vezes as suas hipóteses de progressão social. Assim, podemos verificar que até as linhagens de topo, como os Lima ou os Nóvoa, por exemplo, não deram origem a linhagens secundárias fora do espaço galego, ou seja, não sofreram um processo de segmentação intensiva, que, do lado português, atingiu o seu ponto máximo nos Velhos.

Cremos que esta diferença óbvia prender-se-á com vários factores: a conjugação do regime cognático de repartição das heranças com as medidas de centralização régia levou a uma limitação da base patrimonial da aristocracia do norte de Portugal, desencadeando assim uma busca por novos espaços (que iam desde o Entre-Cávado-e-Ave até às periferias urbanas da Estremadura, Ribatejo e Alentejo, passando pelos espaços serranos das Beiras) ou a uma cultura de serviço no espaço cortesão; por outro lado, a afirmação tardia (no período Trastâmara) de um modelo de governo centralista na esfera castelhano-leonesa atribuiu à nobreza galega uma maior liberdade de acção, que se plasmou num processo de senhorialização mais descontrolado; esta mesma senhorialização intensiva do território procurava colmatar o facto de, a partir da fusão entre Leão e Castela, terem sido suplantados pela alta aristocracia castelhana e de, em alguns casos, se terem alheado do processo de Reconquista; por fim, a natureza pouco dinâmica da pirâmide aristocrática galega não daria azo a processos similares, já que, ao contrário de Portugal (onde a corte se constituiu como espaço de promoção social), os caminhos de ascensão social eram bem mais estreitos e que estes encontravam-se reservados a um escasso número de linhagens de topo com uma antiguidade indiscutível (como os Castro, Lima, Nóvoa, Meira, etc).

Todavia, não foram raros os casos de regresso ao espaço galego de linhagens estabelecidas em Portugal, buscando exílio ou hipóteses de promoção social. Dois destes casos nasceram da relação de Châmoa Gomes de Pombeiro, filha do deserdado Gomes Nunes de Pombeiro, com Paio Soares da Maia e com Mem Rodrigues de Tougues.

Mem Rodrigues de Tougues foi filho Rodrigo Froilaz de Trastâmara (irmão de Pedro Froilaz de Trava), irmão de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, patriarca dos Palmeira, Pereira e Homem-Froião, e amante de Châmoa Gomes, de quem teve Soeiro Mendes Facha de Tougues, figura que viria a marcar presença na Galiza e na corte leonesa. Por sua vez, do seu casamento com

Paio Soares da Maia nasceu Pero Pais da Maia, aristocrata que, depois da derrota de Badajoz, se estabeleceu em Toronho, ou seja, na terra que estivera nas mãos do seu avô materno, Gomes Nunes de Pombeiro.

Entre 1141 e 1169, a política de aproximação de D. Afonso Henriques a estas elites galego-portuguesas terá assentado, em grande medida, numa mobilização em torno da prossecução do seu plano de assimilação de Toronho e Límia, que se viria a intensificar após a divisão dos reinos de Castela e Leão em 1157. As dificuldades de afirmação interna de Fernando II, a forte influência exercida por Braga e Santa Cruz de Coimbra sobre o clero tudense e a complacência de Paio Curvo de Toronho e dos seus descendentes, deixavam antever a integração na esfera portuguesa de todos os territórios galegos até à ria de Vigo. Só a derrota de Badajoz impediria D. Afonso Henriques de colocar sob a sua alçada todo o território do antigo convento bracarense e todo o espaço que fora governado, no século x, pelos condes portucalenses descendentes de Afonso Betotes.

No fundo, o primeiro monarca português pugnou, conjuntamente com os seus apoiantes fronteiriços, pela sobreposição de vários estratos históricos distintos na realidade unitária de um reino de Portugal galego-português, sendo que a integração do território de Tui seria o primeiro passo deste processo. O alinhamento dos Celanova-Pombeiro (Celanova-Barbosa, Lima, Nóvoa e Valadares), herdeiros de Ero Fernandes e dos condes de Portucale e de Coimbra, dos Velhos (Velho, Bravo, Vasquinho, Gato, Mourão, Barreto, Cerveira, Redondo e Zote), descendentes do conde de Lugo e do presor de Tui, dos ramos provenientes de Rodrigo Froilaz de Trava (Tougues, Palmeira-Pereira e Homem-Froião) e de Rodrigo Peres Veloso, descendentes do último conde de Coimbra, e dos Silva, descendentes do vicário régio Paio Guterres da Silva, daria uma enorme legitimidade e continuidade histórica ao projecto político de D. Afonso Henriques.

Esta realidade ter-se-á tornado tão evidente que, em certos casos, se operaram verdadeiras transfigurações na conduta política das linhagens. No caso específico dos Toronho-Montor, esta mudança terá ocorrido durante a fase final da ocupação portuguesa, de forma a satisfazer as aspirações da maioria dos seus núcleos familiares, que desde os tempos de Fernão Anes de Montor foram incorporando vários elementos portugueses no seu seio. Os casamentos de Fernão Anes de Montor com Urraca Gomes de Pombeiro e de Sancha Anes de Montor com Paio Guterres da Silva terão lançado as bases de uma crescente aproximação à esfera portuguesa, que entraria em contradição com a participação de Fernão Anes e seus filhos na defesa da fronteira contra as

incursões de D. Afonso Henriques, ou com o serviço de Paio Curvo a Diego Gelmires.

No entanto, a possibilidade de cristalização da presença portuguesa terá levado Paio Curvo a direccionar a sua política matrimonial para sul do Minho: Gonçalo Pais de Toronho, vassalo de D. Sancho I no tratado sobre as arras de D. Teresa, casou com Ximena Pais da Maia, filha de Châmoa Gomes de Pombeiro e irmã de Pero Pais da Maia; Maria Pais de Toronho casou com Gonçalo Gonçalves da Palmeira, filho de Gonçalo Rodrigues da Palmeira e neto de Rodrigo Froilaz de Trastâmara; e Sancha Pais de Toronho casou com Mem Pais Bofinho e Egas Afonso de Alvarenga. Esta estratégia teria continuidade na geração seguinte, visto que Elvira Gonçalves de Toronho se tornou esposa de Garcia Mendes de Eixo e Soeiro Gonçalves de Toronho morreu na guerra civil portuguesa entre D. Sancho II e o Infante D. Afonso, conde de Bolonha.

Esta transformação profunda na atitude dos Toronho-Montor passou a estar completamente alheada das fronteiras políticas impostas desde 1169, na medida em que receberam nos seus territórios vários exilados portugueses com eles aparentados, como Pero Pais da Maia ou os irmãos Gonçalo Mendes de Sousa II e Garcia Mendes de Eixo, personagens verdadeiramente comprometidas com os interesses leoneses e com o partido senhorial português, principal opositor aos avanços centralismo régio. Por outro lado, o casamento entre Gontrode Fernandes de Montor e Nuno Soares Velho II concentraria uma parte substancial do património fronteiriço dos Velhos e dos senhores de Toronho numa única família transfronteiriça, os Cerveira.

Tal como os Valadares, Sarraças e Pias, os descendentes de João Nunes de Cerveira tentaram estabelecer vários casamentos com famílias galegas, com o propósito de afirmar a sua presença no sul da Galiza, que se tornou especialmente forte no vale de Tebra. Mais a sul, no Entre-Cávado-e-Lima, permaneceu a linhagem mãe dos Velhos, que, com o passar do tempo, se foi afastando dos círculos cortesãos, tornando-se assim numa família de carácter regional. Outros ramos dos Velhos, como os Barreto e Redondo, apostaram mais firmemente em carreiras cortesãs, que lhes permitiram adquirir bens mais a sul. Importa assinalar que a política matrimonial de vários ramos desta linhagem também favoreceu a sua implantação noutros cenários regionais, sendo que os Gato, por exemplo, foram constituindo um importante pecúlio patrimonial nas Beiras.

Tal como já referimos, a transmissão cognática das heranças e a pressão que esta colocava sobre a linhagem, bem como as medidas de centralização régia que dificultavam a apropriação de rendas e a senhorialização de novos

espaços, imprimiram aos Velhos um processo de segmentação intensiva que, no fundo, acabou por acarretar uma perda de prestígio e influência por parte da família. No caso específico dos Cerveira, as suas breves aparições na corte portuguesa e leonesa não conseguem disfarçar o seu absoluto investimento no reforço da sua rede patrimonial transfronteiriça, seja através de apropriações ilegais, que vitimaram o mosteiro de Oia, ou por via de uma política de casamentos bastante cuidada, que os aproximou de famílias tão importantes como os Meira ou os Rodeiro.

A exemplo dos fidalgos que, enquanto agentes de poder autónomos, se aproximavam do lado oposto da fronteira segundo a sua conveniência, também as linhagens, no seu conjunto, seguiam programas de reaproximação à esfera fronteiriça. No caso específico dos ramos portugueses dos Trava, esta reaproximação foi levada a cabo por um ramo menor dos Pereira, os Homem-Froião, que, estribados nas suas ligações familiares a linhagens fronteiriças, como os Redondo e Gravel, e nas relações privilegiadas que alguns dos seus membros mantiveram com o clero tudense e com a Ordem do Hospital, conseguiram recuperar algum espaço no julgado de Froião, de onde irradiou a sua influência até zonas tão distantes como o próprio termo da cidade do Porto, urbe episcopal onde Sancho Pires de Froião pontificou, após uma longa estadia no cabido tudense.

Apesar dos efeitos negativos dos conflitos fronteiriços dos reinados de D. Sancho I e D. Afonso II, que envolveram figuras tão destacadas como Martim Sanches ou Gonçalo Mendes de Sousa II, partidários de D. Teresa e suas irmãs e do movimento senhorial português estabelecido em Leão, a diocese de Tui manteve a sua natureza transfronteiriça, servindo como ponto de contacto para múltiplos enlaces e migrações e, também, de âncora para esta vasta rede de relações familiares que, ao longo dos séculos XIII e XIV, superou largamente as suas próprias fronteiras.

Estes vastos grupos familiares souberam atrair a si várias linhagens que, sem saírem de uma esfera meramente regional, contribuíram para o seu crescimento social e patrimonial. Entre estas encontravam-se os Novais, família que descendia de Pero Novais, fidalgo oriundo de Riba Tea (Sobroso) que, depois de ter sido libertado do cativeiro muçulmano através de generosas doações dos monarcas e magnates do ocidente peninsular, se estabeleceu na fronteira portuguesa, onde fez fortuna através de uma série de investimentos em culturas cerealíferas. Esta riqueza encontra-se atestada nas múltiplas referências aos seus descendentes nas inquirições da região e nos seus casamentos com linhagens de elevada condição social, como os Velhos.

Na zona das Rias Baixas encontramos os Maldonado, família que possuía alguns coutos na zona do Salnés e do Morrazo e que gozava de alguma proximidade em relação aos principais magnates da terra de Santiago. O casamento de Elvira Nunes Maldonado com Pero Soares Sarraça terá permitido a transmissão de algum do seu património a este ramo dos Valadares e proporcionado a sua afirmação nesta zona da Galiza.

Esta aliança com os Maldonado seria simétrica aos enlaces dos Valadares com os Sás-Deza-Pobrãos, ramos de uma mesma família estabelecida na zona de Deza e Carboeiro. A figura mais destacada desta família foi Alonso Soares de Deza, mordomo do Infante D. Felipe e adiantado-mor da Galiza.

Nos inícios do século XIV, os Valadares-Sarraça também iriam realizar casamentos com os Marinho e com os Valcárcel, sendo que Teresa Anes Sarraça chegaria a casar com Garcia Rodrigues de Valcárcel, *o Adiantado*, chefe desta linhagem nos inícios desta centúria.

Outra das linhagens que surge em vários enlaces dos grupos familiares por nós estudados é a dos Churrichão, descendentes de Pero Arteiro, fidalgo oriundo do vale do Sousa que se radicou na zona de Ourense por volta da década de 1150. Releve-se que este personagem terá sido o primeiro cavaleiro português a inverter o sentido dos movimentos migratórios entre a Galiza e Portugal, já que, desde os finais do século XI, se verificava um ciclo de implantação de linhagens galegas em território português. A partir dos seus feudos na diocese de Ourense, ganhos da igreja local através da participação de Pedro Arteiro num conflito contra alguns cavaleiros usurpadores, os Churrichão conseguiram tocar quase todas as zonas do sul da Galiza, afirmando-se como uma das mais prolíficas linhagens de todo o espaço galego.

No Morrazo e no Salnés encontramos os Charinho, linhagem do famoso almirante e trovador Paio Gomes Charinho, senhor de vários bens que gravitavam em torno do couto de Rianxo, que acabariam por reverter para uma das linhas principais dos Soutomaior. Uma das senhoras pertencentes a esta casa seria Maria Geraldes Charinho, esposa de Álvaro Fernandes de Pias, ramo dos Valadares que, tal como os Sarraça, conseguiu integrar-se nas complexas redes de poder do sul da Galiza.

No norte da actual província de Pontevedra estavam estabelecidos os Meira, família que atingiu um enorme poder territorial, que se plasmou num perene patrocínio à casa monástica de Armenteira. Apesar de esporádicas, as suas aproximações à esfera portuguesa permitiram a constituição de alianças matrimoniais de algum relevo, sendo de destacar o duplo enlace dos irmãos Fernão e Teresa Anes de Meira, filhos de João Aires de Meira e netos de Aires Fernandes de Meira, com os Cerveira, e o de Rui Fernandes de Meira com

Ouroana Pires da Veiga, uma Gravel (Valadares). Acreditamos que esta aliança entre os Meira e Cerveira terá favorecido a penetração dos segundos no vale de Tebra, onde, com o patrocínio dos seus parentes galegos, se tornaram senhores de vários coutos e, até, do castelo local.

Mimetizando as estratégias de alguns dos ramos dos Soutomaior e dos Nóvoa, os Cerveira também buscaram casamento na prestigiada casa dos Rodeiro, através do matrimónio entre Lourenço Anes de Cerveira e Maria Fernandes de Rodeiro, irmã do poderoso Monio Fernandes de Rodeiro, meirinho-mor da Galiza entre 1237 e 1257.

Nas cercanias da terra da Nóvoa e de Ribadavia encontramos os antepassados dos Galinhato, família da qual procedia a primeira esposa de Pero Aires da Nóvoa, Ildoara Fernandes. Esta senhora seria filha de Fernando Soares, padroeiro do mosteiro de Bóveda e irmão do célebre Lourenço Soares Galinhato. Deste casamento nasceu Aires Peres, pai do arcebispo compostelano João Aires Galinhato. Também os Sarraça se juntariam aos Galinhato, através do matrimónio de Gomes Pires Sarraça com Constança Gomes Galinhato, irmã de Afonso Gomes Galinhato e filha de Gomes Soares Galinhato. Na terra de Lima encontravam-se os Ambia que, devido à sua implantação na zona de Allariz, conseguiram casamentos de relevo com alguns Nóvoa, Lima e Soutomaior.

Do lado português sobressaíam as alianças com os senhores de Bravães que, apesar do seu destacado papel na corte condal, não conseguiram expandir os seus domínios para lá das freguesias montanhosas de Arcos de Valdevez e Pena da Rainha. O ponto mais alto do seu percurso familiar adveio do casamento entre Aires Nunes de Fornelos e Maior Pires de Bravães, pais de Maria Aires de Fornelos, célebre amante de D. Sancho I e mãe dos já referidos Martim Sanches e Martim Gil de Soverosa I, magnates que, para além de terem encetado relevantes carreiras transfronteiriças, casaram dentro da poderosa casa de Castro, com Eulália Pires de Castro e Inês Fernandes de Castro. Importa relembrar que, apesar do seu nível secundário, os Fornelos conseguiram constituir um importante património em torno de Crecente e da terra de S. Martinho, ocupando vários cargos de carácter territorial.

Por outro lado, muito do património português dos Bravães terá sido transmitido aos Jolda, modestos cavaleiros da zona de Valdevez que conseguiram alguns casamentos de prestígio com muitas das principais famílias da região.

Da relação ilegítima entre Elvira Nunes Velho II, filha de Nuno Soares Velho II e de Mor Pires Perna (filha de Pero Pais Escacha), e Mem d'Alaúde nasceram Afonso Mendes e Sancha Mendes, patriarca dos Neivoo e matriarca dos Calheiros e Carpinteiro. Devido à sua origem ilegítima e, provavelmente,

à escassa herança varonil que receberam, os Neivoo e Calheiros limitaram a sua acção a um conjunto de freguesias nas margens do Lima e do Neiva.

No sopé da serra de Arga encontramos os Arga, modestos cavaleiros que, devido à união ilegítima entre Sancha Gonçalves de Arga e Gonçalo Pires Velho, conseguiram cimentar a sua posição no vale do Lima.

Por fim, podemos destacar também os Coronel e Vilarinho, linhagens oriundas da esfera galego-leonesa que se enraizaram no Alto Minho através de vários casamentos com linhagens locais, sendo que os primeiros terão estabelecido uma presença mais firme no Entre-Cávado-e-Lima, enquanto os segundos se implantaram no Entre-Minho-e-Lima.

No fundo, esta miríade de novas linhagens transfronteiriças viria a enriquecer o capital político e social das linhagens que se segmentaram da velha aristocracia condal, reforçando os laços que estas mantinham com a realidade territorial do Alto Minho e sul da Galiza, permitindo permutas de bens e intercâmbios de noivos e noivas. Esta densificação das relações sociais dos Velho, Lima, Nóvoa, Valadares e Cerveira, contrapunha-se à extinção dos Soverosa, ao apagamento dos Barbosa e, até, aos períodos de obscuridade dos Silva. A natureza fluida das relações transfronteiriças acabava por protegê-los das vicissitudes de uma vida social completamente integrada no espaço cortesão.

Até meados do século XIV, estas permutas familiares foram completamente alheias aos atritos e entendimentos atingidos entre a coroa portuguesa e o clero tudense. Na verdade, os casos de nepotismo no clero tudense cingiram-se apenas a Gil Pires de Cerveira e a uma cadeia de bispos ligados aos Soutomaior.

Nesse sentido, a intransigência dos poderes régios portugueses na divisão de rendas eclesiásticas entre a coroa e o bispado de Tui em nada afectou a vida social da região. Contudo, o crescente envolvimento dos Soutomaior na vida eclesiástica tudense acabaria por politizar o posicionamento do seu clero, já que, chegados à guerra civil entre petristas e trastamaristas, a igreja tudense, sob a tutela desta linhagem, abandonou rapidamente o partido legitimista, contrariando o posicionamento geral da aristocracia tudense que, como os Lira ou Soeiro Anes de Parada, se alinhara com D. Pedro. Alheios à radicalização dos apaniguados de D. Fernando Ruiz de Castro, os Soutomaior permaneceram fiéis à dinastia Trastâmara, defendendo o território tudense das incursões deste e, mais tarde, do Mestre de Avis. Esta atitude acabou por catapultá-los para a ribalta da aristocracia galega, selando um caminho de paulatino crescimento político e patrimonial, que passou pela assimilação dos senhorios dos Fornelos e dos Charinho.

Em 1369, a adesão massiva da aristocracia galega aos projectos de D. Fernando diferia profundamente daquela que se verificara em torno do programa de D. Afonso Henriques, no século XII, já que esta surgia do ódio latente pela nova dinastia Trastâmara e não da defesa convicta de um projecto soberanista integrado. Nestes novos jogos de conveniências envolveram-se vários actores por nós bem conhecidos: encontramos os Lima do lado de D. Fernando e de D. João I; um Nóvoa entre os apaniguados dos Castro; e vários Silva em ambos os lados da barricada. Na própria cidade de Tui, a autoridade dos Soutomaior contrapunha-se às iniciativas de pequenas linhagens como os Lira, Parada ou Camões, por exemplo.

Só este clima de hostilidade mútua desagregaria a natureza transfronteiriça da diocese de Tui, que, aos olhos dos poderes bracarenses e da cúria régia portuguesa, se transformara num agente dos interesses castelhanos no nosso reino. Na nossa opinião, tal disposição seria profundamente verdadeira, visto que os bispos tudenses acabariam por ser premiados com os bens expropriados a Soeiro Anes de Parada. No fundo, o «Cisma de Valença» de 1381 apenas confirmou o tom geral desta decomposição das redes de solidariedade política existentes entre as aristocracias das duas margens do Minho. O prolongado clima de guerra entre Castela e Portugal, a partir de 1369, provocara uma divisão clara entre portugueses e galegos em torno de dois partidos unitários, sendo que o clero tudense de origem galega optara pela fidelidade ao seu novo rei.

Olhando novamente para todo este processo de uma perspectiva diacrónica, podemos constatar que Tui constituiu uma porta aberta para um passado de unidade política, onde esta parcela transfronteiriça de território pertencera ao convento bracarense, à província eclesiástica bracarense, aos domínios dos condes de Portucale e a um reino da Galiza soberano e unitário. Um passado que, pela acção de elites galego-portuguesas, se inscreveu na matriz do projecto soberanista português. De facto, os velhos cimentos da Galécia romana pareciam reemergir e persistir nos comportamentos e ideário dos agentes de poder medievais.

Resta-nos apenas a tarefa de invocar algumas questões: se na região da antiga diocese de Tui os principais magnates descendiam da velha aristocracia condal, como será possível que tal não tivesse ocorrido noutras regiões? Se o mesmo se verifica noutros espaços (como Lanhoso), não devemos reequacionar a próprio significado e identidade sociológica que atribuimos ao grupo dos «infanções»? E rever as causas do conflito social que originou Pedroso? Ficamos a aguardar novos estudos que, tal como o nosso, permitam discernir na longa duração uma continuidade biológica e social mais vincada.

Fontes

Fontes

Archivo Catedralicio e Histórico Diocesano de Tuy (ACHDT):

Pergaminhos: Carp. 1 (docs. 1 a 17); Carp. 2 (docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17); Carp. 3 (docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25 e 26); Carp. 4 (docs. 1 a 23); Carp. 5 (docs. 1 a 22); Carp. 7 (doc. 10); Carp. 9 (docs. 10 a 17, 21 e 26); Carp. 10 (docs. 1, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 14, 15, 19, 21, 22, 24 e 24v.); Carp. 11 (docs. 3, 7, 16, 17, 19, 20, 21, 24 e 26); Carp. 12 (docs. 1, 2, 4, 7, 8, 9, 11, 17, 20, 21, 22, 28, 32, 33 e 36); Carp. 13 (docs. 2, 5, 8, 11, 13, 18, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 39, 40, 43, 44 e 45); Carp. 14 (docs. 1, 2, 7, 8, 9, 10, 12, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79, 81, 83 e 84); e Carp. 15 (docs. 22, 23, 24, 25, 26 e 29).

L. Becerro (L. I e II)

Prot. Notariais

Archivo Histórico Nacional (AHN):

Clero Secular-Regular (Província de Ourense):

Santa Maria de Melón: Carp. 1437 (docs. 1 a 20); Carp. 1438 (docs. 1 a 20); Carp. 1439 (docs. 1 a 20); Carp. 1440 (docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20); Carp. 1441 (docs. 1 a 16 e 18 a 21); Carp. 1442 (docs. 1 a 3 e 5 a 20); Carp. 1443 (docs. 1 a 20); Carp. 1444 (docs. 1 a 10, 12 a 18 e 20); Carp. 1445 (docs. 1 a 6 e 8 a 19); Carp. 1446 (docs. 1 a 20); Carp. 1447 (docs. 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20); Carp. 1448 (docs. 1 a 3 e 5 a

20); Carp. 1449 (docs. 1 a 3 e 5 a 20); Carp. 1450 (docs. 1 a 10 e 12 a 20); Carp. 1451 (docs. 1 a 20); Carp. 1452 (docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20); Carp. 1453 (docs. 1 a 11 e 13 a 20); Carp. 1454 (docs. 1 a 20); Carp. 1455 (docs. 1 a 20); Carp. 1456 (docs. 1 a 20); Carp. 1457 (docs. 1 a 5 e 7 a 20); Carp. 1458 (docs. 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20); Carp. 1459 (docs. 1 a 5 e 7 a 19); Carp. 1460 (docs. 1 a 20); Carp. 1461 (docs. 2 a 6 e 8 a 21); Carp. 1462 (docs. 1 a 10 e 12 a 20); Carp. 1463 (docs. 1 a 10 e 12 a 20); Carp. 1464 (docs. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20); Carp. 1465 (docs. 1 a 20); Carp. 1466 (docs. 1 a 20); Carp. 1467 (docs. 1 a 20); Carp. 1468 (docs. 1 a 20); Carp. 1469 (docs. 1 a 9 e 11 a 20); Carp. 1470 (docs. 7, 17 e 18); Carp. 1471 (docs. 11 a 14); Carp. 1472 (docs. 9, 12 e 18); Carp. 1473 (doc. 12); Carp. 1474 (doc. 18); Carp. 1477 (doc. 6); Carp. 1479 (doc. 16); Carp. 1492 (doc. 10); Carp. 1756 (doc. 20); Carp. 1758 (docs. 5, 10 e 11); Carp. 1761 (docs. 4 e 15); Carp. 1762 (doc. 3); Carp. 1765 (doc. 1); Carp. 1766 (doc. 16); Carp. 1768 (doc. 15); Carp. 17772 (doc. 19); Carp. 1794 (doc. 1); Carp. 1797 (doc. 15); Carp. 1799 (doc. 21); Carp. 1801 (doc. 13); Carp. 1802 (docs. 6, 13 e 16); Carp. 1803 (doc. 17); Carp. 1806 (docs. 4 e 6); Carp. 1807 (docs. 9 e 10); Carp. 1812 (doc. 20); Carp. 1813 (doc. 12); Carp. 1815 (docs. 6 e 21); Carp. 1816 (doc. 3); Carp. 1817 (doc. 18); Carp. 1822 (docs. 2 e 14); Carp. 1825 (doc. 11); Carp. 1830 (doc. 9); Carp. 1835 (docs. 3 e 14); Carp. 1836 (doc. 9); e Carp. 1866 (doc. 16).

Clero Secular-Regular (Província de Pontevedra):

Santa Clara de Pontevedra: Carp. 1856 (docs. 1 a 15).

Santa Maria de Armenteira: Carp. 1750 (docs. 1 a 20); Carp. 1751 (docs. 1 a 21); Carp. 1752 (docs. 1 a 21); Carp. 1753 (docs. 1 a 21); Carp. 1754 (docs. 1 a 21); Carp. 1755 (docs. 1 a 21); Carp. 1756 (docs. 1 a 21); Carp. 1757 (docs. 1 a 19); Carp. 1758 (docs. 1 a 21); Carp. 1759 (docs. 1 a 21); Carp. 1760 (docs. 1 a 19); Carp. 1761 (docs. 1 a 20); Carp. 1762 (docs. 1 a 21); Carp. 1763 (docs. 1 a 21); Carp. 1764 (docs. 1 a 21); Carp. 1765 (docs. 1 a 21); Carp. 1766 (docs. 1 a 22); Carp. 1767 (docs. 1 a 21); Carp. 1768 (docs. 1 a 23); Carp. 1769 (docs. 1 a 22); Carp. 1770 (docs. 1 a 22); Carp. 1771 (docs. 1 a 19); Carp. 1772 (docs. 1 a 21); e Carp. 1773 (docs. 1 a 10).

Santa Maria de Franqueira: Carp. 1786 (docs. 12 a 30).

Santa Maria de Oia: Carp. 1794 (docs. 1 a 20); Carp. 1795 (docs. 1 a 21); Carp. 1796 (docs. 1 a 20); Carp. 1797 (docs. 1 a 20); Carp. 1798 (docs. 1 a 20); Carp. 1799 (docs. 1 a 22); Carp. 1800 (docs. 1 a 21); Carp. 1801 (docs. 1 a 20); Carp. 1802 (docs. 1 a 25); Carp. 1803 (docs. 1 a 20); Carp. 1804 (docs. 1 a 20); Carp. 1805 (docs. 1 a 19); Carp. 1806 (docs. 1 a 19); Carp. 1807 (docs. 1 a 22); Carp. 1808 (docs. 1 a 20); Carp. 1809 (docs. 1 a 23); Carp 1810 (docs. 1 a 22); Carp. 1811

(docs. 1 a 21); Carp. 1812 (docs. 1 a 21); Carp. 1813 (docs. 1 a 21); Carp. 1814 (docs. 1 a 20); Carp. 1815 (docs. 1 a 22); Carp. 1816 (docs. 1 a 19); Carp. 1817 (docs. 1 a 23); Carp. 1818 (docs. 1 a 20); Carp. 1819 (docs. 1 a 21); Carp. 1820 (docs. 1 a 21); Carp. 1821 (docs. 1 a 20); Carp. 1822 (docs. 1 a 24); Carp. 1823 (docs. 1 a 23); Carp. 1824 (docs. 1 a 21); Carp. 1825 (docs. 1 a 20); Carp. 1826 (docs. 1 a 19); Carp. 1827 (docs. 1 a 21); Carp. 1828 (docs. 1 a 21); Carp. 1829 (docs. 1 a 20); Carp. 1830 (docs. 1 a 21); Carp. 1831 (docs. 1 a 22); Carp. 1832 (docs. 1 a 19); Carp. 1833 (docs. 1 a 21); Carp. 1834 (docs. 1 a 19); Carp. 1835 (docs. 1 a 20); e Carp. 1836 (docs. 1 a 19).

Santa Marina de Agar (igreja): Carp. 1749 (docs. 1bis, 2 a 21).

São Domingos de Pontevedra: Carp. 1855 (docs. 1 a 12).

São Domingos de Tui: Carp. 1874 (docs. 1 a 10).

São João de Poyo: Carp. 1858 (docs. 1 a 19); Carp. 1859 (docs. 1 a 21); Carp. 1860 (docs. 1 a 20); Carp. 1861 (docs. 1 a 20); Carp. 1862 (docs. 1 a 20); Carp. 1863 (docs. 1 a 20); Carp. 1864 (docs. 1 a 20); Carp. 1865 (docs. 1 a 21); Carp. 1866 (docs. 1 a 20); e Carp. 1867 (doc. 1).

São Lourenço de Carboeiro: Carp. 1784 (docs. 1 a 18).

São Salvador de Lérez: Carp. 1787 (docs. 1 a 25) e Carp. 1788 (docs. 1 a 13.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT):

Sé de Coimbra: Mº. IX (doc. 42).

Inquirições de Afonso IV (L. I e II).

Inquirições de D. Dinis (L. I, III, IV, VI e VII).

Leitura Nova: L. III (Inquirições da Beira e Além Douro) e Livro dos Extras.

Livro do Armeiro-Mor

Bibliografia

Bibliografia

Amaral, Luís Carlos, *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 2007.

Amaral, Luís Carlos, e Barroca, Mário Jorge, *A Condessa-Rainha: Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

Andrade, Amélia Aguiar, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1994.

Andrade, José Manuel (ed.), *O Tombo de Celanova*, 2 vols., Santiago de Compostela, Conselho de Cultura Galega, 1995.

Andrade, Maria Filomena, «Entre Braga e Tui: Uma Fronteira Diocesana de Duzentos (o Testemunho das Inquirições)», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série - XV (1998), pp. 77-98.

Andrade Cernadas, José Miguel, e García Oro, José, «Rosendo y Celanova. A la Hora de la Despedida», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 389-501.

Antunes, José, Oliveira, António Resende de, e Monteiro, João Gouveia, «Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão», Sep. da *Revista de História das Ideias*, VI (1984), pp. 25-160.

Armesto, Victoria, *Galicia Feudal*, Vigo, Galaxia, 1971 [1969].

Azevedo, Rui Pinto de (ed.), *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, Vol. I (Tomo I e II): *Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques: 1095-1185*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961.

Azevedo, Ruy de, «A Presúria e Repovoamento entre Minho e Lima no Séc. X (Origens do Mosteiro de S. Salvador da Torre)», *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947), pp. 257-270.

Barroca, Mário Jorge, «Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na Região de Amares», Sep. da *Revista de História*, IX (1989), pp. 9-61.

Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1995.

Barroca, Mário Jorge, «Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)», *Portugalia*, XXV (2004), pp. 181-203.

Barton, Simon, «Sobre el Conde Rodrigo Pérez «el Velloso»», *Estudios Mindonienses*, 5 (1989), pp. 653-661.

Barton, Simon, *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

Bishko, Charles Julian, «Count Henrique of Portugal, Cluny and the Antecedents of the Pacto Sucessório», *Revista Portuguesa de História*, 13 (1971), pp. 155-188.

Blanco Lozano, Pilar, «La Intervención de Fernando I en la Zona Galaico-Portuguesa», in *Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional*, Vol. I: *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia de Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 335-356.

Calderón Medina, Inés, «Las Otras Mujeres del Rey. El Concubinato Regio en el Reino de León (1157-1230)», in *Seminário Medieval (2009-2011)* [recurso electrónico], Porto, SMELPS, 2009-2011, pp. 255-287, disponível em <http://ifilosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/CALDERN%20Las%20otras%20mujeres.pdf> [consultado em 10/5/2013].

Calderón Medina, Inés, *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*, Madrid, CSIC, 2011.

Calderón Medina, Inés, «La Solidaridad Familiar. La Participación de la Nobleza Leonesa en la Guerra Civil de Portugal (1245-1247)», *Hispania*, LXXIII - 245 (2013), pp. 617-646.

Calderón Medina, Inés, «El Concubinato Regio en la Definición de la Frontera Galaico-Portuguesa (S. XI-XIII)», (no prelo).

Calderón Medina, Inés, *Los Soverosa: Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y Parentesco en la Edad Media Hispana (SS. XI-XIII)*, Valladolid, Edições da Universidade de Valladolid, (no prelo).

Calderón Medina, Inés, e Ferreira, João Paulo Martins, «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos XII-XIV)», *Revista Portuguesa de História*, 44 (2013), pp. 123-152.

Calderón Medina, Inés, e Ferreira, João Paulo Martins, «Beyond the Border: The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», *e-Journal of Portuguese History* [revista electrónica], 12 – N.º 1 (2014), pp. 1-48, disponível em <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/pdf/v12n1a01.pdf> [consultado em 12/12/2014].

Calleja Puerta, M. Ángel, «Nacimiento de la Frontera: El Destierro Portugués del Conde Gonzalo Peláez», *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15 – 1 (1998), pp. 213-228.

Carriedo Tejedo, Manuel, «La Familia de San Rosendo», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 103-123.

Casal Aboy, José, «Estancia de S. Fructuoso en Tuy», *Bracara Augusta*, XXI (1967), pp. 27-31 (*Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso*, Vol. I).

Cavero Domínguez, Gregoria, e Martín López, Encarnación (eds.), *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, 3 vols., Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1999-2000 (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 77-79).

Cendón Fernández, Marta, *La Catedral de Tuy en Época Medieval*, Pontevedra, Fundación Cultural Rutas del Románico, 2000.

Coelho, Maria Helena da Cruz, «Santo Antonino de Barbudo. Um Protagonista Monástico da Região Minhota nos Tempos Medievos», in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI)*, Vol. II: *Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 7-29.

Coelho, Maria Helena da Cruz, e Ventura, Leontina, «Vataça, uma Dona na Vida e na Morte», Sep. das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Porto, 1986, pp. 159-193.

Coelho, Maria Helena da Cruz, e Ventura, Leontina, «Os Bens de Vataça: Visibilidade de uma Existência», *Revista de História das Ideias*, IX (1987), pp. 33-77.

Conde D. Pedro, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica de José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, 2 vols (*Portugaliae Monumenta Historica: a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Nova Série, vols. 2/1 e 2/2). (= LL)

Correia, F. Carvalho, «Algumas Notas sobre S. Rosendo», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 13-47.

Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento), 1959.

Costa, Avelino de Jesus da, «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo», in *Actas do I Colóquio Galaico-Mi-*

nhoto, Vol. I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp. 68-240.

David, Henrique, «Os Portugueses nos Livros de Repartimiento da Andaluzia (Século XIII)», *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série - III (1986), pp. 51-75.

David, Henrique, «Os Portugueses e a Reconquista Castelhana e Aragonesa do Século XIII», in *Actas das Segundas Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. III, Porto, INIC, 1989, pp. 1029-1041.

David, Henrique, e Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, «Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII)», *Revista de História*, VII (1987), pp. 135-150.

David, Pierre, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Lisboa-Paris, Institut Français au Portugal, 1947.

Díaz, Manuel Cecílio, e Vilariño Pintos, Daría, «La Diócesis de Tuy hasta 1100», in José García Oro (coord.), *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XIV: *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, pp. 537-548.

Erdmann, Carl, «O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa», Sep. de *Boletim do Instituto Alemão*, V, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.

Falque Rey, Emma (ed.), *Historia Compostelana*, Madrid, Ed. Akal, 1994.

Fernandes, A. de Almeida, «Os Limites da Arquidiocese Bracarense até ao Tempo de S. Frutuoso», *Bracara Augusta*, XXI (1967), pp. 277-288 (*Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso*, Vol. I).

Fernandes, A. de Almeida, «Portugal no Período Vimaranense (868-1128) », Sep. da *Revista de Guimarães* (1970-1972), 80 (3-4) – 1970, pp. 319-360; 81 (1-2) – 1971, pp. 51-98; 81 (3-4) – 1971, pp. 217-354; 82 (1-2) – 1972, pp. 37-90; 82 (3-4) – 1972, pp. 171-220.

Fernandes, A. de Almeida, «A Estirpe Vianense dos Velhos (Origens e Inícios)», *Arquivo do Alto Minho*, 2ª Série – IX - T. I e II (1972-1973), pp. 47-83 e 121-146.

Fernandes, A. de Almeida, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca, 1997 [1968].

Fernandes, Fátima Regina, *O Reinado de D. Fernando no Âmbito das Relações Régio-Nobiliárquicas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1996.

Fernandes, Fátima Regina, «Os Exilados Castelhanos no Reinado de Fernando I de Portugal», *En la España Medieval*, 23 (2000), pp. 101-115.

Fernández Flórez, José Antonio (ed.), *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, Vol. IV *(1110-1199)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1991.

Fernández Rodríguez, Manuel, *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento»- XuGa-CSIC, 2004 (Anexos de *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XX).

Ferreira, João Paulo Martins, *Entre a Consanguinidade e a Naturalidade. A Movimentação da Nobreza Portuguesa entre os Reinos de Portugal e Leão (1157-1230)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado policopiada), 2009.

Ferreira, João Paulo Martins, «A Influência Transfronteiriça das Dioceses de Braga e Tui e a Génese de Portugal», in Luís Adão da Fonseca (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica*, Porto, CEPESE-Fronteira do Caos Editores, 2014, pp. 189-194.

Ferro Couselo, Xesús (ed.), *Tumbo de Fiães*, Ourense, Museo Arqueolóxico Provincial, 1995 (Anexo 20 de *Boletín Auriense*).

Galindo Romeo, Pascual, *Tuy en la Baja Edad Media. Siglos XII a XV*, Suplemento ao Tomo XXII de *España Sagrada*, Madrid, Instituto Enrique Flórez – CSIC, 1950.

García Álvarez, M. Rubén, «El Diploma de Restauración de la Sede de Tuy por la Infanta Urraca», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XVII (1962), pp. 275-292.

García Álvarez, M. Rubén, «Los Arias de Galicia y sus Relaciones Familiares con Fernando II de León y Alfonso I de Portugal», *Bracara Augusta*, XX - N.º 43-44 (1966), pp. 25-41.

García Oro, José, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales*, Santiago de Compostela, Ed. Bibliófilos Gallegos, 1981.

García Oro, José, *Galicia en la Baja Edad Media. Iglesia, Señorío y Nobleza*, Noia, Ed. Toxosoutos, 1999.

García Oro, José, «La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media (1070-1500). La Frontera y la Guerra», in José García Oro (coord.), *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XIV: *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, pp. 549-570.

Garrido Rodríguez, Jaime, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, Pontevedra, Diputación Provincial, 1987.

Gomes, Teresa Dulce da Cunha, *Organização Militar Medieval no Alto-Minho. Terras de Froião, Pena da Rainha e Valadares*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado policopiada), 1997.

Gonçalves, Iria (coord.), «O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV Série - 2 (1978), pp. 399-440.

González García, Miguel Ángel, «San Rosendo de Mondoñedo y Celanova», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 229-344.

González Paz, Carlos Andrés; Olivera Serrano, César; e Valdés Blanco-Rajoy, Rosario, «As Fortalezas de Fronteira (Senhorial/Régia) na Galiza e em Portugal», in Luís Adão da Fonseca (coord.), *Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica*, Porto, CEPESE-Fronteira do Caos Editores, 2014, pp. 284-288.

González Ruiz-Zorrilla, Atilano, «Sobre la Restauración de la Diócesis de Braga en 1070», *Hispania Sacra*, X - N.º 20 (1957), pp. 431-442.

Iglesias Almeida, Ernesto, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2008.

Krus, L., *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

Linehan, Peter, *The Ladies of Zamora*, Manchester, Manchester University Press, 1997.

Livros Velhos de Linhagens, [inclui o *Livro Velho de Linhagens* e o *Livro de Linhagens do Deão*], edição crítica de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980 (*Portugaliae Monumenta Historica: a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Nova Série, vol. 1). (= LV e LD)

López Sangil, José Luis, *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2002.

Loscertales de Valdeavellano, Pilar (ed.), *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, 2 vols., Madrid, Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural – Archivo Histórico Nacional, 1976.

Madoz, Pascual, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, 16 vols., Madrid, 1845-1850.

Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Volume IV de *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1987.

Marques, A. H. de Oliveira, «O "Portugal" Islâmico», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. II: *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»* (coord. A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 117-248.

Marques, A. H. de Oliveira, «A Constituição de um Condado», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. III: *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 13-23.

Marques, José, «O Censual do Cabido de Tui para o Arcediagado da Terra da Vinha (1321)», Sep. de *Bracara Augusta*, XXXIV – Fasc. 78 (91) (1980), pp. 447-483.

Marques, José, «O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos XIV-XV», *Revista de História*, VI (1985), pp. 97-120.

Marques, José, «A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 697-712.

Marques, José, «O Entre Minho e Lima: Da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta», *Estudos Regionais: Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série - 1 (2007), pp. 11-29.

Marques, José, «A Póvoa Dionisina de Caminha – 1284», Sep. de *Estudos Regionais: Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série - 6 (2012), pp. 13-47.

Martínez Salazar, Andrés, «La Sucesión en los Feudos del Almirante Payo Gómez Chariño», *Museo de Pontevedra*, II (1943).

Martins, Rui Cunha, *Património, Parentesco e Poder: O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, Lisboa, Escher, 1992.

Mattoso, José, «A Primeira Tarde Portuguesa», *Revista de Guimarães*, 88 (1978), pp. 159-186.

Mattoso, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001 [1981].

Mattoso, José, «Portugal no Reino Asturiano-Leonês», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. I: *Antes de Portugal* (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 438-565.

Mattoso, José, «1096-1325», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. II: *A Monarquia Feudal* (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 8-309.

Mattoso, José, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols. (*Oposição – Composição*), 5ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1995 [1985].

Mattoso, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1998 [1982].

Mattoso, José, «A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular», in *Obras Completas*, Vol. I: *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 319-339.

Mattoso, José, «Cavaleiros Andantes. A Ficção e a Realidade», in *Obras Completas*, Vol. VII: *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 259-271.

Mattoso, José, «A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença», in *Obras Completas*, Vol. VIII: *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, pp. 129-147.

Mattoso, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

Méndez Pérez, José, «La Familia de San Rosendo en la Fundación del Monasterio de Chantada», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 125-182.

Merêa, Paulo, «Algumas Palavras sobre Portugal no Século IX», Sep. da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1930.

Merêa, Paulo, «Mais Algumas Palavras sobre «Portucale»», *Portucale: Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística*, X - N.º 55-56 (1937), pp. 12-16.

Merêa, Paulo, «Voltando à Carga», *Portucale: Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística*, XII - N.º 70-71 (1939), pp. 121-124.

Merêa, Paulo, «De "Portucale" (Civitas) ao Portugal de D. Henrique», *Biblos*, XIX (1943), Sep. (1944), Porto, Portucalense Editora, 1944.

Merêa, Paulo, «Ainda Sobre "Portugal" no Século X», *Revista Portuguesa de História*, XI - vol. I (1965), pp. 144-150.

Miranda, José Carlos, *Os Trovadores e a Região do Porto: Em Torno do Rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, edição do autor, 1996.

Miranda, José Carlos, *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a Primeira Geração de Trovadores Galego-Portugueses*, Porto, Edições Guarecer, 2004.

Oliveira, António Resende de, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento), 1992.

Oliveira, António Resende de, «Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)», *Revista de História das Ideias*, 28 (2007), pp. 17-37.

Otero Piñeyro Maseda, Pablo S., e García G. Ledo, Xosé Antón, «Apuntes de los Ambía: Linaje y Parentelas (Siglos XII-XVI)», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LVI - N.º 122 (2009), pp. 445-457.

Pallares Méndez, María del Carmen, «Mujeres de la Alta Edad Media: Ilduara Eriz», *Historiar: Revista Trimestral de Historia*, 2 (1999), pp. 102-117.

Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo, *Palos, Fajas y Jaqueles. La Fusión de Armerías en la Galicia durante los Siglos XIII al XVI*, Lugo, Diputación Provincial de Lugo, 1996.

Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo, *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, 2 vols., A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2000.

Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo, «Las Armas de los Límia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV)», *e-Spania* [revista electrónica], 11 (2011), disponível em <http://e-spania.revues.org/20540> [consultado em 6/12/2011].

Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo, *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder. Aportaciones a la Historia Social de la Nobleza Bajomedieval Gallega*, Madrid, Fundación Cultural de la Nobleza Española, 2012.

Pérez López, Segundo L., «San Rosendo: Monje y Reformador del Monacato», *Estudios Mindonienses*, 23 (2007), pp. 201-227.

Pérez Rodríguez, Francisco Javier, «La Diócesis de Orense: de la Reforma Gregoriana al Concilio de Trento (Siglos XII-XVII)», in José García Oro (coord.), *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XV: *Iglesias de Lugo, Mondoñedo-Ferrol y Orense*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, pp. 395-469.

Pinto, Sérgio da Silva, *Breves Notas sobre as Presúrias do Século IX na Terra Portugalense. A Respeito de Vímara Peres*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1968.

Portela Silva, Ermelindo, *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos XII a XV. Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis*, Santiago de Compostela, Imp. El Eco Franciscano, 1976.

Portela Silva, Ermelindo, *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)*, Burgos, La Olmeda, 2001.

Portela Silva, Ermelindo, e Pallares Méndez, María del Carmen, «Aristocracia y Sistema de Parentesco en los Siglos Centrales de la Edad Media. El Grupo de los Traba», in *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1993, pp. 277-294.

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: *Inquisitiones*, Vol. I, Parte I e II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. (= PMH- Inq. 1220 e 1258)

Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: *Inquisitiones*, Nova Série, Vol. IV/1: *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, ed. de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2012. (= PMH-Inq. 1288)

Quintana Prieto, Augusto, «El Monasterio de San Pedro de Zamudia», *Studia Monastica*, IX (1967), pp. 287-325.

Reilly, Bernard F., *The Kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, Princeton, Princeton University Press, 1982.

Reilly, Bernard F., *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI (1065-1109)*, Princeton, Princeton University Press, 1988.

Reilly, Bernard F., *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII (1126-1157)*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1998.

Reis, António Matos, «O Bispo D. Gil Peres de Cerveira, D. Afonso III e os Municípios do Alto Minho», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 299-314.

Repas, Luís, *Quando a Nobreza Traja de Branco. A Comunidade Cisterciense de Arouca durante o Abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Magno Edições, 2003.

Rodrigues, Ana Paula, «Senhores e Camponeses num Espaço de Fronteira. O Senhorio do Mosteiro de Santa Maria de Oia em Portugal na Idade Média. Apresentação de Projecto de Doutoramento», in *Incipit 2. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto 2011-12* [recurso electrónico], Porto, Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, pp. 7-18, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12045.pdf> [consultado em 13/1/2015].

Rodrigues, Manuel Augusto, e Costa, Avelino de Jesus da (ed. crítica), *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002.

Romero Portilla, Paz, «Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 247-259.

Sáez, Emilio, «Los Ascendientes de San Rosendo. Notas para el Estudio de la Monarquía Astur-Leonesa durante los Siglos IX y X», Sep. de *Hispania*, XXX (1948), pp. 5-133.

Salazar y Acha, Jaime de, «Los Descendientes del Conde Ero Fernández, Fundador del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pallares», Sep. de *Galicia en la Edad Media (Actas del Coloquio de Santiago Compostela de la Sociedad Española de Estudios Medievales)*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1990, pp. 67-86.

Salazar y Acha, Jaime de, *La Casa del Rey de Castilla y León en la Edad Media*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.

Salazar y Castro, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Silva*, Madrid, Imprenta Real: Melchor Álvarez e Mateo de Llanos, 1685.

Salazar y Castro, Luis de, *Historia Genealogica de la Casa de Lara*, Madrid, Imprenta Real: Mateo de Llanos y Guzman, 1697.

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos*, 2 vols., Lisboa, Editorial Veja, 1979.

Silva, Manuela Santos, *O Concelho de Óbidos na Idade Média*, Lisboa, FLUL (Monografia inédita), 2008.

Silva, Maria João Violante Branco Marques da, «Portugal no Reino de León. Etapas de uma Relação (866-1179)», in *El Reino de León en la Alta Edad Media*, Vol. IV: *La Monarquía (1109-1230)*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, pp. 537-625.

Soares, Torquato de Sousa, «O Repovoamento do Norte de Portugal, no Séc. IX», *Biblos*, 18 (1942), pp. 187-208.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento policopiada), 1997.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, «Relações Político-Nobiliárquicas entre Portugal e Castela: O Tratado de Escalona (1328) ou dos 80 Fidalgos», *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15 (1998), pp. 1255-1278.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, «"Pela Morte se Conhece um Pouco da Vida". A Propósito do Testamento de Dona Châmoa Gomes de Tougues, Fundadora do Mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios», in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In Memoriam*, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 219-233.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, «De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)», *Anuario de Estudios Medievales*, 40/2 (2010), pp. 889-924.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, «Os Limas: Da Galiza a Giela (Séc. XII a XV)», in *Actas do 2º Congresso Internacional: Casa Nobre um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 53-74.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de, «O Nascimento do Reino de Portugal. Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300)», *Revista Portuguesa de História*, 44 (2013), pp. 29-58.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de «A Família Lima entre a Galiza e Portugal (Séculos XII a XVI)», in José Augusto de Sottomayor-Pizarro e Mário Jorge Barroca (eds.), *Paço de Giela. História de um Monumento*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15-65.

Sousa, Armindo de, «1325-1480», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. II: *A Monarquia Feudal* (coord. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 310-556.

Sousa, Bernardo Vasconcelos e, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

Souto Cabo, José António, «Fernando Pais de Tamalhancos: Trovador e Cavaleiro», *Revista de Literatura Medieval*, XXIV (2012), pp. 231-267.

Souto Cabo, José António, *Os Cavaleiros que Fizeram as Cantigas. Aproximação às Origens Socioculturais da Lírica Galego-Portuguesa*, Niterói/Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2012.

Torres Sevilla-Quiñones de León, Margarita, *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 1999.

Vasconcelos, Luís Fernando Pallares de, *A Família dos Chancinhos (Sécs. XII-XIV). A Corte e a Igreja na Estruturação de uma Linhagem*, Coimbra, FLUC (Dissertação de Mestrado policopiada), 2007.

Ventura, Leontina, «O Cavaleiro João Gondesendes. Sua Trajectória Político-Social e Económica (1083-1116)», *Revista de História Económica e Social*, 15 (1985), pp. 31-67.

Ventura, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento), 1992.

Ventura, Leontina, «O Elemento Franco na Coimbra do Século XII: A Família dos Rabaldes», *Revista Portuguesa de História*, XXXVI (2002-2003), Vol. I, pp. 89-114.

Ventura, Leontina, «O Alcaide Cerveira (1158-1207). Identificação, Trajectória e Património», in *Olhares Sobre a História. Estudos Oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 673-690.

Ventura, Leontina, e Faria, Ana Santiago (eds.), *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, INIC, 1990.

Ventura, Leontina, e Gomes, Saúl António, «Leiria na Crise de 1245-1248. Documentos para uma Revisão Crítica», *Revista Portuguesa de História*, 28 (1993), pp. 159-197.

Ventura, Leontina, e Oliveira, António Resende de, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). Trajectória Social e Política», *Revista Portuguesa de História*, XXX (1995), pp. 71-102.

Ventura, Leontina, e Oliveira, António Resende de, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 2. Estratégias Familiares e Património», *Revista Portuguesa de História*, XXXI (1996), pp. 65-102.

Ventura, Leontina, e Oliveira, António Resende de, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 3. Imagens Literárias», *Revista Portuguesa de História*, XXXV (2001-2002), pp. 143-170.

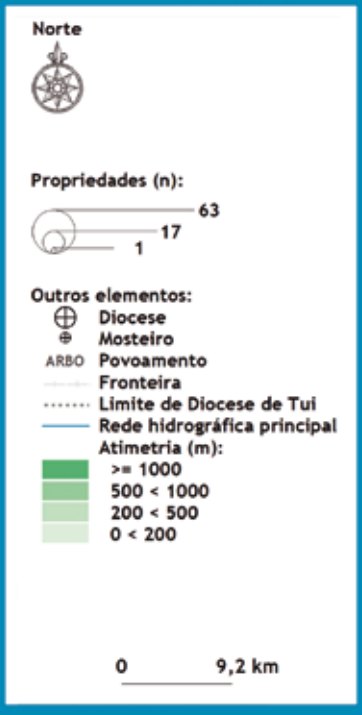
Ventura, Leontina, e Oliveira, António Resende de, «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 4. Produção Trovadoresca», in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização, 2003, Vol. II, pp. 763-777.

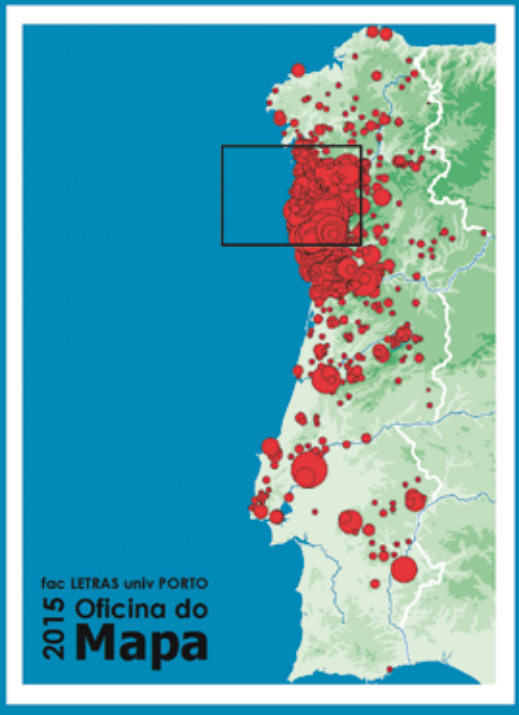
Vila, Suso, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2009.

Vila, Suso, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)*, Noia, Ed. Toxosoutos, 2010.

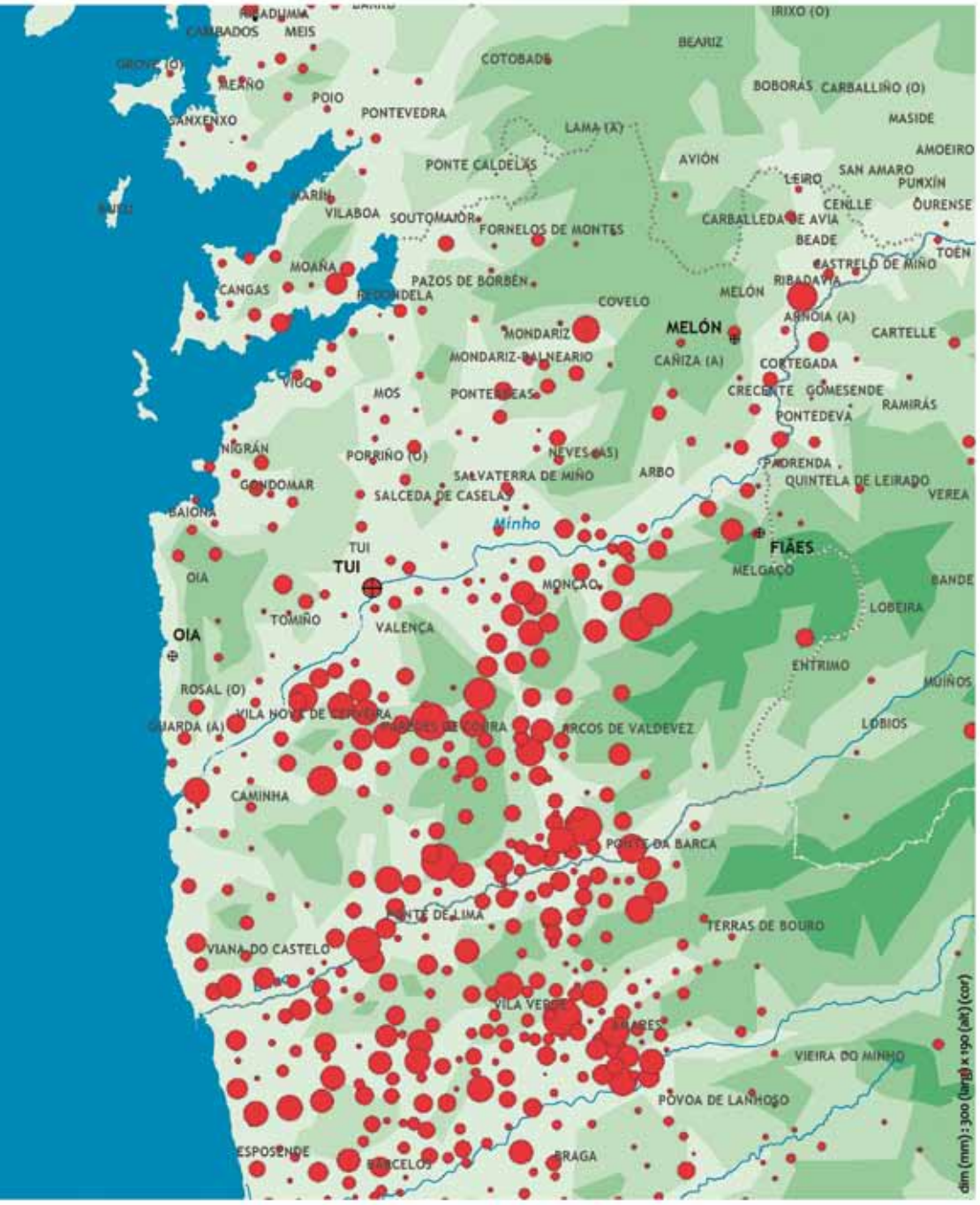
Anexos cartográficos

Mapa 1
Implantação patrimonial da nobreza da antiga diocese de Tui e do Entre-Lima-e-Cávado (Séculos IX-XIV) [Detalhe]

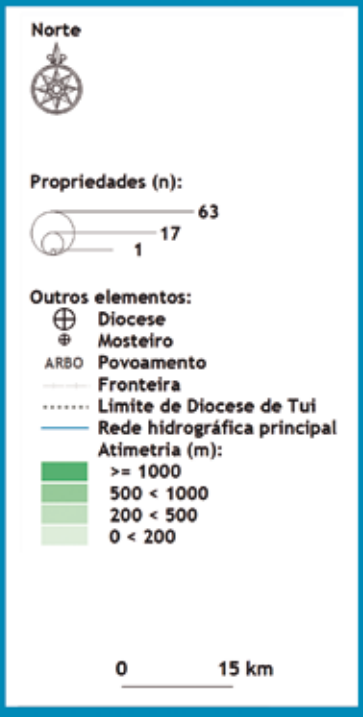


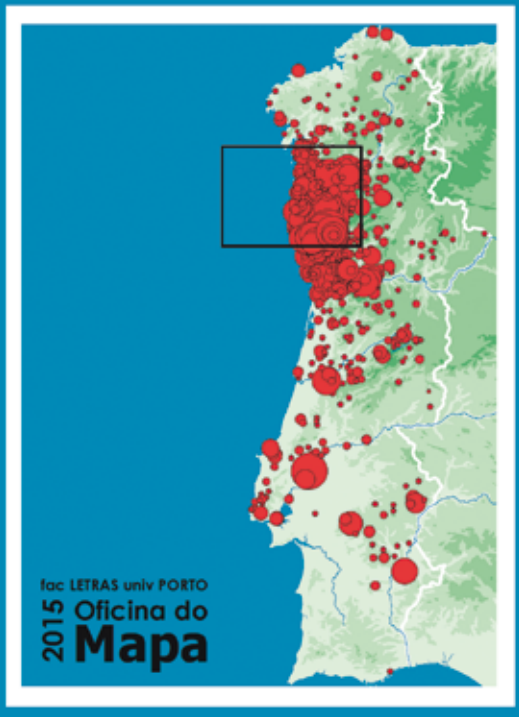


Fontes: Vide Fontes e Bibliografia em FERRERIRA, João (2016). "CAOP", IGP, 2004 e "SITGA", 2014.
Cartografia: Miguel Nogueira.

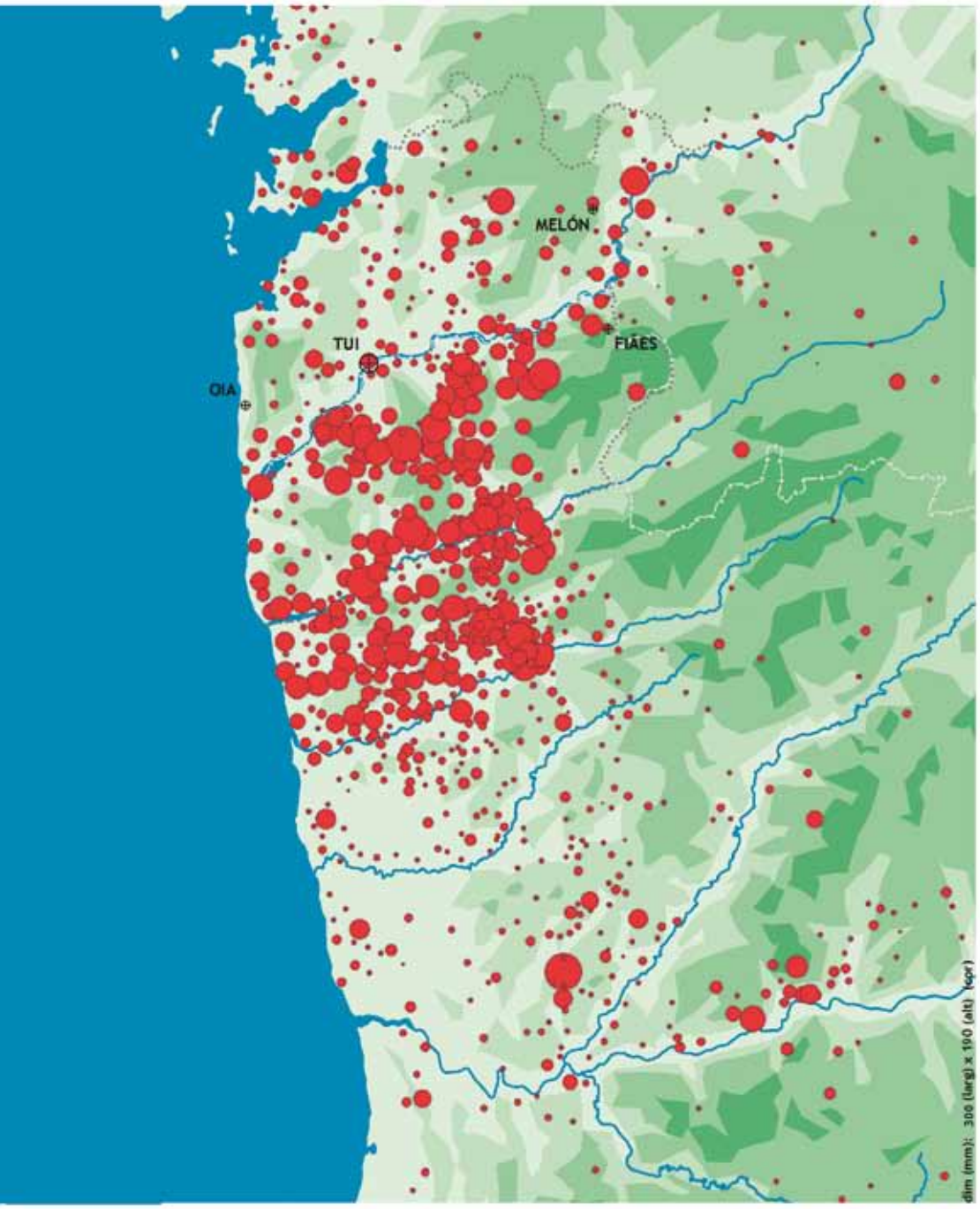

IRIXO (O)
CAMBADOS
MEIS
BEARIZ
COTOBADE
MEAÑO
POIO
BOBORÁS
CARBALLIÑO (O)
SANXENXO
PONTEVEDRA
LAMA (A)
MASIDE
AMOEIRO
PONTE CALDELAS
AVIÓN
SAN AMARO
LEIRO
PUNXÍN
MARÍN
CENLLE
OURENSE
VILABOA
SOUTOMAIOR
FORNELOS DE MONTES
CARBALLEDA DE AVIA
BEADE
TOÉN
MOAÑA
CASTRELO DE MIÑO
PAZOS DE BORBÉN
RIBADAVIA
CANGAS
REDONDELA
COVELO
MELÓN
ARNOIA (A)
MONDARIZ
MELÓN
CARTELLE
MONDARIZ-BALNEARIO
CAÑIZA (A)
CORTEGADA
VIGO
MOS
PONTEAREAS
CRECENTE
GOMESENDE
RAMIRÁS
PONTEDEVA
NIGRÁN
PORRIÑO (O)
NEVES (AS)
PADRENDA
SALVATERRA DE MIÑO
ARBO
GONDOMAR
QUINTELA DE LEIRADO
SALCEDA DE CASELAS
VEREA
BAIONA
Minho
TUI
FIÃES
TUI
MELGAÇO
OIA
MONÇÃO
BANDE
LOBEIRA
TOMIÑO
VALENÇA
OIA
ENTRIMO
ROSAL (O)
MUIÑOS
VILA NOVA DE CERVEIRA
GUARDA (A)
ARCOS DE VALDEVEZ
LOBIOS
CAMINHA
PONTE DA BARCA
PONTE DE LIMA
TERRAS DE BOURO
VIANA DO CASTELO
VILA VERDE
VIEIRA DO MINHO
POVOA DE LANHOSO
ESPOSENDE
BARCELOS
BRAGA
dim (mm) : 300 (larg) x 190 (alt) (cor)

Mapa 2
Implantação patrimonial da nobreza da antiga diocese de Tui e do Entre-Lima-e-Cávado (Séculos IX-XIV) [Detalhe]

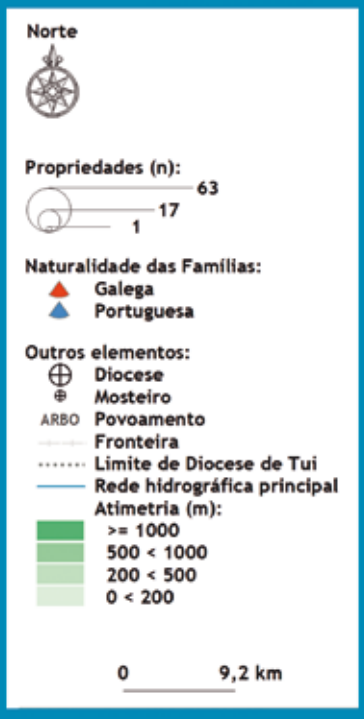


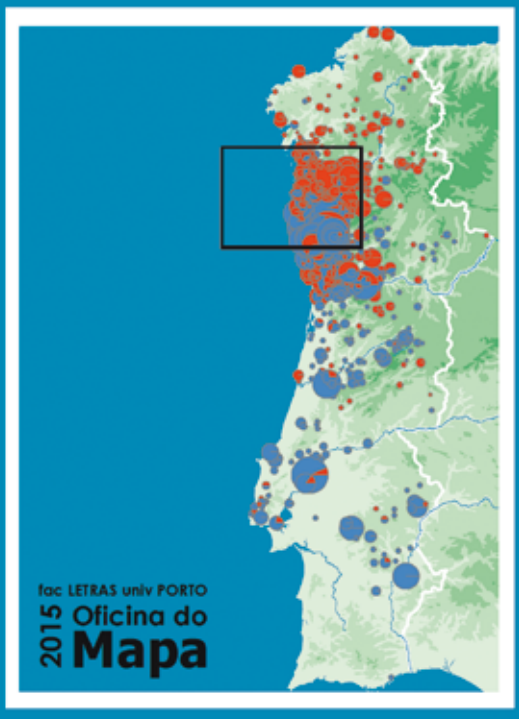


Fontes: Vide Fontes e Bibliografia em FERRERIRA, João (2016). "CAOP", IGP, 2004 e "SITGA", 2014.
Cartografia: Miguel Nogueira.

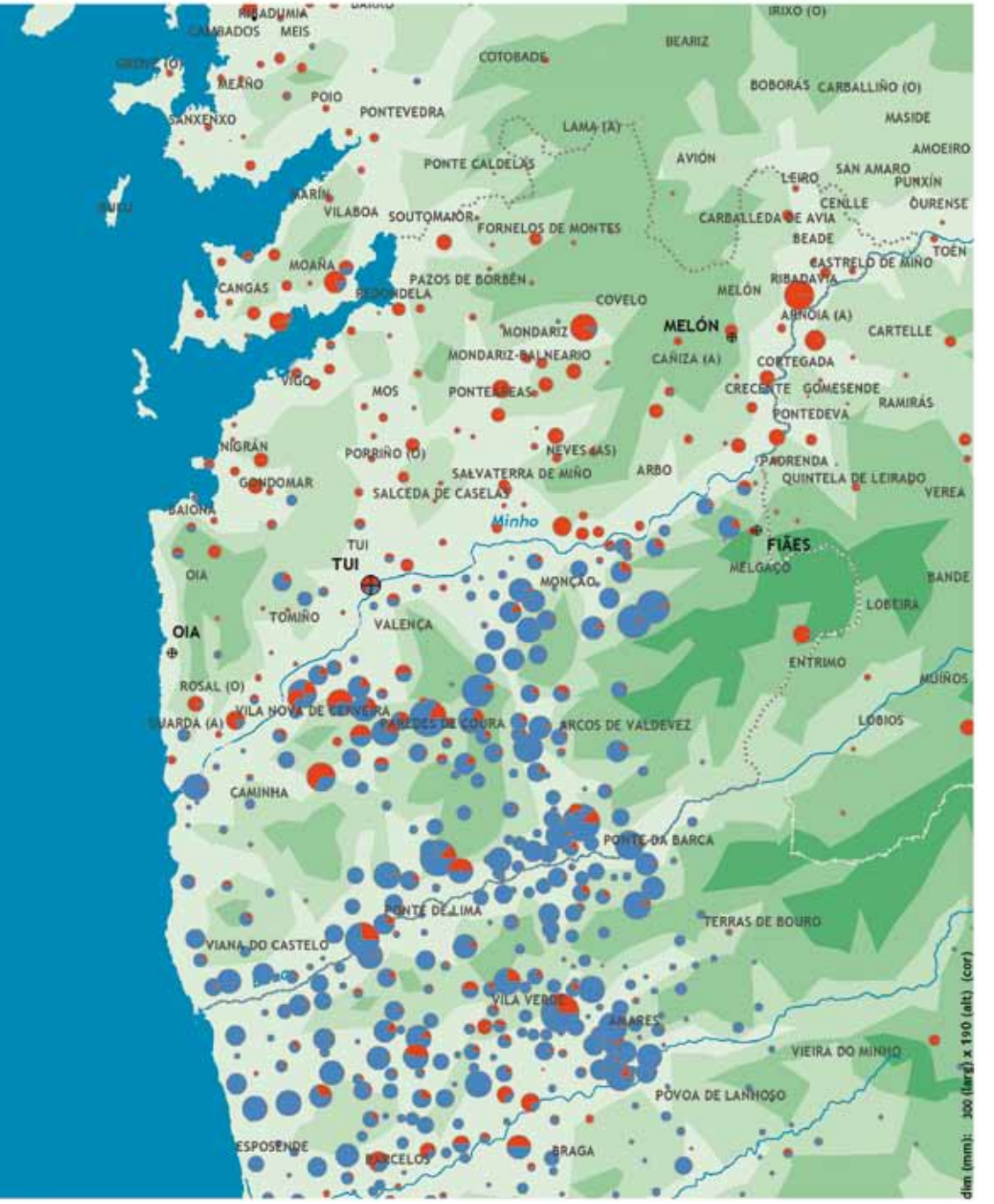

MELÓN
TUI
FIÁES
OIA
dim (mm): 300 (larg) x 190 (alt) (epr)

Mapa 3
Implantação patrimonial da nobreza da antiga diocese de Tui e do Entre-Lima-e-Cávado por naturalidade das Famílias, (Séculos IX-XIV) [Detalhe]





Fontes: Vide Fontes e Bibliografia em FERREIRA, João (2016). "CAOP", IGP, 2004 e "SITGA", 2014.
Cartografia: Miguel Nogueira.


RIBADUMIA
CAMBADOS
MEIS
IRIXO (O)
BEARIZ
COTOBADE
MEAÑO
POIO
PONTEVEDRA
BOBORÁS
CARBALLIÑO (O)
MASIDE
SANXENXO
LAMA (A)
AMOEIRO
PONTE CALDELAS
AVIÓN
SAN AMARO
LEIRO
PUNXÍN
MARÍN
CENLLE
OURENSE
VILABOA
SOUTOMAIOR
FORNELOS DE MONTES
CARBALLEDA DE AVIA
BEADE
TOÉN
MOAÑA
CASTRELO DE MIÑO
PAZOS DE BORBÉN
RIBADAVIA
CANGAS
REDONDELA
COVELO
MELÓN
ARNOIA (A)
MONDARIZ
MELÓN
CARTELLE
MONDARIZ-BALNEARIO
CAÑIZA (A)
CORTEGADA
VIGO
MOS
PONTEAREAS
CRECENTE
GOMESENDE
RAMIRÁS
PONTEDEVA
NIGRÁN
PORRIÑO (O)
NEVES (AS)
PADRENDA
SALVATERRA DE MIÑO
ARBO
QUINTELA DE LEIRADO
GONDOMAR
SALCEDA DE CASELAS
VEREA
BAIONA
Minho
FIÃES
TUI
TUI
MELGAÇO
OIA
MONÇÃO
BANDE
LOBEIRA
TOMIÑO
VALENÇA
OIA
ENTRIMO
ROSAL (O)
MUIÑOS
VILA NOVA DE CERVEIRA
PAREDES DE COURA
ARCOS DE VALDEVEZ
LOBIOS
CAMINHA
PONTE DA BARCA
PONTE DE LIMA
TERRAS DE BOURO
VIANA DO CASTELO
VILA VERDE
AMARES
VIEIRA DO MINHO
POVOA DE LANHOSO
ESPOSENDE
BARCELOS
BRAGA
dim (mm): 300 (larg) x 190 (alt) (cor)

Mapa 4
Implantação patrimonial da nobreza da antiga diocese de Tui e do Entre-Lima-e-Cávado por naturalidade das Famílias, (Séculos IX-XIV) [Detalhe]

Naturalidade das Famílias proprietárias do património identificado (6915 propriedades):

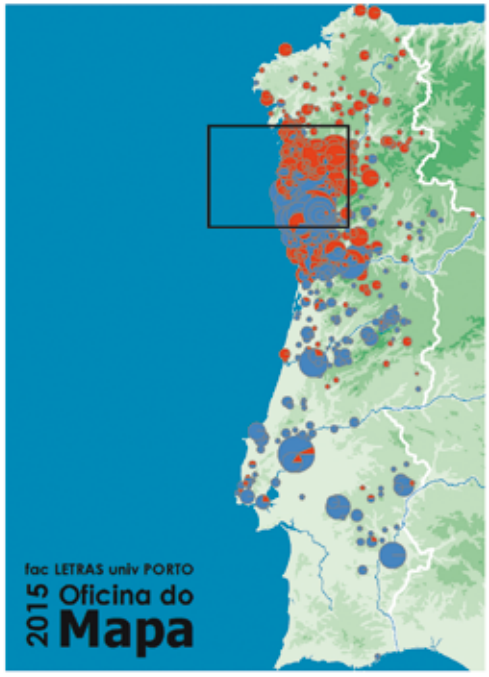
Norte

Propriedades (n):
63
17
1

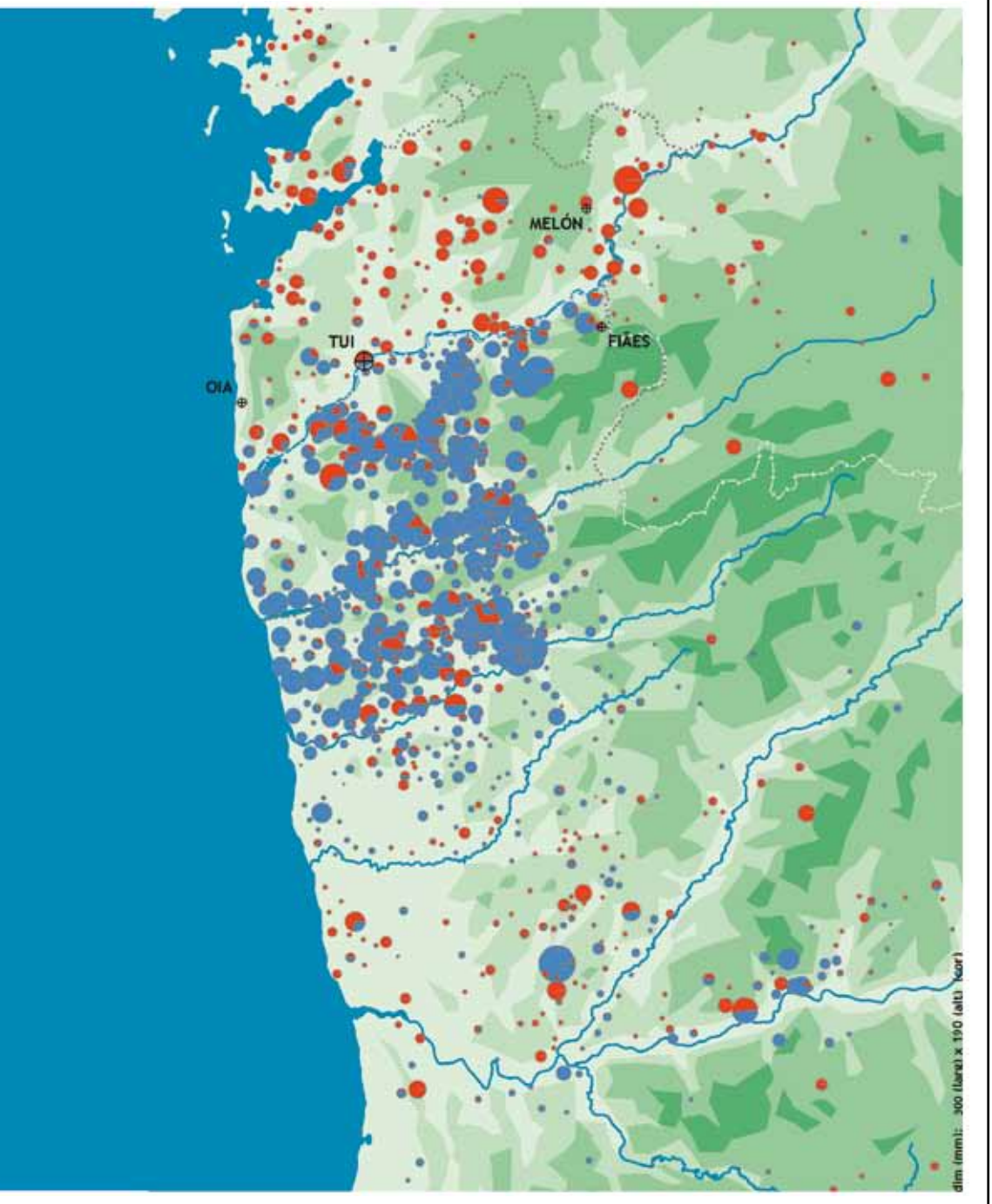
Naturalidade das Famílias:
Galega
Portuguesa

Outros elementos:
Diocese
Mosteiro
ARBO Povoamento
Fronteira
Limite de Diocese de Tui
Rede hidrográfica principal
Atimetria (m):
>= 1000
500 < 1000
200 < 500
0 < 200

0 15 km



Fontes: Vide Fontes e Bibliografia em FERRERIRA, João (2016). "CAOP", IGP, 2004 e "SITGA", 2014.
Cartografia: Miguel Nogueira.


MELÓN
TUI
FIÁES
OIA

Este libro, titulado *A nobreza galego-portuguesa da diocese de Tui (915-1381),* se terminó de imprimir
en la ciudad de Santiago de Compostela
el lunes 24 de junio de 2019,
festividad de San Juan
Bautista.

Laus Deo O. M.

GOBIERNO DE ESPAÑA
MINISTERIO DE CIENCIA, INNOVACIÓN Y UNIVERSIDADES
CSIC
CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS
XUNTA DE GALICIA
ISBN 978-84-00-10570-9